ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 203
Brasília - DF, segunda-feira, 23 de outubro de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 111
Ministério da Cultura 113
Ministério da Defesa 124
Ministério da Educação 125
Ministério da Fazenda 128
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 145
Ministério da Integração Nacional 147
Ministério da Justiça e Segurança Pública 147
Ministério da Saúde 150
Ministério das Cidades 181
Ministério de Minas e Energia 182
Ministério do Desenvolvimento Social 186
Ministério do Meio Ambiente 186
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 187
Ministério do Trabalho 291
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 295
Ministério Público da União 297
Tribunal de Contas da União 300
Poder Judiciário 324
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 331

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.269 (1)
ORIGEM :ADI - 87095 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. :DISTRITO FEDERAL
RELATOR :MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) :PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) :PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) :ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) :CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, conheceu da ação quanto aos arts. 4º, § 2º, e 13 da Lei 11.952/2009, assentando o prejuízo da pretensão relativa ao art. 15, inciso I, § 2º, § 4º e § 5º, da mesma lei. Na parte conhecida, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou parcialmente procedente a ação para: i) que se confira ao artigo 4º, §2º, da Lei nº 11.952/2009 interpretação conforme à Constituição, sem redução de texto, a fim de afastar-se qualquer interpretação que permita a regularização fundiária das terras públicas ocupadas por quilombolas e outras comunidades tradicionais da Amazônia Legal em nome de terceiros ou de modo a descaracterizar o modo de apropriação da terra por esses grupos; ii) que se confira interpretação conforme ao disposto no artigo 13 da Lei nº 11.952/2009, de modo a afastar quaisquer interpretações que concluam pela desnecessidade de fiscalização dos imóveis rurais de até quatro módulos fiscais, devendo o ente federal utilizar-se de todos os meios referidos em suas informações para assegurar a devida proteção ambiental e a concretização dos propósitos da norma, para somente então ser possível a dispensa da vistoria prévia, como condição para a inclusão da propriedade no Programa de regularização fundiária de imóveis rurais de domínio público na Amazônia Legal. Vencidos o Ministro Marco Aurélio, que acompanhava o Relator quanto ao conhecimento da ação, mas, na parte conhecida, julgava-a improcedente, e, em parte, o Ministro Alexandre de Moraes, quanto à parte do voto do Relator referente ao art. 13 da Lei 11.952/2009, ao entender pela presunção *iuris tantum* da boa-fé da declaração do ocupante do imóvel, no que foi acompanhado, no ponto, pelo Ministro Gilmar Mendes. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Falou pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional a Ministra Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 18.10.2017.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 149, DE 2017 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio da Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Irlanda, celebrado em Dublin, em 24 de novembro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação no Domínio da Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Irlanda, celebrado em Dublin, em 24 de novembro de 2010.
Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 29/8/2017.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 150, DE 2017 (*)

Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Domínio Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia, assinado em Liubliana, em 20 de setembro de 2011.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Domínio Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia, assinado em Liubliana, em 20 de setembro de 2011.
Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem o referido Acordo, bem como quaisquer outros ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 29/8/2017.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 151, DE 2017 (*)

Aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação, assinado em Roma, em 2 de novembro de 2016.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação, assinado em Roma, em 2 de novembro de 2016.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

AVISO

CIRCULARAM EM 20/10/2017 AS EDIÇÕES EXTRAS Nº 202-A e B
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 20/10/2017.

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 56, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 784, de 7 de junho de 2017, que "Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946 e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 19 de outubro do corrente ano.

Congresso Nacional, em 20 de outubro de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ACRE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR.14/Nº 64, de 20 de dezembro de 1996, publicada no DOU nº 246, de 26 de dezembro de 2006, Seção I, pág. 280, que criou o **PA Envira,** SIPRA AC0039000, município de FeijóAC, **onde se lê:** "...com área de 5.668,3135 (cinco mil seiscentos e sessenta e oito hectares, trinta e um ares e trinta e cinco centiares)."..., **leia-se**:"...com área de 5.748,1704 (cinco mil, setecentos e quarenta e oito hectares, dezessete ares e quatro centiares) e, onde **se lê:"** com 239 (duzentos e trinta e nove) unidades agrícolas familiares. **Leia-se**:" com 221 (duzentas e vinte uma) unidades agrícolas familiares.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 23, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA), no Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições conferidas pela Portaria INCRA/P/Nº 504, de 31 de agosto de 2017, publicada no DOU, seção 2, do dia 01 de setembro de 2017, com fulcro no Decreto 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado na seção 8I no DOU do dia 12/01/2017, e no artigo 130 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/Casa Civil Nº 49, de 31 de janeiro de 2017, publicado na seção I do DOU, do dia 01 de fevereiro de 2017; e

Considerando a necessidade de otimizar o fluxo de respostas a assuntos relacionados diretamente as Divisões da Superintendência Regional;

Considerando que as chefias de cada Divisão desta forma poderão acompanhar diretamente os procedimentos que estão sendo adotados, resolve:

I - Delegar competência aos Chefes de Divisão, e em seus impedimentos legais aos Chefes - Substitutos de Divisão, para expedirem ofícios em assuntos relacionados diretamente as rotinas dos trabalhos das respectivas Divisões.

II - Determinar que os Ofícios que tratem da gestão da Superintendência, assim, como resposta aos demais órgãos da administração pública e autoridades legais, deverão permanecer como atribuição do Gabinete da Superintendência Regional.

III - Esta Portaria passa a vigorar a partir da sua publicação.

EVANS LEANDRO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

PORTARIA Nº 24, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA DO ESTADO DE GOIÁS), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do Art. 130 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/P/nº 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23 de 01 de fevereiro de 2017, bem como a norma de execução vigente que rege a matéria de reconhecimento de indivíduos ou famílias.

Considerando que a reforma agrária visa promover a melhor distribuição de terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, aumento de produção e promoção social, conforme preconiza o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

Considerando o disposto contido na Portaria INCRA/P nº 175, de 19 de abril de 2016, publicada no D.O de 20 de abril de 2016, para reconhecimento de indivíduos ou famílias quilombolas para fins de acesso às políticas do PNRA; resolve:

Art. 1º Reconhecer (41) famílias da Comunidade Tomás Cardoso, código SIPRA n° GO0444000, localizada nos municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, Estado Goiás, pertencente ao Território Quilombola TOMAS CARDOSO.

Art. 2º O procedimento de seleção das famílias candidatas a beneficiários ao PNRA, ora reconhecidos pelo INCRA, estarão submetidos aos critérios de vedação contidos no artigo 20 da Lei nº 8.629/93.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EURÍPEDES MALAQUIAS DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

Entidade: AR CERTIRON
Processo nº: 99990.000407/2017-45

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CERTIRON, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA e AC DIGITAL, na cadeia da AC SOLUTI, com instalação técnica localizada na Av Calama, nº1353, São João Bosco, Porto Velho-RO.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 619, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Cria a Câmara Permanente de Minutas no âmbito do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal -DEPCONSU e altera a Portaria nº 338, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre a sobre a estrutura, a organização e as atribuições dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das competências de que tratam o §1° do artigo 10 e os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o disposto nos artigos 29 e 35, ambos da Instrução Normativa n.º 05, de 26 de maio de 2017, editada pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, resolve:

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal - DEPCONSU a Câmara Permanente de Minutas, com o objetivo de elaborar e atualizar modelos de minutas padronizadas de editais, termos de referência e contratos administrativos a serem utilizadas pelos órgãos de execução da PGF nas atividades de consultoria jurídica prestada às autarquias e fundações públicas federais.

Art. 2º A Câmara Permanente de Minutas será dirigida por um Coordenador Técnico e um Coordenador Administrativo e terá a composição indicada no Anexo I.

§ 1º Ao Coordenador Técnico da Câmara Permanente de Minutas competirá a efetiva condução dos trabalhos.

§ 2º Ao Coordenador Administrativo da Câmara Permanente de Minutas incumbirá providenciar todo o suporte logístico necessário à realização dos trabalhos.

Art. 3º Os artigos 33 e 36 da Portaria/PGF nº 338, de 12 de maio de 2016, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 33

.....

XIII - elaborar e submeter à aprovação do Procurador-Geral Federal modelos de minutas padronizadas de editais, termos de referência e contratos administrativos a serem utilizadas pelos órgãos de execução da PGF nas atividades de consultoria jurídica prestada às autarquias e fundações públicas federais." (NR)

.....

"Art. 36 Integrarão o DEPCONSU as seguintes Câmaras Permanentes:

.....

IV- Câmara Permanente de Minutas.

.....

§ 1º As Câmaras Permanentes relacionadas nos incisos I a III têm o objetivo de aperfeiçoar as teses jurídicas relacionadas às atividades de consultoria e assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas federais, bem como discutir questões jurídicas relevantes afetas à referidas atividades, competindo-lhes, no âmbito de sua atuação temática:

.....

§ 1º-A A Câmara Permanente de Minutas tem o objetivo de elaborar e atualizar modelos de minutas padronizadas de editais, termos de referência e contratos administrativos a serem utilizadas pelos órgãos de execução da PGF nas atividades de consultoria jurídica prestada às autarquias e fundações públicas federais.

.....

§ 3º Os entendimentos firmados e as minutas padronizadas elaboradas pelas Câmaras Permanentes somente vincularão os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal após a respectiva aprovação pelo Procurador-Geral Federal.

§ 4º A Câmara Permanente de Minutas e a Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos atuarão, no que couber, em regime de estreita interlocução." (NR)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO

ANEXO I
Câmara Permanente de Minutas

Membros

Nome	Órgão de exercício
Alessandro Quintanilha Machado	Procuradoria Federal junto à Fundação Casa de Rui Barbosa
Ana Carolina de Sá Dantas	Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA/DF
Caroline Marinho Boaventura Santos - Coordenadora Administrativa	Departamento de Consultoria da PGF
Daniel de Andrade Oliveira Barral	Procuradoria-Geral Federal
Diego da Fonseca Hermes Ornellas de Gusmao	Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS na 2ª Região
Karina Bacciotti Carvalho	Equipe Nacional de Licitações e Contratos (ENALIC)
Ricardo Silveira Ribeiro	Procuradoria Federal junto à ANP
Soraya Bueno Arantes do Nascimento - Coordenadora Técnica	Procuradoria Seccional da PFE/INSS em Goiânia/GO

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 118, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Designa o Secretário-Executivo do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto de 2 de julho de 2008, alterado pelo Decreto de 22 de junho de 2017, e no art. 18 do Regimento Interno do CDPNB, resolve:

Art. 1º Designar o Secretário de Coordenação de Sistemas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República como Secretário-Executivo do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 2.472, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe é subdelegada pela Portaria n° 19 - MAPA, de 19 de dezembro de 2016, pelo inciso XXII, art. 44 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº. 428, de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010, e;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa SDA Nº66 de 27 de novembro de 2006;

CONSIDERANDO o Art. 3° da Lei n° 7.802 de 11 de junho de 1989, regulamentada pelo decreto n°4.074 de 04 de janeiro de 2002 e;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 21008.002238/2017-26, resolve:

Art. 1º - Conceder o Credenciamento como Prestadora de Serviços de tratamento Quarentenário e Fitossanitário no Trânsito Internacional de Vegetais e suas partes, para a empresa DEDETIZADORA ROMAR LTDA, COM Registro no MAPA sob o número BR AP-044, nome fantasia DESRATOX, CNPJ n° 14.520.829/0001-20, Inscrição Estadual n° 030045156, localizada na Av. Treze de Setembro, 1676 bairro: Buritizal - Macapá, Estado do Amapá, nos seguintes tratamentos: Fumigação em Contêineres (FEC) e Fumigação em Porões de Navio (FPN -Fosfina).

Art. 2º - O Credenciamento que trata está Portaria terá validade por 5 (cinco) anos, com efeito a partir de 28 de dezembro de 2017 e poderá ser revalidado por igual período, mediante solicitação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LILIA SUELY AMORAS COLLARES DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 325, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21052.024824/2017-96, resolve:

Art. 1° Credenciar, sob o número BR SP657, a empresa Fitoprime Tratamento Fitossanitário EIRELI, CNPJ 27.273.493/0001-90, localizada na Av. Reynaldo Porcari, n° 990, sala 4, Jundiaí-SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar a seguinte modalidade de tratamento: Tratamento Térmico.

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, conforme §4° do Art. 1° - Anexo I - da Instrução Normativa SDA n° 66/2006, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO SERGIO FERREIRA JARDIM

PORTARIA N° 328, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial n° 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Lei n° 6894, de 16 de dezembro de 1980, no Decreto 4954, de 14 de janeiro de 2004, alterado pelo Decreto n° 8384, de 2014 e na Instrução Normativa MAPA n° 53, de 24 de outubro de 2013 e o que consta do Processo ¬¬21052.025571/2017-78, resolve:

Art. 1° Credenciar a Instituição de Pesquisa da empresa Pontual Pesquisa e Desenvolvimento LTDA, CNPJ n° 23.838.870/0001-30, com sede na Avenida Gonçalves Magalhães, 1166, bairro Trujillo, CEP 18.060-240, no Município de Sorocaba/SP, e campo experimental localizado em sua filial, CNPJ n° 23.838.870/0002-10, Estrada Décio Valdemarim, 20, bairro Cajerê, CEP 18.560-000, no Município de Iperó/SP, para, na qualidade de Instituição Privada de Pesquisa, realizar ensaios de eficiência e viabilidade agronômica visando o registro de produtos novos abrangidos pelo art. 15 do regulamento da Lei n° 6894 de 1980.

Art 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 90, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

1. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Tebufort, registro nº 1710, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da modalidade de aplicação aérea nas culturas de arroz e feijão.

2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Lambda Cyhalothrin Técnico UPL, registro nº 7807, no produto formulado Trinca, registro nº 4410.

3. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Granada, registro nº 9815, conforme processo n° 21000.018629/2017-32.

4. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Diazol 600 EC, registro nº 778606.

5. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Garant, registro nº 1278791, para a marca comercial Bioprogress.

6. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto Cobox DF, registro nº 4700, da empresa Basf S.A. - sito à Av. das Nações Unidas, 14.171 - 2º, 10º ao 12º e 14º ao 17º - CEP: 04794-000 - São Paulo/SP para a empresa Mitsui & CO. (Brasil) S.A. - sito à Avenida Paulista nº 1842 - 23º andar - Ed. Cetenco Plaza - Torre Norte - CEP: 01310-923 - São Paulo/SP.

7. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Adama Andina B.V. Sucursal Colômbia - Calle 1C Nº 7-53, Interior Zona Franca Barranquilla, Atlântico- Colômbia, Adama Agan Ltd. - Haashlag Street 3, P.O. Box 262, Northern Industrial Zone 77102 Ashdod, Israel no produto Herburon 500 BR, registro nº 368705.

8. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Longkou City Chemical Plant - Siping Langao, 265709 Longkou, Shandong China e o manipulador Bequisa Indústria Química do Brasil Ltda. - São Vicente/SP, no produto Fertox, registro nº 2304.

9. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto Cobox , registro nº 928499, da empresa Basf S.A. - sito à Av. das Nações Unidas, 14.171 - 2º, 10º ao 12º e 14º ao 17º - CEP: 04794-000 - São Paulo/SP para a empresa Mitsui & CO. (Brasil) S.A. - sito à Avenida Paulista nº 1842 - 23º andar - Ed. Cetenco Plaza - Torre Norte - CEP: 01310-923 - São Paulo/SP.

10. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Chemtura Canadá CO/CIE, para Lanxess Canadá CO/CIE e Chemtura Corporation para Lanxess Solutions US Inc.- Erb Street - Elmira, Ontário - Canadá, e 199, Benson Road, Middlebury - Estados Unidos permanecendo o mesmo endereço, esta alteração se aplica a todos os registros onde está conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.044778/2017-57.

11. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Stockton-Agrimor do Brasil Ltda CNPJ nº 09.468.367/0001-09 - São Paulo/SP, a importar os produtos Fate 750 SP, registro nº 20917; Trishul 750 SP, registro nº 20817; Thiodi , registro n° 22717; e Dessicash, registro nº 3515.

12. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Alamos Brasil Ltda. - CNPJ: 07.118.931/0001-00, Filial: CNPJ: 07.118.931/0002-19 - Xanxerê/SC, CNPJ: 07.118.931/0003-08 - Pato Branco/PR a importar os produtos Take 750 SP, registro nº 20717; Fate 750 SP, registro nº 20917; Thiodi, registro nº 22717; e Dessicash 200 SL, registro nº 25216.

13. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Simanex 500 SC, registro nº 6795.

14. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Gotafix, registro nº 488905.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

15. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária cancelamos o registro do produto Herbiflan, registro nº 1918592.

16. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Herbazin 500 BR, registro nº 1378504.

17. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Agroimport do Brasil Ltda - CNPJ: 05.625.220/0001-24, Filial: CNPJ: 05.625.220/0004-77 - Passo Fundo/RS, a importar os produtos Ace 750 SP, registro nº 12317; Fate 750 SP, registro nº 20917, Thiodi, registro nº 22717; e Diquash 200 SL, registro nº 3516.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 05 de dezembro de 2016, em Ato nº 67, de 02 de dezembro de 2016, Seção 1, item 24, onde se lê: ...Nome Comum: Imidacloprido, leia-se: ... Nome Comum: Flutriafol; Imidacloprido; onde se lê: ... Nome Químico: 1(6-chloro-3pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine, leia-se: Nome Químico: (RS)-2,4-difluoro-a-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol; 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine; onde se lê: ... classe de uso: Inseticida; leia-se: ... classe de uso: Fungicida; Inseticida

No DOU de 11 de outubro de 2017, em Ato nº 87, 09 de outubro de 2017, Seção 1, item 15, onde se lê: ... Foi aprovada a exclusão de manipulador/importador Athena Brasil Produtos Químicos Ltda., leia-se: ... Foi aprovada a exclusão de manipulador/importador Rohm and Haas Química Ltda. no produto Smartfresh Smartabs, registro nº 7709.

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 199, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho no Amapá, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCINICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,55 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

MONSANTO DO BRASIL LTDA: SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 50RR2, NS 90PRO, NS 90PRO2, LG 6304PRO, LG 6036PRO, LG 6036PRO2, LG 6036RR2, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, AG9000PRO3, AG9025PRO3, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, DKB177PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB310PRO3, DKB390PRO3, SHS7915PRO3 e BM950PRO3.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GRUPO II

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001 e IPANEMA;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: BM 840PRO, BM 915PRO, BM780PRO, SHS 7915PRO, NS92PRO, NS 92PRO2, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, LG 6033PRO2, LG6036PRO3, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2 e LG 6050PRO3.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO

PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Amapá	5 a 14	5 a 15	5 a 15	15					
Calçoene	5 a 14	5 a 15	5 a 15	15					
Cutias	5 a 15	5 a 15	5 a 15						
Ferreira Gomes	5 a 15	5 a 15	5 a 15						
Itaubal	5 a 15	5 a 15	5 a 15						
Laranjal do Jari	5 a 14	5 a 15	5 a 15	15					
Macapá	5 a 15	5 a 15	5 a 15						
Mazagão	5 a 15	5 a 15	5 a 15						
Oiapoque	5 a 14	5 a 15	5 a 15	15					
Pedra Branca do Amapari	5 a 15	5 a 15	5 a 15						
Porto Grande	5 a 15	5 a 15	5 a 15						
Pracuúba	5 a 14	5 a 15	5 a 15	15					
Santana	5 a 15	5 a 15	5 a 15						
Serra do Navio	5 a 15	5 a 15	5 a 15						
Tartarugalzinho	5 a 14	5 a 15	5 a 15	15					
Vitória do Jari	5 a 14	5 a 15	5 a 15	15					

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Amapá	5 a 13	5 a 13	5 a 14	14	14	15			
Calçoene	5 a 13	5 a 13	5 a 14	14	14	15			
Cutias	5 a 13	5 a 14	5 a 14	14		15		15	
Ferreira Gomes	5 a 13	5 a 14	5 a 15	14				15	
Itaubal	5 a 13	5 a 14	5 a 15	14	15		15		
Laranjal do Jari	5 a 13	5 a 14	5 a 14	14		15		15	
Macapá	5 a 13	5 a 14	5 a 15	14	15		15		
Mazagão	5 a 13	5 a 14	5 a 15	14				15	
Oiapoque	5 a 12	5 a 13	5 a 14	13	14	15	14		
Pedra Branca do Amapari	5 a 13	5 a 14	5 a 15	14				15	
Porto Grande	5 a 13	5 a 14	5 a 15	14				15	
Pracuúba	5 a 13	5 a 14	5 a 14	14		15		15	
Santana	5 a 13	5 a 14	5 a 15	14	15		15		
Serra do Navio	5 a 13	5 a 14	5 a 14	14		15		15	
Tartarugalzinho	5 a 13	5 a 14	5 a 14	14		15		15	
Vitória do Jari	5 a 13	5 a 13	5 a 14		14	15	14		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Amapá	5 a 11	5 a 12	5 a 13	12				13	
Calçoene	5 a 11	5 a 11	5 a 12	12	12	13		13	
Cutias	5 a 12	5 a 12	5 a 13		13		13		14
Ferreira Gomes	5 a 12	5 a 12	5 a 13		13		13		14
Itaubal	5 a 12	5 a 12	5 a 13	13	13	14		14	
Laranjal do Jari	5 a 11	5 a 12	5 a 13	12	13	14	13		
Macapá	5 a 12	5 a 12	5 a 13	13	13	14		14	
Mazagão	5 a 12	5 a 12	5 a 13	13	13	14			
Oiapoque	5 a 11	5 a 11	5 a 12	12	12	13		13	
Pedra Branca do Amapari	5 a 12	5 a 12	5 a 13		13		13		14
Porto Grande	5 a 12	5 a 12	5 a 13		13	14	13		
Pracuúba	5 a 11	5 a 12	5 a 13	12	13		13		
Santana	5 a 12	5 a 12	5 a 13	13	13	14		14	
Serra do Navio	5 a 11	5 a 12	5 a 13	12	13		13		14
Tartarugalzinho	5 a 11	5 a 12	5 a 13	12	13		13		14
Vitória do Jari	5 a 11	5 a 12	5 a 12	12		13		13	14

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 200, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho no Estado de Roraima, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c)Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Além disso, os estudos de Zoneamento Agrícola de Risco Climático foram realizados com base no Projeto PRODES (2008, INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) no qual foram consideradas as áreas de não florestas, áreas de cerrado, e desmatamento até 2008.

Segundo o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), são consideradas áreas rurais consolidadas aquelas com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

O resultado final é a indicação dos municípios que apresentaram, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,55 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, 2A401PW, 2A620PW, 2B210PW, 2B346PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B647PW, 2B810PW, 2B877PW, DB 2B339PW, NEX 5617Hx, NEX 5617PW, 929V, CD 384, CD 384HR, CD 384PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, MG600PW, MG744PW, CD3410PW, CD3775PW, MG699RR, 2A521PW, 2B640PW, MG711PW e CD384RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35R, 30F35VYHR, 30F53, 30F53E, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30R50YH, 30S31VYH, 30S31VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646YHR, P3844H, P3862H, P4285 e P4285YH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 1055, BRS 1060 e BRS 3040;

HELIX SEMENTES LTDA: SHS7939 e BM270;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ9501PRO, GNZ 9505YG, GNZ 9626PRO, GNZ 9688PRO, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, AG9000PRO3, NS 90PRO, AG9025PRO3, NS 90PRO2, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB310PRO3, DKB390PRO3, LG 6036PRO, LG 6036RR2, BM950PRO3, AG9030PRO3, 3700RR2, AS1596PRO3, SHS 7915PRO, LG 6030PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO2 e LG 6030PRO3;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3 e PRE2601 TP;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, SYN7205, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN8A98 Viptera, Somma, Somma TL, Somma Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, Formula VIP2 e Formula TG.

GRUPO II

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B633PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2223, BRS 4154, BRS Sol da Manhã e BRS 4104;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 2M80, 2M77, 3M51, 4M50, 4M02, 2M88 e 3M40;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9690PRO, BM 915PRO, BM780PRO, NS92PRO, NS 92PRO2, LG 6033PRO2, LG6036PRO3, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50RR2, LG 6036PRO2 e SHS7910PRO3;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20 e RVM 40;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, Al Bianco e AL 34;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1076 e SX1086.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Alto Alegre	15 a 17	15 a 18	15 a 18	18		19		19	20
Amajari	15 a 17	15 a 18	15 a 18			19	18		
Boa Vista	15 a 17	15 a 17	15 a 18		18	19	18		
Bonfim	15 a 16	15 a 17	15 a 18	17	18				19
Cantá	15 a 17	15 a 17	15 a 18		18	19	18	19	
Caracaraí	15 a 17	15 a 18	15 a 18	18		19 a 20	19	19 a 20	
Caroebe				15	15 a 16	15 a 16	16 a 17	17 a 18	17 a 19
Iracema	15 a 17	15 a 17	15 a 18	18	18	19		19 a 20	20
Mucajaí	15 a 17	15 a 18	15 a 18	18		19		19 a 20	20
Normandia	15 a 16	15 a 17	15 a 17	17		18		18	
Pacaraima	15 a 17	15 a 17	15 a 18		18		18		19
Rorainópolis			15 a 16	15 a 16	15 a 17	17 a 18	17 a 18	18 a 19	19 a 20
São João da Baliza				15 a 16	15 a 16	15 a 17	17	17 a 18	18 a 19
São Luiz			15 a 16	15 a 16	15 a 17	17 a 18	17	18	19
Uiramutã	15 a 17	15 a 17	15 a 17			18		18	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Alto Alegre	15	15 a 16	15 a 17	16				17	18
Amajari	15	15 a 16	15 a 17	16				17	18
Boa Vista	15	15 a 16	15 a 16	16		17		17	18
Bonfim	15	15	15 a 16		16	17	16	17	
Cantá	15	15 a 16	15 a 16	16		17		17	18
Caracaraí	15 a 16	15 a 16	15 a 17		17	18	17 a 18	18	19 a 20
Caroebe					15	15 a 16	15 a 16	16	17
Iracema	15	15 a 16	15 a 16	16		17 a 18	17	17	
Mucajai	15 a 16	15 a 16	15 a 17		17	18	17		
Normandia	15	15	15 a 16		16	17	16		
Pacaraima	15	15 a 16	15 a 17	16				17	
Rorainópolis					15	15 a 16	15 a 16	16 a 17	17 a 18
São João da Baliza					15	15 a 16	15 a 16	16 a 17	17
São Luiz					15	15 a 16	15 a 16	16 a 17	17 a 18
Uiramutã	15	15	15 a 16		16	17	16		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Alto Alegre			15		15	16	15	16	17
Amajari			15		15		15	16	16
Boa Vista			15		15		15	16	16
Bonfim						15		15	16
Cantá			15		15		15	16	16
Caracaraí		15	15	15		16	16	16 a 17	17 a 18
Caroebe								15	15 a 16
Iracema			15		15	16	15	16	17
Mucajaí			15		15	16	15	16	17
Normandia						15		15	
Pacaraima			15		15		15	16	16
Rorainópolis						15		15	16 a 17
São João da Baliza								15	15 a 16
São Luiz								15	15 a 16
Uiramutã			15					15	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 201, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho no Estado de Alagoas, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c)Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,55 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9105 PRO, PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853 PRO e ADV9853;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 20A55PW, 20A78PW, 30A91PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B433PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B655Hx, 2B655PW, 2B688PW, 2B688RR, 2B710PW, 2B810PW, 2B877PW, 2A401PW, 2B210PW, 2B346PW, CD 384, CD 384HR, CD 384PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 2B647PW, 929V, DB 2B339Hx, DB 2B339PW, NEX 5617Hx, NEX 5617PW, MG600PW, MG744PW, CD3410PW, CD3775PW, MG699RR, 2A521PW, 2B640PW, MG711PW e CD384RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35R, 30F35VYHR, 30F53, 30F53E, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30R50YH, 30S31VYH, 30S31VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646YHR, P3844H, P3862H, P4285, P4285YH e P4285YHR;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 5033 (Asa Branca), BRS 1055, BRS 1060, BRS 3040, BRS Assum Preto, BRS Caatingueiro e BRS Gorutuba;

GENESEEDS: BM 3061;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 3063PRO2, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, SHS 4080, SHS 5050, SHS 7770, SHS 7090, SHS 7080, SHS 7070, SHS 5560, SHS 5550, SHS 5090, SHS 5070, SHS 4070, SHS 4050, SHS 3031, SHS 4090, BM810PRO2, BM904, BM812 e ExtendaxRR2;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI, PR 3350 e PR 27D28;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG9030PRO, AG9030PRO2, AG 8676PRO2, AS 1625PRO2, GNZ 9688PRO, GNZ 9505YG, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, AS 1665PRO, AG 8088PRO, AS1596PROX, AS 1596RR2, AG 8580PRO, AS1573PRO, DKB 350PRO, DKB 390, AG 8041PRO, AS 1596PRO2, AS 1596, AS 1581PRO, DKB390PROX, AS1575PRO3, DKB 390PRO2, DKB 175PRO, AG 8088PRO2, AG8088PROX, DKB 177, AG 8061PRO2, AS 1598, AG 8676PRO, AG 7088PRO2, AS 1598PRO, AG 8061PRO, AS 1633PRO2, AS 1598PRO2, AG 8544PRO, AG 5011, DKB315PRO, DKB330PRO2, DKB 330RR2, DKB 310PRO, DKB 310PRO2, AG 7088PRO, AG 5011YG, AG 7088, DKB177PRO, AG 5055PRO, AG 1051, DKB 177PRO2, AG7088PROX, AG 7098PRO, DKB 340PRO, AG8025PRO2, AG 7088RR2, DKB340PRO2, AG9030RR2, DKB 390PRO, DKB 390RR2, DKB330PRO, DKB245PRO2, DKB 177RR2, DKB 250PRO, AG 8544PRO2, AG7098PRO2, AS 1575PRO, AS 1656PRO2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8700PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 90PRO, AG9000PRO3, NS 90PRO2, AG9025PRO3, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, RB9110PRO, RB 9308PRO, LG 6036RR2, RB 9004PRO, RB 9005PRO, RB 9005PRO2, 2300RR2, RB 9006PRO, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, RB 9005PRO3, SHS 7915PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9077PRO, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, AS1551PRO2, AG 9040YG, AS1555PRO, AS1555PRO2, AS1555RR2 e GNZ 9626PRO;

NIDERA: BX970 e BX970YG;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, ATL 200, SM 511, ATL 110, SM 966, RK3014 e RK3115;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8030 e XB 8010;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3 e PRE2601 TP;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Cargo TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, SG 6015, SG 6418, SW3949 TL, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 Viptera, Somma, SOMMA VIP3, Somma TL, Somma Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, Formula VIP2 e Formula TG.

GRUPO II

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe, DSS 1001, Copacabana e IPANEMA;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B633PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BR 5011 (Sertanejo), BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 2223, BRS 3025, BRS 3035, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104 e BRS 3046;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005 e GNZ 2005 YG;

HELIX SEMENTES LTDA: SHS7990, SHS7990PRO2, BM 810, BM 207 e BM 502;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 2M80, 2M77, 3M51, 4M50, 4M02, 2M88 e 3M40;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9690PRO, BM 915PRO, BM780PRO, NS92PRO, NS 92PRO2, LG 6033PRO2, LG6036PRO3, RB 9210PRO, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50RR2, LG 6036PRO2 e SHS7910PRO3;

NIDERA: BX1200;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: SM 505, ATL 310, K9100, K9200, K9220PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2 e R9330PRO2;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20 e RVM 40;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL 34;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 4013;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1076 e SX1086.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Água Branca									11 a 13
Anadia	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7	7 + 18	7	18		
Arapiraca	9 a 16	9 a 17	8 a 17	8 + 17	7 a 8	7 + 18	7	18	
Atalaia	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7 + 18	7 + 18	7			
Barra de Santo Antônio	8 a 17	7 a 17	8 a 18	7 + 18	18	7			
Barra de São Miguel	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7 + 18	7 + 18	7			
Batalha	10 a 14	10 a 15	9 a 16	9 + 15	8 a 9 + 16	8	7 a 8 + 16	7 + 17	7 + 17
Belém	9 a 16	8 a 16	8 a 17	7 a 8 + 17	7 + 17	7 + 18		18	
Belo Monte	10 a 15	10 a 15	9 a 16	9	8 a 9 + 16	8 + 17	7 a 8 + 16	7 + 17	7
Boca da Mata	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7	7 + 18	7	18		
Branquinha	8 a 16	7 a 17	8 a 18	7 + 17	18	7	18		
Cacimbinhas	10 a 14	10 a 15	9 a 16	9 + 15	8 a 9 + 16	7 a 8 + 17	7 a 8 + 16	7 + 17	18
Cajueiro	8 a 16	8 a 17	8 a 18	7 + 17	7 + 18	7	18		
Campestre	8 a 16	7 a 17	7 a 18	7 + 17	18		18		
Campo Alegre	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7	7 + 18	7	18		
Campo Grande	9 a 16	9 a 17	9 a 17	8 + 17	7 a 8	7 a 8 + 18	7	18	
Canapi						11 a 13	11 a 13	10 a 14	7 a 10 + 14 a 15
Capela	8 a 16	8 a 17	8 a 18	7 + 17	7 + 18	7	18		
Carneiros		13	11 a 14	11 a 13	10 a 12 + 14	9 a 10 + 15	9 a 10 + 14	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16
Chã Preta	9 a 15	8 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16	7 + 17	7 + 18	17	18	
Coité do Nóia	9 a 16	8 a 16	8 a 17	7 a 8 + 17	7 + 17	7 + 18		18	
Colônia Leopoldina	8 a 16	7 a 17	7 a 18	7 + 17	18		18		
Coqueiro Seco	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7 + 18	7 + 18	7			
Coruripe	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7	7 + 18	7	18		
Craíbas	9 a 15	9 a 16	9 a 16	8 + 16	7 a 8 + 17	7 a 8 + 17 a 18	7 + 17		
Delmiro Gouveia									11
Dois Riachos	13	10 a 14	10 a 15	10 a 12 + 14	9 + 15	8 a 9 + 16	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16	7 + 17
Estrela de Alagoas	10 a 15	9 a 15	9 a 16	9	7 a 8 + 16	7 a 8 + 17	7 a 8 + 16	17	18
Feira Grande	9 a 16	9 a 17	9 a 17	8 + 17	7 a 8	7 a 8 + 18	7	18	
Feliz Deserto	8 a 17	8 a 18	8 a 18	7	7	7	18		
Flexeiras	8 a 17	7 a 17	8 a 18	7 + 18	18	7			
Girau do Ponciano	9 a 15	9 a 16	9 a 17	8 + 16	8 + 17	7 a 8 + 18	7 + 17	7 + 18	
Ibateguara	8 a 16	7 a 16	7 a 17	7 + 17	17	18	18	18	
Igaci	9 a 15	9 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16	7 a 8 + 17	7 + 18	17	18	
Igreja Nova	9 a 17	9 a 17	9 a 18	8	7 a 8 + 18	7 a 8	7 + 18		
Inhapi						12 a 13	12	10 a 13	8 a 11 + 14 a 15
Jacaré dos Homens	11 a 14	10 a 15	10 a 15	9 a 10 + 15	9	8 a 9 + 16	8	7 a 8 + 16	7 + 17
Jacuípe	8 a 16	7 a 17	7 a 18	7 + 17	18		18		
Japaratinga	8 a 16	7 a 17	7 a 18	7 + 17	18		18		
Jaramataia	10 a 14	10 a 15	9 a 16	9 + 15	8 a 9 + 16	7 a 8 + 17	7 a 8 + 16	7 + 17	18
Jequiá da Praia	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7	7 + 18	7	18		
Joaquim Gomes	8 a 16	7 a 17	7 a 18	7 + 17	18		18		
Jundiá	8 a 16	7 a 17	7 a 18	7 + 17	18		18		
Junqueiro	9 a 17	8 a 17	8 a 18	7 a 8	7 + 18	7	18		
Lagoa da Canoa	9 a 15	9 a 16	9 a 17	8 + 16	7 a 8 + 17	7 a 8 + 18	7 + 17	18	
Limoeiro de Anadia	9 a 16	8 a 17	8 a 18	7 a 8 + 17	7 + 18	7	18		
Maceió	8 a 17	7 a 17	8 a 18	7 + 18	18	7			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Major Isidoro	10 a 14	10 a 15	9 a 15	9 + 15	8 a 9 + 16	8 + 16	7 a 8 + 16	7 + 17	7 + 17
Mar Vermelho	9 a 15	8 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16 a 17	7 + 17	7 + 18		18	
Maragogi	8 a 16	7 a 17	7 a 18	7 + 17	18		18		
Maravilha					11 a 14	10 a 14	10 a 14	8 a 10 + 15	7 a 9 + 15
Marechal Deodoro	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7 + 18	7 + 18	7			
Maribondo	9 a 16	8 a 17	8 a 18	7 a 8 + 17	7 + 18	7	18		
Mata Grande									9 a 14
Matriz de Camaragibe	8 a 17	7 a 17	7 a 18	7 + 18	18				
Messias	8 a 17	7 a 17	8 a 18	7 + 18	18	7			
Minador do Negrão	10 a 14	10 a 15	9 a 15	9 + 15	8 a 9 + 16	7 a 8 + 16	7 a 8 + 16	7 + 17	17
Monteirópolis	13	10 a 14	10 a 15	10 a 12 + 14	9 + 15	9 + 16	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16	7 a 8
Murici	8 a 17	7 a 17	8 a 18	7 + 18	18	7			
Novo Lino	8 a 16	7 a 17	7 a 18	7 + 17	18		18		
Olho D"Água das Flores	13	10 a 14	10 a 15	10 a 12 + 14	9 + 15	9 + 16	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16	7 a 8 + 17
Olho D"Água do Casado								11 a 13	8 a 14
Olho D"Água Grande	9 a 16	9 a 17	9 a 17	8 + 17	7 a 8	7 a 8 + 18	7	18	
Olivença	13	10 a 14	10 a 15	9 a 12 + 14	9 + 15	9 + 16	8 + 15	7 a 8 + 16	7 a 8 + 17
Ouro Branco					11 a 13	10 a 14	10 a 14	9 a 10 + 14 a 15	7 a 9 + 15
Palestina	11 a 13	10 a 14	10 a 15	9 a 10 + 14 a 15	9 + 15	8 a 9 + 16	8	7 a 8 + 16	7 + 17
Palmeira dos Índios	9 a 15	8 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16	7 + 17	7 + 18	17	18	
Pão De Açúcar	13	10 a 14	10 a 15	9 a 12 + 14	9 + 15	9 + 16	8 + 15	7 a 8 + 16	7 a 8
Paripueira	8 a 17	7 a 17	8 a 18	7 + 18	18	7			
Passo de Camaragibe	8 a 17	7 a 17	7 a 18	7 + 18	18				
Paulo Jacinto	9 a 15	8 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16	7 + 17	7 + 18	17	18	
Penedo	9 a 17	8 a 18	8 a 18	8	7	7	7 + 18		
Piaçabuçu	9 a 17	8 a 18	8 a 18	7 a 8	7	7	18		
Pilar	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7 + 18	7 + 18	7			
Pindoba	9 a 16	8 a 17	8 a 18	7 a 8 + 17	7 + 18	7	18		
Piranhas						10 a 13	11 a 13	10 a 14	8 a 9 + 14 a 15
Poço das Trincheiras			12 a 13	11 a 13	10 a 14	9 a 11 + 14 a 15	9 a 10 + 14	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16
Porto Calvo	8 a 16	7 a 17	7 a 18	7 + 17	18		18		
Porto de Pedras	8 a 17	7 a 17	7 a 18	7	18		18		
Porto Real do Colégio	9 a 17	9 a 17	9 a 18	8	7 a 8 + 18	7 a 8	7 + 18		
Quebrangulo	9 a 15	8 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16	7 + 17	7 + 18	17	18	
Rio Largo	8 a 17	7 a 17	8 a 18	7 + 18	18	7			
Roteiro	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7 + 18	7 + 18	7			
Santa Luzia do Norte	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7 + 18	7 + 18	7			
Santana do Ipanema	13	10 a 14	10 a 15	10 a 12 + 14	9 + 15	9	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16	7 a 8 + 16
Santana do Mundaú	9 a 15	7 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16	17	7 + 18	17	18	
São Brás	9 a 16	9 a 17	9 a 17	8 + 17	7 a 8	7 a 8 + 18	7	18	
São José da Laje	9 a 15	7 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16	17	7 + 18	17	18	
São José da Tapera	13	11 a 14	10 a 15	10 a 12 + 14	9 a 10 + 15	9	9 + 15	8	7 a 8 + 16
São Luís do Quitunde	8 a 17	7 a 17	7 a 18	7 + 18	18				
São Miguel dos Campos	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7 + 18	7 + 18	7			
São Miguel dos Milagres	8 a 17	7 a 17	7 a 18	7 + 18	18				
São Sebastião	9 a 17	9 a 17	8 a 18	8	7 a 8 + 18	7	7 + 18		
Satuba	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7 + 18	7 + 18	7			
Senador Rui Palmeira				13	11 a 14	9 a 14	10 a 12 + 14	8 a 10 + 15	7 a 8 + 15
Tanque D"Arca	9 a 16	8 a 17	8 a 18	7 a 8 + 17	7	7		18	
Taquarana	9 a 16	8 a 17	8 a 17	7 a 8 + 17	7	7 + 18		18	
Teotônio Vilela	8 a 17	8 a 17	8 a 18	7	7 + 18	7	18		
Traipu	9 a 15	9 a 16	9 a 17	8 + 16	8 + 17	7 a 8 + 18	7 + 17	7 + 18	
União dos Palmares	8 a 16	7 a 17	8 a 18	7 + 17		7	18	18	
Viçosa	9 a 16	8 a 17	8 a 18	7 a 8 + 17	7	7	18	18	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Anadia	9 a 15	8 a 15	8 a 16	7 a 8	7 + 16	7 + 17	16	17	18
Arapiraca	9 a 14	9 a 15	8 a 16	7 a 8 + 15	7 a 8 + 16	7	16		17
Atalaia	8 a 15	8 a 15	8 a 16	7	7 + 16	7 + 17	16	17	18
Barra de Santo Antônio	8 a 15	7 a 16	7 a 16	7 + 16	17	17	17		18
Barra de São Miguel	8 a 15	8 a 16	8 a 16	7 + 16	7 + 17	7 + 17	17		18
Batalha	9 a 13	9 a 13	9 a 14	8 + 14	7 a 8 + 14	7 a 8 + 15	7	15	16
Belém	9 a 14	8 a 15	8 a 16	7 a 8 + 15	7 + 16	7	16		17
Belo Monte	9 a 13	9 a 14	9 a 14	8 + 14	7 a 8	7 a 8 + 15	7	15	16
Boca da Mata	8 a 15	8 a 15	8 a 16	7 + 16	7 + 16	7 + 17		17	18
Branquinha	8 a 14	7 a 15	7 a 16	7 + 15	16	17	16	17	18
Cacimbinhas	9 a 13	9 a 14	9 a 14	7 a 8	7 a 8	7 a 8 + 15	14	15	16
Cajueiro	8 a 14	8 a 15	8 a 16	7 + 15	7 + 16	7 + 17	16	17	18
Campestre	8 a 14	7 a 15	7 a 16	7 + 15	16	17	16	17	
Campo Alegre	9 a 15	8 a 15	8 a 16	7 a 8 + 16	7 + 16	7 + 17		17	18
Campo Grande	9 a 14	9 a 15	9 a 16	8 + 15	7 a 8 + 16	7 a 8	7 + 16		17
Canapi						10	10	9 a 12	7 a 9 + 11 a 13
Capela	8 a 14	8 a 15	8 a 16	7 + 15	7 + 16	7 + 17	16	17	18
Carneiros			10 a 12	10 a 11	9 a 12	8 a 9 + 13	7 a 9 + 12 a 13	7 a 8 + 13	7 + 14
Chã Preta	8 a 14	8 a 15	8 a 15	7 + 15	7	7 + 16	16	16	17
Coité do Nóia	9 a 14	8 a 15	8 a 15	7 a 8 + 15	7	7 + 16	16	16	17
Colônia Leopoldina	8 a 14	7 a 15	7 a 16	7 + 15	16	17	16	17	
Coqueiro Seco	8 a 15	7 a 16	7 a 16	7 + 16	17	17	17		18
Coruripe	9 a 15	8 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16	7 + 17	7	17		18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Craíbas	9 a 14	9 a 14	8 a 15	7 a 8	7 a 8 + 15	7 + 16	15	16	17
Dois Riachos	10 a 11	9 a 12	9 a 13	8 a 9 + 12 a 13	8 + 13 a 14	7 a 8 + 14	7 + 14	7	15
Estrela de Alagoas	9 a 13	8 a 14	8 a 14	7 a 8 + 14	7 + 15	7 + 15	15		16
Feira Grande	9 a 14	9 a 15	8 a 16	7 a 8 + 15	7 a 8 + 16	7	16		17
Feliz Deserto	9 a 15	8 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16	7 + 17	7	17		18
Flexeiras	8 a 15	7 a 15	7 a 16	7 + 16	16 a 17	17			18
Girau do Ponciano	9 a 14	9 a 15	9 a 15	8	7 a 8	7 a 8 + 16	7 + 15	16	17
Ibateguara	8 a 14	7 a 15	7 a 16	7 + 15	16	17	16	17	
Igaci	9 a 14	8 a 15	8 a 15	7 a 8	7	7 + 16	15	16	17
Igreja Nova	9 a 15	9 a 15	8 a 16	7 a 8 + 16	7 a 8 + 16	7 + 17		17	
Inhapi								9 a 11	7 a 13
Jacaré dos Homens	10 a 12	9 a 13	9 a 13	8 a 9 + 13	8 + 14	7 a 8 + 14	7 + 14	7	15
Jacuípe	8 a 14	7 a 15	7 a 16	7 + 15	16	17	16	17	
Japaratinga	8 a 15	7 a 15	7 a 16	7	16	17	16	17	18
Jaramataia	9 a 13	9 a 14	9 a 14	8 + 14	7 a 8	7 a 8 + 15	7	15	16
Jequiá da Praia	8 a 15	8 a 16	8 a 16	7 + 16	7 + 17	7 + 17	17		18
Joaquim Gomes	8 a 14	7 a 15	7 a 16	7 + 15	16	17	16	17	18
Jundiá	8 a 15	7 a 15	7 a 16	7	16	17	16	17	18
Junqueiro	9 a 15	8 a 15	8 a 16	7 a 8	7 + 16	7 + 17	16	17	
Lagoa da Canoa	9 a 14	9 a 15	8 a 15	7 a 8 + 15	7 a 8	7 + 16		16	17
Limoeiro de Anadia	9 a 14	8 a 15	8 a 16	7 a 8 + 15	7 + 16	7 + 17	16	17	
Maceió	8 a 15	7 a 16	7 a 17	7 + 16	17		17		18
Major Isidoro	9 a 13	9 a 13	9 a 14	8	7 a 8 + 14	7 a 8 + 15	7 + 14	15	16
Mar Vermelho	9 a 14	8 a 15	8 a 16	7 a 8 + 15	7	7	16	16	17
Maragogi	8 a 15	7 a 15	7 a 16	7	16	17	16	17	18
Maravilha					10 a 12	9 a 12	9 a 12	7 a 9 + 13	7 a 8 + 13 a 14
Marechal Deodoro	8 a 15	8 a 16	7 a 16	7 + 16	7 + 17	17	17		18
Maribondo	8 a 14	8 a 15	8 a 16	7 + 15	7 + 16	7 + 17	16	17	
Mata Grande									9 a 12
Matriz de Camaragibe	8 a 15	7 a 15	7 a 16	7 + 16	16 a 17	17	17		18
Messias	8 a 15	7 a 15	7 a 16	7 + 16	16 a 17	17			18
Minador do Negrão	9 a 13	9 a 13	8 a 14	7 a 8	7 a 8 + 14	7 + 15	14	15	16
Monteirópolis	11	10 a 12	9 a 13	8 a 10 + 12 a 13	8 a 9 + 13	7 a 8 + 14	7 + 14	7 + 14	15
Murici	8 a 15	7 a 15	7 a 16	7	16	17	16	17	18
Novo Lino	8 a 15	7 a 15	7 a 16	7	16	17	16	17	18
Olho D"Água Das Flores	11	9 a 12	9 a 13	8 a 10 + 12 a 13	8 + 13	7 a 8 + 14	7 + 14	7 + 14	15
Olho D"Água Do Casado									8 a 12
Olho D"Água Grande	9 a 14	9 a 15	9 a 16	8 + 15	7 a 8 + 16	7 a 8	7 + 16	17	17
Olivença	11	9 a 13	9 a 13	8 a 10 + 12 a 13	8 + 14	7 a 8 + 14	7 + 14	7	15
Ouro Branco						9 a 12	9 a 12	7 a 13	7 a 8 + 13
Palestina	10 a 12	10 a 13	9 a 13	8 a 9 + 13	8 a 9 + 14	7 a 8 + 14	7 + 14	7	15
Palmeira dos Índios	9 a 14	8 a 14	8 a 15	7 a 8	7 + 15	7 + 16	15	16	17
Pão de Açúcar	10 a 11	10 a 13	9 a 13	8 a 9 + 12 a 13	8 a 9	7 a 8 + 14	7 + 14	7 + 14	15
Paripueira	8 a 15	7 a 16	7 a 17	7 + 16	17	18	17		
Passo de Camaragibe	8 a 15	7 a 16	7 a 16	7 + 16	17	17	17		18
Paulo Jacinto	8 a 14	8 a 15	8 a 15	7 + 15	7	7 + 16		16	17
Penedo	9 a 15	8 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16	7 + 17	7	17		18
Piaçabuçu	9 a 15	8 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16	7 + 17	7	17		18
Pilar	8 a 15	8 a 15	7 a 16	7 + 16	7 + 16	17		17	18
Pindoba	8 a 14	8 a 15	8 a 16	7 + 15	7 + 16	7 + 17	16	17	
Piranhas						10 a 11	10	9 a 12	7 a 9 + 12 a 13
Poço das Trincheiras			10 a 12	10 a 11	9 a 12	8 a 9 + 13	7 a 9 + 12 a 13	7 a 8 + 13	7 + 14
Porto Calvo	8 a 15	7 a 15	7 a 16	7 + 16	16	17		17	18
Porto de Pedras	8 a 15	7 a 15	7 a 16	7 + 16	16 a 17	17			18
Porto Real do Colégio	9 a 15	9 a 15	9 a 16	8	7 a 8 + 16	7 a 8 + 17	7 + 16	17	
Quebrangulo	8 a 13	8 a 15	8 a 15	7 + 14	7	7 + 16	15	16	17
Rio Largo	8 a 15	7 a 15	7 a 16	7 + 16	16 a 17	17	17		18
Roteiro	8 a 15	8 a 16	8 a 16	7 + 16	7 + 17	7 + 17	17		18
Santa Luzia do Norte	8 a 15	7 a 16	7 a 16	7 + 16	17	17	17		18
Santana do Ipanema		10 a 12	9 a 12	9 a 12	8 a 9 + 13	7 a 8 + 13 a 14	7 a 8 + 13	7 + 14	15
Santana do Mundaú	8 a 14	7 a 15	7 a 15	7 + 15		16	16	16	17
São Brás	9 a 14	9 a 15	9 a 16	8 + 15	7 a 8 + 16	7 a 8	7 + 16		17
São José da Laje	8 a 14	7 a 15	7 a 16	7 + 15			16	16 a 17	17
São José da Tapera		11 a 12	9 a 12	9 a 12	8 a 10 + 13	8 + 13 a 14	7 a 8 + 13	7 + 14	7
São Luís do Quitunde	8 a 15	7 a 15	7 a 16	7 + 16	16 a 17	17	17		18
São Miguel dos Campos	8 a 15	8 a 15	8 a 16	7 + 16	7 + 16 a 17	7 + 17			18
São Miguel dos Milagres	8 a 15	7 a 16	7 a 16	7 + 16	17	17	17		18
São Sebastião	9 a 15	8 a 15	8 a 16	7 a 8	7 + 16	7 + 17	16	17	
Satuba	8 a 15	7 a 16	7 a 16	7 + 16	17	17	17		18
Senador Rui Palmeira					10 a 12	8 a 12	8 a 12	7 a 9 + 13	7 + 13 a 14
Tanque D"Arca	9 a 14	8 a 15	8 a 16	7 a 8 + 15	7 + 16	7 + 17	16	17	
Taquarana	9 a 14	8 a 15	8 a 16	7 a 8 + 15	7 + 16	7	16	17	17
Teotônio Vilela	9 a 15	8 a 16	8 a 16	7 a 8 + 16	7	7 + 17		17	18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Traipu	9 a 14	9 a 15	9 a 15	8	7 a 8	7 a 8 + 16	7 + 15	16	17
União dos Palmares	8 a 14	7 a 15	7 a 16	7 + 15	16	17	16	17	
Viçosa	8 a 14	8 a 15	8 a 16	7 + 15	7 + 16	7 + 17	16	17	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Anadia	8 a 13	8 a 14	8 a 14	7 + 14	7	7 + 15	15	15	16
Arapiraca	9 a 13	9 a 13	9 a 14	8	7 a 8 + 14	7 a 8 + 15	7 + 14	15	16
Atalaia	8 a 13	8 a 14	8 a 14	7 + 14	7 + 15	7 + 15 a 16	15	16	
Barra de Santo Antônio	8 a 14	8 a 14	7 a 15	7	7 + 15	16	15	16	
Barra de São Miguel	8 a 14	8 a 14	8 a 15	7	7 + 15	7 + 16	15	16	
Batalha	9 a 11	9 a 12	9 a 12	8 + 12	7 a 8	7 a 8 + 13	7 + 13	13	14
Belém	9 a 13	8 a 13	8 a 14	7 a 8	7 + 14	7 + 15	14	15	16
Belo Monte	9 a 11	9 a 12	9 a 12	8 + 12	7 a 8 + 13	7 a 8 + 13	7 + 13		14
Boca da Mata	8 a 13	8 a 14	8 a 14	7 + 14	7 + 15	7 + 15 a 16	15	16	
Branquinha	8 a 13	8 a 13	8 a 14	7 + 14	7 + 14	7 + 15	15	15	16
Cacimbinhas	9 a 11	9 a 12	9 a 12	8 + 12	7 a 8	7 a 8 + 13	7 + 13	13	14
Cajueiro	8 a 13	8 a 14	8 a 14	7 + 14	7	7 + 15		15	16
Campestre	8 a 13	8 a 13	7 a 14	7 + 14	7 + 14	15	15	15	16
Campo Alegre	9 a 13	8 a 14	8 a 15	7 a 8 + 14	7 + 15	7 + 16	15		
Campo Grande	9 a 13	9 a 13	9 a 14	8	7 a 8 + 14	7 a 8 + 15	7 + 14	15	16
Canapi							9	8 a 10	7 a 11
Capela	8 a 13	8 a 14	8 a 14	7 + 14	7 + 15	7 + 15	15		16
Carneiros				9	8 a 11	7 a 11	7 a 8 + 10 a 11	7 + 12	12
Chã Preta	8 a 13	8 a 13	8 a 14	7	7 + 14	7 + 15	14	15	16
Coité do Nóia	9 a 13	9 a 13	9 a 14	7 a 8	7 a 8 + 14	7 a 8 + 15	14	15	16
Colônia Leopoldina	8 a 13	7 a 13	7 a 14	7 + 14	14	15	15	15	16
Coqueiro Seco	8 a 14	8 a 14	7 a 15	7	7 + 15	16	15	16	
Coruripe	9 a 14	8 a 14	8 a 15	7 a 8	7 + 15	7 + 16	15	16	
Craíbas	9 a 12	9 a 13	9 a 14	8 + 13	7 a 8	7 a 8	7 + 14	14	15
Dois Riachos		9 a 11	9 a 11	8 a 11	7 a 8 + 12	7 a 8 + 12	7 + 12	13	13
Estrela de Alagoas	9 a 11	9 a 12	9 a 13	7 a 8 + 12	7 a 8 + 13	7 a 8 + 14	13	14	
Feira Grande	9 a 13	9 a 13	9 a 14	8 + 14	7 a 8 + 14	7 a 8 + 15	7	15	16
Feliz Deserto	9 a 14	9 a 14	8 a 15	7 a 8 + 15	7 a 8 + 15	7 + 16		16	
Flexeiras	8 a 13	8 a 14	7 a 14	7 + 14	7 + 15	15 a 16	15	16	
Girau do Ponciano	9 a 12	9 a 13	9 a 14	8 + 13	7 a 8 + 14	7 a 8	7 + 14		15
Ibateguara	8 a 13	8 a 13	7 a 14	7 + 14	7 + 14	15		15	16
Igaci	9 a 12	8 a 13	9 a 14	7 a 8 + 13	7 + 14	7 a 8	14		15
Igreja Nova	9 a 13	9 a 14	9 a 15	8 + 14	7 a 8 + 15	7 a 8 + 16	7 + 15		
Inhapi								9	7 a 11
Jacaré dos Homens	9 a 10	9 a 11	9 a 11	8 + 11	7 a 8 + 12	7 a 8 + 12 a 13	7 + 12	13	
Jacuípe	8 a 13	7 a 13	7 a 14	7 + 14	14	15	15	15	16
Japaratinga	8 a 13	7 a 14	7 a 14	7 + 14	15	15	15	16	16
Jaramataia	9 a 11	9 a 12	9 a 12	8 + 12	7 a 8 + 13	7 a 8 + 13	7 + 13	14	14
Jequiá da Praia	8 a 14	8 a 14	8 a 15	7	7 + 15	7 + 16	15	16	
Joaquim Gomes	8 a 13	8 a 14	7 a 14	7 + 14	7 + 15	15	15		16
Jundiá	8 a 13	7 a 14	7 a 14	7 + 14	15	15	15		16
Junqueiro	9 a 13	8 a 14	8 a 14	7 a 8 + 14	7 + 15	7 + 15	15		16
Lagoa da Canoa	9 a 12	9 a 13	9 a 14	8 + 13	7 a 8 + 14	7 a 8 + 15	7 + 14	15	
Limoeiro de Anadia	9 a 13	8 a 14	8 a 14	7 a 8 + 14	7	7 + 15		15	16
Maceió	8 a 14	8 a 14	7 a 15	7	7 + 15	16	15	16	
Major Isidoro	9 a 11	9 a 11	9 a 12	8 + 12	7 a 8 + 12	7 a 8 + 13	7 + 13	13	14
Mar Vermelho	8 a 13	8 a 13	8 a 14	7	7 + 14	7 + 15	14	15	16
Maragogi	8 a 13	7 a 13	7 a 14	7 + 14	14 a 15	15	15		16
Maravilha					9	8 a 10	7 a 11	7 a 8 + 10 a 11	7 + 11 a 12
Marechal Deodoro	8 a 14	8 a 14	8 a 15	7	7 + 15	7 + 16	15	16	
Maribondo	8 a 13	8 a 14	8 a 14	7 + 14	7	7 + 15		15	16
Mata Grande									9
Matriz de Camaragibe	8 a 13	7 a 14	7 a 14	7 + 14	15	15 a 16	15	16	
Messias	8 a 13	8 a 14	7 a 15	7 + 14	7 + 15	16	15	16	
Minador do Negrão	9 a 11	9 a 11	9 a 12	8 + 12	7 a 8 + 12	7 a 8 + 13	7 + 13	13	14
Monteirópolis		9 a 11	9 a 11	8 a 11	7 a 8 + 12	7 a 8 + 12	7 + 12	13	13
Murici	8 a 13	8 a 14	7 a 14	7 + 14	7 + 15	15	15	16	16
Novo Lino	8 a 13	7 a 14	7 a 14	7 + 14	15	15	15		16
Olho D"Água das Flores		9 a 11	9 a 11	8 a 11	7 a 8 + 12	7 a 8 + 12	7 + 12	13	13
Olho D"Água do Casado									8 a 10
Olho D"Água Grande	9 a 13	9 a 13	9 a 14	8 + 14	7 a 8 + 14	7 a 8 + 15	7	15	16
Olivença		9 a 11	9 a 11	8 a 11	7 a 8 + 12	7 a 8 + 12	7 + 12	13	13
Ouro Branco						8 a 10	8 a 10	7 a 11	7 + 11 a 12
Palestina	9 a 10	9 a 11	9 a 11	8 + 11	7 a 8 + 12	7 a 8 + 12	7 + 12	13	13

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Palmeira dos Índios	8 a 12	8 a 13	8 a 14	7 + 13	7 + 14	7	14		15
Pão de Açúcar		9 a 11	9 a 11	8 a 11	7 a 8 + 12	7 a 8 + 12	7 + 12	13	13
Paripueira	8 a 14	8 a 14	7 a 15	7	7 + 15	16	15	16	
Passo de Camaragibe	8 a 13	7 a 14	7 a 15	7 + 14	15	16	15	16	
Paulo Jacinto	8 a 12	8 a 13	8 a 14	7 + 13	7 + 14	7 + 15	14	15	
Penedo	9 a 14	9 a 14	8 a 15	7 a 8	7 a 8 + 15	7 + 16	15	16	
Piaçabuçu	9 a 14	9 a 15	8 a 15	7 a 8 + 15	7 a 8	7 + 16		16	
Pilar	8 a 13	8 a 14	8 a 15	7 + 14	7 + 15	7 + 16	15	16	
Pindoba	8 a 13	8 a 13	8 a 14	7 + 14	7 + 14	7 + 15		15	16
Piranhas							9	8 a 10	7 a 11
Poço das Trincheiras				9	8 a 10	7 a 11	7 a 8 + 10 a 11	7 + 11 a 12	12
Porto Calvo	8 a 13	7 a 14	7 a 14	7 + 14	15	15	15	16	16
Porto de Pedras	8 a 13	7 a 14	7 a 14	7 + 14	15	15 a 16	15	16	
Porto Real do Colégio	9 a 13	9 a 14	9 a 14	8 + 14	7 a 8	7 a 8 + 15	7	15	16
Quebrangulo	8 a 12	8 a 13	8 a 14	7 + 13	7 + 14	7	14		15
Rio Largo	8 a 13	8 a 14	7 a 15	7 + 14	7 + 15	16	15	16	
Roteiro	8 a 14	8 a 14	8 a 15	7	7 + 15	7 + 16	15	16	
Santa Luzia do Norte	8 a 13	8 a 14	7 a 15	7 + 14	7 + 15	16	15	16	
Santana do Ipanema		9 a 10	9 a 11	8 a 10	7 a 8 + 11	7 a 8 + 12	7 + 11 a 12	12	13
Santana do Mundaú	8 a 12	8 a 13	8 a 14	7 + 13	7 + 14	7 + 15	14	15	16
São Brás	9 a 13	9 a 13	9 a 14	8 + 14	7 a 8 + 14	7 a 8 + 15	7	15	16
São José da Laje	8 a 12	8 a 13	7 a 14	7 + 13	7 + 14	15	14	15	16
São José da Tapera		9	9 a 11	8 a 10	7 a 8 + 10 a 11	7 a 8	7 + 11	12	12 a 13
São Luís do Quitunde	8 a 13	7 a 14	7 a 15	7 + 14	15	16	15	16	
São Miguel dos Campos	8 a 13	8 a 14	8 a 15	7 + 14	7 + 15	7 + 16	15	16	
São Miguel dos Milagres	8 a 13	7 a 14	7 a 15	7 + 14	15	16	15	16	
São Sebastião	9 a 13	9 a 14	9 a 14	8 + 14	7 a 8 + 15	7 a 8 + 15	7 + 15		16
Satuba	8 a 13	8 a 14	7 a 15	7 + 14	7 + 15	16	15	16	
Senador Rui Palmeira					9 a 10	8 a 10	7 a 11	7 a 8 + 11	7 + 11 a 12
Tanque D"Arca	8 a 13	8 a 13	8 a 14	7 + 14	7 + 14	7 + 15		15	16
Taquarana	9 a 13	8 a 13	8 a 14	7 a 8 + 14	7 + 14	7 + 15		15	16
Teotônio Vilela	9 a 13	8 a 14	8 a 15	7 a 8 + 14	7 + 15	7 + 16	15	16	
Traipu	9 a 12	9 a 13	9 a 14	8 + 13	7 a 8 + 14	7 a 8	7 + 14		15
União dos Palmares	8 a 13	8 a 13	7 a 14	7 + 14	7 + 14	15		15	16
Viçosa	8 a 13	8 a 13	8 a 14	7	7 + 14	7 + 15	14	15	16

PORTARIA Nº 202, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho no Estado do Ceará, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c)Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,55 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9105 PRO, PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853 PRO e ADV9853;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 20A55PW, 20A78PW, 30A91PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B433PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B688PW, 2B688RR, 2B710PW, 2B810PW, 2B877PW, 2A401PW, 2B210PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 2B647PW, 929V, DB 2B339PW, NEX 5617Hx, NEX 5617PW, MG600PW, MG744PW, CD3410PW, CD3775PW, MG699RR, 2A521PW, 2B640PW e MG711PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35R, 30F35VYHR, 30F53, 30F53E, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30R50YH, 30S31VYH, 30S31VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7640VYH, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431VYH, P3456, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646YHR, P3844H, P3862H, P4285, P4285YH e P4285YHR;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 5033 (Asa Branca), BRS 1055, BRS 1060, BRS 3040, BRS Assum Preto, BRS Caatingueiro e BRS Gorutuba;

GENESEEDS: BM 3061;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 3063PRO2, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, BM 810, SHS 5050, SHS 4050, SHS 4070, SHS 4080, SHS 5070, SHS 3031, SHS 5090, SHS 7090, SHS 7770, SHS 5560, SHS 4090, BM 502, BM 207, BM810PRO2 e ExtendaxRR2;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 3350, ANHEMBI e PR 27D28;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG9030PRO, AG 9040YG, AS1555RR2, AG9030PRO2, GNZ 9626PRO, AS1555PRO2, AS1555PRO, AG 8676PRO2, AS 1625PRO2, GNZ 9688PRO, AG 9010PRO, AS 1665PRO, GNZ 9505YG, GNZ9501PRO, AG 8676PRO, AS1596PROX, AS 1596PRO2, AG 8088PRO, AG 8580PRO, AS 1596RR2, DKB 350PRO, DKB 250PRO, DKB 177RR2, AS1573PRO, AS 1596, AS1575PRO3, DKB390PROX, DKB 390PRO, DKB 390, AS 1581PRO, DKB 390PRO2, AG 8041PRO, AS 1633PRO2, AG 7088PRO2, AG 8088PRO2, AG8088PROX, AS 1598, AS 1598PRO, AS 1598PRO2, DKB 175PRO, DKB 177, AG 8061PRO, AG 8544PRO2, DKB 330RR2, DKB330PRO2, DKB 310PRO2, DKB 310PRO, DKB315PRO, AG 8544PRO, AG 7088, AG 5055PRO, AG 5011YG, AG 5011, DKB177PRO, AG8025PRO2, AG 7088RR2, DKB 340PRO, AG 7098PRO, DKB340PRO2, AG7088PROX, DKB 177PRO2, DKB330PRO, AG9030RR2, DKB 390RR2, AG 7088PRO, DKB245PRO2, AG 8061PRO2, AG7098PRO2, AS 1575PRO, AS 1656PRO2, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8700PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, AG9000PRO3, NS 90PRO, AG9025PRO3, NS 90PRO2, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, RB9110PRO, RB 9308PRO, LG 6036RR2, RB 9004PRO, RB 9005PRO, RB 9005PRO2, RB 9006PRO, 3700RR2, AS1596PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, SHS 7915PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9077PRO, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3 e AS1735PRO3;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, ATL 200, SM 511, SM 966, RK3014, RK3115 e Balu 188;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8030 e XB 8010;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3 e PRE2601 TP;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Cargo TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, GSS 3969, GSS 41240, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, RB 6324, SG 6015, SG 6418, SW3949 TL, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 Viptera, Thunder, Tropical Plus, SOMMA VIP3, Somma, Somma TL, Somma Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, Formula VIP2, Formula TG e 3040VIP3.

GRUPO II

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA, DSS 1001, Mucuripe e Copacabana;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B633PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BR 5011 (Sertanejo), BRS 1010, BRS 2022, BRS 2223, BRS 3025, BRS 3035, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 2020, BRS 4104 e BRS 3046;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005 e GNZ 2005 YG;

HELIX SEMENTES LTDA: SHS7990PRO2;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 2M80, 2M77, 3M51, 4M50, 4M02, 2M88 e 3M40;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9690PRO, BM 915PRO, BM780PRO, NS92PRO, NS 92PRO2, LG 6033PRO2, LG6036PRO3, RB 9210PRO, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, RB 9005PRO3, NS 50RR2 e LG 6036PRO2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: SM 505, ATL 110, ATL 310, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, K9200, K9220PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2 e R9330PRO2;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20 e RVM 40;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL 34;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7116;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1076 e SX1086.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abaiara	2 a 3	36 a 5	36 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6	7	6 + 35	7 + 35	8 + 35
Acarape	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1 + 8	9	1	9	1	
Acaraú	3 a 6	3 a 7	3 a 8	2 + 7	2 + 8	2 + 9	1 + 8	1 + 9	1
Acopiara		3 a 5	2 a 6	3 a 6	1 a 2 + 6 a 7	1 + 7 a 8	7 + 36 a 2	8 + 36	9 + 36
Aiuaba		3 a 4	1 a 5	3 a 4	1 a 2 + 5 a 6	6 a 7	5 a 6 + 36 a 2	7 + 36	8 + 36
Alcântaras	2 a 7	2 a 7	2 a 8	1	1 + 8	1 + 9	8 + 36	9 + 36	36

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Altaneira	2 a 3	1 a 5	1 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6 + 36	7 + 36	6 + 35	7 + 35	8 + 35
Alto Santo			3 a 6	5 a 6	2 a 7	2 + 7 a 8	2 a 4 + 7	1 + 8	1 + 9
Amontada	3 a 6	3 a 7	3 a 9	2 + 7	2 + 8	2	1 + 8	1 + 9	1
Antonina do Norte		1 a 5	1 a 6	1 a 5	6 + 36	7 + 36	6 + 36	7 + 35	8 + 35
Apuiarés	3 a 6	3 a 7	3 a 9	2 + 7	2 + 8 a 9	2	1 + 8 a 9	1	1
Aquiraz	2 a 7	2 a 9	2 a 9	1 + 8		1	9	1	
Aracati	3 a 5	3 a 6	3 a 8	2 + 6 a 7	2 + 7 a 8	2 + 9	1 + 8 a 9	1 + 9	1
Aracoiaba	2 a 7	2 a 8	2 a 9	8	9		1 + 9	1	1
Ararendá	2 a 5	2 a 6	2 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36	8 + 36	9 + 36
Araripe		1 a 4	1 a 5	2 a 4	5 + 36	6 a 7 + 36	5 a 6 + 35 a 1	6 a 7 + 35	8 + 35
Aratuba	3 a 7	2 a 7	2 a 9	2 + 8	8 a 9		1 + 9	1	1
Arneiroz			2 a 6	3	2 a 6	1 + 7	4 a 6 + 36 a 2	7 + 36 a 1	8 + 36
Assaré	2 a 3	1 a 5	1 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6 + 36	7 + 36	6 + 35	7 + 35	8 + 35
Aurora	2 a 3	1 a 5	1 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6 a 7 + 36	7 a 8 + 36	6 a 7 + 35	35	9 + 35
Baixio	3	1 a 5	1 a 6	1 a 2 + 4 a 5	6 a 7 + 36	7 a 8 + 36	6 a 7 + 36	8	9
Banabuiú	4 a 5	3 a 6	3 a 7	2 a 3 + 6 a 7	2 + 7 a 8	2 + 8 a 9	1 + 8	1 + 9	1
Barbalha	2 a 3	36 a 5	36 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6	7	6 + 35	7 + 35	8 + 35
Barreira	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1 + 8	9	1	9	1	
Barro	2 a 3	1 a 5	1 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6 + 36	7 a 8 + 36	6 a 7 + 35	7 + 35	9 + 35
Barroquinha	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	8 + 36	9 + 36	36
Baturité	3 a 7	2 a 8	2 a 9	2 + 8	9		1 + 9	1	1
Beberibe	3 a 6	2 a 7	2 a 9	2 + 7	8 a 9		1 + 8 a 9	1	1
Bela Cruz	3 a 6	2 a 7	2 a 8	2 + 7	8	9	1 + 8	1 + 9	1
Boa Viagem		4 a 5	3 a 7	3 a 6	2 a 3 + 6 a 7	2 + 8 a 9	1 a 2 + 7	1 + 8	1
Brejo Santo	3	36 a 4	36 a 5	4 + 36 a 2	5 a 6	6 a 7	5 a 6 + 35	7 + 35	8 + 35
Camocim	2 a 7	2 a 7	2 a 9	1	1 + 8	1	8 a 9 + 36	9 + 36	36
Campos Sales		2 a 3	1 a 5	2 a 4	4 a 5 + 36 a 1	6 a 7 + 36	5 a 6 + 36 a 1	6 a 7 + 35	8 + 35
Canindé	3 a 6	2 a 7	2 a 9	2 + 7	8 a 9		1 + 8 a 9	1	1
Capistrano	3 a 7	2 a 7	2 a 9	2 + 8	8 a 9		1 + 9	1	1
Caridade	3 a 6	3 a 7	3 a 9	2 + 7	2 + 8 a 9	2	1 + 8 a 9	1	1
Cariré	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	8 + 36	9 + 36	36
Caririaçu	2 a 3	1 a 5	36 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6 + 36	7	6 + 35	7 + 35	8 + 35
Cariús	2 a 3	1 a 5	1 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6 + 36	7 a 8 + 36	6	7 + 35	35
Carnaubal	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1	1 + 9	36	8 + 36	36
Cascavel	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1 + 8	9	1	9	1	
Catarina		3 a 5	2 a 6	3 a 5	1 a 2 + 6	1 + 7 a 8	6 + 36 a 2	7 + 36	9 + 36
Catunda	4	3 a 5	2 a 7	2 a 3 + 5 a 6	1 a 2 + 6 a 7	1 + 8	7 + 36 a 1	8 + 36	9 + 36
Caucaia	3 a 6	2 a 8	3 a 9	2 + 7 a 8	9	2	1 + 9	1	1
Cedro	3	2 a 5	2 a 6	1 a 2 + 4 a 6	6 a 7 + 36 a 1	7 a 8 + 36 a 1	7 + 36	8	9
Chaval	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	8 + 36	9 + 36	36
Choró	3 a 6	2 a 7	2 a 9	2 + 7 a 8	8 a 9		1 + 9	1	1
Chorozinho	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1 + 8 a 9	9	1		1	
Coreaú	2 a 7	1 a 7	1 a 9	1	8		8 + 36	9 + 36	36
Crateús		3 a 5	2 a 6	2 a 5	1 a 2 + 6	1 + 7 a 8	6 a 7 + 36 a 1	7 + 36	9 + 36
Crato	2 a 3	36 a 5	36 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6	7	6 + 35	7 + 35	8 + 35
Croatá	2 a 5	2 a 6	2 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8 a 9	7 + 36	8 + 36	36
Cruz	3 a 6	2 a 7	2 a 8	2 + 7	8	1 + 9	1 + 8	1 + 9	
Deputado Irapuan Pinheiro		3 a 5	2 a 7	3 a 6	2 + 6 a 7	8 a 9	1 a 2 + 7	1 + 8	1
Ererê			3 a 6		2 a 6	2 + 7 a 8	2 a 6	1 + 7	1 + 9
Eusébio	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1 + 8	9	1	9	1	
Farias Brito	2 a 3	1 a 5	1 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6 + 36	7 + 36	6 + 35	7 + 35	8 + 35
Forquilha	2 a 6	2 a 6	2 a 7	1 + 7	1 + 7	1 + 8 a 9	8 + 36	8 + 36	36
Fortaleza	2 a 6	2 a 8	2 a 9	7 a 8	9		1 + 9	1	1
Fortim	3 a 6	2 a 7	2 a 8	2 + 7	8 a 9	9	1 + 8 a 9	1	1
Frecheirinha	2 a 7	1 a 7	1 a 8	1	8	9	8 + 36	9 + 36	36
General Sampaio	3 a 6	3 a 7	3 a 9	2 + 7	2 + 8	2	1 + 8	1 + 9	1
Graça	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	8 + 36	9 + 36	36
Granja	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1	1	1	8 a 9 + 36	9 + 36	36
Granjeiro	2 a 4	1 a 5	1 a 6	5 + 36 a 1	6 + 36	7 a 8 + 36	6 + 35	7 + 35	35
Groaíras	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	8 + 36	9 + 36	36
Guaiúba	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1 + 8	9	1	9	1	
Guaraciaba do Norte	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	36	36	36
Guaramiranga	3 a 7	2 a 8	2 a 9	2 + 8	9		1 + 9	1	1
Hidrolândia	2 a 5	2 a 6	2 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8	7	8 + 36	9 + 36
Horizonte	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1 + 8	1 + 9	1	9		
Ibaretama	3 a 6	2 a 7	2 a 9	2 + 7 a 8	8 a 9		1 + 9	1	1
Ibiapina	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	8 + 36	36	36
Ibicuitinga	4 a 5	3 a 6	3 a 7	2 a 3 + 6 a 7	2 + 7 a 8	2 + 8 a 9	1 + 8	1 + 9	1
Icapuí	4 a 5	4 a 6	4 a 7	2 a 3 + 6 a 7	2 a 3 + 7 a 8	2 a 3 + 8 a 9	1 + 8	1 + 9	1
Icó		2 a 5	2 a 6	2 a 5	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	6 a 7 + 36 a 1	8 + 36	9 + 36
Iguatu	3	2 a 5	2 a 6	2 + 4 a 5	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	6 + 36 a 1	36	9 + 36
Independência		4	2 a 6	3 a 5	2 a 3 + 5 a 6	1 + 7 a 8	1 a 2 + 6 a 7	7 a 8 + 36 a 1	9 + 36
Ipaporanga	3 a 4	2 a 6	2 a 7	2 + 5 a 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36 a 1	8 + 36	9 + 36
Ipaumirim	3	1 a 5	1 a 6	1 a 2 + 4 a 5	6 a 7 + 36	7 a 8 + 36	6 a 7 + 36	8 + 35	9 + 35
Ipu	2 a 6	2 a 7	2 a 7	1 + 7	1	1 + 8 a 9	36	8 + 36	36
Ipueiras	2 a 5	2 a 6	2 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36	8 + 36	9 + 36
Iracema			4 a 6		3 a 7	2 a 3 + 7 a 8	2 a 7	1 a 2 + 8	1 + 9
Irauçuba	3 a 6	2 a 6	2 a 8	2 + 7	7 a 8	9	1 + 8	1 + 9	1
Itaiçaba	4 a 5	3 a 6	3 a 7	2 a 3 + 6 a 7	2 + 7 a 8	2 + 8 a 9	1 + 8	1 + 9	1
Itaitinga	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1 + 8	9	1	9	1	
Itapajé	3 a 6	3 a 7	3 a 8	2 + 7	2 + 8	2 + 9	1 + 8	1 + 9	1
Itapipoca	3 a 6	3 a 7	3 a 9	2 + 7	2 + 8	2	1 + 8	1 + 9	1
Itapiúna	3 a 6	2 a 7	2 a 9	2 + 7 a 8	8 a 9		1 + 9	1	1
Itarema	4 a 6	3 a 7	3 a 8	2 a 3 + 7	2 + 8	2 + 9	1 + 8	1 + 9	1
Itatira	4 a 5	3 a 7	3 a 8	2 a 3 + 6 a 7	2 + 8	2 + 9	1 + 8	1 + 9	1
Jaguaretama		3 a 6	3 a 7	2 a 7	2 + 7	2 + 8 a 9	1 + 8	1 + 8 a 9	1
Jaguaribara		5	3 a 7	4 a 6	2 a 4 + 6 a 7	2 + 8	2 a 3 + 7	1 + 8	1 + 9
Jaguaribe			3 a 6	5	2 a 7	2 + 7 a 8	2 a 4 + 6	1 + 8	1 + 9
Jaguaruana	4	4 a 6	3 a 7	2 a 3 + 5 a 7	2 a 3 + 7 a 8	2 + 8 a 9	1 + 8	1 + 9	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Jardim	3	36 a 4	36 a 5	4 + 36 a 2	5	6 + 35	5 + 35	6 + 35	7 a 8
Jati		2 a 3	36 a 5	2 a 3	4 a 5 + 36 a 1	6 + 35	4 a 5 + 35 a 1	6 + 35	7 a 8 + 34
Jijoca de Jericoacoara	2 a 6	2 a 7	2 a 9	1 + 7	1 + 8	1	8	9 + 36	36
Juazeiro do Norte	2 a 3	36 a 5	36 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6	7	6 + 35	7 + 35	8 + 35
Jucás	3	2 a 5	2 a 6	2 + 4 a 5	6 + 36 a 1	7 a 8 + 36 a 1	6 + 36 a 1	7	
Lavras da Mangabeira	2 a 3	1 a 5	1 a 6	4 a 6 + 36 a 1	6 a 7 + 36	7 a 8 + 36	7	8 + 35	9 + 35
Limoeiro do Norte		4 a 5	4 a 7	3 a 6	2 a 3 + 6 a 7	2 a 3 + 8 a 9	2 + 7	1 + 8	1
Madalena	4 a 5	3 a 7	3 a 8	2 a 3 + 6 a 7	2 + 8	2 + 9	1 + 8	1 + 9	1
Maracanaú	3 a 6	2 a 8	2 a 9	2 + 7 a 8	9		1 + 9	1	1
Maranguape	3 a 7	2 a 8	2 a 9	2 + 8	9		1 + 9	1	1
Marco	3 a 6	2 a 7	2 a 8	2 + 7	1 + 8	1 + 9	1 + 8	9	
Martinópole	2 a 7	2 a 7	2 a 9	1	1 + 8	1	8 a 9 + 36	9 + 36	36
Massapê	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	8	36	36
Mauriti	3	1 a 4	1 a 6	4 a 5 + 36 a 2	5 a 6 + 36	7 + 36	6 + 35	7 + 35	8 + 35
Meruoca	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	8 + 36	9 + 36	36
Milagres	2 a 3	36 a 5	36 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6	7	6 + 35	7 + 35	8 + 35
Milhã		3 a 6	2 a 7	3 a 6	2 + 7	8 a 9	1 a 2 + 7	1 + 8	1
Miraíma	3 a 6	2 a 6	2 a 8	2 + 7	7 a 8	9	1 + 8	1 + 9	1
Missão Velha	2 a 3	36 a 5	36 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6	7 + 35	6 + 35	7 + 35	8 + 34
Mombaça		3 a 5	2 a 7	3 a 6	2 + 6 a 7	8	1 a 2 + 7	1 + 8	1 + 9
Monsenhor Tabosa		4 a 5	2 a 7	3 a 6	2 a 3 + 6 a 7	1 + 8	1 a 2 + 7	1 + 8	9
Morada Nova	4 a 6	3 a 7	3 a 8	2 a 3 + 7	2 + 8	2 + 9	1 + 8	1 + 9	1
Moraújo	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1	1	1	8 + 36	9 + 36	36
Morrinhos	3 a 6	3 a 7	3 a 8	2 + 7	2 + 8	2 + 9	1 + 8	1	1
Mucambo	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	8 + 36	9 + 36	36
Mulungu	3 a 7	2 a 7	2 a 9	2 + 8	8 a 9		1 + 9	1	1
Nova Olinda	2 a 3	1 a 5	1 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6 + 36	7 + 36	6 + 35	7 + 35	8 + 35
Nova Russas	3 a 5	2 a 6	2 a 7	1 a 2 + 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36	8 + 36	9 + 36
Novo Oriente			2 a 5	3 a 5	2 a 6	1 + 6 a 7	6 + 36 a 2	7 + 36 a 1	8 + 36
Ocara	2 a 7	2 a 8	2 a 9	8	9	1	1 + 9	1	
Orós		3 a 5	2 a 6	3 a 5	1 a 2 + 6	1 + 7 a 8	6 + 36 a 2	7 + 36	9 + 36
Pacajus	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1 + 8	1 + 9	1	9		
Pacatuba	2 a 7	2 a 8	2 a 9	8	9	1	1 + 9	1	
Pacoti	3 a 7	2 a 8	2 a 9	2 + 8	9		1 + 9	1	1
Pacujá	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	36	36	36
Palhano	4 a 5	3 a 6	3 a 8	2 a 3 + 6 a 7	2 + 7 a 8	2 + 9	1 + 8	1 + 9	1
Palmácia	2 a 7	2 a 8	2 a 9	8	9		1 + 9	1	1
Paracuru	3 a 6	3 a 8	3 a 9	2 + 7	2 + 9	2	1 + 8 a 9	1	1
Paraipaba	3 a 6	3 a 7	3 a 9	2 + 7	2 + 8 a 9	2	1 + 8	1	1
Parambu			4		3 a 4	1 a 3 + 5 a 6	1 a 5	5 a 6 + 36 a 2	7 + 36
Paramoti	3 a 6	2 a 7	2 a 9	2 + 7	8 a 9		1 + 8 a 9	1	1
Pedra Branca		4 a 5	3 a 7	3 a 6	2 a 3 + 6 a 7	2 + 8	1 a 2 + 7	1 + 8	1 + 9
Penaforte		3	36 a 5	3	4 + 36 a 2	6	4 + 35 a 2	5 + 35	7 + 35
Pentecoste	3 a 6	3 a 7	3 a 9	2 + 7 a 8	2 + 8 a 9	2	1 + 9	1	1
Pereiro			2 a 6	5	2 a 7	7 a 8	2 a 4 + 6	1 + 8	1 + 9
Pindoretama	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1 + 8	9	1	9	1	
Piquet Carneiro		3 a 5	2 a 7	3 a 6	2 + 6 a 7	8 a 9	1 a 2 + 7	8 + 36 a 1	36 a 1
Pires Ferreira	2 a 6	2 a 7	2 a 7	1 + 7	1 + 8	1 + 8 a 9	36	36	36
Poranga	3 a 4	2 a 6	2 a 7	2 + 5 a 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36 a 1	8 + 36	9 + 36
Porteiras	3	36 a 4	36 a 5	4 + 36 a 2	5	6 a 7 + 35	5 a 6 + 35	6 a 7 + 35	8 + 34
Potengi		1 a 4	1 a 6	2 a 4	5 + 36	7 + 36	5 a 6 + 36 a 1	6 a 7 + 35	8 + 35
Potiretama			4 a 6		3 a 6	2 a 3 + 7	3 a 6	2 + 7	8 a 9
Quiterianópolis			4 a 5		3 a 5	1 a 3 + 6	36 a 5	6 + 36 a 2	7 a 8 + 36
Quixadá	3 a 6	2 a 7	2 a 9	2 + 7 a 8	8 a 9		1 + 9	1	1
Quixelô		3 a 5	2 a 6	3 a 5	2 + 6 a 7	7 a 8	1 a 2 + 6	36 a 1	9 + 36 a 1
Quixeramobim	4 a 5	3 a 7	2 a 8	2 a 3 + 6 a 7	2 + 8	9	1 + 8	1 + 9	1
Quixeré		4 a 5	4 a 7	3 a 6	2 a 3 + 6 a 7	2 a 3 + 8 a 9	1 a 2 + 7	1 + 8 a 9	1
Redenção	2 a 7	2 a 8	2 a 9	8	9		1 + 9	1	1
Reriutaba	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	36	36	36
Russas	4 a 5	3 a 6	3 a 7	2 a 3 + 6 a 7	2 + 7 a 8	2 + 8 a 9	1 + 8	1 + 9	1
Saboeiro		2 a 5	1 a 6	2 a 5	6 + 36 a 1	7 a 8 + 36	6 + 36 a 1	7	
Salitre			1 a 5	3	1 a 4	6 + 36	4 a 5 + 36 a 2	5 a 6 + 35 a 36	7 + 35
Santa Quitéria	3 a 5	2 a 6	2 a 7	1 a 2 + 6	1 + 7	1 + 8 a 9	7 + 36	8 + 36	36
Santana do Acaraú	3 a 6	2 a 7	2 a 8	2 + 7	1 + 8	1 + 9	1 + 8		
Santana do Cariri	2 a 3	36 a 5	36 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6	7	6 + 35	7 + 35	8 + 35
São Benedito	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	8 + 36	9 + 36	36
São Gonçalo do Amarante	3 a 6	3 a 8	3 a 9	2 + 7 a 8	2 + 9	2	1 + 9	1	1
São João do Jaguaribe		5	3 a 7	4 a 6	2 a 4 + 6 a 7	2 + 8	2 a 3 + 7	1 + 8	1 + 9
São Luís do Curu	3 a 6	3 a 7	3 a 9	2 + 7	2 + 8 a 9	2	1 + 8 a 9	1	1
Senador Pompeu		3 a 6	2 a 7	2 a 6	2 + 7	8 a 9	1 + 7	1 + 8	1
Senador Sá	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	8	9 + 36	36
Sobral	2 a 6	2 a 7	2 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9	8 + 36	9 + 36	36
Solonópole		3 a 6	2 a 7	3 a 6	2 + 7	8 a 9	1 a 2 + 7	1 + 8	1
Tabuleiro do Norte			4 a 6	4 a 6	2 a 7	2 a 3 + 7 a 8	2 a 3 + 7	8	9
Tamboril	3	3 a 5	2 a 6	2 + 4 a 6	1 a 2 + 6 a 7	1 + 7 a 8	1 + 7	8 + 36	9 + 36
Tarrafas	3	1 a 5	1 a 6	4 a 5 + 36 a 2	6 + 36	7 + 36	6	7 + 35	8 + 35
Tauá			3 a 6	3 a 5	2 a 6	1 a 2 + 7	6 a 7 + 36 a 2	7 + 36 a 1	8 a 9 + 36
Tejuçuoca	3 a 6	3 a 7	3 a 8	2 + 7	2 + 8	2 + 9	1 + 8	1 + 9	1
Tianguá	2 a 7	1 a 7	1 a 9	1	8 + 36	36	8 + 36	9	
Trairi	3 a 6	3 a 7	3 a 9	2 + 7	2 + 8	2	1 + 8	1 + 9	1
Tururu	3 a 6	3 a 7	3 a 9	2 + 7	2 + 8	2	1 + 8	1 + 9	1
Ubajara	2 a 6	2 a 7	1 a 8	1 + 7	1 + 8	9	8 + 36	9 + 36	36
Umari	3	2 a 5	2 a 6	1 a 2 + 4 a 5	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	6 a 7 + 36	8 + 36	9 + 36
Umirim	3 a 6	3 a 7	3 a 9	2 + 7	2 + 8	2	1 + 8	1 + 9	1
Uruburetama	3 a 6	3 a 7	3 a 8	2 + 7	2 + 8	2 + 9	1 + 8	1 + 9	1
Uruoca	2 a 7	2 a 8	2 a 9	1	1	1	8 + 36	9 + 36	36
Varjota	2 a 6	2 a 7	2 a 7	1 + 7	1	1 + 8 a 9	36	8 + 36	36
Várzea Alegre	2 a 3	1 a 5	1 a 6	4 a 6 + 36 a 1	6 a 7 + 36	7 a 8 + 36	35	35	9 + 35
Viçosa do Ceará	2 a 7	1 a 7	1 a 9	1	8 + 36	36	8 + 36	9	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abaiara	1 a 2	36 a 3	36 a 4	3 + 36	4	5	4 a 5 + 35	5 + 35	6 a 7 + 35
Acarape	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	1 + 8	1 + 9	1 + 8	9	
Acaraú	3 a 4	3 a 5	3 a 7	2 + 5	2 + 6	2	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Acopiara		2 a 3	2 a 5	2 a 3	1 + 4 a 5	1 + 6	4 a 5 + 36 a 1	6 + 36	7 + 36
Aiuaba		2	1 a 4	2	1 + 3 a 4	5	3 a 4 + 36 a 1	5 + 36	6 + 36
Alcântaras	2 a 5	2 a 6	2 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36	36	9 + 36
Altaneira	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3 + 36	4 + 36	5 + 36	4 + 35	5 + 35	6 + 35
Alto Santo			3 a 5	2 a 3	2 a 5	2 + 6	4 a 5	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8
Amontada	3 a 4	3 a 5	3 a 7	2 + 5	2 + 6 a 7	2 + 8	1 + 6 a 7	1 + 8	1 + 9
Antonina do Norte		1 a 3	1 a 4	36 a 3	4 + 36	5 + 36	4 a 5	5 + 35	6 a 7 + 35
Apuiarés	3 a 4	3 a 5	3 a 7	2 + 5 a 6	2 + 6 a 7	2 + 8 a 9	1 + 7	1 + 8	1
Aquiraz	2 a 6	2 a 7	2 a 8	7	1 + 8	1 + 9	1 + 8	9	
Aracati	3 a 4	3 a 5	3 a 6	2 + 5 a 6	2 + 6 a 7	2 + 7 a 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9
Aracoiaba	2 a 5	2 a 6	2 a 8	6 a 7	7 a 8	9	1 + 8	1 + 9	1
Ararendá	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4 a 5	1 + 5	1 + 6 a 7	36	6 + 36	8 + 36
Araripe		1 a 2	1 a 4	36 a 2	3 a 4 + 36	5 + 36	3 a 4 + 35	5 + 35	6 + 35
Aratuba	3 a 5	2 a 6	2 a 7	2 + 6	7 a 8	8 a 9	1 + 7 a 8	1 + 9	1
Arneiroz			2 a 4		1 a 4	1 + 5	36 a 5	5 + 36	6 a 7 + 36
Assaré	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3 + 36	4 + 36	5 + 36	4 + 35	5 + 35	6 a 7 + 35
Aurora	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3 a 4 + 36	4 a 5 + 36	6 + 36	5 + 35	6 + 35	7 + 35
Baixio	2	1 a 3	1 a 5	1 + 3 a 4	4 a 5 + 36	6 + 36	5 + 36	6	7
Banabuiú	4	3 a 5	3 a 6	2 a 3 + 5	2 + 6 a 7	2 + 7 a 8	1 + 6 a 7	1 + 8	1 + 9
Barbalha	1 a 2	36 a 3	36 a 4	3 + 36	4	5	4 + 35	5 + 35	6 + 35
Barreira	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	1 + 8	1 + 9	1 + 8	9	
Barro	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3 a 4 + 36	4 a 5 + 36	6 + 36	5 + 35	6 + 35	7 + 35
Barroquinha	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 a 7 + 36	7 a 8 + 36	8 + 36
Baturité	3 a 5	2 a 6	2 a 8	2 + 6 a 7	7 a 8	9	1 + 8	1 + 9	1
Beberibe	3 a 5	2 a 6	2 a 7	2 + 6	7	8 a 9	1 + 7 a 8	1 + 8	1
Bela Cruz	3 a 5	2 a 5	2 a 7	2 + 6	6 a 7	8	1 + 7	1	1
Boa Viagem		3 a 4	3 a 5	2 a 4	2 + 5	2 + 6 a 7	1 + 5 a 6	1 + 6 a 7	1 + 8
Brejo Santo		36 a 2	36 a 4	36 a 3	3 a 4	5	4 + 35	5 + 35	6 + 35
Camocim	2 a 5	2 a 6	2 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36	8 + 36	9 + 36
Campos Sales		1 a 2	1 a 4	2	3 a 4 + 36	5 + 36	3 a 4 + 36 a 1	5 + 35	6 + 35
Canindé	3 a 4	2 a 5	2 a 7	2 + 5 a 6	6 a 7	8 a 9	1 + 7	1 + 8 a 9	1
Capistrano	3 a 5	2 a 6	2 a 8	2 + 6 a 7	7 a 8	9	1 + 8	1 + 9	1
Caridade	3 a 5	3 a 6	3 a 8	2 + 6	2 + 7 a 8	2 + 9	1 + 7 a 8	1 + 9	1
Cariré	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Caririaçu	1 a 2	1 a 3	36 a 5	3 a 4 + 36	4 a 5 + 36	6	5 + 35	6 + 35	7 + 35
Cariús	2	1 a 3	1 a 5	3 + 36 a 1	4 a 5 + 36	6 + 36	4 a 5	6 + 35	7 + 35
Carnaubal	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Cascavel	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	1 + 8	1 + 9	1 + 8	9	
Catarina		2 a 3	2 a 4	1 a 3	1 + 4 a 5	1 + 5 a 6	4 a 5 + 36	6 + 36	7 + 36
Catunda	3	2 a 4	2 a 5	1 a 2 + 4	1 + 5	1 + 6 a 7	5 a 6	6 a 7 + 36	8 + 36
Caucaia	3 a 5	2 a 6	3 a 8	2 + 6 a 7	7 a 8	2 + 9	1 + 8	1 + 9	1
Cedro	2	2 a 3	2 a 5	1 + 3 a 4	4 a 5 + 36 a 1	6 + 36 a 1	5 + 36	6	7
Chaval	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 a 7 + 36	7 + 36	8 + 36
Choró	3 a 4	2 a 6	2 a 8	2 + 5 a 6	7 a 8	9	1 + 7 a 8	1 + 9	1
Chorozinho	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	1 + 8	1 + 9	1 + 8	9	
Coreaú	2 a 5	1 a 6	1 a 7	1 + 6	7	8	7 + 36	8 + 36	9 + 36
Crateús		2 a 3	2 a 4	2 a 4	1 + 4 a 5	1 + 5 a 6	5 + 36 a 1	6 + 36	7 + 36
Crato	1 a 2	36 a 3	36 a 4	3 + 36	4	5	4 + 35	5 + 35	6 + 35
Croatá	2 a 4	2 a 5	2 a 5	1 + 5	1 + 6	1 + 6 a 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Cruz	3 a 4	2 a 5	2 a 7	2 + 5	6 a 7	1 + 8	1 + 6 a 7	1	
Deputado Irapuan Pinheiro		2 a 4	2 a 5	2 a 4	5	6 a 7	1 + 5 a 6	1 + 6 a 7	1 + 8
Ererê			2 a 4		2 a 5	5 a 6	1 a 5	1 + 6	1 + 7
Eusébio	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	8	1 + 9	1 + 8	1 + 9	
Farias Brito	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3 + 36	4 a 5 + 36	5 a 6 + 36	4 a 5 + 35	35	7 + 35
Forquilha	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Fortaleza	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	8	9	1 + 8	1 + 9	1
Fortim	3 a 4	2 a 5	2 a 7	2 + 5 a 6	6 a 7	8 a 9	1 + 7 a 8	1 + 8	1
Frecheirinha	2 a 5	1 a 6	1 a 7	1 + 6	7	8	7 + 36	8 + 36	9 + 36
General Sampaio	3 a 4	2 a 5	2 a 7	2 + 5	6 a 7	8	1 + 6 a 7	1 + 8	1 + 9
Graça	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7 a 8	6 + 36	7 + 36	36
Granja	2 a 5	2 a 6	2 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36	8 + 36	9 + 36
Granjeiro	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3 a 4 + 36	4 a 5 + 36	6 + 36	5 + 35	6 + 35	7 + 35
Groaíras	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Guaiúba	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	1 + 8	1 + 9	1 + 8	9	
Guaraciaba do Norte	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Guaramiranga	3 a 5	2 a 6	2 a 8	2 + 6	7 a 8	9	1 + 7 a 8	1 + 9	1
Hidrolândia	2 a 4	2 a 4	2 a 5	1 + 5	1 + 5 a 6	1 + 6 a 7	6	36	8 + 36
Horizonte	2 a 5	2 a 7	2 a 8	1 + 6 a 7	1 + 8	1 + 9	8	9	
Ibaretama	3 a 4	2 a 6	2 a 8	2 + 5 a 6	7 a 8	9	1 + 7 a 8	1 + 9	1
Ibiapina	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Ibicuitinga	4	3 a 5	3 a 6	2 a 3 + 5	2 + 6	2 + 7 a 8	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	1 + 9
Icapuí		4	4 a 6	2 a 5	2 a 3 + 5 a 6	2 a 3 + 7 a 8	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	1 + 9
Icó		2 a 3	2 a 5	1 a 3	1 + 4 a 5	1 + 6	4 a 5 + 36	6 + 36	7 + 36
Iguatu	2	2 a 3	2 a 5	1 + 3	1 + 4 a 5	1 + 6	4 a 5 + 36	6 + 36	7 + 36
Independência			2 a 4	2 a 3	2 a 5	1 + 5 a 6	1 + 4 a 5	1 + 6	7 + 36
Ipaporanga	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Ipaumirim	2	1 a 3	1 a 5	1 + 3 a 4	4 a 5 + 36	6 + 36	5 + 36	6 + 35	7 + 35
Ipu	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Ipueiras	2 a 4	2 a 4	2 a 5	1 + 5	1 + 5	1 + 6 a 7	36	6 + 36	8 + 36
Iracema			3 a 4		2 a 5	2 + 5 a 6	2 a 5	1 + 6	1 + 7
Irauçuba	3 a 4	2 a 5	2 a 6	2 + 5	6	7	1 + 6	1 + 7	1 + 8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Itaiçaba	4	3 a 4	3 a 5	2 a 3 + 5	2 + 5 a 7	2 + 6 a 8	1 + 6 a 7	1 + 8	1 + 9
Itaitinga	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	1 + 8	1 + 9	1 + 8	9	
Itapajé	3 a 4	3 a 5	3 a 6	2 + 5	2 + 6	2 + 7 a 8	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	1 + 9
Itapipoca	3 a 4	3 a 5	3 a 7	2 + 5	2 + 6 a 7	2 + 8	1 + 6 a 7	1 + 8	1 + 9
Itapiúna	2 a 5	2 a 6	2 a 8	6 a 7	7 a 8	9	1 + 8	1 + 9	1
Itarema	3 a 4	3 a 5	3 a 7	2 + 5	2 + 6 a 7	2 + 8	1 + 6 a 7	1 + 8	1
Itatira	3	3 a 5	3 a 6	2 + 4 a 5	2 + 6	2 + 7 a 8	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	1 + 9
Jaguaretama		3 a 4	3 a 5	2 a 5	2 + 5 a 6	2 + 6 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Jaguaribara		3	3 a 5	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 6 a 7	5 a 6	1 + 6 a 7	1 + 8
Jaguaribe			2 a 4		2 a 5	5 a 6	1 a 5	1 + 6	1 + 7
Jaguaruana		4	3 a 5	2 a 5	2 a 3 + 5 a 6	2 + 6 a 8	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	1 + 9
Jardim		36 a 2	36 a 4	36 a 2	3 a 4	5 + 35	3 a 4 + 35	5 + 35	6
Jati		36 a 2	36 a 3	36 a 2	3	4	3 + 35	4 a 5 + 35	5 a 6 + 35
Jijoca de Jericoacoara	2 a 5	2 a 6	2 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36	8 + 36	9 + 36
Juazeiro do Norte	1 a 2	36 a 3	36 a 4	3 + 36	4 a 5	5	4 a 5 + 35	35	6 a 7 + 35
Jucás		2 a 3	2 a 5	1 a 3	4 a 5 + 36 a 1	6 + 36 a 1	4 a 5 + 36		7
Lavras da Mangabeira	2	1 a 3	1 a 5	3 a 4 + 36 a 1	4 a 5 + 36	6 + 36	5	6 + 35	7 + 35
Limoeiro do Norte		4	4 a 5	2 a 4	2 a 3 + 5	2 a 3 + 6 a 7	5 a 6	1 + 6 a 7	1 + 8
Madalena	3	3 a 5	3 a 6	2 + 4 a 5	2 + 6	2 + 7 a 8	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	1 + 9
Maracanaú	2 a 5	2 a 6	2 a 8	6 a 7	7 a 8	9	1 + 8	1 + 9	1
Maranguape	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	8	9	1 + 8	1 + 9	1
Marco	3 a 5	2 a 5	2 a 7	2	6	1	1 + 6	1 + 7	8
Martinópole	2 a 5	2 a 6	2 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36	8 + 36	9 + 36
Massapê	2 a 5	2 a 5	2 a 6	1	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Mauriti		1 a 3	1 a 4	36 a 3	4 + 36	5 + 36	4 a 5 + 35	5 + 35	6 a 7 + 35
Meruoca	2 a 5	2 a 5	2 a 7	1	1 + 6	1	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Milagres	1 a 2	36 a 3	36 a 4	3 + 36	4	5 a 6	4 a 5 + 35	5 a 6 + 35	7 + 35
Milhã		2 a 4	2 a 5	2 a 5	5 a 6	6 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Miraíma	3 a 4	2 a 5	2 a 6	2 + 5	6	7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Missão Velha	1 a 2	36 a 3	36 a 4	3 + 36	4	5 a 6 + 35	4 a 5 + 35	5 + 35	7
Mombaça		2 a 4	2 a 5	2 a 4	5	6 a 7	1 + 5	1 + 6	1 + 8
Monsenhor Tabosa		3	2 a 5	2 a 4	2 + 4 a 5	6 a 7	1 + 5 a 6	1 + 6 a 7	1 + 8
Morada Nova	4	3 a 5	3 a 6	2 a 3 + 5	2 + 6 a 7	2 + 7 a 8	1 + 6 a 7	1 + 8	1 + 9
Moraújo	2 a 5	2 a 6	2 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36	8 + 36	9 + 36
Morrinhos	3 a 4	3 a 5	3 a 6	2 + 5	2 + 6	2 + 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Mucambo	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7 a 8	6 + 36	7 + 36	36
Mulungu	3 a 5	2 a 6	2 a 7	2 + 6	7 a 8	8 a 9	1 + 7 a 8	1 + 9	1
Nova Olinda	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3 + 36	4 + 36	5 + 36	4 + 35	5 + 35	6 a 7 + 35
Nova Russas	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Novo Oriente			2 a 4		1 a 4	1 + 5	36 a 4	5 + 36	6 + 36
Ocara	2 a 5	2 a 6	2 a 8	6 a 7	1 + 7 a 8	1 + 9	1 + 8	9	
Orós		2 a 3	2 a 4	2 a 3	1 + 4 a 5	1 + 5 a 6	4 a 5 + 36 a 1	6 + 36	7 + 36
Pacajus	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	1 + 8	1 + 9	1 + 8	9	
Pacatuba	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	8	1 + 9	1 + 8	1 + 9	
Pacoti	3 a 5	2 a 6	2 a 8	2 + 6 a 7	7 a 8	9	1 + 8	1 + 9	1
Pacujá	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Palhano	4	3 a 5	3 a 6	2 a 3 + 5	2 + 6 a 7	2 + 7 a 8	1 + 6 a 7	1 + 8	1 + 9
Palmácia	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	8	9	1 + 8	1 + 9	1
Paracuru	3 a 5	3 a 6	3 a 8	2 + 6	2 + 7 a 8	2 + 9	1 + 7 a 8	1 + 9	1
Paraipaba	3 a 4	3 a 6	3 a 8	2 + 5 a 6	2 + 7	2	1 + 7	1 + 8	1 + 9
Parambu					2	1 a 4	36 a 3	3 a 5 + 36 a 1	5 a 6 + 36
Paramoti	3 a 4	2 a 5	2 a 7	2 + 5 a 6	6 a 7	8 a 9	1 + 7	1 + 8 a 9	1
Pedra Branca		3 a 4	2 a 5	2 a 4	2 + 5	6 a 7	1 + 5 a 6	1 + 6 a 7	1 + 8
Penaforte			36 a 2		36 a 2	3 a 4	35 a 3	3 a 4 + 35	5 + 35
Pentecoste	3 a 5	3 a 6	3 a 8	2 + 6	2 + 7 a 8	2 + 9	1 + 7 a 8	1 + 9	1
Pereiro			2 a 4		2 a 5	5 a 6	1 a 5	1 + 6	1 + 7
Pindoretama	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	8	1 + 9	1 + 8	1 + 9	
Piquet Carneiro		2 a 4	2 a 5	2 a 4	5	6 a 7	1 + 5 a 6	6 a 7 + 36 a 1	8 + 36 a 1
Pires Ferreira	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Poranga	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Porteiras		36 a 2	36 a 4	36 a 3	3 a 4	5 + 35	4 + 35	5 + 35	6
Potengi		1 a 3	1 a 4	36 a 2	4 + 36	5 + 36	3 a 4	5 + 35	6 + 35
Potiretama			3 a 4		2 a 4	2 + 5 a 6	2 a 5	5 a 6	7
Quiterianópolis					2	1 a 4	36 a 4	3 a 5 + 36 a 1	5 a 6 + 36
Quixadá	3 a 4	2 a 5	2 a 8	2 + 5 a 6	6 a 8	9	1 + 7 a 8	1 + 9	1
Quixelô		2 a 3	2 a 5	2 a 3	4 a 5	1 + 6	1 + 4 a 5	6 + 36 a 1	7 + 36
Quixeramobim	3	2 a 5	2 a 6	2 + 4 a 5	6	7 a 8	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	1 + 9
Quixeré		4	4 a 5	2 a 4	2 a 3 + 5	2 a 3 + 6 a 7	5 a 6	1 + 6 a 7	1 + 8
Redenção	2 a 5	2 a 7	2 a 8	6 a 7	8	9	1 + 8	1 + 9	1
Reriutaba	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Russas	4	3 a 5	3 a 6	2 a 3 + 5	2 + 6 a 7	2 + 7 a 8	1 + 6 a 7	1 + 8	1 + 9
Saboeiro		1 a 3	1 a 4	1 a 3	4 a 5 + 36	5 a 6 + 36	4 a 5 + 36	6	7
Salitre			1 a 3		36 a 3	4 + 36	36 a 3	4 a 5 + 35	5 a 6 + 35
Santa Quitéria	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5 a 6	1 + 6 a 7	5 a 6 + 36	7 + 36	8 + 36
Santana do Acaraú	3 a 4	2 a 5	2 a 6	2 + 5	6	1 + 7	1 + 6	1 + 7	8
Santana do Cariri	1	36 a 3	36 a 4	2 a 3 + 36	4	5	4 + 35	5 + 35	6 + 35
São Benedito	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
São Gonçalo do Amarante	3 a 5	3 a 6	3 a 8	2 + 6	2 + 7 a 8	2 + 9	1 + 7 a 8	1 + 9	1
São João do Jaguaribe			3 a 5	2 a 4	2 a 5	2 + 6	5	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8
São Luís do Curu	3 a 4	3 a 6	3 a 8	2 + 5 a 6	2 + 7	2 + 9	1 + 7	1 + 8	1
Senador Pompeu		2 a 4	2 a 5	2 a 5	5 a 6	6 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Senador Sá	2 a 5	2 a 6	2 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36	36	36
Sobral	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Solonópole		2 a 4	2 a 5	2 a 4	5	6 a 7	1 + 5 a 6	1 + 6 a 7	1 + 8
Tabuleiro do Norte			4	3 a 4	2 a 5	2 a 3 + 5 a 6	2 + 5	6 a 7	7 a 8
Tamboril		2 a 3	2 a 5	2 a 4	1 + 4 a 5	1 + 6	1 + 5	6 + 36	7 + 36
Tarrafas	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3 + 36	4 a 5 + 36	5 + 36	4 a 5	35	6 a 7 + 35
Tauá			2 a 4		1 a 4	1 + 5 a 6	36 a 5	5 a 6 + 36	7 + 36
Tejuçuoca	3 a 4	3 a 5	3 a 6	2 + 5	2 + 6	2 + 7 a 8	1 + 6	1 + 7 a 8	1 + 9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tianguá	2 a 5	1 a 6	1 a 7	1 + 6	7 + 36	8 + 36	7 + 36	8	9
Trairi	3 a 4	3 a 6	3 a 7	2 + 5 a 6	2 + 7	2 + 8	1 + 7	1 + 8	1 + 9
Tururu	3 a 4	3 a 5	3 a 7	2 + 5	2 + 6 a 7	2 + 8	1 + 6 a 7	1 + 8	1 + 9
Ubajara	2 a 5	2 a 5	1 a 6	1	1 + 6	7 a 8	6 + 36	7 + 36	36
Umari		2 a 3	2 a 5	1 a 4	1 + 4 a 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Umirim	3 a 4	3 a 5	3 a 7	2 + 5	2 + 6 a 7	2 + 8	1 + 6 a 7	1 + 8	1 + 9
Uruburetama	3 a 4	3 a 5	3 a 7	2 + 5	2 + 6	2 + 8	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	1 + 9
Uruoca	2 a 5	2 a 6	2 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8	7 + 36	8 + 36	9 + 36
Varjota	2 a 4	2 a 5	2 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7	6 + 36	7 + 36	8 + 36
Várzea Alegre	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3 a 4 + 36	4 a 5 + 36	6 + 36	5 + 35	6 + 35	7 + 35
Viçosa do Ceará	2 a 5	1 a 6	1 a 7	1 + 6	7 + 36	8 + 36	7 + 36	8	0

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abaiara		36 a 1	36 a 2	36 a 2	2	3 a 4	3 + 35	3 a 4 + 35	5 + 35
Acarape	2 a 4	2 a 5	2 a 6	5	1 + 6 a 7	7 a 8	1 + 6 a 7	8	1 + 9
Acaraú	3	3 a 4	3 a 5	2 + 4	2 + 5	2 + 6	1 + 5	1	1 + 7
Acopiara		2	2 a 3		1 + 3	1 + 4 a 5	36 a 4	4 a 5 + 36	36
Aiuaba			1 a 2	1	1 a 2	3 a 4 + 36	2 a 3 + 36	3 a 4 + 36	5
Alcântaras	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Altaneira		1 a 2	1 a 3	36 a 2	3 + 36	4 + 36	3 + 35	4 + 35	5 + 35
Alto Santo			3		2 a 4	2 + 4 a 5	1 a 4	1 + 5	1 + 6
Amontada		3 a 4	3 a 5	2 a 4	2 + 5	2 + 6 a 7	1 + 5	1 + 6	1
Antonina do Norte		1	1 a 2	36 a 2	2 a 3 + 36	3 a 4 + 36	3	4 + 35	5 + 35
Apuiarés	3	3 a 4	3 a 5	2 + 4 a 5	2 + 5 a 6	2 + 6 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Aquiraz	2 a 4	2 a 5	2 a 7	5	1 + 6 a 7	8	1 + 6 a 7	8	1 + 9
Aracati		3	3 a 5	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 6 a 7	1 + 5 a 6	1 + 6 a 7	1 + 8
Aracoiaba	2 a 3	2 a 5	2 a 6	4 a 5	6	7 a 8	1 + 6	1 + 7 a 8	1 + 9
Ararendá	2	2	2 a 4	1 + 3	1 + 3 a 4	1 + 5	4 + 36	5 + 36	6 + 36
Araripe		1	1 a 2	36 a 1	2 + 36	3 + 36	2 + 35	3 a 4 + 35	4 a 5 + 35
Aratuba	3	2 a 4	2 a 6	2 + 4 a 5	5 a 6	7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Arneiroz			2		1 a 2	1 + 3 a 4	36 a 3	3 a 4 + 36	5 + 36
Assaré		1 a 2	1 a 2	36 a 2	3 + 36	3 a 4 + 36	3 + 35	4 + 35	5 + 35
Aurora		1 a 2	1 a 3	36 a 2	3 + 36	4 + 36	3 a 4 + 35	4 + 35	5 + 35
Baixio		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3 a 4 + 36	4 a 5 + 36	3 a 4 + 36	5	
Banabuiú		3	3 a 5	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Barbalha		36 a 2	36 a 2	36 a 2		3 a 4	3 + 35	3 a 4 + 35	5 + 35
Barreira	2 a 4	2 a 5	2 a 6	5	1 + 6 a 7	7 a 8	1 + 6 a 7	8	1 + 9
Barro		1 a 2	1 a 3	36 a 2	3 + 36	4 + 36	3 a 4 + 35	4 + 35	5 + 35
Barroquinha	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Baturité	3	2 a 5	2 a 6	2 + 4 a 5	6	7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Beberibe	3	2 a 4	2 a 5	2 + 4 a 5	5 a 6	6 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Bela Cruz	3	2 a 4	2 a 5	2 + 4	5	6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Boa Viagem			3 a 4	2	2 a 4	2 + 5	1 + 3 a 5	1 + 5	1 + 6
Brejo Santo		36 a 1	36 a 2	36 a 1	2	3	2 a 3 + 35	3 a 4 + 35	4 a 5 + 35
Camocim	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 a 7 + 36	7 a 8 + 36
Campos Sales			1 a 2		36 a 2	3 + 36	36 a 2	3 + 35	4 + 35
Canindé	3	2 a 4	2 a 5	2 + 4 a 5	5 a 6	6 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Capistrano	3	2 a 5	2 a 6	2 + 4 a 5	6	7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Caridade	3	3 a 4	3 a 6	2 + 4 a 5	2 + 5 a 6	2 + 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Cariré	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Caririaçu	1	1 a 2	36 a 3	2 + 36	3 + 36	4	3 + 35	4 + 35	5 + 35
Cariús		1 a 2	1 a 3	36 a 2	3 + 36	4 + 36	3	4 + 35	5 + 35
Carnaubal	2	2 a 3	2 a 5	1 + 3	1 + 4	1 + 6	4 a 5 + 36	5 + 36	36
Cascavel	2 a 4	2 a 5	2 a 6	5	1 + 6	7 a 8	1 + 6 a 7	7 a 8	1
Catarina			2	1	1 a 3	1 + 3 a 4	2 a 4 + 36	4 + 36	5 + 36
Catunda		2	2 a 3	2	1 + 3 a 4	1 + 4 a 5	3 a 5 + 36 a 1	5 + 36	6 + 36
Caucaia	3	3 a 5	3 a 6	2 + 4 a 5	2 + 6	2 + 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Cedro		2	2 a 3	1 a 2	1 + 3	4 a 5 + 36 a 1	3 a 4 + 36	4 + 36	
Chaval	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Choró	3	2 a 4	2 a 6	2 + 4 a 5	5 a 6	7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Chorozinho	2 a 4	2 a 5	2 a 7	5 a 6	1 + 6 a 7	8	1 + 7	8	1 + 9
Coreaú	2 a 3	1 a 4	1 a 5	1 + 4	5	6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Crateús		2	2	2	1 + 3	1 + 3 a 4	3 + 36 a 1	4 + 36	5 + 36
Crato		36 a 2	36 a 3	36 a 2	3	4	3 + 35	4 + 35	5 + 35
Croatá	2	2 a 3	2 a 4	1 + 3	1 + 4	1 + 5	4 + 36	5 + 36	6 + 36
Cruz	3	2 a 4	2 a 5	2 + 4	5	6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Deputado Irapuan Pinheiro		2	2 a 4	2	3 a 4	5	1 + 3 a 4	1 + 5	1 + 6
Ererê			2		2	3 a 5	1 a 3	1 + 3 a 5	1 + 6
Eusébio	2 a 4	2 a 5	2 a 7	5	1 + 6 a 7	8	1 + 6 a 7	8	1
Farias Brito	1	1 a 2	1 a 3	2 + 36	3 + 36	4 + 36	3 + 35	4 + 35	5 + 35
Forquilha	2	2 a 3	2 a 4	1 + 3	1 + 4	1 + 5	4 a 5 + 36	5 + 36	6 + 36

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fortaleza	2 a 3	2 a 5	2 a 7	4 a 5	6 a 7	8	1 + 6	1	1
Fortim		3 a 4	2 a 5	2 a 5	2 + 5 a 6	6 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Frecheirinha	2 a 3	1 a 4	1 a 5	1 + 4	5	6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
General Sampaio		3 a 4	3 a 5	2 a 4	2 + 5	2 + 6 a 7	1 + 5	1 + 6 a 7	1 + 8
Graça	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Granja	2 a 4	2 a 4	2 a 5	1	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 a 7 + 36	7 a 8 + 36
Granjeiro	1	1 a 2	1 a 3	2 + 36	3 + 36	4 + 36	3 + 35	4 + 35	5 + 35
Groaíras	2	2 a 3	2 a 5	1 + 3 a 4	1 + 4 a 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Guaiúba	2 a 4	2 a 5	2 a 6	5	1 + 6 a 7	7 a 8	1 + 6	8	1 + 9
Guaraciaba do Norte	2	2 a 3	2 a 5	1 + 3	1 + 4	1 + 6	4 a 5 + 36	5 + 36	36
Guaramiranga	3	3 a 4	2 a 6	2 + 4 a 5	2 + 5 a 6	7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Hidrolândia	2	2 a 3	2 a 4	1 + 3	1 + 4	1 + 5	4	5 + 36	6 + 36
Horizonte	2 a 4	2 a 5	2 a 7	5	1 + 6 a 7	1 + 8	1 + 6 a 7	8	9
Ibaretama	3	2 a 4	2 a 6	2 + 4 a 5	5 a 6	7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Ibiapina	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1	1 + 6	5 + 36	5 + 36	36
Ibicuitinga		3	3 a 4	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 5 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Icapuí			3 a 4	2 a 4	2 a 5	2 + 5 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Icó		2	2 a 3	1	1 + 3	1 + 4 a 5	2 a 4 + 36	4 a 5 + 36	36
Iguatu		2	2 a 3	1 a 2	1 + 3	1 + 4 a 5	3 a 4 + 36	4 + 36	36
Independência			2		2 a 3	1 + 3 a 4	1 a 4	1 + 4 a 5	5 + 36
Ipaporanga		2	2 a 3	1 a 2	1 + 3	1 + 4 a 5	3 a 4 + 36	4 a 5 + 36	6 + 36
Ipaumirim		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3 + 36	4 + 36	3 a 4 + 36	4 a 5 + 35	5 + 35
Ipu	2	2 a 3	2 a 4	1 + 3	1 + 4	1 + 5	4 + 36	5 + 36	6 + 36
Ipueiras	2	2 a 3	2 a 4	1 + 3	1 + 4	1 + 5	4 + 36	5 + 36	6 + 36
Iracema					2	2 a 5	2 a 4	1 + 3 a 5	1 + 6
Irauçuba		2 a 3	2 a 4	2 a 3	4 a 5	5 a 6	1 + 4 a 5	1 + 6	1 + 7
Itaiçaba		3	3 a 4	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 5 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Itaitinga	2 a 4	2 a 5	2 a 6	5	1 + 6	7 a 8	1 + 6 a 7	7	1
Itapajé		3	3 a 5	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Itapipoca	3	3 a 4	3 a 5	2 + 4	2 + 5	2 + 6 a 7	1 + 5	1 + 6	1
Itapiúna	3	2 a 5	2 a 6	2 + 4 a 5	6	7 a 8	1 + 6	1 + 7 a 8	1 + 9
Itarema		3 a 4	3 a 5	2 a 4	2 + 5	2 + 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Itatira		3	3 a 5	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7 a 8
Jaguaretama		3	3 a 4	2 a 3	2 + 4	2 + 5	1 + 4 a 5	1 + 5	1 + 6 a 7
Jaguaribara			3	2	2 a 4	2 + 4 a 5	1 + 3 a 4	1 + 5	1 + 6
Jaguaribe			2		2	3 a 5	1 a 4	1 + 3 a 4	1
Jaguaruana			3	2 a 4	2 a 5	2 + 4 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Jardim		36 a 1	36 a 2	36 a 1	2	3 + 35	2 + 35	3 + 35	4
Jati		36	36 a 2	36	1 a 2	3	1 a 2 + 35	3 + 35	4 + 35
Jijoca de Jericoacoara	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Juazeiro do Norte		36 a 2	36 a 3	36 a 2	3	4	3 + 35	4 + 35	5 + 35
Jucás		2	2 a 3	1 a 2	3 + 36 a 1	4 + 36 a 1	3 + 36	4	5
Lavras da Mangabeira		1 a 2	1 a 3	36 a 2	3 + 36	4 + 36	3 a 4	4 + 35	5 + 35
Limoeiro do Norte				2	2 a 4	2 a 5	3 a 5	1 + 5	1 + 6 a 7
Madalena		3	3 a 5	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7 a 8
Maracanaú	2 a 3	2 a 5	2 a 6	4 a 5	6	7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Maranguape	2 a 3	2 a 5	2 a 6	4 a 5	6	7 a 8	1 + 6	1 + 7	1
Marco	3	2 a 4	2 a 5	2 + 4	5	6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Martinópole	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Massapê	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5	36	36
Mauriti		1	1 a 2	36 a 2	2 a 3 + 36	3 a 4 + 36	3 + 35	4 + 35	5 + 35
Meruoca	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Milagres		36 a 2	36 a 2	36 a 2	3	3 a 4	3 + 35	4 + 35	5 + 35
Milhã		2 a 3	2 a 4	2 a 3	4	5	1 + 4	1 + 5	1 + 6
Miraíma		2 a 3	2 a 4	2 a 3	4 a 5	5 a 6	1 + 4 a 5	1 + 6	1 + 7
Missão Velha		36 a 2	36 a 3	36 a 2	3	4 + 35	3 + 35	4 + 35	5 + 34
Mombaça		2	2 a 3	2	3 a 4	4 a 5	1 + 3 a 4	1 + 5	1 + 6
Monsenhor Tabosa			2 a 3	2	2 a 3	1 + 4 a 5	1 + 3 a 4	1 + 4 a 5	6
Morada Nova		3	3 a 5	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Moraújo	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 a 8 + 36
Morrinhos		3	3 a 4	2 a 3	2 + 4	2 + 5	1 + 4 a 5	1 + 5	1 + 6
Mucambo	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Mulungu	3	3 a 4	2 a 6	2 + 4 a 5	2 + 5 a 6	7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Nova Olinda		1 a 2	1 a 3	36 a 2	3 + 36	4 + 36	3 + 35	4 + 35	5 + 35
Nova Russas	2	2	2 a 4	1 + 3	1 + 3 a 4	1 + 5	4 + 36	5 + 36	6 + 36
Novo Oriente			2		1 a 2	1 + 3	36 a 2	3 a 4 + 36	4 a 5 + 36
Ocara	2 a 3	2 a 5	2 a 6	4 a 5	1 + 6	7 a 8	1 + 6 a 7	7 a 8	1 + 9
Orós			2 a 3		1 a 3	1 + 4	36 a 3	4 + 36	5 + 36
Pacajus	2 a 4	2 a 5	2 a 6	5	1 + 6 a 7	7 a 8	1 + 6 a 7	8	1 + 9
Pacatuba	2 a 3	2 a 5	2 a 6	4 a 5	1 + 6	7 a 8	1 + 6	7	1
Pacoti	3	2 a 5	2 a 6	2 + 4 a 5	6	7 a 8	1 + 6	1 + 7	1
Pacujá	2	2 a 3	2 a 5	1 + 3	1 + 4	1 + 6	4 a 5 + 36	5 + 36	36
Palhano		3	3 a 5	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 6 a 7	1 + 5	1 + 6	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Palmácia	2 a 4	2 a 5	2 a 6	5	6	7 a 8	1 + 6	1 + 7	1
Paracuru	3	3 a 5	3 a 6	2 + 4 a 5	2 + 6	2 + 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Paraipaba	3	3 a 4	3 a 6	2 + 4	2 + 5	2 + 7	1 + 5	1 + 6 a 7	1 + 8
Parambu						1 a 2	36 a 2	36 a 3	3 a 4 + 36
Paramoti	3	2 a 4	2 a 5	2 + 4 a 5	5 a 6	6 a 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Pedra Branca			2 a 3	2	2 a 4	4 a 5	1 + 3 a 4	1 + 5	1 + 6
Penaforte			36 a 1		36 a 1	2	35 a 1	2 + 35	3 + 35
Pentecoste	3	3 a 5	3 a 6	2 + 4 a 5	2 + 6	2 + 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Pereiro			2		2	3 a 5	1 a 4	1 + 3 a 5	1
Pindoretama	2 a 4	2 a 5	2 a 6	5	6 a 7	7 a 8	1 + 6	1	1
Piquet Carneiro		2	2 a 4	2 a 3	3 a 4	5	1 + 4	5 + 36 a 1	6 + 36 a 1
Pires Ferreira	2	2 a 3	2 a 4	1 + 3	1 + 4	1 + 5 a 6	4 a 5 + 36	5 + 36	36
Poranga		2	2 a 3	1 a 2	1 + 3	1 + 4	3 a 4 + 36	4 + 36	5 a 6 + 36
Porteiras		36 a 1	36 a 2	36 a 1	2	3 + 35	2 + 35	3 a 4 + 35	4 a 5 + 34
Potengi		1	1 a 2	36 a 1	2 + 36	3 + 36	2	3 a 4 + 35	4 a 5 + 35
Potiretama					2	2 a 4	2	3 a 4	1 + 5
Quiterianópolis						1 a 2	36 a 2	36 a 3	3 a 4 + 36
Quixadá		2 a 4	2 a 6	2 a 5	5 a 6	7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Quixelô		2	2 a 3		3	1 + 4	1 a 3	1 + 4	5 + 36
Quixeramobim		2 a 3	2 a 5	2 a 4	4 a 5	6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Quixeré				2	2 a 4	2 a 5	1 + 3 a 5	1 + 5	1 + 6 a 7
Redenção	2 a 4	2 a 5	2 a 6	5	6	7 a 8	1 + 6	1 + 7 a 8	1 + 9
Reriutaba	2	2 a 3	2 a 4	1 + 3	1 + 4	1 + 5 a 6	4 a 5 + 36	5 + 36	36
Russas		3	3 a 4	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 5 a 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Saboeiro			1 a 2	1	1 a 3	3 a 4 + 36	2 a 3 + 36	4 + 36	5
Salitre			1		36 a 1	2 + 36	36 a 2	2 a 3 + 35	3 a 4 + 35
Santa Quitéria	2	2	2 a 4	1 + 3	1 + 3 a 4	1 + 5	4 a 5 + 36	5 + 36	6 a 7 + 36
Santana do Acaraú		2 a 4	2 a 5	2 a 4	1 + 5	1 + 6	1 + 5		
Santana do Cariri		36 a 2	36 a 2	36 a 1		3 a 4	2 a 3 + 35	3 a 4 + 35	5 + 35
São Benedito	2	2 a 3	2 a 5	1 + 3	1 + 4	1 + 6	4 a 5 + 36	5 + 36	7 + 36
São Gonçalo do Amarante	3	3 a 5	3 a 6	2 + 4 a 5	2 + 6	2 + 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
São João do Jaguaribe			3	2	2 a 4	2 + 4 a 5	1 + 3 a 4	1 + 5	1 + 6
São Luís do Curu	3	3 a 4	3 a 6	2 + 4 a 5	2 + 5 a 6	2 + 7	1 + 6	1 + 7	1 + 8
Senador Pompeu		2 a 3	2 a 4	2 a 3	4 a 5	5	1 + 4 a 5	1	1 + 6 a 7
Senador Sá	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Sobral	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	36	7 + 36
Solonópole		2	2 a 4	2	3 a 4	5	1 + 3 a 4	1 + 5	1 + 6
Tabuleiro do Norte					2 a 3	2 a 5	2 a 4	4 a 5	6
Tamboril		2	2 a 3	2	1 + 3	1 + 4 a 5	1 + 3 a 4	4 a 5 + 36	6 + 36
Tarrafas		1 a 2	1 a 3	36 a 2	3 + 36	4 + 36	3	4 + 35	5 + 35
Tauá			2		1 a 2	1 + 3 a 4	36 a 4	3 a 5 + 36	5 + 36
Tejuçuoca		3	3 a 5	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Tianguá	2 a 3	1 a 4	1 a 5	1 + 4	5 + 36	6 + 36	5 + 36	6	7
Trairi	3	3 a 4	3 a 5	2 + 4	2 + 5	2 + 6 a 7	1 + 5	1 + 6	1 + 8
Tururu	3	3 a 4	3 a 5	2 + 4	2 + 5	2 + 6 a 7	1 + 5	1 + 6	1
Ubajara	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Umari		2	2 a 3	1 a 2	1 + 3 a 4	1 + 4 a 5	3 a 4 + 36	5 + 36	6 + 36
Umirim	3	3 a 4	3 a 5	2 + 4	2 + 5	2 + 6 a 7	1 + 5	1 + 6	1 + 8
Uruburetama		3	3 a 5	2 a 4	2 + 4 a 5	2 + 6	1 + 5	1 + 6	1 + 7
Uruoca	2 a 3	2 a 4	2 a 5	1 + 4	1 + 5	1 + 6	5 + 36	6 + 36	7 + 36
Varjota	2	2 a 3	2 a 4	1 + 3	1 + 4	1 + 5 a 6	4 a 5 + 36	5 + 36	36
Várzea Alegre	1	1 a 2	1 a 3	2 + 36	3 + 36	4 + 36	3 a 4 + 35	4 + 35	5 + 35
Viçosa do Ceará	2 a 3	1 a 4	1 a 5	1 + 4	5	6 + 36	5 + 36	6 + 36	7 a 8

PORTARIA Nº 203, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho no Estado da Paraíba, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c)Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,55 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9105 PRO, PAC 105, ADV9860 e ADV9860 PRO;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 20A78PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B688PW, 2B688RR, 2B710PW, 2B810PW, 2B877PW, 2A401PW, 2B210PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 2B647PW, 929V, DB 2B339PW, NEX 5617Hx, NEX 5617PW, MG600PW, MG744PW, CD3410PW, CD3775PW, MG699RR, 2A521PW, 2B640PW e MG711PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35VYHR, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31VYH, 30S31VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3844H, P4285, P4285YH e P4285YHR;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 5033 (Asa Branca), BRS 1055, BRS 1060, BRS 3040, BRS Assum Preto, BRS Caatingueiro e BRS Gorutuba;

GENESEEDS: BM 3061;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 3063PRO2, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, SHS 5050, SHS 4050, SHS 4090, SHS 4070, SHS 3031, SHS 5070, SHS 5560, SHS 5090, SHS 7770, SHS 4080, SHS 7090, BM810PRO2, BM904, BM812, BM270 e ExtendaxRR2;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI, PR 1150, PR 3350 e PR 27D28;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG9030PRO, AG 9040YG, AG9030PRO2, GNZ 9626PRO, AS1555RR2, AS1555PRO2, AS1555PRO, AG 8676PRO2, AS 1625PRO2, GNZ 9688PRO, AG 9010PRO, GNZ 9505YG, AS 1665PRO, GNZ9501PRO, AG 8676PRO, AS 1596RR2, AG 8580PRO, AG 8088PRO, AS1596PROX, AS1573PRO, DKB 177RR2, DKB 350PRO, AS 1581PRO, DKB 390PRO2, AS1575PRO3, AG 8041PRO, AS 1596PRO2, DKB390PROX, DKB 390, AS 1596, AG 8088PRO2, AG8088PROX, AS 1598, AS 1598PRO, AG 8061PRO, AS 1633PRO2, AG 7088PRO2, DKB 175PRO, AS 1598PRO2, AG 8544PRO, DKB330PRO2, DKB 310PRO2, DKB 330RR2, DKB 310PRO, AG 5011, DKB315PRO, AG 8544PRO2, AG 7088PRO, AG 5011YG, AG 7088, DKB177PRO, AG8025PRO2, AG 5055PRO, AG 7098PRO, AG7088PROX, AG 7088RR2, DKB340PRO2, DKB 340PRO, AG9030RR2, DKB 390PRO, DKB 390RR2, DKB330PRO, DKB 177, DKB 177PRO2, AG7098PRO2, AG 8061PRO2, DKB245PRO2, DKB 250PRO, AS 1656PRO2, AS 1575PRO, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8690PRO3, AG8700PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 90PRO, AG9000PRO3, AG9025PRO3, NS 90PRO2, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, RB9110PRO, RB 9308PRO, LG 6036RR2, RB 9004PRO, RB 9005PRO, RB 9005PRO2, RB 9006PRO, AG8677PRO3, 3700RR2, AS1596PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, RB 9005PRO3, SHS 7915PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9077PRO, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3 e AS1735PRO3;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, ATL 200, SM 511, ATL 110, SM 966, RK3014 e RK3115;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8030 e XB 8010;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3 e PRE2601 TP;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Cargo TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, GSS 41240, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, RB 6324, SG 6015, SG 6418, SW3949 TL, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 Viptera, Thunder, Tropical Plus, SOMMA VIP3, Somma, Somma TL, Somma Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, Formula VIP2 e Formula TG.

GRUPO II

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA, Copacabana, Mucuripe e DSS 1001;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B633PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BR 5011 (Sertanejo), BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 2223, BRS 3025, BRS 3035, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104 e BRS 3046;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005 YG;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 810, BM 207 e BM 502;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 2M80, 2M77, 3M51, 4M50, 4M02, 2M88 e 3M40;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9690PRO, BM 915PRO, BM780PRO, NS92PRO, NS 92PRO2, LG 6033PRO2, LG6036PRO3, RB 9210PRO, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50RR2 e LG 6036PRO2;
RIBER - KWS SEMENTES LTDA: SM 505, ATL 310, K9100, K9200, K9220PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2 e R9330PRO2;
RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20 e RVM 40;
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL 34;
SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7116;
SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;
SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1076 e SX1086.
Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo III.
Notas:
1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.
2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).
5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Água Branca			3		3 a 5	2 + 4 a 7	2 a 5	1 a 2 + 6 a 7	1 + 8 a 9
Aguiar		2 a 3	1 a 6	3 a 4	1 + 4 a 6	7 a 8	1 a 2 + 5 a 6	7	9
Alagoa Grande		11 a 13	10 a 14	10 a 13	10 + 14	6 a 9 + 15	6 a 9 + 14	5 a 9	4 a 5 + 16
Alagoa Nova		11	11 a 14	11 a 12	10 + 12 a 14	6 a 10	10 + 13	6 a 9	4 a 5 + 15
Alagoinha		11 a 13	9 a 14	10 a 13	6 a 10 + 14	6 a 8 + 15	6 a 9 + 14	5	4 a 5 + 16
Alcantil			10 a 14	11 a 13	10 a 14	8 a 9 + 15	9 a 10 + 14	6 a 9 + 15	5 a 7 + 16
Algodão de Jandaíra					11	9 a 13	11 a 12	6 a 10 + 12 a 13	4 a 8 + 14
Alhandra	9 a 14	7 a 15	6 a 16	6 a 8 + 15	5 a 6 + 16	4 a 5 + 17 a 18	5 + 16	4 + 17	
Amparo						5 a 6		3 a 7	2 a 4 + 7 a 12
Aparecida		3	2 a 6	3 a 5	1 a 2 + 4 a 6	1 + 7 a 8	1 a 2 + 6	7	9
Araçagi	11 a 12	10 a 14	9 a 15	10 + 13 a 14	6 a 9	5 a 8 + 16	6 a 9	5 + 15	4
Arara		11	11 a 13	11 a 12	10 + 12 a 13	6 a 10 + 14	10 + 13	6 a 9 + 14	4 a 5
Araruna		11				8 a 13	11 a 12	7 a 10 + 12	5 a 7
Areia		11	10 a 14	11 a 12	10 + 12 a 14	6 a 9	10 + 13	6 a 9	4 a 5 + 15
Areia de Baraúnas						5 a 6		3 a 7	2 a 4 + 7 a 11
Areial					11 a 13	9 a 14	11 a 12	6 a 10	5 a 8
Aroeiras		11 a 13	10 a 14	10 a 14	9 a 10 + 14	6 a 9 + 15 a 16	9	6 a 8 + 15	5
Assunção						6		4 a 6	3 a 5 + 7 a 11
Baía da Traição	10 a 14	8 a 14	6 a 16	6 a 9	6 a 7 + 15	5 + 17	5	4 a 5	4
Bananeiras		11	10 a 13	11 a 12	10 + 12 a 13	7 a 9 + 14	10 + 13	6 a 9 + 14	5 a 6
Baraúna								6	4 a 11
Barra de Santa Rosa					11	9 a 12		6 + 10 + 12	4 a 8 + 13
Barra de Santana			11 a 14	11 a 13	10 a 14	9 a 10 + 15	10 + 14	7 a 9 + 15	5 a 8 + 16
Barra de São Miguel			11	12	10 a 13	9 a 10 + 12 a 14	10 a 11 + 13	5 a 9 + 14	4 a 8 + 15
Bayeux	10 a 14	7 a 15	6 a 16	6 a 9 + 15	5 a 6 + 16	4 a 5 + 17 a 18	5 + 16	4 + 17	
Belém		11 a 13	9 a 14	10 a 13	9 a 10 + 14	6 a 8	9	6 a 8	4 a 5 + 15
Belém do Brejo do Cruz					5	3 a 7	3 a 6	2 a 4 + 6 a 7	2 + 8
Bernardino Batista		2 a 5	2 a 6	3 a 5	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	1 a 2 + 6 a 7	8	9
Boa Ventura		3	2 a 5	2 a 4	1 a 2 + 4 a 5	1 + 6 a 7	1 + 5 a 6	6 a 7	8
Boa Vista					11	9 a 14	11 a 12	6 a 10 + 12 a 13	4 a 8
Bom Jesus	3	1 a 5	1 a 6	1 a 2 + 4 a 5	6 a 7	7 a 8	6 a 7	8	9
Bom Sucesso			3 a 5	3	2 a 6	2 + 6 a 7	2 + 4 a 6	1 + 7	1 + 8 a 9
Bonito de Santa Fé		2 a 4	1 a 6	2 a 5	1 + 5 a 6	7	1 + 6	7	8
Boqueirão					11 a 13	9 a 14	10 a 13	7 a 10 + 14	5 a 8 + 15
Borborema		11 a 12	10 a 14	11 a 13	10 + 13 a 14	6 a 9	10	6 a 9	5 + 15
Brejo do Cruz					3 a 5	3 a 7	3 a 6	2 + 6 a 7	2 + 8
Brejo dos Santos			3 a 5		3 a 6	2 + 6 a 7	2 a 6	1 a 2 + 7	1 + 8
Caaporã	9 a 14	7 a 15	6 a 16	6 a 8 + 15	5 a 6 + 16 a 17	5 + 17 a 18	5 + 16	4	4
Cabaceiras					11 a 12	10 a 14	11 a 12	6 a 10 + 13	4 a 9
Cabedelo	9 a 14	7 a 15	6 a 17	6 a 8 + 15	5 a 6 + 16	4 a 5 + 18	5 + 16	4 + 17	
Cachoeira dos Índios	3	1 a 5	1 a 6	1 a 2 + 4 a 5	6 a 7	7 a 8	6 a 7	8	9
Cacimba de Areia						3 a 7	3 a 5	2 a 7	2 + 8 a 10
Cacimba de dentro					11	8 a 13	11 a 12	7 a 10 + 12	5 a 7
Cacimbas						3 a 7		3 a 7	2 + 8 a 11
Caiçara		11 a 13	9 a 14	10 a 13	8 a 10 + 14	6 a 8	6 a 9	6 a 7	4 a 5 + 15
Cajazeiras	3	1 a 5	1 a 6	1 a 2 + 4 a 5	6 a 7	7 a 8	6 a 7	8	9
Cajazeirinhas			2 a 4	3	2 a 5	1 + 5 a 7	2 + 4 a 6	1 + 6 a 7	8 a 9
Caldas Brandão	11 a 13	10 a 14	8 a 15	10 + 14	6 a 9 + 15	5 a 7 + 16	6 a 9	5	4 + 17
Camalaú						5 a 13	11 a 12	5 a 13	3 a 4 + 14
Campina Grande			11 a 13	12	10 a 13	9 a 10 + 14	10 a 11 + 13	6 a 9 + 14	4 a 8 + 15
Capim	10 a 13	10 a 14	7 a 15	9 + 14	6 a 9 + 15	5 a 6 + 16	5 a 8	4 a 5	4 + 17
Caraúbas					10 a 13	6 a 14	10 a 13	5 a 9 + 14	3 a 5 + 15
Carrapateira		2 a 4	1 a 6	2 a 5	1 + 5 a 6	7 a 8	1 + 6	7	9
Casserengue					11	9 a 13	11 a 12	6 a 10 + 12 a 13	5 a 8 + 14
Catingueira			3 a 4		2 a 5	2 + 5 a 7	2 a 6	1 + 6 a 7	1 + 8 a 9
Catolé do Rocha			4		3 a 5	2 a 3 + 5 a 7	3 a 6	1 a 2 + 6 a 7	1 + 8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Caturité					11 a 13	9 a 14	10 a 13	7 a 10 + 14	5 a 8 + 15
Conceição		2 a 3	1 a 5	2 a 4	1 + 4 a 5	6 a 7	1 + 5 a 6	6 a 7	8
Condado			3 a 4		3 a 5	2 + 5 a 7	2 a 6	1 a 2 + 6 a 7	1 + 8 a 9
Conde	9 a 14	7 a 15	6 a 17	6 a 8 + 15	5 a 6 + 16 a 17	4 a 5 + 18	5 + 16	4	
Congo					12	5 a 13	10 a 12	5 a 11 + 13 a 14	3 a 4 + 14
Coremas			2 a 5	3	2 a 5	1 + 6 a 7	1 a 2 + 4 a 6	1 + 6 a 7	8 a 9
Coxixola						6 + 10 a 13		5 a 13	3 a 5 + 7 a 9 + 14
Cruz do Espírito Santo	10 a 14	7 a 15	6 a 16	6 a 9 + 15	6 + 16	5 + 17	5	4 a 5	4
Cubati								6	4 a 12
Cuité						9 a 11		6 + 11	4 a 8 + 12
Cuité de Mamanguape	10 a 13	10 a 14	8 a 15	14	6 a 9 + 15	5 a 7 + 16	6 a 9	5	4
Cuitegi		11 a 13	9 a 14	10 a 13	10 + 14	6 a 8 + 15	6 a 9	5 a 9	4 a 5
Curral de Cima	11 a 13	10 a 14	8 a 15	10 + 14	6 a 9	5 a 7 + 16	6 a 9	5 + 15	4
Curral Velho			2 a 5	3	1 a 5	1 + 6 a 7	1 a 2 + 4 a 6	6 a 7	8
Damião					11	9 a 12		10 + 12	4 a 8 + 13
Desterro						3 a 6		3 a 7	2 + 7 a 11
Diamante		2 a 3	1 a 5	2 a 4	1 + 4 a 5	6 a 7	1 + 5 a 6	6 a 7	8
Dona Inês		11	10 a 11		10 + 12 a 13	8 a 9 + 12 a 14	10 a 12	6 a 9	5 a 7
Duas Estradas		10 a 14	9 a 14	10 a 13	6 a 9	6 a 8 + 15	6 a 9 + 14	5	4 a 5 + 16
Emas			2 a 4	3	2 a 5	1 + 5 a 7	2 + 4 a 6	1 + 6 a 7	8 a 9
Esperança					10 a 13	9 a 14	11 a 12	6 a 9	5 a 8
Fagundes		11	10 a 14	10 a 13	10 + 12 a 14	6 a 9 + 15	9 + 14	6 a 9	5 + 16
Frei Martinho								5 a 6	3 a 11
Gado Bravo		11 a 12	10 a 14	10 a 14	10 + 13 a 14	7 a 9 + 15	9	6 a 9 + 15	5 a 6 + 16
Guarabira		11 a 14	9 a 14	10 a 13	6 a 10	6 a 8 + 15	6 a 9 + 14	5	4 a 5 + 16
Gurinhém	11 a 12	10 a 14	9 a 15	10 + 13 a 14	6 a 9 + 15	5 a 8 + 16	6 a 9	5	4
Gurjão						11 a 12		5 a 6 + 11	3 a 10 + 13
Ibiara		2 a 3	1 a 5	2 a 4	1 + 4 a 5	6 a 7	1 + 5 a 6	6 a 7	8
Igaracy		3	2 a 5	3 a 4	1 a 2 + 4 a 5	1 + 6 a 7	1 a 2 + 5 a 6	6 a 7	8 a 9
Imaculada			3		3 a 5	2 + 4 a 7	2 a 5	1 a 2 + 6 a 7	1 + 8 a 9
Ingá		11 a 13	9 a 14	10 a 14	9 a 10 + 14	6 a 8 + 15	6 a 9	5 a 8 + 15	4 a 5 + 16
Itabaiana	11 a 13	10 a 14	9 a 15	9 a 10 + 14	6 a 9 + 15	5 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 15	5 + 16	4
Itaporanga		3	1 a 5	2 a 4	1 a 2 + 4 a 5	6 a 8	1 + 5 a 6	6 a 7	9
Itapororoca	11 a 13	10 a 14	8 a 15	10 + 14	6 a 9 + 15	5 a 7 + 16	6 a 9	5	4
Itatuba		11 a 13	9 a 14	10 a 14	9 a 10 + 14	6 a 8 + 15 a 16	6 a 9	5 a 8 + 15	5
Jacaraú	10 a 13	10 a 14	9 a 15	14	6 a 9	5 a 8 + 16	6 a 9	5 + 15	4
Jericó			3 a 5		3 a 6	2 + 6 a 7	2 a 6	1 a 2 + 7	1 + 8 a 9
João Pessoa	9 a 14	7 a 15	6 a 17	6 a 8 + 15	5 a 6 + 16	4 a 5 + 18	5 + 16	4 + 17	
Joca Claudino		2 a 5	2 a 6	3 a 5	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	1 a 2 + 6 a 7	8	9
Juarez Távora		11 a 13	9 a 14	10 a 14	9 a 10 + 14	6 a 8 + 15	6 a 9	5 a 8 + 15	4 a 5 + 16
Juazeirinho								5 a 6	3 a 12
Junco do Seridó						5 a 6		3 a 6	3 a 4 + 7 a 11
Juripiranga	10 a 14	10 a 14	7 a 16	7 a 9	6 a 9 + 15 a 16	5 a 6 + 17	5 a 6 + 15	5	4
Juru			3 a 4		2 a 5	1 a 2 + 5 a 7	2 a 5	1 + 6 a 7	8
Lagoa			3 a 5	3	2 a 6	2 + 6 a 7	2 + 4 a 6	1 + 7	1 + 8 a 9
Lagoa de dentro	11 a 12	10 a 14	9 a 14	10 + 13 a 14	6 a 9	6 a 8 + 15	6 a 9	5	4 a 5 + 16
Lagoa Seca			11 a 13	12	10 a 13	6 a 10 + 14	10 a 11 + 13	6 a 9 + 14	5 + 15
Lastro			2 a 6	3 a 5	2 a 6	1 + 7	1 a 2 + 6	1 + 7	8 a 9
Livramento						5 a 6		3 a 7	2 a 4 + 7 a 11
Logradouro		11 a 13	9 a 14	10 a 13	8 a 10 + 14	6 a 8	8 a 9	6 a 7	4 a 5 + 15
Lucena	10 a 14	7 a 15	6 a 16	6 a 9 + 15	5 a 6 + 16	4 a 5 + 17	5	4	18
Mãe D''Água					5	2 a 7	3 a 5	2 a 4 + 6 a 7	1 + 8 a 10
Malta			3 a 4		3 a 5	2 + 5 a 7	2 a 6	1 a 2 + 6 a 7	1 + 8 a 9
Mamanguape	10 a 14	10 a 14	7 a 16	9	6 a 9 + 15	5 a 6	6 a 8	5	4
Manaíra			2 a 4	3	2 a 5	1 + 5 a 6	1 a 2 + 4 a 5	1 + 6 a 7	7 a 8
Marcação	10 a 14	7 a 14	6 a 16	6 a 9	6 + 15	5 + 17	5	4 a 5 + 16	4
Mari	11 a 13	10 a 14	8 a 15	10 + 14	6 a 9 + 15	5 a 7 + 16	6 a 9	5	4 + 17
Marizópolis		2 a 5	1 a 6	2 a 5	1 + 6 a 7	7 a 8	1 + 6 a 7	8	9
Massaranduba		11	10 a 14	11 a 13	10 + 12 a 14	6 a 9 + 15	10	6 a 9	5
Mataraca	10 a 14	9 a 14	7 a 16	6 a 9	6 a 8 + 15	5 a 6	5	4 a 5	4
Matinhas		11	11 a 14	11 a 12	10 + 12 a 14	6 a 10	10 + 13	6 a 9	5 + 15
Mato Grosso			3 a 4		3 a 5	2 + 5 a 7	2 a 6	1 a 2 + 6 a 7	1 + 8 a 9
Maturéia						3 a 7	3 a 5	2 a 7	1 a 2 + 8 a 10
Mogeiro	12	10 a 14	9 a 15	10 a 11 + 13 a 14	6 a 9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 9	5	4 a 5
Montadas					11 a 13	9 a 14	11 a 12	6 a 10	5 a 8
Monte Horebe	3	1 a 4	1 a 6	1 a 2 + 4 a 5	5 a 6	7	6	7	8
Monteiro						5 a 6		3 a 7	2 a 4 + 7 a 13
Mulungu		10 a 14	9 a 14	10 a 14	6 a 9	5 a 8 + 15 a 16	6 a 9	5 + 15	4
Natuba		10 a 14	9 a 15	10 a 14	9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 9	5 a 8	5 + 17
Nazarezinho		2 a 5	1 a 6	2 a 5	1 + 6 a 7	7 a 8	1 + 6 a 7	8	9
Nova Floresta								6	4 a 11
Nova Olinda			2 a 4	3	2 a 5	1 + 5 a 7	1 a 2 + 4 a 6	1 + 6 a 7	8
Nova Palmeira								5 a 6	3 a 11

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Olho D"Água			3 a 4	3	2 a 5	1 a 2 + 5 a 7	2 + 4 a 6	1 + 6 a 7	8
Olivedos						10 a 11		6 + 11 a 12	4 a 9 + 12 a 13
Ouro Velho						4 a 6		3 a 7	2 a 3 + 7 a 11
Parari								5 a 6	3 a 12
Passagem						3 a 6		3 a 7	2 + 7 a 10
Patos					3 a 5	2 a 7	3 a 6	2 + 6 a 7	1 + 8 a 10
Paulista			3 a 4		3 a 5	2 + 5 a 7	2 a 6	1 a 2 + 6 a 7	1 + 8 a 9
Pedra Branca			2 a 5	3	1 a 5	1 + 6 a 7	1 a 2 + 4 a 6	6 a 7	8
Pedra Lavrada								5 a 6	3 a 11
Pedras de Fogo	10 a 14	7 a 15	6 a 16	6 a 9 + 15	6 + 16	5 + 17	5 + 16	4 a 5 + 17	4 + 18
Pedro Régis	11 a 13	10 a 14	9 a 15	10 + 14	6 a 9	6 a 8 + 16	6 a 9	5 + 15	4 a 5
Piancó			2 a 5	3	2 a 5	1 + 6 a 7	1 a 2 + 4 a 6	1 + 6 a 7	8 a 9
Picuí								5 a 6	3 a 11
Pilar	10 a 14	10 a 14	8 a 15	9	6 a 9 + 15	5 a 7 + 16 a 17	5 a 8 + 15	5 + 16	4
Pilões		11 a 13	10 a 14	11 a 13	10 + 14	6 a 9	10	6 a 9	4 a 5 + 15
Pilõezinhos		11 a 13	9 a 14	10 a 13	10 + 14	6 a 8	9	6 a 9	4 a 5 + 15
Pirpirituba		11 a 13	9 a 14	10 a 13	8 a 10 + 14	6 a 8 + 15	6 a 9	6 a 7	4 a 5
Pitimbu	9 a 14	7 a 15	6 a 17	6 a 8 + 15	5 a 6 + 16 a 17	4 a 5 + 18	5 + 16	4	
Pocinhos					11 a 12	9 a 14	11 a 12	6 a 10 + 13	4 a 8
Poço Dantas		3	2 a 6	3 a 5	1 a 2 + 4 a 7	1 + 7 a 8	1 a 2 + 6 a 7	8	9
Poço de José de Moura		2 a 4	2 a 6	3 a 5	1 + 5 a 7	1 + 7 a 8	1 a 2 + 6 a 7	8	9
Pombal			2 a 5	3	2 a 6	1 + 6 a 7	2 + 4 a 6	1 + 7	8 a 9
Prata						5 a 6		3 a 7	2 a 4 + 7 a 12
Princesa Isabel			2 a 4		2 a 5	1 + 5 a 7	1 a 5	1 + 6 a 7	8
Puxinanã					11 a 13	9 a 14	11 a 12	6 a 10 + 14	4 a 8
Queimadas			11 a 14	11 a 13	10 a 14	9 a 10 + 15	10 + 14	6 a 9	5 a 8
Quixaba						3 a 7	3 a 5	2 a 7	1 a 2 + 8 a 10
Remígio			11		10 a 13	8 a 10 + 12 a 14	11 a 12	6 a 9	4 a 7
Riachão		11	11		10 + 12	8 a 10 + 12 a 14	10 a 12	7 a 9 + 13	5 a 7
Riachão do Bacamarte		11 a 13	10 a 14	10 a 13	10 + 14	6 a 9 + 15	9 + 14	6 a 9	4 a 5 + 16
Riachão do Poço	10 a 13	10 a 14	8 a 15	9 + 14	6 a 9 + 15	5 a 7 + 16 a 17	6 a 8	5 + 16	4
Riacho de Santo Antônio			11 a 13	11 a 12	10 a 14	8 a 10 + 14	9 a 10 + 13 a 14	6 a 9	5 a 7 + 15
Riacho dos Cavalos			4		3 a 5	2 a 3 + 5 a 7	3 a 6	2 + 6 a 7	1 + 8
Rio Tinto	10 a 14	7 a 15	6 a 16	6 a 9	6	5 + 17	5	4 a 5 + 16	4
Salgadinho						5 a 6		3 a 6	3 a 4 + 7 a 11
Salgado de São Félix	11 a 13	10 a 14	9 a 15	10 + 14	6 a 9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 9	5 + 16	4 a 5 + 17
Santa Cecília		11 a 13	10 a 14	10 a 14	9 a 10 + 14	8 a 9 + 15	9	6 a 8 + 15	5 a 7 + 16
Santa Cruz			2 a 6	3	2 a 6	1 + 7	2 + 4 a 6	1 + 7	8 a 9
Santa Helena	3	2 a 5	1 a 6	1 a 2 + 4 a 5	1 + 6 a 7	7 a 8	6 a 7	8	9
Santa Inês		2 a 3	1 a 5	2 a 4	1 + 4 a 5	6 a 7	1 + 5	6 a 7	8
Santa Luzia						5 a 6		3 a 6	3 a 4 + 7 a 10
Santa Rita	10 a 14	7 a 15	6 a 16	6 a 9 + 15	5 a 6 + 16	4 a 5 + 17	5	4	18
Santa Teresinha			3		3 a 5	2 + 4 a 7	2 a 6	2 + 6 a 7	1 + 8 a 9
Santana de Mangueira		3	2 a 5	3	1 a 2 + 4 a 5	1 + 6 a 7	1 a 2 + 4 a 5	6 a 7	8
Santana dos Garrotes			2 a 4	3	2 a 5	1 + 5 a 7	1 a 2 + 4 a 6	1 + 6 a 7	8
Santo André								5 a 6	3 a 12
São Bentinho			3 a 4		2 a 5	2 + 5 a 7	2 a 6	1 + 6 a 7	1 + 8 a 9
São Bento					3 a 5	2 a 7	3 a 6	2 + 6 a 7	1 + 8
São Domingos			2 a 5	3 a 4	2 a 6	1 + 6 a 8	1 a 2 + 5 a 6	1 + 7	9
São Domingos do Cariri					12	10 a 14	11 a 12	6 a 11 + 13	4 a 9
São Francisco			2 a 6	3	2 a 6	1 + 7	1 a 2 + 4 a 6	1 + 7	8 a 9
São João do Cariri						10 a 13		5 a 12	3 a 9 + 14
São João do Rio do Peixe		2 a 5	1 a 6	2 a 5	1 + 6 a 7	7 a 8	1 + 6 a 7	8	9
São João do Tigre					12 a 13	5 + 9 a 14	10 a 13	5 a 11 + 14	3 a 4 + 6 a 8 + 15
São José da Lagoa Tapada		3 a 4	2 a 6	3 a 5	1 a 2 + 5 a 6	1 + 7 a 8	1 a 2 + 6	7	9
São José de Caiana		2 a 3	1 a 5	2 a 4	1 + 4 a 6	6 a 7	1 + 5 a 6	7	8
São José de Espinharas					3 a 5	2 a 7	2 a 6	2 + 6 a 7	1 + 8 a 9
São José de Piranhas	3	1 a 4	1 a 6	1 a 2 + 4 a 5	5 a 6	7	6	7	8
São José de Princesa			2 a 4	3	2 a 5	1 + 5 a 7	1 a 2 + 4 a 5	1 + 6 a 7	8
São José do Bonfim						3 a 7	3 a 5	2 a 7	1 a 2 + 8 a 10
São José do Brejo do Cruz					5	3 a 7	3 a 6	2 a 4 + 6 a 7	2 + 8
São José do Sabugi						5 a 6		3 a 6	3 a 4 + 7 a 10
São José dos Cordeiros						5 a 6		3 a 6	3 a 4 + 7 a 12
São José dos Ramos	10 a 13	10 a 14	8 a 15	14	6 a 9 + 15	5 a 7 + 16	6 a 9	5 + 16	4 + 17
São Mamede						3 a 6		3 a 7	2 + 7 a 10
São Miguel de Taipu	10 a 14	10 a 14	7 a 16	6 a 9	6 a 9 + 15	5 a 6 + 17	5 + 15	5 + 16	4
São Sebastião de Lagoa de Roça			11 a 13	12	10 a 13	6 a 10 + 14	10 a 11 + 13	6 a 9 + 14	5
São Sebastião do Umbuzeiro						5 + 11 a 13		4 a 13	3 a 4 + 6 a 10 + 14
São Vicente do Seridó								5 a 6	3 a 12
Sapé	10 a 14	10 a 14	7 a 16	6 a 9	6 a 9 + 15	5 a 6 + 17	5 + 15	4 a 5 + 16	4
Serra Branca								5 a 6 + 11 a 12	3 a 13
Serra da Raiz		11 a 13	9 a 14	10 a 13	8 a 10 + 14	6 a 8	8 a 9	6 a 7	4 a 5 + 15
Serra Grande		2 a 3	1 a 5	2 a 4	1 + 4 a 6	6 a 7	1 + 5 a 6	7	8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Serra Redonda		11 a 13	10 a 14	10 a 13	10 + 14	6 a 9 + 15	14	6 a 9	4 a 5 + 16
Serraria		11 a 12	10 a 14	11 a 12	10 + 13 a 14	6 a 9	10 + 13	6 a 9	4 a 5 + 15
Sertãozinho		11 a 14	9 a 14	10 a 13	6 a 10	6 a 8 + 15	6 a 9	5	4 a 5 + 16
Sobrado	10 a 14	10 a 14	7 a 15	9	6 a 9 + 15	5 a 6 + 16 a 17	5 a 8 + 15	5 + 16	4
Solânea		11	11		10 + 12 a 13	8 a 10 + 12 a 14	10 a 12	6 a 9	5 a 7
Soledade						10 a 12		6 + 11 a 12	3 a 9 + 13
Sossêgo						10 a 11		6 + 11	4 a 9 + 12
Sousa		2 a 4	2 a 6	3 a 5	1 + 5 a 7	1 + 7 a 8	1 a 2 + 6 a 7	8	9
Sumé						5 a 6		3 a 7 + 12	3 a 4 + 7 a 13
Tacima		11 a 12	9 a 14	11 a 12	10 + 13	7 a 8	9 a 10 + 13	6 a 9 + 14	4 a 6
Taperoá						5 a 6		3 a 7	3 a 4 + 7 a 11
Tavares			3 a 4		2 a 5	1 a 2 + 5 a 7	2 a 5	1 + 6 a 7	8
Teixeira						3 a 7	3 a 5	2 a 7	1 a 2 + 8 a 10
Tenório						6		5 a 6	3 a 5 + 7 a 11
Triunfo		2 a 5	2 a 6	2 a 5	1 + 6 a 7	1 + 7 a 8	1 + 6 a 7	8	9
Uiraúna		3	2 a 6	3 a 5	1 a 2 + 4 a 7	1 + 7 a 8	1 a 2 + 6 a 7	8	9
Umbuzeiro		11 a 13	10 a 14	10 a 14	9 a 10 + 14 a 15	6 a 9 + 15 a 16	9	6 a 8	5
Várzea						3 a 6		3 a 7	2 + 7 a 10
Vieirópolis		3	2 a 6	3 a 5	1 a 2 + 4 a 7	1 + 7 a 8	1 a 2 + 6 a 7		9
Vista Serrana			3 a 4		3 a 5	2 + 5 a 7	2 a 6	1 a 2 + 6 a 7	1 + 8
Zabelê						5		4 a 7 + 12	3 a 4 + 6 a 13

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Água Branca					2 a 3	1 a 5	1 a 3	1 + 4 a 5	6 a 7
Aguiar		1 a 2	1 a 4	1 a 3	3 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7
Alagoa Grande		9 a 11	8 a 13	9 a 12	8 + 12	5 a 7	8	4 a 7 + 13	3 a 4 + 14
Alagoa Nova			12	10	9 a 12	6 a 11 + 13	8 a 9 + 11	5 a 8	3 a 5
Alagoinha		9 a 12	8 a 13	9 a 12	7 a 8	5 a 7	7 a 8	4 a 6 + 13	3 a 4 + 14
Alcantil			10 a 11	9 a 11	8 a 12	7 a 9 + 12 a 13	7 a 8 + 12	5 a 7 + 13	3 a 6 + 14
Algodão de Jandaíra						7 a 12	10	7 a 11	3 a 6
Alhandra	8 a 13	6 a 13	5 a 14	5 a 7 + 14	4 a 5 + 14 a 15	3 a 4 + 15 a 16	4	3	2
Amparo						3 a 4		2 a 5	2 + 5 a 9
Aparecida		2	2 a 4	2 a 3	1 + 3 a 5	1 + 5 a 6	1 + 4 a 5	6	7
Araçagi	10 a 11	9 a 12	7 a 13	8 a 9 + 12	6 a 8 + 13	4 a 6 + 14	5 a 7	3 a 5	3
Arara			9 a 12	10	9 a 12	6 a 8 + 13	8 a 9 + 11	5 a 8	3 a 5
Araruna					9	7 a 12	10	5 a 8 + 10 a 11	3 a 6
Areia			9 a 12	10 a 11	8 a 12	6 a 8 + 13	8 a 9	5 a 7	3 a 5
Areia de Baraúnas						4		2 a 5	2 a 3 + 5 a 8
Areial					9 a 11	7 a 12	10	5 a 8	3 a 6 + 13
Aroeiras		9 a 11	8 a 13	9 a 12	8 + 12 a 13	6 a 7 + 14	5 a 8 + 13	4 a 7 + 14	3 a 5
Assunção								3 a 4	2 a 8
Baía da Traição	8 a 12	7 a 13	6 a 14	7 + 13	4 a 6 + 14	4 a 5 + 15	4 a 6	3	2 a 3
Bananeiras			9 a 12	10	8 a 12	6 a 8 + 13	8 a 9 + 11	5 a 7	3 a 5
Baraúna									3 a 9
Barra de Santa Rosa						7 a 10		7 a 10	3 a 6 + 11
Barra de Santana			11 a 12	10 a 11	9 a 12	7 a 10 + 13	8 a 9 + 12	5 a 8 + 13	4 a 6 + 14
Barra de São Miguel					9 a 12	7 a 13	8 a 12	4 a 8 + 13	3 a 6
Bayeux	8 a 12	6 a 13	5 a 14	4 a 7 + 13 a 14	4 a 5 + 14 a 15	4 + 15 a 16	3	3	2 a 3
Belém		9 a 11	8 a 12	9 a 11	7 a 8 + 12	6 a 7 + 13	7 a 8 + 12	5 a 6	3 a 5
Belém do Brejo do Cruz					2	2 a 5	2 a 4	3 a 5	6 a 7
Bernardino Batista		2 a 3	2 a 5	2 a 3	1 + 4 a 5	1 + 6	1 + 4 a 5	6	7
Boa Ventura		2	1 a 3	1 a 2	1 + 3 a 4	4 a 5	3 a 5	5	6 a 7
Boa Vista						7 a 12	10	7 a 11	3 a 6
Bom Jesus		1 a 3	1 a 5	1 a 4	4 a 5	6	5	6	7
Bom Sucesso			2 a 3	2	2 a 4	4 a 5	1 + 3 a 4	1 + 5 a 6	1 + 6 a 7
Bonito de Santa Fé		1 a 2	1 a 4	1 a 3	3 a 4	5	4 a 5	5	6 a 7
Boqueirão					10 a 11	7 a 12	9 a 11	5 a 9 + 12	3 a 6 + 13
Borborema		10	9 a 12	10 a 11	8 a 9 + 11 a 12	6 a 8 + 13	8 a 9	5 a 7	3 a 5
Brejo do Cruz					2	2 a 5	2 a 4	3 a 5	6 a 7
Brejo dos Santos			3		2 a 4	2 + 4 a 5	2 a 4	1 + 5 a 6	1 + 6 a 7
Caaporã	8 a 13	6 a 13	5 a 14	5 a 7 + 14	4 a 5 + 14 a 15	3 a 4 + 15 a 16	4	3	2
Cabaceiras						9 a 12	10	5 a 11	3 a 8 + 13
Cabedelo	8 a 13	6 a 14	4 a 15	4 a 7 + 14	4 a 5 + 15	16	3	3	2 a 3
Cachoeira dos Índios	2	1 a 3	1 a 5	1 + 3 a 4	4 a 5	6	5	6	7
Cacimba de Areia						2 a 5	3	1 a 5	1 + 6 a 8
Cacimba de Dentro						7 a 11	10	7 a 11	3 a 6 + 12
Cacimbas						3 a 5		2 a 5	2 + 6 a 8
Caiçara		9 a 12	7 a 13	9 a 11	7 a 8	6	7 a 8 + 12	5 a 6 + 13	3 a 5
Cajazeiras		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4 a 5	6	4 a 5	6	7
Cajazeirinhas			2 a 3		1 a 4	1 + 4 a 5	1 a 4	5	6 a 7
Caldas Brandão	9 a 12	9 a 12	7 a 13	8	5 a 8 + 13	4 a 6 + 14	5 a 7 + 13	3 a 4 + 14	3 + 15
Camalaú						9 a 11	10	3 a 11	2 a 8 + 12
Campina Grande					9 a 12	7 a 13	9 a 11	5 a 8	3 a 6
Capim	9 a 12	7 a 13	7 a 13	8	5 a 6	4 a 6 + 14	4 a 7 + 13	3 a 4 + 14	3 + 15
Caraúbas					9 a 11	7 a 12	9 a 11	4 a 8 + 12	2 a 6 + 13
Carrapateira		1 a 2	1 a 4	1 a 3	3 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7
Casserengue					9 a 10	7 a 12	10	5 a 8 + 11	3 a 6
Catingueira			2		2 a 3	1 + 3 a 5	1 a 4	1 + 4 a 5	6 a 7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Catolé do Rocha					2 a 3	2 a 5	2 a 4	1 + 4 a 6	1 + 6 a 7
Caturité					9 a 11	7 a 12	9 a 11	5 a 8 + 12	3 a 6 + 13
Conceição		1 a 2	1 a 4	1 a 3	3 a 4	5	4	5	6 a 7
Condado			2		2 a 3	1 + 3 a 5	1 a 4	1 + 4 a 5	6 a 7
Conde	7 a 13	6 a 14	5 a 15	4 a 6 + 14	4 a 5 + 15	3 a 4 + 16	3	3	2
Congo						7 a 12	9 a 11	3 a 12	2 a 6 + 13
Coremas		2	2 a 3	2	1 + 3 a 4	1 + 4 a 5	1 + 3 a 5	5 a 6	6 a 7
Coxixola						10 a 11		4 a 11	2 a 9 + 12
Cruz do Espírito Santo	8 a 12	6 a 13	5 a 14	6 a 7 + 13	4 a 5 + 14	4 + 15	4 a 5 + 14	3	2 a 3 + 16
Cubati									3 a 10
Cuité						7		7 a 8	3 a 6 + 8 a 10
Cuité de Mamanguape	9 a 12	8 a 12	7 a 13	8	5 a 7 + 13	4 a 6 + 14	5 a 7	3 a 4 + 14	3
Cuitegi		9 a 11	8 a 13	9 a 11	8 + 12	5 a 7	8 + 12	4 a 7 + 13	3 a 4
Curral de Cima	9 a 12	9 a 12	7 a 13	8	5 a 8 + 13	4 a 6 + 14	5 a 7	3 a 4	3
Curral Velho			1 a 3		1 a 4	4 a 5	1 a 4	5	6 a 7
Damião						7 a 10		7 a 10	3 a 6 + 11
Desterro						2 a 4		2 a 5	1 + 5 a 9
Diamante		1 a 2	1 a 3	1 a 3	3 a 4	4 a 5	4 a 5	5	6 a 7
Dona Inês			9		8 a 11	6 a 8 + 10 a 12	8 a 11	5 a 7 + 12	3 a 5 + 13
Duas Estradas	10	9 a 12	7 a 13	8 a 9 + 11 a 12	7 a 8 + 13	5 a 6	6 a 7	4 a 6	3 a 4 + 14
Emas			2 a 3		1 a 4	1 + 4 a 5	1 a 4	5	6 a 7
Esperança					9 a 11	7 a 12	9 a 11	5 a 8 + 12	3 a 6 + 13
Fagundes			9 a 12	9 a 11	8 a 12	6 a 8 + 13	7 a 8 + 12	5 a 7 + 13	3 a 5 + 14
Frei Martinho								3	2 a 9
Gado Bravo			9 a 12	9 a 12	8 a 13	6 a 8 + 13 a 14	8	5 a 7	4 a 5
Guarabira		9 a 12	7 a 13	9 a 12	7 a 8 + 13	4 a 6	7 a 8	4 a 6	3 + 14
Gurinhém	10 a 11	9 a 12	7 a 13	8 a 9 + 12	7 a 8 + 13	4 a 6 + 14	5 a 7	4 a 6 + 14	3
Gurjão									2 a 11
Ibiara		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3 a 4	4 a 5	3 a 5	5	6 a 7
Igaracy		2	1 a 3	2 a 3	1 + 3 a 4	4 a 5	1 + 4 a 5	5 a 6	6 a 7
Imaculada					2 a 3	1 a 5	1 a 3	1 + 4 a 5	6 a 7
Ingá		9 a 11	8 a 13	9 a 12	8 + 12 a 13	5 a 7 + 14	5 a 8	4 a 7	3 a 4
Itabaiana	9 a 12	8 a 12	7 a 13	8 + 13	5 a 7 + 13 a 14	4 a 6 + 14 a 15	4 a 7	3 a 4	3
Itaporanga		2	1 a 3	1 a 3	1 + 3 a 4	4 a 5	4 a 5	5 a 6	6 a 7
Itapororoca	9 a 12	8 a 12	7 a 13	8	5 a 7 + 13	4 a 6 + 14	5 a 7	3 a 4	3
Itatuba		9 a 11	8 a 13	9 a 12	7 a 8 + 12 a 13	5 a 7 + 14	5 a 8	4 a 6	3 a 4
Jacaraú	9 a 12	8 a 12	7 a 13	8	5 a 7 + 13	4 a 6 + 14	5 a 7	3 a 4	3
Jericó			2 a 3		2 a 4	4 a 5	1 a 4	1 + 5 a 6	1 + 6 a 7
João Pessoa	8 a 13	5 a 14	4 a 15	4 a 7 + 14	4 + 15	16	3	3	2 a 3
Joca Claudino		2 a 3	2 a 5	2 a 3	1 + 4 a 5	1 + 6	1 + 4 a 5	6	7
Juarez Távora		9 a 12	8 a 13	9 a 12	8 + 13	5 a 7	7 a 8	4 a 7	3 a 4 + 14
Juazeirinho								3 a 4	2 a 9
Junco do Seridó								3 a 4	2 a 8
Juripiranga	9 a 12	8 a 13	7 a 14	8 + 13	4 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 7 + 14	3	3 + 16
Juru			2		1 a 3	1 + 3 a 5	1 a 4	4 a 5	6
Lagoa			2 a 3	2	2 a 4	4 a 5	1 + 3 a 5	1 + 5 a 6	1 + 6 a 7
Lagoa de dentro	10	9 a 12	7 a 13	8 a 9 + 11 a 12	7 a 8 + 13	5 a 6	6 a 7	3 a 6	3 a 4 + 14
Lagoa Seca					9 a 12	7 a 13	9 a 11	5 a 8	3 a 6
Lastro		2	2 a 4	2 a 3	1 + 3 a 5	1 + 5 a 6	1 + 4 a 5	6	7
Livramento						3		2 a 5	2 + 4 a 9
Logradouro		9 a 12	7 a 12	9 a 11	7 a 8	6 + 13	7 a 8 + 12	5 a 6	3 a 5
Lucena	8 a 12	6 a 13	5 a 14	6 a 7 + 13	4 a 5 + 14	4 + 15 a 16	4 a 5 + 14	3 + 15	2 a 3
Mãe D"Água						2 a 5	2 a 3	1 a 5	1 + 6 a 7
Malta					2 a 3	2 a 5	1 a 4	1 + 4 a 5	1 + 6 a 7
Mamanguape	9 a 12	7 a 13	6 a 13	8	5 a 6	4 a 5 + 14	5 a 7	3 a 4 + 14	3
Manaíra			1 a 3		1 a 3	4 a 5	1 a 4	4 a 5	6
Marcação	8 a 12	7 a 13	6 a 14	6 a 7 + 13	4 a 6 + 14	4 a 5 + 15	4 a 5	3	2 a 3
Mari	9 a 12	8 a 12	7 a 13	8	5 a 7 + 13	4 a 6 + 14	5 a 7 + 13	3 a 4 + 14	3 + 15
Marizópolis		2 a 3	1 a 5	1 a 3	1 + 4 a 5	6	4 a 5	6	7
Massaranduba			9 a 12	10 a 11	8 a 12	6 a 8 + 13	8 a 9 + 12	5 a 7 + 13	3 a 5 + 14
Mataraca	8 a 12	7 a 13	6 a 14	7	5 a 6	4 a 5	5 a 6	3 a 4 + 14	3
Matinhas			12	10 a 11	9 a 12	6 a 11 + 13	8 a 9 + 12	5 a 8	3 a 5
Mato Grosso					2 a 3	2 a 5	1 a 4	1 + 4 a 6	1 + 6 a 7
Maturéia						2 a 5	2 a 3	1 a 5	1 + 6 a 7
Mogeiro	10 a 11	9 a 12	7 a 13	8 a 9 + 12	7 a 8 + 13	4 a 6 + 14	5 a 7 + 13	4 a 6 + 14	3
Montadas					9 a 11	7 a 12	10	5 a 8 + 12	3 a 6 + 13
Monte Horebe		1 a 3	1 a 4	1 a 3	4	5 a 6	4 a 5	5 a 6	7
Monteiro						3 a 4		2 a 5	1 a 2 + 5 a 11
Mulungu		9 a 12	7 a 13	8 a 12	7 a 8 + 13	4 a 6 + 14	5 a 7	4 a 6	3
Natuba	10 a 11	9 a 12	8 a 13	8 a 9 + 12	7 a 8 + 13	5 a 7 + 14	5 a 7 + 13	4 a 6 + 14	3 a 4 + 15
Nazarezinho		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4 a 5	6	4 a 5	6	7
Nova Floresta									3 a 9
Nova Olinda			1 a 3		1 a 4	4 a 5	1 a 4	5	6 a 7
Nova Palmeira								3	2 a 9
Olho D"Água			2 a 3		1 a 4	1 + 4 a 5	1 a 4	5	6 a 7
Olivedos									3 a 11
Ouro Velho						2 a 5		2 a 5	1 + 6 a 9
Parari								4	2 a 10
Passagem						3 a 4		2 a 5	2 + 5 a 8
Patos					2	2 a 5	2 a 3	1 + 3 a 5	1 + 6 a 7
Paulista					2 a 3	2 a 5	1 a 4	1 + 4 a 5	1 + 6 a 7
Pedra Branca			1 a 3	2	1 a 4	4 a 5	1 + 3 a 5	5	6 a 7
Pedra Lavrada								3	2 a 9
Pedras de Fogo	8 a 12	6 a 13	5 a 14	6 a 7 + 13 a 14	4 a 5 + 14 a 15	4 + 15 a 16	4 a 5	3	3
Pedro Régis	9 a 12	9 a 12	7 a 13	8	6 a 8 + 13	4 a 6 + 14	5 a 7	3 a 5	3
Piancó			1 a 3	2	1 a 4	4 a 5	1 + 3 a 5	5	6 a 7
Picuí								3	2 a 9
Pilar	9 a 12	8 a 13	7 a 13	8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 14 a 15	4 a 7	3 a 4	3
Pilões		10 a 11	9 a 12	10 a 11	8 a 9 + 12	6 a 8 + 13	8 a 9 + 12	5 a 7	3 a 5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pilõezinhos		9 a 11	8 a 12	9 a 11	8 + 12	6 a 7 + 13	8 + 12	5 a 7	3 a 5
Pirpirituba		9 a 12	7 a 13	9 a 12	7 a 8	6	7 a 8	5 a 6 + 13	3 a 5
Pitimbu	7 a 13	6 a 14	5 a 15	4 a 6 + 14	4 a 5 + 15	3 a 4 + 16	15	3	2
Pocinhos						7 a 12	10	7 a 11	3 a 6
Poço Dantas		2	2 a 4	2 a 3	1 + 3 a 5	1 + 5 a 6	1 + 4 a 5	6	7
Poço de José de Moura		2 a 3	2 a 5	2 a 3	1 + 4 a 5	1 + 6	1 + 4 a 5	6	7
Pombal			2 a 3	2	1 a 4	1 + 4 a 5	1 + 3 a 5	5 a 6	6 a 7
Prata						3 a 4		2 a 5	1 a 2 + 5 a 10
Princesa Isabel			1 a 2		1 a 3	3 a 5	1 a 4	4 a 5	6
Puxinanã					9 a 11	7 a 12	9 a 11	5 a 8 + 12	3 a 6 + 13
Queimadas			12	10 a 11	9 a 12	7 a 11 + 13	8 a 9 + 12	5 a 8 + 13	3 a 6 + 14
Quixaba						2 a 5	2 a 3	1 a 5	1 + 6 a 7
Remígio					9 a 11	7 a 12	9 a 11	5 a 8 + 12	3 a 6 + 13
Riachão					9 a 11	7 a 12	9 a 10	5 a 8 + 12	3 a 6
Riachão do Bacamarte		10 a 11	9 a 12	9 a 12	8 a 9 + 12	6 a 8 + 13	8	4 a 7 + 13	3 a 5 + 14
Riachão do Poço	9 a 12	8 a 13	7 a 13	8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 14 a 15	4 a 7	3 a 4	3
Riacho de Santo Antônio				10 a 11	8 a 12	7 a 13	7 a 9 + 12	5 a 7 + 13	3 a 6 + 14
Riacho dos Cavalos					2 a 3	2 a 5	2 a 4	1 + 4 a 5	1 + 6 a 7
Rio Tinto	8 a 12	6 a 13	5 a 14	6 a 7 + 13	4 a 5 + 14	4 + 15	4 a 5	3	2 a 3
Salgadinho								3 a 4	2 a 8
Salgado de São Félix	10 a 11	9 a 12	7 a 13	8 a 9 + 12	7 a 8 + 13	4 a 6 + 14	5 a 7 + 13	4 a 6 + 14	3 + 15
Santa Cecília			9 a 12	9 a 12	8 a 13	7 a 8 + 13 a 14	7 a 8	5 a 7	4 a 6
Santa Cruz			2 a 4	2	1 a 4	1 + 5 a 6	1 + 3 a 5	5 a 6	7
Santa Helena		2 a 3	1 a 5	1 a 4	1 + 4 a 5	6	5	6	7
Santa Inês		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3 a 4	4 a 5	3 a 4	5	6 a 7
Santa Luzia								2 a 4	2 a 7
Santa Rita	8 a 12	6 a 13	5 a 14	5 a 7 + 13 a 14	4 a 5 + 14	4 + 15 a 16	4	3 + 15	2 a 3
Santa Teresinha					2 a 3	2 a 5	1 a 4	1 + 4 a 5	1 + 6 a 7
Santana de Mangueira			1 a 3		1 a 4	4 a 5	1 a 4	5	6 a 7
Santana dos Garrotes			1 a 3		1 a 4	4 a 5	1 a 4	5	6 a 7
Santo André								4	2 a 10
São Bentinho			2 a 3		2 a 3	4 a 5	1 a 4	1 + 4 a 5	1 + 6 a 7
São Bento					2 a 3	2 a 5	2 a 4	1 + 4 a 5	6 a 7
São Domingos		2	2 a 4	2 a 3	1 + 3 a 5	1 + 5 a 6	1 + 4 a 5	6	7
São Domingos do Cariri						9 a 12	10	5 a 11	3 a 8 + 13
São Francisco			2 a 4	2	1 a 4	1 + 5 a 6	1 + 3 a 5	5 a 6	7
São João do Cariri						10		4 a 5 + 9 a 10	3 a 9 + 11 a 12
São João do Rio do Peixe		2 a 3	1 a 5	1 a 3	1 + 4 a 5	6	4 a 5	6	7
São João do Tigre					10	9 a 12	9 a 11	3 a 9 + 11 a 12	2 a 8 + 13
São José da Lagoa Tapada		2	2 a 4	2 a 3	1 + 3 a 5	1 + 5 a 6	1 + 4 a 5	6	7
São José de Caiana		1 a 2	1 a 4	1 a 3	3 a 4	5	4 a 5	5	6 a 7
São José de Espinharas					2 a 3	2 a 5	2 a 4	1 + 4 a 5	1 + 6 a 7
São José de Piranhas		1 a 3	1 a 4	1 a 3	4 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7
São José de Princesa			1 a 3		1 a 3	4 a 5	1 a 4	4 a 5	6 a 7
São José do Bonfim						2 a 5	2 a 3	1 a 5	1 + 6 a 8
São José do Brejo do Cruz						2 a 4	2 a 3	2 a 5	5 a 7
São José do Sabugi								2 a 4	2 a 7
São José dos Cordeiros								3 a 5	2 a 9
São José dos Ramos	9 a 12	8 a 13	7 a 13	8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 14	4 a 7	3 a 4	3 + 15
São Mamede						3 a 4		2 a 5	2 + 5 a 7
São Miguel de Taipu	9 a 12	7 a 13	7 a 14	8 + 13	4 a 6 + 14	4 a 6 + 15	4 a 7	3	3
São Sebastião de Lagoa de Roça					9 a 11	7 a 12	9 a 11	5 a 8 + 12	3 a 6 + 13
São Sebastião do Umbuzeiro						4 + 10		3 a 5 + 9 a 11	2 a 3 + 5 a 9 + 11 a 12
São Vicente do Seridó								3	2 a 9
Sapé	9 a 12	7 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	4 a 6 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6	3	3
Serra Branca								3 a 5	2 a 11
Serra da Raiz		9 a 12	7 a 12	9 a 11	7 a 8	6 + 13	7 a 8 + 12	5 a 6	3 a 5
Serra Grande		1 a 2	1 a 4	1 a 3	3 a 4	5	4 a 5	5 a 6	6 a 7
Serra Redonda		10 a 11	9 a 12	9 a 11	8 a 9 + 12	6 a 8 + 13	8 + 12	4 a 7 + 13	3 a 5 + 14
Serraria			9 a 12	10 a 11	8 a 12	6 a 8 + 13	8 a 9	5 a 7	3 a 5
Sertãozinho		9 a 12	7 a 13	9 a 12	7 a 8	5 a 6	7 a 8	4 a 6 + 13	3 a 4 + 14
Sobrado	9 a 12	8 a 13	7 a 14	8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 7	3 a 4	3
Solânea					9 a 11	7 a 12	9 a 11	5 a 8 + 12	3 a 6 + 13
Soledade									2 a 11
Sossêgo									3 a 10
Sousa		2	2 a 4	2 a 3	1 + 3 a 5	1 + 5 a 6	1 + 4 a 5	6	7
Sumé						4		3 a 5	2 a 3 + 5 a 11
Tacima		9 a 10	8 a 12	10	8 + 11 a 12	6 a 7 + 13	7 a 9 + 11	5 a 7	3 a 5
Taperoá								3 a 5	2 a 9
Tavares			1 a 2		1 a 3	3 a 5	1 a 4	4 a 5	6
Teixeira						2 a 5	2 a 3	1 a 5	1 + 6 a 8
Tenório								3 a 4	2 a 8
Triunfo		2 a 3	2 a 5	1 a 3	1 + 4 a 5	1 + 6	4 a 5	6	7
Uiraúna		2	2 a 5	2 a 3	1 + 3 a 5	1 + 6	1 + 4 a 5	6	7
Umbuzeiro		10 a 11	9 a 13	9 a 12	8 a 9 + 12 a 13	6 a 8 + 14	7 a 8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 5
Várzea						3 a 4		2 a 5	2 + 5 a 7
Vieirópolis		2	2 a 4	2 a 3	1 + 3 a 5	1 + 5 a 6	1 + 4 a 5	6	7
Vista Serrana					2 a 3	2 a 5	1 a 4	1 + 4 a 5	1 + 6 a 7
Zabelê						4		3 a 5	2 a 3 + 5 a 11

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Água Branca					1	1 a 3	1 a 2	2 a 4	4 a 5
Aguiar		1	1 a 2	1	2 a 3	3 a 4	2 a 3	4	5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Alagoa Grande		9 a 10	8 a 11	8 a 10	6 a 8	4 a 7 + 12	5 a 7	3 a 5 + 11	2 a 3
Alagoa Nova					7 a 10	5 a 11	8 a 10	4 a 6	2 a 4
Alagoinha		9 a 10	8 a 11	8 a 10	6 a 8	4 a 7 + 12	4 a 7	3 a 5 + 11	2 a 3
Alcantil				8 a 9	7 a 10	5 a 11	5 a 7 + 10	4 a 6 + 11	3 a 4 + 12
Algodão de Jandaíra						6 a 9		5 a 9	2 a 5 + 10
Alhandra	8 a 11	5 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12	3 a 4 + 13	3 a 4 + 14	3 + 13	2 + 14	2
Amparo								2 a 3	2 a 6
Aparecida			2	1	1 a 2	1 + 3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
Araçagi	9	7 a 10	7 a 11	7 a 8 + 10	5 a 6 + 11	4 a 6 + 12	4 a 6 + 11	2 a 4 + 12	2 a 3 + 13
Arara					7 a 10	5 a 11	8 a 9	4 a 6	2 a 4
Araruna						5 a 9		5 a 9	4 + 10
Areia			10	9	7 a 10	5 a 9 + 11	7 a 8 + 10	4 a 6	2 a 4
Areia de Baraúnas								2	2 a 6
Areial					9	5 a 10	9	5 a 8 + 10	2 a 4 + 11
Aroeiras		9 a 10	8 a 11	7 a 10	6 a 8 + 11	5 a 7 + 12	4 a 6 + 11	3 a 5 + 12	2 a 4 + 13
Assunção								2	2 a 6
Baía da Traição	7 a 11	7 a 11	4 a 13	5 a 6	4 a 6 + 12		3 a 4 + 12	2 a 3	2 a 3
Bananeiras			8 a 10		6 a 10	5 a 7 + 11	5 a 9	4 a 5	3 a 4
Baraúna									2 a 7
Barra de Santa Rosa								5 a 9	2 a 10
Barra de Santana				8 a 10	7 a 10	5 a 11	7	4 a 6 + 11	3 a 4 + 12
Barra de São Miguel					8 a 10	5 a 11	5 a 10	4 a 7 + 11	2 a 4 + 12
Bayeux	7 a 11	5 a 12	4 a 13	4 a 6 + 12	3 a 4 + 13	3 + 14	3	2	2
Belém		9 a 10	8 a 11	8 a 9	6 a 8	5 a 7	5 a 7 + 10	4 a 5	2 a 4 + 12
Belém do Brejo do Cruz						2		2 a 4	3 a 5
Bernardino Batista			2 a 3	1	1 a 4	1 + 4 a 5	2 a 4	5	6
Boa Ventura			1 a 2	1	1 a 2	3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
Boa Vista						8 a 9		5 a 9	2 a 7 + 10
Bom Jesus		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3 a 4	4 a 5	
Bom Sucesso			2		2	3 a 4	1 a 3	1 + 3 a 4	1 + 5
Bonito de Santa Fé		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
Boqueirão					9	8 a 10	8 a 9	5 a 8 + 10	3 a 7 + 11
Borborema		9	8 a 10	9	6 a 8 + 10	5 a 7 + 11	5 a 8 + 10	4 a 5	2 a 4
Brejo do Cruz						2 a 3		2 a 4	4 a 5
Brejo dos Santos					2	2 a 4	2	1 + 3 a 4	1 + 5
Caaporã	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3 + 13	2 + 14	2
Cabaceiras						8 a 10		5 a 10	2 a 7 + 11
Cabedelo	7 a 11	5 a 12	4 a 13	4 a 6 + 12	3 a 4 + 13	3 + 14	3	2	2
Cachoeira dos Índios		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3 a 4	4 a 5	5
Cacimba de Areia						2		1 a 4	1 + 3 a 6
Cacimba de Dentro						5 a 8		5 a 9	4 + 9 a 10
Cacimbas						2		2 a 3	3 a 6
Caiçara		9 a 10	6 a 11	8 a 10	5 a 8	4 a 5	4 a 7	4 + 11	2 a 3 + 12
Cajazeiras		1	1 a 3	1 a 2	2 a 3	4	3 a 4	4 a 5	5
Cajazeirinhas					1 a 2	1 a 4	1 a 2	3 a 4	5
Caldas Brandão	8 a 10	7 a 10	7 a 12	6 a 7 + 11	5 a 6 + 11 a 12	4 a 6 + 13	4 a 5	2 a 4	2 a 3
Camalaú						8 a 9		2 a 9	2 a 7 + 10
Campina Grande					8 a 10	5 a 11	8 a 10	4 a 7	2 a 4
Capim	8 a 10	7 a 11	5 a 12	6 a 7 + 11	4 a 6 + 12	4 + 13	3 a 5	2 a 3	2 a 3
Caraúbas					8 a 9	5 a 10	5 a 10	4 a 7 + 10	2 a 4 + 11
Carrapateira		1	1 a 2	1	2 a 3	3 a 4	2 a 4	4	5
Casserengue						5 a 10		5 a 9	3 a 4 + 11
Catingueira					1 a 2	1 a 4	1 a 2	3 a 4	5
Catolé do Rocha					2	2 a 4	2	3 a 4	1 + 5
Caturité					9	6 a 10	8 a 9	5 a 8 + 10	2 a 5 + 11
Conceição		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
Condado					1 a 2	1 a 4	1 a 2	3 a 4	5
Conde	7 a 11	5 a 12	4 a 13	4 a 6 + 12	3 a 4 + 13	3 + 14	3 + 13	2 + 14	2
Congo						5 a 10	8 a 9	2 a 10	2 a 4 + 11
Coremas			2	1	1 a 2	1 + 3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
Coxixola								5 a 9	2 a 10
Cruz do Espírito Santo	7 a 11	7 a 11	5 a 13	6 + 12	4 a 6 + 12 a 13	4	4 a 5	2 a 3	2 a 3 + 14
Cubati									2 a 8
Cuité								5 a 6	2 a 8
Cuité de Mamanguape	8 a 10	7 a 10	7 a 12	6 a 7 + 11	4 a 6 + 11 a 12	4 a 6 + 13	4 a 5	2 a 3	2 a 3
Cuitegi		9 a 10	8 a 11	8 a 10	6 a 8	4 a 7	4 a 7	3 a 5 + 11	2 a 3 + 12
Curral de Cima	8 a 10	7 a 10	6 a 11	6 a 7	5 a 6 + 11	4 a 5 + 12 a 13	4 a 5	2 a 4 + 12	2 a 3
Curral Velho			1		1 a 2	2 a 4	1 a 3	3 a 4	5
Damião						6 a 8		5 a 9	4 a 5 + 9
Desterro						2		1 a 3	1 + 3 a 6
Diamante			1 a 2	1	1 a 2	3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
Dona Inês					7 a 9	5 a 11	8 a 9	4 a 6 + 10	4
Duas Estradas		8 a 10	7 a 11	7 a 10	5 a 7	4 a 6 + 12	4 a 6	3 a 4 + 11	2 a 3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Emas					1 a 2	1 a 4	1 a 2	3 a 4	5
Esperança					9	5 a 10	8 a 9	5 a 8 + 10	2 a 4 + 11
Fagundes			9 a 10	8 a 10	7 a 10	5 a 8 + 11	5 a 7	4 a 6 + 11	2 a 4 + 12
Frei Martinho								2	2 a 6
Gado Bravo			9 a 10	8 a 10	7 a 11	5 a 8 + 11 a 12	5 a 7 + 11	4 a 6 + 12	3 a 4
Guarabira		9 a 10	8 a 11	8 a 10	6 a 8 + 11	4 a 7 + 12	4 a 7	3 a 5	2 a 3
Gurinhém	9	7 a 10	7 a 11	7 a 8 + 10	5 a 6 + 11	4 a 6 + 12 a 13	4 a 6 + 11	2 a 4 + 12	2 a 3
Gurjão									2 a 9
Ibiara			1 a 2	1	1 a 2	3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
Igaracy		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
Imaculada					1	1 a 3	1 a 2	2 a 4	4 a 5
Ingá		9 a 10	8 a 11	8 a 10	6 a 8 + 11	4 a 7 + 12	4 a 7 + 11	3 a 5 + 12	2 a 3 + 13
Itabaiana	8 a 10	7 a 10	7 a 12	6 a 7 + 11	4 a 6 + 11 a 12	4 a 6 + 13	4 a 5 + 12	2 a 3	2 a 3
Itaporanga			1 a 2	1	1 a 2	3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
Itapororoca	8 a 10	7 a 10	7 a 11	6 a 7	5 a 6 + 11	4 a 6 + 12 a 13	4 a 5 + 11	2 a 4 + 12	2 a 3
Itatuba		9 a 10	8 a 11	7 a 10	6 a 8 + 11	4 a 7 + 12	4 a 6 + 11	3 a 5 + 12	2 a 3 + 13
Jacaraú	8 a 10	7 a 10	5 a 11	6 a 7	5 a 6 + 11	4 + 12	4 a 5	2 a 4	2 a 3 + 13
Jericó					2	2 a 4	1 a 2	1 + 3 a 4	1 + 5
João Pessoa	7 a 11	5 a 12	4 a 13	4 a 6 + 12	3 a 4 + 13	3 + 14	3 + 13	2	2
Joca Claudino			2 a 3	1	1 a 4	1 + 4 a 5	2 a 4	5	6
Juarez Távora		9 a 10	8 a 11	8 a 10	6 a 8 + 11	4 a 7 + 12	4 a 7	3 a 5	2 a 3
Juazeirinho									2 a 7
Junco do Seridó								2	2 a 6
Juripiranga	8 a 10	7 a 11	5 a 12	6 a 7 + 11 a 12	4 a 6 + 12	4 + 13	4 a 5	2 a 3 + 13	2 a 3 + 14
Juru					1 a 2	1 a 3	1 a 2	3 a 4	4 a 5
Lagoa			2		2	3 a 4	1 a 3	1 + 3 a 4	1 + 5
Lagoa de Dentro		7 a 10	6 a 11	7 a 10	5 a 6 + 11	4 a 5 + 12	4 a 6	3 a 4	2 a 3
Lagoa Seca					8 a 10	5 a 11	8 a 10	4 a 7	2 a 4
Lastro			2		1 a 3	1 + 3 a 4	1 a 3	4	5
Livramento								2	2 a 6
Logradouro		9 a 10	8 a 11	8 a 9	6 a 8	5 a 7	5 a 7 + 10	4 a 5	2 a 4 + 12
Lucena	7 a 11	5 a 12	4 a 13	4 a 6 + 12	3 a 4 + 13	3 + 14	3	2	2
Mãe D"Água						2 a 3	1 a 2	1 a 4	1 + 4 a 6
Malta					2	2 a 4	1 a 2	1 + 3 a 4	1 + 5
Mamanguape	8 a 10	7 a 11	5 a 12	6 a 7 + 11	4 a 6 + 12	4 + 13	4 a 5	2 a 3	2 a 3
Manaíra			1		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3 a 4	4 a 5
Marcação	7 a 11	7 a 11	4 a 13	5 a 6	4 a 6 + 12		3 a 4 + 12	2 a 3	2 a 3
Mari	8 a 10	7 a 10	7 a 12	6 a 7 + 11	5 a 6 + 11 a 12	4 a 6 + 13	4 a 5	2 a 4	2 a 3
Marizópolis		1	1 a 3	1	2 a 3	4 a 5	2 a 4	4 a 5	
Massaranduba			10	8 a 9	7 a 10	5 a 9 + 11	7 + 10	4 a 6 + 11	2 a 4 + 12
Mataraca	7 a 10	7 a 11	5 a 12	5 a 6 + 11	4 a 6 + 12	4 + 13	4	2 a 3	2 a 3
Matinhas				9	7 a 10	5 a 11	7 a 8 + 10	4 a 6	2 a 4
Mato Grosso					2	2 a 4	1 a 2	1 + 3 a 4	1 + 5
Maturéia						2	1	1 a 4	1 + 3 a 6
Mogeiro	9	8 a 10	8 a 11	7 a 8 + 10 a 11	6 a 7 + 11 a 12	4 a 7 + 12 a 13	4 a 6	3 a 5	2 a 3
Montadas					9	5 a 10	9	5 a 8 + 10	2 a 4 + 11
Monte Horebe		1	1 a 2	1 a 2	2 a 3	3 a 4	3	4	5
Monteiro								2 a 3	2 a 9
Mulungu		8 a 10	7 a 11	7 a 10	5 a 7 + 11	4 a 6 + 12	4 a 6 + 11	2 a 4 + 12	2 a 3 + 13
Natuba	9	8 a 10	8 a 11	7 a 8 + 10 a 11	6 a 7 + 11 a 12	4 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 12	3 a 5	2 a 3
Nazarezinho		1	1 a 3	1 a 2	2 a 3	4	3 a 4	4 a 5	5
Nova Floresta									2 a 7
Nova Olinda			1		1 a 2	2 a 4	1 a 2	3 a 4	5
Nova Palmeira									2 a 6
Olho D"Água					1 a 2	1 a 4	1 a 2	3 a 4	5
Olivedos									2 a 9
Ouro Velho						2		1 a 3	1 + 3 a 6
Parari									2 a 7
Passagem								2 a 3	2 a 6
Patos						2 a 3	1 a 2	1 a 4	1 + 4 a 6
Paulista					2	2 a 4	1 a 2	1 + 3 a 4	1 + 5
Pedra Branca			1		1 a 2	2 a 4	1 a 3	3 a 4	5
Pedra Lavrada									2 a 7
Pedras de Fogo	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	13	2	2
Pedro Régis	8 a 10	7 a 10	6 a 11	7	5 a 6 + 11	4 a 5 + 12	4 a 6	3 a 4	2 a 3
Piancó			1 a 2		1 a 2	3 a 4	1 a 3	3 a 4	5
Picuí									2 a 7
Pilar	8 a 10	7 a 11	7 a 12	6 a 7 + 11	4 a 6 + 12	4 a 6 + 13	4 a 5 + 12	2 a 3 + 13	2 a 3
Pilões		9	8 a 10	8 a 9	6 a 8 + 10	5 a 7 + 11	7 + 10	4 a 5	2 a 4
Pilõezinhos		9 a 10	8 a 11	8 a 10	6 a 8	5 a 7	5 a 7	4 a 5	2 a 4 + 12
Pirpirituba		9 a 10	8 a 11	8 a 10	6 a 8	4 a 7	4 a 7	4 a 5 + 11	2 a 3 + 12
Pitimbu	8 a 11	5 a 12	4 a 13	4 a 7 + 12	3 a 4 + 13	3 + 14	3 + 13	2 + 14	2
Pocinhos						8 a 10		5 a 9	2 a 7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poço Dantas			2 a 3		1 a 3	1 + 4 a 5	1 a 4	4 a 5	6
Poço de José de Moura			2 a 3	1	1 a 3	1 + 4 a 5	2 a 4	4 a 5	6
Pombal			2		1 a 2	1 + 3 a 4	1 a 3	3 a 4	5
Prata						2		1 a 3	1 + 3 a 6
Princesa Isabel			1		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3 a 4	4 a 5
Puxinanã					9	6 a 10	9	5 a 8 + 10	2 a 5 + 11
Queimadas				8 a 9	7 a 10	5 a 11	7 + 10	4 a 6 + 11	3 a 4 + 12
Quixaba						2		1 a 4	1 + 3 a 6
Remígio					9	5 a 10	8 a 9	4 a 8 + 10	2 a 4 + 11
Riachão					7 a 9	5 a 10	8 a 9	5 a 6 + 10	4 + 11
Riachão do Bacamarte		9	8 a 10	8 a 10	7 a 8 + 10	5 a 7 + 11 a 12	5 a 7	3 a 6 + 11	2 a 4
Riachão do Poço	8 a 10	7 a 11	7 a 12	6 a 7 + 11	4 a 6 + 12	4 a 6 + 13	4 a 5 + 12	2 a 3	2 a 3
Riacho de Santo Antônio				9	7 a 10	5 a 11	5 a 8 + 10	4 a 6 + 11	2 a 4 + 12
Riacho dos Cavalos					2	2 a 4	2	1 + 3 a 4	1 + 5
Rio Tinto	7 a 11	7 a 11	4 a 13	5 a 6 + 12	4 a 6 + 12		3 a 4	2 a 3 + 13	2 a 3
Salgadinho								2	2 a 6
Salgado de São Félix	9	7 a 10	7 a 11	7 a 8 + 10 a 11	5 a 6 + 11 a 12	4 a 6 + 12 a 13	4 a 6 + 12	3 a 4	2 a 3
Santa Cecília		9	8 a 10	8 a 10	6 a 8 + 10 a 11	5 a 7 + 11 a 12	5 a 7 + 11	4 a 5 + 12	3 a 4 + 13
Santa Cruz			2		1 a 2	1 + 3 a 4	1 a 3	3 a 4	5
Santa Helena		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3 a 4	1 + 4 a 5	3 a 4	5	6
Santa Inês			1 a 2	1	1 a 2	3	2	3 a 4	4 a 5
Santa Luzia								2	2 a 5
Santa Rita	7 a 11	7 a 12	4 a 13	4 a 6 + 12	3 a 6 + 13	3 + 14	3	2	2
Santa Teresinha						2 a 3	1 a 2	1 a 4	1 + 4 a 6
Santana de Mangueira			1		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3 a 4	4 a 5
Santana dos Garrotes					1 a 2	1 a 4	1 a 2	3 a 4	5
Santo André									2 a 7
São Bentinho					2	2 a 4	1 a 2	1 + 3 a 4	1 + 5
São Bento						2 a 3	2	2 a 4	1 + 4 a 5
São Domingos			2		1 a 2	1 + 3 a 4	1 a 3	3 a 4	5
São Domingos do Cariri						8 a 9		5 a 10	2 a 7 + 10 a 11
São Francisco			2		1 a 2	1 + 3 a 4	1 a 3	3 a 4	5
São João do Cariri								9	2 a 10
São João do Rio do Peixe		1	1 a 3	1 a 2	2 a 3	4 a 5	3 a 4	4 a 5	
São João do Tigre						8 a 10	8 a 9	2 a 10	2 a 7 + 11
São José Da Lagoa Tapada			2	1	1 a 3	1 + 3 a 4	2 a 4	4 a 5	5
São José de Caiana		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
São José de Espinharas						2 a 3	1 a 2	1 a 4	1 + 4 a 5
São José de Piranhas		1	1 a 3	1 a 2	2 a 3	4	3 a 4	4	5
São José de Princesa			1		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3 a 4	4 a 5
São José do Bonfim						2	1	1 a 4	1 + 3 a 6
São José do Brejo do Cruz						2		2 a 4	3 a 5
São José do Sabugi								2	2 a 5
São José dos Cordeiros								2	2 a 6
São José dos Ramos	8 a 10	7 a 11	7 a 12	6 a 7 + 11	4 a 6 + 12	4 a 6 + 13	4 a 5 + 12	2 a 3	2 a 3
São Mamede						2		2 a 3	3 a 5
São Miguel de Taipu	8 a 10	7 a 11	5 a 12	6 a 7 + 11 a 12	4 a 6 + 12	4 + 13	4 a 5	2 a 3 + 13	2 a 3 + 14
São Sebastião de Lagoa de Roça					8 a 10	5 a 11	8 a 9	4 a 7	2 a 4
São Sebastião do Umbuzeiro								2 a 9	2 a 10
São Vicente do Seridó									2 a 7
Sapé	8 a 10	7 a 11	5 a 12	6 a 7 + 11 a 12	4 a 6 + 12	4 + 13	4 a 5	2 a 3	2 a 3
Serra Branca									2 a 9
Serra da Raiz		9 a 10	8 a 11	8 a 9	6 a 8	5 a 7	4 a 7 + 10	4 a 5	2 a 4 + 12
Serra Grande		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
Serra Redonda		9	8 a 10	8 a 10	7 a 8 + 10	5 a 7 + 11	5 a 7	3 a 6 + 11	2 a 4 + 12
Serraria		9	8 a 10	9	6 a 8 + 10	5 a 7 + 11	7 a 8 + 10	4 a 5	2 a 4
Sertãozinho		9 a 10	8 a 11	8 a 10	5 a 8	4 a 7 + 12	4 a 7	3 a 4 + 11	2 a 3
Sobrado	8 a 10	7 a 11	5 a 12	6 a 7 + 11	4 a 6 + 12	4 + 13	4 a 5 + 12	2 a 3	2 a 3
Solânea					7 a 9	5 a 10	8 a 9	4 a 6 + 10	3 a 4 + 11
Soledade									2 a 9
Sossêgo									2 a 8
Sousa			2 a 3	1	1 a 3	1 + 4	2 a 4	4 a 5	5
Sumé								2	2 a 9
Tacima		9	8 a 10		6 a 8 + 10	5 a 7 + 11	5 a 9	4 a 5	3 a 4
Taperoá								2	2 a 6
Tavares					1	1 a 3	1 a 2	2 a 4	4 a 5
Teixeira						2	1	1 a 4	1 + 3 a 6
Tenório									2 a 6
Triunfo			2 a 3	1 a 2	1 a 4	1 + 4 a 5	3 a 4	5	6
Uiraúna			2 a 3	1	1 a 3	1 + 4 a 5	2 a 4	4 a 5	
Umbuzeiro		9	8 a 10	8 a 10	6 a 8 + 10 a 11	5 a 7 + 11 a 12	4 a 7 + 11	3 a 5 + 12	3 a 4 + 13
Várzea								2	2 a 5
Vieirópolis			2	1	1 a 3	1 + 3 a 4	2 a 4	4	5
Vista Serrana					2	2 a 4	1 a 2	1 + 3 a 4	1 + 5
Zabelê								2 a 3	2 a 9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 204, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho no Estado de Pernambuco, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

e) Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,55 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9105 PRO, PAC 105, ADV9860 PRO e ADV9860;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 20A55PW, 20A78PW, 30A91PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B433PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B688PW, 2B688RR, 2B710PW, 2B810PW, 2B877PW, 2A401PW, 2B210PW, 2B346PW, CD 384, CD 384HR, CD 384PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 2B647PW, 929V, DB 2B339PW, NEX 5617Hx, NEX 5617PW, MG600PW, MG744PW, CD3410PW, CD3775PW, MG699RR, 2A521PW, 2B640PW, MG711PW e CD384RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35R, 30F35VYHR, 30F53, 30F53E, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30R50YH, 30S31VYH, 30S31VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7640VYH, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431VYH, P3456, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646YHR, P3844H, P3862H, P4285, P4285YH e P4285YHR;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 5033 (Asa Branca), BRS 1055, BRS 1060, BRS 3040, BRS Assum Preto, BRS Caatingueiro e BRS Gorutuba;

GENESEEDS: BM 3061;

HELIX SEMENTES LTDA: BM815, BM815PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, SHS 5050, SHS 4090, SHS 4050, SHS 4070, SHS 7080, SHS 5070, SHS 5560, SHS 7770, SHS 4080, SHS 7090, SHS 5090, SHS 3031, BM270 e ExtendaxRR2;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150, PR 3350, ANHEMBI e PR 27D28;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG 9040YG, AG9030PRO, GNZ 9626PRO, AS1555PRO, AG9030PRO2, AS1555PRO2, AS1555RR2, AG 8676PRO2, AS 1625PRO2, GNZ 9688PRO, AG 9010PRO, GNZ 9505YG, AS 1665PRO, GNZ9501PRO, AG 8676PRO, AG 8580PRO, AG 8088PRO, AS1596PROX, AS 1596RR2, DKB 350PRO, DKB 250PRO, DKB 177RR2, AS1573PRO, AG 8041PRO, AS 1581PRO, AS 1596PRO2, DKB 390PRO2, DKB 390, AS 1596, AS 1633PRO2, AG 8061PRO, AG 7088PRO2, AS 1598PRO2, AS 1598, AG 8061PRO2, AS 1598PRO, AG8088PROX, AG 8088PRO2, AG 5011YG, DKB 175PRO, AG 5011, AG 8544PRO, DKB 330RR2, DKB315PRO, DKB 310PRO2, DKB330PRO2, DKB 310PRO, AG 7088PRO, AG 1051, AG 7088, AG 5055PRO, AG8025PRO2, AG7088PROX, AG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7098PRO, AG 7088RR2, DKB 177PRO2, DKB340PRO2, DKB 340PRO, DKB 177, DKB 390RR2, AG9030RR2, DKB390PROX, DKB 390PRO, DKB330PRO, DKB177PRO, DKB245PRO2, AG 8544PRO2, AG7098PRO2, AS 1656PRO2, AS1575PRO3, AS 1575PRO, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8700PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 90PRO, AG9000PRO3, NS 90PRO2, AG9025PRO3, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, RB9110PRO, RB 9308PRO, LG 6036RR2, RB 9004PRO, RB 9005PRO, RB 9005PRO2, 2300RR2, RB 9006PRO, 3700RR2, AS1596PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, SHS 7915PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9077PRO, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3 e AS1735PRO3;

NIDERA: BX970;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, ATL 200, ATL 110, SM 966, RK3014, RK3115 e Balu 188;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8030 e XB 8010;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3 e PRE2601 TP;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Cargo TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, GSS 41240, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, RB 6324, SG 6015, SG 6418, SW3949 TL, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 Viptera, Thunder, Tropical Plus, SOMMA VIP3, Somma, Somma TL, Somma Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, Formula VIP2 e Formula TG.

GRUPO II

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA, Copacabana, Mucuripe e DSS 1001;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B633PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BR 5011 (Sertanejo), BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 2223, BRS 3025, BRS 3035, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104 e BRS 3046;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005 YG;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 810, BM 502 e BM 207;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 2M80, 2M77, 3M51, 4M50, 4M02, 2M88 e 3M40;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9690PRO, BM 915PRO, BM780PRO, NS92PRO, NS 92PRO2, LG 6033PRO2, LG6036PRO3, RB 9210PRO, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, RB 9005PRO3, NS 50RR2 e LG 6036PRO2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: SM 505, ATL 310, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, K9200, K9220PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2 e R9330PRO2;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20 e RVM 40;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL 34;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7116;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1076 e SX1086.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abreu e Lima	10 a 14	7 a 15	7 a 16	6 a 9 + 15	6 + 16	5 a 6 + 17 a 18	5 + 16	4 a 5 + 17	4
Afogados da Ingazeira					3	2 a 6	3 a 5	2 + 4 a 7	1 + 7 a 8
Afrânio									2 a 3
Agrestina	10 a 14	9 a 15	9 a 16	9 + 15	7 a 8 + 16	6 a 8 + 17	5 a 8 + 16	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18
Água Preta	8 a 15	8 a 16	7 a 17	6 a 7 + 16	5 a 7 + 17	5 a 6 + 18	5 + 17 a 18	4 + 18	4
Águas Belas		10 a 14	10 a 14	10 a 14	9 + 15	7 a 9 + 15	8 a 9 + 15	6 a 8	5 a 6 + 16
Alagoinha			11 a 13	11 a 13	10 a 14	5 a 10 + 14 a 15	6 a 10 + 14	4 a 9 + 15	3 a 4 + 16
Aliança	10 a 14	9 a 15	7 a 16	6 a 9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 6 + 17	5 + 16	5 + 17	4 + 18
Altinho	10 a 14	9 a 15	9 a 15	9 + 15	7 a 8 + 16	5 a 8 + 16 a 17	5 a 8 + 16	5 a 6 + 17	4 + 18
Amaraji	10 a 14	9 a 15	9 a 16	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16	6 a 8 + 17	6 a 7 + 16	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18
Angelim	9 a 14	9 a 15	7 a 16	7 a 8 + 15 a 16	5 a 8 + 16	5 a 6 + 17	5 a 6	4 + 17	4 + 18
Araçoiaba	10 a 14	7 a 15	7 a 16	6 a 9 + 15	6 + 16	5 a 6 + 17	5 + 16	5 + 17	4 + 18
Araripina						1 a 4	2 a 3	1 a 4	5 a 6
Arcoverde					12	5 + 10 a 13	11 a 13	4 a 11 + 13 a 14	3 a 4 + 6 a 9 + 14 a 15
Barra de Guabiraba	10 a 14	9 a 15	9 a 15	9 + 15	8 + 16	6 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	4 a 5 + 18
Barreiros	8 a 15	7 a 17	7 a 17	6 a 7 + 16 a 17	5 a 6	5 a 6 + 18	4 a 5 + 18	4 + 18	3 a 4
Belém de Maria	9 a 14	9 a 15	8 a 16	8 + 15 a 16	7 a 8 + 16 a 17	6 a 7 + 17 a 18	5 a 7 + 17	4 a 6 + 18	4 a 5
Belém do São Francisco									1 a 4
Belo Jardim		10 a 13	10 a 14	10 a 14	9 + 14 a 15	5 a 9 + 15	6 a 9	5 a 8	4 + 16
Betânia						3 a 5		2 a 6	1 a 2 + 6 a 7
Bezerros	10 a 14	10 a 14	9 a 15	9	9 + 15	6 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 15 a 16	5 a 8 + 16	5 + 18
Bodocó			1 a 4		1 a 4	5 a 6	1 a 4	5	7
Bom Conselho	10 a 15	9 a 15	8 a 16	7 a 9 + 16	7 a 8 + 16	5 a 7 + 17	5 a 6	4 a 6 + 17	4 + 18
Bom Jardim	11 a 13	10 a 14	9 a 15	9 a 10 + 14	9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 8 + 15	5 a 8 + 16	5 + 17
Bonito	10 a 14	9 a 15	9 a 16	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16	6 a 8 + 17	5 a 7 + 16	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18
Brejão	10 a 14	9 a 15	8 a 16	7 a 9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	5 a 6 + 16	4 a 5 + 17	4 + 18
Brejinho						3 a 7	3 a 5	2 a 7	1 a 2 + 8 a 10
Brejo da Madre de Deus		12 a 13	10 a 14	10 a 14	9 a 11 + 14	6 a 9 + 15	7 a 9	5 a 8 + 15	4 a 5 + 16
Buenos Aires	10 a 13	10 a 14	9 a 15	9 + 14	6 a 9 + 15	5 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 15	5 + 16	4
Buíque			12 a 13		10 a 13	5 + 9 a 11 + 14	10 a 14	5 a 9 + 14	3 a 4 + 6 a 8 + 15
Cabo de Santo Agostinho	9 a 14	9 a 15	8 a 16	7 a 8 + 15 a 16	6 a 8 + 16 a 17	5 a 7 + 17 a 18	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18	4
Cabrobó						2 a 3		2 a 3	1 + 4 a 5
Cachoeirinha	10 a 14	10 a 14	9 a 15	9	9 + 15 a 16	5 a 8 + 16	5 a 8 + 15 a 16	5 a 8	4 + 17
Caetés	11 a 14	10 a 14	9 a 15	10	7 a 9 + 15	5 a 8 + 16	5 a 9 + 15	4 a 6 + 16	4 + 17
Calçado	10 a 14	9 a 15	9 a 16	7 a 9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 8 + 17	5 a 6 + 16	4 a 5 + 17	4 + 18
Calumbi			3		2 a 3	2 + 4 a 6	2 a 4	1 + 4 a 6	1 + 7 a 8
Camaragibe	10 a 14	7 a 15	7 a 16	6 a 9 + 15	6 + 16 a 17	5 a 6 + 17 a 18	5 + 16 a 17	5 + 18	4
Camocim de São Félix	10 a 14	9 a 15	9 a 15	9 + 15	8 + 16	6 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	4 a 5 + 18
Camutanga	10 a 13	10 a 14	8 a 15	9 + 14	6 a 9 + 15	5 a 7 + 16 a 17	6 a 8 + 15	5 + 16	4
Canhotinho	9 a 15	7 a 16	8 a 17	6 a 8 + 16	5 a 6 + 17	5 a 7 + 18	4 a 5 + 17	4 + 18	3 a 4
Capoeiras	12 a 13	10 a 14	10 a 15	10 a 11 + 14	7 a 9 + 15	5 a 9 + 16	5 a 9 + 15	4 a 6 + 16	4 + 17
Carnaíba					3	2 a 6	2 a 5	2 + 4 a 7	1 + 7 a 9
Carnaubeira da Penha						2 a 3		2 a 4	1 + 4 a 5
Carpina	10 a 14	9 a 15	8 a 15	9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 7 + 16 a 17	5 a 8 + 16	5 + 17	4 + 18
Caruaru	11 a 13	10 a 14	9 a 15	9 a 10 + 14	9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 8 + 15 a 16	5 a 8 + 16	5 + 17
Casinhas		10 a 14	9 a 15	10 a 14	9 + 15	7 a 8 + 16	8 a 9	6 a 8 + 16	5 a 6 + 17
Catende	9 a 15	9 a 16	7 a 17	7 a 8 + 16	6 a 8 + 17	5 a 6 + 18	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18	4
Cedro		3	1 a 5	3	1 a 2 + 4	6	1 a 2 + 4	5	7
Chã de Alegria	10 a 14	9 a 15	8 a 16	8 a 9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	5 a 7 + 16	5 + 17	4 + 18
Chã Grande	10 a 14	9 a 15	9 a 15	9 + 15	7 a 8 + 16	6 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 16	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18
Condado	10 a 14	7 a 15	7 a 16	6 a 9 + 15	6 + 16	5 a 6 + 17	5 + 16	5 + 17	4 + 18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Correntes	9 a 15	8 a 16	8 a 17	7 a 8 + 16	5 a 7 + 17	5 a 7 + 18	4 a 6 + 17	4 + 18	4
Cortês	10 a 14	9 a 15	9 a 16	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16	6 a 8 + 17	6 a 7 + 16 a 17	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18
Cumaru	10 a 13	10 a 14	9 a 15	9 + 14	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16	6 a 8 + 15	6 a 7 + 16	5 a 6 + 17
Cupira	9 a 14	9 a 15	9 a 16	8 + 15 a 16	7 a 8 + 16	5 a 8 + 17	5 a 7 + 17	4 a 6 + 17	4 + 18
Custódia						3 a 5		2 a 6	2 + 6 a 8
Dormentes									2 a 3
Escada	9 a 14	9 a 15	9 a 16	8 + 15 a 16	6 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 17 a 18	5 a 7 + 17	5 + 18	4 a 5
Exu		1 a 4	1 a 5	1 a 4	5	6	5	6	7
Feira Nova	10 a 14	9 a 15	9 a 15	9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 16	5 + 17	4 a 5 + 18
Ferreiros	10 a 14	10 a 14	8 a 15	9	6 a 9 + 15 a 16	5 a 7 + 16 a 17	5 a 8 + 15	5	4
Flores					3	2 a 6	2 a 4	1 a 2 + 4 a 6	1 + 7 a 8
Floresta									2 a 5
Frei Miguelinho		10 a 14	9 a 15	9 a 14	9 + 15	7 a 8 + 16	7 a 8 + 15	6 a 8 + 16	5 a 6 + 17
Gameleira	9 a 15	9 a 16	8 a 17	8 + 16	7 a 8 + 17	6 a 7 + 18	5 a 7 + 17	4 a 6 + 18	4 a 5
Garanhuns	10 a 14	9 a 15	8 a 16	7 a 9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	5 a 6 + 16	4 a 5 + 17	4 + 18
Glória do Goitá	10 a 14	9 a 15	9 a 15	8 a 9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 8 + 16 a 17	5 a 7 + 16	5 + 17	4 + 18
Goiana	9 a 14	7 a 15	6 a 16	6 a 8 + 15	5 a 6 + 16 a 17	5 + 17 a 18	5 + 16	4	4
Granito			1 a 4		1 a 4	5	1 a 3	5	6
Gravatá	10 a 14	9 a 15	9 a 15	9 + 15	8 + 16	6 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	4 a 5 + 18
Iati	11 a 14	10 a 14	10 a 15	9 a 10	9 + 15	7 a 9 + 16	7 a 8 + 15	5 a 8 + 16	5 a 6 + 17
Ibimirim									3 a 13
Ibirajuba	10 a 14	9 a 15	9 a 16	9 + 15	7 a 8 + 16	5 a 8 + 17	5 a 8 + 16	4 a 6 + 17	4 + 18
Igarassu	10 a 14	7 a 15	7 a 16	6 a 9 + 15	6 + 16	5 a 6 + 17 a 18	5 + 16	4 a 5 + 17	4
Iguaracy						3 a 6	3	2 a 7	2 + 7 a 11
Ilha de Itamaracá	9 a 14	7 a 15	7 a 17	6 a 8 + 15 a 16	6 + 16 a 17	5 a 6 + 18	5	4 a 5	4
Inajá									11 a 12
Ingazeira						3 a 6	3	2 a 7	2 + 7 a 10
Ipojuca	9 a 14	8 a 15	8 a 17	7 a 8 + 15 a 16	6 a 7 + 16 a 17	5 a 7 + 18	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18	4
Ipubi			2 a 4		2 a 4	1 + 5	1 a 4	1 + 5	6 a 7
Itacuruba									2 a 4
Itaíba					11 a 13	9 a 14	10 a 14	7 a 10 + 14 a 15	5 a 8 + 15
Itambé	10 a 14	7 a 15	7 a 16	6 a 9 + 15	6 + 16	5 a 6 + 17	5 + 16	4 a 5 + 17	4 + 18
Itapetim						3 a 6	3	3 a 7	2 + 7 a 11
Itapissuma	9 a 14	7 a 15	7 a 16	6 a 8 + 15	6 + 16 a 17	5 a 6 + 17 a 18	5 + 16	4 a 5	4
Itaquitinga	10 a 14	7 a 15	7 a 16	6 a 9 + 15	6 + 16	5 a 6 + 17	5 + 16	4 a 5 + 17	4 + 18
Jaboatão dos Guararapes	9 a 14	8 a 15	8 a 16	7 a 8 + 15 a 16	6 a 7 + 16 a 17	5 a 7 + 17 a 18	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18	4
Jaqueira	9 a 15	9 a 16	7 a 17	6 a 8 + 16	6 a 8 + 17	5 a 6 + 18	5 + 17	4 a 5 + 18	4
Jataúba			10 a 13	11 a 12	9 a 14	5 a 9 + 14	9 a 10 + 13 a 14	5 a 8	3 a 4 + 15
João Alfredo	10 a 13	10 a 14	9 a 15	9 + 14	8 a 9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 8 + 15	5 a 7 + 16	5 + 17
Joaquim Nabuco	9 a 14	9 a 15	8 a 16	8 + 15 a 16	7 a 8 + 16 a 17	6 a 7 + 17 a 18	5 a 7 + 17	5 a 6 + 18	4 a 5
Jucati	10 a 14	10 a 15	9 a 15	9 + 15	7 a 9 + 16	5 a 8 + 16 a 17	5 a 8 + 16	4 a 6	4 + 18
Jupi	10 a 14	10 a 15	9 a 15	9 + 15	7 a 9 + 16	5 a 8 + 16 a 17	5 a 8 + 16	4 a 6 + 17	4 + 18
Jurema	9 a 14	9 a 15	8 a 16	7 a 8 + 15 a 16	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	5 a 6 + 17	4 a 5 + 17	4 + 18
Lagoa de Itaenga	10 a 14	9 a 15	8 a 15	8 a 9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 7 + 16 a 17	5 a 7 + 16	5 + 17	4 + 18
Lagoa do Carro	10 a 14	9 a 15	9 a 15	9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 8 + 16 a 17	5 a 8 + 16	5 + 17	4 + 18
Lagoa do Ouro	9 a 15	8 a 16	8 a 16	7 a 8 + 16	5 a 7 + 17	5 a 7 + 17 a 18	5 a 6 + 17	4	4
Lagoa dos Gatos	9 a 14	9 a 15	7 a 16	7 a 8 + 15 a 16	6 a 8 + 16 a 17	5 a 6 + 17 a 18	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18	4
Lagoa Grande									2 a 3
Lajedo	10 a 14	9 a 15	9 a 16	9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 8 + 17	5 a 8 + 16	4 a 5 + 17	4 + 18
Limoeiro	10 a 14	9 a 14	9 a 15	9	6 a 8 + 15 a 16	6 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 15 a 16	5	4 a 5 + 18
Macaparana	11 a 13	10 a 14	9 a 15	10 + 14	6 a 9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 9 + 15	5 + 16	4 a 5 + 17
Machados	11 a 12	10 a 14	9 a 15	10 + 13 a 14	7 a 9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 9 + 15	5 a 6 + 16	5 + 17
Manari								11 a 13	6 a 14
Maraial	8 a 16	7 a 16	7 a 17	6 a 7 + 17	5 a 6 + 17	5 a 6 + 18	4 a 5 + 18	4 + 18	3 a 4
Mirandiba						1 a 5	3	1 a 4	6
Moreilândia		2 a 3	1 a 5	2 a 3	1 + 4 a 5	6	1 + 4 a 5	6	7
Moreno	9 a 14	9 a 15	8 a 16	8 + 15	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	5 a 7 + 16 a 17	5 + 17 a 18	4 + 18
Nazaré da Mata	10 a 14	9 a 15	8 a 15	9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 7 + 16 a 17	5 a 8 + 16	5 + 17	4 + 18
Olinda	9 a 14	7 a 15	7 a 16	6 a 8 + 15 a 16	6 + 16 a 17	5 a 6 + 17 a 18	5 + 17	4 a 5 + 18	4
Orobó		10 a 14	9 a 15	10 a 14	9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 9	6 a 8 + 16	5 + 17
Orocó								3	1 a 4
Ouricuri						1 a 4	2 a 3	1 a 4	5
Palmares	9 a 15	9 a 16	7 a 17	7 a 8 + 16	7 a 8 + 17	6 + 18	5 a 6 + 17	4 a 6 + 18	4 a 5
Palmeirina	9 a 15	7 a 16	8 a 16	6 a 8 + 16	5 a 6 + 17	5 a 7 + 17 a 18	4 a 5 + 17	4 + 18	3 a 4
Panelas	9 a 14	9 a 15	7 a 16	7 a 8 + 15 a 16	6 a 8 + 16	5 a 6 + 17	5 a 6 + 17	4 a 5 + 17 a 18	4 + 18
Paranatama	11 a 14	10 a 14	9 a 15	9 a 10	7 a 9 + 15	5 a 8 + 16	5 a 8 + 15	4 a 6 + 16	4 + 17
Parnamirim						1 a 4		1 a 4	5
Passira	10 a 14	9 a 14	9 a 15	9 + 15	7 a 8 + 15 a 16	6 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 16	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18
Paudalho	10 a 14	9 a 15	8 a 16	6 a 9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	5 + 16	5 + 17	4 + 18
Paulista	9 a 14	7 a 15	7 a 16	6 a 8 + 15 a 16	6 + 16 a 17	5 a 6 + 17 a 18	5 + 17	4 a 5 + 18	4
Pedra		12 a 13	10 a 14	10 a 13	9 a 11 + 14	5 a 9 + 15	6 a 9 + 14	5 a 8 + 15	4 + 16
Pesqueira			10 a 14	11 a 13	10 a 14	5 a 9 + 15	6 a 10 + 14	5 a 9 + 15	3 a 4 + 16
Poção					10 a 13	5 a 14	10 a 14	5 a 9 + 14	3 a 4 + 15
Pombos	10 a 14	9 a 15	9 a 16	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16	6 a 8 + 17	6 a 7 + 16	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18
Primavera	10 a 14	9 a 15	9 a 16	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16	6 a 8 + 17	6 a 7 + 16 a 17	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18
Quipapá	9 a 15	8 a 16	7 a 17	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	5 a 6 + 18	4 a 5 + 17	4 + 18	3 a 4
Quixaba			3		2 a 3	2 + 4 a 6	2 a 5	1 + 4 a 6	1 + 7 a 8
Recife	9 a 14	7 a 15	7 a 16	6 a 8 + 15 a 16	6 + 16 a 17	5 a 6 + 17 a 18	5 + 17	4 a 5 + 18	4
Riacho das Almas	11 a 13	10 a 14	9 a 15	9 a 10 + 14	9 + 15	7 a 8 + 16	6 a 8 + 15	6 a 8 + 16	5 a 6 + 17
Ribeirão	9 a 14	9 a 15	8 a 16	8 + 15 a 16	7 a 8 + 16 a 17	6 a 7 + 17 a 18	5 a 7 + 17	5 a 6 + 18	4 a 5
Rio Formoso	8 a 15	8 a 16	7 a 17	7 + 16	6 a 7 + 17	5 a 6 + 18	5 a 6 + 17 a 18	4 a 5 + 18	4
Sairé	10 a 14	9 a 15	9 a 15	9 + 15	8 + 16	6 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	4 a 5 + 18
Salgadinho	10 a 13	10 a 14	9 a 15	9 + 14	8 a 9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 8 + 15	5 a 7 + 16	5 + 17
Salgueiro						1 a 5	2 a 3	1 a 4	6
Saloá	11 a 14	10 a 14	10 a 15	10	7 a 9 + 15	5 a 9 + 16	6 a 9 + 15	5 a 6 + 16	4 + 17
Sanharó		12 a 13	10 a 14	10 a 13	9 a 11 + 14	5 a 9 + 15	6 a 9 + 14	5 a 8 + 15	4 + 16
Santa Cruz								2 a 3	1 a 4
Santa Cruz da Baixa Verde			3 a 4		2 a 4	1 a 2 + 5 a 6	2 a 5	1 + 5 a 6	7 a 8
Santa Cruz do Capibaribe			10 a 14	11 a 13	9 a 14	6 a 9 + 15	9 a 10 + 14	5 a 8 + 15	4 a 5 + 16

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Filomena								2 a 3	1 a 4
Santa Maria da Boa Vista									1 a 4
Santa Maria do Cambucá		10 a 14	10 a 14	10 a 14	9 + 15	7 a 9 + 15 a 16	8 a 9	6 a 8	5 a 6
Santa Terezinha					3	2 a 7	3 a 5	2 + 4 a 7	1 + 8 a 10
São Benedito do Sul	9 a 15	8 a 16	7 a 17	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	5 a 6 + 18	4 a 5 + 17	4 + 18	3 a 4
São Bento do Una		10 a 14	10 a 15	10 a 14	9 + 15	5 a 9 + 16	5 a 9 + 15	5 a 8 + 16	4 + 17
São Caitano	10 a 14	10 a 14	9 a 15	9	9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 8 + 15 a 16	5 a 8 + 16	4 a 5 + 17
São João	10 a 14	9 a 15	7 a 16	7 a 9 + 15	5 a 8 + 16	5 a 6 + 17	5 a 6 + 16	4 + 17	4 + 18
São Joaquim do Monte	10 a 14	9 a 15	9 a 16	8 a 9 + 15	7 a 8 + 16	6 a 8 + 17	5 a 7 + 16	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18
São José da Coroa Grande	8 a 15	7 a 17	7 a 17	5 a 7 + 16 a 17	5 a 6 + 18	5 a 6 + 18	4 + 18	4	3 a 4
São José do Belmonte		3	1 a 5	3	1 a 2 + 4	6	1 a 2 + 4	5 a 6	7 a 8
São José do Egito						3 a 6	3 a 5	2 a 7	2 + 7 a 11
São Lourenço da Mata	10 a 14	9 a 15	8 a 16	7 a 9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 7 + 17	5 a 6 + 16	5 + 17	4 + 18
São Vicente Ferrer	11 a 13	10 a 14	9 a 15	10 + 14	7 a 9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 9 + 15	5 a 6 + 16	5 + 17
Serra Talhada			3		2 a 3	1 a 2 + 4 a 6	2 a 4	1 + 4 a 6	7
Serrita		3	1 a 5		1 a 2 + 4	6	1 a 4	5	
Sertânia						4 a 5		3 a 6	2 a 3 + 6 a 13
Sirinhaém	9 a 14	8 a 15	8 a 17	7 a 8 + 15 a 16	6 a 7 + 16 a 17	5 a 7 + 18	5 a 6 + 17	4 a 5 + 18	4
Solidão					3	2 a 7	2 a 5	2 + 4 a 7	1 + 8 a 9
Surubim	11 a 12	10 a 14	9 a 15	9 a 10 + 13 a 14	9 + 15	7 a 8 + 16	6 a 8 + 15	6 a 8 + 16	5 a 6 + 17
Tabira					3	2 a 7	3 a 5	2 + 4 a 7	1 + 8 a 9
Tacaimbó	11 a 13	10 a 14	9 a 15	9 a 10 + 14	9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 8 + 15	5 a 8 + 16	4 a 5 + 17
Tamandaré	8 a 15	8 a 16	7 a 17	6 a 7 + 16	5 a 7 + 17	5 a 6 + 18	5 + 17 a 18	4 + 18	3 a 4
Taquaritinga do Norte		11 a 13	10 a 14	10 a 14	9 a 10 + 14	7 a 9 + 15	9	6 a 8 + 15	5 a 6 + 16
Terezinha	10 a 14	10 a 15	9 a 16	7 a 9 + 15	6 a 9 + 16	5 a 8 + 17	5 a 6 + 16	5 + 17	4 + 18
Terra Nova						1 a 4		1 a 4	5
Timbaúba	10 a 13	10 a 14	8 a 15	9 + 14	6 a 9 + 15	5 a 7 + 16 a 17	6 a 8 + 15	5 + 16	4
Toritama		10 a 14	10 a 14	10 a 14	9 + 15	7 a 9 + 15 a 16	8 a 9	6 a 8	5 a 6 + 17
Tracunhaém	10 a 14	9 a 15	7 a 16	6 a 9 + 15	6 a 8 + 16	5 a 6 + 17	5 + 16	5 + 17	4 + 18
Trindade						1 a 4	2 a 3	1 a 4	5 a 6
Triunfo			3 a 4		2 a 3	1 a 2 + 5 a 6	2 a 5	1 + 4 a 6	7 a 8
Tupanatinga					11 a 13	9 a 14	10 a 13	5 a 10 + 14	3 a 8 + 15
Tuparetama						3 a 6		2 a 7	2 + 7 a 11
Venturosa		13	10 a 14	10 a 14	9 a 12 + 14	5 a 9 + 15	5 a 9	4 a 8 + 15	4 + 16
Verdejante			2 a 3		2 a 3	1 + 4 a 5	2 a 3	1 + 4	6
Vertente do Lério		10 a 14	10 a 15	10 a 14	9 + 15	7 a 9 + 16	8 a 9	6 a 8	5 a 6 + 17
Vertentes		10 a 14	10 a 14	10 a 14	9 + 15	7 a 9 + 15 a 16	8 a 9	6 a 8	5 a 6 + 17
Vicência	10 a 13	10 a 14	9 a 15	9 + 14	6 a 9 + 15	5 a 8 + 16 a 17	6 a 8 + 15	5 + 16	4
Vitória de Santo Antão	10 a 14	9 a 15	9 a 16	8 a 9 + 15	6 a 8 + 16	6 a 8 + 17	5 a 7 + 16	5 + 17	4 a 5 + 18
Xexéu	8 a 16	8 a 17	7 a 17	6 a 7 + 17	5 a 7	5 a 6 + 18	4 a 5 + 18	4 + 18	3 a 4

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abreu e Lima	8 a 12	6 a 13	7 a 14	5 a 7 + 13 a 14	4 a 5 + 14 a 15	3 a 6 + 15 a 16	4 + 15	3 + 16	
Afogados da Ingazeira						1 a 5	2 a 3	1 a 5	6 a 7
Afrânio									1
Agrestina	8 a 12	8 a 13	7 a 14	7 + 13	5 a 7 + 14 a 15	4 a 6 + 15	4 a 6 + 14 a 15	3 a 4	3 + 16
Água Preta	8 a 14	7 a 15	5 a 16	5 a 7 + 15	4 a 6 + 16	4 + 17	3 a 4 + 16	3 + 17	2 a 3
Águas Belas		10 a 12	9 a 12	9 a 12	8 a 9 + 13	7 a 8 + 13 a 14	6 a 8 + 13	4 a 7 + 14	4 a 6 + 15
Alagoinha			10 a 11	9 a 11	9 a 12	4 a 9 + 12 a 13	5 a 8 + 12	3 a 8 + 13	2 a 3 + 14
Aliança	9 a 12	7 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	4 a 6 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6 + 14	3 + 15	3 + 16
Altinho	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6 + 14	3 a 4 + 15	3 + 16
Amaraji	8 a 12	8 a 13	7 a 14	7 + 13 a 14	6 a 7 + 14 a 15	5 a 6 + 15 a 16	4 a 6 + 15	4 a 5 + 16	3 a 4
Angelim	8 a 13	7 a 14	7 a 15	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	3 a 6 + 16	3 a 4 + 15	3 + 16	2
Araçoiaba	8 a 12	7 a 13	7 a 14	6 a 7 + 13 a 14	4 a 6 + 14	3 a 6 + 15	4 a 5 + 15	3 + 15	16
Araripina						1 a 2	1 a 2	1 a 3	3 a 4
Arcoverde						4 a 5 + 9 a 12	9 a 11	3 a 12	2 a 3 + 6 a 8 + 13
Barra de Guabiraba	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13 a 14	6 a 7 + 14 a 15	5 a 6 + 15	5 a 6 + 15	4 a 5	3 a 4 + 16
Barreiros	8 a 14	6 a 15	4 a 16	5 a 7 + 15	4 a 5 + 16	3 + 17	3 a 4 + 16	2 a 3 + 17	2
Belém de Maria	8 a 13	7 a 14	7 a 15	6 a 7 + 14	5 a 6 + 15	4 a 6 + 16	4 a 5 + 15	3 a 4 + 16	3 + 17
Belém do São Francisco									1 a 2
Belo Jardim		10 a 11	9 a 12	9 a 12	8 a 9 + 12 a 13	4 a 8 + 13 a 14	5 a 8 + 13	3 a 7 + 14	3 + 15
Betânia						1 a 4		1 a 4	5
Bezerros	9 a 12	8 a 13	8 a 14	7 a 8 + 13	7 + 14	6 a 7 + 15	5 a 6 + 14	4 a 6 + 15	3 a 5 + 16
Bodocó			1 a 2		1 a 2	3 a 4	1 a 2	3 a 4	5
Bom Conselho	9 a 13	8 a 14	8 a 14	7 a 8 + 14	5 a 7 + 15	4 a 7 + 15 a 16	4 a 6 + 15	3 a 4	3
Bom Jardim	9 a 11	8 a 12	8 a 13	8 + 12 a 13	7 + 13 a 14	5 a 7 + 14	5 a 7 + 14	4 a 6	3 a 4 + 15
Bonito	8 a 13	8 a 14	7 a 14	6 a 7 + 14	5 a 7 + 15	4 a 6 + 15 a 16	4 a 5 + 15	3 a 4 + 16	3
Brejão	9 a 13	8 a 14	8 a 14	7 a 8	5 a 7	4 a 7 + 15	4 a 6 + 14	3 a 4 + 15	3 + 16
Brejinho						2 a 5	2 a 3	1 a 5	1 + 6 a 7
Brejo da Madre de Deus			9 a 12	9 a 12	8 a 13	6 a 8 + 13 a 14	5 a 8 + 13	4 a 7 + 14	3 a 5
Buenos Aires	9 a 12	8 a 13	7 a 14	8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 7 + 14	4 + 15	3 + 16

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Buíque					9 a 12	5 a 12	8 a 12	4 a 8 + 13	2 a 4 + 13 a 14
Cabo de Santo Agostinho	8 a 13	7 a 13	7 a 15	5 a 7 + 14	5 a 6 + 14 a 15	3 a 6 + 16	4 + 15 a 16	3 a 4 + 16	17
Cabrobó								1	1 a 3
Cachoeirinha	9 a 12	8 a 13	8 a 14	7 a 8 + 13	6 a 7 + 14	4 a 7 + 15	5 a 6 + 14	3 a 5 + 15	3 + 16
Caetés	10 a 11	9 a 13	8 a 13	8 a 9 + 12 a 13	5 a 8 + 14	4 a 7 + 14	4 a 7 + 14	3 a 4	3 + 15
Calçado	8 a 13	8 a 14	7 a 14	6 a 7 + 14	5 a 7 + 15	4 a 6 + 15	3 a 5 + 15	3 a 4	3 + 16
Calumbi					2	1 a 5	1 a 3	1 + 3 a 4	6
Camaragibe	8 a 12	7 a 13	7 a 14	6 a 7 + 13 a 14	4 a 6 + 14 a 15	3 a 6 + 15 a 16	4 a 5 + 15	3 + 16	17
Camocim de São Félix	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	6 a 7 + 14	6 + 15	5 a 6 + 14	4 a 5 + 15	3 a 5 + 16
Camutanga	9 a 12	8 a 13	7 a 13	8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 14 a 15	4 a 7	3 a 4	3
Canhotinho	8 a 13	7 a 14	7 a 15	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	3 a 6 + 16	3 a 4 + 15	2 a 3 + 16	2 + 17
Capoeiras	10 a 11	9 a 12	8 a 13	8 a 9 + 12 a 13	5 a 8 + 13 a 14	4 a 7 + 14	4 a 7 + 14	3 a 4	3 + 15
Carnaíba					2	1 a 5	1 a 3	1 + 3 a 5	6 a 7
Carnaubeira da Penha						1		1 a 2	2 a 3
Carpina	8 a 12	8 a 13	7 a 14	7 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6 + 14	3 a 4 + 15	3 + 16
Caruaru	9 a 11	9 a 12	8 a 13	8 + 12 a 13	7 a 8 + 13 a 14	6 a 7 + 14 a 15	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	3 a 5 + 16
Casinhas	10	9 a 12	8 a 13	8 a 9 + 11 a 12	7 a 8 + 13	6 a 7 + 14	5 a 7 + 13	5 a 6 + 14	4 a 5 + 15
Catende	8 a 13	7 a 14	7 a 15	5 a 7 + 14 a 15	5 a 6 + 15	4 a 6 + 16	3 a 4 + 16	3 a 4 + 16	2 a 3 + 17
Cedro			1 a 3		1 a 3	4	1 a 3	4	5
Chã de Alegria	8 a 12	8 a 13	7 a 14	7 + 13 a 14	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6 + 15	3 a 4 + 15	3 + 16
Chã Grande	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	6 a 7 + 14	6 + 15	5 a 6 + 14 a 15	4 a 5 + 15	3 a 5 + 16
Condado	8 a 12	7 a 13	7 a 14	6 a 7 + 13 a 14	4 a 6 + 14	4 a 6 + 15	4 a 5	3 + 15	3 + 16
Correntes	8 a 13	7 a 14	7 a 15	4 a 7 + 14	4 a 6 + 15	3 a 6 + 16	3 + 15	2 a 3 + 16	2 + 17
Cortês	8 a 12	8 a 13	7 a 14	7 + 13 a 14	6 a 7 + 14 a 15	5 a 6 + 15 a 16	4 a 6 + 15	4 a 5 + 16	3 a 4 + 17
Cumaru	9 a 11	8 a 13	8 a 14	7 a 8 + 12 a 13	7 + 14	6 a 7 + 15	5 a 6 + 14	4 a 6 + 15	3 a 5 + 16
Cupira	8 a 13	8 a 14	7 a 14	6 a 7 + 14	5 a 7 + 15	4 a 6 + 15 a 16	4 a 5 + 15	3 a 4 + 16	3 + 17
Custódia						2 a 5		1 a 4	1 + 6
Dormentes									1
Escada	8 a 13	7 a 14	7 a 14	6 a 7 + 14	5 a 6 + 15	4 a 6 + 15 a 16	4 a 5 + 15	3 a 4 + 16	3 + 17
Exu		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4 a 5	5 a 6
Feira Nova	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6 + 14	4 + 15	3 + 16
Ferreiros	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6 + 14	3 a 4 + 15	3 + 16
Flores						1 a 5	1 a 3	1 a 5	6
Floresta									1 a 4
Frei Miguelinho	10 a 11	9 a 12	8 a 13	8 a 9 + 12	7 a 8 + 13	6 a 7 + 14	5 a 7 + 13	5 a 6 + 14	3 a 5 + 15
Gameleira	8 a 13	7 a 14	7 a 15	6 a 7 + 14 a 15	5 a 6 + 15	4 a 6 + 16	4 a 5 + 16	3 a 4 + 16	3 + 17
Garanhuns	9 a 13	8 a 14	7 a 14	7 a 8	4 a 7 + 15	4 a 6 + 15	3 a 6 + 14 a 15	3	3 + 16
Glória do Goitá	8 a 12	8 a 13	7 a 14	7 + 13 a 14	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6	4 + 15	3 + 16
Goiana	8 a 12	6 a 13	5 a 14	5 a 7 + 13 a 14	4 a 5 + 14 a 15	3 a 4 + 15 a 16	4 + 15	3	
Granito			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4 a 5
Gravatá	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	6 a 7 + 14	6 + 15	5 a 6 + 14	4 a 5 + 15	3 a 5 + 16
Iati	10 a 11	9 a 13	9 a 13	8 a 9 + 12 a 13	7 a 8 + 14	5 a 8 + 14	5 a 7 + 14	4 a 6	3 a 4 + 15
Ibimirim									2 a 11
Ibirajuba	8 a 12	8 a 14	7 a 14	7 + 13	5 a 7 + 15	4 a 6 + 15	4 a 6 + 14	3 a 4	3 + 16
Igarassu	8 a 12	6 a 13	7 a 14	5 a 7 + 13 a 14	4 a 5 + 14 a 15	3 a 6 + 15 a 16	4 + 15	3	
Iguaracy						2 a 5		1 a 5	1 + 6 a 7
Ilha de Itamaracá	7 a 12	6 a 13	5 a 15	5 a 6 + 13 a 14	4 a 5 + 14 a 15	3 a 4 + 16	4 + 15	3 + 16	17
Ingazeira						2 a 5	3	1 a 5	1 + 6 a 7
Ipojuca	8 a 13	7 a 14	7 a 15	5 a 7 + 14 a 15	5 a 6 + 15	3 a 6 + 16	4 + 16	3 a 4 + 16	17
Ipubi			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3 a 4	4 a 5
Itacuruba									1 a 2
Itaíba					10 a 12	9 a 12	9 a 12	5 a 9 + 13	4 a 8 + 13 a 14
Itambé	8 a 12	7 a 13	7 a 14	6 a 7 + 13 a 14	4 a 6 + 14	4 a 6 + 15	4 a 5	3 + 15	3 + 16
Itapetim						2 a 4		1 a 5	1 + 5 a 9
Itapissuma	8 a 12	6 a 13	5 a 14	5 a 7 + 13 a 14	4 a 5 + 14 a 15	3 a 4 + 15 a 16	4 + 15	3 + 16	
Itaquitinga	8 a 12	6 a 13	7 a 14	5 a 7 + 13 a 14	4 a 5 + 14 a 15	3 a 6 + 15 a 16	4 + 15	3	
Jaboatão dos Guararapes	8 a 13	7 a 14	7 a 15	5 a 7 + 14	5 a 6 + 15	4 a 6 + 16	4 + 15 a 16	3 a 4 + 16	3 + 17
Jaqueira	8 a 13	7 a 14	7 a 15	5 a 7 + 14 a 15	4 a 6 + 15	4 a 6 + 16	3 a 4 + 16	3 + 16	2 a 3 + 17
Jataúba			10	9 a 11	8 a 12	4 a 9 + 11 a 13	5 a 8 + 12	4 a 7 + 13	3 + 14
João Alfredo	9 a 11	8 a 12	8 a 13	8 + 12 a 13	7 + 13 a 14	5 a 7 + 14 a 15	5 a 7 + 14	4 a 6	3 a 4
Joaquim Nabuco	8 a 13	7 a 14	7 a 15	6 a 7 + 14	5 a 6 + 15	4 a 6 + 16	4 a 5 + 15 a 16	3 a 4 + 16	3 + 17
Jucati	9 a 12	8 a 13	8 a 14	8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 7 + 15	4 a 7 + 14	3 a 4 + 15	3 + 16
Jupi	9 a 12	8 a 13	7 a 14	8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 7 + 14	3 a 4 + 15	3 + 16
Jurema	8 a 13	7 a 14	7 a 15	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6 + 16	3 a 4 + 15	3 + 16	2 a 3
Lagoa de Itaenga	8 a 12	8 a 13	7 a 14	7 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6 + 14	3 a 4 + 15	3 + 16
Lagoa do Carro	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6 + 14	4 + 15	3 + 16
Lagoa do Ouro	8 a 13	8 a 14	8 a 15	5 a 7 + 14	4 a 7 + 15	4 a 7 + 16	3 a 4 + 15	3 + 16	3 + 17
Lagoa dos Gatos	8 a 13	7 a 14	7 a 15	6 a 7 + 14	5 a 6 + 15	4 a 6 + 16	3 a 5 + 15	3 a 4 + 16	2 a 3 + 17
Lagoa Grande									1 a 2
Lajedo	8 a 13	8 a 14	7 a 14	6 a 7 + 14	5 a 7 + 15	4 a 6 + 15	3 a 5 + 15	3 a 4	3 + 16
Limoeiro	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	6 a 7 + 14	4 a 6 + 15	5 a 6 + 14	4 a 5 + 15	3 + 16
Macaparana	9 a 12	9 a 12	7 a 13	8 + 13	7 a 8 + 13 a 14	4 a 6 + 14 a 15	5 a 7	4 a 6	3
Machados	10 a 11	9 a 12	8 a 13	8 a 9 + 12	7 a 8 + 13 a 14	5 a 7 + 14	5 a 7 + 13	4 a 6	3 a 4 + 15
Manari								10 a 11	5 a 12
Maraial	8 a 14	7 a 15	7 a 16	5 a 7 + 15	4 a 6 + 16	3 a 6 + 17	3 a 4 + 16	2 a 3 + 17	2
Mirandiba						1 a 2		1 a 3	3 a 4
Moreilândia		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5
Moreno	8 a 12	7 a 13	7 a 14	6 a 7 + 13 a 14	5 a 6 + 14 a 15	4 a 6 + 15 a 16	4 a 5 + 15	3 a 4 + 16	3 + 17
Nazaré da Mata	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6 + 14	3 a 4 + 15	3 + 16
Olinda	8 a 12	6 a 13	7 a 14	5 a 7 + 13 a 14	4 a 5 + 14 a 15	3 a 6 + 15 a 16	4 + 15	3 + 16	17
Orobó		9 a 12	8 a 13	8 a 12	7 a 8 + 13	5 a 7 + 14	5 a 7 + 13	4 a 6 + 14	3 a 4 + 15
Orocó									1 a 3
Ouricuri						1 a 2		1 a 2	3 a 4
Palmares	8 a 14	7 a 15	7 a 16	6 a 7 + 15	5 a 6	4 a 6	4 a 5 + 16	3 a 4 + 16 a 17	3 + 17
Palmeirina	8 a 13	7 a 14	7 a 15	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	3 a 6 + 16	3 a 4 + 15	2 a 3 + 16	2 + 17
Panelas	8 a 13	7 a 14	7 a 15	6 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 6 + 16	3 a 5 + 15	3 + 16	2 a 3 + 17
Paranatama	9 a 11	9 a 13	8 a 13	8 + 12 a 13	5 a 8 + 14	4 a 7 + 14	4 a 7 + 14	3 a 4	3 + 15
Parnamirim						1 a 2		1 a 2	3 a 4
Passira	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	6 a 7 + 14	5 a 6 + 15	5 a 6 + 14	4 a 5 + 15	3 a 4 + 16

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Paudalho	8 a 12	7 a 13	7 a 14	6 a 7 + 13 a 14	4 a 6 + 14 a 15	3 a 6 + 15 a 16	4 a 5 + 15	3	
Paulista	8 a 12	6 a 13	7 a 14	5 a 7 + 13 a 14	4 a 5 + 14 a 15	3 a 6 + 15 a 16	4 + 15	3 + 16	17
Pedra			9 a 12	9 a 11	8 a 13	4 a 8 + 13	5 a 8 + 12 a 13	3 a 7 + 14	3 + 14
Pesqueira			10 a 11	9 a 11	8 a 12	4 a 9 + 12 a 13	5 a 8 + 12 a 13	3 a 7 + 13	3 + 14
Poção					9 a 11	4 a 12	9 a 12	4 a 8 + 12 a 13	3 + 13 a 14
Pombos	8 a 12	8 a 13	7 a 14	7 + 13 a 14	5 a 7 + 14 a 15	5 a 6 + 15 a 16	5 a 6 + 15	4	3 a 4
Primavera	8 a 12	8 a 13	7 a 14	7 + 13 a 14	5 a 7 + 14 a 15	5 a 6 + 15 a 16	4 a 6 + 15	4 + 16	3 a 4 + 17
Quipapá	8 a 14	7 a 15	7 a 15	5 a 7	4 a 6	3 a 6 + 16	3 a 4 + 15	2 a 3 + 16	2 + 17
Quixaba					2	1 a 5	1 a 3	1 + 3 a 5	6
Recife	8 a 13	7 a 13	7 a 15	5 a 7 + 14	4 a 6 + 14 a 15	3 a 6 + 16	4 + 15	3 + 16	17
Riacho das Almas	9 a 11	9 a 12	8 a 13	8 + 12 a 13	7 a 8 + 13 a 14	6 a 7 + 14	5 a 7 + 14	4 a 6	3 a 5 + 15
Ribeirão	8 a 13	7 a 14	7 a 15	6 a 7 + 14	5 a 6 + 15	4 a 6 + 16	4 a 5 + 15 a 16	3 a 4 + 16	3 + 17
Rio Formoso	8 a 13	7 a 14	6 a 15	5 a 7 + 14 a 15	5 a 6 + 15 a 16	4 a 5 + 16	3 a 4 + 16	3 a 4 + 17	2 a 3 + 17
Sairé	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	6 a 7 + 14	6 + 15	5 a 6 + 14	4 a 5 + 15	3 a 5 + 16
Salgadinho	9 a 12	8 a 13	7 a 14	7 a 8 + 13	7 + 14	5 a 6 + 15	5 a 6 + 14	4 a 6 + 15	3 a 4 + 16
Salgueiro						1 a 2		1 a 3	3 a 4
Saloá	10 a 11	9 a 13	8 a 13	8 a 9 + 12 a 13	5 a 8 + 14	4 a 7 + 14	4 a 7 + 14	3 a 4	3 + 15
Sanharó			9 a 12	9 a 11	8 a 13	4 a 8 + 13	5 a 8 + 12 a 13	3 a 7 + 14	3 + 14
Santa Cruz									1 a 2
Santa Cruz da Baixa Verde					1 a 2	1 a 5	1 a 3	3 a 5	6
Santa Cruz do Capibaribe			10	9 a 11	8 a 12	6 a 9 + 11 a 13	5 a 8 + 12	4 a 7 + 13	3 a 5 + 14
Santa Filomena									1 a 2
Santa Maria da Boa Vista									1 a 2
Santa Maria do Cambucá		9 a 12	8 a 13	8 a 12	8 + 13	6 a 7 + 14	5 a 7 + 13	5 a 7 + 14	4 a 5 + 15
Santa Terezinha						2 a 5	2 a 3	1 a 5	1 + 6 a 7
São Benedito do Sul	8 a 14	7 a 15	7 a 16	5 a 7 + 15	4 a 6	3 a 6	3 a 4 + 16	2 a 3 + 16	2 + 17
São Bento do Una	10 a 11	9 a 12	9 a 13	8 a 9 + 12 a 13	6 a 8 + 13 a 14	4 a 8 + 14	4 a 7 + 14	3 a 5	3 + 15
São Caitano	9 a 12	8 a 13	8 a 14	7 a 8 + 13	7 + 14	4 a 7 + 15	5 a 6 + 14	4 a 6 + 15	3 + 16
São João	8 a 13	8 a 14	7 a 14	5 a 7 + 14	4 a 7 + 15	4 a 6 + 15	3 a 4 + 15	3	2 a 3 + 16
São Joaquim do Monte	8 a 12	8 a 13	7 a 14	7 + 13	6 a 7 + 14 a 15	4 a 6 + 15	4 a 6 + 14 a 15	3 a 5	3 + 16
São José da Coroa Grande	8 a 14	5 a 15	4 a 16	5 a 7 + 15	4 + 16	3 + 17	3 a 4 + 16	2 a 3 + 17	2
São José do Belmonte			1 a 3		1 a 3	4	1 a 3	4	5 a 6
São José do Egito						2 a 5	2 a 3	1 a 5	1 + 6 a 9
São Lourenço da Mata	8 a 12	7 a 13	7 a 14	6 a 7 + 13 a 14	5 a 6 + 14 a 15	3 a 6 + 15 a 16	4 a 5 + 15	3 a 4 + 16	
São Vicente Ferrer	10 a 11	9 a 12	7 a 13	8 a 9 + 12 a 13	7 a 8 + 13 a 14	5 a 6 + 14	5 a 7	4 a 6	3 a 4 + 15
Serra Talhada			1		1 a 2	2 a 4	1 a 3	3 a 4	5 a 6
Serrita			1 a 2		1 a 2	3 a 4	1 a 2	3 a 4	5
Sertânia						3 a 5		2 a 5	1 a 2 + 6 a 11
Sirinhaém	8 a 13	7 a 14	7 a 15	6 a 7 + 14 a 15	5 a 6 + 15	4 a 6 + 16	4 a 5 + 16	3 a 4 + 16 a 17	3 + 17
Solidão					2	1 a 5	2 a 3	1 + 3 a 5	6 a 7
Surubim	9 a 11	9 a 12	8 a 13	8 + 12 a 13	7 a 8 + 13	6 a 7 + 14	5 a 7 + 14	4 a 6 + 14	3 a 5 + 15
Tabira						2 a 5	2 a 3	1 a 5	1 + 6 a 7
Tacaimbó	9 a 11	8 a 12	8 a 13	8 + 12 a 13	7 + 13 a 14	4 a 7 + 14	5 a 7 + 14	3 a 6	3 + 15
Tamandaré	8 a 14	6 a 15	5 a 16	5 a 7 + 15	4 a 5 + 16	3 a 4	3 a 4 + 16	3 + 17	2 + 17
Taquaritinga do Norte		10 a 11	9 a 12	9 a 12	8 a 9 + 12 a 13	6 a 8 + 13 a 14	5 a 8 + 13	4 a 7 + 14	3 a 5
Terezinha	9 a 13	8 a 14	8 a 14	7 a 8	5 a 7	4 a 7 + 15	4 a 6 + 14	3 a 4 + 15	3 + 16
Terra Nova						1 a 2		1 a 2	3 a 4
Timbaúba	9 a 12	8 a 13	7 a 14	8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 7 + 14	4	3 + 16
Toritama		9 a 12	9 a 13	8 a 12	7 a 8 + 13	6 a 8 + 14	5 a 7 + 13	4 a 6 + 14	3 a 5 + 15
Tracunhaém	8 a 12	7 a 13	7 a 14	7 + 13 a 14	4 a 6 + 14	3 a 6 + 15	4 a 6	3 + 15	16
Trindade						1 a 2	1 a 2	1 a 3	3 a 4
Triunfo					1 a 2	1 a 5	1 a 3	3 a 5	6
Tupanatinga						9 a 12	9 a 11	4 a 13	2 a 8 + 13
Tuparetama						2 a 5		1 a 5	1 + 6 a 7
Venturosa			10 a 12	9 a 12	8 a 13	4 a 9 + 13 a 14	4 a 8 + 13	3 a 7 + 14	3 + 15
Verdejante			1		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3	4
Vertente do Lério		9 a 12	8 a 13	8 a 12	7 a 8 + 13	6 a 7 + 14	5 a 7 + 13	5 a 6 + 14	4 a 5 + 15
Vertentes		9 a 12	8 a 13	8 a 12	7 a 8 + 13	6 a 7 + 14	5 a 7 + 13	5 a 6 + 14	3 a 5 + 15
Vicência	9 a 12	8 a 13	7 a 14	8 + 13	5 a 7 + 14	4 a 6 + 15	4 a 7 + 14	4 + 15	3 + 16
Vitória de Santo Antão	8 a 12	8 a 13	7 a 14	7 + 13 a 14	5 a 7 + 14 a 15	4 a 6 + 15 a 16	4 a 6 + 15	3 a 4 + 16	3
Xexéu	8 a 14	7 a 15	7 a 16	5 a 7 + 15	4 a 6 + 16	3 a 6 + 17	3 a 4 + 16	2 a 3 + 17	2

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abreu e Lima	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	2 a 3 + 13	2 + 14	2 + 15
Afogados da Ingazeira						1 a 3	1 a 2	1 a 3	4 a 5
Agrestina	8 a 11	7 a 12	7 a 13	5 a 7 + 12	4 a 6 + 13	3 a 6 + 14	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14	2 + 15
Água Preta	8 a 13	4 a 13	5 a 14	4 a 7	3 + 14	2 a 4 + 15	2 a 3 + 14	1 a 2 + 15	1 + 16
Águas Belas		9 a 10	9 a 11	8 a 10	7 a 8 + 11	5 a 8 + 12	4 a 7 + 11 a 12	3 a 6 + 12	3 a 4 + 13
Alagoinha				9	7 a 10	5 a 11	4 a 8 + 10 a 11	2 a 6 + 11 a 12	2 a 4 + 12
Aliança	8 a 10	7 a 11	5 a 12	5 a 7 + 11 a 12	4 a 6 + 12 a 13	4 + 13	3 a 4	2 a 3	2 a 3 + 14
Altinho	8 a 11	7 a 11	7 a 12	5 a 7 + 12	4 a 6 + 12 a 13	4 a 6 + 13 a 14	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14	2 a 3
Amaraji	8 a 11	8 a 12	7 a 13	5 a 7 + 12	4 a 7 + 13	3 a 6 + 14	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14	2 + 15
Angelim	8 a 12	8 a 12	7 a 13	4 a 7 + 13	3 a 7 + 13	3 a 6 + 14	2 a 3	2 + 14	2 + 15
Araçoiaba	8 a 11	7 a 11	5 a 13	5 a 7 + 12	3 a 6 + 12 a 13	3 a 4 + 14	3 a 4 + 13	2 + 14	2
Araripina								1	1 a 2
Arcoverde						8 a 9	9	2 a 10	2 a 7 + 10 a 11
Barra de Guabiraba	8 a 11	7 a 11	7 a 13	5 a 7 + 12	4 a 6 + 12 a 13	4 a 6 + 14	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14	2 a 3 + 15
Barreiros	8 a 13	4 a 13	4 a 14	4 a 7 + 14	3 + 14	2 a 3 + 15	2 a 3	1 a 2 + 15	1 + 16
Belém de Maria	8 a 12	7 a 12	7 a 13	4 a 7 + 13	4 a 6 + 13 a 14	3 a 6 + 14	2 a 3 + 14	2 a 3	1 a 2 + 15
Belém do São Francisco									1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Belo Jardim		9	8 a 10	7 a 10	5 a 8 + 10 a 11	5 a 7 + 11 a 12	4 a 6 + 11 a 12	2 a 4 + 12	2 a 4 + 13
Betânia						1 a 2		1 a 2	3 a 4
Bezerros	8 a 10	7 a 11	7 a 12	7 + 11 a 12	5 a 6 + 12	5 a 6 + 13	4 a 6 + 13	3 a 4 + 13	2 a 4 + 14
Bodocó			1		1	2	1	2	3
Bom Conselho	8 a 11	8 a 12	8 a 13	4 a 7 + 12 a 13	4 a 7 + 13	4 a 7 + 14	3	2 a 3 + 14	2 a 3 + 15
Bom Jardim	8 a 9	7 a 10	7 a 11	6 a 7 + 10 a 11	5 a 6 + 11 a 12	4 a 6 + 12 a 13	4 a 5 + 12	3 a 4 + 13	2 a 3
Bonito	8 a 11	7 a 12	7 a 13	5 a 7 + 12	4 a 6 + 13	3 a 6 + 14	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14	2 + 15
Brejão	8 a 11	8 a 12	8 a 12	4 a 7 + 12	4 a 7 + 13	4 a 7 + 13 a 14	3 + 13	2 a 3 + 14	2 a 3
Brejinho						2	1	1 a 4	1 + 3 a 6
Brejo da Madre de deus		9	8 a 10	8 a 10	6 a 8 + 10 a 11	5 a 7 + 11 a 12	4 a 7 + 11	3 a 5 + 12	2 a 4 + 13
Buenos Aires	8 a 10	7 a 11	7 a 12	6 a 7 + 11	5 a 6 + 12	4 a 6 + 13	4 a 5 + 12	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14
Buíque					9	5 a 10	5 a 10	2 a 8 + 10 a 11	2 a 4 + 11 a 12
Cabo de Santo Agostinho	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 13	3 a 4 + 14	2 a 3 + 14	2 a 3 + 14	2 + 15
Cabrobó									1
Cachoeirinha	8 a 10	8 a 11	7 a 12	5 a 7 + 11 a 12	5 a 7 + 12	4 a 6 + 13	3 a 4 + 13	2 a 4 + 13	2 a 3 + 14
Caetés	9	8 a 11	7 a 11	7 a 8 + 10 a 11	4 a 7 + 12	3 a 6 + 12 a 13	3 a 6 + 12	2 a 3 + 13	2 + 14
Calçado	8 a 11	8 a 12	7 a 13	4 a 7 + 12	3 a 7 + 13	3 a 6 + 14	2 a 3 + 13	2 + 14	2 + 15
Calumbi						1 a 2	1	1 a 3	3 a 4
Camaragibe	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3 + 13	2 + 14	2 + 15
Camocim de São Félix	8 a 10	7 a 11	7 a 12	5 a 7 + 11 a 12	5 a 6 + 12	4 a 6 + 13	3 a 4 + 13	3 a 4 + 13 a 14	2 a 3 + 14
Camutanga	8 a 10	7 a 11	7 a 12	6 a 7 + 11	4 a 6 + 12	4 a 6 + 13	4 a 5 + 12	2 a 3 + 13	2 a 3 + 14
Canhotinho	8 a 12	8 a 12	7 a 14	4 a 7 + 13	3 a 7 + 13 a 14	3 a 6	2 a 3 + 14	2	1 a 2 + 15
Capoeiras		8 a 11	8 a 11	7 a 11	5 a 7 + 12	4 a 7 + 12 a 13	3 a 6 + 12	2 a 4 + 13	2 a 3 + 14
Carnaíba						1 a 3	1 a 2	1 a 3	4 a 5
Carnaubeira da Penha									1 a 2
Carpina	8 a 10	7 a 11	7 a 12	5 a 7 + 11 a 12	4 a 6 + 12 a 13	3 a 6 + 13 a 14	3 a 4 + 13	2 a 3	2
Caruaru	9 a 10	7 a 11	7 a 11	7 a 8 + 11	5 a 6 + 12	5 a 6 + 12 a 13	4 a 6 + 12	3 a 4 + 13	2 a 4 + 14
Casinhas	9	8 a 10	8 a 11	7 a 8 + 10 a 11	6 a 7 + 11	5 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 12	3 a 5 + 12	3 a 4
Catende	8 a 12	7 a 13	5 a 14	4 a 7 + 13	4 a 6 + 14	3 a 4 + 15	2 a 3 + 14	1 a 3 + 15	1 a 2 + 16
Cedro			1		1	2	1	2	3
Chã de Alegria	8 a 11	7 a 11	5 a 13	5 a 7 + 12	4 a 6 + 12 a 13	3 a 4 + 14	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14	2 + 15
Chã Grande	8 a 10	7 a 11	7 a 12	5 a 7 + 11 a 12	4 a 6 + 12 a 13	4 a 6 + 13 a 14	3 a 4 + 13	3 + 14	2 a 3 + 15
Condado	8 a 11	7 a 12	5 a 13	5 a 7 + 12	3 a 6 + 13	4 + 14	3 a 4 + 13	2	2 a 3
Correntes	8 a 12	8 a 13	8 a 14	4 a 7 + 13	3 a 7 + 14	3 a 7	2 a 3 + 14	2	2 + 15
Cortês	8 a 11	7 a 12	7 a 13	5 a 7 + 12	4 a 6 + 13	3 a 6 + 14	3 a 4 + 13 a 14	2 a 3 + 14	2 + 15
Cumaru	8 a 10	7 a 11	8 a 12	7 + 11	5 a 6 + 12	5 a 7 + 13	4 a 6 + 12	3 a 4 + 13	3 a 4 + 14
Cupira	8 a 11	7 a 12	7 a 13	4 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 13	3 a 6 + 14	2 a 3 + 14	2 a 3 + 14	2 + 15
Custódia						2		1 a 3	1 + 3 a 5
Escada	8 a 11	7 a 12	5 a 13	5 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3 a 4 + 14	2 a 3 + 14	2 + 15
Exu		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Feira Nova	8 a 10	7 a 11	7 a 12	5 a 7 + 11 a 12	4 a 6 + 12 a 13	4 a 6 + 13	3 a 4 + 13	2 a 3	2 a 3 + 14
Ferreiros	8 a 10	7 a 11	5 a 12	6 a 7 + 11 a 12	4 a 6 + 12 a 13	4 + 13	4 a 5	2 a 3	2 a 3 + 14
Flores						1 a 3	1	1 a 3	4 a 5
Floresta									1 a 2
Frei Miguelinho	9	8 a 10	7 a 11	7 a 8 + 10 a 11	5 a 7 + 11 a 12	5 a 6 + 12 a 13	4 a 6 + 12	3 a 4	3 a 4
Gameleira	8 a 12	7 a 13	5 a 13	4 a 7 + 13	4 a 6 + 14	3 a 4 + 14 a 15	2 a 3 + 14	2 a 3 + 15	1 a 2 + 16
Garanhuns	8 a 11	8 a 12	8 a 12	4 a 7 + 12	4 a 7 + 13	3 a 7 + 13 a 14	2 a 3 + 13	2 a 3 + 14	2 + 15
Glória do Goitá	8 a 11	7 a 11	7 a 13	5 a 7 + 12	4 a 6 + 12 a 13	3 a 6 + 14	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14	2
Goiana	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3 + 13	2 + 14	2 + 15
Granito			1		1	2	1	2	3
Gravatá	8 a 10	7 a 11	7 a 12	5 a 7 + 11 a 12	5 a 6 + 12 a 13	4 a 6 + 13 a 14	3 a 4 + 13	3 a 4 + 14	2 a 3
Iati	9 a 10	8 a 11	8 a 11	7 a 8 + 11	5 a 7 + 12	4 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 12	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14
Ibimirim									1 a 9
Ibirajuba	8 a 11	8 a 12	7 a 13	5 a 7 + 12	4 a 7 + 13	3 a 6 + 14	2 a 4 + 13	2 a 3 + 14	2
Igarassu	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3 + 13	2 + 14	2 + 15
Iguaracy						2		1 a 3	1 + 3 a 5
Ilha de Itamaracá	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12 a 13	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3	2 + 14	2 + 15
Ingazeira						2		1 a 3	1 + 3 a 5
Ipojuca	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 13 a 14	3 a 4 + 14	2 a 3 + 14	2 a 3 + 15	1 a 2 + 15
Ipubi						1 a 2	1	1 a 2	3
Itaíba					9	8 a 10	5 a 10	5 a 8 + 10 a 11	3 a 7 + 11 a 12
Itambé	8 a 11	7 a 12	5 a 13	5 a 7 + 12	4 a 6 + 13	4 + 14	4	2 a 3	2 a 3
Itapetim						2		1 a 3	1 + 3 a 6
Itapissuma	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3 + 13	2 + 14	2 + 15
Itaquitinga	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3 + 13	2 + 14	2
Jaboatão dos Guararapes	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12 a 13	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	2 a 3 + 14	2 + 14	2 + 15
Jaqueira	8 a 12	7 a 13	7 a 14	4 a 7 + 13	3 a 6 + 14	3 a 6 + 15	2 a 3 + 14	1 a 2 + 15	1 a 2
Jataúba				8 a 9	7 a 10	5 a 11	5 a 7 + 10	2 a 6 + 11	2 a 4 + 12
João Alfredo	8 a 10	7 a 11	7 a 12	6 a 7 + 11	5 a 6 + 12	4 a 6 + 13	4 a 5 + 12	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14
Joaquim Nabuco	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 13 a 14	3 a 4 + 14	2 a 3 + 14	2 a 3 + 15	2 + 15
Jucati	8 a 10	8 a 11	7 a 12	6 a 7 + 11 a 12	4 a 7 + 12	4 a 6 + 13	2 a 5 + 13	2 a 3 + 13	2 a 3 + 14
Jupi	8 a 10	8 a 11	7 a 12	5 a 7 + 11 a 12	4 a 7 + 12	4 a 6 + 13	2 a 4 + 13	2 a 3 + 13	2 a 3 + 14
Jurema	8 a 12	8 a 12	7 a 13	4 a 7 + 13	3 a 7 + 13	3 a 6 + 14	2 a 3 + 14	2 + 14	2 + 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lagoa de Itaenga	8 a 10	7 a 11	7 a 12	5 a 7 + 11 a 12	4 a 6 + 12 a 13	3 a 6 + 13 a 14	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14	2
Lagoa do Carro	8 a 10	7 a 11	7 a 12	5 a 7 + 11 a 12	4 a 6 + 12 a 13	3 a 6 + 13	3 a 4 + 13	2 a 3	2 + 14
Lagoa do Ouro	8 a 12	8 a 12	8 a 13	4 a 7 + 13	4 a 7 + 13	3 a 7 + 14	3 + 14	2 a 3 + 14	2 + 15
Lagoa dos Gatos	8 a 12	7 a 12	7 a 13	4 a 7 + 13	4 a 6 + 13 a 14	3 a 6 + 14	2 a 3 + 14	2 a 3	2 + 15
Lajedo	8 a 11	8 a 12	7 a 13	4 a 7 + 12	4 a 7 + 13	3 a 6 + 14	2 a 3 + 13	2 a 3 + 14	2 + 15
Limoeiro	8 a 10	7 a 11	7 a 12	6 a 7 + 11 a 12	5 a 6 + 12	4 a 6 + 13	3 a 5	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14
Macaparana	8 a 10	7 a 10	7 a 11	6 a 7 + 11	5 a 6 + 11 a 12	4 a 6 + 12 a 13	4 a 5 + 12	3 a 4	2 a 3
Machados	9	8 a 10	8 a 11	7 a 8 + 10 a 11	6 a 7 + 11 a 12	4 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 12	3 a 5 + 13	2 a 3
Manari								9	5 a 10
Maraial	8 a 13	4 a 13	4 a 14	4 a 7	3 + 14	3 + 15	2 a 3 + 14	1 a 2 + 15	1 a 2 + 16
Mirandiba						1		1	2
Moreilândia			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4
Moreno	8 a 11	7 a 12	5 a 13	5 a 7 + 12	4 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3 a 4 + 13 a 14	2 a 3 + 14	2 + 15
Nazaré da Mata	8 a 10	7 a 11	7 a 12	5 a 7 + 11 a 12	3 a 6 + 12 a 13	4 a 6 + 13	3 a 4	2	2 a 3 + 14
Olinda	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12 a 13	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	2 a 3 + 14	2 + 14	2 + 15
Orobó	9	8 a 10	8 a 11	7 a 8 + 10 a 11	6 a 7 + 11 a 12	4 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 12	3 a 5	3
Orocó									1
Ouricuri								1	1 a 2
Palmares	8 a 12	7 a 13	5 a 14	4 a 7 + 13	4 a 6 + 14	3 a 4 + 15	2 a 3 + 14	2 a 3 + 15	1 a 2 + 16
Palmeirina	8 a 12	8 a 12	7 a 13	4 a 7 + 13	3 a 7 + 13	3 a 6 + 14	2 a 3 + 14	2 + 14	1 a 2 + 15
Panelas	8 a 12	7 a 12	7 a 13	4 a 7 + 13	3 a 6 + 13	3 a 6 + 14	2 a 3 + 14	2 + 14	2 + 15
Paranatama	9 a 10	8 a 11	8 a 11	7 a 8 + 11	4 a 7 + 12	4 a 7 + 12 a 13	3 a 6 + 12	2 a 3 + 13	2 a 3 + 14
Parnamirim						1		1	2
Passira	8 a 10	7 a 11	8 a 12	7 + 11 a 12	5 a 6 + 12	4 a 7 + 13	4 a 6 + 13	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14
Paudalho	8 a 11	7 a 12	5 a 13	5 a 7 + 12	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3 a 4 + 13	2 + 14	2 + 15
Paulista	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12 a 13	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	2 a 3 + 14	2 + 14	2 + 15
Pedra			8 a 10	8 a 10	7 a 11	5 a 7 + 11	4 a 7 + 11	2 a 6 + 12	2 a 4 + 12 a 13
Pesqueira				8 a 10	7 a 11	5 a 11	4 a 7 + 11	2 a 6 + 12	2 a 4 + 12 a 13
Poção					8 a 9	5 a 10	5 a 10	2 a 7 + 10 a 11	2 a 4 + 11 a 12
Pombos	8 a 11	7 a 12	7 a 13	5 a 7 + 12	4 a 6 + 13	4 a 6 + 14	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14	2 a 3 + 15
Primavera	8 a 11	7 a 12	7 a 13	5 a 7 + 12	4 a 6 + 13	3 a 6 + 14	3 a 4 + 13 a 14	2 a 3 + 14	2 + 15
Quipapá	8 a 12	8 a 13	7 a 14	4 a 7 + 13	3 a 7 + 14	3 a 6	2 a 3 + 14	2 + 15	1 a 2 + 15
Quixaba					1	1 a 3	1 a 2	2 a 3	4
Recife	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12 a 13	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3 + 14	2 + 14	2 + 15
Riacho das Almas	9 a 10	7 a 11	7 a 11	7 a 8 + 11	5 a 6 + 12	5 a 6 + 12 a 13	4 a 6 + 12	3 a 4 + 13	2 a 4 + 14
Ribeirão	8 a 11	7 a 12	5 a 13	5 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 13 a 14	3 a 4 + 14	2 a 4 + 14	2 a 3	2 + 15
Rio Formoso	8 a 12	4 a 13	5 a 14	4 a 7 + 13	14	3 a 4 + 15	2 a 3 + 14	1 a 3 + 15	1 a 2 + 16
Sairé	8 a 10	8 a 11	7 a 12	5 a 7 + 11 a 12	5 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 13 a 14	3 a 4 + 13	3 a 4 + 14	2 a 3
Salgadinho	8 a 10	7 a 11	8 a 12	7 + 11	5 a 6 + 12	4 a 7 + 13	4 a 6 + 12	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14
Salgueiro						1		1	2
Saloá	9 a 10	8 a 11	8 a 11	7 a 8 + 11	4 a 7 + 12	4 a 7 + 12 a 13	3 a 6 + 12	2 a 3 + 13	2 a 3 + 14
Sanharó			9	8 a 10	7 a 11	5 a 8 + 10 a 11	4 a 7 + 11	2 a 6 + 12	2 a 4 + 12 a 13
Santa Cruz									1
Santa Cruz da Baixa Verde					1	1 a 3	1 a 2	2 a 3	4
Santa Cruz do Capibaribe				8 a 9	7 a 10	5 a 11	5 a 7 + 10 a 11	4 a 6 + 11	2 a 4 + 12
Santa Filomena									1
Santa Maria do Cambucá		8 a 10	8 a 11	7 a 10	6 a 7 + 11	5 a 7 + 12	4 a 6 + 11 a 12	4 a 5 + 12	3 a 4 + 13
Santa Terezinha						2 a 3	1 a 2	1 a 4	1 + 4 a 5
São Benedito do Sul	8 a 12	8 a 13	4 a 14	4 a 7 + 13	3 a 7 + 14	3 + 15	2 a 3 + 14	2 + 15	1 a 2 + 16
São Bento do Una		8 a 10	8 a 11	7 a 11	5 a 7 + 11 a 12	4 a 7 + 12 a 13	3 a 6 + 12	2 a 4 + 13	2 a 3 + 14
São Caitano	8 a 10	7 a 11	7 a 12	5 a 7 + 11	5 a 6 + 12	4 a 6 + 13	4 + 12	2 a 4 + 13	2 a 3 + 14
São João	8 a 11	8 a 12	7 a 13	4 a 7 + 12	3 a 7 + 13	3 a 6 + 14	2 a 3 + 13	2 + 14	2 + 15
São Joaquim do Monte	8 a 11	7 a 12	7 a 13	5 a 7 + 12	4 a 6 + 13	3 a 6 + 14	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14	2 + 15
São José da Coroa Grande	8 a 13	4 a 13	4 a 14	3 a 7 + 14	2 a 3 + 14	2 a 3 + 15	2	1 + 15	1 + 16
São José do Belmonte			1		1	2 a 3	1 a 2	2 a 3	4
São José do Egito						2		1 a 3	1 + 3 a 6
São Lourenço da Mata	8 a 11	7 a 12	5 a 13	5 a 7 + 12	3 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3 a 4 + 13	2 + 14	2 + 15
São Vicente Ferrer	9	7 a 10	7 a 11	7 a 8 + 10 a 11	5 a 6 + 11 a 12	4 a 6 + 12 a 13	4 a 6 + 12	3 a 4	2 a 3
Serra Talhada					1	1 a 2	1	2	3 a 4
Serrita			1		1	2	1	2	3
Sertânia								1 a 3	1 a 9
Sirinhaém	8 a 11	7 a 12	5 a 13	4 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 13 a 14	3 a 4 + 14	2 a 3 + 14	2 a 3 + 15	1 a 2 + 15 a 16
Solidão						1 a 3	1 a 2	1 a 3	4 a 5
Surubim	9	7 a 10	8 a 11	7 a 8 + 10 a 11	5 a 6 + 11 a 12	5 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 12	3 a 4 + 13	3 a 4
Tabira						2 a 3	1 a 2	1 a 4	1 + 4 a 5
Tacaimbó	8 a 10	7 a 11	7 a 12	6 a 7 + 11	5 a 6 + 12	4 a 6 + 13	4 a 5 + 12	2 a 4 + 13	2 a 3 + 14
Tamandaré	8 a 12	4 a 13	5 a 14	4 a 7 + 13	3 + 14	3 a 4 + 15	2 a 3 + 14	1 a 2 + 15	1 a 2 + 16
Taquaritinga do Norte		9	8 a 10	8 a 10	6 a 8 + 10 a 11	5 a 7 + 11 a 12	4 a 7 + 11	4 a 5 + 12	2 a 4 + 13
Terezinha	8 a 11	8 a 11	8 a 12	5 a 7 + 12	4 a 7 + 12	4 a 7 + 13 a 14	3 a 4 + 13	2 a 3 + 13	2 a 3
Terra Nova						1		1	2
Timbaúba	8 a 10	7 a 11	7 a 12	6 a 7 + 11	4 a 6 + 12	4 a 6 + 13	4 a 5 + 12	2 a 3 + 13	2 a 3 + 14
Toritama		8 a 10	8 a 11	7 a 10	6 a 7 + 11	5 a 7 + 12	4 a 6 + 11 a 12	4 a 5 + 12	3 a 4 + 13
Tracunhaém	8 a 11	7 a 11	5 a 13	5 a 7 + 12	3 a 6 + 12 a 13	3 a 4 + 14	3 a 4 + 13	2	2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Trindade								1	1 a 2
Triunfo					1	1 a 3	1 a 2	2 a 3	4
Tupanatinga						8 a 10	8 a 10	4 a 11	2 a 7 + 11
Tuparetama						2		1 a 3	1 + 3 a 5
Venturosa			9	8 a 10	7 a 11	4 a 8 + 10 a 11	4 a 7 + 11	2 a 6 + 12	2 a 3 + 12 a 13
Verdejante						1 a 2		1	
Vertente do Lério		8 a 10	8 a 11	7 a 11	6 a 7 + 11	5 a 7 + 12 a 13	4 a 6 + 12	4 a 5 + 12	3 a 4
Vertentes		8 a 10	8 a 11	7 a 10	6 a 7 + 11	5 a 7 + 12	4 a 6 + 11	4 a 5 + 12	3 a 4 + 13
Vicência	8 a 10	7 a 11	7 a 12	6 a 7 + 11 a 12	4 a 6 + 12	4 a 6 + 13	4 a 5	2 a 3 + 13	2 a 3 + 14
Vitória de Santo Antão	8 a 11	7 a 12	5 a 13	5 a 7 + 12	4 a 6 + 13	3 a 4 + 14	3 a 4 + 13	2 a 3 + 14	2 + 15
Xexéu	8 a 13	4 a 13	4 a 14	4 a 7 + 14	3 + 14	2 a 3 + 15	2 a 3	1 a 2 + 15	1 + 16

PORTARIA Nº 205, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho no Estado do Rio Grande do Norte, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOATA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

e) Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,55 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Copacabana;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 20A78PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B688PW, 2B688RR, 2B710PW, 2B810PW, 2B877PW, 2A401PW, 2B210PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 2B647PW, 929V, DB 2B339PW, NEX 5617Hx, NEX 5617PW, MG600PW, MG744PW, CD3410PW, CD3775PW, MG699RR, 2A521PW, 2B640PW e MG711PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35R, 30F53, 30F53E, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30S31VYH, 30S31VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646YHR, P3844H, P3862H, P4285, P4285YH, P4285YHR e 30F35VYHR;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 5033 (Asa Branca), BRS 1055, BRS 1060, BRS 3040, BRS Assum Preto, BRS Caatingueiro e BRS Gorutuba;

GENESEEDS: BM 3061;

HELIX SEMENTES LTDA: BM815, BM815PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, SHS 5050, SHS 4090, SHS 4050, BM 810, SHS 5090, SHS 4080, BM 502, SHS 5070, SHS 4070, SHS 3031, SHS 5560, BM 207, SHS 7090, SHS 7770, BM270, ExtendaxRR2

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150, PR 27D28 e ANHEMBI;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG9030PRO, AG 9040YG, AS1555RR2, AS1555PRO2, AS1555PRO, AG9030PRO2, GNZ 9626PRO, GNZ 9688PRO, AG 8676PRO2, AS 1625PRO2, AG 9010PRO, AS 1665PRO, GNZ 9505YG, GNZ9501PRO, AG 8676PRO, AS 1596RR2, AG 8580PRO, AG 8088PRO, AS1596PROX, AS1573PRO, DKB 250PRO, DKB 350PRO, DKB390PROX, AG 8041PRO, AS 1596, DKB 390PRO2, DKB 390, AS 1581PRO, AS1575PRO3, AS 1598PRO2, DKB 175PRO, AS 1598PRO, AG8088PROX, AS 1633PRO2, AG 7088PRO2, AS 1598, AG 8061PRO, AG 8088PRO2, DKB330PRO2, AG 8544PRO2, AG 5011, DKB 310PRO2, DKB 310PRO, DKB315PRO, AG 8544PRO, DKB 330RR2, AG 5055PRO, AG 5011YG, DKB177PRO, AG8025PRO2, AG 7098PRO, AG7088PROX, DKB 340PRO, DKB340PRO2, AG 7088RR2, AG 7088, AG 7088PRO, AG9030RR2, DKB 177PRO2, DKB330PRO, DKB 390RR2, DKB 390PRO, DKB245PRO2, AG 8061PRO2, DKB 177RR2, AG7098PRO2, DKB 177, AS 1656PRO2, AS 1575PRO, AS 1596PRO2, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8700PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, AG9000PRO3, NS 90PRO, AG9025PRO3, NS 90PRO2, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, LG 6036PRO2, RB9110PRO, RB 9308PRO, LG 6036RR2, RB 9004PRO, RB 9005PRO, RB 9005PRO2, RB 9006PRO, 3700RR2, AS1596PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, SHS 7915PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9077PRO, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3 e AS1735PRO3;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, ATL 200, SM 511, ATL 110, SM 966, RK3014 e RK3115;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8030 e XB 8010;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3 e PRE2601 TP;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Cargo TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, GSS 3969, GSS 41240, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, RB 6324, SG 6015, SG 6418, SW3949 TL, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 Viptera, Thunder, Tropical Plus, SOMMA VIP3, Somma, Somma TL, Somma Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, Formula VIP2 e Formula TG.

GRUPO II

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001, Mucuripe e IPANEMA;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B633PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BR 5011 (Sertanejo), BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 2223, BRS 3025, BRS 3035, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104 e BRS 3046;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005 YG;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 2M80, 2M77, 3M51, 4M50, 4M02, 2M88 e 3M40;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9690PRO, BM 915PRO, BM780PRO, NS92PRO, NS 92PRO2, LG 6033PRO2, LG6036PRO3, RB 9210PRO, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, RB 9005PRO3 e NS 50RR2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: SM 505 e ATL 310;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20 e RVM 40;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL 34;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7116;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1076 e SX1086.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acari						6		4 a 6	4 a 5 + 7 a 10
Açu					4 a 5	4 a 8	4 a 7	6 a 7	9
Afonso Bezerra					5	4 a 8	4 a 6	4 + 6 a 7	9
Água Nova			4 a 6	4 a 5	4 a 7	7 a 8	6 a 7	8	9
Alexandria			4 a 6		4 a 6	7	4 a 6	7	8 a 9
Almino Afonso					4 a 6	4 a 7	4 a 6	7	8
Alto do Rodrigues					5	4 a 8	4 a 6	4 + 6 a 7	9
Angicos					5	4 a 6	5 a 6	4 + 6 a 7	7 a 10
Antônio Martins			4 a 5		4 a 6	6 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Apodi			4 a 6		4 a 6	7	4 a 7	7	8 a 9
Areia Branca		4 a 5	4 a 6	4 a 6	6 a 7	7 a 8	7	8	9 a 10
Arês	11 a 12	10 a 13	9 a 14	10 + 13	6 a 9 + 14	5 a 8	5 a 9	4 a 5	4
Augusto Severo					5	4 a 7	4 a 6	4 + 6 a 7	8 a 9
Baía Formosa	10 a 14	9 a 14	7 a 14	6 a 9	6 a 8	5 a 6	5	4 a 5	4
Baraúna		4 a 5	4 a 7	4 a 6	6 a 7	8	7	8	9 a 10
Barcelona						6 a 11	6	4 a 11	4 a 5 + 12
Bento Fernandes					5 a 11	4 a 11	5 a 10	4	12
Bodó						6	6	4 a 7	4 a 5 + 7 a 10
Bom Jesus		11	10 a 11		6 a 10	6 a 9 + 12	6 a 12	4 a 5 + 12 a 13	4 a 5 + 13
Brejinho		11 a 13	9 a 14	10 a 12	6 a 10	6 a 8	6 a 9 + 13	5 + 14	4 a 5
Caiçara do Norte				6	4 a 8	4 a 10	4 a 5 + 7	9 a 11	11 a 12
Caiçara do Rio do Vento						4 a 11	6	4 a 11	12
Caicó						4 a 6		4 a 6	7 a 8
Campo Redondo						9		5 a 6	4 a 8 + 10 a 11
Canguaretama	10 a 13	10 a 14	8 a 14	9 + 14	6 a 9	5 a 7	6 a 8	4 a 5	4
Caraúbas					4 a 5	4 a 7	4 a 6	6 a 7	8 a 9
Carnaúba dos Dantas						6		4 a 6	4 a 5 + 7 a 11
Carnaubais			4		4 a 6	5 a 8	4 a 7	7 a 8	9 a 10
Ceará-Mirim		10 a 12	6 a 13	6 a 10	5 a 9 + 13	4 a 5 + 14	4 a 5 + 11 a 13	4	
Cerro Corá						6	6	4 a 7	4 a 5 + 7 a 11
Coronel Ezequiel								5 a 6	4 a 11
Coronel João Pessoa			4 a 6	4 a 5	4 a 7	7 a 8	6 a 7	8	9
Cruzeta						4 a 6		4 a 6	7 a 9
Currais Novos						6		4 a 6	4 a 5 + 7 a 11
Doutor Severiano			4 a 6	5	4 a 7	7 a 8	4 + 6	8	9
Encanto			4 a 6	5	4 a 7	7 a 8	4 + 6 a 7	8	9
Equador						6		4 a 6	4 a 5 + 7 a 11
Espírito Santo		10 a 13	9 a 14	10 a 13	6 a 9 + 14	5 a 8	6 a 9	5	4
Extremoz		10 a 12	6 a 14	6 a 12	5 a 9 + 13	4 a 5	4 a 5 + 13	4 + 14	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Felipe Guerra			5		4 a 6	4 + 6 a 8	4 a 7	7	9
Fernando Pedroza						4 a 6	6	4 a 7	7 a 10
Florânia						4 a 6		4 a 6	7 a 9
Francisco Dantas			4 a 5		4 a 6	6 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Frutuoso Gomes			4		4 a 6	5 a 7	4 a 6	7	8
Galinhos				6	4 a 7	4 a 8	4 a 5 + 7	8	9 a 12
Goianinha	11 a 12	10 a 14	9 a 14	10 + 13	6 a 9	5 a 8	6 a 9 + 14	4 a 5	4
Governador Dix-Sept Rosado			4 a 6		4 a 6	7 a 8	4 a 7	7 a 8	9 a 10
Grossos		4 a 5	4 a 7	4 a 6	6 a 7	8	7	8 a 9	9 a 10
Guamaré				6	4 a 7	4 a 8	4 a 5 + 7	8	9 a 11
Ielmo Marinho		11	9 a 12		5 a 10	4 a 8	5 a 12	4 + 12 a 13	13 a 14
Ipanguaçu					5	4 a 6	4 a 6	4 + 6 a 7	7 a 8
Ipueira						4 a 7	4 a 5	4 a 7	8 a 9
Itajá					5	4 a 6	5 a 6	4 + 6 a 7	7 a 8
Itaú			4		4 a 6	5 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Jaçanã								6	4 a 11
Jandaíra					5 a 6	4 a 9	4 a 6	4 + 7 a 11	10 a 11
Janduís					5	4 a 7	4 a 6	4 + 6 a 7	8
Januário Cicco		11	10 a 12		10	7 a 9	11 a 12	5 a 9 + 12	4 a 6 + 13
Japi					11	9 a 11		9 a 10	4 a 8 + 12 a 13
Jardim de Angicos					5 a 6	4 a 11	4 a 6	4 + 7 a 11	12
Jardim de Piranhas					4 a 5	4 a 7	4 a 6	6 a 7	8
Jardim do Seridó						5 a 6		4 a 6	4 + 7 a 10
João Câmara					5 a 11	4 a 11	4 a 11	4 + 12	12 a 13
João Dias			4 a 5		4 a 6	6 a 7	4 a 6	7	8 a 9
José da Penha			4 a 6	4 a 5	4 a 7	7 a 8	6 a 7	8	9
Jucurutu						4 a 6	5 a 6	4 a 7	7 a 8
Jundiá		11 a 13	9 a 14	10 a 12	6 a 10	6 a 8	6 a 9 + 13	5 + 14	4 a 5
Lagoa D"Anta		11	11		10 + 12	8 a 10 + 12 a 13	11 a 12	7 a 9 + 13	5 a 7 + 14
Lagoa de Pedras		11 a 12	9 a 14	11 a 12	6 a 10 + 13	6 a 8	6 a 10	5	4 a 5
Lagoa de Velhos					11	6 a 11	6	5 a 10	4 a 5 + 12
Lagoa Nova						6		4 a 6	4 a 5 + 7 a 10
Lagoa Salgada		11	10 a 13		10 + 12	6 a 9 + 14	6 + 10 a 12	5 a 9 + 13	4 a 5
Lajes					5	4 a 9	5 a 6	4 + 6 a 8	10 a 11
Lajes Pintadas						9 a 10		5 a 9	4 a 8 + 11
Lucrécia			4		4 a 6	5 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Luís Gomes			4 a 6	4 a 5	4 a 7	7 a 8	6 a 7	8	9
Macaíba		11 a 12	9 a 13	11 a 12	5 a 10 + 13	4 a 8 + 14	5 a 10 + 13	4	
Macau				6	4 a 7	4 a 8	4 a 5 + 7	8	9 a 11
Major Sales			4 a 6	4 a 5	4 a 7	7 a 8	6		9
Marcelino Vieira			4 a 6		4 a 6	7	4 a 6	7	8 a 9
Martins			4 a 5		4 a 6	6 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Maxaranguape		11	6 a 13	6 a 10	5 a 10 + 12 a 13	4 a 5 + 14	4 a 5 + 11 a 13	4 + 14	
Messias Targino					4 a 5	4 a 7	4 a 6	6 a 7	8
Montanhas	11 a 12	10 a 14	9 a 14	10 + 13	6 a 9	6 a 8	6 a 9 + 14	5	4 a 5
Monte Alegre		10 a 12	9 a 14	10 a 12	6 a 9 + 13	5 a 8	6 a 9 + 13	5	4
Monte das Gameleiras					11	9 a 12		7 a 10 + 12	5 a 8 + 13
Mossoró		5	4 a 6	4 a 6	4 + 6 a 7	7 a 8	7	8	9 a 10
Natal		10 a 13	6 a 14	6 a 13	5 a 9	4 a 5	5	4 + 14	
Nísia Floresta	11 a 13	10 a 13	7 a 14	10	5 a 9 + 14	4 a 6	5 a 9	4	
Nova Cruz		11 a 13	9 a 14	10 a 13	6 a 10 + 14	6 a 8	6 a 9	5	4 a 5
Olho-D"Água do Borges					4 a 6	4 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Ouro Branco						5 a 6		4 a 6	4 + 7 a 9
Paraná			4 a 6	4 a 5	4 a 7	7 a 8	6		9
Paraú					5	4 a 7	4 a 6	4 + 6 a 7	8 a 9
Parazinho				6	5 a 8	4 a 11	4 a 5 + 7 a 10	4 + 9 a 11	12 a 13
Parelhas						6		4 a 6	4 a 5 + 7 a 11
Parnamirim	12	10 a 13	7 a 14	6 a 11 + 13	5 a 9	4 a 6	5	4 + 14	
Passa E Fica		11	11 a 12		10 + 12	8 a 10 + 13 a 14	11 a 12	7 a 9 + 13	5 a 7
Passagem		11 a 12	9 a 14	11 a 12	6 a 10 + 13	6 a 8	6 a 10 + 13	5	4 a 5
Patu					4 a 5	4 a 7	4 a 6	6 a 7	8 a 9
Pau dos Ferros			4 a 6		4 a 7	7	4 a 6	8	8 a 9
Pedra Grande			6	6	4 a 8	4 a 5 + 7 a 11	4 a 5 + 7 a 11	9 a 12	12 a 13
Pedra Preta					5 a 6	4 a 11	4 a 6	4 + 7 a 11	12
Pedro Avelino					5	4 a 8	4 a 6	4 + 6 a 7	9 a 11
Pedro Velho	10 a 13	10 a 14	9 a 14	14	6 a 9	5 a 8	6 a 9	5	4
Pendências					5 a 6	4 a 8	4 a 7	4 + 7 a 8	9 a 10
Pilões			4 a 5		4 a 6	6 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Poço Branco					5 a 11	4 a 12	4 a 12	4 + 12	13
Portalegre			4 a 5		4 a 6	6 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Porto do Mangue			4 a 6	4 a 6	4 a 7	7 a 8	7	8	9 a 10
Pureza		11	6 + 10 a 12	6	5 a 10	4 a 5 + 7 a 9 + 13	4 a 5 + 7 a 13	4 + 12 a 13	14
Rafael Fernandes			4 a 6	4 a 5	4 a 7	7 a 8	6 a 7		9
Rafael Godeiro					4 a 6	4 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Riacho da Cruz			4 a 5		4 a 6	6 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Riacho de Santana			4 a 6	4 a 5	4 a 7	7 a 8	6 a 7	8	9
Riachuelo						5 a 11	6 a 9	4 a 11	4 + 12
Rio do Fogo		11	6 a 13	6 a 10	4 a 10 + 12 a 13	4 a 5 + 14	4 a 5 + 11 a 13	14	
Rodolfo Fernandes			4 a 6		4 a 6	7	4 a 6	7	8 a 9
Ruy Barbosa						6 a 11	6	4 a 11	4 a 5 + 12
Santa Cruz						9 a 11		6 a 11	4 a 8 + 12
Santa Maria					5 a 11	4 a 11	5 a 11	4	12 a 13
Santana do Matos						4 a 6	6	4 a 7	7 a 9
Santana do Seridó						5 a 6		4 a 6	4 + 7 a 10
Santo Antônio		11 a 12	9 a 13	11 a 12	10 + 13	6 a 8 + 14	10	6 a 9	4 a 5
São Bento do Norte				6	4 a 8	4 a 11	4 a 5 + 7 a 8	9 a 11	12
São Bento do Trairí						9 a 11		6 + 11	4 a 8 + 12
São Fernando						4 a 6		4 a 6	7 a 8
São Francisco do Oeste			4 a 6		4 a 6	7	4 a 6	7	8 a 9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Gonçalo do Amarante		10 a 12	7 a 13	6 a 12	5 a 9 + 13	4 a 6 + 14	4 a 5 + 13	4 + 14	
São João do Sabugi						4 a 7	4 a 5	4 a 7	8 a 9
São José de Mipibu		10 a 13	9 a 14	10 a 13	5 a 9 + 14	4 a 8	5 a 9	4	
São José do Campestre		11				8 a 12		7 a 10 + 12	4 a 7 + 13
São José do Seridó						4 a 6		4 a 6	7 a 9
São Miguel			4 a 6	4 a 5	4 a 7	7 a 8	6	8	9
São Miguel do Gostoso			6	6	4 a 11	4 a 5 + 7 a 12	4 a 5 + 7 a 12	12 a 13	13
São Paulo do Potengi					10 a 11	6 a 11	6 a 11	4 a 9	4 a 5 + 12 a 13
São Pedro		11	10 a 11		6 a 10	5 a 9 + 12	6 a 12	4 a 5 + 12	4 + 13
São Rafael						4 a 6	5 a 6	4 a 7	7 a 8
São Tomé						6 a 10	6	4 a 11	4 a 5 + 11
São Vicente						6		4 a 6	4 a 5 + 7 a 9
Senador Elói de Souza		11	10 a 11		10	6 a 9 + 12	6 a 12	5 a 9 + 12	4 a 5 + 13
Senador Georgino Avelino	11 a 13	10 a 14	7 a 14	9 a 10	6 a 9	5 a 6	5 a 8 + 14	4 a 5	4
Serra Caiada		11	10 a 11		10	8 a 9 + 12	8 a 12	5 a 9 + 12	4 a 7 + 13
Serra de São Bento		11				8 a 13	11	7 a 10 + 12	5 a 7
Serra do Mel			4 a 6	4 a 6	4 a 7	7 a 8	7	8	9 a 10
Serra Negra do Norte					4 a 5	4 a 7	4 a 6	6 a 7	8 a 9
Serrinha		11	10 a 12		10 + 12	7 a 9 + 13	10 a 12	6 a 9 + 13	4 a 6 + 14
Serrinha dos Pintos			4 a 6		4 a 6	7	4 a 6	7	8 a 9
Severiano Melo			4 a 5		4 a 6	6 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Sítio Novo						8 a 11		5 a 11	4 a 7 + 12
Taboleiro Grande			4 a 5		4 a 6	6 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Taipu		11	10 a 11	6	5 a 10	4 a 9 + 12	4 a 5 + 7 a 12	4 + 12 a 13	13
Tangará					11	8 a 11		6 a 10	4 a 7 + 12
Tenente Ananias			4 a 6	4 a 5	4 a 6	7	6	7	8 a 9
Tenente Laurentino Cruz						6		4 a 6	4 a 5 + 7 a 9
Tibau		4 a 5	4 a 7	4 a 6	6 a 7	8 a 9	7	8 a 9	10
Tibau do Sul	10 a 13	10 a 14	7 a 14	9 + 14	6 a 9	5 a 6	5 a 8	4 a 5	4
Timbaúba dos Batistas					4 a 5	4 a 7	4 a 6	6 a 7	8
Touros		11	6 a 11	6 a 8	4 a 10 + 12	4 a 5 + 12 a 13	4 a 5 + 9 a 13	13 a 14	14
Triunfo Potiguar					5	4 a 7	4 a 6	4 + 6 a 7	8 a 9
Umarizal			4		4 a 6	5 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Upanema					5	4 a 8	4 a 6	4 + 6 a 7	9
Várzea		11 a 13	9 a 14	10 a 12	6 a 10	6 a 8	6 a 9 + 13	5 + 14	4 a 5
Venha-Ver			4 a 6	4 a 5	4 a 7	7 a 8	6 a 7	8	9
Vera Cruz		11 a 12	9 a 13	11 a 12	6 a 10 + 13	5 a 8 + 14	6 a 10 + 13	4 a 5	4
Viçosa			4 a 5		4 a 6	6 a 7	4 a 6	7	8 a 9
Vila Flor	10 a 13	10 a 14	7 a 14	9 + 14	6 a 9	5 a 6	5 a 8	4 a 5	4

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acari								4	4 a 7
Açu					4	4 a 6	4 a 5	5 a 6	7
Afonso Bezerra						4 a 6	4	4 a 5	7
Água Nova			4 a 5		4 a 5	6	4 a 5	6	7
Alexandria			4		4	5	4	5 a 6	6 a 7
Almino Afonso						4 a 5	4	4 a 5	6 a 7
Alto do Rodrigues						4 a 6	4	4 a 6	7
Angicos						4		4 a 5	5 a 7
Antônio Martins					4	4 a 5	4	5 a 6	6 a 7
Apodi			4		4	5 a 6	4 a 5	5 a 6	7 a 8
Areia Branca			4	4 a 5	4 a 6	5 a 7	6	7	8
Arês	10	9 a 12	6 a 13	8 a 9 + 11 a 12	5 a 8	4 a 5	5 a 7	4 + 13	
Augusto Severo						4 a 5	4	4 a 6	6 a 7
Baía Formosa	8 a 12	7 a 13	6 a 13	7	5 a 6	4 a 5 + 14	5 a 6	4	
Baraúna			4	4	4 a 5	5 a 7	5 a 6	6 a 7	8
Barcelona						6 a 9	7	4 a 9	4 a 5 + 10
Bento Fernandes						4 a 9	6 a 8	4 a 10	10 a 11
Bodó						4		4 a 5	5 a 8
Bom Jesus			8 a 9		7 a 9	4 a 7 + 10	6 a 10	4 a 6 + 10 a 11	11 a 12
Brejinho		9 a 11	7 a 12	10	7 a 8 + 12	4 a 6	7 a 9 + 11	4 a 6	13
Caiçara do Norte					4 a 5	4 a 8	4 a 6	6 a 9	9 a 10
Caiçara do Rio do Vento						4 a 8		4 a 8	9 a 10
Caicó						4		4	5 a 6
Campo Redondo								7	4 a 9
Canguaretama	9 a 12	8 a 12	6 a 13	8	5 a 7 + 13	4 a 5	5 a 7	4	14
Caraúbas					4	4 a 5	4	5 a 6	6 a 7
Carnaúba dos Dantas								4	4 a 8
Carnaubais					4 a 5	4 a 6	4 a 5	6	7 a 8
Ceará-Mirim		9 a 10	6 a 11	8	4 a 8 + 11	4 a 5 + 12	4 a 7 + 9 a 11	12	13
Cerro Corá						4		4 a 7	5 a 9
Coronel Ezequiel									4 a 9
Coronel João Pessoa			4		4 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7
Cruzeta						4		4	5 a 7
Currais Novos								4	4 a 9
Doutor Severiano			4		4 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7
Encanto			4		4 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7

Equador								4	4 a 8
Espírito Santo		9 a 12	7 a 12	9 a 11	7 a 8	4 a 6 + 13	6 a 8 + 12	4 a 6	
Extremoz		9 a 11	5 a 12	7 a 10	4 a 8 + 12	4	4 a 6 + 11 a 12		13
Felipe Guerra					4	4 a 6	4 a 5	5 a 6	7 a 8
Fernando Pedroza						4		4 a 5	5 a 8
Florânia						4		4	5 a 7
Francisco dantas			4		4	5	4	5 a 6	6 a 7
Frutuoso Gomes						4 a 5	4	4 a 6	6 a 7
Galinhos					4 a 5	4 a 7	4 a 6	6 a 7	8 a 9
Goianinha	10	9 a 12	6 a 13	8 a 9 + 11 a 12	5 a 8	4 a 5	5 a 7	4 + 13	
Governador Dix-Sept Rosado			4		4	5 a 6	4 a 5	5 a 6	7 a 8
Grossos			4	4 a 5	4 a 6	5 a 7	6	7	8
Guamaré					4 a 5	4 a 7	4 a 6	6 a 7	8 a 9
Ielmo Marinho			7 a 9		5 a 10	4 a 6 + 10	5 a 10	4 + 11	11 a 12
Ipanguaçu						4		4 a 5	5 a 7
Ipueira						4 a 5		4 a 5	6 a 7
Itajá						4		4 a 5	5 a 6
Itaú					4	4 a 5	4	5 a 6	6 a 7
Jaçanã									4 a 9
Jandaíra						4 a 7	4 a 5	4 a 8	8 a 9
Janduís						4 a 5	4	4 a 5	6 a 7
Januário Cicco			9		8 a 10	6 a 8 + 10 a 12	7 a 10	4 a 7 + 11	4 a 5
Japi						7 a 9		7 a 10	4 a 6 + 10 a 11
Jardim de Angicos						4 a 8	7	4 a 10	9 a 10
Jardim de Piranhas						4		4 a 5	5 a 7
Jardim do Seridó								4	4 a 7
João Câmara					4 a 5	4 a 9	4 a 8	6 a 10	10 a 11
João Dias					4	4 a 5	4	5 a 6	6 a 7
José da Penha			4 a 5		4 a 5	6	4 a 5	6	7
Jucurutu						4		4 a 5	5 a 6
Jundiá		9 a 11	7 a 12	10	7 a 8 + 12	4 a 6	7 a 9 + 11	4 a 6	13
Lagoa D"Anta					9 a 10	7 a 12	10	5 a 8 + 11	4 a 6
Lagoa de Pedras		9 a 11	7 a 12	10	7 a 8	4 a 6	7 a 9 + 11	4 a 6 + 12	13
Lagoa de Velhos						6 a 9	7 a 8	4 a 10	4 a 5 + 10
Lagoa Nova								4 a 5	4 a 7
Lagoa Salgada		9	8 a 10		7 a 8 + 10 a 11	6 a 7 + 11 a 12	7 a 10	4 a 6	4 a 5
Lajes						4 a 7		4 a 7	8 a 9
Lajes Pintadas						7		4 a 8	4 a 6 + 8 a 9
Lucrécia						4 a 5	4	4 a 6	6 a 7
Luís Gomes			4 a 5		4 a 5	6	4 a 5	6	7
Macaíba		9 a 10	7 a 12		5 a 8 + 11	4 a 6	5 a 11	4 + 12	13
Macau					4 a 5	4 a 7	4 a 6	6 a 7	8 a 9
Major Sales			4		4 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7
Marcelino Vieira			4		4 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7
Martins					4	4 a 5	4	5 a 6	6 a 7
Maxaranguape		9 a 10	6 a 11	8 a 9	4 a 8 + 11	4 a 5 + 12	4 a 7 + 10 a 12	12	13
Messias Targino						4 a 5	4	4 a 5	6 a 7
Montanhas	10	9 a 12	7 a 13	8 a 9 + 11 a 12	7 a 8	4 a 6	6 a 7	4 a 6 + 13	14
Monte Alegre		9 a 11	7 a 12	10	7 a 8	4 a 6	6 a 9 + 11	4 a 6 + 12	13
Monte das Gameleiras						7 a 10		7 a 10	4 a 6 + 11
Mossoró			4	4	4 a 5	5 a 7	5 a 6	6 a 7	8
Natal		9 a 11	6 a 12	8 a 10	4 a 8 + 12	4 a 5	4 a 7 + 11 a 12		13
Nísia Floresta	10	8 a 12	6 a 13	8 a 9 + 11 a 12	4 a 7	4 a 5	5 a 7	13	
Nova Cruz		9 a 12	7 a 12	9 a 11	7 a 8	6 + 13	7 a 8 + 12	4 a 6	4 a 5
Olho-D"Água do Borges						4 a 5	4	4 a 6	6 a 7
Ouro Branco						4		4	5 a 7
Paraná			4		4 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7
Paraú						4 a 5	4	4 a 5	6 a 7
Parazinho					4 a 6	4 a 9	4 a 8	7 a 10	10 a 11
Parelhas								4	4 a 8
Parnamirim		8 a 12	6 a 12	8 a 11	4 a 7	4 a 5 + 13	4 a 7 + 12	13	
Passa E Fica					9 a 10	7 a 12	8 a 10	5 a 8 + 11	4 a 6
Passagem		9 a 11	7 a 12	10	7 a 8	6	7 a 9 + 11	4 a 6 + 12	4 a 5 + 13
Patu						4 a 5	4	4 a 6	6 a 7
Pau dos Ferros			4		4 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7
Pedra Grande					4 a 7	4 a 9	4 a 8	8 a 11	10 a 11
Pedra Preta						4 a 8	4 a 5	4 a 9	9 a 10
Pedro Avelino						4 a 6		4 a 6	7 a 8
Pedro Velho	9 a 12	8 a 12	7 a 13	8	5 a 7 + 13	4 a 6	5 a 7	4	14
Pendências					4 a 5	4 a 6	4 a 5	6	7 a 8
Pilões					4	4 a 5	4	5 a 6	6 a 7
Poço Branco					4 a 7	4 a 10	4 a 10	8 a 11	11 a 12
Portalegre					4	4 a 5	4	5 a 6	6 a 7
Porto do Mangue			4	4	4 a 5	5 a 7	5 a 6	6 a 7	8
Pureza			7 a 9		4 a 10	4 a 6 + 10 a 11	4 a 11	11 a 12	12 a 13
Rafael Fernandes			4 a 5		4 a 5	6	4 a 5	6	7
Rafael Godeiro						4 a 5	4	4 a 6	6 a 7
Riacho da Cruz					4	4 a 5	4	5 a 6	6 a 7
Riacho de Santana			4 a 5		4 a 5	6	4 a 5	6	7
Riachuelo						4 a 9	7 a 8	4 a 10	10
Rio do Fogo		9 a 10	6 a 11	8	4 a 8 + 11	4 a 5 + 12	4 a 7 + 9 a 12	12	13
Rodolfo Fernandes			4		4	5 a 6	4	5 a 6	7
Ruy Barbosa						4 a 9	7	4 a 9	10
Santa Cruz						7 a 9		7 a 8	4 a 6 + 10
Santa Maria						4 a 9	6 a 9	4 a 10	10 a 11
Santana do Matos						4		4 a 5	5 a 7
Santana do Seridó								4	4 a 7
Santo Antônio		9 a 10	8 a 12		8 + 11	6 a 7	8 a 11	4 a 7 + 12	4 a 5 + 13
São Bento do Norte					4 a 5	4 a 8	4 a 6	6 a 10	9 a 11

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Bento do Trairí						7 a 8		7 a 8	4 a 6 + 9 a 10
São Fernando						4		4	5 a 6
São Francisco do Oeste			4		4	5 a 6	4	5 a 6	7
São Gonçalo do Amarante		9 a 11	6 a 12	8	4 a 8	4 a 5	4 a 7 + 9 a 11	12	13
São João do Sabugi						4 a 5		4 a 5	6 a 7
São José de Mipibu		9 a 12	6 a 12	8 a 11	5 a 8	4 a 5 + 13	5 a 7 + 12	4	
São José do Campestre					9	7 a 10		5 a 8 + 10	4 a 6 + 11 a 12
São José do Seridó						4		4	5 a 7
São Miguel			4		4 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7
São Miguel do Gostoso					4 a 7	4 a 10	4 a 10	8 a 11	11 a 12
São Paulo do Potengi					9	4 a 9	7 a 8	4 a 8 + 10	10 a 11
São Pedro			9		7 a 9	4 a 8 + 10	6 a 10	4 a 6 + 10 a 11	11 a 12
São Rafael						4		4 a 5	5 a 6
São Tomé						7 a 8		4 a 8	4 a 6 + 9
São Vicente								4	4 a 7
Senador Elói de Souza			9		8 a 9	6 a 8 + 10	7 a 10	4 a 7 + 10 a 11	4 a 5 + 11 a 12
Senador Georgino Avelino	9 a 10	8 a 12	6 a 13	8 + 11 a 12	5 a 7	4 a 5	5 a 7	4 + 13	
Serra Caiada			9		8 a 9	6 a 8 + 10	7 a 10	4 a 7 + 10 a 11	4 a 5 + 11 a 12
Serra de São Bento					9	7 a 10		7 a 8 + 10 a 11	4 a 6 + 11 a 12
Serra do Mel			4	4	4 a 5	5 a 6	5 a 6	6 a 7	7 a 8
Serra Negra do Norte						4 a 5	4	4 a 5	6 a 7
Serrinha			9		8 a 10	6 a 8 + 10 a 12	8 a 10	5 a 7 + 11	4 a 5
Serrinha dos Pintos					4	4 a 6	4	5 a 6	7
Severiano Melo			4		4	5	4	5 a 6	6 a 7
Sítio Novo						7 a 9		4 a 9	4 a 6 + 10
Taboleiro Grande			4		4	5	4	5 a 6	6 a 7
Taipu			9		4 a 9	4 a 8 + 10	4 a 10	10 a 11	11 a 12
Tangará						7 a 9		4 a 10	4 a 6 + 10 a 11
Tenente Ananias			4		4 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7
Tenente Laurentino Cruz								4	4 a 7
Tibau		4	4 a 5	4 a 5	5 a 6	6 a 7	6	7	8
Tibau do Sul	9 a 12	7 a 12	6 a 13	8	5 a 6 + 13	4 a 5	5 a 7	4	14
Timbaúba dos Batistas						4		4 a 5	5 a 7
Touros			7 a 9		4 a 10	4 a 6 + 10 a 11	4 a 11	11 a 12	12 a 13
Triunfo Potiguar						4	4	4 a 5	5 a 7
Umarizal					4	4 a 5	4	5 a 6	6 a 7
Upanema						4 a 6	4	4 a 6	7
Várzea		9 a 11	7 a 12	10	7 a 8 + 12	6 + 13	7 a 9 + 11	4 a 6	4 a 5
Venha-Ver			4		4 a 5	5 a 6	4 a 5	6	7
Vera Cruz		9 a 10	7 a 12		7 a 8 + 11	4 a 6	6 a 11	4 a 6 + 12	13
Viçosa					4	4 a 5	4	5 a 6	6 a 7
Vila Flor	9 a 12	7 a 12	6 a 13	8	5 a 6 + 13	4 a 5	5 a 7	4	14

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acari									4 a 5
Açu						4		4	5 a 6
Afonso Bezerra						4		4	5
Água Nova						4 a 5	4	4 a 5	6
Alexandria						4		4	5
Almino Afonso						4		4	5
Alto do Rodrigues						4		4	5
Angicos								4	4 a 5
Antônio Martins						4		4	5
Apodi						4		4	5 a 6
Areia Branca					4	4 a 5	4	5 a 6	6 a 7
Arês		6 a 10	5 a 11	6 a 10	5	4	4 a 5	4	12
Augusto Severo						4		4	5
Baía Formosa	8 a 10	7 a 11	5 a 12	5 a 7 + 11	4 a 6 + 12	4 + 13	4		
Baraúna					4	4 a 5	4	5	6 a 7
Barcelona						5 a 6	5	4 a 7	4 + 7 a 8
Bento Fernandes					6	4 a 8	4 a 6	4 a 5 + 7 a 9	9
Bodó									4 a 6
Bom Jesus			8		6 a 9	4 a 7	4 a 8	4 a 5 + 10	9 a 11
Brejinho		9	6 a 11		5 a 8 + 10	4 a 5	4 a 9	4	
Caiçara do Norte					4	4 a 6	4 a 5	5 a 7	7 a 8
Caiçara do Rio do Vento						4 a 6	5	4 a 7	7 a 8
Caicó									4
Campo Redondo								5	4 a 7
Canguaretama	8 a 10	7 a 10	5 a 11	6 a 7	4 a 6 + 11	4 + 12	4 a 5	12	13
Caraúbas						4		4	5
Carnaúba dos Dantas									4 a 6
Carnaubais						4	4	4 a 5	5 a 6
Ceará-Mirim		6 a 9	5 a 10	5	4 a 5	4	4 + 6 a 9	10	11
Cerro Corá								4 a 5	4 a 6
Coronel Ezequiel								5	4 a 7
Coronel João Pessoa						4 a 5	4	4 a 5	
Cruzeta									4 a 5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Currais Novos									4 a 6
Doutor Severiano						4 a 5	4	4 a 5	6
Encanto						4 a 5	4	4 a 5	6
Equador									4 a 6
Espírito Santo		7 a 10	6 a 11	8 a 9	5 a 6	4 a 5	4 a 7 + 10	4	12
Extremoz		6 a 9	4 a 11	5 a 8	4 a 5 + 10		4 + 9 a 10		12
Felipe Guerra						4		4 a 5	5 a 6
Fernando Pedroza									4 a 6
Florânia									4 a 5
Francisco Dantas						4		4	5
Frutuoso Gomes						4		4	5
Galinhos						4 a 5	4	4 a 6	6 a 7
Goianinha	8 a 9	7 a 10	6 a 11	6 a 7 + 10	5 a 6	4 a 5	4 a 5	4 + 11	12
Governador dix-Sept Rosado						4	4	4 a 5	5 a 6
Grossos					4	4 a 5	4 a 5	5	6 a 7
Guamaré						4 a 5	4	4 a 6	6 a 7
Ielmo Marinho			7 a 8		5 a 9	4 a 6 + 9	4 a 8	4 + 10	10 a 11
Ipanguaçu								4	4 a 5
Ipueira									4 a 5
Itajá									4
Itaú						4		4	5
Jaçanã									4 a 7
Jandaíra						4 a 5		4 a 7	6 a 8
Janduís						4		4	5
Januário Cicco			8		6 a 9	5 a 7	5	4 a 5	4 + 9 a 10
Japi						6 a 8		5 a 7	4 a 5
Jardim de Angicos						4 a 6	4 a 5	4 a 7	7 a 8
Jardim de Piranhas									4 a 5
Jardim do Seridó									4 a 5
João Câmara						4 a 8	4 a 6	4 a 9	9
João Dias						4		4	5
José da Penha					4	4 a 5	4	5	6
Jucurutu									4
Jundiá		9 a 10	8 a 11		5 a 8	4 a 7	4 a 10	4	
Lagoa D"Anta					6 a 9	5 a 10		5	4 + 11
Lagoa de Pedras		9	8 a 10		6 a 8 + 10	4 a 7 + 11	5 a 9	4 a 5	
Lagoa de Velhos						5 a 8	5	4 a 7	4
Lagoa Nova									4 a 5
Lagoa Salgada		9	8		6 a 8	5 a 7 + 9 a 10	5 a 8	4 a 5 + 10	4 + 11
Lajes						4		4 a 6	5 a 7
Lajes Pintadas								5 a 6	4 a 8
Lucrécia						4		4	5
Luís Gomes					4	4 a 5	4	5	6
Macaíba		7 a 9	6 a 10		5 a 6	4 a 5 + 11	4 a 9	4 + 10	
Macau					4	4 a 5	4	5	6 a 7
Major Sales						4		4	5
Marcelino Vieira						4		4	5
Martins						4		4	5
Maxaranguape		7 a 9	5 a 8	5 a 6	4 a 6	4 + 9 a 11	4 + 7 a 10	10	
Messias Targino						4		4	5
Montanhas	8 a 9	7 a 10	6 a 11	7 + 10	5 a 6	4 a 5 + 12	4 a 6	4 + 11	
Monte Alegre		7 a 9	6 a 11		5 a 6 + 10	4 a 5	4 a 9	4	
Monte das Gameleiras						6 a 8		5 a 9	4 a 5 + 9
Mossoró					4	4 a 5	4	5	6
Natal		6 a 10	5 a 11	6 a 9	4 a 5	4	4 a 5 + 10		12
Nísia Floresta	8 a 9	6 a 10	5 a 11	6 a 7 + 10	4 a 5	4	4 a 5		12
Nova Cruz		9 a 10	6 a 11	8 a 9	5 a 8	4 a 5	4 a 7 + 10	4	12
Olho-D"Água do Borges						4		4	5
Ouro Branco									4 a 5
Paraná						4		4	5
Paraú						4		4	5
Parazinho					4	4 a 7	4 a 6	5 a 8	8 a 9
Parelhas									4 a 6
Parnamirim		6 a 10	5 a 11	6 a 9	4 a 5	4	4 a 5 + 10		12
Passa E Fica					6 a 9	5 a 10		4 a 5 + 10	4 + 11
Passagem		9	8 a 10		6 a 8 + 10	4 a 7 + 11	5 a 9	4 a 5	
Patu						4		4	5
Pau dos Ferros						4		4 a 5	5 a 6
Pedra Grande					4 a 6	4 a 8	4 a 7	7 a 9	9
Pedra Preta						4 a 6	4 a 5	4 a 7	7 a 8
Pedro Avelino						4		4 a 5	5 a 6
Pedro Velho	8 a 10	7 a 10	5 a 11	6 a 7	5 a 6 + 11	4 + 12	4 a 5	4	13
Pendências						4		4 a 5	5 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pilões						4		4	5
Poço Branco					5 a 7	4 a 8	4 a 8	4 + 8 a 9	9 a 10
Portalegre						4		4	5
Porto do Mangue					4	4 a 5	4	5	6
Pureza			8		4 a 9	4 a 7 + 9	4 a 9	10	10 a 11
Rafael Fernandes						4 a 5	4	4 a 5	6
Rafael Godeiro						4		4	5
Riacho da Cruz						4		4	5
Riacho de Santana					4	4 a 5	4	5	6
Riachuelo						4 a 7	5	4 a 7	8
Rio do Fogo		9	5 a 8	5	4 a 8	4 + 9 a 10	4 + 6 a 10	10	11
Rodolfo Fernandes						4		4	5
Ruy Barbosa						5 a 6	5	4 a 7	4 + 7 a 8
Santa Cruz						6		5 a 7	4 a 5 + 7 a 8
Santa Maria					6 a 7	4 a 8	4 a 6	4 a 5 + 8 a 9	9
Santana do Matos									4 a 5
Santana do Seridó									4 a 5
Santo Antônio		9	8 a 10		6 a 8 + 10	5 a 7 + 11	5 a 9	4 a 5	4
São Bento do Norte					4	4 a 6	4 a 5	5 a 7	7 a 8
São Bento do Trairí								5 a 6	4 a 8
São Fernando									4
São Francisco do Oeste						4		4	5
São Gonçalo do Amarante		6 a 9	6 a 10	5	4 a 5	4 a 5 + 11	4 + 6 a 10	10	
São João do Sabugi									4 a 5
São José de Mipibu		7 a 10	6 a 11	8 a 9	5 a 6	4 a 5	4 a 7 + 10	4	12
São José do Campestre						5 a 8		5 a 9	4 + 9 a 10
São José do Seridó									4 a 5
São Miguel						4 a 5	4	4 a 5	
São Miguel do Gostoso					4 a 7	4 a 8	4 a 8	8 a 9	9 a 11
São Paulo do Potengi					6 a 7	4 a 8	5 a 6	4 a 5 + 8 a 9	9
São Pedro			8		5 a 7	4 a 7	4 a 8	4 + 8 a 9	9 a 10
São Rafael									4
São Tomé						6		4 a 7	4 a 5 + 7 a 8
São Vicente									4 a 5
Senador Elói de Souza			8		6 a 7	5 a 7	5 a 8	4 a 5 + 8 a 9	4 + 9 a 10
Senador Georgino Avelino	8 a 9	6 a 10	5 a 11	6 a 7 + 10	5	4	4 a 5	4 + 11	12
Serra Caiada					6 a 7	5 a 8	5 a 6	4 a 5 + 8 a 9	4 + 9 a 10
Serra de São Bento						5 a 8		5 a 9	4 + 9 a 10
Serra do Mel					4	4 a 5	4	5	6
Serra Negra do Norte								4	4 a 5
Serrinha			8		6 a 9	5 a 7 + 9 a 10		4 a 5 + 10	4 + 11
Serrinha dos Pintos						4		4	5
Severiano Melo						4		4	5
Sítio Novo						5 a 6	5	4 a 7	4 + 7 a 8
Taboleiro Grande						4		4	5
Taipu			8		4 a 7	4 a 7	4 a 8	8 a 10	9 a 11
Tangará						5 a 8	5	5 a 9	4 + 9
Tenente Ananias						4		4	5
Tenente Laurentino Cruz									4 a 5
Tibau					4	4 a 5	4 a 5	5 a 6	6 a 7
Tibau do Sul	8 a 10	7 a 10	5 a 11	6 a 7	4 a 6 + 11	4 + 12	4 a 5		
Timbaúba dos Batistas									4 a 5
Touros			8		4 a 9	4 a 7 + 9	4 a 9	10	10 a 11
Triunfo Potiguar								4	4 a 5
Umarizal						4		4	5
Upanema						4		4	5
Várzea		9 a 10	8 a 11	8 a 9	5 a 8	4 a 7	4 a 7 + 10	4	
Venha-Ver						4 a 5	4	4 a 5	
Vera Cruz		9	7 a 10		5 a 8	4 a 6 + 11	4 a 9	4 + 10	
Viçosa						4		4	5
Vila Flor	8 a 10	7 a 10	5 a 11	6 a 7	4 a 6 + 11	4 + 12	4 a 5		13

PORTARIA Nº 206, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho no Estado de Sergipe, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c)Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

O resultado final é a indicação dos municípios que apresentaram, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,55 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9105 PRO, PAC 105, ADV9339, ADV9860 PRO, ADV9860, ADV9853 PRO e ADV9853;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B433PW, 2B512PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B655Hx, 2B655PW, 2B688PW, 2B688RR, 2B710PW, 2B810PW, 2B877PW, 2A401PW, 2B210PW, 2B346PW, CD 384, CD 384HR, CD 384PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 2B647PW, 929V, DB 2B339Hx, DB 2B339PW, NEX 5617Hx, NEX 5617PW, MG600PW, MG744PW, CD3410PW, CD3775PW, MG699RR, 2A521PW, 2B640PW, MG711PW e CD384RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35R, 30F35VYHR, 30F53, 30F53E, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30R50YH, 30S31VYH, 30S31VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646YHR, P3844H, P3862H, P4285, P4285YH e P4285YHR;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 5033 (Asa Branca), BRS 1055, BRS 1060, BRS 3040, BRS Assum Preto, BRS Caatingueiro e BRS Gorutuba;

GENESEEDS: BM 3061;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 3063PRO2, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, SHS 5050, SHS 4050, SHS 4090, SHS 4080, SHS 7770, SHS 7090, SHS 7080, SHS 7070, SHS 5560, SHS 5550, SHS 5090, SHS 5070, SHS 3031, SHS 4070, BM810PRO2, BM904, BM812, BM270 e ExtendaxRR2;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e ANHEMBI;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG 9040YG, AG9030PRO, AG9030PRO2, GNZ 9626PRO, AS1555PRO2, AS1555PRO, AS1555RR2, GNZ 9688PRO, AS 1625PRO2, AG 8676PRO2, AS 1660PRO2, AG 8676PRO, GNZ 9505YG, AS 1665PRO, AG 9010PRO, GNZ9501PRO, AG 9010, AG 8580PRO, AS1596PROX, DKB 250PRO, DKB 177RR2, DKB 350PRO, AS1573PRO, AS 1596PRO2, DKB390PROX, AS 1581PRO, DKB 390PRO2, DKB 390, AS 1596, AS1575PRO3, AG 8041PRO, AG 7088PRO2, AG 8061PRO2, AG 8061PRO, AS 1656PRO2, AS 1596RR2, DKB 175PRO, AS 1633PRO2, AS 1598PRO2, AS 1598PRO, AS 1598, AG8088PROX, AG 8088PRO2, AG 8088PRO, AG 8544PRO2, DKB 330RR2, DKB330PRO2, DKB 310PRO2, DKB 310PRO, DKB315PRO, AG 8544PRO, DKB177PRO, AG 5011, AG 1051, AG 5055PRO, AG 7088PRO, AG 5011YG, AG8025PRO2, AG 7098PRO, AG7088PROX, DKB 340PRO, AG 7088RR2, DKB 177PRO2, DKB340PRO2, DKB 390RR2, AG9030RR2, DKB330PRO, DKB 390PRO, AG 7088, DKB 177, AG7098PRO2, DKB245PRO2, AS 1575PRO, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8700PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 90PRO, AG9000PRO3, NS 90PRO2, AG9025PRO3, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, RB9110PRO, RB 9308PRO, LG 6036RR2, RB 9004PRO, RB 9005PRO, RB 9005PRO2, 2300RR2, RB 9006PRO, 3700RR2, AS1596PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, SHS 7915PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9077PRO, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3 e AS1735PRO3;

NIDERA: BX970 e BX970YG;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, ATL 200, SM 511, ATL 110, SM 966, RK3014, RK3115 e Balu 188;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8030 e XB 8010;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3 e PRE2601 TP;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Balu 178, Balu 184, BALU 551, Balu 580, BALU 761, Cargo TL, Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, SG 6015, SG 6418, SW3949 TL, SX7331 Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 Viptera, SOMMA VIP3, Somma, Somma TL, Somma Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, Formula VIP2, SX7331 TG, Formula TG e 3040VIP3.

GRUPO II

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Copacabana, Mucuripe, IPANEMA e DSS 1001;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B633PW;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BR 5011 (Sertanejo), BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 2223, BRS 3025, BRS 3035, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104 e BRS 3046;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2004, GNZ 2005 YG, GNZ 2005 e GNZ7280;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 810, BM 207 e BM 502;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 2M80, 2M77, 3M51, 4M50, 4M02, 2M88 e 3M40;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9690PRO, BM 915PRO, BM780PRO, NS92PRO, NS 92PRO2, LG 6033PRO2, LG6036PRO3, RB 9210PRO, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, RB 9005PRO3, NS 50RR2, LG 6036PRO2 e SHS7910PRO3;

NIDERA: BX1200;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: SM 505, ATL 310, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, K9200, K9220PRO2, K9500PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2, R9330PRO2, DG 501, DG 601, FTH 510, DG 213, SG 6010, SG 6011, ATL 100, SG 6302, DG 627, ATL 300S, ATL 400 e ATL 120;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20 e RVM 40;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, CATIVERDE 02 e AL 34;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7116;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1076 e SX1086.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Amparo de São Francisco	10 a 16	10 a 17	10 a 17	17		18		18	
Aquidabã	10 a 16	10 a 17	10 a 17	17		18		18	
Aracaju	10 a 18	10 a 18	10 a 18						
Arauá	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					
Areia Branca	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18				
Barra dos Coqueiros	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					
Boquim	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					
Brejo Grande	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					
Campo do Brito	10 a 16	10 a 17	10 a 18	17	18				
Canhoba	10 a 16	10 a 16	10 a 17	17	17	18		18	
Canindé de São Francisco						11 a 13		10 a 13	10 + 14 a 15
Capela	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Carira	11 a 14	10 a 15	10 a 16	10 + 15	16				17
Carmópolis	10 a 17	10 a 18	10 a 18				18		
Cedro de São João	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Cristinápolis	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					
Cumbe	10 a 16	10 a 16	10 a 17	17	17	18		18	
Divina Pastora	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Estância	10 a 18	10 a 18	10 a 18						
Feira Nova	10 a 15	10 a 16	10 a 16	16		17	17	17	18
Frei Paulo	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17				18
Gararu	10 a 15	10 a 16	10 a 16	16		17	17	17	18
General Maynard	10 a 17	10 a 18	10 a 18				18		
Gracho Cardoso	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17	18	17		
Ilha das Flores	10 a 17	10 a 18	10 a 18				18		
Indiaroba	10 a 18	10 a 18	10 a 18						
Itabaiana	10 a 16	10 a 17	10 a 18	17	18				
Itabaianinha	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					
Itabi	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17	18	17		
Itaporanga D"Ajuda	10 a 18	10 a 18	10 a 18						
Japaratuba	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Japoatã	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Lagarto	10 a 16	10 a 17	10 a 18	17	18				
Laranjeiras	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					
Macambira	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17	18	17		
Malhada dos Bois	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Malhador	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18				
Maruim	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Moita Bonita	10 a 16	10 a 17	10 a 17	17		18		18	
Monte Alegre de Sergipe	13	10 a 14	10 a 15	10 a 12 + 14	15	16	15	16	
Muribeca	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Neópolis	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Nossa Senhora Aparecida	10 a 15	10 a 16	10 a 16	16		17		17	18
Nossa Senhora da Glória	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16		16		17
Nossa Senhora das Dores	10 a 16	10 a 17	10 a 17	17		18		18	
Nossa Senhora de Lourdes	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17	18	17	18	
Nossa Senhora do Socorro	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					
Pacatuba	10 a 17	10 a 18	10 a 18				18		
Pedra Mole	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16				17	18
Pedrinhas	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					
Pinhão	10 a 15	10 a 16	10 a 16			17	16	17	
Pirambu	10 a 17	10 a 18	10 a 18				18		
Poço Redondo		13	11 a 14	11 a 13	10 a 12 + 14	10 + 15	10 + 14	15	16
Poço Verde	10 a 13	10 a 14	10 a 16	14	15 a 16		15		17
Porto da Folha	11 a 14	10 a 15	10 a 15	10 + 15	16	16			17
Propriá	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Riachão do Dantas	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18				
Riachuelo	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Ribeirópolis	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17	18	17		
Rosário do Catete	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Salgado	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					
Santa Luzia do Itanhy	10 a 18	10 a 18	10 a 18						
Santa Rosa de Lima	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18				
Santana do São Francisco	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
Santo Amaro das Brotas	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Cristóvão	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					
São Domingos	10 a 16	10 a 17	10 a 18	17				18	
São Francisco	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18		18		
São Miguel do Aleixo	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17	18	17		
Simão Dias	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17				18
Siriri	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18				
Telha	10 a 16	10 a 17	10 a 17	17		18		18	
Tobias Barreto	10 a 16	10 a 17	10 a 18	17	18				
Tomar do Geru	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					
Umbaúba	10 a 17	10 a 18	10 a 18	18					

MUNICÍPIOS	**PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II**								
	RISCO DE 20%			**RISCO DE 30%**			**RISCO DE 40%**		
	SOLO 1	**SOLO 2**	**SOLO 3**	**SOLO 1**	**SOLO 2**	**SOLO 3**	**SOLO 1**	**SOLO 2**	**SOLO 3**
Amparo de São Francisco	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16		16		17
Aquidabã	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16		16		17
Aracaju	10 a 16	10 a 16	10 a 17		17	18	17		
Arauá	10 a 16	10 a 16	10 a 17		17	18			
Areia Branca	10 a 15	10 a 16	10 a 16			17	16	17	
Barra dos Coqueiros	10 a 16	10 a 16	10 a 17		17	18			
Boquim	10 a 16	10 a 16	10 a 17		17	18			
Brejo Grande	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17		17		18
Campo do Brito	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16	17	16		
Canhoba	10 a 14	10 a 15	10 a 15	15	16	16			17
Canindé de São Francisco								10 a 12	10 a 13
Capela	10 a 15	10 a 16	10 a 16			17	16	17	
Carira	10 a 12	10 a 13	10 a 14	13	14	15	14		
Carmópolis	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17				18
Cedro de São João	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16	17	16	17	
Cristinápolis	10 a 16	10 a 17	10 a 17			18	17		
Cumbe	10 a 14	10 a 15	10 a 15	15	16	16			17
Divina Pastora	10 a 15	10 a 16	10 a 16			17	16	17	
Estância	10 a 16	10 a 17	10 a 17	17		18			
Feira Nova	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14	15		15	16	16
Frei Paulo	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15	16	
Gararu	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14	15		15	16	16
General Maynard	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17				18
Gracho Cardoso	10 a 14	10 a 15	10 a 15			16	15	16	
Ilha das Flores	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17		17		18
Indiaroba	10 a 16	10 a 17	10 a 18	17				18	
Itabaiana	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16	17	16		
Itabaianinha	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17	18			
Itabi	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15	16	
Itaporanga D"Ajuda	10 a 16	10 a 17	10 a 17			18			
Japaratuba	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17				18
Japoatã	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17				18
Lagarto	10 a 15	10 a 16	10 a 16			17	16	17	
Laranjeiras	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17				18
Macambira	10 a 14	10 a 15	10 a 15			16	15	16	17
Malhada dos Bois	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16	17	16	17	
Malhador	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16	17	16	17	
Maruim	10 a 15	10 a 16	10 a 16	16		17		17	18
Moita Bonita	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16				17
Monte Alegre de Sergipe	11	10 a 12	10 a 13	10 + 12 a 13	13	14	14	14	15
Muribeca	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16	17	16	17	
Neópolis	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17		17		18
Nossa Senhora Aparecida	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14	15				16
Nossa Senhora da Glória	10 a 13	10 a 13	10 a 14	14	14	15		15	
Nossa Senhora das Dores	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16		16		17
Nossa Senhora de Lourdes	10 a 14	10 a 15	10 a 15			16	15	16	17
Nossa Senhora do Socorro	10 a 16	10 a 16	10 a 17		17	18			
Pacatuba	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17		17		18
Pedra Mole	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15				16
Pedrinhas	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17	18			
Pinhão	10 a 13	10 a 14	10 a 14	14	15	15			16
Pirambu	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17		17		18
Poço Redondo			10 a 12	10 a 11	10 a 12	13	12 a 13	13	14
Poço Verde	10 a 11	10 a 13	10 a 14	12 a 13	14		14	15	15
Porto da Folha	10 a 12	10 a 13	10 a 14	13	14	15	14		
Propriá	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16	17	16	17	
Riachão do Dantas	10 a 15	10 a 16	10 a 16			17	16	17	18
Riachuelo	10 a 15	10 a 16	10 a 16			17	16	17	18
Ribeirópolis	10 a 14	10 a 15	10 a 15			16	15	16	17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rosário do Catete	10 a 15	10 a 16	10 a 16	16	17	17			18
Salgado	10 a 16	10 a 16	10 a 17		17	18			
Santa Luzia do Itanhy	10 a 16	10 a 17	10 a 17	17		18			
Santa Rosa de Lima	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16	17	16	17	
Santana do São Francisco	10 a 15	10 a 16	10 a 16	16		17		17	18
Santo Amaro das Brotas	10 a 16	10 a 16	10 a 17		17				18
São Cristóvão	10 a 16	10 a 16	10 a 17		17	18			
São Domingos	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16				17
São Francisco	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16	17	16	17	
São Miguel do Aleixo	10 a 14	10 a 15	10 a 15			16	15	16	17
Simão Dias	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15	16	
Siriri	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16	17	16	17	
Telha	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16		16	17	17
Tobias Barreto	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16	17	16		
Tomar do Geru	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17	18			
Umbaúba	10 a 16	10 a 16	10 a 17		17	18	17		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Amparo de São Francisco	10 a 13	10 a 13	10 a 14		14	15	14	15	16
Aquidabã	10 a 13	10 a 13	10 a 14		14	15	14	15	16
Aracaju	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16				
Arauá	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15				16	
Areia Branca	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14	15	16			
Barra dos Coqueiros	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15				16	
Boquim	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Brejo Grande	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15				16	
Campo do Brito	10 a 13	10 a 14	10 a 14	14		15		15	16
Canhoba	10 a 13	10 a 13	10 a 14		14	15	14	15	16
Canindé de São Francisco									10 a 11
Capela	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14	15		15		16
Carira	10 a 11	10 a 11	10 a 12	12	12	13		13	14
Carmópolis	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15	16	
Cedro de São João	10 a 13	10 a 14	10 a 14	14		15		15	16
Cristinápolis	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16				17
Cumbe	10 a 13	10 a 13	10 a 14		14	15	14		
Divina Pastora	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14	15	16			
Estância	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16	17			
Feira Nova	10 a 12	10 a 12	10 a 13	13	13	14		14	15
Frei Paulo	10 a 12	10 a 13	10 a 13	13		14		14	15
Gararu	10 a 12	10 a 12	10 a 13	13	13	14		14	15
General Maynard	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Gracho Cardoso	10 a 12	10 a 13	10 a 14	13	14		14		15
Ilha das Flores	10 a 14	10 a 14	10 a 15	15	15	16		16	
Indiaroba	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16	17			
Itabaiana	10 a 13	10 a 14	10 a 14	14		15		15	16
Itabaianinha	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Itabi	10 a 12	10 a 13	10 a 14	13			14	14	15
Itaporanga D"Ajuda	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16				
Japaratuba	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Japoatã	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Lagarto	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14	15				16
Laranjeiras	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Macambira	10 a 12	10 a 13	10 a 14	13	14				15
Malhada dos Bois	10 a 13	10 a 14	10 a 14	14		15		15	16
Malhador	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14				15	16
Maruim	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Moita Bonita	10 a 13	10 a 13	10 a 14		14	15	14	15	16
Monte Alegre de Sergipe		10 a 11	10 a 11	10 a 11	12	12	12		13
Muribeca	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14			15	15	16
Neópolis	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15	16	
Nossa Senhora Aparecida	10 a 12	10 a 12	10 a 13		13	14	13	14	
Nossa Senhora da Glória	10 a 11	10 a 12	10 a 12	12		13	13	13	14
Nossa Senhora das dores	10 a 13	10 a 13	10 a 14		14	15	14	15	16
Nossa Senhora de Lourdes	10 a 12	10 a 13	10 a 14	13	14		14		15
Nossa Senhora do Socorro	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Pacatuba	10 a 14	10 a 14	10 a 15	15	15	16		16	
Pedra Mole	10 a 12	10 a 13	10 a 13			14	13	14	15
Pedrinhas	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Pinhão	10 a 11	10 a 12	10 a 13	12	13	14	13		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pirambu	10 a 14	10 a 14	10 a 15	15	15	16		16	
Poço Redondo			10		10 a 11	11	10 a 11	12	12
Poço Verde	10	10 a 11	10 a 12	11	12	13	12	13	14
Porto da Folha	10 a 11	10 a 11	10 a 12	12	12	13		13	14
Propriá	10 a 13	10 a 14	10 a 14	14		15	15	15	16
Riachão do Dantas	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14	15				16
Riachuelo	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14	15	16			
Ribeirópolis	10 a 12	10 a 13	10 a 14	13	14				15
Rosário do Catete	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Salgado	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Santa Luzia do Itanhy	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16	17			
Santa Rosa de Lima	10 a 13	10 a 14	10 a 14	14		15		15	16
Santana do São Francisco	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Santo Amaro das Brotas	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15	16	
São Cristóvão	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15				16	
São Domingos	10 a 13	10 a 14	10 a 14			15	14	15	16
São Francisco	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14			15	15	16
São Miguel do Aleixo	10 a 12	10 a 13	10 a 14	13	14				15
Simão Dias	10 a 12	10 a 13	10 a 14	13				14	15
Siriri	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14				15	16
Telha	10 a 13	10 a 14	10 a 14	14		15		15	16
Tobias Barreto	10 a 13	10 a 14	10 a 14			15	14	15	16
Tomar do Geru	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15	16	
Umbaúba	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16				17

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 207, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado do Acre, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio, nos respectivos níveis de risco foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (110 dias < n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

c)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9339, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2B877PW, CD 384PW, MG699PW, 2B210PW, DB 2B339PW, 2A401PW, MG580PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3765PW, CD3410PW, MG600PW, CD3775PW, MG744PW, CD384RR, MG699RR, 2B640PW, MG711PW e 2A521PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35H, 30F35HR, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F53, 30F53EH, 30F53H, 30F53HR, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30F53YH, 30F53YHR, 30K73H, 30K73YHR, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YHR, BG7037H, BG7037VYH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7318YH, BG7330VYH, BG7432H, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7720VYHR, P1630YH, P2830, P2830H, P2830VYH, P3161H, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431H, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844VYH, P3862H, P3862VYH, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG6310 e LG36701PRO2;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: 2300RR2, 3400RR2, 3700RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO2, AG 7088, AG 7088PRO, AG7088PRO3, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG 8088PRO2, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6304PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 50PRO3, NS 50RR2, AG9000PRO3, AG 9010PRO, AG7098PRO2, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, AG9025PRO3, AS 1575PRO, AS 1581PRO, AS 1596, AS 1598, AS1555PRO2, AS1555PRO3, AS1555RR2, AS1596PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, BM780PRO, BM 840PRO, NS 90PRO, NS 90PRO2, NS 90RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, BM 915PRO, NS 92RR2, DKB177PRO3, DKB315PRO, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, RB 9004PRO2, DKB230PRO3, DKB290, DKB290PRO, LG6036PRO3, DKB290PRO3, DKB310PRO3, DKB390PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6036PRO, LG 6036PRO2, LG 6036RR2, RB 9005PRO2, RB 9110PRO2, SHS7910PRO3, SHS 7915PRO, SHS7915PRO3, SHS 7920PRO, ADV 9434PRO, LG6050PRO2, SHS 7920PRO3, LG 3055, LG 3055PRO, LG 3055PRO2, ADV9345PRO3, NS 92PRO3, RB 9005PRO3, RB 9006PRO3, AG8061PRO3, AG9030PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950PRO3, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, LG 6036, LG 3055PRO3 e LG 6038PRO;

SEMPRE SEMENTES: SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1093 TP3, PRE 22D11, PRE 22S18 TP, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE22S18 e SX1093;

SYNGENTA SEEDS LTDA: 3040VIP3, SZ7634 VIP3 e SZ7684 VIP3.

GRUPO II

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35R e 30F90H;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 02A e RG 01;

SEMPRE SEMENTES: SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076 e SX1086.

GRUPO III

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 03.

Notas:

Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acrelândia			7			8	7	7 a 8	9
Assis Brasil		7	7 a 8						9
Brasiléia			7 a 8					7	9
Bujari			7			8 a 9	7	7 a 8	10
Capixaba			7					7	8 a 9
Cruzeiro do Sul	7 a 10	7 a 10	7 a 10						
Epitaciolândia			7			8		7	9
Feijó	7 a 8	7 a 9	7 a 10	9	10		10		
Mâncio Lima	7 a 10	7 a 10	7 a 10						
Manoel Urbano	7	7 a 8	7 a 9	8	9	10		10	
Marechal Thaumaturgo	7 a 8	7 a 9	7 a 10		10		9 a 10		
Plácido de Castro			7					7	8 a 9
Porto Acre			7			8 a 9	7	7 a 8	10
Porto Walter	7 a 8	7 a 10	7 a 10	9 a 10					
Rio Branco			7			8		7 a 8	9
Rodrigues Alves	7 a 10	7 a 10	7 a 10						
Santa Rosa do Purus	7	7 a 8	7 a 10	8	9		9	10	
Sena Madureira		7	7 a 8		8	9	7 a 8	9	10

Senador Guiomard			7			8		7 a 8	9
Tarauacá	7 a 8	7 a 10	7 a 10	9 a 10					
Xapuri			7			8		7	9

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acrelândia								7	7 a 8
Assis Brasil									7
Brasiléia									7
Bujari						7		7	8
Capixaba									7
Cruzeiro do Sul	7 a 8	7 a 9	7 a 10	9	10		10		
Epitaciolândia									7
Feijó		7 a 8	7 a 9	7 a 8		10		9	
Mâncio Lima	7 a 9	7 a 9	7 a 10		10		10		
Manoel Urbano			7 a 8		7		7	8	9
Marechal Thaumaturgo		7 a 8	7 a 9	7		10		9	
Plácido de Castro									7
Porto Acre						7		7	8
Porto Walter	7	7 a 8	7 a 10	8 a 9	9			10	
Rio Branco								7	7 a 8
Rodrigues Alves	7 a 8	7 a 9	7 a 10	9	10		10		
Santa Rosa do Purus			7 a 8		7		7	8	9
Sena Madureira						7 a 8		7	9
Senador Guiomard								7	7 a 8
Tarauacá	7	7 a 8	7 a 9	8	9	10	9	10	
Xapuri									7

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Cruzeiro do Sul	7	7 a 8	7 a 8			9 a 10	8	9	
Feijó			7 a 8		7		7	8	9
Mâncio Lima	7	7 a 8	7 a 8		9	9 a 10	8		
Manoel Urbano						7			8
Marechal Thaumaturgo			7			8		7 a 8	
Porto Walter			7 a 8		7 a 8		7		9 a 10
Rodrigues Alves	7	7 a 8	7 a 8			9 a 10	8	9	
Santa Rosa do Purus						7			8
Sena Madureira									7
Tarauacá		7	7 a 8		8	9	7		

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 208, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Distrito Federal, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Distrito Federal, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (110 dias < n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;
c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;
d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.
e) Temperatura (T.) -
I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;
II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;
III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;
IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.
O Distrito Federal foi considerado apto ao cultivo de milho 2ª safra por apresentar em mais de 20% de sua área, ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.
Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).
2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO
São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Distrito Federal os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.
Não são indicadas para o cultivo:
- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.
3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS
Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Distrito Federal, foram agrupadas conforme a seguir especificado.
GRUPO I
ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9105 PRO, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;
AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150, AD189 e AD105;
CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;
DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B210PW, CD3410PW, 2B346PW, MG300PW
DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F53VYHR, 30K73, 30F53VYH, 30K73H, 30K73YHR, P3340YHR, P3340VYHR, P3456, P3340YH, BG7330H, P3431, P3431H, P3431YH, P3456VYH, P3431YHR, 30F53R, P3456H, BG7318YH, P2830H, P3340VYH, 30F53YHR, P2830VYH, 30F53, 30F53HR, P1630YH, 30F53YH, 30F53H, P2830, P3340H, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;
EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 2223, BRS Gorutuba, BRS 1055, BRS 1060 e BRS 3040;
HELIX SEMENTES LTDA: BM 810, BM 502, BM 207, SHS 4070, SHS 4090, SHS 4080, BM 820, BM 905, BM 955, SHS 5090, SHS 5050, SHS 5080, SHS 5070, SHS 3031, SHS 7090, SHS 5560, SHS 5550, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;
LEONARDO MENDONCA TAVARES: 4M50, 3M51, 2M80, 2M60 e 2M77;
LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;
MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150;
MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB 330RR2, AS 1551RR2, GNZ 9505YG, AG9030PRO2, DKB330PRO, GNZ 9505PRO, AG9045PRO2, AG9030RR2, AG9030PRO, AS 1551PRO, DKB340PRO2, DKB250PRO2, DKB330PRO2, AG 9080PRO2, DKB285PRO2, DKB 330, AS 1660PRO2, DKB 275PRO, AS 1572PRO, RB 9110RR2, ADV9345PRO3, AG 9010PRO, RB 9005RR2, DKB 285, RB 9005PRO3, RB9110PRO, RB 9006PRO3, AS1590PRO, AG8061PRO3, RB 9110YG, AG9030PRO3, DKB 285PRO, AS1575PRO3, AG 9010, AS1660PRO3, RB 9110PRO2, AS 1633, DKB 285RR2, LG 3055PRO3, AS 1660PRO, ADV 9434, AS1656PRO3, LG 6304PRO, AS 1633PRO2, LG 6304YG, DKB 315, AG 9040YG, AG 9030, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 5055PRO, AG 7000, LG 3055PRO2, AG 7098, BALU 280PRO, BM 650, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, RB 9006RR2, AG9030PROX, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8088RR2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AG 8544, AG9080PRO, AG9080RR2, AS1633PRO, AS1633PRO3, AS1596PRO3, RB 9108PRO2, DKB 340PRO, ADV 9434PRO2, ADV 9434PRO3, AG 1051, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO, AG 8544PRO2, SHS7910PRO3, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG 7098RR2, NS 90PRO2, NS 90PRO, LG 6038PRO3, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, DKB 250, AG8780PRO, AG8780PRO3, AS 1575, LG 6036RR2, DKB315PRO, AG 8061RR2, AG8500RR2, AG8544PRO3, AG8580PRO2, AG8580PRO3, AG 9040, AG 9045PRO, AG 8580PRO, AG 8676PRO2, AG8690PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG8677PRO2, AG8677PRO3, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8580PROX, NS 56PRO2, DKB275PRO3, AG8061PROX, NS 56RR2, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO2, AG 9045RR2, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PRO3, AG7098PROX, AG 8061, AG 7098PRO, RB 9004PRO2, RB 9004RR2, NS 90RR2, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9626PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9505PRO3, DKB 350, DKB 350PRO, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, NS 92PRO2, NS92PRO, LG 3055PRO, AS 1596, AS 1596PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, AS 1598PRO2, LG 6036PRO2, LG 6036PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, GNZ 9690RR2, RB 9006PRO, RB 9005PRO2, LG6036PRO3, RB 9005PRO, RB 9004PRO, DKB245PRO2, SHS 7920PRO, DKB290, 2300RR2, RB 9108, AS1642PRO, AS1656PRO, AS 1656PRO2, AS 1661PRO, AS1656RR2, AS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1660, DKB290PRO, DKB290PRO3, AS1555RR2, SHS7915PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308YG, RB 9308, RB 9210PRO2, RB 9210PRO, RB 9210, RB 9110, AS1573PRO, RB 9108PRO3, RB 9108PRO, NS 50PRO, LG6050PRO2, AS1660PROX, AS 1665PRO, DKB285PRO3, AS 1642, AS 1642 PRO2, AS1551PRO2, AS1555PRO, LG 3055, AS1555PRO2, SHS 7920PRO3, AS1555PRO3, DKB250PRO3, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO, DKB310PRO3, GNZ 9505PRO2, BM780PRO, BM 780PRO2, BM 780PRO3, BM 840PRO, BM 840RR2, BM 915PRO, BM780RR2, CD324PRO, CD 3715, CD 3715PRO, CD 3715PRO2, DKB330PRO3, DKB340PROX, DKB390PRO3, DKB390PROX, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, GNZ9501PRO, CD 3715RR2, CD 397PRO, AG9025PRO3, RB 9108PROX, RB 9077PRO, RB 9006PRO2, DKB 310, DKB 310PRO2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, BALU 480RR2, AG9045PRO3, AS 1575PRO, AS 1581, AS 1581PRO, CD 397YG, DKB 175, DKB 175PRO, DKB 175PRO2, AS1666PRO, AS1677PRO3, DKB 175RR2, DKB 177, DKB 177PRO2, DKB177PRO3, DKB 177RR2, DKB 240PRO2, DKB 240RR2, DKB 240YGRR2, DKB 245PRO, DKB 245RR2, DKB 250PRO, DKB 250RR2, DKB 310PRO, DKB 390YG, DKB177PRO, DKB177PROX, BALU 480PRO, BALU 480PRO2, BALU 480PROX, NS 50PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950, BM950PRO3, AG8700, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO e LG 6036;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu787PRO2, Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445 e Balu787;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: DG 213, ATL 400, SM 966, SM 511, RK3014, FTH 960, DG 601, DG 501, FTH 510, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060 e K9822 VIP3;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;

SEMPRE SEMENTES: SX1093, PRE 22S18 TP3, PRE 22S18 TP2, PRE22S18, PRE 22D11, PRE 22T10 TP, PRE 22T10, PRE 22S18 TP, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

SYNGENTA SEEDS LTDA: GSS 41240, SX7331 Viptera, SX7991 TLTG Viptera, GSS 3969, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Tropical Plus, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, SW3949, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, RB 6324, Thunder, SYN7205 VIP2, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SW3949 TL, SYN5T78 TLTG Viptera, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, GSS41242, SZ7142 TLTG Viptera, 3040VIP3, Formula VIP2, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Cargo TL, Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, Somma Viptera, SX7341 VIP3, SYN4306, SYN4306 TL, SYN5T78, SYN7205 TL, SZ7142, SX8442 VIP3, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6003 VIP3, SX6552 VIP3, SX7331, SX7772 VIP3, SX8394 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SZ7634 VIP3 e SZ7684 VIP3.

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9853 PRO e ADV9853;

BIONACIONAL SEMENTES: Taurus;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316 e CD 316Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe e Copacabana;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B512PW, 2A620PW, 2B877PW, 2B655PW, 2B610PW, 2B688RR, 2B587RR, 2B433PW, 2B710PW, 2B587PW, 2B633PW, 2B810PW, 2B688PW, MG652PW, MG699PW, 2A401PW, 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A77PW, 30A91PW, 30A95PW, MG580PW, CD 384PW, DB 2B339PW, NEX 5617PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, MG600PW, MG744PW, CD384RR, 2B647PW, MG699RR, CD3775PW, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2A521PW, MG711PW e 2B640PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F90H, BG7032YHR, BG7032YH, 30F35, 30F35H, 30F35R, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F35HR, BG7032H, BG7032, BG7032HR e 30F53EH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 3035, BRS 3025, BR 205, BR 206, BRS 2020, BRS 2022, BR 106, BR 451, BR 473, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046 e BRS 1010;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 709;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e ANHEMBI;

NIDERA: NS82 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 232 e PZ 216;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: R9080PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, Balu 188, ATL 310, ATL 200, ATL 110, ATL 100, K9220PRO2, K9200, RK3115, R9330PRO2, K9100, GNZ 9510, GNZ 9506, DG 627, ATL 300S, SG 6010, SG 6011, SG 6302 e SM 505;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30 e RVM 40;

SEMPRE SEMENTES: SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076 e SX1086;

SYNGENTA SEEDS LTDA: CD 308, SG 6418, SX8934 VIP3 e SY6222 VIP3.

GRUPO III

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 393e CD 393Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA e DSS 1001;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 03, RG 01 e RG 02ª;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, Al Bianco, CATIVERDE 02, AL Bandeirante, AL Piratininga e AL 34;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

DISTRITO FEDERAL	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	

DISTRITO FEDERAL	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	

DISTRITO FEDERAL	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
			1		1	2	1		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 209, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado de Goiás, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (110 dias < n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d)Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9105 PRO, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150, AD189 e AD105;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Copacabana;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B210PW, CD3410PW, MG300PW, 2B346PW

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F53VYH, 30F53VYHR, P3431, P3340YHR, P3340YH, P3456, 30F53R, P3456VYH, P3456H, P3431H, P3431YH, P3431YHR, P1630YH, P2830VYH, P2830, BG7432H, 30F53HR, P3340H, BG7318YH, 30F53, 30F53YHR, P2830H, 30F53YH, 30F53H, P3250, 30F53EH, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7330, BG7330H, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 3040, BRS 2223, BRS 1055, BRS 1060 e BRS Gorutuba;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 207, BM 905, BM 3063, BM 502, BM 955, BM 820, BM 810, SHS 5050, SHS 4080, SHS 4070, SHS 4090, SHS 5080, SHS 5090, SHS 5560, SHS 3031, SHS 5070, SHS 7090, SHS 5550, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4002, AM 4003 e AX 727;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB330PRO2, DKB285PRO2, GNZ 9505YG, AS 1551PRO, AS 1551RR2, AG9030PRO2, DKB 330RR2, AG9030PROX, DKB330PRO, AG 9080PRO2, GNZ 9505PRO, DKB 330, AG9080PRO, DKB340PRO2, DKB250PRO2, AG9045PRO2, AG9030RR2, RB9110PRO, AS 1660PRO, AG 9030, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9434, RB 9006PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS 1660PRO2, AS1551PRO2, AS 1665PRO, AS1660PROX, AS 1660, AS1656RR2, AS1656PRO3, AS1633PRO3, AS1633PRO, AS1590PRO, AG 9010, AG9080RR2, RB 9110YG, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, LG 3055PRO3, AS 1633, AS1660PRO3, AS1575PRO3, AG9030PRO3, AG8061PRO3, DKB 315, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, AS 1633PRO2, AG 9010PRO, LG 3055PRO, AG 7000, BM 650, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, AG 8544, AG 8544PRO, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO2, ADV 9434PRO, SHS7910PRO3, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8088RR2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AS1596PRO3, RB 9108PRO2, DKB 340PRO, ADV 9434PRO2, ADV 9434PRO3, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 5055PRO, BALU 280PRO, AG8500RR2, AG 8061RR2, AG8580PRO2, AG8580PRO3, AG8580PROX, NS 56PRO2, DKB275PRO3, AG8061PROX, NS 56RR2, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO2, NS 50PRO, AG8677PRO2, AG8677PRO3, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780PRO, AG8780PRO3, AS 1575, LG 6036RR2, AG 8580PRO, AG 8676PRO2, AG8690PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, AG 9040, AG 9045PRO, AG 9045RR2, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PRO3, AG7098PROX, AG 8061, AG 7098PRO, NS 90PRO2, NS 90PRO, LG 6038PRO3, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, DKB315PRO, AG8544PRO3, LG6036PRO3, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, RB 9004PRO, NS 92PRO2, NS92PRO, NS 90RR2, DKB 390RR2, AG 7098, LG 3055PRO2, AS 1596, AS 1596PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, GNZ 9690RR2, RB 9006PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9626PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9505PRO3, DKB 350, DKB 350PRO, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, LG 6036PRO2, LG 6036PRO, AS 1598PRO2, RB 9005PRO2, DKB245PRO2, DKB250PRO3, 2300RR2, RB 9108, AS1642PRO, AS1656PRO, AS 1656PRO2, AS 1661PRO, DKB290, DKB290PRO, LG6050PRO2, AS 1642, AS 1642 PRO2, AS1555PRO, LG 3055, AS1555PRO2, SHS 7920PRO3, AS1555PRO3, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308YG, RB 9308, RB 9210PRO2, RB 9210PRO, RB 9210, RB 9110, AS1555RR2, AS1573PRO, RB 9108PRO3, RB 9108PRO, CD 3715, CD324PRO, CD

3715PRO2, CD 3715RR2, CD 397PRO, AG9025PRO3, RB 9108PROX, RB 9077PRO, RB 9006RR2, RB 9006PRO2, GNZ 9505PRO2, BM780PRO, BM 780PRO2, BM 780PRO3, BM 840PRO, BM 915PRO, GNZ9501PRO, BM 840RR2, DKB290PRO3, DKB 310, DKB 310PRO2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, DKB310PRO3, DKB330PRO3, DKB340PROX, DKB390PRO3, DKB390PROX, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, BM780RR2, CD 3715PRO, DKB 240RR2, DKB 390YG, DKB 240PRO2, DKB177PROX, DKB 177RR2, DKB 310PRO, DKB177PRO3, BALU 480PROX, DKB 177, DKB 245PRO, DKB 175RR2, BALU 480PRO2, DKB 175PRO2, DKB 250RR2, DKB 175PRO, BALU 480PRO, DKB 175, DKB 245RR2, CD 397YG, AS1677PRO3, AS 1581PRO, DKB 250PRO, AS 1581, AS1666PRO, AS 1575PRO, DKB177PRO, AG9045PRO3, DKB 240YGRR2, BALU 480RR2, DKB 250, 8351PRO3, NS 50PRO3, AG8780, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, DKB 177PRO2, DKB 275PRO, AS1777PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950, BM950PRO3, AG8700, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, 8304PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO e LG 6036;

NIDERA: NS77PRO2 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 316, PZ 204, PZ 240, PZ 226, PZ 216 e PZ 232;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445, Balu787 e Balu787PRO2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: RK3014, SM 511, SM 966, ATL 400, FTH 960, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3 e ATL 300S;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8010, XB 8010 Bt, XB 9003 Bt, XB 9003, 90XB06, XB 8018, 60XB14, 60XB14 Bt, XB 8018 Bt e 90XB06 Bt;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22S18 TP, PRE 22T10, SX1093, PRE 22S18 TP3, PRE 22S18 TP2, PRE22S18, PRE 22D11, PRE 22T10 TP, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

SUPER SEMENTES GENETICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA: 15ST45;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7991 TLTG Viptera, GSS 3969, GSS 41240, GSS 42072, RB 6324, Thunder, SYN7205 VIP2, SX6003 VIP3, SX7331 TG, SX8394 VIP3, SX8934 VIP3, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SW3949 TL, SX7331, SX7331 Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Tropical Plus, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, SW3949, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, Impacto TG, SYN5T78, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, Somma Viptera, SX7341 VIP3, SYN7205 TL, SZ7142, SZ7142 TLTG Viptera, GSS41242, SX8442 VIP3, 3040VIP3, Formula VIP2, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Cargo TL, Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, SYN4306, SYN4306 TL, Impacto TLTG Viptera, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX7772 VIP3 e SZ7634 VIP3.

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9853 PRO e ADV9853;

AVANTI SEEDS: SW 5198 e AV 4142;

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316 e CD 316Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B512PW, 2A620PW, 2B877PW, 2B655PW, 2B610PW, 2B688RR, 2B587RR, 2B433PW, 2B710PW, 2B587PW, 2B633PW, 2B810PW, 2B688PW, 30A95PW, 2A401PW, 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A77PW, 30A91PW, MG699PW, MG580PW, Dow WxA504, CD 384PW, DB 2B339PW, NEX 5617PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, MG652PW, MG744PW, CD3775PW, 2B647PW, MG600PW, CD384RR, MG699RR, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2A521PW, MG711PW e 2B640PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: BG7032YHR, BG7032YH, 30K73H, 30F35HR, 30K73, 30F35H, 30F35VYHR, 30F35, 30F35YH, 30K73YHR, 30F35R, 30F90H, BG7032HR, BG7032H e BG7032;

EMBRAPA MILHO E SORGO: Emgopa 501, BRS 3025, BRS 3035, BR 205, BR 206, BRS 2020, BRS 2022, BR 106, BR 451, BR 473, BRS 4103, BRS 1010, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104 e BRS 3046;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ 2005 YG, GNZ7280, GNZ7210 e GNZ7210PRO2;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 709;

IAC: IAC 3330, IAC 8046, IAC 8077, IAC 8390 e IAC Airan;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 606, AM 811, AM 997, BALU 7690, MS 2010 e MS 2013;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI;

NIDERA: NS82;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242 e PZ 677;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: R9080PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, RK3115, SG 6302, K9200, K9220PRO2, ATL 100, ATL 110, ATL 200, ATL 310, Balu 188, DG 213, DG 501, DG 601, DG 627, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, FTH 510, R9330PRO2, SG 6011, SG 6010 e SM 505;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30 e RVM 40;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7116 Bt, XB 7253, XB 4013, XB 6012 Bt, XB 7116, XB 8030, XB 6012, XB 8030 Bt e XB 7253 Bt;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044 e MS3022;

SEMPRE SEMENTES: SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076 e SX1086;

SUPER SEMENTES GENETICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA: 14SS18, 14ST01, 14SV28, 14SS17, 14ST07, 15ST33 e 16GSS43;

SYNGENTA SEEDS LTDA: CD 308, SG 6418 e SY6222 VIP3;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI340.

GRUPO III

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

AVANTI SEEDS: SW 5156, SW 5560 e SW 5130;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 393 e CD 393Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001 e IPANEMA;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Vivi;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7280PRO2;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 03, RG 01 e RG 02A;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Bandeirante, CATIVERDE 02, AL Piratininga, Al Bianco, AL Avaré e AL 34;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI-104.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abadia de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Abadiânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Acreúna	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		6
Adelândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Água Fria de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	6
Água Limpa	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5 a 6
Águas Lindas de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	
Alexânia	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Aloândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Alto Horizonte	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Alto Paraíso de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4	5	5 a 6
Alvorada do Norte	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3 a 4	4			5
Amaralina	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Americano do Brasil	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Amorinópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5			
Anápolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Anhanguera	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	6
Anicuns	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4		6
Aparecida de Goiânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Aparecida do Rio Doce	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5	
Aporé	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	7
Araçu	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Aragarças	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Aragoiânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Araguapaz	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Arenópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4				5
Aruanã	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	
Aurilândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Avelinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Baliza	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Barro Alto	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Bela Vista de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4		4	5	6
Bom Jardim de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Bom Jesus de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Bonfinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Bonópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Brazabrantes	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6

Britânia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	
Buriti Alegre	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5 a 6
Buriti de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4					4	5
Buritinópolis		1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4		4	5
Cabeceiras	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4 a 5		4	
Cachoeira Alta	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Cachoeira de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Cachoeira Dourada	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Caçu	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		6
Caiapônia	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Caldas Novas	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5 a 6
Caldazinha	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Campestre de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Campinaçu	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Campinorte	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Campo Alegre de Goiás		1	1 a 3	1 a 2	2 a 3	4	3		5
Campo Limpo de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Campos Belos	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			
Campos Verdes	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Carmo do Rio Verde	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Castelândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Catalão		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5
Caturaí	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Cavalcante	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Ceres	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Cezarina	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Chapadão do Céu	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5				7
Cidade Ocidental	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	
Cocalzinho de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4		4	5	
Colinas do Sul	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Córrego do Ouro	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5			
Corumbá de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Corumbaíba	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5 a 6
Cristalina	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Cristianópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		6
Crixás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Cromínia	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Cumari	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	6
Damianópolis		1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4		4	5
Damolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Davinópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3	4	
Diorama	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Doverlândia	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5 a 6	4	5	
Edealina	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Edéia	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4		6
Estrela do Norte	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Faina	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Fazenda Nova	1 a 3	1 a 3	1 a 4					4	5
Firminópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Flores de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4 a 5	4	5	6
Formosa	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	6
Formoso	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	
Gameleira de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Divinópolis de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4			5
Goianápolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Goiandira	1	1 a 3	1 a 4	2			3	4	5 a 6
Goianésia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Goiânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Goianira	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4				4	4	5
Goiatuba	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5			6
Gouvelândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Guapó	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Guaraíta	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4		4		5
Guarani de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4			5
Guarinos	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Heitoraí	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Hidrolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Hidrolina	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Iaciara	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4			5
Inaciolândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Indiara	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Inhumas	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Ipameri		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5
Ipiranga de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4		4		5
Iporá	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4				5
Israelândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4				5
Itaberaí	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4		
Itaguari	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4		
Itaguaru	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4		4		
Itajá	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Itapaci	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Itapirapuã	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Itapuranga	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Itarumã	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4		4	5	6
Itauçu	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Itumbiara	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5 a 6

Ivolândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5			
Jandaia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		6
Jaraguá	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	
Jataí	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Jaupaci	1 a 3	1 a 3	1 a 4					4	5
Jesúpolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	
Joviânia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		6
Jussara	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Lagoa Santa	1 a 2	1 a 3	1 a 4			5	3	4	
Leopoldo de Bulhões	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Luziânia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	
Mairipotaba	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Mambaí		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5
Mara Rosa	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Marzagão	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5 a 6
Matrinchã	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Maurilândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			
Mimoso de Goiás	1	1 a 3	1 a 4	2 a 3				4	5
Minaçu	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Mineiros	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5				7
Moiporá	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5			
Monte Alegre de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Montes Claros de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Montividiu	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Montividiu do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Morrinhos	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Morro Agudo de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4		4		5
Mossâmedes	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Mozarlândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Mundo Novo	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Mutunópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Nazário	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Nerópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Niquelândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5 a 6
Nova América	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Nova Aurora	1	1 a 3	1 a 4	2			3	4	5 a 6
Nova Crixás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Nova Glória	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Nova Iguaçu de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Nova Roma	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4			5
Nova Veneza	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Novo Brasil	1 a 3	1 a 3	1 a 4					4	5
Novo Gama	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Novo Planalto	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	
Orizona	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Ouro Verde de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Ouvidor	1 a 2	1 a 3	1 a 4			5	3	4	6
Padre Bernardo	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	
Palestina de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Palmeiras de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Palmelo	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
Palminópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Panamá	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5 a 6
Paranaiguara	1	1 a 3	1 a 4	2			3	4	5
Paraúna	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Perolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Petrolina de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Pilar de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Piracanjuba	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Piranhas	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5			
Pirenópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Pires do Rio	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Planaltina	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	6
Pontalina	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Porangatu	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Porteirão	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5			6
Portelândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Posse		1 a 2	1 a 3	1 a 3	3 a 4	4			5
Professor Jamil	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Quirinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			
Rialma	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Rianápolis	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4		4		
Rio Quente	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5 a 6
Rio Verde	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5	
Rubiataba	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4		4		5
Sanclerlândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Santa Bárbara de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Santa Cruz de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	6
Santa Fé de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Santa Helena de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		6
Santa Isabel	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Santa Rita do Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Rita do Novo Destino	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Santa Rosa de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Santa Tereza de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	
Santa Terezinha de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Santo Antônio da Barra	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Santo Antônio de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Santo Antônio do Descoberto	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
São Domingos	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4			5
São Francisco de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
São João D"Aliança	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5 a 6
São João da Paraúna	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
São Luís de Montes Belos	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
São Luíz do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
São Miguel do Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
São Miguel do Passa Quatro	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
São Patrício	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
São Simão		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3		3	4	5
Senador Canedo	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Serranópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			7
Silvânia	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4		4	5	6
Simolândia		1 a 2	1 a 3	1 a 3	3 a 4	4			5
Sítio D"Abadia		1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4		4	5
Taquaral de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	
Teresina de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5 a 6
Terezópolis de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Três Ranchos	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	6
Trindade	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Trombas	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	
Turvânia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Turvelândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		6
Uirapuru	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Uruaçu	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Uruana	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Urutaí		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5
Valparaíso de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	
Varjão	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Vianópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Vicentinópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		6
Vila Boa	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	6
Vila Propício	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abadia De Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Abadiânia	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Acreúna	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Adelândia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Água Fria de Goiás		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Água Limpa		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Águas Lindas de Goiás		1 a 2	1 a 3	1 a 2				3	4
Alexânia	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Aloândia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Alto Horizonte	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Alto Paraíso de Goiás		1	1 a 2	1 a 2	2	3		3	4
Alvorada do Norte		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Amaralina	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Americano do Brasil	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Amorinópolis	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Anápolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Anhanguera		1	1 a 3	1	2		2	3	
Anicuns	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Aparecida de Goiânia	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Aparecida do Rio Doce	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Aporé	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		5
Aracu	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Aragarças	1	1 a 2	1 a 2	2					3
Aragoiânia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Araguapaz	1	1 a 2	1 a 2				2		3
Arenópolis	1	1 a 2	1 a 2	2		3			
Aruanã	1	1	1 a 2		2		2		3
Aurilândia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Avelinópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Baliza	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Barro Alto	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Bela Vista de Goiás	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Bom Jardim de Goiás	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Bom Jesus de Goiás	1	1 a 2	1 a 3	2				3	
Bonfinópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Bonópolis	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Brazabrantes	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Britânia		1	1 a 2	1	2		2		3
Buriti Alegre	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Buriti de Goiás	1	1 a 2	1 a 2	2		3			
Buritinópolis		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Cabeceiras		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Cachoeira Alta	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Cachoeira de Goiás	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Cachoeira Dourada	1	1 a 2	1 a 3				2		
Caçu	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Caiapônia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Caldas Novas		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Caldazinha	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Campestre de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Campinaçu	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Campinorte	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Campo Alegre de Goiás			1		1	2	1	2	3
Campo Limpo de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Campos Belos		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Campos Verdes	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Carmo do Rio Verde	1	1 a 2	1 a 3	2				3	
Castelândia		1 a 2	1 a 3	1			2		
Catalão		1	1 a 2	1	2	3	2		
Caturaí	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Cavalcante	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Ceres	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Cezarina	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Chapadão do Céu	1 a 2	1 a 2	1 a 4		3		3	4	5 a 6
Cidade Ocidental	1	1	1 a 3	2	2	4		3	
Cocalzinho de Goiás	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Colinas do Sul	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Córrego do Ouro	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Corumbá de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Corumbaíba		1	1 a 3	1	2		2	3	
Cristalina		1	1 a 2	1	2	3	2		
Cristianópolis	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Crixás	1	1 a 2	1 a 2	2		3			
Cromínia	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Cumari		1	1 a 3	1	2		2	3	
Damianópolis		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Damolândia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Davinópolis		1	1 a 2	1	2	3	2		
Diorama	1	1 a 2	1 a 2				2		3
Doverlândia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Edealina	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Edéia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Estrela do Norte	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Faina	1	1 a 2	1 a 2			3	2		
Fazenda Nova	1	1 a 2	1 a 2			3	2		
Firminópolis	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Flores de Goiás		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Formosa		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Formoso	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Gameleira de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Divinópolis de Goiás		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Goianápolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Goiandira		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Goianésia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Goiânia	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Goianira	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Goiás	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Goiatuba	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Gouvelândia		1 a 2	1 a 2	1		3	2		
Guapó	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Guaraíta	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Guarani De Goiás		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Guarinos	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Heitoraí	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Hidrolândia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Hidrolina	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Iaciara		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Inaciolândia		1 a 2	1 a 3	1			2		
Indiara	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Inhumas	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Ipameri		1	1 a 2	1	2	3	2		
Ipiranga de Goiás	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Iporá	1	1 a 2	1 a 2	2		3			
Israelândia	1	1 a 2	1 a 2	2		3			
Itaberaí	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Itaguari	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Itaguaru	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Itajá	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Itapaci	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Itapirapuã	1	1 a 2	1 a 2				2		3
Itapuranga	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Itarumã	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Itauçu	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Itumbiara	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Ivolândia	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Jandaia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Jaraguá	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Jataí	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Jaupaci	1	1 a 2	1 a 2			3	2		
Jesúpolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Joviânia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Jussara		1 a 2	1 a 2	1			2		3
Lagoa Santa		1	1 a 2	1	2	3	2		
Leopoldo de Bulhões	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Luziânia		1	1 a 3	1 a 2	2			3	4
Mairipotaba	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Mambaí		1	1	1	2	2	2		3
Mara Rosa	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Marzagão		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Matrinchã	1	1 a 2	1 a 2				2		3
Maurilândia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	
Mimoso de Goiás		1	1 a 2	1	2	3	2		
Minaçu	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Mineiros	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5
Moiporá	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Monte Alegre de Goiás		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	
Montes Claros de Goiás	1	1 a 2	1 a 2				2		3
Montividiu	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Montividiu do Norte	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Morrinhos	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Morro Agudo de Goiás	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Mossâmedes	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Mozarlândia	1	1 a 2	1 a 2				2		3
Mundo Novo	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Mutunópolis	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Nazário	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Nerópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Niquelândia		1 a 2	1 a 2	1 a 2		3		3	4
Nova América	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Nova Aurora		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Nova Crixás	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Nova Glória	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Nova Iguaçu de Goiás	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Nova Roma		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Nova Veneza	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Novo Brasil	1	1 a 2	1 a 2			3	2		
Novo Gama	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Novo Planalto	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Orizona		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Ouro Verde de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Ouvidor		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Padre Bernardo		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Palestina de Goiás	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Palmeiras de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Palmelo		1	1 a 2	1	2	3	2		
Palminópolis	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Panamá	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Paranaiguara		1	1 a 2	1	2	3	2		
Paraúna	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Perolândia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Petrolina de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Pilar de Goiás	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Piracanjuba	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Piranhas	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Pirenópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Pires do Rio		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Planaltina		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Pontalina	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Porangatu	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Porteirão	1	1 a 2	1 a 3	2				3	
Portelândia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Posse		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Professor Jamil	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Quirinópolis		1 a 2	1 a 3	1			2		
Rialma	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Rianápolis	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Rio Quente		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Rio Verde	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Rubiataba	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Sanclerlândia	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Santa Bárbara de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Santa Cruz de Goiás	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Santa Fé de Goiás		1	1 a 2	1	2		2		3
Santa Helena de Goiás	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Santa Isabel	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Santa Rita do Araguaia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Santa Rita do Novo Destino	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Santa Rosa de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Santa Tereza de Goiás	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Santa Terezinha de Goiás	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Santo Antônio da Barra	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Santo Antônio de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Santo Antônio do Descoberto	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
São Domingos		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
São Francisco de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
São João d"Aliança		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
São João da Paraúna	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
São Luís de Montes Belos	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
São Luíz do Norte	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
São Miguel do Araguaia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3				4
São Miguel do Passa Quatro	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
São Patrício	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
São Simão		1	1 a 2		2		1		3
Senador Canedo	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Serranópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 4		3		3	4	5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Silvânia	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Simolândia		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Sítio d"Abadia		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Taquaral de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Teresina de Goiás		1	1 a 2	1 a 2	2	3		3	4
Terezópolis de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3			4		3	
Três Ranchos		1	1 a 3	1	2		2	3	4
Trindade	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Trombas	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Turvânia	1 a 2	1 a 2	1 a 3					3	4
Turvelândia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Uirapuru	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Uruaçu	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Uruana	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Urutaí			1	1	1 a 2	2 a 3	2		
Valparaíso de Goiás	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Varjão	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Vianópolis	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Vicentinópolis	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Vila Boa		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Vila Propício	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abadia de Goiás		1	1 a 2	1				2	3
Abadiânia		1	1	1		2		2	3
Acreúna		1	1			2	1		
Adelândia			1		1		1		2
Água Fria de Goiás					1	1	1		2
Água Limpa			1		1	2	1		
Águas Lindas de Goiás			1		1				2
Alexânia			1		1	2	1		
Aloândia			1		1	2	1		3
Alto Horizonte			1		1				2
Alto Paraíso de Goiás			1		1	2	1	2	
Alvorada do Norte						1	1	1	2
Amaralina			1		1	2	1		
Americano do Brasil			1		1	2	1		
Amorinópolis			1		1		1		2
Anápolis		1	1	1		2		2	3
Anhanguera			1			2		1	
Anicuns		1	1			2	1		
Aparecida de Goiânia		1	1	1		2		2	3
Aparecida do Rio Doce		1	1 a 2				1	2	3
Aporé		1	1 a 2	1	2	3			
Araçu		1	1	1		2		2	3
Aragarças			1		1				2
Aragoiânia		1	1 a 2	1				2	3
Araguapaz			1		1				2
Arenópolis			1		1				2
Aruanã			1					1	
Aurilândia			1		1	2	1		
Avelinópolis		1	1	1		2		2	3
Baliza			1		1	2	1		
Barro Alto			1		1				2
Bela Vista de Goiás			1		1	2	1	2	3
Bom Jardim de Goiás			1		1				2
Bom Jesus de Goiás			1		1				2
Bonfinópolis		1	1	1		2		2	3
Bonópolis			1		1	2	1		
Brazabrantes		1	1	1		2		2	3
Britânia						1		1	
Buriti Alegre			1		1	2	1		
Buriti de Goiás			1		1		1		2
Buritinópolis						1		1	2
Cabeceiras						1 a 2		1	
Cachoeira Alta			1		1	2			
Cachoeira de Goiás			1		1		1		2
Cachoeira Dourada			1		1				2
Caçu		1	1			2	1	2	
Caiapônia		1	1 a 2	1				2	
Caldas Novas			1		1				2
Caldazinha		1	1			2	1	2	3
Campestre de Goiás		1	1	1		2		2	3
Campinaçu				1		1	2	1	2	
Campinorte				1		1	2	1		
Campo Alegre de Goiás							1		1	2
Campo Limpo de Goiás		1	1	1			2		2	3
Campos Belos				1		1				2
Campos Verdes				1		1				2
Carmo do Rio Verde				1		1		1		2
Castelândia				1		1				2
Catalão							1		1	2
Caturaí		1	1	1			2		2	3
Cavalcante				1		1	2	1	2	
Ceres				1		1		1		2
Cezarina		1	1				2	1	2	3
Chapadão do Céu		1	1 a 2	1	2	3				
Cidade Ocidental				1		1	2			
Cocalzinho de Goiás				1		1	2	1		
Colinas do Sul				1		1	2	1	2	
Córrego do Ouro				1		1		1		2
Corumbá de Goiás		1	1				2	1		3
Corumbaíba				1		1	2			
Cristalina							1		1	2
Cristianópolis				1		1	2	1		
Crixás				1		1				2
Cromínia		1	1				2	1	2	3
Cumari				1		1	2			
Damianópolis							1		1	2
Damolândia		1	1	1			2		2	3
Davinópolis							1		1	2
Diorama				1					1	2
Doverlândia		1	1	1			2		2	3
Edealina		1	1				2	1	2	3
Edéia		1	1				2	1		3
Estrela do Norte				1		1	2	1		
Faina				1		1				2
Fazenda Nova				1		1				2
Firminópolis				1		1	2	1		
Flores de Goiás						1	1	1		2
Formosa						1	1 a 2	1	2	
Formoso				1		1	2	1		
Gameleira de Goiás		1	1				2	1	2	3
Divinópolis de Goiás				1		1		1		2
Goianápolis		1	1	1			2		2	3
Goiandira				1					1	2
Goianésia				1		1		1		2
Goiânia		1	1 a 2	1					2	3
Goianira		1	1	1			2		2	3
Goiás				1		1		1		2
Goiatuba				1		1	2	1		
Gouvelândia				1					1	2
Guapo		1	1 a 2	1					2	3
Guaraíta				1		1		1		2
Guarani de Goiás							1		1	2
Guarinos				1		1				2
Heitoraí				1		1	2	1		
Hidrolândia		1	1				2	1	2	3
Hidrolina				1		1				2
Iaciara							1	1	1	2
Inaciolândia				1					1	2
Indiara		1	1				2	1	2	3
Inhumas		1	1	1			2		2	3
Ipameri							1		1	2
Ipiranga de Goiás				1		1				2
Iporá				1		1				2
Israelândia				1		1				2
Itaberaí		1	1				2	1		
Itaguari		1	1				2	1		
Itaguaru				1		1	2	1		
Itajá				1		1	2			
Itapaci				1		1				2
Itapirapuã				1					1	2
Itapuranga				1		1		1		2
Itarumã		1	1 a 2					1	2	3
Itauçu		1	1	1			2		2	3
Itumbiara				1		1	2			
Ivolândia				1		1	2	1		
Jandaia		1	1				2	1		
Jaraguá		1	1				2	1		
Jataí		1	1 a 2	1	2					3
Jaupaci				1					1	2
Jesúpolis		1	1	1			2		2	
Joviânia				1		1	2	1		3
Jussara				1					1	
Lagoa Santa						1	1 a 2			
Leopoldo de Bulhões		1	1	1			2		2	3
Luziânia				1		1	2			
Mairipotaba		1	1				2	1	2	3
Mambaí							1		1	2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Mara Rosa			1		1	2	1		
Marzagão			1					1	2
Matrinchã			1					1	2
Maurilândia			1		1				2
Mimoso de Goiás						1		1	2
Minaçu			1		1	2	1	2	
Mineiros	1	1	1 a 2		2	3			
Moiporá			1		1				2
Monte Alegre de Goiás			1		1		1		2
Montes Claros de Goiás			1					1	
Montividiu		1	1			2	1	2	
Montividiu do Norte		1	1			2	1	2	
Morrinhos			1		1	2	1		3
Morro Agudo de Goiás			1		1				2
Mossâmedes			1		1		1		2
Mozarlândia			1					1	2
Mundo Novo			1		1		1		2
Mutunópolis			1		1	2	1		
Nazário		1	1			2	1	2	3
Nerópolis		1	1	1		2		2	3
Niquelândia			1		1		1		2
Nova América			1		1				2
Nova Aurora			1					1	2
Nova Crixás			1		1				2
Nova Glória			1		1				2
Nova Iguaçu de Goiás			1		1				2
Nova Roma			1		1		1		2
Nova Veneza		1	1	1		2		2	3
Novo Brasil			1					1	2
Novo Gama			1		1	2	1		
Novo Planalto		1	1			2	1	2	
Orizona						1		1	2
Ouro Verde de Goiás		1	1	1		2		2	3
Ouvidor			1					1	2
Padre Bernardo			1		1				2
Palestina de Goiás			1		1	2	1		
Palmeiras de Goiás		1	1			2	1	2	3
Palmelo						1		1	2
Palminópolis		1	1			2	1		
Panamá			1		1	2			
Paranaiguara			1					1	2
Paraúna		1	1			2	1		
Perolândia		1	1 a 2	1	2				3
Petrolina de Goiás		1	1	1		2		2	3
Pilar De Goiás			1		1				2
Piracanjuba			1		1	2	1		3
Piranhas			1		1		1		2
Pirenópolis		1	1	1		2		2	3
Pires do Rio			1					1	2
Planaltina			1		1	2	1	2	
Pontalina		1	1			2	1	2	3
Porangatu		1	1			2	1	2	
Porteirão			1		1		1		2
Portelândia		1	1 a 2	1	2				3
Posse						1	1	1	2
Professor Jamil		1	1			2	1	2	3
Quirinópolis			1		1	2			
Rialma			1		1		1		2
Rianápolis			1		1		1		2
Rio Quente			1		1				2
Rio Verde		1	1	1		2		2	
Rubiataba			1		1				2
Sanclerlândia			1		1		1		2
Santa Bárbara de Goiás		1	1	1		2		2	3
Santa Cruz de Goiás			1		1	2	1		
Santa Fé de Goiás			1					1	
Santa Helena de Goiás			1		1	2	1		
Santa Isabel			1		1		1		2
Santa Rita do Araguaia		1	1 a 2	1	2	3			
Santa Rita do Novo Destino			1		1				2
Santa Rosa de Goiás		1	1	1		2		2	
Santa Tereza de Goiás			1		1	2	1		
Santa Terezinha de Goiás			1		1				2
Santo Antônio da Barra		1	1			2	1		
Santo Antônio de Goiás		1	1	1		2		2	3
Santo Antônio do Descoberto			1		1	2	1		
São Domingos						1		1	2
São Francisco de Goiás		1	1	1		2		2	3
São João d"Aliança					1	1	1		2
São João da Paraúna			1		1	2	1		
São Luís de Montes Belos			1		1		1		2
São Luíz do Norte			1		1				2
São Miguel do Araguaia		1	1	1		2		2	
São Miguel do Passa Quatro			1		1	2	1		
São Patrício			1		1		1		2
São Simão						1		1	2
Senador Canedo		1	1	1		2		2	3
Serranópolis		1	1 a 2	1	2	3			
Silvânia			1		1	2	1	2	3
Simolândia						1	1	1	2
Sítio d"Abadia						1		1	2
Taquaral de Goiás		1	1			2	1	2	
Teresina de Goiás			1		1		1		2
Terezópolis de Goiás		1	1	1		2		2	3
Três Ranchos			1		1	2			
Trindade		1	1 a 2	1				2	3
Trombas		1	1			2	1	2	
Turvânia		1	1			2	1		
Turvelândia			1		1	2	1		
Uirapuru			1		1		1		2
Uruaçu			1		1		1		2
Uruana			1		1	2	1		
Urutaí						1		1	2
Valparaíso de Goiás			1		1	2	1		
Varjão		1	1	1		2		2	3
Vianópolis			1		1	2	1		
Vicentinópolis			1		1	2	1		
Vila Boa						1 a 2	1	1 a 2	
Vila Propício			1		1		1		2

PORTARIA Nº 210, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado de Minas Gerais, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 120 dias); Grupo II (120 dias < n ≤ 140 dias); e Grupo III (n >140 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d)Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651 , de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9853, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150 e AD189;

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Copacabana e Mucuripe;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B512PW, 2A620PW, 2B877PW, 2B655PW, 2B610PW, 2B210PW, 2B688RR, 2B587RR, 2B433PW, 2B710PW, 2B587PW, 2B633PW, 2B810PW, 2B688PW, 2A401PW, CD3410PW, 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A77PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, Dow WxA504, CD 384PW, DB 2B339PW, NEX 5617PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 2B346PW, CD384RR, MG600PW, CD3775PW, 2B647PW, MG699RR, MG744PW, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, 2A521PW, MG711PW e 2B640PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30K73, 30K73YHR, 30K73H, 30F53VYHR, 30F53VYH, P3431, P3340YHR, BG7032YH, BG7330H, P3456, BG7032YHR, 30F35HR, 30F53R, BG7032, 30F35R, P3456VYH, 30F90H, P3431H, 30F35VYHR, 30F35H, P3431YHR, 30F35YH, 30F35, P3456H, P3431YH, 30F53, 30F53YHR, BG7318YH, P1630YH, P3250, 30F53YH, BG7032H, P2830VYH, 30F53EH, 30F53HR, P2830H, BG703BRS 30412HR, BG7432H, P2830, 30F53H, P3340H, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 3040, BRS 3046, BR 206, BRS 2020, BRS 2022, BRS 2223, BR 106, BR 451, BR 473, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 1055, BRS 1060, BRS 3035, BRS Gorutuba, BRS 4104 e BR 205;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 905, BM 3066, BM 955, BM 3063, BM 207, SHS 4090, BM 709, SHS 5050, SHS 4080, BM 810, SHS 4070, BM 820, BM 502, SHS 7090, SHS 5560, SHS 5090, SHS 3031, SHS 5070, SHS 5550, SHS 5080, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80, 2M88 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4003, AX 727, BALU 7690 e MS 2010;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI, PR 27D28 e PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB285PRO2, AG9030RR2, AS 1551RR2, AG 9080PRO2, GNZ 9505PRO, DKB340PRO2, AG9045PRO2, GNZ 9505YG, DKB250PRO2, AG9030PROX, AS 1551PRO, AG9080PRO, DKB 330, DKB 330RR2, AG9030PRO2, DKB330PRO, AG 9010PRO, AS 1660PRO, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9434, LG 3055PRO3, RB 9006PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS 1660PRO2, AS1551PRO2, AS1660PROX, AS 1660, AS1656RR2, AS1656PRO3, AS1633PRO3, AS1633PRO, AS1590PRO, AG 9010, AG9080RR2, RB 9110YG, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, RB9110PRO, AS 1633, AS1660PRO3, AS1575PRO3, AG9030PRO3, AG8061PRO3, DKB330PRO2, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, DKB 275PRO, AS 1633PRO2, AG 9030, LG 3055PRO2, AG 7000, BALU 280PRO, BM 650, AG 8088RR2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AG 8544, AG 8544PRO, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO2, AG 8580PRO, SHS7910PRO3, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2,

AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, DKB315PRO, RB 9108PRO, RB 9108, DKB 250RR2, DKB 340PRO, ADV 9434PRO2, ADV 9434PRO3, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 5055PRO, AG 7098, NS 56PRO2, AG8580PROX, AG 8061, AG8061PROX, NS 56RR2, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO2, NS 50PRO, AG8677PRO2, AG8677PRO3, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780PRO, AG8780PRO3, LG 6036RR2, AG 8676PRO2, AG8690PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, AG 9040, AG 9045PRO, AG 9045RR2, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PRO3, AG7098PROX, NS 90PRO2, NS 90PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, AG 8061RR2, AG8500RR2, AG8544PRO3, AG8580PRO2, AG8580PRO3, DKB275PRO3, NS92PRO, NS 92PRO2, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9626PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9505PRO3, DKB 350, DKB 350PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, AS 1598PRO2, RB 9005PRO2, LG6036PRO3, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, AG 7098PRO, LG 3055PRO, AS 1596, AS 1596PRO, LG 6036PRO2, LG 6036PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, GNZ 9690RR2, RB 9004PRO, NS 90RR2, DKB290PRO, AS 1656PRO2, AS 1661PRO, AS 1665PRO, 2300RR2, AS1642PRO, AS1656PRO, DKB245PRO2, DKB250PRO3, DKB290, AS1555PRO3, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, AS1555RR2, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308YG, RB 9308, RB 9210PRO2, RB 9210PRO, RB 9210, RB 9110, AS1573PRO, AS1596PRO3, RB 9108PRO2, AS 1642, LG6050PRO2, LG 6038PRO3, AS 1642 PRO2, AS1555PRO, LG 3055, SHS 7920PRO3, AS1555PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, GNZ9501PRO, CD 3715RR2, CD 397PRO, AG9025PRO3, RB 9108PROX, RB 9108PRO3, RB 9077PRO, RB 9006RR2, BM 780PRO2, BM 780PRO3, BM 840PRO, BM 840RR2, CD324PRO, CD 3715, CD 3715PRO, CD 3715PRO2, DKB290PRO3, GNZ 9505PRO2, BM780PRO, BM 915PRO, BM780RR2, DKB 310, DKB 310PRO2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO, DKB310PRO3, DKB330PRO3, DKB340PROX, DKB390PRO3, DKB390PROX, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB 240PRO2, DKB 177RR2, DKB 240YGRR2, DKB 245PRO, DKB 245RR2, DKB 250, DKB 250PRO, DKB 310PRO, DKB 390YG, DKB177PRO, DKB177PROX, RB 9006PRO2, RB 9006PRO, AS1666PRO, AS1677PRO3, BALU 480PRO, BALU 480PRO2, BALU 480PROX, BALU 480RR2, AG9045PRO3, AS 1575, AS 1575PRO, AS 1581, AS 1581PRO, CD 397YG, DKB 175, DKB 175PRO, DKB 175PRO2, DKB 175RR2, DKB 177, DKB 177PRO2, DKB177PRO3, DKB 240RR2, 3020RR2, NS 50PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950, BM950PRO3, AG8700, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, 8304PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO, LG 6036 e AS1777PRO3;

NIDERA: NS77PRO2 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 677, PZ 204, PZ 316, PZ 240, PZ 226, PZ 216 e PZ 232;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445, Balu787 e Balu787PRO2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9800PRO2, K9600PRO2, R9080, R9080PRO2, SM 511, K9220PRO2, SG 6302, ATL 310, SG 6011, DG 601, FTH 510, ATL 100, RK3115, DG 501, RK3014, ATL 200, R9330PRO2, DG 213, K9200, SM 966, K9100, Balu 188, GNZ 9510, ATL 110, GNZ 9506, ATL 400, FTH 960, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3 e ATL 300S;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 4013, XB 8010, XB 8030, XB 6012 Bt, XB 6012, XB 9003, XB 7253, XB 7116, XB 8018, XB 7253 Bt, 60XB14 Bt, 90XB06, XB 9003 Bt, XB 8018 Bt e 60XB14;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22T10, SX1093, PRE 22S18 TP3, PRE 22S18 TP2, PRE22S18, PRE 22D11, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

SYNGENTA SEEDS LTDA: GSS 3969, GSS 41240, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, RB 6324, Thunder, SYN7205 VIP2, SX6003 VIP3, SX8394 VIP3, SX8934 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SW3949 TL, SX7331, SX7331 Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SG 6418, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Tropical Plus, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, Celeron TL, Cargo TL, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, Somma Viptera, SX7341 VIP3, SW3949, SYN4306, SYN4306 TL, SYN5T78, SYN7205 TL, SZ7142, SZ7142 TLTG Viptera, GSS41242, SX8442 VIP3, 3040VIP3, Formula VIP2, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Formula, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6552 VIP3, SX7772 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SY6222 VIP3 e SZ7684 VIP3.

GRUPO II

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

AVANTI SEEDS: SW 5130, SW 5156, SW 5560, SW 5198 e AV 4142;

BIONACIONAL SEMENTES: Taurus;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 316Hx, CD 393 e CD 393Hx;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: CD3880PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 1010 e BRS 3025;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ 2005 YG, GNZ7280PRO2, GNZ7280, GNZ7210 e GNZ7210PRO2;

IAC: IAC 3330 e IAC Airan;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 03 e RG 02A;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: MS 2013;

NIDERA: NS82;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: DG 627, SG 6010 e SM 505;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 40 e RVM 30;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044;

SEMPRE SEMENTES: SX1086, SX1076, PRE 32D10, SX1086 TP2, SX1086 TP, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3 e PRE2601 TP.

SYNGENTA SEEDS LTDA: CD 308.

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI340 e AGRI-104.

GRUPO III

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001 e IPANEMA;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Vivi;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, Al Bianco, CATIVERDE 02, AL Bandeirante, AL Piratininga e AL 34.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abadia dos Dourados	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4				6
Abaeté	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Abre Campo			1 a 3	1 a 3	1 a 3	4 a 5		4	6
Acaiaca		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Açucena			1 a 3		1 a 3	4 a 5	1 a 3	4	
Água Boa					1 a 3	1 a 4	1 a 2	4	5 a 6
Água Comprida	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6	4	5	
Aguanil	1	1 a 2	1 a 4	2	3		3	4	5 a 6
Águas Formosas						1 a 6	2 a 4	1 a 6	
Águas Vermelhas									2 a 4
Aimorés					1 a 3	1 a 4	1 a 3		5 a 6
Albertina	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3				
Além Paraíba	1 a 3	1 a 3	1 a 6		4		4	5	
Alfenas		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Almenara						3 a 6		2 a 6	1 a 2
Alpercata						1 a 3		1 a 3	4
Alpinópolis		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5 a 6	3	4	
Alterosa	1	1 a 3	1 a 4	2		5 a 6	3	4	
Alto Caparaó		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4 a 5		4	6	
Alto Jequitibá		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4 a 5		4	6	
Alto Rio Doce	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4				6
Alvarenga						1 a 3		1 a 3	4
Alvinópolis		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5 a 6	3	4	
Alvorada de Minas		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6	4	5	
Amparo do Serra		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Andradas	1 a 2	1 a 2	1 a 4		3			4	
Angelândia					1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5 a 6
Antônio Dias			1 a 3	1 a 3	1 a 3	4 a 5		4	6
Antônio Prado de Minas		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6		5	
Araçaí		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	
Aracitaba	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6		5	
Araçuaí								1 a 2	1 a 4
Araguari	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4		4	5	6
Araponga		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5 a 6		4	
Araporã	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	6
Arapuá	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Araújos	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5	3		6
Araxá	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	
Arceburgo	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6	4	5 a 6	
Arcos	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3	4	6
Areado	1	1 a 3	1 a 4	2	4	5 a 6	3		
Argirita		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6		5	
Aricanduva			1 a 2		1 a 2	3 a 5	1 a 3	3 a 5	6
Arinos		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5
Astolfo Dutra		1 a 3	1 a 4	1 a 3	4	5			6
Ataléia						1 a 3		1 a 3	4 a 6
Augusto de Lima		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5
Baldim		1 a 2	1 a 5	1 a 2	3		3	4	6
Bambuí	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6			
Bandeira						3 a 6		2 a 6	1 a 2
Bandeira do Sul	1	1 a 2	1 a 3	2	3				
Barão de Cocais	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6		5	
Barão de Monte Alto		1 a 3	1 a 5	1 a 3		6		4	
Barra Longa		1 a 3	1 a 3	1 a 2		4 a 5	3	4	6
Bela Vista de Minas		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Belmiro Braga	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	
Belo Horizonte	1 a 2	1 a 3	1 a 6	3	4			5	
Belo Oriente						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5
Belo Vale	1 a 2	1 a 3	1 a 6	3	4		4	5	
Berilo								1 a 2	1 a 3
Bertópolis					2 a 4	1 a 6	2 a 5	1 + 5 a 6	
Betim	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Bias Fortes	1 a 2	1 a 3	1 a 4			5 a 6	3	4	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bicas	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5	
Biquinhas	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Boa Esperança	1	1 a 2	1 a 4	2	3		3	4	5 a 6
Bocaiúva		1 a 3	1 a 2	1 a 3		3 a 4		4	5
Bom Despacho		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3		6
Bom Jesus da Penha		1 a 3	1 a 4	1 a 2	4	5 a 6	3		
Bom Jesus do Amparo	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Bom Jesus do Galho					1 a 3	1 a 4	1 a 3		5 a 6
Bom Sucesso		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Bonfim	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	
Bonfinópolis de Minas		1 a 2	1 a 2	1 a 2		3		3	4
Bonito de Minas					1 a 3	1 a 3	1 a 3		
Botelhos	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4		4	
Botumirim						1 a 2	1 a 3	1 a 3	3 a 4
Brás Pires		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
Brasilândia de Minas			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	
Brasília de Minas					1 a 3	1 a 2	1 a 2		3 a 4
Braúnas			1 a 2		1 a 3	3 a 5	1 a 3	4	6
Brumadinho	1 a 2	1 a 3	1 a 6	3	4		4	5	
Buenópolis		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5
Bugre						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Buritis	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4 a 5		4	
Buritizeiro		1 a 2	1 a 2	1 a 2		3		3	4
Cabeceira Grande	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Cabo Verde	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Cachoeira da Prata	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3		6
Cachoeira de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3				3		
Cachoeira de Pajeú									1 a 3
Cachoeira Dourada	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Caetanópolis		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3		
Caeté	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6		5	
Caiana		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4 a 5		4	6	
Cajuri		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
Camacho	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5 a 6
Cambuquira	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Campanário						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5 a 6
Campanha	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Campina Verde		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5
Campo Azul			1 a 3		1 a 2		1 a 2	3	4
Campo Belo	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5 a 6
Campo do Meio	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5 a 6
Campo Florido		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5 a 6
Campos Altos	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	
Campos Gerais	1	1 a 2	1 a 4	2	3		3	4	5 a 6
Cana Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5 a 6
Canaã		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
Canápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Candeias	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5 a 6
Cantagalo			1 a 2		1 a 2	3 a 5	1 a 3	3 a 4	6
Caparaó		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4 a 5		4	6	
Capela Nova	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4				6
Capelinha					1 a 2	1 a 4	1 a 3	3 a 4	5 a 6
Capetinga	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6	4	5	
Capim Branco		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Capinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Capitão Andrade						1 a 3		1 a 3	4
Capitão Enéas						1 a 2	1 a 3	1 a 3	3 a 4
Capitólio		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5 a 6
Caputira			1 a 3	1 a 2	1 a 3	4 a 6	3	4	
Caraí						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Caranaíba	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6			
Carangola		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4 a 5		4	6	
Caratinga					1 a 3	1 a 4	1 a 3		5 a 6
Carbonita			1 a 2		1 a 2	3 a 4	1 a 3	3 a 4	5 a 6
Careaçu	1	1 a 2	1 a 3	2	3				
Carlos Chagas						1 a 6	1 a 3	1 a 5	
Carmésia		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4			5	6
Carmo Da Cachoeira		1 a 2	1 a 2	1		3	2		4
Carmo da Mata	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5 a 6		4	
Carmo de Minas	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Carmo do Cajuru	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5 a 6		4	
Carmo do Paranaíba	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Carmo do Rio Claro		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5 a 6
Carmópolis de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5 a 6		4	
Carneirinho		1	1 a 3		2		1 a 2	3	4
Carvalhópolis	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Casa Grande	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Cascalho Rico	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4			5	6
Cássia	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5 a 6	
Cataguases		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
Catas Altas	1 a 3	1 a 3	1 a 5			6		4 a 5	
Catas Altas da Noruega	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4				6
Catuji						1 a 3		1 a 3	4 a 6
Catuti						1 a 3	1 a 3	1 a 3	4
Caxambu	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3		3		
Cedro do Abaeté	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3	4	6
Central de Minas						1 a 3		1 a 3	4
Centralina	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Chácara	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Chalé			1 a 5		1 a 3	6	1 a 3	4 a 5	
Chapada do Norte						1 a 3		1 a 2	4
Chapada Gaúcha		1 a 3	1 a 3	1 a 2		4	3	4	5
Chiador	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5			6	
Cipotânea	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5			6
Claraval	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
Claro dos Poções			1 a 2		1 a 2	3	1 a 3	3	4
Cláudio	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5 a 6		4	
Coimbra		1 a 3	1 a 4	1 a 2		5	3	4	6
Coluna			1 a 3	1 a 3	1 a 3	4 a 6		4 a 5	
Comendador Gomes		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5
Comercinho									1 a 3
Conceição da Aparecida		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5 a 6	3	4	
Conceição da Barra de Minas	1	1 a 2	1 a 3				2	3	4 a 5
Conceição das Alagoas	1	1 a 3	1 a 3	2		4	3	4	5 a 6
Conceição de Ipanema			2 a 4		1 a 3	1 + 5	1 a 3	4	6
Conceição do Mato Dentro		1 a 2	1 a 5	1 a 3	3 a 4	6		5	
Conceição do Pará	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5	3		6
Conceição do Rio Verde	1	1 a 2	1 a 3	2	3				
Conceição dos Ouros	1 a 2	1 a 3	1 a 3				3		
Cônego Marinho								1 a 3	1 a 3
Confins	1 a 2	1 a 2	1 a 4	3	3	5		4	6
Congonhal	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3		3		
Congonhas	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	
Congonhas do Norte		1 a 2	1 a 5	1 a 3	3 a 4			5	6
Conquista	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	
Conselheiro Lafaiete	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Conselheiro Pena						1 a 3		1 a 3	4
Contagem	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Coqueiral	1	1 a 2	1 a 4	2	3		3	4	5 a 6
Coração de Jesus			1 a 3		1 a 2		1 a 2	3	4
Cordisburgo		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	
Cordislândia	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Corinto		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		5
Coroaci					1 a 2	1 a 4	1 a 2	3 a 4	5 a 6
Coromandel	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	
Coronel Fabriciano			1 a 2		1 a 3	3 a 5	1 a 3	4	6
Coronel Murta									1 a 2
Coronel Pacheco	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Coronel Xavier Chaves	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Córrego Danta	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Córrego Fundo	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		5 a 6
Córrego Novo					1 a 3	1 a 4	1 a 3		5 a 6
Couto de Magalhães de Minas		1 a 2	1 a 5	1 a 3	3 a 4	6	4	5	
Crisólita						1 a 6	1 a 3	1 a 6	
Cristais	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		5 a 6
Cristália								1 a 3	1 a 3
Cristiano Otoni	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Crucilândia	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	
Cruzeiro da Fortaleza	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5	
Cuparaque						1 a 3		1 a 3	4
Curvelo		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		5
Datas		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6	4	5	
Delfinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5			6	
Delta	1 a 3	1 a 4	1 a 5		5	6	4 a 5	6	
Descoberto		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4				6
Desterro do Melo	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Diamantina		1 a 2	1 a 4	1 a 3	3 a 4	5 a 6		5	
Diogo de Vasconcelos		1 a 3	1 a 4	1 a 2		5	3	4	6
Dionísio			1 a 2		1 a 2	3 a 4	1 a 3	3 a 4	5 a 6
Divinésia		1 a 3	1 a 4	1 a 2		5	3	4	6
Divino		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4			5 a 6	
Divino das Laranjeiras						1 a 3		1 a 3	4
Divinolândia de Minas			1 a 3		1 a 3	4 a 5	1 a 3	4	6
Divinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	6
Divisa Alegre									1 a 3
Divisa Nova	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Divisópolis								2 a 4	1 a 6
Dom Bosco			1 a 2	1 a 2	1 a 2	3		3	4
Dom Cavati						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Dom Joaquim		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6		5	
Dom Silvério		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Dom Viçoso	1 a 2	1 a 3	1 a 3				3		
Dona Eusébia		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
Dores de Guanhães			1 a 3	1 a 3	1 a 3	4 a 5		4	6
Dores do Indaiá		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Dores do Turvo	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5			6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Doresópolis		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Douradoquara	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4				6
Durandé			1 a 5	1 a 3	1 a 3	6	4	4 a 5	
Elói Mendes		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Engenheiro Caldas						1 a 3		1 a 3	4
Engenheiro Navarro		1 a 2	1 a 2	1 a 3		3 a 4		3	5
Entre Folhas						1 a 3	1 a 3	1 a 3	4 a 5
Entre Rios de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Ervália		1 a 3	1 a 5	1 a 3		6		4	
Esmeraldas	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5 a 6		4	
Espera Feliz		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4 a 5		4	6	
Espinosa								1 a 3	1 a 3
Estiva	1 a 2	1 a 3	1 a 3				3		
Estrela dalva		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5 a 6		4 a 5	
Estrela do Indaiá		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Estrela do Sul	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5	
Eugenópolis		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6		5	
Ewbank da Câmara	1 a 2	1 a 3	1 a 4			5 a 6	3	4	
Fama	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5 a 6
Faria Lemos		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4 a 5		4	6	
Felício dos Santos		1 a 3	1 a 4	1 a 3	4	5 a 6	4	5	
Felisburgo					2 a 4	1 a 6	2 a 4	1 + 5 a 6	
Felixlândia		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		5
Fernandes Tourinho						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Ferros		1 a 3	1 a 5	1 a 3				4	6
Fervedouro		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4			5	
Florestal	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3				4	6
Formiga	1	1 a 2	1 a 4	2	3		3	4	5 a 6
Formoso	1 a 3	1 a 2	1 a 3		3 a 4	4 a 5		5	
Fortaleza de Minas	1	1 a 3	1 a 4	2 a 3	4	5 a 6		5	
Fortuna de Minas	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3	4	6
Francisco Badaró								1 a 2	1 a 3
Francisco Dumont		1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3 a 4			5
Francisco Sá					1 a 3	1 a 2	1 a 3		3 a 4
Franciscópolis						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5 a 6
Frei Gaspar						1 a 4		1 a 3	5 a 6
Frei Inocêncio						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5
Frei Lagonegro			1 a 3	1 a 2	1 a 3	4 a 5	3	4 a 5	6
Fronteira		1 a 2	1 a 3	1	3	4	2	4	5 a 6
Fronteira dos Vales					2 a 4	1 a 6	2 a 4	1 + 5 a 6	
Fruta de Leite									1 a 3
Frutal		1 a 2	1 a 3	1	3	4	2	4	5
Funilândia		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Galiléia						1 a 3		1 a 3	4
Gameleiras								1 a 3	1 a 3
Glaucilândia			1 a 3		1 a 3		1 a 2		4
Goiabeira						1 a 3		1 a 3	4
Goianá	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6		5	
Gonzaga			1 a 3		1 a 3	4 a 5	1 a 2	4	6
Gouveia		1 a 2	1 a 5	1 a 3	3 a 4	6		5	
Governador Valadares						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Grão Mogol						1 a 3		1 a 3	
Grupiara	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4		4		6
Guanhães			1 a 3	1 a 3	1 a 3	4 a 5		4 a 5	6
Guapé		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4			5 a 6
Guaraciaba		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5	3	4	6
Guaraciama			1 a 2	1 a 2	1 a 2	3	3	3	4 a 5
Guaranésia	1	1 a 3	1 a 4	2 a 3	4	5 a 6	4	5 a 6	
Guarani	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4				6
Guarará	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5	
Guarda-Mor		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		5
Guaxupé	1	1 a 3	1 a 4	2 a 3	4	5 a 6	4	5 a 6	
Guidoval		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
Guimarânia	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5	
Guiricema		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
Gurinhatã		1 a 3	1 a 3	1 a 2		4	3	4	5
Heliodora	1	1 a 2	1 a 3	2	3				
Iapu						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Ibiá	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	
Ibiaí			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4
Ibiracatu								1 a 3	1 a 3
Ibiraci	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	
Ibirité	1 a 2	1 a 3	1 a 6	3	4		4	5	
Ibitiúra de Minas	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3				
Ibituruna		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Icaraí de Minas					1 a 3	1 a 3	1 a 2		4
Igarapé	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Igaratinga	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	6
Iguatama		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Ijaci		1 a 2	1 a 2	1		3	2		4
Ilicínea		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5 a 6
Imbé de Minas						1 a 3	1 a 2	1 a 3	4 a 5
Indaiabira									1 a 3
Indianópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Ingaí		1 a 2	1 a 2	1		3 a 4	2	3	
Inhapim						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Inhaúma	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3	4	6
Inimutaba		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		5
Ipaba						1 a 3	1 a 3	1 a 3	4 a 5
Ipanema					1 a 3	1 a 4	1 a 3		5 a 6
Ipatinga			1 a 3		1 a 3	4 a 5	1 a 3	4	
Ipiaçu	1	1 a 3	1 a 4	2			3	4	5
Iraí de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6		6	
Itabira		1 a 3	1 a 5	1 a 2	4	6	3		
Itabirinha						1 a 3		1 a 3	4
Itabirito	1 a 2	1 a 3	1 a 6	3	4		4	5	
Itacambira			1 a 3		1 a 3		1 a 2		4
Itacarambi									1 a 2
Itaguara	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6			
Itaipé						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Itamarandiba			1 a 3	1 a 3	1 a 3	4 a 5		4 a 5	6
Itamarati de Minas		1 a 3	1 a 4	1 a 3	4	5			6
Itambacuri						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5 a 6
Itambé do Mato Dentro		1 a 2	1 a 5	1 a 2	3 a 4		3	5	6
Itamogi	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6	4	5 a 6	
Itanhomi						1 a 3		1 a 3	4
Itaobim									1 a 4
Itapagipe		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5
Itapecerica	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5 a 6		4	
Itatiaiuçu	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Itaú de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6		5	
Itaúna	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6			
Itaverava	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Itinga									1 a 3
Itueta						1 a 3		1 a 3	4
Ituiutaba	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Itumirim		1 a 2	1 a 2	1		3 a 4	2	3	
Iturama		1 a 2	1 a 3	1	3	4	2		
Itutinga	1	1 a 2	1 a 3			4	2	3	
Jaboticatubas		1 a 2	1 a 5	1 a 2	3		3	4	6
Jacinto					3 a 5	2 a 6	4 a 6	1 a 2 + 6	1
Jacuí	1	1 a 3	1 a 4	2 a 3	4	5 a 6		5 a 6	
Jacutinga	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	
Jaguaraçu			1 a 2		1 a 3	3 a 5	1 a 3	4	6
Jaíba								1 a 3	1 a 3
Jampruca						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Janaúba						1 a 3	1 a 3	1 a 3	4
Januária					1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4
Japaraíba		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3		6
Japonvar					1 a 3	1 a 3			
Jeceaba	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	
Jenipapo de Minas								1 a 3	1 a 4
Jequeri		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
Jequitaí			1 a 2	1 a 2	1 a 2	3		3	4
Jequitibá		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5	3	4	6
Jequitinhonha						3 a 5		1 a 5	1 a 2 + 6
Jesuânia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	
Joaíma						1 a 6	1 a 3	1 a 6	
Joanésia			1 a 2		1 a 3	3 a 5	1 a 3	4	6
João Monlevade		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
João Pinheiro		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3				4
Joaquim Felício		1 a 3	1 a 3	1 a 2		4	3	4	5
Jordânia					3 a 5	1 a 6	3 a 5	1 a 2 + 6	
José Gonçalves de Minas						1 a 2		1 a 2	3 a 4
José Raydan			1 a 3		1 a 2	4 a 5	1 a 3	3 a 4	6
Josenópolis									1 a 2
Juatuba	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Juiz de Fora	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5			6	
Juramento			1 a 3		1 a 3		1 a 2		4
Juruaia	1	1 a 3	1 a 4	2	4	5 a 6	3	5 a 6	
Juvenília									1 a 3
Ladainha						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5 a 6
Lagamar	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	
Lagoa da Prata		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Lagoa dos Patos			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4
Lagoa Formosa	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Lagoa Grande		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		5
Lagoa Santa	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3		6		4	
Lajinha		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4 a 5		4	6	
Lambari	1	1 a 2	1 a 2	2					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lamim	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4				6
Laranjal		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Lassance		1 a 2	1 a 2	1 a 2		3	3	3	4 a 5
Lavras		1 a 2	1 a 2	1		3	2		4
Leandro Ferreira	1 a 2	1 a 2	1 a 4		3		3		5
Leme do Prado						1 a 2	1 a 2	1 a 3	3 a 4
Leopoldina		2 a 3	1 a 4	1 a 3	1 + 4	5			6
Limeira do Oeste		1	1 a 3	1	2	4	2	3	
Lontra					1 a 3	1 a 3			
Luisburgo		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6		5	
Luislândia					1 a 3	1 a 2	1 a 2		3 a 4
Luminárias	1	1 a 2	1 a 2			3	2	3	
Luz		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Machacalis						1 a 6	2 a 4	1 a 6	
Machado	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Malacacheta						1 a 4	1 a 2	1 a 3	5 a 6
Mamonas								1 a 3	1 a 3
Manga									1 a 3
Manhuaçu			1 a 4	1 a 3	1 a 3	5 a 6		4 a 5	
Manhumirim		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4		4	5 a 6	
Mantena						1 a 3		1 a 3	4
Mar de Espanha	1 a 3	1 a 4	1 a 6		5		4		
Maravilhas	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3		
Mariana	1 a 3	1 a 3	1 a 5			6		4 a 5	
Marilac						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5
Mário Campos	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	
Maripá de Minas		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6		5	
Marliéria			1 a 2		1 a 3	3 a 4	1 a 3	4	5 a 6
Martinho Campos		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		5
Martins Soares		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4		4	5	
Mata Verde						3 a 5		2 a 4	1 a 2 + 6
Materlândia		1 a 2	1 a 5	1 a 3	3 a 4	6		5	
Mateus Leme	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Mathias Lobato						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Matias Barbosa	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5			6	
Matias Cardoso									1 a 2
Matipó			1 a 4	1 a 3	1 a 3	5 a 6		4	
Mato Verde								1 a 3	1 a 3
Matozinhos		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Matutina	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Medeiros	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5 a 6	
Medina									1 a 3
Mendes Pimentel						1 a 3		1 a 3	4
Mercês	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4				6
Mesquita			1 a 3		1 a 3	4 a 5	1 a 3	4	
Minas Novas						1 a 3	1 a 2	1 a 3	4 a 5
Mirabela					1 a 3	1 a 2	1 a 3		3 a 4
Miradouro		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6		5	
Miraí		1 a 3	1 a 5	1 a 3				4	6
Miravânia								1 a 3	1 a 3
Moeda	1 a 2	1 a 3	1 a 6	3	4		4	5	
Moema		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Monjolos		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5	3	4	6
Monsenhor Paulo		1 a 2	1 a 2	1		3	2		
Montalvânia								1 a 3	1 a 3
Monte Alegre de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Monte Azul								1 a 3	1 a 3
Monte Belo	1	1 a 3	1 a 4	2 a 3	4	5 a 6		5	
Monte Carmelo	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Monte Formoso						2 a 4		1 a 3	1 + 5 a 6
Monte Santo de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6	4	5 a 6	
Monte Sião	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	
Montes Claros			1 a 3		1 a 3		1 a 2		4
Montezuma									1 a 3
Morada Nova de Minas	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		5
Morro da Garça		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		5
Morro do Pilar		1 a 3	1 a 5	1 a 2	4		3	5	6
Muriaé		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6		5	
Mutum			1 a 5	1 a 3	1 a 3	6		4 a 5	
Muzambinho	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Nacip Raydan						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5 a 6
Nanuque						2 a 6		1 a 5	1
Naque						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Natalândia		1 a 2	1 a 3	1 a 2				3	4
Natércia	1	1 a 2	1 a 2	2					
Nazareno	1	1 a 2	1 a 3				2	3	4
Nepomuceno	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5 a 6
Ninheira									1 a 3
Nova Belém						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Nova Era		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Nova Lima	1 a 2	1 a 3	1 a 6	3	4		4	5	
Nova Módica						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Nova Ponte	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	
Nova Porteirinha						1 a 3	1 a 3	1 a 3	
Nova Resende	1	1 a 3	1 a 4	2	4	5 a 6	3		
Nova Serrana	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5	3		6
Nova União	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Novo Cruzeiro						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Novo Oriente de Minas						1 a 5	1 a 3	1 a 5	6
Novorizonte									1 a 3
Olaria	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4			5	
Olhos-d"Água		1 a 3	1 a 3	1 a 2		4	3	4	5
Olímpio Noronha	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Oliveira	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5 a 6		4	
Oliveira Fortes	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5			6
Onça de Pitangui	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5	3		6
Oratórios		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Orizânia		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4			5	
Ouro Fino	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	
Ouro Verde de Minas						1 a 4		1 a 3	5 a 6
Padre Carvalho									1 a 3
Padre Paraíso								1 a 3	1 a 5
Pai Pedro						1 a 3	1 a 2	1 a 3	4
Paineiras	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Pains		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		5 a 6
Paiva	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6		5	
Palma		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Palmópolis					3 a 6	1 a 6	3 a 6	1 a 2	
Papagaios	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3		
Pará de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	6
Paracatu			1 a 2	1	1 a 2	3	2	3	4
Paraguaçu		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Paraopeba		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3		
Passa Tempo	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5 a 6		4	
Passabém		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4				6
Passa-Vinte	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4 a 5		4		
Passos	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6		5	
Patis					1 a 2	1 a 3		3	
Patos de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	
Patrocínio	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
Patrocínio do Muriaé		1 a 3	1 a 5	1 a 3		6		4 a 5	
Paula Cândido		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5	3	4	6
Paulistas			1 a 3	1 a 2	1 a 3	4 a 5	3	4 a 5	6
Pavão						1 a 6	1 a 3	1 a 5	
Peçanha			1 a 3		1 a 3	4 a 5	1 a 3	4	6
Pedra Azul								2 a 4	1 a 4
Pedra Bonita		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5 a 6		4 a 5	
Pedra do Anta		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Pedra do Indaiá	1	1 a 3	1 a 4	2		5	3	4	6
Pedra dourada		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4			5 a 6	
Pedralva	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Pedras de Maria da Cruz						1 a 3		1 a 3	
Pedrinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	
Pedro Leopoldo	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5 a 6		4	
Pedro Teixeira	1 a 2	1 a 3	1 a 5			6	3	4	
Pequeri	2 a 3	1 a 4	1 a 6	1 + 4	5				
Pequi	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5	3		6
Perdigão	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5	3	4	6
Perdizes	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	
Perdões	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5 a 6
Periquito						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Pescador						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Piau	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Piedade de Caratinga					1 a 3	1 a 4	1 a 3		5
Piedade de Ponte Nova			1 a 3	1 a 3	1 a 3	4		4	5 a 6
Piedade dos Gerais	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	
Pimenta		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		5 a 6
Pingo-d"Água					1 a 3	1 a 4	1 a 3		5
Pintópolis			1 a 3		1 a 2		1 a 2	3	4
Piracema	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6			
Pirajuba		1	1 a 3	1	2		2	3 a 4	4 a 5
Piranga	1 a 3	1 a 3	1 a 4			5		4	6
Piranguinho	1 a 2	1 a 3	1 a 3				3		
Pirapetinga		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4 a 5	6
Pirapora			1 a 2	1 a 2	1 a 2	3		3	4
Piraúba		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4				6
Pitangui	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5	3		
Piumhi		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Planura		1 a 2	1 a 3	1	3	4	2	4	5
Poço Fundo	1	1 a 2	1 a 3	2	3				
Pocrane						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Pompéu		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		5
Ponte Nova		1 a 3	1 a 3	1 a 2		4 a 5	3	4	6
Ponto Chique			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4
Ponto dos Volantes								1 a 3	1 a 5
Porteirinha						1 a 3	1 a 2	1 a 3	4
Porto Firme		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5	3	4	6
Poté						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5 a 6
Pouso Alegre	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3	4	
Pouso Alto	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Prata	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Pratápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6	4	5	

Pratinha	1 a 3	1 a 4	1 a 5		5	6	4	6	
Presidente Bernardes		1 a 3	1 a 4	1 a 2		5	3	4	6
Presidente Juscelino		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5	3	4	
Presidente Kubitschek		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6	4	5	
Presidente Olegário	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Prudente de Morais		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Quartel Geral	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3	4	6
Queluzito	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Raposos	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Raul Soares			1 a 2		1 a 2	3 a 4	1 a 3	3 a 4	5 a 6
Recreio		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Reduto		1 a 3	1 a 5	1 a 3		6		4 a 5	
Resplendor						1 a 3		1 a 3	4
Riachinho		1 a 2	1 a 2	1 a 2	3	3			4
Riacho dos Machados						1 a 3		1 a 3	
Ribeirão das Neves	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3		6		4	
Ribeirão Vermelho	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5 a 6
Rio Acima	1 a 2	1 a 3	1 a 6	3	4		4	5	
Rio Casca			1 a 2	1 a 2	1 a 2	3 a 4	3	3 a 4	5 a 6
Rio do Prado					2 a 4	1 a 6	2 a 5	1 + 5 a 6	
Rio Doce		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Rio Espera	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4				6
Rio Manso	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	
Rio Novo	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6		5	
Rio Paranaíba	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5	
Rio Pardo de Minas								1 a 3	1 a 3
Rio Piracicaba		1 a 3	1 a 3	1 a 2		4 a 6	3	4	
Rio Pomba	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4				6
Rio Preto	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5 a 6		5		
Rio Vermelho		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3 a 4	5 a 6	3 a 4	5	
Ritápolis	1	1 a 2	1 a 3				2	3	4 a 5
Rochedo de Minas	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6		5	
Rodeiro		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
Romaria	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Rosário da Limeira		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6		5	
Rubelita									1 a 3
Rubim					2 a 4	2 a 6	3 a 5	1 + 5 a 6	1
Sabará	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6		5	
Sabinópolis		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6		5	
Sacramento	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	
Salinas									1 a 3
Salto da Divisa					3 a 6	2 a 6	3 a 6	1 a 2	1
Santa Bárbara	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6		5	
Santa Bárbara do Leste			1 a 2		1 a 3	3 a 5	1 a 2	4	6
Santa Bárbara do Monte Verde	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5 a 6		5		
Santa Bárbara do Tugúrio	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5 a 6
Santa Cruz de Minas	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Santa Cruz do Escalvado		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Santa Efigênia de Minas					1 a 2	1 a 4	1 a 3	3	5 a 6
Santa Fé de Minas			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4
Santa Helena de Minas					2 a 4	1 a 6	2 a 5	1 + 5 a 6	
Santa Juliana	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	
Santa Luzia	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3		6		4 a 5	
Santa Margarida		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5 a 6		4 a 5	
Santa Maria de Itabira		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Santa Maria do Salto					3 a 5	2 a 6	3 a 6	1 a 2 + 6	1
Santa Maria do Suaçuí					1 a 3	1 a 4	1 a 2	4	5 a 6
Santa Rita de Jacutinga	1 a 4	1 a 5	1 a 6		6		5 a 6		
Santa Rita de Minas					1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6
Santa Rita do Itueto						1 a 3		1 a 3	4
Santa Rita do Sapucaí	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3				
Santa Rosa da Serra	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4 a 5		4	6
Santa Vitória		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	
Santana da Vargem	1	1 a 2	1 a 4	2	3		3	4	5 a 6
Santana de Cataguases		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
Santana de Pirapama		1 a 2	1 a 5	1 a 2	3		3	4	6
Santana do Deserto	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5			6	
Santana do Jacaré	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5 a 6
Santana do Manhuaçu			1 a 4	1 a 3	1 a 3	5 a 6		4 a 5	
Santana do Paraíso					1 a 3	1 a 4	1 a 3	4	5
Santana do Riacho		1 a 2	1 a 5	1 a 2	3 a 4		3	5	6
Santana dos Montes	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Santo Antônio do Amparo	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	6
Santo Antônio do Aventureiro		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6	4	5	
Santo Antônio do Grama			1 a 3	1 a 3	1 a 3	4 a 5		4	6
Santo Antônio do Itambé		1 a 2	1 a 5	1 a 3	3 a 4	6	4	5	
Santo Antônio do Jacinto					3 a 5	2 a 6	3 a 6	1 a 2 + 6	1
Santo Antônio do Monte	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5	3	4	6
Santo Antônio do Retiro								1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Rio Abaixo		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4			5	6
Santo Hipólito		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3		3	4	5
Santos Dumont	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5			6
São Bento Abade		1 a 2	1 a 2	1		3	2		
São Brás o Suaçuí	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
São Domingos das Dores						1 a 3		1 a 3	4 a 5
São Domingos do Prata			1 a 3	1 a 3	1 a 3	4 a 5		4	6
São Félix de Minas						1 a 3		1 a 3	4
São Francisco					1 a 3	1 a 2	1 a 2		3 a 4
São Francisco de Paula	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5 a 6		4	
São Francisco de Sales		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5
São Francisco do Glória		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4			5	
São Geraldo		1 a 3	1 a 4	1 a 2		5	3	4	6
São Geraldo da Piedade						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5
São Geraldo do Baixio						1 a 3		1 a 3	
São Gonçalo do Abaeté	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		5
São Gonçalo do Pará	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	6
São Gonçalo do Rio Abaixo		1 a 3	1 a 5	1 a 2		6	3	4 a 5	
São Gonçalo do Rio Preto		1 a 3	1 a 4	1 a 3	4	5 a 6	4	5	
São Gonçalo do Sapucaí	1	1 a 2	1 a 3	2				3	
São Gotardo	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	6
São João Batista do Glória	1	1 a 3	1 a 4	2 a 3		5 a 6		4	
São João da Lagoa			1 a 2	1 a 2	1 a 2	3	3	3	4
São João da Mata	1	1 a 2	1 a 3	2	3				
São João da Ponte						1 a 3		1 a 3	
São João das Missões									1 a 3
São João del Rei	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
São João do Manhuaçu		1 a 3	1 a 5	1 a 3		6		4 a 5	
São João do Manteninha						1 a 3		1 a 3	4
São João do Oriente						1 a 3		1 a 3	4 a 5
São João do Pacuí			1 a 3		1 a 3		1 a 2		4
São João do Paraíso									1 a 3
São João Evangelista			1 a 2	1 a 2	1 a 3	3 a 5	3	4 a 5	6
São João Nepomuceno	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6		5	
São Joaquim de Bicas	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	
São José da Barra		1	1 a 3	1 a 2	2 a 3	4	3	4	5 a 6
São José da Lapa	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5 a 6		4	
São José da Safira						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5 a 6
São José da Varginha	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5	3	4	6
São José do Alegre	1 a 2	1 a 3	1 a 3				3		
São José do Divino						1 a 3		1 a 3	4 a 5
São José do Goiabal			1 a 2		1 a 2	3 a 4	1 a 3	3 a 4	5 a 6
São José do Jacuri			1 a 2	1 a 2	1 a 3	3 a 5	3	4 a 5	6
São José do Mantimento			1 a 3		1 a 3	4 a 6	1 a 3	4 a 5	
São Lourenço	1 a 2	1 a 3	1 a 3				3		
São Miguel do Anta		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
São Pedro da União	1	1 a 3	1 a 4	2	4	5 a 6	3	5	
São Pedro do Suaçuí			1 a 2		1 a 2	3 a 5	1 a 3	3 a 4	6
São Pedro dos Ferros			1 a 2		1 a 2	3 a 4	1 a 2	3 a 4	5 a 6
São Romão			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4
São Roque de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5 a 6	
São Sebastião da Bela Vista	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3				
São Sebastião da Vargem Alegre		1 a 3	1 a 5	1 a 3				4	6
São Sebastião do Anta						1 a 3		1 a 3	4 a 5
São Sebastião do Maranhão			1 a 2		1 a 2	3 a 5	1 a 3	3 a 5	6
São Sebastião do Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	6
São Sebastião do Paraíso	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6	4	5	
São Sebastião do Rio Preto		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4				6
São Sebastião do Rio Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 3				3		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Thomé das Letras	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
São Tomás de Aquino	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6	4	5	
Sardoá					1 a 3	1 a 4	1 a 3	4	5 a 6
Sarzedo	1 a 2	1 a 3	1 a 6	3	4		4	5	
Sem-Peixe			1 a 3	1 a 2	1 a 3	4	3	4	5 a 6
Senador Cortes	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5	
Senador Firmino		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
Senador José Bento	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3	4	
Senador Modestino Gonçalves		1 a 3	1 a 3	1 a 2	4	4 a 5	3 a 4	5	6
Senhora de Oliveira	1 a 3	1 a 3	1 a 4			5		4	6
Senhora do Porto		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4			5	6
Senhora dos Remédios	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Sericita		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5 a 6		4	
Serra Azul de Minas		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6	4	5	
Serra da Saudade	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4 a 5	3	4	6
Serra do Salitre	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
Serra dos Aimorés						2 a 6		1 a 5	1
Serrania	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Serranópolis de Minas								1 a 3	1 a 3
Serro		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6	4	5 a 6	
Sete Lagoas		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5	3	4	6
Setubinha						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5
Silveirânia	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4				6
Silvianópolis	1	1 a 2	1 a 3	2	3				
Simão Pereira	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5			6	
Simonésia			1 a 3		1 a 3	4 a 6	1 a 3	4	
Sobrália						1 a 3		1 a 3	4 a 5
Soledade de Minas	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3				
Tabuleiro	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4			5	6
Taparuba					1 a 3	1 a 4	1 a 3		5
Tapira	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	
Tapiraí	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6		5	
Taquaraçu de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3		6		4 a 5	
Tarumirim						1 a 3		1 a 3	4
Teixeiras		1 a 3	1 a 3	1 a 2		4 a 5	3	4	6
Teófilo Otoni						1 a 4	1 a 3	1 a 3	5 a 6
Timóteo			1 a 3		1 a 3	4	1 a 3	4	5
Tiradentes	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Tiros	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5		4	6
Tocantins		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4				6
Tombos		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4			5 a 6	
Três Corações		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	
Três Marias		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3		
Três Pontas	1	1 a 3	1 a 4	2			3	4	5 a 6
Tumiritinga						1 a 3		1 a 3	4
Tupaciguara	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	6
Turmalina					1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4
Turvolândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3				
Ubá		1 a 3	1 a 4	1 a 2	4	5	3		6
Ubaí			1 a 3		1 a 3		1 a 2		4
Ubaporanga						1 a 3	1 a 3	1 a 3	4 a 5
Uberaba	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4 a 5	5 a 6	
Uberlândia	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	
Umburatiba						1 a 6	1 a 3	1 a 6	
Unaí	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
União de Minas		1 a 2	1 a 3	1	3	4	2		
Uruana de Minas		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3		3		4 a 5
Urucânia		1 a 3	1 a 3	1 a 3		4 a 5		4	6
Urucuia			1 a 2	1 a 2	1 a 2	3		3	4
Vargem Alegre						1 a 3	1 a 3	1 a 3	4 a 5
Vargem Bonita	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5 a 6		4	
Vargem Grande do Rio Pardo									1 a 3
Varginha		1	1 a 2	1	2	3	2		
Varjão de Minas	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Várzea da Palma		1 a 2	1 a 2	1 a 2		3	3	3	4
Varzelândia								1 a 3	1 a 3
Vazante	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Verdelândia								1 a 2	1 a 3
Veredinha					1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5
Veríssimo	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4 a 5			6
Vermelho Novo			1 a 3		1 a 2	4 a 5	1 a 3	3 a 4	6
Vespasiano	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3		6		4	
Viçosa		1 a 3	1 a 4	1 a 2		5	3	4	6
Vieiras		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6		5	
Virgem da Lapa									1 a 2
Virginópolis			1 a 2		1 a 3	3 a 5	1 a 3	4	6
Virgolândia					1 a 3	1 a 4	1 a 2	4	5 a 6
Visconde do Rio Branco		1 a 3	1 a 4	1 a 3		5		4	6
Volta Grande		2 a 3	1 a 4	1 a 3	1 + 4	5 a 6		5	

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abadia dos Dourados	1	1 a 2	1 a 3				2	3	4
Abaeté			1 a 2		1 a 2	3	1		
Abre Campo			1 a 2		1 a 2	3	1	3	4
Acaiaca		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Açucena					1	1 a 2	1	2	3 a 4
Água Boa					1	1 a 2	1	2	3 a 4
Água Comprida	1	1 a 2	1 a 2			3	2	3	4 a 5
Aguanil		1	1 a 2	1	2	3			
Águas Formosas						1 a 4	1 a 2	1 a 4	5
Aimorés						1 a 2	1	1 a 2	3 a 4
Albertina		1	1	1					
Além Paraíba		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5		4	6
Alfenas			1			2		1 a 2	3
Almenara						2 a 4	1 a 2	1 a 3	1 + 5 a 6
Alpercata						1		1	2
Alpinópolis		1	1 a 2		2		1 a 2	3	3 a 6
Alterosa		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 5
Alto Caparaó		1	1 a 4	1	2 a 3		2	4	
Alto Jequitibá		1	1 a 4	1	2 a 3	5	2	4	6
Alto Rio Doce	1	1 a 2	1 a 3			4	2	3	5
Alvarenga						1 a 2		1	
Alvinópolis		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Alvorada De Minas		1	1 a 3	1	2	4	2	3	5
Amparo Do Serra		1	1 a 2	1	2	3			4
Andradas		1	1 a 2	1	2				
Angelândia						1 a 2	1	1 a 2	3
Antônio Dias			1 a 2		1 a 2	3	1		4
Antônio Prado De Minas		1	1 a 3	1	2 a 3	4	2		5
Araçaí		1	1 a 2	1	2	3			4
Aracitaba	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5			6
Araçuaí									1 a 2
Araguari	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Araponga		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Araporã	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Arapuá	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4 a 5
Araújos		1	1 a 2	1	2	3			4
Araxá	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Arceburgo		1 a 2	1 a 2	1		3 a 4	2	3 a 4	5 a 6
Arcos		1	1 a 2	1	2	3			4
Areado		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 5
Argirita		1 a 2	1 a 3	1		4	2	3	5 a 6
Aricanduva			1		1	2 a 3	1	2	4
Arinos		1	1	1		2		2	3
Astolfo Dutra		1	1 a 3	1	2		2	3	4 a 5
Ataléia						1 a 2		1	3
Augusto De Lima			1 a 2		1 a 2	3	1		4
Baldim		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Bambuí		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Bandeira						2 a 4	1 a 2	1 a 4	1 + 5 a 6
Bandeira Do Sul		1	1				1		
Barão De Cocais	1	1	1 a 3		2	4	2	3	5
Barão De Monte Alto		1	1		2	2 a 4	1 a 2	3	5
Barra Longa		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Bela Vista De Minas		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Belmiro Braga	1 a 2	1 a 3	1 a 5		4	6	3	5 a 6	
Belo Horizonte	1	1 a 2	1 a 3			4	2	3	5
Belo Oriente					1	1 a 2		2	3
Belo Vale	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5			
Berilo									1
Bertópolis					2 a 4	1 a 5	1 a 3	1	6
Betim	1	1 a 2	1 a 3			4	2	3	5
Bias Fortes		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Bicas	1 a 2	1 a 2	1 a 4		3	5			6
Biquinhas			1 a 2	1	1 a 2	3			
Boa Esperança		1	1 a 2		2	3	1		
Bocaiúva			1	1	1	2		2	3
Bom Despacho		1	1 a 2	1	2	3			
Bom Jesus Da Penha		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 5
Bom Jesus Do Amparo		1	1 a 3	1	2	4	2	3	5
Bom Jesus Do Galho					1	1 a 2	1	2	3
Bom Sucesso			1		1	2			
Bonfim	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Bonfinópolis De Minas			1		1	2	1	2	3
Bonito De Minas						1	1	1	2
Botelhos		1	1 a 2				1	2	
Botumirim						1	1	1 a 2	2
Brás Pires		1	1 a 3	1	2		2	3	4
Brasilândia De Minas						1		1	2
Brasília De Minas					1	1	1		2
Braúnas			1		1 a 2	2	1		3 a 4
Brumadinho	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5			
Buenópolis			1	1	1 a 2	2 a 3	2		4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bugre						1 a 2		1 a 2	3
Buritis		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Buritizeiro			1		1		1	2	2
Cabeceira Grande		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Cabo Verde			1 a 2		1	3	1	2	
Cachoeira Da Prata		1	1	1	2	2 a 3			4
Cachoeira De Minas		1	1	1					
Cachoeira Dourada	1	1 a 2	1 a 3				2		
Caetanópolis		1	1	1	2	2 a 3			4
Caeté	1	1	1 a 3		2	4	2	3	5
Caiana		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5	3	4	6
Cajuri		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Camacho		1	1 a 2	1	2	3			4
Cambuquira			1		1				
Campanário						1		1 a 2	2 a 3
Campanha			1		1				
Campina Verde		1	1 a 2		2	3	1		
Campo Azul			1		1		1	2	2
Campo Belo		1	1 a 2	1	2	3			4
Campo Do Meio		1	1 a 2		2		1		3
Campo Florido		1	1 a 2				1 a 2	2	3
Campos Altos	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Campos Gerais		1	1 a 2	1	2	3			4
Cana Verde		1	1 a 2	1	2	3			4
Canaã		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Canápolis	1	1 a 2	1 a 3				2	3	
Candeias		1	1 a 2	1	2	3			4
Cantagalo			1		1 a 2	2	1		3 a 4
Caparaó		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3		3	4	
Capela Nova	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Capelinha					1	1 a 2	1	2	3 a 4
Capetinga	1	1 a 2	1 a 3	2	3			4	4 a 6
Capim Branco		1	1 a 2	1	2	3			4
Capinópolis		1 a 2	1 a 3	1			2		
Capitão Andrade								1	1 a 2
Capitão Enéas						1		1	2
Capitólio			1 a 2		1 a 2		1		3 a 4
Caputira			1 a 2		1 a 2	3	1	3	4
Caraí						1 a 2		1	3
Caranaíba	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Carangola		1	1 a 4	1	2 a 3	5	2	4	6
Caratinga					1	1 a 2	1	2	3
Carbonita			1		1	2	1	2	3 a 4
Careaçu		1	1				1		
Carlos Chagas						1 a 3	1 a 2	1 a 3	4 a 5
Carmésia		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
Carmo Da Cachoeira			1		1	2			
Carmo Da Mata		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Carmo Do Cajuru		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Carmo Do Paranaíba	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4 a 5
Carmo Do Rio Claro			1 a 2		1 a 2		1		3 a 4
Carmópolis De Minas	1	1 a 2	1 a 2			3	2	3	4
Carneirinho			1		1	2		2	3
Carvalhópolis			1 a 2		1		1	2	
Casa Grande	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Cascalho Rico	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Cássia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4		4	5 a 6
Cataguases		1	1 a 2		2	3	1 a 2	3	4
Catas Altas	1	1	1 a 3		2	4	2	3	
Catas Altas Da Noruega	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Catuji						1 a 2		1 a 2	3
Catuti						1		1	2
Caxambu		1	1	1					
Cedro Do Abaeté		1	1 a 2	1	2	3	2		
Central De Minas								1 a 2	1 a 2
Centralina	1	1 a 2	1 a 3				2	3	
Chácara	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5			6
Chalé			1 a 2		1 a 2	3 a 4	1 a 2	3	5
Chapada Do Norte								1	1 a 2
Chapada Gaúcha			1	1	1	2		2	3
Chiador	1	1 a 3	1 a 4	2		5 a 6	3	4 a 5	
Cipotânea	1	1 a 2	1 a 3				2	3	4 a 5
Claraval	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3	4 a 5	6
Claro Dos Poções					1	1	1	2	2
Cláudio		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Coimbra		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Coluna			1	1	1 a 2	2 a 3	2	3	4 a 5
Comendador Gomes		1	1 a 2				1	2	3
Conceição Da Aparecida		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Conceição Da Barra De Minas			1 a 2		1				3
Conceição Das Alagoas		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Conceição De Ipanema					1	1 a 3	1	2	4
Conceição Do Mato Dentro		1	1 a 3	1	2	4	2	3	5
Conceição Do Pará		1	1 a 2	1	2	3			4
Conceição Do Rio Verde		1	1				1		
Conceição Dos Ouros		1	1	1					
Cônego Marinho								1	1
Confins		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Congonhal		1	1	1					
Congonhas	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Congonhas Do Norte		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
Conquista	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4 a 5	3 a 4	4 a 5	6
Conselheiro Lafaiete	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Conselheiro Pena								1 a 2	1 a 2
Contagem		1 a 2	1 a 3	1		4	2	3	5
Coqueiral		1	1 a 2	1	2	3			4
Coração De Jesus			1		1	2	1	2	
Cordisburgo		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Cordislândia			1		1		1		
Corinto			1		1	2	1	2	3
Coroaci					1	1 a 2	1	2	3 a 4
Coromandel	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4 a 5
Coronel Fabriciano			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Coronel Murta									1
Coronel Pacheco	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5			6
Coronel Xavier Chaves			1 a 2		1		1	2	3
Córrego Danta		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Córrego Fundo		1	1 a 2	1	2	3			4
Córrego Novo					1	1 a 2	1	2	3 a 4
Couto De Magalhães De Minas			1 a 2	1	1 a 2	3 a 4	2	3	
Crisólita						1 a 4	1 a 2	1 a 4	5
Cristais		1	1 a 2		2		1		3
Cristália									1
Cristiano Otoni	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Crucilândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Cruzeiro Da Fortaleza	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3		
Cuparaque								1 a 2	1 a 2
Curvelo			1 a 2		1	3	1	2	
Datas		1	1 a 3	1	2	4	2	3 a 4	5
Delfinópolis	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5 a 6
Delta	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5 a 6
Descoberto		1 a 2	1 a 3	1		4	2	3	5
Desterro Do Melo		1	1 a 2				1	2	3
Diamantina			1 a 2	1	1 a 2	3 a 4	2	3	
Diogo De Vasconcelos		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Dionísio			1		1	2	1	2	3 a 4
Divinésia		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Divino		1	1 a 3	1	2 a 3	4	2		5
Divino Das Laranjeiras								1	1 a 2
Divinolândia De Minas			1		1	2	1	2	3 a 4
Divinópolis		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Divisa Nova			1 a 2		1	3	1	2	
Divisópolis								1 a 2	1 a 3
Dom Bosco					1	1	1		2
Dom Cavati						1		1	2 a 3
Dom Joaquim			1 a 2	1	1 a 2	3 a 4	2	3	5
Dom Silvério			1		1 a 2	2 a 3	1		4
Dom Viçoso		1	1	1					
Dona Eusébia		1	1 a 2		2	3	1 a 2	3	4
Dores De Guanhães		1	1 a 2		2	3 a 4	1 a 2	3	
Dores Do Indaiá			1 a 2	1	1 a 2	3			
Dores Do Turvo		1 a 2	1 a 3	1		4	2	3	5
Doresópolis		1	1 a 2	1	2	3			4
Douradoquara	1	1 a 2	1 a 3				2	3	4
Durandé			1 a 3	1	1 a 2	4	2	3	5 a 6
Elói Mendes			1		1	2			
Engenheiro Caldas						1		1	2
Engenheiro Navarro			1		1	2	1	2	3
Entre Folhas						1 a 2		1 a 2	3
Entre Rios De Minas	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5 a 6
Ervália		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Esmeraldas	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4 a 5
Espera Feliz		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5	3	4	
Espinosa									1
Estiva	1	1	1						
Estrela Dalva		1	1 a 2		2	3	1 a 2	3	4 a 6
Estrela Do Indaiá		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Estrela Do Sul	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4 a 5
Eugenópolis		1	1 a 3	1	2 a 3	4	2		5
Ewbank Da Câmara		1	1 a 2	1	2	3			4
Fama		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Faria Lemos		1	1 a 4	1	2 a 3	5	2	4	6
Felício Dos Santos			1 a 2	1	1 a 2	3 a 4	2	3	5
Felisburgo						1 a 5	1 a 2	1 a 4	6
Felixlândia			1		1	2	1	2	3
Fernandes Tourinho						1		1	2
Ferros		1	1 a 2		2	3 a 4	1 a 2	3	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fervedouro		1	1 a 3	1	2	4	2	3	5
Florestal		1	1 a 3	1	2		2	3	4 a 5
Formiga		1	1 a 2	1	2	3			4
Formoso		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Fortaleza De Minas		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 6
Fortuna De Minas		1	1 a 2	1	2	3			4
Francisco Badaró									1
Francisco Dumont		1	1	1		2		2	3
Francisco Sá						1	1	1	2
Franciscópolis						1 a 2		1 a 2	3
Frei Gaspar						1		1	2 a 3
Frei Inocêncio						1		1 a 2	2 a 3
Frei Lagonegro			1		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3	4
Fronteira		1	1 a 2				1	2	3
Fronteira Dos Vales						1 a 5	1 a 2	1 a 4	
Fruta De Leite									1 a 2
Frutal		1	1 a 2				1	2	3
Funilândia			1 a 2	1	1 a 2	3			4
Galiléia								1	1 a 2
Gameleiras								1 a 2	1
Glaucilândia					1	1	1	2	2 a 3
Goiabeira								1 a 2	1 a 2
Goianá	1	1 a 2	1 a 4	2	3				5 a 6
Gonzaga					1	1 a 2	1	2	3 a 4
Gouveia		1	1 a 3	1	2	4	2	3	5
Governador Valadares						1		1	2
Grão Mogol								1	1
Grupiara	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Guanhães			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4 a 5
Guapé			1		1 a 2	2	1		3
Guaraciaba		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Guaraciama					1	1 a 2	1	2	3
Guaranésia		1 a 2	1 a 2	1		3 a 4	2	3 a 4	5 a 6
Guarani		1 a 2	1 a 3	1		4	2	3	5
Guarará		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5			6
Guarda-Mor			1		1	2	1	2	3
Guaxupé		1 a 2	1 a 2	1		3 a 4	2	3	5
Guidoval		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Guimarânia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Guiricema		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Gurinhatã		1	1 a 2		2	3	1		
Heliodora		1	1				1		
Iapu						1 a 2		1	3
Ibiá	1 a 2	1 a 3	1 a 4		4	5	3 a 4		6
Ibiaí			1		1		1	2	2
Ibiracatu									1
Ibiraci	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5 a 6
Ibiritê	1	1 a 2	1 a 4	2	3				5
Ibitiúra De Minas		1	1	1					
Ibituruna			1		1	2			3
Icaraí De Minas					1	1	1		2
Igarapé	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Igaratinga		1	1 a 3	1	2		2	3	4
Iguatama		1	1 a 2	1	2	3			4
Ijaci			1		1	2			3
Ilicínea		1	1 a 2		2		1		3
Imbé De Minas						1 a 2		1 a 2	3
Indianópolis	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4 a 5
Ingaí			1		1	2			
Inhapim						1		1	2 a 3
Inhaúma		1	1 a 2	1	2	3			4
Inimutaba			1 a 2		1 a 2	3	1		
Ipaba						1 a 2		1 a 2	3
Ipanema					1	1 a 2		2	3 a 4
Ipatinga			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Ipiaçu		1	1 a 2	1	2	3	2		
Iraí De Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4 a 5	3	4	
Itabira		1	1 a 3	1	2	4	2	3	
Itabirinha								1 a 2	1 a 2
Itabirito	1	1 a 2	1 a 4	2	3			4	5
Itacambira					1	1	1	2	2 a 3
Itacarambi									1
Itaguara	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Itaipé						1 a 2		1	3
Itamarandiba			1	1	1 a 2	2 a 3	2	3	4
Itamarati De Minas		1	1 a 3	1	2		2	3	4 a 5
Itambacuri						1 a 2		1 a 2	3
Itambé Do Mato Dentro		1	1 a 3	1	2	4	2	3	
Itamogi	1	1 a 2	1 a 2	2	3	3 a 4		4	5
Itanhomi								1	1 a 2
Itaobim									1 a 2
Itapagipe		1	1 a 2		2	3	1 a 2		
Itapecerica		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Itatiaiuçu	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Itaú De Minas		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4 a 6
Itaúna	1	1 a 2	1 a 3			4	2	3	5
Itaverava	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Itinga									1
Itueta							1 a 2		1 a 2	
Ituiutaba		1	1 a 2	1	2	3	2			
Itumirim			1		1	2				
Iturama			1 a 2		1			2	3	
Itutinga			1		1	2				
Jaboticatubas		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4	
Jacinto					2 a 4	1 a 6	1 a 2	1 + 5		
Jacuí		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 5	
Jacutinga		1	1 a 2	1	2					
Jaguaraçu			1		1	2 a 3	1	2	4	
Jaíba								1	1	
Jampruca						1		1	2 a 3	
Janaúba								1	1 a 2	
Januária					1	1 a 2	1			
Japaraíba		1	1 a 2	1	2	3			4	
Japonvar						1		1	2	
Jeceaba	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5 a 6	
Jenipapo De Minas								1	1 a 2	
Jequeri		1	1 a 2		2	3	1 a 2	3	4	
Jequitaí					1	1	1	2	2	
Jequitibá		1	1 a 2	1	2	3	2		4	
Jequitinhonha								1 a 3	1 a 5	
Jesuânia		1	1				1			
Joaíma						1 a 4	1 a 2	1 a 4	5	
Joanésia			1		1	2	1	2	3 a 4	
João Monlevade		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3		
João Pinheiro			1		1	2	1	2		
Joaquim Felício		1	1	1		2		2	3	
Jordânia					2 a 4	1 a 6	1 a 3	1 + 5		
José Gonçalves De Minas								1	1 a 2	
José Raydan			1		1	2	1	2	3 a 4	
Josenópolis									1	
Juatuba	1	1 a 2	1 a 3			4	2	3	5	
Juiz De Fora	1 a 2	1 a 3	1 a 5			6	3	4		
Juramento					1	1	1	2	2	
Juruaia		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5	
Juvenília									1	
Ladainha						1 a 2		1 a 2	3	
Lagamar		1	1 a 2	1	2	3	2			
Lagoa Da Prata		1	1 a 2	1	2	3			4	
Lagoa Dos Patos					1	1	1	2	2	
Lagoa Formosa	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4 a 5	
Lagoa Grande			1		1	2	1	2	3	
Lagoa Santa		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4	
Lajinha		1 a 2	1 a 4	1	3	5 a 6	2 a 3	4		
Lamim	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5	
Laranjal		1	1 a 2		2	3	1	3	4 a 5	
Lassance		1	1	1		2		2	3	
Lavras			1		1	2				
Leandro Ferreira		1	1 a 2	1	2	3				
Leme Do Prado						1		1	2	
Leopoldina		1	1 a 3	1	2		2	3	4 a 6	
Limeira Do Oeste			1		1	2		2	3	
Lontra						1				
Luisburgo		1	1 a 3	1	2	4	2	3	5	
Luislândia						1	1	1	2	
Luminárias			1		1					
Luz		1	1 a 2	1	2	3	2		4	
Machacalis						1 a 5	1 a 2	1 a 4	6	
Machado			1 a 2		1		1	2		
Malacacheta						1 a 2	1	1 a 2	3 a 4	
Mamonas								1 a 2	1	
Manga									1	
Manhuaçu			1 a 2		1 a 2	3 a 4	1 a 2	3	5	
Manhumirim		1 a 2	1 a 3	1	3	4	2		5 a 6	
Mantena								1 a 2	1 a 2	
Mar De Espanha	1 a 2	1 a 2	1 a 4		3	5 a 6		4		
Maravilhas	1	1	1 a 2		2	3			4	
Mariana	1	1	1 a 3		2	4	2	3		
Marilac						1		1 a 2	2 a 3	
Mário Campos	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5	
Maripá De Minas		1 a 2	1 a 3	1	3	4	2		5 a 6	
Marliéria			1 a 2		1		1	2	3 a 4	
Martinho Campos		1	1 a 2	1	2	3				
Martins Soares		1 a 2	1 a 3	1	3	4 a 5	2		6	
Mata Verde								1 a 3	1 a 5	
Materlândia		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5	
Mateus Leme	1	1 a 2	1 a 3			4	2	3	5	
Mathias Lobato						1		1	2 a 3	
Matias Barbosa	1 a 2	1 a 3	1 a 4			5 a 6	3	4		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Matias Cardoso									1
Matipó			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4 a 5
Mato Verde								1 a 2	1
Matozinhos		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Matutina		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Medeiros	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
Medina									1 a 2
Mendes Pimentel								1	1 a 2
Mercês	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Mesquita			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Minas Novas						1		1	2 a 3
Mirabela						1	1	1	2
Miradouro		1	1 a 3	1	2	4	2	3	5
Miraí		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Miravânia									1
Moeda	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5		4	6
Moema		1	1 a 2	1	2	3			
Monjolos		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Monsenhor Paulo			1		1				
Montalvânia									1
Monte Alegre De Minas	1	1 a 2	1 a 3				2	3	4
Monte Azul								1 a 2	1
Monte Belo		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
Monte Carmelo	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		5
Monte Formoso						1 a 2		1 a 2	3 a 4
Monte Santo De Minas		1 a 2	1 a 2	1		3 a 4	2	3 a 4	5 a 6
Monte Sião		1	1 a 2	1	2				
Montes Claros					1	1	1	2	2
Montezuma									1
Morada Nova De Minas			1 a 2		1		1	2	3
Morro Da Garça			1		1	2	1	2	3
Morro Do Pilar		1	1 a 3	1	2	4	2	3	5
Muriaé		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
Mutum			1 a 3		1 a 2	4	1 a 2	3	5 a 6
Muzambinho			1		1	2 a 3	1	2	
Nacip Raydan						1 a 2	1	1 a 2	3
Nanuque						1 a 3		1 a 3	4 a 6
Naque						1 a 2		1 a 2	3
Natalândia			1		1	2	1	2	3
Nazareno			1		1	2			
Nepomuceno		1	1 a 2	1	2	3			4
Nova Belém								1 a 2	1 a 3
Nova Era		1	1 a 2		2	3	1	3	4
Nova Lima	1	1 a 2	1 a 4	2	3			4	5 a 6
Nova Módica						1		1	2 a 3
Nova Ponte	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4 a 5	3	4	
Nova Porteirinha								1	1 a 2
Nova Resende		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Nova Serrana		1	1 a 2	1	2	3			4
Nova União		1	1 a 3	1	2	4	2	3	
Novo Cruzeiro						1 a 2		1	3
Novo Oriente De Minas						1 a 2	1 a 2	1 a 2	3 a 4
Olaria	1	1 a 2	1 a 3	2	3				
Olhos-D"Água		1	1	1		2 a 3	2	2	4
Oliveira		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Oliveira Fortes		1	1 a 2			3	1	2	4
Onça De Pitangui		1	1 a 2	1	2	3			4
Oratórios			1 a 2		1 a 2	3	1		4
Orizânia		1	1 a 3	1	2	4	2	3	5
Ouro Fino		1	1 a 2	1	2				
Ouro Verde De Minas						1		1	2 a 3
Padre Carvalho									1
Padre Paraíso								1 a 2	1 a 3
Pai Pedro						1		1	2
Paineiras	1	1	1 a 2		2	3			
Pains		1	1 a 2	1	2	3			
Paiva	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5 a 6
Palma			1		1 a 2	2 a 3	1	3	4 a 5
Palmópolis					2 a 4	1 a 6	1 a 3	1 + 5	
Papagaios		1	1	1	2	2 a 3			4
Pará De Minas		1	1 a 3	1	2		2	3	4
Paracatu					1	1 a 2	1	2	3
Paraguaçu			1		1	2			
Paraopeba		1	1	1	2	2 a 3			4
Passa Tempo	1	1 a 2	1 a 3			4	2	3	5
Passabém		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Passa-Vinte	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		
Passos		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4 a 6
Patis						1		1	2
Patos De Minas	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Patrocínio	1 a 2	1 a 3	1 a 4			5	3	4	
Patrocínio Do Muriaé		1	1 a 2		2	3 a 4	1 a 2	3	5
Paula Cândido		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Paulistas			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4 a 5
Pavão						1 a 3	1 a 2	1 a 3	4 a 5
Peçanha			1		1	2	1	2	3 a 4
Pedra Azul								1 a 2	1 a 3
Pedra Bonita		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
Pedra Do Anta		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Pedra Do Indaiá		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Pedra Dourada		1	1 a 4	1	2 a 3	5	2	4	
Pedras De Maria Da Cruz								1	1
Pedrinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4 a 5	3	4	
Pedro Leopoldo		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Pedro Teixeira		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
Pequeri	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5 a 6		4	
Pequi	1	1	1 a 2		2	3			4
Perdigão		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Perdizes	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Perdões		1 a 2	1 a 2	1		3	2		4
Periquito						1		1	2
Pescador						1		1	2 a 3
Piau	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5			6
Piedade De Caratinga						1 a 2		1 a 2	3
Piedade De Ponte Nova			1		1 a 2	2	1		3 a 4
Piedade Dos Gerais	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Pimenta			1 a 2		1 a 2		1		3
Pingo-D"Água					1	1 a 2		2	3
Pintópolis					1	1			2
Piracema	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Pirajuba			1		1	2	1	2	3
Piranga	1	1	1 a 3		2	4	2	3	5
Piranguinho		1	1	1					
Pirapetinga			1		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3	4 a 6
Pirapora					1	1	1	2	2
Piraúba		1 a 2	1 a 3	1		4	2	3	5
Pitangui	1	1	1 a 2		2	3			4
Piumhi		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Planura			1		1	2	1	2	3
Poço Fundo			1		1		1		
Pocrane						1		1	2 a 3
Pompéu			1		1 a 2	2 a 3	1		
Ponte Nova		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Ponto Chique			1		1		1		2
Ponto Dos Volantes								1 a 2	1 a 3
Porteirinha								1	1 a 2
Porto Firme		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Poté						1 a 2	1 a 2	1 a 2	3
Pouso Alegre		1	1 a 2	1	2				
Prata		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Pratápolis		1 a 2	1 a 2	1 a 2		3		3	4 a 6
Pratinha	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4 a 5	3	4	
Presidente Bernardes		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Presidente Juscelino		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Presidente Kubitschek		1	1 a 3	1	2	4	2	3 a 4	5
Presidente Olegário		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Prudente de Morais		1	1 a 2	1	2	3			4
Quartel Geral	1	1	1 a 2		2	3	2		
Queluzito	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5 a 6
Raposos	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5 a 6
Raul Soares			1		1	2	1	2	3 a 4
Recreio			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4 a 5
Reduto			1 a 3	1	1 a 2	4	2	3	5 a 6
Resplendor						1 a 2		1 a 2	
Riachinho			1	1	1	2		2	3
Riacho dos Machados								1	1
Ribeirão das Neves	1	1	1 a 3		2	4	2	3	5
Ribeirão Vermelho		1 a 2	1 a 2	1		3	2		4
Rio Acima	1	1 a 2	1 a 4	2	3			4	5 a 6
Rio Casca			1		1	2	1	2	3 a 4
Rio do Prado					2 a 4	1 a 5	1 a 3	1	6
Rio Doce			1		1 a 2	2 a 3	1		4
Rio Espera	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5
Rio Manso	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Rio Novo	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5 a 6
Rio Paranaíba	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Rio Pardo de Minas									1
Rio Piracicaba		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Rio Pomba		1 a 2	1 a 3	1		4	2	3	5
Rio Preto	1 a 2	1 a 3	1 a 6	3	4			5 a 6	
Rio Vermelho		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
Ritápolis			1 a 2		1				3
Rochedo de Minas		1 a 2	1 a 3	1	3	4	2		5 a 6
Rodeiro		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Romaria	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		5
Rosário da Limeira		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Rubim						1 a 5	1 a 2	1 a 4	6
Sabará	1	1	1 a 3		2	4	2	3	5 a 6
Sabinópolis		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
Sacramento	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Salto da Divisa					2 a 4	1 a 6	1 a 4	1 + 5 a 6	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Bárbara	1	1	1 a 3	2	2	4		3	5
Santa Bárbara do Leste					1	1 a 3	1	2	4
Santa Bárbara do Monte Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 6		4		3	5 a 6	
Santa Bárbara do Tugúrio		1	1 a 2			3	1	2	4
Santa Cruz de Minas		1	1 a 2				1	2	3
Santa Cruz do Escalvado			1		1 a 2	2 a 3	1		4
Santa Efigênia de Minas					1	1 a 2	1	2	3 a 4
Santa Fé de Minas						1		1	2
Santa Helena de Minas						1 a 5	1 a 2	1 a 4	6
Santa Juliana	1 a 2	1 a 3	1 a 4			5	3 a 4	4	6
Santa Luzia	1	1	1 a 3		2	4	2	3	
Santa Margarida		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
Santa Maria de Itabira		1	1 a 2		2	3 a 4	1 a 2	3	
Santa Maria do Salto					2 a 4	1 a 6	1 a 3	1 + 5 a 6	
Santa Maria do Suaçuí					1	1 a 2	1	2	3 a 4
Santa Rita de Jacutinga	1 a 2	1 a 3	1 a 6	3	4 a 5		4	6	
Santa Rita de Minas					1	1 a 2	1	2	3 a 4
Santa Rita do Itueto								1 a 2	1 a 2
Santa Rita do Sapucaí		1	1	1					
Santa Rosa da Serra		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Santa Vitória		1	1 a 2		2		1		3
Santana da Vargem		1	1 a 2	1	2	3			
Santana de Cataguases		1	1 a 2		2	3	1 a 2	3	4
Santana de Pirapama		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Santana do Deserto	1 a 2	1 a 3	1 a 4			5 a 6	3	4	
Santana do Jacaré		1	1 a 2	1	2	3			4
Santana do Manhuaçu			1 a 2		1 a 2	3 a 4	1 a 2	3	5
Santana do Paraíso					1	1 a 2		2	3 a 4
Santana do Riacho		1	1 a 3	1	2	4	2	3	
Santana dos Montes	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
Santo Antônio do Amparo		1 a 2	1 a 2	1		3	2		4
Santo Antônio do Aventureiro		1 a 2	1 a 3	1	3	4	2		5 a 6
Santo Antônio do Grama			1 a 2		1 a 2	3	1		4
Santo Antônio do Itambé			1 a 3	1	1 a 2	4	2	3 a 4	5
Santo Antônio do Jacinto					2 a 4	1 a 6	1 a 3	1 + 5	
Santo Antônio do Monte		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Santo Antônio do Retiro									1
Santo Antônio do Rio Abaixo		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
Santo Hipólito			1 a 2	1	1 a 2	3	2		4
Santos Dumont		1	1 a 2	1	2	3			4
São Bento Abade			1		1				
São Brás do Suaçuí	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5 a 6
São Domingos das Dores						1		1	2 a 3
São Domingos do Prata			1		1 a 2	2 a 3	1		4
São Félix de Minas						1		1	2
São Francisco						1	1	1	2
São Francisco de Paula		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
São Francisco de Sales		1	1 a 2		2	3	1		
São Francisco do Glória		1	1 a 3	1	2 a 3	4	2		5
São Geraldo		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
São Geraldo da Piedade						1 a 2		1 a 2	3
São Geraldo do Baixio									1 a 2
São Gonçalo do Abaeté			1 a 2		1		1	2	3
São Gonçalo do Pará		1	1 a 3	1	2		2	3	4
São Gonçalo do Rio Abaixo		1	1 a 3	1	2	4	2	3	
São Gonçalo do Rio Preto			1 a 2	1	1 a 2	3 a 4	2	3	
São Gonçalo do Sapucaí			1		1		1		
São Gotardo		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
São João Batista do Glória		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 6
São João da Lagoa			1		1		1	2	2
São João da Mata		1	1				1		
São João da Ponte						1		1	
São João das Missões									1
São João Del Rei		1	1 a 2				1	2	
São João do Manhuaçu		1	1 a 3	1	2	4	2	3	5
São João do Manteninha									1 a 2
São João do Oriente						1		1	2 a 3
São João do Pacuí			1		1	2	1	2	
São João Evangelista			1		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3	4
São João Nepomuceno		1 a 2	1 a 3	1 a 2		4		3	5 a 6
São Joaquim de Bicas	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5
São José da Barra			1		1 a 2	2	1		3 a 6
São José da Lapa		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
São José da Safira						1 a 2		1 a 2	3
São José da Varginha		1	1 a 2	1	2	3			4
São José do Alegre		1	1	1					
São José do Divino						1		1	2 a 3
São José do Goiabal			1		1	2	1	2	3 a 4
São José do Jacuri			1		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3	4
São José do Mantimento			1		1 a 2	2 a 3	1	3	4 a 5
São Lourenço		1	1	1					
São Miguel do Anta		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
São Pedro da União		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
São Pedro do Suaçuí			1		1	2	1	2	3 a 4
São Pedro dos Ferros			1		1	2	1	2	3 a 4
São Romão						1		1	2
São Roque de Minas	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
São Sebastião da Bela Vista		1	1	1					
São Sebastião da Vargem Alegre		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
São Sebastião do Anta						1		1	2 a 3
São Sebastião do Maranhão			1		1	2 a 3	1 a 2	2 a 3	4
São Sebastião do Oeste		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
São Sebastião do Paraíso	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3 a 4	4 a 6
São Sebastião do Rio Preto		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
São Sebastião do Rio Verde	1	1	1						
São Thomé das Letras			1		1				
São Tomás de Aquino	1	1 a 2	1 a 3	2	3			4	4 a 6
Sardoá					1	1 a 2	1	2	3 a 4
Sarzedo	1	1 a 2	1 a 4	2	3				5
Sem-Peixe			1		1	2 a 3	1	2	4
Senador Cortes		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4			5 a 6
Senador Firmino		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Senador José Bento		1	1 a 2	1	2				
Senador Modestino Gonçalves		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Senhora de Oliveira	1	1 a 2	1 a 3			4	2	3	5
Senhora do Porto		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
Senhora dos Remédios		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Sericita		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 5
Serra Azul de Minas			1 a 2	1	1 a 2	3 a 4	2	3	5
Serra da Saudade		1	1 a 2	1	2	3	2		
Serra do Salitre	1 a 2	1 a 2	1 a 4		3	5	3	4	
Serra dos Aimorés						1 a 3		1 a 3	4 a 6
Serrania			1 a 2		1		1	2	
Serranópolis de Minas								1	1
Serro		1	1 a 3	1	2	4	2	3 a 4	5
Sete Lagoas		1	1 a 2	1	2	3			4
Setubinha						1 a 2		1 a 2	3
Silveirânia		1 a 2	1 a 3	1		4	2	3	5
Silvianópolis		1	1				1		
Simão Pereira	1 a 2	1 a 3	1 a 4			5 a 6	3	4 a 5	
Simonésia			1		1 a 2	2 a 3	1	3	4
Sobrália						1		1	2
Soledade de Minas		1	1	1					
Tabuleiro	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5 a 6
Taparuba						1 a 2		1 a 2	3
Tapira	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	
Tapiraí	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	
Taquaraçu de Minas		1	1 a 3	1	2	4	2	3	
Tarumirim						1		1	2
Teixeiras		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Teófilo Otoni						1		1 a 2	2 a 4
Timóteo			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Tiradentes		1	1 a 2				1	2	3
Tiros		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tocantins		1 a 2	1 a 3	1		4	2	3	5
Tombos		1	1 a 4	1	2 a 3	5	2	4	6
Três Corações			1		1				
Três Marias			1		1	2	1	2	3
Três Pontas		1	1 a 2	1	2	3			4
Tumiritinga								1	1 a 2
Tupaciguara	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Turmalina						1	1	1 a 2	2 a 3
Turvolândia			1		1		1		
Ubá		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Ubaí					1	1	1		2
Ubaporanga						1 a 2		1 a 2	3
Uberaba	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
Uberlândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4 a 5
Umburatiba						1 a 5	1 a 2	1 a 4	6
Unaí		1	1 a 2	1	2	3	2		
União de Minas			1 a 2		1			2	3
Uruana de Minas			1		1	2	1	2	3
Urucânia			1		1 a 2	2 a 3	1		4
Urucuia			1		1	2	1	2	3
Vargem Alegre					1	1 a 2		2	3
Vargem Bonita		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 5
Vargem Grande do Rio Pardo									1 a 2
Varginha			1		1				
Varjão de Minas		1	1 a 2	1	2	3	2		
Várzea da Palma			1		1		1	2	2
Varzelândia									1
Vazante		1	1 a 2	1	2	3			
Verdelândia								1	1
Veredinha						1 a 2	1	1 a 2	3
Veríssimo		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Vermelho Novo			1		1	2 a 3	1	2	4
Vespasiano	1	1	1 a 3		2		2	3	4
Viçosa		1	1 a 2	1	2	3	2		4
Vieiras		1	1 a 3	1	2 a 3	4	2		5
Virgem da Lapa									1
Virginópolis			1		1 a 2	2	1		3 a 4
Virgolândia					1	1 a 2	1	2	3 a 4
Visconde do Rio Branco		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Volta Grande		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4 a 6

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abadia dos Dourados			1		1	2	1		
Abaeté						1		1	2
Abre Campo						1		1	2
Acaiaca			1		1				2 a 3
Açucena						1		1	2
Água Boa						1		1	2
Água Comprida			1		1	2	1	2	3
Aguanil						1		1	2
Águas Formosas						1 a 2	1	1 a 2	3
Aimorés									1 a 2
Além Paraíba		1	1 a 2			3	1	2	4 a 5
Almenara						1 a 2	1	1 a 2	3
Alpercata									1
Alpinópolis						1 a 2		1 a 2	3
Alterosa						1 a 2		1 a 2	3
Alto Caparaó			1 a 2		1 a 2		1		
Alto Jequitibá			1		1	2 a 3	1	2	4
Alto Rio Doce			1 a 2		1				3
Alvarenga									1
Alvinópolis			1		1	2			3
Alvorada de Minas			1		1	2	1	2	3
Amparo do Serra			1					1	2
Angelândia									1 a 2
Antônio Dias						1 a 2		1	3
Antônio Prado de Minas			1		1	2		2	3 a 4
Araçaí						1		1	2
Aracitaba		1	1 a 2			3	1	2	4
Araguari			1		1	2	1	2	3
Araponga			1		1	2			
Araporã			1		1	2			

Arapuá			1		1	2	1	2	
Araújos			1					1	2
Araxá	1	1	1 a 2		2	3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
Arceburgo			1		1	2	1	2	3 a 6
Arcos			1					1	2
Areado			1			2		1 a 2	3
Argirita			1		1	2	1	2	3 a 4
Aricanduva						1		1	2
Arinos								1	1 a 2
Astolfo Dutra			1		1	2			3
Ataléia									1
Augusto de Lima						1		1	2
Baldim			1		1	2			
Bambuí			1		1	2			3
Bandeira						1 a 2	1	1 a 2	3 a 4
Barão de Cocais			1		1	2	1	2	3 a 4
Barão de Monte Alto			1		1	2			3
Barra Longa			1		1				2 a 3
Bela Vista de Minas			1		1	2			3
Belmiro Braga	1	1 a 2	1 a 3			4 a 6	2	3 a 4	
Belo Horizonte			1		1	2	1	2	3 a 4
Belo Oriente									1 a 2
Belo Vale		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Bertópolis						1 a 3	1	1 a 2	4
Betim			1		1	2	1	2	3 a 4
Bicas		1	1 a 2			3	1	2	4
Biquinhas						1		1	2
Boa Esperança						1		1	2
Bocaiúva						1		1	2
Bom Despacho			1					1	2
Bom Jesus da Penha						1 a 2		1 a 2	3
Bom Jesus do Amparo			1		1	2	1	2	3
Bom Jesus do Galho						1			2
Bonfim		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Bonfinópolis de Minas									1
Botumirim									1
Brás Pires			1		1	2			3
Brasilândia de Minas									1
Brasília de Minas									1
Braúnas						1		1	2
Brumadinho		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Buenópolis						1		1	2
Bugre									1 a 2
Buritis						1		1	2
Buritizeiro									1
Cabeceira Grande						1		1	2
Cachoeira da Prata			1					1	2
Cachoeira Dourada			1		1				2
Caetanópolis						1		1	2
Caeté			1		1	2	1	2	3 a 4
Caiana			1 a 2		1 a 2	3	1	3	4
Cajuri			1		1	2			3
Camacho			1			2		1	
Campanário									1
Campina Verde						1		1	2
Campo Azul									1
Campo Belo			1					1	2
Campo do Meio						1		1	2 a 3
Campo Florido						1		1	2
Campos Altos			1		1	2	1	2	3
Campos Gerais						1 a 2		1	3
Cana Verde			1					1	2
Canaã			1		1	2			3
Canápolis			1		1				2
Candeias			1					1	2
Cantagalo						1		1	2
Caparaó			1 a 2		1 a 2		1		
Capela Nova			1 a 2		1		1	2	3
Capelinha						1		1	2
Capetinga			1		1	2	1	2	3 a 4
Capim Branco			1					1	2
Capinópolis			1					1	2
Capitólio						1		1	2
Caputira						1		1	2 a 3
Caraí								1	1
Caranaíba		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Carangola			1 a 2		1 a 2	3	1		4
Caratinga									1 a 2
Carbonita						1		1	2
Carlos Chagas						1		1	2 a 3
Carmésia			1		1	2			3
Carmo da Mata			1		1	2			
Carmo do Cajuru			1		1	2			
Carmo do Paranaíba			1 a 2		1		1	2	3
Carmo do Rio Claro						1		1	2 a 3
Carmópolis de Minas			1		1	2			
Carneirinho									1

Casa Grande		1	1 a 2				1	2	3
Cascalho Rico			1		1	2	1	2	3
Cássia			1 a 2		1 a 2		1		3 a 5
Cataguases			1		1	2			3
Catas Altas			1		1	2		2	3
Catas Altas da Noruega			1		1	2	1	2	3 a 4
Catuji									1 a 2
Cedro do Abaeté			1			2		1	
Centralina			1		1	2			
Chácara		1	1 a 2			3	1	2	4
Chalé						1 a 2		1 a 2	3
Chapada Gaúcha									1
Chiador		1	1 a 3	1	2	4 a 5		3 a 4	6
Cipotânea			1		1	2			3
Claraval		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 6
Claro dos Poções									1
Cláudio			1		1	2			
Coimbra			1		1	2			3
Coluna						1 a 2		1	3
Comendador Gomes						1		1	2
Conceição da Aparecida						1 a 2		1 a 2	3
Conceição das Alagoas			1					1	2
Conceição de Ipanema						1		1	2
Conceição do Mato Dentro			1		1	2		2	3
Conceição do Pará			1					1	2
Confins			1			2		1	
Congonhas		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Congonhas do Norte			1		1	2			3
Conquista		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2 a 3	3 a 4	5 a 6
Conselheiro Lafaiete		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Contagem			1		1	2	1	2	3
Coqueiral						1		1	2
Coração de Jesus									1
Cordisburgo						1		1	2
Corinto						1		1	
Coroaci						1		1	2
Coromandel			1 a 2		1		1	2	3
Coronel Fabriciano						1		1	2
Coronel Pacheco		1	1 a 2			3	1	2	4
Córrego Danta			1		1	2	1	2	3
Córrego Fundo			1					1	2
Córrego Novo						1		1	2
Couto de Magalhães de Minas			1		1	2		2	3
Crisólita						1 a 2		1	3
Cristais						1		1	2
Cristiano Otoni		1	1 a 2				1	2	3
Crucilândia			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Cruzeiro da Fortaleza		1	1 a 2	1				2	3 a 4
Curvelo						1		1	2
Datas			1		1	2	1	2	3
Delfinópolis		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 5
Delta		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 5
Descoberto			1		1	2			3
Diamantina			1		1	2			3
Diogo de Vasconcelos			1		1	2			3
Dionísio						1		1	2
Divinésia			1		1	2			3
Divino			1		1	2 a 3	1	2	4
Divinolândia de Minas						1		1	2
Divinópolis			1		1	2			
Divisópolis									1 a 2
Dom Bosco									1
Dom Cavati									1
Dom Joaquim			1		1	2	1	2	3
Dom Silvério						1		1	2
Dona Eusébia			1		1	2			3
Dores de Guanhães			1			2		1	3
Dores do Indaiá			1					1	2
Dores do Turvo			1		1	2			3
Doresópolis			1					1	2
Douradoquara			1		1	2	1		3
Durandé			1		1	2 a 3	1	2	
Engenheiro Caldas									1
Engenheiro Navarro						1		1	2
Entre Folhas									1 a 2
Entre Rios de Minas			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Ervália			1		1	2			3
Esmeraldas			1		1	2			
Espera Feliz			1 a 2	1	1 a 2	3		3	
Estrela Dalva			1		1	2			3 a 4
Estrela do Indaiá			1		1	2			
Estrela do Sul			1		1	2	1	2	3
Eugenópolis			1		1	2		2	3
Fama			1			2		1	3
Faria Lemos			1 a 2		1 a 2	3	1	3	4
Felício dos Santos			1		1	2		2	3
Felisburgo						1 a 2	1	1 a 2	3
Felixlândia						1			
Fernandes Tourinho									1
Ferros			1			2		1	3
Fervedouro			1		1	2	1	2	3
Florestal			1		1	2			
Formiga			1					1	2
Formoso						1		1	2
Fortaleza de Minas			1		1	2	1	2	3 a 4
Fortuna de Minas			1					1	2
Francisco Dumont						1		1	2
Francisco Sá									1
Franciscópolis									1 a 2
Frei Gaspar									1
Frei Inocêncio									1
Frei Lagonegro						1 a 2		1	3
Fronteira						1		1	2
Fronteira dos Vales						1 a 2	1	1 a 2	3
Frutal						1		1	2
Funilândia						1		1	2
Glaucilândia									1
Goianá		1	1 a 2			3	1	2	4
Gonzaga						1		1	2
Gouveia			1		1	2		2	3
Governador Valadares									1
Grupiara			1		1	2	1	2	3
Guanhães					1	1 a 2			3
Guapé						1			2
Guaraciaba			1		1				2
Guaraciama									1 a 2
Guaranésia			1		1	2 a 3	1	2	4 a 5
Guarani			1		1	2			3
Guarará		1	1 a 2			3	1	2	4
Guarda-Mor						1		1	2
Guaxupé			1		1	2 a 3	1	2	
Guidoval			1		1	2			3
Guimarânia		1	1 a 2	1				2	3
Guiricema			1		1	2			3
Gurinhatã						1		1	
Iapu									1
Ibiá		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	
Ibiaí									1
Ibiraci		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 5
Ibirité		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Igarapé			1		1	2	1	2	3 a 4
Igaratinga			1		1	2			
Iguatama			1					1	2
Ilicínea						1		1	2
Imbé de Minas									1
Indianópolis		1	1 a 2				1	2	3
Inhapim									1
Inhaúma			1					1	2
Inimutaba						1		1	2
Ipaba									1 a 2
Ipanema									1 a 2
Ipatinga						1		1	2
Ipiaçu			1					1	2
Iraí de Minas		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Itabira			1		1	2			3
Itabirinha									1
Itabirito		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Itacambira									1
Itaguara			1 a 2		1		1	2	3
Itaipé									1
Itamarandiba						1 a 2		1	3
Itamarati de Minas			1		1	2			3
Itambacuri									1 a 2
Itambé do Mato Dentro			1		1	2			3
Itamogi			1		1	2	1	2	3
Itapagipe						1		1	2
Itapecerica			1		1	2			
Itatiaiuçu			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Itaú de Minas			1		1	2	1	2	3 a 4
Itaúna			1		1	2		2	
Itaverava			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Itueta									1
Ituiutaba			1					1	2
Iturama									1
Jaboticatubas			1		1	2			3
Jacinto						1 a 3	1	1 a 2	4 a 6
Jacuí			1		1	2	1	2	3
Jaguaraçu						1		1	2
Jampruca									1
Januária									1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Japaraíba			1					1	2
Jeceaba		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Jequeri			1			2		1	
Jequitaí									1
Jequitibá			1			2		1	
Jequitinhonha								1	1 a 2
Joaíma						1	1	1	2 a 3
Joanésia						1		1	2
João Monlevade			1		1	2			3
João Pinheiro						1			
Joaquim Felício						1		1	2
Jordânia						1 a 3	1 a 2	1 a 4	4 a 6
José Raydan						1		1	2
Juatuba			1		1	2	1	2	
Juiz de Fora		1	1 a 2	1	2	3 a 4		3	5
Juramento									1
Juruaia			1			2 a 3		1 a 2	
Ladainha									1
Lagamar			1			2		1	
Lagoa da Prata			1					1	2
Lagoa dos Patos									1
Lagoa Formosa			1 a 2		1		1	2	3
Lagoa Grande						1			
Lagoa Santa			1		1	2			3
Lajinha			1		1	2 a 3	1	2	4
Lamim			1		1	2	1		3
Laranjal			1			2		1	3
Lassance						1		1	
Leandro Ferreira			1					1	2
Leme do Prado									1
Leopoldina			1		1	2			3
Limeira do Oeste									1
Luisburgo			1		1	2	1	2	3
Luislândia									1
Luz			1			2		1	
Machacalis						1 a 2	1	1 a 2	3
Malacacheta									1 a 2
Manhuaçu					1	1 a 2		2	3
Manhumirim			1		1	2 a 3	1	2	
Mantena									1
Mar de Espanha		1	1 a 2	1	2	3 a 4		3	5
Maravilhas			1					1	2
Mariana			1		1	2	1	2	3
Marilac									1
Mário Campos		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Maripá de Minas			1		1	2	1	2	3 a 4
Marliéria						1		1	2
Martinho Campos						1		1	2
Martins Soares			1		1	2 a 3	1	2	4
Mata Verde								1	1 a 2
Materlândia			1		1	2		2	3
Mateus Leme			1		1	2	1	2	3
Mathias Lobato									1
Matias Barbosa		1	1 a 2	1	2	3 a 4		3	5 a 6
Matipó						1 a 2		1	3
Matozinhos			1			2		1	
Matutina			1		1	2	1		
Medeiros		1	1 a 2	1	2				3
Mendes Pimentel									1
Mercês			1 a 2		1		1	2	3
Mesquita						1		1	2
Minas Novas									1
Mirabela									1
Miradouro			1		1	2		2	3
Miraí			1		1	2			3
Moeda		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Moema			1					1	2
Monjolos			1		1	2			3
Monte Alegre de Minas			1		1	2			
Monte Belo			1			2 a 3		1 a 2	
Monte Carmelo		1	1 a 2	1		3		2	4
Monte Formoso								1	1 a 2
Monte Santo de Minas			1		1	2 a 3	1	2	4 a 5
Montes Claros									1
Morada Nova de Minas						1		1	2
Morro da Garça						1			
Morro do Pilar			1		1	2	1	2	3
Muriaé			1		1	2			3
Mutum					1	1 a 2		2	3
Nacip Raydan									1 a 2
Nanuque						1 a 2		1	3 a 4
Naque									1 a 2
Natalândia									1
Nepomuceno						1		1	2

Nova Belém									1
Nova Era						1 a 2		1	3
Nova Lima		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Nova Módica									1
Nova Ponte		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 5
Nova Resende						1 a 2		1 a 2	
Nova Serrana			1					1	2
Nova União			1		1	2		2	3
Novo Cruzeiro									1
Novo Oriente de Minas						1		1	2
Olhos d"Água						1		1	2
Oliveira			1		1	2			
Onça De Pitangui			1					1	2
Oratórios						1		1	2
Orizânia			1		1	2	1	2	3
Ouro Verde de Minas									1
Padre Paraíso									1
Paineiras						1		1	2
Pains						1		1	2
Paiva		1	1 a 2			3	1	2	4
Palma						1 a 2		1	3
Palmópolis						1 a 3	1	1 a 3	4 a 5
Papagaios						1		1	2
Pará de Minas			1		1	2			
Paracatu									1
Paraopeba						1		1	2
Passa Tempo			1		1	2			3
Passabém			1		1	2			3
Passos			1		1	2	1	2	3 a 4
Patos de Minas			1 a 2		1		1	2	3
Patrocínio		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Patrocínio do Muriaé			1		1	2			3
Paula Cândido			1		1	2			3
Paulistas						1 a 2		1	3
Pavão						1		1	2 a 3
Peçanha						1		1	2
Pedra Azul									1
Pedra Bonita			1		1	2			3
Pedra do Anta			1			2		1	
Pedra do Indaiá			1		1	2			
Pedra Dourada			1 a 2		1	3	1	2	4
Pedrinópolis		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 5
Pedro Leopoldo			1		1	2			
Pequeri		1	1 a 2	1	2	3 a 4			5
Pequi			1					1	2
Perdigão			1			2		1	
Perdizes	1	1	1 a 2		2	3 a 4	2	3	5
Perdões			1		1	2			
Periquito									1
Pescador									1
Piau		1	1 a 2			3	1	2	4
Piedade de Caratinga									1 a 2
Piedade de Ponte Nova						1		1	2
Piedade dos Gerais			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Pimenta						1		1	2
Pingo-d"Água									1 a 2
Pintópolis									1
Piracema			1 a 2		1		1	2	3
Pirajuba									1 a 2
Piranga			1		1	2			3
Pirapetinga			1		1	2			3 a 4
Pirapora									1
Piraúba			1		1	2			3
Pitangui			1					1	2
Piumhi			1					1	2
Planura						1			2
Pocrane									1
Pompéu						1		1	2
Ponte Nova			1					1	2
Ponto Chique									1
Ponto dos Volantes									1
Porto Firme			1		1	2			3
Poté									1 a 2
Prata			1					1	2
Pratápolis			1		1	2	1	2	3 a 5
Pratinha		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Presidente Bernardes			1		1	2			3
Presidente Juscelino			1					1	2
Presidente Kubitschek			1		1	2 a 3	1	2	
Presidente Olegário			1			2		1	
Prudente de Morais						1		1	2
Quartel Geral			1			2		1	
Queluzito		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Raposos			1		1	2	1	2	3 a 4
Raul Soares						1		1	2
Recreio			1			2		1	3
Reduto			1		1	2	1	2	3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Riachinho									1
Ribeirão das Neves			1		1	2			3
Ribeirão Vermelho			1			2		1	
Rio Acima		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Rio Casca						1		1	2
Rio Do Prado						1 a 3	1	1 a 2	4
Rio Doce						1		1	2
Rio Espera			1 a 2		1		1	2	3
Rio Manso			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Rio Novo			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Rio Paranaíba		1	1 a 2	1				2	3 a 4
Rio Piracicaba			1		1	2			3
Rio Pomba			1 a 2		1				3
Rio Preto	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4 a 5		4	6
Rio Vermelho			1		1	2		2	3
Rochedo de Minas			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Rodeiro			1		1	2			3
Romaria		1	1 a 2	1		3		2	4
Rosário da Limeira			1		1	2			3
Rubim						1 a 2	1	1 a 2	3 a 4
Sabará			1		1	2	1	2	3 a 4
Sabinópolis			1		1	2	1	2	3
Sacramento	1	1	1 a 2		2	3 a 4	2 a 3	3 a 4	5
Salto da Divisa						1 a 5	1 a 2	1 a 6	6
Santa Bárbara			1		1	2	1	2	3
Santa Bárbara do Leste						1		1	2
Santa Bárbara do Monte Verde	1	1 a 2	1 a 3			4 a 5	2	3 a 4	6
Santa Cruz do Escalvado						1		1	2
Santa Efigênia de Minas						1		1	2
Santa Helena de Minas						1 a 2	1	1 a 2	3 a 4
Santa Juliana		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3	5
Santa Luzia			1		1	2			3 a 4
Santa Margarida			1		1	2		2	3
Santa Maria de Itabira			1			2		1	3
Santa Maria do Salto						1 a 3	1 a 2	1 a 4	4 a 6
Santa Maria do Suaçuí						1		1	2
Santa Rita de Jacutinga	1	1 a 2	1 a 5	2	3	6	3	4 a 5	
Santa Rita de Minas						1		1	2
Santa Rosa da Serra			1		1	2	1		
Santa Vitória						1			
Santana da Vargem						1		1	2
Santana de Cataguases			1			2		1	3
Santana de Pirapama			1		1	2			
Santana do Deserto		1	1 a 3	1	2	4 a 5		3	6
Santana do Jacaré			1			2		1	
Santana do Manhuaçu						1 a 2		1 a 2	3
Santana do Paraíso						1		1	2
Santana do Riacho			1		1	2			3
Santana dos Montes		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Santo Antônio do Amparo			1		1	2			
Santo Antônio do Aventureiro			1		1	2 a 3	1	2	4
Santo Antônio do Grama						1		1	2
Santo Antônio do Itambé			1		1	2	1	2	3
Santo Antônio do Jacinto						1 a 3	1	1 a 3	4 a 6
Santo Antônio do Monte			1			2		1	
Santo Antônio do Rio Abaixo			1		1	2			3
Santo Hipólito						1		1	2
São Brás do Suaçuí		1	1 a 2				1	2	3 a 4
São Domingos das Dores									1
São Domingos do Prata						1		1	2 a 3
São Félix de Minas									1
São Francisco de Paula			1		1	2			
São Francisco de Sales						1		1	2
São Francisco do Glória			1		1	2 a 3	1	2	
São Geraldo			1		1	2			3
São Geraldo da Piedade									1 a 2
São Gonçalo do Abaeté						1		1	2
São Gonçalo do Pará			1		1	2			
São Gonçalo do Rio Abaixo			1		1	2		2	3
São Gonçalo do Rio Preto			1		1	2		2	3
São Gotardo			1		1	2	1	2	
São João Batista do Glória			1		1	2	1	2	3
São João da Lagoa									1
São João do Manhuaçu			1		1	2		2	3
São João do Oriente									1
São João do Pacuí									1
São João Evangelista						1		1	2 a 3
São João Nepomuceno			1 a 2		1		1	2	3 a 4
São Joaquim de Bicas			1		1	2	1	2	3 a 4
São José da Barra						1		1	2
São José da Lapa			1		1	2			
São José da Safira									1 a 2
São José da Varginha			1					1	2
São José do Divino									1
São José do Goiabal						1		1	2
São José do Jacuri						1		1	2 a 3
São José do Mantimento						1 a 2		1	3
São Miguel do Anta			1		1	2			3
São Pedro da União			1			2		1 a 2	
São Pedro do Suaçuí						1		1	2
São Pedro dos Ferros						1		1	2
São Romão									1
São Roque de Minas		1	1 a 2	1	2				3
São Sebastião da Vargem Alegre			1		1	2			3
São Sebastião do Anta									1
São Sebastião do Maranhão						1		1	2
São Sebastião do Oeste			1		1	2			
São Sebastião do Paraíso			1		1	2	1	2	3 a 5
São Sebastião do Rio Preto			1		1	2			3
São Tomás de Aquino			1		1	2	1	2	3 a 5
Sardoá						1		1	2
Sarzedo		1	1 a 2				1	2	3 a 4
Sem-Peixe						1		1	2
Senador Cortes			1 a 2		1	3	1	2	4
Senador Firmino			1		1	2			3
Senador Modestino Gonçalves					1	1 a 2		2	3
Senhora de Oliveira			1		1	2			3
Senhora do Porto			1		1	2		2	3
Sericita			1			2		1	3
Serra Azul de Minas			1		1	2		2	3
Serra da Saudade			1		1	2			
Serra do Salitre	1		1 a 2	1	2	3	2	3	4
Serra dos Aimorés								1 a 2	1 a 4
Serro			1		1	2 a 3	1	2	
Sete Lagoas						1		1	2
Setubinha									1
Silveirânia			1 a 2		1				3
Simão Pereira	1		1 a 3	1	2	4 a 5	2	3	6
Simonésia						1 a 2		1	3
Sobrália									1
Tabuleiro			1 a 2		1		1	2	3 a 4
Taparuba									1 a 2
Tapira		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Tapiraí			1		1	2	1	2	3
Taquaraçu de Minas			1		1	2			3 a 4
Tarumirim									1
Teixeiras			1					1	2
Teófilo Otoni						1			2
Timóteo						1		1	2
Tiros			1		1	2			
Tocantins			1		1	2			3
Tombos			1 a 2		1	3	1	2	4
Três Marias						1			
Três Pontas			1			2		1	
Tupaciguara			1		1	2			
Turmalina									1
Ubá			1		1	2			3
Ubaí									1
Ubaporanga									1 a 2
Uberaba		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4 a 5
Uberlândia			1		1	2	1	2	3
Umburatiba						1 a 2	1	1 a 2	3 a 4
Unaí						1		1	2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

União de Minas									1
Uruana de Minas									1 a 2
Urucânia						1		1	2
Urucuia									1
Vargem Alegre									1 a 2
Vargem Bonita			1		1	2		2	3
Varjão de Minas			1					1	2
Várzea da Palma									1
Vazante						1		1	2
Veredinha									1 a 2
Veríssimo			1		1	2	1	2	
Vermelho Novo						1		1	2
Vespasiano			1		1	2			3
Viçosa			1		1	2			
Vieiras			1		1	2		2	3
Virginópolis						1		1	2
Virgolândia						1		1	2
Visconde do Rio Branco			1		1	2			3
Volta Grande			1		1	2	1	2	3 a 4

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 211, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 120 dias); Grupo II (120 dias < n ≤ 140 dias); e Grupo III (n >140 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d)Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, PAC 105, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9853, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150, AD189 e AD105;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe e Copacabana;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B688RR, 2B610PW, 2B512PW, 2B210PW, 2B587PW, 2B877PW, 2B587RR, 2B433PW, 2A620PW, 2B655PW, 2B633PW, 2B810PW, 2B710PW, 2B688PW, 2A401PW, 2B346PW, 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A77PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, CD 384PW, DB 2B339PW, NEX 5617PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, CD3410PW, MG699RR, MG744PW, MG600PW, 2B647PW, CD3775PW, CD384RR, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, 2A521PW, MG711PW e 2B640PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30K73, 30K73YHR, 30K73H, 30F53VYHR, 30F53VYH, P3456, BG7032YH, P3431, P3431YH, 30F35, 30F35H, P3431YHR, 30F53R, P3456VYH, 30F35YH, P3431H, P3456H, 30F35VYHR, 30F35R, 30F35HR, 30F53H, BG7032H, P1630YH, 30F53EH, 30F53HR, 30F53YH, BG7032HR, BG7432H, BG7032, P3250, 30F53YHR, P2830H, P2830VYH, 30F53, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7032YHR, BG7037H, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7318YH, BG7330, BG7330H, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, P2830, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340H, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR, P3707VYH, P3844H e BG7720VYHR;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 3046, BR 473, BRS 3035, BRS 4154, BR 451, BRS 1060, BRS 1055, BRS 4103, BR 106, BRS 4104, BRS Gorutuba, BRS 3040, BR 205, BRS Caimbé, BR 206, BRS 2020, BRS 2022, BRS Sol da Manhã e BRS 2223;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

HELIX SEMENTES LTDA: BM 955, BM 905, BM 207, BM 709, BM 3063, BM 502, SHS 4070, BM 820, BM 810, SHS 4090, SHS 4080, SHS 5050, SHS 5080, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, SHS 7090, SHS 3031, SHS 5070, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;
LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80, 2M88 e 2M77;
LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;
MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4002, AM 4003, AM 606, AM 811, AM 997, AX 727, BALU 7690 e MS 2010;
MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150, PR 27D28, ZNT 1530 e ANHEMBI;
MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9505YG, DKB330PRO2, AG9030PROX, DKB340PRO2, AS 1551PRO, AG9030RR2, AG9045PRO2, DKB 330RR2, DKB230PRO3, AG9030PRO2, AS 1551, DKB285PRO2, GNZ 9505PRO, AS1633PRO3, AS 1660PRO, AS1590PRO, AG 9010, RB 9110YG, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, RB9110PRO, AG 9010PRO, AG 9030, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9434, ADV 9275, AS1575PRO3, AG9030PRO3, AG8061PRO3, RB 9006PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, 2200RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS1777PRO3, AS 1660PRO2, AS1665PRO3, AS 1665PRO, AS1660PROX, AS 1660, AS1656RR2, AS1656PRO3, LG 3055PRO3, AS 1633, AS1660PRO3, DKB 330, DKB 315, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, AS1633PRO, AG 7088PRO, AG 5055PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO2, SHS7910PRO3, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8544, AG 8544PRO, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088, AS1777, AG 7098, LG 3055PRO2, BALU 280PRO, BM 650, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, RB 9108PRO2, AS1642PRO, DKB 340PRO, DKB 390, ADV 9434PRO2, ADV 9434PRO3, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 7000, AS 1575, LG 6036RR2, AG7088PROX, AG8677PRO2, AG8677PRO3, NS 56PRO2, DKB275PRO3, AG 8061, AG8061PROX, NS 90PRO, NS 56RR2, NS 56PRO3, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO3, NS 50PRO2, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780, AG8780PRO, AG8780PRO3, AG9080PRO, AG 9080PRO2, AG9080RR2, AG 8580PRO, AG 8676PRO2, AG8690PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, AG 9040, AG7098PRO2, AG7098PRO3, AG7098PROX, AG 7098PRO, NS 90PRO2, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, DKB315PRO, AG 8061RR2, AG8500RR2, AG8544PRO3, AG8580PRO2, AG8580PRO3, AG8580PROX, AS 1596, AS 1596PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, AS 1598PRO2, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, RB 9004PRO, NS 92PRO2, NS92PRO, NS 90RR2, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9626PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9505PRO3, DKB 350, DKB 350PRO, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, LG 3055PRO, AS 1581PRO, LG 6036PRO2, LG 6036PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO3, LG 6030PRO2, LG 6030PRO, LG 6030, GNZ 9690RR2, RB 9005PRO2, LG6036PRO3, RB 9210PRO2, RB 9308YG, RB 9210, RB 9110, AS1573PRO, RB 9108PRO3, AS1596PRO3, RB 9108PRO, RB 9108, AS 1633PRO2, AS 1642, DKB290, DKB290PRO, AS1661PRO3, AS1666, 2300RR2, DKB230, AS1656PRO, AS 1656PRO2, AS1656PROX, AS 1661PRO, DKB230PROX, DKB245PRO2, DKB250PRO2, DKB250PRO3, NS 50PRO, LG6050PRO2, LG 6038PRO3, AS 1642 PRO2, AS1551PRO2, LG 3055, AS1555PRO, SHS 7920PRO3, AS1555PRO2, AS1555PRO3, SHS 7920PRO2, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, AS1555RR2, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9210PRO, RB 9077PRO, RB 9108PROX, RB 9006PRO2, BM780PRO, BM 780PRO2, BM 780PRO3, BM 840PRO, BM 840RR2, DKB 310PRO2, 3020RR2, 3200RR2, BM 915PRO, BM780RR2, CD324PRO, CD 324PRO3, CD 3715, CD 3715PRO, CD 3715PRO2, CD 3715RR2, CD 397PRO, DKB290PRO3, DKB 310, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO, DKB310PRO3, DKB330PRO, DKB330PRO3, DKB340PROX, DKB390PRO3, DKB390PROX, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, GNZ9501PRO, GNZ 9505PRO2, AG9025, AG9025PRO3, RB 9006RR2, DKB 310PRO, DKB 390YG, DKB 250, AS1666PRO, DKB 245RR2, AG9045PRO3, DKB 177RR2, BALU 480PROX, DKB177PRO3, DKB177PRO, DKB 177PRO2, BALU 480PRO2, DKB 177, RB 9006PRO, DKB 175RR2, BALU 480PRO, DKB 175PRO2, DKB177PROX, DKB 175PRO, AS1677PRO3, DKB 175, BALU 480RR2, CD 397YG, AS1666PROX, AS 1581, AS 1575PRO, 8351PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, DKB 275PRO, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950, BM950PRO3, AG8700, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, 8304PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO e LG 6036;
NIDERA: NS77PRO2 e NS70;
PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242, PZ 677, PZ 204, PZ 316 e PZ 240;
PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445, Balu787 e Balu787PRO2;
RIBER - KWS SEMENTES LTDA: R9080PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, ATL 200, Balu 188, ATL 110, ATL 310, ATL 100, RK3014, K9220PRO2, DG 213, K9200, R9330PRO2, SM 966, DG 601, SM 511, SG 6302, ATL 400, SG 6011, GNZ 9510, DG 501, FTH 510, GNZ 9506, RK3115, FTH 960, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3 e ATL 300S;
RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;
SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 6012, XB 9003, XB 4013, XB 8010, XB 7253, XB 7116, XB 8030, XB 6012 Bt, XB 7253 Bt, XB 8018, XB 8018 Bt, 90XB06, XB 9003 Bt, 60XB14 Bt, 60XB14 e 90XB06 Bt;
SEMILHA AGRONEGOCIOS: MS3022;
SEMPRE SEMENTES: PRE22S18, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP, SX1093, PRE 22T10, PRE 22S18 TP3, PRE 22D11, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;
SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7331 Viptera, SX8934 VIP3, 3040VIP3, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, SYN7205 VIP2, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SX8394 VIP3, SW8054 VIP3, SX6003 VIP3, SX7331 TG, SYN4306 TL, Celeron TL, GSS41242, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, Formula VIP2, SYN4306, Cargo TL, SYN3040, Somma Viptera, Penta TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Impacto TLTG Viptera, Impacto TG, Impacto, Garra Viptera, Formula Viptera, Fórmula TL, Formula, SYN7205 TL, SX6663 VIP3, SX7331, SX7341 VIP3, SX7772 VIP3, SX7991 TLTG Viptera e SY6222 VIP3.
GRUPO II
AVANTI SEEDS: SW 5130, SW 5156, SW 5560, SW 5198 e AV 4142;
COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 316Hx, CD 393, CD 393Hx, CD 3344Hx e CD 316PRO2;
DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA e DSS 1001;
DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: Dow WxA504 e CD3880PW;
EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 3025 e BRS 1010;
GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ 2005 YG, GNZ7280PRO2, GNZ7280, GNZ7210 e GNZ7210PRO2;
HELIX SEMENTES LTDA: BM 3066;
IAC: IAC 3330;
JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 03 e RG 02A;
MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 9724 e MS 2013;
NIDERA: NS82;
RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9100, SG 6010, DG 627 e SM 505;
RONALDO TORRES VIANNA: RVM 30, RVM 20 e RVM 40;
SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;
SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044;
SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1086, SX1076, SX1086 TP2, SX1086 TP, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3 e PRE2601 TP;
SYNGENTA SEEDS LTDA: CD 308 e SG 6418;
TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI340 e AGRI-104.
GRUPO III
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Bandeirante, Al Bianco, AL Avaré, CATIVERDE 02, AL 34 e AL Piratininga.
Notas:
1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.
2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).
5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Água Clara	1	1 a 3	1 a 4	2 a 3	4	5 a 6	4	5	7 a 8
Alcinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			7 a 8
Amambai		5 a 8	1 a 8	5 a 8	1 a 4		1 a 4		
Anastácio		1 a 2	1 a 3	1		4 a 8	2	3 a 4 + 8	
Anaurilândia			1 a 2 + 8		1 a 2	3 a 7	1 + 8	3 a 8	
Angélica			1 a 2 + 6 a 8		1 a 2 + 8	3 a 5	1 a 2 + 8	3 a 7	
Antônio João			1 a 8		1 a 8		1 a 8		
Aparecida do Taboado		1 a 2	1 a 3	1		4	2	3	5
Aquidauana		1 a 2	1 a 3	1		4 a 8	2	3 a 4	
Aral Moreira		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		1 a 8		
Bandeirantes	1	1 a 3	1 a 5	2		6 a 8	3	4 a 5	
Bataguassu			1 a 3		1 a 2	4 a 8	1 a 2	3 a 8	
Bataiporã			1 a 8		1 a 8		1 + 8		
Bela Vista		1	1 a 8		2 a 8		1 a 8		
Bodoquena		1	1 a 2		2	3 a 8	1 a 2	3 a 4 + 8	
Bonito		1	1 a 3 + 7 a 8		2	4 a 6	1 a 2	3 a 8	
Brasilândia		1 a 2	1 a 3	1		4 a 8	2	3 a 4 + 8	
Caarapó		4 a 6	1 a 8		1 a 3 + 7 a 8		1 a 8		
Camapuã	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7 a 8
Campo Grande	1	1 a 2	1 a 5	2	3	6 a 8	3	4 a 8	
Caracol		1	1 a 8		2 a 8		1 a 8		
Cassilândia	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5	7 a 8
Chapadão do Sul	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	7 a 8
Corguinho		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 8		4	
Coronel Sapucaia		5 a 8	1 a 8	5 a 8	1 a 4		1 a 4		
Corumbá		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5		4	6 a 8
Costa Rica	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5				7 a 8
Coxim	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6 a 8
Deodápolis			1 a 8		1 + 5 a 8		6 a 8	2 a 4	
Dois Irmãos do Buriti		1 a 2	1 a 3	1	3	4 a 8	2	4 + 8	
Douradina			1 a 8		1 a 8		6 a 8		
Dourados			1 a 8		1 a 8		5 a 8		

Eldorado		5 a 8	4 a 8	5 a 8	3 a 4	1 a 3	3 a 4	1 a 2	
Fátima do Sul			1 a 8		1 a 8		5 a 8		
Figueirão	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5	7 a 8
Glória de Dourados			1 a 8		1 a 8		5 a 8		
Guia Lopes da Laguna		1	1 a 8		2 a 3 + 7 a 8		1 a 2 + 8	4 a 6	
Iguatemi		5 a 8	1 a 8	5 a 8	1 a 4		3 a 4		
Inocência	1 a 2	1 a 3	1 a 4		4	5	3		6 a 8
Itaporã			1 a 8		1 a 8		6 a 8		
Itaquiraí		5 a 8	1 a 8	6 a 8	1 a 4		4 a 5		
Ivinhema			1 + 5 a 8		5 a 8	2 a 4	6 a 8	1 a 4	
Japorã		5 a 8	4 a 8	5 a 8	3 a 4	1 a 3	3 a 4	1 a 2	
Jaraguari	1	1 a 2	1 a 5	2	3	6 a 8	3	4 a 8	
Jardim		1	1 a 8		2 a 8		1 a 2 + 8		
Jateí		7 a 8	1 a 8		1 a 6		5 a 8		
Juti		5 a 8	1 a 8		1 a 4		5 a 8		
Ladário		1	1 a 2		2	3 a 4	1 a 2	3	5 a 8
Laguna Carapã		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		1 a 8		
Maracaju			1 a 8		1 a 8		6 a 8		
Miranda		1	1 a 2		2	3 a 8	1 a 2	3 a 4	
Mundo Novo	7 a 8	5 a 8	4 a 8	5 a 6	3 a 4	1 a 3	3 a 4	1 a 2	
Naviraí		5 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 4		5 a 6		
Nioaque		1	1 a 3 + 7 a 8	1	2 a 3 + 8	4 a 6	2	4 a 7	
Nova Alvorada do Sul		1 a 2	1 a 3 + 8	1 a 2	3 + 8	4 a 7	8	4 a 7	
Nova Andradina			1 a 2 + 8		1 a 2 + 8	3 a 7	1 a 2 + 8	3 a 7	
Novo Horizonte do Sul			5 a 8		5 a 8	1 a 4	5 a 8	1 a 4	
Paraíso das Águas	1 a 3	1 a 3	1 a 5		4	6	4	5	7 a 8
Paranaíba	1	1 a 3	1 a 4	2			3	4	5
Paranhos		5 a 8	4 a 8	5 a 8	1 a 4	1 a 3	1 a 4		
Pedro Gomes	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Ponta Porã			1 a 8		1 a 8		1 a 8		
Porto Murtinho		1	1 a 8		2 a 7		1 a 2	8	
Ribas do Rio Pardo	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5 a 8	3	4 a 8	
Rio Brilhante		1 a 2	1 a 8	1	3 + 8		2 + 8	4 a 7	
Rio Negro	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5	3	4	6 a 8
Rio Verde de Mato Grosso	1 a 2	1 a 3	1 a 4			5	3	4	6 a 8
Rochedo	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5 a 8	3	4 a 5	
Santa Rita do Pardo		1 a 2	1 a 2	1		3 a 8	2	3 a 4 + 8	
São Gabriel do Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	6 a 8
Sete Quedas		5 a 8	4 a 8	5 a 8	1 a 4	1 a 3	3 a 4		
Selvíria		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4		4	5 a 8
Sidrolândia		1 a 2	1 a 3 + 8	1 a 2	3 + 8	4 a 7		4 a 7	
Sonora	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Tacuru		5 a 8	4 a 8	5 a 8	1 a 4	1 a 3	1 a 4		
Taquarussu		7 a 8	5 a 8		4 a 6	1 a 4	5 a 8	1 a 3	
Terenos		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 8		4 + 8	
Três Lagoas	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5	3	4	6 a 8
Vicentina			1 a 8		1 a 8		5 a 8		

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Água Clara		1	1 a 3	1	2	4	2	3	5 a 7
Alcinópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5 a 6
Amambai		3 a 7	1 a 8	4 a 7	1 a 2 + 8		1 a 3 + 8		
Anastácio			1 a 2		1	3 a 8		2 a 8	
Anaurilândia			1 + 7 a 8		1 + 7 a 8	2 a 6		2 a 6	
Angélica			1 + 5 a 8		1 + 5 a 8	2 a 4	6 a 8	2 a 4	
Antônio João			1 a 7		1 a 7	8	1 a 6	8	
Aparecida do Taboado			1		1	2	1	2	3
Aquidauana			1 a 2		1	3	1	2	4 a 8
Aral Moreira		4 a 6	1 a 8	3 a 5	1 a 3 + 7 a 8		1 a 2 + 6 a 7		
Bandeirantes		1	1 a 3	1	2	4 a 6	2	3	7
Bataguassu			1 a 2		1	3 a 8		2 a 8	
Batayporã			1 + 5 a 8		5 a 8	2 a 4	7 a 8	1 a 4	
Bela Vista			1 a 8		1 a 8		5 a 7		
Bodoquena			1		1	2 a 7		2	8
Bonito			1 a 2		1	3 a 8		2 a 8	
Brasilândia			1 a 2		1	3	1	2	4 a 8
Caarapó		4 a 6	1 a 8		1 a 3 + 7 a 8		1 a 7		
Camapuã	1	1 a 2	1 a 3	2		4		3	5 a 7
Campo Grande		1	1 a 3		2	4 a 8	1	3 a 8	
Caracol			1 a 8		1 a 8		5 a 7		
Cassilândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			5 a 6
Chapadão do Sul	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5 a 6
Corguinho			1 a 2		1 a 2	3	1		4 a 7
Coronel Sapucaia		3 a 7	1 a 8	4 a 7	1 a 2 + 8		1 a 3 + 8		
Corumbá			1 a 2		1 a 2	3	1		4 a 7
Costa Rica	1 a 2	1 a 2	1 a 4		3		3	4	5 a 6
Coxim	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Deodápolis			3 a 7		4 a 7	1 a 2 + 8	4 a 7	1 a 3 + 8	
Dois Irmãos do Buriti			1 a 2		1 a 2	3 a 8		3 a 7	
Douradina			1 a 7		1 a 7	8	4 a 6	8	
Dourados			1 a 7		1 a 7	8	4 a 6	8	
Eldorado		3 a 8	2 a 8	4 a 8	1 a 2	1	2 a 3		
Fátima do Sul			1 a 7		1 a 7	8	4 a 7	8	
Figueirão	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4		4	5 a 6
Glória de Dourados			1 a 8		1 a 7		4 a 7	8	
Guia Lopes da Laguna			1 a 8		1 a 8				
Iguatemi		3 a 7	1 a 8	4 a 7	1 a 2 + 8		1 a 3 + 8		
Inocência		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Itaporã			1 a 7		1 a 7	8	4 a 6	8	
Itaquiraí		4 a 7	1 a 8	4 a 7	1 a 3 + 8		2 a 3 + 8		
Ivinhema			3 a 8		3 a 7	1 a 2	4 a 7	1 a 2 + 8	
Japorã		3 a 8	2 a 8	4 a 7	1 a 2	1	1 a 3 + 8		
Jaraguari		1	1 a 3		2	4 a 6	1 a 2	3	7 a 8
Jardim			1 a 8		1 a 8				
Jateí		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		4 a 8		
Juti		4 a 6	1 a 8		1 a 3 + 7 a 8		2 a 8		
Ladário			1		1	2		2	3 a 5
Laguna Carapã		4 a 6	1 a 8		1 a 3 + 7 a 8		1 a 7		
Maracaju			1 a 7		1 a 6	8	4 a 6	7 a 8	
Miranda			1		1	2		2	3 a 8
Mundo Novo	4 a 6	3 a 8	2 a 8	7 a 8	1 a 2	1	2 a 3		
Naviraí		4 a 7	1 a 8	5 a 7	1 a 3 + 8		4 + 8		
Nioaque			1 a 2		1 a 2	3 a 8		3 a 8	
Nova Alvorada do Sul			1 a 3 + 6 a 8		1 a 2 + 6 a 8	4 a 5	1	3 a 5	
Nova Andradina			1 + 7 a 8		1 + 7 a 8	2 a 6	6 a 8	2 a 6	
Novo Horizonte do Sul			3 a 8		1 a 8	1 a 2	4 a 7		
Paraíso das Águas	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5 a 6
Paranaíba		1	1 a 2	1	2	3	2		
Paranhos		3 a 7	1 a 8	4 a 7	1 a 2 + 8		1 a 3 + 8		
Pedro Gomes	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Ponta Porã			1 a 7		1 a 7	8	1 a 6	8	
Porto Murtinho			1 a 8		1 a 7			8	
Ribas do Rio Pardo		1	1 a 3	1	2	4 a 7	2	3	8
Rio Brilhante			1 a 8		1 a 8		6 a 8		
Rio Negro		1	1 a 2		2	3	1 a 2		4 a 7
Rio Verde de Mato Grosso		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Rochedo		1	1 a 3		2	4	1 a 2	3	5 a 8
Santa Rita do Pardo			1		1	2 a 8		2	
São Gabriel do Oeste		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4 a 7
Sete Quedas		3 a 8	2 a 8	4 a 8	1 a 2	1	1 a 3		
Selvíria			1 a 2		1 a 2	3	1		
Sidrolândia			1 a 3		1 a 2 + 6 a 8	4 a 8	1	3 a 5	
Sonora	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Tacuru		3 a 8	2 a 8	4 a 7	1 a 2	1	1 a 3 + 8		
Taquarussu		5 a 7	3 a 8		1 a 4 + 8	1 a 2	4 a 8		

Terenos		1	1 a 2		2	3 a 7	1	3 a 7	8
Três Lagoas		1	1 a 2	1	2	3	2		4 a 8
Vicentina			1 a 8		1 a 7		4 a 7	8	

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Água Clara			1		1	2	1	2	3 a 4
Alcinópolis		1	1 a 2	1	2	3			4
Anastácio			1			2 a 7		1 a 5	
Anaurilândia			4 a 7		5 a 7	1 a 3 + 8		1 a 4 + 8	
Angélica			4 a 7		4 a 7	1 a 3 + 8	4 a 7	1 a 3 + 8	
Aparecida do Taboado						1			2
Aquidauana			1					1	2 a 5
Bandeirantes			1		1	2 a 3		2	4 a 5
Bataguassu						1 a 7		1 + 5 a 7	8
Batayporã			4 a 7		3 a 7	1 a 3 + 8	5 a 7	1 a 2 + 8	
Bela Vista			1 a 7		1 a 6	8	4 a 6	7	
Bodoquena						1 a 5		1	6 a 7
Bonito			1			2 a 7		1 a 6	8
Brasilândia						1 a 3		1	4 a 6
Camapuã		1	1 a 2			3	1	2	4
Campo Grande			1		1	2 a 7		2 a 6	8
Caracol			1 a 7		1 a 6	8		7	
Cassilândia		1	1 a 2	1		3		2	
Chapadão do Sul		1	1 a 2	1	2	3			
Corguinho			1			2		1	3 a 5
Corumbá			1					1	2 a 5
Costa Rica		1	1 a 2	1	2	3		3	4
Coxim		1	1			2	1	2	3
Dois Irmãos do Buriti			1			2 a 7		1 a 5	
Figueirão		1	1 a 2	1		3		2	4
Guia Lopes da Laguna			1 a 6		1 a 5	7		6 a 7	8
Inocência			1		1	2			3
Jaraguari			1		1	2 a 4		2	5 a 7
Jardim			1 a 6		1 a 5	7		6 a 7	8
Ladário						1			2 a 5
Miranda						1		1	2 a 7
Nioaque			1			2 a 7		1 a 7	8
Nova Alvorada do Sul			1 + 5 a 7			2 a 4 + 8		1 a 7	
Nova Andradina			6 a 8		5 a 7	1 a 5		1 a 4 + 8	
Paraíso das Águas		1	1 a 2			3	1	2	4
Paranaíba					1	1 a 2			
Pedro Gomes		1	1 a 2	1				2	3
Porto Murtinho			1 a 5		1 a 4	6 a 7		5 a 7	8
Ribas do Rio Pardo			1		1	2 a 4		2	5 a 7
Rio Brilhante			1 a 7		1 + 4 a 6	8	4 a 6	2 a 3 + 7 a 8	
Rio Negro			1			2		1	3 a 4
Rio Verde de Mato Grosso			1		1	2			
Rochedo			1		1	2			3 a 7
Santa Rita do Pardo						1 a 6		1	7
São Gabriel do Oeste			1		1	2	1	2	3 a 4
Selvíria						1		1	2
Sidrolândia			1		1	2 a 7		2 a 7	8
Sonora		1	1 a 2	1		3		2	
Terenos			1			2 a 5		1 a 4	6 a 7
Três Lagoas			1			2		1	3

PORTARIA Nº 212, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (110 dias < n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d)Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9853, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150, AD189 e AD105;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B587PW, 2B433PW, 2B587RR, 2B210PW, 2A401PW, 2B346PW, MG300PW, MG580PW, DB 2B339PW, CD3410PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A77PW, CD384RR, MG600PW, MG699RR, CD3775PW, MG744PW, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2A521PW, MG711PW e 2B640PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30K73YHR, 30K73H, 30F53VYHR, 30F53VYH, 30K73, P3456, P3431, BG7330, BG7330H, P3431H, P3431YHR, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F35HR, P3456H, P3456VYH, 30F35H, 30F53R, P3431YH, 30F35, P2830H, P3250, P1630YH, P2830VYH, 30F53YH, BG7432H, 30F53YHR, 30F53EH, 30F53HR, 30F53, BG7318YH, 30F53H, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P2830, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340H, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3340YHR, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 1055, BRS 2223, BRS 1060, BRS 3040 e BRS Gorutuba;

GENERAL MILLS BRASIL ALIMENTOS LTDA: XAP4511, AP6005 e AP 8203;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 905, BM 502, BM 955, BM 3063, BM 207, SHS 4090, BM 810, SHS 4070, BM 820, BM 709, SHS 4080, SHS 5080, SHS 5560, SHS 7090, SHS 5550, SHS 5070, SHS 5090, SHS 3031, SHS 5050, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MARCIO DEMEIS: TR167;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4002, AM 4003, AM 606, AM 997 e AX 727;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB330PRO, DKB340PRO2, AG9030PROX, GNZ 9505PRO, AG9030PRO2, AS 1551PRO, DKB250PRO2, DKB285PRO2, GNZ 9505YG, DKB330PRO2, AG9030RR2, DKB310PRO3, AG9045PRO2, AG9080PRO, AG 9080PRO2, DKB 310, DKB 330RR2, AS 1633, LG 3055PRO3, AS1575PRO3, AG9030PRO3, AG8061PRO3, RB 9006PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS 1660PRO2, DKB 330, DKB 315, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, DKB 275PRO, AS 1633PRO2, AS 1660PRO, AS 1665PRO, AS1660PROX, AS 1660, AS1656RR2, AS1633PRO3, AS1633PRO, AS1590PRO, AS1656PRO3, AG 9010, AG9080RR2, RB 9110YG, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, RB9110PRO, AG 9010PRO, AG 9030, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9434, AS1660PRO3, ADV 9434PRO3, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 5055PRO, AG 7000, LG 3055PRO2, BALU 280PRO, BM 650, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8088RR2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AG 8544, AG 8544PRO, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, DKB 340PRO, DKB 350, DKB 240PRO2, ADV 9434PRO2, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO2, SHS7910PRO3, NS 56PRO2, AG8580PROX, AG 8061, AG8061PROX, NS 90PRO, NS 56RR2, NS 90PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, LG 6036RR2, DKB315PRO, AG 8061RR2, AG8500RR2, AG8544PRO3, AG8580PRO2, AG8580PRO3, AG 9040, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PRO3, AG7098PROX, AG 7098PRO, AG 8580PRO, AG 8676PRO2, AG8690PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, LG6050PRO2, AG8677PRO2, AG8677PRO3, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780PRO, AG8780PRO3, AS 1575, AS 1575PRO, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO2, NS 50PRO, DKB275PRO3, GNZ 9505RR2, GNZ 9626PRO, DKB 350PRO, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, AG 7098, LG 3055PRO, AS 1581PRO, AS 1596, AS 1596PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, LG 6036PRO2, LG 6036PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, GNZ 9690RR2, GNZ 9690PRO2, RB 9006PRO, RB 9005PRO2, LG6036PRO3, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, RB 9004PRO, NS 92PRO2, NS92PRO, NS 90RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9505PRO3, RB 9108, RB 9108PRO, AS1656PRO, AS 1656PRO2, AS 1661PRO, DKB245PRO2, DKB250PRO3, DKB290, DKB290PRO, AS 1598PRO2, AS 1642, AS 1642 PRO2, AS1551PRO2, LG 3055, AS1555PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO3, AS1555PRO3, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, AS1555RR2, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308YG, RB 9308, RB 9210PRO2, RB 9210PRO, RB 9210, RB 9110, AS1596PRO3, RB 9108PRO2, AS1642PRO, CD 3715, CD324PRO, CD 3715PRO2, ADV 9434PRO, DKB 310PRO2, DKB330PRO3, DKB340PROX, DKB390PRO3, DKB390PROX, CD 3715RR2, CD 397PRO, AG9025PRO3, RB 9108PROX, RB 9108PRO3, AS1573PRO, RB 9077PRO, RB 9006RR2, RB 9006PRO2, ADV 9275PRO, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, GNZ9501PRO, GNZ 9505PRO2, BM780PRO, BM 780PRO2, BM 780PRO3, BM 840PRO, BM 840RR2, DKB290PRO3, 2300RR2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, 4600RR2, BM 915PRO, BM780RR2, CD 3715PRO, BALU 480PROX, BALU 480PRO2, BALU 480PRO, AS1677PRO3, AS1666PRO, DKB177PROX, DKB177PRO, DKB 390YG, DKB 310PRO, DKB 245RR2, DKB 240YGRR2, DKB 177RR2, DKB 177, DKB 175RR2, DKB 175PRO2, DKB 175PRO, DKB 175, CD 397YG, AG9045PRO3, BALU 480RR2, DKB177PRO3, NS 50PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, DKB 177PRO2, AS1777PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950, BM950PRO3, AG8700, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS30, NS88, NS88PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO e LG 6036;

NIDERA: NS77PRO2 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 204, PZ 316 e PZ 240;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445, Balu787 e Balu787PRO2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, GNZ 9506, SM 511, SM 966, K9220PRO2, ATL 110, ATL 200, ATL 310, ATL 400, Balu 188, DG 213, DG 601, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3 e SM 505;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8010 Bt, XB 8010, XB 9003 Bt, XB 9003, XB 8018, 60XB14 Bt, 90XB06 Bt, 90XB06, XB 8018 Bt e 60XB14;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22S18 TP3, PRE 22D11, PRE 22T10 TP, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22T10, SX1093, PRE 22S18 TP, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPER SEMENTES GENETICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA: 14SS18, 14SS17, 15ST33, 15ST45 e 16GSS43;
SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7331 Viptera, SY6222 VIP3, SYN7205 VIP2, SX7331 TG, 3040VIP3, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, Cargo TL, Maximus TLTG Viptera, Formula VIP2, SX8332 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, GSS41242, SYN7205 TL, SYN4306 TL, SYN4306, Somma Viptera, Penta TLTG Viptera, Impacto TLTG Viptera, Impacto TG, Impacto, Garra Viptera, Formula Viptera, Fórmula TL, Formula, Celeron TL, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6003 VIP3, SX6552 VIP3, SX6663 VIP3, SX7331, SX7341 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8394 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SX8934 VIP3, SYN5T78 TLTG Viptera, SZ7634 VIP3 e SZ7684 VIP3.
GRUPO II
AVANTI SEEDS: AV 4142;
BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;
COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316 e CD 316Hx;
DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe e Copacabana;
DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2A620PW, 2B655PW, 2B688RR, 2B610PW, 2B512PW, 2B710PW, 2B633PW, 2B877PW, 2B810PW, 2B688PW, 30A95PW, MG652PW, MG699PW, CD 384PW, NEX 5617PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 20A55PW, 30A91PW e 2B647PW;
DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F90H, BG7032YH, BG7032YHR, 30F35R, BG7032H, BG7032HR e BG7032;
EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 451, BRS 3025, BR 106, BRS 1010, BRS 2022, BRS 2020, BRS 4104, BR 206, BR 205, BR 473, BRS 4103, BRS 3035, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã e BRS 3046;
GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ 2005 YG, GNZ7280PRO2, GNZ7280, GNZ7210, GNZ7210PRO2
IAC: IAC 3330, IAC 8046, IAC 8077 e IAC 8390;
LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;
MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 811, BALU 7690, MS 2010 e MS 2013;
MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI;
NIDERA: NS82;
PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242 e PZ 677;
RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9800PRO2, K9600PRO2, R9080, GNZ 9510, K9100, R9080PRO2, R9330PRO2, RK3014, RK3115, FTH 510, SG 6010, SG 6011, SG 6302, K9200, ATL 100, DG 501, DG 627 e ATL 300S;
RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30 e RVM 40;
SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7253, XB 6012 Bt, XB 6012, XB 4013, XB 7116 Bt, XB 7116, XB 8030 Bt, XB 8030 e XB 7253 Bt;
SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;
SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044 e MS3022;
SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076, SX1086 e PRE2601;
SUPER SEMENTES GENETICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA: 14ST07, 14ST01 e 14SV28;
SYNGENTA SEEDS LTDA: CD 308 e SG 6418;
TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI340.
GRUPO III
AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR
AVANTI SEEDS: SW 5130, SW 5156, SW 5560, SW 5198
COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 393, CD 393Hx
DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA, DSS 1001
JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 03, RG 02A
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, AL Avaré, AL 34, CATIVERDE 02, Al Bianco
TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI-104
Notas:
1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.
2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).
5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acorizal	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			7
Água Boa	1	1 a 2	1 a 3	2 a 3	3	4		4	5
Alta Floresta	1 a 6	1 a 6	1 a 8		7		7		
Alto Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			7
Alto Boa Vista	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Alto Garças	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Alto Paraguai	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			7
Alto Taquari	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5				7
Apiacás	1 a 7	1 a 8	1 a 8				8		
Araguaiana	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Araguainha	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5 a 6		5	
Araputanga	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6 a 7
Arenápolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Aripuanã	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7 a 8	6	7 a 8	
Barão de Melgaço	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			
Barra do Bugres	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Barra do Garças	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Bom Jesus do Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4	5	5 a 6	5		
Brasnorte	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4	5	5 a 6	5		
Cáceres	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	6 a 7
Campinápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Campo Novo do Parecis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		6
Campo Verde	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
Campos de Júlio	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	7
Canabrava do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Canarana	1	1 a 2	1 a 3	2 a 3	3 a 4	4	4		5
Carlinda	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7		
Castanheira	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5 a 6	6	7
Chapada dos Guimarães	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Cláudia	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6		
Cocalinho	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Colíder	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6				7	8
Colniza	1 a 6	1 a 7	1 a 8		8		7		
Comodoro	1 a 4	1 a 5	1 a 6			7	5 a 6	6 a 7	
Confresa	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6	7	7
Conquista d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Cotriguaçu	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7	8	
Cuiabá	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6		6	7
Curvelândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Denise	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Diamantino	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			
Dom Aquino	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Feliz Natal	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Figueirópolis d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Gaúcha do Norte	1 a 3	1 a 3	1 a 4	4	4 a 5	5	5	6	6
General Carneiro	1 a 3	1 a 3	1 a 4	4	4	5		5	6
Glória d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6 a 7
Guarantã do Norte	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7		
Guiratinga	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5		5	6
Indiavaí	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Ipiranga do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4 a 5	5	6		6	7
Itanhangá	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5		5		6
Itaúba	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6	7	
Itiquira	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Jaciara	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Jangada	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Jauru	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Juara	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6	7	7 a 8
Juína	1 a 4	1 a 4	1 a 5		5	6	5	6	7 a 8
Juruena	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6		8
Juscimeira	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Lambari d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Lucas do Rio Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Luciara	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6		7
Vila Bela da Santíssima Trindade	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6 a 7	5	6 a 7	8
Marcelândia	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6	7	8
Matupá	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7	8	7		
Mirassol d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		6
Nobres	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Nortelândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			
Nossa Senhora do Livramento	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Nova Bandeirantes	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7	8	

PORTARIA Nº 212, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (110 dias < n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d)Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9853, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150, AD189 e AD105;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B587PW, 2B433PW, 2B587RR, 2B210PW, 2A401PW, 2B346PW, MG300PW, MG580PW, DB 2B339PW, CD3410PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A77PW, CD384RR, MG600PW, MG699RR, CD3775PW, MG744PW, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2A521PW, MG711PW e 2B640PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30K73YHR, 30K73H, 30F53VYHR, 30F53VYH, 30K73, P3456, P3431, BG7330, BG7330H, P3431H, P3431YHR, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F35HR, P3456H, P3456VYH, 30F35H, 30F53R, P3431YH, 30F35, P2830H, P3250, P1630YH, P2830VYH, 30F53YH, BG7432H, 30F53YHR, 30F53EH, 30F53HR, 30F53, BG7318YH, 30F53H, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P2830, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340H, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3340YHR, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 1055, BRS 2223, BRS 1060, BRS 3040 e BRS Gorutuba;

GENERAL MILLS BRASIL ALIMENTOS LTDA: XAP4511, AP6005 e AP 8203;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 905, BM 502, BM 955, BM 3063, BM 207, SHS 4090, BM 810, SHS 4070, BM 820, BM 709, SHS 4080, SHS 5080, SHS 5560, SHS 7090, SHS 5550, SHS 5070, SHS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5090, SHS 3031, SHS 5050, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MARCIO DEMEIS: TR167;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4002, AM 4003, AM 606, AM 997 e AX 727;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB330PRO, DKB340PRO2, AG9030PROX, GNZ 9505PRO, AG9030PRO2, AS 1551PRO, DKB250PRO2, DKB285PRO2, GNZ 9505YG, DKB330PRO2, AG9030RR2, DKB310PRO3, AG9045PRO2, AG9080PRO, AG 9080PRO2, DKB 310, DKB 330RR2, AS 1633, LG 3055PRO3, AS1575PRO3, AG9030PRO3, AG8061PRO3, RB 9006PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS 1660PRO2, DKB 330, DKB 315, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, DKB 275PRO, AS 1633PRO2, AS 1660PRO, AS 1665PRO, AS1660PROX, AS 1660, AS1656RR2, AS1633PRO3, AS1633PRO, AS1590PRO, AS1656PRO3, AG 9010, AG9080RR2, RB 9110YG, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, RB9110PRO, AG 9010PRO, AG 9030, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9434, AS1660PRO3, ADV 9434PRO3, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 5055PRO, AG 7000, LG 3055PRO2, BALU 280PRO, BM 650, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8088RR2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AG 8544, AG 8544PRO, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, DKB 340PRO, DKB 350, DKB 240PRO2, ADV 9434PRO2, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO2, SHS7910PRO3, NS 56PRO2, AG8580PROX, AG 8061, AG8061PROX, NS 90PRO, NS 56RR2, NS 90PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, LG 6036RR2, DKB315PRO, AG 8061RR2, AG8500RR2, AG8544PRO3, AG8580PRO2, AG8580PRO3, AG 9040, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PRO3, AG7098PROX, AG 7098PRO, AG 8580PRO, AG 8676PRO2, AG8690PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, LG6050PRO2, AG8677PRO2, AG8677PRO3, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780PRO, AG8780PRO3, AS 1575, AS 1575PRO, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO2, NS 50PRO, DKB275PRO3, GNZ 9505RR2, GNZ 9626PRO, DKB 350PRO, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, AG 7098, LG 3055PRO, AS 1581PRO, AS 1596, AS 1596PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, LG 6036PRO2, LG 6036PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, GNZ 9690RR2, GNZ 9690PRO2, RB 9006PRO, RB 9005PRO2, LG6036PRO3, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, RB 9004PRO, NS 92PRO2, NS92PRO, NS 90RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9505PRO3, RB 9108, RB 9108PRO, AS1656PRO, AS 1656PRO2, AS 1661PRO, DKB245PRO2, DKB250PRO3, DKB290, DKB290PRO, AS 1598PRO2, AS 1642, AS 1642 PRO2, AS1551PRO2, LG 3055, AS1555PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO3, AS1555PRO3, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, AS1555RR2, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308YG, RB 9308, RB 9210PRO2, RB 9210PRO, RB 9210, RB 9110, AS1596PRO3, RB 9108PRO2, AS1642PRO, CD 3715, CD324PRO, CD 3715PRO2, ADV 9434PRO, DKB 310PRO2, DKB330PRO3, DKB340PROX, DKB390PRO3, DKB390PROX, CD 3715RR2, CD 397PRO, AG9025PRO3, RB 9108PROX, RB 9108PRO3, AS1573PRO, RB 9077PRO, RB 9006RR2, RB 9006PRO2, ADV 9275PRO, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, GNZ9501PRO, GNZ 9505PRO2, BM780PRO, BM 780PRO2, BM 780PRO3, BM 840PRO, BM 840RR2, DKB290PRO3, 2300RR2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, 4600RR2, BM 915PRO, BM780RR2, CD 3715PRO, BALU 480PROX, BALU 480PRO2, BALU 480PRO, AS1677PRO3, AS1666PRO, DKB177PROX, DKB177PRO, DKB 390YG, DKB 310PRO, DKB 245RR2, DKB 240YGRR2, DKB 177RR2, DKB 177, DKB 175RR2, DKB 175PRO2, DKB 175PRO, DKB 175, CD 397YG, AG9045PRO3, BALU 480RR2, DKB177PRO3, NS 50PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, DKB 177PRO2, AS1777PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950, BM950PRO3, AG8700, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS30, NS88, NS88PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO e LG 6036;

NIDERA: NS77PRO2 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 204, PZ 316 e PZ 240;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445, Balu787 e Balu787PRO2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, GNZ 9506, SM 511, SM 966, K9220PRO2, ATL 110, ATL 200, ATL 310, ATL 400, Balu 188, DG 213, DG 601, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3 e SM 505;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8010 Bt, XB 8010, XB 9003 Bt, XB 9003, XB 8018, 60XB14 Bt, 90XB06 Bt, 90XB06, XB 8018 Bt e 60XB14;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22S18 TP3, PRE 22D11, PRE 22T10 TP, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22T10, SX1093, PRE 22S18 TP, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

SUPER SEMENTES GENETICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA: 14SS18, 14SS17, 15ST33, 15ST45 e 16GSS43;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7331 Viptera, SY6222 VIP3, SYN7205 VIP2, SX7331 TG, 3040VIP3, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, Cargo TL, Maximus TLTG Viptera, Formula VIP2, SX8332 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, GSS41242, SYN7205 TL, SYN4306 TL, SYN4306, Somma Viptera, Penta TLTG Viptera, Impacto TLTG Viptera, Impacto TG, Impacto, Garra Viptera, Formula Viptera, Fórmula TL, Formula, Celeron TL, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6003 VIP3, SX6552 VIP3, SX6663 VIP3, SX7331, SX7341 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8394 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SX8934 VIP3, SYN5T78 TLTG Viptera, SZ7634 VIP3 e SZ7684 VIP3.

GRUPO II

AVANTI SEEDS: AV 4142;

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316 e CD 316Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe e Copacabana;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2A620PW, 2B655PW, 2B688RR, 2B610PW, 2B512PW, 2B710PW, 2B633PW, 2B877PW, 2B810PW, 2B688PW, 30A95PW, MG652PW, MG699PW, CD 384PW, NEX 5617PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 20A55PW, 30A91PW e 2B647PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F90H, BG7032YH, BG7032YHR, 30F35R, BG7032H, BG7032HR e BG7032;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 451, BRS 3025, BR 106, BRS 1010, BRS 2022, BRS 2020, BRS 4104, BR 206, BR 205, BR 473, BRS 4103, BRS 3035, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã e BRS 3046;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ 2005 YG, GNZ7280PRO2, GNZ7280, GNZ7210, GNZ7210PRO2

IAC: IAC 3330, IAC 8046, IAC 8077 e IAC 8390;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 811, BALU 7690, MS 2010 e MS 2013;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI;

NIDERA: NS82;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242 e PZ 677;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9800PRO2, K9600PRO2, R9080, GNZ 9510, K9100, R9080PRO2, R9330PRO2, RK3014, RK3115, FTH 510, SG 6010, SG 6011, SG 6302, K9200, ATL 100, DG 501, DG 627 e ATL 300S;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30 e RVM 40;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7253, XB 6012 Bt, XB 6012, XB 4013, XB 7116 Bt, XB 7116, XB 8030 Bt, XB 8030 e XB 7253 Bt;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044 e MS3022;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076, SX1086 e PRE2601;

SUPER SEMENTES GENETICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA: 14ST07, 14ST01 e 14SV28;

SYNGENTA SEEDS LTDA: CD 308 e SG 6418;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI340.

GRUPO III

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR

AVANTI SEEDS: SW 5130, SW 5156, SW 5560, SW 5198

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 393, CD 393Hx

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA, DSS 1001

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 03, RG 02A

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, AL Avaré, AL 34, CATIVERDE 02, Al Bianco

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI-104

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

Nova Brasilândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Nova Canaã do Norte	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6				7	8
Nova Guarita	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7	8			
Nova Lacerda	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6 a 7	5	6	8
Nova Marilândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Nova Maringá	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5		5	6
Nova Monte Verde	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7		
Nova Mutum	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Nova Nazaré	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Nova Olímpia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Nova Santa Helena	1 a 5	1 a 6	1 a 6	6		7		7	8
Nova Ubiratã	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
Nova Xavantina	1	1 a 2	1 a 3	2 a 3	3	4		4	5
Novo Mundo	1 a 6	1 a 6	1 a 8		7		7		
Novo Horizonte do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 5			6	5	6	7
Novo São Joaquim	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	
Paranaíta	1 a 6	1 a 7	1 a 8	7				8	
Paranatinga	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
Novo Santo Antônio	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Pedra Preta	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Peixoto de Azevedo	1 a 5	1 a 6	1 a 6	6		7		7	8
Planalto da Serra	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Poconé	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			
Pontal do Araguaia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Ponte Branca	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Pontes E Lacerda	1 a 2	1 a 4	1 a 5	3	5	6	4 a 5	6 a 7	7 a 8
Porto Alegre do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6		7
Porto dos Gaúchos	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Porto Esperidião	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4 a 5	6	4 a 5	6	7
Porto Estrela	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Poxoréo	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Primavera do Leste	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Querência	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
São José dos Quatro Marcos	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6 a 7
Reserva do Cabaçal	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Ribeirão Cascalheira	1 a 3	1 a 3	1 a 4	4	4	5		5	6
Ribeirãozinho	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		6
Rio Branco	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		6
Santa Carmem	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4 a 5	5	6		6	7
Santo Afonso	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5 a 6	4	5	
São José do Povo	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
São José do Rio Claro	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
São José do Xingu	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6		7
São Pedro da Cipa	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Rondolândia	1 a 5	1 a 5	1 a 6		6	7 a 8	6	7 a 8	
Rondonópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Rosário Oeste	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Santa Cruz do Xingu	1 a 4	1 a 6	1 a 6	5		7	6	7	8
Salto do Céu	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Santa Rita do Trivelato	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Santa Terezinha	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6	7	7 a 8
Santo Antônio do Leste	1 a 3	1 a 3	1 a 4	4	4	5		5	6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santo Antônio do Leverger	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
São Félix do Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Sapezal	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Serra Nova Dourada	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Sinop	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5				6	7
Sorriso	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		7
Tabaporã	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6		
Tangará da Serra	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Tapurah	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5		5	6
Terra Nova do Norte	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6				7	8
Tesouro	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5		5	6
Torixoréu	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
União do Sul	1 a 4	1 a 5	1 a 5	5		6		6	7
Vale de São Domingos	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Várzea Grande	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Vera	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Vila Rica	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6	7	7 a 8

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acorizal	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Água Boa		1	1 a 2	1	2	3	2		
Alta Floresta	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5				6	7
Alto Araguaia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Alto Boa Vista	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Alto Garças	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Alto Paraguai	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Alto Taquari	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5
Apiacás	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7		7		8
Araguaiana		1	1 a 2	1	2		2		3
Araguainha	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Araputanga		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Arenápolis	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Aripuanã	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	7
Barão de Melgaço		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Barra do Bugres	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Barra do Garças	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Bom Jesus do Araguaia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
Brasnorte	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3		3	4	4 a 5
Cáceres		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4 a 5
Campinápolis	1	1	1 a 2	2	2	3		3	4
Campo Novo do Parecis		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Campo Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5
Campos de Júlio	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4		4	5
Canabrava do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3			4	4	5
Canarana		1	1 a 2	1 a 2	2	3		3	4
Carlinda	1 a 4	1 a 5	1 a 5			6	5		
Castanheira	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5
Chapada dos Guimarães	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Cláudia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Cocalinho	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Colíder	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Colniza	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5		7	6	6 a 7	8
Comodoro	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6	4	5	
Confresa	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Conquista d"Oeste	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4 a 5
Cotriguaçu	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5 a 6	6	7
Cuiabá	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5
Curvelândia		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Denise	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Diamantino	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Dom Aquino	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3	4	5
Feliz Natal	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Figueirópolis D"Oeste		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4			5
Gaúcha do Norte	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
General Carneiro	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		
Glória d"Oeste		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4 a 5
Guarantã do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 6				5	6	7
Guiratinga	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Indiavaí		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3				4 a 5
Ipiranga do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4			5
Itanhangá	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Itaúba	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Itiquira	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Jaciara	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Jangada	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Jauru		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4			5
Juara	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Juína	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4	4	4	5 a 6
Juruena	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Juscimeira	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Lambari d"Oeste		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Lucas do Rio Verde	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Luciara	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	
Vila Bela da Santíssima Trindade	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4 a 5	3	4 a 5	6
Marcelândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Matupá	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5		
Mirassol d"Oeste		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Nobres	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3			4	4	5
Nortelândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Nossa Senhora do Livramento	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Nova Bandeirantes	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5 a 6	6	7
Nova Brasilândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Nova Canaã do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Nova Guarita	1 a 4	1 a 4	1 a 5		5	6	5		
Nova Lacerda	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3	4	5 a 6
Nova Marilândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Nova Maringá	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Nova Monte Verde	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5		
Nova Mutum	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
Nova Nazaré		1	1 a 2	1	2		2		3
Nova Olímpia	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Nova Santa Helena	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Nova Ubiratã	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4	4	4	5
Nova Xavantina		1	1 a 2	1	2	3	2		
Novo Mundo	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5				6	7
Novo Horizonte do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5
Novo São Joaquim	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Paranaíta	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6		7
Paranatinga	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Novo Santo Antônio	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Pedra Preta	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Peixoto De Azevedo	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Planalto da Serra	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3			4	4	5
Poconé		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Pontal do Araguaia	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Ponte Branca	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Pontes d Lacerda	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4 a 5	3	4 a 5	6
Porto Alegre do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	
Porto dos Gaúchos	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5
Porto Esperidião		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5 a 6
Porto Estrela	1	1 a 2	1 a 3				2	3	4
Poxoréo	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		5
Primavera do Leste	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Querência	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
São José dos Quatro Marcos		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4 a 5
Reserva do Cabaçal		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Ribeirão Cascalheira	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		
Ribeirãozinho	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Rio Branco		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Santa Carmem	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5
Santo Afonso	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
São José Do Povo	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
São José do Rio Claro	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
São José do Xingu	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Pedro da Cipa	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		5
Rondolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6	5	5	7
Rondonópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3				4
Rosário Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5	4	4	
Santa Cruz do Xingu	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Salto do Céu		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Santa Rita do Trivelato	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4	4	4	5
Santa Terezinha	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Santo Antônio do Leste	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		
Santo Antônio do Leverger	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
São Félix do Araguaia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3			4	4	5
Sapezal	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Serra Nova Dourada	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Sinop	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Sorriso	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Tabaporã	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Tangará da Serra	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Tapurah	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Terra Nova do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Tesouro	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Torixoréu	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
União do Sul	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Vale de São Domingos	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4 a 5
Várzea Grande	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Vera	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4		4	5
Vila Rica	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acorizal		1	1 a 2	1	2	3			
Água Boa						1		1	
Alta Floresta	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Alto Araguaia		1	1 a 2	1	2	3			
Alto Boa Vista		1	1 a 2	1	2		2		3
Alto Garças		1	1 a 2	1				2	3
Alto Paraguai		1	1 a 2	1	2				3
Alto Taquari	1	1	1 a 2		2	3			
Apiacás	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5	6	
Araguaiana						1		1	
Araguainha		1	1	1		2		2	3
Araputanga			1		1	2	1	2	3
Arenápolis		1	1 a 2	1	2				3
Aripuanã	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3	4	
Barão de Melgaço			1		1	2			
Barra do Bugres		1	1			2	1	2	3
Barra do Garças			1		1				2
Bom Jesus do Araguaia		1	1	1		2	2	2	3
Brasnorte		1	1 a 2	1	2		2		3
Cáceres			1		1	2	1	2	3
Campinápolis			1		1		1		2
Campo Novo do Parecis			1		1	2	1		
Campo Verde		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Campos de Júlio		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Canabrava do Norte		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Canarana					1	1	1		2
Carlinda	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		
Castanheira	1	1	1 a 2	2	2	3		3	
Chapada dos Guimarães	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Cláudia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Cocalinho			1		1	2	1	2	
Colíder	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4		4	
Colniza	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Comodoro	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Confresa	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Conquista d"Oeste			1		1	2	1	2	3
Cotriguaçu	1 a 3	1 a 3	1 a 3		4	4 a 5	4		6
Cuiabá		1	1 a 2	1	2	3	2		
Curvelândia			1		1	2	1	2	3
Denise		1	1 a 2	1				2	3
Diamantino		1	1 a 2	1	2				3
Dom Aquino		1	1 a 2	1	2	3	2		
Feliz Natal	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Figueirópolis d"Oeste			1		1	2	1	2	3
Gaúcha do Norte		1	1	1		2	2	2	3
General Carneiro		1	1	1		2		2	3
Glória d"Oeste			1		1	2	1	2	3
Guarantã do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Guiratinga		1	1 a 2	1				2	3
Indiavaí			1		1	2	1	2	3
Ipiranga do Norte	1	1	1 a 2		2	3	2	3	
Itanhangá		1	1 a 2	1	2		2		3
Itaúba	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Itiquira		1	1 a 2	1				2	3
Jaciara		1	1 a 2	1	2	3	2		
Jangada		1	1 a 2	1	2				3
Jauru			1 a 2		1		1	2	3
Juara	1	1 a 2	1 a 2	2		3	3	3	4
Juína	1	1	1 a 2		2		2	3	3 a 4
Juruena	1	1 a 2	1 a 2	2	3	3	3		4 a 5
Juscimeira		1	1 a 2	1				2	3
Lambari d"Oeste			1		1	2	1	2	
Lucas do Rio Verde			1		1	2	1	2	
Luciara	1	1 a 2	1 a 2	2		3	3	3	4
Vila Bela da Santíssima Trindade		1	1 a 2	1	2		2	3	3 a 5
Marcelândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Matupá	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	
Mirassol d"Oeste			1		1	2	1	2	3
Nobres	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Nortelândia		1	1 a 2	1	2				3
Nossa Senhora do Livramento		1	1			2	1	2	3
Nova Bandeirantes	1 a 3	1 a 3	1 a 3		4	4 a 5	4		6
Nova Brasilândia	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Nova Canaã do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3	4	
Nova Guarita	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	
Nova Lacerda		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Nova Marilândia		1	1 a 2				1	2	3
Nova Maringá		1	1 a 2	1				2	3
Nova Monte Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Nova Mutum		1	1 a 2	1	2				3
Nova Nazaré						1		1	
Nova Santa Helena	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Nova Olímpia		1	1			2	1	2	3
Nova Ubiratã		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Nova Xavantina						1		1	
Novo Mundo	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Novo Horizonte do Norte	1	1	1 a 2		2	3	2	3	
Novo São Joaquim			1		1	2	1	2	
Paranaíta	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4		4	5	5 a 6
Paranatinga		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Novo Santo Antônio		1	1 a 2	1	2		2		3
Pedra Preta		1	1 a 2	1				2	3
Peixoto De Azevedo	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	
Planalto da Serra		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Poconé			1		1	2			
Pontal do Araguaia			1		1		1		2
Ponte Branca		1	1	1		2		2	
Pontes E Lacerda		1	1 a 2		2		1 a 2	3	3 a 5
Porto Alegre do Norte	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Porto dos Gaúchos	1	1	1 a 2		2	3	2	3	
Porto Esperidião			1 a 2		1 a 2		1	3	3 a 4
Porto Estrela			1		1	2	1	2	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poxoréo		1	1 a 2	1	2				3
Primavera do Leste		1	1 a 2	1	2	3	2		
Querência		1	1	1	2	2	2		3
São José dos Quatro Marcos			1		1	2	1	2	3
Reserva do Cabaçal			1		1	2	1	2	3
Ribeirão Cascalheira			1	1	1	2		2	3
Ribeirãozinho		1	1			2	1		
Rio Branco			1		1	2	1	2	3
Santa Carmem	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Santo Afonso		1	1 a 2				1	2	3
São José do Povo		1	1 a 2	1				2	
São José do Rio Claro			1		1	2	1	2	
São José do Xingu	1	1 a 2	1 a 3	2			3	3	4
São Pedro da Cipa		1	1 a 2	1	2				3
Rondolândia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Rondonópolis		1	1 a 2	1				2	
Rosário Oeste	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Santa Cruz do Xingu	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3	4	4
Salto do Céu			1		1	2	1		
Santa Rita do Trivelato		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Santa Terezinha	1	1 a 2	1 a 3	2			3	3 a 4	4
Santo Antônio do Leste		1	1	1		2		2	3
Santo Antônio do Leverger		1	1 a 2	1				2	3
São Félix do Araguaia	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Sapezal		1	1 a 2	1	2		2		3
Serra Nova Dourada		1	1 a 2	1	2		2		3
Sinop	1	1	1 a 2	2	2	3		3	4
Sorriso	1	1	1 a 2		2		2		3
Tabaporã	1	1 a 2	1 a 3	2			3	3	4
Tangará da Serra			1		1	2	1	2	3
Tapurah		1	1 a 2	1				2	
Terra Nova do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	
Tesouro		1	1	1		2		2	3
Torixoréu		1	1			2	1		
União do Sul	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Vale de São Domingos			1 a 2		1		1	2	3
Várzea Grande		1	1 a 2	1	2				3
Vera	1	1	1 a 2		2		2		3
Vila Rica	1	1 a 2	1 a 3	2			3	3 a 4	4

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acorizal	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			7
Água Boa	1	1 a 2	1 a 3	2 a 3	3	4		4	5
Alta Floresta	1 a 6	1 a 6	1 a 8		7		7		
Alto Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			7
Alto Boa Vista	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Alto Garças	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Alto Paraguai	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			
Alto Taquari	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5				7
Apiacás	1 a 7	1 a 8	1 a 8				8		
Araguaiana	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Araguainha	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5 a 6		5	
Araputanga	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6 a 7
Arenápolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Aripuanã	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7 a 8	6	7 a 8	
Barão de Melgaço	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			
Barra do Bugres	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Barra do Garças	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Bom Jesus do Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4	5	5 a 6	5		
Brasnorte	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4	5	5 a 6	5		
Cáceres	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5		5	6 a 7
Campinápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Campo Novo do Parecis	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		6
Campo Verde	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
Campos de Júlio	1 a 3	1 a 4	1 a 6	4	5		5	6	7
Canabrava do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Canarana	1	1 a 2	1 a 3	2 a 3	3 a 4	4	4		5
Carlinda	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7		
Castanheira	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5 a 6	6	7
Chapada dos Guimarães	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Cláudia	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6		
Cocalinho	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Colíder	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6				7	8
Colniza	1 a 6	1 a 7	1 a 8		8		7		
Comodoro	1 a 4	1 a 5	1 a 6			7	5 a 6	6 a 7	
Confresa	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6	7	7
Conquista d''Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Cotriguaçu	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7	8	
Cuiabá	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6		6	7
Curvelândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Denise	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Diamantino	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			
Dom Aquino	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Feliz Natal	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Figueirópolis d''Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Gaúcha do Norte	1 a 3	1 a 3	1 a 4	4	4 a 5	5	5	6	6
General Carneiro	1 a 3	1 a 3	1 a 4	4	4	5		5	6
Glória d''Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6 a 7
Guarantã do Norte	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7		
Guiratinga	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5		5	6
Indiavaí	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Ipiranga do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4 a 5	5	6		6	7
Itanhangá	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5		5		6
Itaúba	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6	7	
Itiquira	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Jaciara	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Jangada	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Jauru	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Juara	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6	7	7 a 8
Juína	1 a 4	1 a 4	1 a 5		5	6	5	6	7 a 8
Juruena	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6		8
Juscimeira	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Lambari d''Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Lucas do Rio Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Luciara	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6		7
Vila Bela da Santíssima Trindade	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6 a 7	5	6 a 7	8
Marcelândia	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6	7	8
Matupá	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7	8	7		
Mirassol d''Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		6
Nobres	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Nortelândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6			
Nossa Senhora do Livramento	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Nova Bandeirantes	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7	8	
Nova Brasilândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Nova Canaã do Norte	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6				7	8
Nova Guarita	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7	8			
Nova Lacerda	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6 a 7	5	6	8
Nova Marilândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Nova Maringá	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5		5	6
Nova Monte Verde	1 a 6	1 a 6	1 a 7		7	8	7		
Nova Mutum	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Nova Nazaré	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Nova Olímpia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Nova Santa Helena	1 a 5	1 a 6	1 a 6	6		7		7	8
Nova Ubiratã	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
Nova Xavantina	1	1 a 2	1 a 3	2 a 3	3	4		4	5
Novo Mundo	1 a 6	1 a 6	1 a 8		7		7		
Novo Horizonte do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 5			6	5	6	7
Novo São Joaquim	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	
Paranaíta	1 a 6	1 a 7	1 a 8	7				8	
Paranatinga	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
Novo Santo Antônio	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Pedra Preta	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Peixoto de Azevedo	1 a 5	1 a 6	1 a 6	6		7		7	8
Planalto da Serra	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Poconé	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pontal do Araguaia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		
Ponte Branca	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
Pontes E Lacerda	1 a 2	1 a 4	1 a 5	3	5	6	4 a 5	6 a 7	7 a 8
Porto Alegre do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6		7
Porto dos Gaúchos	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Porto Esperidião	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4 a 5	6	4 a 5	6	7
Porto Estrela	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Poxoréo	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Primavera do Leste	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Querência	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	
São José dos Quatro Marcos	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6 a 7
Reserva do Cabaçal	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Ribeirão Cascalheira	1 a 3	1 a 3	1 a 4	4	4	5		5	6
Ribeirãozinho	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4		6
Rio Branco	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		6
Santa Carmem	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4 a 5	5	6		6	7
Santo Afonso	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5 a 6	4	5	
São José do Povo	1 a 3	1 a 4	1 a 4			5	4	5	6
São José do Rio Claro	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
São José do Xingu	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6		7
São Pedro da Cipa	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5				6
Rondolândia	1 a 5	1 a 5	1 a 6		6	7 a 8	6	7 a 8	
Rondonópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Rosário Oeste	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Santa Cruz do Xingu	1 a 4	1 a 6	1 a 6	5		7	6	7	8
Salto do Céu	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5			6
Santa Rita do Trivelato	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Santa Terezinha	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6	7	7 a 8
Santo Antônio do Leste	1 a 3	1 a 3	1 a 4	4	4	5		5	6
Santo Antônio do Leverger	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
São Félix do Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Sapezal	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Serra Nova Dourada	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Sinop	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5				6	7
Sorriso	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		7
Tabaporã	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6		
Tangará da Serra	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	
Tapurah	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5		5	6
Terra Nova do Norte	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6				7	8
Tesouro	1 a 3	1 a 4	1 a 4	4		5		5	6
Torixoréu	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
União do Sul	1 a 4	1 a 5	1 a 5	5		6		6	7
Vale de São Domingos	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6	4	5	7
Várzea Grande	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Vera	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5	6	7
Vila Rica	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6	7	7 a 8

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acorizal	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Água Boa		1	1 a 2	1	2	3	2		
Alta Floresta	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5				6	7
Alto Araguaia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Alto Boa Vista	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Alto Garças	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Alto Paraguai	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Alto Taquari	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5
Apiacás	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7		7		8
Araguaiana		1	1 a 2	1	2		2		3
Araguainha	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Araputanga		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Arenápolis	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Aripuanã	1 a 3	1 a 4	1 a 5			6	4	5	7
Barão de Melgaço		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Barra do Bugres	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Barra do Garças	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	
Bom Jesus do Araguaia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
Brasnorte	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3		3	4	4 a 5
Cáceres		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4 a 5
Campinápolis	1	1	1 a 2	2	2	3		3	4
Campo Novo do Parecis		1 a 2	1 a 2	1		3	2	3	4
Campo Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5
Campos de Júlio	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4		4	5
Canabrava do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3			4	4	5
Canarana		1	1 a 2	1 a 2	2	3		3	4
Carlinda	1 a 4	1 a 5	1 a 5			6	5		
Castanheira	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5
Chapada dos Guimarães	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	5
Cláudia	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Cocalinho	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Colíder	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Colniza	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5		7	6	6 a 7	8
Comodoro	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5 a 6	4	5	
Confresa	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
Conquista d"Oeste	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4 a 5
Cotriguaçu	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5 a 6	6	7
Cuiabá	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	5
Curvelândia		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Denise	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Diamantino	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Dom Aquino	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3	4	5
Feliz Natal	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Figueirópolis D"Oeste		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4			5
Gaúcha do Norte	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
General Carneiro	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		
Glória d"Oeste		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4 a 5
Guarantã do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 6				5	6	7
Guiratinga	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Indiavaí		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3				4 a 5
Ipiranga do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4			5
Itanhangá	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Itaúba	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Itiquira	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Jaciara	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Jangada	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Jauru		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4			5
Juara	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Juína	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4	4	4	5 a 6
Juruena	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Juscimeira	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Lambari d"Oeste		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Lucas do Rio Verde	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Luciara	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	
Vila Bela da Santíssima Trindade	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4 a 5	3	4 a 5	6
Marcelândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5				4	5	6
Matupá	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5		
Mirassol d"Oeste		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Nobres	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3			4	4	5
Nortelândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Nossa Senhora do Livramento	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Nova Bandeirantes	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5 a 6	6	7
Nova Brasilândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Nova Canaã do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Nova Guarita	1 a 4	1 a 4	1 a 5		5	6	5		
Nova Lacerda	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3	4	5 a 6
Nova Marilândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Nova Maringá	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Nova Monte Verde	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5		
Nova Mutum	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	5
Nova Nazaré		1	1 a 2	1	2		2		3
Nova Olímpia	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Nova Santa Helena	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4				5	6
Nova Ubiratã	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4	4	4	5
Nova Xavantina		1	1 a 2	1	2	3	2		
Novo Mundo	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5				6	7
Novo Horizonte do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5
Novo São Joaquim	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
Paranaíta	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6		6		7
Paranatinga	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Novo Santo Antônio	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Pedra Preta	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Peixoto De Azevedo	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Planalto da Serra	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3			4	4	5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poconé		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Pontal do Araguaia	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Ponte Branca	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Pontes d Lacerda	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4 a 5	3	4 a 5	6
Porto Alegre do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	
Porto dos Gaúchos	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5
Porto Esperidião		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4	3	4	5 a 6
Porto Estrela	1	1 a 2	1 a 3				2	3	4
Poxoréo	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		5
Primavera do Leste	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Querência	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
São José dos Quatro Marcos		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4 a 5
Reserva do Cabaçal		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Ribeirão Cascalheira	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		
Ribeirãozinho	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Rio Branco		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Santa Carmem	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3	4	4	4		5
Santo Afonso	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4			
São José Do Povo	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
São José do Rio Claro	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
São José do Xingu	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4	5	6
São Pedro da Cipa	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		5
Rondolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6	5	5	7
Rondonópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3				4
Rosário Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3		5	4	4	
Santa Cruz do Xingu	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4		6		5	
Salto do Céu		1 a 2	1 a 3	1			2	3	4
Santa Rita do Trivelato	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4	4	4	5
Santa Terezinha	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Santo Antônio do Leste	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3		
Santo Antônio do Leverger	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
São Félix do Araguaia	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3			4	4	5
Sapezal	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Serra Nova Dourada	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Sinop	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4	5	4		
Sorriso	1 a 2	1 a 2	1 a 3	3	3	4		4	5
Tabaporã	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Tangará da Serra	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
Tapurah	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Terra Nova do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5	4	5	6	5		
Tesouro	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Torixoréu	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4
União do Sul	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Vale de São Domingos	1	1 a 2	1 a 3	2	3				4 a 5
Várzea Grande	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4			
Vera	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4		4	5
Vila Rica	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Acorizal		1	1 a 2	1	2	3			
Água Boa						1		1	
Alta Floresta	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Alto Araguaia		1	1 a 2	1	2	3			
Alto Boa Vista		1	1 a 2	1	2		2		3
Alto Garças		1	1 a 2	1				2	3
Alto Paraguai		1	1 a 2	1	2				3
Alto Taquari	1	1	1 a 2		2	3			
Apiacás	1 a 4	1 a 4	1 a 6		5		5	6	
Araguaiana						1		1	
Araguainha		1	1	1		2		2	3
Araputanga			1		1	2	1	2	3
Arenápolis		1	1 a 2	1	2				3
Aripuanã	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4 a 5	3	4	
Barão de Melgaço			1		1	2			
Barra do Bugres		1	1			2	1	2	3
Barra do Garças			1		1				2
Bom Jesus do Araguaia		1	1	1		2	2	2	3
Brasnorte		1	1 a 2	1	2		2		3
Cáceres			1		1	2	1	2	3
Campinápolis			1		1		1		2
Campo Novo do Parecis			1		1	2	1		
Campo Verde		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Campos de Júlio		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Canabrava do Norte		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Canarana					1	1	1		2
Carlinda	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		
Castanheira	1	1	1 a 2	2	2	3		3	
Chapada dos Guimarães	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Cláudia	1	1 a 2	1 a 3	2				3	4
Cocalinho			1		1	2	1	2	
Colíder	1 a 2	1 a 3	1 a 3	3		4		4	
Colniza	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4	5	4	5	6
Comodoro	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Confresa	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Conquista d''Oeste			1		1	2	1	2	3
Cotriguaçu	1 a 3	1 a 3	1 a 3		4	4 a 5	4		6
Cuiabá		1	1 a 2	1	2	3	2		
Curvelândia			1		1	2	1	2	3
Denise		1	1 a 2	1				2	3
Diamantino		1	1 a 2	1	2				3
Dom Aquino		1	1 a 2	1	2	3	2		
Feliz Natal	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Figueirópolis d''Oeste			1		1	2	1	2	3
Gaúcha do Norte		1	1	1		2	2	2	3
General Carneiro		1	1	1		2		2	3
Glória d''Oeste			1		1	2	1	2	3
Guarantã do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Guiratinga		1	1 a 2	1				2	3
Indiavaí			1		1	2	1	2	3
Ipiranga do Norte	1	1	1 a 2		2	3	2	3	
Itanhangá		1	1 a 2	1	2		2		3
Itaúba	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Itiquira		1	1 a 2	1				2	3
Jaciara		1	1 a 2	1	2	3	2		
Jangada		1	1 a 2	1	2				3
Jauru			1 a 2		1		1	2	3
Juara	1	1 a 2	1 a 2	2		3	3	3	4
Juína	1	1	1 a 2		2		2	3	3 a 4
Juruena	1	1 a 2	1 a 2	2	3	3	3		4 a 5
Juscimeira		1	1 a 2	1				2	3
Lambari d''Oeste			1		1	2	1	2	
Lucas do Rio Verde			1		1	2	1	2	
Luciara	1	1 a 2	1 a 2	2		3	3	3	4
Vila Bela da Santíssima Trindade		1	1 a 2	1	2		2	3	3 a 5
Marcelândia	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3		4
Matupá	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	
Mirassol d''Oeste			1		1	2	1	2	3
Nobres	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Nortelândia		1	1 a 2	1	2				3
Nossa Senhora do Livramento		1	1			2	1	2	3
Nova Bandeirantes	1 a 3	1 a 3	1 a 3		4	4 a 5	4		6
Nova Brasilândia	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Nova Canaã do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 3			4	3	4	
Nova Guarita	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3				4	
Nova Lacerda		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Nova Marilândia		1	1 a 2				1	2	3
Nova Maringá		1	1 a 2	1				2	3
Nova Monte Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4				5
Nova Mutum		1	1 a 2	1	2				3
Nova Nazaré						1		1	
Nova Santa Helena	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3		
Nova Olímpia		1	1			2	1	2	3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nova Ubiratã		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Nova Xavantina						1		1	
Novo Mundo	1 a 2	1 a 3	1 a 4	3	4		4		5
Novo Horizonte do Norte	1	1	1 a 2		2	3	2	3	
Novo São Joaquim			1		1	2	1	2	
Paranaíta	1 a 3	1 a 3	1 a 4		4		4	5	5 a 6
Paranatinga		1	1 a 2	1	2	3	2	3	
Novo Santo Antônio		1	1 a 2	1	2		2		3
Pedra Preta		1	1 a 2	1				2	3
Peixoto De Azevedo	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	
Planalto da Serra		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Poconé			1		1	2			
Pontal do Araguaia			1		1		1		2
Ponte Branca		1	1	1		2		2	
Pontes E Lacerda		1	1 a 2		2		1 a 2	3	3 a 5
Porto Alegre do Norte	1	1 a 2	1 a 2	2		3		3	4
Porto dos Gaúchos	1	1	1 a 2		2	3	2	3	
Porto Esperidião			1 a 2		1 a 2		1	3	3 a 4
Porto Estrela			1		1	2	1	2	
Poxoréo		1	1 a 2	1	2				3
Primavera do Leste		1	1 a 2	1	2	3	2		
Querência		1	1	1	2	2	2		3
São José dos Quatro Marcos			1		1	2	1	2	3
Reserva do Cabaçal			1		1	2	1	2	3
Ribeirão Cascalheira			1	1	1	2		2	3
Ribeirãozinho		1	1			2	1		
Rio Branco			1		1	2	1	2	3
Santa Carmem	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Santo Afonso		1	1 a 2				1	2	3
São José do Povo		1	1 a 2	1				2	
São José do Rio Claro			1		1	2	1	2	
São José do Xingu	1	1 a 2	1 a 3	2			3	3	4
São Pedro da Cipa		1	1 a 2	1	2				3
Rondolândia	1 a 2	1 a 2	1 a 3		3	4	3	4	5
Rondonópolis		1	1 a 2	1				2	
Rosário Oeste	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Santa Cruz do Xingu	1	1 a 2	1 a 3	2	3		3	4	4
Salto do Céu			1		1	2	1		
Santa Rita do Trivelato		1	1 a 2	1	2	3	2	3	4
Santa Terezinha	1	1 a 2	1 a 3	2			3	3 a 4	4
Santo Antônio do Leste		1	1	1		2		2	3
Santo Antônio do Leverger		1	1 a 2	1				2	3
São Félix do Araguaia	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Sapezal		1	1 a 2	1	2		2		3
Serra Nova Dourada		1	1 a 2	1	2		2		3
Sinop	1	1	1 a 2	2	2	3		3	4
Sorriso	1	1	1 a 2		2		2		3
Tabaporã	1	1 a 2	1 a 3	2			3	3	4
Tangará da Serra			1		1	2	1	2	3
Tapurah		1	1 a 2	1				2	
Terra Nova do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4				3	4	
Tesouro		1	1	1		2		2	3
Torixoréu		1	1			2	1		
União do Sul	1	1	1 a 2		2	3	2	3	4
Vale de São Domingos			1 a 2		1		1	2	3
Várzea Grande		1	1 a 2	1	2				3
Vera	1	1	1 a 2		2		2		3
Vila Rica	1	1 a 2	1 a 3	2			3	3 a 4	4

PORTARIA Nº 213, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado do Pará, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (110 dias < n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2B710PW, 2B587RR, 2B688RR, 20A55PW, 2B433PW, 2B512PW, 2B655PW, 2B688PW, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, 2B587PW, 2B810PW, 2B610PW, 2B877PW, 2A620PW, MG300PW, MG652PW, NEX 5617PW, 2B633PW, CD 384PW, 20A78PW, MG699PW, 2B210PW, DB 2B339PW, 2B647PW, 2A401PW, MG580PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3765PW, CD3410PW, MG600PW, CD3775PW, MG744PW, CD384RR, MG699RR, 2B640PW, MG711PW, 2A521PW

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35H, 30F35HR, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F53, 30F53EH, 30F53H, 30F53HR, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30F53YH, 30F53YHR, 30K73H, 30K73YHR, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037VYH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7318YH, BG7330VYH, BG7432H, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7720VYHR, P1630YH, P2830, P2830H, P2830VYH, P3161H, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3340YHR, P3380HR, P3431, P3431H, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844VYH, P3862H, P3862VYH, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285YH, P4285YHR, P3707VYH

HELIX SEMENTES LTDA: BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939 e SHS7939PRO2;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG6310 e LG36701PRO2;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 3700RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO2, AG 1051, AG 5055PRO, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG 8088PRO2, AG9000PRO3, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6304PRO, LG6050PRO2, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 50PRO3, NS 50RR2, NS 90PRO, AG 9010PRO, AG7098PRO2, AG 8061, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, AG9025PRO3, AS 1581PRO, AS 1596PRO2, AS 1598, AS1555PRO2, AS1555PRO3, AS1596PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, BM780PRO, BM 840PRO, BM 915PRO, NS 90PRO2, NS 90RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, DKB 177PRO2, DKB177PRO3, NS 92RR2, DKB 390, RB 9004PRO2, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB230PRO3, DKB290, DKB290PRO, LG6036PRO3, DKB290PRO3, DKB310PRO3, DKB390PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6036PRO, LG 6036PRO2, LG 6036RR2, RB 9005PRO2, RB 9110PRO2, SHS7910PRO3, SHS 7915PRO, SHS7915PRO3, SHS 7920PRO, ADV 9434PRO, SHS 7920PRO3, LG 3055, LG 3055PRO, LG 3055PRO2, ADV9345PRO3, NS 92PRO3, RB 9005PRO3, RB 9006PRO3, AG8061PRO3, AG9030PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950PRO3, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, LG 6036, LG 3055PRO3 e LG 6038PRO;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3, ATL 110, ATL 200, ATL 310, Balu 188, FTH 510, FTH 960, RK3014, RK3115, SM 511, SM 966, SM 505 e ATL 300S;

SEMPRE SEMENTES: SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1093 TP3, PRE 22D11, PRE 22S18 TP, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3 e PRE22S18, SX1093;

SYNGENTA SEEDS LTDA: 3040VIP3, BALU 761, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6003 VIP3, SX6552 VIP3, SX6663 VIP3, SX7331, SX7341 VIP3, SX7772 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SX8394 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SX8934 VIP3, SY6222 VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, SZ7050 VIP3, SZ7634 VIP3 e SZ7684 VIP3.

GRUPO II

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35R e 30F90H;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 02A e RG 03;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: ATL 100, ATL 400, DG 213, DG 501, DG 601, DG 627, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, K9200, K9220PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2, R9330PRO2, SG 6010, SG 6011 e SG 6302;

SEMPRE SEMENTES: SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076 e SX1086.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GRUPO III
JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01;
TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI340 e AGRI-104.
Notas:
Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abaetetuba	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Abel Figueiredo	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	10
Acará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Água Azul do Norte	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	
Alenquer	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Almeirim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Altamira	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12			13
Ananindeua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Anapu	4 a 11	4 a 11	4 a 13	12	12 a 13		13		
Augusto Corrêa	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Aurora do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Aveiro	4 a 12	4 a 13	4 a 13				13		
Bagre	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Baião	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Bannach	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Barcarena	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belterra	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Benevides	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bom Jesus do Tocantins	4 a 7	4 a 8	4 a 8	8		9		9	10
Bonito	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bragança	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Brasil Novo	4 a 10	4 a 11	4 a 13	11 a 12	12 a 13		13		
Brejo Grande do Araguaia	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Breu Branco	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Bujaru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Cachoeira do Piriá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Cametá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Canaã dos Carajás	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	
Capanema	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Capitão Poço	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Castanhal	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Colares	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Conceição do Araguaia	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Concórdia do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Cumaru do Norte	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Curionópolis	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	
Curuá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Curuçá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Dom Eliseu	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	11
Eldorado do Carajás	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8				9
Faro	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Floresta do Araguaia	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
Garrafão do Norte	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Goianésia do Pará	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10	11	12
Gurupá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Igarapé-Açu	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Igarapé-Miri	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Inhangapi	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ipixuna do Pará	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12 a 13	13	
Irituia	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Itaituba	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Itupiranga	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	
Jacareacanga	4 a 8	4 a 8	4 a 10	9	9 a 10	11	10	11	12
Jacundá	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9	10	9	10	11
Juruti	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Limoeiro do Ajuru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Mãe do Rio	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Magalhães Barata	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marabá	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		10
Maracanã	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marapanim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marituba	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Medicilândia	4 a 10	4 a 11	4 a 13	11	12		12 a 13	13	
Melgaço	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Mocajuba	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Moju	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Mojuí dos Campos	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Monte Alegre	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Nova Esperança do Piriá	4 a 11	4 a 13	4 a 13	12 a 13					
Nova Ipixuna	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				10
Nova Timboteua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Novo Progresso	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9		
Novo Repartimento	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10	11	12
Óbidos	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Oeiras do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Oriximiná	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ourém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ourilândia do Norte	4 a 7	4 a 8	4 a 8			9	8	9	
Pacajá	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11		13	12	12 a 13	
Palestina do Pará	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Paragominas	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Parauapebas	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	10
Pau D"Arco	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Peixe-Boi	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Piçarra	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Placas	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Portel	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Porto de Moz	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Prainha	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Primavera	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Quatipuru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Redenção	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
Rio Maria	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Rondon do Pará	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	11
Rurópolis	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Salinópolis	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Bárbara do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Izabel do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Luzia do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Maria das Barreiras	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Santa Maria do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santana do Araguaia	4 a 5	4 a 6	4 a 6	6		7	7	7	8
Santarém	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Santarém Novo	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santo Antônio do Tauá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Caetano de Odivelas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Domingos do Araguaia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9
São Domingos do Capim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Félix do Xingu	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		10
São Francisco do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Geraldo do Araguaia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
São João da Ponta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João de Pirabas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João do Araguaia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
São Miguel do Guamá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Sapucaia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Senador José Porfírio	4 a 11	4 a 11	4 a 13	12	12 a 13		13		
Tailândia	4 a 11	4 a 12	4 a 13		13		12 a 13		
Terra Alta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Terra Santa	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Tomé-Açu	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Tracuateua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Trairão	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13			
Tucumã	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	10
Tucuruí	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Ulianópolis	4 a 7	4 a 8	4 a 10	8	9		9	10	11
Uruará	4 a 10	4 a 11	4 a 12				11	12	13
Vigia	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Viseu	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Vitória do Xingu	4 a 10	4 a 11	4 a 13	11 a 12	12 a 13		13		
Xinguara	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abaetetuba	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Abel Figueiredo	4 a 5	4 a 6	4 a 6	6		7		7	8
Acará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Água Azul do Norte	4 a 5	4 a 5	4 a 6	6	6	7		7	8
Alenquer	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Almeirim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Altamira	4 a 7	4 a 8	4 a 10	8	9		9	10	11
Ananindeua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Anapu	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Augusto Corrêa	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Aurora do Pará	4 a 11	4 a 11	4 a 12		12	13	12	13	
Aveiro	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12		
Bagre	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Baião	4 a 10	4 a 11	4 a 11	11		12		12	13
Bannach	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Barcarena	4 a 13	4 a 13	4 a 13						

Belém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belterra	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12		12		13
Benevides	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bom Jesus do Tocantins	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Bonito	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bragança	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Brasil Novo	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Brejo Grande do Araguaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Breu Branco	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9		10 a 11		10	
Bujaru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Cachoeira do Piriá	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Cametá	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Canaã dos Carajás	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	8
Capanema	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Capitão Poço	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Castanhal	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Colares	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Conceição do Araguaia	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Concórdia do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Cumaru do Norte	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
Curionópolis	4 a 5	4 a 6	4 a 6	6		7		7	8
Curuá	4 a 12	4 a 13	4 a 13				13		
Curuçá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Dom Eliseu	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Eldorado do Carajás	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	
Faro	4 a 12	4 a 13	4 a 13				13		
Floresta do Araguaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Garrafão do Norte	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Goianésia do Pará	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9	10	10 a 11
Gurupá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Igarapé-Açu	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Igarapé-Miri	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Inhangapi	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ipixuna do Pará	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11		11		12
Irituia	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Itaituba	4 a 9	4 a 10	4 a 10	10		11 a 12	11	11	
Itupiranga	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Jacareacanga	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7 a 8	8 a 9	9	9		10
Jacundá	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9
Juruti	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12				13	
Limoeiro do Ajuru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Mãe do Rio	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Magalhães Barata	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marabá	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
Maracanã	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marapanim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marituba	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Medicilândia	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Melgaço	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Mocajuba	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11 a 12	12	13		13	
Moju	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Mojuí dos Campos	4 a 9	4 a 10	4 a 12	10	11		11	12	13
Monte Alegre	4 a 11	4 a 13	4 a 13	12			13		
Nova Esperança do Piriá	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12		12		13
Nova Ipixuna	4 a 6	4 a 6	4 a 7		7	8	7	8	9
Nova Timboteua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Novo Progresso	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Novo Repartimento	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		10 a 11
Óbidos	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Oeiras do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Oriximiná	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Ourém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ourilândia do Norte	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7		7		8
Pacajá	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10	11	12
Palestina do Pará	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Paragominas	4 a 8	4 a 8	4 a 9	9	9 a 10	10 a 11	10		
Parauapebas	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Pau D"Arco	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Peixe-Boi	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Piçarra	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
Placas	4 a 9	4 a 10	4 a 10	10		11 a 12	11	11	13
Portel	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13				
Porto de Moz	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Prainha	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Primavera	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Quatipuru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Redenção	4	4 a 5	4 a 6		6		5		7
Rio Maria	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Rondon do Pará	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Rurópolis	4 a 9	4 a 10	4 a 10	10	11	11 a 12	11		13
Salinópolis	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Bárbara do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Izabel do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Luzia do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Maria das Barreiras	4	4 a 5	4 a 6				5	6	7
Santa Maria do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santana do Araguaia		4	4 a 5	4	5		5	6	6
Santarém	4 a 11	4 a 12	4 a 12			13	12	13	
Santarém Novo	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santo Antônio do Tauá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Caetano de Odivelas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Domingos do Araguaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	
São Domingos do Capim	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
São Félix do Xingu	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
São Francisco do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Geraldo do Araguaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
São João da Ponta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João de Pirabas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João do Araguaia	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	8
São Miguel do Guamá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Sapucaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Senador José Porfírio	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Tailândia	4 a 10	4 a 10	4 a 11		11	12	11	12	
Terra Alta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Terra Santa	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Tomé-Açu	4 a 10	4 a 11	4 a 11	11		12	12	12	13
Tracuateua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Trairão	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10	11	12
Tucumã	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Tucuruí	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9		10		10	11
Ulianópolis	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Uruará	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10	11	12
Vigia	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Viseu	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Vitória do Xingu	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Xinguara	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abaetetuba	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Abel Figueiredo		4	4	4	5	5 a 6	5	6	
Acará	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13	13	13	
Água Azul do Norte		4	4	4		5	5	5	6
Alenquer	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12		
Almeirim	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Altamira	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Ananindeua	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Anapu	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9	10	10 a 11			
Augusto Corrêa	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Aurora do Pará	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	
Aveiro	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10	11	12
Bagre	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10				11	12
Baião	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10		
Bannach		4	4	4		5		5	
Barcarena	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Belém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						

Belterra	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10 a 11	11	12
Benevides	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bom Jesus do Tocantins	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Bonito	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Bragança	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Brasil Novo	4 a 8	4 a 8	4 a 9	9	9 a 10	10	10		11
Brejo Grande do Araguaia			4		4	5	4	5	
Breu Branco	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Bujaru	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Cachoeira do Piriá	4 a 11	4 a 11	4 a 12	12	12	13		13	
Cametá	4 a 11	4 a 11	4 a 13		12 a 13		12		
Canaã dos Carajás		4	4	4		5	5	5	6
Capanema	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Capitão Poço	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13		13	
Castanhal	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Colares	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Conceição do Araguaia			4		4		4		5
Concórdia do Pará	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13	13	13	
Cumaru do Norte			4		4	5	4	5	
Curionópolis		4	4	4		5	5	5	6
Curuá	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11			12	12	13
Curuçá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Dom Eliseu	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Eldorado do Carajás		4	4	4		5		5	6
Faro	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12		
Floresta do Araguaia			4		4	5	4		
Garrafão do Norte	4 a 10	4 a 11	4 a 11	11		12	12	12	13
Goianésia do Pará	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Gurupá	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Igarapé-Açu	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Igarapé-Miri	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13				
Inhangapi	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Ipixuna do Pará	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9	10	9	10	11
Irituia	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13	13	13	
Itaituba	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	11
Itupiranga	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	
Jacareacanga	4	4 a 6	4 a 6	5 a 6	7 a 8	7	7		8
Jacundá	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Juruti	4 a 10	4 a 10	4 a 11		11	12	11	12	13
Limoeiro do Ajuru	4 a 12	4 a 13	4 a 13				13		
Mãe do Rio	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12		12	13	13
Magalhães Barata	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marabá	4	4 a 5	4 a 5	5		6		6	7
Maracanã	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marapanim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marituba	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Medicilândia	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9	10	9	10	11
Melgaço	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13		13	
Mocajuba	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11		13
Moju	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Mojuí dos Campos	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10		10	11	11
Monte Alegre	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11				12	13
Nova Esperança do Piriá	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10	11	12
Nova Ipixuna	4	4 a 5	4 a 5	5		6		6	7
Nova Timboteua	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Novo Progresso	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
Novo Repartimento	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Óbidos	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13		13	
Oeiras do Pará	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Oriximiná	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13		13	
Ourém	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Ourilândia do Norte		4	4 a 5	4	5	6	5	6	
Pacajá	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8			9	9	10
Palestina do Pará			4		4	5	4		
Paragominas	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Parauapebas	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Pau D"Arco			4		4	5	4	5	
Peixe-Boi	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Piçarra			4		4	5	4	5	
Placas	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	11
Portel	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11		
Porto De Moz	4 a 11	4 a 11	4 a 12		12	13			
Prainha	4 a 10	4 a 11	4 a 11	11		12		12	13
Primavera	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Quatipuru	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Redenção			4		4	5	4		
Rio Maria			4		4	5	4	5	
Rondon Do Pará	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	
Rurópolis	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9	10	9	10	11
Salinópolis	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Bárbara do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Izabel do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Santa Luzia do Pará	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Santa Maria das Barreiras			4		4		4		5
Santa Maria do Pará	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Santana do Araguaia						4		4	5
Santarém	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11		
Santarém Novo	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santo Antônio do Tauá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Caetano de Odivelas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Domingos do Araguaia		4	4			5	4	5	6
São Domingos do Capim	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13	13	13	
São Félix do Xingu	4	4 a 5	4 a 6	5			6	6	7
São Francisco do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
São Geraldo do Araguaia			4		4	5	4	5	
São João da Ponta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João de Pirabas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João do Araguaia		4	4	4		5		5	6
São Miguel do Guamá	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Sapucaia			4		4	5	4	5	
Senador José Porfírio	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9	10	10 a 11	10		
Tailândia	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9		10		10	11
Terra Alta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Terra Santa	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12		
Tomé-Açu	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10	11	12
Tracuateua	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Trairão	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10			
Tucumã	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Tucuruí	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Ulianópolis	4	4 a 6	4 a 6	5		7	6	7	8
Uruará	4 a 7	4 a 8	4 a 8	8		9		9	10
Vigia	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Viseu	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Vitória do Xingu	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9	10	10	10		11
Xinguara			4		4	5	4	5	

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 213, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado do Pará, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (110 dias < n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES IN DICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2B710PW, 2B587RR, 2B688RR, 20A55PW, 2B433PW, 2B512PW, 2B655PW, 2B688PW, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, 2B587PW, 2B810PW, 2B610PW, 2B877PW, 2A620PW, MG300PW, MG652PW, NEX 5617PW, 2B633PW, CD 384PW, 20A78PW, MG699PW, 2B210PW, DB 2B339PW, 2B647PW, 2A401PW, MG580PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3770PW, CD3765PW, CD3410PW, MG600PW, CD3775PW, MG744PW, CD384RR, MG699RR, 2B640PW, MG711PW, 2A521PW

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35H, 30F35HR, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F53, 30F53EH, 30F53H, 30F53HR, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30F53YH, 30F53YHR, 30K73H, 30K73YHR, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037VYH, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7318YH, BG7330VYH, BG7432H, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7720VYHR, P1630YH, P2830, P2830H, P2830VYH, P3161H, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3340YHR, P3380HR, P3431, P3431H, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844VYH, P3862H, P3862VYH, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285YH, P4285YHR, P3707VYH

HELIX SEMENTES LTDA: BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939 e SHS7939PRO2;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG6310 e LG36701PRO2;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 3700RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO2, AG 1051, AG 5055PRO, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG 8088PRO2, AG9000PRO3, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6304PRO, LG6050PRO2, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 50PRO3, NS 50RR2, NS 90PRO, AG 9010PRO, AG7098PRO2, AG 8061, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, AG9025PRO3, AS 1581PRO, AS 1596PRO2, AS 1598, AS1555PRO2, AS1555PRO3, AS1596PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, BM780PRO, BM 840PRO, BM 915PRO, NS 90PRO2, NS 90RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, DKB 177PRO2, DKB177PRO3, NS 92RR2, DKB 390, RB 9004PRO2, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB230PRO3, DKB290, DKB290PRO, LG6036PRO3, DKB290PRO3, DKB310PRO3, DKB390PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6033PRO, LG 6033PRO2, LG 6036PRO, LG 6036PRO2, LG 6036RR2, RB 9005PRO2, RB 9110PRO2, SHS7910PRO3, SHS 7915PRO, SHS7915PRO3, SHS 7920PRO, ADV 9434PRO, SHS 7920PRO3, LG 3055, LG 3055PRO, LG 3055PRO2, ADV9345PRO3, NS 92PRO3, RB 9005PRO3, RB 9006PRO3, AG8061PRO3, AG9030PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950PRO3, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, LG 6036, LG 3055PRO3 e LG 6038PRO;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3, ATL 110, ATL 200, ATL 310, Balu 188, FTH 510, FTH 960, RK3014, RK3115, SM 511, SM 966, SM 505 e ATL 300S;

SEMPRE SEMENTES: SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1093 TP3, PRE 22D11, PRE 22S18 TP, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3 e PRE22S18, SX1093;

SYNGENTA SEEDS LTDA: 3040VIP3, BALU 761, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6003 VIP3, SX6552 VIP3, SX6663 VIP3, SX7331, SX7341 VIP3, SX7772 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SX8394 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SX8934 VIP3, SY6222 VIP3, SZ7030 TLTG Viptera, SZ7050 VIP3, SZ7634 VIP3 e SZ7684 VIP3.

GRUPO II

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35R e 30F90H;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 02A e RG 03;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: ATL 100, ATL 400, DG 213, DG 501, DG 601, DG 627, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, K9200, K9220PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2, R9330PRO2, SG 6010, SG 6011 e SG 6302;

SEMPRE SEMENTES: SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076 e SX1086.

GRUPO III

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI340 e AGRI-104.

Notas:

Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abaetetuba	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Abel Figueiredo	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	10
Acará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Água Azul do Norte	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	
Alenquer	4 a 13	4 a 13	4 a 13						

Almeirim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Altamira	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12			13
Ananindeua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Anapu	4 a 11	4 a 11	4 a 13	12	12 a 13		13		
Augusto Corrêa	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Aurora do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Aveiro	4 a 12	4 a 13	4 a 13				13		
Bagre	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Baião	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Bannach	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Barcarena	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belterra	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Benevides	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bom Jesus do Tocantins	4 a 7	4 a 8	4 a 8	8		9		9	10
Bonito	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bragança	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Brasil Novo	4 a 10	4 a 11	4 a 13	11 a 12	12 a 13		13		
Brejo Grande do Araguaia	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Breu Branco	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Bujaru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Cachoeira do Piriá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Cametá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Canaã dos Carajás	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	
Capanema	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Capitão Poço	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Castanhal	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Colares	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Conceição do Araguaia	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Concórdia do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Cumaru do Norte	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Curionópolis	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8	9	8	9	
Curuá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Curuçá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Dom Eliseu	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	11
Eldorado do Carajás	4 a 7	4 a 7	4 a 8		8				9
Faro	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Floresta do Araguaia	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
Garrafão do Norte	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Goianésia do Pará	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10	11	12
Gurupá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Igarapé-Açu	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Igarapé-Miri	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Inhangapi	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ipixuna do Pará	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12 a 13	13	
Irituia	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Itaituba	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Itupiranga	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	
Jacareacanga	4 a 8	4 a 8	4 a 10	9	9 a 10	11	10	11	12
Jacundá	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9	10	9	10	11
Juruti	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Limoeiro do Ajuru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Mãe do Rio	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Magalhães Barata	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marabá	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		10
Maracanã	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marapanim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marituba	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Medicilândia	4 a 10	4 a 11	4 a 13	11	12		12 a 13	13	
Melgaço	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Mocajuba	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Moju	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Mojuí dos Campos	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Monte Alegre	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Nova Esperança do Piriá	4 a 11	4 a 13	4 a 13	12 a 13					
Nova Ipixuna	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9				10
Nova Timboteua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Novo Progresso	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9		
Novo Repartimento	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10	11	12
Óbidos	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Oeiras do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Oriximiná	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ourém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ourilândia do Norte	4 a 7	4 a 8	4 a 8			9	8	9	
Pacajá	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11		13	12	12 a 13	
Palestina do Pará	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Paragominas	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Parauapebas	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	10
Pau D"Arco	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Peixe-Boi	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Piçarra	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Placas	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Portel	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Porto de Moz	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Prainha	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Primavera	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Quatipuru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Redenção	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
Rio Maria	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Rondon do Pará	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	11
Rurópolis	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Salinópolis	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Bárbara do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Izabel do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Luzia do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Maria das Barreiras	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Santa Maria do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santana do Araguaia	4 a 5	4 a 6	4 a 6	6		7	7	7	8
Santarém	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Santarém Novo	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santo Antônio do Tauá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Caetano de Odivelas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Domingos do Araguaia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9
São Domingos do Capim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Félix do Xingu	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		10
São Francisco do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Geraldo do Araguaia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
São João da Ponta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João de Pirabas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João do Araguaia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
São Miguel do Guamá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Sapucaia	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7				8	9
Senador José Porfírio	4 a 11	4 a 11	4 a 13	12	12 a 13		13		
Tailândia	4 a 11	4 a 12	4 a 13		13		12 a 13		
Terra Alta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Terra Santa	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Tomé-Açu	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Tracuateua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Trairão	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13			
Tucumã	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8				9	10
Tucuruí	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Ulianópolis	4 a 7	4 a 8	4 a 10	8	9		9	10	11
Uruará	4 a 10	4 a 11	4 a 12				11	12	13
Vigia	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Viseu	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Vitória do Xingu	4 a 10	4 a 11	4 a 13	11 a 12	12 a 13		13		
Xinguara	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abaetetuba	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Abel Figueiredo	4 a 5	4 a 6	4 a 6	6		7		7	8
Acará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Água Azul do Norte	4 a 5	4 a 5	4 a 6	6	6	7		7	8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Alenquer	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Almeirim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Altamira	4 a 7	4 a 8	4 a 10	8	9		9	10	11
Ananindeua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Anapu	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Augusto Corrêa	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Aurora do Pará	4 a 11	4 a 11	4 a 12		12	13	12	13	
Aveiro	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12		
Bagre	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Baião	4 a 10	4 a 11	4 a 11	11		12		12	13
Bannach	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Barcarena	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belterra	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12		12		13
Benevides	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bom Jesus do Tocantins	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7		
Bonito	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bragança	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Brasil Novo	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Brejo Grande do Araguaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Breu Branco	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9		10 a 11		10	
Bujaru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Cachoeira do Piriá	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Cametá	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Canaã dos Carajás	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	8
Capanema	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Capitão Poço	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Castanhal	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Colares	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Conceição do Araguaia	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Concórdia do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Cumaru do Norte	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
Curionópolis	4 a 5	4 a 6	4 a 6	6		7		7	8
Curuá	4 a 12	4 a 13	4 a 13				13		
Curuçá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Dom Eliseu	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Eldorado do Carajás	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	
Faro	4 a 12	4 a 13	4 a 13				13		
Floresta do Araguaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Garrafão do Norte	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Goianésia do Pará	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9	10	10 a 11
Gurupá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Igarapé-Açu	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Igarapé-Miri	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Inhangapi	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ipixuna do Pará	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11		11		12
Irituia	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Itaituba	4 a 9	4 a 10	4 a 10	10		11 a 12	11	11	
Itupiranga	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Jacareacanga	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7 a 8	8 a 9	9	9		10
Jacundá	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8				9
Juruti	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12				13	
Limoeiro do Ajuru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Mãe do Rio	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Magalhães Barata	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marabá	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
Maracanã	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marapanim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marituba	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Medicilândia	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Melgaço	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Mocajuba	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11 a 12	12	13		13	
Moju	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Mojuí dos Campos	4 a 9	4 a 10	4 a 12	10	11		11	12	13
Monte Alegre	4 a 11	4 a 13	4 a 13	12			13		
Nova Esperança do Piriá	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12		12		13
Nova Ipixuna	4 a 6	4 a 6	4 a 7		7	8	7	8	9
Nova Timboteua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Novo Progresso	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Novo Repartimento	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9		9		10 a 11
Óbidos	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Oeiras do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Oriximiná	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Ourém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Ourilândia do Norte	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7		7		8
Pacajá	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10	11	12
Palestina do Pará	4	4 a 5	4 a 6	5	6				7
Paragominas	4 a 8	4 a 8	4 a 9	9	9 a 10	10 a 11	10		
Parauapebas	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Pau D"Arco	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Peixe-Boi	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Piçarra	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
Placas	4 a 9	4 a 10	4 a 10	10		11 a 12	11	11	13
Portel	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13				
Porto de Moz	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Prainha	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Primavera	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Quatipuru	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Redenção	4	4 a 5	4 a 6		6		5		7
Rio Maria	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Rondon do Pará	4 a 6	4 a 7	4 a 7	7		8		8	9
Rurópolis	4 a 9	4 a 10	4 a 10	10	11	11 a 12	11		13
Salinópolis	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Bárbara do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Izabel do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Luzia do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Maria das Barreiras	4	4 a 5	4 a 6				5	6	7
Santa Maria do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santana do Araguaia		4	4 a 5	4	5		5	6	6
Santarém	4 a 11	4 a 12	4 a 12			13	12	13	
Santarém Novo	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santo Antônio do Tauá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Caetano de Odivelas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Domingos do Araguaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	
São Domingos do Capim	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
São Félix do Xingu	4 a 6	4 a 6	4 a 7	7	7	8		8	9
São Francisco do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Geraldo do Araguaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
São João da Ponta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João de Pirabas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João do Araguaia	4 a 5	4 a 5	4 a 6		6	7	6	7	8
São Miguel do Guamá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Sapucaia	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6		
Senador José Porfírio	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Tailândia	4 a 10	4 a 10	4 a 11		11	12	11	12	
Terra Alta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Terra Santa	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Tomé-Açu	4 a 10	4 a 11	4 a 11	11		12	12	12	13
Tracuateua	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Trairão	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10	11	12
Tucumã	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	
Tucuruí	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9		10		10	11
Ulianópolis	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9			
Uruará	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10	11	12
Vigia	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Viseu	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Vitória do Xingu	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	13
Xinguara	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abaetetuba	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Abel Figueiredo		4	4	4	5	5 a 6	5	6	
Acará	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13	13	13	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Água Azul do Norte		4	4	4		5	5	5	6
Alenquer	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12		
Almeirim	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Altamira	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8		
Ananindeua	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Anapu	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9	10	10 a 11			
Augusto Corrêa	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Aurora do Pará	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11	12	
Aveiro	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10	11	12
Bagre	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10				11	12
Baião	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10		
Bannach		4	4	4		5		5	
Barcarena	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Belém	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Belterra	4 a 9	4 a 9	4 a 10		10	11	10 a 11	11	12
Benevides	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Bom Jesus do Tocantins	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Bonito	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Bragança	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Brasil Novo	4 a 8	4 a 8	4 a 9	9	9 a 10	10	10		11
Brejo Grande do Araguaia			4		4	5	4	5	
Breu Branco	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Bujaru	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Cachoeira do Piriá	4 a 11	4 a 11	4 a 12	12	12	13		13	
Cametá	4 a 11	4 a 11	4 a 13		12 a 13		12		
Canaã dos Carajás		4	4	4		5	5	5	6
Capanema	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Capitão Poço	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13		13	
Castanhal	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Colares	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Conceição do Araguaia			4		4		4		5
Concórdia do Pará	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13	13	13	
Cumaru do Norte			4		4	5	4	5	
Curionópolis		4	4	4		5	5	5	6
Curuá	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11			12	12	13
Curuçá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Dom Eliseu	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Eldorado do Carajás		4	4	4		5		5	6
Faro	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12		
Floresta do Araguaia			4		4	5	4		
Garrafão do Norte	4 a 10	4 a 11	4 a 11	11		12	12	12	13
Goianésia do Pará	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Gurupá	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Igarapé-Açu	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Igarapé-Miri	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13				
Inhangapi	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Ipixuna do Pará	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9	10	9	10	11
Irituia	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13	13	13	
Itaituba	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	11
Itupiranga	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	
Jacareacanga	4	4 a 6	4 a 6	5 a 6	7 a 8	7	7		8
Jacundá	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	8
Juruti	4 a 10	4 a 10	4 a 11		11	12	11	12	13
Limoeiro do Ajuru	4 a 12	4 a 13	4 a 13				13		
Mãe do Rio	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12		12	13	13
Magalhães Barata	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marabá	4	4 a 5	4 a 5	5		6		6	7
Maracanã	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marapanim	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Marituba	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Medicilândia	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9	10	9	10	11
Melgaço	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13		13	
Mocajuba	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11		13
Moju	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12	13	
Mojuí dos Campos	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10		10	11	11
Monte Alegre	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11				12	13
Nova Esperança do Piriá	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10	11	12
Nova Ipixuna	4	4 a 5	4 a 5	5		6		6	7
Nova Timboteua	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Novo Progresso	4	4 a 5	4 a 6	5	6		6		7
Novo Repartimento	4 a 5	4 a 6	4 a 7	6	7	8	7	8	9
Óbidos	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13		13	
Oeiras do Pará	4 a 11	4 a 12	4 a 13	12	13		13		
Oriximiná	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13		13	
Ourém	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Ourilândia do Norte		4	4 a 5	4	5	6	5	6	
Pacajá	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8			9	9	10
Palestina do Pará			4		4	5	4		
Paragominas	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Parauapebas	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Pau D"Arco			4		4	5	4	5	
Peixe-Boi	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Piçarra			4		4	5	4	5	
Placas	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10	9	10	11
Portel	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11		
Porto De Moz	4 a 11	4 a 11	4 a 12		12	13			
Prainha	4 a 10	4 a 11	4 a 11	11		12		12	13
Primavera	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Quatipuru	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Redenção			4		4	5	4		
Rio Maria			4		4	5	4	5	
Rondon Do Pará	4	4 a 5	4 a 6	5	6	7	6	7	
Rurópolis	4 a 8	4 a 8	4 a 9		9	10	9	10	11
Salinópolis	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Bárbara do Pará	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santa Izabel do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Santa Luzia do Pará	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Santa Maria das Barreiras			4		4		4		5
Santa Maria do Pará	4 a 12	4 a 12	4 a 13	13	13				
Santana do Araguaia						4		4	5
Santarém	4 a 9	4 a 10	4 a 11	10	11	12	11		
Santarém Novo	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Santo Antônio do Tauá	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Caetano de Odivelas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São Domingos do Araguaia		4	4			5	4	5	6
São Domingos do Capim	4 a 11	4 a 12	4 a 12	12		13	13	13	
São Félix do Xingu	4	4 a 5	4 a 6	5			6	6	7
São Francisco do Pará	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
São Geraldo do Araguaia			4		4	5	4	5	
São João da Ponta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João de Pirabas	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
São João do Araguaia		4	4	4		5		5	6
São Miguel do Guamá	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Sapucaia			4		4	5	4	5	
Senador José Porfírio	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9	10	10 a 11	10		
Tailândia	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9		10		10	11
Terra Alta	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Terra Santa	4 a 10	4 a 11	4 a 12	11	12	13	12		
Tomé-Açu	4 a 8	4 a 9	4 a 10	9	10	11	10	11	12
Tracuateua	4 a 12	4 a 13	4 a 13	13					
Trairão	4 a 7	4 a 8	4 a 9	8	9	10			
Tucumã	4	4	4 a 5		5	6	5	6	7
Tucuruí	4 a 6	4 a 7	4 a 8	7	8	9	8	9	
Ulianópolis	4	4 a 6	4 a 6	5		7	6	7	8
Uruará	4 a 7	4 a 8	4 a 8	8		9		9	10
Vigia	4 a 13	4 a 13	4 a 13						
Viseu	4 a 12	4 a 12	4 a 13		13		13		
Vitória do Xingu	4 a 8	4 a 9	4 a 9	9	10	10	10		11
Xinguara			4		4	5	4	5	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 214, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado do Paraná, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climártico, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em dois grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 130 dias) e Grupo II (130 dias < n ≤ 150 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d)Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9339, ADV9860, PAC 105, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9860 PRO, ADV9853, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD150, AD190, AD109, AD305, AD189 e AD105;

AVANTI SEEDS: AV 4142;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316, CD 316Hx, CD 3344Hx e CD 316PRO2;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01e CrSw02;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Copacabana e Mucuripe;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B655PW, 2B633PW, 2B210PW, 2B877PW, 2A620PW, 2B810PW, 2B610PW, 2B688PW, 2B587RR, 2B587PW, 2B512PW, 2B433PW, 2B710PW, 2B688RR, 20A55PW, 2B346PW, 30A37RR, 30A37PW, 2A401PW, 30A77PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, Dow WxA504, CD 384PW, DB 2B339PW, NEX 5617PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, CD3410PW, 20A78PW, CD384RR, MG600PW, MG699RR, CD3775PW, MG744PW, 2B647PW, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2A521PW, MG711PW, 2B640PW e MG320PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30K73, 30K73YHR, 30K73H, 30F53VYHR, 30F53VYH, BG7330, P3431H, P3431, BG7032YHR, P3456, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F35, P3431YHR, 30F53R, P3456VYH, 30F35H, P3431YH, 30F35HR, P3456H, 30F35R, 30F53HR, BG7032, BG7032YH, P2830VYH, BG7032H, BG7432H, 30F53EH, 30F53, P2830H, 30F53YHR, P3250, P1680VYH, 30F53YH, 30F53H, P1630YH, BG7032HR, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7318YH, BG7330H, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P2530HR, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340H, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3340YHR, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH.;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 1010, BRS 4154, BRS 3035, BRS 4103, BR 473, BR 451, BR 106, BRS 2223, BRS 2022, BRS 2020, BR 206, BR 205, BRS 3040, BRS 3025, BRS 1060, BRS 1055, BRS 3046, BRS 4104, BRS Sol da Manhã, BRS Planalto, BRS Caimbé e BRS Missões;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004 e GNZ 2005 YG;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 905, BM 3063, BM 820, SHS 4080, SHS 4090, SHS 4070, BM 3066, BM 207, BM 502, BM 810, BM 709, BM 955, SHS 7090, SHS 5550, SHS 5070, SHS 5080, SHS 3031, SHS 5090, SHS 5050, SHS 5560, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

IAC: IAC 3330, IAC 8046, IAC 8077, IAC 8390 e IAC Airan;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 03;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80, 2M88 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MARCIO DEMEIS: TR167;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4002, AM 4003, AM 606, AM 811, AM 9724, AM 997, AX 727, BALU 7690, MS 2010 e MS 2013;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28, ANHEMBI, ZNT 1530 e PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG9030RR2, GNZ 9505YG, AG9030PRO2, AG9045PRO2, GNZ 9505PRO, AS 1551PRO, DKB250PRO2, DKB 330, DKB 330RR2, DKB285PRO2, DKB330PRO2, AS 1551, DKB340PRO2, AG9030PRO3, AG8061PRO3, RB 9006PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, 2200RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS1777PRO3, AS1777, AS 1660PRO2, AS1551PRO2, DKB 315, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, DKB 275PRO, AS 1660PRO, AS 1660, AS1656RR2, AS1656PRO3, AS1633PRO3, AS1633PRO, AS1590PRO, AS1656PRO, AG 9010, RB 9110YG, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, RB9110PRO, AG 9010PRO, AG 9030, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9275, LG 3055PRO3, AS1660PRO3, AS1575PRO3, AG 7088PRO, AG 7088, BM 650 RR2, AS1642PRO, DKB 340PRO, DKB 350, ADV 9434PRO2, AG 1051, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO, AG 8544PRO2, AG 8580PRO, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 5055PRO, AG 7000, BALU 280PRO, BM 650, BM 650 PRO2, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8088RR2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AG 8544, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088PRO2, AG8580PRO2, LG 6036PRO2, AG 9045RR2, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PROX, AG 8676PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, AG 9040, AG8677PRO3, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780, DKB275PRO3, AG 8061, AG8061PROX, NS 90PRO, NS 56RR2, NS 56PRO3, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO3, NS 50PRO2, NS 50PRO, NS 56PRO2, AG 7098PRO, NS 90PRO2, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, AG 8061RR2, AG8500RR2, AG8677PRO2, AG8780PRO, AG8780PRO3, AG9080PRO, AG 9080PRO2, AG9080RR2, AS 1596PRO, AG8580PROX, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, NS 92PRO2, NS92PRO, NS 90RR2, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9626PRO, GNZ 9505RR2, DKB 350PRO, DKB 390, DKB 390PRO, LG 6030PRO, LG 6030, GNZ 9690RR2, RB 9006PRO, RB 9005PRO2, LG6036PRO3, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, AS 1596, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, AS 1598PRO2, LG 6036PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, RB 9004PRO, RB 9108PRO3, AS1596PRO3, RB 9108PRO, AS 1633PRO2, AS 1642, LG6050PRO2, AS 1642 PRO2, AS1555PRO, SHS 7920PRO3, AS1555PRO2, AS1555PRO3, SHS 7920PRO2, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, AS1555RR2, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308YG, RB 9210PRO2, RB 9210PRO, RB 9210, RB 9110, AS1573PRO, DKB230PROX, DKB245PRO2, DKB250PRO3, DKB290, DKB290PRO, RB 9108, AS 1656PRO2, AS1656PROX, AS 1661PRO, AS1661PRO3, AS 1665PRO, AS1665PRO3, 2300RR2, AG 7098, DKB230PRO3, DKB390PROX, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ9501PRO, AG9025, AG9025PRO3, RB 9077PRO, RB 9006RR2, RB 9006PRO2, BM 915PRO, CD324PRO, CD 324PRO3, CD 3715PRO, CD 3715PRO2, CD 3715RR2, CD 397PRO, ADV 9434PRO, GNZ 9505PRO2, LG 6038PRO3, AG8544PRO3, BM780PRO, BM 780PRO2, BM 840PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, 3020RR2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, DKB310PRO3, DKB330PRO, DKB330PRO3, DKB390PRO3, BALU 480RR2, BALU 480PRO2, AS 1575, AS 1575PRO, AS 1581, AS 1581PRO, CD 397YG, DKB 175PRO, DKB177PRO, DKB177PROX, DKB230, AS1666PRO, AS1666PROX, AS1677PRO3, BALU 480PRO, DKB 175PRO2, DKB 177, DKB 177PRO2, DKB177PRO3, DKB 177RR2, DKB 240PRO2, DKB 240RR2, DKB 240YGRR2, DKB 245RR2, DKB 250, DKB 310PRO, DKB315PRO, DKB 390YG, AG9045PRO3, AS1666, 8351PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, LG 3055, LG 3055PRO, LG 3055PRO2, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, ADV 9434, BM950PRO3, NS30PRO3, NS30, NS88PRO3, 8304PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO, LG 6036 e LG 6036RR2;

NIDERA: NS77PRO2 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242, PZ 677, PZ 204, PZ 316, PZ 240, PZ 226, PZ 216 e PZ 232;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu787, Balu787PRO2 e Balu445;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: R9080, K9500PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, DG 213, K9100, Balu 188, DG 601, ATL 400, FTH 510, ATL 310, GNZ 9510, ATL 200, RK3115, ATL 110, DG 627, ATL 100, RK3014, K9200, GNZ 9506, K9220PRO2, R9330PRO2, SM 966, DG 501, SM 511, R9080PRO2, SG 6302, FTH 960, SG 6011, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3, SM 505 e ATL 300S;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 30, RVM 20 e RVM 40;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7253, XB 6012 Bt, XB 6012, XB 4013, XB 7116 Bt, XB 7116, XB 9003 Bt, XB 9003, XB 8030 Bt, XB 8030, XB 8010 Bt, XB 8010, XB 8018, XB 7253 Bt, 60XB14 Bt, 90XB06 Bt, 90XB06, XB 8018 Bt e 60XB14;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044 e MS3022;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22S18 TP, PRE 22T10 TP, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22T10, PRE 22D11, PRE 22S18 TP3, SX1093, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

SYNGENTA SEEDS LTDA: GSS 3969, SY6222 VIP3, GSS 41240, SX8332 TLTG Viptera, SW3949 TL, SX7331, SX7331 Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, 3040VIP3, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, Tork TL, Tropical Plus, SW8054 VIP3, SX7331 TG, SX8394 VIP3, SX8934 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, RB 6324, Thunder, SYN7205 VIP2, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SZ7142 TLTG Viptera, SZ7142, SX8442 VIP3, Formula VIP2, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, SYN3040, Cargo TL, Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, Somma Viptera, SX7341 VIP3, SW3949, SYN4306, SYN4306 TL, SYN5T78, SYN7205 TL, GSS41242 e SX7772 VIP3.

GRUPO II

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

AVANTI SEEDS: SW 5130, SW 5156, SW 5560 e SW 5198;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 393 e CD 393Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001 e IPANEMA;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Vivi;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7280PRO2, GNZ7280, GNZ7210 e GNZ7210PRO2;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01 e RG 02A;

NIDERA: NS82;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: SG 6010;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, Al Bianco, CATIVERDE 02, AL Bandeirante, AL Piratininga e AL 34;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1086, SX1076, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP, PRE2601 TP3, SX1086 TP, SX1086 TP2 e SX1086 TP3;

SYNGENTA SEEDS LTDA: CD 308 e SG 6418;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA: AGRI340 e AGRI-104.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abatiá			1 a 2 + 6 a 8		1	3 a 5		2 a 8	
Altamira do Paraná	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Altônia	7	5 a 7	4 a 7	5 a 6	3 a 4	1 a 3	3 a 4	1 a 2	
Alto Paraná			1 a 8		1 a 8		7 a 8		
Alto Piquiri	6	5 a 6	1 a 6	5	3 a 4		3 a 4	1 a 2	
Alvorada do Sul			6 a 8			1 a 5		1 a 8	
Amaporã		7 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 6		6		
Ampére	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Anahy	5	1 a 5	1 a 5	1 a 4					
Andirá			1 a 2 + 6 a 8		1	3 a 5		2 a 8	
Ângulo		7 a 8	1 a 8		1 a 6		1 a 2 + 7 a 8		
Apucarana			1 a 6	6	1 a 6		1 a 5		
Arapongas			1 a 6		1 a 6		1 a 6		

Arapoti			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Arapuã		1 a 3	1 a 3	1 a 3					
Araruna		4 a 7	1 a 7	5 a 7	1 a 3		1 a 4		
Ariranha do Ivaí		1 a 5	1 a 5	3 a 5			1 a 2		
Assaí			1 a 8		1 a 8		1 a 8		
Assis Chateaubriand	6	3 a 6	1 a 6	3 a 5	1 a 2		1 a 2		
Astorga		8	1 a 8		1 a 7		1 a 8		
Atalaia			1 a 8		1 a 8		1 a 2 + 7 a 8		
Bandeirantes			1 a 2 + 6 a 8		1	3 a 5		2 a 8	
Barbosa Ferraz	7	4 a 7	1 a 7	5 a 6	1 a 3		1 a 4		
Barracão	3	1 a 3	1 a 3	2			1		
Barra do Jacaré			1 a 2 + 6 a 8		1 a 2	3 a 5		3 a 8	
Bela Vista da Caroba	3 a 5	3 a 5	1 a 5	2	1 a 2		1		
Bela Vista do Paraíso			1 + 5 a 8		7 a 8	2 a 4		1 a 6	
Boa Esperança	5 a 6	1 a 6	1 a 6	3 a 4			1 a 2		
Boa Esperança do Iguaçu	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Boa Ventura de São Roque		1 a 3	1 a 3	1 a 3					
Boa Vista da Aparecida	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Bom Jesus do Sul	3	3	1 a 3	2	1 a 2		1		
Bom Sucesso		1 a 7	1 a 7	5 a 7			1 a 4		
Bom Sucesso Do Sul	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Borrazópolis		5 a 7	1 a 7	4 a 7	1 a 4		1 a 3		
Braganey	4 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 3					
Brasilândia do Sul	6	5 a 6	3 a 6	5	3 a 4	1 a 2	3 a 4	1 a 2	
Cafeara			1 a 8		1 a 2 + 7 a 8			3 a 6	
Cafelândia	5 a 6	3 a 6	1 a 6	1 a 4	1 a 2				
Cafezal do Sul	7	5 a 7	4 a 7	5 a 6	3 a 4	1 a 3	4	1 a 2	
Califórnia			1 a 6		1 a 6		1 a 6		
Cambará			1 a 8		1 a 2			3 a 8	
Cambé			1 a 8		1 a 8		7 a 8		
Cambira		5 a 6	1 a 6	5 a 6	1 a 4		1 a 4		
Campina da Lagoa	5 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 4					
Campo Bonito	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Campo Mourão		1 a 6	1 a 6	5 a 6			1 a 4		
Cândido de Abreu		1 a 3	1 a 3	3			1 a 2		
Candói	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Capanema	4 a 5	3 a 6	1 a 6	3	1 a 2		1 a 2		
Capitão Leônidas Marques	4 a 5	3 a 5	1 a 5	3	1 a 2		1 a 2		
Carlópolis			1 a 8		1 a 8				
Cascavel	3	1 a 4	1 a 4	1 a 2					
Catanduvas	3	1 a 4	1 a 4	1 a 2					
Centenário do Sul			1 a 8		7 a 8			1 a 6	
Céu Azul	4 a 5	3 a 5	1 a 5	3	1 a 2		1 a 2		
Chopinzinho	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Cianorte		5 a 7	1 a 7	5 a 7	1 a 4		1 a 4		
Cidade Gaúcha		6 a 8	5 a 8	7 a 8	1 a 5	1 a 4	5 a 6		
Colorado			1 a 8		1 a 2 + 7 a 8			3 a 6	
Congonhinhas			1 a 5		1 a 5		1 a 5		
Conselheiro Mairinck			1 a 2 + 6 a 7		1 a 7	3 a 5	7		
Corbélia	4 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 3					
Cornélio Procópio			1 a 2 + 6 a 8		7 a 8	3 a 5		1 a 6	
Coronel Vivida	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Corumbataí do Sul		4 a 6	1 a 6	5 a 6	1 a 3		1 a 4		
Cruzeiro do Iguaçu	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Cruzeiro do Oeste		5 a 7	1 a 7	5 a 7	3 a 4		4	1 a 2	
Cruzeiro do Sul			1 a 8		1 a 3 + 7 a 8		7 a 8	4 a 6	
Cruzmaltina		5 a 6	1 a 6	4 a 6	1 a 4		1 a 3		
Curiúva			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Diamante do Norte			1 + 5 a 8		5 a 8	2 a 4	7 a 8	1 a 4	
Diamante do Sul	3	1 a 4	1 a 4	1 a 2					
Diamante D"Oeste	6	3 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 2		1 a 3		
Dois Vizinhos	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Douradina		6 a 8	5 a 8	7 a 8	4 a 5	1 a 4	5 a 6	1 a 3	
Doutor Camargo		7 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 6		1 a 6		
Enéas Marques	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Engenheiro Beltrão		1 a 8	1 a 8	7 a 8			1 a 6		
Esperança Nova		5 a 7	4 a 7	5 a 7	3 a 4	1 a 3	4	1 a 2	
Entre Rios do Oeste	6	4 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 3		3		
Espigão Alto Do Iguaçu	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Farol		1 a 6	1 a 6	4 a 6			1 a 3		
Faxinal		5	1 a 5	5	1 a 4		1 a 4		
Fênix		5 a 8	1 a 8	5 a 8	1 a 4		1 a 4		
Figueira			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Floraí		7 a 8	1 a 8	6 a 8	1 a 6		1 a 5		
Flor da Serra Do Sul	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Floresta		1 a 2 + 7 a 8	1 a 8	7 a 8	3 a 6		1 a 6		
Florestópolis			1 + 5 a 8		7 a 8	2 a 4		1 a 6	
Flórida		7 a 8	1 a 8		1 a 6		1 a 2 + 7 a 8		
Formosa do Oeste	6	4 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 3		1 a 3		
Foz do Iguaçu		5 a 6	3 a 6	5 a 6	3 a 4	1 a 2	3 a 4	1 a 2	
Francisco Alves	6 a 7	5 a 7	3 a 7	5	3 a 4	1 a 2	3 a 4	1 a 2	
Francisco Beltrão	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Foz do Jordão	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Godoy Moreira	7	4 a 7	1 a 7	4 a 6	1 a 3		1 a 3		
Goioerê	6	4 a 6	1 a 6	5	1 a 3		1 a 4		
Grandes Rios		5 a 6	1 a 6	4 a 6	1 a 4		1 a 3		
Guaíra		4 a 6	3 a 6	5 a 6	3	1 a 2	3 a 4	1 a 2	
Guairaçá			1 a 8		5 a 8		6 a 8	1 a 4	
Guapirama			1 a 2 + 6 a 8		1 + 7 a 8	3 a 5		2 a 6	

Guaporema		7 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 6		5 a 6		
Guaraci			1 a 8		1 a 2 + 7 a 8			3 a 6	
Guaraniaçu	3	1 a 4	1 a 4	1 a 2					
Ibaiti			1 a 5		1 a 5		1 a 5		
Ibema	3	1 a 4	1 a 4	1 a 2					
Ibiporã			1 a 8		5 a 8		5 a 8	1 a 4	
Icaraíma		5 a 8	5 a 8	7 a 8	4	1 a 4	5 a 6	1 a 3	
Iguaraçu		7 a 8	1 a 8		1 a 6		1 a 8		
Iguatu	5	1 a 5	1 a 5	1 a 4					
Inajá			1 a 2 + 6 a 8		1 a 2 + 7 a 8	3 a 5		3 a 6	
Indianópolis		7 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 6		5 a 6		
Iporã	6 a 7	5 a 7	4 a 7	5	3 a 4	1 a 3	3 a 4	1 a 2	
Iracema do Oeste	6	3 a 6	1 a 6	3 a 5	1 a 2		1 a 2		
Iretama	5 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 4					
Itaguajé			1 a 2 + 6 a 8		1 a 2 + 7 a 8	3 a 5		3 a 6	
Itaipulândia		4 a 6	3 a 6	5 a 6	3	1 a 2	3 a 4	1 a 2	
Itambaracá			1 a 2 + 6 a 8			3 a 5		1 a 8	
Itambé		1 a 8	1 a 8	7 a 8			1 a 6		
Itapejara D"Oeste	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Itaúna do Sul			1 a 8		5 a 8		6 a 8	1 a 4	
Ivaiporã		1 a 5	1 a 5	3 a 5			1 a 2		
Ivaté		5 a 8	5 a 8	7 a 8	4	1 a 4	5 a 6	1 a 3	
Ivatuba		1 a 2 + 7 a 8	1 a 8	7 a 8	3 a 6		1 a 6		
Jaboti			1 a 2 + 6 a 7		1 a 7	3 a 5	7		
Jacarezinho			1 a 8		1 a 2			3 a 8	
Jaguapitã			1 a 8		1 a 2 + 6 a 8		7 a 8	3 a 5	
Jaguariaíva			1 a 2		1 a 2		1 a 2		
Jandaia do Sul		1 a 7	1 a 7	5 a 7			1 a 4		
Janiópolis	6	3 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 2		1 a 3		
Japira			1 a 7		1 a 7		6 a 7		
Japurá		7 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 6		5 a 6		
Jardim Alegre		4 a 6	1 a 6	3 a 6	1 a 3		1 a 2		
Jardim Olinda			1 a 2 + 7 a 8		1 a 2 + 7 a 8	3 a 6		3 a 6	
Jataizinho			1 + 5 a 8		5 a 8	2 a 4	5 a 8	1 a 4	
Jesuítas	6	3 a 6	1 a 6	3 a 5	1 a 2		1 a 2		
Joaquim Távora			1 a 8		1 a 2			3 a 8	
Jundiaí do Sul			1 a 2 + 6 a 8		1 + 7 a 8	3 a 5		2 a 6	
Juranda	5 a 6	1 a 6	1 a 6	3 a 4			1 a 2		
Jussara		5 a 7	1 a 7	7	1 a 4		1 a 6		
Kaloré		1 a 7	1 a 7	5 a 7			1 a 4		
Laranjal	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Laranjeiras do Sul	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Leópolis			1 + 6 a 8		7 a 8	2 a 5		1 a 6	
Lidianópolis		5 a 6	1 a 6	4 a 6	1 a 4		1 a 3		
Lindoeste		1 a 4	1 a 4	1 a 3					
Loanda		7 a 8	5 a 8	7 a 8	4 a 6	1 a 4	6	1 a 3	
Lobato			1 a 8		1 a 8		7 a 8		
Londrina		8	1 a 8		1 a 7		1 a 8		
Luiziana		1 a 4	1 a 4	1 a 4					
Lunardelli	7	5 a 7	1 a 7	4 a 6	1 a 4		1 a 3		
Lupionópolis			1 + 6 a 8		7 a 8	2 a 5		1 a 6	
Mamborê	4 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 3					
Mandaguaçu		7 a 8	1 a 8		1 a 6		1 a 8		
Mandaguari		7	1 a 7	7	1 a 6		1 a 6		
Manfrinópolis	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Mangueirinha	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Manoel Ribas		1 a 3	1 a 3	1 a 3					
Marechal Cândido Rondon	6	4 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 3		1 a 3		
Maria Helena		5 a 7	4 a 7	6 a 7	3 a 4	1 a 3	5	1 a 2	
Marialva		1 a 2 + 7	1 a 7	7	3 a 6		1 a 6		
Marilândia do Sul			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Marilena			1 a 8		4 a 8		6 a 8	1 a 3	
Mariluz	6	5 a 6	1 a 6	5	3 a 4		3 a 4	1 a 2	
Maringá		7 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 6		1 a 6		
Maripá	6	4 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 3		1 a 3		
Marmeleiro	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Marquinho	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Marumbi		1 a 7	1 a 7	5 a 7			1 a 4		
Matelândia	5 a 6	3 a 6	1 a 6	3 a 4	1 a 2		1 a 2		
Mato Rico	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Mauá da Serra			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Medianeira	6	3 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 2		3		
Mercedes	6	4 a 6	3 a 6	4 a 5	1 a 3	1 a 2	3		
Mirador		7 a 8	1 a 8		1 a 6		6 a 8		
Miraselva			1 a 8		8			1 a 7	
Missal		4 a 6	1 a 6	4 a 6	1 a 3		3		
Moreira Sales	6	5 a 6	1 a 6	5	1 a 4		3 a 4		
Munhoz de Melo		7 a 8	1 a 8		1 a 6		1 a 2 + 7 a 8		
Nossa Senhora Das Graças			1 a 8		1 a 2 + 7 a 8			3 a 6	
Nova Aliança do Ivaí		7 a 8	1 a 8		1 a 6		6 a 8		
Nova América da Colina			1 a 7		1+5 a 7			2 a 4	
Nova Aurora	5 a 6	3 a 6	1 a 6	3 a 4	1 a 2		1 a 2		
Nova Cantu	4 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 3					
Nova Esperança		7 a 8	1 a 8		1 a 6		1 a 2 + 6 a 8		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nova Esperança do Sudoeste	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Nova Fátima			1 a 7		1 + 5 a 7			2 a 4	
Nova Laranjeiras	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Nova Londrina			1 a 8		4 a 8		6 a 8	1 a 3	
Nova Olímpia		6 a 8	5 a 8	7 a 8	4 a 5	1 a 4	5 a 6	1 a 3	
Nova Santa Bárbara			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Nova Santa Rosa	6	4 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 3		1 a 3		
Nova Prata do Iguaçu	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Nova Tebas	5	1 a 5	1 a 5	1 a 4					
Novo Itacolomi		5 a 7	1 a 7	5 a 7	1 a 4		1 a 4		
Ortigueira			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Ourizona		7 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 6		1 a 6		
Ouro Verde do Oeste	5 a 6	3 a 6	1 a 6	3 a 4	1 a 2		1 a 2		
Paiçandu		7 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 6		1 a 6		
Palmital	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Palotina	6	5 a 6	1 a 6	5	3 a 4		3 a 4	1 a 2	
Paraíso do Norte		7 a 8	1 a 8		1 a 6		5 a 8		
Paranacity			1 a 8		1 a 2 + 7 a 8			3 a 6	
Paranapoema			1 a 2 + 7 a 8		1 a 2 + 7 a 8	3 a 6		3 a 6	
Paranavaí			1 a 8		1 a 8		7 a 8		
Pato Bragado	6	4 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 3		3		
Pato Branco	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Peabiru		5 a 7	1 a 7	5 a 7	1 a 4		1 a 4		
Perobal	7	5 a 7	4 a 7	5 a 6	3 a 4	1 a 3	4	1 a 2	
Pérola		5 a 7	4 a 7	5 a 7	3 a 4	1 a 3	4	1 a 2	
Pérola D"Oeste	3 a 5	3 a 5	1 a 5		1 a 2		1 a 2		
Pinhalão			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Pinhal de São Bento	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Pitanga		1 a 3	1 a 3	1 a 3					
Pitangueiras		7 a 8	1 a 8		1 a 6		1 a 2 + 7 a 8		
Planaltina do Paraná		7 a 8	1 a 8	7 a 8	4 a 6		6	1 a 3	
Planalto	4 a 5	3 a 6	1 a 6	3	1 a 2		1 a 2		
Porecatu			1 + 5 a 8			2 a 4		1 a 8	
Porto Barreiro	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Porto Rico		7 a 8	5 a 8		4 a 6	1 a 4	6 a 8	1 a 3	
Prado Ferreira			1 a 8		8			1 a 7	
Pranchita	3	3	1 a 3	2	1 a 2		1		
Presidente Castelo Branco		8	1 a 8		1 a 7		1 a 8		
Primeiro de Maio			6 a 8			1 a 5		1 a 8	
Prudentópolis		1 a 3	1 a 3	1 a 3					
Quarto Centenário	6	3 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 2		1 a 3		
Quatiguá			1 a 2 + 6 a 8		1 + 7 a 8	3 a 5		2 a 6	
Quatro Pontes	6	4 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 3		1 a 3		
Quedas do Iguaçu	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Querência do Norte		5 a 8	5 a 8	7 a 8	4	1 a 4	5 a 6	1 a 3	
Quinta do Sol		1 a 8	1 a 8	5 a 8			1 a 4		
Ramilândia	6	3 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 2		1 a 3		
Rancho Alegre			1 + 5 a 8		7 a 8	2 a 4		1 a 6	
Rancho Alegre D"Oeste	5 a 6	3 a 6	1 a 6	3 a 4	1 a 2		1 a 2		
Realeza	4 a 5	3 a 5	1 a 5	3	1 a 2		1 a 2		
Renascença	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Reserva		1 a 2	1 a 3	3	3		1 a 2		
Reserva do Iguaçu	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Ribeirão Claro			1 a 8		1 a 2			3 a 8	
Ribeirão do Pinhal			1 a 2 + 6 a 8		1 + 6 a 8	3 a 5	8	2 a 5	
Rio Bom		5 a 6	1 a 6	4 a 6	1 a 4		1 a 3		
Rio Bonito do Iguaçu	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Rio Branco do Ivaí		1 a 5	1 a 5	4 a 5			1 a 3		
Rolândia		7	1 a 7		1 a 6		1 a 7		
Roncador		1 a 4	1 a 4	1 a 4					
Rondon		6 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 5		5 a 6		
Rosário do Ivaí		1 a 5	1 a 5	4 a 5			1 a 3		
Sabáudia			1 a 7		1 a 7		1 a 7		
Salgado Filho	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Salto do Itararé			1 a 2 + 6 a 7		1 a 7	3 a 5			
Salto do Lontra	3 a 5	1 a 5	1 a 5	2			1		
Santa Amélia			1 a 2 + 6 a 8		7 a 8	3 a 5		1 a 6	
Santa Cecília do Pavão			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Santa Cruz de Monte Castelo		6 a 8	5 a 8	7 a 8	4 a 5	1 a 4	5 a 6	1 a 3	
Santa Fé			1 a 8		1 a 8		1 a 2 + 7 a 8		
Santa Helena	6	4 a 6	1 a 6	4 a 5	3		3	1 a 2	
Santa Inês			1 a 2 + 6 a 8		1 a 2 + 7 a 8	3 a 5		3 a 6	
Santa Isabel do Ivaí		6 a 8	5 a 8	7 a 8	4 a 5	1 a 4	5 a 6	1 a 3	
Santa Izabel do Oeste	3 a 5	1 a 5	1 a 5	2			1		
Santa Lúcia	4 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 3					
Santa Mariana			1 + 6 a 8			2 a 5		1 a 8	
Santa Mônica		6 a 8	5 a 8	7 a 8	4 a 5	1 a 4	5 a 6	1 a 3	
Santana do Itararé			1 a 7		1 a 7		6 a 7		
Santa Tereza do Oeste		1 a 4	1 a 4	1 a 3					
Santa Terezinha de Itaipu		5 a 6	3 a 6	5 a 6	3 a 4	1 a 2	3 a 4	1 a 2	
Santo Antônio da Platina			1 a 8		1 a 2			3 a 8	
Santo Antônio do Caiuá			1 a 2 + 6 a 8		1 a 2 + 7 a 8	3 a 5		3 a 6	
Santo Antônio do Paraíso			1 a 5		1 a 5		1 a 5		
Santo Antônio do Sudoeste	3	3	1 a 3	2	1 a 2		1		
Santo Inácio			1 a 2 + 6 a 8		1 a 2 + 7 a 8	3 a 5		3 a 6	
São Carlos do Ivaí		7 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 6		1 a 6		
São Jerônimo da Serra			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
São João	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
São João do Caiuá			1 a 8		7 a 8		6 a 8	1 a 6	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São João do Ivaí	7	5 a 7	1 a 7	5 a 6	1 a 4		1 a 4		
São Jorge D"Oeste	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
São Jorge do Ivaí		7 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 6		1 a 6		
São Jorge do Patrocínio		5 a 7	4 a 7	5 a 7	3 a 4	1 a 3	3 a 4	1 a 2	
São José da Boa Vista			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
São José das Palmeiras	6	3 a 6	1 a 6	4 a 5	1 a 2		1 a 3		
São Manoel do Paraná		7 a 8	1 a 8	6 a 8	1 a 6		5		
São Miguel do Iguaçu		4 a 6	3 a 6	4 a 6	3	1 a 2	3	1 a 2	
São Pedro do Iguaçu	5 a 6	3 a 6	1 a 6	3 a 4	1 a 2		1 a 2		
São Pedro do Ivaí		5 a 8	1 a 8	5 a 8	1 a 4		1 a 4		
São Pedro do Paraná		7 a 8	1 a 8		4 a 6		6 a 8	1 a 3	
São Sebastião da Amoreira			1 a 7		1 a 7		1 a 7		
São Tomé		7 a 8	1 a 8	7 a 8	1 a 6		1 a 6		
Sapopema			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Sarandi		7	1 a 7	7	1 a 6		1 a 6		
Saudade do Iguaçu	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Sengés			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Serranópolis do Iguaçu	6	3 a 6	3 a 6	4 a 5	1 a 2	1 a 2	1 a 3		
Sertaneja			6 a 8			1 a 5		1 a 8	
Sertanópolis			1 + 5 a 8		7 a 8	2 a 4		1 a 6	
Siqueira Campos			1 a 2 + 5 a 6		1 a 5	3 a 4		6	
Sulina	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Tamarana			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Tamboara		7 a 8	1 a 8		1 a 6		6 a 8		
Tapejara		5 a 7	1 a 7	6 a 7	1 a 4		5		
Tapira		6 a 8	5 a 8	7 a 8	4 a 5	1 a 4	5 a 6	1 a 3	
Telêmaco Borba			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Terra Boa		5 a 7	1 a 7	7	1 a 4		1 a 6		
Terra Rica			1 a 8		5 a 8		7 a 8	1 a 4	
Terra Roxa	6	4 a 6	3 a 6	5	3	1 a 2	3 a 4	1 a 2	
Toledo	5 a 6	3 a 6	1 a 6	3 a 4	1 a 2		1 a 2		
Tomazina			1 a 2 + 6		1 a 6	3 a 5	6		
Três Barras do Paraná	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Tuneiras do Oeste		5 a 6	1 a 6	5 a 6	1 a 4		3 a 4		
Tupãssi	5 a 6	3 a 6	1 a 6	3 a 4	1 a 2		1 a 2		
Turvo		1 a 3	1 a 3	1 a 3					
Ubiratã	5 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 4					
Umuarama		5 a 7	4 a 7	6 a 7	3 a 4	1 a 3	4 a 5	1 a 2	
Uniflor			1 a 8		1 a 8		7 a 8		
Uraí			1 + 5 a 8		6 a 8	2 a 4	8	1 a 5	
Wenceslau Braz			1 a 3		1 a 3		1 a 2		
Ventania			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Vera Cruz do Oeste	5 a 6	3 a 6	1 a 6	3 a 4	1 a 2		1 a 2		
Verê	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Alto Paraíso		5 a 7	4 a 7	6 a 7	3 a 4	1 a 3	5	1 a 2	
Virmond	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Vitorino	3	1 a 3	1 a 3	1 a 2					
Xambrê		5 a 7	4 a 7	6 a 7	3 a 4	1 a 3	4 a 5	1 a 2	

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abatiá			5 a 7		5 a 7	1 a 4		1 a 4	
Altamira do Paraná	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1					
Altônia	5 a 7	3 a 7	2 a 7	4	1 a 2	1	2 a 3		
Alto Paraná			1 a 8		1 a 8		4 a 8		
Alto Piquiri	4 a 6	4 a 6	1 a 6		1 a 3		1 a 3		
Alvorada do Sul						1 a 8		1 a 8	
Amaporã		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		4 a 8		
Ampére	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					
Anahy	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Andirá			1			2 a 8		1 a 8	
Ângulo			1 a 8		1 a 8		1 a 8		
Apucarana		4 a 6	1 a 6	5 a 6	1 a 3		1 a 4		
Arapongas		5 a 6	1 a 6		1 a 4		1 a 6		
Arapoti			1 a 2		1 a 2		1 a 2		
Arapuã		1 a 3	1 a 3	1 a 3					
Araruna	5 a 7	3 a 7	1 a 7	4	1 a 2		1 a 3		
Ariranha do Ivaí	5	1 a 5	1 a 5	1 a 4					
Assaí			1 a 8		1 a 8		1 a 8		
Assis Chateaubriand	4 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 3	1		1		
Astorga		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		1 a 8		
Atalaia			1 a 8		1 a 8		1 + 5 a 8		
Bandeirantes			4 a 6		5 a 7	1 a 3 + 7 a 8	1 a 4 + 8		
Barbosa Ferraz	5 a 7	1 a 7	1 a 7	3 a 4			1 a 2		
Barracão	1 a 2	1 a 2	1 a 2				3		
Barra do Jacaré			1 + 4 a 6		1 + 4 a 6	2 a 3 + 7		2 a 3 + 7	
Bela Vista da Caroba	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1					
Bela Vista do Paraíso			4 a 7		5 a 7	1 a 3 + 8		1 a 4 + 8	
Boa Esperança	4 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 3					
Boa Esperança do Iguaçu	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1					
Boa Ventura de São Roque		1 a 2	1 a 2	1 a 2					
Boa Vista da Aparecida	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1					
Bom Jesus do Sul	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					
Bom Sucesso		1 a 7	1 a 7	4 a 7			1 a 3		
Bom Sucesso do Sul	1 a 2	1 a 2	1 a 2						

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Borrazópolis	5 a 7	3 a 7	1 a 7	4	1 a 2		1 a 3		
Braganey	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Brasilândia do Sul	5 a 6	3 a 6	1 a 6	4	1 a 2		1 a 3		
Cafeara			1 a 5		6 a 8	6 a 8		1 a 5	
Cafelândia	3 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 2					
Cafezal do Sul	5 a 7	4 a 7	2 a 7	4	1 a 3	1	2 a 3		
Califórnia		4 a 6	1 a 6	4 a 6	1 a 3		1 a 3		
Cambará			1 + 4 a 6		1	2 a 3 + 7		2 a 7	
Cambé			1 a 8		1 a 7		4 a 7	8	
Cambira		1 a 6	1 a 6	4 a 6			1 a 3		
Campina da Lagoa	3 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 2					
Campo Bonito	1 a 5	1 a 5	1 a 5						
Campo Mourão	4 a 5	1 a 5	1 a 5				1 a 3 + 6		
Cândido De Abreu		1 a 3	1 a 3	1 a 3					
Candói	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Capanema	3 a 5	1 a 6	1 a 6	1 a 2					
Capitão Leônidas Marques	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Carlópolis			1 a 7		1 a 6			7	
Cascavel	1 a 3	1 a 4	1 a 4						
Catanduvas	1 a 3	1 a 4	1 a 4						
Centenário do Sul			1 a 5			6 a 8		1 a 8	
Céu Azul	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Chopinzinho	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Cianorte		4 a 7	1 a 7	4 a 7	1 a 3		1 a 3		
Cidade Gaúcha		5 a 7	1 a 8	5 a 7	1 a 4 + 8		4 + 8		
Colorado			1 a 8		1 + 5 a 8			2 a 4	
Congonhinhas			1 a 5		1 a 5		4 a 5		
Conselheiro Mairinck			1 a 7		1 a 7		4 a 6		
Corbélia	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Cornélio Procópio			4 a 7		4 a 7	1 a 3	4 a 6	1 a 3	
Coronel Vivida	1 a 3	1 a 3	1 a 3						
Corumbataí do Sul	5 a 6	1 a 6	1 a 6	3 a 4			1 a 2		
Cruzeiro do Iguaçu	1 a 5	1 a 5	1 a 5						
Cruzeiro do Oeste	4 a 6	4 a 7	1 a 7	7	1 a 3		3		
Cruzeiro do Sul			1 a 8		1 a 8		7 a 8		
Cruzmaltina	5 a 6	4 a 6	1 a 6	3 a 4	1 a 3		1 a 2		
Curiúva			1 a 2		1 a 2		1 a 2		
Diamante do Norte			4 a 8		3 a 7	1 a 3	5 a 8	1 a 2 + 8	
Diamante do Sul	1 a 3	1 a 4	1 a 4						
Diamante D"Oeste	4 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 3	1		1		
Dois Vizinhos	1 a 5	1 a 5	1 a 5						
Douradina		4 a 7	4 a 8	5 a 7	2 a 3 + 8	1 a 3	4 + 8	1	
Doutor Camargo		1 a 8	1 a 8	4 a 8			1 a 3		
Enéas Marques	1 a 3	1 a 3	1 a 3						
Engenheiro Beltrão		4 a 8	1 a 8	4 a 8	1 a 3		1 a 3		
Esperança Nova		4 a 7	3 a 7	4 a 7	2 a 3	1 a 2	3	1	
Entre Rios do Oeste	4 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 3	1		1		
Espigão Alto do Iguaçu	1 a 3	1 a 3	1 a 3						
Farol	4 a 6	1 a 6	1 a 6	3			1 a 2		
Faxinal	5	4 a 5	1 a 5	4	1 a 3		1 a 3		
Fênix	5 a 7	3 a 8	1 a 8	4 + 8	1 a 2		1 a 3		
Figueira			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Floraí		5 a 7	1 a 8	5 a 8	1 a 4 + 8		1 a 4		
Flor da Serra do Sul	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Floresta		1 a 8	1 a 8	4 a 8			1 a 3		
Florestópolis			5 a 7			1 a 4 + 8		1 a 8	
Flórida			1 a 8		1 a 8		1 + 5 a 8		
Formosa do Oeste	4 a 6	3 a 6	1 a 6	3	1 a 2		1 a 2		
Foz do Iguaçu	5 a 6	3 a 6	2 a 6	4	1 a 2	1	1 a 3		
Francisco Alves	5 a 7	3 a 7	2 a 7	4	1 a 2	1	2 a 3		
Francisco Beltrão	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Foz do Jordão	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Godoy Moreira	5 a 7	1 a 7	1 a 7	3 a 4			1 a 2		
Goioerê	4 a 6	3 a 6	1 a 6	3	1 a 2		1 a 2		
Grandes Rios	5 a 6	4 a 6	1 a 6	3 a 4	1 a 3		1 a 2		
Guaíra	5 a 6	3 a 6	1 a 6	4	1 a 2		1 a 3		
Guairaçá			1 a 8		1 a 8		4 a 8		
Guapirama			4 a 7		5 a 7	1 a 3		1 a 4	
Guaporema		5 a 7	1 a 8	5 a 7	1 a 4 + 8		4 + 8		
Guaraci			1 a 8		1 a 8				
Guaraniaçu	1 a 3	1 a 4	1 a 4						
Ibaiti			1 a 5		1 a 5		1 a 5		
Ibema	1 a 2	1 a 3	1 a 3						
Ibiporã			3 a 8		4 a 8	1 a 2	4 a 8	1 a 3	
Icaraíma		4 a 7	4 a 8	5 a 7	2 a 3 + 8	1 a 3	4 + 8	1	
Iguaraçu		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		1 a 8		
Iguatu	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Inajá			1 a 7		5 a 7	8		1 a 4 + 8	
Indianópolis		5 a 7	1 a 8	5 a 8	1 a 4 + 8		1 a 4		
Iporã	5 a 7	4 a 7	2 a 7	4	1 a 3	1	2 a 3		
Iracema do Oeste	4 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 3	1		1		
Iretama	4 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 3					
Itaguajé			1 + 4 a 6		5 a 7	2 a 3 + 7 a 8	1 a 4 + 8		
Itaipulândia	5 a 6	2 a 6	1 a 6	4	1		2 a 3		
Itambaracá			4 a 6			1 a 3 + 7 a 8	1 a 8		
Itambé		1 a 8	1 a 8	4 a 8			1 a 3		
Itapejara D"Oeste	1 a 3	1 a 3	1 a 3						
Itaúna do Sul			4 a 8		3 a 8	1 a 3	5 a 8	1 a 2	
Ivaiporã	4 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 3					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ivaté		4 a 7	4 a 8	5 a 7	2 a 3 + 8	1 a 3	4 + 8	1	
Ivatuba		1 a 8	1 a 8	4 a 8			1 a 3		
Jaboti			1 a 7		1 a 7		4 a 7		
Jacarezinho			1 a 5		1 + 4 a 6	6 a 7		2 a 3 + 7	
Jaguapitã			1 a 8		1 a 8		7 a 8		
Jandaia Do Sul		1 a 7	1 a 7	4 a 7			1 a 3		
Janiópolis	4 a 6	1 a 6	1 a 6	3			1 a 2		
Japira			1 a 5		1 a 5		4 a 5		
Japurá		5 a 7	1 a 8	5 a 8	1 a 4 + 8		1 a 4		
Jardim Alegre	4 a 6	1 a 6	1 a 6	2 a 3			1		
Jardim Olinda					5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8	
Jataizinho			3 a 8		4 a 8	1 a 2	5 a 8	1 a 3	
Jesuítas	4 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 3	1		1		
Joaquim Távora			4 a 6		5 a 7	1 a 3 + 7		1 a 4	
Jundiaí do Sul			4 a 7		1 a 7	1 a 3			
Juranda	4 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 3					
Jussara		4 a 7	1 a 7	4 a 7	1 a 3		1 a 3		
Kaloré	5 a 7	1 a 7	1 a 7	4			1 a 3		
Laranjal	1 a 5	1 a 5	1 a 5						
Laranjeiras do Sul	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Leópolis			6 a 8		6 a 8	1 a 5		1 a 5	
Lidianópolis	5 a 6	3 a 6	1 a 6	3 a 4	1 a 2		1 a 2		
Lindoeste	2 a 3	1 a 4	1 a 4	1					
Loanda		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		4 a 8		
Lobato			1 a 8		1 a 8		7 a 8		
Londrina		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		1 a 8		
Luiziana		1 a 2	1 a 2	1 a 2					
Lunardelli	5 a 7	1 a 7	1 a 7	3 a 4			1 a 2		
Lupionópolis			4 a 6			1 a 3 + 7 a 8	1 a 8		
Mamborê	3 a 4	1 a 4	1 a 4	1 a 2					
Mandaguaçu		5 a 7	1 a 8	7 a 8	1 a 4 + 8		1 a 6		
Mandaguari		1 a 7	1 a 7	4 a 7			1 a 3		
Manfrinópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 3						
Mangueirinha	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Manoel Ribas		1 a 2	1 a 2	1 a 2					
Marechal Cândido Rondon	4 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 3	1		1		
Maria Helena		4 a 7	2 a 7	4 a 7	2 a 3	1		1	
Marialva		1 a 7	1 a 7	4 a 7			1 a 3		
Marilândia do Sul			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Marilena			4 a 8		1 a 8	1 a 3	4 a 8		
Mariluz	4 a 6	4 a 6	1 a 6		1 a 3		1 a 3		
Maringá		1 a 8	1 a 8	5 a 8			1 a 4		
Maripá	4 a 6	3 a 6	1 a 6	3	1 a 2		1 a 2		
Marmeleiro	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Marquinho	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Marumbi		1 a 7	1 a 7	4 a 7			1 a 3		
Matelândia	4 a 6	1 a 6	1 a 6	2 a 3			1		
Mato Rico	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Mauá Da Serra			1		1		1		
Medianeira	5 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 4	1		1		
Mercedes	4 a 6	3 a 6	1 a 6	3	1 a 2		1 a 2		
Mirador		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		4 a 8		
Miraselva			1 a 7		1 + 5 a 7			2 a 4	
Missal	5 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 4	1		1		
Moreira Sales	4 a 6	3 a 6	1 a 6		1 a 2		1 a 3		
Munhoz de Melo			1 a 8		1 a 8		1 a 8		
Nossa Senhora das Graças			1 a 8		1 a 8				
Nova Aliança do Ivaí		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		4 a 8		
Nova América da Colina			1 a 7		1 a 7		4 a 6		
Nova Aurora	4 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 3					
Nova Cantu	3 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 2					
Nova Esperança		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		1 a 8		
Nova Esperança do Sudoeste	1 a 3	1 a 3	1 a 3						
Nova Fátima			1 a 7		1 a 7		4 a 6		
Nova Laranjeiras	1 a 3	1 a 3	1 a 3						
Nova Londrina			1 a 8		3 a 8		4 a 8	1 a 2	
Nova Olímpia		5 a 7	3 a 8	5 a 7	2 a 4 + 8	1 a 2	4 + 8	1	
Nova Santa Bárbara			1 a 3		1 a 3		1		
Nova Santa Rosa	4 a 6	3 a 6	1 a 6	3	1 a 2		1 a 2		
Nova Prata do Iguaçu	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1					
Nova Tebas	4 a 5	1 a 5	1 a 5	1 a 3					
Novo Itacolomi	5 a 7	1 a 7	1 a 7	4			1 a 3		
Ortigueira			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Ourizona		1 a 8	1 a 8	5 a 8			1 a 4		
Ouro Verde do Oeste	4 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 3					
Paiçandu		1 a 8	1 a 8	5 a 8			1 a 4		
Palmital	1 a 3	1 a 3	1 a 3						
Palotina	4 a 6	3 a 6	1 a 6		1 a 2		1 a 3		
Paraíso do Norte		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		4 a 8		
Paranacity			1 a 8		1 + 5 a 8		6 a 8	2 a 4	
Paranapoema			1 + 5 a 7		5 a 7	2 a 4 + 8		1 a 4 + 8	
Paranavaí			1 a 8		1 a 8		5 a 8		
Pato Bragado	4 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 3	1		1		
Pato Branco	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Peabiru	5 a 7	1 a 7	1 a 7	4			1 a 3		
Perobal	5 a 7	4 a 7	2 a 7	4	1 a 3	1	2 a 3		
Pérola		4 a 7	2 a 7	4 a 7	2 a 3	1	3	1	
Pérola D"Oeste	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1					
Pinhalão			1 a 3		1 a 3		1		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pinhal de São Bento	1 a 3	1 a 3	1 a 3						
Pitanga		1 a 2	1 a 2	1 a 2					
Pitangueiras			1 a 8		1 a 8		1 a 8		
Planaltina do Paraná		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		4 a 8		
Planalto	2 a 5	1 a 6	1 a 6	1					
Porecatu						1 a 8		1 a 8	
Porto Barreiro	1 a 3	1 a 3	1 a 3						
Porto Rico		5 a 7	3 a 8		1 a 4 + 8	1 a 2	4 a 8		
Prado Ferreira			1 a 8		1 + 5 a 7			2 a 4 + 8	
Pranchita	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					
Presidente Castelo Branco		5 a 7	1 a 8	7 a 8	1 a 4 + 8		1 a 6		
Primeiro de Maio						1 a 8		1 a 8	
Prudentópolis		1 a 3	1 a 3	1 a 3					
Quarto Centenário	4 a 6	2 a 6	1 a 6	3	1		1 a 2		
Quatiguá			4 a 7		5 a 7	1 a 3		1 a 4	
Quatro Pontes	4 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 3	1		1		
Quedas do Iguaçu	1 a 5	1 a 5	1 a 5						
Querência do Norte		5 a 7	3 a 8	5 a 7	2 a 4 + 8	1 a 2	4 + 8	1	
Quinta do Sol		3 a 8	1 a 8	4 a 8	1 a 2		1 a 3		
Ramilândia	4 a 6	1 a 6	1 a 6	2 a 3			1		
Rancho Alegre			4 a 7		4 a 7	1 a 3 + 8		1 a 3 + 8	
Rancho Alegre D"Oeste	4 a 6	1 a 6	1 a 6	2 a 3			1		
Realeza	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1					
Renascença	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Reserva		1 a 2	1 a 2	1 a 2					
Reserva do Iguaçu	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Ribeirão Claro			1 a 6		1 a 5	7		6 a 7	
Ribeirão do Pinhal			4 a 7		1 a 7	1 a 3	4 a 6		
Rio Bom	5 a 6	1 a 6	1 a 6	4			1 a 3		
Rio Bonito do Iguaçu	1 a 5	1 a 5	1 a 5						
Rio Branco do Ivaí	5	4 a 5	1 a 5	3 a 4	1 a 3		1 a 2		
Rolândia			1 a 7		1 a 7		1 a 7		
Roncador		1 a 2	1 a 2	1 a 2					
Rondon		5 a 7	1 a 8	5 a 8	1 a 4 + 8		4		
Rosário do Ivaí	5	4 a 5	1 a 5	3 a 4	1 a 3		1 a 2		
Sabáudia		5 a 7	1 a 7		1 a 4		1 a 7		
Salgado Filho	1 a 3	1 a 3	1 a 3						
Salto do Itararé			1 a 7		4 a 6			1 a 3 + 7	
Salto do Lontra	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1					
Santa Amélia			6 a 7		5 a 7	1 a 5		1 a 4	
Santa Cecília do Pavão			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
Santa Cruz de Monte Castelo		5 a 7	1 a 8	4 a 6	2 a 4 + 8		7 a 8	1	
Santa Fé			1 a 8		1 a 8		1 + 5 a 8		
Santa Helena	5 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 4	1		1		
Santa Inês			1 a 5		6 a 8	6 a 8		1 a 5	
Santa Isabel do Ivaí		5 a 7	1 a 8	4 a 6	2 a 4 + 8		7 a 8	1	
Santa Izabel do Oeste	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1					
Santa Lúcia	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1					
Santa Mariana						1 a 8		1 a 8	
Santa Mônica		5 a 7	1 a 8	5 a 7	1 a 4 + 8		4 + 8		
Santana do Itararé			1 a 7		1 a 7		4 a 6		
Santa Tereza do Oeste	3	1 a 4	1 a 4	1 a 2					
Santa Terezinha de Itaipu	5 a 6	3 a 6	2 a 6	4	1 a 2	1	2 a 3		
Santo Antônio da Platina			1 + 5 a 7		1 + 5 a 7	2 a 4		2 a 4	
Santo Antônio do Caiuá			1 a 7		5 a 7	8		1 a 4 + 8	
Santo Antônio do Paraíso			1 a 3		1 a 2			3	
Santo Antônio do Sudoeste	2 a 3	1 a 3	1 a 3	1					
Santo Inácio			1 a 7		5 a 7	8		1 a 4 + 8	
São Carlos do Ivaí		5 a 7	1 a 8	5 a 8	1 a 4 + 8		1 a 4		
São Jerônimo da Serra			1 a 3		1 a 3		1 a 2		
São João	1 a 5	1 a 5	1 a 5						
São João do Caiuá			1 a 8		1 + 5 a 8		6 a 8	2 a 4	
São João do Ivaí	5 a 7	3 a 7	1 a 7	4	1 a 2		1 a 3		
São Jorge D"Oeste	1 a 5	1 a 5	1 a 5						
São Jorge do Ivaí		4 a 8	1 a 8	5 a 8	1 a 3		1 a 4		
São Jorge do Patrocínio		4 a 7	2 a 7	4 a 7	1 a 3	1	2 a 3		
São José da Boa Vista			1 a 3		1 a 3		1 a 3		
São José das Palmeiras	4 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 3	1		1		
São Manoel do Paraná		5 a 7	1 a 8	5 a 8	1 a 4 + 8		1 a 4		
São Miguel do Iguaçu	5 a 6	2 a 6	1 a 6	3 a 4	1		1 a 2		
São Pedro do Iguaçu	4 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 3					
São Pedro do Ivaí		1 a 8	1 a 8	4 a 8			1 a 3		
São Pedro do Paraná		6 a 8	3 a 8		1 a 5	1 a 2	4 a 8		
São Sebastião da Amoreira			1 a 5		1 a 5		4 a 5		
São Tomé		4 a 8	1 a 8	4 a 8	1 a 3		1 a 3		
Sapopema			1 a 3		1 a 3		1 a 2		
Sarandi		1 a 7	1 a 7	5 a 7			1 a 4		
Saudade do Iguaçu	1 a 5	1 a 5	1 a 5						
Sengés			1 a 2		1 a 2		1 a 2		
Serranópolis do Iguaçu	5 a 6	2 a 6	1 a 6	2 a 4	1		1		
Sertaneja			6 a 8		6 a 8	1 a 5		1 a 5	
Sertanópolis			4 a 8		4 a 7	1 a 3		1 a 3 + 8	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Siqueira Campos			1 a 4					1 a 4	
Sulina	1 a 5	1 a 5	1 a 5						
Tamarana			1 a 2		1 a 2		1 a 2		
Tamboara		5 a 7	1 a 8		1 a 4 + 8		1 a 8		
Tapejara		4 a 7	1 a 7	4 a 7	1 a 3		3		
Tapira		5 a 7	4 a 8	5 a 7	2 a 4 + 8	1 a 3	4 + 8	1	
Telêmaco Borba			1 a 2		1 a 2		1 a 2		
Terra Boa		4 a 7	1 a 7	4 a 7	1 a 3		1 a 3		
Terra Rica			1 a 8		1 a 8		5 a 8		
Terra Roxa	4 a 6	3 a 6	1 a 6		1 a 2		1 a 3		
Toledo	4 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 3					
Tomazina			1 a 6		1 a 6		4 a 6		
Três Barras do Paraná	2 a 5	1 a 5	1 a 5	1					
Tuneiras do Oeste	5 a 6	4 a 6	1 a 6	4	1 a 3		1 a 3		
Tupãssi	4 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 3					
Turvo		1	1	1					
Ubiratã	3 a 6	1 a 6	1 a 6	1 a 2					
Umuarama		4 a 7	2 a 7	4 a 7	2 a 3	1	3	1	
Uniflor			1 a 8		1 a 8		5 a 8		
Uraí			4 a 7		4 a 7	1 a 3 + 8	5 a 8	1 a 3 + 8	
Wenceslau Braz			1 a 3		1 a 3				
Ventania			1 a 2		1 a 2		1 a 2		
Vera Cruz do Oeste	4 a 6	1 a 6	1 a 6	2 a 3			1		
Verê	1 a 3	1 a 3	1 a 3						
Alto Paraíso		4 a 7	3 a 7	4 a 7	2 a 3	1 a 2	3	1	
Virmond	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Vitorino	1 a 2	1 a 2	1 a 2						
Xambrê		4 a 7	4 a 7	4 a 7	2 a 3	1 a 3	3	1	

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação. Semelhante ao conceito “pré-pago”, o modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas. A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Mais informações, pelo telefone
(61) 3441-9450

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.659-SEI, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO E TV IMPRENSA LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de AURORA DO PARÁ, estado do Pará, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos sinais gerados pela Fundação de Fátima, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Osasco, estado de São Paulo, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.001517/2016-11 e da Nota Técnica nº 21129/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.959-SEI, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar NORDESTE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de SÃO JOÃO DA PONTA, estado do PARÁ, por meio do canal 27 (vinte e sete), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO DE FÁTIMA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 48 E (quarenta e oito, educativo), no município de OSASCO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.001647/2016-45 e da Nota Técnica nº 21135/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.700-SEI, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO E TV IMPRENSA LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BONITO, estado do Pará, por meio do canal 14 (quatorze), visando a retransmissão dos sinais gerados pela Fundação de Fátima, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 48 (quarenta e oito), no município de OSASCO, estado de São Paulo, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.001688/2016-31 e da Nota Técnica nº 21351/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 502, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53500.029235/2005-21
Recorrente/Interessado: BRASIL TELECOM S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel: a) conhecer do Pedido de Reconsideração interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; b) rever, ex officio, a decisão exarada pelo Despacho nº 4.909/2012-CD, de 23 de julho de 2012, para fixar novo valor de multa equivalente a R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), já incluído o percentual de 5% (cinco por cento) em razão da existência de antecedentes; e, c) receber os requerimentos protocolizados, como exercício do direito de petição, e indeferir o pedido formulado pela Recorrente de suspensão do referido processo.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 504, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53500.011486/2007-11
Recorrente/Interessado: BRASIL TELECOM S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial ao descaracterizar as infrações relativas ao art.100, § 4º, do Regulamento do Serviço Fixo Telefônico Comutado - RSTFC, fixando o valor da sanção de multa aplicada em R$ 170.972,28 (cento e setenta mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte e oito centavos); b) receber o requerimento protocolizado e indeferir o pedido formulado pela Recorrente de suspensão deste processo c) receber os requerimentos protocolizados como exercício do direito de petição e indeferir o pedido formulado pela Recorrente de aplicação de nova metodologia de aplicação de sanções. d) não conhecer do documento protocolizado em face da ocorrência de preclusão consumativa; e, e) receber o requerimento protocolizado e indeferir o pedido formulado pela Recorrente de suspensão do referido processo.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 505, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53500.018620/2016-04
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 242/2017/SEI/IF (SEI nº 1984284), integrante deste acórdão: a) indeferir o Pedido de Anulação - Carta Oi/GEIR/1518/2016 (SEI nº 0705627) - em face do Ato nº 1.740, de 14 de junho de 2016; e, b) indeferir o pedido de apensamento apresentado por OI S.A. e TELEMAR NORTE LESTE S.A. - CT/Oi/GCCA/2050/2017 (SEI nº 1766860).

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÃO

No anexo da Resolução nº 683, de 5 de outubro de 2017, publicada no DOU de 9 de outubro de 2017, Seção 1, página 4, retifica-se o que segue:

Onde se lê:

"Art. 15. São atribuições do Grupo, dentre outras:

III - envolver as entidades afetadas pelo presente regulamento no levantamento de especificidades técnicas de outros setores no sentido de aprimorar a qualidade do Manual Operacional a que se refere o art. 17".

Leia-se:

"Art. 15. São atribuições do Grupo, dentre outras:

III - envolver as entidades afetadas pelo presente regulamento no levantamento de especificidades técnicas de outros setores no sentido de aprimorar a qualidade do Manual Operacional a que se refere o art. 16".

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

GERÊNCIA OPERACIONAL DE OUTORGA

ATOS DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 13.102 - Expede autorização à JOTASEG VIGILANCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 18.217.153/0001-50, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.103 - Expede autorização à ADELAR ELOI LUTZ, CPF nº 309.136.320-15 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 13.130 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) MUNDAI RADIO FM DE EUNAPOLIS LTDA, CNPJ nº 16.401.705/0001-50 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos de Ligação para Transmissão de Programas.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente
Substituto

ATO Nº 13.152, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Expede autorização à CONDOMINIO SHOPPING PEIXOTO, CNPJ nº 27.435.220/0001-02, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Nº 337/2017 - Processo 53500.017176/2016-00. 1.

Homologar a Oferta de Referência de Produto de Atacado (ORPA) de Infraestrutura Passiva de TORRES, apresentada pelo Grupo TIM em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura Passiva, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC. 2. Estabelecer, em conformidade com o art. 11 do Anexo I do PGMC, que o Grupo TIM deverá submeter para revisão nova Oferta de Referência de Produto de Atacado Infraestrutura Passiva de TORRES em 6 (seis) meses a contar da entrada em vigor do presente Despacho Decisório.3. Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 338/2017 - Processo 53500.017178/2016-91.

1. Homologar a Oferta de Referência de Produto de Atacado de ROAMING NACIONAL, apresentada pelo Grupo TIM em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Roaming Nacional, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC. 2. Estabelecer, em conformidade com o art. 11 do Anexo I do PGMC, que o Grupo TIM deverá submeter para revisão nova Oferta de Referência de Produto de Atacado ROAMING em 6 (seis) meses a contar da entrada em vigor do presente Despacho Decisório. 3. Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAÃO BALBINO E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Processo: 53504.007236/2013-95

O Superintendente de Fiscalização da Anatel, Substituta, nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas a decisões de não provimento do Recurso Administrativo interposto no processo em epígrafe. A íntegra da decisão pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos)

JULIANO STANZANI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 8.814, DE 18 DE MAIO DE 2017

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), constante(s) do processo nº 53520.001103/2016-50, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no parágrafo 7º, do art. 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 03 de novembro de 2016, e no parágrafo único, do art. 139, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, desde o término da validade da licença indicada para cada entidade na relação. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

A relação de entidade(s) está na seguinte ordem: nome da entidade, número do CPF, número do Fistel, validade da autorização de radiofrequência.

José Germano Luchmann, 42154421920, 50403318351, 17/04/2016.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHOS

Processo: 53504.020124/2016-11

O Gerente Regional da Anatel em São Paulo, nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna pública a decisão do não conhecimento do Recurso Administrativo interposto no processo em epígrafe. A íntegra da decisão pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos)

O Gerente Regional da Anatel no Estado de São Paulo, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos. PROCESSOS: 53500.020124/2016-11, 53504.007236/2013-95, 53504.012350/2011-75, 53504.012226/2013-71, 53504.007301/2017-14, 53504.004874/2017-88, 53504.001539/2000-80, 53504.003888/2017-84, 53504.003366/2017-82, 53504.001355/2015-04, 53504.002509/2017-39, 53504.015601/2013-35, 53504.003290/2013-61, 53504.001057/2017-78, 53504.001052/2017-45, 53504.000011/2017-31, 53504.013853/2016-72, 53504.013776/2016-51, 53504.012587/2016-61, 53504.012064/2016-14, 53504.002663/2013-87, 53504.004588/2016-31, 53500.205238/2015-40.

SANDRO ALMEIDA RAMOS

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 12.938, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ROBEMIX CONCRETO LTDA, CNPJ nº 02.545.883/0001-40 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 13.060, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53548.001512/2017-29.

Expede autorização à RENATO DE FREITAS QUEIROZ & FILHOS LTDA - EPP, CNPJ nº 01917093000186, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURÉLIO PEREIRA DA SILVA
Gerente
Substituto

ATO Nº 13.147, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Expede autorização à OTIMIZA DO BRASIL EIRELI - ME, CNPJ nº 19.693.089/0001-47 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 13.124 - Processo nº 53500.075678/2017-28. Expede autorização à ROMARIO DA SILVA CABRAL EIRELI - ME, CNPJ nº 27.502.083/0001-73, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.129 - Processo nº 53500.075864/2017-67. Expede autorização à MJG TECNOLOGIA LTDA - ME, CNPJ nº 17.831.324/0001-74, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 13.205 - Processo nº 53500.074741/2017-17. Autoriza TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação em São Paulo/SP, no Período de 28/10/2017 a 21/11/2017.

Nº 13.209 - Processo nº 53500.077141/2017-01. Autoriza RICALL-RADIO TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 06.072.154/0001-75, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação na Barra da Tijuca/RJ, no Período de 19/10/2017 a 17/12/2017.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 19 de outubro de 2017

Nº 1.643-SEI - A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo n.º 01250.008687/2016-18, especialmente da Nota Técnica nº 21449/2017/SEI-MCTIC, resolve conhecer o recurso administrativo interposto pela RÁDIO GUARAREMA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina, contra a decisão de indeferimento do pedido de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora da localidade de outorga e do aumento de potência, para no mérito prover parcialmente o requerido, autorizando a mudança do sistema irradiante para o município de Florianópolis em decorrência do atendimento ao disposto no subitem 5.1.1.4.1 da Resolução da Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998, e negar-lhe provimento de aumento de potência em decorrência do não atendimento ao disposto no inciso II, do artigo 5º da Portaria 231, de 7 de agosto de 2013 cumulado com o artigo 2º da Portaria 159, de 11 de junho de 2013.

Nº 1.717-SEI - A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo n.º 01250.009834/2016-77, especialmente da Nota Técnica nº 23020/2017/SEI-MCTIC, resolve conhecer o recurso administrativo interposto pela RADIO JORNAL A VERDADE LTDA - EPP, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina, contra a decisão de indeferimento do pedido de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora da localidade de outorga e da aprovação de local e uso de equipamentos, para no mérito prover parcialmente o requerido, autorizando a mudança do sistema irradiante para o município de Florianópolis em decorrência do atendimento ao disposto no subitem 5.1.1.4.1 da Resolução da Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998, e negar-lhe provimento da aprovação de local e uso de equipamentos em decorrência do projeto apresentado não atender ao disposto pelo Ato da Anatel n.° 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 17/08/2015, coordenadas pré-fixadas.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 5.495, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência prevista no art. 76, inciso XVI do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria nº. 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.006031/2014	Rádio FM América De Aquidauana Ltda	FM	Aquidauana	MS	Suspensão 1 (um) dia	Art. 122, item 34, do Decreto nº 52.795/63	Portaria DECEF n° 5494, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIAS DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.073308/2013	Radio Piratininga de São Jose dos Campos Ltda - Epp	OM	São José dos Campos	SP	Multa	8.636,00	Art. 62 da Lei n° 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 6009, de 19/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.010478/2014	Associação Comunitária Santa Rita - ACSR	RADCOM	Santa Rita de Cássia	BA	Multa	799,63	Art. 11 da Lei n° 9.612/2005	Portaria DECEF n° 6027, de 19/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.009572/2014	Rádio Comunitária Educativa e Cultural Arinense	RADCOM	Arinos	MG	Multa	2.398,89	Art. 11 da Lei n° 9.612/2005	Portaria DECEF n° 6028, de 19/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.014688/2014	Associação Comunitária Educativa e de Radiodifusão de Posse - GO - ACERP	RADCOM	Posse	GO	Multa	435,37	Art. 11 da Lei n° 9.612/2005	Portaria DECEF n° 6039, de 19/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858//2011
53000.014813/2014	Associação Comunitária Cultural de Comunicação Esperança e Vida	RADCOM	São João da Boa Vista	SP	Multa	1.599,26	Art. 11 da Lei n° 9.612/2005	Portaria DECEF n° 6063, de 19/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

53000.010263/2014	Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis	RADCOM	Alcinópolis	MS	Multa	2.398,89	Art. 11 da Lei n° 9.612/2005	Portaria DECEF n° 6070, de 19/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.011014/2014	Associação de Radiodifusão Comunitária Amigos dos Bairros Quilombos dos Palmares e Vila Tereza	RADCOM	Cataguases	MG	Multa	799,63	Item 15.2 da Portaria MC nº 462/2011.	Portaria DECEF n° 6071, de 19/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.003275/2014	Associação de Prudente de Morais de Radiodifusão	RADCOM	Prudente de Morais	MG	Multa	799,63	Item 15.2 da Portaria MC nº 462/2011.	Portaria DECEF n° 6074, de 19/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.012067/2014	Sociedade dos Amigos de Ocara	RADCOM	Ocara	CE	Multa	799,63	Inciso II do art. 40 do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 6075, de 19/10/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

RODRIGO CRUZ GEBRIM

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 5.817-SEI, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.065416/2012-81, resolve:

Art. 1º Consignar à EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Petrópolis/RJ, o canal 41 (quarenta e um), correspondente à faixa de frequência de 632 a 638 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 5.842-SEI, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.060690/2017-23, resolve:

Art. 1º Consignar à SOCIEDADE DE RÁDIO E TELEVISÃO ALTEROSA S.A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de NOVA LIMA/MG, o canal 36 (trinta e seis), correspondente à faixa de frequência de 602 a 608 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 4.593-SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.061750/2013-47, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 1630/2014/SEI-MC, resolve:

Art. 1o Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Pedro Avelino, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte, utilizando o canal 13 (treze), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Cabugi Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

PORTARIA Nº 4.728-SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.059586/2016-15, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 32886/2016/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela COMSAT - Comércio e Representação de Equipamentos Eletro-Eletrônicos Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Fortaleza, estado do Ceará, utilizando o canal 59 (cinquenta e nove), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação João Paulo II, concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Aracaju, estado de Sergipe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

PORTARIA Nº 5.202-SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.015108/2015-12, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 6853/2015/SEI-MC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus de Goiás, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Bom Jesus de Goiás, estado de Goiás, utilizando o canal 8 (oito), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Jataí, estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 5 de outubro de 2017

Nº 1.677-SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.058564/2017-17, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAIVA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Jaguariaíva-PR, utilizando o canal n.º 259 (duzentos e cinquenta e nove), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 22825/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 612, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a designação dos membros do Comitê Permanente de Desburocratização do Ministério da Cultura.

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parágrafo único, do Art. 3º, da Portaria nº 64, de 11 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Designar os membros do Comitê Permanente de Desburocratização do Ministério da Cultura que será composto por um representante de cada um dos órgãos e unidades abaixo:

I - Gabinete do Ministro
Titular: Chefe de Gabinete; e
Suplente: Chefe de Gabinete, Substituto.
II - Assessoria de Comunicação Social
Titular: Chefe da Assessoria de Comunicação Social; e
Suplente: Coordenador Administrativo.
III - Ouvidoria
Titular: Ouvidor; e
Suplente: Coordenador de Atendimento e Acesso à Informação.
IV - Assessoria Parlamentar
Titular: Coordenador de Acompanhamento de Emendas Parlamentares; e
Suplente: Coordenador de Acompanhamento do Processo Legislativo.
V - Consultoria Jurídica
Titular: Coordenador-Geral Jurídico de Políticas Culturais; e
Suplente: Coordenador-Geral Jurídico de Licitações e Contratações Públicas.
VI - Gabinete da Secretaria Executiva
Titular: Chefe de Gabinete; e
Suplente: Coordenador.
VII - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Titular: Coordenador-Geral de Licitações, Contratos e Recursos Logísticos; e
Suplente: Coordenador de Documentação e Informação.
VIII - Subsecretaria de Gestão Estratégica
Titular: Coordenador-Geral de Gestão de Projetos Estratégicos; e
Suplente: Coordenador de Monitoramento de Execução de Projetos Estratégicos.
IX - Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional
Titular: Chefe de Gabinete; e
Suplente: Chefe de Gabinete, Substituto.
X - Secretaria do Audiovisual
Titular: Coordenador de Acompanhamento, Substituto; e
Suplente: Coordenador de Acompanhamento.
XI - Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
Titular: Chefe de Gabinete; e
Suplente: Chefe de Gabinete, Substituto.
XII - Secretaria da Economia da Cultura
Titular: Coordenador-Geral de Acompanhamento e Prestação de Contas; e
Suplente: Coordenador-Geral de Acompanhamento e Prestação de Contas, Substituto.
XIII - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Titular: Chefe de Gabinete; e
Suplente: Chefe de Gabinete, Substituto.
XIV - Secretaria de Infraestrutura Cultural.
Titular: Chefe de Gabinete; e
Suplente: Chefe de Gabinete, Substituto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

ATA DE APRECIAÇÃO DOS DOCUMENTOS E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE ANÁLISE DO PROINFRA

A Comissão de Análise de Documentação e classificação das propostas referente à Chamada Pública PROINFRA 01/2017 - Projeto Cinema da Cidade, nomeada pela Diretoria Colegiada da ANCINE, nos termos da deliberação nº 131-E de 2017, iniciou remotamente os trabalhos em 07 de agosto, reunindo-se presencialmente nos dias 19, 25 e 31 de agosto, encerrou os trabalhos de análises nesta última reunião, aqui registrados na presente ata.

Três unidades federativas manifestaram no processo seu interesse em participar da referida Chamada, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Observando as condições gerais estabelecidas na Chamada, esta Comissão elaborou formulário para proceder a análise documental que, devidamente autuadas no processo nº 01416.015099/2017-81, integram em anexo à presente Ata. Da análise documental, o resultado foi:

São Paulo - Inabilitada por inadequação aos itens 1.2 e 8.2 b, não tendo sequer esclarecidos critérios de seleção dos municípios.

Rio de Janeiro - Inabilitada em função da vedação do item 6.3 pela já existência do convênio nº 764290/2011.

Pernambuco - Inabilitada por inadequação aos itens 4.2 a, 4.2 b, 7.1, 7.4 b, 1.2, 5.3, 5.4 e 7.1 b, registrando-se ainda que o município de Triunfo não atendia ao critério do item 4.3, possuindo menos de 20.000 habitantes.

Sendo unanime o resultado acima descrito, encerrada a análise documental e, prejudicada a classificação por ausência de manifestação hábil de acordo com as condições gerais da Chamada, encaminhe-se a presente Ata para homologação pela Diretoria Colegiada da ANCINE e a respectiva publicação no Diário Oficial da União, nos termos do item 9.4.

Sem mais, registra-se esta ata subscrita pelos membros presentes:

Rio de Janeiro-RJ, 31 de agosto de 2017.
DANIELLE DOS SANTOS BORGES
Pela Comissão

GABRIEL FLIEGE DE LUCENA STUCKERT
Pela Comissão

MARK STEVEN JOSEPH WUNDHEILER
Pela Comissão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 325-E, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 2 de 02 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação dos selecionados e dos suplentes, regularmente inscritos, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "IDFA / DOCS For Sale 2017", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 2 de 02 de janeiro de 2017, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS - 2017 IDFA / DOCS FOR SALE 2017	
RELAÇÃO DOS SELECIONADOS APTOS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Eliane Costa Gomes Ferreira
2	Anna Maria de Azevedo
3	Joana Guedes Nin Ferreira
4	Cristina Hardy Müller
5	Carolina Benedikt Benjamin
RELAÇÃO DOS SUPLENTES APTOS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	João Ribeiro da Silva Pasquale
2	Igor Kupstas Janczukowicz

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA IVANOV

RETIFICAÇÕES

No Despacho da Diretora-Presidente nº 95-E de 05/10/2017, publicada no DOU nº. 197 de 13/10/2017, Seção 1, página 16, em relação ao projeto " SAVE THE DAY - DESENVOLVIMENTO", para considerar o seguinte:

Onde se lê: Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 297.825,00 para R$ 300.000,00 Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 5989-7

Leia-se: Valor aprovado no art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: de R$ 297.825,00 para R$ 300.000,00

Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 5982-X

No Despacho Decisório nº 115 de 07/10/2017, publicada no DOU nº. 199 de 17/10/2017, Seção 1, página 9, em relação ao projeto " "MALDITA", para considerar o seguinte:

Onde se lê: 14-0449 - De "MALDITA" para " RADIO ROCK"

Leia-se: 16-0122 - De "MALDITA" para " RADIO ROCK"

No Despacho Decisório nº 112 de 04/10/2017, publicada no DOU nº. 193 de 06/10/2017, Seção 1, página 09, em relação ao projeto "OS 5 LOOKS", para considerar o seguinte:

Onde se lê: 16-0600 - De "OS 5 LOOKS" para "OS 5 LOOK"

Leia-se: 16-0600 - De "OS 5 LOOKS" para "5 LOOKS"

No Despacho Decisório nº 110 de 02/10/2017, publicada no DOU nº. 191 de 04/10/2017, Seção 1, página 06, em relação ao Art. 2º, para considerar o seguinte:

Onde se lê: Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2020

Leia-se: Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021

No Despacho Decisório nº 113 de 05/10/2017, publicada no DOU nº. 193 de 06/10/2017, Seção 1, página 09, em relação ao Art. 2º, para considerar o seguinte:

Onde se lê: Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2020

Leia-se: Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de outubro de 2017

Nº 117 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 262-E, de 24 de agosto de 2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória n o 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto n o 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a alteração de agência bancária e publicar as contas de captação dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0255 - AMIGO DE ALUGUEL - 2ª TEMPORADA
Processo: 01416.000083/2016-93
Proponente: O2 CINEMA LTDA
Cidade/UF: Cotia / SP CNPJ: 02.525.725/0001-29
Valor total aprovado: R$ 3.157.894,74
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 269.451,23
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2657-3
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.730.548,77
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2659-X
Prazo de captação: até 31/12/2019.

16-0212 - AMIGO DE ALUGUEL - 1ª TEMPORADA
Processo: 01416.000076/2016-91
Proponente: O2 CINEMA LTDA.
Cidade/UF: Cotia / SP CNPJ: 02.525.725/0001-29
Valor total aprovado: R$ 3.157.894,74
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.274.806,08
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2658-1
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 725.193,92
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2660-3
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual, para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0245 - O NEGRO NO FUTEBOL BRASILEIRO
Processo: 01416.015299/2017-34
Proponente: FILMES DO EQUADOR LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 73.619.637/0001-34
Valor total aprovado: de R$ 1.950.000,00 para R$ 1.520.570,00
Valor aprovado no Art. Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R$ 1.852.500,00 para R$ 1.444.541,50
Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 42088-3
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 3º Aprovar o redimensionamento de valores do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0593 - LUCICREIDE VAI PRA MARTE
Processo: 01416.006909/2016-28
Proponente: ZQUATRO STUDIO LTDA.
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 07.579.479/0001-01
Valor total aprovado: de R$ 5.998.792,00 para R$ 6.856.210,22
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1814-7 conta corrente: 37656-6
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 1814-7 conta corrente: 37649-3
Prazo de captação: até 31/12/2020.

Art. 4º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

13-0537 - MARIGHELLA
Processo: 01580.043767/2013-35
Proponente: O2 CINEMA LTDA.
Cidade/UF: Cotia / SP
CNPJ: 02.525.725/0001-29
Valor total aprovado: R$ 10.285.835,35
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.773.918,58
Banco: 001- agência: 03585-9 conta corrente: 61143-3
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.730.833,34 para R$ 930.833,34
Banco: 001- agência: 03585-9 conta corrente: 57230-6
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 03585-9 conta corrente: 57231-4
Prazo de captação: até 31/12/2017.

16-0827 - LIMA BARRETO, AO TERCEIRO DIA
Processo: 01416.012855/2016-30
Proponente: LAPILAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 08.408.195/0001-15
Valor total aprovado: R$ 3.558.400,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 233.400,00 para R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 3075-9 conta corrente: 27363-5
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 300.000,00 para R$ 233.400,00
Banco: 001- agência: 3075-9 conta corrente: 27364-3
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.285.000,00
Banco: 001- agência: 3075-9 conta corrente: 27365-1
Prazo de captação: até 31/12/2017.

17-0108 - A FÓRMULA DO AMOR
Processo: 01416.007215/2016-16
Proponente: QUEROSENE PRODUÇÕES ARTÍSITCAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.545.487/0001-04
Valor total aprovado: R$ 4.210.910,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 250.000,00 para R$ 750.000,00
Banco: 001- agência: 6806-3 conta corrente: 9265-7
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 6806-3 conta corrente: 9266-5
Prazo de captação: até 31/12/2020.

12-0094 - O NOME DA MORTE
Processo: 01580.007421/2012-92
Proponente: TV ZERO CINEMA LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 03.360.320/0001-40
Valor total aprovado: R$ 4.306.049,96
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 330.165,59 para R$ 60.165,59
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 37994-8
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 1.270.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 41154-X
Prazo de captação: até 31/12/2017.

16-0548 - NÓS, QUE NOS QUEREMOS TÃO POUCO
Processo: 01416.001706/2016-45
Proponente: MARGEM CINEMA BRASIL LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre/RS
CNPJ: 06.255.414/0001-48
Valor total aprovado: R$ 1.207.922,11
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.147.526,00 para 0,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.147.526,00
Banco: 001- agência: 1899-6 conta corrente: 57822-3
Prazo de captação: até 31/12/2017.

13-0373 - CHORAR DE RIR
Processo: 01580.028210/2013-74
Proponente: CORAÇÃO DA SELVA TRANSMÍDIA LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.508.188/0001-05
Valor total aprovado: R$ 9.244.232,80
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.650.000,00
Banco: 001- agência: 4305-2 conta corrente: 110994-4
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 4.000.000,00 para R$ 2.350.000,00
Banco: 001- agência: 4305-2 conta corrente: 109959-0
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 4305-2 conta corrente: 109951-5
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 5º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0281 - MEDIDA PROVISÓRIA
Processo: 01580.036581/2015-91
Proponente: LEREBY PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.605.295/0001-55
Valor total aprovado: de R$ 7.798.676,76 para R$ 7.755.203,75
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00 para R$ 1.565.269,91
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 22889-3
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.634.100,00 para R$ 2.800.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23432-X
Prazo de captação: até 31/12/2017.

12-0272 - O CASO MOREL
Processo: 01580.019500/2012-46
Proponente: BOSSA NOVA FILMS CRIAÇÕES E PRODUÇÕES S/A.
Cidade/UF: Osasco / SP
CNPJ: 07.477.471/0001-34
Valor total aprovado: de R$ 3.999.844,64 para R$ 3.899.838,79
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.750.000,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 167.352,41 para R$ 47.151,85
Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 5947-1
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 6º Realizar a revisão orçamentária da análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0223 - TRAGO A PESSOA AMADA
Processo: 01580.029364/2015-45
Proponente GLAZ ENTRETENIMENTO S.A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.140.164/0001-40
Valor total aprovado: R$ 6.600.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 3324-3 conta corrente: 25298-0
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3324-3 conta corrente: 25297-2
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 1.450.000,00
Banco: 001- agência: 3324-3 conta corrente: 25299-9
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 7º Suspender a autorização de captação de recursos incentivados federais dos projetos audiovisuais relacionados abaixo para o exercício 2017.

16-0100 - UM TIO QUASE PERFEITO
Processo: 01580.077323/2015-65
Proponente: MORENA FILMES EIRELI - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 42.473.256/0001-66
15-0743 - TURBINADOS 2ª TEMPORADA
Processo: 01580.045412/2015-42
Proponente: WRITE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.627.467/0001 -05
16-0168 - CHOQUE TÉRMICO
Processo: 01416.000292/2016-37
Proponente: PINDORAMA FILMES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro /RJ
CNPJ: 04.453.786/0001-53

Art. 8º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 60, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 475, de 30/11/2016, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02

III - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V- As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI- As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII- Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELI HELENCO

ANEXO I

01- Processo n. º 01508.900033/2017-60
Projeto: Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Alagamento do Rio Miringuava
Arqueólogo Coordenador: José Luiz Lopes Garcia
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: município de São José dos Pinhais, Estado de Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

02- Processo n. º 01408.900032/2017-43
Projeto: Avaliação Técnica de Plano de Trabalho de Arqueologia para o Restauro da Fonte Tambiá
Arqueóloga Coordenadora: Tereza Cristina Simis
Apoio Institucional: Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa
Área de Abrangência: Município de João Pessoa, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 01 (um) mês

03- Processo n. º 01425.000161/2015-60
Projeto: Resgate na LT 500 KV UHE Colíder - SE Cláudia
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Apoio Institucional: Museu de História Natural de Alta Floresta - Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
Área de Abrangência: Municípios de Nova Canaã do Norte, Itaúba e Cláudia, Estado de Mato Grosso
Prazo de Validade: 11 (onze) meses

03- Processo n. º 01410.000074/2007-61
Projeto: Programa de Monitoramento Arqueológico no empreendimento Ampliação da Rede Adutora de água bruta DN1000 e DN900
Arqueóloga Coordenadora: Laura Nisinga Cabral
Apoio Institucional: Departamento de Arqueologia - Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Área de Abrangência: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

04- Processo nº 01502.001748/2017-98
Projeto: Levantamento Arqueológico e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Pedra do Reino IV
Arqueóloga Coordenadora: Jeanne Almeida Dias
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LAP-Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Sobradinho, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses

ANEXO II

01- Processo n. º 01500.001519/2016-11
Projeto: Cemitério dos Pretos Novos, Gamboa, Rio de Janeiro: Delimitação Espacial Volumétrica e Estudos Bioantropológicos, 2ª Fase
Arqueólogo Coordenador: Reinaldo Bernardes Tavares
Apoio Institucional: Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

02-Processo n. º 01514.000858/2011-16
Projeto: Prospecção Arqueológica das Áreas de Influência do Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora
Arqueólogo Coordenador: Anderson Barbosa Alves Pereira
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia Americana - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Área de Abrangência: Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

ANEXO III

01- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Renobrax Energia Solar Ltda.
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Paineira
Processo n. º 01402.001300/2015-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Complexo Fotovoltaico Paineira
Arqueólogo Coordenador: Gil Passos de Matos
Arqueólogo de Campo: Gil Passos de Matos
Apoio Institucional: Núcleo de Antropologia e Pré-História - NAP-Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Área de Abrangência: Município de Monte Alegre do Piauí, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Serra do Itatiaia Ltda
Empreendimento: Mineração Serra do Itatiaia
Processo n. º 01514.007254/2015-16
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Mineração Serra do Itatiaia
Arqueóloga Coordenadora: Juliana de Souza Cardoso
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Oswaldo Amaral Amando de Barros
Empreendimento: Loteamento Botucatu
Processo n. º 01506.006015/2017-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Botucatu
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Lilia Benevides Guedes Lins
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Botucatu, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 04 (quatro) meses

03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: BRDU Paris Empreendimentos LTDA
Empreendimento: Loteamento Parque da Mata
Processo n. º 01425.000319/2017-63
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Parque da Mata
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Camila Pedron Del Pozo Gregorio
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Município de Tangará da Serra, Estado do Mato Grosso
Prazo de validade: 04 (quatro) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Geradora de Energia Rio do Sul S/A
Empreendimento: CGH Rio do Sul
Processo n. º 01510.001391/2017-49
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Rio do Sul
Arqueóloga Coordenadora: Marina da Fonseca Lopes
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS) do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (IPAT) -Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
Área de Abrangência: Município de Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

05- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Alupar Investimentos S.A.
Empreendimento: Linha de Transmissão de 230kv João Câmara III - João Câmara II - 10km
Processo n. º 01421.001593/2016-17
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Linha de Transmissão 230 kV CD João Câmara III - João Câmara II - 10 km
Arqueólogo Coordenador: Onésimo Jerônimo Santos
Arqueólogo de Campo: Wesley Max de Azevêdo
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Departamento de História - Larq/CCHLA-Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Município de João Câmara e Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

06- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Hospital Santa Júlia
Empreendimento: Open Mall Ponta Negra
Processo n. º 01490.900037/2017-84
Projeto: Acompanhamento Arqueológico da obra de implantação do Centro Comercial Open Mall Ponta Negra
Arqueólogo Coordenador: João Luiz de Oliveira Lopes
Arqueóloga de Campo: Ângela Maria Araújo de Lima
Área de Abrangência: Município de Manaus, Estado do Amazonas
Prazo de validade: 04 (quatro) meses

07- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Enio José Bremm
Empreendimento: CGH Cibe Energia
Processo n. º 01425.000315/2017-85
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da CGH Cibe Energia
Arqueóloga Coordenadora: Jaionara Rodrigues Dias da Silva
Arqueóloga de Campo: Jaionara Rodrigues Dias da Silva
Apoio Institucional: Museu de Pré-História Casa Dom Aquino - Centro de Pesquisa e Laboratório de Arqueologia - Instituto Ecoss
Área de Abrangência: Município de Poxoréo, Estado de Mato Grosso
Prazo de Validade: 03 (três) meses

08- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: RTA Engenheiros Consultores LTDA
Empreendimento: Complexo Industrial Metropolitano - C.I.M
Processo n. º 01516.000363/2017-54
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas Áreas de Influência do Empreendimento Complexo Industrial Metropolitano - C.I.M
Arqueólogo Coordenador: Edilson Teixeira de Souza
Apoio Institucional: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - IGPA - Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO)
Área de Abrangência: Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 03 (três) meses

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Empreendimento Aeronáutico Costa Esmeralda Jurerê Ltda.
Empreendimento: Aeródromo Costa Esmeralda Jurerê
Processo n. º 01510.001072/2017-33
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Aeródromo Costa Esmeralda Jurerê
Arqueólogo Coordenador: Osvaldo Paulino da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS) do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (IPAT) -Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
Área de Abrangência: Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

10- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Concessionaria do VLT Carioca S.A.
Empreendimento: Implantação do Sistema Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT Carioca Rio de Janeiro - RJ
Processo n. º 01500.900302/2017-68
Projeto: Avaliação de Impacto ao Património Arqueológico e Histórico na Área de Implantação do Sistema Veículo Leve Sobre Trilhos- VLT e Respectivas Paradas para Acesso de Passageiros - Trecho L900 - Centro, Rio De Janeiro/RJ
Arqueóloga Coordenadora: Maria Dulce Barcellos Gaspar de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Anderson Marques Garcia
Apoio Institucional: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFCH/UERJ)
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 03 (três) meses

11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: AMR Frizzo Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Empreendimento: Loteamento Novo Guaíba
Processo n. º 01512.004173/2015-84
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Novo Guaíba
Arqueólogo Coordenador: José Otávio Catafesto de Souza
Arqueólogo de Campo: Marcus Antônio Schifino Wittmann
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Área de Abrangência: Município de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 15 de 07 de abril de 2017, Seção I, Anexo I, Página 10, Permissão nº 1, publicada no DOU em 10 de abril de 2017, onde se lê: "Arqueóloga Coordenadora: Ana Cláudia de Arthur Jucá", leia-se: "Arqueóloga Coordenadora: Jade Paiva de Lima".

Na Portaria nº 59 de 13 de outubro de 2017, Seção I, Anexo IV, Página 13, Autorização nº 07, publicada no DOU em 16 de outubro de 2017, leia-se: "Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Irrigação da Fazenda Meri Pobo".

Na Portaria nº 59 de 13 de outubro de 2017, Seção I, Anexo IV, Página 13, Autorização nº 04, publicada no DOU em 16 de outubro de 2017, onde se lê: "Área de Abrangência: Município de Goiânia", leia-se: "Área de Abrangência: Município de Santa Cruz de Goiás".

Na Portaria nº 35 de 13 de julho de 2017, Seção I, Anexo II, Página 09, Renovação nº 04, publicada no DOU em 17 de julho de 2017, onde se lê: "Arqueóloga Coordenadora: Bruna Cigaran da Rocha", leia-se: "Arqueólogos Coordenadores: Bruna Cigaran da Rocha e Vinicius Eduardo Honorato de Oliveira".

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 637, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
176562 - A PAIXÃO DE CRISTO DE JUAZEIRO DO NORTE
VIRA LATA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 22.952.661/0001-50
Processo: 01400027692201740
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.077.495,00
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Esse projeto consiste na montagem e apresentação do espetáculo A PAIXÃO DE CRISTO DE JUAZEIRO DO NORTE durante a Semana Santa. Juazeiro do Norte será palco de uma das maiores produções a céu aberto do Brasil. Um grande espetáculo trará uma das mais fascinantes e tocantes história da humanidade. A morte e ressureição de Jesus Cristo será vivida, num mega espetáculo e com grande elenco.

176478 - Camaleão - Manutenção, Circulação e Criação - Plano Anual 2018
Grupo de Danca Camaleao
CNPJ/CPF: 22.440.762/0001-41
Processo: 01400027196201796
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 506.784,20
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este é um projeto de Plano Anual que prevê a manutenção, circulação e criação de espetáculo do Camaleão Grupo de Dança durante 12 meses. A Manutenção do mesmo consiste no pagamento de toda a equipe, assim como a circulação do repertório do grupo, a criação de um novo espetáculo de rua e realização de oficinas.

176455 - CARNAVAL DE PELOTAS 2018.
Lucio Mauro Brasil Vasconcellos
CNPJ/CPF: 11.940.062/0001-08
Processo: 01400026989201798
Cidade: Pelotas - RS;
Valor Aprovado: R$ 663.992,00
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Carnaval de Pelotas 2018, é uma festa da cultura popular na cidade de Pelotas/RS, que visa desenvolver, desfiles das suas entidades carnavalescas já tradicionais (entre onerosas e não-onerosas ao projeto), assim como abre espaço para diversas outras futuras atrações (não remuneradas), cuja passarela do samba é em via pública, buscando o fortalecimento e o fomento da cultura popular, para um publico de milhares de pessoas, envolvendo a comunidade regional e estadual.

171337 - Drogas: Quem dança é Você
THIAGO FABRIL DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 334.665.098-74
Processo: 01400009739201793
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 267.250,00
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem do espetáculo Drogas:Quem dança é você e circulação de 35 (trinta e cinco) apresentações

176742 - FESTIVAL DE ARTE CIRCENSE DE ARARAQUARA
REGINA BALLMANN
CNPJ/CPF: 670.347.489-34
Processo: 01400028045201755
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 621.542,50
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa a realização do Festival de Arte Circense de Araraquara/SP, colaborando para o resgate e valorização dessa cultura.

172344 - FESTIVAL DE CIRCO DO BRASIL 2017
LUNI PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.374.871/0001-38
Processo: 01400020474201784
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 738.949,50
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a 13ª edição do Festival de Circo do Brasil, que ofere espetáculos nacionais e internacionais, oficinas, vivências circenses, exibição de filmes, palestras, exposição e lançamento de livros com a temática circense. O projeto complementar de Formação de Plateia vinculado a este projeto, será realizados em escolas públicas municipais e estaduais do Recife(Região Metropolitana), apresentando um espetáculo (nacional ou internacional), seguido de palestra sobre o processo de criação e produção do espetáculo.

176490 - GRES Império da UVA - Carnaval 2018
Gremio Recreativo Escola de Samba Império da Uva
CNPJ/CPF: 28.448.330/0001-63
Processo: 01400027289201711
Cidade: Nova Iguaçu - RJ;
Valor Aprovado: R$ 314.650,00
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produzir o desfile carnavalesco do Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperio da UVAno Grupo Cdas Escolas de Samba do Rio de Janeiro a realizar-se no Carnaval de 2018

176553 - Ladeira da Memoria
Instituto Cultural Capobianco
CNPJ/CPF: 06.935.221/0001-38
Processo: 01400027639201749
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.614.172,21
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto busca viabilizar um programa de ações culturais de incentivo à pesquisa dramatúrgica, pesquisa de linguagem e produção teatral que resultarão na criação de obras teatrais originais (pesquisa dramatúrgica original sem montagem), intervenções públicas, tertúlia e na adaptação, montagem e temporada de espetáculo inédito, além de debates/palestras, processos/aulas públicas e oficinas, fomentando reflexões acerca da arte, a formação de público e a diversidade cultural contemporânea. Pretende ainda, colaborar com o resgate do espaço denominado "Praça Aberta", - espaço de uso público ainda não consolidado para seu fim: gerar equipamento promotor da sociabilização. No Estado de Goiás pretende consolidar ações educativas e culturais abertas ao público local (mapeamento, debates/palestras, processos/aulas públicas e oficinas).

176568 - NATAL ENCANTADO DA CIDADE FRANCISCO BELTRÃO
COPERARTE - COOPERATIVA DE ARTE E CULTURA DO SUDOESTE DO PARANA
CNPJ/CPF: 21.849.448/0001-54
Processo: 01400027741201744
Cidade: Francisco Beltrão - PR;
Valor Aprovado: R$ 377.257,50
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Natal Cultural de Francisco Beltrão se propõe a desenvolver uma programação cultural, com apresentações de teatro, dança, musica instrumental, erudita e canto coral.

176551 - Natal Felicidade 2017 - Artes Cênicas e Música Instrumental nos Campos da Serra
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS
CNPJ/CPF: 84.958.248/0001-50
Processo: 01400027636201713
Cidade: Lages - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.302.196,60
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover, gratuitamente, durante o todo o mês de dezembro de 2017 e início de janeiro de 2018, apresentações de artes cênicas, concertos de música instrumental e erudita, cantatas, corais, intervenções de teatro e dança. Apresentar a montagem de espetáculos inéditos de artes cênicas e música instrumental e erudita, com cenários de projeção mapeada, águas sincronizadas, luzes, sons e efeitos. Em uma programação cultural distribuída para o grande público, em diversos pontos da cidade de Lages, Santa Catarina.

176770 - PAA# Vocação Cultural 2018
ACAO COMUNITARIA DO BRASIL SAO PAULO
CNPJ/CPF: 61.750.246/0001-75
Processo: 01400028111201797
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.846.539,05
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O PAA #Vocação Cultural consiste no custeio de todas as atividades necessárias, visando estimular o acesso aos bens culturais por meio de processo formativo em pólos culturais de fomentação artística para crianças e adolescentes e suasfamílias. A ideia principal é promover experiências artísticas de formação artística em teatro, dança, música e artes visuais nas regiões de abrangencia da proposta, capacitar os agentes culturais na elaboração de metodologias para trabalho com crianças, adolescentes e jovens que incorpore paradigmas atualizados sobre o desenvolvimento de projetos de vida por meio da cultura, na perspectiva dos direitos humanos e na acessibilidade aos bens culturaise apoiar as iniciativas deunidades de atendimento por meio de oficinas para a promoção de atividades socioculturais intergeracionais com as familias.

176681 - PLANO ANUAL TEATRO MAISON DE FRANCE 2018
Instituto Moliere
CNPJ/CPF: 02.015.504/0001-00
Processo: 01400027962201712
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 939.883,09
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto trata da programação e manutenção anual do Teatro Maison de France, localizado no centro da cidade do Rio de janeiro, durante o ano de 2018, incluindo programação de espetáculos teatrais e demais atividades culturais realizadas no Teatro. Compreende o recebimento dos espetáculos com apoio de infraestrutura e pessoal para as produções, recebimento de atividades culturais gratuitas, como o Cine Maison com quatro sessões semanais, entre outras.

176500 - Rio H2K 2018- Festival Internacional de Danças Urbanas
Ovo Produções Artísticas e Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 14.026.768/0001-49
Processo: 01400027358201796
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.235.346,81
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Em sua 8ª edição, o Rio Hip Hop Kemp (Rio H2K) já faz parte do calendário oficial do Rio de Janeiro e é considerado um dos maiores festivais de Danças Urbanas do mundo. Com uma programação extensa, traz anualmente as mais renomadas companhias, artistas e profissionais, atrelados a uma vasta gama de atrações práticas, teóricas e de entretenimento. Nossa intenção para a próxima edição é de manter sempre a renovação, mas sempre estimulando a formação e a valorização da dança urbana no Brasil, criando assim uma plataforma necessária para a formação de novos dançarinos e fortalecimento dos atuais, que através de seus movimentos se tornam inspiração para os iniciantes.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
176477 - Encantos de Natal
EFEXIS MARKETING E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.075.277/0001-05
Processo: 01400027194201705
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 391.320,00
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: Realizar uma programação de Natal incluindo apresentações de artes cênicas, concertos de música instrumental, montagem de apresentações de artes cênicas com flash mob e espetáculos de música instrumental com cenários de projeção mapeada, em uma programação cultural que inclui a chegada do Papai Noel ao final do evento.

176577 - Escola de Música Sol Maior - Plano Anual
Associação Sol Maior
CNPJ/CPF: 05.989.888/0001-50
Processo: 01400027775201739
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.092.274,33
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Associação Sol Maior atende diretamente crianças e adolescentes, com oficinas teóricas e práticas de música, canto e dança, além de horários de ensaios. Por isso, apresenta projeto para seu Plano Anual de 2018 com o objetivo de manter o funcionamento da Escola de Música e, com isso, garantir o exercício da cidadania através de ações socioeducativas, tendo a música como pilar de transformação social. O projeto pretende continuar oportunizando a crianças e adolescentes um espaço de convivência saudável, resgatando a autoestima, fortalecendo os vínculos familiares além de potencializar as habilidades artísticas musicais dos alunos. Os alunos que se destacam nas aulas são preparados para ajudar na disseminação da música nas suas comunidades.

176489 - JOVENS CIDADÃO
Associação Musical e Cultural de Cavaleiro.
CNPJ/CPF: 06.864.616/0001-97
Processo: 01400027287201721
Cidade: Jaboatão dos Guararapes - PE;
Valor Aprovado: R$ 391.922,00
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A proposta do projeto Jovens Cidadão tem na sua iniciativa, promover oficinas musicais gratuitas de Violão, Teclado, Bateria e Sanfona, parajovens e adolescentes em situação vulnerável ao risco, estudantes de escola públicas.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
176569 - DO PARANÁ À COMPOSTELA - CAMINHOS DA FÉ E DA VIDA
CLAUDIO SEIDI NONACA
CNPJ/CPF: 504.879.309-91
Processo: 01400027742201799
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 257.612,50
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover a exposição fotográfica itinerante do Projeto "Do Paraná à Compostela - Caminhos da Fé e da Vida", com imagens coletadas durante peregrinação percorrida em um trajeto de 830 km entre Saint Jean/França e Compostela/Espanha, assim como lançamento de livro homônimo retratando os aspectos culturais das localidades visitadas, fomentando o intercâmbio cultural entre o Brasil e culturas distintas.

176707 - Exposições de arte na 8ª Edição do Festival de Fotografia de Tiradentes
CAMERA WORK PRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 02.860.030/0001-01
Processo: 01400027996201715
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 423.007,20
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da 8ª Edição do Festival de Fotografia de Tiradentes - Foto em Pauta, que promove na cidade de Tiradentes a montagem de exposições em diversos espaços, mesas de discussão e projeções de obras de artistas relevantes da produção fotográfica brasileira contemporânea na praça principal.

175944 - Personalidades - Vida e obra na construção da identidade nacional - Brasis
INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSAO CULTURAL
CNPJ/CPF: 08.745.680/0001-84
Processo: 01400026057201745
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 842.006,50
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Difusão ao grande público das obras e pensamento de grandes artistas contemporâneos das artes visuais, resgatando o panorama cultural do país e contribuindo para o acesso da sociedade aos bens artísticos nacionais e à sua história através de exposição (produto principal), tendo como tema "Brasis" - um retrato da pluralidade e peculiaridade de todos os brasis que existem no Brasil. Produto gerado pela exposição: Livro (produto secundário). Ações paralelas: ação educativa (formação de platéia) em áreas com alta vulnerabilidade social como medida de contrapartida social.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
176505 - Inventário e Dossiê das Celebrações da Semana Santa em Minas Gerais
CASA SOL INVICTUS
CNPJ/CPF: 06.894.600/0001-27
Processo: 01400027429201751
Cidade: Ipatinga - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.363.181,25
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar inventário de proteção das Celebrações da Semana Santa em Minas Gerais, em execução compartilhada com o IEPHA/MG, por meio de palestra e consulta popular em audiências públicas e pesquisa histórica/cultural aplicadas em seis cidades históricas mineiras. O inventário dará origem ao Dossiê Técnico para o processo administrativo, aberto pela Casa Sol Invictus junto ao IEPHA/MG, para o registro das Celebrações da Semana Santa como bem imaterial do Patrimônio Cultural Mineiro, conforme os termos da Portaria 47 de 28/11/2008, publicada pelo mesmo IEPHA. O Dossiê será publicado em livro impresso com tiragem de ?? mil exemplares para distribuição pública.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
176575 - Estante de Histórias
VR SERVIÇOS CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 10.910.211/0001-15
Processo: 01400027772201703
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 850.976,10
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Estante de Histórias tem como produto principal a doação de acervo de 50 títulos (2 exemplares cada) de Literatura Infantil, acondicionados em uma estante de madeira personalizada. Os 70 kits serão doados a escolas da rede pública de ensino, bibliotecas públicas, brinquedotecas de hospitais públicos e ou fundações de assistência social. Serão realizadas, ainda, oficinas para professores, a fim de capacitá-los para práticas de formação de leitores em sala de aula, e contação de histórias para crianças.

176593 - Histórias e memórias do Instituto Paranaense de Cegos
IEHUIAH COMUNICACAO SS LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.908.310/0001-58
Processo: 01400027794201765
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 199.894,50
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Histórias e memórias do Instituto Paranaense de Cegos" pretende elaborar e publicar um livro de valor humanístico a respeito da influência das ações do Instituto Paranaense de Cegos para o acesso das pessoas com deficiência visual à cultura, arte, educação e participação social.

171459 - Paraísos Líquidos de Sebastian Rojas
SEBASTIAN ROJAS
CNPJ/CPF: 028.139.528-42
Processo: 01400012775201734
Cidade: Guarujá - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.054,87
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Edição de um livro propõe contar a história dos últimos 20 anos de produção de Imagens que mostrará o litoral brasileiro através da ótica do surf por meio da memória documental, bibliográfica e iconográfica do fotógrafo Sebastian Rojas, evidenciando os principais atletas brasileiros e estrangeiros mostrando nosso estilo, nossa linguagem e nossa cultura nas paisagens brasileiras. Tiragem: 1000 exemplares.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
175833 - Turnê Minha Bossa é Treta
NAVE MARIA PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI ME
CNPJ/CPF: 27.317.725/0001-64
Processo: 01400025528201706
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 326.179,45
Prazo de Captação: 23/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto visa a realização da turnê do primeiro álbum da cantora, rapper, compositora e violonista Yzalú intitulado "Minha Bossa é Treta". A turnê levará ao público um projeto musical que contém diversos elementos da música popular brasileira, desde o Rap, passando pelo samba, até a MPB.

PORTARIA Nº 638, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
1510718 - Museu das Telecomunicações - Modernização, Treinamento e Equipamentos para Tratamento de Acervo e Projeto Especial de Democratização de Acesso
Instituto Telemar
CNPJ/CPF: 04.256.109/0001-45
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 124.628,91
Valor total atual: R$ 1.623.396,21

PORTARIA Nº 639, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
171055 - 32ª Feira do Livro de Bento Gonçalves
FUNDACAO CASA DAS ARTES DE BENTO GONCALVES
CNPJ/CPF: 91.982.819/0001-57
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Reduzido: R$ 37.401,81
Valor total atual: R$ 121.999,19

PORTARIA Nº 640, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 162378 - O Imperador de todos os Males, A Solução Óbvia e tudo o que há entre eles, publicado na portaria nº 0499/16 de 17/08/2016, publicada no D.O.U. em 18/08/2016.

Onde se lê: É uma proposta de publicação do livro de contos "O Imperador de todos os Males, A Solução Óbvia e tudo o que há entre eles" do autor Guilherme Campos, escrito de forma independente. A proposta pretende realizar uma tiragem de 2000 exemplares da obra, dos quais 1.000 serão destinados à doação para escolas públicas de Curitiba.

Leia-se: É uma proposta de publicação do livro de contos "O Imperador de todos os Males, A Solução Óbvia e tudo o que há entre eles" do autor Guilherme Campos, escrito de forma independente. A proposta pretende realizar uma tiragem de 1.000 exemplares da obra, dos quais 500 serão destinados à doação para escolas públicas de Curitiba.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 641, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo I.

Art. 2º - Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01/2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 88 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo II.

Art. 4º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, que tiveram a reversão da reprovação do projeto e passa a ser aprovado, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, conforme anexo III.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 5º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, que tiveram a reversão da reprovação do projeto e passa a ser aprovado com ressalvas, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, conforme anexo IV.

Art. 6º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e nos art.43 e art. 44 da Portaria 46, de 13 de março de 1998, conforme anexo V.

Art. 7º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram a RATIFICAÇÃO DA REPROVAÇÃO no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo VI.

Art. 8º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram a RATIFICAÇÃO DA REPROVAÇÃO COM ALTERAÇÃO DE VALOR no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo VII.

Art. 9º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
00-4239	Memorial do Convento	AXIS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME	02.289.567/0001-55	Montagem de um espetáculo teatral baseado no texto "Memorial do Convento", do autor português José Saramago, com temporada no Rio de Janeiro. A realização do projeto se dará com a interação de artistas brasileiros e portugueses, tais como: Luis Mello, Pedro Paulo Rangel, Mariana Lima, Oscar Saraiva, Guilherme Piva & Atores do Grupo Tal. Concepção e direção de Christiane Jatahy, adaptação de Geraldinho Carneiro, cenário de José Manuel Castanheira, iluminação de Maneco Quinderé, música de Lenine, figurino de Marcelo Olinto.	539.555,41	R$ 306.975,11
02-4384	Programa Aldeia Cidadania	Aldeia Movimento Pró Cultura	00.417.902/0001-28	O programa Aldeia Cidadania de Limeira, São Paulo, vem atendendo anualmente cerca de 90 crianças e adolescentes de baixa renda, em situação de risco social, proporcionando-lhes oportunidades de desenvolvimento sociocultural e pessoal, e tem como missão utilizar as manifestações artísticas e culturais como ferramenta de mobilização social e educacional, envolvendo crianças, adolescentes e seus familiares, através de estratégias de incentivo e revelação de talentos, e para tanto desenvolve diversas atividades que se dividem nas categorias arte - educação, apoio psicossocial e apoio sócio - assistencial. Pretende formar um grupo avançado de adolescentes nas atividades de circo, permitindo-lhes atuar como monitores circenses e apresentar-se em espetáculos semi profissionalmente.	327.555,55	R$ 327.555,55
03-5576	Momento de Cultura	FUNDAÇÃO EDUCAR DPASCHOAL DE BENEMERENCIA E PRESERVAÇÃO DA CULTURA E MEIO AMBIENTE	59.013.433/0001-24	O projeto tem como objetivo o estímulo à leitura, por meio da distribuição de kits compostos por livros infantis e material para colorir, desenhar e pintar. Juntamente com esta distribuição, a ação de contadores de história como difusores do incentivo à leitura. Tiragem: 40.000 kits/exemplares.	275.000,00	R$ 275.000,00
04-2899	Festival Música na Ibiapaba (ex. Festival de Música Popular da Serra Grande)	INSTITUTO DRAGAO DO MAR	02.455.125/0001-31	Realizar o Festival de Música Popular da Serra Grande/CE, beneficiando a comunidade da região e o público visitante com uma programação artística de qualidade e cursos e oficinas de música popular. Toda a programação será gratuita, a realização será de 24 à 31/07/2004, com estimativa de 10.000 pessoas.	613.124,80	R$ 280.000,00
05-1126	ECUM - Encontro Mundial das Artes Cênicas / 5ª Edição	ECUM Central de Produção Ltda	02.947.750/0001-09	Proceder à realização de um fórum de conferências e debates entre grandes personalidades das artes cênicas com temas diversificados. Realizar oficinas e workshops visando a formação dos estudantes e a ampliação de conhecimentos dos profissionais da área. Oferecer bolsas integrais (número a definir) para as oficinas e fórum, a estudantes das artes cênicas de baixa renda comprovada.	1.060.905,75	R$ 350.000,00
05-4992	Circuito Arte e Cultura nos Bairros - Minas Gerais	DRUMMOND CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA	03.900.849/0001-00	Realizar o Circuito Arte e Cultura pela primeira vez em Bairros das cidades de Ouro Preto, Diamantina e Montes Claros e pela 2ª vez me Poços de Caldas e São João Del Rei, 25 bairros x 3.000 pessoas por espetáculo x 1 evento por bairo, além do de 1 evento de encerramento. Promover e divulgar o trabalho de grupos de teatro, dança, dança de rua, bandas de música instrumental (jazz e chorinho). Eventos gratuitos.	544.962,00	R$ 306.750,00
05-9525	Turnê da Crepúsculo Cia de Dança	Luciane Kattaoui Madureira	034.681.836-23	O projeto realizará a 1ª turnê da Crepúsculo Cia. de Dança em 5 cidades mineiras a saber: Mariana, Ipatinga, Nova Lima, Sabará e Timóteo. Em cada cidade a Cia. fará uma apresentação do seu último espetáculo gratuitamente e aberta à comunidade local.	137.380,00	R$ 132.580,00
06-5263	Jeca Voador e a Corte Celeste (O) - Excursão	Monteiro & Sá Produções Artísticas Ltda	01.107.543/0001-75	Este projeto tem por finalidade a manutenção da excursão do espetáculo O Jeca Voador, baseado em texto do autor e diretor Caio de Andrade em oito localidades.	462.576,00	R$ 300.000,00
06-10365	Yolanda Mohalyi	FABIO LUIZ BORGATTI COUTINHO	92.752.120/0001-63	Promover exposição retrospectiva de artes plásticas da pintora Yolanda Mohalyi nas cidades de São Paulo - Pinacoteca do Estado de São Paulo, e Curitiba - Museu Oscar Niemeyer, abrangendo os estilos Figuração e Abstração, incluindo telas e obras sobre papel.	412.836,72	R$ 280.000,00
07-0592	Projeto Livro Cem Anos de Cyro Martins	Defender - Defesa Civil do Patrimônio Histórico	04.890.904/0001-90	Edição de um livro com a biografia do médico e escritor Cyro Martins, em comemoração ao ano do centenário de seu nascimento. O livro será composto por pesquisas em documentos pessoais, coleta de depoimentos e entrevistas com familiares, amigos e historiadores.	150.662,04	R$ 150.662,04
07-1200	Poesia no Jardim da Filosofia	R Godoy Marketing e Cultura Ltda	06.111.093/0001-08	Realização de 06 encontros da poetisa, filósofa e apresentadora Viviane Mosé, reunindo poetas e músicos locais, no Centro Cultural Banco do Brasil em Brasília.	376.070,00	R$ 242.408,88
07-7683	Brasil, em Forma e Texturas	Camera Books Editora Ltda	07.883.439/0001-59	Produzir e editar o livro Brasil, em formas e texturas, da fotógrafa Cristina Oldemburg, revelando, por intermédio de um aprimorado trabalho editorial, a beleza exuberante e a poesia existente nas formas de texturas do solo, com a lavagem do minério de ferro, as margens do rio Araguaia.	305.730,25	R$ 305.000,00
09-6130	Bienal Brasileira de Design 2010	Centro de Design do Paraná	03.119.126/0001-78	Organização da Bienal Brasileira de Design 2010 a ser realizada na cidade de Curitiba / PR de 02 setembro a 17 de outubro de 2010. Esta Bienal terá como diferenciais: 1) foco no tema principal: design e sustentabilidade; 2) será realizada não em um único espaço, porém simultaneamente em vários locais de Curitiba; 3) ênfase maior na realização de ações paralelas à Bienal, de forma que o alcance, a relevância e a acessibilidade da Bienal sejam ampliados.	8.685.828,44	R$ 3.560.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
02-2663	Tomie em Minas	Instituto Tomie Ohtake	00.984.768/0001-47	Realizar duas obras de arte da artista Tomie Othake criadas especialmente para as cidades de Belo Horizonte e Ipatinga, ambas em Minas Gerais.	1.327.989,80	R$ 1.185.509,80
03-0603	Sábado, Domingo e Segunda	NICETE BRUNO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA	51.703.403/0001-38	Encenar a peça teatral "Sábado, Domingo e Segunda", de Eduardo de Felippo, com direção de Marcos Caruso, tendo como protagonistas Nicete Bruno, Paulo Goulart, Renato Consorte, Celso Frateschi, Maria Eugênia de Domenico, entre outros. Tem estreia prevista para julho de 2003, na cidade de São Paulo. O proponente prevê um público de aproximadamente 54.000 espectadores.	1.008.495,74	R$ 400.000,00
03-0741	Guerra na Casa do João	Cooperativa Paulista de Teatro	51.561.819/0001-69	Montagem do espetáculo teatral denominado " Guerra na Casa do João", baseado no livro do mesmo nome, utilizado como material paradidático em escolas de todo o Brasil, de autoria do escritor Toni Brandão, com direção e cenários de Débora Dubois, figurinos de Leopoldo Pacheco, Iluminação de Césio Lima, tendo no elenco: Vera Zimermann, Juan Alba e Flávia Garrafa. A peça e destinada ao público pré-adolescente e será apresentado aos sábados e domingos durante três meses, em teatro com capacidade para duzentos espectadores. Nos demais dias da semana, estarão sendo programadas apresentações a alunos e professores da rede de ensino público e particular na área da Grande São Paulo.	432.565,12	R$ 420.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03-2573	Circuito Universitário de Música Brasileira	MultCult Produções e Eventos Ltda	02.152.029/0001-14	Realizar 08 shows musicais, gratuitos, no campus universitário de 04 universidades mineiras, voltados para os estudantes. Cada mês será abordado um gênero musical, entre eles: modinhas, choro, chorinho, samba, música caipira, bossa-nova, tropicalismo, música de protesto e outros que fazem parte da história da música brasileira.	81.476,00	R$ 60.000,00
03-5230	Graffiti em São Paulo	ALICE PUBLISHING EDITORA LTDA - ME	05.805.404/0001-76	Realização de um livro de fotografias em homenagem aos 450 anos da cidade de São Paulo que mostrará a intervenção organizada de grafiteiros ligados à Cidade Escola Aprendiz e diretamente conectados às suas comunidades. Objetivo: O ensaio fotográfico tem por objetivo transcender o simples registro documental e se apresentar como uma obra artística que passa por meio das imagens à realidade desses grupos, que em sua maioria são formados por jovens com poucos espaços de expressão na sociedade. Tiragem: 3.000 exemplares	384.780,00	R$ 300.000,00
03-6303	Livro do Programa Cuidar (O)	Instituto Souza Cruz	03.962.358/0001-93	O projeto se justifica pela sua relevância pedagógica, cultural e social, e também pelo caráter coletivo da produção de conteúdo, que reunirá contribuições, reflexões e experiências de centenas de educadores brasileiros do ensino médio e fundamental. O programa foi idealizado pelo pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa e é implementado através de convênios com Secretarias Municipais de Educação e Cultura. O livro beneficiará indiretamente cerca de cem mil jovens atendidos pelo PROGRAMA CUIDAR, todos radicados em comunidades rurais ou urbanas de baixa renda, refletindo uma opção dos dirigentes do Instituto Souza Cruz pelo desenvolvimento de um projeto pioneiro, de sentido processual e pedagogicamente construtivo. A distribuição inteiramente gratuita de toda a tiragem do livro elimina qualquer cunho comercial do projeto e o caracteriza como empreendimento positivo nos campos cultural, social e educacional. T.:10.000	119.305,00	R$ 119.305,00
03-6514	Rodas de Leitura - Brasília	ESCRIVIVER LTDA	04.450.523/0001-90	O projeto já ocorre com grande sucesso nos CCBBs do Rio e Brasília e, a cada ano, consegue renovar autores e temas no universo inesgotável que é a literatura. Num país que persegue o desenvolvimento é fundamental o acesso ao conhecimento, e isso é que as Rodas de Leitura procuram proporcionar ao seu público. O projeto tem como objetivo a leitura e formar platéia para a literatura, aproximando o público dos autores e das obras mais significativas da literatura brasileira e mundial.	148.959,00	R$ 139.380,00
04-0892	Carnaval e Samba em Evolução na Cidade de São Paulo	Maria Apparecida Urbano	220.884.268-50	A obra aboradará as origens, criação e desenvolvimento do Carnaval e das Escolas de Samba e Entidades Carnavalescas, esclarecendo todos os aspectos diferenciados no desenvolvimento do processo carnavalesco até a sua realização e apresentação dos diversos setores. A história do surgimentos de todas as escolas de samba tanto do Rio de Janeiro como as de São Paulo, relatará as diversas programações que antecedem o carnaval e o desenvolvimento dos poderes públicos, acionados para a preparação e realização desse extraordinário espetáculo chamado "Carnaval". Tiragem: 3.000 exemplares	91.575,20	R$ 80.000,00
04-2259	Tomie Othake por Miguel Chaia	Instituto Tomie Ohtake	00.984.768/0001-47	O objetivo principal deste projeto é a exposição de cerca de 25 obras, entre pinturas e gravuras da artista Tomie Ohtake na visão de um colecionador, Miguel Chaia, levando ao público o estímulo que move uma pessoa a colecionar obras de um determinado artista, a exposição terá sua abertura em São Paulo, ficando cerca de dois meses e logo após irá para Belo Horizonte onde permanecerá por um mês e meio. Período: 15/05/2004 a 31/10/2005.	350.380,00	R$ 315.000,00
04-5625	Mulheres da Mangueira	Zappelli Empreendimentos Artísticos Ltda	30.987.408/0001-60	Gravar um CD e DVD que resgate, preserve e imortalize esse patrimônio cultural imaterial da Identidade Nacional, as manifestações culturais do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira.	671.059,58	R$ 320.000,00
05-0261	Antônio e Cleópatra	CENA DOIS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	29.940.244/0001-36	O projeto pretende realizar uma montagem inédita nos palcos brasileiros, em temporada, com objetivos de 1.º - Realizar montagem da peça Antônio e Cleópatra, de William Shakespeare, 2.º - Estabelecer, na prática do espetáculo, uma intensa ligação entre o autor e o público e 3.º - Difundir a idéia de cultura como algo positivo, prazeroso, desfazendo os nós criados pela confusão entre clássico e acadêmico com a capacidade de envolver o espectador.	508.929,54	R$ 350.000,00
05-0318	Barbosa Lessa - Obra Completas Fase I	Sergio Rosa de Paiva	166.544.980-20	O projeto tem por objetivo reeditar (06) seis obras de Barbosa Lessa (algumas inéditas) em (06) seis volumes e reunidas em embalagens especiais, e posteriormente completar, em três fases, da reedição das restantes 18 obras, totalizando 24 volumes, no mesmo tipo de embalagem especial. O lançamento será nas cidades de Porto Alegre, Caxias, Santa Maria, Pelotas, Rio Grande e Santana do Livramento.	285.049,04	R$ 285.049,00
05-0330	Projeto saindo das ruas exposição de arte itinerante - Pintura e reciclagem	Carlos Magno Ronconi	077.342.348-60	O projeto tem por objetivo realizar oficinas de artes plásticas com atividades de reciclagem de papel, utilizando três técnicas distintas: papel machê - papel reciclado e papietagem, durante seis meses, cuja produção será feita uma exposição itinerante, em locais de fácil acesso a população em geral. Espera-se com este projeto despertar a cidadania, transformar, reciclar, construir e comunicar-se articulando percepção, imaginação, memória, sensibilidade e reflexão, preparando jovens para um embasamento de autoconhecimento e consciência de suas possibilidades para melhor se integrar na sociedade.	119.179,20	R$ 119.179,20
05-5349	Polônia Carioca	Ananã Produções, Eventos e Assessoria de Marketing	01.473.536/0002-78	Promover um mix da cultura polonesa e brasileira onde artistas brasileiros em conjunto com artistas poloneses mostrarão a sua arte. Promoção de música clássica polonesa, mesclada à brasileira. Realização de ações no espaço urbano, apresentando através de intervenções públicas, música, artes plásticas e fotografia, visando atingir também o público em geral, na cidade do Rio de Janeiro. Nos locais dos eventos: Praça Duque de Caxias, Museu do Açude, Quadra da Mangueira, Museu Nacional de Belas Artes e Central do Brasil, no período de 21/09/2005 a 21/06/2006.	169.961,00	R$ 60.000,00
05-9075	Arte na escola da praça	Associação Cidade Escola Aprendiz	03.074.383/0001-30	Proposta de exposição durante 30 dias, com obras de artes visuais criadas com técnicas de grafite, pintura, fotografia e artes plásticas, resultantes de trabalhos de crianças e adolescentes integrantes de oficinas realizadas semanalmente, durante o ano de 2006. A exposição será realizada em espaços culturais localizados na rua Belmiro Braga, 186, titulado Café Aprendiz e na biblioteca Amoroso Lima situado à Henrique Shauman, nº 777, São Paulo. Entrada gratuita. Previsão de início das oficinas: dezembro de 2005.	472.198,00	R$ 472.198,00
05-9229	São Carlos de Todos os Povos: 150 Anos	FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS	02.260.630/0001-20	O projeto pretende resgatar a memória da comunidade são-carlense/SP nesses 150 anos de existência, através de uma exposição da fotografia atual e fotos históricas, ressaltando seus hábitos, costumes, arte e festas populares, religiosas, culinária, arquitetura entre outras que contribuíram para o processo de constituição da cidade. O livro-catálogo valor R$ 30,00.	227.085,80	R$ 176.600,00
06-3377	Roteiro Prático de Cartografia: Da América Portuguesa ao Brasil Império	FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	18.720.938/0001-41	Publicação de um livro apresentando roteiro cartográfico inédito, envolvendo a cartografia referente às fases de: reconhecimento, conquista, delimitação e ocupação dos territórios da América Portuguesa e do Brasil Império, do século XVI ao XIX. Trata da análise e reprodução dos registros iconográficos documentos cartográficos, ilustrações, perfis, fotografias, desenhos, constará no livro um capítulo tratando dos esforços do governo português, e posteriormente do governo imperial, no sentido de dar corpo a uma equipe ou escola de cartografia, em destaque para o importante papel desempenhado pelos engenheiros militares na produção desses registros.	371.984,00	R$ 155.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

07-4447	Andanças das Lendas Pelo Rio Madeira	Rita Queiroz Ribeiro	385.003.537-91	Realização de oficinas de artes plásticas nas comunidades ribeirinhas do estado de Rondônia, tendo como tema central as lendas e os contos populares descritos pelos contadores de estórias da região, estimulando a criação por meio da seleção, reciclagem e aproveitamento de material e de produtos locais.	32.953,50	R$ 29.959,50
07-6202	Projeto de Manutenção de Biblioteca e Brinquedoteca Instituto Criar	INSTITUTO RECRIAR	04.819.706/0001-30	Manutenção do funcionamento da Biblioteca e Brinquedoteca Pública no Instituto Recriar, instalada para uso de comunidade carente da Região Sudeste do município de São José dos Campos/SP. Promover oficinas culturais e educacionais.	373.455,76	R$ 117.322,56
07-12034	Palácio das Artes 2008 - Circulação Corpos Artísticos e Pequenos Grupos	INSTITUTO CULTURAL SERGIO MAGNANI	06.922.630/0001-08	O projeto objetiva realizar a circulação de Corpos Artísticos e dos Pequenos Grupos de câmara, teatro e dança da Fundação Clóvis Salgado - Palácio das Artes por cidades do interior de Minas Gerais, visando a realização de 150 (cento e cinquenta) espetáculos em 2008, percorrendo 150(cento e cinquenta) cidades mineiras, com a participação de 300 (trezentos) artistas. O projeto tem o intuito de contribuir para o processo de inclusão cultural das comunidades visitadas.	2.986.790,00	R$ 1.600.000,00
08-6614	Trampa Sinfônica - Segunda Etapa	VALERIA MARCONDES PRODUCAO CULTURAL	08.359.545/0001-09	Realização de uma turnê de um concerto que reúne uma banda de rock, a Trampa, e uma orquestra sinfônica.	871.420,88	R$ 800.000,00
08-9234	Atividades Culturais do Teatro Raimundo Magalhães Júnior - Plano Anual	Academia Brasileira de Letras	40.262.404/0001-78	Realização de todas as atividades culturais realizadas no Teatro Raimundo Magalhães Júnior.	1.396.400,00	R$ 1.396.400,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
07-11987	Mostra Mineira de Arte, Inclusão e Cidadania (III)	MARIA DE LOURDES DA SILVA AZEVEDO	846.032.836-87	O projeto tem como objetivo divulgar a produção artística de pessoas, com deficiência, no cenário artístico da cidade e discutir a inclusão social através da arte. Propõe também ações para a superação de limites por intermédio das múltiplas possibilidades que a arte oferece, além disso, visa promover o intercâmbio entre a prática artística que vem sendo realizada por pessoas com deficiência e os estudos teóricos, nos campos da saúde, educação, inclusão e cultura.	R$ 107.988,00	R$ 107.988,00
07-2298	José Cláudio - vida e obra	RELICÁRIO PRODUÇÕES CULTURAIS E EDITORIAIS LTDA	06.790.619/0001-23	Edição do livro vida e obra, do artista plástico José Cláudio, ícone das artes plásticas de Pernambuco, detentor de uma trajetória importante na arte brasileira. O livro tem o intuito de documentar, difundir e preservar a memória da sua vida e sua obra.	R$ 305.610,00	R$ 255.000,00

ANEXO IV

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
04-0283	Rádio Nacional (A)	Editora Nova Fronteira S/A	33.324.484/0001-83	O livro pretende recuperar a memória da Rádio Nacional, que teve no panorama das comunicações, da cultura e da política brasileira, grande importância. Através de um almanaque, estabelecerá as linhas da evolução, da utilização e do desenvolvimento da emissora. organizando a leitura de maneira sistematizada, com matérias científica, informativa, recreativa e humorística e com muitos recortes de matérias jornalísticas.	R$ 712.559,10	R$ 712.559,10
05-7254	Primeiro Fórum Cultural Negro em Cena	Carla Cristina de Oliveira Trigueiro	06.148.561/0001-19	O projeto propõe uma abordagem diferenciada e inédita para a temática da inserção do negro no contexto da sociedade brasileira, na cidade do Rio de Janeiro. Destacar a riqueza multicultural do legado africano, tais como: exposição de fotografias de Ierê Ferreira e Januário Garcia e projeções de imagens, culinária africana, palestras ambientadas pelo som dos atabaques, cultura da moda afro, mostra de filmes de Joel Zito, em DVD, espetáculos teatrais e shows, estandes para apresentação do trabalho de ONGS.	R$ 590.796,52	R$500.000,00
06-1920	Azarado	Grafite Produções Artísticas	00.124.772/0001-35	O projeto "Azarado", tem como objetivo principal a Montagem de espetáculo cômico, abordando o tema azar e sorte, serão 30 apresentações em teatros de Belo Horizonte com a finalidade de conscientizar, visando melhor a qualidade de vida, através da abordagem lúdica; abranger através das artes cênicas os assuntos como: azar e sorte, relações pessoais etc.	R$ 233.430,61	R$ 216.000,00

ANEXO V

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUÍDO AO FNC
03-0509	Olhares Urbanos	Tear Produções Artísticas Ltda	05.055.552/0001-10	O projeto consiste em livro de fotos com temas urbanos que pretendem retratar o cotidiano de grandes cidades, seu costumes, arquitetura e modo de vida. As fotos foram tiradas durante as inúmeras viagens do renomado fotógrafo Rômulo Fialdini por vários países e fazem parte de seu arquivo pessoal. Nesta obra Rômulo nos "empresta" sua incomum sensibilidade para retratar o dia-a-dia particular de algumas capitais ao redor do mundo.	R$ 257.015,00	R$ 189.326,28	R$ 189.326,28
04-5031	Espaço Café Cultural 2005	CDPD-RJ CENTRO DE DOCUMENTACAO E PESQUISA EM DANCA DO RIO DE JANEIRO LTDA - ME	05.320.592/0001-42	Espetáculos de dança contemporânea, teatro adulo e infantil, shows de música ao vivo, leitura de textos, lançamentos de livros e encontros de poesias, fazem parte da agenda de eventos do Rio de Janeiro.	R$ 576.204,20	R$305.000,00	R$ 305.000,00
06-10985	Peça de Teatro SOS Criança - Uma Lei Legal - Divulgação	Fundação de Apoio e Assistência SOS Criança.	03.472.808/0001-60	Produção de material em DVD e cartilhas para divulgação da legislação sobre incentivos fiscais, inclusive a Lei Rouanet, sendo que também serão realizadas 03 apresentações nos teatros e em espaços cedidos por empresas e sociedade civil. O objetivo é conscientizar os empresários acerca das formas alternativas de fomentar projetos culturais.	R$ 116.121,20	R$ 55.872,26	R$ 55.872,26
07-3995	Timo	Cleber de Carvalho Lima	253.098.588-06	Realizar montagem de espetáculo teatral adaptado do conto de Regina Machado. A dramaturgia é do próprio proponente Cleber de Carvalho Lima. O espetáculo acontecerá no anfiteatro da FACCAMP e no TBC - Teatro Brasileiro de Comédia.	R$ 114.706,63	R$ 114.706,63	R$ 114.706,63
09-0909	Cultura Orgânica	Ediouro Publicações de Lazer e Cultura Ltda.	01.183.614/0001-19	É um projeto editorial que busca resgatar, sob o ponto de vista cultural, a memória das técnicas em agricultura orgânica, a partir do estudo histórico da região de Itaguaí, município do estado do Rio de Janeiro.	R$ 165.539,00	R$ 165.539,00	R$ 165.539,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VI

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUÍDO AO FNC
07-6183	Árvores no Brasil - Eucalipto - A essência exótica que veio salvar as matas nativas	Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda	07.481.398/0001-74	Edição de livro de uma obra-síntese que visa ilustrar e atualizar informações sobre a difusão do eucalipto no Brasil para assim, resgatar a história e mostrar as interações com o meio ambiente.	R$ 272.907,29	R$272.907,29	R$ 259.574,05

ANEXO VII

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUÍDO AO FNC
07-11282	Piano Pela Estrada 2008 - Brasil Sertões (Um)	AML Cultural Ltda.	04.615.646/0001-34	Realizar concertos do pianista Arthur Moreira Lima em 60 cidades pelos estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe. O evento, que será totalmente gratuito, tem a finalidade de popularizar a cultura em municípios menos favorecidos. A estimativa total de público é de 250 mil pessoas.	R$ 1.864.200,00	R$ 1.650.000,00	R$ 47.024,99

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 132, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 03, de 05 de julho de 2017 - EDITAL JUVENTUDE VLOGUEIRA: CANAIS CULTURAIS NA WEB, resolve:

Art. 1° - Tornar público o resultado preliminar da fase seleção e habilitação do referido Edital conforme Anexo I (projetos selecionados e habilitados em caráter preliminar por grupo conforme subitens 7.8. e 8.1.), Anexo II (projetos em lista de reserva conforme subitem 7.9.), Anexo III (projetos inabilitados conforme subitem 8.2.), Anexo IV (projetos não selecionados conforme subitem 7.8.), Anexo V (projetos desclassificados conforme subitem 7.1.) e Anexo VI (projetos desclassificados conforme subitem 7.5.).

Art. 2º - Abrir prazo de recurso a ser enviado nos 04 (quatro) dias úteis seguintes à data da publicação desta portaria, o qual deverá ser realizado exclusivamente mediante o envio de formulário específico para o endereço eletrônico: concurso.sav@cultura.gov.br.

Art. 3º - Informar que na fase de recurso não será aceita documentação complementar nem retificação da documentação apresentada na inscrição. Somente serão considerados aqueles documentos anexados no sistema salicweb no ato da inscrição. Os pedidos de reconsideração não admitem saneamento de pendências e/ou inclusão de novos documentos.

Art. 4º - Informar que as notas divulgadas abaixo foram reduzidas para duas casas decimais, por isso há um arredondamento da pontuação na nota geral de cada projeto.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

Projetos selecionados e habilitados em caráter preliminar por grupo conforme subitens 7.8. e 8.1.:
I) Grupo 1: Unidades Federativas da Região Norte:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
173530	Canal no País das Amazonas	Sarah Gabriela da Silva de Farias	AM	16,67
172796	RE CONHE-SER	Leandro Costa Xavier	AM	16,33

II) Grupo 2: Unidades Federativas da Região Centro-Oeste:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
173675	Cultura Indígena Contemporânea em Video - "Cristian Wariu"	Cristian Wariu Tseremey Wa	MT	20,00
174171	Compacty	Patrícia de Souza Porto Gonçalves	MS	15,33
173788	Descobrindo o Brasil	João Luis Bispo de Oliveira Júnior	GO	14,00

III) Grupo 3: Unidades Federativas da Região Nordeste:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
173234	Futuca a Tuia: O Canal da Juventude Rural	Ariele de Andrade Nunes	BA	16,00
174431	JANELA DOS DIAS	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA	PE	16,00
175684	Passos da Cultura: O cariri como vejo	Kayo Filipe Alves da Silva	CE	16,00

IV) Grupo 4: Unidades Federativas da Região Sul, do Espírito Santo e de Minas Gerais:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
173269	Canal Vai Vendo	Juane Valentim Miranda	ES	18,33
173306	Bambaré com Babaya e Nadja	Lucas Raphael de Medeiros	MG	18,00
175551	Corpo Flor: Afeto, Negritude e Transgenereidade em Webdocumentário Episódico	izah Candido Siham Silva	ES	18,00

V) Grupo 5: Unidades Federativas de São Paulo e do Rio de Janeiro:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
174890	Coé, Charlin?!	igor moreno da silva	RJ	20,00
175014	O Álbum Das Mulheres Incríveis	Natalia Rodrigues Milano	SP	20,00
173495	Canal A Terra do Faz de Conta	Amanda Aparecida de Souza Martini	SP	18,67
175247	Yourucum - O canal da Urucum no Youtube	Haydée Lima Lacerda	RJ	18,67
173512	Canal SESSÃO POPULAR	LUIS FERNANDO RODRIGUES AGUSTINHO	SP	18,67

ANEXO II

Projetos em lista de reserva conforme subitem 7.9.:
I)Grupo 1 - Unidades Federativas da Região Norte:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
175303	Diário do Mapinguari	Erlan Bindá Dias	AM	16,00
172570	Canal Volume Dez	Wagner Raimundo Galvão Rezende Junior	AM	14,67

II)No Grupo 2 - Unidades Federativas da Região Centro-Oeste não há projetos que se enquadrem nessa situação;

III)Grupo 3 - Unidades Federativas da Região Nordeste:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
173761	Cine Griô	Claudio Eduardo Mendes Pinheiro	MA	15,67
173783	Canal Nariguda que Sou	Elaine Lima Santos	AL	14,33
175235	Farofafá - Culinária brasileira na ponta da língua	Mayra Milenna Gomes	PE	14,33

IV)Grupo 4 - Unidades Federativas da Região Sul, do Espírito Santo e de Minas Gerais:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
172641	PELO AMOR DA DEUSA! [arte e o universo feminino]	catharina cecato conte	RS	14,00
173080	Femmenino	Nino Martins de Barros	MG	14,00

V)Grupo 5: Unidades Federativas de São Paulo e do Rio de Janeiro:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
174774	Meio Que em Off	Barbara Barcia Wuensche de Souza	RJ	18,33
174911	Canal Elas por Ela	Yasmin Bidim Pereira dos Santos	SP	18,00
174582	PSICOFILME - Canal do YouTube	Marcela Ferros Artusi	SP	17,67

ANEXO III

Projetos inabilitados conforme subitem 8.2.:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final	Motivo
175628	Vou desconstruir - Vlog de arte de Tauã Delmiro	Tauã Barbosa Delmiro Silva	RJ	19,67	Projeto inabilitado por não atender ao disposto nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 4.6.
174160	Cuiabá em 300 segundos	Carolina Ribeiro Damasceno	MT	14,33	Projeto inabilitado por não atender ao disposto na alínea "f" do subitem 4.6.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

Projetos não selecionados conforme subitem 7.8.:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
173358	Patrulha Nerd	DANIEL SCHETTINI CHRISTIANES	RJ	17,33
173638	Rio Cult	Michell Lima Câmara de Albuquerque	RJ	17,33
175255	Grão de Café	Raphael Ferraz de Souza	SP	17,33
173114	Spiders From Mari	Mariana da Costa Souza	SP	17,00
173284	As Fantásticas Desilusões de Amélia	Viviane Dias	RJ	16,67
175367	Botticelli me contou	Pedro Artur Strottmann Antunes	SP	16,67
173096	DELAS	Fernanda Prestes Marques	RJ	16,33
174179	Sustenta Sampa	Mayara Saiury Tutumi	SP	16,33
172780	Artchim	Roberta Camargo Bandeira Duarte de Carvalho Madeira	RJ	16,00
174751	Quebrada Afeminada	Bruno Fuziwara Lima	SP	16,00
173757	Modo/a: modos de fazer moda /no Brasil	Marina Khouri Zanusso	SP	15,67
174560	By EU - Economia e Gente Criativa	Marcos Vinicius Aparecido Santos	SP	15,67
174614	Zero Talento	Pedro Henrique Campelo Mansur	RJ	15,67
175431	Canal Preto Possível	Claudio Jose Silva Lima Junior	RJ	15,67
175607	TEIA	Cecília Fonsêca de Carvalho	RJ	15,67
173952	Paragamers Brasil	Leandro Henrique dos Santos	RJ	15,33
175410	Felicidade Clandestina	Julia Gallo Rezende	RJ	15,33
175571	Em Pretas Palalvras	CAROLINE MOREIRA	RJ	15,33
173409	Jhonatas Fotografia	Jhonatas Jesus Silva	SP	15,00
174211	PORKY"S REPÚBLICA - A TURMA DE 95	Misael Gonçalo da Costa	RJ	15,00
174313	Holofote	Estephano Sant\"Anna de Souza	RJ	15,00
172500	Isa Meirelles - Diversidade e Acessibilidade	Isadora Meirelles Roberto	SP	14,67
173250	Pela Piada	Rodrigo Guimarães Togeiro Moura	SP	14,67
173538	VAI DAR CERTO! Com Luara Skrzek	Luara Karine Dias Skrzek	SP	14,67
173543	Linha 2	Karla Alessandra Florencio Suarez	RJ	14,67
174430	Essas Coisas	Helloara Ravani Oliveira de Medeiros	RJ	14,67
175354	Armarinho Histórico Cultural	Luiza Gonçalves de Souza	RJ	14,67
173689	KAPLOW TV	César de Farias Barbosa	RJ	14,33
173862	Não é bem assim	Sophia de Lucena Prado	RJ	14,33
174233	Canal Mundologia	Rubens Castro Vieira	SP	14,33
175250	MANAS -- DE CASA CHEIA: O OLHAR DE JOVENS REFUGIADOS NO BRASIL	TAMIRIS HILÁRIO DE LIMA BATISTA	SP	14,33
175433	Fazendo Arte	BRUNO HENRIQUE BATISTA DA SILVA	SP	14,33
175614	Projeto Circuito Cultural.	CLAUDIO MAIK MOTA DA COSTA	AM	14,00
174302	Palco de Papel	Bianca Cardia Mól	RJ	14,00
174784	Cultura de Prevenção de Moto Acidentes	Bruno Maron	SP	14,00
174967	Roteiro Vem Primeiro	Filipe Oliveira Coelho	SP	14,00
174410	Vibes Out There - A arte de sentir as vibrações	Marcella de Almeida Fagundes Neves	BA	9,33
174717	Sci-Fashion Brasil	Jaqueline Idalina Campos de Lima	SP	9,33
174748	Points Cults	Roberto Granato Vieira	MG	9,00
172902	ProMinC Cultural	AUGUSTO NONATO DIAS DE SOUSA	DF	8,67
173383	Canal Produccine	Henrique Tadeu Cestarolli	SP	8,67
175689	SIMBORA!	Patrick Emanuel Carvalho de Almeida	SE	8,33
173059	Projeto canal educacional - Tatiana Tábata	Tatiana Tábata Kazuco Kinoshita	SP	8,33
173785	Canal Sul do Mundo	Henrique Cesconeto	SC	8,00
174328	Mundo Geek	Jordan Vinicius Ferreira Pessoa Veloso	BA	8,00
172585	Dayane Gandra- Empoderamento da mulher negra e reconhecimento da cultura afro brasileira.	Dayane Rodrigues Gandra	ES	8,00
173241	Desbravando Culturas	Tatiana de Meirelles Bezerra	PE	7,67
173932	Escreva Agora!	Marco Aurélio Oliveira Magalhães	DF	7,67
174842	Vamo aí	Lorena dos Santos Sagati	PR	7,67
175422	Cru com Sal	Raissa Borges Silva	MG	7,67
174132	Ponto de Encontro com Escritores	Paulo Henrique Cavalcante Souza	DF	7,33
173091	VIDA	Sâmara da Silva Castro	BA	7,00
172481	Canal Descobrir Não Atrapalha	JULIANO FERREIRA GONÇALES	SP	6,67
172709	AUDIOVISUAL PARA HOMENS MODERNOS	LINCOLN LUIS BRINIAK	PR	6,67
174438	Canal deXtrocárdio	Gabriel Martins Schiante	SP	6,67
175458	Identidade Nacional	Alexandre Simões Maiato	ES	6,67
175472	Proposta cultural para crianças em situação de risco social	Lucas Kaneshige da Silva	MS	6,67
172627	Canal M2Games Youtube	michael fernandes pernes do nascimento	RJ	6,33
175263	Ganhando XP	DIEGO ALLAN DE SOUZA NEVES	MG	6,00
172649	Seu Canto	Danilo Henrique Lobato	MT	6,00
172989	Canal Braulio Silva	Braulio Silva de Andrade	RN	6,00
173733	Vlog Rio do Rio	Jonathan Caroba Martins	RJ	5,67
173222	Formulando	Karolina	ES	5,67
175232	Cine ElDorado	Pâmela Eurídice da Silva Beleza Baltazar	AM	5,33
173773	Canal Michele Gonçales	michele regina goncales dos santos	SP	5,33
174161	Revolução Natural	Gilberto Amadeu da Cunha Junior	SC	5,33
174978	Canal Download	Joana Santos Maia Vinagre Mocarzel	SP	5,33
175588	CANAL SALVE OS MUROS	Junio Koithi Hamada	DF	5,33
175583	Em Virtude do Absurdo	Henrique Antero Rocha	DF	5,00
172478	Canal Fitness, de inclusão a uma boa saúde, alimentação e pratica regular de Exercícios Físicos.	Aclebson Dávila Bandeira	DF	4,67
173366	Irmãos Black	Jonathan Tomas da Silva	PR	4,67
174482	De frente para a câmera - Série de vídeos sobre apresentação televisiva	Franciel Iurko	SC	4,33
172472	Programa de Casal	Mariana Brasil Teixeira	SP	4,00
172515	Juventude vlogueira, projeto para Canais Web	Rafael coelho de Jesus	RJ	4,00
172615	O cão Rúfus	cláudio henrique dos santos	MG	4,00
172721	Projeto Ativa Reconcavo	Sidilei Cardoso de Souza	BA	4,00
172763	TV On Line Juventude	Michel Pinto	MG	4,00
172958	Vida de Míope	Alex Lennon Quadro	SC	4,00
173718	Conexão Carioca	Priscila Oliveira Silva	RJ	4,00
173842	Testador de jogos	Lucas alves da silva ferreira	RS	4,00
173855	The joker (Cultura de Favela para Favela)	Vinicius Alves Chaves	RJ	4,00
174327	Canal Well Fighter	wellington de alcantara rosa	SP	4,00
174473	Não Conte a Ninguém	Márcio Cirne de Genaro	BA	4,00
175078	Canal Wency Loinaz	Wenceslao Dario Loinaz	SP	4,00
175184	Sem Melindre - Com Roger M. M. Bastos	Roger de Andrade Bastos	RJ	4,00

ANEXO V

Projetos desclassificados conforme subitem 7.1.:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
173735	Cinema Retalho	Matheus VIcente da Silva Gomes	PB	16,33
175016	Sobre Elas - Na Estrada	Emylinn Fernanda Tostes Lobo	RJ	14,67
175394	#DEZENCOMAVIDA	Rafaela Chagas Ferreira	SP	14,00
173349	PSI O QUÊ?	DEISELENE MARQUES SANTANA	SP	13,33
173015	Diego Guerra	Diego Guerra Espasandin	RJ	12,67
173858	Vlog intitulado: TRANSLÚCIDO	Victor Santos Namur	SP	12,67
174573	Todas as Coisas	AMANDA DE PAULA FERREIRA	SP	12,33
173528	Mundana	ANA PAULA DE OLIVEIRA SOARES	RJ	11,67
174531	Arrua	Sydney Nelson Farias	PB	11,33
175521	Sofrêncio	Caio Cristiano de Brito Rodrigues	RJ	11,00
172642	Vá ler um Livro: youtube.com/valerumlivro	Tatiany Leite Gregório de Oliveira	SP	10,67
175388	Artesanato Sustentável - Rayane Ferreira	Rayane Thamyres dos Santos Ferreira	PE	10,67
175621	EMPODERANDO OUTRAS MULHERES	Roselene Jesus da Conceição	BA	10,67
174358	Rabiscando Cinema	Eric Alves Neubauer	SP	10,33
175287	Canal Todo Ouvidos	Vitor Alves Loscalzo	SP	10,33
175627	NeggataViajadona	Lorena Monique Cirino dos Santos	DF	10,33
173779	Bora Veganizar	Maria Cecília Medeiros Barbosa	PE	9,67
173487	Canal Megane	Stefanny Alves de Oliveira	GO	9,33
174395	Irmãos Coolruja	João Augusto de Oliveira Prado	PR	9,33

ANEXO VI

Projetos desclassificados conforme subitem 7.5.:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
172620	Via Pública - VMDL	GABRIEL MOTTA FERREIRA	RS	13,67
172886	Escola de Coisas Úteis	Sarah Trevisan Gomes	SP	13,67
173531	Rios, Pontes e Overdrives	Lucas Mariz Pereira de Araújo	PE	13,67
174692	Porcelana e Vulcão TV	Luara Nester Ribeiro	SP	13,67
175012	Canal Perinatal	Luciana Barreto Lago Sartorelli	SP	13,67
175275	Mundo Segundo	GUSTAVO PINHEIRO LEAL	SP	13,67

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

175639	Lactuca LAB - Laboratório de idéias e perspectivas Econômico-Criativas	Amanda Pinheiro Alface	SP	13,67
175673	Universo Educom	Diego Henrique da Silva	PR	13,67
173593	Roberta Robô	Paulo Gomes Saloto	ES	13,33
173921	Canal Faguh - Moda como Identidade Cultural	Rafaela Felipe Fagundes Da Silva	RN	13,33
173610	ResuMano	Marcos Paulo de Oliveira Pereira	SP	13,33
173875	PROGRAMA TEATRANDO	Tarcísio Vieira de Andrade	PE	13,33
175127	Canal GARIMPO	Mona Oliveira Luizon	RJ	13,33
175361	Holognosis - O conhecimento do todo	Alan Motta Cardoso	RJ	13,33
172836	Artífices do Som	Bernardo Wagner Marques Baptista	RJ	13,00
173201	Sinapses Poéticas - Canal	Bárbara de Pina Cabral	DF	13,00
173263	Tudo Poesia - Vlog	Gabriel da Rocha Vaz	RJ	13,00
173299	CANAL DE BOAS	hudson batista das neves	RJ	13,00
173599	Desacelerando	Luiza Rossi Campos	DF	13,00
173975	Canal da Sette	Maria Sette Whitaker Costa	SP	13,00
174752	Fofocas na História	Andrea Moraes Fontes Romão	MG	13,00
174812	Você quem faz?	Matheus Henrique dos Santos Pereira	SP	13,00
175505	Q CANAL	Marcio Wéstphalen	RS	13,00
175543	Canal XÊPA	Mayara Yamada Castro	RJ	13,00
175576	Bafonizando Com Bruno Machado	Bruno Moreira Machado	RJ	13,00
175654	EITCHA, CADÊ?	Marina Pinto Pizarro de Freitas	RS	13,00
173947	Na boca do fogão	THAIS RODRIGUES OLIVEIRA	GO	13,00
173253	Comenta Aí!	Thaís Campos Caivano	SP	12,67
174307	Das Minorias	Gabriela Oliveira da Rocha	SC	12,67
174791	Na Laje	Rafael Morais Gomes	MG	12,67
174989	Projetor Literário	Bruna Eleis Almeida	SP	12,67
175436	A3 Música	Flora Ciccone Miguel	SP	12,67
174150	Mudando dentro e fora	Luiza Camilo de Oliveira Martins	GO	12,67
174432	Passagem	Barbara de Almeida Tavares Borges	GO	12,67
174562	Séries por Elas	Melina Duarte Leal Galante	ES	12,67
173605	Ré Menor	Êrica Fadoul Blanc	RO	12,33
175552	O que é que alagoas tem?	PEDRO HENRIQUE MELO SOUZA	AL	12,33
175570	Projeto Desafio Cultural - Edital 03/2017 - Juventude VLogueira	MAIRA RAMOS SANTOS	SE	12,33
172948	Explica isso Direito	Gabriel Olivato	SP	12,33
173117	PROJETO CENÁRIOS DE COMUNIDADE	MARCELO FRANCISCO	PE	12,33
173377	Canal SP Invisível	Vinícius Jorge Ribeiro Lima	SP	12,33
173794	Projeto Maker	Antonio Carlos Santos Thiele	RJ	12,33
173902	Canal Corpo Lúcido	Lucas Gardezani Abduch	RJ	12,33
173983	BELÍCIA	Vanessa Pereira Ventura	BA	12,33
174039	Pescando Histórias	Rafael Rodrigues de Sousa	RJ	12,33
174271	Canal VegAna	Ana Luiza Arantes Zocrato	MG	12,33
174811	Camila Garofalo - Música e Empoderamento	Camila Garofalo Crispim Tavares	SP	12,33
174853	Bordando Histórias	Francine Cezar Bandeira	RS	12,33
175084	Sociedade Histórica de Videogames do Brasil	Gustavo Lanzetta	SP	12,33
173677	Três Pontos	Pablo Silva Brandão	BA	12,00
173883	Fábrica de Sonhos	Mariana Merlim Hashimoto	SC	12,00
174475	Estandarte Catarina	Alexsandro do Nascimento	SC	12,00
174522	"O meu olhar sobre..." um VBlog por Ta Paula	Talita Pereira Paula	SP	12,00
175208	Na onda da Maré	Anderson Gonçalves Soares Caboi	RJ	12,00
175344	Vloguerização	Arthur Born Portella	RJ	12,00
174372	Canal Fala Galera	Jonathan Silva	AL	12,00
173130	Glória Opina!	Fernando Salles de Souza	RJ	11,67
173623	VLOG: Não vejo a Hora	LUMA ECKERT MONTEIRO	SP	11,67
173701	Caminho da Luz	Gabriela Rios Andreghetti	SP	11,67
174283	DiVersos	walace josé de souza	RJ	11,67
174300	Brasilia Fora do Quadrado	Gustavo Marcolino Neves	DF	11,67
174586	Viva a Cidade	Helena Júlia Corrêa Boll	RS	11,67
174649	VIDEOCAST TOCA O TERROR	Gabriela Alcântara de Siqueira Silva	PE	11,67
174656	Canal Teatro em Cena	Leonado dos Santos Torres	RJ	11,67
175206	Mulheres	Nina Dutra de Oliveira	DF	11,67
175352	Valentina e o Cachorro de Chapéu	Raul Victor Carneiro Rodrigues Soares	SC	11,67
175371	MANAS	FERNANDA VEGAS DA COSTA	SP	11,67
175652	Rascunho Perpetuante	Beanã Sophi Tinú (Waldemar Cupertino Bernardes Junior)	RJ	11,67
175440	Canal Destrói	Kellity Aparecida Dias de Souza	GO	11,67
175520	Tudo Com Mah Ferreira	Marcella Gabriella Rodrigues Ferreira	PB	11,67
172947	Tava pensando aqui e fiz um vídeo	Egon Rodrigues Lessa	RJ	11,33
172959	Toda Palavra é Crueldade	Quézia Maria Lopes Gomes da Silva	RJ	11,33
173754	Grana Pretta	Gustavo de Paula Souza	SP	11,33
173755	Canal Sapio	Guilherme Siqueira Rocha de Souza	RJ	11,33
174212	Calma, Amiga!	Ana Carolina Kamilos	SP	11,33
175484	Cultura na Panela	Samuel Perpétuo Rodrigues	MG	11,33
175496	Hora da Leitura! com Adriana Bertolucci	Adriana Bertolucci Reis de Souza	DF	11,33
175549	Vamo Bora	WELINGTON ARAUJO SOUSA	SP	11,33
172548	Fernando Espanhol - Arte Cultura e Periferia.	Fernando Victor Cock Gregório	RJ	11,00
172821	O Que Eu Trouxe Na Bagagem	Gerson Felipe Sant\"Anna de Araujo Saldanha	RJ	11,00
172998	Bem de Boa: Medicina Popular	Guilherme Salvini	SC	11,00
173750	Naná	Nayara de Lima Xavier	SP	11,00
173887	Vlog Cúpula Gringa - O mundo se encontra no Brasil	Thiago Mattos Moreira	RJ	11,00
174569	Canal Indiezera	RICARDO DO EVANGELHO ALVIM CRUZ	RJ	11,00
174848	E agora? O que eu faço?	Maria Fernanda Costa Colares Nogueira	SP	11,00
174933	POR TRÁS DO FRAME	Lucas Ricardo Veiga	PR	11,00
175580	Em Cantos do Cerrado	Raquel Magalhães Mesquita	DF	11,00
175601	Obras Eletivas	Tiago Miguel Chiapinotto	RS	11,00
173283	Cirkulando - A vida no Circo como você nunca viu	Lion Nathan Medeiros Moura	RN	11,00
172668	Canal Web - Agulha e Linha	Jacqueline Bexiga Urban	SP	10,67
173982	Mínimo 2	Bharbara Martins Salomon de Carvalho	DF	10,67
174008	Canal Cultura Em Quadros	Jean Vitor Alves Fontes	BA	10,67
174440	Canal Através das Lentes	Matheus Guimarães Loyola	SP	10,67
174471	EVOLUI	Luis Fernando de Souza Mendes	SC	10,67
174818	Café27	Victor Mauricio Pereira de Souza Borba Costa	PE	10,67
174886	Beni Clã Vlog	Luana Backes Marques	SP	10,67
175095	Clube dos Certinhos	Marcelo Andrade Nascimento	SP	10,67
175536	Ori Ô!	Marcelo Ricardo dos Santos	BA	10,67
175563	Urbanismo ao alcance de todos	Mariana Motta Cugnasca	SP	10,67
175631	Libertas Tamen	Mariana Raquel Ferreira Diniz	MG	10,67
172727	Canal Julianne de Quadros	Julianne de Quadros Moura	MT	10,67
175210	CATAVENTO	MYRELLE BISPO DOS SANTOS	GO	10,67
175533	E EU LA SABIA	DANIELE TEIXEIRA GONZAGA	AM	10,67
174268	SIGNOS NORDESTINOS	George Daniel da Silva Souza	RN	10,33
174299	ABOMINATIO	Luann Ewerton Rebello de Oliveira	PA	10,33
175416	GAYLY VLOG	HIGOR AUGUSTO COSTA DO NASCIMENTO	ES	10,33
172598	EXPLICA CULTURA	VICTOR SANTOS DA SILVA	RJ	10,33
173161	CANAL PROTOCOLO X	BRUNO SALES NUNES	RJ	10,33
173180	Nos Trilhos do Dixieland	Marcio Fulber	RS	10,33
173355	Minissérie ploc artes	VALQUIRIA SILVA SOARES	DF	10,33
173960	Boca de Cena	Gabriel Rodrigues Borges	RJ	10,33
174408	HIDEKITV	Fernando Hideki Pucci Onuki	PR	10,33
174445	Diletante	ANALIA ALENCAR VIEIRA	SP	10,33
175259	Desvendando o Brasil	Thaís Marques Ursini	SP	10,33
175409	De Tudo um Pouco Cultura	Rodrigo Cavalcante Fonseca	CE	10,33
175527	Aprenda a Costurar	Danielle Pereira Rodrigues	MG	10,33
175664	Ando - Movimento da Música em Salvador	Weslei da Silva Gomes	BA	10,33
172666	Quintal do Paulinho	Paulo Henrique dos Reis Junior	RJ	10,00
172955	Canal sobre política e sociologia fazendo debates amplos e trazendo contrapontos aos vlogs já mais estabelecidos no YouTube	Sabrina da Fonseca Borges Fernandes	DF	10,00
173369	Estação SP	Vinicius Rodrigues de Oliveira	SP	10,00
173653	Lyvia da Silva Rocha	Lyvia da Silva Rocha	CE	10,00
173700	CURTAZ	Camila Cavalcante Bastos dos Passos	RJ	10,00
174204	Cinema de Rua	Carissa Cristina Tomé Vieira da Silva	PE	10,00
174380	Entre Aspas	Carolina Gomes dos Santos	SP	10,00
174427	COLETIVO COISA DE PRETO - Vendedora de sonhos.	BEATRIZ SILVA ALVARENGA	MG	10,00
174524	Programa Bike e Cultura	BRUNO CARVALHO FELICIANO	SP	10,00
175653	AFRODISÍACA Katy Uabba	Alesandro Melo da Luz	SC	10,00
173303	Farofa Sintética	RAYMUNDO CALUMBY BARRETTO NETO	SE	10,00
172477	VIDEO PRA WEB EXPLICANDO ORIGEM DAS EXPRESSÕES BRASILEIRAS	Gustavo Souto de Abreu	SP	9,67
172791	Banastora	FLAVIA TORRES NASCIMENTO	PE	9,67
173218	Literatura e Poesia Marginal: ouvindo a voz da rua	Ian Pereira Miranda	RJ	9,67
173287	Deu Corda	Gloria Maria Silveira Rodrigues	RS	9,67
173688	Cine Brasilis	Gabriel Mont\"Serrat Vieira Pinto	PR	9,67
173897	TV A Ponte	Antônio Heleno Caldas Laranjeira	BA	9,67
174217	Enciclopédia do Século 21	Matheus Mac Ginity Moraes Rêgo	DF	9,67
174520	aKANJ	Jean Paul dos Santos Marinho	SP	9,67
175460	Canal Barbada	Lucas Carvalho Pereira	RJ	9,67
175523	SusTENTA!	BRUNA WEBER CORREA	RS	9,67
175636	Palhaço Gracinha	Renato Garcia Borges de Oliveira	RJ	9,67
173489	Goiás: Turismo e tradições culturais	Laryssa Machado Gomes	GO	9,67
173044	ROTA 060	RAFAEL TAVEIRA PEDROSO	MS	9,33
173737	TariHula	Ariane do Nascimento Mendes	RN	9,33
174084	Antes do Ponto Final	Kalyne Menezes Souza	GO	9,33
174254	Meu Pequeno Mundo	Joesile Gomes Cordeiro	AL	9,33
175407	Vlog Aprendiz	tairo lisboa montagner	MA	9,33
175500	Pigmum - Arte e outros riscos	Renato Medeiros Cordeiro	AL	9,33
172752	Projeto Culturizando	Saulo de Almeida Araujo	SP	9,33
173629	FalaOpereta	JEFSON CASTANHEIRA DE OLIVEIRA	SP	9,33
173725	SEM REPLAY - AFINAL A VIDA É UMA SÓ	FELIPE GUIMARAES SILVEIRA	SC	9,33
174085	Canal Quarto Andar	BRUNO KOHLER	SC	9,33
174133	Canal Abacaxi Azul - por Adriano Ferreira	Adriano Ferreira da Silva	SP	9,33
174228	Olhar de Lirians	Liliane Perng	SP	9,33
174243	Álbum de Memórias	cassio valerio souza bomfim	SP	9,33
174264	Canal Negra&Estilosa	Agda Camila Soares de Carvalho	DF	9,33
175204	Versaria Cinepoesia	Lucas André Fiorindo	PR	9,33
175350	IMAGINA SE...	ABDIEL ANSELMO DE SOUSA	CE	9,33
175671	ZONA CULTURAL	Fabrício Pereira Santos	BA	9,33
172968	Projeto Sinapse	Artur Gaudenzi Luzardo	RS	9,00
173742	CANAL MALAVILOSO	Lucas Queiroz Morais	PR	9,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

174142	Entrando em Saturno - Um debate sobre ansiedade, expectativa e realidade social de quem está beirando a casa dos trinta	Kalil Garcia do Nascimento Silva	SP	9,00
174557	VLOG DRENNA	Luciana Rodrigues de Souza	RJ	9,00
174854	Amor Abusado	Guilherme Pinto da Silveira	SC	9,00
174872	BR Sustentável	Kelvin Teixeira dos Santos Souza Laurindo	PR	9,00
175140	Aliança Geek	Nicolas Yukio Togashi	SC	9,00
174164	Aproveite a cidade	Paula Felipe Falcão	GO	9,00
175662	Somos feitos de poesia	JUSSAN SILVA E SILVA	ES	9,00
172916	reLeitura	Rolando Vezzoni Scurzio	SP	8,67
173278	Versão Brasileiro	Pedro Augusto Tófani Fernandes Palhares	MG	8,67
173589	Raposa de Saia	Maísa Lara Elias Borges	SP	8,67
173751	Canal Tudo no Salto	Bruna Ribeiro Antonucci	MG	8,67
174252	Conceito Cápsula - Por um Bem Maior	BARBARA FRANCIELY FAGUNDES	RS	8,67
174538	Designerissimo	JESSICA MARIA TEIXEIRA AQUINO	MG	8,67
175135	Dicas de Viagens: Patrimônios culturais brasileiros	luisa alvim alvarenga	BA	8,67
175362	Falante Cultural Entrevista	Mayra Solimar Ribeiro	SP	8,67
175667	América Latina de Bicicleta - O Bonito do Caminho	Ismael Ferrarez Godoy	SC	8,67
173830	Dias de Cinefilia	Gabriel Alessandro Barbosa Santos	MT	8,67
174831	AF Nutri	Ana Luísa Neris Reis	MA	8,67
173204	Pra Coreia	Bianca Geisler Garcia Machado	RS	8,33
173721	Canal Novo Mundo	Thaiane Fátima Maciel dos Santos	RJ	8,33
174117	Hangout Tv	Davi de Souza Silva	DF	8,33
175021	Disco Vinil	Mariana Soares Pantaleão	RJ	8,33
175100	Engenharia Eletrônica e Tecnologia	Gustavo Alex Rech Saavedra Teran	SC	8,33
173197	A Hora do Chá	Bruna Tamires de Souza Cruz	SP	8,00
173232	The Sreets	Willian Machado Bareia	SP	8,00
174108	TOMADA4	CÁTIA MARIA DE BARROS SOARES	PE	8,00
174351	4° Parede	Weslei Mata dos Santos Filho	SP	8,00
175514	Na cadencia bonita dos bambas	Paula Hering Battistella	SP	8,00
172981	Geek Entretenimento	Dieggo Nascimento dos Reis	ES	8,00
173581	Canal Dooug - Entretenimento, Games e Humor	Douglas Renan de Oliveira	PR	7,67
173776	Projeto Vida de Guitarrista	Evandro Azevedo Boltnn	SP	7,67
174289	Canal Sou Jéssica Ilana	Jéssica Ilana Silva de Souza	DF	7,67
175597	Dupla Face	Deize Duarte Abrantes	RS	7,67
175647	Reserva Pra 2	Flávia Nascimento Prudêncio	SC	7,67
175668	CANAL AUDIOVISUAL GERAÇÃO MIXCULT	DIOGO TIBUSCKI	SC	7,67
173879	Pela Janela	Fábio Queiroz dos Santos	PB	7,67
174945	Canal Presto Música	Victor Vitoriano Dantas	RN	7,33
175445	Ao Lado do Direito	Sarah Corrêa Cardoso	GO	7,33
172654	Canal de vídeos: Moverat	Renan Francisco de Melo	PR	7,33
172674	Esfera	Caroline Natale Melquiades Rooke	MG	7,33
172691	Canal no youtube, com intuito de revelar os potenciais humanos de adaptação e de obter autosustentabilidade tanto biológica quanto material.	Paulo Augusto Leme Bittencourt	SP	7,33
172769	Canal Klaquet	Hygor Zorak de Macedo	PR	7,33
173403	60 mais	Ana Elisa de Oliveira Siena	SP	7,33
174816	Designerd - Vídeos para empreendedores criativos	Guilherme Dantas de Aguiar Silva	SP	7,33
174864	Cont1nu0	Maycon Vitor dos Santos	MG	7,33
175584	Funciona assim mesmo?	Ana Júlia Guedes Bonifácio	MG	7,33
173313	Automaquiagem para Iniciantes	Maria Clara Carrega	SP	7,00
173339	Virando Gringa - Viagem e Intercâmbio	Juliana Paschoalini Arthuso	PR	7,00
173838	Canal Caça Palavra	Renata Gracielle Lopes	MG	7,00
173840	NA CURVA TALK SHOW	Lorran Dias de Sousa	RJ	7,00
173544	Aventureiro - Canal Pedro Freitas	Pedro Henrique Freitas Lopes	CE	6,67
174310	Canal Prii Quadros	Priscilla Quadros de Oliveira	DF	6,67
174459	Canal CORaoSOM	Gabriel Hiroyuki Kanashiro	SP	6,67
172633	Palafiteando	Itaassu Ribas Melo	AM	6,33
173167	Pachamama: Voltando às origens	Anibal Lopes Guedes	RS	6,33
172770	Abelha Publicitária	Ana Carolina França Neves	SC	6,00
173449	Portal Dom de Mestre	Joel Bruno de Lima Silva	CE	6,00
174558	Canal Discórdia	Caio Shindo Souto	RJ	5,67
174564	Pelas Lentes da Carol	carolina sellmer scortegagna	RS	5,67
174691	Sustentai	CARLOS VICTOR CARVALHO FURTADO MENDES	RJ	5,67
174721	Le Candee	RAFAEL DE ANDRADE CARVALHO	RJ	5,67
175493	Aqui é logo ali	Bárbara Caldeira de Moraes	MG	5,67
172523	Joyn Us! / Carol Violet	AIDA CAROLINE MARTINS DE LIMA SANTOS	BA	5,33
173462	COZINHANDO COM AS DEUSAS	JORDANA SHELY KORICH	RJ	5,33
175461	Bonde da Real	Albano Silva do Nascimento	RJ	5,33
175531	Revista do cinema negro	Lorena Da Silva Bispo	RJ	5,33
175298	2xquarenta	Andrea Dorea Mascarenhas	BA	5,00
175685	MOSAICO DE VIAGENS	LETÍCIA BARBOSA RODRIGUES	SP	5,00
173981	Arte na Cidade	Felipe Rivera Sesoko	SP	4,00
174140	Instante em Foco	Maryna Paolla Meena Ferreira Cruz	SP	4,00

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA DECEA N° 169/DGCEA, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o artigo 19 do Anexo I da Portaria DECEA n° 44/DGCEA, de 29 de março de 2012 e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, de conformidade com o previsto no art. 19, inciso I, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto n° 6.834, de 30 de abril de 2009, de acordo com o art. 10, inciso IV, do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria n° 1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, e tendo em vista o disposto na Lei n° 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e suas alterações posteriores; e na Lei n° 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do Processo n° 67600.016428/2017-32, resolve:

Art. 1° O artigo 19 do Anexo I da Portaria DECEA n° 44/DGCEA, de 29 de março de 2012, publicada na seção 1, página 118, do DOU n° 65, de 3 de abril de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 19. O Peso Máximo de Decolagem (PMD), para as aeronaves de empresas aéreas registradas para as atividades pertinentes ao Grupo I, será o PMD médio padronizado calculado através da média ponderada da frota de cada empresa, por tipo de aeronave.

§1° As empresas aéreas deverão enviar, até o dia 10 de novembro de 2017, planilha consolidada com as informações dos cálculos dos PMD médios padronizados, por tipo de aeronave de suas frotas, juntamente com as cópias dos respectivos Certificados de Aeronavegabilidade (CA).

§2° Eventuais alterações ocorridas nos PMD médios padronizados registrados junto ao DECEA deverão ser informadas pelas empresas aéreas interessadas, até o 10° dia de cada mês, que após validadas pelo DECEA, serão processadas para o faturamento do mês imediatamente subsequente.

§3° Na falta das informações sobre o PMD médio padronizado, será adotado, para o cálculo do preço do serviço, o maior PMD do tipo de aeronave da empresa ou, na falta deste, o maior PMD do tipo da aeronave do fabricante."

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Ten Brig Ar JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS

INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 7/DGCEA, de 2 de janeiro de 2017, combinada com o previsto no art. 122 do Anexo I a Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015, resolve:

Nº 356/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SANTO ANTONIO DO GUAPORÉ, situado no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040998/2015-41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 357/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOÃO, situado no Município de Nova Granada, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.003824/2013-74. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 358/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO ROQUE, situado no Município de Reginópolis, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.002631/2013-04. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 359/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA VISTA ALEGRE, situado no Município de Aparecida do Taboado, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.016927/2012-13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 360/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo HORIZONTE AZUL, situado no Município de Gaúcha do Norte, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.032175/2014-32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 361/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo IRIRI, situado no Município de Altamira, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67210.016974/2013-33. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 362/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo LUIS EDUARDO MAGALHÃES, situado no Município de Luis Eduardo Magalhães, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.019111/2014-80. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 363/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo MACA AERO, situado no Município de Tailândia, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67210.009833/2014-45. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 364/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo MARAGOGIPE, situado no Município de Iguatemi, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.000327/2013-14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 365/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA NOVO RUMO, situado no Município de Naviraí, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67620.016470/2012-47. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 366/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo PCH BURITI, situado no Município de Água Clara, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.000631/2013-61. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 367/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo PEDRO DA COSTA LIMA, situado no Município de Santa Rita

do Pardo, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.000264/2013-04. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 368/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA PANORAMA, situado no Município de Bela Vista, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.014898/2014-70. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 369/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA PIRANGI, situado no Município de Nova Andradina, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.007576/2015-55. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 370/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDAS APÓSTOLO SIMÃO COFFEE, situado no Município de Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67614.021721/2014-10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 371/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA TRÊS MARIAS, situado no Município de Vila Alta, no Estado de Paraná - PR. Processo nº 67613.032049/2014-06. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 372/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ITUVERAVA, situado no Município de Ituverava, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.006249/2011-08. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 373/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ROSANA CAMARGO, situado no Município de Buritama, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.016067/2012-18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 374/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo RURAL VERDE, situado no Município de Sítio do Mato, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.002766/2014-19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 375/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA LIDIA, situado no Município de Ribas do Rio Pardo, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.014556/2014-05. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 376/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo USINA CALIFORNIA, situado no Município de Parapuã, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.000232/2013-09. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 377/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo USINA PORTO RICO, situado no Município de Campo Alegre, no Estado de Alagoas - AL. Processo nº 67220.013244/2013-61. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 378/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo VALE DA PROVIDÊNCIA, situado no Município de Rondolândia, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.031431/2015-55. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br/aga).

Cel Av GEANDRO LUIZ DE MATTOS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

CENTRO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA AERONÁUTICA

GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS

PORTARIA GAP-MN Nº 75/ARC, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O CHEFE DO GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria no GC1, de 10 de janeiro de 2017, publicada na seção 2 do Diário Oficial da União nº 8, de 11 de janeiro de 2017, em conformidade com os incisos V e VI, do artigo 20, do Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA), e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Gestão nº 67290.007080/2016-52, resolve:

Art. 1º APLICAR, Aplicar sanção à empresa A DA SILVA A SOUZA SERVIÇOS - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 24.979.188/0001-20, na modalidade MULTA MORATÓRIA E RESCISÓRIA, no valor equivalente disciplinado na fórmula constante no Termo de referência do Edital do Pregão Eletrônico 059/COMAR VII/2016 CUMULADA com impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município, pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos do disposto do inciso I e § 2º da Lei 8.666/93 c/c o art. 7º da Lei 10.520/02. A aplicação da sanção se dá em razão de atraso injustificado e inadimplemento da Nota de Empenho nº 2017NE800068, procedimento que foi propiciado à empresa a mais ampla defesa e observado o contraditório em todas as etapas, em consonância com que proveem o inciso LV, do artigo 5º, da Constituição Federal e da Lei nº 9.784, de 29JAN 99.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cel Int GEYLSON LOPES HANCIO

PORTARIA GAP-MN Nº 76/ARC, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O CHEFE DO GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria no GC1, de 10 de janeiro de 2017, publicada na seção 2 do Diário Oficial da União nº 8, de 11 de janeiro de 2017, em conformidade com os incisos V e VI, do artigo 20, do Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA), e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Gestão nº 67290.012743/2016-51, resolve:

Art. 1º APLICAR, Aplicar sanção à empresa EDEN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.891.526/0001-62, na modalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município, pelo prazo de 3 (três) anos, com base no Artigo 7º da Lei nº 10.520/02. A aplicação da sanção se dá em razão de inadimplemento total da Ata de Registro de Preço nº 12/GAP-MN/2017, diante da inexecução da Nota de Empenho 2017NE800470, procedimento que foi propiciado à empresa a mais ampla defesa e observado o contraditório em todas as etapas, em consonância com que proveem o inciso LV, do artigo 5º, da Constituição Federal e da Lei nº 9.784, de 29 JAN 99.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cel Int GEYLSON LOPES HANCIO

PORTARIA GAP-MN Nº 77/ARC, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O CHEFE DO GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria no GC1, de 10 de janeiro de 2017, publicada na seção 2 do Diário Oficial da União nº 8, de 11 de janeiro de 2017, em conformidade com os incisos V e VI, do artigo 20, do Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA), e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Gestão nº 67290.008795/2017-52, resolve:

Art. 1º APLICAR, Aplicar sanção à empresa GÊNESIS SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.935.038/0001-63, na modalidade multa moratória, no valor equivalente disciplinado na fórmula constante no item 18.3.2 do Termo de Referência do Pregão nº 68/COMAR VII/2015 cumulada com advertência, nos termos do item 18.3.1 do referido Termo de Referência c/c o disposto do inciso I e § 2º da Lei 8.666/93. A aplicação da sanção se dá em razão de atraso injustificado na substituição de funcionária que entrou em licença maternidade, diante e elementos fáticos probatórios carreados em procedimento administrativo e apuração de irregularidade, que por sua vez, foi propiciado à empresa a mais ampla defesa e observado o contraditório em todas as etapas, em consonância com que proveem o inciso LV, do artigo 5º, da Constituição Federal e da Lei nº 9.784, de 29 JAN 99.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cel Int GEYLSON LOPES HANCIO

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 294 /DPC, 17 DE OUTUBRO DE 2017

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Homologação de Helideques instalados em Embarcações e em Plataformas Marítimas - NORMAM-27/DPC - 1ª Revisão.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9537 (LESTA), de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Homologação de Helideques instalados em Embarcações e em Plataformas Marítimas - (NORMAM-27/DPC - 1ª Revisão), aprovadas pela Portaria nº 281/DPC, de 18 de novembro de 2014, publicadas no Diário Oficial da União nº 225, de 20 de novembro de 2014; pela Portaria nº 334/DPC, de 27 de outubro de 2015, publicadas no Diário Oficial da União nº 207, de 29 de outubro de 2015; e pela Portaria n° 414/DPC, 20 de dezembro 2016, publicadas no Diário Oficial da União nº 245, de 22 de dezembro de 2016. Esta modificação é denominada Revisão n° 2 e encontra-se no sitio eletrônico da DPC: www.dpc.mar.mil.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1. 338, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Reconhece cursos de pós-graduação stricto sensu recomendados pelo Conselho Técnico-Científico - CTC da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES na 168ª Reunião Ordinária, realizada no período de 21 a 25 de novembro de 2016.

A MINISTRA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Interina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e o art. 4º do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o disposto nos Pareceres nº 185/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE/CES e nº 01506/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - CONJUR-MEC, proferidos nos autos do Processo nº 23038.003837/2017-35, resolve:

Art. 1º Ficam devidamente reconhecidos os cursos de pós-graduação stricto sensu relacionados no anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Propostas de Cursos Novos
168ª Reunião do CTC-ES - 21 a 25 de novembro de 2016

Seq.	Área de Avaliação	Nome do Curso	Nível	Nota CTC-ES	Sigla IES	Nome IES	UF	Região
1	ENGENHARIAS I	Engenharia Civil	DO	4	CEFET/MG	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	MG	Sudeste
2	ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA	Antropologia*	ME	3	UFC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	CE	Nordeste
					UNILAB	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA		
3	ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA	Antropologia Social	ME	3	UFMS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	MS	Centro-Oeste
4	ARTES / MÚSICA	Artes	MP	3	IFCE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	CE	Nordeste
5	BIODIVERSIDADE	Biodiversidade e Ecologia Marinha e Costeira	ME	4	UNIFESP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	SP	Sudeste
6	BIODIVERSIDADE	Auditoria Ambiental	MP	3 UNISANTA		UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	SP	Sudeste
7	CIÊNCIA DE ALIMENTOS	Engenharia de Alimentos	ME	3	UFU	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	MG	Sudeste
8	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Ciência Política	ME	3	UFCG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	PB	Nordeste
9	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Ciência Política	ME	3	UNIRIO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	Sudeste
10	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I	PROFBIO*	MP	4	UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	Sudeste
					UFMT	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	MT	Centro-Oeste
					UnB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	Centro-Oeste
					UECE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	CE	Nordeste
					UNICAMP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP	Sudeste
					UERJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	Sudeste
					UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	PA	Norte
					UFPR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Sul
					UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	ES	Sudeste
					UFJF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	MG	Sudeste
					UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	AL	Nordeste
					UFPB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	PB	Nordeste
					UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PE	Nordeste
					UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	Sul
					UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Sudeste
					UEFS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	BA	Nordeste
					UERN	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	Nordeste
					UNEMAT	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	MT	Centro-Oeste
					UESPI	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI - FUESPI	PI	Nordeste
					UFJF-GV	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - GOVERNADOR VALADARES	MG	Sudeste
11	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	Ciências Morfofuncionais	ME	4	UFSJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	MG	Sudeste
12	ENGENHARIAS II	Engenharia Metalúrgica, Materiais e de Minas	MP	3	UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	Sudeste
13	ENGENHARIAS II	Engenharia Têxtil	ME	3	UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	Nordeste
14	ENGENHARIAS II	Engenharia de Biomateriais e Bioprocessos	MP	3	UNESP/ARAR	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA	SP	Sudeste
15	ENGENHARIAS II	Engenharia Química	ME	3	UNIFESP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	SP	Sudeste
16	ENGENHARIAS II	Engenharia Química	DO	4	USP/EEL	ESCOLA DE ENGENHARIA DE LORENA	SP	Sudeste
17	ENGENHARIAS II	Engenharia Química	ME	3	UTFPR	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	PR	Sul
18	ENGENHARIAS IV	Engenharia Elétrica	MP	3	IFSC	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	SC	Sul
19	ENGENHARIAS IV	Engenharia Elétrica	ME	3	UFMS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	MS	Centro-Oeste
20	INTERDISCIPLINAR	Desenvolvimento de Jogos Digitais	MP	3	PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Sudeste
21	INTERDISCIPLINAR	Gestão da Informação	DO	4	UFPR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Sul
22	INTERDISCIPLINAR	Inovação Tecnológica	MP	3	UNIFESP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	SP	Sudeste
23	MEDICINA II	Saúde Materno-Infantil	ME	3	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Sudeste
24	MEDICINA III	Gestão e Inovação em Saúde	MP	4	UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	Nordeste
25	MEDICINA VETERINÁRIA	Reprodução e Nutrição Animal	MP	3	IFNMG	INST. FED. EDUC., CIÊNC. E TECNOL. DO NORTE DE MINAS GERAIS	MG	Sudeste
26	MEDICINA VETERINÁRIA	Sanidade e Produção Animal Aplicados a Pequenas Propriedades	ME	3	UNOESC	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	SC	Sul
27	NUTRIÇÃO	Ciências da Nutrição	ME	3	UFCSPA	FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	RS	Sul
28	NUTRIÇÃO	Ciências da Nutrição	ME	3	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RJ	Sudeste
29	NUTRIÇÃO	Nutrição e Saúde	ME	3	UFLA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	MG	Sudeste
30	NUTRIÇÃO	Alimentação, Nutrição e Saúde	ME	3	UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Sul
31	QUÍMICA	Química	DO	4	UEL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	PR	Sul
32	QUÍMICA	Química*	DO	4	UFGD	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	MS	Centro-Oeste
					UFG	Universidade Federal de Goiás	GO	Centro-Oeste
					UEG	Universidade Estadual de Goiás		
33	QUÍMICA	Química	ME	3	UFT	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	TO	Norte
34	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social	DO	4	UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	AL	Nordeste
35	SOCIOLOGIA	Sociologia	DO	4	UECE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	CE	Nordeste

Legenda

ME - Mestrado

DO - Doutorado

MP - Mestrado Profissional

*Forma associativa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 11, 12, 13 e 14 DE SETEMBRO/2017
(Complementar à publicada no DOU em 20/10/2017, Seção 1, pp.26-30)

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 201413477 Parecer: CNE/CES 463/2017 Relator: Yugo Okida Interessado: Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda. - ME - Salvador/BA Assunto: Credenciamento da Faculdade Cidade do Salvador (FCS), com sede no município de Salvador, estado da Bahia, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Cidade do Salvador (FCS), com sede na Praça da Inglaterra, nº 2, Edifício Nobre, bairro Comércio, município de Salvador, estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, nos seguintes polos de apoio presencial: I. Rua Artemia Pires Freitas, s/n, município de Feira de Santana, estado da Bahia; II. Praça José Bastos, nº 55, Centro, município de Itabuna, estado da Bahia; III. Rua Antonio Orrico, nº 357, Campus, Centro, município de Jequié, estado da Bahia; IV. Rua Ubaldino Figuera, nº 200, município de Vitória da Conquista, estado da Bahia; V. Avenida Luiz Viana, nº 8812, bairro Paralela, município de Salvador, estado da Bahia; e, VI. Avenida estados Unidos, nº 37, bairro Comércio, município de Salvador, estado da Bahia, e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos de Pedagogia, licenciatura; História, licenciatura; Serviço Social, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; e Administração, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000157/2004-62 Parecer: CNE/CES 464/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - Brasília/DF Assunto: Revisão do Parecer CNE/CES nº 225/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Ciências Aeronáuticas, bacharelado Voto do relator: Voto favoravelmente à revisão do Parecer CNE/CES nº 225/2012, que passa a ter a seguinte redação nos itens apontados abaixo, permanecendo inalterados todos os seus demais termos: 1 - Item 3, Projetos Pedagógicos, Organização do Curso e Conteúdos Curriculares, subitem 3.1, III, § 6º: "O conteúdo programático mínimo, mas não limitado a ele, é o requerido, para a formação de Piloto de Linha Aérea, pelo Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Volume141 (RBAC nº 141) emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), ou o que vier a substituí-lo, bem como língua inglesa falada, escrita e ouvida, em nível avançado, aplicada à aeronáutica". 2 - Projeto de Resolução anexo ao Parecer nº 225/2012, no artigo 4º, inciso VII, § 3º: "O conteúdo programático mínimo, mas não limitado a ele, é o requerido, para a formação de Piloto de Linha Aérea, pelo Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Volume 141 (RBAC nº 141) ou o que vier a substitui-lo, emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), bem como língua inglesa falada, escrita e ouvida, nível avançado, aplicada à aeronáutica.". 3 - Projeto de Resolução anexo ao Parecer nº 225/2012, no artigo 5º, inciso VIII, § 1º: "O Curso compreenderá, em seu Projeto Pedagógico e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, que atendam aos seguintes campos de formação.". 4 - Artigo 10, do Projeto de Resolução anexo ao Parecer CNE/CES nº 225/2012: "A carga horária mínima dos Cursos de Graduação em Ciências Aeronáuticas será estabelecida em 2.500 (duas mil e quinhentas) horas.". Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12984).

Brasília, 20 de outubro de 2017.
ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária Executiva

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 2.490, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

I - HOMOLOGAR o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 071/2017, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Instituto de Ciências Exatas - ICE	Probabilidade e Estatística	Auxiliar, Nível 1, 40h.	Isaac Cezar Cohen	1º

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

PORTARIAS DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16.06.2017, resolve:

Nº 2.499 - PRORROGAR por 1 (um) ano, a validade do Concurso Público para provimento de cargos na Carreira de Magistério Superior, objeto do Edital nº 036, de 16/06/2016, publicado no DOU de 21/06/2016, nos seguintes termos:

Unidade	Área de Conhecimento	Portaria de Homologação	Prazo de validade inicial	Prazo de validade final
ICHL	Letras-Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, outras Literaturas Vernáculas, Literatura Comparada.	Portaria nº 2.933 de 09/11/2016, publicado no DOU em 14/11/2016	14/11/2017	14/11/2018

Nº 2.500 - I - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 082, de 09/12/2015, publicado no DOU de 10/12/2015, retificado no DOU em 16/12/2015, 28/12/2015 e 03/02/2016 por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Instituto de Natureza e Cultura - INC	Físico-Química	Auxiliar, Nível 1	Dedicação Exclusiva	Alexandro da Silva Alves	1º
				Greta Tâmi Araújo da Silva	2º
				Samirimi Januário Silva	3º

II - ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

Nº 2.501 - I - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 047, de 29/06/2017, publicado no DOU em 03/07/2017, retificado no DOU em 06/07/2017, 02/08/2017 e 23/08/2017, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Cargo/ Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Faculdade de Ciências Farmacêuticas - FCF	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Adjunto A, Nível 1	DE	Adriana Dillenburg Meinhart	1º
				Rosane Souza Cavalcante	2º
				Bruno Nicolau Paulino	3º

II - ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 501, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretora-Geral do Campus Boa Vista, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria n.º 1.594/GR/2016, publicado no DOU de 14/09/2016, e pela Portaria n.º 0899/GR/2015, publicada no Boletim de Serviço/Reitoria n.º 06A, de 18/06/2015, considerando o Processo Administrativo nº 23229.000783.2015-47, resolve:

I - Aplicar à empresa Construtora Beta Ltda., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.362.329/0001-56, com fulcro nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993, as penalidades de: a) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato; b) Multa de Grau 02 no percentual de 3,75% (três vírgula setenta e cinco por cento) sobre o valor do contrato; e c) Suspensão Temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Instituto Federal de Roraima, por um prazo de 02 (dois) anos, em decorrência da inexecução do Contrato n.º 56/2014.

JOSEANE DE SOUZA CORTEZ

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 206, de 16 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2017, seção 1, página 11, onde se lê: "ANEXO - item 5 - Faculdade Cidade de Guanhães (FACIG), cód. 4446, mantida pela Sociedade Educacional de Guanhães Ltda. - EPP, cód. 2814"; leia-se: "ANEXO - item 5 -Faculdade Teológica Evangélica do Rio de Janeiro (FATERJ), cód. 14914, mantida pelo Projeto Reviver - Atividades Educacionais, Sociais e Culturais, cód. 10000".

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIAS DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

O Reitor da UFG, no uso das atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 regulamentado pelos Decretos nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e nº 86.377 de 17 de setembro de 1981 e ainda com o art, 12 da Lei nº 9.784 de 29/01/1999, visando à descentralização orçamentária e financeira conforme prevista na Resolução Consuni nº 16/2017, resolve:

Nº 5.271 - Art.1º . Delegar competência ao titular da Coordenação de Administração e Finanças da Regional Catalão desta Universidade e, na sua ausência, o seu substituto para, observadas as normas e legislação vigentes:

I - ordenar despesas e praticar todos os atos de gestão orçamentária e financeira, no âmbito da Unidade gestora executadora (UGE) n.º 153053; II - autorizar e homologar os procedimentos licitatórios da UGE 153053; III - autorizar viagens a serviço, em território nacional, no âmbito da UGE 153053; IV - executar a conformidade dos registros de gestão da UGE 153053; V - alienar bens móveis considerados inservíveis, ociosos ou antieconômicos da UGE 153053.

Art. 2º. Atribuir ao Gestor Financeiro da Regional Catalão a incumbência para assinar, como co-responsável, os atos de execução orçamentária e financeira da UGE 153053.

Art.3º, Fica vedada a subdelegação das competências estabelecidas nesta Portaria. (Processo: 23070.010125/2017-76)

Nº 5.274 - Art.1º . Delegar competência ao diretor da Regional Jataí desta Universidade e, na sua ausência, o seu substituto para, observadas as normas e legislação vigentes:

I - ordenar despesas e praticar todos os atos de gestão orçamentária e financeira, no âmbito da Unidade gestora executadora (UGE) n.º 153051; II - autorizar e homologar os procedimentos licitatórios da UGE 153051; III - autorizar viagens a serviço, em território nacional, no âmbito da UGE 153051; IV - executar a conformidade dos registros de gestão da UGE 153051; V - alienar bens móveis considerados inservíveis, ociosos ou antieconômicos da UGE 153051.

Art. 2º. Atribuir ao Coordenador de Administração e Finanças da Regional Jataí a incumbência para assinar, como co-responsável, os atos de execução orçamentária e financeira da UGE 153051.

Art.3º, Fica vedada a subdelegação das competências estabelecidas nesta Portaria. (Processo: 23070.010124/2017-21)

ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 4.070, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

A Reitora da Universidade Federal de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 11 e 12 do Decreto Lei nº 200 de 25/02/1967 e parágrafo único do artigo 15 do seu Estatuto, resolve:

Art. 1º - Delegar ao Presidente e Vice-Presidente do Conselho Gestor do Hospital Universitário da Unifesp a competência para, no âmbito da Unidade Gestora do Hospital Universitário, aprovar Termo de Referência e Projeto Básico das licitações, mediante subsídios técnicos previamente apresentados pela área competente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SORAYA SOUBHI SMAILI

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PORTARIAS DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº 282, de 06 de março de 2017, publicada no DOU de 07 de março de 2017, do Ministério da Educação, resolve:

Nº 1.184 - Art. 1º Instituir a Coordenação do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, vinculada ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade, Campus dos Malês, da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 2º Esta portaria conta com seus efeitos a partir da sua publicação. (Processo nº 23282.013389/2017-96)

Nº 1.185 - Art. 1º Instituir a Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, vinculada ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade, Campus dos Malês, da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com atribuição de função gratificada FCC.

Art. 2º Esta portaria conta com seus efeitos a partir de sua publicação. (Processo nº 23282.013389/2017-96)

ANASTÁCIO DE QUEIROZ SOUSA

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.603, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Ajusta normas aplicáveis aos créditos de investimento, ao desconto de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR), ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 19 de outubro de 2017, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, dos arts. 59 e 66-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e do art. 6º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º O item 5 da Seção 3 (Créditos de Investimento) do Capítulo 3 (Operações) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com a seguinte redação:

"5 - As máquinas, tratores, veículos, embarcações, aeronaves, equipamentos e implementos financiados devem destinar-se especificamente à atividade agropecuária, observado que o crédito de investimento para aquisição desses bens, de forma isolada ou não, somente pode ser concedido para itens novos produzidos no Brasil que constem da relação de Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e atendam aos parâmetros relativos aos índices mínimos de nacionalização definidos nos normativos do BNDES aplicáveis ao Finame Agrícola, exceto quando inexistir similar de fabricação nacional." (NR)

Art. 2º O item 15 da Seção 4 (Créditos de Comercialização) do Capítulo 3 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"15 - O limite do crédito, por tomador, para as operações de FEPM, FEE e de desconto de DR e NPR ao amparo dos recursos controlados é, cumulativamente, de R$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), em cada ano agrícola e em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), não incluídos os créditos de comercialização concedidos com recursos dos fundos constitucionais de financiamento regional." (NR)

Art. 3º A Seção 4 (Créditos de Comercialização) do Capítulo 3 do MCR passa a vigorar acrescida do seguinte item 9-A:

"9-A - No caso de desconto de DR e NPR relativo a produtos vinculados a garantia de financiamento de custeio ou de estocagem, a instituição financeira deve transferir os recursos liberados ao credor da respectiva operação, até o valor necessário à liquidação do respectivo saldo devedor." (NR)

Art. 4º O inciso II da alínea "b" e a alínea "d" do item 1 da Seção 1 (Pronamp) do Capítulo 8 (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp) do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

"II - investimento, admitido o financiamento de custeio associado, limitado a 30% (trinta por cento) do valor total do projeto, e a aquisição, isolada ou não, de máquinas, equipamentos e implementos usados fabricados no Brasil, revisados e com certificado de garantia emitido por concessionária ou revenda autorizada, podendo o certificado de garantia ser substituído por laudo de avaliação emitido pelo responsável técnico do projeto atestando a fabricação nacional, o perfeito funcionamento, o bom estado de conservação e que a vida útil estimada do bem é superior ao prazo de reembolso do financiamento;" (NR)

"d) encargos financeiros para as operações de custeio e investimento: taxa efetiva de juros de 7,5% a.a. (sete inteiros e cinco décimos por cento ao ano), admitida a redução para a operação de custeio contratada, a partir de 1º/11/2017, com Recursos Obrigatórios de que trata o MCR 6-2;" (NR)

Art. 5º A alínea "c" do item 1 da Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 9 (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé) do MCR passa a vigorar acrescida do seguinte inciso III:

"III - para as operações contratadas a partir de 1º/11/2017, os encargos financeiros definidos nesta alínea podem ser reduzidos desde que a redução seja integralmente absorvida pela instituição financeira operadora mediante redução da remuneração prevista na alínea "a"." (NR)

Art. 6º O item 27 da Seção 5 (Cobertura) e a alínea "i" do item 7 da Seção 6 (Comissão Especial de Recursos - CER) do Capítulo 16 (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro) do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

"27 - O agente deve esgotar todas as diligências necessárias à análise e julgamento do pedido de cobertura, decidindo-o no prazo máximo de quinze dias úteis a contar do recebimento do relatório de comprovação de perdas concluso, elaborando súmula do julgamento, conforme os seguintes formulários:

a) MCR Documento 20 ou 20-1, para operações contratadas até 31 de julho de 2016;

b) MCR Documento 20-2, para operações contratadas a partir de 1º de agosto de 2016." (NR)

"i) súmula do julgamento do pedido de cobertura, conforme MCR 16-5-27-"a" e "b"." (NR)

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.604, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 19 de outubro de 2017, com base no parágrafo único do art. 1º e no inciso IV do art. 6º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, resolveu:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 4º, 6º, 7º, 8º, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 21 e 23 da Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução.

§ 1º Na aplicação dos recursos de que trata esta Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem:

I - observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência;

II - exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência;

III - zelar por elevados padrões éticos;

IV - adotar práticas que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando, inclusive, a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes.

§ 2º Para assegurar o cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos nesta Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social e os demais participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência profissional e conhecimento técnico conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais desses regimes." (NR)

"Art. 2º .....

I - renda fixa; e

II - renda variável e investimentos estruturados.

Parágrafo único. Para efeito desta Resolução, são considerados investimentos estruturados:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - fundos de investimento classificados como multimercado; e

II - fundo de investimento em participações (FIP)." (NR)

"Art. 4º .....

.....

V - a metodologia, os critérios e as fontes de referência adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º e para avaliação dos riscos.

....." (NR)

"Art. 6º Para fins de cômputo dos limites definidos nesta Resolução, são consideradas as aplicações de recursos de que tratam os incisos I, II, III e IV do art. 3º desta Resolução, excluídos os recursos de que tratam os incisos V e VI daquele artigo, as disponibilidades financeiras mantidas em conta corrente e as cotas de fundos de investimento imobiliário de que trata o § 8º do art. 8º.

Parágrafo único. As aplicações e a continuidade dos investimentos nos ativos de que trata o art. 3º deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do regime próprio de previdência social." (NR)

"Art. 7º .....

I -

.....

.....

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo "referenciado", conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), constituídos sob a forma de condomínio aberto, que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos, e cuja política de investimento assegure que o patrimônio líquido esteja investido em ativos que acompanham índice de renda fixa não atrelado à taxa de juros de um dia, cuja carteira teórica seja composta exclusivamente por títulos públicos (fundos de renda fixa);

c) cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, cuja carteira seja composta exclusivamente por títulos públicos federais, ou compromissadas lastreadas nesses títulos, que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa não atrelados à taxa de juros de um dia, cuja carteira teórica seja composta exclusivamente por títulos públicos (fundos de índice de renda fixa);

II - até 5% (cinco por cento) diretamente em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" do inciso I;

III - até 60% (sessenta por cento) no somatório dos seguintes ativos:

a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo "referenciado", conforme regulamentação estabelecida pela CVM, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assegure que o patrimônio líquido esteja investido em ativos que acompanham índice de renda fixa não atrelado à taxa de juros de um dia (fundos de renda fixa);

b) cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa cuja carteira teórica seja composta por títulos não atrelados à taxa de juros de um dia, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda fixa);

IV - até 40% (quarenta por cento) no somatório dos seguintes ativos:

a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda fixa);

b) cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda fixa);

V -

.....

b) em Letras Imobiliárias Garantidas (LIG);

VI - até 15% (quinze por cento), limitado ao montante garantido pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), nos seguintes instrumentos financeiros:

a) Certificado de Depósito Bancário (CDB); ou

b) depósito de poupança.

VII -

.....

a) cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FDIC);

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo "crédito privado" constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda fixa);

c) cotas de fundo de investimento de que trata art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que disponha em seu regulamento que 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo seja aplicado em debêntures de que trata o art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011, observadas as normas da CVM.

.....

§ 3º .....

I - que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia;

.....

§ 4º As aplicações previstas na alínea "a" do inciso VII deste artigo subordinam-se a:

I - que a série ou classe de cotas do fundo de investimento seja considerada de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia;

.....

III - que seja comprovado que o gestor do fundo de investimento já realizou, pelo menos, dez ofertas públicas de cotas seniores de fundo de investimento em direitos creditórios encerradas e integralmente liquidadas;

IV - que o total das aplicações de regimes próprios de previdência social represente, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do total de cotas seniores de um mesmo fundo de investimento em direitos creditórios; e

V - que o regulamento do fundo de investimento em direitos creditórios determine que o devedor ou coobrigado do direito creditório tenha suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas, no mínimo, anualmente.

§ 6º Os responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social deverão certificar-se de que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento de que trata este artigo e os respectivos emissores são considerados de baixo risco de crédito.

§ 7º Os fundos de investimento de que trata este artigo não poderão manter em seu patrimônio aplicações em ativos financeiros no exterior, assim definidos pela CVM em regulamentação específica.

§ 8º Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que tratam a alínea "a" do inciso III, a alínea "a" do inciso IV e as alíneas "b" e "c" do inciso VII deste artigo devem:

I - ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II - ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;

III - ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou

IV - ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.

§ 9º Ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento de que trata este artigo os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica." (NR)

"Art. 8º No segmento de renda variável e investimentos estruturados, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

I - até 30% (trinta por cento) em:

a) cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto cuja política de investimento assegure que o seu patrimônio líquido esteja investido em ativos que acompanham índices de renda variável, divulgados por bolsa de valores no Brasil, compostos por, no mínimo, cinquenta ações, correspondentes bônus ou recibos de subscrição e de certificados de depósitos de tais ações, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda variável);

b) cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados por bolsa de valores no Brasil, compostos por, no mínimo, cinquenta ações, correspondentes bônus ou recibos de subscrição e de certificados de depósitos de tais ações, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda variável);

II - até 20% (vinte por cento) em:

a) cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda variável);

b) cotas de fundos de investimento em índice de mercado variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda variável);

III - até 10% (dez por cento) em cotas de Fundos de Investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem (fundos de renda variável);

IV - até 5% (cinco por cento) em:

a) cotas de fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a mesma proporção já investida nesses fundos;

b) cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) com presença em 60% (sessenta por cento) nos pregões de negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários no período de doze meses anteriormente à aplicação.

§ 1º As aplicações previstas neste artigo limitar-se-ão, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

§ 2º Os fundos de investimento de que tratam os incisos II e III deste artigo poderão manter em seu patrimônio aplicações em ativos financeiros no exterior, observado o disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo e os limites definidos pela CVM para os fundos destinados ao público em geral, em regulamentação específica.

§ 3º Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que tratam a alínea "a" do inciso I, a alínea "a" do inciso II, o inciso III e o inciso IV deste artigo devem:

I - ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II - ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;

III - ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios, classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou

IV - ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.

§ 4º Para fins do disposto no § 3º deste artigo, não são considerados ativos financeiros as ações, os bônus ou recibos de subscrição,os certificados de depósito de ações, as cotas de fundos de ações e as cotas dos fundos de índice de ações.

§ 5º As aplicações previstas na alínea "a" do inciso IV deste artigo subordinam-se a:

I - que o fundo de investimento seja qualificado como entidade de investimento, nos termos da regulamentação específica da CVM;

II - que o regulamento do fundo determine que:

a) o valor justo dos ativos investidos pelo fundo, inclusive os que forem objeto de integralização de cotas, deve estar respaldado em laudo de avaliação elaborado por Auditores Independentes ou Analistas de Valores Mobiliários autorizados pela CVM;

b) o valor justo dos ativos emitidos, direta ou indiretamente, por cada uma das companhias ou sociedades investidas pelo fundo corresponda a, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do total do capital subscrito do fundo;

c) que a cobrança de taxa de performance pelo fundo seja feita somente após o recebimento, pelos investidores, da totalidade de seu capital integralizado no fundo, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno nele previstos;

d) que o gestor do fundo de investimento, ou gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, mantenham a condição de cotista do fundo em percentual equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital subscrito do fundo, sendo vedada cláusula que estabeleça preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza em relação aos demais cotistas;

e) que as companhias ou sociedades investidas pelo fundo tenham suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas, no mínimo, anualmente;

III - que seja comprovado que o gestor do fundo já realizou, nos últimos dez anos, desinvestimento integral de, pelo menos, três sociedades investidas no Brasil por meio de fundo de investimento em participações ou fundo mútuo de investimento em empresas emergentes geridos pelo gestor e que referido desinvestimento tenha resultado em recebimento, pelo fundo, da totalidade do capital integralizado pelo fundo nas referidas sociedades investidas, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno previstos no regulamento.

§ 6º Os limites e condições de que trata o § 5º não se aplicam a fundos de investimento em cotas de fundo de investimento desde que as aplicações do fundo de investimento em participações observem tais limites.

§ 7º Ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento de que trata este artigo os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica.

§ 8º Os limites previstos na alínea "b" do inciso IV deste artigo e no art. 14 desta Resolução não se aplicam às cotas de fundos de investimento imobiliário que forem admitidas à negociação no mercado secundário, conforme regulamentação da CVM, e que sejam integralizadas por imóveis legalmente vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social." (NR)

"Art. 10. Para verificação do cumprimento dos limites, requisitos e vedações estabelecidos nesta Resolução, as aplicações dos recursos realizadas diretamente pelos regimes próprios de previdência social, ou indiretamente por meio de fundos de investimento ou de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, devem ser consolidadas com as posições das carteiras próprias e carteiras administradas." (NR)

"Art. 11. As aplicações dos recursos referidas no art. 7º, incisos V e VI, ficam igualmente condicionadas a que a instituição financeira não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, por Estado." (NR)

"Art. 14. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, observado o disposto no art. 12.

§ 1º O limite de que trata o caput será de até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido dos fundos de investimento de que tratam os incisos VII do art. 7º, III e IV do art. 8º.

.....

§ 3º Em caso de os limites de que tratam o caput e o § 1º deste artigo serem ultrapassados em decorrência de resgate de cotas do fundo por outros cotistas, o regime próprio de previdência social deverá adequar-se em até 120 dias." (NR)

"Art. 15. .....

.....

§ 2º Os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em carteira administrada ou em cotas de fundo de investimento geridos por instituição financeira, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

jurídicas autorizadas pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira considerada, pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada ou reconhecida pela CVM, como:

.....

§ 3º As aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social por meio de entidades autorizadas e credenciadas deverão observar os limites, condições e vedações estabelecidos nesta Resolução e deverão ser consolidadas na forma do art. 10 para verificação do cumprimento desta Resolução.

§ 4º A gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social por entidade autorizada e credenciada deverá observar os requisitos estabelecidos nas normas gerais desses regimes." (NR)

"Art. 17. A atividade de custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável e investimentos estruturados deverá observar a regulamentação específica da CVM." (NR)

"Art. 18. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social:

I - a contratação deverá recair sobre pessoas jurídicas;

II - a regulamentação específica da CVM para os prestadores de serviço por esta regulados deverá ser observada;

III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que:

a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço;

b) não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento." (NR)

"Art. 19. .....

Parágrafo único. Os registros devem permitir a identificação do comitente final, com a consequente segregação do patrimônio do regime próprio de previdência social do patrimônio do custodiante e liquidante." (NR)

"Art. 21. Os regimes próprios de previdência social que, em decorrência da entrada em vigor desta Resolução ou de suas alterações, passem a apresentar aplicações em desacordo com o estabelecido, poderão mantê-las em carteira por até 180 dias.

§ 1º As aplicações que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimento previstas em seu regulamento então vigente poderão ser mantidas em carteira até a respectiva data, caso superior ao prazo previsto no caput.

§ 2º Até o enquadramento nos limites e condições estabelecidos nesta Resolução, ficam os regimes próprios de previdência social impedidos de efetuar novas aplicações que onerem os excessos porventura verificados, relativamente aos limites ora estabelecidos." (NR)

"Art. 23. .....

.....

II - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;

.....

IV - praticar diretamente as operações denominadas day-trade, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo regime próprio de previdência social;

.....

VII - aplicar direta ou indiretamente recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica;

VIII - remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma distinta das seguintes:

a) taxas de administração, performance, ingresso ou saída previstas em regulamento; ou

b) encargos do fundo, nos termos da regulamentação da CVM;

IX - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da CVM." (NR)

Art. 2º A Resolução nº 3.922, de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A:

"Art. 14-A. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, assim definido pela CVM em regulamentação específica." (NR)

Art. 3º A Subseção II da Seção II da Resolução nº 3.922, de 2010, passa a denominar-se "Do Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados" e a Subseção I da Seção IV da Resolução nº 3.922, de 2010, passa a denominar-se "Do Custodiante".

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010:

I - o inciso III do art. 2º;

II - a alínea "a" do inciso V e o § 5º do art. 7º;

III - incisos V e VI do art. 8º;

IV - a subseção III da seção II;

V - o caput e o parágrafo único do art. 9º; e

VI - o parágrafo único do art. 10.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.605, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Define procedimentos para as instituições financeiras contratarem operações de crédito no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal de que trata a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 19 de outubro de 2017, com base no art. 4º, incisos VI e VIII, da Lei nº 4.595, de 1964, resolveu:

Art. 1º As operações de crédito a serem contratadas pelas instituições financeiras com estado ou com o Distrito Federal que tenha obtido a homologação do Regime de Recuperação Fiscal de que trata a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, não se sujeitam aos procedimentos da Resolução nº 3.751, de 30 de junho de 2009, enquanto vigente o referido regime, devendo observar, além do disposto nas leis que regem a matéria e do disciplinamento estabelecido pelo Ministério da Fazenda, o disposto nesta Resolução.

Art. 2º Para fins de contratação das operações de crédito de que trata o art. 1º, as instituições autorizadas a operar com o setor público deverão centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à verificação de limites e condições aplicáveis, responsabilizando-se pelo encaminhamento do pleito ao Ministério da Fazenda.

Art. 3º A formalização dos instrumentos contratuais somente se efetivará após:

I - a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão integrante do Ministério da Fazenda, quanto à verificação dos limites e condições aplicáveis às operações de crédito de que trata esta Resolução;

II - a verificação de adimplência do interessado com as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como de inexistência de pendências de registro no Sistema de Registro de Operações com o Setor Público (Cadip), nos termos do art. 7º da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001.

Art. 4º A contratação de novas operações de crédito no valor global de até R$2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais) na forma dos incisos I a VII do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, não está sujeita ao limite definido no art. 9º da Resolução nº 2.827, de 2001.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.606, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5}), os requisitos para opção por essa metodologia e os requisitos adicionais para a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 19 de outubro de 2017, com base nos arts. 3º, inciso VI, e 4º, incisos VIII e XI, da referida Lei, 9º e 10 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, 20, § 1º, da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, 7º e 23 da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e 1º, § 1º, e 12 da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, resolveu:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ESCOPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5}), os requisitos para opção por essa metodologia, e os requisitos adicionais para a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

Art. 2º A opção pela utilização de metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de PR_{S5} é facultada às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil pertencentes aos seguintes grupos:

I - Grupo I: cooperativas singulares de crédito;

II - Grupo II: instituições não bancárias de atuação em concessão de crédito, exceto agências de fomento; e

III - Grupo III: instituições não bancárias de atuação nos mercados de ouro, de moeda estrangeira, ou como agente fiduciário.

§ 1º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se como instituições não bancárias aquelas que não são autorizadas a captar depósitos à vista e que não adotam a expressão "banco" em sua denominação.

§ 2º Para instituições sujeitas à elaboração de demonstrações contábeis na forma consolidada, a opção de que trata o caput é aplicável quando o conglomerado prudencial for constituído exclusivamente ou por instituições do grupo II ou por instituições do grupo III, sendo vedada para conglomerados prudenciais formados por instituições dos grupos II e III conjuntamente.

§ 3º A opção de que trata o caput não se aplica às instituições de que trata o art. 2º, § 5º, inciso II, da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS PARA A OPÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIA FACULTATIVA SIMPLIFICADA

Art. 3º A opção pela utilização de metodologia simplificada para a apuração do requerimento mínimo de PR_{S5} é condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

I - porte compatível com o enquadramento no Segmento 5 (S5), definido no art. 2º da Resolução nº 4.553, de 2017; e

II - perfil de risco simplificado.

§ 1º Para as instituições integrantes de conglomerado prudencial, os requisitos de que trata o caput devem ser atendidos de forma consolidada.

§ 2º Para instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil após a entrada em vigor desta Resolução, a verificação inicial do atendimento dos requisitos de que trata o caput é feita com base nas informações contidas no plano de negócio submetido ao Banco Central do Brasil.

Art. 4º Considera-se perfil de risco simplificado o atendimento dos seguintes requisitos:

I - ausência de operações:

a) sujeitas à variação no preço de ações, ressalvado o investimento em ações registrado no ativo permanente;

b) em sistema mantido por bolsa de valores;

c) com instrumento financeiro derivativo; e

d) de empréstimo de ativos;

II - ausência de aplicação em títulos de securitização de créditos;

III - ausência de operações compromissadas, exceto:

a) operações de venda com compromisso de recompra com ativos próprios; ou

b) operações de compra com compromisso de revenda com títulos públicos federais prefixados, indexados a taxa de juros ou a índice de preços;

IV - exclusividade de aplicação em cotas dos fundos de investimento que:

a) observem as restrições estabelecidas nos incisos I a III;

b) não mantenham exposições oriundas de operações de crédito; e

c) sejam classificados, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, como Fundos de Renda Fixa ou Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento classificado como Fundo de Renda Fixa;

V - não realização de atividades de:

a) subscrição da emissão de títulos e valores mobiliários (TVM) para a revenda;

b) intermediação da oferta pública e distribuição de TVM no mercado;

c) compra e venda de TVM por conta de terceiros;

d) administração de carteiras de TVM;

e) custódia de TVM;

f) subscrição, transferência e autenticação de endossos, desdobramento de cautelas, recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de TVM;

g) instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento;

h) emissão de certificados de depósito de ações;

i) serviços de ações escriturais;

j) operações de conta margem; e

VI - ausência de instrumentos autorizados pelo Banco Central do Brasil à composição do Capital Complementar ou do Nível II, nos termos do art. 24 da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013.

Art. 5º Para instituição pertencente ao grupo I ou ao grupo II, considera-se ainda como perfil de risco simplificado a ausência de:

I - exposição vendida ou comprada em ouro ou moeda estrangeira;

II - operações sujeitas a:

a) variação cambial; ou

b) variação no preço de mercadorias (commodities).

CAPÍTULO III

DO REQUERIMENTO MÍNIMO DE PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

Seção I

Da Apuração do Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5})

Subseção I

Das Definições

Art. 6º Para fins de apuração do valor do PR_{S5}, aplicam-se as seguintes definições:

I - subsidiária é a entidade integrante de conglomerado prudencial, à exceção da instituição líder; e

II - participação de não controladores é a parcela do capital da subsidiária não detida, direta ou indiretamente:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) pela instituição líder do conglomerado prudencial; ou

b) pelo controlador, no caso de subsidiária que também seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Subseção II

Do PR_{S5} do Conglomerado Prudencial

Art. 7º A apuração do PR_{S5} deve ser realizada em bases consolidadas para as instituições integrantes de um mesmo conglomerado prudencial.

Subseção III

Da Metodologia de Apuração do PR_{S5}

Art. 8º O PR_{S5} é apurado mediante:

I - a soma dos valores correspondentes:

a) ao capital social constituído por quotas, quotas-partes, ou por ações não resgatáveis e sem mecanismos de cumulatividade de dividendos;

b) às reservas de capital, de reavaliação e de lucros;

c) aos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial;

d) às sobras ou lucros acumulados;

e) às contas de resultado credoras; e

f) ao depósito em conta vinculada para suprir deficiência de capital, constituído nos termos do art. 6º da Resolução nº 4.019, de 29 de setembro de 2011; e

II - a dedução dos valores correspondentes:

a) às perdas não realizadas decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial;

b) às ações ou quaisquer outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o PR_{S5}, adquiridos diretamente ou indiretamente;

c) às perdas ou prejuízos acumulados;

d) às contas de resultado devedoras; e

e) aos ajustes prudenciais enumerados no art. 9º.

§ 1º No capital social mencionado na alínea "a" do inciso I do caput não deve ser considerado o aumento de capital em processo de autorização nas instituições mencionadas no art. 2º, com exceção do aumento de capital realizado por meio de incorporação de reservas e de sobras ou lucros acumulados.

§ 2º Não devem ser considerados no PR_{S5}:

I - recursos captados mas ainda não integralizados;

II - ações para as quais a instituição tenha criado, na emissão, expectativa de resgate, reembolso, amortização, recompra ou cancelamento; e

III - ações que tiveram sua compra financiada, direta ou indiretamente, pela instituição emissora ou por qualquer entidade do conglomerado prudencial.

Art. 9º Os ajustes prudenciais mencionados no art. 8º, inciso II, alínea "e", correspondem aos seguintes elementos patrimoniais:

I - ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;

II - ativos intangíveis;

III - ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido, líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados, aos quais a instituição financeira não tenha acesso irrestrito;

IV - valor agregado dos investimentos diretos ou indiretos:

a) no capital social de entidades não financeiras que não componham o conglomerado prudencial;

b) em instrumentos de Capital Principal, de Capital Complementar e de Nível II, conforme definidos, respectivamente, nos arts. 4º, 6º e 7º da Resolução nº 4.192, de 2013, de instituição que não componha o conglomerado prudencial;

V- participação de não controladores no capital de subsidiárias;

VI - créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização;

VII - créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998, apurados nos termos do art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e

VIII - ativos permanentes diferidos.

Parágrafo único. Não está sujeito a dedução o valor das quotas-partes correspondentes a participações de cooperativas de crédito no capital de cooperativas centrais de crédito ou de confederações de crédito.

Subseção IV

Da Transição para o PR_{S5}

Art. 10. As menções, em atos normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, a Patrimônio de Referência, Nível I ou Capital Principal, conforme definidos na Resolução nº 4.192, de 2013, referem-se ao PR_{S5} estabelecido nesta Resolução, quando se tratar de instituição optante pela metodologia facultativa simplificada de apuração do requerimento mínimo de PR_{S5}.

Seção II

Da Apuração do Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco na Forma Simplificada (RWA_{S5})

Art. 11. A instituição optante pela metodologia simplificada de que trata esta Resolução deve calcular o montante dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWA_{S5}), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

I - RWA_{ROSimp}, relativa ao cálculo do requerimento de capital para cobertura do risco operacional mediante abordagem padronizada simplificada;

II - RWA_{RCSimp}, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada simplificada; e

III - $RWA_{CAMSimp}$, relativa à exposição em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial mediante abordagem padronizada simplificada.

Parágrafo único. Os procedimentos e os parâmetros para apuração das parcelas mencionadas no caput devem ser estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Seção III

Da Apuração do Requerimento Mínimo de PR_{S5}

Art. 12. O requerimento mínimo de PR_{S5} para a instituição que optar pela utilização de metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de PR_{S5} corresponde a:

I - 12% (doze por cento) do montante RWA_{S5}, para cooperativa singular de crédito filiada a cooperativa central; e

II - 17% (dezessete por cento) do montante RWA_{S5}, para demais instituições.

Art. 13. A instituição optante pela metodologia simplificada de que trata esta Resolução deve manter, permanentemente, montante de PR_{S5} em valor superior ao requerimento mínimo estabelecido nesta Resolução.

CAPÍTULO IV

DA DEDUÇÃO DO EXCESSO DE IMOBILIZAÇÃO E DO DESTAQUE DE CAPITAL

Art. 14. Para fins da verificação do cumprimento do requerimento mínimo mencionado no art. 12, deve ser deduzido do PR_{S5} eventual excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente em relação aos percentuais estabelecidos nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 2.283, de 5 de junho de 1996.

Art. 15. A instituição que optar pelo destaque do PR_{S5} nos termos do art. 2º da Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, deve deduzir o valor destacado do PR_{S5} para fins da verificação do cumprimento do requerimento mínimo de que trata o art. 12.

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO RELATIVA À METODOLOGIA FACULTATIVA SIMPLIFICADA

Art. 16. A opção ou a desistência da utilização da metodologia simplificada de que trata esta Resolução deve ser:

I - aprovada pelo conselho de administração; e

II - comunicada ao Banco Central do Brasil.

§ 1º A confirmação de recebimento da comunicação pelo Banco Central do Brasil condiciona o início e o término da utilização da metodologia de que trata o caput.

§ 2º Os requisitos e requerimentos elencados nesta Resolução devem ser atendidos:

I - previamente à comunicação da opção mencionada no caput; ou

II - até a confirmação de recebimento da comunicação de desistência pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º A comunicação pela opção mencionada no caput é dispensada para instituição enquadrada no S5 na data de entrada em vigor desta Resolução e que opte pela metodologia por ela tratada.

Art. 17. A desistência da utilização da metodologia simplificada de que trata esta Resolução implica o impedimento do exercício da opção prevista nesta Resolução pelo período de doze meses contados a partir da confirmação de recebimento, pelo Banco Central do Brasil, da comunicação de que trata o art. 16.

Art. 18. O descumprimento de pelo menos um dos requisitos estabelecidos no art. 4º e, quando aplicável, também no art. 5º, implica o impedimento imediato da utilização da metodologia de que trata esta Resolução

Parágrafo único. O impedimento de que trata o caput permanece pelo período de 36 meses.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA SIMPLIFICADA DE GERENCIAMENTO CONTÍNUO DE RISCOS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 19. Adicionalmente ao disposto no art. 3º da Resolução nº 4.557, de 2017, a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos de instituição optante pela metodologia de que trata esta Resolução deve observar os requisitos de que trata este Capítulo.

Parágrafo único. Para as cooperativas singulares optantes pela metodologia facultativa simplificada de que trata esta Resolução que sejam integrantes de sistemas de dois ou de três níveis, a avaliação periódica dos processos da estrutura simplificada de gerenciamento de riscos é responsabilidade da cooperativa central ou confederação.

Art. 20. A estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar:

I - o risco operacional, conforme definido no art. 22;

II - o risco socioambiental, nos termos da Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014;

III - o risco de crédito, conforme definido no art. 25, para instituição pertencente ao grupo I ou grupo II e, quando relevante, para instituição pertencente ao grupo III; e

IV - os demais riscos a que a instituição esteja exposta de maneira relevante.

Art. 21. A estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos deve prever:

I - documentação das políticas, estratégias, rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, de que trata o art. 61, inciso II, da Resolução nº 4.557, de 2017;

II - reporte, para a administração da instituição, das exceções às políticas mencionadas no inciso I;

III - monitoramento dos níveis de capital e de liquidez;

IV - manutenção de perfil de captação de recursos adequado às necessidades de liquidez esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de exposições não contabilizadas no balanço patrimonial da instituição;

V - manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser prontamente convertidos em caixa para honrar as obrigações;

VI - plano para enfrentar situações de escassez de ativos líquidos, indicando as responsabilidades, as estratégias, os procedimentos e as fontes alternativas de recursos para honrar as obrigações da instituição;

VII - identificação prévia dos riscos inerentes a modificações relevantes em produtos e serviços existentes, bem como a novos produtos e serviços;

VIII - documentação das atribuições do pessoal da instituição relativas ao gerenciamento de riscos; e

IX - elaboração de relatórios gerenciais periódicos versando sobre o desempenho da estrutura simplificada de gerenciamento de riscos.

Parágrafo único. O monitoramento do nível de liquidez, de que trata o inciso III do caput, deve considerar todas as operações praticadas nos mercados financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, incluindo as associadas a serviços de liquidação, a prestação de avais e garantias, e a linhas de crédito e de liquidez contratadas e não utilizadas.

Seção II

Do Gerenciamento do Risco Operacional

Art. 22. Para fins do disposto nesta Resolução, define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

§ 1º A definição de que trata o caput inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

§ 2º Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

I - fraudes internas;

II - fraudes externas;

III - demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;

IV - práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;

V - danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;

VI - situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição;

VII - falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e

VIII - falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

Art. 23. A estrutura simplificada de gerenciamento contínuo, de que trata o art. 21, deve prever, adicionalmente, para o risco operacional:

I - critérios de decisão quanto à terceirização de serviços e de seleção de seus prestadores;

II - avaliação, gerenciamento e monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição;

III - infraestrutura de TI que assegure integridade, segurança e disponibilidade dos dados relativos ao gerenciamento de riscos; e

IV - política de continuidade de negócios.

§ 1º Devem constar dos contratos referentes à prestação de serviços terceirizados de TI a permissão de acesso do Banco Central do Brasil a:

I - termos firmados;

II - documentação e informações referentes aos serviços prestados; e

III - dependências do contratado.

§ 2º A política de continuidade de negócios de que trata o caput, inciso IV, deve prever:

I - identificação e documentação dos processos críticos de negócio;

II - estratégias para assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio;

III - plano de continuidade de negócios que estabeleça procedimentos para reinício e recuperação das atividades em caso de interrupção dos processos críticos de negócio.

Art. 24. A instituição deve se assegurar da adequada capacitação sobre risco operacional de todos os empregados e dos prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Seção III

Do Gerenciamento do Risco de Crédito

Art. 25. Para fins do disposto nesta Resolução, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

I - não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;

II - desvalorização ou redução de remunerações e de ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou do interveniente;

III - reestruturação de instrumentos financeiros;

IV - custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos, nos termos do art. 27; ou

V - desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas de que trata a Resolução nº 4.512, de 28 de julho de 2016.

§ 1º Para fins do gerenciamento do risco de crédito, considera-se:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - contraparte: o tomador de recursos, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido; e

II - reestruturação de instrumentos financeiros: renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente.

§ 2º As vantagens mencionadas no § 1º, inciso II, incluem aquelas formalizadas nos instrumentos financeiros originais ou em novos instrumentos utilizados para liquidação ou refinanciamento daqueles.

§ 3º A definição de risco de crédito inclui o risco de concentração, entendido como a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas:

I - a uma mesma contraparte;

II - a contrapartes entre as quais se verifique relação de controle, quando uma das contrapartes detém, direta ou indiretamente, mais de 50% (cinquenta por cento) do capital votante da outra contraparte;

III - a contrapartes com atuação em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento de produtos ou serviços;

IV - associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiro; e

V - cujo risco é mitigado por um mesmo tipo de instrumento.

Art. 26. A estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos deve prever, adicionalmente, para o risco de crédito:

I - o gerenciamento de exposições com características semelhantes, tanto em nível individual quanto em nível agregado, abrangendo aspectos como fontes significativas do risco de crédito, identificação da contraparte ou do interveniente e da forma de agregação das exposições;

II - a identificação dos fatores de risco significativos para fins do gerenciamento do risco de concentração, segundo critérios definidos pela própria instituição;

III - gerenciamento do risco de crédito das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial da instituição;

IV - observada a regulamentação contábil em vigor, mecanismos para que os níveis de provisionamento sejam suficientes em face do risco de crédito incorrido pela instituição;

V - critérios e procedimentos, claramente definidos e documentados, acessíveis aos envolvidos nos processos de concessão e de acompanhamento de operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo:

a) análise prévia, realização e repactuação de operações sujeitas ao risco de crédito;

b) coleta e documentação das informações necessárias para a completa compreensão do risco de crédito envolvido nas operações;

c) detecção de indícios e adoção de providências relativas à deterioração da qualidade creditícia da contraparte;

d) cobrança e recebimento de créditos; e

e) recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos, nos termos do art. 27;

VI - critérios e procedimentos para identificação, monitoramento e controle de exposição caracterizada como ativo problemático, nos termos do art. 27; e

VII - documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, incluindo aquelas relacionadas à reestruturação, nos termos do art. 25, § 1º, inciso II, e à recuperação de crédito.

Art. 27. Para fins do gerenciamento do risco de crédito, a exposição deve ser caracterizada como ativo problemático quando verificado pelo menos um dos seguintes eventos:

I - a respectiva obrigação está em atraso há mais de noventa dias;

II - há indicativos de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada sem que seja necessário recurso a garantias ou a colaterais.

§ 1º Os indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada incluem:

I - a instituição considera que a contraparte não tem mais capacidade financeira para honrar a obrigação nas condições pactuadas;

II - a instituição, independentemente de exigência regulamentar, reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do tomador ou contraparte;

III - a operação relativa à exposição é reestruturada, nos termos do art. 25, § 1º, inciso II;

IV - a instituição pede a falência ou toma providência similar em relação à contraparte; e

V - a contraparte solicita ou sofre qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.

§ 2º As exposições caracterizadas como ativos problemáticos somente podem ter essa condição alterada diante de evidência de retomada, pela contraparte, da capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas.

§ 3º Os critérios para a evidenciação de que trata o § 2º devem ser previamente estabelecidos pela instituição e claramente documentados.

Seção IV

Da Governança

Art. 28. Compete ao diretor responsável pela estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, de que trata o art. 62 da Resolução nº 4.557, de 2017:

I - supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura simplificada de gerenciamento de riscos, e garantir seu aperfeiçoamento;

II - subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos, auxiliando o conselho de administração; e

III - supervisionar os processos e controles relativos à apuração do montante RWA_{S5} e ao requerimento mínimo de PR.

Art. 29. Compete ao conselho de administração, para fins do gerenciamento de riscos:

I - aprovar e revisar, com frequência mínima de dois anos, as políticas e estratégias de gerenciamento de riscos e assegurar sua observância pela instituição;

II - assegurar a tempestiva correção das deficiências da estrutura simplificada de gerenciamento de riscos;

III - autorizar, quando necessário, exceções às políticas e aos procedimentos estabelecidos;

IV - promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição;

V - assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez; e

VI - compreender de forma abrangente os riscos que podem impactar o capital e a liquidez da instituição.

Art. 30. Na inexistência do conselho de administração, aplicam-se à diretoria da instituição as competências a ele atribuídas por esta Resolução.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. A instituição que optar pela utilização da metodologia facultativa simplificada de que trata esta Resolução deve remeter ao Banco Central do Brasil, na forma por ele estabelecida, as informações mínimas relativas à apuração do PR_{S5} e do montante RWA_{S5}.

Art. 32. O Banco Central do Brasil pode determinar que os valores referentes aos instrumentos autorizados a compor o PR_{S5} sejam desconsiderados, caso constatado o descumprimento de requisitos e condições estabelecidos nesta Resolução.

Art. 33. As cooperativas centrais de crédito optantes pela apuração do montante de ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWA_{RPS}), de que trata a Resolução nº 4.194, de 1º de março de 2013, devem se enquadrar no Segmento 4 (S4) em até seis meses.

Parágrafo único. A cooperativa central de crédito deve observar a metodologia facultativa simplificada de que trata esta Resolução durante o período de que trata o caput.

Art. 34. O art. 1º da Resolução nº 3.488, de 29 de agosto de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O limite do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, para a exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, calculada conforme os procedimentos e parâmetros estabelecidos pela referida autarquia, é de 30% (trinta por cento).

.....

§ 4º Excetuam-se do disposto no caput as instituições enquadradas no Segmento 5 (S5), nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017." (NR)

Art. 35. O art. 1º da Resolução nº 4.192, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Resolução estabelece metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência (PR) apurado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput:

I - as instituições optantes pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5}), conforme a Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017; e

II - as sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte." (NR)

Art. 36. O art. 1º da Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput as instituições enquadradas no Segmento 5 (S5), nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017." (NR)

Art. 37. Esta Resolução entra em vigor em 18 de fevereiro de 2018.

Art. 38. Fica revogada a Resolução nº 4.194, de 1º de março de 2013.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.607, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a Resolução nº 2.844, de 29 de junho de 2001, para excluir dos limites de exposição por cliente as operações de crédito, de arrendamento mercantil e os créditos decorrentes de operações com derivativos perante a União e a parcela das operações de crédito por ela garantida.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 19 de outubro de 2017, com base nos arts. 4º, incisos VIII, X, XI e XXII, e 22, § 1º, da referida Lei, resolveu:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 2.844, de 29 de junho de 2001, fica acrescido do § 6º, com a seguinte redação:

"§ 6º Não se incluem no limite de que trata este artigo:

I - operações de crédito e de arrendamento mercantil de responsabilidade da União;

II - créditos decorrentes de operações com derivativos de responsabilidade da União; e

III - parcelas de operações de crédito garantidas pela União." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTOS

Ata de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção

A íntegra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br, podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sítio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

3 DE OUTUBRO DE 2017 A 5 DE OUTUBRO DE 2017

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 402, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, Jose Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10410.721285/2015-32 - SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO - Acórdão: 2201-003.936

Processo: 10166.720533/2013-03 - PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Acórdão: 2201-003.937

Processo: 10166.720534/2013-40 - PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Acórdão: 2201-003.938

Processo: 10166.730285/2012-10 - PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Acórdão: 2201-003.939

Processo: 10166.731333/2014-59 - PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Acórdão: 2201-003.940

Processo: 10166.731334/2014-01 - PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Acórdão: 2201-003.941

Processo: 10480.734890/2012-05 - USINA SAO JOSE S/A - Acórdão: 2201-003.942

Processo: 10480.725339/2013-43 - USINA SAO JOSE S/A - Acórdão: 2201-003.943

Processo: 15504.724366/2011-35 - ANTONIO CARLOS DE CASTRO TOLEDO - Acórdão: 2201-003.944

Processo: 15504.724365/2011-91 - EVANDRO TOLEDO - Acórdão: 2201-003.945

Processo: 15504.724367/2011-80 - JOSE RODOLFO DE CASTRO TOLEDO - Acórdão: 2201-003.946

Processo: 15504.724364/2011-46 - MARIA SATURNINA DE CASTRO TOLEDO MAGALHAES - Acórdão: 2201-003.947

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 15504.724363/2011-00 - PETRONIO TOLEDO - Acórdão: 2201-003.948
Processo: 10945.720634/2011-37 - JAIME RABELO - Acórdão: 2201-003.949
Processo: 19515.002805/2005-39 - VERA LUTFALLA JAFET - Acórdão: 2201-003.950

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 402, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, Jose Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 13555.000194/2011-80 - DOLARDY ANDRADE PATERNOSTRO - Acórdão: 2201-003.951
Processo: 10530.723041/2009-80 - EDUARDO DE CAMARGO FACCIONI - Pedido de vista.
Processo: 11070.720189/2012-95 - ANNA SPEGEL ARNS - Acórdão: 2201-003.952
Processo: 12448.724117/2012-54 - ANTAR PADILHA GONCALVES - Acórdão: 2201-003.953
Processo: 10880.723540/2015-45 - JOSE MARIA MARTINEZ ZARAGOZA - Acórdão: 2201-003.954
Processo: 10880.727003/2016-55 - MITSUO MATSUNAGA - Acórdão: 2201-003.955
Processo: 10920.721942/2015-91 - MOACYR ROGERIO SENS - Resolução: 2201-000.294
Processo: 12448.727315/2013-51 - PAULO GUILHERME BARROSO ROMANO - Resolução: 2201-000.295
Processo: 19515.721818/2013-11 - MARCO RACY KHEIRALLAH - Acórdão: 2201-003.956
Processo: 19515.721386/2013-48 - EVANDRO LUIZ DE ALMEIDA PEREIRA - Acórdão: 2201-003.957
Processo: 19515.000635/2008-09 - MARCELO GONCALVES PATRICIO JUNIOR - Acórdão: 2201-003.958
Processo: 15586.720562/2013-30 - BIANCA RICCO BERMUDES - Acórdão: 2201-003.959
Processo: 15563.720102/2012-99 - CARLOS EDUARDO PINA DA SILVA - Acórdão: 2201-003.960
Processo: 11060.724243/2011-18 - MARISTELA FRACAO CORTEZ - Acórdão: 2201-003.961

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 402, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, Jose Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10830.015386/2009-81 - ANA MARIA BISCO - Acórdão: 2201-003.962
Processo: 10675.720035/2011-41 - NEI LUIZ MAURICIO - Acórdão: 2201-003.963
Processo: 10950.001954/2010-34 - BENEDITO COSTA - Acórdão: 2201-003.964
Processo: 10950.004508/2010-81 - CARLOS ROBERTO OLIVEIRA - Acórdão: 2201-003.965
Processo: 11060.000734/2009-47 - INES ZAMBERLAN DA SILVA - Acórdão: 2201-003.966
Processo: 11060.000735/2009-91 - MANOEL FRANCISCO DA SILVA - Acórdão: 2201-003.967
Processo: 19515.004307/2010-98 - WLADMIR ROMERO - Acórdão: 2201-003.968
Processo: 15504.723098/2014-87 - SINVAL FAGUNDES SOBRINHO - Acórdão: 2201-003.969
Processo: 10886.720784/2015-16 - VERA LUCIA DA SILVA VASCONCELLOS - Pedido de vista.
Processo: 11080.720907/2010-42 - JOAO CARLOS TIMMERS - Acórdão: 2201-003.970
Processo: 13840.000718/2003-15 - AFN MAQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA. - Resolução: 2201-000.297
Processo: 11831.005212/2002-97 - CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Acórdão: 2201-003.971
Processo: 10218.720896/2013-88 - CLAUDIOMAR VICENTE KEHRNVALD - Acórdão: 2201-003.972

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 402, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, Jose Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10166.721564/2014-54 - LUIZ ESTEVAO DE OLIVEIRA - Acórdão: 2201-003.973
Processo: 10680.014631/2008-13 - CLAUDINA RODRIGUES BONFIM - Acórdão: 2201-003.974
Processo: 19515.000054/2009-40 - DUILIO NOCCIOLI MONTEIRO ALVES - Acórdão: 2201-003.975
Processo: 10283.720724/2012-40 - JOAO RICARDO OLIVA PARDO - Acórdão: 2201-003.976
Processo: 18050.720335/2015-11 - WALTER FRANCISCO DE OLIVEIRA - Acórdão: 2201-003.977
Processo: 13819.721735/2012-40 - NILTON XAVIER MOL - Retirado de pauta.
Processo: 19394.720156/2013-85 - RAIMUNDO JOSE DA CONCEICAO - Acórdão: 2201-003.978
Processo: 10510.723555/2014-31 - SATIRO YAJIMA - Acórdão: 2201-003.979
Processo: 15504.726196/2015-57 - SEBASTIAO FERREIRA DA SILVA - Acórdão: 2201-003.980
Processo: 15504.726198/2015-46 - SEBASTIAO FERREIRA DA SILVA - Acórdão: 2201-003.981

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 402, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, Jose Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 13706.006494/2008-04 - JAYME BUARQUE DE HOLLANDA - Acórdão: 2201-003.982
Processo: 13706.006495/2008-41 - JAYME BUARQUE DE HOLLANDA - Acórdão: 2201-003.983
Processo: 15463.000664/2010-89 - JAYME BUARQUE DE HOLLANDA - Acórdão: 2201-003.984
Processo: 13706.006498/2008-84 - JAYME BUARQUE DE HOLLANDA - Acórdão: 2201-003.985
Processo: 13706.006496/2008-95 - JAYME BUARQUE DE HOLLANDA - Acórdão: 2201-003.986
Processo: 15504.726190/2015-80 - RACHEL NEVES DOURADO DUARTE - Acórdão: 2201-003.987
Processo: 19985.725039/2015-10 - VILMA BRANCO GANDOLFO - Acórdão: 2201-003.988

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 402, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, Jose Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 13851.000438/2003-70 - MARIO APARECIDO PESCUMO TOLOI - Acórdão: 2201-003.989
Processo: 17437.720137/2013-80 - JOAO CARLOS OLIVEIRA CORREA - Acórdão: 2201-003.990
Processo: 17437.720196/2015-10 - JOAO CARLOS OLIVEIRA CORREA - Acórdão: 2201-003.991
Processo: 18470.724592/2015-72 - MARIA LUIZA DE ARAUJO E SOUSA - Acórdão: 2201-003.992

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

2ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTOS

Ata de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção

A íntegra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br, podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sítio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

3 DE OUTUBRO DE 2017 A 5 DE OUTUBRO DE 2017

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 403, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente), Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Mon, Waltir de Carvalho, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Virgilio Cansino Gil, Rosy Adriane da Silva Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Martin da Silva Gesto e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 19515.001700/2008-13 - DELSON JOSE AMADOR - Acórdão: 2202-004.158
Processo: 10120.003711/2007-16 - EDMAR BORGES DE LIMA - Acórdão: 2202-004.299
Processo: 10120.004324/2007-99 - MANOEL FERREIRA DA CRUZ - Acórdão: 2202-004.160
Processo: 10120.004738/2007-18 - CARLOS ALBERTO MACHADO - Acórdão: 2202-004.161
Processo: 10120.011613/2007-44 - VANDERLAN VIEIRA CARDOSO - Acórdão: 2202-004.162
Processo: 10167.001281/2007-53 - ABDALA CARIM NABUT - Acórdão: 2202-004.163
Processo: 10167.001327/2007-34 - MARCO ANTONIO DA SILVA - Acórdão: 2202-004.164
Processo: 10320.004621/2007-88 - RIOD AYOUB JORGE - Acórdão: 2202-004.165
Processo: 10380.002945/2008-58 - CAETANO GUEDES JUNIOR - Acórdão: 2202-004.166
Processo: 10380.003842/2008-13 - JOSE GIUVAN PIRES NUNES - Acórdão: 2202-004.167
Processo: 10380.004185/2008-13 - INES MARIA CORREA DE ARRUDA - Acórdão: 2202-004.168
Processo: 10380.004937/2007-65 - HELANO COELHO DE SOUSA - Acórdão: 2202-004.169
Processo: 10380.005405/2007-45 - ANTONIO GOIS MONTEIRO MENDES - Acórdão: 2202-004.170
Processo: 10380.005737/2007-20 - EDUARDO FLOTENTINO RIBEIRO - Acórdão: 2202-004.171
Processo: 10380.005741/2007-98 - EDUARDO FLORENTINO RIBEIRO - Acórdão: 2202-004.172
Processo: 10380.006413/2007-17 - JOAO DA LUZ SAMPAIO - Acórdão: 2202-004.173
Processo: 10380.006414/2007-53 - JOAO DILMAR DA SILVA - Acórdão: 2202-004.174
Processo: 10380.006459/2007-28 - URIAS ALVES MOREIRA - Acórdão: 2202-004.175
Processo: 10384.003055/2007-42 - MARIZETE GOMES DE SOUZA BATISTA - Acórdão: 2202-004.176
Processo: 10384.003056/2007-97 - MARIZETE GOMES DE SOUZA BATISTA - Acórdão: 2202-004.177
Processo: 10384.004061/2007-17 - FRANCISCO PEREIRA DA SILVA - Acórdão: 2202-004.178
Processo: 10384.004069/2007-83 - JOSE SOARES DE ALBUQUERQUE - Acórdão: 2202-004.179
Processo: 10384.004133/2007-26 - JOAO MENESES DA SILVA - Acórdão: 2202-004.180
Processo: 10384.005083/2007-02 - JOSE SOARES LOPES - Acórdão: 2202-004.181
Processo: 10384.006494/2007-15 - LINOMAR VIEIRA DA SILVA SOBRINHO - Acórdão: 2202-004.182
Processo: 10384.006596/2007-22 - GONCALO FORTES DOS SANTOS FILHO - Acórdão: 2202-004.183
Processo: 10384.006597/2007-77 - GONCALO FORTES DOS SANTOS FILHO - Acórdão: 2202-004.184
Processo: 10384.006601/2007-05 - JOAO FORTES BACELAR DE CARVALHO - Acórdão: 2202-004.185
Processo: 10384.006602/2007-41 - ANTONIO CARLOS TORRES SANTOS - Acórdão: 2202-004.186
Processo: 10384.006603/2007-96 - ANTONIO CARLOS TORRES SANTOS - Acórdão: 2202-004.187
Processo: 10384.007001/2007-56 - JOSE OSVALDO BARBOSA FILHO - Acórdão: 2202-004.188
Processo: 10410.005468/2007-05 - VANIA OITICICA PINTO DE GUEDES PAIVA - Acórdão: 2202-004.189

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10425.000032/2008-33 - CLAUDIO ANTONIO MARQUES DE SOUSA - Acórdão: 2202-004.190
Processo: 10435.002524/2007-63 - JOSE BARBOSA DE LIMA - Acórdão: 2202-004.191
Processo: 10510.004281/2007-58 - JOSE KLEBER DE SANTANA FONSECA - Acórdão: 2202-004.192
Processo: 10510.004282/2007-01 - JOSE KLEBER DE SANTANA FONSECA - Acórdão: 2202-004.193
Processo: 10510.004285/2007-36 - JOSE GENIVALDO DE SANTANA - Acórdão: 2202-004.194
Processo: 10510.004286/2007-81 - BARTOLOMEU VIEIRA LIMA - Acórdão: 2202-004.195
Processo: 10530.001622/2007-03 - CRISTOVAO CARNEIRO FERREIRA - Acórdão: 2202-004.196
Processo: 10530.003848/2007-31 - MARCO TULIO VILASBOAS - Acórdão: 2202-004.197
Processo: 10530.003849/2007-85 - MARCO TULIO VILASBOAS - Acórdão: 2202-004.198
Processo: 10530.003850/2007-18 - MARCO TULIO VILASBOAS - Acórdão: 2202-004.199
Processo: 10540.001084/2007-20 - JOSE MARIVALDO CALASANS COSTA - Acórdão: 2202-004.200
Processo: 10540.001560/2007-11 - EDVAL LUZ SILVA - Acórdão: 2202-004.201
Processo: 10540.001565/2007-35 - ARIVALDO LUZ SILVA - Acórdão: 2202-004.202
Processo: 10580.004498/2007-34 - LUCIENE SUZART DA SILVA - Acórdão: 2202-004.203
Processo: 10580.005538/2007-65 - JOSE VALADARES FONTES DE SANTANA - Acórdão: 2202-004.204
Processo: 10630.005178/2007-69 - EDSON WANDER ARAUJO - Acórdão: 2202-004.205
Processo: 10670.001587/2007-10 - FRANCISCO DE ASSIS SIMOES - Acórdão: 2202-004.206
Processo: 10670.001588/2007-64 - FRANCISCO DE ASSIS SIMOES - Acórdão: 2202-004.207
Processo: 10670.002075/2007-71 - GERCI DAVID DOS SANTOS - Acórdão: 2202-004.208
Processo: 10670.002260/2007-65 - VALDECI PEREIRA DE ALBUQUERQUE - Acórdão: 2202-004.209
Processo: 10680.007148/2007-00 - ANTONIO CARLOS DE MOURA - Acórdão: 2202-004.210
Processo: 10680.008034/2007-79 - ERALDINO SOARES DE OLIVEIRA - Acórdão: 2202-004.211
Processo: 10680.008529/2007-06 - JOAO BATISTA REZENDE - Acórdão: 2202-004.212
Processo: 10680.009060/2007-14 - CLAUDEMIR CARPE - Acórdão: 2202-004.213
Processo: 10680.009787/2007-00 - RICARDO CARNEIRO - Acórdão: 2202-004.214
Processo: 10820.000983/2007-69 - GERALDO CHAVES BARBOSA - Acórdão: 2202-004.215
Processo: 10835.002697/2008-50 - ARLINDO MUNUERA JUNIOR - Acórdão: 2202-004.216
Processo: 10865.003421/2007-51 - JOSE ANTONIO BARROS MUNHOZ - Acórdão: 2202-004.217
Processo: 10950.003603/2007-62 - RENATO TOALDO - Acórdão: 2202-004.218
Processo: 10950.006254/2007-31 - EDSON SILVA DE LIMA - Acórdão: 2202-004.219
Processo: 10950.006261/2007-32 - TAUILLO TEZELLI - Acórdão: 2202-004.220
Processo: 11853.000847/2007-54 - EDSON SPINDOLA - Acórdão: 2202-004.221
Processo: 11853.001139/2007-31 - CARLOS AUGUSTO DE SAO JOSE - Acórdão: 2202-004.222
Processo: 11853.001240/2007-91 - CYRO MELO PEREIR - Acórdão: 2202-004.223
Processo: 11853.001473/2007-94 - GUSTAVO AUGUSTO AURNHEIMER RIBEIRO - Acórdão: 2202-004.224
Processo: 13017.000602/2007-12 - PAULO PEDRO PORT - Acórdão: 2202-004.225
Processo: 13017.000604/2007-01 - MARCELO WASEN VEECK - Acórdão: 2202-004.226
Processo: 13116.000087/2008-25 - JOSE OSVALDO DA SILVA - Acórdão: 2202-004.227
Processo: 13312.000629/2008-43 - JOSE ARIMAR SOUSA - Acórdão: 2202-004.228
Processo: 13312.000649/2008-14 - JOSE ARIMAR SOUSA - Acórdão: 2202-004.229
Processo: 13315.000012/2009-89 - PAULO NEY MARTINS - Acórdão: 2202-004.230
Processo: 13331.000116/2010-29 - FRANCISCO ROVELIO NUNES PESSOA - Acórdão: 2202-004.231
Processo: 13331.000117/2010-73 - FRANCISCO ROVELIO NUNES PESSOA - Acórdão: 2202-004.232
Processo: 13336.000021/2008-41 - CLAUDIESTONE LEITE DE ALMEIDA - Acórdão: 2202-004.233
Processo: 13406.000056/2009-90 - EMERCIA DO NASCIMENTO DIAS - Acórdão: 2202-004.234
Processo: 13411.000676/2007-98 - MANOEL GOMES CARVALHO PIRES - Acórdão: 2202-004.235
Processo: 13411.001150/2007-25 - MARIA OLINDINA LUSTOSA DE CARVALHO - Acórdão: 2202-004.236
Processo: 13411.001189/2007-42 - ZITA MARIA LUSTOSA DE LUCENA - Acórdão: 2202-004.237
Processo: 13411.001191/2007-11 - ALAIDE DUARTE LUSTOSA - Acórdão: 2202-004.238
Processo: 13433.001835/2008-02 - FRANCISCO WELINGTON SOARES NERI - Acórdão: 2202-004.239
Processo: 13434.000140/2007-12 - FRANCISCO NERI DE OLIVEIRA - Acórdão: 2202-004.240
Processo: 13434.000142/2007-01 - FRANCISCO NERI DE OLIVEIRA - Acórdão: 2202-004.241
Processo: 13434.000145/2007-37 - FRANCISCO NERI DE OLIVEIRA - Acórdão: 2202-004.242
Processo: 13508.000361/2008-52 - SILVIO JOSE SANTANA SANTOS - Acórdão: 2202-004.243
Processo: 13510.000257/2008-19 - EDNELSON VILAS BOAS DE SOUSA - Acórdão: 2202-004.244
Processo: 13531.000361/2008-65 - LEONIR FLORIANI - Acórdão: 2202-004.245
Processo: 13681.000115/2007-17 - WELLIGTON PACIFICO CAMPOS DE LIMA - Acórdão: 2202-004.246
Processo: 13731.000129/2007-90 - ALFREDO GOMES TELLES - Acórdão: 2202-004.247
Processo: 13887.000248/2007-79 - JOAO CLAUDIO LINO DE QUEIROZ - Acórdão: 2202-004.248
Processo: 14041.001454/2007-19 - ROVILSON LIMA DA FROTA - Acórdão: 2202-004.249
Processo: 14120.000288/2007-45 - MAURILIO FERREIRA AZAMBUJA - Acórdão: 2202-004.250
Processo: 14120.000289/2007-90 - REINALDO AZAMBUJA SILVA - Acórdão: 2202-004.251
Processo: 14333.000164/2007-64 - CLIMENIE B DE ARAUJO PONTES - Acórdão: 2202-004.252
Processo: 14333.000235/2007-29 - MANOEL MESSIAS SOARES DA SILVA - Acórdão: 2202-004.253
Processo: 14333.000278/2007-12 - CLOVIS MANOEL DE MELO BEGOT - Acórdão: 2202-004.254
Processo: 14333.000280/2007-83 - MANOEL CARLOS ANTUNES - Acórdão: 2202-004.255
Processo: 14474.000341/2007-06 - CARLOS GERALDO DA SILVA - Acórdão: 2202-004.256
Processo: 15504.002873/2008-19 - JAIR PEREIRA COSTA - Acórdão: 2202-004.257
Processo: 15504.002875/2008-16 - JAIR PEREIRA COSTA - Acórdão: 2202-004.258
Processo: 15504.002877/2008-05 - JAIR PEREIRA COSTA - Acórdão: 2202-004.259
Processo: 15540.000345/2007-16 - ROGERIO BIANCHINI - Acórdão: 2202-004.260
Processo: 15922.000394/2008-37 - ANTONIO GEROMEL - Acórdão: 2202-004.261
Processo: 16045.000880/2007-12 - HUMBERTO BASSANELLO - Acórdão: 2202-004.262
Processo: 16370.000223/2007-83 - FLORINDO DALBERTO - Acórdão: 2202-004.263
Processo: 16370.000236/2007-52 - ONAUR RUANO - Acórdão: 2202-004.264
Processo: 16707.000532/2008-95 - JOAO LOURENCO NETO - Acórdão: 2202-004.265
Processo: 16707.005069/2007-97 - JERONIMO DA CAMARA FERREIRA DE MELO - Acórdão: 2202-004.266
Processo: 16707.005075/2007-44 - JERONIMO DA CAMARA FERREIRA DE MELO - Acórdão: 2202-004.267
Processo: 17240.000046/2007-83 - EXPEDITA DA COSTA MEDEIROS - Acórdão: 2202-004.268
Processo: 18050.003435/2008-41 - JOSE SANTANA DA SILVA - Acórdão: 2202-004.269
Processo: 18050.004535/2008-95 - ENILMA CORDEIRO DO NASCIMENTO SILVA - Acórdão: 2202-004.270
Processo: 18184.000516/2007-93 - ANTONIO FERREIRA PINTO - Acórdão: 2202-004.271
Processo: 18184.000576/2007-14 - ROGERIO PINTO COELHO AMATO - Acórdão: 2202-004.272
Processo: 18184.000624/2007-66 - MARCOS EDUARDO TRIBST - Acórdão: 2202-004.273
Processo: 19515.000318/2008-84 - GERSON LUIS BITTENCOURT - Acórdão: 2202-004.274
Processo: 19515.000319/2008-29 - FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Acórdão: 2202-004.275
Processo: 19515.000320/2008-53 - JILMAR AUGUSTINHO TATTO - Acórdão: 2202-004.276
Processo: 19515.000332/2008-88 - CARLOS ALBERTO ROLIM ZARATTINI - Acórdão: 2202-004.277
Processo: 19515.000335/2008-11 - JILMAR AUGUSTINHO TATTO - Acórdão: 2202-004.278
Processo: 19615.000574/2007-62 - JERONIMO DA CAMARA FERREIRA DE MELO - Acórdão: 2202-004.279
Processo: 19647.007467/2007-98 - JOAO LAZARO DANTAS - Acórdão: 2202-004.280
Processo: 19706.000280/2007-11 - DIOGO ROBALINHO QUEIROZ - Acórdão: 2202-004.281
Processo: 35009.000879/2007-79 - JORGE HENRIQUE BEZERRA NOGUEIRA DE QUEIROZ - Acórdão: 2202-004.282
Processo: 35022.000401/2003-47 - SONIA SANTOS CASSIMIRO - Acórdão: 2202-004.283
Processo: 35067.001494/2007-34 - EVALDO FRANCA MARTINELLI - Acórdão: 2202-004.284
Processo: 35092.000496/2005-37 - ADEMIR DE SOUSA OSIRO - Acórdão: 2202-004.285
Processo: 35092.000497/2005-81 - NEWTON RENATO OURIQUES COUTO - Acórdão: 2202-004.286
Processo: 35206.000327/2007-34 - PAULO GUIMARAES DOS SANTOS - Acórdão: 2202-004.287
Processo: 35206.000407/2006-17 - JOSEFA BEATRIZ DE AQUINO - Acórdão: 2202-004.288
Processo: 35206.000408/2006-53 - AGNALDO JOSE RODRIGUES DA SILVA - Acórdão: 2202-004.289
Processo: 35220.000301/2006-27 - JOAO BOSCO LACERDA DE ALENCAR - Acórdão: 2202-004.290
Processo: 35226.002875/2001-75 - DIONISIO MOURA FILHO - Acórdão: 2202-004.291
Processo: 35305.000305/2007-56 - CARLOS ROBERTO ADAO BARBOSA - Acórdão: 2202-004.292
Processo: 35547.000860/2005-73 - RITA DE CASSIA SILVA SACRAMENTO - Acórdão: 2202-004.293
Processo: 36968.005543/2005-55 - PEDRO DE QUEIROZ BRAGA - Acórdão: 2202-004.294
Processo: 37178.001464/2004-53 - ROMULO MENDES RUIZ - Acórdão: 2202-004.295
Processo: 37284.000830/2007-92 - ROMILDA GUIMARAES MACARINI - Acórdão: 2202-004.296
Processo: 37301.000144/2002-51 - MARIA DE LOURDES NUNES TEIXEIRA - Acórdão: 2202-004.297
Processo: 10935.000707/2011-90 - MASCARELLO - CARROCERIAS E ONIBUS LTDA - Acórdão: 2202-004.300
Processo: 18470.728403/2014-50 - RPT DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA - Resolução: 2202-000.807
Processo: 10480.721555/2009-33 - ATLANTICA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - Acórdão: 2202-004.301
Processo: 10480.721557/2009-22 - ATLANTICA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - Acórdão: 2202-004.302
Processo: 10480.721562/2009-35 - ATLANTICA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - Acórdão: 2202-004.303
Processo: 10480.721560/2009-46 - ATLANTICA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - Acórdão: 2202-004.304
Processo: 10480.720146/2010-53 - ATLANTICA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - Acórdão: 2202-004.305

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 403, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente), Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Mon, Waltir de Carvalho, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Virgilio Cansino Gil, Rosy Adriane da Silva Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Martin da Silva Gesto e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10380.013738/2009-18 - VG BRASIL - ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA. - Resolução: 2202-000.808
Processo: 13601.000366/2007-36 - COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 2202-004.306
Processo: 10166.730933/2014-08 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Acórdão: 2202-004.307
Processo: 10166.730937/2014-88 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Acórdão: 2202-004.308
Processo: 10166.731302/2014-06 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Acórdão: 2202-004.309
Processo: 10166.723117/2010-14 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Pedido de vista.
Processo: 10166.723121/2010-74 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Pedido de vista.
Processo: 10166.723123/2010-63 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Pedido de vista.
Processo: 10166.723122/2010-19 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Pedido de vista.
Processo: 10166.723124/2010-16 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Pedido de vista.
Processo: 19515.720507/2014-15 - EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. - Acórdão: 2202-004.310
Processo: 10935.720837/2011-42 - ROCAMP INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - EPP - Retirado de pauta.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 403, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente), Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Mon, Waltir de Carvalho, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Virgilio Cansino Gil, Rosy Adriane da Silva Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Martin da Silva Gesto e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 13362.000489/2004-94 - JOCENIR PEDRO GOLIN - Acórdão: 2202-004.311
Processo: 10980.011229/2008-01 - ZM SA - Pedido de vista.
Processo: 10410.005336/2004-22 - USINA CAETE S A - Acórdão: 2202-004.312
Processo: 19515.004715/2003-11 - UBIRAJARA SILVEIRA ESPOLIO - Resolução: 2202-000.809
Processo: 19515.003603/2007-76 - MARCOS TEIXEIRA - Acórdão: 2202-004.313

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 403, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente), Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Mon, Waltir de Carvalho, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Virgilio Cansino Gil, Rosy Adriane da Silva Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Martin da Silva Gesto e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 18471.003146/2003-87 - SH FORMAS ANDAIMES E ESCORAMENTOS LTDA - Acórdão: 2202-004.314
Processo: 13971.001630/2006-60 - BUNGE ALIMENTOS S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10830.722254/2011-24 - ORLANDO RUFO GONZALEZ - Retirado de pauta.
Processo: 19515.002878/2009-54 - JUVENIL ALVES FERREIRA FILHO - Acórdão: 2202-004.315
Processo: 19515.720155/2012-36 - IARA GALVAO GUAZZO - Pedido de vista.
Processo: 10166.723214/2014-22 - JOSE CARLOS DOS REIS - Acórdão: 2202-004.316
Processo: 19515.002133/2010-29 - VICENTE RENATO PAOLILLO - Retirado de pauta.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 403, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente), Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Mon, Waltir de Carvalho, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Virgilio Cansino Gil, Rosy Adriane da Silva Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Martin da Silva Gesto e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10830.722254/2011-24 - ORLANDO RUFO GONZALEZ - Pedido de vista.
Processo: 11516.002375/2007-03 - NORBERTO ZAVARISE - Acórdão: 2202-004.317
Processo: 10730.721069/2014-93 - LUIS HENRIQUE PASSOS CALDAS - Acórdão: 2202-004.318
Processo: 10850.000104/2008-22 - AGAR DE CARVALHO GOMES VIANNA - Acórdão: 2202-004.319
Processo: 18239.004111/2009-11 - ALEXANDRE MACIEIRA BELLIZZI - Acórdão: 2202-004.320
Processo: 10845.724015/2015-73 - EDUARDO DE OLIVEIRA - Acórdão: 2202-004.321
Processo: 10845.724016/2015-18 - EDUARDO DE OLIVEIRA - Acórdão: 2202-004.322

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 403, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente), Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Mon, Waltir de Carvalho, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Virgilio Cansino Gil, Rosy Adriane da Silva Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Martin da Silva Gesto e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10580.720968/2009-72 - ANTONIO FERNANDES DAS NEVES FILHO - Acórdão: 2202-004.323
Processo: 10725.001224/2009-63 - MANOEL DE SOUZA TELES NETO - Acórdão: 2202-004.324
Processo: 19515.000972/2007-15 - OU CHENG SU YUN - Acórdão: 2202-004.325
Processo: 11516.722582/2012-37 - MARIO OSVALDO SADA - Acórdão: 2202-004.326
Processo: 15374.723938/2009-77 - EDGARD CARVALHO DE MENDONCA - Acórdão: 2202-004.327
Processo: 10670.005280/2008-79 - CISAM SIDERURGIA S.A - Acórdão: 2202-004.328

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

SECRETARIA-EXECUTIVA

DECISÃO Nº 104, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Processo Administrativo Punitivo Nº 11893.000160/2016-33
INTERESSADA: CONVEM COMÉRCIO DE VEÍCULOS E MOTORES LTDA. CNPJ 12.388.278/0001-67
PROCURADOR: PEDRO DUARTE PINTO - OAB/AL Nº 11.382
SESSÃO DE JULGAMENTO: 18 DE OUTUBRO DE 2017
RELATOR: CONSELHEIRO MARCUS VINICIUS DE CARVALHO
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 104, de 18/10/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Convem Comércio de Veículos e Motores Ltda., aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), equivalente a 0,05% do valor da multa estabelecida no art. 12, inciso II, alínea "c", por infração ao art. 10, inciso IV, da Lei nº 9.613, de 3 do março de 1998, combinado com o art. 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram considerados o setor de atividade da empresa, sua inércia em não se cadastrar tempestivamente no COAF, apesar de previamente alertada, mas também levando em conta que a entidade já está cadastrada no COAF, assim como a dosimetria aplicada por este Plenário.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, Gerson D"Agord Schaan, André Luiz Carneiro Ortegal, Gabriel Boff Moreira, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

ROBERTO BICUDO LARRUBIA
Secretário-Executivo
Substituto

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO- EXECUTIVO
Em 19 de Outubro de 2017

Nº 145 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1.Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Databit Tecnologia e Sistemas Ltda - EPP	00.650.512/0001-01	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:POL1032017,nome: Datashop, versão: 5.01, código MD-5: C3A5FEA3C1B0D344CF65FBD1B4F4213A * DATASHOP

2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Linx Sistemas e Consultoria Ltda	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:PRS0142017,nome:D-PDV LINUX, versão: 02.0.23, código MD-5: fb69f08d542289305ceb8afabea15b1c *dpdv
L.S. Gularte Sistemas Eireli ME	06.011.603/0001-75	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:PRS0092017,nome:Checkout, versão:4.00.75, código MD-5: 53618513ea2d28b7783afa3a171fcbf9 *CheckOut

Nº 146 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1.Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Microsffer Soluções Tecnológicas Ltda	05.070.591/0001-97	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1072017, nome: SIGPOSTO, versão: 6.0.7.9076, código MD-5: 5E50EF18189F97C9CCF378A8D5A8DC70 *VENDA

Password Interativa Sistemas Ltda	58.108.408/0001-61	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1742017, nome: VIXEN PDV, versão: 1.60, código MD-5: 4C6FA6E6448DDD38205740D8531FB4E1 *VIXEN

2. Universidade do Sul de SC - UNS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
TECNUV SISTEMAS LTDA - ME	26.838.449/0001-17	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNS0112017, nome: Posto Gestor PAF, versão: 1.0, código MD-5: 38ba7100359172d815687947d778fcf5 PostoGestorPAF

3. Instituto Filadélfia de Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
TTJ SISTEMAS LTDA-ME	03.086.192/0001-99	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0202017Rn01, nome: EASYPDV, versão:1.8.1, código MD-5: CB575A2F96DAC2088D8DE8B5AE2CB0FD

4. Universidade Federal de Goiás - UFG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SUPREMA INFORMÁTICA LTDA.	86.631.033/0001-55	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UFG0092017, nome: SUPPREMAECF, versão:2.0.1.8, código MD-5: 8b3769d5413b0dc15c0f11f0cdbfbb4a *SupremaEcf

5. Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Digisat Tecnologia Ltda	81.783.912/0001-89	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNO2652017, nome: Sistema Comercial Geração 6, versão: 1,0.0.0, código MD-5: 616FB4A77B1775770A592AD097B785AE
Priori Consultoria e Sistemas Ltda	02.363.150/0001-95	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNO2662017, nome: PRIORICFG, versão: 3.0, código MD-5: 966176200FC44964CBB6AAA0E80CC6A8

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 498, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017 (*)

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: Desde que preenchidas as condições legais exigidas, permite-se a apuração de créditos relativos a armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, vinculados à revenda de produtos beneficiados com suspensão, isenção, alíquota zero ou não incidência da Cofins, quando o ônus for suportado pelo vendedor, no âmbito do regime não cumulativo de cobrança desse tributo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, incisos I, II e IX, e §§ 2º e 3º; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

(*) Republicado por ter saído no D.O.U. de 20 de outubro de 2017,, seção I, página 36, com incorreção do original.

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 504, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

EMENTA: SISCOSERV. SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CARGA. INTERMEDIAÇÃO.

Quem age em nome do tomador ou do prestador de serviço de transporte não é, ele mesmo, prestador ou tomador de tal serviço. Mas é prestador ou tomador de serviços auxiliares conexos (que facilitam a cada interveniente cumprir suas obrigações relativas ao contrato de transporte) quando o faz em seu próprio nome.

SISCOSERV. SERVIÇO DE REMESSA EXPRESSA. INTERMEDIAÇÃO.

A pessoa jurídica que adquirir, de empresa domiciliada no exterior, serviço de remessa expressa deve registrar a operação no Siscoserv, ainda que a contratação seja intermediada por empresa domiciliada no Brasil.

SISCOSERV. SERVIÇO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO TERMINAL. INTERMEDIAÇÃO.

A responsabilidade pelo registro do serviço de movimentação de cargas no terminal é da tomadora dos serviços e não do operador logístico, quando este apenas intermediar as transações de comércio exterior.

SISCOSERV. SERVIÇO DE REMESSA EXPRESSA. SERVIÇO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO TERMINAL. DATA DE INÍCIO E DE CONCLUSÃO.

Ainda que a consulente não tenha ciência do momento do início e do término da efetiva prestação do serviço antes do término do prazo para registro no Siscoserv, remanescerá o dever de registro desta informação com base na responsabilidade assumida pelo prestador do serviço. Caso o início e/ou o término da prestação do serviço ocorram em momentos distintos do declarado inicialmente, incumbirá à consulente promover a retificação desta informação.

Quanto ao serviço de movimentação de carga no terminal, referente à movimentação de contêineres, tanto no embarque quanto no desembarque da mercadoria no exterior, o encerramento do serviço se dará quando encerrado o embarque ou desembarque.

SISCOSERV. REEMBOLSO DE THC AO TRANSPORTADOR DE CARGA INTERNACIONAL. COMPROVANTE DE PAGAMENTO.

O reembolso de THC - Terminal Handling Charge ao transportador deve ser considerado como valor comercial da aquisição do serviço de transporte internacional de carga, devendo-converter o valor expresso em real para a moeda da operação principal pela taxa de câmbio do dia do pagamento. Pode-se considerar o número do documento referente ao pagamento feito ao operador logístico.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, art. 25, caput e § 3º, inciso I; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 19 de julho de 2012, art. 1º, caput e § 6º, inciso I; Instrução Normativa RFB nº 1.277, de 28 de junho 2012, art. 1º, caput e § 4º, inciso I; Resolução nº 2.389 Antaq, de 13 de fevereiro de 2012, arts. 2º, incisos VI e VII, 3º e 4º; Manual de Aquisição do Siscoserv, 11ª edição, aprovada pela Portaria Conjunta RFB/SCS nº 768, de 13 de maio de 2016, itens 2.1 e 2.2.

FERNANDO MOMBELLLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 246, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721740/2017-36 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Lexus, modelo LS460, ano 2006, cor prata, chassi JTHBL46FX75021730, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 14/1510185-1, de 08/08/2014, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade do Sr. Ramon Alejandro Arias Zarzuela, CPF 740.020.311-87.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 247, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721741/2017-81 e com fundamento no art. 131

combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca VW, modelo Touran 2.0, ano 2007, cor preta, chassi WVGZZZ1TZ8W040910, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 14/1519808-1, de 11/8/2014, pela Alfândega no Porto de Santos, de propriedade do Sr. Axel Eike Immanuel Büllesbach, CPF: 237.195.568-08, para a Sra. Annette Windmeisser, CPF: 085.055.361-00.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 248, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721772/2017-31 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca BMW, modelo 320I, ano 2008, cor prata, chassi WBAVG71048A043851, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 08/2039950-1, de 24/12/2008, pela Alfândega no Porto de Santos, de propriedade de Mario Trampetti, CPF: 009.413.439-10, para Andrey Leandro Gonçalves Oliveira, CPF: 810.120.201-34.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 249, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721810/2017-56 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca Suzuki, modelo Grand Vitara, ano 2008, cor branca, chassi JSAJTD54V80309498, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 12/1852807-0, de 4/10/2012, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, de propriedade da Sra. Carla Maria da Graça Cardoso Barbosa, CPF: 702.915.311-13, para o Sr. Michael Alexander Klaus, CPF: 083.799.651-16.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 250, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721780/2017-88 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca BMW, modelo X4 XDrive20i, ano 2014, cor azul, chassi WBAXW1107F0E83030, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 14/1833604-3, de 24/09/2014, pela Alfândega do Porto de São Francisco do Sul, de propriedade da Sra. Edith Maria Asibey Causarano, CPF 129.939.948-75.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Declara, NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF no uso das atribuições que lhe conferem o art. 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, fundamentado no art. 35, inciso I e § 1º da IN RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e o que consta no Processo Administrativo nº 19985.723830/2017-57, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 05.707.667/0001-42, da empresa HALTON FINANCING S.A, em razão do disposto no artigo 35, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º A anulação tem efeitos a partir de 25.06.2003, de acordo com o disposto no artigo 35, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BÁRBARA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 59, publicado no DOU de 04/08/2017, Seção 1, página 15: No art. 1º, Onde se lê: "Portaria de aprovação do projeto: Portaria do Ministério de Minas e Energia n° 173, de 27 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28/06/2017.", Leia-se: "Portaria de aprovação do projeto: Portaria da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia nº 187, de 3 de julho de 2017, publicada no DOU nº 127, de 5 de julho de 2017, seção 1, página 58."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

PORTARIA Nº 345, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - Inadimplência configurada pelos pagamentos irrisórios nos anos de 2015, 2016 e 2017 - a pessoa jurídica RADIO CLUBE DE PERNAMBUCO S/A, CNPJ 10.803.500/0001-15, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2017, conforme Proposta Despacho PRFN-5ºR exarado no processo administrativo a seguir indicado.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	DT. EFEITO
10.803.500/0001-15	RADIO CLUBE DE PERNAMBUCO S/A	12883.720.192/2017-11	01/11/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 102, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Declara excluído do Sistema Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte -Simples Nacional o contribuinte que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL NO RECIFE, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6° e inciso I da Portaria DRF/REC n° 279, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014 e considerando o teor da LC n° 123/2006, na parte em que embasa este ato, e ainda, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Fiscal n° 10480-729096/2017, declara:

Art. 1° Fica o contribuinte RECIFE VEDAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PEÇAS INDUSTRIAIS - ME, inscrito no CNPJ 10.835.892/0001-02, excluído do Simples Nacional a partir do dia 01/01/2013 pela ocorrência das situações excludentes indicadas nos incisos abaixo:

I - Embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade que estiverem intimadas a apresentar, e nas demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, prevista no inciso II Artigo 29 Lei Complementar n° 123/2006;

II- A empresa for declarada inapta, na forma dos arts. 81 e 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e alterações posteriores, prevista no inciso VI . Artigo 29 Lei Complementar n° 123/2006

Art. 2° A exclusão do Simples Nacional produzirá efeitos a partir de 01.01.2013, conforme previsto no parágrafo primeiro do Art. 29 da Lei Complementar n° 123/2006.

A exclusão sujeitará o contribuinte, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Art. 3° - Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias, contados a partir da data da ciência deste Ato, manifestar sua inconformidade, por escrito, nos termos do Decreto n° 70.235, de 07 de março de 1972, e suas alterações posteriores, relativamente à exclusão do Simples Nacional, à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento de sua jurisdição, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4° Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples tornar-se-á definitiva.

EDUARDO JORGE VIEIRA DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Exclusão de pessoa jurídica do Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU(SE), no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Fica excluída, de ofício, do Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica TANIA CRISTINA SANTOS - ME, CNPJ nº 13.328.453/0001-93, por incorrer em hipótese de vedação para ingresso no aludido Regime Tributário, uma vez que foi constatado o exercício, desde a sua opção, de atividade relativa à cessão de mão-de-obra, expressamente vedada nos termos do art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e art. 15, inciso XXII, da Resolução CGSN nº 94, de 2011, observados os termos do Despacho Decisório DRF/AJU nº 958/2017 e os demais documentos constantes do processo administrativo nº 10510.722633/2017-22.

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 2 de março de 2011, data dos efeitos da opção da empresa pelo Simples Nacional, de acordo com o disposto pelo art. 76, inciso III, alínea "a", da Resolução CGSN nº 94, de 2011.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar manifestação de inconformidade contra a presente exclusão, no prazo de trinta dias, contado da data de ciência deste Ato Declaratório Executivo, dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador/BA, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e conforme dispõe o art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

MARLTON CALDAS DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Declara baixada a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Baixada de ofício a inscrição nº 02.568.925/0001-69, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa KELSO - SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, por haver sido cancelado o registro no respectivo órgão, com base no estabelecido no artigo 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016 e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13558.720081/2013-36.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GEOVANIO CORREIA BRITO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Declara baixada a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Baixada de ofício a inscrição nº 03.581.954/0001-23, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa RURAL CENTER AGROPECUÁRIA E REPRESENTAÇÕES LTDA., por haver sido cancelado o registro no respectivo órgão, com base no estabelecido no artigo 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016 e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13558.721427/2013-13.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data da publicação no Diário Oficial da União.

GEOVANIO CORREIA BRITO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Declara baixada a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Baixada de ofício a inscrição nº 06.352.192/0001-81, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa MERCANTIL BARBOSA COM. ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA., por haver sido cancelado o registro no respectivo órgão, com base no estabelecido no artigo 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016 e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10580.730464/2013-47.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data da publicação no Diário Oficial da União.

GEOVANIO CORREIA BRITO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no inciso I do art.75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica, a seguir identificada, em cumprimento ao disposto nos incisos IV e IX do art.29 da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006, e nos termos do que foi apurado no processo administrativo nº 13603.721261/2017-76:

Nome Empresarial: CITY CARNES EIRELI - ME

Número de Inscrição no CNPJ:08.652.253/0001-51

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 01º de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2015, conforme disposto §1º do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e inciso IV do art. 76 da Resolução CGSN nº 94, de 2011.

Art. 3º A pessoa jurídica que desejar contestar a sua exclusão do Simples Nacional deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e art. 109 da Resolução CGSN nº 94, de 2011, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Na hipótese de apresentação de impugnação tempestiva, o termo de exclusão somente se tornará efetivo quando a decisão definitiva for desfavorável ao contribuinte, conforme disposto no § 3º do art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 2011, observando-se, quanto aos efeitos da exclusão, o disposto no IV do art. 76 da Resolução CGSN nº 94, de 2011.

Art.4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA - SACAT, no uso de suas atribuições previstas no art. 284 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica ADALTO REZENDE DA SILVA - EPP, CNPJ 04.639.956/0001-99, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos sem recolhimento das parcelas do Paex ou somente uma, estando pagas as demais.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, no endereço: Avenida Barão do Rio Branco, n.º 372, bairro Manoel Honório, Juiz de Fora/MG, CEP 36045-120.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADRIANO BRANDÃO DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS-MG, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, nos termos do art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e considerando o que consta do e-dossiê nº 10100-003.416/0616-50, declara:

Art. 1º Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: GONÇALVES SALLES S A INDUSTRIA E COMERCIO.
CNPJ: 61.365.557/0001-10
Edital de Aprovação de Projeto de investimento, emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 96, de 20 de maio de 2016, seção 3, pág. 5.
Período de execução do Projeto: 01/11/2015 a 31/03/2017.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS BARBONAGLIA DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 302 e 314, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o que consta do Processo nº 10660.722710/2017-21, aprova:

Art. 1º O fornecimento de 207.216 (duzentos e sete mil e duzentos e dezesseis) unidades de selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0019-62, localizada na Rodovia Fernão Dias, km. 947,5, Bairro dos Pires, cidade de Extrema, MG, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/158, para selagem no exterior dos seguintes produtos:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
ROYAL SALUTE	90 caixas de 6 garrafas de 750ml, 40%, idade 21 anos	540
BALLANTINES 17YO 750ML	55 caixas de 12 garrafas de 750ml, 40%	660
CHIVAS REGAL 12YO	2.880 caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40%, idade 12 anos	34.560
BALLANTINES 18YO 750ML	1.040 caixas de 6 garrafas de 750ml	6.240
BALLANTINES 12YO RESGATE 1000ML	750 caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40%, idade 12 anos	9.000
BALLANTINES FINEST 1000ML	3.840 caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40%, idade 12 anos	46.080
BALLANTINES 12YO	1.500 caixas de 12 garrafas de 750ml, 40%, idade 12 anos	18.000
WHISKEY JAMESON	1.078 caixas com 12 garrafas de 750ml de Whisky, de graduação alcoólica de 40%	12.936
BALLANTINES FINEST 750ML	4.800 caixas de 12 garrafas de 750mll, 40%, idade 3 anos	57.600
CHIVAS REGAL 12YO 750ML	1.800 caixas de 12 garrafas de 750ml, 40%, idade 12 anos	21.600

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.342, 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 302 e 314, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o que consta do Processo nº 10660.722711/2017-75, aprova:

Art. 1º O fornecimento de 236.640 (duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta) unidades de selos de controle, tipo bebidas alcoólicas, cor vermelha, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0019-62, localizada na Rodovia Fernão Dias, km. 947,5, Bairro dos Pires, cidade de Extrema, MG, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/158, para selagem no exterior dos seguintes produtos:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
VODKA ABSOLUT 1000ML	12.880 caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40%	154.560
VODKA ABSOLUT 750ML	3.465 caixas de 12 garrafas de 750ml, 40%	41.580
BEEFEATER 750ML	3.375 caixas de 12 garrafas de 750ml, 45%	40.500

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.342, 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Declara a concessão de habilitação para a empresa CNOOC PETROLEUM BRASIL LTDA. exercer procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelos artigos nº 224, XIX e nº 314, VI da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, em deferimento ao processo administrativo nº 11707.720726/2017-88, tendo em vista o disposto nos artigos 2º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013 e nos termos da Portaria SRRF07 nº 231, de 05 de abril de 2016, declara:

Art. 1º Habilitada a empresa CNOOC PETROLEUM BRASIL LTDA., CNPJ nº 19.246.634/0002-38 a utilizar os procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto produzido em seu estabelecimento exportador e unidade de produção abaixo discriminado, única e exclusivamente, na modalidade de embarque prevista no inciso I, art. 7º da IN RFB nº 1.381/2013:

Estabelecimento: CNOOC PETROLEUM BRASIL LTDA.
CNPJ: 19.246.634/0002-38
Unidade flutuante: PLATAFORMA FPSO -LIBRA-P1.
Posição: Latitude: -24.66037º e Longitude: -42.23299º.
Campo / Área de concessão: Libra

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o referido procedimento simplificado tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto no artigo 4º, Parágrafo Único da IN RFB nº 1.381/2013.

Art. 3º Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme o disposto nos artigos 5º a 9º da IN RFB nº 1.381/2013.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DA ROCHA VELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 169, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Promove a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 512 de 2 de outubro de 2013 e publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2013, com base na Lei nº 9.430, de 1996, e na Lei nº 11.941, de 2009, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º - PROMOVER A BAIXA DE OFÍCIO da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das entidades abaixo, conforme artigos 29, IV (com registro cancelado no respectivo órgão de registro), e 33, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016:

Processo ADMINISTRATIVO	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
11707.720965/2017-38	04.698.633/0001-76	RAIOS DE PRATA HAIR INSTITUTO DE BELEZA LTDA - ME
12448.725428/2017-45	02.913.164/0001-35	LANCHONETE E SORVETERIA VEM QUE TEM DE OLARIA LTDA - ME
15463.721607/2017-11	03.639.172/0001-06	BRASIL TECH COMERCIO DE SISTEMAS EMPRESARIAS LTDA - ME
18239.000010/2010-05	40.444.226/0001-04	RETRO COMERCIO DE PECAS LTDA - ME

A presente baixa de ofício baseia-se em informação do órgão de registro competente, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. As devidas apurações constam dos processos administrativos relacionados.

Art. 2º Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos 10 anos contados a partir do último arquivamento no órgão de registro para as entidades.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 170, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 512 de 2 de outubro de 2013 e publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2013, com base na Lei nº 9.430, de 1996, e na Lei nº 11.941, de 2009, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º - TORNAR INAPTAS as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das sociedades abaixo, conforme os artigos 24; 40, II e 42, I, § 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, em virtude de não terem sido localizadas em seu domicílio tributário:

Processo Administrativo	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
10010.021119/0217-25	11.312.657/0001-00	REAL DAS CARNES COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME
10010.021119/0217-25	08.923.234/0001-12	BUSINESS & LEADERSHIP - CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - ME
10010.021119/0217-25	11.933.754/0001-10	BOM MARKET DE VILA EMA COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA

Art. 2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA - SP, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II e III do Artigo 340 da Portaria 430/2017 de 09 de Outubro de 2017, que aprovou o regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, com base no Artigo 810 do Decreto nº 6759/2009, de 05 de Fevereiro de 2009, na Instrução Normativa RFB 1.209/2011 de 07 de Novembro de 2011, e considerando o que consta no processo administrativo abaixo relacionado, declara:

HABILITADO, para o exercício da profissão de "Ajudante de Despachante Aduaneiro" e a respectiva inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro de que trata a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 1.209/2011.

Nome : Leandro Carlos Batista
CPF: 213.912.938-51
Processo: 10010.003760/0717-00

O número de registro do Ajudante de Despachante Aduaneiro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na Receita Federal do Brasil, Instrução Normativa RFB 1.273/2012, de 06 de Junho de 2012.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ DALLE VEDOVE BARBOSA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS

PORTARIA Nº 76, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º - Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por pedido do interessado, sob a alegação de interesse de ingresso no PERT, conforme o despacho de fls. 5 exarado no processo administrativo n° 12998.720239/2017-50, a pessoa jurídica RIBEIRO MODAS LTDA-ME - CNPJ: 58.181.629/0001-65.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CARLOS SERRANO
Delegado

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Declara nula a inscrição no CNPJ por decisão administrativa.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

maio de 2012, com base nos artigos 35, II, e 36 da IN 1.634 de 06.05.2016 e considerando o que consta do processo nº 11483.720128/2017-81, declara:

Art. 1º - NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº 27.215.073/0001-57, em nome de JANILSON JOÃO RODRIGUES SILVA, com efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral, por indícios de fraude.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Declara inapta a inscrição no CNPJ por decisão administrativa.

O DELEGAD0 DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, com base nos artigos 38 parágrafo 2º e 39 parágrafo 3º da IN 1.470/14, e considerando o que consta do processo nº 10860.721607/2015-45, declara:

Art. 1º - INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº 11.617.232/0001-00, de MAXITRONSERV GESTÃO EM SEGURANÇA LTDA - ME.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 228, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Anular inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 305, VIII da Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Anular as inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos contribuintes descritos abaixo. A anulação das inscrições é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

PROCESSO: 10030.000834/0817-72
CONTRIBUINTE: EDELVITO JOAQUIM DOS SANTOS 13277249875
CNPJ: 23.127.274/0001-41
PROCESSO: 10030.001062/0817-96
CONTRIBUINTE: ADÃO MESSIAS NUNES DE SOUZA 02168035199
CNPJ: 19.591.329/0001-00
PROCESSO: 10880.732462/2017-31
CONTRIBUINTE: ROSANA REGINATO CONCARI 90836880030
CNPJ: 14.628.723/0001-44

Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

GUILHERME BIBIANI NETO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, matrícula SIAPECAD nº 1573891, no exercício da competência delegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016; que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:
Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa BIJOUX WORLD COMÉRCIO DE PRESENTES LTDA, CNPJ: 15.238.614/0001-83, com fundamento no art. 81, § 1º, da Lei nº 9.430/96; c/c art. 40, inciso III, da IN RFB nº 1.634/2016; pela não comprovação da origem, disponibilidade e efetiva transferência dos recursos empregados em operações de comércio exterior, conforme exposto no processo administrativo nº 10314.721637/2017-18.
Tornam-se inidôneos os documentos fiscais emitidos pela empresa a partir de 11/09/2012.

GERALDO HERNANDES TORRES JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 210, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Concede registro especial obrigatório a estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009 e art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012, declara:

Art. 1º - inscrito no Registro Especial para empresas que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na categoria de DISTRIBUIDOR sob nº DP-09.201/013, o contribuinte SHENZHEN ALLIANCE DO BRASIL LTDA ME, CNPJ 07.295.283/0001-95, estabelecido à rua Henrique Veras do Nascimento, nº 152 - sala 02, Lagoa da Conceição, CEP 88.062-020, Florianópolis/SC. O estabelecimento supracitado, conforme processo nº 11516.721313/2017-68, está autorizado a realizar operações de distribuição de papel adquirido com imunidade tributária, na qualidade de Pessoa Jurídica que explora essas atividades.

Art. 2º - O registro concedido será cancelado a qualquer tempo em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 4º - Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

ARI SILVIO DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

PORTARIA Nº 224, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Disciplina os procedimentos de vigilância e controle aduaneiro na Zona Primária da instalação portuária e operacionais do Porto do Rio Iguaçu Terminal Fluvial e Comércio Ltda.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FOZ DO IGUAÇU - PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e alterações posteriores, e tendo em vista o disposto no parágrafo 1º do artigo 36 e no artigo 37 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, com redação dada pela Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, no artigo 16 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 e no Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 51, de 20 de agosto de 2007, e considerando a necessidade de organizar e disciplinar a execução dos serviços e atividades aduaneiras sob sua jurisdição, resolve:

Art. 1º As atividades de fiscalização e os serviços de controle aduaneiro a serem realizados no Porto do Rio Iguaçu reger-se-ão de acordo com o disposto nesta Portaria.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeito do disposto nesta Portaria, entende-se por:

I - Autoridade Aduaneira: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, responsável pela condução, supervisão e decisão no despacho aduaneiro;

II - Fiscalização Aduaneira: servidor da RFB responsável pela execução de procedimentos relativos ao despacho aduaneiro, sob a supervisão da Autoridade Aduaneira;

III - Operador Portuário: pessoa jurídica pré-qualificada para exercer as atividades de movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentro da área do porto organizado;

IV - Transportador Fluvial: responsável pelo transporte internacional da carga e pela embarcação;

V - Agente de Carga: pessoa jurídica domiciliada no Brasil, representante do Transportador Fluvial;

VI - Transportador Rodoviário: responsável pelo transporte da carga nacionalizada ou em trânsito aduaneiro, no percurso interno;

VII - Embarcação: veículo de transporte aquático composto de Rebocador e Barcaça;

VIII - Rebocador: veículo autopropulsor, utilizado para tracionar a(s) barcaça(s);

IX - Barcaça: veículo não-motorizado, destinado à carga de mercadorias ou produtos;

DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art. 3º Os serviços aduaneiros serão efetuados no terminal apenas nos dias de expediente normal do Porto Seco de Foz do Iguaçu (PSFI).

§ 1º O horário para realização dos serviços aduaneiros no terminal será das 8:00 às 12:00 horas, pela manhã, e das 14:00 às 18:00 horas, na parte da tarde, observando-se o horário de Brasília.

§ 2º Em situações excepcionais, devidamente justificadas e a pedido do operador portuário, mediante requerimento circunstanciado poderá ser autorizada pelo Chefe do PSFI ou do Supervisor de Importação a execução das atividades em dias e horários diversos aos previstos no caput e parágrafo 1º deste artigo.

DO CONTROLE E DA SEGURANÇA DO TERMINAL

Art. 4º O operador portuário será o responsável pelo controle de acesso, fluxo e movimentação de pessoas, veículos e mercadorias que transitem no recinto.

§ 1º O controle de que trata o caput será realizado por meio de sistema informatizado disponibilizado e operado pelo operador portuário sob supervisão da Receita Federal do Brasil (RFB).

§ 2º Todos os que ingressem ou se retirem do terminal alfandegado deverão ser cadastrados e, enquanto permanecerem no local, deverão portar cartão de identificação a ser fornecido pelo operador portuário.

§ 3º As informações do sistema de controle deverão ser disponibilizadas à fiscalização aduaneira em caráter permanente e de forma contínua, podendo ser acessadas a qualquer momento.

DA VISITA ADUANEIRA

Art. 5º Fica dispensada a participação de servidores da RFB nas visitas a embarcações procedentes de portos estrangeiros, atracadas ou fundeadas no terminal fluvial.

DA COMUNICAÇÃO DE CHEGADA DA EMBARCAÇÃO

Art. 6º Os procedimentos relativos à formalização da entrada de veículo procedente do exterior iniciar-se-ão com a entrega do formulário "Aviso de Chegada" no setor de importação do PSFI, conforme modelo constante do Anexo I, pelo agente de carga autorizado, com a antecedência mínima de dois dias úteis em relação à data prevista para atraque da embarcação.

§ 1º O formulário de que trata o caput deste artigo deverá estar devidamente preenchido e assinado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - cópia do(s) Conhecimento(s) de Transporte Aquaviário de Carga (CTAC) ou dos Bill of Landing (BL);

II - cópia da(s) Fatura(s) Comercial(is) ou Invoice Proforma;

III - cópia do(s) Romaneio(s) de Carga ou Packing List das mercadorias transportadas;

IV - relação dos portos de escala da embarcação;

§ 1º Os documentos a que se refere este artigo deverão ser acondicionados em
envelope lacrado, identificado por etiqueta contendo as seguintes informações:

I - Destinatário: PSFI, setor de importação;

II - Assunto: COMUNICAÇÃO DE CHEGADA DE EMBARCAÇÃO;

III - Local: PORTO DO RIO IGUAÇU;

III - Transportador: (nome da empresa de navegação);

IV - Embarcação: (nome da embarcação);

V - Previsão de chegada: (data e hora prevista).

DA ENTRADA DA EMBARCAÇÃO NO TERMINAL

Art. 7º O responsável pela embarcação deverá prestar as informações previstas no artigo 31 do Decreto nº 6.759/2009, mediante a apresentação à fiscalização aduaneira do formulário "Declaração de Entrada", conforme modelo constante no Anexo II, até as 12 (doze) horas do primeiro dia útil seguinte ao da atracação, acompanhada dos seguintes documentos:

I - originais dos documentos referidos no inciso I do parágrafo 1º do artigo 6º;

II - declaração de acréscimo de volume ou mercadoria em relação ao CTAC;

III - lista de sobressalentes e provisões existentes a bordo;

IV - lista de tripulantes em trânsito e respectivas listas de pertences;

V - passe de saída do porto brasileiro da escala anterior, se for o caso;

VI - outras declarações ou documentos relativos ao transporte.

§ 1º Não serão aceitos documentos ilegíveis ou rasurados, ou que contenham averbações, ressalvas, emendas ou entrelinhas sem a assinatura do emitente.

§ 2º A não apresentação de manifesto ou de declaração de efeito equivalente em relação a qualquer ponto de escala no exterior será considerada declaração negativa de carga.

Art. 8º Para prevenir e reprimir a ocorrência de infração à legislação aduaneira, poderá ser efetuada busca no veículo transportador, inclusive em momento anterior à apresentação dos documentos previstos no artigo 7º.

§ 1º A busca a que se refere o caput será precedida de comunicação, verbal ou por escrito, ao responsável pela embarcação.

§ 2º A autoridade aduaneira poderá determinar a colocação de lacres nos compartimentos que contenham os volumes ou as mercadorias a que se referem o parágrafo 1º do artigo 31 e o parágrafo 1º do artigo 37 do Decreto nº 6.759/2009.

§ 3º Havendo indícios de falsa declaração de conteúdo, a autoridade aduaneira poderá determinar a descarga de volume ou de unidade de carga, para a devida verificação, lavrando-se termo.

Art. 9º O ingresso na embarcação procedente do exterior ou a ele destinado será permitido somente aos tripulantes, às pessoas em serviço, devidamente identificadas, e àquelas expressamente autorizadas pela fiscalização aduaneira.

§ 1º aos tripulantes da embarcação é vedada a entrada e saída do recinto com bens que não se enquadrem como de uso e consumo pessoal, não se beneficiando dos limites de isenção previstos no art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1059, de 02 de agosto de 2010.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10. A programação de operações de fornecimento de combustíveis e lubrificantes, alimentos e outros produtos para uso e consumo de bordo em embarcação de bandeira estrangeira ou brasileira, em tráfego internacional, deverá ser comunicada até as 12 (doze) horas do dia útil anterior à sua efetivação, para eventual acompanhamento fiscal e autorização de embarque, a critério da respectiva autoridade aduaneira.

Art. 11. Concluído o exame dos documentos a que se referem os artigos 6º e 7º, e constatando-se sua regularidade, será emitido o "Termo de Entrada", conforme modelo constante no Anexo III.

§ 1º Para produção de efeitos fiscais, considera-se formalizada a entrada da embarcação quando emitido o respectivo Termo de Entrada.

§ 2º A emissão do Termo de Entrada da embarcação, bem como do Passe de Saída, fica condicionada ao cumprimento das demais formalidades previstas nesta Portaria e em legislação específica.

DA OPERAÇÃO

Art. 12. Tendo em vista a incapacidade estrutural de armazenagem do recinto, a mercadoria importada a granel poderá ser descarregada do veículo procedente do exterior diretamente para outros veículos. O operador portuário somente poderá permitir o início da operação de descarga após certificar-se de que:

I - o despacho de importação registrado antecipadamente foi apresentado no PSFI;

II - a embarcação e as mercadorias foram submetidas aos demais órgãos de controle, obtendo as respectivas anuências;

III - a descarga for autorizada pela autoridade aduaneira responsável pela análise do despacho de importação;

Parágrafo Único. Autorizada a descarga e formalizada a entrada da embarcação, o responsável pelo recinto alfandegado de despacho deverá informar, de forma imediata, no Sistema Integrado do Comércio Exterior - SISCOMEX, o NIC nos termos do artigo 5º da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006.

DA MENSURAÇÃO E SAÍDA DAS MERCADORIAS

Art. 13. A quantificação da mercadoria a granel será conduzida pela fiscalização aduaneira, sob supervisão do Auditor-Fiscal da Receita Federal responsável pelo despacho, preferencialmente, por meio de pesagem realizada na balança rodoviária do recinto, conforme previsto no art. 22 IN RFB nº 1.020, de 2010.

§ 1º A mensuração a que se refere este artigo será realizada em balança rodoviária instalada no terminal, utilizada na expedição dos veículos rodoviários transportadores das mercadorias descarregadas.

§ 2º Somente será permitida a utilização de balança que se encontre devidamente aferida e certificada validamente pelo órgão de controle responsável.

Art. 14. A entrega das mercadorias descarregadas na forma desta Portaria e seu uso pelo importador, antes do desembaraço aduaneiro, estarão automaticamente autorizadas.

Parágrafo Único. Para eventual hipótese de aplicação da pena de perdimento, a autorização concedida no caput não elide a conversão do perdimento em multa para os casos de a mercadoria não for localizada, ou já tiver sido consumida ou revendida, conforme §1° do art. 689 do Decreto 6759/09.

Art. 15. Para retirar as mercadorias descarregadas do recinto alfandegado, o importador deverá apresentar ao depositário a respectiva Nota Fiscal de Entrada e demais documentos pertinentes, conforme previsto na Instrução Normativa SRF nº 680/2006.

Parágrafo Único. O procedimento de Entrega Antecipada automática deverá ser registrado em campo próprio no Siscomex.

Art. 16. O operador portuário, no momento em que for solicitado pela autoridade aduaneira, deverá emitir para cada veículo, ficha individualizada contendo todos os dados necessários para fins de acompanhamento e fiscalização da pesagem da carga.

Parágrafo Único. A ficha deverá conter, dentre outras, as seguintes informações:

I - número do conhecimento de transporte aquaviário de carga;

II - número da declaração de importação;

III - placas do veículo (cavalo e semi-reboque);

IV - nome do condutor;

V - data e hora da entrada do veículo no terminal;

VI - peso líquido (tara);

VII - peso bruto;

VIII - peso da mercadoria;

IX - data e hora de saída do veículo do terminal.

Art. 17. Ao final do descarregamento da barcaça e do carregamento do último veículo rodoviário transportador relativo à mesma Declaração de Importação, o operador portuário deverá fornecer relatório consolidado de pesagem da carga, no qual serão informados, dentre outros:

I - no cabeçalho:

a) número da declaração de importação;

b) número do conhecimento de transporte aquaviário de carga.

II - no corpo do relatório em forma de planilha:

a) placas do veículo transportador;

b) data e hora da entrada no terminal;

c) data e hora da saída do terminal;

d) peso líquido;

e) peso bruto;

f) peso da mercadoria.

III - totalização da alínea "f" do inciso anterior.

§ 1º Junto ao relatório, o operador portuário deverá fornecer à autoridade aduaneira todos os tíquetes de pesagem relativos à declaração em análise.

§ 2º Finalizado o procedimento de mensuração e quantificação, o relatório deverá ser assinado pela fiscalização aduaneira, pelos representantes do operador portuário, do transportador fluvial e do importador, fornecendo-se uma via para cada interessado.

§ 3º A ausência de representante dos interessados de que trata o parágrafo anterior presume sua concordância com a execução e com o resultado da mensuração.

DA AUTORIZAÇÃO DE SAÍDA DA EMBARCAÇÃO

Art. 18. A saída da embarcação do terminal fluvial será autorizada somente após o desembaraço aduaneiro de toda a mercadoria que foi descarregada.

§ 1º A pedido do transportador fluvial ou de seu representante legal e mediante a apresentação de Termo de Responsabilidade pelo agente de carga, poderá a autoridade aduaneira permitir a saída do terminal:

I - do rebocador (escoteiro), após finalizados os procedimentos a que se refere o artigo 11 desta norma;

II - da barcaça em lastre, antes do desembaraço aduaneiro, após realizados os procedimentos referidos no artigo 17.

§ 1º Para liberação de cada parte da embarcação, será emitido "Passe de Saída" vinculado ao respectivo veículo, conforme modelo constante do Anexo IV, mediante solicitação endereçada ao chefe do PSFI.

DO DESPACHO DE IMPORTAÇÃO

Art. 19. O despacho aduaneiro de importação, a ser realizado no PSFI, iniciar-se-á com o registro da Declaração de Importação (DI), que deverá ser efetuada na modalidade de Registro Antecipado.

§ 1º Além do preenchimento de todos os campos obrigatórios, o importador deverá, no campo "DADOS COMPLEMENTARES" da DI, averbar termo de responsabilidade com o seguinte conteúdo:

"A mercadoria da presente Declaração de Importação será objeto de descarga direta. Estou ciente de que se não efetuar, no prazo estabelecido no art. 7º da IN RFB nº 1.282/2012, os eventuais ajustes de quantificação e o recolhimento dos tributos que vierem a ser apurados, estarei sujeito às penalidades previstas na legislação."

Art. 20. A DI deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - via original do Conhecimento de Transporte Aquaviário de Carga ou documento equivalente;

II - via original da Fatura Comercial, assinada pelo exportador;

III - Romaneio de Carga;

IV - Certificado de Origem;

Parágrafo Único. Os documentos a que se refere este artigo deverão ser acondicionados em envelope lacrado, identificado por etiqueta contendo as seguintes informações:

I - Destinatário: SUPERVISÃO DE IMPORTAÇÃO

II - Assunto: DESPACHO DE IMPORTAÇÃO;

III - Nº da Declaração de Importação;

IV - Nº do Conhecimento de Transporte Aquaviário de Carga;

DAS EXIGÊNCIAS E DAS RETIFICAÇÕES

Art. 21. A formalização de exigências pela autoridade aduaneira e a retificação da declaração processar-se-ão nos termos da Instrução Normativa SRF nº 680/2006 e alterações posteriores.

§ 1º Havendo necessidade de retificação da DI, no tocante à quantificação da mercadoria ou a sua classificação fiscal, deverão ser considerados os documentos a que se referem os artigos 16 e 17 desta Portaria.

DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO

Art. 22. Concluídos todos os procedimentos relativos ao exame documental, identificação e quantificação da mercadoria, será realizado o desembaraço aduaneiro pela autoridade aduaneira.

§ 1º A mercadoria objeto de exigência fiscal de qualquer natureza, formulada no curso do despacho, somente será desembaraçada após o respectivo cumprimento ou, quando for o caso, mediante a apresentação de garantia.

§ 2º A autoridade aduaneira poderá, a qualquer tempo, determinar que se proceda à ação fiscal pertinente, se tiver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram a necessidade de aplicação de procedimento especial aduaneiro.

DA ENTREGA DA MERCADORIA AO IMPORTADOR

Verificação de Regularidade do AFRMM

Art. 23. Fica dispensada a verificação da regularidade do pagamento ou exoneração do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), face à não-incidência da referida taxa nas operações realizadas pelas vias de transporte fluvial ou lacustre.

Declaração de Pagamento ou de Exoneração do ICMS

Art. 24. O importador deverá apresentar, por meio de transação própria no Siscomex, declaração sobre o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) devido no desembaraço aduaneiro da mercadoria submetida a despacho de importação.

§ 1º A declaração de que trata o caput deverá ser efetivada após o registro da DI e constitui condição para a autorização de entrega da mercadoria desembaraçada ao importador.

§ 2º Na hipótese de exoneração do pagamento do ICMS nos termos da legislação estadual aplicável, o importador deverá indicar essa condição na declaração.

§ 3º Entende-se por exoneração do pagamento do ICMS, referida no parágrafo 2º, qualquer hipótese de dispensa do recolhimento do imposto no momento do desembaraço da mercadoria, compreendendo os casos de exoneração, compensação, diferimento, sistema especial de pagamento, ou de qualquer outra situação estabelecida na respectiva legislação estadual.

§ 4º Os dados da declaração de que trata este artigo serão fornecidos pela RFB à Secretaria de Estado da Unidade da Federação indicada na declaração, pelo importador, com base no respectivo convênio para intercâmbio de informações de interesse fiscal.

Art. 25. Em virtude de convênio específico firmado entre a RFB e a Secretaria de Estado da Unidade da Federação responsável pela administração do ICMS, o pagamento desse imposto poderá ser feito mediante débito automático em conta bancária indicada pelo importador, em conformidade com a declaração a que se refere o artigo 24.

DA GUARDA DE MERCADORIAS

Art. 26. Constatada qualquer hipótese que resulte na retenção ou apreensão das mercadorias, após sua chegada ao País, o operador portuário, na condição de depositário e atendendo à determinação da autoridade aduaneira, deverá providenciar a imediata remoção dos produtos para o Porto Seco de Foz do Iguaçu.

§ 1º As despesas com o acondicionamento, carga, descarga, transporte, armazenamento e outras necessárias à movimentação e guarda das mercadorias serão assumidas pelo operador portuário.

Art. 27. Na hipótese da necessidade do translado até o PSFI, o chefe do Porto Seco autorizará a emissão de formulário análogo ao Manifesto Internacional de Carga. Tais documentos servirão de base para a concessão de Trânsito Aduaneiro Simplificado.

§ 1º O controle dos veículos rodoviários em operação de trânsito aduaneiro simplificado far-se-á por meio de ficha individual do veículo, emitida pelo operador do terminal fluvial, a qual deverá conter as informações necessárias para identificação do veículo e de seu condutor, bem como da carga a ser transportada.

§ 2º A ficha a que se refere o parágrafo anterior deverá consignar no campo "OBSERVAÇÃO" a seguinte informação: "TRÂNSITO ADUANEIRO SIMPLIFICADO - TFPRI/PSFI", e servirá como documento para amparar a operação durante sua realização.

§ 3º Previamente à saída do veículo contendo a carga do terminal fluvial e ao início do trânsito aduaneiro simplificado, a ficha individual deverá ser atestada pelo operador portuário e pelo transportador, e apresentada à fiscalização aduaneira que deverá registrar o horário de saída no documento, entregando-a ao condutor do veículo.

§ 4º Iniciada a operação de trânsito aduaneiro simplificado entre o terminal fluvial e o PSFI, o prazo para conclusão da operação será de 90 (noventa) minutos.

Do Trânsito Aduaneiro Simplificado

Art. 28. Para concessão do regime aduaneiro especial de trânsito aduaneiro, na modalidade simplificada, o operador portuário, o importador e o transportador rodoviário deverão observar, além das disposições dos artigos 1º a 12, o disposto neste capítulo.

Art. 29. Concluída a etapa a que se refere o artigo 12 da presente norma, o operador portuário poderá iniciar a descarga da mercadoria no veículo transportador rodoviário.

§ 1º Previamente ao carregamento dos veículos, o transportador rodoviário deverá entregar à fiscalização aduaneira quatro vias do documento citado no art. 27.

§ 2º A fiscalização aduaneira, à vista dos documentos de porte da carga, deverá carimbar todas as vias desses documentos de carga em seu verso, apondo, além de sua assinatura, o horário de liberação do trânsito aduaneiro simplificado.

§ 3º O operador portuário somente poderá permitir a saída do veículo transportador rodoviário do local, após a realização dos procedimentos descritos no parágrafo anterior.

Art. 30. Iniciado o trânsito aduaneiro simplificado entre o terminal fluvial e o PSFI, o prazo para conclusão da operação será de 90 (noventa) minutos.

§ 1º Na hipótese de ocorrência de qualquer situação que impeça a chegada do veículo a seu destino no prazo estipulado, o transportador deverá comunicar imediatamente a fiscalização aduaneira do ponto de destino do trânsito aduaneiro para que esta adote as providências cabíveis.

§ 2º Aplicam-se ao regime aduaneiro especial de trânsito aduaneiro de que trata esta Portaria, subsidiariamente e no que couber, as disposições da legislação específica que rege a matéria.

Art. 31. O funcionário responsável pelo registro do ingresso do veículo no PSFI deverá informar no sistema, além dos dados relativos ao veículo e à carga, o horário de início do trânsito, consignado no verso do documento que embasou a abertura do trânsito.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Todas as ocorrências verificadas no recinto do terminal alfandegado e que por suas características devam ser objeto de apreciação pela autoridade aduaneira, deverão ser registradas em Livro de Ocorrências, a ser disponibilizado pelo operador portuário.

Art. 33. Aos casos e situações não previstas nesta norma, deverão ser observadas e aplicadas as disposições da legislação aduaneira, notadamente no que se refere ao despacho aduaneiro e à ocorrência de infrações e aplicação de penalidades.

Art. 34. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria DRF/FOZ nº 475, de 18 de outubro de 2007.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

RECEITA FEDERAL — **AVISO DE CHEGADA**

Veículo

Espécie:	Nome/Placa:		Nacionalidade:
Numero de Registro:	Localidade de Registro:	Tonelagem Bruta:	Tonelagem Líquida:
Nome do Comandante/Condutor:			CPF (se brasileiro):
Armador Afretador	Nome da Empresa:		País:
Agente Consignatário (Razão Social):			CNPJ:

Entrada

Data/Hora (Previsão):	Visita: Atracada Ao Largo	Livre Prática: Concedida Não Concedida	
Natureza da Entrada: Franquia Inteiro Arribada		Circunstâncias Anormais a Bordo:	
Procedência:	Destino:	Porto de Origem:	Final da Viagem:
Data de Saída do Local de Procedência:	Data de Saída do Local de origem:	Data prevista de saída deste porto:	Nº da Viagem (IMO):

Operação Portuária

Porto / Terminal Privativo:	Local de Operação: No Cais (_____) Ao Largo Armazém/Terminal
Operador Portuário (Razão Social):	CNPJ:

Descarga			Carga		
Natureza da Carga: Geral Granel Inflamável			Natureza da Carga: Geral Granel Inflamável		
Tonelagem	Qtde. de Contêineres		Tonelagem	Qtde. de Contêineres	
	Cheios	Vazios		Cheios	Vazios
Qtde. de Manifestos	Carga Avariada		Abastecimento		
	SIM	NÃO	Combustível Água Víveres		

Operações com Pessoas de/para o Exterior

Passageiros - Quantidade						Tripulantes – Quantidade					
Desembarque		Embarque		Em trânsito		Desembarque		Embarque		Em trânsito	
Nacional:		Nacional:		Nacional:		Nacional:		Nacional:		Nacional:	
Estrangeiro:		Estrangeiro:		Estrangeiro:		Estrangeiro:		Estrangeiro:		Estrangeiro:	

Termo de Responsabilidade

A agência de carga, por seu representante legal abaixo assinado, declara, de acordo com o § 3º, do art. 39 do DL nº 37, de 18/11/66, e no art. 6º do Decreto nº 70.198, de 24/02/72, se responsabilizar por todos os débitos fiscais decorrentes de infrações em que incorrer a embarcação de seu agenciamento, inclusive os provenientes de multas que sejam aplicadas aos transportadores ou a seus condutores, e se compromete a efetuar o pagamento dos tributos, multas e outras obrigações eventualmente apuradas, nos prazos previstos na legislação pertinente.

Representante Legal			Recepção RFB
Nome:		CPF:	Data / Hora / Carimbo / Assinatura:
Local:	Data:	Assinatura:	
Contato			
Nome:		Telefone:	

RECEITA FEDERAL — **DECLARAÇÃO DE ENTRADA**

Veículo Transportador

Espécie:	Nome:	Nacionalidade:
Número de Registro:	Localidade de Registro:	Tonelagem de Registro:
Nome do Comandante / Condutor:		CPF (se brasileiro):
Armador / Afretador:		CNPJ:
Endereço do Armador / Afretador:		
Agente Consignatário:		CNPJ:

Entrada / Operação

Natureza da Entrada:	Local de atracação (Porto / Setor do cais ou píer):	Procedência:	Data de Saída da Procedência:

Tonelagem Total de Carga			Quantidade de Contêineres/Volumes		
A desembarcar:	Em trânsito:	A embarcar:	A desembarcar:	Em trânsito:	A embarcar:

Tripulação					Passageiros		Previsão de Saída
Oficiais:	Subalternos:	A desembarcar:	A embarcar:	A desembarcar:	Em trânsito:	A embarcar:	

Comandante / Representante Legal

Nome:	CPF:	Assinatura:

ANEXO III

RECEITA FEDERAL — **TERMO DE ENTRADA Nº ____ / _____**

Unidade da Receita Federal do Brasil:	Porto de Entrada:	Data e Hora de entrada:

Documentos Recebidos

Espécie	Qtde.	Espécie	Qtde.
Manifesto de Carga (importação)		Lista de provisões de bordo	
Conhecimento de Carga (importação)		Lista de sobressalentes de bordo	
Certificado Negativo / Lastro		Lista de tripulantes	
Declaração de Trânsito Aduaneiro		Lista de pertences da tripulação	
MCC (importação)		Lista de passageiros	
Manifesto de Carga de Cabotagem		Declaração de bagagem	
CTAC		Passe de saída do porto da escala anterior	
Relação de contêineres vazios a desembarcar		Outros	

Observações

Responsável pela Emissão

Cargo:	Nome:		Matrícula:
Local:	Data:	Hora:	Assinatura:

RECEITA FEDERAL — **DECLARAÇÃO DE ENTRADA**

Veículo Transportador

Espécie:	Nome:	Nacionalidade:
Número de Registro:	Localidade de Registro:	Tonelagem de Registro:
Nome do Comandante / Condutor:		CPF (se brasileiro):
Armador / Afretador:		CNPJ:
Endereço do Armador / Afretador:		
Agente Consignatário:		CNPJ:

Entrada / Operação

Natureza da Entrada:	Local de atracação (Porto / Setor do cais ou píer):	Procedência:	Data de Saída da Procedência:

Tonelagem Total de Carga			Quantidade de Contêineres/Volumes		
A desembarcar:	Em trânsito:	A embarcar:	A desembarcar:	Em trânsito:	A embarcar:

Tripulação					Passageiros		Previsão de Saída
Oficiais:	Subalternos:	A desembarcar:	A embarcar:	A desembarcar:	Em trânsito:	A embarcar:	

Comandante / Representante Legal

Nome:	CPF:	Assinatura:

ANEXO IV

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FOZ DO IGUAÇU

PASSE DE SAÍDA Nº _____/_____

Está desembaraçado/autorizado por esta Repartição para sair do terminal fluvial _____ para o de _____, a embarcação / rebocador _____, comandado pelo Sr. _____, com as barcaças _____, _____, _____, _____, _____ e _____.

Data/Hora prevista de saída ____/____/____ às ____:____ horas.

O presente será válido para a saída da embarcação até 48 horas após a data/hora prevista para saída, em horário de expediente da DRF/FOZ.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Cancela Registro Especial de Engarrafador de bebidas alcoólicas do contribuinte que específica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e tendo em vista o disposto nos artigos 331, 333 e 335 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, que regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), em face ao que consta do processo administrativo nº 10920.002245/2006-47, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial de ENGARRAFADOR dos produtos descritos no Anexo I da IN/ RFB nº 1432/2013, sob o número 09202/019, o estabelecimento relacionado abaixo:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ/MF	ENDEREÇO
ALAMBIQUE LINZMEYER LTDA - ME	04.799.053/0001-75	Rua Roberto Seidel, 2961 - Centro - Corupá/SC

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/JOI nº 45, de 11 de setembro de 2006.

Art. 3º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Cancela Registro Especial de Engarrafador de bebidas alcoólicas do contribuinte que específica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e tendo em vista o disposto nos artigos 331, 333 e 335 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, que regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), em face ao que consta do processo administrativo nº 10920.000435/2003-87, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial de ENGARRAFADOR dos produtos descritos no Anexo I da IN/ RFB nº 1432/2013, sob o número 09202/016, o estabelecimento relacionado abaixo:

RAZÃO SOCIAL: CERAMARTE LTDA

CNPJ/MF nº: 85.907.210/0002-00

ENDEREÇO: Rua Ernesto Wiese, 43 - Bairro Ceramarte - Rio Negrinho/SC

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/JOI nº 21, de 12 de março de 2003.

Art. 3º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302, inciso IX, combinado com o art. 224, inciso VII e o artigo 314, inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido da empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920-721.615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 222 (duzentos e vinte e dois) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UISQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
222	74	Johnnie Walker Blue Label Ghost	Uisque escocês, em caixas de 03 garrafas de .750 ml 46 Gl, idade acima de 12 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302, inciso IX, combinado com o art. 224, inciso VII e o artigo 314, inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido da empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920-721.615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 77.043 (setenta e sete mil e quarenta e três) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UISQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
10.134	1.689	Johnnie Walker Green Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas, de 750 ml, 40 GL, idade acima de 18 anos.
66.852	5.571	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas, de 750 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
57	19	Johnnie Walker Blue King Georg	Uisque escocês, em caixas de 03 garrafas de .750 ml 40 Gl, idade acima de 12 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 867, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2000, e em conformidade com a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, e com a Resolução CMN nº 4.063, de 12 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Cancelar 1.621.861 (um milhão, seiscentas e vinte e uma mil, oitocentas e sessenta e uma) Notas do Tesouro Nacional-Série "I" - NTN-I, conforme solicitação do Banco do Brasil S.A, agente financeiro para o PROEX, observando-se as características constantes da tabela em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

Instituição Beneficiária	Data de Vencimento	Quantidade de NTN-I a cancelar
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	15/11/2017	41.671
	15/01/2018	26.840
	15/05/2018	73.413
	15/07/2018	29.075
	15/11/2018	71.157
	15/01/2019	28.112
	15/05/2019	66.712
	15/07/2019	26.285
	15/11/2019	64.599
	15/01/2020	25.382
	15/05/2020	60.830
	15/07/2020	23.829
	15/11/2020	58.509
	15/01/2021	22.846
	15/05/2021	54.717
	15/07/2021	21.292
	15/11/2021	52.841
	15/01/2022	20.485
	15/05/2022	49.332
	15/07/2022	19.048
	15/11/2022	47.552
	15/01/2023	18.280
	15/05/2023	44.301
	15/07/2023	16.951
	15/11/2023	42.604
	15/01/2024	16.218
	15/05/2024	39.812
	15/07/2024	15.070
	15/11/2024	37.969
	15/01/2025	14.284
	15/05/2025	35.173
	15/07/2025	13.144
	15/11/2025	33.612
	15/01/2026	12.467
	15/05/2026	31.017
	15/07/2026	11.410
	15/11/2026	29.515
	15/01/2027	10.756
	15/05/2027	27.104
	15/07/2027	9.776
	15/11/2027	25.649
	15/01/2028	9.144
	15/05/2028	23.541
	15/07/2028	8.280
	15/11/2028	22.002
	15/01/2029	7.620
	15/05/2029	19.921
	15/07/2029	6.777
	15/11/2029	18.550
	15/01/2030	6.179
	15/05/2030	16.618
	15/07/2030	5.397
	15/11/2030	15.280
	15/01/2031	4.813
	15/05/2031	13.486
	15/07/2031	4.089
	15/11/2031	12.181
	15/01/2032	3.517
	15/05/2032	10.574
	15/07/2032	2.862
	15/11/2032	9.234
	15/01/2033	2.286
	15/05/2033	7.690
	15/07/2033	1.666
	15/11/2033	6.433
	15/01/2034	1.115
	15/05/2034	5.001
	15/07/2034	542
	15/11/2034	3.765
	15/05/2035	2.437
	15/11/2035	1.222
Total		1.621.861

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 863, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

A SUBSECRETÁRIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do ANEXO I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º. Divulgar o montante dos recursos a serem entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios relativo ao mês de OUTUBRO de 2017, de acordo com o disposto no item 1 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996.

R$ 1,00

UF	COEF (%)	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	0,09104	147.940,00	110.955,00	36.985,00
AL	0,84022	1.365.357,50	1.024.018,13	341.339,37
AP	0,40648	660.530,00	495.397,50	165.132,50
AM	1,00788	1.637.805,00	1.228.353,75	409.451,25
BA	3,71666	6.039.572,50	4.529.679,38	1.509.893,12
CE	1,62881	2.646.816,25	1.985.112,19	661.704,06
DF	0,80975	1.315.843,75	1.315.843,75	0,00
ES	4,26332	6.927.895,00	5.195.921,25	1.731.973,75
GO	1,33472	2.168.920,00	1.626.690,00	542.230,00
MA	1,67880	2.728.050,00	2.046.037,50	682.012,50
MT	1,94087	3.153.913,75	2.365.435,31	788.478,44
MS	1,23465	2.006.306,25	1.504.729,69	501.576,56
MG	12,90414	20.969.227,50	15.726.920,63	5.242.306,87
PA	4,36371	7.091.028,75	5.318.271,56	1.772.757,19
PB	0,28750	467.187,50	350.390,63	116.796,87
PR	10,08256	16.384.160,00	12.288.120,00	4.096.040,00
PE	1,48565	2.414.181,25	1.810.635,94	603.545,31
PI	0,30165	490.181,25	367.635,94	122.545,31
RJ	5,86503	9.530.673,75	7.148.005,31	2.382.668,44
RN	0,36214	588.477,50	441.358,13	147.119,37
RS	10,04446	16.322.247,50	12.241.685,63	4.080.561,87
RO	0,24939	405.258,75	303.944,06	101.314,69
RR	0,03824	62.140,00	46.605,00	15.535,00
SC	3,59131	5.835.878,75	4.376.909,06	1.458.969,69
SP	31,1418	50.605.425,00	37.954.068,75	12.651.356,25
SE	0,25049	407.046,25	305.284,69	101.761,56
TO	0,07873	127.936,25	95.952,19	31.984,06
TOTAL	100,00 000	162.500.000,00	122.203.960,97	40.296.039,03

Art. 2º. Dos valores discriminados no art. 1º serão destinados recursos para composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRICILLA MARIA SANTANA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 1.006, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004306/2017-38 e Documento SEI nº 0072355, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Fiberprev, CNPB nº 1991.0013-47, administrado pela Multibra Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.010, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.007235/2017-25 e Juntada 0080566, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da Cooperativa de Economia Crédito Mútuo dos Empregados do BANRISUL, CNPJ nº 92.935.741/0001-82, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários - Prevcoop, CNPB nº 2016.0019-92, e a entidade QUANTA - PREVIDÊNCIA UNICRED.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 623, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar n. 126, de 15 de janeiro de 2007 e o que consta do processo Susep 15414.627055/2017-23, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de AUSTRAL RESSEGURADORA S.A., CNPJ n. 11.536.561/0001-26, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de setembro de 2017:

I - Eleição de administrador; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 624, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.600411/2017-61, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição dos membros do comitê de auditoria de CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 08.602.745/0001-32, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião extraordinária do conselho de administração realizada em 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 625, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.627066/2017-11, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de AUSTRAL SEGURADORA S.A., CNPJ n. 11.521.976/0001-26, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de setembro de 2017:

I - Eleição de administrador; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 2.011/SEI, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 10, Inciso I, do Anexo I do Decreto nº 8917, de 29 de novembro de 2016, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº1.590, de 10 de agosto de 1995, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao acompanhamento do 1º e do 2º Trimestres da Experiência-Piloto em Teletrabalho do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, referente aos períodos de 6 de fevereiro a 5 de maio de 2017, e de 6 de maio a 5 de agosto de 2017, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO LOURENÇO NUNES NETO

ANEXO

Unidade	Processo SEI	Servidores em Teletrabalho	Período Aferido
Corregedoria	52286.100059/2017-06	Adriano Monteiro da Silva	
	52286.100059/2017-06	André Luís Ribeiro Barbosa	
Gabinete do Ministro	52020.100494/2017-43	Pabline Araújo Reis	
	52020.100494/2017-43	Patricia de Lima Favaretto	
Secretaria de Comércio e Serviços	52009.100067/2017-13	Gislaine Mendes de Souza Fragassi	
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	52001.100462/2017-76	Gerardo Figueiredo Neto	
Secretaria Executiva	52004.100223/2017-96	Camilla de Lima Bonfim dos Santos	
Secretaria de Comércio Exterior	52100.100811/2017-31	Diogo Gomes da Silva	
	52100.100811/2017-31	Fábio Carvalho Porto	
	52100.100811/2017-31	Fabrício Marques da Silva	
	52100.100811/2017-31	Flávia Annibelli Baron	
	52100.100811/2017-31	Geraldo Maria Martins	
	52100.100811/2017-31	Gláucia Belém de Oliveira	
	52100.100811/2017-31	Gustavo Paniago Neves	
	52100.100811/2017-31	Heloisa Pereira Chikusa	06/02 a 05/05/2017
	52100.100811/2017-31	Ismael Noronha de Castro	
	52100.100811/2017-31	Jorge Augusto Vieira Lima	
	52100.100811/2017-31	Juliana Maria de Almeida Barros	
	52100.100811/2017-31	Leonardo Vieira Arruda Achtschin	
	52100.100811/2017-31	Massaaki Yamamoto	
	52100.100811/2017-31	Paulo Ricardo Mendes Valenca	
	52100.100811/2017-31	Raimundo Monte Farias	
	52100.100811/2017-31	Raquel Mayer Moreira Barros Brizolim	
	52100.100811/2017-31	Simone Lemos Busetti	
	52100.100811/2017-31	Tatiana Uene de Brito	
	52100.100811/2017-31	Vera Cristina Almeida da Silva	
	52100.100811/2017-31	Verônica Simioni Campello D"Albuquerque Lima	
	52100.100811/2017-31	Victória Amanda Hirle de Freitas Dias	
Secretaria de Inovação e Novos Negócios	52250.100127/2017-36	Priscila dos Santos	

*No encerramento do período, 87,5% das atividades foram cumpridas dentro das metas; 9,2% das atividades estavam em andamento e 3,3% das atividades não estavam dentro das metas.

Unidade	Processo SEI	Servidores em Teletrabalho	Período Aferido
Corregedoria	52286.100059/2017-06	Adriano Monteiro da Silva	
	52286.100059/2017-06	André Luís Ribeiro Barbosa	
	52286.100147/2017-08	Luciana Gomes de Oliveira	
Gabinete do Ministro	52020.100494/2017-43	Pabline Araújo Reis	
	52020.100494/2017-43	Patricia de Lima Favaretto	
Secretaria de Comércio e Serviços	52009.100157/2017-12	Gislaine Mendes de Souza Fragassi	
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	52001.100830/2017-86	Dyógenes Silva de Andrade	
	52001.100804/2017-58	Gabriela Silvestrin Pantoja Rodrigues	
	52001.100828/2017-15	Gerardo Figueiredo Neto	
	52001.100829/2017-51	Margarida Maria Andrade Dourado Reche	
Secretaria Executiva	52004.100421/2017-50	Camilla de Lima Bonfim dos Santos	
	52004.100424/2017-93	Cleisson Amorim Rodrigues	
	52004.100395/2017-60	Jacó Costa de Albuquerque	
	52004.100422/2017-02	Antonio Diolindo Filho	
Secretaria de Comércio Exterior	52100.101608/2017-82	Amelia Regina Mussi Gabriel Teixeira	
	52100.101608/2017-82	Ana Junqueira Pessoa	06/05 a 05/08/2017
	52100.101608/2017-82	Diogo Gomes da Silva	
	52100.101608/2017-82	Fábio Carvalho Porto	
	52100.101608/2017-82	Fabrício Marques da Silva	
	52100.101608/2017-82	Flávia Annibelli Baron	
	52100.101608/2017-82	Geraldo Maria Martins	
	52100.101608/2017-82	Gláucia Belém de Oliveira	
	52100.101608/2017-82	Gustavo Paniago Neves	
	52100.101608/2017-82	Heloisa Pereira Chikusa	
	52100.101608/2017-82	Ismael Noronha de Castro	
	52100.101608/2017-82	Jorge Augusto Vieira Lima	
	52100.101608/2017-82	Juliana Maria de Almeida Barros	
	52100.101608/2017-82	Massaaki Yamamoto	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	52100.101608/2017-82	Paulo Ricardo Mendes Valenca	
	52100.101608/2017-82	Raimundo Monte Farias	
	52100.101608/2017-82	Raquel Mayer Moreira Barros Brizolim	
	52100.101608/2017-82	Simone Lemos Busetti	06/05 a 31/07/2017
	52100.101608/2017-82	Tatiana Uene de Brito	06/05 a 05/08/2017
	52100.101608/2017-82	Vera Cristina Almeida da Silva	
	52100.101608/2017-82	Verônica Simioni Campello D"Albuquerque Lima	
	52100.101608/2017-82	Victória Amanda Hirle de Freitas Dias	
Secretaria de Inovação e Novos Negócios	52020.100496/2017-32	Priscila dos Santos	

*No encerramento do período, 90,1% das atividades foram cumpridas dentro das metas; 6,4% das atividades estavam em andamento e 3,5% das atividades não estavam dentro das metas.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 147, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pela Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com os Regulamentos Técnicos Metrológicos para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovados pela Portaria Inmetro n.° 586, de 1º de novembro de 2012, pela Portaria Inmetro n.° 587, de 5 de novembro de 2012, e pela Portaria Inmetro n.º 520, de 28 de novembro de 2014;

E considerando o constante do Processo Inmetro n.º 52600.00015013/2016-56, resolve:

Aprovar o modelo KS 37, de medidor eletrônico de energia elétrica, classe de exatidão B, marca Nansen, conforme condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam.

MAURICIO EVANGELISTA DA SILVA
Substituto

PORTARIA Nº 148, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pela Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro n.° 236, de 22 de dezembro de 1994;

E considerando os elementos constantes do Processo Inmetro n.º 0052600.00021323, resolve:

Dar nova redação à Tabela 1 do item 3 CARACTERÍSTICAS METROLÓGICAS, da Portaria Inmetro/Dimel n.º 058, de 4 de março de 2016, de acordo com as condições estabelecidas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam.

MAURICIO EVANGELISTA DA SILVA
Substituto

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 41, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova a 7ª Edição do Manual do Sistema de Drawback Isenção.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIV do art. 17 do Anexo I do Decreto Nº 8.917, de 29 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a 7ª Edição do Manual do Sistema de Drawback Isenção, de que trata o art. 128 da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, cujos arquivos digitais encontram-se disponíveis na página eletrônica do Siscomex, no endereço "http://portal.siscomex.gov.br/".

Art. 2º Fica revogada a Portaria SECEX nº 54, de 21 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 91, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.059671/2017-54, e no processo MDIC nº 52001.101147/2017-66, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa JMTR Tecnologia Ltda. - ME, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 21.718.627/0001-52, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Controlador digital de pressão	Controladora de pressão may taap
Dispositivo para medição e controle de consumo de líquidos, com display LCD, comunicação de dados e RFID	Mytapp
Dispositivo eletrônico para controle de fluxo de líquidos	Controladora de fluxo

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARGARETE MARIA GANDINI

PORTARIA Nº 92, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.062881/2017-20, e no processo MDIC nº 52001.101191/2017-76, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Flextronics International Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 74.404.229/0002-09, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
GABINETE METÁLICO PARA ESTAÇÃO RADIO BASE (ERB).	FCOB FLEXI CABINET OUTDOOR

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 760, de 13 de dezembro de 2001.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARGARETE MARIA GANDINI

PORTARIA Nº 93, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº

01250.062881/2017-20, e no processo MDIC nº 52001.101191/2017-76, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Flextronics International Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 74.404.229/0005-51, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
GABINETE METÁLICO PARA ESTAÇÃO RADIO BASE (ERB).	FCOB FLEXI CABINET OUTDOOR

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 073, de 30 de janeiro de 2002.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARGARETE MARIA GANDINI

Ministério da Integração Nacional

CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

INSERIR IMAGENS 1_MIN_23_01 A 04

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 188, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000178/2014-11, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 184, de 10 de julho de 2014, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Pancas - ES, para ações de Defesa Civil, para até 31/12/2017.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 189, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios de Pernambuco.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando o Decreto nº 45.039, de 28 de setembro de 2017, do Governo do Estado de Pernambuco.

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59051.004513/2017-93, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de Estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência nos municípios listados na tabela.

1	Afogados da Ingazeira
2	Afrânio
3	Araripina
4	Arcoverde
5	Belém do São Francisco
6	Betânia
7	Bodocó
8	Brejinho
9	Cabrobó
10	Calumbi
11	Carnaíba
12	Carnaubeira da Penha
13	Cedro
14	Custódia
15	Dormentes
16	Exu
17	Flores
18	Floresta
19	Granito
20	Ibimirim
21	Iguaraci
22	Inajá
23	Ingazeira
24	Ipubi
25	Itacuruba
26	Itapetim
27	Jatobá
28	Lagoa Grande
29	Manari
30	Mirandiba
31	Moreilândia
32	Orocó
33	Ouricuri
34	Parnamirim
35	Petrolândia
36	Petrolina
37	Quixaba
38	Salgueiro
39	Santa Cruz
40	Santa Cruz da Baixa Verde
41	Santa Filomena
42	Santa Maria da Boa Vista
43	Santa Terezinha
44	São José do Belmonte
45	Serra Talhada
46	Serrita
47	Sertânia
48	Solidão
49	Tabira
50	Tacaratu
51	Terra Nova
52	Trindade
53	Triunfo
54	Tuparetama
55	Verdejante

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 875, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao Acórdão 3613/2013 - TCU - Plenário, nos autos do Processo nº TC 023.979/2008-6, proferido pelo Tribunal de Contas da União, resolve:

Deferir ao anistiado político PAULO ROBERTO MANES, portador do CPF nº 017.428.738-04, a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, na graduação máxima de Suboficial integrante do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 20 de outubro de 2017

Nº 1.546 - Ato de Concentração nº 08700.006372/2017-11. Requerentes: Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A., ExxonMobil Exploração Brasil Ltda. Advogados: Mariana Rangel Stefano, Ralph Richard Leon, e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.547 - Ato de Concentração nº 08700.005948/2017-22. Requerentes: Nexans Brasil S.A. e Companhia Brasileira de Alumínio - CBA Advogados: Ivo Waisberg, Rafael Maziteli Trindade Teodoro e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 5.125, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/64787 - DPF/PDE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OPERACIONAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.353.695/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2056/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.132, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/72095 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA , CNPJ nº 64.545.866/0007-56, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

252 (duzentas e cinquenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.134, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/73869 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ZEPIM SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 02.282.727/0001-34, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
270 (duzentos e setenta) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
270 (duzentas e setenta) Armas de choque elétrico de contato direto
270 (duzentas e setenta) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.273, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/70678 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:
CONCEDER autorização à empresa USIVALE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 04.643.758/0001-07, sediada em Pernambuco, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Revólveres calibre 38
36 (trinta e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.331, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/78888 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:
CONCEDER autorização à empresa PROVIG FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA, CNPJ nº 57.276.206/0001-66, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20000 (vinte mil) Munições calibre 12
250000 (duzentas e cinquenta mil) Espoletas calibre 38
77536 (setenta e sete mil e quinhentos e trinta e seis) Gramas de pólvora
240000 (duzentos e quarenta mil) Projéteis calibre 38
65000 (sessenta e cinco mil) Espoletas calibre .380
60000 (sessenta mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.340, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/52725 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEG-MASTER SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES EIRELI, CNPJ nº 02.493.254/0001-14, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1818/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.346, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/79003 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:
CONCEDER autorização à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0001-70, sediada em Pernambuco, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3000 (três mil) Munições calibre 38
2000 (duas mil) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.359, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/63931 - DPF/AGA/TO, resolve:
CONCEDER autorização à empresa ATACADAO RS LTDA EPP, CNPJ nº 18.275.236/0001-04, sediada em Tocantins, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
36 (trinta e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.364, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/58101 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:
CONCEDER autorização à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.426.907/0001-42, sediada no Paraná, para adquirir:
Da empresa cedente ELO SERVICOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.611.593/0001-10:
29 (vinte e nove) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
13 (treze) Espingardas calibre 12
4 (quatro) Revólveres calibre 38
684 (seiscentas e oitenta e quatro) Munições calibre 38
288 (duzentas e oitenta e oito) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.367, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/79950 - DPF/MGA/PR, resolve:
CONCEDER autorização à empresa CEVIPA - CENTRAL DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL - EIRELI - EPP, CNPJ nº 25.219.005/0001-30, sediada no Paraná, para adquirir:
Da empresa cedente DIVISA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.478.353/0001-55:
6 (seis) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
108 (cento e oito) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.389, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/65136 - DPF/UDI/MG, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa 3E VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 07.578.814/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2205/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.392, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/45570 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIDERSUL SEGURANCA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 10.917.510/0001-81, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1847/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.406, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/66658 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2076/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.407, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/74602 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FABRICA SANTA MARIA, ÓLEOS E SABÃO LTDA, CNPJ nº 04.894.184/0001-31 para atuar no Pará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.402, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/49044 - DPF/CGE/PB, resolve:
CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE CAMPINA GRANDE, CNPJ nº 12.445.154/0001-76, para atuar na Paraíba.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.411, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/68255 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GARRA ESCOLTA, VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.262.215/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2215/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.416, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80471 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:
CONCEDER autorização à empresa SATELITE SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 23.893.725/0001-51, sediada no Ceará, para adquirir:
Da empresa cedente CONDOR SEGURANCA ARMADA E DESARMADA LTDA, CNPJ nº 08.293.388/0001-78:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
162 (cento e sessenta e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 5.417, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/81049 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TELFORM ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇAS EIRELI, CNPJ nº 04.448.042/0001-40, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.423, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/69414 - DPF/MOC/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEMINAS ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES ARMADOS LTDA - ME, CNPJ nº 21.762.605/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2179/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.438, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/66414 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PATRIMONIO E SEGURANÇA ARMADA LTDA, CNPJ nº 04.947.331/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2017/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.441, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/72203 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BY SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 21.958.945/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2109/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.442, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/82014 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CEFAT - FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 01.141.037/0001-00, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38
2 (duas) Espingardas calibre 12
4 (quatro) Pistolas calibre .380
6 (seis) Revólveres calibre 38
5000 (cinco mil) Munições calibre .380
10000 (dez mil) Munições calibre 12
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
11208 (onze mil e duzentos e oito) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
15000 (quinze mil) Espoletas calibre .380
15000 (quinze mil) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
10 (dez) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
5 (cinco) Armas de choque elétrico de contato direto
5 (cinco) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
10 (dez) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
10 (dez) Granadas fumígenas de sinalização
5 (cinco) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)
5 (cinco) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
10 (dez) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
10 (dez) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
1000 (uma mil) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.443, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/76746 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EFASEG - CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 13.280.506/0002-24, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Espingardas calibre 12
5 (cinco) Pistolas calibre .380
10 (dez) Revólveres calibre 38
10000 (dez mil) Munições calibre 38
8000 (oito mil) Munições calibre .380
60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38
20000 (vinte mil) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Espoletas calibre .380
7480 (sete mil e quatrocentas e oitenta) Espoletas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.448, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/73357 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CHAGAS & ROCHA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 13.180.183/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 2189/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.450, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/77324 - DPF/JFA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JARES VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 20.543.431/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2208/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.451, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80205 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MULTIFORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA -ME, CNPJ nº 15.686.556/0001-50, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38
80 (oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.452, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80726 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ERS CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.185.093/0001-00, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38
818 (oitocentas e dezoito) Munições calibre .380
472 (quatrocentas e setenta e duas) Munições calibre 12
3000 (três mil) Munições calibre 38
28000 (vinte e oito mil) Espoletas calibre 38
4000 (quatro mil) Estojos calibre 38
8990 (oito mil e novecentos e noventa) Gramas de pólvora
28000 (vinte e oito mil) Projéteis calibre 38
840 (oitocentas e quarenta) Espoletas calibre .380
500 (quinhentos) Estojos calibre .380
840 (oitocentos e quarenta) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 6.910, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 32441/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.250 (um mil e duzentos e cinquenta) UFIR a ARMAFORTE SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA , CNPJ nº 07.152.464/0001-62, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/37769.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.911, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 32445/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a CENTRO DE FORMAÇAO DE VIGILANTES SUPER AÇAO LTDA, CNPJ nº 07.580.696/0001-11, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §1 E 3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/54603.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 6.913, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 32448/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a AÇO VIGILANCIA LTDA , CNPJ nº 04.949.485/0001-15, sediada no Ceará, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/55494.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.765, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre o fluxo operacional de acionamento de missões da Força Aérea Brasileira (FAB) no transporte de órgãos, tecidos ou de equipes de retirada ou de transplantes.

OS MINISTROS DE ESTADO DA SAÚDE E DA DEFESA, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 9.175 de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 8.783, de 6 de junho de 2016, que altera o Decreto nº 2.268, de 2016, para dispor sobre a requisição de apoio à Força Aérea Brasileira (FAB) para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, para fins de transplante; e

Considerando a Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o fluxo operacional de acionamento de missões da Força Aérea Brasileira (FAB) no transporte de órgãos, tecidos ou de equipes de retirada ou de transplantes.

Art. 2º Todas as solicitações de missões da FAB relacionadas com o transporte de órgãos, tecidos e equipes de retirada ou de transplantes obedecerão ao fluxo definido nesta Portaria.

Art. 3º O transporte aéreo de órgãos, tecidos ou equipes de retirada e transplantes será realizado pela FAB, em última instância e em caso de esgotamento das possibilidades de transporte por outros meios, incluído o transporte aéreo realizados por outros parceiros.

§ 1º Para os fins desta Portaria, considera-se transporte aéreo aqueles realizados pela aviação regular ou geral, ou por outros parceiros públicos ou privados, por meio de acordos de cooperação, contratos ou convênios com a União, Estados ou Municípios.

§ 2º A alternativa de transporte aéreo realizado pela FAB não exclui a responsabilidade e participação dos estados e municípios na organização e realização do transporte de órgãos, tecidos ou equipes de retirada e transplantes.

§ 3º O transporte de córneas, ossos ou pele para transplante somente serão realizados em situações excepcionais e emergenciais, sempre por solicitação da Central Nacional de Transplantes - CNT e depois de esgotadas todas as tentativas de utilização de outros meios de transportes terrestres ou aéreos.

Art. 4º O transporte de órgãos, tecidos ou equipes de retirada ou de transplantes solicitados ou realizados pela FAB, conforme disposto nesta Portaria, serão denominados "missão TOTEQ".

§ 1º Poderão ser transportados até 3 (três) profissionais pertencentes às equipes de retirada ou de transplante, por missão TOTEQ.

§ 2º O transporte de equipes com mais de 3 (três) profissionais poderá ser autorizado, desde que haja justificativa técnica.

Art. 5º A solicitação de missões TOTEQ será, em qualquer hipótese, realizada exclusivamente pela CNT, braço operacional da Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes (CGSNT/DAET/SAS/MS).

§ 1º As missões TOTEQ serão solicitadas na seguintes hipóteses:

I - equipe de retirada ou de transplante de órgão cujo tempo de isquemia admissível seja de até 6 (seis) horas;

II - equipe de retirada ou de transplante de órgão cuja relação entre o tempo de isquemia do órgão e a necessidade do receptor em condição de urgência máxima, comprovada pelo seu status em lista, torne imperioso um transporte mais ágil;

III - órgão já retirado e com tempo de isquemia prolongado;

IV - órgão não retirado com logística comercial inviável; e

V - órgão já retirado, com tempo de isquemia prolongado e com aeroporto distante do hospital onde se encontra o doador ou o receptor.

§ 2º Em qualquer das hipótese de que trata o § 1º, a missão TOTEQ será solicitada somente diante do aceitamento formal das equipes de transplantes, informado pela respectiva Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO).

§ 3º Para as solicitações de missões TOTEQ, a CNT utilizará formulário específico, contendo minimamente as seguintes informações:

I - Município/Estado onde se encontra o doador;

II - aeroporto mais próximo do Município/Estado onde se encontra o doador;

III - Município/Estado onde se encontra a equipe de retirada ou de transplantes;

IV - órgão/tecido a ser transportado;

V - local onde se encontra o receptor do órgão;

VI - identificação completa dos profissionais pertencentes às equipes de retirada e transplantes;

VII - solicitação justificada para o transporte de membros de equipe adicionais, nas casos em que se aplique;

VIII - identificação completa dos órgãos ou tecidos a serem transportados conjunta ou separadamente das equipes de retirada e transplantes; e

IX - outras informações julgadas importantes.

§ 4º A CNT manterá atualizados os meios de comunicação e os profissionais autorizados a solicitar as missões TOTEQ.

Art. 6º Compete à CNT:

I - ter conhecimento dos processos de doação de órgãos, tecidos ou equipes ocorridos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, para os quais seja proposta realização de missão TOTEQ;

II - verificar a melhor logística aérea comercial disponível para o transporte de órgãos, tecidos ou equipes de retirada e transplantes, nos casos de ofertas para a lista única nacional;

III - solicitar a realização de missão TOTEQ após esgotados outros meios de transporte aéreo por meio de acordo de cooperação técnica ou outros no seu âmbito de atuação;

IV - validar e autorizar a inclusão de mais do que 3 (três) membros da equipe nas missões TOTEQ;

V - manter registro de todas as missões TOTEQ contendo todos os dados necessários para o rastreamento de órgãos, tecidos ou equipes de retirada e transplantes;

VI - informar à FAB o cancelamento de missão TOTEQ e seu motivo, no menor tempo possível; e

VII - fornecer à FAB relatórios estatísticos periódicos sobre as missões TOTEQ.

Art. 7º Compete às CNCDO:

I - informar imediatamente à CNT da ocorrência de processo de doação de órgãos ou tecidos no âmbito de sua atuação, para os quais foram esgotados outros meios de transporte;

II - enviar à CNT, no ato de solicitação de missão TOTEQ, declaração de que todos os meios de transporte terrestre ou aéreo foram esgotados;

III - fornecer à CNT todas as informações necessárias à busca pela logística aérea mais viável para as missões TOTEQ;

IV - informar à CNT qualquer alteração no processo de doação de órgãos ou tecidos que possa influenciar na modificação da logística das missões TOTEQ ou no seu cancelamento;

V - esclarecer à CNT quaisquer alterações relativas ao doador, ao receptor ou a qualquer dos envolvidos no processo que possam gerar possíveis alterações no local de origem ou destino da missão, ou seu cancelamento;

VI - fornecer à CNT a identificação das equipes de retirada e transplantes, ou dos responsáveis pela entrega e retirada de órgãos e tecidos realizados pelas missões TOTEQ no caso de transporte de órgãos desacompanhados;

VII - fornecer à CNT a justificativa para o transporte de membros de equipe adicionais aos 3 (três) previstos no § 2º do art. 4º, nos casos em que se aplique;

VIII - responsabilizar-se pela entrega ou retirada de órgãos ou tecidos realizados pelas missões TOTEQ, incluindo o auxílio no transporte das equipes até o local de pouso ou decolagem das aeronaves;

IX - responsabilizar-se pelo sigilo das informações relativas a doadores e receptores de órgãos ou tecidos no seu âmbito de atuação; e

IX - comunicar-se com a CNT no menor tempo possível para fornecer todas as informações contidas nos incisos anteriores.

Art. 8º Compete à FAB:

I - receber da CNT as solicitações de missão TOTEQ registrando-as em relatório específico;

II - verificar a disponibilidade de aeronave e pessoal nas condições e locais mais adequados para o atendimento da solicitação;

III - verificar a viabilidade operacional de cumprimento da missão TOTEQ, de acordo com os dados fornecidos pela CNT:

IV - informar à CNT, com a maior brevidade possível, a disponibilidade de aeronave e pessoal para o atendimento da missão TOTEQ;

V - realizar a missão TOTEQ obedecendo aos procedimentos operacionais e de segurança usuais;

VI - disponibilizar relatórios estatísticos periódicos relativos às missões TOTEQ.

Art. 9º Os casos omissos deverão ser diligenciados pela CNT ou pela FAB, de modo a possibilitar a resolução mais viável o possível.

Art. 10. Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.20SP.0001 - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplante.

Art. 11. Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARRROS
Ministro de Estado da Saúde

RAUL JUNGMANN
Ministro de Estado da Defesa

PORTARIA Nº 2.766, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece recursos financeiros do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), destinados aos Hospitais Universitários Federais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, que institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), dispõe sobre o financiamento compartilhado dos Hospitais Universitários Federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais;

Considerando a Portaria Interministerial nº 883/MEC/MS/MP, de 5 de julho de 2010, que regulamenta o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, que institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF, dispõe sobre o financiamento compartilhado dos Hospitais Universitários Federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais;

Considerando o Decreto nº 8.587, de 11 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a execução do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF e altera o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010;

Considerando a pactuação do Comitê Gestor do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF);

Considerando o Ofício - SEI nº 3/2017/CG/PRES-EBSERH, de 28 de setembro de 2017, e

Considerando a pactuação entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, os gestores estaduais e os gestores municipais, no que diz respeito à assistência, ensino/pesquisa e a ampliação de serviços no sentido de atender às necessidades levantadas pelos gestores locais, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso orçamentário e financeiro, no montante de R$ 14.283.640,00 (quatorze milhões, duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta reais), do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), a ser disponibilizado aos Hospitais Universitários Federais, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para descentralização orçamentária, no valor descrito.

Parágrafo único. Os recursos financeiros correspondentes serão liberados mediante a comprovação da liquidação dos empenhos emitidos à conta dos créditos descentralizados, de forma a não comprometer o fluxo de caixa do Fundo Nacional de Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.20G8.0001.0000 - INVESTIMENTO - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	Unidade Gestora	Universidade	Hospital	2. Obras de ampliação e conclusão	Investimento
ES	Vitória	153047	UFES	Hospital Universitário Cassiano Antonio de Moraes	2.1. Conclusão das instalações	415.000,00
DF	Brasília	155009	HUB	Hospital Universitário de Brasília	2.2. Nova subestação	2.400.000,00
BA	Salvador	153040	UFBA	Hospital Universitário Professor Edgard santos	2.3. Conclusão de obras	2.000.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	Belém	150220	UFPA	Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	2.4. Construção do Centro de Especializado de Reabilitação - CER IV	1.470.000,00
RS	Santa Maria	155125	UFSM	Hospital Universitário de Santa Maria	2.5. Conclusão de obras	703.000,00
SE	Aracaju	155017	UFS	Hospital Universitário de Sergipe	2.6. Conclusão de obras e ampliação	2.000.000,00
Sub total						8.988.000,00
					3. Aquisição de equipamentos e material permanente	
MT	Cuiabá	150221	UFTM	Hospital Universitário Julio Muller	3.1. Aquisição de Gerador de Emergência	665.000,00
MA	São Luis	155010	UFMA	Hospital Universitário do Maranhão	3.2. Aquisição de Raios - X Móvel e manutenção emergencial de angiógrafo	180.000,00
RS	Rio Grande	150218	FURG	Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Correa Jr	3.3. Aquisição de equipamentos e material permanente	51.730,00
SC	Florianópolis	150232	UFSC	Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago	3.4. Aquisição de equipamentos e material permanente	361.069,00
MS	Campo Grande	155124	UFMS	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	3.6. Aquisição de equipamentos e material permanente	841.000,00
AM	Manaus	150224	UFAM	Hospital Universitário Getúlio Vargas	3.7. Aquisição de equipamentos e material permanente	2.196.841,00
BA	Salvador	153040	UFBA	Hospital Universitário Prof. Edgard Santos	3.8. Equipamentos e instalações	1.000.000,00
Sub total						5.295.640,00
Total Geral						14.283.640,00

PORTARIA Nº 2.767, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece recursos financeiros do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), destinados aos Hospitais Universitários Federais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, que institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), dispõe sobre o financiamento compartilhado dos Hospitais Universitários Federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais;

Considerando a Portaria Interministerial nº 883/MEC/MS/MP, de 5 de julho de 2010, que regulamenta o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, que institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF, dispõe sobre o financiamento compartilhado dos Hospitais Universitários Federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais;

Considerando o Decreto nº 8.587, de 11 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a execução do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF e altera o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010;

Considerando a pactuação do Comitê Gestor do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF);

Considerando o Ofício - SEI nº 3/2017/CG/PRES-EBSERH, de 28 de setembro de 2017; e

Considerando a pactuação entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, os gestores estaduais e os gestores municipais, no que diz respeito à assistência, ensino/pesquisa e a ampliação de serviços no sentido de atender às necessidades levantadas pelos gestores locais, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso orçamentário e financeiro, no montante de R$ 206.579.783,57 (duzentos e seis milhoes, quinhentos e setenta e nove mil setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos), do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), a ser disponibilizado aos Hospitais Universitários Federais, conforme Anexo I e II desta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para descentralização orçamentária, no valor descrito.

Parágrafo único. Os recursos financeiros correspondentes serão liberados mediante a comprovação da liquidação dos empenhos emitidos à conta dos créditos descentralizados, de forma a não comprometer o fluxo de caixa do Fundo Nacional de Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.20G8.0001.0000 - CUSTEIO - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

UF	MUNICÍPIO	UG	UNIVERSIDADE	HOSPITAL	CUSTEIO
AL	Maceió	150229	UFAL	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes	4.807.595,81
AM	Manaus	150224	UFAM	Hospital Universitário Getúlio Vargas	2.606.160,82
BA	Salvador	153040	UFBA	Hospital Universitário Prof. Edgard Santos	4.045.722,01
BA	Salvador	150223	UFBA	Maternidade Climério de Oliveira	2.774.421,92
CE	Fortaleza	150244	UFC	Hospital Universitário Walter Cantídio	4.313.745,03
CE	Fortaleza	150246	UFC	Maternidade Escola Assis Chateaubriand	5.214.686,36
DF	Brasília	155009	UnB	Hospital Universitário de Brasília	4.205.369,75
ES	Vitória	153047	UFES	Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes	5.551.670,48
GO	Goiânia	153054	UFG	Hospital das Clínicas de Goiás	5.417.616,06
MA	São Luís	155010	UFMA	Hospital Universitário do Maranhão	9.670.476,10
MG	Belo Horizonte	155021	UFMG	Hospital das Clínicas de Minas Gerais	9.226.796,76
MG	Juiz de Fora	155903	UFJF	Hospital Universitário de Juiz de Fora	2.471.540,61
MG	Uberaba	150221	UFTM	Hospital de Clínicas do Triângulo Mineiro	6.095.427,20
MG	Uberlândia	150233	UFU	Hospital de Clínicas de Uberlândia	10.060.645,71
MS	Campo Grande	155124	UFMS	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	4.280.584,67
MS	Dourados	150248	UFGD	Hospital Universitário da Grande Dourados	4.791.056,55
MT	Cuiabá	154070	UFMT	Hospital Universitário Júlio Müller	3.109.421,65
PA	Belém	158172	UFPA	Hospital Universitário João de Barros Barreto	3.352.641,40
PA	Belém	150220	UFPA	Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	823.650,17
PB	Cajazeiras	158705	UFCG	Hospital Universitário Júlio M. Bandeira de Melo	890.910,58
PB	Campina Grande	158196	UFCG	Hospital Universitário Alcides Carneiro	3.952.638,32
PB	João Pessoa	155023	UFPB	Hospital Universitário Lauro Wanderley	2.969.345,37
PE	Petrolina	155180	UNIVASF	Hospital Universitário da UNIVASF	3.532.365,86
PE	Recife	153094	UFPE	Hospital das Clínicas de Pernambuco	5.693.246,39
PI	Teresina	155008	UFPI	Hospital Universitário do Piauí	3.187.601,12
PR	Curitiba	153808	UFPR	Hospital das Clínicas do Paraná	10.862.984,97
PR	Curitiba	151046	UFPR	Maternidade Victor Ferreira do Amaral	2.011.007,82
RJ	Niterói	153057	UFF	Hospital Universitário Antônio Pedro	4.470.663,80
RJ	Rio de Janeiro	158220	UFRJ	Hospital Escola São Francisco de Assis	123.598,71
RJ	Rio de Janeiro	153152	UFRJ	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	4.069.645,80
RJ	Rio de Janeiro	153151	UFRJ	Instituto de Doenças do Tórax da UFRJ	404.379,63
RJ	Rio de Janeiro	153147	UFRJ	Instituto de Ginecologia da UFRJ	92.267,58
RJ	Rio de Janeiro	153148	UFRJ	Instituto de Neurologia Deolindo Couto da UFRJ	229.231,54
RJ	Rio de Janeiro	153149	UFRJ	Instituto de Psiquiatria da UFRJ	1.132.736,94
RJ	Rio de Janeiro	153150	UFRJ	Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira	1.733.563,75
RJ	Rio de Janeiro	153155	UFRJ	Maternidade Escola da UFRJ	1.424.047,75
RJ	Rio de Janeiro	154035	UNIRIO	Hospital Universitário Gaffrée e Guinle	3.161.132,95
RN	Natal	155013	UFRN	Hospital Universitário Onofre Lopes	4.125.422,92
RN	Natal	155015	UFRN	Maternidade Escola Januário Cicco	3.725.502,36
RN	Santa Cruz	155014	UFRN	Hospital Universitário Ana Bezerra	2.730.421,08

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	Pelotas	154145	UFPEL	Hospital Escola da UFPel	3.583.516,15
RS	Rio Grande	150218	FURG	Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Júnior	4.512.672,85
RS	Santa Maria	155125	UFSM	Hospital Universitário de Santa Maria	7.302.479,14
SC	Florianópolis	150232	UFSC	Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago	5.121.946,75
SE	Aracajú	155017	UFS	Hospital Universitário de Sergipe	2.206.823,61
SE	Lagarto	154050	UFS	Hospital Universitário de Lagarto/SE	2.074.529,99
SP	São Carlos	155900	UFSCar	Hospital Universitário da UFSCar	1.338.059,83
TO	Araguaína	155905	UFT	Hospital de Doenças Tropicais/TO	1.742.782,97
TOTAL					181.224.755,57

ANEXO II

UF	MUNICÍPIO	UG	UNIVERSIDADE	HOSPITAL	1. Reformas de Instalações	CUSTEIO
BA	Salvador	150223	UFBA	Maternidade Climério de Oliveira	1.1. Reformas e adequações da MCO-UFBA	1.875.000,00
ES	Vitoria	153047	UFES	Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes	1.2. Reformas e adequações do HUCAM-UFES	828.000,00
RN	Natal	155013	UFRN	Hospital Universitário Onofre Lopes	1.3. Reformas e adequações do HUOL-UFRN	3.270.000,00
MT	Cuiabá	154070	UFMT	Hospital Universitário Júlio Müller	1.4. Reformas e adequações do HUJM-UFMT	3.428.000,00
PB	Campina Grande	158196	UFCG	Hospital Universitário Alcides Carneiro	1.6. Reformas e adequações do HUAC-UFCG	1.520.000,00
RJ	Rio de Janeiro	154035	UNIRIO	Hospital Universitário Gaffrée e Guinle	1.7. Reformas e adequações do HUGG-UNIRIO	3.320.000,00
PB	Joao Pessoa	155023	UFPB	Hospital Universitário Lauro Wanderley	1.8. Reformas e adequações do HULW-UFPB	2.510.000,00
RS	Rio Grande	150218	UFRG	Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Júnior	1.9. Reformas e adequações do HUFURG -UFRG	558.028,00
RS	Santa Maria	155125	UFSM	Hospital Universitário de Santa Maria	1.10. Reformas e adequações do HUSM -UFSM	290.000,00
AL	Maceió	150229	UFAL	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes	1.11. Reformas e adequações do HUPAA -UFAL	1.600.000,00
MS	Campo Grande	155124	UFMS	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	1.12. Reformas e adequações do HUMAP -UFMS	336.000,00
TO	Araguaína	155905	UFT	Hospital de Doenças Tropicais	1.13. Reformas e adequações do HDT-UFT	600.000,00
TOTAL						20.135.028,00
					4. Manutenção de equipamentos	
MA	São Luis	155010	UFMA	Hospital Universitário do Maranhão	4.1. Manutenção para instalação do Agiongrafo - (HU-UFMA)	320.000,00
TOTAL						320.000,00
					5. Manutenção de equipamentos	
PB	Joao Pessoa	155023	UFPB	Hospital Universitário Lauro Wanderley	4.1 Adequação de estrutura para a instalação de equipamentos de grande porte ("encaixotados") - RNM - (HULW-UFPB)	1.000.000,00
PB	Joao Pessoa	155023	UFPB	Hospital Universitário Lauro Wanderley	4.2 Adequação de estrutura para a instalação de equipamentos de grande porte ("encaixotados") - Tele-Com - (HULW-UFPB)	200.000,00
PB	Campina Grande	158196	UFCG	Hospital Universitário Alcides Carneiro	4.3 Adequação de estrutura para a instalação de equipamentos de grande porte ("encaixotados") - Tele-Com - (HUAC-UFCG)	1.900.000,00
BA	Salvador	153040	UFBA	Hospital Universitário Prof. Edgard Santos	4.4 Adequação de estrutura para a instalação de equipamentos de grande porte ("encaixotados") - RNM - (HUPES-UFBA)	100.000,00
PE	Recife	153094	UFPE	Hospital das Clínicas de Pernambuco	4.5 Adequação de estrutura para a instalação de equipamentos de grande porte ("encaixotados") - Angio - (HC-UFPE)	500.000,00
MS	Campina Grande	155124	UFMS	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	4.6 Adequação de estrutura para a instalação de equipamentos de grande porte ("encaixotados") - Angio - (HUMAP-UFMS)	1.200.000,00
TOTAL						4.900.000,00
TOTAL GERAL						25.355.028,00

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.760, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 161, de 8 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.761, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 161, de 8 de junho de 2017, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.762, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 161, de 8 de junho de 2017, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.787, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 161, de 8 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.788, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 161, de 8 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.789, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 161, de 8 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Transferência de titularidade e por consequente, cancelar o Registro dos produtos saneantes de risco 2, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.782, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.783, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.812, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.813, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.814, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na resolução - RE nº 1.010, de 20 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União n°. 77, de 25 de abril de 2016, Seção 1 Pág. 34 e Suplemento Pág. 28, referente ao processo 25351.016432/00-66.

Onde se lê:

OMEPRAZOL SÓDICO 25351.016432/00-66 08/2020

10249 GENÉRICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO

DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL

COM PRAZO DE ANÁLISE 1403278/16-3

1.0043.0730.004-6 24 Meses

40 MG PÓ LIOF SOL INJ IV CT 50 FA VD TRANS + 50

DIL AMP PLAS TRANS X 10 ML (EMB HOSP)

Leia-se:

OMEPRAZOL SÓDICO 25351.016432/00-66 08/2020

10249 GENÉRICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO

DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL

COM PRAZO DE ANÁLISE 1403278/16-3

1.0043.0730.002-1 24 Meses

40 MG PÓ LIOF P/ SOL INJ IV CT 50 FA VD TRANS + 50

DIL AMP VD TRANS X 10 ML

Na resolução - RE nº 2.050, de 28 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 145, de 31 de julho de 2017, Seção 1 Pág. 250 e Suplemento Pág. 04, referente ao processo 25351.093120/2008-59.

Onde se lê:

BAYER S.A. 18459628000115

DROSPIRENONA + clatrato de etinilestradiol betaciclodextrina

YAZ 25351.093120/2008-59 01/2022

10227 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE POSOLOGIA

2384795/16-6

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO

COMERCIAL 2412142/16-8

Leia-se:

BAYER S.A. 18459628000115

DROSPIRENONA + clatrato de etinilestradiol betaciclodextrina

YAZ FLEX 25351.093120/2008-59 01/2022

10227 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE POSOLOGIA

2384795/16-6

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO

COMERCIAL 2412142/16-8

Na resolução - RE nº 2.199, de 17 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 160, de 21 de agosto de 2017, Seção1 Pág. 29 e Suplemento Pág. 27, referente ao processo 25351.241754/2015-53.

Onde se lê:

MOKSHA 8 BRASIL DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÃO

DE MEDICAMENTOS LTDA. 07.591.326/0001-80

CLORIDRATO DE VILAZODONA

VIIBRYD 25351.241754/2015-53 08/2022

MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE

MEDICAMENTO NOVO 0349205/15-2

1.6425.0002.001-8 24 MESES

20 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 7

1.6425.0002.002-6 24 MESES

20 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 14

1.6425.0002.003-4 24 MESES

20 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 28

1.6425.0002.004-2 24 MESES

20 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 56

1.6425.0002.005-0 24 MESES

10 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 7

1.6425.0002.006-9 24 MESES

10 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 14

1.6425.0002.007-7 24 MESES

40 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 7

1.6425.0002.008-5 24 MESES

40 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 14

1.6425.0002.009-3 24 MESES

40 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 28

1.6425.0002.010-7 24 MESES

40 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 56

1.6425.0002.011-5 24 MESES

10 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 7 + 20 MG/DOSE

COM REV CT BL AL AL X 7

Leia-se:

ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. 43.426.626/0001-77

CLORIDRATO DE VILAZODONA

VIIBRYD 25351.241754/2015-53 08/2022

MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE

MEDICAMENTO NOVO 0349205/15-2

1.6425.0002.001-8 36 MESES

20 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 7

1.6425.0002.002-6 36 MESES

20 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 14

1.6425.0002.003-4 36 MESES

20 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 28

1.6425.0002.004-2 36 MESES

20 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 56

1.6425.0002.005-0 36 MESES

10 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 7

1.6425.0002.006-9 36 MESES

10 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 14

1.6425.0002.007-7 36 MESES

40 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 7

1.6425.0002.008-5 36 MESES

40 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 14

1.6425.0002.009-3 36 MESES

40 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 28

1.6425.0002.010-7 36 MESES

40 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 56

1.6425.0002.011-5 36 MESES

10 MG/DOSE COM REV CT BL AL AL X 7 + 20 MG/DOSE

COM REV CT BL AL AL X 7

Na Resolução - RE nº 1.577, de 08 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 111, de 12 de junho de 2017, Seção 1 Pág. 46 e Suplemento Pág. 55, referente ao processo 25351.094849/2017-08,

Onde se lê:

ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 02433631000120

PERMETRINA

KWELL 25351.094849/2017-08 06/2019

11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO

COMERCIAL) 0269839/17-9

1.3764.0154.001-9 36 Meses

10 MG/G LOC CT FR PLAS OPC X 60 ML

Leia-se:
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 02433631000120
PERMETRINA
KWELL 25351.094849/2017-08 06/2019
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO
COMERCIAL) 0269839/17-9
1.3764.0154.001-9 36 Meses
10 MG/G EMU CT FR PLAS OPC X 60 ML

Na Resolução - RE nº 1.676, de 23 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 120, de 26 de junho de 2017, Seção 1 Pág. 31 e Suplemento Pág. 27, referente ao processo 25351.097947/2017-06,
Onde se lê:
CITRATO DE SILDENAFILA
VIAGRA 25351.097947/2017-06 02/2018
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
0283402/17-1
1.2110.0384.001-1 48 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.2110.0384.002-1 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 1
1.2110.0384.003-8 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 8
1.2110.0384.004-6 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.2110.0384.005-4 48 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 1
1.2110.0384.006-2 48 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.2110.0384.007-0 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 12
1.2110.0384.008-9 48 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 8
1.2110.0384.009-7 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 2
1.2110.0384.010-0 48 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 1
1.2110.0384.011-9 48 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 2
1.2110.0384.012-7 48 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 2
1.2110.0384.013-5 48 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4 + 4 PRESERVAT
IVOS
1.2110.0384.014-3 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 1 + 1 PRESERVAT
IVO
1.2110.0384.015-1 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 2 + 2 PRESERVAT
IVOS
1.2110.0384.016-1 48 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 1 + 1 PRESERVAT
IVO
1.2110.0384.017-8 48 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4 + 4 PRESERVAT
IVOS
1.2110.0384.018-6 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4 + 4 PRESERVAT
IVOS
1.2110.0384.019-4 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 8 + 8 PRESERVAT
IVOS
1.2110.0384.020-8 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 12 + 12 PRESERVAT
IVOS
1.2110.0384.021-6 48 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 1 + 1 PRESERVAT
IVO
1.2110.0384.022-4 48 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 2 + 2 PRESERVAT
IVOS
1.2110.0384.023-2 48 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 8 + 8 PRESERVAT
IVOS
1.2110.0384.024-0 48 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 2 + 2 PRESERVAT
IVOS
Leia-se:
CITRATO DE SILDENAFILA
VIAGRA 25351.097947/2017-06 02/2018
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
0283402/17-1
1.2110.0384.001-1 48 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.2110.0384.002-1 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 1
1.2110.0384.003-8 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 8
1.2110.0384.004-6 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.2110.0384.005-4 48 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 1
1.2110.0384.006-2 48 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.2110.0384.007-0 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 12
1.2110.0384.008-9 48 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 8
1.2110.0384.009-7 48 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 2
1.2110.0384.010-0 48 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 1
1.2110.0384.011-9 48 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 2
1.2110.0384.012-7 48 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 2

Na resolução - RE nº 2.610, de 23 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União n°. 185, de 26 de setembro de 2016, Seção 1 Pág. 41 e Suplemento Pág. 19, referente ao processo 25351.673470/2013-95.
Onde se lê:
MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154
AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO
ATAK CLAV 25351.673470/2013-95 02/2020
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE
1844279/16-0
(1413 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
- 1659792/16-3 - 25351.106647/2009-29)
1.9427.0005.004-1 24 Meses
400 MG + 57 MG/5 ML PO SUS OR 2 FR VD AMB X 70 ML +
SER DOS
Leia-se:
MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154
AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO
ATAK CLAV 25351.673470/2013-95 02/2020
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE
1844279/16-0
(1413 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
- 1659792/16-3 - 25351.106647/2009-29)
1.9427.0005.004-1 24 Meses
400 MG + 57 MG/5 ML PO SUS OR CT 2 FR VD AMB X 70 ML +
2 SER DOS

Na resolução - RE nº 3.389, de 15 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União n°. 242, de 19 de dezembro de 2016, Seção 1 Pág. 86 e Suplemento Pág. 18, referente ao processo 25351.353935/2006-31.
Onde se lê:
INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
33258401000103
CEFUROXIMA SÓDICA
Monocef 25351.353935/2006-31 04/2022
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 2349850/16-1
1.0063.0218.002-2 12 Meses
750 MG PÓ INJ IM/IV CX 50 FA VD INC
CEFUROXIMA SÓDICA
1.0063.0218.005-7 12 Meses
750 MG PÓ INJ IM/IV CX 100 FA VD TRANS (EMB HOSP)
CEFUROXIMA SÓDICA
Leia-se:
INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
33258401000103
CEFUROXIMA SÓDICA
Monocef 25351.353935/2006-31 04/2022
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 2349850/16-1
1.0063.0218.002-2 24 Meses
750 MG PÓ INJ IM/IV CX 50 FA VD TRANS
CEFUROXIMA SÓDICA
1.0063.0218.005-7 24 Meses
750 MG PÓ INJ IM/IV CX 100 FA VD TRANS
CEFUROXIMA SÓDICA

Na Resolução - RE nº 2.357, de 1 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União n°. 171, de 5 de setembro de 2016, Seção 1 Pág. 50 e Suplemento Pág. 31, referente ao processo 25351.675244/2014-03,
Onde se lê:
losartana potássica + HIDROCLOROTIAZIDA
ZART H 25351.675244/2014-03 05/2020
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1083107/15-0
(10245 GENÉRICO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO
DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL COM PRAZO DE ANÁLISE - 1043021/15-1 - 25351.353159/2006-79)
1.0043.1131.001-8 24 Meses
50 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 8
1.0043.1131.002-6 24 Meses
50 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 15
1.0043.1131.003-4 24 Meses
50 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.0043.1131.004-2 24 Meses
100 MG + 25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 8
1.0043.1131.005-0 24 Meses
100 MG + 25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 15
1.0043.1131.006-9 24 Meses
100 MG + 25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
Leia-se:
losartana potássica + HIDROCLOROTIAZIDA
ZART H 25351.675244/2014-03 05/2020
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1083107/15-0
(10245 GENÉRICO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO
DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL COM PRAZO DE ANÁLISE - 1043021/15-1 - 25351.353159/2006-79)
1.0043.1131.001-8 24 Meses
50 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 8
1.0043.1131.002-6 24 Meses
50 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 15
1.0043.1131.003-4 24 Meses
50 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30

Na Resolução - RE nº 3.610 de 12 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n°. 177, de 15 de setembro de 2014, Seção 1 Pág. 78 e Suplemento Pág. 69, referente ao processo 25000.022839/94-74,
Onde se lê:
SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 1.01300-3
DOCETAXEL TRIIDRATADO
ANTINEOPLASICO
TAXOTERE 25000.022839/94-74 09/2015
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1300.0283.003-9 24 Meses
20 MG/ML SOL INJ CX FA VD INC X 1 ML
Não informado
10135 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM
SECUNDÁRIA
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1300.0283.004-7 24 Meses
20 MG/ML SOL INJ CX FA VD INC X 4 ML
Não informado
10135 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM N
SECUNDÁRIA
Leia-se:
SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 1.01300-3
DOCETAXEL TRI-HIDRATADO
ANTINEOPLASICO
TAXOTERE 25000.022839/94-74 09/2020
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1300.0283.003-9 24 Meses
20 MG/ML SOL INJ CX FA VD TRANS X 1 ML
Não informado
10135 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM
SECUNDÁRIA
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1300.0283.004-7 24 Meses
20 MG/ML SOL INJ CX FA VD TRANS X 4 ML
Não informado
10135 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM
SECUNDÁRIA

Na Resolução - RE nº 888, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 64, de 03 de abril de 2017, Seção 1 Pág.83 e Suplemento Pág. 33, referente ao processo 25351.097540/2017-02,
Onde se lê:
TARTARATO DE TOLTERODINA
DETRUSITOL 25351.097540/2017-02 06/2018
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO
DE EMPRESA) 0282596/17-4
1.2110.0351.001-1 24 Meses
2 MG CAP AP CT FR PLAS OPC X 30
TARTARATO DE TOLTERODINA
1.2110.0351.002-1 24 Meses
4 MG CAP LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30
TARTARATO DE TOLTERODINA
1.2110.0351.003-8 24 Meses

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4 MG CAP LIB PROL CT FR PLAS OPC X 7
TARTARATO DE TOLTERODINA
1.2110.0351.004-6 24 Meses
4 MG CAP LIB PROL CT FR PLAS OPC X 14
TARTARATO DE TOLTERODINA
Leia-se:
TARTARATO DE TOLTERODINA
DETRUSITOL 25351.097540/2017-02 06/2018
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO
DE EMPRESA) 0282596/17-4
1.2110.0351.001-1 24 Meses
2 MG CAP AP CT FR PLAS OPC X 30
DETRUSITOL LA
1.2110.0351.002-1 24 Meses
4 MG CAP LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30
DETRUSITOL LA
1.2110.0351.003-8 24 Meses
4 MG CAP LIB PROL CT FR PLAS OPC X 7
DETRUSITOL LA
1.2110.0351.004-6 24 Meses
4 MG CAP LIB PROL CT FR PLAS OPC X 14
DETRUSITOL LA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.768, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017 (*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.769, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relativas a produtos fumígenos derivado do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.778, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.779, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.780, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.781, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.784, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEANE JAQUELINE FRANÇOISE DE ALMEIDA FONSECA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.785, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEANE JAQUELINE FRANÇOISE DE ALMEIDA FONSECA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.786, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEANE JAQUELINE FRANÇOISE DE ALMEIDA FONSECA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

DESPACHO DO DIRETOR
Em 18 de outubro de 2017

Nº 88 - O Diretor da Diretoria de Controle e Monitoramentos Sanitários, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa que se encontra em andamento visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, bem como diante tanto do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação quanto da ausência momentânea de um Diretor no quadro dirigente, resolve:

Prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782/99, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) abaixo:

MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - 03.580.620/0001-35
Linhas para bombas injetoras Medtron
25351.235460/2017-30
1823818/17-1 25/8/2017
22/02/2018
HOSPIMETAL INDÚSTRIA METALÚRGICA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - 54.178.983/0001-80
CAMA HOSPITALAR HOSPIMETAL
25351.065199/2003-13
1742689/17-8 17/08/2017
13/08/2018
HOSPIMETAL INDÚSTRIA METALÚRGICA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - 54.178.983/0001-80
CARROS MACAS HOSPITALAR HOSPIMETAL
25351.065247/2003-73
1742460/17-7 17/08/2017
13/02/2018
HOSPIMETAL INDÚSTRIA METALÚRGICA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - 54.178.983/0001-80
MACA HIDRÁULICA FAWLER COM LEITO RÁDIO TRANSPARENTE, 2 COLUNAS - MOVIMENTAÇÃO MOTORIZADA
25351.648204/2008-32
1742314/17-7 17/08/2017
13/02/2018

WILLIAM DIB

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.790, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.791, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.792, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.793, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.794, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.795, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.796, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.797, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento dos estabelecimentos Farmácias e Drogarias, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.798, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.799, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.800, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.801, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.802, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.803, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.804, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.805, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.806, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.807, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.808, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.809, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.810, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.811, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização Especial das Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução RE nº 2.167, de 11 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 155, de 14 de agosto de 2017, Seção I, pág. 111, e em Suplemento da Seção 1, pág. 84, referente à certificação da empresa Gigante Produtos Médicos Eireli - EPP, CNPJ nº 11.050.321/0001-17, conforme expedientes nº 0207289/17-1 e nº 1769589/17-9.

Onde se lê: 1077560/14-9

Leia-se: 0207289/17-1

Na Resolução RE nº 1.024, de 13 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 73, de 17 de abril de 2017, Seção I, pág. 39, e em Suplemento da Seção 1, pág. 47, referente à certificação da empresa Boston Scientific Limited, solicitada pela empresa Boston Scientific do Brasil Ltda., CNPJ nº 01.513.946/0001-14, conforme expedientes nº 1768499/16-4 e nº 0731635/17-6.

Onde se lê: CNPJ: 01.513.946/001-14

Equipamentos de uso médico da classe III, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

Leia-se: CNPJ: 01.513.946/0001-14

Equipamentos de uso médico da classe III e IV, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

Na Resolução RE nº 1.878, de 15 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 136, de 18 de julho de 2016, Seção I, pág. 54, e em Suplemento da Seção 1, págs. 39 e 40, referente à certificação da empresa Medtronic Inc., solicitada pela empresa Medtronic Comercial Ltda., CNPJ nº 01.772.798/0001-52, conforme expedientes nº 803867/11-8 e nº 2371763/16-7.

Onde se lê: Medtronic Inc - Neuromodulation / Cardiac Rhythm Disease Management.

Leia-se: Medtronic Inc

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.775, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 999, de 19 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito de Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO GREGIS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.776, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 999, de 19 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.777, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 999, de 19 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO DO COORDENADOR
Em 19 de outubro de 2017

Nº 87 - O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: AEROVIAS DE MEXICO S/A DE C V AEROMEXICO CNPJ/CPF: 01.369.588/0002-07

25759.361567/2009-64 - AIS:466256/09-3 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.

AUTUADO: LBH BRASIL AGENCIAMENTO MARÍTIMO LTDA CNPJ/CPF: 32.396.632/0001-02

25748.152010/2010-05 - AIS:202104/10-8 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.

AUTUADO: PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO CNPJ/CPF: 02.709.449/0001-59

25748.264141/2011-23 - AIS:367649/11-8 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE.

AUTUADO: CAMORIM OFFSHORE SERVICOS MARITIMOS LTDA CNPJ/CPF: 09.096.163/0001-94

25752.279752/2015-02 - AIS:0402164/15-9 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0001-10

25351.504404/2012-60 - AIS:0723156/12-3 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

AUTUADO: MC NAUTICA EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA - ME CNPJ/CPF: 14.111.231/0001-87

25760.089009/2007-65 - AIS:113900/07-2 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.

AUTUADO: PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS CNPJ/CPF: 33.000.167/0004-54

25748.370499/2013-69 - AIS:0521088/13-7 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS).

AUTUADO: SEACOR OFFSHORE DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 05.529.548/0001-47

25752.664519/2008-12 - AIS:855865/08-5 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.

AUTUADO: TRUST - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI CNPJ/CPF: 07.426.908/0001-00

25741.597200/2012-18 - AIS:0858864/12-3 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).

AUTUADO: VARIG LOGISTICA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL CNPJ/CPF: 04.066.143/0008-23

25742.552810/2013-58 - AIS:0791058/13-4 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.

AUTUADO: VRG LINHAS AÉREAS S.A. CNPJ/CPF: 07.575.651/0008-25

25763.681897/2013-43 - AIS:0977289/13-8 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS).

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 558, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Nonagésima Sétima Reunião Ordinária, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata, resolve:

Retificar o Regimento da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde (Resolução CNS nº 535/2016), e seu respectivo Cronograma (Resolução CNS nº 539/2016), que passarão a ter em seus artigos destacados abaixo, as seguintes redações:

1. Resolução CNS nº 535, de 19 de agosto de 2016 (Regimento da 1ª CNVS):

"[...]

CAPÍTULO II

Seção I

DA REALIZAÇÃO

Art. 2º. A 1ª CNVS terá abrangência nacional, mediante a realização das Etapas Preparatórias; Municipais e/ou Macrorregionais; Estaduais/Distrito Federal; Nacional, assim como Conferências Livres, conforme abaixo:

I - Etapa Nacional - de 28 de novembro a 01 de dezembro de 2017;

[...]."

CAPÍTULO VII

DOS PARTICIPANTES

Art. 22. A 1ª CNVS contará com os seguintes participantes, conforme distribuição constante do Anexo I deste Regimento, que será publicado em resolução posterior:

a) Delegados(as) eleitos(as) pelo Conselho Nacional de Saúde, com direito a voz e voto;

b) Delegados(as) eleitos(as) na Etapa Estadual da 1ª CNVS, conforme previsto no Anexo I deste Regimento, com direito a voz e voto; e

c) Convidados(as), com direito a voz.

§1º No processo eleitoral para a escolha de Delegados(as), deverão ser eleitos(as) Delegados(as) suplentes, no total de 30% (trinta por cento) das vagas de cada segmento, devendo ser encaminhada a ficha de inscrição do(a) Delegado(a) suplente, assim caracterizado(a) no conjunto dos(as) delegados(as) inscritos(as), à Comissão Organizadora da 1ª CNVS;

§2º Serão convidados(as) para a 1ª CNVS representantes de ONGs, entidades, instituições nacionais e internacionais e personalidades nacionais e internacionais, com atuação de relevância em Vigilância em Saúde e setores afins, num percentual máximo de até 10% (dez por cento) do total de Delegados(as) Eleitos(as), nos Estados e no Distrito Federal, que serão indicados pela Comissão Executiva e aprovados pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde.

[...]

Art. 23. As inscrições dos(as) Delegados(as) para a Etapa Nacional da 1ª CNVS deverão ser feitas junto à Comissão Organizadora até a data a ser definida e informada por esta Comissão por meio de expediente próprio.

Art. 24. A comunicação dos(as) Delegados(as) Suplentes Eleitos(as) em substituição aos Delegados(as) Titulares Eleitos(as) poderá ser realizada até a data a ser definida e informada por esta Comissão por meio de expediente próprio.".

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 26. As despesas com a organização geral para a realização da Etapa Nacional da 1ª CNVS caberão à dotação orçamentária consignada ao Ministério da Saúde.

[...]

§3º As despesas com o deslocamento dos representantes de entidades/instituições eleitos Delegados (as) pelo Conselho Nacional de Saúde da cidade de origem até Brasília serão de responsabilidade do Ministério da Saúde.

[...]

2. Resolução CNS nº 539, de 09 de setembro de 2016 (Cronograma da 1ª CNVS):

"[...]

CAPÍTULO II

DO CRONOGRAMA

Art. 2º. A 1ª CNVS terá abrangência nacional, mediante a realização das Etapas Preparatórias; Municipais e/ou Macrorregionais; Estaduais/Distrito Federal; Nacional, assim como as Conferências Livres, observando-se o seguinte cronograma:

[...]

III - Etapa Nacional - de 28 de novembro a 01 de dezembro de 2017.

[...]."

3. Permanecem inalterados os demais dispositivos dos referidos atos normativos (Regimento e Cronograma Geral da 1ª CNVS) constantes da Resolução CNS nº 535, de 19 de agosto de 2016, e da Resolução CNS nº 539, de 09 de setembro de 2016.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS nº 558, de 15 de setembro de 2017, nos termos do Decreto de Delegação de Competência, de 12 de novembro de 1991.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.572, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado do Rio Grande do Sul.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, por meio do Ofício Gab nº 504, de 18 de setembro de 2017, e Resoluções nº 403/CIB/RS, 405 e 408 de 8 de setembro de 2017, resolvem:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos Anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Rio Grande do Sul, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 2.754.722.823,28, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	776.111.953,77	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.802.064.781,28	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	176.546.088,23	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 5.464.800,00 do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 52.191.768,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0043 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

3Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 11ª parcela de 2017 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	2.894.619,06
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	808.758.988,22
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	35.541.653,51
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	776.111.953,77

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL
Valores de Repasse aos Fundos Municipais de Saúde (valores anuais)

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
430003	ACEGUA	216.864,97	50.009,44	157.500,00	0,00	0,00	266.874,41	0,00	0,00	157.500,00
430005	AGUA SANTA	38.546,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.546,28
430010	AGUDO	350.000,00	190.000,00	630.645,83	0,00	0,00	1.013.145,83	0,00	0,00	157.500,00
430020	AJURICABA	348.275,98	74.411,13	90.000,00	0,00	0,00	360.795,01	0,00	0,00	151.892,10
430030	ALECRIM	285.616,83	56.838,69	0,00	0,00	0,00	285.168,71	0,00	0,00	57.286,80
430040	ALEGRETE	11.391.387,22	1.639.761,51	6.489.075,67	0,00	0,00	12.437.050,12	0,00	0,00	7.083.174,28
430045	ALEGRIA	130.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
430047	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	22.921,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.921,56
430050	ALPESTRE	604.100,01	79.655,74	90.000,00	0,00	0,00	719.161,75	0,00	0,00	54.594,00
430055	ALTO ALEGRE	20.081,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.081,16
430057	ALTO FELIZ	6.187,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.187,91
430060	ALVORADA	8.316.494,30	4.394.603,05	5.083.912,88	0,00	0,00	15.763.755,22	0,00	0,00	2.031.255,00
430063	AMARAL FERRADOR	70.000,00	13.000,00	26.814,49	0,00	0,00	109.814,49	0,00	0,00	0,00
430064	AMETISTA DO SUL	414.785,65	40.191,70	0,00	0,00	0,00	401.679,35	0,00	0,00	53.298,00
430066	ANDRE DA ROCHA	11.427,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.427,12
430070	ANTA GORDA	58.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	91.000,00	0,00	0,00	0,00
430080	ANTONIO PRADO	880.946,77	405.940,23	609.783,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.896.670,25
430085	ARAMBARE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430087	ARARICA	25.372,63	6.448,70	0,00	0,00	0,00	31.821,33	0,00	0,00	0,00
430090	ARATIBA	400.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00	0,00	0,00
430100	ARROIO DO MEIO	320.000,00	394.493,00	643.515,50	0,00	0,00	1.358.008,50	0,00	0,00	0,00
430105	ARROIO DO SAL	300.000,00	100.000,00	157.500,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	157.500,00
430107	ARROIO DO PADRE	2.025,40	513,72	0,00	0,00	0,00	2.539,12	0,00	0,00	0,00
430110	ARROIO DOS RATOS	390.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	470.000,00	0,00	0,00	0,00
430120	ARROIO DO TIGRE	340.000,00	100.000,00	533.570,89	0,00	0,00	816.070,89	0,00	0,00	157.500,00
430130	ARROIO GRANDE	1.251.260,89	180.439,40	497.160,00	0,00	0,00	1.431.700,29	0,00	0,00	497.160,00
430140	ARVOREZINHA	498.449,69	108.333,34	157.500,00	0,00	0,00	518.261,73	0,00	0,00	246.021,30
430150	AUGUSTO PESTANA	1.298.196,66	147.421,26	1.593.293,82	0,00	0,00	1.778.911,74	0,00	0,00	1.260.000,00
430155	AUREA	62.759,83	17.306,87	41.690,91	0,00	0,00	121.757,60	0,00	0,00	0,00
430160	BAGE	15.151.605,67	10.332.580,41	11.139.402,80	0,00	0,00	29.608.865,87	0,00	0,00	7.014.723,00
430163	BALNEARIO PINHAL	331.324,37	84.223,99	619.500,00	0,00	0,00	415.548,36	0,00	0,00	619.500,00
430165	BARAO	50.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
430170	BARAO DE COTEGIPE	58.482,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.482,00
430175	BARAO DO TRIUNFO	193,46	0,00	0,00	0,00	0,00	193,46	0,00	0,00	0,00
430180	BARRACAO	169.994,63	42.490,63	0,00	0,00	0,00	205.246,56	0,00	0,00	7.238,70
430185	BARRA DO GUARITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430187	BARRA DO QUARAI	23.451,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.451,72
430190	BARRA DO RIBEIRO	50.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
430192	BARRA DO RIO AZUL	887,10	225,83	0,00	0,00	0,00	1.112,93	0,00	0,00	0,00
430195	BARRA FUNDA	17.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.550,00
430200	BARROS CASSAL	90.739,98	0,00	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.239,98
430205	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	5.380,45	1.369,45	0,00	0,00	0,00	6.749,89	0,00	0,00	0,00
430210	BENTO GONCALVES	15.527.283,73	8.241.363,19	11.893.085,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.661.732,06
430215	BOA VISTA DAS MISSOES	17.909,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.909,64
430220	BOA VISTA DO BURICA	230.000,00	70.000,00	157.500,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	157.500,00
430222	BOA VISTA DO CADEADO	221.939,55	130.345,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	352.285,00
430223	BOA VISTA DO INCRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430225	BOA VISTA DO SUL	5.079,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.079,26
430230	BOM JESUS	974.904,11	70.285,50	44.604,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.089.793,61
430235	BOM PRINCIPIO	2.294.026,24	313.683,91	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.765.210,15
430237	BOM PROGRESSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430240	BOM RETIRO DO SUL	489.479,27	127.100,82	0,00	0,00	0,00	539.614,97	0,00	0,00	76.965,12
430245	BOQUEIRAO DO LEAO	394.506,54	157.277,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	551.783,64
430250	BOSSOROCA	45.223,41	12.265,91	0,00	0,00	0,00	57.489,32	0,00	0,00	0,00
430258	BOZANO	423,08	109,90	0,00	0,00	0,00	532,98	0,00	0,00	0,00
430260	BRAGA	127.504,21	28.177,67	0,00	0,00	0,00	129.599,88	0,00	0,00	26.082,00
430265	BROCHIER	138.510,73	15.982,19	0,00	0,00	0,00	147.971,52	0,00	0,00	6.521,40
430270	BUTIA	1.068.296,41	108.892,45	339.660,00	0,00	0,00	1.018.068,85	0,00	0,00	498.780,00
430280	CACAPAVA DO SUL	1.491.158,17	372.658,33	1.576.737,42	0,00	0,00	2.943.393,92	0,00	0,00	497.160,00
430290	CACEQUI	1.276.452,78	254.399,44	609.299,82	0,00	0,00	1.788.658,26	0,00	0,00	351.493,77
430300	CACHOEIRA DO SUL	9.380.030,42	5.880.932,48	3.918.021,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.178.984,61
430310	CACHOEIRINHA	9.326.682,25	3.146.046,83	3.621.467,15	0,00	0,00	15.341.661,23	0,00	0,00	752.535,00
430320	CACIQUE DOBLE	292.714,11	31.458,44	30.420,00	0,00	0,00	309.982,07	0,00	0,00	44.610,48

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

430330	CAIBATE	220.000,00	46.000,00	157.500,00	0,00	0,00	266.000,00	0,00	0,00	157.500,00
430340	CAICARA	271.681,57	25.834,54	60.000,00	0,00	0,00	254.681,51	0,00	0,00	102.834,60
430350	CAMAQUA	6.914.927,42	1.874.981,34	295.560,00	0,00	0,00	8.588.308,76	0,00	0,00	497.160,00
430355	CAMARGO	24.114,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.114,60
430360	CAMBARA DO SUL	110.000,00	84.000,00	364.791,96	0,00	0,00	311.291,96	0,00	0,00	247.500,00
430367	CAMPESTRE DA SERRA	5.120,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.120,60
430370	CAMPINA DAS MISSOES	220.000,00	32.000,00	290.561,16	0,00	0,00	542.561,16	0,00	0,00	0,00
430380	CAMPINAS DO SUL	170.000,00	56.000,00	157.500,00	0,00	0,00	226.000,00	0,00	0,00	157.500,00
430390	CAMPO BOM	5.177.183,45	1.190.141,28	2.242.966,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.610.290,81
430400	CAMPO NOVO	80.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	103.000,00	0,00	0,00	0,00
430410	CAMPOS BORGES	110.098,08	20.870,18	38.792,20	0,00	0,00	134.278,14	0,00	0,00	35.482,32
430420	CANDELARIA	2.810.011,87	1.493.318,73	1.175.598,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.478.928,94
430430	CANDIDO GODOI	307.733,03	76.828,22	157.500,00	0,00	0,00	329.261,65	0,00	0,00	212.799,60
430435	CANDIOTA	44.828,57	11.399,45	247.500,00	0,00	0,00	146.228,02	0,00	0,00	157.500,00
430440	CANELA	4.513.134,45	111.970,85	1.660.131,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.285.236,86
430450	CANGUCU	6.996.741,77	2.239.389,66	1.212.120,00	0,00	0,00	9.236.131,43	0,00	0,00	1.212.120,00
430460	CANOAS	68.659.162,50	48.822.914,88	25.670.279,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.152.357,29
430461	CANUDOS DO VALE	60.000,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
430462	CAPAO BONITO DO SUL	2.302,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.302,20
430463	CAPAO DA CANOA	7.774.344,86	1.833.715,47	3.746.312,74	0,00	0,00	11.795.213,06	0,00	0,00	1.559.160,00
430465	CAPAO DO CIPO	92.275,30	608,44	0,00	0,00	0,00	92.883,73	0,00	0,00	0,00
430466	CAPAO DO LEAO	225.197,96	57.304,07	497.160,00	0,00	0,00	282.502,03	0,00	0,00	497.160,00
430467	CAPIVARI DO SUL	37.939,09	9.652,71	0,00	0,00	0,00	47.591,80	0,00	0,00	0,00
430468	CAPELA DE SANTANA	32.661,76	8.314,33	0,00	0,00	0,00	40.976,09	0,00	0,00	0,00
430469	CAPITAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430470	CARAZINHO	5.916.393,18	2.839.824,67	2.780.067,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.536.285,75
430471	CARAA	7.009,58	1.779,85	0,00	0,00	0,00	8.789,43	0,00	0,00	0,00
430480	CARLOS BARBOSA	839.862,88	247.540,24	541.191,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.628.594,53
430485	CARLOS GOMES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430490	CASCA	855.460,52	146.431,94	250.514,58	0,00	0,00	1.163.115,52	0,00	0,00	89.291,52
430495	CASEIROS	28.125,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.125,54
430500	CATUIPE	67.878,03	17.420,90	79.542,00	0,00	0,00	164.840,92	0,00	0,00	0,00
430510	CAXIAS DO SUL	56.340.326,95	26.148.899,37	21.328.773,11	0,00	0,00	905.509,35	0,00	0,00	102.912.490,08
430511	CENTENARIO	28.617,55	7.284,79	0,00	0,00	0,00	35.902,34	0,00	0,00	0,00
430512	CERRITO	374,83	95,41	0,00	0,00	0,00	470,23	0,00	0,00	0,00
430513	CERRO BRANCO	35.000,00	20.000,00	31.781,62	0,00	0,00	86.781,62	0,00	0,00	0,00
430515	CERRO GRANDE	20.410,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.410,20
430517	CERRO GRANDE DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430520	CERRO LARGO	300.000,00	110.000,00	157.500,00	0,00	0,00	410.000,00	0,00	0,00	157.500,00
430530	CHAPADA	275.195,86	65.035,32	157.500,00	0,00	0,00	260.486,50	0,00	0,00	237.244,68
430535	CHARQUEADAS	1.752.502,93	239.958,45	497.160,00	0,00	0,00	1.584.461,38	0,00	0,00	905.160,00
430537	CHARRUA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430540	CHIAPETA	50.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	73.000,00	0,00	0,00	0,00
430543	CHUI	6.726,03	1.712,66	0,00	0,00	0,00	8.438,70	0,00	0,00	0,00
430544	CHUVISCA	1.846,72	468,76	0,00	0,00	0,00	2.315,47	0,00	0,00	0,00
430545	CIDREIRA	200.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00
430550	CIRIACO	448.970,04	78.357,80	0,00	0,00	0,00	481.480,92	0,00	0,00	45.846,90
430558	COLINAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430560	COLORADO	45.505,97	11.571,82	0,00	0,00	0,00	57.077,79	0,00	0,00	0,00
430570	CONDOR	320.212,68	67.529,57	90.000,00	0,00	0,00	330.749,75	0,00	0,00	146.992,50
430580	CONSTANTINA	441.520,82	115.761,13	157.500,00	0,00	0,00	463.537,95	0,00	0,00	251.244,00
430583	COQUEIRO BAIXO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430585	COQUEIROS DO SUL	24.217,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.217,38
430587	CORONEL BARROS	50.343,61	12.644,05	0,00	0,00	0,00	45.059,65	0,00	0,00	17.928,00
430590	CORONEL BICACO	337.040,48	72.557,70	0,00	0,00	0,00	344.310,38	0,00	0,00	65.287,80
430593	CORONEL PILAR	3.120,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.120,52
430595	COTIPORA	9.011,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.011,72
430597	COXILHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430600	CRISSIUMAL	1.261.152,31	185.376,93	429.660,00	0,00	0,00	1.435.765,23	0,00	0,00	440.424,00
430605	CRISTAL	150.239,85	40.062,89	157.500,00	0,00	0,00	190.302,74	0,00	0,00	157.500,00
430607	CRISTAL DO SUL	20.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.520,00
430610	CRUZ ALTA	10.944.136,85	4.269.265,44	4.596.517,82	0,00	0,00	14.663.573,52	0,00	0,00	5.146.346,59
430613	CRUZALTENSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430620	CRUZEIRO DO SUL	536.134,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	536.134,92
430630	DAVID CANABARRO	269.576,26	58.393,06	157.500,00	0,00	0,00	321.526,22	0,00	0,00	163.943,10
430632	DERRUBADAS	94.134,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.134,60
430635	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430637	DILERMANDO DE AGUIAR	5.453,15	1.465,48	0,00	0,00	0,00	6.918,62	0,00	0,00	0,00
430640	DOIS IRMAOS	1.431.482,23	226.944,96	848.318,24	0,00	0,00	2.009.585,43	0,00	0,00	497.160,00
430642	DOIS IRMAOS DAS MISSOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430645	DOIS LAJEADOS	60.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	83.000,00	0,00	0,00	0,00
430650	DOM FELICIANO	340.000,00	60.000,00	247.500,00	0,00	0,00	490.000,00	0,00	0,00	157.500,00
430655	DOM PEDRO DE ALCANTARA	11.798,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.798,76

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

430660	DOM PEDRITO	3.087.130,55	440.799,77	1.572.395,71	0,00	0,00	4.603.166,02	0,00	0,00	497.160,00
430670	DONA FRANCISCA	66.875,67	16.610,07	157.500,00	0,00	0,00	83.485,74	0,00	0,00	157.500,00
430673	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	50.000,00	20.000,00	26.452,01	0,00	0,00	96.452,01	0,00	0,00	0,00
430675	DOUTOR RICARDO	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
430676	ELDORADO DO SUL	40.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00
430680	ENCANTADO	3.947.323,41	360.281,55	773.292,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.080.897,19
430690	ENCRUZILHADA DO SUL	1.066.563,67	272.643,02	1.031.392,83	0,00	0,00	1.873.439,52	0,00	0,00	497.160,00
430692	ENGENHO VELHO	64.305,25	16.143,97	43.836,08	0,00	0,00	124.285,30	0,00	0,00	0,00
430693	ENTRE-IJUIS	92.306,18	23.919,08	497.160,00	0,00	0,00	116.225,26	0,00	0,00	497.160,00
430695	ENTRE RIOS DO SUL	69.969,98	17.810,15	0,00	0,00	0,00	87.780,13	0,00	0,00	0,00
430697	EREBANGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430700	ERECHIM	17.836.283,24	7.103.664,90	1.510.695,00	0,00	0,00	24.939.948,14	0,00	0,00	1.510.695,00
430705	ERNESTINA	30.017,16	839,26	0,00	0,00	0,00	839,26	0,00	0,00	30.017,16
430710	HERVAL	70.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	97.000,00	0,00	0,00	0,00
430720	ERVAL GRANDE	40.898,88	167.760,00	157.500,00	0,00	0,00	167.760,00	0,00	0,00	198.398,88
430730	ERVAL SECO	515.097,15	70.867,26	0,00	0,00	0,00	515.386,41	0,00	0,00	70.578,00
430740	ESMERALDA	29.917,31	12.472,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.389,70
430745	ESPERANCA DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430750	ESPUMOSO	1.643.587,46	269.681,36	786.987,18	0,00	0,00	2.311.104,83	0,00	0,00	389.151,18
430755	ESTACAO	60.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
430760	ESTANCIA VELHA	2.658.992,04	308.748,30	339.660,00	0,00	0,00	2.295.740,34	0,00	0,00	1.011.660,00
430770	ESTEIO	12.165.912,84	1.029.278,64	2.433.858,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.629.050,44
430780	ESTRELA	3.858.454,79	1.818.168,41	3.198.579,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.875.202,56
430781	ESTRELA VELHA	12.182,71	4.925,61	0,00	0,00	0,00	17.108,32	0,00	0,00	0,00
430783	EUGENIO DE CASTRO	48.647,41	12.164,81	0,00	0,00	0,00	60.812,22	0,00	0,00	0,00
430786	FAGUNDES VARELA	7.094,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.094,01
430790	FARROUPILHA	5.965.075,17	1.437.040,71	2.440.831,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.842.947,72
430800	FAXINAL DO SOTURNO	1.669.603,57	1.200.130,73	157.500,00	0,00	0,00	2.821.404,30	0,00	0,00	205.830,00
430805	FAXINALZINHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430807	FAZENDA VILANOVA	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
430810	FELIZ	508.852,14	343.520,34	426.785,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.279.157,75
430820	FLORES DA CUNHA	1.296.843,38	91.206,79	844.486,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.232.536,84
430825	FLORIANO PEIXOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430830	FONTOURA XAVIER	466.327,14	99.501,21	0,00	0,00	0,00	462.675,93	0,00	0,00	103.152,42
430840	FORMIGUEIRO	74.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	0,00	0,00	0,00
430843	FORQUETINHA	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
430845	FORTALEZA DOS VALOS	50.000,00	30.000,00	34.053,59	0,00	0,00	114.053,59	0,00	0,00	0,00
430850	FREDERICO WESTPHALEN	2.194.496,47	329.557,25	1.576.336,64	0,00	0,00	3.603.230,37	0,00	0,00	497.160,00
430860	GARIBALDI	1.580.251,66	194.431,39	685.425,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.460.108,49
430865	GARRUCHOS	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
430870	GAURAMA	70.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00
430880	GENERAL CAMARA	12.006,00	1.043,54	0,00	0,00	0,00	1.043,54	0,00	0,00	12.006,00
430885	GENTIL	2.223,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.223,90
430890	GETULIO VARGAS	240.000,00	340.000,00	874.545,07	0,00	0,00	1.198.045,07	0,00	0,00	256.500,00
430900	GIRUA	5.173.461,32	1.345.898,57	928.894,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.448.254,17
430905	GLORINHA	8.825,74	2.245,63	0,00	0,00	0,00	11.071,37	0,00	0,00	0,00
430910	GRAMADO	4.217.735,06	932.729,88	743.212,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.893.676,99
430912	GRAMADO DOS LOUREIROS	0,00	508,79	90.000,00	0,00	0,00	90.508,79	0,00	0,00	0,00
430915	GRAMADO XAVIER	5.569,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.569,20
430920	GRAVATAI	29.527.386,07	4.373.445,24	6.663.171,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.564.003,27
430925	GUABIJU	69.820,31	27.401,95	33.680,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.902,66
430930	GUAIBA	4.969.044,83	1.569.375,32	1.493.895,00	0,00	0,00	6.538.420,14	0,00	0,00	1.493.895,00
430940	GUAPORE	2.397.003,76	219.146,36	721.487,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.337.637,81
430950	GUARANI DAS MISSOES	237.000,00	100.000,00	157.500,00	0,00	0,00	337.000,00	0,00	0,00	157.500,00
430955	HARMONIA	3.468,43	881,45	0,00	0,00	0,00	4.349,88	0,00	0,00	0,00
430957	HERVEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430960	HORIZONTINA	914.121,38	228.419,10	497.160,00	0,00	0,00	1.142.540,48	0,00	0,00	497.160,00
430965	HULHA NEGRA	80.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00
430970	HUMAITA	252.897,40	55.562,76	0,00	0,00	0,00	273.090,16	0,00	0,00	35.370,00
430975	IBARAMA	612,39	2.045,10	0,00	0,00	0,00	2.657,49	0,00	0,00	0,00
430980	IBIACA	285.731,06	40.348,86	0,00	0,00	0,00	283.892,07	0,00	0,00	42.187,86
430990	IBIRAIARAS	226.048,33	35.924,70	0,00	0,00	0,00	194.301,67	0,00	0,00	67.671,36
430995	IBIRAPUITA	37.056,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.056,24
431000	IBIRUBA	885.299,05	194.861,37	0,00	0,00	0,00	800.284,36	0,00	0,00	279.876,06
431010	IGREJINHA	1.690.394,93	433.545,74	1.367.092,09	0,00	0,00	3.151.372,77	0,00	0,00	339.660,00
431020	IJUI	14.159.830,40	7.078.162,00	9.965.206,26	0,00	0,00	27.784.203,66	0,00	0,00	3.418.995,00
431030	ILOPOLIS	182.679,84	103.377,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	286.057,44
431033	IMBE	200.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
431036	IMIGRANTE	56.461,76	15.814,08	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.275,84
431040	INDEPENDENCIA	55.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00
431041	INHACORA	48.461,24	12.126,12	0,00	0,00	0,00	60.587,36	0,00	0,00	0,00
431043	IPE	12.456,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.456,16
431046	IPIRANGA DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

431050	IRAI	1.564.207,91	168.838,10	400.619,81	0,00	0,00	2.076.857,82	0,00	0,00	56.808,00
431053	ITAARA	3.638,30	959,76	0,00	0,00	0,00	4.598,07	0,00	0,00	0,00
431055	ITACURUBI	896,33	227,24	0,00	0,00	0,00	1.123,57	0,00	0,00	0,00
431057	ITAPUCA	16.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.470,00
431060	ITAQUI	1.537.908,87	291.092,55	1.933.981,62	0,00	0,00	2.353.028,92	0,00	0,00	1.409.954,12
431065	ITATI	49.142,03	12.290,47	0,00	0,00	0,00	61.432,51	0,00	0,00	0,00
431070	ITATIBA DO SUL	50.000,00	12.000,00	40.687,26	0,00	0,00	102.687,26	0,00	0,00	0,00
431075	IVORA	50.000,00	13.000,00	37.230,23	0,00	0,00	100.230,23	0,00	0,00	0,00
431080	IVOTI	1.356.197,16	209.864,90	1.133.303,52	0,00	0,00	2.350.345,59	0,00	0,00	349.020,00
431085	JABOTICABA	387.986,95	58.758,30	0,00	0,00	0,00	412.333,56	0,00	0,00	34.411,68
431087	JACUIZINHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431090	JACUTINGA	150.000,00	40.000,00	28.198,92	0,00	0,00	218.198,92	0,00	0,00	0,00
431100	JAGUARAO	2.778.544,47	504.581,97	1.086.149,79	0,00	0,00	3.872.116,23	0,00	0,00	497.160,00
431110	JAGUARI	300.000,00	150.000,00	378.353,11	0,00	0,00	670.853,11	0,00	0,00	157.500,00
431112	JAQUIRANA	138.025,43	0,00	33.619,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.644,51
431113	JARI	143,25	37,63	0,00	0,00	0,00	180,88	0,00	0,00	0,00
431115	JOIA	363.559,32	40.395,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	403.954,80
431120	JULIO DE CASTILHOS	1.340.659,74	343.249,70	1.113.648,84	0,00	0,00	2.159.296,28	0,00	0,00	638.262,00
431123	LAGOA BONITA DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431125	LAGOAO	123.837,42	33.273,42	0,00	0,00	0,00	97.591,86	0,00	0,00	59.518,98
431127	LAGOA DOS TRES CANTOS	2.145,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.145,60
431130	LAGOA VERMELHA	210.000,00	170.000,00	932.631,74	0,00	0,00	1.155.131,74	0,00	0,00	157.500,00
431140	LAJEADO	8.805.024,54	27.166.293,02	5.015.563,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.986.881,04
431142	LAJEADO DO BUGRE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431150	LAVRAS DO SUL	200.000,00	50.000,00	157.500,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	157.500,00
431160	LIBERATO SALZANO	24.743,66	6.295,33	150.000,00	0,00	0,00	50.269,00	0,00	0,00	130.770,00
431162	LINDOLFO COLLOR	24.790,73	6.305,49	0,00	0,00	0,00	31.096,22	0,00	0,00	0,00
431164	LINHA NOVA	4.956,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.956,94
431170	MACHADINHO	286.929,00	43.488,26	0,00	0,00	0,00	286.867,71	0,00	0,00	43.549,56
431171	MACAMBARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431173	MAMPITUBA	70.175,29	17.547,00	0,00	0,00	0,00	87.722,29	0,00	0,00	0,00
431175	MANOEL VIANA	9.782,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.782,10
431177	MAQUINE	381,35	0,00	0,00	0,00	0,00	381,35	0,00	0,00	0,00
431179	MARATA	12.758,64	3.233,76	0,00	0,00	0,00	12.496,80	0,00	0,00	3.495,60
431180	MARAU	2.842.822,73	736.468,08	1.499.459,94	0,00	0,00	4.126.945,55	0,00	0,00	951.805,20
431190	MARCELINO RAMOS	115.872,00	308.280,00	157.500,00	0,00	0,00	388.404,00	0,00	0,00	193.248,00
431198	MARIANA PIMENTEL	1.758,14	446,51	0,00	0,00	0,00	2.204,65	0,00	0,00	0,00
431200	MARIANO MORO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431205	MARQUES DE SOUZA	373.426,68	423.655,05	377.837,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.174.918,94
431210	MATA	103.000,00	61.137,97	0,00	0,00	0,00	164.137,97	0,00	0,00	0,00
431213	MATO CASTELHANO	6.353,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.353,10
431215	MATO LEITAO	34.806,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.806,60
431217	MATO QUEIMADO	48.841,73	12.213,91	0,00	0,00	0,00	61.055,64	0,00	0,00	0,00
431220	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	390.051,22	43.843,50	0,00	0,00	0,00	394.018,23	0,00	0,00	39.876,48
431225	MINAS DO LEAO	66.272,92	16.859,83	0,00	0,00	0,00	83.132,74	0,00	0,00	0,00
431230	MIRAGUAI	41.317,20	32,04	0,00	0,00	0,00	32,04	0,00	0,00	41.317,20
431235	MONTAURI	2.067,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.067,30
431237	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	2.736,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.736,36
431238	MONTE BELO DO SUL	20.354,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.354,76
431240	MONTENEGRO	12.585.558,83	4.277.534,12	4.343.169,26	0,00	0,00	19.476.102,20	0,00	0,00	1.730.160,00
431242	MORMACO	24.146,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.146,28
431244	MORRINHOS DO SUL	3.994,21	1.016,81	0,00	0,00	0,00	5.011,02	0,00	0,00	0,00
431245	MORRO REDONDO	80.000,00	30.000,00	90.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	90.000,00
431247	MORRO REUTER	10.547,59	2.680,68	0,00	0,00	0,00	13.228,27	0,00	0,00	0,00
431250	MOSTARDAS	200.000,00	80.000,00	45.281,72	0,00	0,00	325.281,72	0,00	0,00	0,00
431260	MUCUM	289.792,44	31.465,80	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	411.258,24
431261	MUITOS CAPOES	6.464,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.464,28
431262	MULITERNO	2.543,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.543,40
431265	NAO-ME-TOQUE	150.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00
431267	NICOLAU VERGUEIRO	2.302,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.302,20
431270	NONOAI	380.000,00	260.000,00	594.091,40	0,00	0,00	1.076.591,40	0,00	0,00	157.500,00
431275	NOVA ALVORADA	88.517,34	15.630,52	60.000,00	0,00	0,00	136.042,30	0,00	0,00	28.105,56
431280	NOVA ARACA	33.118,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.118,83
431290	NOVA BASSANO	325.086,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	325.086,34
431295	NOVA BOA VISTA	13.878,00	623,92	0,00	0,00	0,00	623,92	0,00	0,00	13.878,00
431300	NOVA BRESCIA	230.925,48	53.016,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	283.941,96
431301	NOVA CANDELARIA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
431303	NOVA ESPERANCA DO SUL	50.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00
431306	NOVA HARTZ	50.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00
431308	NOVA PADUA	5.686,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.686,58
431310	NOVA PALMA	648.209,77	163.902,99	956.759,16	0,00	0,00	1.219.366,42	0,00	0,00	549.505,51
431320	NOVA PETROPOLIS	1.469.434,86	190.190,86	549.421,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.209.047,39
431330	NOVA PRATA	1.343.126,27	1.112.209,40	752.060,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.207.396,00
431333	NOVA RAMADA	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00
431335	NOVA ROMA DO SUL	9.564,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.564,12
431337	NOVA SANTA RITA	234.450,61	21.393,69	339.660,00	0,00	0,00	77.752,30	0,00	0,00	517.752,00
431339	NOVO CABRAIS	500,09	141,16	0,00	0,00	0,00	641,25	0,00	0,00	0,00
431340	NOVO HAMBURGO	41.517.988,70	10.750.827,74	4.128.462,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.397.278,97

431342	NOVO MACHADO	48.423,63	12.107,93	0,00	0,00	0,00	60.531,56	0,00	0,00	0,00
431344	NOVO TIRADENTES	16.362,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.362,00
431346	NOVO XINGU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431349	NOVO BARREIRO	34.263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.263,00
431350	OSORIO	4.899.710,99	845.452,12	2.933.948,32	0,00	0,00	6.890.880,55	0,00	0,00	1.788.230,88
431360	PAIM FILHO	494.352,91	76.467,13	0,00	0,00	0,00	529.241,12	0,00	0,00	41.578,92
431365	PALMARES DO SUL	310.000,00	100.000,00	157.500,00	0,00	0,00	410.000,00	0,00	0,00	157.500,00
431370	PALMEIRA DAS MISSOES	2.672.529,38	642.107,82	2.236.732,30	0,00	0,00	3.706.899,00	0,00	0,00	1.844.470,50
431380	PALMITINHO	926.519,15	94.218,25	157.500,00	0,00	0,00	970.301,40	0,00	0,00	207.936,00
431390	PANAMBI	2.971.591,01	742.897,75	677.995,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.392.484,17
431395	PANTANO GRANDE	83.466,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.466,00
431400	PARAI	401.835,63	15.575,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	417.411,35
431402	PARAISO DO SUL	102.518,19	50.670,96	0,00	0,00	0,00	153.189,15	0,00	0,00	0,00
431403	PARECI NOVO	2.020,42	509,24	0,00	0,00	0,00	2.529,66	0,00	0,00	0,00
431405	PAROBE	1.927.842,01	581.435,03	2.922.085,01	0,00	0,00	4.491.702,06	0,00	0,00	939.660,00
431406	PASSA SETE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431407	PASSO DO SOBRADO	44.874,00	24.192,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.066,00
431410	PASSO FUNDO	65.386.221,24	45.579.670,19	34.030.070,33	0,00	0,00	141.634.506,76	0,00	0,00	3.361.455,00
431413	PAULO BENTO	713,73	204,57	0,00	0,00	0,00	918,30	0,00	0,00	0,00
431415	PAVERAMA	50.037,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.037,12
431417	PEDRAS ALTAS	11.740,02	1.687,84	0,00	0,00	0,00	13.427,86	0,00	0,00	0,00
431420	PEDRO OSORIO	240.000,00	100.000,00	156.389,28	0,00	0,00	496.389,28	0,00	0,00	0,00
431430	PEJUCARA	40.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00
431440	PELOTAS	65.717.534,20	42.673.052,55	36.859.825,33	0,00	0,00	0,00	11.218.920,66	0,00	134.031.491,42
431442	PICADA CAFE	146.177,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146.177,51
431445	PINHAL	18.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.360,00
431446	PINHAL DA SERRA	6.000,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,12
431447	PINHAL GRANDE	65.137,84	41.370,26	18.471,49	0,00	0,00	124.979,59	0,00	0,00	0,00
431449	PINHEIRINHO DO VALE	39.736,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.736,80
431450	PINHEIRO MACHADO	1.630.363,82	209.759,39	587.160,00	0,00	0,00	1.432.123,21	0,00	0,00	995.160,00
431455	PIRAPO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431460	PIRATINI	4.087.177,17	848.386,21	1.424.195,35	0,00	0,00	5.862.598,73	0,00	0,00	497.160,00
431470	PLANALTO	911.761,06	110.390,85	157.500,00	0,00	0,00	842.688,30	0,00	0,00	336.963,60
431475	POCO DAS ANTAS	3.260,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.260,39
431477	PONTAO	33.625,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.625,26
431478	PONTE PRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431480	PORTAO	500.000,00	130.000,00	408.756,86	0,00	0,00	1.038.756,86	0,00	0,00	0,00
431490	PORTO ALEGRE	441.200.404,58	296.941.528,60	148.871.337,29	0,00	0,00	3.124.800,00	129.785.514,06	0,00	754.102.956,41
431500	PORTO LUCENA	80.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00
431505	PORTO MAUA	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
431507	PORTO VERA CRUZ	90.127,51	32,47	0,00	0,00	0,00	90.159,97	0,00	0,00	0,00
431510	PORTO XAVIER	982.166,31	117.745,56	404.347,16	0,00	0,00	759.333,14	0,00	0,00	744.925,89
431513	POUSO NOVO	2.465,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.465,10
431514	PRESIDENTE LUCENA	668,05	169,45	0,00	0,00	0,00	837,50	0,00	0,00	0,00
431515	PROGRESSO	602.420,00	154.139,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	756.559,08
431517	PROTASIO ALVES	12.490,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.490,73
431520	PUTINGA	121.851,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.851,72
431530	QUARAI	1.425.896,71	0,00	999.542,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.425.439,56
431531	QUATRO IRMAOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431532	QUEVEDOS	6.630,73	1.778,21	90.000,00	0,00	0,00	98.408,94	0,00	0,00	0,00
431535	QUINZE DE NOVEMBRO	50.000,00	12.000,00	43.388,84	0,00	0,00	105.388,84	0,00	0,00	0,00
431540	REDENTORA	160.000,00	48.000,00	157.500,00	0,00	0,00	208.000,00	0,00	0,00	157.500,00
431545	RELVADO	15.887,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.887,17
431550	RESTINGA SECA	1.031.608,66	14.170,41	306.490,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.352.269,95
431555	RIO DOS INDIOS	11,17	2,83	90.000,00	0,00	0,00	90.014,00	0,00	0,00	0,00
431560	RIO GRANDE	24.960.011,65	17.413.880,06	16.348.188,57	0,00	0,00	56.674.625,29	0,00	0,00	2.047.455,00
431570	RIO PARDO	3.616.288,93	2.391.634,78	556.685,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.564.609,25
431575	RIOZINHO	41.594,57	20.438,75	40.623,46	0,00	0,00	102.656,78	0,00	0,00	0,00
431580	ROCA SALES	115.000,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	179.000,00	0,00	0,00	0,00
431590	RODEIO BONITO	1.941.790,60	244.565,08	937.400,44	0,00	0,00	2.924.352,11	0,00	0,00	199.404,00
431595	ROLADOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431600	ROLANTE	529.198,84	135.597,66	620.628,01	0,00	0,00	893.551,34	0,00	0,00	391.873,17
431610	RONDA ALTA	1.265.741,51	262.593,08	397.506,79	0,00	0,00	1.693.497,37	0,00	0,00	232.344,00
431620	RONDINHA	40.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00
431630	ROQUE GONZALES	120.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	168.000,00	0,00	0,00	0,00
431640	ROSARIO DO SUL	4.003.870,06	540.410,00	2.461.214,99	0,00	0,00	5.893.654,99	0,00	0,00	1.111.840,06
431642	SAGRADA FAMILIA	22.149,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.149,00
431643	SALDANHA MARINHO	45.000,00	12.000,00	40.373,71	0,00	0,00	97.373,71	0,00	0,00	0,00
431645	SALTO DO JACUI	65.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00
431647	SALVADOR DAS MISSOES	3.295,77	885,14	0,00	0,00	0,00	4.180,92	0,00	0,00	0,00
431650	SALVADOR DO SUL	260.379,48	65.161,63	0,00	0,00	0,00	315.837,31	0,00	0,00	9.703,80
431660	SANANDUVA	1.131.704,03	289.271,69	364.304,29	0,00	0,00	1.482.224,81	0,00	0,00	303.055,20
431670	SANTA BARBARA DO SUL	160.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00
431673	SANTA CECILIA DO SUL	10.395,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.395,90
431675	SANTA CLARA DO SUL	101.322,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.322,50
431680	SANTA CRUZ DO SUL	27.814.259,82	11.362.236,75	11.018.687,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.195.183,62
431690	SANTA MARIA	20.820.517,72	13.628.814,23	21.406.028,57	0,00	0,00	46.665.145,52	0,00	0,00	9.190.215,00
431695	SANTA MARIA DO HERVAL	24.296,61	6.144,40	0,00	0,00	0,00	30.441,01	0,00	0,00	0,00
431697	SANTA MARGARIDA DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431700	SANTANA DA BOA VISTA	220.000,00	80.000,00	157.500,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	157.500,00
431710	SANTANA DO LIVRAMENTO	10.920.748,79	79.906,56	2.114.656,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.115.311,61
431720	SANTA ROSA	19.238.731,07	11.103.750,48	9.525.656,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.868.137,81
431725	SANTA TEREZA	14.132,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.132,38
431730	SANTA VITORIA DO PALMAR	1.804.108,07	279.807,33	885.985,26	0,00	0,00	2.415.365,66	0,00	0,00	554.535,00
431740	SANTIAGO	6.889.389,55	2.856.689,81	3.360.877,56	0,00	0,00	11.472.895,06	0,00	0,00	1.634.061,86
431750	SANTO ANGELO	8.231.394,80	2.556.564,56	7.476.360,70	0,00	0,00	16.226.465,06	0,00	0,00	2.037.855,00
431755	SANTO ANTONIO DO PALMA	2.941,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.941,20
431760	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	4.437.585,99	735.371,77	286.608,00	0,00	0,00	4.962.405,76	0,00	0,00	497.160,00
431770	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	220.000,00	68.000,00	157.500,00	0,00	0,00	288.000,00	0,00	0,00	157.500,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

431775	SANTO ANTONIO DO PLANALTO	2.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.700,00
431780	SANTO AUGUSTO	1.485.304,56	357.934,34	0,00	0,00	0,00	1.692.335,34	0,00	0,00	150.903,55
431790	SANTO CRISTO	1.434.709,32	211.612,89	723.616,78	0,00	0,00	2.192.868,49	0,00	0,00	177.070,50
431795	SANTO EXPEDITO DO SUL	35.220,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.220,06
431800	SAO BORJA	9.004.675,49	1.227.773,93	4.385.251,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.617.700,89
431805	SAO DOMINGOS DO SUL	157.745,16	41.836,85	0,00	0,00	0,00	195.525,70	0,00	0,00	4.056,30
431810	SAO FRANCISCO DE ASSIS	1.722.680,84	363.318,45	497.160,00	0,00	0,00	2.085.999,29	0,00	0,00	497.160,00
431820	SAO FRANCISCO DE PAULA	738.113,23	164.267,57	416.520,00	0,00	0,00	821.740,81	0,00	0,00	497.160,00
431830	SAO GABRIEL	4.650.514,20	1.947.418,07	2.352.088,66	0,00	0,00	7.691.869,15	0,00	0,00	1.258.151,79
431840	SAO JERONIMO	2.493.082,29	353.380,80	1.617.448,51	0,00	0,00	4.124.251,60	0,00	0,00	339.659,99
431842	SAO JOAO DA URTIGA	48.048,01	12.013,62	0,00	0,00	0,00	21.244,99	0,00	0,00	38.816,64
431843	SAO JOAO DO POLESINE	1.686,49	448,11	0,00	0,00	0,00	2.134,60	0,00	0,00	0,00
431844	SAO JORGE	22.439,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.439,25
431845	SAO JOSE DAS MISSOES	1.195,86	307,11	90.000,00	0,00	0,00	91.502,96	0,00	0,00	0,00
431846	SAO JOSE DO HERVAL	117.148,07	22.502,70	109.826,06	0,00	0,00	130.345,63	0,00	0,00	119.131,20
431848	SAO JOSE DO HORTENCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431849	SAO JOSE DO INHACORA	37.761,55	8.963,80	39.216,95	0,00	0,00	83.001,10	0,00	0,00	2.941,20
431850	SAO JOSE DO NORTE	2.510.913,68	0,00	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.668.413,68
431860	SAO JOSE DO OURO	467.614,13	124.472,11	481.843,45	0,00	0,00	858.403,46	0,00	0,00	215.526,24
431861	SAO JOSE DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431862	SAO JOSE DOS AUSENTES	32.721,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.721,53
431870	SAO LEOPOLDO	17.177.624,84	13.205.660,41	6.064.104,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.447.389,24
431880	SAO LOURENCO DO SUL	6.332.472,57	869.675,81	3.834.813,96	0,00	0,00	8.325.442,33	0,00	0,00	2.711.520,00
431890	SAO LUIZ GONZAGA	3.612.748,57	920.359,39	2.670.549,24	0,00	0,00	6.052.962,20	0,00	0,00	1.150.695,00
431900	SAO MARCOS	1.407.926,50	46.363,47	575.395,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.029.685,94
431910	SAO MARTINHO	243.371,56	120.930,25	90.000,00	0,00	0,00	257.403,71	0,00	0,00	196.898,10
431912	SAO MARTINHO DA SERRA	1.466,06	393,03	0,00	0,00	0,00	1.859,09	0,00	0,00	0,00
431915	SAO MIGUEL DAS MISSOES	150.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00
431920	SAO NICOLAU	12.949,58	3.296,51	157.500,00	0,00	0,00	16.246,09	0,00	0,00	157.500,00
431930	SAO PAULO DAS MISSOES	80.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00
431935	SAO PEDRO DA SERRA	12.721,56	0,00	0,00	0,00	0,00	7.947,96	0,00	0,00	4.773,60
431936	SAO PEDRO DAS MISSOES	264,86	67,76	0,00	0,00	0,00	332,62	0,00	0,00	0,00
431937	SAO PEDRO DO BUTIA	9.468,59	2.410,16	0,00	0,00	0,00	11.878,75	0,00	0,00	0,00
431940	SAO PEDRO DO SUL	1.660.947,90	440.818,39	497.160,00	0,00	0,00	2.101.766,29	0,00	0,00	497.160,00
431950	SAO SEBASTIAO DO CAI	1.653.157,73	216.778,90	497.160,00	0,00	0,00	1.869.936,63	0,00	0,00	497.160,00
431960	SAO SEPE	1.668.045,64	416.179,96	1.145.612,28	0,00	0,00	2.574.277,88	0,00	0,00	655.560,00
431970	SAO VALENTIM	60.133,66	15.304,47	0,00	0,00	0,00	75.438,13	0,00	0,00	0,00
431971	SAO VALENTIM DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431973	SAO VALERIO DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431975	SAO VENDELINO	3.825,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.825,77
431980	SAO VICENTE DO SUL	316.326,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.550,00	0,00	0,00	61.776,00
431990	SAPIRANGA	7.758.064,10	1.869.534,52	5.254.512,62	0,00	0,00	11.776.689,64	0,00	0,00	3.105.421,60
432000	SAPUCAIA DO SUL	22.379.020,47	1.435.762,74	1.195.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.010.283,21
432010	SARANDI	1.110.658,50	285.011,26	627.304,52	0,00	0,00	1.704.662,28	0,00	0,00	318.312,00
432020	SEBERI	869.675,45	85.195,87	822.571,35	0,00	0,00	1.079.264,67	0,00	0,00	698.178,00
432023	SEDE NOVA	4.056,30	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.056,30
432026	SEGREDO	140.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00
432030	SELBACH	140.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00
432032	SENADOR SALGADO FILHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432035	SENTINELA DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432040	SERAFINA CORREA	925.529,86	231.382,48	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.314.412,33
432045	SERIO	128.399,43	0,00	51.600,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
432050	SERTAO	763.423,31	102.468,18	0,00	0,00	0,00	809.893,84	0,00	0,00	55.997,64
432055	SERTAO SANTANA	44.218,04	11.254,50	0,00	0,00	0,00	55.472,54	0,00	0,00	0,00
432057	SETE DE SETEMBRO	48.639,57	12.162,82	0,00	0,00	0,00	60.802,39	0,00	0,00	0,00
432060	SEVERIANO DE ALMEIDA	441.737,36	66.653,84	0,00	0,00	0,00	465.245,19	0,00	0,00	43.146,00
432065	SILVEIRA MARTINS	1.318,44	329,57	0,00	0,00	0,00	1.648,01	0,00	0,00	0,00
432067	SINIMBU	453.643,56	51.572,76	369.081,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	874.297,68
432070	SOBRADINHO	800.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00	0,00	0,00
432080	SOLEDADE	3.681.291,27	679.211,58	1.072.615,65	0,00	0,00	4.772.543,81	0,00	0,00	660.574,68
432085	TABAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432090	TAPEJARA	1.748.061,34	273.036,74	1.430.709,72	0,00	0,00	2.954.647,81	0,00	0,00	497.160,00
432100	TAPERA	461.906,48	123.248,91	0,00	0,00	0,00	535.569,82	0,00	0,00	49.585,56
432110	TAPES	400.000,00	80.000,00	292.142,64	0,00	0,00	614.642,64	0,00	0,00	157.500,00
432120	TAQUARA	6.960.474,66	2.639.752,24	1.560.696,00	0,00	0,00	8.998.642,89	0,00	0,00	2.162.280,00
432130	TAQUARI	888.430,46	2.001.611,76	247.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.137.542,22
432132	TAQUARUCU DO SUL	85.000,00	14.000,00	32.765,71	0,00	0,00	131.765,71	0,00	0,00	0,00
432135	TAVARES	175.506,44	44.582,79	157.500,00	0,00	0,00	220.089,23	0,00	0,00	157.500,00
432140	TENENTE PORTELA	4.830.832,87	802.337,51	1.932.691,88	0,00	0,00	6.930.102,26	0,00	0,00	635.760,00
432143	TERRA DE AREIA	198.150,57	50.432,65	157.500,00	0,00	0,00	248.583,22	0,00	0,00	157.500,00
432145	TEUTONIA	2.625.039,16	2.348.609,78	1.451.828,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.425.477,88
432146	TIO HUGO	23.521,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.521,50
432147	TIRADENTES DO SUL	45.252,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	45.252,00
432149	TOROPI	7.875,90	2.108,61	0,00	0,00	0,00	9.984,51	0,00	0,00	0,00
432150	TORRES	7.519.328,71	1.251.523,73	3.404.310,85	0,00	0,00	11.132.003,28	0,00	0,00	1.043.160,00
432160	TRAMANDAI	30.523.222,45	7.388.335,03	4.516.200,59	0,00	0,00	38.627.223,08	0,00	0,00	3.800.535,00
432162	TRAVESSEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432163	TRES ARROIOS	176.696,82	24.435,12	30.508,55	0,00	0,00	211.336,50	0,00	0,00	20.304,00
432166	TRES CACHOEIRAS	110.842,58	28.206,64	157.500,00	0,00	0,00	139.049,22	0,00	0,00	157.500,00
432170	TRES COROAS	708.225,35	180.415,82	339.660,00	0,00	0,00	888.641,18	0,00	0,00	339.660,00
432180	TRES DE MAIO	4.042.984,99	993.691,05	2.580.548,77	0,00	0,00	7.120.064,82	0,00	0,00	497.160,00
432183	TRES FORQUILHAS	7.075,72	1.793,26	0,00	0,00	0,00	8.868,97	0,00	0,00	0,00
432185	TRES PALMEIRAS	31.536,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.536,00
432190	TRES PASSOS	5.453.202,24	1.284.264,54	1.913.461,24	0,00	0,00	7.941.062,02	0,00	0,00	709.866,00
432195	TRINDADE DO SUL	242.971,25	47.349,44	157.500,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	207.820,69
432200	TRIUNFO	1.465.384,15	227.634,93	497.160,00	0,00	0,00	1.693.019,08	0,00	0,00	497.160,00
432210	TUCUNDUVA	107.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	177.000,00	0,00	0,00	0,00
432215	TUNAS	41.169,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.169,06
432218	TUPANCI DO SUL	2.067,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.067,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

432220	TUPANCIRETA	1.195.131,24	189.967,59	767.482,55	0,00	0,00	1.655.421,38	0,00	0,00	497.160,00
432225	TUPANDI	13.405,43	3.407,89	0,00	0,00	0,00	16.813,32	0,00	0,00	0,00
432230	TUPARENDI	139.808,71	113.738,68	157.500,00	0,00	0,00	253.547,39	0,00	0,00	157.500,00
432232	TURUCU	71.885,29	18.293,41	0,00	0,00	0,00	90.178,69	0,00	0,00	0,00
432234	UBIRETAMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432235	UNIAO DA SERRA	3.472,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.472,59
432237	UNISTALDA	1.769,11	463,73	0,00	0,00	0,00	2.232,84	0,00	0,00	0,00
432240	URUGUAIANA	15.708.922,14	5.669.934,42	3.058.036,83	0,00	0,00	19.804.780,43	0,00	0,00	4.632.112,96
432250	VACARIA	6.157.022,75	2.332.344,47	2.400.927,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.890.294,39
432252	VALE VERDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432253	VALE DO SOL	390.168,79	73.561,61	0,00	0,00	0,00	366.616,80	0,00	0,00	97.113,60
432254	VALE REAL	21.004,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.004,30
432255	VANINI	2.784,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.784,60
432260	VENANCIO AIRES	6.935.713,59	2.761.637,04	3.119.493,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.816.843,69
432270	VERA CRUZ	1.602.666,00	0,00	157.500,00	0,00	0,00	952.835,04	0,00	0,00	807.330,96
432280	VERANOPOLIS	1.790.951,90	763.620,31	764.579,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.319.151,34
432285	VESPASIANO CORREA	17.560,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.560,57
432290	VIADUTOS	300.000,00	60.000,00	107.768,60	0,00	0,00	467.768,60	0,00	0,00	0,00
432300	VIAMAO	11.084.573,08	8.459.613,95	8.281.199,78	0,00	0,00	23.010.896,81	0,00	0,00	4.814.490,00
432310	VICENTE DUTRA	205.645,44	23.106,74	29.023,35	0,00	0,00	220.731,53	0,00	0,00	37.044,00
432320	VICTOR GRAEFF	52.764,04	13.683,87	0,00	0,00	0,00	62.391,60	0,00	0,00	4.056,30
432330	VILA FLORES	19.835,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.835,88
432335	VILA LANGARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432340	VILA MARIA	182.190,75	17.070,90	28.572,79	0,00	0,00	192.470,56	0,00	0,00	35.363,88
432345	VILA NOVA DO SUL	8.883,60	2.379,00	90.000,00	0,00	0,00	101.262,60	0,00	0,00	0,00
432350	VISTA ALEGRE	20.412,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	20.412,00
432360	VISTA ALEGRE DO PRATA	973,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	973,11
432370	VISTA GAUCHA	100.000,00	10.000,00	11.722,01	0,00	0,00	121.722,01	0,00	0,00	0,00
432375	VITORIA DAS MISSOES	4.463,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.463,00
432377	WESTFALIA	7.159,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.159,34
432380	XANGRI-LA	200.463,53	70.000,00	157.500,00	0,00	0,00	270.463,53	0,00	0,00	157.500,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.802.064.781,28

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	431440 - PELOTAS	Hospital da Fundação de Apoio Universitário	2252694	22	05-01-2005	11.218.920,66
Municipal	431490 - PORTO ALEGRE	Hospital Cristo Redentor de Porto Alegre	2265060	327	04-03-2005	13.558.358,28
Municipal	431490 - PORTO ALEGRE	Hospital Nossa Sra. Conceição de Porto Alegre	2237571	329	04-03-2005	54.358.862,88
Municipal	431490 - PORTO ALEGRE	Hospital de Clinicas de Porto Alegre	2237601	2353	26-10-2004	51.208.448,58
Municipal	431490 - PORTO ALEGRE	Hospital Femina de Porto Alegre	2265052	328	04-03-2005	10.659.844,32
Estadual	431560 - RIO GRANDE	Hosp.Univesitário Dr. Miguel Corrêa Jr.	2707675	65	01-01-2005	10.349.330,94
Estadual	431690 - SANTA MARIA	Hospital Universitário de Santa Maria	2244306	23	05-01-2005	25.192.322,57
TOTAL						176.546.088,23

PORTARIA Nº 1.620, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Terra da Sobriedade - Associação de Atenção à Dependência Química, com sede em Belo Horizonte (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 112-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.094259/2015-29, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Terra da Sobriedade - Associação de Atenção à Dependência Química, CNPJ nº 05.353.498/0001-90, com sede em Belo Horizonte (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.622, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Nossa Senhora do Desterro, com sede em Mairiporã (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 116-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.097775/2017-77/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Nossa Senhora do Desterro, CNPJ nº 51.979.417/0001-89, com sede em Mairiporã (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.625, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado da Bahia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, por meio do Ofício GASEC nº. 1.465, de 03/10/2017 e das Resoluções CIB/BA n.os 31/2015, 140, 141, 144, 165, 166, 168, 169 e 170/2017 resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado da Bahia, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 2.851.832.124,65, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	1.193.923.907,28	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.504.555.740,86	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	153.352.476,51	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 14.097.600,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 102.878.190,00.

§ 3° O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0029 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 11ª parcela de 2017 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	107.826.868,29
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	1.239.449.515,50
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	153.352.476,51
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	1.193.923.907,28

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE - (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
290010	ABAIRA	13.116,12	170,00	0,00	371.959,60	0,00	45.585,72	0,00	0,00	339.660,00
290020	ABARE	199.522,83	19.983,25	157.500,00	281.139,13	0,00	500.645,21	0,00	0,00	157.500,00
290030	ACAJUTIBA	105.188,63	0,00	0,00	43.247,18	0,00	148.435,81	0,00	0,00	0,00
290035	ADUSTINA	39.258,21	0,00	0,00	49.885,53	0,00	89.143,74	0,00	0,00	0,00
290040	AGUA FRIA	218.818,89	0,00	52.070,32	245.300,46	0,00	516.189,67	0,00	0,00	0,00
290050	ERICO CARDOSO	50.820,29	0,00	0,00	45.012,37	0,00	95.832,66	0,00	0,00	0,00
290060	AIQUARA	43.622,90	0,00	157.500,00	110.105,61	0,00	153.728,51	0,00	0,00	157.500,00
290070	ALAGOINHAS	6.186.321,64	6.732.016,03	1.969.800,00	7.414.356,05	0,00	7.300.437,32	0,00	0,00	15.002.056,40
290080	ALCOBACA	602.284,09	17.008,03	296.100,00	628.918,68	0,00	908.550,80	0,00	0,00	635.760,00
290090	ALMADINA	665,46	0,00	0,00	18.315,75	0,00	18.981,21	0,00	0,00	0,00
290100	AMARGOSA	1.528.067,73	306.944,87	335.700,00	771.810,39	0,00	0,00	0,00	0,00	2.942.522,99
290110	AMELIA RODRIGUES	418.867,69	0,00	194.436,00	819.267,23	0,00	1.092.910,92	0,00	0,00	339.660,00
290115	AMERICA DOURADA	301.448,46	7.256,52	157.500,00	328.681,61	0,00	547.386,59	0,00	0,00	247.500,00
290120	ANAGE	521.131,00	42.853,93	263.028,00	1.242.843,23	0,00	987.168,16	0,00	0,00	1.082.688,00
290130	ANDARAI	343.239,82	0,00	0,00	266.422,17	0,00	609.661,99	0,00	0,00	0,00
290135	ANDORINHA	6.779,32	0,00	157.500,00	49.858,44	0,00	56.637,76	0,00	0,00	157.500,00
290140	ANGICAL	8.829,67	0,00	157.500,00	42.860,08	0,00	51.689,75	0,00	0,00	157.500,00
290150	ANGUERA	45.630,19	0,00	0,00	228.802,48	0,00	274.432,67	0,00	0,00	0,00
290160	ANTAS	288.041,17	1.605.576,63	1.140.666,58	2.472.459,15	0,00	5.506.743,53	0,00	0,00	0,00
290170	ANTONIO CARDOSO	43.824,49	0,00	0,00	17.054,14	0,00	60.878,63	0,00	0,00	0,00
290180	ANTONIO GONCALVES	55.343,06	0,00	0,00	36.378,47	0,00	91.721,53	0,00	0,00	0,00
290190	APORA	185.045,21	0,00	157.500,00	164.887,35	0,00	0,00	0,00	0,00	507.432,56
290195	APUAREMA	3.105,76	0,00	157.500,00	21.101,38	0,00	24.207,14	0,00	0,00	157.500,00
290200	ARACATU	409.327,95	61.783,55	0,00	418.196,86	0,00	549.648,36	0,00	0,00	339.660,00
290205	ARACAS	240.244,67	5.788,73	157.500,00	213.415,29	0,00	459.448,69	0,00	0,00	157.500,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

290210	ARACI	1.670.977,20	89.367,61	0,00	1.223.607,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.983.952,70
290220	ARAMARI	34.184,38	0,00	157.500,00	22.987,50	0,00	0,00	0,00	0,00	214.671,88
290225	ARATACA	20.659,81	0,00	157.500,00	29.008,37	0,00	49.668,18	0,00	0,00	157.500,00
290230	ARATUIPE	5.383,23	0,00	157.500,00	22.289,35	0,00	27.672,58	0,00	0,00	157.500,00
290240	AURELINO LEAL	388.333,63	97.973,72	0,00	556.291,09	0,00	1.042.598,44	0,00	0,00	0,00
290250	BAIANOPOLIS	292.741,13	33.788,86	263.028,00	237.560,24	0,00	564.090,23	0,00	0,00	263.028,00
290260	BAIXA GRANDE	405.942,06	0,00	0,00	321.546,33	0,00	727.488,39	0,00	0,00	0,00
290265	BANZAE	40.383,00	0,00	0,00	70.453,61	0,00	110.836,61	0,00	0,00	0,00
290270	BARRA	1.998.107,92	1.402.900,88	2.033.478,27	1.349.175,29	0,00	5.602.322,36	0,00	0,00	1.181.340,00
290280	BARRA DA ESTIVA	452.054,46	468.619,11	856.630,36	1.027.031,92	0,00	2.464.675,85	0,00	0,00	339.660,00
290290	BARRA DO CHOCA	1.150.992,36	42.928,76	0,00	1.679.966,51	0,00	0,00	0,00	0,00	2.873.887,63
290300	BARRA DO MENDES	312.344,02	12.385,21	157.500,00	194.613,64	0,00	519.342,87	0,00	0,00	157.500,00
290310	BARRA DO ROCHA	27.027,06	0,00	157.500,00	157.053,18	0,00	184.080,24	0,00	0,00	157.500,00
290320	BARREIRAS	8.042.770,28	19.255.325,68	2.135.766,00	39.707.465,88	0,00	20.241.974,47	0,00	0,00	48.899.353,37
290323	BARRO ALTO	182.705,55	6.712,69	157.500,00	225.935,48	0,00	415.353,72	0,00	0,00	157.500,00
290327	BARROCAS	295.482,35	0,00	0,00	523.977,95	0,00	479.800,30	0,00	0,00	339.660,00
290330	BARRO PRETO	126.964,47	0,00	15.885,38	255.090,36	0,00	307.940,21	0,00	0,00	90.000,00
290340	BELMONTE	741.310,87	84.117,32	157.500,00	722.345,63	0,00	1.208.113,82	0,00	0,00	497.160,00
290350	BELO CAMPO	376.139,71	25.049,35	263.028,00	1.508.288,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.172.505,90
290360	BIRITINGA	263.023,51	0,00	53.704,94	145.141,35	0,00	461.869,80	0,00	0,00	0,00
290370	BOA NOVA	11.538,11	0,00	0,00	46.587,44	0,00	58.125,55	0,00	0,00	0,00
290380	BOA VISTA DO TUPIM	378.792,47	1.312,80	194.436,92	226.946,76	0,00	682.688,95	0,00	0,00	118.800,00
290390	BOM JESUS DA LAPA	2.720.595,11	733.149,64	4.655.340,00	5.171.677,82	0,00	0,00	0,00	0,00	13.280.762,57
290395	BOM JESUS DA SERRA	252.066,78	251.669,90	0,00	29.633,05	0,00	533.369,73	0,00	0,00	0,00
290400	BONINAL	274.465,19	15.991,99	7.690,62	525.496,47	0,00	483.984,27	0,00	0,00	339.660,00
290405	BONITO	274.147,10	0,00	114.894,00	179.373,75	0,00	568.414,85	0,00	0,00	0,00
290410	BOQUIRA	610.851,61	7.122,28	157.500,00	583.767,96	0,00	164.048,34	0,00	0,00	1.195.193,51
290420	BOTUPORA	235.088,16	160.646,32	157.500,00	983.840,93	0,00	1.039.915,41	0,00	0,00	497.160,00
290430	BREJOES	239.824,23	38.023,59	157.500,00	245.731,70	0,00	523.579,52	0,00	0,00	157.500,00
290440	BREJOLANDIA	19.565,30	0,00	263.028,00	33.109,49	0,00	52.674,79	0,00	0,00	263.028,00
290450	BROTAS DE MACAUBAS	37.415,70	0,00	263.028,00	122.428,95	0,00	159.844,65	0,00	0,00	263.028,00
290460	BRUMADO	3.111.561,01	2.652.005,59	1.627.500,00	910.562,07	0,00	0,00	0,00	0,00	8.301.628,67
290470	BUERAREMA	172.285,09	9.240,00	0,00	401.068,33	0,00	582.593,42	0,00	0,00	0,00
290475	BURITIRAMA	4.208,09	0,00	263.028,00	65.740,96	0,00	69.949,05	0,00	0,00	263.028,00
290480	CAATIBA	247.683,90	1.525,73	0,00	108.101,83	0,00	357.311,46	0,00	0,00	0,00
290485	CABACEIRAS DO PARAGUACU	6.466,61	62,80	157.500,00	390.918,38	0,00	57.787,79	0,00	0,00	497.160,00
290490	CACHOEIRA	805.956,88	407.711,30	1.314.216,56	1.794.649,64	0,00	3.666.974,38	0,00	0,00	655.560,00
290500	CACULE	797.309,73	130.485,50	118.800,00	735.999,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.782.595,21
290510	CAEM	354.480,26	47.225,02	0,00	291.716,95	0,00	693.422,23	0,00	0,00	0,00
290515	CAETANOS	60.991,30	0,00	0,00	33.510,34	0,00	94.501,64	0,00	0,00	0,00
290520	CAETITE	2.218.342,24	441.520,70	4.179.536,05	1.910.907,34	0,00	0,00	0,00	0,00	8.750.306,33
290530	CAFARNAUM	665.322,04	28.306,21	157.500,00	153.488,37	0,00	847.116,62	0,00	0,00	157.500,00
290540	CAIRU	37.895,63	0,00	0,00	54.580,41	0,00	92.476,04	0,00	0,00	0,00
290550	CALDEIRAO GRANDE	535.544,55	26.253,77	0,00	132.515,77	0,00	694.314,09	0,00	0,00	0,00
290560	CAMACAN	1.210.525,42	1.364.767,10	0,00	1.476.271,07	0,00	3.621.903,59	0,00	0,00	429.660,00
290570	CAMACARI	10.902.061,25	4.655.314,48	4.643.100,00	7.408.375,68	0,00	11.212.014,65	0,00	0,00	16.396.836,76
290580	CAMAMU	318.053,41	34.087,40	0,00	432.441,03	0,00	444.921,84	0,00	0,00	339.660,00
290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	597.681,99	72.696,24	263.028,00	1.170.029,90	0,00	1.020.748,13	0,00	0,00	1.082.688,00
290600	CAMPO FORMOSO	2.882.109,38	852.953,40	1.651.139,80	1.258.054,57	0,00	4.895.664,70	0,00	0,00	1.748.592,45
290610	CANAPOLIS	384.333,74	1.250,61	158.400,00	238.312,67	0,00	533.897,02	0,00	0,00	248.400,00
290620	CANARANA	729.305,61	13.104,28	157.500,00	238.275,33	0,00	980.685,22	0,00	0,00	157.500,00
290630	CANAVIEIRAS	1.787.414,27	56.989,30	0,00	699.622,51	0,00	0,00	0,00	0,00	2.544.026,08
290640	CANDEAL	17.154,58	0,00	0,00	225.409,38	0,00	242.563,96	0,00	0,00	0,00
290650	CANDEIAS	3.435.679,48	3.127.508,85	2.272.200,00	413.436,75	0,00	3.326.931,20	0,00	0,00	5.921.893,88
290660	CANDIBA	178.842,46	0,00	157.500,00	184.319,06	0,00	363.161,52	0,00	0,00	157.500,00
290670	CANDIDO SALES	806.399,45	69.163,25	381.828,00	1.203.274,95	0,00	1.649.177,65	0,00	0,00	811.488,00
290680	CANSANCAO	786.762,58	174,67	0,00	573.706,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.360.643,32
290682	CANUDOS	424.266,13	49.322,12	157.500,00	348.269,63	0,00	821.857,88	0,00	0,00	157.500,00
290685	CAPELA DO ALTO ALEGRE	198.662,15	2.412,85	0,00	561.947,04	0,00	0,00	0,00	0,00	763.022,04
290687	CAPIM GROSSO	870.372,81	543.556,16	2.837.983,12	1.629.010,94	0,00	704.437,84	0,00	0,00	5.176.485,19
290689	CARAIBAS	49.285,21	0,00	0,00	29.253,23	0,00	78.538,44	0,00	0,00	0,00
290690	CARAVELAS	528.753,58	6.100,24	157.500,00	784.659,38	0,00	979.853,20	0,00	0,00	497.160,00
290700	CARDEAL DA SILVA	45.315,74	0,00	0,00	24.433,69	0,00	69.749,43	0,00	0,00	0,00
290710	CARINHANHA	1.020.109,41	48.815,48	157.500,00	459.259,56	0,00	13.409,94	0,00	0,00	1.672.274,51
290720	CASA NOVA	1.168.602,46	0,00	263.028,00	635.304,77	0,00	1.464.247,23	0,00	0,00	602.688,00
290730	CASTRO ALVES	781.611,56	384.209,96	303.211,22	830.958,16	0,00	1.803.130,90	0,00	0,00	496.860,00
290740	CATOLANDIA	8.811,45	0,00	0,00	10.956,24	0,00	19.767,69	0,00	0,00	0,00
290750	CATU	1.598.158,63	13.190,37	395.100,00	2.225.981,26	0,00	0,00	0,00	0,00	4.232.430,26
290755	CATURAMA	109.902,63	1.599,67	70.704,00	94.888,48	0,00	277.094,78	0,00	0,00	0,00
290760	CENTRAL	612.048,10	554,69	157.500,00	242.441,46	0,00	855.044,25	0,00	0,00	157.500,00
290770	CHORROCHO	17.679,94	0,00	619.500,00	36.524,23	0,00	54.204,17	0,00	0,00	619.500,00
290780	CICERO DANTAS	773.338,73	802.244,30	0,00	680.341,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.255.924,23
290790	CIPO	341.904,43	11.519,45	0,00	887.946,73	0,00	811.710,61	0,00	0,00	429.660,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

290800	COARACI	368.449,06	34.589,62	0,00	2.216.926,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.619.965,09
290810	COCOS	526.314,22	125.436,68	263.028,00	100.291,50	0,00	752.042,40	0,00	0,00	263.028,00
290820	CONCEICAO DA FEIRA	94.467,31	0,00	307.746,00	643.494,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.045.708,23
290830	CONCEICAO DO ALMEIDA	578.399,79	115.089,00	251.575,20	1.002.597,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.947.661,93
290840	CONCEICAO DO COITE	2.309.280,82	243.228,71	597.395,13	1.896.297,76	0,00	4.247.542,42	0,00	0,00	798.660,00
290850	CONCEICAO DO JACUIPE	697.809,34	6.175,46	0,00	1.036.387,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.740.372,74
290860	CONDE	526.431,27	2.600,87	334.260,00	269.948,66	0,00	975.740,80	0,00	0,00	157.500,00
290870	CONDEUBA	115.967,91	0,00	263.028,00	388.283,98	0,00	164.591,89	0,00	0,00	602.688,00
290880	CONTENDAS DO SINCORA	1.798,56	0,00	0,00	11.544,67	0,00	13.343,23	0,00	0,00	0,00
290890	CORACAO DE MARIA	319.588,61	2.781,85	0,00	971.176,18	0,00	809.886,64	0,00	0,00	483.660,00
290900	CORDEIROS	39.566,42	0,00	0,00	220.365,82	0,00	259.932,24	0,00	0,00	0,00
290910	CORIBE	359.921,19	27.015,01	263.028,00	282.607,87	0,00	0,00	0,00	0,00	932.572,07
290920	CORONEL JOAO SA	101.695,71	270,40	0,00	414.633,51	0,00	176.939,62	0,00	0,00	339.660,00
290930	CORRENTINA	1.004.892,56	43.034,19	421.428,00	109.706,20	0,00	1.157.632,95	0,00	0,00	421.428,00
290940	COTEGIPE	3.916,67	0,00	263.028,00	44.828,99	0,00	48.745,66	0,00	0,00	263.028,00
290950	CRAVOLANDIA	136.281,64	554,69	0,00	183.385,45	0,00	320.221,78	0,00	0,00	0,00
290960	CRISOPOLIS	388.629,97	0,00	157.500,00	893.537,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.439.667,45
290970	CRISTOPOLIS	4.938,94	0,00	263.028,00	45.534,41	0,00	50.473,35	0,00	0,00	263.028,00
290980	CRUZ DAS ALMAS	2.439.695,97	1.278.309,18	3.232.769,76	1.010.532,46	0,00	146.426,54	0,00	0,00	7.814.880,83
290990	CURACA	558.477,57	441,91	263.028,00	539.811,91	0,00	759.071,39	0,00	0,00	602.688,00
291000	DARIO MEIRA	47.755,09	0,00	157.500,00	46.619,30	0,00	94.374,39	0,00	0,00	157.500,00
291005	DIAS D"AVILA	2.227.767,25	9.005,39	1.476.300,00	2.492.880,76	0,00	0,00	0,00	0,00	6.205.953,40
291010	DOM BASILIO	110.649,52	0,00	185.447,87	697.547,83	0,00	356.145,22	0,00	0,00	637.500,00
291020	DOM MACEDO COSTA	2.412,85	0,00	0,00	9.971,14	0,00	12.383,99	0,00	0,00	0,00
291030	ELISIO MEDRADO	228.307,98	0,00	0,00	118.105,94	0,00	346.413,92	0,00	0,00	0,00
291040	ENCRUZILHADA	529.102,23	37.993,42	0,00	1.359.703,96	0,00	1.587.139,61	0,00	0,00	339.660,00
291050	ENTRE RIOS	937.371,18	110.322,22	157.500,00	435.652,48	0,00	1.143.685,88	0,00	0,00	497.160,00
291060	ESPLANADA	807.053,97	418.031,45	1.462.778,89	1.193.441,38	0,00	2.922.145,69	0,00	0,00	959.160,00
291070	EUCLIDES DA CUNHA	2.152.964,22	239.530,11	0,00	1.228.004,75	0,00	0,00	0,00	0,00	3.620.499,08
291072	EUNAPOLIS	4.911.896,37	1.889.883,91	1.854.300,00	6.123.199,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14.779.279,73
291075	FATIMA	80.011,48	2.993,88	150.246,00	501.407,12	0,00	734.658,48	0,00	0,00	0,00
291077	FEIRA DA MATA	8.655,56	0,00	263.028,00	22.248,49	0,00	30.904,05	0,00	0,00	263.028,00
291080	FEIRA DE SANTANA	36.012.121,59	61.562.292,05	6.470.921,19	48.473.554,23	0,00	60.896.905,33	0,00	0,00	91.621.983,73
291085	FILADELFIA	488.043,17	21.898,30	0,00	520.827,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.030.768,63
291090	FIRMINO ALVES	2.793,53	0,00	0,00	17.153,52	0,00	19.947,05	0,00	0,00	0,00
291100	FLORESTA AZUL	40.707,77	2,96	0,00	350.508,19	0,00	391.218,92	0,00	0,00	0,00
291110	FORMOSA DO RIO PRETO	544.753,14	15.931,19	263.028,00	233.202,41	0,00	793.886,74	0,00	0,00	263.028,00
291120	GANDU	1.445.043,62	816.055,87	157.500,00	1.254.331,52	0,00	0,00	0,00	0,00	3.672.931,01
291125	GAVIAO	957,46	0,00	0,00	12.050,52	0,00	13.007,98	0,00	0,00	0,00
291130	GENTIO DO OURO	214.742,52	3.327,03	0,00	169.111,01	0,00	387.180,56	0,00	0,00	0,00
291140	GLORIA	14.799,39	0,00	157.500,00	73.613,70	0,00	88.413,09	0,00	0,00	157.500,00
291150	GONGOGI	71.101,89	1.024,69	88.380,00	151.540,11	0,00	222.046,69	0,00	0,00	90.000,00
291160	GOVERNADOR MANGABEIRA	46.188,82	0,00	276.300,00	1.215.357,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.537.846,08
291165	GUAJERU	3.692,36	0,00	157.500,00	24.686,59	0,00	28.378,95	0,00	0,00	157.500,00
291170	GUANAMBI	4.736.982,98	11.580.119,79	2.911.500,00	2.627.000,19	0,00	9.426.070,68	0,00	0,00	12.429.532,28
291180	GUARATINGA	747.796,85	28.694,85	157.500,00	278.171,22	0,00	1.054.662,92	0,00	0,00	157.500,00
291185	HELIOPOLIS	43.919,77	0,00	0,00	47.234,72	0,00	91.154,49	0,00	0,00	0,00
291190	IACU	1.252.950,73	17.358,96	198.000,00	607.553,49	0,00	0,00	0,00	0,00	2.075.863,18
291200	IBIASSUCE	370.914,52	720.383,60	0,00	164.146,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.255.444,44
291210	IBICARAI	794.226,85	95.420,55	0,00	999.788,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.889.435,55
291220	IBICOARA	12.024,87	0,00	157.500,00	387.827,96	0,00	60.252,83	0,00	0,00	497.100,00
291230	IBICUI	468.345,23	55.338,95	0,00	162.305,31	0,00	685.989,49	0,00	0,00	0,00
291240	IBIPEBA	188.577,98	8.642,28	157.500,00	437.455,73	0,00	634.675,99	0,00	0,00	157.500,00
291250	IBIPITANGA	123.621,45	0,00	157.500,00	47.159,19	0,00	170.780,64	0,00	0,00	157.500,00
291260	IBIQUERA	12.163,99	0,00	0,00	17.660,56	0,00	29.824,55	0,00	0,00	0,00
291270	IBIRAPITANGA	396.526,10	22.625,93	0,00	870.150,62	0,00	949.642,65	0,00	0,00	339.660,00
291280	IBIRAPUA	41.789,80	0,00	157.500,00	22.208,92	0,00	63.998,72	0,00	0,00	157.500,00
291290	IBIRATAIA	666.505,16	100.285,62	1.105.310,29	2.263.633,88	0,00	0,00	0,00	0,00	4.135.734,95
291300	IBITIARA	382.693,48	311.722,14	0,00	387.151,18	0,00	1.081.566,80	0,00	0,00	0,00
291310	IBITITA	423.095,51	735,11	157.500,00	215.118,56	0,00	638.949,18	0,00	0,00	157.500,00
291320	IBOTIRAMA	806.562,57	1.021.302,50	980.280,00	2.347.016,23	0,00	1.964.845,23	0,00	0,00	3.190.316,07
291330	ICHU	122.703,22	13.409,25	0,00	143.227,47	0,00	279.339,94	0,00	0,00	0,00
291340	IGAPORA	536.970,23	32.152,23	315.900,00	570.356,91	0,00	799.819,37	0,00	0,00	655.560,00
291345	IGRAPIUNA	8.909,39	0,00	0,00	332.030,07	0,00	340.939,46	0,00	0,00	0,00
291350	IGUAI	884.437,33	29.495,63	290.732,00	1.366.041,68	0,00	2.231.046,64	0,00	0,00	339.660,00
291360	ILHEUS	12.941.036,06	7.221.465,78	5.674.797,02	11.937.676,16	0,00	8.657.110,44	0,00	0,00	29.117.864,58
291370	INHAMBUPE	1.131.488,95	75.799,78	157.500,00	687.038,78	0,00	0,00	0,00	0,00	2.051.827,51
291380	IPECAETA	6.318,59	0,00	0,00	506.196,40	0,00	172.854,99	0,00	0,00	339.660,00
291390	IPIAU	1.632.743,83	947.237,03	777.900,00	690.706,64	0,00	2.931.027,50	0,00	0,00	1.117.560,00
291400	IPIRA	2.192.233,24	368.673,48	158.400,00	1.594.948,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4.314.254,88
291410	IPUPIARA	137.012,66	32.109,10	841.680,00	149.977,95	0,00	319.099,71	0,00	0,00	841.680,00
291420	IRAJUBA	146.189,09	18.146,85	0,00	888.088,58	0,00	712.764,52	0,00	0,00	339.660,00
291430	IRAMAIA	333.624,69	480,73	157.500,00	380.106,90	0,00	714.212,32	0,00	0,00	157.500,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

291440	IRAQUARA	841.881,75	568.074,50	118.800,00	466.225,65	0,00	1.536.521,90	0,00	0,00	458.460,00
291450	IRARA	423.994,96	13.794,29	0,00	1.107.290,70	0,00	338.129,50	0,00	0,00	1.206.950,45
291460	IRECE	4.097.820,40	11.094.751,76	2.561.100,00	21.110.046,31	0,00	28.716.977,57	0,00	0,00	10.146.740,90
291465	ITABELA	869.293,50	73.694,18	276.300,00	1.828.605,39	0,00	0,00	0,00	0,00	3.047.893,07
291470	ITABERABA	2.941.301,17	2.418.804,96	689.559,48	6.570.937,80	0,00	553.937,98	0,00	0,00	12.066.665,43
291480	ITABUNA	16.314.848,30	49.275.866,88	9.293.036,34	31.276.079,48	0,00	3.160.107,05	0,00	0,00	102.999.723,95
291490	ITACARE	699.149,96	3.621,93	157.500,00	528.890,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389.162,84
291500	ITAETE	280.800,06	8.793,50	264.456,00	494.810,84	0,00	550.860,40	0,00	0,00	498.000,00
291510	ITAGI	204.013,96	0,00	0,00	383.898,00	0,00	587.911,96	0,00	0,00	0,00
291520	ITAGIBA	385.739,35	205.019,85	0,00	382.775,75	0,00	973.534,95	0,00	0,00	0,00
291530	ITAGIMIRIM	67.573,79	0,00	219.366,00	211.867,27	0,00	341.307,06	0,00	0,00	157.500,00
291535	ITAGUACU DA BAHIA	274.985,66	729,91	157.500,00	271.403,67	0,00	547.119,24	0,00	0,00	157.500,00
291540	ITAJU DO COLONIA	101.520,42	327,41	0,00	295.896,52	0,00	397.744,35	0,00	0,00	0,00
291550	ITAJUIPE	446.735,76	133.191,75	211.200,00	382.271,80	0,00	962.199,31	0,00	0,00	211.200,00
291560	ITAMARAJU	2.507.446,80	205.357,52	777.900,00	6.814.746,53	0,00	0,00	0,00	0,00	10.305.450,85
291570	ITAMARI	132.024,32	61.483,30	0,00	363.322,29	0,00	556.829,91	0,00	0,00	0,00
291580	ITAMBE	751.084,35	142.056,99	770.738,11	1.364.679,06	0,00	2.425.870,51	0,00	0,00	602.688,00
291590	ITANAGRA	15.134,49	0,00	157.500,00	17.918,51	0,00	33.053,00	0,00	0,00	157.500,00
291600	ITANHEM	508.780,17	61.485,90	315.900,00	1.013.800,96	0,00	1.244.407,03	0,00	0,00	655.560,00
291610	ITAPARICA	604.695,63	301.606,16	0,00	1.722.572,25	0,00	1.809.214,04	0,00	0,00	819.660,00
291620	ITAPE	117.486,02	0,00	0,00	162.203,90	0,00	279.689,92	0,00	0,00	0,00
291630	ITAPEBI	15.739,51	8,00	157.500,00	36.093,61	0,00	51.841,12	0,00	0,00	157.500,00
291640	ITAPETINGA	3.159.451,29	1.887.406,54	4.484.237,04	7.029.323,51	0,00	1.258.076,16	0,00	0,00	15.302.342,22
291650	ITAPICURU	735.814,65	88.936,79	157.500,00	952.866,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.935.118,12
291660	ITAPITANGA	106.280,65	4.588,48	0,00	187.552,99	0,00	298.422,12	0,00	0,00	0,00
291670	ITAQUARA	225.285,14	2.204,00	0,00	219.239,38	0,00	356.728,52	0,00	0,00	90.000,00
291680	ITARANTIM	542.030,74	28.222,00	0,00	168.941,52	0,00	739.194,26	0,00	0,00	0,00
291685	ITATIM	199.588,24	1.313,53	177.550,42	250.517,47	0,00	0,00	0,00	0,00	628.969,66
291690	ITIRUCU	456.000,48	45.240,79	0,00	349.451,96	0,00	850.693,23	0,00	0,00	0,00
291700	ITIUBA	1.409.162,64	60.131,72	157.500,00	1.274.678,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.901.472,39
291710	ITORORO	489.429,33	228.978,53	263.028,00	730.887,45	0,00	1.109.635,31	0,00	0,00	602.688,00
291720	ITUACU	391.557,80	7.367,13	193.547,78	307.064,05	0,00	742.036,76	0,00	0,00	157.500,00
291730	ITUBERA	787.227,25	422.185,59	0,00	519.335,18	0,00	1.389.088,02	0,00	0,00	339.660,00
291733	IUIU	103.418,25	0,00	157.500,00	41.169,04	0,00	144.587,29	0,00	0,00	157.500,00
291735	JABORANDI	295.166,43	62.863,67	263.028,00	156.665,25	0,00	424.695,35	0,00	0,00	353.028,00
291740	JACARACI	297.952,93	33.495,00	157.500,00	437.567,19	0,00	679.015,12	0,00	0,00	247.500,00
291750	JACOBINA	3.841.061,93	3.055.072,45	2.838.300,00	5.031.038,90	0,00	0,00	0,00	0,00	14.765.473,28
291760	JAGUAQUARA	1.909.435,14	188.248,07	769.847,19	1.109.938,10	0,00	0,00	0,00	0,00	3.977.468,50

PORTARIA Nº 1.625, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado da Bahia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, por meio do Ofício GASEC nº. 1.465, de 03/10/2017 e das Resoluções CIB/BA n.os 31/2015, 140, 141, 144, 165, 166, 168, 169 e 170/2017 resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado da Bahia, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 2.851.832.124,65, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	1.193.923.907,28	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.504.555.740,86	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	153.352.476,51	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 14.097.600,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 102.878.190,00.

§ 3° O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0029 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 11ª parcela de 2017 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	107.826.868,29
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	1.239.449.515,50
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	153.352.476,51
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	1.193.923.907,28

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE - (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
290010	ABAIRA	13.116,12	170,00	0,00	371.959,60	0,00	45.585,72	0,00	0,00	339.660,00
290020	ABARE	199.522,83	19.983,25	157.500,00	281.139,13	0,00	500.645,21	0,00	0,00	157.500,00
290030	ACAJUTIBA	105.188,63	0,00	0,00	43.247,18	0,00	148.435,81	0,00	0,00	0,00
290035	ADUSTINA	39.258,21	0,00	0,00	49.885,53	0,00	89.143,74	0,00	0,00	0,00
290040	AGUA FRIA	218.818,89	0,00	52.070,32	245.300,46	0,00	516.189,67	0,00	0,00	0,00
290050	ERICO CARDOSO	50.820,29	0,00	0,00	45.012,37	0,00	95.832,66	0,00	0,00	0,00
290060	AIQUARA	43.622,90	0,00	157.500,00	110.105,61	0,00	153.728,51	0,00	0,00	157.500,00
290070	ALAGOINHAS	6.186.321,64	6.732.016,03	1.969.800,00	7.414.356,05	0,00	7.300.437,32	0,00	0,00	15.002.056,40
290080	ALCOBACA	602.284,09	17.008,03	296.100,00	628.918,68	0,00	908.550,80	0,00	0,00	635.760,00
290090	ALMADINA	665,46	0,00	0,00	18.315,75	0,00	18.981,21	0,00	0,00	0,00
290100	AMARGOSA	1.528.067,73	306.944,87	335.700,00	771.810,39	0,00	0,00	0,00	0,00	2.942.522,99
290110	AMELIA RODRIGUES	418.867,69	0,00	194.436,00	819.267,23	0,00	1.092.910,92	0,00	0,00	339.660,00
290115	AMERICA DOURADA	301.448,46	7.256,52	157.500,00	328.681,61	0,00	547.386,59	0,00	0,00	247.500,00
290120	ANAGE	521.131,00	42.853,93	263.028,00	1.242.843,23	0,00	987.168,16	0,00	0,00	1.082.688,00
290130	ANDARAI	343.239,82	0,00	0,00	266.422,17	0,00	609.661,99	0,00	0,00	0,00
290135	ANDORINHA	6.779,32	0,00	157.500,00	49.858,44	0,00	56.637,76	0,00	0,00	157.500,00
290140	ANGICAL	8.829,67	0,00	157.500,00	42.860,08	0,00	51.689,75	0,00	0,00	157.500,00
290150	ANGUERA	45.630,19	0,00	0,00	228.802,48	0,00	274.432,67	0,00	0,00	0,00
290160	ANTAS	288.041,17	1.605.576,63	1.140.666,58	2.472.459,15	0,00	5.506.743,53	0,00	0,00	0,00
290170	ANTONIO CARDOSO	43.824,49	0,00	0,00	17.054,14	0,00	60.878,63	0,00	0,00	0,00
290180	ANTONIO GONCALVES	55.343,06	0,00	0,00	36.378,47	0,00	91.721,53	0,00	0,00	0,00
290190	APORA	185.045,21	0,00	157.500,00	164.887,35	0,00	0,00	0,00	0,00	507.432,56
290195	APUAREMA	3.105,76	0,00	157.500,00	21.101,38	0,00	24.207,14	0,00	0,00	157.500,00
290200	ARACATU	409.327,95	61.783,55	0,00	418.196,86	0,00	549.648,36	0,00	0,00	339.660,00
290205	ARACAS	240.244,67	5.788,73	157.500,00	213.415,29	0,00	459.448,69	0,00	0,00	157.500,00
290210	ARACI	1.670.977,20	89.367,61	0,00	1.223.607,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.983.952,70
290220	ARAMARI	34.184,38	0,00	157.500,00	22.987,50	0,00	0,00	0,00	0,00	214.671,88
290225	ARATACA	20.659,81	0,00	157.500,00	29.008,37	0,00	49.668,18	0,00	0,00	157.500,00
290230	ARATUIPE	5.383,23	0,00	157.500,00	22.289,35	0,00	27.672,58	0,00	0,00	157.500,00
290240	AURELINO LEAL	388.333,63	97.973,72	0,00	556.291,09	0,00	1.042.598,44	0,00	0,00	0,00
290250	BAIANOPOLIS	292.741,13	33.788,86	263.028,00	237.560,24	0,00	564.090,23	0,00	0,00	263.028,00
290260	BAIXA GRANDE	405.942,06	0,00	0,00	321.546,33	0,00	727.488,39	0,00	0,00	0,00
290265	BANZAE	40.383,00	0,00	0,00	70.453,61	0,00	110.836,61	0,00	0,00	0,00
290270	BARRA	1.998.107,92	1.402.900,88	2.033.478,27	1.349.175,29	0,00	5.602.322,36	0,00	0,00	1.181.340,00
290280	BARRA DA ESTIVA	452.054,46	468.619,11	856.630,36	1.027.031,92	0,00	2.464.675,85	0,00	0,00	339.660,00
290290	BARRA DO CHOCA	1.150.992,36	42.928,76	0,00	1.679.966,51	0,00	0,00	0,00	0,00	2.873.887,63
290300	BARRA DO MENDES	312.344,02	12.385,21	157.500,00	194.613,64	0,00	519.342,87	0,00	0,00	157.500,00
290310	BARRA DO ROCHA	27.027,06	0,00	157.500,00	157.053,18	0,00	184.080,24	0,00	0,00	157.500,00
290320	BARREIRAS	8.042.770,28	19.255.325,68	2.135.766,00	39.707.465,88	0,00	20.241.974,47	0,00	0,00	48.899.353,37
290323	BARRO ALTO	182.705,55	6.712,69	157.500,00	225.935,48	0,00	415.353,72	0,00	0,00	157.500,00
290327	BARROCAS	295.482,35	0,00	0,00	523.977,95	0,00	479.800,30	0,00	0,00	339.660,00
290330	BARRO PRETO	126.964,47	0,00	15.885,38	255.090,36	0,00	307.940,21	0,00	0,00	90.000,00
290340	BELMONTE	741.310,87	84.117,32	157.500,00	722.345,63	0,00	1.208.113,82	0,00	0,00	497.160,00
290350	BELO CAMPO	376.139,71	25.049,35	263.028,00	1.508.288,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.172.505,90
290360	BIRITINGA	263.023,51	0,00	53.704,94	145.141,35	0,00	461.869,80	0,00	0,00	0,00
290370	BOA NOVA	11.538,11	0,00	0,00	46.587,44	0,00	58.125,55	0,00	0,00	0,00
290380	BOA VISTA DO TUPIM	378.792,47	1.312,80	194.436,92	226.946,76	0,00	682.688,95	0,00	0,00	118.800,00
290390	BOM JESUS DA LAPA	2.720.595,11	733.149,64	4.655.340,00	5.171.677,82	0,00	0,00	0,00	0,00	13.280.762,57
290395	BOM JESUS DA SERRA	252.066,78	251.669,90	0,00	29.633,05	0,00	533.369,73	0,00	0,00	0,00
290400	BONINAL	274.465,19	15.991,99	7.690,62	525.496,47	0,00	483.984,27	0,00	0,00	339.660,00
290405	BONITO	274.147,10	0,00	114.894,00	179.373,75	0,00	568.414,85	0,00	0,00	0,00
290410	BOQUIRA	610.851,61	7.122,28	157.500,00	583.767,96	0,00	164.048,34	0,00	0,00	1.195.193,51
290420	BOTUPORA	235.088,16	160.646,32	157.500,00	983.840,93	0,00	1.039.915,41	0,00	0,00	497.160,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

290430	BREJOES	239.824,23	38.023,59	157.500,00	245.731,70	0,00	523.579,52	0,00	0,00	157.500,00
290440	BREJOLANDIA	19.565,30	0,00	263.028,00	33.109,49	0,00	52.674,79	0,00	0,00	263.028,00
290450	BROTAS DE MACAUBAS	37.415,70	0,00	263.028,00	122.428,95	0,00	159.844,65	0,00	0,00	263.028,00
290460	BRUMADO	3.111.561,01	2.652.005,59	1.627.500,00	910.562,07	0,00	0,00	0,00	0,00	8.301.628,67
290470	BUERAREMA	172.285,09	9.240,00	0,00	401.068,33	0,00	582.593,42	0,00	0,00	0,00
290475	BURITIRAMA	4.208,09	0,00	263.028,00	65.740,96	0,00	69.949,05	0,00	0,00	263.028,00
290480	CAATIBA	247.683,90	1.525,73	0,00	108.101,83	0,00	357.311,46	0,00	0,00	0,00
290485	CABACEIRAS DO PARAGUACU	6.466,61	62,80	157.500,00	390.918,38	0,00	57.787,79	0,00	0,00	497.160,00
290490	CACHOEIRA	805.956,88	407.711,30	1.314.216,56	1.794.649,64	0,00	3.666.974,38	0,00	0,00	655.560,00
290500	CACULE	797.309,73	130.485,50	118.800,00	735.999,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.782.595,21
290510	CAEM	354.480,26	47.225,02	0,00	291.716,95	0,00	693.422,23	0,00	0,00	0,00
290515	CAETANOS	60.991,30	0,00	0,00	33.510,34	0,00	94.501,64	0,00	0,00	0,00
290520	CAETITE	2.218.342,24	441.520,70	4.179.536,05	1.910.907,34	0,00	0,00	0,00	0,00	8.750.306,33
290530	CAFARNAUM	665.322,04	28.306,21	157.500,00	153.488,37	0,00	847.116,62	0,00	0,00	157.500,00
290540	CAIRU	37.895,63	0,00	0,00	54.580,41	0,00	92.476,04	0,00	0,00	0,00
290550	CALDEIRAO GRANDE	535.544,55	26.253,77	0,00	132.515,77	0,00	694.314,09	0,00	0,00	0,00
290560	CAMACAN	1.210.525,42	1.364.767,10	0,00	1.476.271,07	0,00	3.621.903,59	0,00	0,00	429.660,00
290570	CAMACARI	10.902.061,25	4.655.314,48	4.643.100,00	7.408.375,68	0,00	11.212.014,65	0,00	0,00	16.396.836,76
290580	CAMAMU	318.053,41	34.087,40	0,00	432.441,03	0,00	444.921,84	0,00	0,00	339.660,00
290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	597.681,99	72.696,24	263.028,00	1.170.029,90	0,00	1.020.748,13	0,00	0,00	1.082.688,00
290600	CAMPO FORMOSO	2.882.109,38	852.953,40	1.651.139,80	1.258.054,57	0,00	4.895.664,70	0,00	0,00	1.748.592,45
290610	CANAPOLIS	384.333,74	1.250,61	158.400,00	238.312,67	0,00	533.897,02	0,00	0,00	248.400,00
290620	CANARANA	729.305,61	13.104,28	157.500,00	238.275,33	0,00	980.685,22	0,00	0,00	157.500,00
290630	CANAVIEIRAS	1.787.414,27	56.989,30	0,00	699.622,51	0,00	0,00	0,00	0,00	2.544.026,08
290640	CANDEAL	17.154,58	0,00	0,00	225.409,38	0,00	242.563,96	0,00	0,00	0,00
290650	CANDEIAS	3.435.679,48	3.127.508,85	2.272.200,00	413.436,75	0,00	3.326.931,20	0,00	0,00	5.921.893,88
290660	CANDIBA	178.842,46	0,00	157.500,00	184.319,06	0,00	363.161,52	0,00	0,00	157.500,00
290670	CANDIDO SALES	806.399,45	69.163,25	381.828,00	1.203.274,95	0,00	1.649.177,65	0,00	0,00	811.488,00
290680	CANSANCAO	786.762,58	174,67	0,00	573.706,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.360.643,32
290682	CANUDOS	424.266,13	49.322,12	157.500,00	348.269,63	0,00	821.857,88	0,00	0,00	157.500,00
290685	CAPELA DO ALTO ALEGRE	198.662,15	2.412,85	0,00	561.947,04	0,00	0,00	0,00	0,00	763.022,04
290687	CAPIM GROSSO	870.372,81	543.556,16	2.837.983,12	1.629.010,94	0,00	704.437,84	0,00	0,00	5.176.485,19
290689	CARAIBAS	49.285,21	0,00	0,00	29.253,23	0,00	78.538,44	0,00	0,00	0,00
290690	CARAVELAS	528.753,58	6.100,24	157.500,00	784.659,38	0,00	979.853,20	0,00	0,00	497.160,00
290700	CARDEAL DA SILVA	45.315,74	0,00	0,00	24.433,69	0,00	69.749,43	0,00	0,00	0,00
290710	CARINHANHA	1.020.109,41	48.815,48	157.500,00	459.259,56	0,00	13.409,94	0,00	0,00	1.672.274,51
290720	CASA NOVA	1.168.602,46	0,00	263.028,00	635.304,77	0,00	1.464.247,23	0,00	0,00	602.688,00
290730	CASTRO ALVES	781.611,56	384.209,96	303.211,22	830.958,16	0,00	1.803.130,90	0,00	0,00	496.860,00
290740	CATOLANDIA	8.811,45	0,00	0,00	10.956,24	0,00	19.767,69	0,00	0,00	0,00
290750	CATU	1.598.158,63	13.190,37	395.100,00	2.225.981,26	0,00	0,00	0,00	0,00	4.232.430,26
290755	CATURAMA	109.902,63	1.599,67	70.704,00	94.888,48	0,00	277.094,78	0,00	0,00	0,00
290760	CENTRAL	612.048,10	554,69	157.500,00	242.441,46	0,00	855.044,25	0,00	0,00	157.500,00
290770	CHORROCHO	17.679,94	0,00	619.500,00	36.524,23	0,00	54.204,17	0,00	0,00	619.500,00
290780	CICERO DANTAS	773.338,73	802.244,30	0,00	680.341,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.255.924,23
290790	CIPO	341.904,43	11.519,45	0,00	887.946,73	0,00	811.710,61	0,00	0,00	429.660,00
290800	COARACI	368.449,06	34.589,62	0,00	2.216.926,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.619.965,09
290810	COCOS	526.314,22	125.436,68	263.028,00	100.291,50	0,00	752.042,40	0,00	0,00	263.028,00
290820	CONCEICAO DA FEIRA	94.467,31	0,00	307.746,00	643.494,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.045.708,23
290830	CONCEICAO DO ALMEIDA	578.399,79	115.089,00	251.575,20	1.002.597,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.947.661,93
290840	CONCEICAO DO COITE	2.309.280,82	243.228,71	597.395,13	1.896.297,76	0,00	4.247.542,42	0,00	0,00	798.660,00
290850	CONCEICAO DO JACUIPE	697.809,34	6.175,46	0,00	1.036.387,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.740.372,74
290860	CONDE	526.431,27	2.600,87	334.260,00	269.948,66	0,00	975.740,80	0,00	0,00	157.500,00
290870	CONDEUBA	115.967,91	0,00	263.028,00	388.283,98	0,00	164.591,89	0,00	0,00	602.688,00
290880	CONTENDAS DO SINCORA	1.798,56	0,00	0,00	11.544,67	0,00	13.343,23	0,00	0,00	0,00
290890	CORACAO DE MARIA	319.588,61	2.781,85	0,00	971.176,18	0,00	809.886,64	0,00	0,00	483.660,00
290900	CORDEIROS	39.566,42	0,00	0,00	220.365,82	0,00	259.932,24	0,00	0,00	0,00
290910	CORIBE	359.921,19	27.015,01	263.028,00	282.607,87	0,00	0,00	0,00	0,00	932.572,07
290920	CORONEL JOAO SA	101.695,71	270,40	0,00	414.633,51	0,00	176.939,62	0,00	0,00	339.660,00
290930	CORRENTINA	1.004.892,56	43.034,19	421.428,00	109.706,20	0,00	1.157.632,95	0,00	0,00	421.428,00
290940	COTEGIPE	3.916,67	0,00	263.028,00	44.828,99	0,00	48.745,66	0,00	0,00	263.028,00
290950	CRAVOLANDIA	136.281,64	554,69	0,00	183.385,45	0,00	320.221,78	0,00	0,00	0,00
290960	CRISOPOLIS	388.629,97	0,00	157.500,00	893.537,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.439.667,45
290970	CRISTOPOLIS	4.938,94	0,00	263.028,00	45.534,41	0,00	50.473,35	0,00	0,00	263.028,00
290980	CRUZ DAS ALMAS	2.439.695,97	1.278.309,18	3.232.769,76	1.010.532,46	0,00	146.426,54	0,00	0,00	7.814.880,83
290990	CURACA	558.477,57	441,91	263.028,00	539.811,91	0,00	759.071,39	0,00	0,00	602.688,00
291000	DARIO MEIRA	47.755,09	0,00	157.500,00	46.619,30	0,00	94.374,39	0,00	0,00	157.500,00
291005	DIAS D"AVILA	2.227.767,25	9.005,39	1.476.300,00	2.492.880,76	0,00	0,00	0,00	0,00	6.205.953,40
291010	DOM BASILIO	110.649,52	0,00	185.447,87	697.547,83	0,00	356.145,22	0,00	0,00	637.500,00
291020	DOM MACEDO COSTA	2.412,85	0,00	0,00	9.971,14	0,00	12.383,99	0,00	0,00	0,00
291030	ELISIO MEDRADO	228.307,98	0,00	0,00	118.105,94	0,00	346.413,92	0,00	0,00	0,00
291040	ENCRUZILHADA	529.102,23	37.993,42	0,00	1.359.703,96	0,00	1.587.139,61	0,00	0,00	339.660,00
291050	ENTRE RIOS	937.371,18	110.322,22	157.500,00	435.652,48	0,00	1.143.685,88	0,00	0,00	497.160,00
291060	ESPLANADA	807.053,97	418.031,45	1.462.778,89	1.193.441,38	0,00	2.922.145,69	0,00	0,00	959.160,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

291070	EUCLIDES DA CUNHA	2.152.964,22	239.530,11	0,00	1.228.004,75	0,00	0,00	0,00	0,00	3.620.499,08
291072	EUNAPOLIS	4.911.896,37	1.889.883,91	1.854.300,00	6.123.199,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14.779.279,73
291075	FATIMA	80.011,48	2.993,88	150.246,00	501.407,12	0,00	734.658,48	0,00	0,00	0,00
291077	FEIRA DA MATA	8.655,56	0,00	263.028,00	22.248,49	0,00	30.904,05	0,00	0,00	263.028,00
291080	FEIRA DE SANTANA	36.012.121,59	61.562.292,05	6.470.921,19	48.473.554,23	0,00	60.896.905,33	0,00	0,00	91.621.983,73
291085	FILADELFIA	488.043,17	21.898,30	0,00	520.827,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.030.768,63
291090	FIRMINO ALVES	2.793,53	0,00	0,00	17.153,52	0,00	19.947,05	0,00	0,00	0,00
291100	FLORESTA AZUL	40.707,77	2,96	0,00	350.508,19	0,00	391.218,92	0,00	0,00	0,00
291110	FORMOSA DO RIO PRETO	544.753,14	15.931,19	263.028,00	233.202,41	0,00	793.886,74	0,00	0,00	263.028,00
291120	GANDU	1.445.043,62	816.055,87	157.500,00	1.254.331,52	0,00	0,00	0,00	0,00	3.672.931,01
291125	GAVIAO	957,46	0,00	0,00	12.050,52	0,00	13.007,98	0,00	0,00	0,00
291130	GENTIO DO OURO	214.742,52	3.327,03	0,00	169.111,01	0,00	387.180,56	0,00	0,00	0,00
291140	GLORIA	14.799,39	0,00	157.500,00	73.613,70	0,00	88.413,09	0,00	0,00	157.500,00
291150	GONGOGI	71.101,89	1.024,69	88.380,00	151.540,11	0,00	222.046,69	0,00	0,00	90.000,00
291160	GOVERNADOR MANGABEIRA	46.188,82	0,00	276.300,00	1.215.357,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.537.846,08
291165	GUAJERU	3.692,36	0,00	157.500,00	24.686,59	0,00	28.378,95	0,00	0,00	157.500,00
291170	GUANAMBI	4.736.982,98	11.580.119,79	2.911.500,00	2.627.000,19	0,00	9.426.070,68	0,00	0,00	12.429.532,28
291180	GUARATINGA	747.796,85	28.694,85	157.500,00	278.171,22	0,00	1.054.662,92	0,00	0,00	157.500,00
291185	HELIOPOLIS	43.919,77	0,00	0,00	47.234,72	0,00	91.154,49	0,00	0,00	0,00
291190	IACU	1.252.950,73	17.358,96	198.000,00	607.553,49	0,00	0,00	0,00	0,00	2.075.863,18
291200	IBIASSUCE	370.914,52	720.383,60	0,00	164.146,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.255.444,44
291210	IBICARAI	794.226,85	95.420,55	0,00	999.788,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.889.435,55
291220	IBICOARA	12.024,87	0,00	157.500,00	387.827,96	0,00	60.252,83	0,00	0,00	497.100,00
291230	IBICUI	468.345,23	55.338,95	0,00	162.305,31	0,00	685.989,49	0,00	0,00	0,00
291240	IBIPEBA	188.577,98	8.642,28	157.500,00	437.455,73	0,00	634.675,99	0,00	0,00	157.500,00
291250	IBIPITANGA	123.621,45	0,00	157.500,00	47.159,19	0,00	170.780,64	0,00	0,00	157.500,00
291260	IBIQUERA	12.163,99	0,00	0,00	17.660,56	0,00	29.824,55	0,00	0,00	0,00
291270	IBIRAPITANGA	396.526,10	22.625,93	0,00	870.150,62	0,00	949.642,65	0,00	0,00	339.660,00
291280	IBIRAPUA	41.789,80	0,00	157.500,00	22.208,92	0,00	63.998,72	0,00	0,00	157.500,00
291290	IBIRATAIA	666.505,16	100.285,62	1.105.310,29	2.263.633,88	0,00	0,00	0,00	0,00	4.135.734,95
291300	IBITIARA	382.693,48	311.722,14	0,00	387.151,18	0,00	1.081.566,80	0,00	0,00	0,00
291310	IBITITA	423.095,51	735,11	157.500,00	215.118,56	0,00	638.949,18	0,00	0,00	157.500,00
291320	IBOTIRAMA	806.562,57	1.021.302,50	980.280,00	2.347.016,23	0,00	1.964.845,23	0,00	0,00	3.190.316,07
291330	ICHU	122.703,22	13.409,25	0,00	143.227,47	0,00	279.339,94	0,00	0,00	0,00
291340	IGAPORA	536.970,23	32.152,23	315.900,00	570.356,91	0,00	799.819,37	0,00	0,00	655.560,00
291345	IGRAPIUNA	8.909,39	0,00	0,00	332.030,07	0,00	340.939,46	0,00	0,00	0,00
291350	IGUAI	884.437,33	29.495,63	290.732,00	1.366.041,68	0,00	2.231.046,64	0,00	0,00	339.660,00
291360	ILHEUS	12.941.036,06	7.221.465,78	5.674.797,02	11.937.676,16	0,00	8.657.110,44	0,00	0,00	29.117.864,58
291370	INHAMBUPE	1.131.488,95	75.799,78	157.500,00	687.038,78	0,00	0,00	0,00	0,00	2.051.827,51
291380	IPECAETA	6.318,59	0,00	0,00	506.196,40	0,00	172.854,99	0,00	0,00	339.660,00
291390	IPIAU	1.632.743,83	947.237,03	777.900,00	690.706,64	0,00	2.931.027,50	0,00	0,00	1.117.560,00
291400	IPIRA	2.192.233,24	368.673,48	158.400,00	1.594.948,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4.314.254,88
291410	IPUPIARA	137.012,66	32.109,10	841.680,00	149.977,95	0,00	319.099,71	0,00	0,00	841.680,00
291420	IRAJUBA	146.189,09	18.146,85	0,00	888.088,58	0,00	712.764,52	0,00	0,00	339.660,00
291430	IRAMAIA	333.624,69	480,73	157.500,00	380.106,90	0,00	714.212,32	0,00	0,00	157.500,00
291440	IRAQUARA	841.881,75	568.074,50	118.800,00	466.225,65	0,00	1.536.521,90	0,00	0,00	458.460,00
291450	IRARA	423.994,96	13.794,29	0,00	1.107.290,70	0,00	338.129,50	0,00	0,00	1.206.950,45
291460	IRECE	4.097.820,40	11.094.751,76	2.561.100,00	21.110.046,31	0,00	28.716.977,57	0,00	0,00	10.146.740,90
291465	ITABELA	869.293,50	73.694,18	276.300,00	1.828.605,39	0,00	0,00	0,00	0,00	3.047.893,07
291470	ITABERABA	2.941.301,17	2.418.804,96	689.559,48	6.570.937,80	0,00	553.937,98	0,00	0,00	12.066.665,43
291480	ITABUNA	16.314.848,30	49.275.866,88	9.293.036,34	31.276.079,48	0,00	3.160.107,05	0,00	0,00	102.999.723,95
291490	ITACARE	699.149,96	3.621,93	157.500,00	528.890,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389.162,84
291500	ITAETE	280.800,06	8.793,50	264.456,00	494.810,84	0,00	550.860,40	0,00	0,00	498.000,00
291510	ITAGI	204.013,96	0,00	0,00	383.898,00	0,00	587.911,96	0,00	0,00	0,00
291520	ITAGIBA	385.739,35	205.019,85	0,00	382.775,75	0,00	973.534,95	0,00	0,00	0,00
291530	ITAGIMIRIM	67.573,79	0,00	219.366,00	211.867,27	0,00	341.307,06	0,00	0,00	157.500,00
291535	ITAGUACU DA BAHIA	274.985,66	729,91	157.500,00	271.403,67	0,00	547.119,24	0,00	0,00	157.500,00
291540	ITAJU DO COLONIA	101.520,42	327,41	0,00	295.896,52	0,00	397.744,35	0,00	0,00	0,00
291550	ITAJUIPE	446.735,76	133.191,75	211.200,00	382.271,80	0,00	962.199,31	0,00	0,00	211.200,00
291560	ITAMARAJU	2.507.446,80	205.357,52	777.900,00	6.814.746,53	0,00	0,00	0,00	0,00	10.305.450,85
291570	ITAMARI	132.024,32	61.483,30	0,00	363.322,29	0,00	556.829,91	0,00	0,00	0,00
291580	ITAMBE	751.084,35	142.056,99	770.738,11	1.364.679,06	0,00	2.425.870,51	0,00	0,00	602.688,00
291590	ITANAGRA	15.134,49	0,00	157.500,00	17.918,51	0,00	33.053,00	0,00	0,00	157.500,00
291600	ITANHEM	508.780,17	61.485,90	315.900,00	1.013.800,96	0,00	1.244.407,03	0,00	0,00	655.560,00
291610	ITAPARICA	604.695,63	301.606,16	0,00	1.722.572,25	0,00	1.809.214,04	0,00	0,00	819.660,00
291620	ITAPE	117.486,02	0,00	0,00	162.203,90	0,00	279.689,92	0,00	0,00	0,00
291630	ITAPEBI	15.739,51	8,00	157.500,00	36.093,61	0,00	51.841,12	0,00	0,00	157.500,00
291640	ITAPETINGA	3.159.451,29	1.887.406,54	4.484.237,04	7.029.323,51	0,00	1.258.076,16	0,00	0,00	15.302.342,22
291650	ITAPICURU	735.814,65	88.936,79	157.500,00	952.866,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.935.118,12
291660	ITAPITANGA	106.280,65	4.588,48	0,00	187.552,99	0,00	298.422,12	0,00	0,00	0,00
291670	ITAQUARA	225.285,14	2.204,00	0,00	219.239,38	0,00	356.728,52	0,00	0,00	90.000,00
291680	ITARANTIM	542.030,74	28.222,00	0,00	168.941,52	0,00	739.194,26	0,00	0,00	0,00
291685	ITATIM	199.588,24	1.313,53	177.550,42	250.517,47	0,00	0,00	0,00	0,00	628.969,66

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

291690	ITIRUCU	456.000,48	45.240,79	0,00	349.451,96	0,00	850.693,23	0,00	0,00	0,00
291700	ITIUBA	1.409.162,64	60.131,72	157.500,00	1.274.678,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.901.472,39
291710	ITORORO	489.429,33	228.978,53	263.028,00	730.887,45	0,00	1.109.635,31	0,00	0,00	602.688,00
291720	ITUACU	391.557,80	7.367,13	193.547,78	307.064,05	0,00	742.036,76	0,00	0,00	157.500,00
291730	ITUBERA	787.227,25	422.185,59	0,00	519.335,18	0,00	1.389.088,02	0,00	0,00	339.660,00
291733	IUIU	103.418,25	0,00	157.500,00	41.169,04	0,00	144.587,29	0,00	0,00	157.500,00
291735	JABORANDI	295.166,43	62.863,67	263.028,00	156.665,25	0,00	424.695,35	0,00	0,00	353.028,00
291740	JACARACI	297.952,93	33.495,00	157.500,00	437.567,19	0,00	679.015,12	0,00	0,00	247.500,00
291750	JACOBINA	3.841.061,93	3.055.072,45	2.838.300,00	5.031.038,90	0,00	0,00	0,00	0,00	14.765.473,28
291760	JAGUAQUARA	1.909.435,14	188.248,07	769.847,19	1.109.938,10	0,00	0,00	0,00	0,00	3.977.468,50
291770	JAGUARARI	659.952,71	5.555,43	157.500,00	1.275.255,04	0,00	360.889,39	0,00	0,00	1.737.373,79
291780	JAGUARIPE	6.595,96	0,00	157.500,00	47.348,09	0,00	53.944,05	0,00	0,00	157.500,00
291790	JANDAIRA	58.252,55	0,00	0,00	28.496,25	0,00	86.748,80	0,00	0,00	0,00
291800	JEQUIE	9.045.257,25	12.739.912,50	1.937.904,33	8.625.283,53	0,00	16.267.305,05	0,00	0,00	16.081.052,56
291810	JEREMOABO	1.468.696,17	346.463,74	157.500,00	4.305.012,01	0,00	0,00	0,00	0,00	6.277.671,92
291820	JIQUIRICA	401.306,03	0,00	157.500,00	195.345,93	0,00	596.651,96	0,00	0,00	157.500,00
291830	JITAUNA	120.239,34	0,00	0,00	43.625,94	0,00	163.865,28	0,00	0,00	0,00
291835	JOAO DOURADO	475.281,41	913,92	157.500,00	268.804,08	0,00	744.999,41	0,00	0,00	157.500,00
291840	JUAZEIRO	12.721.364,32	17.538.040,95	9.507.475,95	46.331.964,03	0,00	20.879.392,52	0,00	0,00	65.219.452,73
291845	JUCURUCU	32.410,81	0,00	0,00	253.346,80	0,00	285.757,61	0,00	0,00	0,00
291850	JUSSARA	387.687,58	3.982,65	157.500,00	203.893,07	0,00	595.563,30	0,00	0,00	157.500,00
291855	JUSSARI	108.306,39	2.692,65	0,00	103.805,26	0,00	214.804,30	0,00	0,00	0,00
291860	JUSSIAPE	226.959,20	657,28	184.991,80	262.998,95	0,00	518.107,23	0,00	0,00	157.500,00
291870	LAFAIETE COUTINHO	1.625,33	0,00	157.500,00	8.850,26	0,00	10.475,59	0,00	0,00	157.500,00
291875	LAGOA REAL	62.213,95	0,00	0,00	43.912,85	0,00	106.126,80	0,00	0,00	0,00
291880	LAJE	985.899,72	317.142,19	157.500,00	1.235.217,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.695.759,62
291890	LAJEDAO	1.710,36	0,00	157.500,00	9.574,44	0,00	11.284,80	0,00	0,00	157.500,00
291900	LAJEDINHO	5.669,07	0,00	0,00	13.279,10	0,00	18.948,17	0,00	0,00	0,00
291905	LAJEDO DO TABOCAL	222.979,81	940,65	0,00	282.868,76	0,00	506.789,22	0,00	0,00	0,00
291910	LAMARAO	4.983,08	0,00	0,00	39.849,95	0,00	44.833,03	0,00	0,00	0,00
291915	LAPAO	702.465,05	4.332,36	157.500,00	238.426,35	0,00	945.223,76	0,00	0,00	157.500,00
291920	LAURO DE FREITAS	5.921.167,07	4.332.417,19	3.041.100,00	5.516.779,34	0,00	7.275.856,64	0,00	0,00	11.535.606,96
291930	LENCOIS	223.399,03	0,00	0,00	172.492,39	0,00	395.891,42	0,00	0,00	0,00
291940	LICINIO DE ALMEIDA	395.658,20	6.156,58	0,00	103.071,87	0,00	504.886,65	0,00	0,00	0,00
291950	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	2.106.782,18	687.898,23	777.900,00	615.725,71	0,00	0,00	0,00	0,00	4.188.306,12
291955	LUIS EDUARDO MAGALHAES	2.294.241,70	14.152,00	3.059.880,00	837.893,89	0,00	0,00	0,00	0,00	6.206.167,59
291960	MACAJUBA	327.467,16	5.736,37	0,00	147.603,41	0,00	480.806,94	0,00	0,00	0,00
291970	MACARANI	600.923,67	9.409,49	263.028,00	581.100,31	0,00	851.773,47	0,00	0,00	602.688,00
291980	MACAUBAS	1.794.686,56	350.594,11	619.500,00	4.519.143,12	0,00	0,00	0,00	0,00	7.283.923,79
291990	MACURURE	6.837,36	0,00	157.500,00	25.666,51	0,00	32.503,87	0,00	0,00	157.500,00
291992	MADRE DE DEUS	613.930,21	743.238,62	738.300,00	1.130.628,51	0,00	0,00	0,00	0,00	3.226.097,34
291995	MAETINGA	165.749,71	20.176,48	578.652,00	53.337,48	0,00	0,00	0,00	0,00	817.915,67
292000	MAIQUINIQUE	181.342,07	0,00	0,00	96.877,85	0,00	278.219,92	0,00	0,00	0,00
292010	MAIRI	855.888,07	389.416,93	276.300,00	901.629,53	0,00	1.309.274,53	0,00	0,00	1.113.960,00
292020	MALHADA	355.212,27	9.001,61	157.500,00	276.876,78	0,00	641.090,66	0,00	0,00	157.500,00
292030	MALHADA DE PEDRAS	10.358,07	0,00	157.500,00	22.062,96	0,00	32.421,03	0,00	0,00	157.500,00
292040	MANOEL VITORINO	5.928,02	0,00	157.500,00	37.134,62	0,00	43.062,64	0,00	0,00	157.500,00
292045	MANSIDAO	26.906,74	0,00	263.028,00	42.003,44	0,00	68.910,18	0,00	0,00	263.028,00
292050	MARACAS	1.321.545,08	173.725,32	157.500,00	587.871,27	0,00	0,00	0,00	0,00	2.240.641,67
292060	MARAGOGIPE	365.454,80	0,00	1.357.500,00	485.555,51	0,00	0,00	0,00	0,00	2.208.510,31
292070	MARAU	88.995,78	0,00	0,00	142.975,42	0,00	141.971,20	0,00	0,00	90.000,00
292080	MARCIONILIO SOUZA	232.822,86	5.421,40	0,00	143.312,29	0,00	381.556,55	0,00	0,00	0,00
292090	MASCOTE	17.217,71	0,00	0,00	42.361,10	0,00	59.578,81	0,00	0,00	0,00
292100	MATA DE SAO JOAO	1.507.099,03	78.018,67	296.100,00	1.353.450,36	0,00	0,00	0,00	0,00	3.234.668,06
292105	MATINA	296.024,07	1.937,68	157.500,00	159.214,61	0,00	457.176,36	0,00	0,00	157.500,00
292110	MEDEIROS NETO	1.040.264,31	194.144,60	276.300,00	897.549,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.408.258,39
292120	MIGUEL CALMON	982.999,60	141.447,87	1.146.389,80	1.608.698,27	0,00	3.131.875,54	0,00	0,00	747.660,00
292130	MILAGRES	440.500,29	57.731,88	157.500,00	80.100,48	0,00	578.332,65	0,00	0,00	157.500,00
292140	MIRANGABA	112.213,96	0,00	0,00	390.633,44	0,00	163.187,40	0,00	0,00	339.660,00
292145	MIRANTE	29.351,92	0,00	0,00	25.208,07	0,00	54.559,99	0,00	0,00	0,00
292150	MONTE SANTO	2.140.889,37	220.274,94	0,00	520.166,77	0,00	0,00	0,00	0,00	2.881.331,08
292160	MORPARA	29.185,19	0,00	263.028,00	227.698,51	0,00	256.883,70	0,00	0,00	263.028,00
292170	MORRO DO CHAPEU	1.332.455,89	388.212,05	1.089.732,97	2.596.166,83	0,00	0,00	0,00	0,00	5.406.567,74
292180	MORTUGABA	370.941,15	50.127,12	0,00	213.818,35	0,00	634.886,62	0,00	0,00	0,00
292190	MUCUGE	576.290,22	348.439,32	0,00	560.264,59	0,00	1.055.334,13	0,00	0,00	429.660,00
292200	MUCURI	1.038.547,48	1.499,15	157.500,00	653.716,69	0,00	1.354.103,32	0,00	0,00	497.160,00
292205	MULUNGU DO MORRO	374.273,93	1.109,38	157.500,00	252.027,17	0,00	627.410,48	0,00	0,00	157.500,00
292210	MUNDO NOVO	665.860,55	34.896,53	0,00	318.053,69	0,00	1.018.810,77	0,00	0,00	0,00
292220	MUNIZ FERREIRA	9.734,52	0,00	0,00	18.284,27	0,00	28.018,79	0,00	0,00	0,00
292225	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	24.288,41	0,00	263.028,00	36.843,22	0,00	61.131,63	0,00	0,00	263.028,00
292230	MURITIBA	458.586,25	603.816,99	157.500,00	1.044.167,22	0,00	0,00	0,00	0,00	2.264.070,46
292240	MUTUIPE	721.686,56	57.906,90	469.449,88	1.132.667,84	0,00	2.224.211,18	0,00	0,00	157.500,00
292250	NAZARE	1.152.263,30	692.295,75	1.205.126,81	2.910.873,51	0,00	5.373.399,37	0,00	0,00	587.160,00
292260	NILO PECANHA	26.251,39	0,00	0,00	38.966,96	0,00	65.218,35	0,00	0,00	0,00
292265	NORDESTINA	191.886,20	0,00	106.056,00	122.708,66	0,00	0,00	0,00	0,00	420.650,86
292270	NOVA CANAA	569.839,18	12.253,08	158.400,00	198.719,09	0,00	780.811,35	0,00	0,00	158.400,00
292273	NOVA FATIMA	3.411,29	8.683,59	0,00	20.792,64	0,00	32.887,52	0,00	0,00	0,00
292275	NOVA IBIA	20.541,36	13.470,68	0,00	111.400,35	0,00	55.412,39	0,00	0,00	90.000,00
292280	NOVA ITARANA	2.753,04	0,00	157.500,00	24.018,81	0,00	26.771,85	0,00	0,00	157.500,00
292285	NOVA REDENCAO	5.702,41	0,00	0,00	31.142,80	0,00	36.845,21	0,00	0,00	0,00
292290	NOVA SOURE	426.298,84	0,00	0,00	746.696,07	0,00	320.554,30	0,00	0,00	852.440,61
292300	NOVA VICOSA	1.317.420,59	8.693,03	256.500,00	1.161.592,53	0,00	0,00	0,00	0,00	2.744.206,15
292303	NOVO HORIZONTE	42.517,87	0,00	0,00	38.265,30	0,00	80.783,17	0,00	0,00	0,00
292305	NOVO TRIUNFO	6.205,21	0,00	0,00	47.597,18	0,00	53.802,39	0,00	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

292310	OLINDINA	393.597,50	11.293,22	157.500,00	918.869,63	0,00	984.100,35	0,00	0,00	497.160,00
292320	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	188.696,25	0,00	263.028,00	953.031,10	0,00	802.067,35	0,00	0,00	602.688,00
292330	OURICANGAS	159.605,54	0,00	4.593,15	138.764,88	0,00	302.963,57	0,00	0,00	0,00
292335	OUROLANDIA	82.127,73	1.895,90	0,00	52.140,37	0,00	136.164,00	0,00	0,00	0,00
292340	PALMAS DE MONTE ALTO	579.416,80	35.626,71	157.500,00	282.873,45	0,00	897.916,96	0,00	0,00	157.500,00
292350	PALMEIRAS	17.636,92	0,00	0,00	368.353,50	0,00	46.330,42	0,00	0,00	339.660,00
292360	PARAMIRIM	1.018.745,05	1.312.573,92	1.239.587,47	6.129.842,08	0,00	2.187.372,99	0,00	0,00	7.513.375,53
292370	PARATINGA	920.829,03	64.134,53	263.028,00	892.083,40	0,00	1.537.386,96	0,00	0,00	602.688,00
292380	PARIPIRANGA	363.357,54	0,00	0,00	435.002,08	0,00	458.699,62	0,00	0,00	339.660,00
292390	PAU BRASIL	169.448,81	8.968,44	0,00	234.850,10	0,00	413.267,35	0,00	0,00	0,00
292400	PAULO AFONSO	4.959.090,54	4.018.950,44	1.439.400,00	6.238.995,11	0,00	0,00	0,00	0,00	16.656.436,09
292405	PE DE SERRA	66.033,61	4.676,20	0,00	307.087,60	0,00	377.797,41	0,00	0,00	0,00
292410	PEDRAO	108.333,05	0,00	0,00	108.606,55	0,00	126.939,60	0,00	0,00	90.000,00
292420	PEDRO ALEXANDRE	9.503,18	0,00	157.500,00	54.986,82	0,00	64.490,00	0,00	0,00	157.500,00
292430	PIATA	694.372,46	123.083,13	0,00	520.093,51	0,00	997.889,10	0,00	0,00	339.660,00
292440	PILAO ARCADO	452.527,82	0,00	263.028,00	96.339,13	0,00	548.866,95	0,00	0,00	263.028,00
292450	PINDAI	291.516,52	43.228,46	157.500,00	116.993,54	0,00	451.738,52	0,00	0,00	157.500,00
292460	PINDOBACU	687.677,80	73.211,10	157.500,00	1.087.016,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.005.405,63
292465	PINTADAS	173.447,02	0,00	180.757,46	221.750,10	0,00	397.754,58	0,00	0,00	178.200,00
292467	PIRAI DO NORTE	5.138,76	0,00	0,00	27.228,48	0,00	32.367,24	0,00	0,00	0,00
292470	PIRIPA	47.512,11	0,00	0,00	38.380,18	0,00	85.892,29	0,00	0,00	0,00
292480	PIRITIBA	799.987,02	104.958,60	0,00	82.200,99	0,00	987.146,61	0,00	0,00	0,00
292490	PLANALTINO	155.514,39	28,91	157.500,00	318.480,55	0,00	474.023,85	0,00	0,00	157.500,00
292500	PLANALTO	557.914,52	3.044,10	0,00	601.903,97	0,00	823.202,59	0,00	0,00	339.660,00
292510	POCOES	1.422.035,50	391.040,29	2.926.268,89	2.722.245,63	0,00	4.146.902,31	0,00	0,00	3.314.688,00
292520	POJUCA	1.181.681,37	292.559,03	923.973,82	1.063.851,82	0,00	0,00	0,00	0,00	3.462.066,04
292525	PONTO NOVO	347.585,46	3.266,51	157.500,00	543.810,66	0,00	555.002,63	0,00	0,00	497.160,00
292530	PORTO SEGURO	6.584.565,27	2.618.938,47	3.408.900,00	13.110.807,18	0,00	9.441.828,56	0,00	0,00	16.281.382,36
292540	POTIRAGUA	96.211,91	0,00	56.759,59	141.097,11	0,00	294.068,61	0,00	0,00	0,00
292550	PRADO	1.042.995,69	20.638,15	2.395.500,00	720.381,81	0,00	0,00	0,00	0,00	4.179.515,65
292560	PRESIDENTE DUTRA	465.754,22	534,99	157.500,00	505.317,82	0,00	631.947,03	0,00	0,00	497.160,00
292570	PRESIDENTE JANIO QUADROS	98.905,02	0,00	157.500,00	470.425,30	0,00	0,00	0,00	0,00	726.830,32
292575	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	536.844,72	490,47	181.558,88	378.034,71	0,00	939.428,78	0,00	0,00	157.500,00
292580	QUEIMADAS	770.339,18	79.050,96	0,00	745.395,10	0,00	0,00	0,00	0,00	1.594.785,24
292590	QUIJINGUE	374.061,04	0,00	67.110,88	948.526,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389.698,04
292593	QUIXABEIRA	53.016,28	0,00	0,00	26.512,14	0,00	79.528,42	0,00	0,00	0,00
292595	RAFAEL JAMBEIRO	341.467,22	0,00	46.343,43	835.903,79	0,00	884.054,44	0,00	0,00	339.660,00
292600	REMANSO	1.103.600,29	826.000,14	725.028,00	1.254.437,48	0,00	2.844.377,91	0,00	0,00	1.064.688,00
292610	RETIROLANDIA	414.825,72	12.677,84	0,00	157.989,67	0,00	585.493,23	0,00	0,00	0,00
292620	RIACHAO DAS NEVES	274.362,82	0,00	263.028,00	386.028,87	0,00	660.391,69	0,00	0,00	263.028,00
292630	RIACHAO DO JACUIPE	1.143.256,13	549.403,05	155.648,30	972.251,85	0,00	2.480.899,33	0,00	0,00	339.660,00
292640	RIACHO DE SANTANA	1.085.070,88	3.590,00	157.500,00	1.054.116,47	0,00	1.323.117,35	0,00	0,00	977.160,00
292650	RIBEIRA DO AMPARO	80.050,14	1.424,80	106.056,00	189.958,66	0,00	377.489,60	0,00	0,00	0,00
292660	RIBEIRA DO POMBAL	1.675.688,17	4.179.558,62	0,00	163.701,40	0,00	6.018.948,19	0,00	0,00	0,00
292665	RIBEIRAO DO LARGO	56.884,27	0,00	0,00	40.065,21	0,00	96.949,48	0,00	0,00	0,00
292670	RIO DE CONTAS	104.611,18	0,00	263.556,00	191.666,89	0,00	402.334,07	0,00	0,00	157.500,00
292680	RIO DO ANTONIO	3.512,01	0,00	0,00	389.063,20	0,00	52.915,21	0,00	0,00	339.660,00
292690	RIO DO PIRES	274.838,37	69.315,50	157.500,00	251.317,04	0,00	595.470,91	0,00	0,00	157.500,00
292700	RIO REAL	1.428.416,88	280.671,39	157.500,00	667.743,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.534.331,90
292710	RODELAS	3.073,36	0,00	157.500,00	36.667,51	0,00	39.740,87	0,00	0,00	157.500,00
292720	RUY BARBOSA	1.295.332,92	1.105.559,20	1.718.174,76	1.862.665,95	0,00	5.523.272,83	0,00	0,00	458.460,00
292730	SALINAS DA MARGARIDA	156.847,43	3.722,58	245.880,00	191.705,16	0,00	440.655,17	0,00	0,00	157.500,00
292740	SALVADOR	215.328.050,01	379.479.013,49	122.780.615,96	451.637.421,61	0,00	714.319.887,56	0,00	0,00	454.905.213,50
292750	SANTA BARBARA	395.595,34	33.965,16	0,00	617.200,73	0,00	707.101,23	0,00	0,00	339.660,00
292760	SANTA BRIGIDA	49.776,23	1.275,12	157.500,00	49.784,63	0,00	100.835,98	0,00	0,00	157.500,00
292770	SANTA CRUZ CABRALIA	907.208,20	23.241,66	157.500,00	1.027.590,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2.115.540,42
292780	SANTA CRUZ DA VITORIA	4.823,87	0,00	0,00	17.611,22	0,00	22.435,09	0,00	0,00	0,00
292790	SANTA INES	269.502,78	4.070,39	157.500,00	264.470,56	0,00	538.043,73	0,00	0,00	157.500,00
292800	SANTALUZ	1.157.400,66	76.360,29	0,00	2.619.317,27	0,00	0,00	0,00	0,00	3.853.078,22
292805	SANTA LUZIA	51.186,96	0,00	0,00	43.264,47	0,00	94.451,43	0,00	0,00	0,00
292810	SANTA MARIA DA VITORIA	1.650.983,96	767.784,70	3.150.480,00	2.611.993,71	0,00	0,00	0,00	0,00	8.181.242,37
292820	SANTANA	864.173,99	15.267,61	263.028,00	696.607,29	0,00	1.236.388,89	0,00	0,00	602.688,00
292830	SANTANOPOLIS	157.733,74	1.708,20	0,00	159.403,73	0,00	318.845,67	0,00	0,00	0,00
292840	SANTA RITA DE CASSIA	648.635,97	104.573,57	1.000.080,00	1.207.786,77	0,00	1.141.336,31	0,00	0,00	1.819.740,00
292850	SANTA TERESINHA	257.164,21	0,00	157.500,00	205.564,83	0,00	462.729,04	0,00	0,00	157.500,00
292860	SANTO AMARO	1.771.739,66	420.601,56	1.082.507,45	2.932.840,48	0,00	0,00	0,00	0,00	6.207.689,15
292870	SANTO ANTONIO DE JESUS	5.189.295,11	11.588.199,50	2.914.166,65	31.871.174,50	0,00	43.488.483,44	0,00	0,00	8.074.352,32
292880	SANTO ESTEVAO	1.283.161,18	314.180,77	184.800,00	827.657,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.609.798,96
292890	SAO DESIDERIO	421.542,81	5.054,34	381.828,00	675.739,46	0,00	252.916,83	0,00	0,00	1.231.247,78
292895	SAO DOMINGOS	169.296,86	7.494,93	0,00	836.132,05	0,00	673.263,84	0,00	0,00	339.660,00
292900	SAO FELIX	955.646,58	6.990.199,05	2.997.063,45	1.126.538,85	0,00	0,00	0,00	0,00	12.069.447,93
292905	SAO FELIX DO CORIBE	242.202,49	58.150,42	421.428,00	622.278,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.344.059,79
292910	SAO FELIPE	495.517,52	26.968,14	246.597,91	835.570,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.604.653,72
292920	SAO FRANCISCO DO CONDE	384.027,91	7.466,08	619.500,00	654.552,52	0,00	651.840,52	0,00	0,00	1.013.705,99
292925	SAO GABRIEL	713.796,21	8.514,53	0,00	262.151,12	0,00	984.461,86	0,00	0,00	0,00
292930	SAO GONCALO DOS CAMPOS	968.104,92	265.386,37	0,00	1.026.984,43	0,00	1.920.815,72	0,00	0,00	339.660,00
292935	SAO JOSE DA VITORIA	1.086,66	0,00	0,00	6.209,05	0,00	7.295,71	0,00	0,00	0,00
292937	SAO JOSE DO JACUIPE	23.853,03	2.574,10	0,00	258.936,32	0,00	285.363,45	0,00	0,00	0,00
292940	SAO MIGUEL DAS MATAS	179.378,38	61.584,73	0,00	343.865,33	0,00	584.828,44	0,00	0,00	0,00
292950	SAO SEBASTIAO DO PASSE	1.549.210,42	25.134,39	355.500,00	1.704.626,19	0,00	0,00	0,00	0,00	3.634.471,00
292960	SAPEACU	413.235,94	237.843,56	157.500,00	1.363.280,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.171.860,13
292970	SATIRO DIAS	554.278,30	68.749,01	157.500,00	302.685,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.083.212,34
292975	SAUBARA	126.606,85	0,00	0,00	253.860,59	0,00	380.467,44	0,00	0,00	0,00
292980	SAUDE	393.651,68	97.992,34	0,00	729.563,24	0,00	881.547,26	0,00	0,00	339.660,00
292990	SEABRA	1.767.311,09	1.337.673,28	1.200.000,00	2.309.036,30	0,00	5.074.360,67	0,00	0,00	1.539.660,00
293000	SEBASTIAO LARANJEIRAS	286.883,80	519,67	157.500,00	167.529,93	0,00	127.433,29	0,00	0,00	485.000,11
293010	SENHOR DO BONFIM	3.749.603,71	2.677.859,69	1.788.300,00	2.764.934,14	0,00	0,00	0,00	0,00	10.980.697,54
293015	SERRA DO RAMALHO	1.022.786,44	12.977,72	263.028,00	741.551,07	0,00	1.437.655,23	0,00	0,00	602.688,00
293020	SENTO SE	1.305.302,82	0,00	263.028,00	478.848,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.047.179,45

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

293030	SERRA DOURADA	469.208,65	77.444,42	263.028,00	909.779,63	0,00	1.116.772,70	0,00	0,00	602.688,00
293040	SERRA PRETA	184.963,32	0,00	114.894,00	228.723,63	0,00	528.580,95	0,00	0,00	0,00
293050	SERRINHA	3.079.381,34	1.331.249,02	392.297,20	5.005.076,96	0,00	0,00	0,00	0,00	9.808.004,52
293060	SERROLANDIA	386.572,43	22.234,76	0,00	465.682,80	0,00	534.829,99	0,00	0,00	339.660,00
293070	SIMOES FILHO	3.782.176,64	64.182,31	4.377.000,00	686.072,47	0,00	0,00	0,00	0,00	8.909.431,42
293075	SITIO DO MATO	104.476,65	1.712,08	318.425,15	180.222,60	0,00	341.808,48	0,00	0,00	263.028,00
293076	SITIO DO QUINTO	10.499,72	0,00	0,00	48.635,74	0,00	59.135,46	0,00	0,00	0,00
293077	SOBRADINHO	106.301,84	0,00	263.028,00	892.062,63	0,00	658.704,47	0,00	0,00	602.688,00
293080	SOUTO SOARES	731.231,48	81.344,35	0,00	532.493,87	0,00	1.005.409,70	0,00	0,00	339.660,00
293090	TABOCAS DO BREJO VELHO	243.085,55	52.884,49	263.028,00	197.018,87	0,00	402.988,91	0,00	0,00	353.028,00
293100	TANHACU	196.949,43	0,00	157.500,00	1.009.540,86	0,00	866.830,29	0,00	0,00	497.160,00
293105	TANQUE NOVO	478.185,26	10.943,10	157.500,00	586.482,08	0,00	735.950,44	0,00	0,00	497.160,00
293110	TANQUINHO	143.918,08	71.406,99	0,00	123.954,69	0,00	339.279,76	0,00	0,00	0,00
293120	TAPEROA	327.227,39	503,72	0,00	262.821,14	0,00	590.552,25	0,00	0,00	0,00
293130	TAPIRAMUTA	382.462,15	16.248,62	0,00	514.623,84	0,00	573.674,61	0,00	0,00	339.660,00
293135	TEIXEIRA DE FREITAS	8.555.298,98	19.243.201,31	3.727.500,00	15.211.839,65	0,00	0,00	0,00	0,00	46.737.839,94
293140	TEODORO SAMPAIO	19.900,80	0,00	0,00	35.026,80	0,00	54.927,60	0,00	0,00	0,00
293150	TEOFILANDIA	269.045,25	241,60	0,00	393.586,06	0,00	323.212,91	0,00	0,00	339.660,00
293160	TEOLANDIA	286.569,78	26.921,12	157.500,00	218.884,20	0,00	532.375,10	0,00	0,00	157.500,00
293170	TERRA NOVA	33.728,24	0,00	0,00	33.423,88	0,00	67.152,12	0,00	0,00	0,00
293180	TREMEDAL	450.982,46	43.582,67	0,00	858.914,07	0,00	1.013.819,20	0,00	0,00	339.660,00
293190	TUCANO	1.463.476,77	119.043,25	0,00	763.145,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.345.665,50
293200	UAUA	795.793,66	27.654,51	263.028,00	604.204,68	0,00	1.087.992,85	0,00	0,00	602.688,00
293210	UBAIRA	938.945,33	259.906,14	785.700,82	969.096,64	0,00	2.796.148,93	0,00	0,00	157.500,00
293220	UBAITABA	466.177,14	539.516,78	0,00	1.409.287,41	0,00	1.985.321,33	0,00	0,00	429.660,00
293230	UBATA	502.730,72	83.091,76	0,00	855.207,65	0,00	1.101.370,13	0,00	0,00	339.660,00
293240	UIBAI	425.367,90	1.420,30	0,00	185.753,51	0,00	612.541,71	0,00	0,00	0,00
293245	UMBURANAS	96.047,36	0,00	0,00	54.524,65	0,00	150.572,01	0,00	0,00	0,00
293250	UNA	841.022,86	30.814,83	296.100,00	1.359.133,29	0,00	1.141.310,98	0,00	0,00	1.385.760,00
293260	URANDI	457.468,23	0,00	157.500,00	163.577,72	0,00	0,00	0,00	0,00	778.545,95
293270	URUCUCA	331.172,30	0,00	157.500,00	373.690,74	0,00	365.203,04	0,00	0,00	497.160,00
293280	UTINGA	526.385,84	0,00	158.400,00	392.868,97	0,00	579.594,81	0,00	0,00	498.060,00
293290	VALENCA	4.443.033,47	3.516.974,53	4.121.791,27	2.645.018,81	0,00	14.172.283,08	0,00	0,00	554.535,00
293300	VALENTE	813.230,91	248.801,58	0,00	856.594,09	0,00	1.578.966,58	0,00	0,00	339.660,00
293305	VARZEA DA ROCA	374.611,75	0,00	0,00	271.126,94	0,00	645.738,69	0,00	0,00	0,00
293310	VARZEA DO POCO	245.369,26	46.858,73	0,00	245.720,22	0,00	537.948,20	0,00	0,00	0,00
293315	VARZEA NOVA	376.903,70	9.018,46	0,00	275.114,23	0,00	661.036,39	0,00	0,00	0,00
293317	VARZEDO	19.074,97	0,00	157.500,00	22.725,54	0,00	41.800,51	0,00	0,00	157.500,00
293320	VERA CRUZ	531.921,84	44.323,55	4.755.377,33	1.909.100,18	0,00	0,00	0,00	0,00	7.240.722,90
293325	VEREDA	154.408,91	20.050,79	0,00	92.229,12	0,00	266.688,82	0,00	0,00	0,00
293330	VITORIA DA CONQUISTA	21.175.388,11	45.791.165,37	9.827.108,07	39.804.418,80	0,00	28.841.041,39	0,00	0,00	87.757.038,96
293340	WAGNER	198.992,02	210.029,45	0,00	788.464,43	0,00	1.197.485,90	0,00	0,00	0,00
293345	WANDERLEY	191.001,40	15.990,24	263.028,00	257.706,74	0,00	464.698,38	0,00	0,00	263.028,00
293350	WENCESLAU GUIMARAES	915.754,65	236.234,07	118.800,00	728.682,80	0,00	1.664.671,52	0,00	0,00	334.800,00
293360	XIQUE-XIQUE	2.264.483,07	740.442,67	157.500,00	2.169.830,45	0,00	0,00	0,00	0,00	5.332.256,19
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.504.555.740,86

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS
(valores anuais)

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Estadual	292740 - SALVADOR	HOSPITAL UNIVERSITARIO PROFESSOR EDGAR SANTOS	3816	000000	01-11-2006	47.828.676,52
Estadual	292740 - SALVADOR	HOSPITAL ANA NERY	3875	000000	01-11-2007	93.082.771,30
Estadual	292740 - SALVADOR	MATERNIDADE CLIMERIO DE OLIVEIRA	4731	000000	13-11-2007	12.441.028,69
TOTAL						153.352.476,51

PORTARIA Nº 1.626, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Remaneja recurso do limite financeiro mensal do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia no Estado do Paraná.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, que determina que os procedimentos da Tabela do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, do Grupo Terapia Renal Substitutiva - TRS, cobrados na APAC, sejam financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC;

Considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 10 de maio de 2016 que estabelece recurso anual a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia;

Considerando a Portaria nº 1.830/GM/MS, de 11 de outubro de 2016, que estabelece recurso a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio do reajuste de Procedimentos da Terapia Renal Substitutiva;

Considerando a Portaria nº 35/GM/MS, de 6 de janeiro de 2017, que estabelece que recurso a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio do reajuste de Procedimentos da Terapia Renal Substitutiva;

Considerando a Deliberação nº 008, de 16 de janeiro de 2017, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná-CIB/PR; e

Considerando a Portaria nº 2.502/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que habilita o Centro Médico e Diagnóstico Norte do Paraná - Clínica do Rim de Rolândia, CNES 7672136, como Unidade Especializada em Doença Renal Crônica-DRC/Diálise tipo IV com hemodiálise e diálise peritoneal, código 15.13 e 15.14, no Município de Rolândia/PR, resolve:

Art. 1º Fica remanejado recurso do limite financeiro anual do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, no montante de R$ 3.173.842,16 (três milhões, cento e setenta e três mil, oitocentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos), da Gestão Municipal de Saúde de Londrina (IBGE 411370), para a Gestão Estadual de Saúde do Paraná (IBGE 410000), destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 2º O remanejamento não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde do Paraná (IBGE 410000), até o limite estabelecido, após a apuração da produção no Banco de dados do Sistema de Informação Ambulatorial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência setembro de 2017.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.627, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado de Goiás.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás, por meio do Ofício nº 009/2017, de 24 de agosto de 2017 e as Resoluções da CIB/GO nº. 102, de 24 de agosto de 2017, CIB/GO n° 103/2017, de 24 de agosto de 2017 e CIB/GO n° 104/2017, de 24 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob Gestão Estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob Gestão dos Municípios, conforme detalhado nos Anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Goiás, referente ao Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 1.214.429.702,21, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	93.256.314,42	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.087.675.909,27	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	33.497.478,52	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 8.289.600,00 do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 53.384.412,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0052 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 11ª parcela de 2017 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	1.736.905,69
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	31.806.722,51
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	59.712.686,22
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	93.256.314,42

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS

Valores de Repasse aos Fundos Municipais de Saúde (valores anuais)

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
520005	ABADIA DE GOIAS	194.159,80	0,00	0,00	5.261,59	0,00	0,00	0,00	0,00	199.421,39
520010	ABADIANIA	411.344,29	0,00	263.028,00	11.773,40	0,00	0,00	0,00	0,00	686.145,69
520013	ACREUNA	726.006,98	0,00	263.028,00	37.146,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.026.181,84
520015	ADELANDIA	27.539,52	0,00	0,00	6.832,51	0,00	0,00	0,00	0,00	34.372,03
520017	AGUA FRIA DE GOIAS	169.104,46	0,00	0,00	1.341,42	0,00	0,00	0,00	0,00	170.445,88
520020	AGUA LIMPA	27.565,12	0,00	0,00	663,94	0,00	0,00	0,00	0,00	28.229,06
520025	AGUAS LINDAS DE GOIAS	7.543.163,68	81.130,32	556.500,00	1.713.639,99	0,00	2.554.323,00	0,00	0,00	7.340.110,99
520030	ALEXANIA	883.249,49	9.448,60	157.500,00	825.904,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.876.102,55
520050	ALOANDIA	66.184,24	0,00	0,00	908,49	0,00	0,00	0,00	0,00	67.092,73
520055	ALTO HORIZONTE	34.832,51	0,00	99.000,00	96.346,39	0,00	0,00	0,00	0,00	230.178,90
520060	ALTO PARAISO DE GOIAS	272.575,11	0,00	157.500,00	8.079,09	0,00	0,00	0,00	0,00	438.154,20
520080	ALVORADA DO NORTE	395.045,39	77.789,07	157.500,00	3.735,41	0,00	0,00	0,00	0,00	634.069,87
520082	AMARALINA	6.338,23	0,00	0,00	102.837,90	0,00	0,00	0,00	0,00	109.176,13
520085	AMERICANO DO BRASIL	200.101,64	32.302,65	0,00	7.326,79	0,00	0,00	0,00	0,00	239.731,08
520090	AMORINOPOLIS	91.333,88	293,08	0,00	45.571,56	0,00	0,00	0,00	0,00	137.198,52
520110	ANAPOLIS	31.072.744,32	25.646.199,87	10.601.621,98	32.000.946,41	7.559.758,56	0,00	0,00	0,00	91.761.754,02
520120	ANHANGUERA	266,43	0,00	0,00	2.533,67	0,00	2.800,10	0,00	0,00	0,00
520130	ANICUNS	601.600,06	0,00	263.028,00	346.704,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.211.332,81
520140	APARECIDA DE GOIANIA	41.854.858,23	11.138.365,03	5.112.210,00	49.105.002,42	0,00	0,00	0,00	0,00	107.210.435,68
520145	APARECIDA DO RIO DOCE	44.007,28	0,00	0,00	91.263,17	0,00	0,00	0,00	0,00	135.270,45
520150	APORE	75.510,08	0,00	0,00	198.495,11	0,00	0,00	0,00	0,00	274.005,19
520160	ARACU	72.261,20	0,00	0,00	71.016,08	0,00	0,00	0,00	0,00	143.277,28
520170	ARAGARCAS	985.688,30	25.033,29	157.500,00	351.605,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1.519.827,08
520180	ARAGOIANIA	154.360,55	32.307,35	0,00	193.349,93	0,00	0,00	0,00	0,00	380.017,83
520215	ARAGUAPAZ	249.259,79	0,00	0,00	9.165,45	0,00	0,00	0,00	0,00	258.425,24

520235	ARENOPOLIS	68.153,84	0,00	0,00	75.300,15	0,00	0,00	0,00	0,00	143.453,99
520250	ARUANA	280.880,07	0,00	157.500,00	4.093,92	0,00	0,00	0,00	0,00	442.473,99
520260	AURILANDIA	35.381,25	0,00	0,00	4.921,67	0,00	0,00	0,00	0,00	40.302,92
520280	AVELINOPOLIS	73.897,65	0,00	0,00	101.028,70	0,00	0,00	0,00	0,00	174.926,35
520310	BALIZA	661,50	0,00	0,00	10.683,06	0,00	11.344,56	0,00	0,00	0,00
520320	BARRO ALTO	296.811,32	20.514,36	0,00	93.628,31	0,00	0,00	0,00	0,00	410.953,99
520330	BELA VISTA DE GOIAS	778.777,22	0,00	461.028,00	348.490,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.588.295,96
520340	BOM JARDIM DE GOIAS	377.921,39	52.898,57	0,00	3.251,22	0,00	0,00	0,00	0,00	434.071,18
520350	BOM JESUS DE GOIAS	717.977,10	0,00	395.028,00	434.656,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.547.661,94
520355	BONFINOPOLIS	132.577,35	0,00	0,00	5.045,93	0,00	0,00	0,00	0,00	137.623,28
520357	BONOPOLIS	64.930,84	0,00	0,00	721,91	0,00	0,00	0,00	0,00	65.652,75
520360	BRAZABRANTES	19.003,46	0,00	0,00	93.724,45	0,00	0,00	0,00	0,00	112.727,91
520380	BRITANIA	222.439,65	0,00	0,00	25.444,38	0,00	0,00	0,00	0,00	247.884,03
520390	BURITI ALEGRE	298.312,87	0,00	0,00	60.833,01	0,00	0,00	0,00	0,00	359.145,88
520393	BURITI DE GOIAS	90.757,83	0,00	157.500,00	1.850,22	0,00	0,00	0,00	0,00	250.108,05
520396	BURITINOPOLIS	99.298,03	0,00	0,00	1.350,98	0,00	0,00	0,00	0,00	100.649,01
520400	CABECEIRAS	324.194,78	0,00	0,00	1.944,36	0,00	0,00	0,00	0,00	326.139,14
520410	CACHOEIRA ALTA	249.873,17	0,00	0,00	92.429,32	0,00	0,00	0,00	0,00	342.302,49
520420	CACHOEIRA DE GOIAS	4.275,54	0,00	0,00	4.960,56	0,00	0,00	0,00	0,00	9.236,10
520425	CACHOEIRA DOURADA	249.348,26	0,00	0,00	2.397,89	0,00	0,00	0,00	0,00	251.746,15
520430	CACU	463.395,79	0,00	263.028,00	432.973,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.159.396,81
520440	CAIAPONIA	597.620,68	1.220,00	263.028,00	252.247,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.114.116,36
520450	CALDAS NOVAS	3.675.417,81	190.602,05	1.903.968,00	7.099.645,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.869.632,90
520455	CALDAZINHA	2.510,87	0,00	0,00	2.473,85	0,00	0,00	0,00	0,00	4.984,72
520460	CAMPESTRE DE GOIAS	52.358,02	0,00	0,00	3.066,73	0,00	0,00	0,00	0,00	55.424,75
520465	CAMPINACU	118.428,24	0,00	0,00	903,51	0,00	0,00	0,00	0,00	119.331,75
520470	CAMPINORTE	287.261,03	43.047,95	0,00	13.300,41	0,00	0,00	0,00	0,00	343.609,39
520480	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	211.238,31	8.250,00	0,00	3.707,43	0,00	0,00	0,00	0,00	223.195,74
520485	CAMPO LIMPO DE GOIAS	66.851,84	0,00	0,00	93.516,47	0,00	0,00	0,00	0,00	160.368,31
520490	CAMPOS BELOS	848.205,20	503.148,93	157.500,00	5.177,23	0,00	0,00	0,00	0,00	1.514.031,36
520495	CAMPOS VERDES	41.954,75	0,00	0,00	49.919,54	0,00	0,00	0,00	0,00	91.874,29
520500	CARMO DO RIO VERDE	207.431,29	0,00	0,00	95.398,41	0,00	0,00	0,00	0,00	302.829,70
520505	CASTELANDIA	62.074,42	0,00	0,00	118.299,55	0,00	0,00	0,00	0,00	180.373,97
520510	CATALAO	5.582.271,62	2.392.356,31	2.010.529,92	6.182.911,22	0,00	0,00	0,00	0,00	16.168.069,07
520520	CATURAI	53.173,87	0,00	0,00	167.703,44	0,00	0,00	0,00	0,00	220.877,31
520530	CAVALCANTE	332.602,13	17.232,95	0,00	2.746,41	0,00	0,00	0,00	0,00	352.581,49
520540	CERES	1.127.858,74	4.502.720,53	2.485.551,37	11.048.314,26	0,00	0,00	0,00	0,00	19.164.444,90
520545	CEZARINA	270.254,41	0,00	0,00	92.959,21	0,00	0,00	0,00	0,00	363.213,62
520547	CHAPADAO DO CEU	247.001,80	0,00	0,00	6.392,47	0,00	0,00	0,00	0,00	253.394,27
520549	CIDADE OCIDENTAL	2.775.942,53	4.334,36	157.500,00	21.085,28	0,00	0,00	0,00	0,00	2.958.862,17
520551	COCALZINHO DE GOIAS	602.064,07	0,00	157.500,00	10.239,02	0,00	0,00	0,00	0,00	769.803,09
520552	COLINAS DO SUL	91.947,09	0,00	0,00	36.095,68	0,00	0,00	0,00	0,00	128.042,77
520570	CORREGO DO OURO	59.846,16	0,00	0,00	36.045,18	0,00	0,00	0,00	0,00	95.891,34
520580	CORUMBA DE GOIAS	240.700,10	0,00	0,00	7.239,53	0,00	0,00	0,00	0,00	247.939,63
520590	CORUMBAIBA	241.613,25	2.415,88	263.028,00	2.070,58	0,00	0,00	0,00	0,00	509.127,71
520620	CRISTALINA	2.438.046,93	17.438,39	857.100,00	2.312.861,49	0,00	0,00	0,00	0,00	5.625.446,81
520630	CRISTIANOPOLIS	48.720,86	0,00	0,00	916,15	0,00	0,00	0,00	0,00	49.637,01
520640	CRIXAS	518.112,14	5.060,91	157.500,00	884.236,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.564.909,33
520650	CROMINIA	78.577,36	0,00	0,00	100.880,80	0,00	0,00	0,00	0,00	179.458,16
520660	CUMARI	75.997,60	1.212,11	0,00	2.679,91	0,00	0,00	0,00	0,00	79.889,62
520670	DAMIANOPOLIS	147.513,37	14.002,39	0,00	869,04	0,00	0,00	0,00	0,00	162.384,80
520680	DAMOLANDIA	19.436,86	0,00	0,00	68.686,92	0,00	0,00	0,00	0,00	88.123,78
520690	DAVINOPOLIS	929,29	0,00	0,00	6.362,62	0,00	0,00	0,00	0,00	7.291,91
520710	DIORAMA	70.474,79	0,00	0,00	2.153,08	0,00	0,00	0,00	0,00	72.627,87
520725	DOVERLANDIA	330.937,91	20.184,88	157.500,00	92.371,86	0,00	0,00	0,00	0,00	600.994,65
520735	EDEALINA	50.042,91	0,00	0,00	91.525,02	0,00	0,00	0,00	0,00	141.567,93
520740	EDEIA	343.434,43	2.925,22	0,00	111.596,65	0,00	0,00	0,00	0,00	457.956,30
520750	ESTRELA DO NORTE	85.284,43	0,00	0,00	3.789,58	0,00	0,00	0,00	0,00	89.074,01
520753	FAINA	205.049,27	0,00	0,00	2.804,55	0,00	0,00	0,00	0,00	207.853,82
520760	FAZENDA NOVA	195.430,21	0,00	0,00	1.975,65	0,00	0,00	0,00	0,00	197.405,86
520780	FIRMINOPOLIS	447.463,26	10.683,17	0,00	143.484,37	0,00	0,00	0,00	0,00	601.630,80
520790	FLORES DE GOIAS	551.808,25	10.242,81	157.500,00	2.539,20	0,00	0,00	0,00	0,00	722.090,26
520800	FORMOSA	4.824.042,90	1.197.923,04	2.782.922,88	3.831.455,20	0,00	0,00	0,00	0,00	12.636.344,02
520810	FORMOSO	130.028,75	2.216,47	0,00	145.729,92	0,00	0,00	0,00	0,00	277.975,14
520815	GAMELEIRA DO GOIAS	73.173,47	0,00	0,00	1.938,35	0,00	0,00	0,00	0,00	75.111,82
520830	DIVINOPOLIS DE GOIAS	104.767,12	0,00	0,00	5.756,89	0,00	0,00	0,00	0,00	110.524,01
520840	GOIANAPOLIS	294.028,12	0,00	0,00	350.558,25	0,00	0,00	0,00	0,00	644.586,37
520850	GOIANDIRA	137.386,37	11.913,75	0,00	470.985,91	0,00	0,00	0,00	0,00	620.286,03
520860	GOIANESIA	2.692.164,42	356.939,34	619.500,00	5.241.605,49	0,00	0,00	0,00	0,00	8.910.209,25
520870	GOIANIA	138.163.685,52	189.966.765,40	46.376.510,33	223.312.325,81	52.152.927,66	276.800,00	33.497.478,52	0,00	511.892.080,88
520880	GOIANIRA	1.118.025,80	21.552,29	263.028,00	443.372,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.845.978,16
520890	GOIAS	1.017.334,73	977.610,92	1.494.252,77	4.363.475,92	0,00	0,00	0,00	0,00	7.852.674,34
520910	GOIATUBA	1.633.568,00	225.063,48	447.828,00	125.184,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.431.644,10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

520915	GOUVELANDIA	54.388,83	0,00	0,00	72.209,52	0,00	0,00	0,00	0,00	126.598,35
520920	GUAPO	168.967,78	0,00	263.028,00	547.956,53	0,00	0,00	0,00	0,00	979.952,31
520929	GUARAITA	32.593,86	0,00	0,00	956,19	0,00	0,00	0,00	0,00	33.550,05
520940	GUARANI DE GOIAS	129.283,18	0,00	0,00	2.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131.343,18
520945	GUARINOS	8.677,45	0,00	0,00	9.029,77	0,00	0,00	0,00	0,00	17.707,22
520960	HEITORAI	68.257,86	0,00	0,00	69.781,32	0,00	0,00	0,00	0,00	138.039,18
520970	HIDROLANDIA	559.987,43	0,00	276.300,00	95.020,23	0,00	0,00	0,00	0,00	931.307,66
520980	HIDROLINA	137.789,19	12.840,51	0,00	31.424,61	0,00	0,00	0,00	0,00	182.054,31
520990	IACIARA	645.373,49	44.197,75	0,00	3.300,22	0,00	0,00	0,00	0,00	692.871,46
520993	INACIOLANDIA	145.002,93	0,00	0,00	6.823,28	0,00	0,00	0,00	0,00	151.826,21
520995	INDIARA	478.745,59	0,00	157.500,00	437.185,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.073.431,27
521000	INHUMAS	1.658.254,33	122.115,08	263.028,00	7.149.620,90	0,00	0,00	0,00	0,00	9.193.018,31
521010	IPAMERI	912.745,58	3.265,89	420.528,00	1.843.142,10	0,00	0,00	0,00	0,00	3.179.681,57
521015	IPIRANGA DE GOIAS	9.665,73	0,00	0,00	1.713,51	0,00	0,00	0,00	0,00	11.379,24
521020	IPORA	1.607.190,34	769.472,38	1.281.900,00	468.390,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4.126.953,62
521030	ISRAELANDIA	41.255,35	0,00	0,00	2.719,72	0,00	0,00	0,00	0,00	43.975,07
521040	ITABERAI	1.094.276,79	110,00	157.500,00	438.003,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.689.890,63
521056	ITAGUARI	69.785,49	0,00	0,00	8.102,94	0,00	0,00	0,00	0,00	77.888,43
521060	ITAGUARU	132.644,77	0,00	0,00	272.012,67	0,00	0,00	0,00	0,00	404.657,44
521080	ITAJA	117.171,75	53.630,26	0,00	159.964,10	0,00	0,00	0,00	0,00	330.766,11
521090	ITAPACI	721.828,72	112.154,61	157.500,00	944.540,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.936.024,04
521100	ITAPIRAPUA	299.885,26	381,41	0,00	265.710,51	0,00	0,00	0,00	0,00	565.977,18
521120	ITAPURANGA	1.083.750,65	57.156,72	369.446,71	583.166,77	0,00	0,00	0,00	0,00	2.093.520,85
521130	ITARUMA	220.618,05	26.440,42	0,00	88.514,57	0,00	0,00	0,00	0,00	335.573,04
521140	ITAUCU	171.992,33	0,00	263.028,00	92.248,88	0,00	0,00	0,00	0,00	527.269,21
521150	ITUMBIARA	6.098.673,39	972.069,97	2.747.496,30	2.920.125,56	0,00	0,00	0,00	0,00	12.738.365,22
521160	IVOLANDIA	84.536,03	1.971,79	0,00	108.656,43	0,00	0,00	0,00	0,00	195.164,25
521170	JANDAIA	210.675,52	0,00	0,00	93.411,21	0,00	0,00	0,00	0,00	304.086,73
521180	JARAGUA	1.633.741,25	70.299,97	619.500,00	603.066,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.926.608,19
521190	JATAI	5.597.350,57	1.388.559,73	1.103.149,67	6.636.117,90	0,00	0,00	0,00	0,00	14.725.177,87
521200	JAUPACI	76.810,36	0,00	0,00	1.638,59	0,00	0,00	0,00	0,00	78.448,95
521205	JESUPOLIS	6.135,68	0,00	0,00	8.966,07	0,00	0,00	0,00	0,00	15.101,75
521210	JOVIANIA	186.409,75	0,00	0,00	2.021,60	0,00	0,00	0,00	0,00	188.431,35
521220	JUSSARA	809.131,96	0,00	355.500,00	226.836,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.391.468,82
521225	LAGOA SANTA	2.281,89	0,00	0,00	20.500,94	0,00	0,00	0,00	0,00	22.782,83
521230	LEOPOLDO DE BULHOES	238.314,44	0,00	0,00	2.252,84	0,00	0,00	0,00	0,00	240.567,28
521250	LUZIANIA	10.077.516,81	1.464.446,21	2.284.200,00	4.426.095,46	0,00	0,00	0,00	0,00	18.252.258,48
521260	MAIRIPOTABA	52.085,12	310,00	0,00	122.712,13	0,00	0,00	0,00	0,00	175.107,25
521270	MAMBAI	299.386,53	8.380,71	0,00	2.326,79	0,00	0,00	0,00	0,00	310.094,03
521280	MARA ROSA	434.262,80	24.750,58	157.500,00	5.669,37	0,00	0,00	0,00	0,00	622.182,75
521290	MARZAGAO	51.414,96	0,00	0,00	38.347,42	0,00	0,00	0,00	0,00	89.762,38
521295	MATRINCHA	120.033,63	0,00	0,00	1.577,27	0,00	0,00	0,00	0,00	121.610,90
521300	MAURILANDIA	316.493,96	0,00	157.500,00	260.400,95	0,00	0,00	0,00	0,00	734.394,91
521305	MIMOSO DE GOIAS	16.554,55	0,00	0,00	1.291,98	0,00	0,00	0,00	0,00	17.846,53
521308	MINACU	1.430.963,15	46.091,50	157.500,00	892.983,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.527.538,38
521310	MINEIROS	2.349.175,74	62.047,36	1.079.280,00	2.719.406,65	0,00	0,00	0,00	0,00	6.209.909,75
521340	MOIPORA	7.066,70	0,00	0,00	104.260,80	0,00	0,00	0,00	0,00	111.327,50
521350	MONTE ALEGRE DE GOIAS	149.353,89	0,00	0,00	1.754,49	0,00	0,00	0,00	0,00	151.108,38
521370	MONTES CLAROS DE GOIAS	256.122,21	0,00	157.500,00	8.038,98	0,00	0,00	0,00	0,00	421.661,19
521375	MONTIVIDIU	398.421,24	0,00	0,00	9.180,84	0,00	0,00	0,00	0,00	407.602,08
521377	MONTIVIDIU DO NORTE	22.749,53	0,00	0,00	155.981,46	0,00	0,00	0,00	0,00	178.730,99
521380	MORRINHOS	2.271.166,80	106.470,74	263.028,00	1.252.321,77	0,00	0,00	0,00	0,00	3.892.987,31
521385	MORRO AGUDO DE GOIAS	33.831,69	0,00	0,00	127.418,22	0,00	0,00	0,00	0,00	161.249,91
521390	MOSSAMEDES	214.899,68	0,00	0,00	2.878,81	0,00	0,00	0,00	0,00	217.778,49
521400	MOZARLANDIA	312.328,45	0,00	157.500,00	4.213,82	0,00	0,00	0,00	0,00	474.042,27
521405	MUNDO NOVO	126.343,00	0,00	0,00	238.951,57	0,00	0,00	0,00	0,00	365.294,57
521410	MUTUNOPOLIS	86.410,28	0,00	0,00	146.406,60	0,00	0,00	0,00	0,00	232.816,88
521440	NAZARIO	1.390,50	0,00	0,00	127.806,01	0,00	0,00	0,00	0,00	129.196,51
521450	NEROPOLIS	2.176.495,53	179.979,28	263.028,00	7.690.080,23	0,00	0,00	0,00	0,00	10.309.583,04
521460	NIQUELANDIA	1.775.321,60	51.925,55	480.900,00	553.677,65	0,00	0,00	0,00	0,00	2.861.824,80
521470	NOVA AMERICA	15.634,43	0,00	0,00	92.439,07	0,00	0,00	0,00	0,00	108.073,50
521480	NOVA AURORA	6.358,67	361,09	0,00	4.196,09	0,00	0,00	0,00	0,00	10.915,85
521483	NOVA CRIXAS	323.171,92	0,00	157.500,00	22.847,38	0,00	0,00	0,00	0,00	503.519,30
521486	NOVA GLORIA	104.128,31	0,00	0,00	2.584,84	0,00	0,00	0,00	0,00	106.713,15
521487	NOVA IGUACU DE GOIAS	25.512,27	0,00	0,00	1.568,61	0,00	9.436,60	0,00	0,00	17.644,28
521490	NOVA ROMA	92.703,92	0,00	0,00	868,56	0,00	0,00	0,00	0,00	93.572,48
521500	NOVA VENEZA	106.058,13	74,55	0,00	12.933,49	0,00	0,00	0,00	0,00	119.066,17
521520	NOVO BRASIL	112.907,91	0,00	0,00	1.072,53	0,00	0,00	0,00	0,00	113.980,44
521523	NOVO GAMA	2.074.315,68	0,00	157.500,00	714.276,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.946.091,99
521525	NOVO PLANALTO	69.575,97	1.248,34	0,00	3.619,26	0,00	74.443,57	0,00	0,00	0,00
521530	ORIZONA	489.616,36	0,00	157.500,00	6.170,93	0,00	0,00	0,00	0,00	653.287,29
521540	OURO VERDE DE GOIAS	69.185,82	0,00	0,00	3.137,60	0,00	0,00	0,00	0,00	72.323,42
521550	OUVIDOR	132.620,74	0,00	0,00	26.655,57	0,00	0,00	0,00	0,00	159.276,31
521560	PADRE BERNARDO	1.317.528,34	77.867,45	263.028,00	758.502,38	0,00	0,00	0,00	0,00	2.416.926,17
521565	PALESTINA DE GOIAS	182.372,59	0,00	0,00	1.276,31	0,00	0,00	0,00	0,00	183.648,90
521570	PALMEIRAS DE GOIAS	943.407,88	0,00	157.500,00	5.327,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.106.235,42
521580	PALMELO	70.278,44	767,70	0,00	820.641,34	0,00	0,00	0,00	0,00	891.687,48
521590	PALMINOPOLIS	126.692,81	0,00	0,00	93.478,31	0,00	0,00	0,00	0,00	220.171,12

521600	PANAMA	68.127,80	0,00	0,00	1.349,51	0,00	0,00	0,00	0,00	69.477,31
521630	PARANAIGUARA	170.197,41	0,00	0,00	106.487,64	0,00	0,00	0,00	0,00	276.685,05
521640	PARAUNA	434.905,99	0,00	0,00	3.219,74	0,00	0,00	0,00	0,00	438.125,73
521645	PEROLANDIA	46.511,32	0,00	0,00	1.686,39	0,00	48.197,71	0,00	0,00	0,00
521680	PETROLINA DE GOIAS	296.246,23	0,00	263.028,00	78.872,14	0,00	0,00	0,00	0,00	638.146,37
521690	PILAR DE GOIAS	4.431,13	0,00	0,00	8.786,52	0,00	0,00	0,00	0,00	13.217,65
521710	PIRACANJUBA	1.022.567,51	19.945,75	512.127,69	763.378,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.318.019,58
521720	PIRANHAS	375.530,52	0,00	157.500,00	9.552,91	0,00	0,00	0,00	0,00	542.583,43
521730	PIRENOPOLIS	376.781,30	0,00	263.028,00	280.040,02	0,00	656.821,32	0,00	0,00	263.028,00
521740	PIRES DO RIO	1.191.892,47	115.112,39	500.628,00	1.036.630,65	0,00	0,00	0,00	0,00	2.844.263,51
521760	PLANALTINA	4.342.117,26	168.355,94	593.100,00	1.143.893,67	0,00	0,00	0,00	0,00	6.247.466,87
521770	PONTALINA	718.556,68	83.902,66	263.028,00	438.288,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.503.775,62
521800	PORANGATU	1.862.559,35	761.152,25	1.543.200,00	2.303.736,51	0,00	0,00	0,00	0,00	6.470.648,11
521805	PORTEIRAO	55.675,48	0,00	0,00	47.994,97	0,00	0,00	0,00	0,00	103.670,45
521810	PORTELANDIA	129.040,86	0,00	0,00	39.329,55	0,00	0,00	0,00	0,00	168.370,41
521830	POSSE	1.610.510,44	80.840,71	619.500,00	16.797,77	0,00	0,00	0,00	0,00	2.327.648,92
521839	PROFESSOR JAMIL	20.333,24	0,00	0,00	62.582,18	0,00	0,00	0,00	0,00	82.915,42
521850	QUIRINOPOLIS	2.002.222,33	39.727,33	441.228,00	1.032.990,07	0,00	0,00	0,00	0,00	3.516.167,73
521860	RIALMA	300.724,28	820,07	0,00	103.640,69	0,00	0,00	0,00	0,00	405.185,04
521870	RIANAPOLIS	53.507,63	0,00	0,00	1.242,67	0,00	0,00	0,00	0,00	54.750,30
521878	RIO QUENTE	50.519,64	0,00	157.500,00	2.074,69	0,00	0,00	0,00	0,00	210.094,33
521880	RIO VERDE	11.925.752,98	3.696.898,19	3.618.146,39	11.866.351,23	0,00	0,00	0,00	0,00	31.107.148,79
521890	RUBIATABA	780.296,95	998,94	842.100,00	559.744,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.183.140,06
521900	SANCLERLANDIA	307.680,83	0,00	157.500,00	95.184,85	0,00	0,00	0,00	0,00	560.365,68
521910	SANTA BARBARA DE GOIAS	87.599,79	0,00	0,00	2.519,54	0,00	0,00	0,00	0,00	90.119,33
521920	SANTA CRUZ DE GOIAS	27.410,65	2.140,62	0,00	202.001,97	0,00	0,00	0,00	0,00	231.553,24
521925	SANTA FE DE GOIAS	127.318,74	0,00	0,00	3.150,26	0,00	0,00	0,00	0,00	130.469,00
521930	SANTA HELENA DE GOIAS	1.579.048,22	524.750,86	874.752,00	2.883.748,65	0,00	2.795.724,80	0,00	0,00	3.066.574,93
521935	SANTA ISABEL	9.312,77	0,00	0,00	7.656,45	0,00	16.969,22	0,00	0,00	0,00
521940	SANTA RITA DO ARAGUAIA	75.440,12	0,00	0,00	3.890,43	0,00	0,00	0,00	0,00	79.330,55
521945	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	6.122,17	43.118,42	0,00	1.951,77	0,00	0,00	0,00	0,00	51.192,36
521950	SANTA ROSA DE GOIAS	74.147,79	0,00	0,00	93.800,74	0,00	0,00	0,00	0,00	167.948,53
521960	SANTA TEREZA DE GOIAS	94.561,52	10,60	0,00	72.214,09	0,00	0,00	0,00	0,00	166.786,21
521970	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	250.543,70	0,00	0,00	19.085,41	0,00	0,00	0,00	0,00	269.629,11
521971	SANTO ANTONIO DA BARRA	1.547,76	0,00	0,00	29.320,44	0,00	0,00	0,00	0,00	30.868,20
521973	SANTO ANTONIO DE GOIAS	61.751,58	0,00	0,00	55.164,76	0,00	0,00	0,00	0,00	116.916,34
521975	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	3.145.994,79	0,00	342.300,00	20.965,33	0,00	0,00	0,00	0,00	3.509.260,12
521980	SAO DOMINGOS	158.864,49	470,70	157.500,00	2.783,93	0,00	0,00	0,00	0,00	319.619,12
521990	SAO FRANCISCO DE GOIAS	69.644,19	0,00	0,00	18.371,56	0,00	0,00	0,00	0,00	88.015,75
522000	SAO JOAO D"ALIANCA	458.702,06	21.011,09	0,00	2.175,33	0,00	0,00	0,00	0,00	481.888,48
522005	SAO JOAO DA PARAUNA	24.194,24	0,00	0,00	2.076,91	0,00	0,00	0,00	0,00	26.271,15
522010	SAO LUIS DE MONTES BELOS	1.526.039,45	303.682,09	830.700,00	2.089.304,10	0,00	0,00	0,00	0,00	4.749.725,64
522015	SAO LUIZ DO NORTE	35.530,11	0,00	0,00	12.301,51	0,00	0,00	0,00	0,00	47.831,62
522020	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	930.354,88	90.999,26	315.900,00	964.804,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.302.058,62
522026	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	12.039,81	0,00	0,00	99.661,06	0,00	0,00	0,00	0,00	111.700,87
522028	SAO PATRICIO	8.903,65	0,00	0,00	1.664,05	0,00	0,00	0,00	0,00	10.567,70
522040	SAO SIMAO	731.879,88	0,00	263.028,00	554.026,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.548.934,00
522045	SENADOR CANEDO	5.845.193,33	90.171,24	395.100,00	11.446.136,34	0,00	0,00	0,00	0,00	17.776.600,91
522050	SERRANOPOLIS	178.157,71	0,00	0,00	3.576,73	0,00	0,00	0,00	0,00	181.734,44
522060	SILVANIA	645.028,80	48.482,96	157.500,00	349.944,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.956,52
522068	SIMOLANDIA	309.323,04	45.545,37	0,00	1.858,44	0,00	0,00	0,00	0,00	356.726,85
522070	SITIO D"ABADIA	47.571,97	14.097,33	0,00	1.146,71	0,00	0,00	0,00	0,00	62.816,01
522100	TAQUARAL DE GOIAS	68.943,32	0,00	0,00	30.596,77	0,00	0,00	0,00	0,00	99.540,09
522108	TERESINA DE GOIAS	14.799,14	0,00	0,00	943,06	0,00	0,00	0,00	0,00	15.742,20
522119	TEREZOPOLIS DE GOIAS	110.673,23	0,00	0,00	17.827,67	0,00	0,00	0,00	0,00	128.500,90
522130	TRES RANCHOS	21.086,19	0,00	0,00	431.446,47	0,00	0,00	0,00	0,00	452.532,66
522140	TRINDADE	4.495.552,32	10.122.318,22	5.232.759,53	15.777.955,22	0,00	25.359.861,63	0,00	0,00	10.268.723,66
522145	TROMBAS	56.988,47	0,00	0,00	123.041,76	0,00	0,00	0,00	0,00	180.030,23
522150	TURVANIA	161.072,60	14.360,19	0,00	93.175,56	0,00	0,00	0,00	0,00	268.608,35
522155	TURVELANDIA	124.600,78	0,00	0,00	63.157,64	0,00	0,00	0,00	0,00	187.758,42
522157	UIRAPURU	31.194,10	0,00	0,00	7.548,18	0,00	0,00	0,00	0,00	38.742,28
522160	URUACU	1.695.844,15	236.908,16	777.900,00	437.716,23	0,00	0,00	0,00	0,00	3.148.368,54
522170	URUANA	368.271,86	0,00	0,00	5.588,36	0,00	0,00	0,00	0,00	373.860,22
522180	URUTAI	39.224,54	0,00	0,00	1.281,01	0,00	0,00	0,00	0,00	40.505,55
522185	VALPARAISO DE GOIAS	4.645.338,00	251.508,64	777.900,00	4.702.503,01	0,00	0,00	0,00	0,00	10.377.249,65
522190	VARJAO	23.138,61	0,00	0,00	101.565,49	0,00	0,00	0,00	0,00	124.704,10
522200	VIANOPOLIS	431.845,24	0,00	0,00	5.173,05	0,00	0,00	0,00	0,00	437.018,29
522205	VICENTINOPOLIS	214.768,49	0,00	157.500,00	4.550,11	0,00	0,00	0,00	0,00	376.818,60
522220	VILA BOA	189.449,57	0,00	157.500,00	1.007,91	0,00	0,00	0,00	0,00	347.957,48
522230	VILA PROPICIO	81.618,57	0,00	0,00	92.651,78	0,00	0,00	0,00	0,00	174.270,35
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.087.675.909,27

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (VALORES ANUAIS)

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	520870 - GOIANIA	HOSPITAL DAS CLINICAS	2338424	00	01-01-2013	33.497.478,52
TOTAL						33.497.478,52

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS
Detalhamento dos valores a serem descontados da PPI dos municípios em função de TCEP entre os gestores estadual e municipal (valores anuais)

Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
520110 - ANAPOLIS	HOSPITAL DE URGENCIAS DR HENRIQUE SANTILLO	3771962	001	25-02-2017	FES	7.559.758,56
520870 - GOIANIA	LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA - LACEN	2338343	004	19-06-2017	FES	816.971,68
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE MEDICINA ALTERNATIVA - HMA	2664836	004	19-06-2017	FES	129.107,62
520870 - GOIANIA	HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI	2339196	004	19-06-2017	FES	7.390.496,76
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE URGENCIAS DE GOIANIA - HUGO	2338262	004	19-06-2017	FES	16.326.183,47
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE DERMATOLOGIA SANITARIA - HDS	2653818	004	19-06-2017	FES	748.299,59
520870 - GOIANIA	MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES - MNSL	2339080	004	19-06-2017	FES	797.680,79
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE DOENCAS TROPICAIS - HDT	2506661	004	19-06-2017	FES	3.368.615,39
520870 - GOIANIA	HEMOCENTRO DE GOIAS - HEMOGO	2339072	004	19-06-2017	FES	2.299.689,05
520870 - GOIANIA	CENTRAL DE ODONTOLOGIA - CEO	2339781	004	19-06-2017	FES	163.091,43
520870 - GOIANIA	HOSPITAL GERAL DE GOIANIA - HGG	2338734	004	19-06-2017	FES	6.016.822,08
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE URGENCIAS GOV OTAVIO LAGE DE SIQUEIRA - HUGOL	7743068	004	19-06-2017	FES	14.040.216,57
520870 - GOIANIA	CENTRO INTEGRADO MEDICO PSICOPEDAGOGICO - CIMP	2339692	004	19-06-2017	FES	55.753,23
TOTAL						59.712.686,22

PORTARIA Nº 1.629, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Exclui do PROSUS, a Fundação Hospitalar de Ibiaçá, com sede em Ibiaçá (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Fundação Hospitalar de Ibiaçá, CNPJ nº 95.124.265/0001-51; e

Considerando o Parecer Técnico nº 49-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.126499/2014-19, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art.1º Fica excluída do PROSUS, a Fundação Hospitalar de Ibiaçá, CNPJ nº 95.124.265/0001-51, com sede em Ibiaçá (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.631, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Exclui do PROSUS, a Santa Casa de Misericórdia de Capivari, com sede em Capivari (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Santa Casa de Misericórdia de Capivari, CNPJ nº 46.925.111/0001-00; e

Considerando o Parecer Técnico nº 34-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.125617/2016-33, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica excluída do PROSUS, a Santa Casa de Misericórdia de Capivari, CNPJ nº 46.925.111/0001-00, com sede em Capivari (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.636, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Cruz Azul de São Paulo, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde,

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade, e

Considerando o Parecer Técnico nº 109-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 23123.000001.2011-24/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Cruz Azul de São Paulo, CNPJ nº 62.106.505/0001-92, com sede em São Paulo (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.641, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Banco de Olhos de Sorocaba, com sede em Sorocaba (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 200 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 198-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.168110/2010-89, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Banco de Olhos de Sorocaba, CNPJ nº 50.795.566/0001-25, com sede em Sorocaba (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 11 de março de 2011 a 10 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 644/SAS/MS, de 30 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 63, de 31 de março de 2017, Seção 1, página 99.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.642, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital e Maternidade Santa Terezinha, com sede em Salete (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 200 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;e

Considerando a Nota Técnica nº 199-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.127306/2015-28, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital e Maternidade Santa Terezinha, CNPJ nº 83.783.282/0001-78, com sede em Salete (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 14 de março de 2016 a 13 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 2.225, de 22 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 246, de 23 de dezembro de 2016, Seção 1, página 178.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.643, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação das Pioneiras Sociais, com sede em Brasília (DF).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 141-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.445552/2017-21/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação das Pioneiras Sociais, CNPJ nº 37.113.180/0001-28, com sede em Brasília(DF).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Dá nova redação a Instrução Normativa nº 32, de 28 de dezembro de 2016, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, e o art. 16 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS e

Considerando a solicitação de remanejamento de recursos, entre programas de aplicação vinculados à área de habitação e entre Unidades da Federação, formulada pelo Agente Operador do FGTS, Caixa Econômica Federal por intermédio do Ofício DEFUS/SUFUG/GEAVO nº 128/17#CONFIDENCIAL10, de 22 de agosto de 2017, constante dos autos do processo administrativo nº 80000.025612/2017-09, resolve:

Art. 1º O art. 2º-B e os anexos I, II e III da Instrução Normativa nº 32, de 28 de dezembro de 2016, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2016, Seção 1, páginas 769 a 70, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2°-B ...

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT/NOV	DEZ	TOTAL
-	-	-	-	-	-	-	7,5%	8%	15,5%	9%	100%

(...)"

"ANEXO I

ORÇAMENTO OPERACIONAL

PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS

PROGRAMAS DA ÁREA DE HABITAÇÃO POPULAR, DESCONTOS E DEMAIS OPERAÇÕES HABITACIONAIS EXERCÍCIO 2017.

PROGRAMAS/DESCONTOS	Metas físicas (1) (2)	Empregos gerados (2)	Valores em (R$ 1.000)
1) Pró-Moradia	0	0	0
2) Carta de Crédito Individual	246.472	515.127	23.414.881
3) Carta de Crédito Associativo	2.953	3.573	162.400
4) Apoio à Produção de Habitações	298.191	642.900	29.222.719
5) Pró-Cotista	43.000	170.280	7.740.000
6) Demais operações habitacionais com pessoas físicas e jurídicas	4.800	21.120	960.000
7) Descontos nos financiamentos a pessoas físicas	-x-	-x-	10.200.000
TOTAL GERAL	595.416	1.353.000	71.700.000

Legenda: (...)"

"ANEXO II

ORÇAMENTO OPERACIONAL

PROGRAMAS DA ÁREA DE HABITAÇÃO POPULAR COM RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

EXERCÍCIO 2017 - (Valores em R$ 1.000,00)

UF/Região	Pró-moradia	Carta de Crédito Individual	Carta de Crédito Assossiativo	Apoio à Produção de Habitações	Total
RO	0	173.000	0	13.182	186.182
AC	0	24.490	0	25.909	50.399
AM	0	69.364	0	142.273	211.637
RR	0	45.227	0	15.455	60.682
PA	0	217.364	0	244.091	461.455
AP	0	29.143	0	21.364	50.507
TO	0	110.164	0	68.864	179.028
Norte	0	668.752	0	531.138	1.199.890
MA	0	283.818	0	575.619	859.437
PI	0	256.182	0	226.364	482.546
CE	0	706.909	0	504.091	1.211.000
RN	0	517.000	0	322.743	839.743
PB	0	771.300	0	363.182	1.134.482
PE	0	580.909	5.000	988.636	1.574.545
AL	0	226.500	0	292.500	519.000
SE	0	287.955	0	349.109	637.064
BA	0	650.227	0	1.283.864	1.934.091
Nordeste	0	4.280.800	5.000	4.906.108	9.191.908
MG	0	3.137.700	20.000	3.069.587	6.227.287
ES	0	243.136	0	359.000	602.136
RJ	0	819.727	0	2.445.347	3.265.074
SP	0	5.212.700	50.750	10.170.831	15.434.281
Sudeste	0	9.413.263	70.750	16.044.765	25.528.778
PR	0	2.498.500	8.650	2.026.408	4.533.558
SC	0	1.312.000	5.000	910.867	2.227.867
RS	0	1.617.500	8.000	1.963.789	3.589.289
Sul	0	5.428.000	21.650	4.901.064	10.350.714
MS	0	610.000	60.000	365.455	1.035.455
MT	0	385.930	0	571.227	957.157
GO	0	2.437.500	5.000	1.290.025	3.732.525
DF	0	190.636	0	612.937	803.573
C. Oeste	0	3.624.066	65.000	2.839.644	6.528.710
TOTAL	0	23.414.881	162.400	29.222.719	52.800.000

Observação:

(...)"

"ANEXO III

ORÇAMENTO OPERACIONAL

DESCONTOS PARA FINANCIAMENTOS A PESSOAS FÍSICAS DISTRIBUÍDOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

EXERCÍCIO 2017

(Valores em R$ 1.000,00)

UF/Região	Valor
RO	43.112
AC	36.292
AM	74.509
RR	42.676
PA	275.917
AP	94.850
TO	53.991
Norte	621.347
MA	179.952
PI	161.698
CE	246.238
RN	252.333
PB	356.839
PE	464.652
AL	159.167
SE	137.740
BA	408.360
Nordeste	2.366.979
MG	1.182.683
ES	130.838
RJ	511.231
SP	1.935.994
Sudeste	3.760.746
PR	729.218
SC	307.269
RS	566.898
Sul	1.603.385
MS	269.376
MT	629.791
GO	751.478
DF	196.898
C. Oeste	1.847.543
TOTAL	10.200.000

Observação: (...)"

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO QUEIROZ

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 17 de outubro de 2017

Nº 3.488 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo 48500.004979/2012-22, decide (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Cemig Distribuição S.A. em face do Auto de Infração 5/2017-SFF, de 1/3/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, e, por conseguinte, (ii) aplicar penalidades de advertência e multa no valor total de R$ 12.039.844,29 (doze milhões, trinta e nove mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte e nove centavos), valor este que deverá ser recolhido com os acréscimos legais.

Nº 3.490 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo 48500.003559/2017-33, decide (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari em face do Auto de Infração 1/2017, lavrado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, que aplicou penalidade de multa em decorrência de não conformidades registradas em ação fiscalizadora para, no mérito, dar-lhe parcial provimento; (ii) cancelar as penalidades de multas associadas às Não Conformidades NC.2 e NC.7, e (ii) reduzir a penalidade de multa aplicada em sede de juízo de reconsideração para o valor de R$ 94.472,73 (noventa e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos), valor este que deverá ser recolhido com os acréscimos legais.

Nº 3.491 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo 48500.005710/2016-97, decide (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pelas Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - Epesa em face do Despacho 1.227/2017, emitido pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado - SRM, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento; e, por conseguinte, (ii) alterar os valores de Custo Variável Unitário - CVU das UTEs Pau Ferro e Termomanaus incorporando os valores positivos ou negativos da tabela do Anexo I no Custo do Combustível - Ccomb, para cada período especificado; e (iii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a reapuração das receitas de venda das usinas conforme a Tabela do Anexo I e efetuar a recontabilização dos contratos considerando as devidas atualizações monetárias.

ANEXO I

Tabela de ajustes no Custo do Combustível

Valor a ser incorporado ao Ccomb (R$/MWh)			Período de Vigência	
CIDE + PIS/Cofins (A)	ICMS (B)	Valor final (A)+(B)	Início	Fim
-6,23		-6,23	01/11/2011	24/06/2012
-18,97		-18,97	25/06/2012	31/01/2015
21,69		21,69	01/02/2015	30/04/2015
21,69		21,69	01/05/2015	30/09/2015
21,69	34,93	56,62	01/10/2015	28/02/2017
21,69	39,92	61,61	01/03/2017	31/12/2018
21,69	34,93	56,62	A partir de 1º/1/2019	

N° 3.492 - O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001716/2016-95, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso administrativo interposto pela Centrais Elétricas do Pará - CELPA em face do Despacho 1.815, de 22/6/2017, que indeferiu o pleito de recálculo da Parcela de Ineficiência por Sobrecontratação - PIS referente ao ponto de conexão de Oriximiná - 138 kV para o ano de 2015

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Diretor - Em 26 de setembro de 2017, publicado no DOU nº 187, de 28-9-2017, Seção 1, página 104, onde se lê: Nº 3.07, leia-se: Nº 3.307.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de outubro de 2017

Nº 3.485 - Processo nº 48500.006561/2013-31. Interessado: HT Energia Ltda. Decisão: revogar o Despacho nº 4.318, de 19 de dezembro de 2013, que autorizou a HT Energia Ltda., inscrita no CNPJ nº 18.948.183/0001-37, a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 18 de outubro de 2017

Nº 3.515 - Processo nº 48500.005450/2017-31. Interessada: Merco Energia Ltda - EPP Decisão: Autorizar a Merco Energia Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.807.596/0001-92, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 19 de outubro de 2017

Nº 3.516 - Processo nº 48500.004297/2015-62. Interessado: CPFL Energias Renováveis S.A. Decisão: resolve homologar a alteração dos parâmetros necessários ao cálculo da Garantia Física da PCH Lúcia Cherobim, CEG PCH.PH.PR.028419-0.01, localizada no rio Iguaçu, integrante da sub-bacia 65, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Porto Amazonas e Lapa, no estado Paraná.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de outubro de 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 21 de outubro de 2017.

Nº 3.532 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Central Geradora Hidrelétrica Estreito Ltda. Usina: CGH Estreito. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 1.000 kW cada, totalizando 2.000 kW de capacidade instalada, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Videira, estado de Santa Catarina.

Nº 3.533 - Processo nº 48500.003745/2011-87. Interessado: Hidroelétrica Cachimbo Alto Ltda. Usina: PCH Cachoeira Cachimbo Alto. Unidade Geradora: UG3 de 3.267 kW capacidade instalada. Localização: Município de Alta Floresta d"Oeste, estado de Rondônia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 21 de outubro de 2017.

Nº 3.534 - Processo nº 48500.000482/2017-40. Interessado: Pirapora X Energias Renováveis S.A. Usina: UFV Pirapora 10. Unidades Geradoras: UG21 a UG31, de 967,742 kW cada, totalizando 10.645,162 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Pirapora, estado de Minas Gerais.

Nº 3.535 - Processo nº 48500.005234/2015-23. Interessado: Castro Energia Ltda. Usina: PCH Castro. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 2.000 kW cada, totalizando 4.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Castro, estado do Paraná.

Nº 3.536 - Processo nº 48500.003745/2011-87. Interessado: Hidroelétrica Cachimbo Alto Ltda. Usina: PCH Cachoeira Cachimbo Alto. Unidade Geradora: UG2, de 3.267 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Alta Floresta d"Oeste, estado de Rondônia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D"AFONSECA CANTARINO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 3.519, de 19 de outubro de 2017, publicado no D.O.U de 20 de outubro de 2017, seção 1, página 180, v.154, n 202, onde se lê: "Unidade Geradora: UG6", leia-se: "Unidade Geradora: UG16".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de outubro de 2017

Nº 3.524 - Processo nº 48500.003463/2017-75. Interessada: IB SPE Transmissora de Energia Elétrica. Decisão: anuir à transferência do controle societário direto da Interessada, atualmente detido pela WPR Participações Ltda. - WPR, que passará a ser detido pela Apollo 12 Participações S.A.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 20 de outubro de 2017

Nº 3.529 - Documento nº 48513.018877/2016-00. Interessada: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Decisão: anuir com a alienação do terreno, Bem da União Sob Administração - BUSA, em cuja área se localizava a Mini Central Hidrelétrica (MCH) de Quebra-Dentes.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de outubro de 2017

Nº 3.528 - Processo nº 48500.001321/2017-73. Interessados: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS Decisão: publicar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - TUST-RB e de Fronteira - TUST-FR aplicáveis à COELBA, no ponto ZEBU 13,8 kV da Subestação Zebu 138/69/13,8 kV, para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

CLÁUDIO ELIAS CARVALHO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de otubro de 2017

Nº 3.522 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição conferida pelo inciso IV da Portaria nº 3.925/2016, de 29 de março de 2016, considerando o que consta no Processo nº 48500.000306/2006-11, resolve revisar o Valor Anual de Referência - VR para o ano de 2018, fixando-o em R$143,90/MWh (cento e quarenta e três reais e noventa centavos por megawatt-hora), base agosto de 2015.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA Nº 440, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º, inciso VI, do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, o art. 11, inciso VII da Portaria nº 69, de 6 de abril de 2011, e considerando a Resolução de Diretoria nº 608 de 18 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Alterar o título da Seção III do Anexo I da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, que passa a vigorar com a seguinte forma:

"Seção III

Das Deliberações da Diretoria Colegiada".

Art. 2º Alterar o artigo 7º do Anexo I da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º As deliberações da Diretoria Colegiada serão tomadas em Reuniões de Diretoria ou Circuitos Deliberativos, nos termos deste Regimento.".

Art. 3º Incluir o artigo 7º-A no Anexo I da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º-A A Diretoria Colegiada reunir-se-á, ordinariamente, nas datas por ela previamente estabelecidas ou, extraordinariamente, mediante convocação do Diretor-Geral ou de três Diretores, com a participação de pelo menos três Diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor-Geral ou o seu substituto.

§ 1º O Diretor-Geral presidirá as reuniões da Diretoria Colegiada e, nas suas ausências ou impedimentos eventuais, o seu substituto.

§ 2º As reuniões da Diretoria Colegiada serão registradas em atas próprias, seus atos decisórios aprovados na respectiva sessão e publicados no Diário Oficial da União, com vistas à sua publicidade e eficácia.

§ 3º Qualquer Diretor terá direito a pedido de vista de processo submetido à apreciação da Diretoria Colegiada.

§ 4º A matéria objeto do pedido de vista será incluída na reunião subsequente, com preferência de apreciação, podendo o mesmo Diretor, por uma vez, requerer prorrogação por igual período.

§ 5º Em situações específicas, a Diretoria Colegiada poderá determinar, de forma fundamentada, prazo específico para o retorno de matéria à pauta.

§ 6º A Diretoria, atuando sempre em regime de colegiado, deliberará validamente sobre as matérias de sua competência mediante o voto convergente de, pelo menos, três de seus membros.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º Alterar o artigo 9º do Anexo I da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Poderão ser apreciadas em Circuito Deliberativo:

I - matérias relacionadas com a gestão interna da Agência;

II - temas com entendimento consolidado na Diretoria Colegiada da ANP;

III - matérias cuja demora na deliberação possa causar prejuízos irreversíveis, em função de sua relevância e urgência.

§ 1º Por solicitação de um dos Diretores, matéria em análise em Circuito Deliberativo poderá ser levada à Reunião presencial, a fim de proporcionar o debate oral das questões suscitadas.

§ 2º Será considerado ausente do Circuito Deliberativo o Diretor que, até o encerramento do prazo do Circuito, não proferir o seu voto.

§ 3º Caso o Circuito Deliberativo não atinja o quórum mínimo de três diretores, a matéria será incluída na pauta da reunião subsequente.

§4º Nos casos indicados no inciso III, a matéria somente poderá ser objeto de decisão no Circuito Deliberativo se a relevância e urgência for expressamente justificada e o termo final da deliberação eletrônica for anterior à data da próxima reunião ordinária.

§5º Observada a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as decisões relacionadas com os temas indicados no art. 18 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, serão divulgadas no sítio eletrônico www.anp.gov.br.

§6º O funcionamento do Circuito Deliberativo será definido em norma específica".

Art. 5º Incluir o artigo 9º-A no Anexo I da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º-A A Diretoria Colegiada estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos, observada a legislação em vigor e as normas pertinentes deste Regimento Interno".

Art. 6º Alterar o artigo 12 do Anexo I da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Compete à Secretaria Executiva:

II - atuar como secretaria da Diretoria Colegiada, regulamentando, gerindo e executando os procedimentos referentes às reuniões do colegiado e aos Circuitos Deliberativos";

Art. 7º Alterar a alínea "a", do item 2 do Anexo II da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) Uma unidade superior de gestão estratégica e deliberação colegiada, a Diretoria Colegiada, composta por um Diretor Geral, contando com atividades de apoio técnico-operacional; quatro Diretorias, organizadas por afinidade finalística e baseada em modelo de decisão colegiada, a partir de Reunião de Diretoria, com frequência preferencialmente semanal, ou Circuitos Deliberativos, por meio da coleta eletrônica de votos".

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 20 de outubro de 2017

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do (s) produto (s) abaixo, das empresas elacionadas:

Nº 1.246	PETROCAR PRODUTOS AUTOMOTIVOS EIRELI - CNPJ nº 21.587.263/0001-19					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002513/2017 - 79	SHINKO IZZA TREATMENT	SAE 50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18489
Nº 1.247	REGELUB LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 01.084.176/0001-31					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002908/2017 - 71	GT OIL MASTER TEC	SAE 15W-40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	17033
	48600.002903/2017 - 49	GT-OIL ESPECIAL SL	SAE 50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	17795
	48600.002902/2017 - 02	GT-OIL ESPECIAL SL	SAE 40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	17795
	48600.002910/2017 - 41	GT OIL HD CH-4	SAE 20W40	API CH-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	18488
	48600.002909/2017 - 16	GT OIL VISCO CH-4	SAE 20W50	API CH-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	18487
Nº 1.248	REIS DOS COMPRESSORES EIRELI - ME - CNPJ nº 15.104.850/0001-07					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002734/2017 - 47	SUPER FOX LUB 4T MOTO	SAE 20W-50	API SL, JASO MA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18490

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE

Em 20 de outubro de 2017

Nº 1.249 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na alínea c, do inciso I, do art. 19, da Resolução ANP n.º 17, de 19 de junho de 2009, e no que consta do processo n.º 48610.007904/2012-56, torna público o cancelamento da Autorização ANP n° 526, publicada no DOU em 16/11/2012, da empresa Polimaq Equipamentos Agroindustriais Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 00.846.253/0001-80, para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado automotivo, a pedido da interessada.

MARIA INÊS SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 20 de outubro de 2017

Nº 1.250 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.008671/2017-13, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 755/2017 da Unidade de Pesquisa Laboratório de Análises Térmicas - LABAT, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, CNPJ nº 33.663.683/0001-16.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

Nº 1.251 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.007937/2017-19, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 753/2017 da Unidade de Pesquisa Laboratório de Visão Computacional e Robótica - VeRLaB, vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, CNPJ nº 17.217.985/0001-04.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

Nº 1.252 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.005804/2014-57, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 317/2014 da Unidade de Pesquisa Grupo de Pesquisa em Produção e Processamento de Petróleo, Gás e Energias Renováveis - GPETRO, vinculada à Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, CNPJ nº 32.479.123/0001-43.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

RELAÇÃO Nº 95/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7867/2017-800.763/2015-ABREU & ANDRADE CONSTRUTORA E PRÉ MOLDADOS LTDA. ME-

7868/2017-800.714/2016-JOSIVAN DOS SANTOS COSTA-

7869/2017-800.033/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-

7870/2017-800.034/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-

7871/2017-800.035/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-

7872/2017-800.036/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-

7873/2017-800.037/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-

7874/2017-800.038/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-

7875/2017-800.039/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-

7876/2017-800.040/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-

7877/2017-800.041/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-

7878/2017-800.042/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-

7879/2017-800.043/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-

7880/2017-800.044/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7881/2017-800.045/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
7882/2017-800.046/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
7883/2017-800.047/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
7884/2017-800.048/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
7885/2017-800.049/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
7886/2017-800.052/2017-CEARÁ INDÚSTRIA DE ARGAMASSA COLANTE LTDA ME-
7887/2017-800.066/2017-ANANIAS SARAIVA GONZAGA ME-
7888/2017-800.068/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-
7889/2017-800.071/2017-JOÃO ANTONIO MARQUES-
7890/2017-800.072/2017-J. ODAIR VIANA JUNIOR ME-
7891/2017-800.077/2017-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-
7892/2017-800.246/2017-JOSIVAN DOS SANTOS COSTA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7893/2017-800.056/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7894/2017-800.057/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7895/2017-800.058/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7896/2017-800.059/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7897/2017-800.060/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7898/2017-800.061/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7899/2017-800.062/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7900/2017-800.063/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7901/2017-800.064/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-
7902/2017-800.065/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-
7903/2017-800.073/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7904/2017-800.084/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-
7905/2017-800.085/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-
7906/2017-800.137/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-

RELAÇÃO Nº 139/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7907/2017-848.173/2017-PAULO XAVIER DE MEDEIROS-
7908/2017-848.177/2017-EXOTIC STONE GRANITOS LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 208/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)

870.749/2016-PRESMAG EXTRAÇÃO DE MINERAIS EIRELI- Publicado DOU de 01/09/2017
870.815/2016-PRESMAG EXTRAÇÃO DE MINERAIS EIRELI- Publicado DOU de 01/09/2017
871.111/2016-PRESMAG EXTRAÇÃO DE MINERAIS EIRELI- Publicado DOU de 01/09/2017
871.769/2016-PRESMAG EXTRAÇÃO DE MINERAIS EIRELI- Publicado DOU de 01/09/2017
871.770/2016-PRESMAG EXTRAÇÃO DE MINERAIS EIRELI- Publicado DOU de 01/09/2017
871.771/2016-PRESMAG EXTRAÇÃO DE MINERAIS EIRELI- Publicado DOU de 01/09/2017
871.772/2016-PRESMAG EXTRAÇÃO DE MINERAIS EIRELI- Publicado DOU de 01/09/2017
872.086/2016-PRESMAG EXTRAÇÃO DE MINERAIS EIRELI- Publicado DOU de 01/09/2017
872.087/2016-PRESMAG EXTRAÇÃO DE MINERAIS EIRELI- Publicado DOU de 01/09/2017

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 222/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)

860.198/2012-CEZAR PEREIRA DE SOUZA
860.279/2012-CEZAR PEREIRA DE SOUZA
861.274/2014-THIAGO ONORIO
860.398/2015-JORGE CANEDO RIESCO DE MATOS
860.418/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA
860.419/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA
860.420/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA
860.421/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA
860.687/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA
860.688/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA
860.689/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA
860.690/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA
860.707/2015-GRANUNES MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
860.790/2016-DANILO DE OLIVEIRA BRASIL

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

861.405/2009-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
861.043/2011-PAULO CESAR CAMPOS LOUREIRO
861.198/2011-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
861.200/2011-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.
861.234/2011-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
860.091/2012-MINERAÇÃO BATALHA E PARTICIPAÇÕES LTDA ME
860.527/2013-P TEC AGRO MINERAÇÃO SPE LTDA.
860.528/2013-P TEC AGRO MINERAÇÃO SPE LTDA.
860.529/2013-P TEC AGRO MINERAÇÃO SPE LTDA.
861.210/2013-COPEBRAS INDÚSTRIA LTDA
861.379/2013-COPEBRAS INDÚSTRIA LTDA
861.380/2013-COPEBRAS INDÚSTRIA LTDA
860.902/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
860.904/2014-MARCELO GARCIA
861.003/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.004/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.041/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.042/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.043/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.049/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.073/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.146/2014-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA
861.166/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.263/2014-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA
861.363/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.410/2014-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA
861.411/2014-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA
861.412/2014-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA
861.413/2014-PEDREIRA ANAPOLIS LTDA
860.198/2015-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
860.199/2015-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
860.200/2015-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
860.211/2015-SAMA SA MINERAÇÕES ASSOCIADAS
860.230/2015-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.
860.109/2017-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO
860.110/2017-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO

Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)

860.764/2009-MINERAÇÃO ITABIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°8491/2009
860.765/2009-MINERAÇÃO ITABIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°11135/2009
860.713/2016-BRASIL MINÉRIOS S.A.-ALVARÁ N°11427/2016

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

861.602/2013-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°7211/2015
861.750/2013-PS ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI ME-ALVARÁ N°7219/2015
860.371/2015-EDSON DA SILVA FERRO FILHO-ALVARÁ N°6663/2015

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

860.441/2011-PLIMGOLD MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°11157/2011
861.449/2012-CLÁUDIO HONOR RIBEIRO-ALVARÁ N°8542/2014
861.224/2014-PLIMGOLD MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7061/2015

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

806.201/1976-SAÚDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA.- Fonte: SÃO JOSÉ; Marca: NATIVA; Embalagem: 500 mL (com gás) marca NATIVA; 500 mL (sem gás) marca NATIVA (Paróquia Santo Antônio); 300 mL (sem gás) marca NATIVA (Alpha Park/Flamboyant).- HIDROLÂNDIA/GO

VALDIJON ESTRELA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 166/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

866.656/2017-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA
866.657/2017-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA
866.658/2017-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA
866.671/2017-ARY SANTA CATARINA
866.702/2017-CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA LTDA.
866.703/2017-CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA LTDA.
866.704/2017-JOÃO GINENES RODRIGUES
866.806/2017-JUAREZ DE OLIVEIRA E SILVA FILHO

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

866.705/2016-MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE-OF. N°363/2017-DGTM
866.713/2016-JOSE MURA JUNIOR-OF. N°364/2017-DGTM
866.605/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°365/2017-DGTM
866.607/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°366/2017-DGTM
866.748/2017-GRANDO ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM-OF. N°367/2017-DGTM
866.761/2017-RICARDO PINHO LARA-OF. N°375/2017-DGTM
866.849/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°374/2017-DGTM

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

866.836/2012-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
866.387/2013-TEN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
866.023/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
866.024/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

Defere pedido de reconsideração(182)

866.066/2014-MINERADORA PARACALL LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina o arquivamento definitivo do processo(279)

866.248/2013-ARTHUR HENRIQUE DE MELO

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

866.724/2016-VINICIUS FURQUIM FERREIRA -Alvará N°661/2017
866.725/2016-VINICIUS FURQUIM FERREIRA -Alvará N°662/2017
866.726/2016-VINICIUS FURQUIM FERREIRA -Alvará N°663/2017
866.727/2016-VINICIUS FURQUIM FERREIRA -Alvará N°664/2017

Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização

de Pesquisa para PLG(1027)

866.062/2015-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)

867.397/2013-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL P CERAMICAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL MT

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(2067)

866.248/2013-ARTHUR HENRIQUE DE MELO

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Indefere Requerimento de PLG(335)

866.507/2015-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE

Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)

866.637/2011-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG N°84/2017 de 03/10/2017 - Prazo 02 anos
866.741/2014-ARTHUR HENRIQUE DE MELO - PLG N°81/2017 de 03/10/2017 - Prazo 03 anos
866.169/2017-ARTHUR HENRIQUE DE MELO - PLG N°80/2017 de 19/09/2017 - Prazo 02 anos

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

866.062/2013-ÁGUA MORRO ALTO IND. E COM. DE BEBIDAS LTDA- Nova Esperança I e Nova Esperança II - Água Mineral Natural Morro Alto - 500mL - 1,5 L e 20 L- VILA RICA/MT

Fase de Lavra Garimpeira

Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)

866.468/1994-DARCI NASCIMENTO EPP - PLG Nº 78/1995 de 14/08/1995- Vencimento em 20/06/2022
866.453/2011-MARCELO MASSARU TAKAHASHI - PLG Nº 41/2014 de 15/08/2014- Vencimento em 15/08/2022
866.454/2011-MARCELO MASSARU TAKAHASHI - PLG Nº 40/2014 de 15/08/2014- Vencimento em 15/08/2022
866.996/2012-LEANDRO FELGA CARIELLO MINERAÇÃO - PLG Nº 51/2014 de 03/09/2014- Vencimento em 03/09/2022

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

866.062/2014-SEBASTIÃO BONIFACIO CASSIMIRO - PLG Nº 47/2014 de 03/09/2014- Vencimento em 03/09/2022
866.179/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG Nº 36/2014 de 31/07/2014- Vencimento em 31/07/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
867.089/2012-JOÃO ROSA DE MORAES-OF. N°448/2017-SUP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
867.290/2013-EVANDRO DE SOUZA- Cessionário:Priminho Antonio Riva- CNPJ 344.821.801-49- PLG n°49/2017
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
866.479/2012-Nelson José Felber- AI N°595/2017
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(577)
866.063/2009-JOSÉ BRITO DOS SANTOS- AI N°352/2016
866.064/2009-JOSÉ BRITO DOS SANTOS- AI N°393/2017
866.684/2010-ALBERTO KERN- AI N°105/2016
866.642/2013-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO- AI N°103/2016
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração por interferência total(822)
866.287/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU MT
Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação(921)
866.369/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- Registro de Extração N°06/2017 de 19/09/2017
866.370/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- Registro de Extração N°05/2017 de 19/09/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
867.129/2014-I BATISTA FAVERO ME
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
866.284/2015-JOSE APARECIDO SOSSAI
866.331/2017-DAVI ALVES DO NASCIMENTO

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 87/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
868.233/2012-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA- Alvará n°1762/2015 - Cessionario:868.194/2015-JOSE ALBERTO DA SILVA- CPF ou CNPJ 072.031.521-20
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
868.125/2013-MINERAÇÃO CALBON LTDA- Área de 42,69 HA para 7,30 HA-CALCARIO DOLOMITICO
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
866.006/1990-PORTO DE AREIA ILHA CAROLINA LTDA EPP-OF. N°1323/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
868.110/1997-MINERAÇÃO D" AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°221.44.025/2017
868.111/1997-MINERAÇÃO D" AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°221.44.025/2017
868.113/1997-MINERAÇÃO D" AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°221.44.025/2017
868.114/1997-MINERAÇÃO D" AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°221.44.025/2017
868.115/1997-MINERAÇÃO D" AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°221.44.025/2017
868.116/1997-MINERAÇÃO D" AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°221.44.025/2017
868.195/1998-MINERAÇÃO D" AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°221.44.025/2017
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
866.003/1990-PORTO DE AREIA ILHA CAROLINA LTDA EPP-OF. N°1323/2017
866.004/1990-PORTO DE AREIA ILHA CAROLINA LTDA EPP-OF. N°1323/2017
866.005/1990-PORTO DE AREIA ILHA CAROLINA LTDA EPP-OF. N°1323/2017
866.007/1990-PORTO DE AREIA ILHA CAROLINA LTDA EPP-OF. N°1323/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do requerimento de lavra(1045)
868.342/2012-GEISON REZENDE SALGADO
868.343/2012-GEISON REZENDE SALGADO

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE
Superintendente

RELAÇÃO Nº 88/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7317/2017-868.390/2016-EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO RIBEIRINHA LTDA-
7318/2017-868.391/2016-EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO RIBEIRINHA LTDA-
7319/2017-868.392/2016-EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO RIBEIRINHA LTDA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

RELAÇÃO Nº 89/2017

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
966.347/1989-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA- AI N° 483/2017 E 484/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
966.347/1989-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA-OF. N°1331/DNPM/MS-2017

RELAÇÃO Nº 90/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
868.361/2016-TRACOMAL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES MACHADO LTDA.
868.022/2017-SIRLEY MAFFISSONI MILANI
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.087/2017-QUENAMARQUES TAVARES RAMOS-OF. N°1270/2017
868.099/2017-MUNIR SADEQ RAMUNIEH-OF. N°1268/2017
868.103/2017-JOSE CARLOS ALTOÉ-OF. N°1269/2017
868.105/2017-JAIRO CLEMENTE DE OLIVEIRA-OF. N°1271/2017
868.106/2017-NEWTON JUNQUEIRA FRANCO NETO-OF. N°1272/2017
868.107/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1274/2017
868.108/2017-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-OF. N°1275/2017
868.109/2017-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-OF. N°1275/2017
868.110/2017-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-OF. N°1275/2017
868.111/2017-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-OF. N°1275/2017
868.113/2017-FRANCISCO APARECIDO MARTINS-OF. N°1277/2017
868.121/2017-ÁGUAS DO TRIUNFO LTDA EPP-OF. N°1327/2017
868.122/2017-ÁGUAS DO TRIUNFO LTDA EPP-OF. N°1327/2017
868.123/2017-MARACAJU ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°1328/2017
Defere pedido de reconsideração(182)
868.331/2016-MINERAÇÃO D" AGOSTINI LTDA EPP
868.383/2016-TIAGO ALVES GARCIA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
868.187/2016-TERRA SUL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
868.188/2016-TERRA SUL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.116/2011-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°1342/2017
868.117/2011-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°1342/2017
868.249/2011-JOSE ALEXANDRE CARVALHO VILLELA DE ANDRADE-OF. N°1368/2017
868.250/2011-JOSE ALEXANDRE CARVALHO VILLELA DE ANDRADE-OF. N°1368/2017
868.385/2011-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°1342/2017
868.386/2011-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°1342/2017
868.312/2012-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°1351/2017
868.313/2012-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°1351/2017
868.314/2012-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°1351/2017
868.166/2015-THOR DE OLIVEIRA FUHRKEN BATISTA-OF. N°1364/2017
868.167/2015-THOR DE OLIVEIRA FUHRKEN BATISTA-OF. N°1364/2017
868.168/2015-THOR DE OLIVEIRA FUHRKEN BATISTA-OF. N°1364/2017
868.169/2015-THOR DE OLIVEIRA FUHRKEN BATISTA-OF. N°1364/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
868.337/2016-WAGNER JOSÉ MARTINS- Cessionário:Agrodoctor Mineração & Agronegócios Ltda - ME- CPF ou CNPJ 24.902.045/0001-10- Alvará n°13169/2016
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
868.165/2015-THOR DE OLIVEIRA FUHRKEN BATISTA -Alvará N°772/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
868.223/1995-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°1335/2017
868.615/1995-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°1335/2017
868.184/2010-TELHEIRA SANTA LOURDES LTDA-ME-OF. N°1264/2017 e 1265/2017
868.145/2016-HORII AGROINDUSTRIAL DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°1266/2017
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do requerimento de lavra(1045)
868.317/2010-ANNA LUCIA CAFARO
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
866.602/1986-MINERAÇÃO ORO-YTE LTDA.- AI N° 487/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
004.084/1958-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A-OF. N°1370/2017
901.894/1982-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°221.44.026/2017
866.602/1986-MINERAÇÃO ORO-YTE LTDA.-OF. N°1367/2017
868.944/1996-ÁGUAS MINERAIS ROSÁRIO DO SUL LTDA EPP-OF. N°1365/2017
868.214/2007-JONAS BARBOSA GARCIA & CIA LTDA EPP-OF. N°1369/2017
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.192/2013-ALEXANDRE VALLEZZI CAVALCANTE-OF. N°1343/2017
868.211/2014-FELIPE EVANGELISTA BELCHIOR EIRELI ME-OF. N°1.338/2017
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
868.192/2013-ALEXANDRE VALLEZZI CAVALCANTE - AI N°149/2017
Nega provimento a defesa apresentada(1193)
868.192/2013-ALEXANDRE VALLEZZI CAVALCANTE
Fase de Requerimento de Licenciamento
Da provimento ao recurso interposto(1171)
868.088/2017-CARLOS ROBERTO KLAUS
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
868.101/2017-ARIEL TRANSPORTE, MINERAÇÃO & CIA. LTDA ME
868.120/2017-ECOMIX PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELLI EPP

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 418/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.323/2003-MINERAÇÃO CANDEIA LTDA - ME-OF. N°128/2017/ESCGV-MG
833.736/2008-EMPRESER EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-OF. N°1757/2017/FISC-MG
834.104/2010-JG AREIA LTDA ME-OF. N°1826/2017/FISC-MG
830.467/2013-VIVIANE ALMEIDA DE PAULA-OF. N°1606/2017/FISC-MG
832.233/2013-MINAS PEDRAS MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°136/2017/ESCGV-MG
832.582/2013-GLOBAL STONE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP-OF. N°1621/2017/FISC-MG
Despacho publicado(256)
833.736/2008-EMPRESER EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. n° 1758/2017/FISC-MG
834.606/2008-MIB MINERAÇÃO IBIRITÉ LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. n° 1825/2017/FISC-MG
834.104/2010-JG AREIA LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. n° 1827/2017/FISC-MG
830.467/2013-VIVIANE ALMEIDA DE PAULA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. n° 1607/2017/FISC-MG
832.582/2013-GLOBAL STONE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. n° 1622/2017/FISC-MG
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.336/2005-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA- Área de 290,93ha para 73,48ha-Minério de Alumínio
832.769/2006-JOÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR ME- Área de 1824,00ha para 216,40ha-Diamante
830.460/2009-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.- Área de 849,29 ha para 637,18 ha-Argila Industrial

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

831.201/2011-MINERAÇÃO PARAOPEBA LTDA- Área de 976,13ha para 581,81ha-Areia e Ardósia
832.738/2011-PBX MINERAÇÃO LTDA- Área de 434,78ha para 189,91ha-Minério de Ferro e Areia (quartzito friável)
834.895/2011-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA- Área de 651,42ha para 279,15ha-Argila Industrial
835.036/2011-JOSÉ RAIMUNDO ASSUNÇÃO- Área de 451,86ha para 49,61ha-Areia
832.582/2013-GLOBAL STONE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP- Área de 999,00ha para 187,02ha-Granito (ornamental)
832.590/2013-MINERAÇÃO SANTO ANTONIO DE VARGINHA LTDA- Área de 62,47ha para 29,12ha-Gnaisse
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.662/2001-CERAMICA ARCOS LTDA-Argila
833.736/2008-EMPRESER EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-Argila
830.467/2013-VIVIANE ALMEIDA DE PAULA-Areia, Quartzo e Ouro (Minério de).
832.233/2013-MINAS PEDRAS MINERAÇÃO LTDA ME-Pegmatito (Revestimento)
832.821/2013-VIVIANE ALMEIDA DE PAULA-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.511/2010-RAVENAGRAN LTDA ME
830.047/2012-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.
831.581/2012-FLÁVIO GRISI
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
832.939/2014-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME-ALVARÁ N°5492/2015
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
833.835/2012-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7969/2014
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
831.028/2017-ENILSON DE SOUZA

JANIO ALVES LEITE
Substituto

RELAÇÃO Nº 420/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Brs Madeiras e Transportes LTDA. me - 831981/16 - A.I. 835/17
I. 834/17
Evaldo Muniz Franco - 831042/16 - A.I. 829/17
Ind e Com de Ceramica Joao de Barro Ltda - 831060/16 - A.I. 827/17
Isabel Francisca de Araujo Seixas - 831174/13 - A.I. 826/17
José Alves Monteiro - 831053/16 - A.I. 825/17
Maria Ernestina de Aguiar Carvalho - 832671/11 - A.I. 833/17
Mineração Serra do Pasmar Eireli me - 830107/16 - A.I. 830/17
Monteminas Minérios Ltda - 831059/16 - A.I. 828/17
Petraminas Mámore Ltda - 830540/15 - A.I. 836/17
Polar Turismo Ltda - 832864/15 - A.I. 831/17
Recursos Minerais do Brasil S.a - 832731/10 - A.I. 832/17
Rocha Brasil Mineração Ltda me - 834260/11 - A.I. 837/17

RELAÇÃO Nº 421/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Clóvis Brito da Rocha - 830615/10 - Not.1787/2017 - R$ 3.154,41
Daniel Geyerhahn Garcia - 830308/13 - Not.1789/2017 - R$ 7.900,91
Devanei Agostinho Rodrigues - 834498/10 - Not.1785/2017 - R$ 1.285,00
jb Comercio de Materiais de Construção Ltda me - 831768/12 - Not.1781/2017 - R$ 1.293,63, 831769/12 - Not.1783/2017 - R$ 2.058,34

RELAÇÃO Nº 422/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Antônio Pinheiro Teixeira - 834769/07 - Not.1794/2017 - R$ 3.734,60
Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 830348/03 - Not.1796/2017 - R$ 3.216,56, 831196/07 - Not.1792/2017 - R$ 402,49, 832482/07 - Not.1804/2017 - R$ 473,29, 833098/06 - Not.1806/2017 - R$ 2.765,82
Brazminco Ltda - 833939/07 - Not.1808/2017 - R$ 2.293,08, 834559/07 - Not.1809/2017 - R$ 15.084,58
Centaurus Brasil Mineração Ltda - 831414/08 - Not.1802/2017 - R$ 4.581,64, 832335/08 - Not.1803/2017 - R$ 64,33
Clóvis Brito da Rocha - 830615/10 - Not.1788/2017 - R$ 3.801,26
Daniel Geyerhahn Garcia - 830308/13 - Not.1790/2017 - R$ 6.485,65
Devanei Agostinho Rodrigues - 834498/10 - Not.1786/2017 - R$ 7.932,30
Gilmar Santana Luz - 830574/07 - Not.1797/2017 - R$ 1.193,99
Gnx Mineração Ltda me - 831177/13 - Not.1799/2017 - R$ 2.018,62
jb Comercio de Materiais de Construção Ltda me - 831768/12 - Not.1782/2017 - R$ 7.602,50, 831769/12 - Not.1784/2017 - R$ 7.602,50
jh Extraçao de Minerio Nas Terras de Minas Ltda - 831241/10 - Not.1800/2017 - R$ 1.810,83
Jotesanvia Ltda - 833489/07 - Not.1807/2017 - R$ 6.697,41
Mineração Limeira Comércio, Exportação e Importação Ltda - 831260/05 - Not.1801/2017 - R$ 971,40
Rnw Mineração Ltda - me - 834229/06 - Not.1791/2017 - R$ 402,49
Roberto Carlos Coimbra Borges - 832514/12 - Not.1805/2017 - R$ 186,22
Serra do Espinhaço Minerção Comercio e Idustria Ltda - 831782/95 - Not.1793/2017 - R$ 389,65

JANIO ALVES LEITE

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 155/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.008/2013-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1513/2017-SGTM/DNPM/RN
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
848.008/2013-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1514/2017-SGTM/DNPM/RN
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
848.004/2016-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE NOVA PALMEIRA - PLG N°04/2017 de 18/10/2017 - Prazo 05 anos

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 128/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Fabio Luis Medeiros de Campos Ribeiro - 890152/15 - Not.360/2017 - R$ 2.179,27
Jose Francisco Carneiro Motta - 890156/16 - Not.364/2017 - R$ 79,43
Mario Jorge Secin da Silveira - 890146/16 - Not.358/2017 - R$ 173,16
Nathanael Soares da Rocha Filho - 890805/13 - Not.368/2017 - R$ 2.624,07
Nilson Azevedo Gomes Filho - 890301/16 - Not.370/2017 - R$ 3.809,23
Severino Nicacio Rodrigues - 890587/15 - Not.366/2017 - R$ 2.347,06

RELAÇÃO Nº 126/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
890.919/2014-ITABORAÍ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-OF. N°2.568/2017/DGTM-60 dias

LUIS FLÁVIO NAGEM MORALES

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 19 de outubro de 2017

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: CONGREGAÇÃO REDENTORISTA DO NORTE DO BRASIL
CNPJ: 07.341.126/0001-79
Município: Fortaleza/CE
Processo nº: 71000.103305/2011-81.

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: FUNDAÇÃO DOM AVELAR BRANDÃO VILELA
CNPJ: 16.406.522/0001-28
Município: Salvador/BA
Processo nº: 71000.029809/2012-11

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução Nº 1.044, de 19/06/2017, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, V, da Lei Nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir outorga de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.905 - Carlos José de Azevedo, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.907 - Edson César Valadares, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.908 - Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda, rio Alcobaça/Itanhaém, Município de Teixeira de Freitas/Bahia, indústria.

Nº 1.909 - Leonardo Mundim Machado, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.910 - Nara Júnia Campos Ribeiro Garcia, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.911 - Carlos Tadeu da Rocha, Ribeirão Cana-brava, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.912 - Marmoreio Empreendimentos Serviços e Administração de Patrimônio Ltda, rio Paranã, Município de Nova Roma/Goiás, irrigação.

Nº 1.913 - Comvap Açúcar e Álcool Ltda, rio Parnaíba, Município de União/Piauí, irrigação.

Nº 1.914 - Elton Geraldo Oliveira Junior, rio Anagé, Município de Anagé/Bahia, irrigação.

Nº 1.915 - Município de Belém, por intermédio da Prefeitura Municipal, rio Guamá, Município de Belém/Pará, esgotamento sanitário.

Nº 1.916 - João Evangelista Gomes Bomfim, reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 1.917 - Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE-VG, rio Cuiabá, Município de Várzea Grande/Mato Grosso, abastecimento público.

Nº 1.918 - Lotufo Engenharia e Construções Ltda., rio Cuiabá, Município de Cuiabá/Mato Grosso, indústria e afins.

Nº 1.919 - Fabiano Manabu Ogawa, Ribeirão Verde, Município de Guarda-Mor/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.920 - Cleydson dos Santos Vaz, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.921 - Rejane Aguiar Bittencourt, rio Carinhanha, Município de Juvenília/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.922 - José Glicério Filho, rio Carinhanha, Município de Montalvânia/Minas Gerais, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÃO Nº 1.906, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº. 1.044, de 19 de junho de 2017, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº. 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes no Processo nº 02501.002211/2017-18, resolveu:

Art. 1º Revogar, a partir de 12 de setembro de 2017, o item 29 do Anexo I da Resolução ANA n° 860, de 16 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2012, Seção 1, página 80, a qual outorgou a BR Metais Fundições LTDA o direito de uso de recursos hídricos no Rio Paraíba do Sul, com a finalidade de Indústria, declaração(ões) CNARH nº. 84245, no município de Barra do Piraí - RJ, por motivo de desistência do interessado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 321, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017
(Publicada no DOU de 20-10-2017)

ANEXO(*)

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							12.000.000
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Em Brasília - DF							12.000.000
			S	1	1	90	0	151	12.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.000.000
TOTAL - GERAL									12.000.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.910.850
		Atividades							
02 331	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							662.250
02 331	0569 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							662.250
			F	3	1	90	0	100	662.250
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							298.000
02 331	0569 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							298.000
			F	3	1	90	0	100	298.000
02 331	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							897.600
02 331	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							897.600
			F	3	1	90	0	100	897.600
		Operações Especiais							
02 331	0569 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							53.000
02 331	0569 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							53.000
			F	3	1	90	0	100	53.000
TOTAL - FISCAL									1.910.850
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.910.850

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							134.126
		Atividades							
02 331	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							108.026
02 331	0569 2010 6012	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							108.026
			F	3	1	90	0	100	108.026
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							26.100
02 331	0569 2011 6012	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							26.100
			F	3	1	90	0	100	26.100
TOTAL - FISCAL									134.126
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									134.126

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							344.000
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							60.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 301	0569 2004 6013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ								60.000
			S	3	1	90	0	100		60.000
02 331	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares								60.000
02 331	0569 2010 6013	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ								60.000
			F	3	1	90	0	100		60.000
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares								198.000
02 331	0569 2011 6013	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ								198.000
			F	3	1	90	0	100		198.000
		Operações Especiais								
02 331	0569 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade								26.000
02 331	0569 00M1 6013	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ								26.000
			F	3	1	90	0	100		26.000
TOTAL - FISCAL										284.000
TOTAL - SEGURIDADE										60.000
TOTAL - GERAL										344.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							337.980
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							337.980
02 301	0569 2004 6014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							337.980
			S	3	1	90	0	100	337.980
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									337.980
TOTAL - GERAL									337.980

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							4.764.250
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.381.150
02 301	0571 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							3.381.150
			S	3	1	90	0	100	3.381.150
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							860.000
02 331	0571 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							860.000
			F	3	1	90	0	100	860.000
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							523.100
02 331	0571 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							523.100
			F	3	1	90	0	100	523.100
TOTAL - FISCAL									1.383.100
TOTAL - SEGURIDADE									3.381.150
TOTAL - GERAL									4.764.250

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.144.351
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.144.351
02 301	0571 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							3.144.351
			S	3	1	90	0	100	3.144.351
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.144.351
TOTAL - GERAL									3.144.351

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							9.600.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							8.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 301	0571 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							8.500.000
			S	3	1	90	0	100	8.500.000
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							190.000
02 331	0571 2010 0031	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							190.000
			F	3	1	90	0	100	190.000
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							10.000
02 331	0571 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							10.000
			F	3	1	90	0	100	10.000
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							900.000
02 331	0571 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							900.000
			F	3	1	90	0	100	900.000
TOTAL - FISCAL									1.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									8.500.000
TOTAL - GERAL									9.600.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.477.516
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							925.650
02 301	0571 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							925.650
			S	3	1	90	0	100	925.650
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							437.775
02 331	0571 2010 0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul							437.775
			F	3	1	90	0	100	437.775
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							114.091
02 331	0571 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul							114.091
			F	3	1	90	0	100	114.091
TOTAL - FISCAL									551.866
TOTAL - SEGURIDADE									925.650
TOTAL - GERAL									1.477.516

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							330.000
		Atividades							
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							330.000
02 331	0571 2012 6017	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							330.000
			F	3	1	90	0	100	330.000
TOTAL - FISCAL									330.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									330.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							643.621
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							184.900
02 301	0571 2004 6018	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							184.900
			S	3	1	90	0	100	184.900
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							120.995
02 331	0571 2010 6018	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							120.995
			F	3	1	90	0	100	120.995
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							23.906
02 331	0571 2011 6018	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							23.906
			F	3	1	90	0	100	23.906
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							313.820
02 331	0571 2012 6018	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							313.820
			F	3	1	90	0	100	313.820
TOTAL - FISCAL									458.721
TOTAL - SEGURIDADE									184.900
TOTAL - GERAL									643.621

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							261.641
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							151.850
02 301	0571 2004 6019	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							151.850
			S	3	1	90	0	100	151.850
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							94.652
02 331	0571 2010 6019	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							94.652
			F	3	1	90	0	100	94.652
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							15.139
02 331	0571 2011 6019	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							15.139
			F	3	1	90	0	100	15.139
TOTAL - FISCAL									109.791
TOTAL - SEGURIDADE									151.850
TOTAL - GERAL									261.641

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							372.197
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							127.505
02 331	0571 2010 0021	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão							127.505
			F	3	1	90	0	100	127.505
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							214.692
02 331	0571 2012 0021	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão							214.692
			F	3	1	90	0	100	214.692
		Operações Especiais							
02 331	0571 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							30.000
02 331	0571 00M1 0021	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Maranhão							30.000
			F	3	1	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									372.197
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									372.197

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							366.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							254.000
02 301	0571 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo							254.000
			S	3	1	90	0	100	254.000
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							112.000
02 331	0571 2012 0032	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo							112.000
			F	3	1	90	0	100	112.000
TOTAL - FISCAL									112.000
TOTAL - SEGURIDADE									254.000
TOTAL - GERAL									366.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.363.040
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.363.040
02 301	0571 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás							1.363.040
			S	3	1	90	0	100	1.363.040
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.363.040
TOTAL - GERAL									1.363.040

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							135.000
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							24.500
02 331	0571 2010 0051	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso							24.500
			F	3	1	90	0	100	24.500
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							110.500
02 331	0571 2012 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso							110.500
			F	3	1	90	0	100	110.500
TOTAL - FISCAL									135.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									135.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							5.000.000
		Atividades							
04 301	2101 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							5.000.000
04 301	2101 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							5.000.000
			S	3	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.000.000
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.084.421
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.084.421
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							4.084.421
			S	1	1	90	0	100	4.084.421
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.084.421
TOTAL - GERAL									4.084.421

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.577.370
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							13.577.370
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							13.577.370
			S	1	1	90	0	100	13.577.370
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.577.370
TOTAL - GERAL									13.577.370

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							26.023
		Atividades							
04 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							26.023
04 122	2101 20TP 5664	Pessoal Ativo da União - Em Brasília - DF							26.023
			F	1	1	90	0	100	26.023
TOTAL - FISCAL									26.023
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									26.023

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							4.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							4.000.000
			F	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20416 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							4.169.790
		Atividades							
26 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							4.169.790
26 122	2101 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							4.169.790
			F	1	1	90	0	100	4.169.790
TOTAL - FISCAL									4.169.790
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.169.790

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.196.754
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							28.196.754
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							28.196.754
			S	1	1	90	0	100	24.165.110
			S	1	1	90	0	156	4.031.644
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.196.754
TOTAL - GERAL									28.196.754

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							25.500.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							25.500.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							25.500.000
			F	1	1	90	0	100	25.000.000
			F	3	1	90	0	100	500.000
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							9.855
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							9.855
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							9.855
			S	3	1	90	0	100	9.855
	2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							28.581.331
		Atividades							
20 122	2105 20TP	Pessoal Ativo da União							28.581.331
20 122	2105 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							28.581.331
			F	1	1	90	0	100	28.581.331
TOTAL - FISCAL									54.081.331
TOTAL - SEGURIDADE									9.855
TOTAL - GERAL									54.091.186

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							1.000.000
			F	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.117.533
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.117.533
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							2.117.533
			S	1	1	90	0	100	2.117.533
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.117.533
TOTAL - GERAL									2.117.533

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.958.296
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.958.296
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							2.958.296
			S	1	1	90	0	100	2.958.296
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.958.296
TOTAL - GERAL									2.958.296

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.395.637
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							9.395.637
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							9.395.637
			S	1	1	90	0	153	9.395.637
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							576
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							576
09 274	0909 0536 0033	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio de Janeiro							576
			S	3	1	90	0	100	576
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.396.213
TOTAL - GERAL									9.396.213

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							84.090
		Atividades							
19 122	2106 20TP	Pessoal Ativo da União							70.797
19 122	2106 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							70.797
			F	1	1	90	0	100	70.797
		Operações Especiais							
19 846	2106 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							13.293
19 846	2106 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							13.293
			F	1	0	91	0	100	13.293
TOTAL - FISCAL									84.090
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									84.090

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							24.279
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							24.279
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							24.279
			S	3	1	90	0	100	24.279
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							3.393.131
		Atividades							
19 301	2106 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.500.000
19 301	2106 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							2.500.000
			S	3	1	90	0	100	2.500.000
19 122	2106 20TP	Pessoal Ativo da União							893.131
19 122	2106 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							893.131
			F	1	1	90	0	100	893.131
TOTAL - FISCAL									893.131
TOTAL - SEGURIDADE									2.524.279
TOTAL - GERAL									3.417.410

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.500.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.500.000
28 846	0901 0022 0033	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio de Janeiro							1.500.000
			F	3	1	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							400.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							400.000
28 846	0901 0022 0043	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio Grande do Sul							400.000
			F	1	1	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24211 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.054.474
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.054.474
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							1.054.474
			S	1	1	90	0	100	1.054.474
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.131
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.131
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							2.131
			F	1	1	90	0	100	2.131
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							20.000
		Operações Especiais							
24 331	2106 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							20.000
24 331	2106 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									22.131
TOTAL - SEGURIDADE									1.054.474
TOTAL - GERAL									1.076.605

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							102.347.920
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							102.347.920
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							102.347.920
			S	1	1	90	0	151	102.347.920
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							182.444
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							182.444
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							182.444
			S	3	1	90	0	100	182.444
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							48.366.784
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Pessoal Ativo da União							45.835.574
04 122	2110 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							45.835.574
			F	1	1	90	0	100	45.835.574
		Operações Especiais							
04 846	2110 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.531.210
04 846	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							2.531.210
			F	1	0	91	0	100	2.531.210
TOTAL - FISCAL									48.366.784
TOTAL - SEGURIDADE									102.530.364
TOTAL - GERAL									150.897.148

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							191.758.881
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							191.758.881
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							191.758.881
			S	1	1	90	0	151	183.720.835
			S	1	1	90	0	153	8.038.046
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									191.758.881
TOTAL - GERAL									191.758.881

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.381.952
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							8.381.952
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							8.381.952
			S	1	1	90	0	100	8.381.952
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.381.952
TOTAL - GERAL									8.381.952

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							503.544
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							503.544
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							503.544
			S	1	1	90	0	100	503.544
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							94.860
		Operações Especiais							
04 846	2110 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							94.860
04 846	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							94.860
			F	1	0	91	0	100	94.860
TOTAL - FISCAL									94.860
TOTAL - SEGURIDADE									503.544
TOTAL - GERAL									598.404

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.400.456
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.400.456
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							2.400.456
			S	1	1	90	0	100	2.400.456
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.400.456
TOTAL - GERAL									2.400.456

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.705.464
		Atividades							
12 368	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.318.016
12 368	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.318.016
			F	1	1	90	0	100	1.318.016
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							387.448
12 846	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							387.448
			F	1	0	91	0	100	387.448
TOTAL - FISCAL									1.705.464
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.705.464

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.679.022
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							11.679.022
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							11.679.022
			S	1	1	90	0	100	11.679.022
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.679.022
TOTAL - GERAL									11.679.022

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							26.061
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							26.061
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Nordeste							26.061
			S	1	1	90	0	100	26.061
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.698.573
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.399.192
12 364	2109 20TP 0020	Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste							1.399.192
			F	1	1	90	0	100	1.399.192
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							299.381
12 846	2109 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste							299.381
			F	1	0	91	0	100	299.381
TOTAL - FISCAL									1.698.573
TOTAL - SEGURIDADE									26.061
TOTAL - GERAL									1.724.634

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.064.463
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							6.064.463
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas							6.064.463
			S	1	1	90	0	100	6.064.463
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							12.645.045
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							10.663.594
12 364	2109 20TP 0027	Pessoal Ativo da União - No Estado de Alagoas							10.663.594
			F	1	1	90	0	100	10.663.594
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.981.451
12 846	2109 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas							1.981.451
			F	1	0	91	0	100	1.981.451
TOTAL - FISCAL									12.645.045
TOTAL - SEGURIDADE									6.064.463
TOTAL - GERAL									18.709.508

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.531.314
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							13.531.314
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia							13.531.314
			S	1	1	90	0	100	13.531.314
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.252.858
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							9.638.752
12 364	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia							9.638.752
			F	1	1	90	0	100	9.638.752
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.614.106
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia							1.614.106
			F	1	0	91	0	100	1.614.106
TOTAL - FISCAL									11.252.858
TOTAL - SEGURIDADE									13.531.314
TOTAL - GERAL									24.784.172

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.172.479
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							6.202.939
12 364	2109 20TP 0023	Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará							6.202.939
			F	1	1	90	0	100	6.202.939
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							969.540
12 846	2109 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará							969.540
			F	1	0	91	0	100	969.540
TOTAL - FISCAL									7.172.479
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.172.479

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.261.004
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							9.261.004
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo							9.261.004
			S	1	1	90	0	100	9.261.004
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.375.467

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades								
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União								4.688.773
12 364	2109 20TP 0032	Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo								4.688.773
			F	1	1	90	0	100		4.688.773
		Operações Especiais								
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								1.686.694
12 846	2109 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo								1.686.694
			F	1	0	91	0	100		1.686.694
TOTAL - FISCAL										6.375.467
TOTAL - SEGURIDADE										9.261.004
TOTAL - GERAL										15.636.471

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.150.341
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							12.150.341
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás							12.150.341
			S	1	1	90	0	100	12.150.341
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							9.830.232
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							8.437.946
12 364	2109 20TP 0052	Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás							8.437.946
			F	1	1	90	0	100	8.437.946
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							76.000
12 331	2109 00M1 0052	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Goiás							76.000
			F	3	1	90	0	100	76.000
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.316.286
12 846	2109 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás							1.316.286
			F	1	0	91	0	100	1.316.286
TOTAL - FISCAL									9.830.232
TOTAL - SEGURIDADE									12.150.341
TOTAL - GERAL									21.980.573

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							31.380.551
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							31.380.551
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							31.380.551
			S	1	1	90	0	100	31.380.551
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.008.674
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.895.674
12 364	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							3.895.674
			F	1	1	90	0	100	3.895.674
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							113.000
12 331	2109 00M1 0033	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro							113.000
			F	3	1	90	0	100	113.000
TOTAL - FISCAL									4.008.674
TOTAL - SEGURIDADE									31.380.551
TOTAL - GERAL									35.389.225

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.694.623
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.694.623
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							7.694.623
			S	1	1	90	0	100	7.694.623
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							464.792
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							464.792

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	100	464.792
									464.792
TOTAL - FISCAL									464.792
TOTAL - SEGURIDADE									7.694.623
TOTAL - GERAL									8.159.415

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.399.680
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							12.399.680
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							12.399.680
			S	1	1	90	0	100	12.399.680
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							20.562.420
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							20.562.420
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							20.562.420
			F	1	1	90	0	112	20.562.420
TOTAL - FISCAL									20.562.420
TOTAL - SEGURIDADE									12.399.680
TOTAL - GERAL									32.962.100

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.125.357
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							10.125.357
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará							10.125.357
			S	1	1	90	0	100	10.125.357
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							17.665.957
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							17.665.957
12 364	2109 20TP 0015	Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará							17.665.957
			F	1	1	90	0	100	17.665.957
TOTAL - FISCAL									17.665.957
TOTAL - SEGURIDADE									10.125.357
TOTAL - GERAL									27.791.314

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							24.416.952
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							24.416.952
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba							24.416.952
			S	1	1	90	0	100	24.416.952
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							90.000
		Atividades							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							40.000
12 301	2109 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba							40.000
			S	3	1	90	0	100	40.000
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							50.000
12 331	2109 2010 0025	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba							50.000
			F	3	1	90	0	100	50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									24.456.952
TOTAL - GERAL									24.506.952

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.295.928
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							15.295.928
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná							15.295.928
			S	1	1	90	0	100	15.295.928
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.259.696
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.907.606
12 364	2109 20TP 0041	Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná							4.907.606
			F	1	1	90	0	100	4.907.606

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Operações Especiais								
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								2.352.090
12 846	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná								2.352.090
			F	1	0	91	0	100		2.352.090
TOTAL - FISCAL										7.259.696
TOTAL - SEGURIDADE										15.295.928
TOTAL - GERAL										22.555.624

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.876.701
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.876.701
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco							7.876.701
			S	1	1	90	0	151	7.876.701
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							15.479.245
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							12.895.955
12 364	2109 20TP 0026	Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco							12.895.955
			F	1	1	90	0	100	12.895.955
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.583.290
12 846	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco							2.583.290
			F	1	0	91	0	100	2.583.290
TOTAL - FISCAL									15.479.245
TOTAL - SEGURIDADE									7.876.701
TOTAL - GERAL									23.355.946

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.576.035
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							28.576.035
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Norte							28.576.035
			S	1	1	90	0	100	28.576.035
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							9.972.768
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							9.972.768
12 364	2109 20TP 0024	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte							9.972.768
			F	1	1	90	0	100	9.972.768
TOTAL - FISCAL									9.972.768
TOTAL - SEGURIDADE									28.576.035
TOTAL - GERAL									38.548.803

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							19.402.854
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							19.402.854
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							19.402.854
			S	1	1	90	0	100	19.402.854
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							13.352.211
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							12.891.978
12 364	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							12.891.978
			F	1	1	90	0	100	12.891.978
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							460.233
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							460.233
			F	1	0	91	0	100	460.233
TOTAL - FISCAL									13.352.211
TOTAL - SEGURIDADE									19.402.854
TOTAL - GERAL									32.755.065

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.503.570
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							14.503.570
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							14.503.570
			S	1	1	90	0	151	14.503.570
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							16.515.450
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							16.515.450
12 364	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							16.515.450
			F	1	1	90	0	100	16.515.450
TOTAL - FISCAL									16.515.450
TOTAL - SEGURIDADE									14.503.570
TOTAL - GERAL									31.019.020

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							18.335.786
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							18.335.786
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina							18.335.786
			S	1	1	90	0	100	18.335.786
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							25.070.924
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							23.023.034
12 364	2109 20TP 0042	Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina							23.023.034
			F	1	1	90	0	100	23.023.034
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.047.890
12 846	2109 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina							2.047.890
			F	1	0	91	0	100	2.047.890
TOTAL - FISCAL									25.070.924
TOTAL - SEGURIDADE									18.335.786
TOTAL - GERAL									43.406.710

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.963.992
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							11.963.992
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							11.963.992
			S	1	1	90	0	100	11.963.992
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							66.221
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							66.221
09 274	0909 0536 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul							66.221
			S	3	1	90	0	100	66.221
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.389.126
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							9.793.591
12 364	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							9.793.591
			F	1	1	90	0	100	9.793.591
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.595.535
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							1.595.535
			F	1	0	91	0	100	1.595.535
TOTAL - FISCAL									11.389.126
TOTAL - SEGURIDADE									12.030.213
TOTAL - GERAL									23.419.339

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.899.221
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.899.221
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco							4.899.221
			S	1	1	90	0	100	4.899.221
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.073.261
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.676.217
12 364	2109 20TP 0026	Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco							5.676.217
			F	1	1	90	0	100	5.676.217
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.397.044
12 846	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco							1.397.044
			F	1	0	91	0	100	1.397.044
TOTAL - FISCAL									7.073.261
TOTAL - SEGURIDADE									4.899.221
TOTAL - GERAL									11.972.482

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.298.419
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							6.298.419
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							6.298.419
			S	1	1	90	0	100	6.298.419
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.967.111
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.967.111
12 364	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.967.111
			F	1	1	90	0	100	2.967.111
TOTAL - FISCAL									2.967.111
TOTAL - SEGURIDADE									6.298.419
TOTAL - GERAL									9.265.530

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.199.250
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.199.250
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Roraima							1.199.250
			S	1	1	90	0	100	1.199.250
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.399.433
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.545.950
12 364	2109 20TP 0014	Pessoal Ativo da União - No Estado de Roraima							4.545.950
			F	1	1	90	0	100	4.545.950
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							853.483
12 846	2109 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima							853.483
			F	1	0	91	0	100	853.483
TOTAL - FISCAL									5.399.433
TOTAL - SEGURIDADE									1.199.250
TOTAL - GERAL									6.598.683

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							303.513
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							303.513
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Tocantins							303.513
			S	1	1	90	0	100	303.513
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.040.384

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.553.607
12 364	2109 20TP 0017	Pessoal Ativo da União - No Estado do Tocantins							4.553.607
			F	1	1	90	0	100	4.553.607
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							486.777
12 846	2109 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins							486.777
			F	1	0	91	0	100	486.777
TOTAL - FISCAL									5.040.384
TOTAL - SEGURIDADE									303.513
TOTAL - GERAL									5.343.897

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.480.087
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							5.480.087
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba							5.480.087
			S	1	1	90	0	100	5.480.087
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.543.995
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.460.995
12 364	2109 20TP 0025	Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba							1.460.995
			F	1	1	90	0	100	1.460.995
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							83.000
12 331	2109 00M1 0025	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado da Paraíba							83.000
			F	3	1	90	0	100	83.000
TOTAL - FISCAL									1.543.995
TOTAL - SEGURIDADE									5.480.087
TOTAL - GERAL									7.024.082

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.003.969
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.003.969
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará							2.003.969
			S	1	1	90	0	100	2.003.969
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.301.998
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							6.254.269
12 364	2109 20TP 0015	Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará							6.254.269
			F	1	1	90	0	100	6.254.269
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.047.729
12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							1.047.729
			F	1	0	91	0	100	1.047.729
TOTAL - FISCAL									7.301.998
TOTAL - SEGURIDADE									2.003.969
TOTAL - GERAL									9.305.967

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.005.047
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.005.047
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							3.005.047
			S	1	1	90	0	100	3.005.047
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							9.604.884
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							8.094.235
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							8.094.235
			F	1	1	90	0	100	8.094.235
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							40.000
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais							40.000
			F	3	1	90	0	100	40.000
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.470.649

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	100		1.470.649
TOTAL - FISCAL										9.604.884
TOTAL - SEGURIDADE										3.005.047
TOTAL - GERAL										12.609.931

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.430.759
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.681.097
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							4.681.097
			F	1	1	90	0	100	4.681.097
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							749.662
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							749.662
			F	1	0	91	0	100	749.662
TOTAL - FISCAL									5.430.759
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.430.759

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.954.480
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.954.480
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							3.954.480
			S	1	1	90	0	100	3.954.480
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.681.293
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							11.142.012
12 363	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							11.142.012
			F	1	1	90	0	100	11.142.012
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							539.281
12 846	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							539.281
			F	1	0	91	0	100	539.281
TOTAL - FISCAL									11.681.293
TOTAL - SEGURIDADE									3.954.480
TOTAL - GERAL									15.635.773

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.830.827
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.830.827
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							4.830.827
			S	1	1	90	0	100	4.830.827
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.560.524
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.560.524
12 363	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							3.560.524
			F	1	1	90	0	112	3.560.524
TOTAL - FISCAL									3.560.524
TOTAL - SEGURIDADE									4.830.827
TOTAL - GERAL									8.391.351

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.814.853
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.814.853
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná							7.814.853
			S	1	1	90	0	100	7.814.853
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							21.968.216
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							21.932.615

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 364	2109 20TP 0041	Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná								21.932.615
			F	1	1	90	0	100		21.932.615
		Operações Especiais								
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								35.601
12 846	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná								35.601
			F	1	0	91	0	100		35.601
TOTAL - FISCAL										21.968.216
TOTAL - SEGURIDADE										7.814.853
TOTAL - GERAL										29.783.069

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							418.281
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							418.281
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							418.281
			S	1	1	90	0	100	418.281
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.638.995
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.275.926
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							1.275.926
			F	1	1	90	0	100	1.275.926
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							363.069
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							363.069
			F	1	0	91	0	100	363.069
TOTAL - FISCAL									1.638.995
TOTAL - SEGURIDADE									418.281
TOTAL - GERAL									2.057.276

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							822.791
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							822.791
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							822.791
			S	1	1	90	0	100	822.791
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.271.077
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.271.077
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							2.271.077
			F	1	1	90	0	100	2.271.077
TOTAL - FISCAL									2.271.077
TOTAL - SEGURIDADE									822.791
TOTAL - GERAL									3.093.868

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.330.568
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							13.330.568
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo							13.330.568
			S	1	1	90	0	100	13.330.568
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.794.652
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.794.652
12 364	2109 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							3.794.652
			F	1	1	90	0	100	3.794.652
TOTAL - FISCAL									3.794.652
TOTAL - SEGURIDADE									13.330.568
TOTAL - GERAL									17.125.220

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.084.593
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.084.593
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							3.084.593
			S	1	1	90	0	100	3.084.593
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.716.452
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.174.798
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							1.174.798
			F	1	1	90	0	100	1.174.798
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							541.654
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							541.654
			F	1	0	91	0	100	541.654
TOTAL - FISCAL									1.716.452
TOTAL - SEGURIDADE									3.084.593
TOTAL - GERAL									4.801.045

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.188.526
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.511.868
12 364	2109 20TP 0024	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte							4.511.868
			F	1	1	90	0	100	4.511.868
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							676.658
12 846	2109 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte							676.658
			F	1	0	91	0	100	676.658
TOTAL - FISCAL									5.188.526
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.188.526

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							72.429
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							72.429
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							72.429
			S	1	1	90	0	100	72.429
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.199.050
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							6.199.050
12 364	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							6.199.050
			F	1	1	90	0	100	6.199.050
TOTAL - FISCAL									6.199.050
TOTAL - SEGURIDADE									72.429
TOTAL - GERAL									6.271.479

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.087.413
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.461.687
12 364	2109 20TP 0041	Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná							1.461.687
			F	1	1	90	0	100	1.461.687
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							625.726

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 846	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná	F	1	0	91	0	100	625.726
									625.726
TOTAL - FISCAL									2.087.413
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.087.413

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.275.158
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.275.158
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Rondônia							2.275.158
			S	1	1	90	0	100	2.275.158
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.923.778
		Atividades							
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							40.000
12 331	2109 2011 0011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia							40.000
			F	3	1	90	0	100	40.000
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.425.760
12 364	2109 20TP 0011	Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia							2.425.760
			F	1	1	90	0	100	2.425.760
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							458.018
12 846	2109 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia							458.018
			F	1	0	91	0	100	458.018
TOTAL - FISCAL									2.923.778
TOTAL - SEGURIDADE									2.275.158
TOTAL - GERAL									5.198.936

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.416.039
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.416.039
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							2.416.039
			S	1	1	90	0	100	2.416.039
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.581.381
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.581.381
12 364	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							5.581.381
			F	1	1	90	0	100	5.581.381
TOTAL - FISCAL									5.581.381
TOTAL - SEGURIDADE									2.416.039
TOTAL - GERAL									7.997.420

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.294.370
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.294.370
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amazonas							1.294.370
			S	1	1	90	0	100	1.294.370
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							16.786.115
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							15.854.156
12 364	2109 20TP 0013	Pessoal Ativo da União - No Estado do Amazonas							15.854.156
			F	1	1	90	0	100	12.283.011
			F	1	1	90	0	112	3.571.145
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							931.959
12 846	2109 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas							931.959
			F	1	0	91	0	100	931.959
TOTAL - FISCAL									16.786.115
TOTAL - SEGURIDADE									1.294.370
TOTAL - GERAL									18.080.485

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.734.444
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							14.734.444
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							14.734.444
			S	1	1	90	0	100	14.734.444
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.788.244
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							6.788.244
12 364	2109 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							6.788.244
			F	1	1	90	0	100	6.788.244
TOTAL - FISCAL									6.788.244
TOTAL - SEGURIDADE									14.734.444
TOTAL - GERAL									21.522.688

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.749.522
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							7.749.522
12 364	2109 20TP 0021	Pessoal Ativo da União - No Estado do Maranhão							7.749.522
			F	1	1	90	0	100	7.749.522
TOTAL - FISCAL									7.749.522
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.749.522

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.263.945
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.263.945
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							3.263.945
			S	1	1	90	0	100	3.263.945
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.553.491
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.509.367
12 364	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							1.509.367
			F	1	1	90	0	100	1.509.367
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							44.124
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							44.124
			F	1	0	91	0	100	44.124
TOTAL - FISCAL									1.553.491
TOTAL - SEGURIDADE									3.263.945
TOTAL - GERAL									4.817.436

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.425.801
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							12.425.801
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							12.425.801
			S	1	1	90	0	100	12.425.801
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.455.670
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.455.670
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							3.455.670
			F	1	1	90	0	100	3.455.670
TOTAL - FISCAL									3.455.670
TOTAL - SEGURIDADE									12.425.801
TOTAL - GERAL									15.881.471

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.685.834
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.685.834
09 272	0089 0181 0012	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Acre							1.685.834
			S	1	1	90	0	100	1.685.834
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.042.386
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.376.636
12 364	2109 20TP 0012	Pessoal Ativo da União - No Estado do Acre							2.376.636
			F	1	1	90	0	100	2.376.636
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							665.750
12 846	2109 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre							665.750
			F	1	0	91	0	100	665.750
TOTAL - FISCAL									3.042.386
TOTAL - SEGURIDADE									1.685.834
TOTAL - GERAL									4.728.220

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.719.890
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							6.719.890
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso							6.719.890
			S	1	1	90	0	100	6.719.890
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							11.977
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							11.977
09 274	0909 0536 0051	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Mato Grosso							11.977
			S	3	1	90	0	100	11.977
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.772.336
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							7.772.336
12 364	2109 20TP 0051	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso							7.772.336
			F	1	1	90	0	100	7.772.336
TOTAL - FISCAL									7.772.336
TOTAL - SEGURIDADE									6.731.867
TOTAL - GERAL									14.504.203

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.790.768
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.790.768
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							3.790.768
			S	1	1	90	0	100	3.790.768
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.147.864
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.147.864
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							3.147.864
			F	1	1	90	0	100	3.147.864
TOTAL - FISCAL									3.147.864
TOTAL - SEGURIDADE									3.790.768
TOTAL - GERAL									6.938.632

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.787.069
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.787.069
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							7.787.069
			S	1	1	90	0	100	7.787.069
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							88.110

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Operações Especiais								
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								88.110
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul								88.110
			F	1	0	91	0	100		88.110
TOTAL - FISCAL										88.110
TOTAL - SEGURIDADE										7.787.069
TOTAL - GERAL										7.875.179

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.884.829
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.884.829
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Piauí							4.884.829
			S	1	1	90	0	100	4.884.829
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.651.687
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							11.651.687
12 364	2109 20TP 0022	Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí							11.651.687
			F	1	1	90	0	100	11.651.687
TOTAL - FISCAL									11.651.687
TOTAL - SEGURIDADE									4.884.829
TOTAL - GERAL									16.536.516

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.900.193
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.900.193
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo							3.900.193
			S	1	1	90	0	100	3.900.193
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.430.135
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.875.451
12 364	2109 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							4.875.451
			F	1	1	90	0	100	4.875.451
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							554.684
12 846	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo							554.684
			F	1	0	91	0	100	554.684
TOTAL - FISCAL									5.430.135
TOTAL - SEGURIDADE									3.900.193
TOTAL - GERAL									9.330.328

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.302.511
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.302.511
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Sergipe							4.302.511
			S	1	1	90	0	100	4.302.511
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							10.933.493
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							9.307.477
12 364	2109 20TP 0028	Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe							9.307.477
			F	1	1	90	0	100	9.307.477
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.626.016
12 846	2109 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe							1.626.016
			F	1	0	91	0	100	1.626.016
TOTAL - FISCAL									10.933.493
TOTAL - SEGURIDADE									4.302.511
TOTAL - GERAL									15.236.004

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.446.339
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							9.446.339
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							9.446.339
			S	1	1	90	0	100	9.446.339
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.804.104
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.804.104
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							5.804.104
			F	1	1	90	0	112	5.804.104
TOTAL - FISCAL									5.804.104
TOTAL - SEGURIDADE									9.446.339
TOTAL - GERAL									15.250.443

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.064.428
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							8.064.428
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul							8.064.428
			S	1	1	90	0	100	8.064.428
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.064.428
TOTAL - GERAL									8.064.428

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							305.351
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							305.351
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							305.351
			S	1	1	90	0	100	305.351
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.549.038
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.002.230
12 364	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							3.002.230
			F	1	1	90	0	100	3.002.230
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							546.808
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							546.808
			F	1	0	91	0	100	546.808
TOTAL - FISCAL									3.549.038
TOTAL - SEGURIDADE									305.351
TOTAL - GERAL									3.854.389

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.022.841
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.022.841
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							1.022.841
			S	1	1	90	0	100	1.022.841
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							8.991.654
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							7.667.745
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							7.667.745
			F	1	1	90	0	100	7.667.745
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.323.909

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	100		1.323.909
										1.323.909
TOTAL - FISCAL										8.991.654
TOTAL - SEGURIDADE										1.022.841
TOTAL - GERAL										10.014.495

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							664.300
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							664.300
09 272	0089 0181 0016	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amapá							664.300
			S	1	1	90	0	100	664.300
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.224.791
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.684.637
12 364	2109 20TP 0016	Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá							1.684.637
			F	1	1	90	0	100	1.684.637
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							540.154
12 846	2109 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá							540.154
			F	1	0	91	0	100	540.154
TOTAL - FISCAL									2.224.791
TOTAL - SEGURIDADE									664.300
TOTAL - GERAL									2.889.091

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							62.536
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							62.536
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							62.536
			S	1	1	90	0	100	62.536
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							28.936
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							28.936
12 846	2109 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							28.936
			F	1	0	91	0	100	28.936
TOTAL - FISCAL									28.936
TOTAL - SEGURIDADE									62.536
TOTAL - GERAL									91.472

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							15.219
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							15.219
09 274	0909 0536 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul							15.219
			S	3	1	90	0	100	15.219
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.219
TOTAL - GERAL									15.219

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.205.139
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.205.139
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							1.205.139
			S	1	1	90	0	100	1.205.139
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.205.139
TOTAL - GERAL									1.205.139

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.002.505
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.002.505
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.002.505
			S	1	1	90	0	100	1.002.505
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.739.502
		Atividades							
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							12.202
12 331	2109 2010 0054	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul							12.202
			F	3	1	90	0	100	12.202
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							77.184
12 331	2109 2012 0054	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul							77.184
			F	3	1	90	0	100	77.184
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.314.536
12 364	2109 20TP 0054	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							5.314.536
			F	1	1	90	0	100	5.314.536
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							44.228
12 331	2109 00M1 0054	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Mato Grosso do Sul							44.228
			F	3	1	90	0	100	44.228
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.291.352
12 846	2109 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.291.352
			F	1	0	91	0	100	1.291.352
TOTAL - FISCAL									6.739.502
TOTAL - SEGURIDADE									1.002.505
TOTAL - GERAL									7.742.007

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							361.653
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							361.653
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia							361.653
			S	1	1	90	0	100	361.653
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							22.481.994
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							22.378.333
12 364	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia							22.378.333
			F	1	1	90	0	100	22.378.333
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							103.661
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia							103.661
			F	1	0	91	0	100	103.661
TOTAL - FISCAL									22.481.994
TOTAL - SEGURIDADE									361.653
TOTAL - GERAL									22.843.647

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							10.370.973
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							8.834.491
12 364	2109 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							8.834.491
			F	1	1	90	0	100	8.834.491
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.536.482
12 846	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo							1.536.482
			F	1	0	91	0	100	1.536.482
TOTAL - FISCAL									10.370.973
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.370.973

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.392.426
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.392.426
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas							1.392.426
			S	1	1	90	0	100	1.392.426
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.392.426
TOTAL - GERAL									1.392.426

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.825.227
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.825.227
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará							1.825.227
			S	1	1	90	0	100	1.825.227
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							950.799
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							950.799
12 302	2109 20TP 0023	Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará							950.799
			S	1	1	90	0	100	950.799
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.776.026
TOTAL - GERAL									2.776.026

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26363 - Maternidade Assis Chateaubriand
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							689.451
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							689.451
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará							689.451
			S	1	1	90	0	100	689.451
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									689.451
TOTAL - GERAL									689.451

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antonio Morais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.799.979
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.799.979
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo							1.799.979
			S	1	1	90	0	100	1.799.979
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.799.979
TOTAL - GERAL									1.799.979

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							46.809
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							46.809
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás							46.809
			S	1	1	90	0	100	46.809
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.093.178
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.093.178
12 302	2109 20TP 0052	Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás							1.093.178
			S	1	1	90	0	100	1.093.178
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.139.987
TOTAL - GERAL									1.139.987

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26368 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.031.342
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.031.342
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							1.031.342
			S	1	1	90	0	100	1.031.342
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.031.342
TOTAL - GERAL									1.031.342

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							174.020
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							174.020
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará							174.020
			S	1	1	90	0	100	174.020
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.225.072
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							729.235
12 302	2109 20TP 0015	Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará							729.235
			S	1	1	90	0	100	729.235
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							495.837
12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							495.837
			S	1	0	91	0	100	495.837
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.399.092
TOTAL - GERAL									1.399.092

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.592.917
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.592.917
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba							4.592.917
			S	1	1	90	0	100	4.592.917
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.592.917
TOTAL - GERAL									4.592.917

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							178.184
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							178.184
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná							178.184
			S	1	1	90	0	100	178.184
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									178.184
TOTAL - GERAL									178.184

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.463.057
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.463.057
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco							2.463.057
			S	1	1	90	0	100	2.463.057
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.463.057
TOTAL - GERAL									2.463.057

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							674.557
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							674.557
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							674.557
			S	1	1	90	0	100	674.557
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									674.557
TOTAL - GERAL									674.557

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							26.898
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							26.898
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul							26.898
			S	1	1	90	0	100	26.898
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									26.898
TOTAL - GERAL									26.898

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.487.145
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.487.145
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina							3.487.145
			S	1	1	90	0	100	3.487.145
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.487.145
TOTAL - GERAL									3.487.145

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.466.238
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.466.238
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							2.466.238
			S	1	1	90	0	100	2.466.238
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.466.238
TOTAL - GERAL									2.466.238

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							312.999
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							312.999
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba							312.999
			S	1	1	90	0	100	312.999
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							579.170
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							579.170
12 846	2109 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba							579.170
			S	1	0	91	0	100	579.170
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									892.169
TOTAL - GERAL									892.169

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							500.853
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							500.853
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							500.853
			S	1	1	90	0	100	500.853
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.738.095
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.738.095
12 302	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							5.738.095
			S	1	1	90	0	100	5.738.095
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.238.948
TOTAL - GERAL									6.238.948

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26392 - Hospital Getúlio Vargas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							482.146
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							482.146
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amazonas							482.146
			S	1	1	90	0	100	482.146
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									482.146
TOTAL - GERAL									482.146

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26393 - Hospital Universitário de Brasília
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							27.772
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							27.772
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							27.772
			S	1	1	90	0	100	27.772
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									27.772
TOTAL - GERAL									27.772

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.162
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							6.162
12 846	2109 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão							6.162
			S	1	0	91	0	100	6.162
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.162
TOTAL - GERAL									6.162

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26395 - Hospital Universitário Miguel Riet Junior
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							854.073
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							854.073
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							854.073
			S	1	1	90	0	100	854.073
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									854.073
TOTAL - GERAL									854.073

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.388.981
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.388.981
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							1.388.981
			S	1	1	90	0	100	1.388.981
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							441.638
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							298.339
12 302	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							298.339
			S	1	1	90	0	100	298.339
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							143.299
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							143.299
			S	1	0	91	0	100	143.299
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.830.619
TOTAL - GERAL									1.830.619

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26397 - Hospital Júlio Muller
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							130.964
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							130.964
12 302	2109 20TP 0051	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso							130.964
			S	1	1	90	0	112	130.964
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									130.964
TOTAL - GERAL									130.964

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.259
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.259
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Piauí							3.259
			S	1	1	90	0	100	3.259
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.259
TOTAL - GERAL									3.259

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							136.385
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							136.385
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Sergipe							136.385
			S	1	1	90	0	100	136.385
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							186.977
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							186.977
12 302	2109 20TP 0028	Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe							186.977
			S	1	1	90	0	112	186.977
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									323.362
TOTAL - GERAL									323.362

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.771.186
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.771.186
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas							2.771.186
			S	1	1	90	0	100	2.771.186
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							10.857.787

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							9.251.663
12 363	2109 20TP 0027	Pessoal Ativo da União - No Estado de Alagoas							9.251.663
			F	1	1	90	0	100	9.251.663
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.606.124
12 846	2109 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas							1.606.124
			F	1	0	91	0	100	1.606.124
TOTAL - FISCAL									10.857.787
TOTAL - SEGURIDADE									2.771.186
TOTAL - GERAL									13.628.973

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							8.067.187
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.774.973
12 363	2109 20TP 0013	Pessoal Ativo da União - No Estado do Amazonas							5.774.973
			F	1	1	90	0	100	5.774.973
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.292.214
12 846	2109 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas							2.292.214
			F	1	0	91	0	100	2.292.214
TOTAL - FISCAL									8.067.187
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.067.187

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							8.729.590
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							6.793.545
12 363	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia							6.793.545
			F	1	1	90	0	100	6.793.545
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.936.045
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia							1.936.045
			F	1	0	91	0	100	1.936.045
TOTAL - FISCAL									8.729.590
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.729.590

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.331.175
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.331.175
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará							4.331.175
			S	1	1	90	0	100	4.331.175
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							20.771.932
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							19.513.219
12 363	2109 20TP 0023	Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará							19.513.219
			F	1	1	90	0	100	19.513.219
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.258.713
12 846	2109 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará							1.258.713
			F	1	0	91	0	100	1.258.713
TOTAL - FISCAL									20.771.932
TOTAL - SEGURIDADE									4.331.175
TOTAL - GERAL									25.103.107

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.561.990
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.561.990
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo							4.561.990
			S	1	1	90	0	100	4.561.990
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.913.864
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							11.284.543
12 363	2109 20TP 0032	Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo							11.284.543
			F	1	1	90	0	100	11.284.543
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							629.321
12 846	2109 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo							629.321
			F	1	0	91	0	100	629.321
TOTAL - FISCAL									11.913.864
TOTAL - SEGURIDADE									4.561.990
TOTAL - GERAL									16.475.854

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.472.400
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.472.400
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás							2.472.400
			S	1	1	90	0	100	2.472.400
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.587.075
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.509.803
12 363	2109 20TP 0052	Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás							4.509.803
			F	1	1	90	0	100	4.509.803
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.077.272
12 846	2109 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás							1.077.272
			F	1	0	91	0	100	1.077.272
TOTAL - FISCAL									5.587.075
TOTAL - SEGURIDADE									2.472.400
TOTAL - GERAL									8.059.475

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.592.279
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.592.279
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Maranhão							1.592.279
			S	1	1	90	0	100	1.592.279
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							18.442.808
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							15.004.488
12 363	2109 20TP 0021	Pessoal Ativo da União - No Estado do Maranhão							15.004.488
			F	1	1	90	0	100	15.004.488
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							3.438.320
12 846	2109 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão							3.438.320
			F	1	0	91	0	100	3.438.320
TOTAL - FISCAL									18.442.808
TOTAL - SEGURIDADE									1.592.279
TOTAL - GERAL									20.035.087

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.674.767
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.674.767
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							1.674.767
			S	1	1	90	0	100	1.674.767
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							16.910.784
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							13.861.595
12 363	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							13.861.595
			F	1	1	90	0	100	13.861.595
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							3.049.189
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							3.049.189
			F	1	0	91	0	100	3.049.189
TOTAL - FISCAL									16.910.784
TOTAL - SEGURIDADE									1.674.767
TOTAL - GERAL									18.585.551

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							848.384
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							848.384
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							848.384
			S	1	1	90	0	100	848.384
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.580.045
		Atividades							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							44.780
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							44.780
			S	3	1	90	0	100	44.780
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							29.598
12 331	2109 2010 0031	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							29.598
			F	3	1	90	0	100	29.598
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							111.581
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							111.581
			F	3	1	90	0	100	111.581
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.898.396
12 363	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							5.898.396
			F	1	1	90	0	100	5.898.396
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							13.663
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais							13.663
			F	3	1	90	0	100	13.663
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.482.027
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							1.482.027
			F	1	0	91	0	100	1.482.027
TOTAL - FISCAL									7.535.265
TOTAL - SEGURIDADE									893.164
TOTAL - GERAL									8.428.429

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.346.029
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.346.029
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							2.346.029
			S	1	1	90	0	100	2.346.029
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.724.349
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.352.756
12 363	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							1.352.756
			F	1	1	90	0	100	1.352.756

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							371.593
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							371.593
			F	1	0	91	0	100	371.593
TOTAL - FISCAL									1.724.349
TOTAL - SEGURIDADE									2.346.029
TOTAL - GERAL									4.070.378

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							467.911
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							467.911
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							467.911
			S	1	1	90	0	100	467.911
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.727.551
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.819.817
12 363	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							3.819.817
			F	1	1	90	0	100	3.819.817
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							907.734
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							907.734
			F	1	0	91	0	100	907.734
TOTAL - FISCAL									4.727.551
TOTAL - SEGURIDADE									467.911
TOTAL - GERAL									5.195.462

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.256.384
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.256.384
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							1.256.384
			S	1	1	90	0	100	1.256.384
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.549.307
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.104.981
12 363	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							1.104.981
			F	1	1	90	0	100	1.104.981
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							444.326
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							444.326
			F	1	0	91	0	100	444.326
TOTAL - FISCAL									1.549.307
TOTAL - SEGURIDADE									1.256.384
TOTAL - GERAL									2.805.691

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.794.453
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.794.453
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso							3.794.453
			S	1	1	90	0	100	3.794.453
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.057.179

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.859.277
12 363	2109 20TP 0051	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso							4.859.277
			F	1	1	90	0	100	4.859.277
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.197.902
12 846	2109 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso							2.197.902
			F	1	0	91	0	100	2.197.902
TOTAL - FISCAL									7.057.179
TOTAL - SEGURIDADE									3.794.453
TOTAL - GERAL									10.851.632

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							13.032.699
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							10.717.543
12 363	2109 20TP 0054	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							10.717.543
			F	1	1	90	0	100	10.717.543
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.315.156
12 846	2109 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul							2.315.156
			F	1	0	91	0	100	2.315.156
TOTAL - FISCAL									13.032.699
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.032.699

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.114.280
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.114.280
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará							3.114.280
			S	1	1	90	0	100	3.114.280
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							470.262
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							470.262
28 846	0901 0005 0015	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Pará							470.262
			F	1	1	90	0	100	470.262
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							19.386.135
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							15.811.427
12 363	2109 20TP 0015	Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará							15.811.427
			F	1	1	90	0	100	15.811.427
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							10.000
12 331	2109 00M1 0015	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Pará							10.000
			F	3	1	90	0	100	10.000
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							3.564.708
12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							3.564.708
			F	1	0	91	0	100	3.564.708
TOTAL - FISCAL									19.856.397
TOTAL - SEGURIDADE									3.114.280
TOTAL - GERAL									22.970.677

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.369.603
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							5.369.603
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba							5.369.603
			S	1	1	90	0	100	5.369.603
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.038.514

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300223

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades								
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União								1.038.514
12 363	2109 20TP 0025	Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba								1.038.514
			F	1	1	90	0	100		1.038.514
TOTAL - FISCAL										1.038.514
TOTAL - SEGURIDADE										5.369.603
TOTAL - GERAL										6.408.117

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.796.890
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							5.796.890
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco							5.796.890
			S	1	1	90	0	100	5.796.890
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							74.636
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							74.636
12 846	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco							74.636
			F	1	0	91	0	100	74.636
TOTAL - FISCAL									74.636
TOTAL - SEGURIDADE									5.796.890
TOTAL - GERAL									5.871.526

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							925.513
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							925.513
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							925.513
			S	1	1	90	0	100	925.513
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							1.625
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							1.625
09 274	0909 0536 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul							1.625
			S	3	1	90	0	100	1.625
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							14.572.563
		Atividades							
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							34.870
12 331	2109 2010 0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul							34.870
			F	3	1	90	0	100	34.870
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							207.770
12 331	2109 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul							207.770
			F	3	1	90	0	100	207.770
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							177.600
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul							177.600
			F	3	1	90	0	100	177.600
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							11.886.181
12 363	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							11.886.181
			F	1	1	90	0	100	11.886.181
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							60.000
12 331	2109 00M1 0043	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul							60.000
			F	3	1	90	0	100	60.000
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.206.142
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							2.206.142
			F	1	0	91	0	100	2.206.142
TOTAL - FISCAL									14.572.563
TOTAL - SEGURIDADE									927.138
TOTAL - GERAL									15.499.701

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							552.604
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							552.604
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							552.604
			S	1	1	90	0	100	552.604
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.953.354
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							7.025.777
12 363	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							7.025.777
			F	1	1	90	0	100	7.025.777
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							927.577
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							927.577
			F	1	0	91	0	100	927.577
TOTAL - FISCAL									7.953.354
TOTAL - SEGURIDADE									552.604
TOTAL - GERAL									8.505.958

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							131.100
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							131.100
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Rondônia							131.100
			S	1	1	90	0	100	131.100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							9.539.424
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							7.950.691
12 363	2109 20TP 0011	Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia							7.950.691
			F	1	1	90	0	100	7.950.691
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.588.733
12 846	2109 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia							1.588.733
			F	1	0	91	0	100	1.588.733
TOTAL - FISCAL									9.539.424
TOTAL - SEGURIDADE									131.100
TOTAL - GERAL									9.670.524

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							804.774
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							804.774
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina							804.774
			S	1	1	90	0	100	804.774
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							13.658.317
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							11.232.042
12 363	2109 20TP 0042	Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina							11.232.042
			F	1	1	90	0	100	11.232.042
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.426.275
12 846	2109 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina							2.426.275
			F	1	0	91	0	100	2.426.275
TOTAL - FISCAL									13.658.317
TOTAL - SEGURIDADE									804.774
TOTAL - GERAL									14.463.091

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.148.506
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.148.506
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Sergipe							1.148.506
			S	1	1	90	0	100	1.148.506
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.158.001
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.661.214
12 363	2109 20TP 0028	Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe							3.661.214
			F	1	1	90	0	100	3.661.214
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							496.787
12 846	2109 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe							496.787
			F	1	0	91	0	100	496.787
TOTAL - FISCAL									4.158.001
TOTAL - SEGURIDADE									1.148.506
TOTAL - GERAL									5.306.507

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							184.084
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							184.084
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Tocantins							184.084
			S	1	1	90	0	100	184.084
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.624.518
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.577.290
12 363	2109 20TP 0017	Pessoal Ativo da União - No Estado do Tocantins							4.577.290
			F	1	1	90	0	100	4.577.290
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.047.228
12 846	2109 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins							1.047.228
			F	1	0	91	0	100	1.047.228
TOTAL - FISCAL									5.624.518
TOTAL - SEGURIDADE									184.084
TOTAL - GERAL									5.808.602

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.987.069
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.403.114
12 363	2109 20TP 0012	Pessoal Ativo da União - No Estado do Acre							2.403.114
			F	1	1	90	0	100	2.403.114
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							583.955
12 846	2109 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre							583.955
			F	1	0	91	0	100	583.955
TOTAL - FISCAL									2.987.069
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.987.069

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.135.744
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.646.541
12 363	2109 20TP 0016	Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá							2.646.541
			F	1	1	90	0	100	2.646.541

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Operações Especiais								
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								489.203
12 846	2109 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá								489.203
			F	1	0	91	0	100		489.203
TOTAL - FISCAL										3.135.744
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										3.135.744

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.666.609
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.666.609
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia							2.666.609
			S	1	1	90	0	100	2.666.609
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.585.450
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.483.825
12 363	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia							1.483.825
			F	1	1	90	0	100	1.483.825
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.101.625
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia							1.101.625
			F	1	0	91	0	100	1.101.625
TOTAL - FISCAL									2.585.450
TOTAL - SEGURIDADE									2.666.609
TOTAL - GERAL									5.252.059

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							323.344
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							323.344
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							323.344
			S	1	1	90	0	100	323.344
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.248.294
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.178.734
12 363	2109 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							4.178.734
			F	1	1	90	0	100	4.178.734
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.069.560
12 846	2109 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							1.069.560
			F	1	0	91	0	100	1.069.560
TOTAL - FISCAL									5.248.294
TOTAL - SEGURIDADE									323.344
TOTAL - GERAL									5.571.638

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.889.391
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.889.391
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás							2.889.391
			S	1	1	90	0	100	2.889.391
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.446.357
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.232.300
12 363	2109 20TP 0052	Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás							5.232.300
			F	1	1	90	0	100	5.232.300

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Operações Especiais								
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								1.214.057
12 846	2109 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás								1.214.057
			F	1	0	91	0	100		1.214.057
TOTAL - FISCAL										6.446.357
TOTAL - SEGURIDADE										2.889.391
TOTAL - GERAL										9.335.748

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.081.337
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.081.337
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco							1.081.337
			S	1	1	90	0	100	1.081.337
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.873.239
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.444.183
12 363	2109 20TP 0026	Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco							2.444.183
			F	1	1	90	0	100	2.444.183
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							429.056
12 846	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco							429.056
			F	1	0	91	0	100	429.056
TOTAL - FISCAL									2.873.239
TOTAL - SEGURIDADE									1.081.337
TOTAL - GERAL									3.954.576

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.008.150
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.008.150
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Piauí							2.008.150
			S	1	1	90	0	100	2.008.150
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.269.557
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.571.852
12 363	2109 20TP 0022	Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí							4.571.852
			F	1	1	90	0	100	4.571.852
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							697.705
12 846	2109 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí							697.705
			F	1	0	91	0	100	697.705
TOTAL - FISCAL									5.269.557
TOTAL - SEGURIDADE									2.008.150
TOTAL - GERAL									7.277.707

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							599.715
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							599.715
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná							599.715
			S	1	1	90	0	100	599.715
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							10.385.637
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							9.022.857
12 363	2109 20TP 0041	Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná							9.022.857
			F	1	1	90	0	100	9.022.857
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.362.780
12 846	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							1.362.780
			F	1	0	91	0	100	1.362.780
TOTAL - FISCAL									10.385.637
TOTAL - SEGURIDADE									599.715
TOTAL - GERAL									10.985.352

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.265.691
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.265.691
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							1.265.691
			S	1	1	90	0	100	1.265.691
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							8.419.551
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							6.700.659
12 363	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							6.700.659
			F	1	1	90	0	100	6.700.659
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.718.892
12 846	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							1.718.892
			F	1	0	91	0	100	1.718.892
TOTAL - FISCAL									8.419.551
TOTAL - SEGURIDADE									1.265.691
TOTAL - GERAL									9.685.242

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.978.984
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.978.984
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							2.978.984
			S	1	1	90	0	100	2.978.984
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.775.914
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.511.828
12 363	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.511.828
			F	1	1	90	0	100	1.511.828
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							264.086
12 846	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							264.086
			F	1	0	91	0	100	264.086
TOTAL - FISCAL									1.775.914
TOTAL - SEGURIDADE									2.978.984
TOTAL - GERAL									4.754.898

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.996.431
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.996.431
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Norte							3.996.431
			S	1	1	90	0	100	3.996.431
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.909.082
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.909.082
12 363	2109 20TP 0024	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte							1.909.082
			F	1	1	90	0	100	1.909.082
TOTAL - FISCAL									1.909.082
TOTAL - SEGURIDADE									3.996.431
TOTAL - GERAL									5.905.513

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.259.109
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.259.109
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							3.259.109
			S	1	1	90	0	100	3.259.109
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.345.635
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.407.585

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 363	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	100	3.407.585	3.407.585
		Operações Especiais								
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								938.050
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	100	938.050	938.050
TOTAL - FISCAL										4.345.635
TOTAL - SEGURIDADE										3.259.109
TOTAL - GERAL										7.604.744

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	R P	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.933.320
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.933.320
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Roraima	S	1	1	90	0	100	1.933.320
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							21.129
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							21.129
12 846	2109 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima	F	1	0	91	0	100	21.129
TOTAL - FISCAL									21.129
TOTAL - SEGURIDADE									1.933.320
TOTAL - GERAL									1.954.449

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	R P	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.624.833
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							6.624.833
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina	S	1	1	90	0	100	6.624.833
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.103.340
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							10.131.874
12 363	2109 20TP 0042	Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina	F	1	1	90	0	100	10.131.874
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							971.466
12 846	2109 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina	F	1	0	91	0	100	971.466
TOTAL - FISCAL									11.103.340
TOTAL - SEGURIDADE									6.624.833
TOTAL - GERAL									17.728.173

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	R P	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.841.025
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.841.025
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo	S	1	1	90	0	100	1.841.025
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							20.222.436
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							17.069.835
12 363	2109 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo	F	1	1	90	0	100	17.069.835
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							3.152.601
12 846	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	F	1	0	91	0	100	3.152.601
TOTAL - FISCAL									20.222.436
TOTAL - SEGURIDADE									1.841.025
TOTAL - GERAL									22.063.461

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							91.269
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							91.269
09 272	0089 0181 0040	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Sul							91.269
			S	1	1	90	0	100	91.269
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.937.534
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.827.326
12 364	2109 20TP 0040	Pessoal Ativo da União - Na Região Sul							4.827.326
			F	1	1	90	0	100	4.827.326
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.110.208
12 846	2109 09HB 0040	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Sul							1.110.208
			F	1	0	91	0	100	1.110.208
TOTAL - FISCAL									5.937.534
TOTAL - SEGURIDADE									91.269
TOTAL - GERAL									6.028.803

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							273.486
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							273.486
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará							273.486
			S	1	1	90	0	100	273.486
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.074.652
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.782.707
12 364	2109 20TP 0015	Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará							4.782.707
			F	1	1	90	0	100	4.782.707
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							291.945
12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							291.945
			F	1	0	91	0	100	291.945
TOTAL - FISCAL									5.074.652
TOTAL - SEGURIDADE									273.486
TOTAL - GERAL									5.348.138

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							88.770
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							88.770
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Nordeste							88.770
			S	1	1	90	0	100	88.770
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.073.797
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.692.750
12 364	2109 20TP 0020	Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste							2.692.750
			F	1	1	90	0	100	2.692.750
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							381.047
12 846	2109 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste							381.047
			F	1	0	91	0	100	381.047
TOTAL - FISCAL									3.073.797
TOTAL - SEGURIDADE									88.770
TOTAL - GERAL									3.162.567

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.500.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							2.500.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							2.500.000
			S	1	1	90	0	100	2.500.000
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							154.164.744
		Atividades							
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							2.147.358
12 331	2109 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							2.147.358
			S	3	1	90	0	100	2.147.358
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							152.017.386
12 302	2109 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							152.017.386
			S	1	1	90	0	100	152.017.386
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									156.664.744
TOTAL - GERAL									156.664.744

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.967
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							17.967
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia							17.967
			S	1	1	90	0	100	17.967
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.085.824
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.817.420
12 364	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia							2.817.420
			F	1	1	90	0	100	2.817.420
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							268.404
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia							268.404
			F	1	0	91	0	100	268.404
TOTAL - FISCAL									3.085.824
TOTAL - SEGURIDADE									17.967
TOTAL - GERAL									3.103.791

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.198
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.198
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará							7.198
			S	1	1	90	0	100	7.198
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.432.951
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							6.888.200
12 364	2109 20TP 0015	Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará							6.888.200
			F	1	1	90	0	100	6.888.200
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							544.751
12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							544.751
			F	1	0	91	0	100	544.751
TOTAL - FISCAL									7.432.951
TOTAL - SEGURIDADE									7.198
TOTAL - GERAL									7.440.149

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							175.892
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							175.892
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará							175.892

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	1	1	90	0	156	175.892
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.779.293
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.340.269
12 364	2109 20TP 0023	Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará							3.340.269
			F	1	1	90	0	100	3.340.269
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							439.024
12 846	2109 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará							439.024
			F	1	0	91	0	100	439.024
TOTAL - FISCAL									3.779.293
TOTAL - SEGURIDADE									175.892
TOTAL - GERAL									3.955.185

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.336.869
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.336.869
12 364	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia							2.336.869
			F	1	1	90	0	100	2.336.869
TOTAL - FISCAL									2.336.869
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.336.869

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.390.246
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.390.246
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							2.390.246
			S	1	1	90	0	100	2.390.246
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							11.050.329
		Atividades							
22 122	2121 20TP	Pessoal Ativo da União							10.300.329
22 122	2121 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							10.300.329
			F	1	1	90	0	100	10.300.329
		Operações Especiais							
22 846	2121 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							750.000
22 846	2121 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							750.000
			F	1	0	91	0	100	750.000
TOTAL - FISCAL									11.050.329
TOTAL - SEGURIDADE									2.390.246
TOTAL - GERAL									13.440.575

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.098.367
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.098.367
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							2.098.367
			S	1	1	90	0	100	2.098.367
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.098.367
TOTAL - GERAL									2.098.367

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.804.551
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.804.551
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							1.804.551
			S	1	1	90	0	100	1.804.551
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							6.990.649
		Atividades							
22 122	2121 20TP	Pessoal Ativo da União							6.252.323
22 122	2121 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							6.252.323
			F	1	1	90	0	100	6.252.323

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Operações Especiais								
22 846	2121 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								738.326
22 846	2121 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro								738.326
			F	1	0	91	0	100		738.326
TOTAL - FISCAL										6.990.649
TOTAL - SEGURIDADE										1.804.551
TOTAL - GERAL										8.795.200

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.443.255
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.443.255
09 272	0089 0181 0010	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Norte							1.443.255
			S	1	1	90	0	100	1.443.255
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.443.255
TOTAL - GERAL									1.443.255

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							4.169.486
		Atividades							
14 331	2112 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							60.000
14 331	2112 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							60.000
			F	3	1	90	0	100	60.000
06 122	2112 20TP	Pessoal Ativo da União							4.104.486
06 122	2112 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							4.104.486
			F	1	1	90	0	100	4.104.486
		Operações Especiais							
14 331	2112 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							5.000
14 331	2112 00M1 0053	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal							5.000
			F	3	1	90	0	100	5.000
TOTAL - FISCAL									4.169.486
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.169.486

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							849.656
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							849.656
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							849.656
			S	1	1	90	0	100	849.656
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							16.000
		Atividades							
04 331	2112 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							16.000
04 331	2112 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							16.000
			F	3	1	90	0	100	16.000
TOTAL - FISCAL									16.000
TOTAL - SEGURIDADE									849.656
TOTAL - GERAL									865.656

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							19.953.156
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							19.953.156
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							19.953.156
			S	1	1	90	0	100	787.848
			S	1	1	90	0	151	19.165.308
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							53.494
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							53.494

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300234

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	100	53.494
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							53.494
		Atividades							400.000
06 301	2112 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							253.065
06 301	2112 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							253.065
			S	3	1	90	0	100	253.065
06 331	2112 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							38.335
06 331	2112 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							38.335
			F	3	1	90	0	100	38.335
		Operações Especiais							
06 331	2112 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							108.600
06 331	2112 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							108.600
			F	3	1	90	0	100	108.600
TOTAL - FISCAL									146.935
TOTAL - SEGURIDADE									20.259.715
TOTAL - GERAL									20.406.650

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							51.700.034
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							51.700.034
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							51.700.034
			S	1	1	90	0	151	51.700.034
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							25.350
		Operações Especiais							
06 331	2112 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							25.350
06 331	2112 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							25.350
			F	3	1	90	0	100	25.350
TOTAL - FISCAL									25.350
TOTAL - SEGURIDADE									51.700.034
TOTAL - GERAL									51.725.384

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.531.471
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							9.531.471
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							9.531.471
			S	1	1	90	0	100	9.531.471
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							15.271
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							15.271
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							15.271
			S	3	1	90	0	100	15.271
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.546.742
TOTAL - GERAL									9.546.742

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							66.430
		Atividades							
14 301	2112 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							65.430
14 301	2112 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							65.430
			S	3	1	90	0	100	65.430
14 331	2112 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							1.000
14 331	2112 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							1.000
			F	3	1	90	0	100	1.000
TOTAL - FISCAL									1.000
TOTAL - SEGURIDADE									65.430
TOTAL - GERAL									66.430

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							33.814.419
		Atividades							
22 122	2119 20TP	Pessoal Ativo da União							33.814.419
22 122	2119 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							33.814.419
			F	1	1	90	0	100	33.814.419
TOTAL - FISCAL									33.814.419
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.814.419

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.291.769
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.291.769
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							2.291.769
			S	1	1	90	0	100	2.291.769
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							490.123
		Atividades							
22 301	2119 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							490.123
22 301	2119 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							490.123
			S	3	1	90	0	100	490.123
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.781.892
TOTAL - GERAL									2.781.892

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							918.284
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							918.284
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							918.284
			S	1	1	90	0	100	918.284
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							967.642
		Atividades							
25 122	2119 20TP	Pessoal Ativo da União							967.642
25 122	2119 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							967.642
			F	1	1	90	0	100	967.642
TOTAL - FISCAL									967.642
TOTAL - SEGURIDADE									918.284
TOTAL - GERAL									1.885.926

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							330.880
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							330.880
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							330.880
			S	1	1	90	0	100	330.880
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							21.868
		Operações Especiais							
25 331	2119 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							5.000
25 331	2119 00M1 0053	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal							5.000
			F	3	1	90	0	100	5.000
25 846	2119 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							16.868
25 846	2119 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							16.868
			F	1	0	91	0	100	16.868
TOTAL - FISCAL									21.868
TOTAL - SEGURIDADE									330.880
TOTAL - GERAL									352.748

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							29.000.000
		Atividades							
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							1.800.000
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							1.800.000
			F	3	1	90	0	100	1.800.000
03 331	0581 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							200.000
03 331	0581 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							200.000
			F	3	1	90	0	100	200.000
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							2.000.000
03 331	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							2.000.000
			F	3	1	90	0	100	2.000.000
03 122	0581 20TP	Pessoal Ativo da União							25.000.000
03 122	0581 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							25.000.000
			F	1	1	90	0	100	25.000.000
TOTAL - FISCAL									29.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.000.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							940.000
		Atividades							
03 301	0581 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							650.000
03 301	0581 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							650.000
			S	3	1	90	0	100	650.000
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							78.000
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							78.000
			F	3	1	90	0	100	78.000
03 331	0581 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							90.000
03 331	0581 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							90.000
			F	3	1	90	0	100	90.000
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							122.000
03 331	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							122.000
			F	3	1	90	0	100	122.000
TOTAL - FISCAL									290.000
TOTAL - SEGURIDADE									650.000
TOTAL - GERAL									940.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							1.190.000
		Atividades							
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							413.000
03 331	0581 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							413.000
			F	3	1	90	0	100	413.000
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							777.000
03 331	0581 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							777.000
			F	3	1	90	0	100	777.000
TOTAL - FISCAL									1.190.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.190.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							960.000
		Atividades							
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							705.000
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							705.000
			F	3	1	90	0	100	705.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares								255.000
03 331	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional								255.000
			F	3	1	90	0	100		255.000
TOTAL - FISCAL										960.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										960.000

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.105.704
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.105.704
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							4.105.704
			S	1	1	90	0	100	4.105.704
	2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores							5.442.746
		Operações Especiais							
07 846	2118 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							5.442.746
07 846	2118 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							5.442.746
			F	1	0	91	0	100	5.442.746
TOTAL - FISCAL									5.442.746
TOTAL - SEGURIDADE									4.105.704
TOTAL - GERAL									9.548.450

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores							2.656
		Atividades							
07 122	2118 20TP	Pessoal Ativo da União							2.656
07 122	2118 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							2.656
			F	1	1	90	0	100	2.656
TOTAL - FISCAL									2.656
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.656

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.676.850
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							11.676.850
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							11.676.850
			S	1	1	90	0	151	11.676.850
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							1.390.050
		Operações Especiais							
10 846	2115 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.390.050
10 846	2115 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							1.390.050
			S	1	0	91	6	100	1.390.050
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.066.900
TOTAL - GERAL									13.066.900

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.109.073
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							2.109.073
28 846	0901 0022 5027	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Município de Porto Alegre - RS							2.109.073
			S	1	1	90	6	100	1.500.000
			S	3	1	90	6	100	609.073
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							42.538
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							42.538

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 274	0909 0536 5027	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Município de Porto Alegre - RS							42.538
			S	3	1	90	0	100	42.538
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							1.880.000
		Atividades							
10 331	2115 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							465.000
10 331	2115 2011 5027	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS							465.000
			S	3	1	90	0	100	465.000
10 331	2115 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							1.415.000
10 331	2115 2012 5027	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS							1.415.000
			S	3	1	90	0	100	1.415.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.031.611
TOTAL - GERAL									4.031.611

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.492.234
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							14.492.234
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							14.492.234
			S	1	1	90	0	151	14.492.234
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							159.502
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							159.502
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							159.502
			S	3	1	90	0	100	159.502
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.651.736
TOTAL - GERAL									14.651.736

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.427.823
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							11.427.823
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							11.427.823
			S	1	1	90	0	151	11.427.823
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.427.823
TOTAL - GERAL									11.427.823

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							128.696
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							128.696
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							128.696
			S	1	1	90	0	151	128.696
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							4.112.861
		Atividades							
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União							2.483.811
10 122	2115 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							2.483.811
			S	1	1	90	0	151	2.483.811
		Operações Especiais							
10 846	2115 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.629.050
10 846	2115 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							1.629.050
			S	1	0	91	0	100	1.629.050
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.241.557
TOTAL - GERAL									4.241.557

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300239

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							97.900.761
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							97.900.761
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							97.900.761
			S	1	1	90	0	151	97.900.761
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									97.900.761
TOTAL - GERAL									97.900.761

ÓRGÃO: 37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU
UNIDADE: 37101 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.480.248
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							5.480.248
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							5.480.248
			S	1	1	90	0	100	5.480.248
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.480.248
TOTAL - GERAL									5.480.248

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							318.437
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							318.437
09 274	0909 0536 0053	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Distrito Federal							318.437
			S	3	1	90	0	100	318.437
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									318.437
TOTAL - GERAL									318.437

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							4.770.197
		Atividades							
26 122	2126 20TP	Pessoal Ativo da União							4.770.197
26 122	2126 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							4.770.197
			F	1	1	90	0	100	4.770.197
TOTAL - FISCAL									5.770.197
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.770.197

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.039.046
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.039.046
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							2.039.046
			S	1	1	90	0	100	2.039.046
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.039.046
TOTAL - GERAL									2.039.046

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							485.755
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							485.755
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							485.755
			S	1	1	90	0	100	485.755
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							198.928
		Operações Especiais							
26 846	2126 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							198.928
26 846	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							198.928
			F	1	0	91	0	100	198.928
TOTAL - FISCAL									198.928
TOTAL - SEGURIDADE									485.755
TOTAL - GERAL									684.683

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.783.810
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.783.810
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							4.783.810
			S	1	1	90	0	100	4.783.810
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							525.457
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							525.457
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							525.457
			S	3	1	90	0	100	525.457
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							13.068.075
		Atividades							
26 122	2126 20TP	Pessoal Ativo da União							533.430
26 122	2126 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							533.430
			F	1	1	90	0	100	533.430
		Operações Especiais							
26 846	2126 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							12.534.645
26 846	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							12.534.645
			F	1	0	91	0	100	12.534.645
TOTAL - FISCAL									13.068.075
TOTAL - SEGURIDADE									5.309.267
TOTAL - GERAL									18.377.342

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.268.036
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.268.036
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							1.268.036
			S	1	1	90	0	100	1.268.036
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							10.888.931
		Atividades							
26 122	2126 20TP	Pessoal Ativo da União							8.319.301
26 122	2126 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							8.319.301
			F	1	1	90	0	100	8.319.301
		Operações Especiais							
26 846	2126 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.569.630
26 846	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							2.569.630
			F	1	0	91	0	100	2.569.630
TOTAL - FISCAL									10.888.931
TOTAL - SEGURIDADE									1.268.036
TOTAL - GERAL									12.156.967

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							20.516.239
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							20.516.239
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							20.516.239
			S	1	1	90	0	100	20.516.239
	2131	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho							402.343
		Atividades							
04 122	2131 20TP	Pessoal Ativo da União							95.343
04 122	2131 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							95.343
			F	1	1	90	0	100	95.343
		Operações Especiais							
04 331	2131 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							307.000
04 331	2131 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							307.000
			F	3	1	90	0	100	307.000
TOTAL - FISCAL									402.343
TOTAL - SEGURIDADE									20.516.239
TOTAL - GERAL									20.918.582

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							734.220
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							734.220
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo							734.220
			S	1	1	90	0	100	734.220
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									734.220
TOTAL - GERAL									734.220

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							223.272
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							223.272
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							223.272
			S	1	1	90	0	100	223.272
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									223.272
TOTAL - GERAL									223.272

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							603.547
		Atividades							
13 122	2107 20TP	Pessoal Ativo da União							603.547
13 122	2107 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							603.547
			F	1	1	90	0	100	603.547
TOTAL - FISCAL									603.547
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									603.547

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42206 - Agência Nacional do Cinema
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							181.090
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							181.090
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							181.090
			S	1	1	90	0	100	181.090
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									181.090
TOTAL - GERAL									181.090

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.528.053
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.528.053
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							1.528.053
			S	1	1	90	0	100	1.528.053
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.528.053
TOTAL - GERAL									1.528.053

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							768.168
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							768.168
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							768.168
			S	1	1	90	0	100	768.168
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									768.168
TOTAL - GERAL									768.168

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.169.201
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							9.169.201
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							9.169.201
			S	1	1	90	0	100	9.169.201
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.169.201
TOTAL - GERAL									9.169.201

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							186.195
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							186.195
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							186.195
			S	1	1	90	0	100	186.195
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							1.421.649
		Atividades							
18 122	2124 20TP	Pessoal Ativo da União							989.715
18 122	2124 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							989.715
			F	1	1	90	0	100	989.715
		Operações Especiais							
18 846	2124 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							431.934
18 846	2124 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							431.934
			F	1	0	91	0	100	431.934
TOTAL - FISCAL									1.421.649
TOTAL - SEGURIDADE									186.195
TOTAL - GERAL									1.607.844

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							368.581
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							368.581
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							368.581
			S	1	1	90	0	100	368.581
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									368.581
TOTAL - GERAL									368.581

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300243

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.291.101
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							5.291.101
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							5.291.101
			S	1	1	90	0	156	5.291.101
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.291.101
TOTAL - GERAL									5.291.101

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							531.924
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							531.924
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							531.924
			S	1	1	90	0	100	531.924
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							20.840.932
		Operações Especiais							
09 274	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							20.840.932
09 274	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional							20.840.932
			S	1	1	90	0	100	20.840.932
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									21.372.856
TOTAL - GERAL									21.372.856

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.014.158
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.014.158
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							2.014.158
			S	1	1	90	0	100	2.014.158
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.014.158
TOTAL - GERAL									2.014.158

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							18.913.484
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							18.913.484
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							18.913.484
			S	1	1	90	0	100	18.913.484
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.913.484
TOTAL - GERAL									18.913.484

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							89.221
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							89.221
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							89.221
			S	1	1	90	0	100	89.221
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									89.221
TOTAL - GERAL									89.221

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							120.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							120.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							120.000
			S	1	1	90	0	118	120.000
	2123	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte							8.241.148
		Atividades							
27 331	2123 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							20.000
27 331	2123 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
27 122	2123 20TP	Pessoal Ativo da União							8.221.148
27 122	2123 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							8.221.148
			F	1	1	90	0	100	400.000
			F	1	1	90	0	118	7.600.000
			F	1	1	91	0	118	221.148
TOTAL - FISCAL									8.241.148
TOTAL - SEGURIDADE									120.000
TOTAL - GERAL									8.361.148

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.686
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							28.686
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							28.686
			S	1	1	90	0	100	28.686
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							10.000
		Operações Especiais							
05 331	2108 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							10.000
05 331	2108 00M1 0053	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal							10.000
			F	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									10.000
TOTAL - SEGURIDADE									28.686
TOTAL - GERAL									38.686

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							121.595.598
		Operações Especiais							
09 272	0089 0179	Pensões Militares das Forças Armadas							121.595.598
09 272	0089 0179 0001	Pensões Militares das Forças Armadas - Nacional							121.595.598
			S	1	1	90	0	100	121.595.598
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							4.701.323
		Operações Especiais							
09 274	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							4.701.323
09 274	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional							4.701.323
			S	1	1	90	0	100	4.701.323
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							138.869.376
		Atividades							
05 122	2108 2867	Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas							132.338.335
05 122	2108 2867 0001	Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional							132.338.335
			F	1	1	90	0	100	132.338.335
		Operações Especiais							
05 331	2108 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							6.531.041
05 331	2108 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							6.531.041
			F	3	1	90	0	100	6.531.041
TOTAL - FISCAL									138.869.376
TOTAL - SEGURIDADE									126.296.921
TOTAL - GERAL									265.166.297

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300245

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							104.415.566
		Operações Especiais							
09 272	0089 0179	Pensões Militares das Forças Armadas							104.415.566
09 272	0089 0179 0001	Pensões Militares das Forças Armadas - Nacional							104.415.566
			S	1	1	90	0	100	104.415.566
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							599.372.099
		Atividades							
05 301	2108 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							43.180.000
05 301	2108 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							43.180.000
			S	3	1	90	0	100	43.180.000
05 331	2108 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							47.414.791
05 331	2108 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							47.414.791
			F	3	1	90	0	100	47.414.791
05 122	2108 214H	Inativos Militares das Forças Armadas							90.134.338
05 122	2108 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional							90.134.338
			F	1	1	90	0	100	90.134.338
05 122	2108 2867	Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas							413.445.398
05 122	2108 2867 0001	Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional							413.445.398
			F	1	1	90	0	100	288.757.157
			F	1	1	90	0	144	124.688.241
		Operações Especiais							
05 331	2108 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							5.197.572
05 331	2108 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							5.197.572
			F	3	1	90	0	100	5.197.572
TOTAL - FISCAL									556.192.099
TOTAL - SEGURIDADE									147.595.566
TOTAL - GERAL									703.787.665

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							63.027.944
		Operações Especiais							
09 272	0089 0179	Pensões Militares das Forças Armadas							42.872.763
09 272	0089 0179 0001	Pensões Militares das Forças Armadas - Nacional							42.872.763
			S	1	1	90	0	100	42.872.763
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							20.155.181
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							20.155.181
			S	1	1	90	0	156	20.155.181
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							54.822
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							54.822
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							54.822
			S	3	1	90	0	100	54.822
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							205.249.780
		Atividades							
05 301	2108 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							20.053.300
05 301	2108 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							20.053.300
			S	4	1	90	0	100	20.053.300
05 331	2108 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							56.000.000
05 331	2108 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							56.000.000
			F	3	1	90	0	100	56.000.000
05 331	2108 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							5.640.000
05 331	2108 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							5.640.000
			F	4	1	90	0	100	5.640.000
05 122	2108 214H	Inativos Militares das Forças Armadas							42.401.568
05 122	2108 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional							42.401.568
			F	1	1	90	0	100	42.401.568
05 122	2108 2867	Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas							75.254.912
05 122	2108 2867 0001	Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional							75.254.912
			F	1	1	90	0	100	75.254.912
		Operações Especiais							
05 331	2108 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							5.900.000
05 331	2108 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							5.900.000
			F	3	1	90	0	100	5.900.000
TOTAL - FISCAL									185.196.480
TOTAL - SEGURIDADE									83.136.066
TOTAL - GERAL									268.332.546

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							750.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							750.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							750.000
			F	3	1	90	0	100	750.000
TOTAL - FISCAL									750.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									750.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52222 - Fundação Osório
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							661.391
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							661.391
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							661.391
			S	1	1	90	0	100	661.391
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									661.391
TOTAL - GERAL									661.391

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							85.734
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							85.734
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							85.734
			S	1	1	90	0	100	85.734
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									85.734
TOTAL - GERAL									85.734

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							18.075.776
		Atividades							
05 122	2108 20TP	Pessoal Ativo da União							18.075.776
05 122	2108 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							18.075.776
			F	1	1	90	0	100	18.075.776
TOTAL - FISCAL									18.075.776
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.075.776

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							438.017
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							438.017
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							438.017
			S	1	1	90	0	100	438.017
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									438.017
TOTAL - GERAL									438.017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							96.310
		Atividades							
04 301	2111 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							96.310
04 301	2111 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							96.310
			S	3	1	90	0	100	96.310
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									96.310
TOTAL - GERAL									96.310

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							1.000.000
			F	3	1	90	0	100	1.000.000
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							1.574.108
		Atividades							
04 301	2111 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							812.010
04 301	2111 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							812.010
			S	3	1	50	0	100	812.010
04 331	2111 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							762.098
04 331	2111 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							762.098
			F	3	1	90	0	100	762.098
TOTAL - FISCAL									1.762.098
TOTAL - SEGURIDADE									812.010
TOTAL - GERAL									2.574.108

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							630.574
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							630.574
09 272	0089 0181 6000	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Amazônia Legal							630.574
			S	1	1	90	0	100	630.574
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									630.574
TOTAL - GERAL									630.574

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							158.167
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							158.167
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Nordeste							158.167
			S	1	1	90	0	100	158.167
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									158.167
TOTAL - GERAL									158.167

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							70.775
		Atividades							
04 301	2111 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							65.525
04 301	2111 2004 0050	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Centro-Oeste							65.525

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	3	1	90	0	100		65.525
04 331	2111 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares								5.250
04 331	2111 2010 0050	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Centro-Oeste								5.250
			F	3	1	90	0	100		5.250
TOTAL - FISCAL										5.250
TOTAL - SEGURIDADE										65.525
TOTAL - GERAL										70.775

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário							8.065.459
		Atividades							
08 301	2122 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							120.000
08 301	2122 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							120.000
			S	3	1	90	0	100	120.000
08 331	2122 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							50.000
08 331	2122 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							50.000
			S	3	1	90	0	100	50.000
08 331	2122 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							320.000
08 331	2122 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							320.000
			S	3	1	90	0	100	320.000
08 122	2122 20TP	Pessoal Ativo da União							7.575.459
08 122	2122 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							7.575.459
			S	1	1	90	0	151	7.575.459
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.065.459
TOTAL - GERAL									8.065.459

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.896.635
		Operações Especiais							
09 274	0089 009K	Complementação de Aposentadorias e Pensões da RFFSA							14.896.635
09 274	0089 009K 0001	Complementação de Aposentadorias e Pensões da RFFSA - Nacional							14.896.635
			S	1	1	90	0	100	14.896.635
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							3.113.749
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							3.113.749
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							3.113.749
			S	1	1	90	0	100	3.113.749
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.010.384
TOTAL - GERAL									18.010.384

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.287.412.927
		Operações Especiais							
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							1.287.412.927
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							1.287.412.927
			S	3	1	90	0	100	1.287.412.927
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.287.412.927
TOTAL - GERAL									1.287.412.927

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							5.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							5.000.000
			F	1	1	90	0	100	5.000.000
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							5.100.144
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							5.100.144

09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional								5.100.144
			S	3	1	90	0	100		5.100.144
TOTAL - FISCAL										5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										5.100.144
TOTAL - GERAL										10.100.144

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	Aprimoramento do Ministério Público							554.279
		Atividades							
03 331	2100 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							93.167
03 331	2100 2010 5664	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Em Brasília - DF							93.167
			F	3	1	90	0	100	93.167
03 122	2100 20TP	Pessoal Ativo da União							461.112
03 122	2100 20TP 5664	Pessoal Ativo da União - Em Brasília - DF							461.112
			F	1	1	90	0	100	461.112
TOTAL - FISCAL									554.279
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									554.279

ÓRGÃO: 60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República
UNIDADE: 60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							15.000
		Atividades							
04 301	2101 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							15.000
04 301	2101 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							15.000
			S	3	1	90	0	100	15.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.000
TOTAL - GERAL									15.000

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.467.571
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							13.467.571
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							13.467.571
			S	1	1	90	0	100	13.467.571
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.467.571
TOTAL - GERAL									13.467.571

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							272.476.702
		Operações Especiais							
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							272.476.702
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							272.476.702
			F	3	1	90	0	100	272.476.702
TOTAL - FISCAL									272.476.702
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									272.476.702

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							193.994.288
		Operações Especiais							
09 272	0089 0053	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios							193.994.288
09 272	0089 0053 0011	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado de Rondônia							7.638.285
			S	1	1	90	0	100	7.638.285
09 272	0089 0053 0014	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado de Roraima							21.832.398
			S	1	1	90	0	100	21.832.398

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0053 0016	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado do Amapá							15.631.321
			S	1	1	90	0	100	15.631.321
09 272	0089 0053 0033	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado do Rio de Janeiro							148.892.284
			S	1	1	90	0	100	148.892.284
2125		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							92.171.230
		Atividades							
04 331	2125 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							280.000
04 331	2125 2011 0011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia							280.000
			F	3	1	90	0	100	280.000
04 122	2125 20TP	Pessoal Ativo da União							69.677.676
04 122	2125 20TP 0011	Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia							20.781.602
			F	1	1	90	0	100	20.781.602
04 122	2125 20TP 0014	Pessoal Ativo da União - No Estado de Roraima							25.401.859
			F	1	1	90	0	100	25.401.859
04 122	2125 20TP 0016	Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá							23.494.215
			F	1	1	90	0	100	23.494.215
		Operações Especiais							
04 846	2125 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							22.213.554
04 846	2125 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia							6.113.155
			F	1	0	91	0	100	6.113.155
04 846	2125 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá							16.100.399
			F	1	0	91	0	100	16.100.399
TOTAL - FISCAL									92.171.230
TOTAL - SEGURIDADE									193.994.288
TOTAL - GERAL									286.165.518

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0903		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							289.868.962
		Operações Especiais							
28 845	0903 009T	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal							98.382.549
28 845	0903 009T 0053	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal - No Distrito Federal							98.382.549
			S	1	1	90	0	100	98.382.549
28 845	0903 00FM	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							7.000.000
28 845	0903 00FM 0053	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							7.000.000
			S	3	1	90	0	100	7.000.000
28 845	0903 00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							103.000.000
28 845	0903 00NR 0053	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							103.000.000
			F	1	1	90	0	100	20.000.000
			F	3	1	90	0	100	68.000.000
			F	4	1	90	0	100	15.000.000
28 845	0903 00Q2	Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil							66.103.864
28 845	0903 00Q2 0053	Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil - No Distrito Federal							66.103.864
			S	1	1	90	0	100	66.103.864
28 845	0903 0312	Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal							15.382.549
28 845	0903 0312 0053	Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal - No Distrito Federal							15.382.549
			F	1	1	90	0	100	15.382.549
TOTAL - FISCAL									118.382.549
TOTAL - SEGURIDADE									171.486.413
TOTAL - GERAL									289.868.962

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.868.876
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.868.876
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							1.868.876
			F	3	2	90	0	100	1.868.876
TOTAL - FISCAL									1.868.876
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.868.876

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300251

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							176.100
		Projetos							
02 122	0569 15HD	Reforma da Central Telefônica do Edifício-Sede do TRF da 1ª Região							176.100
02 122	0569 15HD 5664	Reforma da Central Telefônica do Edifício-Sede do TRF da 1ª Região - Em Brasília - DF							176.100
			F	4	2	90	0	100	176.100
TOTAL - FISCAL									176.100
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									176.100

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							344.000
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							344.000
02 061	0569 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							344.000
			F	3	2	90	0	100	344.000
TOTAL - FISCAL									344.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									344.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							337.980
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							337.980
02 061	0569 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							337.980
			F	3	2	90	0	100	337.980
TOTAL - FISCAL									337.980
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									337.980

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							7.228.907
		Atividades							
02 126	0571 2C73	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação							7.228.907
02 126	0571 2C73 0001	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação - Nacional							7.228.907
			F	3	2	90	0	100	7.228.907
TOTAL - FISCAL									7.228.907
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.228.907

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							9.600.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							9.600.000
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							9.600.000
			F	3	2	90	0	100	9.600.000
TOTAL - FISCAL									9.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.600.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300252

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.477.516
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.477.516
02 122	0571 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul							1.477.516
			F	3	2	90	0	100	1.477.516
TOTAL - FISCAL									1.477.516
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.477.516

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.235.193
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.235.193
02 122	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							1.235.193
			F	4	2	90	0	100	1.235.193
TOTAL - FISCAL									1.235.193
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.235.193

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.550.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.550.000
02 122	0571 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina							2.550.000
			F	3	2	90	0	100	2.550.000
TOTAL - FISCAL									2.550.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.550.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							366.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							366.000
02 122	0571 4256 0032	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Espírito Santo							366.000
			F	3	2	90	0	100	366.000
TOTAL - FISCAL									366.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									366.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							5.000.000
		Atividades							
04 331	2101 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							1.000.000
04 331	2101 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							1.000.000
			F	3	1	90	0	100	1.000.000
04 331	2101 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							4.000.000
04 331	2101 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							4.000.000
			F	3	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300253

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							15.000.000
		Atividades							
06 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							15.000.000
06 122	2101 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							15.000.000
			F	1	1	90	0	100	15.000.000
TOTAL - FISCAL									15.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							3.500.000
		Atividades							
21 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							3.500.000
21 122	2101 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							3.500.000
			F	1	1	90	0	100	3.500.000
TOTAL - FISCAL									3.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							26.040.122
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							26.040.122
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							26.040.122
			F	1	1	90	0	100	158.416
			F	3	1	90	0	100	1.703.835
			F	5	1	90	0	100	24.177.871
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							4.000.000
		Atividades							
21 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							4.000.000
21 122	2101 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							4.000.000
			F	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									30.040.122
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.040.122

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							12.000.000
		Atividades							
04 331	2101 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							2.000.000
04 331	2101 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							2.000.000
			F	3	1	90	0	100	2.000.000
24 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							10.000.000
24 122	2101 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							10.000.000
			F	1	1	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20927 - Fundo de Imprensa Nacional
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.000.000
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Em Brasília - DF							4.000.000
			S	1	1	90	0	153	4.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.000.000
TOTAL - GERAL									4.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							38.500.000
		Atividades							
20 301	2105 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.500.000
20 301	2105 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.500.000
			S	3	1	90	0	100	1.500.000
20 331	2105 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							2.000.000
20 331	2105 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							2.000.000
			F	3	1	90	0	100	2.000.000
20 122	2105 20TP	Pessoal Ativo da União							35.000.000
20 122	2105 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							35.000.000
			F	1	1	90	0	100	35.000.000
TOTAL - FISCAL									37.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.500.000
TOTAL - GERAL									38.500.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							19.500.000
		Atividades							
19 301	2106 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.500.000
19 301	2106 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.500.000
			S	3	1	90	0	100	1.500.000
19 122	2106 20TP	Pessoal Ativo da União							18.000.000
19 122	2106 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							18.000.000
			F	1	1	90	0	100	18.000.000
TOTAL - FISCAL									18.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.500.000
TOTAL - GERAL									19.500.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							30.825
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							30.825
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							30.825
			F	1	1	90	0	100	30.825
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							6.000.000
		Atividades							
19 122	2106 20TP	Pessoal Ativo da União							6.000.000
19 122	2106 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							6.000.000
			F	1	1	90	0	100	6.000.000
TOTAL - FISCAL									6.030.825
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.030.825

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							133.418
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							133.418
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							133.418
			F	1	1	90	0	100	122.144
			F	3	1	90	0	100	11.274
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							11.000.000
		Atividades							
19 122	2106 20TP	Pessoal Ativo da União							11.000.000
19 122	2106 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							11.000.000
			F	1	1	90	0	100	11.000.000
TOTAL - FISCAL									11.133.418
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.133.418

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300255

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							10.000.000
		Atividades							
19 122	2106 20TP	Pessoal Ativo da União							10.000.000
19 122	2106 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							10.000.000
			F	1	1	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							8.481.797
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							8.481.797
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							8.481.797
			S	3	1	90	0	100	8.481.797
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.481.797
TOTAL - GERAL									8.481.797

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							8.000.000
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Pessoal Ativo da União							8.000.000
04 122	2110 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							8.000.000
			F	1	1	90	0	100	8.000.000
TOTAL - FISCAL									8.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							2.000.000
			S	1	1	90	0	100	2.000.000
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							20.000.000
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Pessoal Ativo da União							20.000.000
04 122	2110 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							20.000.000
			F	1	1	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									22.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.803.490
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.803.490
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							1.803.490
			F	1	1	90	0	100	64.296
			F	3	1	90	0	100	1.739.194
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							20.000.000
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Pessoal Ativo da União							20.000.000
04 122	2110 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							20.000.000
			F	1	1	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									21.803.490
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.803.490

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300256

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							8.811
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							8.811
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							8.811
			F	1	1	90	0	100	1.248
			F	3	1	90	0	100	7.563
TOTAL - FISCAL									8.811
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.811

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							173.312
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							173.312
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							173.312
			F	1	1	90	0	100	173.312
TOTAL - FISCAL									173.312
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									173.312

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							7.000.000
			S	1	1	90	0	156	7.000.000
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							34.915.087
		Operações Especiais							
28 846	0909 0C04	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações							34.915.087
28 846	0909 0C04 0001	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional							34.915.087
			F	1	1	90	0	100	34.915.087
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.000.000
		Atividades							
12 122	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.000.000
12 122	2109 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							4.000.000
			F	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									38.915.087
TOTAL - SEGURIDADE									7.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.374
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							7.374
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							7.374
			F	1	1	90	0	100	7.374
TOTAL - FISCAL									7.374
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.374

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							11.886
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							11.886
28 846	0901 0005 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas							11.886
			F	1	1	90	0	100	5.536
			F	3	1	90	0	100	6.350
TOTAL - FISCAL									11.886
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.886

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300257

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							77.571
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							77.571
28 846	0901 0005 0029	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Bahia							77.571
			F	1	1	90	0	100	44.281
			F	3	1	90	0	100	1.710
			F	5	1	90	0	100	31.580
TOTAL - FISCAL									77.571
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									77.571

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							18.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							18.000.000
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará							18.000.000
			S	1	1	90	0	156	18.000.000
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							30.240
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							30.240
28 846	0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará							30.240
			F	1	1	90	0	100	14.606
			F	3	1	90	0	100	15.634
TOTAL - FISCAL									30.240
TOTAL - SEGURIDADE									18.000.000
TOTAL - GERAL									18.030.240

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							327.534
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							327.534
28 846	0901 0005 0032	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Espírito Santo							327.534
			F	1	1	90	0	100	327.534
TOTAL - FISCAL									327.534
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									327.534

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							39.326
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							39.326
28 846	0901 0005 0052	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Goiás							39.326
			F	1	1	90	0	100	36.663
			F	3	1	90	0	100	2.663
TOTAL - FISCAL									39.326
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.326

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							83.331
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							83.331
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							83.331
			F	1	1	90	0	100	77.800
			F	3	1	90	0	100	5.531
TOTAL - FISCAL									83.331
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									83.331

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.613
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.613
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							1.613
			F	1	1	90	0	100	1.613
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.500.000
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.500.000
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							2.500.000
			F	1	1	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									2.501.613
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.501.613

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							555.204
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							555.204
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							555.204
			F	1	1	90	0	100	539.368
			F	3	1	90	0	100	15.836
TOTAL - FISCAL									555.204
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									555.204

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.115.425
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.115.425
28 846	0901 0005 0015	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Pará							1.115.425
			F	1	1	90	0	100	58.271
			F	3	1	90	0	100	1.057.154
TOTAL - FISCAL									1.115.425
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.115.425

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							140.397
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							140.397
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							140.397
			F	1	1	90	0	100	124.093
			F	3	1	90	0	100	16.304
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.000.000
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.000.000
12 364	2109 20TP 0025	Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba							5.000.000
			F	1	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									5.140.397
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.140.397

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							579.795
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							579.795
28 846	0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná							579.795
			F	1	1	90	0	100	222.034

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300259

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	3	1	90	0	100	357.761
TOTAL - FISCAL									579.795
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									579.795

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							207.015
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							207.015
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							207.015
			F	1	1	90	0	100	201.059
			F	3	1	90	0	100	5.956
TOTAL - FISCAL									207.015
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									207.015

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							252.411
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							252.411
28 846	0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte							252.411
			F	1	1	90	0	100	43.626
			F	3	1	90	0	100	208.785
TOTAL - FISCAL									252.411
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									252.411

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.304.845
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.304.845
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							3.304.845
			F	1	1	90	0	100	1.700.646
			F	3	1	90	0	100	1.604.199
TOTAL - FISCAL									3.304.845
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.304.845

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							51.754
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							51.754
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							51.754
			F	1	1	90	0	100	29.052
			F	3	1	90	0	100	22.702
TOTAL - FISCAL									51.754
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									51.754

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							177.252
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							177.252
28 846	0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina							177.252
			F	1	1	90	0	100	85.697
			F	3	1	90	0	100	91.555
TOTAL - FISCAL									177.252
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									177.252

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300260

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							381.262
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							381.262
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							381.262
			F	1	1	90	0	100	190.430
			F	3	1	90	0	100	190.832
TOTAL - FISCAL									381.262
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									381.262

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							49.380
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							49.380
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							49.380
			F	1	1	90	0	100	44.117
			F	3	1	90	0	100	5.263
TOTAL - FISCAL									49.380
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									49.380

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							22.132
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							22.132
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							22.132
			F	1	1	90	0	100	22.132
TOTAL - FISCAL									22.132
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.132

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.447
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.447
28 846	0901 0005 0014	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Roraima							1.447
			F	1	1	90	0	100	1.447
TOTAL - FISCAL									1.447
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.447

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							70.789
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							70.789
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							70.789
			F	1	1	90	0	100	35.901
			F	3	1	90	0	100	34.888
TOTAL - FISCAL									70.789
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.789

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300261

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							9.122
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							9.122
28 846	0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas							9.122
			F	1	1	90	0	100	9.122
TOTAL - FISCAL									9.122
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.122

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.176
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.176
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							1.176
			F	1	1	90	0	100	1.176
TOTAL - FISCAL									1.176
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.176

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							6.262
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							6.262
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							6.262
			F	1	1	90	0	100	6.262
TOTAL - FISCAL									6.262
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.262

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							53
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							53
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							53
			F	1	1	90	0	100	53
TOTAL - FISCAL									53
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									53

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							9.915
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							9.915
28 846	0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná							9.915
			F	1	1	90	0	100	9.712
			F	3	1	90	0	100	203
TOTAL - FISCAL									9.915
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.915

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300262

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.852
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.852
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							4.852
			F	1	1	90	0	100	4.852
TOTAL - FISCAL									4.852
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.852

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							56.933
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							56.933
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							56.933
			F	1	1	90	0	100	55.818
			F	3	1	90	0	100	1.115
TOTAL - FISCAL									56.933
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									56.933

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							67.967
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							67.967
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							67.967
			F	1	1	90	0	100	64.598
			F	3	1	90	0	100	3.369
TOTAL - FISCAL									67.967
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									67.967

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							33.067
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							33.067
28 846	0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte							33.067
			F	1	1	90	0	100	33.067
TOTAL - FISCAL									33.067
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.067

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.218
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.218
28 846	0901 0005 0011	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Rondônia							3.218
			F	1	1	90	0	100	3.218
TOTAL - FISCAL									3.218
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.218

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							18.953
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							18.953
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							18.953
			F	1	1	90	0	100	18.953
TOTAL - FISCAL									18.953
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.953

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.407
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.407
28 846	0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas							2.407
			F	1	1	90	0	100	1.394
			F	3	1	90	0	100	1.013
TOTAL - FISCAL									2.407
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.407

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							245.850
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							245.850
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							245.850
			F	1	1	90	0	100	184.831
			F	3	1	90	0	100	61.019
TOTAL - FISCAL									245.850
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									245.850

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							41.321
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							41.321
28 846	0901 0005 0021	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Maranhão							41.321
			F	1	1	90	0	100	38.208
			F	3	1	90	0	100	3.113
TOTAL - FISCAL									41.321
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.321

4 ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							113.387
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							113.387
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							113.387
			F	1	1	90	0	100	335
			F	3	1	90	0	100	113.052
TOTAL - FISCAL									113.387
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									113.387

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							22.001
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							22.001
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							22.001
			F	1	1	90	0	100	21.421
			F	3	1	90	0	100	580
TOTAL - FISCAL									22.001
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.001

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							6.032
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							6.032
28 846	0901 0005 0012	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Acre							6.032
			F	1	1	90	0	100	6.032
TOTAL - FISCAL									6.032
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.032

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							17.790
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							17.790
28 846	0901 0005 0051	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso							17.790
			F	1	1	90	0	100	15.604
			F	3	1	90	0	100	2.186
TOTAL - FISCAL									17.790
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.790

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							35.887
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							35.887
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							35.887
			F	1	1	90	0	100	22.299
			F	3	1	90	0	100	13.588
TOTAL - FISCAL									35.887
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.887

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							481.213
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							481.213
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							481.213
			F	1	1	90	0	100	346.112
			F	3	1	90	0	100	135.101
TOTAL - FISCAL									481.213
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									481.213

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300265

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.658
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.658
28 846	0901 0005 0022	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Piauí							5.658
			F	1	1	90	0	100	2.594
			F	3	1	90	0	100	3.064
TOTAL - FISCAL									5.658
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.658

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.935
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.935
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							3.935
			F	1	1	90	0	100	3.935
TOTAL - FISCAL									3.935
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.935

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							52.814
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							52.814
28 846	0901 0005 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe							52.814
			F	1	1	90	0	100	22.740
			F	3	1	90	0	100	30.074
TOTAL - FISCAL									52.814
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									52.814

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							76.651
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							76.651
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							76.651
			F	1	1	90	0	100	29.579
			F	3	1	90	0	100	47.072
TOTAL - FISCAL									76.651
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									76.651

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							44.344
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							44.344
28 846	0901 0005 0054	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso do Sul							44.344
			F	1	1	90	0	100	23.451
			F	3	1	90	0	100	20.893
TOTAL - FISCAL									44.344
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									44.344

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300266

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.794
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.794
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							3.794
			F	1	1	90	0	100	3.603
			F	3	1	90	0	100	191
TOTAL - FISCAL									3.794
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.794

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							24.467
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							24.467
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							24.467
			F	1	1	90	0	100	24.467
TOTAL - FISCAL									24.467
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.467

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							185
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							185
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							185
			F	1	1	90	0	100	177
			F	3	1	90	0	100	8
TOTAL - FISCAL									185
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									185

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.178
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.178
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							2.178
			F	1	1	90	0	100	2.178
TOTAL - FISCAL									2.178
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.178

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							9.333
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							9.333
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							9.333
			S	1	1	90	0	100	657
			S	3	1	90	0	100	8.676
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.000.000
12 302	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							5.000.000
			S	1	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.009.333
TOTAL - GERAL									5.009.333

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300267

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							16.524
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							16.524
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							16.524
			F	1	1	90	0	100	6.543
			F	3	1	90	0	100	9.981
TOTAL - FISCAL									16.524
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.524

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.690
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.690
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							1.690
			F	1	1	90	0	100	1.690
TOTAL - FISCAL									1.690
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.690

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.000.000
12 302	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia							4.000.000
			S	1	1	90	0	112	4.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.000.000
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26363 - Maternidade Assis Chateaubriand
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
12 302	2109 20TP 0023	Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará							1.000.000
			S	1	1	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antonio Morais
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							500.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							500.000
12 302	2109 20TP 0032	Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo							500.000
			S	1	1	90	0	112	500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									500.000
TOTAL - GERAL									500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							8.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							8.000.000
12 302	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							8.000.000
			S	1	1	90	0	112	8.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.000.000
TOTAL - GERAL									8.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.000.000
12 302	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							3.000.000
			S	1	1	90	0	112	3.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.000.000
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.000.000
12 302	2109 20TP 0025	Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba							3.000.000
			S	1	1	90	0	100	1.683.866
			S	1	1	90	0	112	1.316.134
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.000.000
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.000.000
12 302	2109 20TP 0041	Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná							4.000.000
			S	1	1	90	0	112	4.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.000.000
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
12 302	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.000.000
			S	1	1	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
12 302	2109 20TP 0042	Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina							1.000.000
			S	1	1	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26389 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
12 302	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							1.000.000
			S	1	1	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							9.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							9.000.000
12 302	2109 20TP 0054	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							9.000.000
			S	1	1	90	0	112	9.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.000.000
TOTAL - GERAL									9.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							27.700
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							27.700
28 846	0901 0005 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas							27.700
			F	1	1	90	0	100	27.700
TOTAL - FISCAL									27.700
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.700

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							72
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							72
28 846	0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas							72
			F	3	1	90	0	100	72
TOTAL - FISCAL									72
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									72

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300270

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.955
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.955
28 846	0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará							3.955
			F	1	1	90	0	100	3.955
TOTAL - FISCAL									3.955
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.955

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.190
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.190
28 846	0901 0005 0032	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Espírito Santo							1.190
			F	1	1	90	0	100	1.190
TOTAL - FISCAL									1.190
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.190

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.013
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.013
28 846	0901 0005 0021	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Maranhão							5.013
			F	1	1	90	0	100	5.013
TOTAL - FISCAL									5.013
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.013

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							410
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							410
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							410
			F	1	1	90	0	100	410
TOTAL - FISCAL									410
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									410

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							24.530
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							24.530
28 846	0901 0005 0051	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso							24.530
			F	1	1	90	0	100	22.707
			F	3	1	90	0	100	1.823
TOTAL - FISCAL									24.530
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.530

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							44.149
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							44.149
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							44.149
			F	1	1	90	0	100	44.149
TOTAL - FISCAL									44.149
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									44.149

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							11.428
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							11.428
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							11.428
			F	1	1	90	0	100	11.428
TOTAL - FISCAL									11.428
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.428

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							56.298
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							56.298
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							56.298
			F	1	1	90	0	100	56.298
TOTAL - FISCAL									56.298
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									56.298

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.934
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.934
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							1.934
			F	1	1	90	0	100	1.934
TOTAL - FISCAL									1.934
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.934

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.243
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.243
28 846	0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina							2.243
			F	1	1	90	0	100	2.243
TOTAL - FISCAL									2.243
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.243

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.964
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.964
28 846	0901 0005 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe							2.964
			F	1	1	90	0	100	2.964
TOTAL - FISCAL									2.964
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.964

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							43.985
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							43.985
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							43.985
			F	1	1	90	0	100	42.614
			F	3	1	90	0	100	1.371
TOTAL - FISCAL									43.985
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									43.985

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.338
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.338
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							1.338
			F	1	1	90	0	100	1.338
TOTAL - FISCAL									1.338
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.338

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							61.539
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							61.539
28 846	0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte							61.539
			F	1	1	90	0	100	58.664
			F	3	1	90	0	100	2.875
TOTAL - FISCAL									61.539
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									61.539

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							21.859
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							21.859
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							21.859
			F	1	1	90	0	100	550
			F	3	1	90	0	100	21.309
TOTAL - FISCAL									21.859
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.859

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300273

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							326.648
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							326.648
28 846	0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina							326.648
			F	1	1	90	0	100	323.320
			F	3	1	90	0	100	3.328
TOTAL - FISCAL									326.648
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									326.648

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.460
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.460
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							1.460
			F	1	1	90	0	100	1.460
TOTAL - FISCAL									1.460
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.460

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.147.358
		Atividades							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.147.358
12 301	2109 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							2.147.358
			S	3	1	90	0	100	2.147.358
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.147.358
TOTAL - GERAL									2.147.358

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.571
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.571
28 846	0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará							1.571
			F	1	1	90	0	100	1.571
TOTAL - FISCAL									1.571
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.571

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.420
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							7.420
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							7.420
			F	1	1	90	0	100	6.531
			F	3	1	90	0	100	889
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							3.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades								
22 122	2121 20TP	Pessoal Ativo da União								3.000.000
22 122	2121 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional								3.000.000
			F	1	1	90	0	100		3.000.000
TOTAL - FISCAL										3.007.420
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										3.007.420

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.558
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							7.558
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							7.558
			F	1	1	90	0	100	7.294
			F	3	1	90	0	100	264
TOTAL - FISCAL									7.558
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.558

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							703.462
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							703.462
28 846	0901 0005 0010	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Norte							703.462
			F	3	1	90	0	100	703.462
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							1.000.000
		Atividades							
22 122	2121 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
22 122	2121 20TP 0010	Pessoal Ativo da União - Na Região Norte							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.703.462
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.703.462

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							4.000.000
			S	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.000.000
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							400.000
		Atividades							
06 331	2112 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							400.000
06 331	2112 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							400.000
			F	3	1	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							63.000.000
		Atividades							
06 122	2112 20TP	Pessoal Ativo da União							63.000.000
06 122	2112 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							63.000.000
			F	1	1	90	0	100	63.000.000
TOTAL - FISCAL									63.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									63.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300275

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							295.656
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							295.656
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							295.656
			F	1	1	90	0	100	164.107
			F	3	1	90	0	100	85.837
			F	5	1	90	0	100	45.712
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							5.000.000
		Atividades							
14 122	2112 20TP	Pessoal Ativo da União							5.000.000
14 122	2112 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							5.000.000
			F	1	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									5.295.656
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.295.656

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.500.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							1.500.000
			S	1	1	90	0	100	1.500.000
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							6.000.000
		Atividades							
25 122	2119 20TP	Pessoal Ativo da União							6.000.000
25 122	2119 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							6.000.000
			F	1	1	90	0	100	6.000.000
TOTAL - FISCAL									6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.500.000
TOTAL - GERAL									7.500.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							3.000.000
		Atividades							
22 122	2119 20TP	Pessoal Ativo da União							3.000.000
22 122	2119 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							3.000.000
			F	1	1	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							284.250
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							284.250
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							284.250
			F	1	1	90	0	100	283.310
			F	3	1	90	0	100	940
TOTAL - FISCAL									284.250
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									284.250

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.619
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.619
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							3.619
			F	3	1	90	0	100	3.619
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							2.000.000
		Atividades							
25 122	2119 20TP	Pessoal Ativo da União							2.000.000
25 122	2119 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							2.000.000
			F	1	1	90	0	100	2.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300276

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - FISCAL												2.003.619
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												2.003.619

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							1.500.000
		Atividades							
25 122	2119 20TP	Pessoal Ativo da União							1.500.000
25 122	2119 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.500.000
			F	1	1	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							29.000.000
		Atividades							
03 062	0581 4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal							29.000.000
03 062	0581 4264 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal - Nacional							29.000.000
			F	3	2	90	0	100	29.000.000
TOTAL - FISCAL									29.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.000.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							940.000
		Atividades							
03 062	0581 4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar							940.000
03 062	0581 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional							940.000
			F	3	2	90	0	100	940.000
TOTAL - FISCAL									940.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									940.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							1.190.000
		Atividades							
03 331	0581 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							33.000
03 331	0581 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							33.000
			F	3	1	90	0	100	33.000
03 062	0581 4261	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios							1.157.000
03 062	0581 4261 0053	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - No Distrito Federal							1.157.000
			F	3	2	90	0	100	1.157.000
TOTAL - FISCAL									1.190.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.190.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							960.000
		Atividades							
03 062	0581 4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho							960.000
03 062	0581 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional							960.000
			F	3	2	90	0	100	960.000
TOTAL - FISCAL									960.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									960.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300277

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores							25.000.000
		Atividades							
07 122	2118 20TP	Pessoal Ativo da União							25.000.000
07 122	2118 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							25.000.000
			F	1	1	90	0	100	25.000.000
TOTAL - FISCAL									25.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.000.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							398.415
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							398.415
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							398.415
			S	1	1	90	6	100	1.642
			S	3	1	90	6	100	396.773
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							58.000.000
		Atividades							
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União							58.000.000
10 122	2115 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							58.000.000
			S	1	1	90	6	151	58.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									58.398.415
TOTAL - GERAL									58.398.415

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							38.000.000
		Atividades							
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União							38.000.000
10 122	2115 20TP 5027	Pessoal Ativo da União - No Município de Porto Alegre - RS							38.000.000
			S	1	1	90	6	100	29.999.998
			S	1	1	90	6	151	8.000.002
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									38.000.000
TOTAL - GERAL									38.000.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							659.038
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							659.038
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							659.038
			S	1	1	90	6	100	179.170
			S	3	1	90	6	100	479.868
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							140.000.000
		Atividades							
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União							140.000.000
10 122	2115 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							140.000.000
			S	1	1	90	6	151	140.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									140.659.038
TOTAL - GERAL									140.659.038

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.427
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							7.427
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							7.427
			S	1	1	90	6	100	7.427
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							28.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300278

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades								
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União								28.000.000
10 122	2115 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional								28.000.000
			S	1	1	90	6	151		28.000.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										28.007.427
TOTAL - GERAL										28.007.427

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							50.577
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							50.577
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							50.577
			S	3	1	90	0	100	50.577
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									50.577
TOTAL - GERAL									50.577

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							190.000.000
		Atividades							
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União							190.000.000
10 122	2115 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							190.000.000
			S	1	1	90	6	151	190.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									190.000.000
TOTAL - GERAL									190.000.000

ÓRGÃO: 37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU
UNIDADE: 37101 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2133	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle							1.000.000
		Atividades							
04 122	2133 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
04 122	2133 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							42.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							42.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							42.000.000
			S	1	1	90	0	100	42.000.000
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							10.000.000
		Atividades							
26 122	2126 20TP	Pessoal Ativo da União							10.000.000
26 122	2126 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							10.000.000
			F	1	1	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									42.000.000
TOTAL - GERAL									52.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							1.000.000
		Atividades							
26 122	2126 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
26 122	2126 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300279

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.144.259
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.144.259
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							4.144.259
			F	1	1	90	0	100	90.921
			F	3	1	90	0	100	3.905.499
			F	5	1	90	0	100	147.839
TOTAL - FISCAL									4.144.259
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.144.259

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2131	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho							307.000
		Atividades							
04 301	2131 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							307.000
04 301	2131 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							307.000
			S	3	1	90	0	100	307.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									307.000
TOTAL - GERAL									307.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							8.070
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							8.070
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							8.070
			F	1	1	90	0	100	8.070
	2131	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho							1.000.000
		Atividades							
11 122	2131 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
11 122	2131 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.008.070
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.008.070

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							9.000.000
		Atividades							
13 122	2107 20TP	Pessoal Ativo da União							9.000.000
13 122	2107 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							9.000.000
			F	1	1	90	0	100	9.000.000
TOTAL - FISCAL									9.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.000.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							18.173
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							18.173
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							18.173
			F	1	1	90	0	100	17.900
			F	3	1	90	0	100	273
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							7.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300280

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades								
13 122	2107 20TP	Pessoal Ativo da União								7.000.000
13 122	2107 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional								7.000.000
			F	1	1	90	0	100		7.000.000
TOTAL - FISCAL										7.018.173
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										7.018.173

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.537
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.537
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							4.537
			F	1	1	90	0	100	4.537
TOTAL - FISCAL									4.537
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.537

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							2.000.000
		Atividades							
18 122	2124 20TP	Pessoal Ativo da União							2.000.000
18 122	2124 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							2.000.000
			F	1	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.012.926
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.012.926
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							3.012.926
			F	1	1	90	0	100	330.776
			F	3	1	90	0	100	2.381.341
			F	5	1	90	0	100	300.809
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							18.000.000
		Atividades							
18 122	2124 20TP	Pessoal Ativo da União							18.000.000
18 122	2124 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							18.000.000
			F	1	1	90	0	100	18.000.000
TOTAL - FISCAL									21.012.926
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.012.926

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.049.393
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.049.393
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							5.049.393
			F	3	1	90	0	100	168.825
			F	5	1	90	0	100	4.880.568
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							5.000.000
		Atividades							
18 122	2124 20TP	Pessoal Ativo da União							5.000.000
18 122	2124 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							5.000.000
			F	1	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									10.049.393
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.049.393

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300281

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							44.759.073
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							44.759.073
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							44.759.073
			F	1	1	90	0	100	39.400.000
			F	3	1	90	0	100	5.359.073
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							129.378.065
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							21.272.144
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							21.272.144
			S	3	1	90	0	100	21.272.144
28 846	0909 0623	Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes							25.512.523
28 846	0909 0623 0001	Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes - Nacional							25.512.523
			F	3	1	90	0	100	25.512.523
09 274	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							14.687.760
09 274	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional							14.687.760
			S	3	1	90	0	100	14.687.760
09 274	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							67.905.638
09 274	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional							67.905.638
			S	1	1	90	0	100	28.000.000
			S	3	1	90	0	100	39.905.638
TOTAL - FISCAL									70.271.596
TOTAL - SEGURIDADE									103.865.542
TOTAL - GERAL									174.137.138

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							33.620
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							33.620
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							33.620
			F	1	1	90	0	100	32.199
			F	3	1	90	0	100	1.421
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							4.000.000
		Atividades							
04 122	2125 20TP	Pessoal Ativo da União							4.000.000
04 122	2125 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							4.000.000
			F	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.033.620
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.033.620

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							870.796
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							870.796
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							870.796
			F	1	1	90	0	100	762.582
			F	3	1	90	0	100	108.214
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							4.000.000
		Atividades							
04 122	2125 20TP	Pessoal Ativo da União							4.000.000
04 122	2125 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							4.000.000
			F	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.870.796
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.870.796

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300282

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento							8.341.148
		Atividades							
27 811	2035 20YA	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento							1.941.148
27 811	2035 20YA 0001	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - Nacional							1.941.148
			F	3	2	90	0	118	1.941.148
27 811	2035 216U	Preparação de Seleções Principais para Representação do Brasil em Competições Internacionais							6.000.000
27 811	2035 216U 0001	Preparação de Seleções Principais para Representação do Brasil em Competições Internacionais - Nacional							6.000.000
			F	3	2	90	0	118	6.000.000
		Projetos							
27 811	2035 15NP	Implantação do Autódromo do Rio de Janeiro							400.000
27 811	2035 15NP 0033	Implantação do Autódromo do Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro							400.000
			F	4	2	90	0	100	400.000
	2123	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte							20.000
		Atividades							
27 331	2123 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							20.000
27 331	2123 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									8.361.148
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.361.148

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							7.020.000
		Atividades							
05 122	2108 20TP	Pessoal Ativo da União							7.000.000
05 122	2108 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							7.000.000
			F	1	1	90	0	100	7.000.000
		Operações Especiais							
07 331	2108 00PO	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX							20.000
07 331	2108 00PO 0002	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX - No Exterior							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									7.020.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.020.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							8.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							8.000.000
			S	1	1	90	0	100	817.316
			S	1	1	90	0	153	7.182.684
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							2.000.000
		Operações Especiais							
09 274	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							2.000.000
09 274	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional							2.000.000
			S	1	1	90	0	100	2.000.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							159.693.559

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300283

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades								
05 331	2108 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares								6.693.559
05 331	2108 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional								6.693.559
			F	3	1	90	0	100		6.693.559
05 122	2108 20TP	Pessoal Ativo da União								28.000.000
05 122	2108 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional								28.000.000
			F	1	1	90	0	100		28.000.000
05 122	2108 214H	Inativos Militares das Forças Armadas								125.000.000
05 122	2108 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional								125.000.000
			F	1	1	90	0	100		311.759
			F	1	1	90	0	144		124.688.241
TOTAL - FISCAL										159.693.559
TOTAL - SEGURIDADE										10.000.000
TOTAL - GERAL										169.693.559

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							7.000.000
			S	1	1	90	0	100	749.001
			S	1	1	90	0	153	6.250.999
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							3.500.000
		Operações Especiais							
09 274	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							2.500.000
09 274	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional							2.500.000
			S	1	1	90	0	100	2.500.000
09 274	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							1.000.000
09 274	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional							1.000.000
			S	1	1	90	0	100	1.000.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							51.180.000
		Atividades							
05 331	2108 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							43.180.000
05 331	2108 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							43.180.000
			F	3	1	90	0	100	43.180.000
05 122	2108 20TP	Pessoal Ativo da União							6.000.000
05 122	2108 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							6.000.000
			F	1	1	90	0	100	6.000.000
		Operações Especiais							
07 331	2108 00PO	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX							2.000.000
07 331	2108 00PO 0002	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX - No Exterior							2.000.000
			F	3	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									51.180.000
TOTAL - SEGURIDADE									10.500.000
TOTAL - GERAL									61.680.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							4.500.000
		Operações Especiais							
09 274	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							3.000.000
09 274	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional							3.000.000
			S	1	1	90	0	100	3.000.000
09 274	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							1.500.000
09 274	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional							1.500.000
			S	1	1	90	0	100	1.500.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							74.593.300
		Atividades							
05 301	2108 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							20.053.300
05 301	2108 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							20.053.300
			S	3	1	90	0	100	20.053.300
05 331	2108 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							5.640.000
05 331	2108 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							5.640.000
			F	3	1	90	0	100	5.640.000
05 122	2108 20TP	Pessoal Ativo da União							43.000.000
05 122	2108 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							43.000.000

			F	1	1	90	0	100	43.000.000
		Operações Especiais							
07 331	2108 00PO	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX							5.900.000
07 331	2108 00PO 0002	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX - No Exterior							5.900.000
			F	3	1	90	0	100	5.900.000
TOTAL - FISCAL									54.540.000
TOTAL - SEGURIDADE									24.553.300
TOTAL - GERAL									79.093.300

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							11.000.000
		Atividades							
05 122	2108 20TP	Pessoal Ativo da União							11.000.000
05 122	2108 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							11.000.000
			S	1	1	90	0	100	11.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.000.000
TOTAL - GERAL									11.000.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							2.500.000
		Atividades							
04 122	2111 20TP	Pessoal Ativo da União							2.500.000
04 122	2111 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							2.500.000
			F	1	1	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							5.000.000
		Atividades							
04 122	2111 20TP	Pessoal Ativo da União							5.000.000
04 122	2111 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							5.000.000
			F	1	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							91.116
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							91.116
28 846	0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste							91.116
			F	1	1	90	0	100	81.832
			F	3	1	90	0	100	9.284
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							2.000.000
		Atividades							
04 122	2111 20TP	Pessoal Ativo da União							2.000.000
04 122	2111 20TP 0020	Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste							2.000.000
			F	1	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.091.116
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.091.116

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.500.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							2.500.000
			S	1	1	90	0	156	2.500.000
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.159.455

		Operações Especiais								
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)								1.159.455
28 846	0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste								1.159.455
			F	1	1	90	0	100		600.599
			F	3	1	90	0	100		4.233
			F	5	1	90	0	100		554.623
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional								10.000.000
		Atividades								
04 122	2111 20TP	Pessoal Ativo da União								10.000.000
04 122	2111 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional								10.000.000
			F	1	1	90	0	100		10.000.000
TOTAL - FISCAL										11.159.455
TOTAL - SEGURIDADE										2.500.000
TOTAL - GERAL										13.659.455

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							1.070.775
		Atividades							
04 331	2111 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							5.000
04 331	2111 2011 0050	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Centro-Oeste							5.000
			F	3	1	90	0	100	5.000
04 331	2111 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							59.000
04 331	2111 2012 0050	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Centro-Oeste							59.000
			F	3	1	90	0	100	59.000
04 122	2111 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
04 122	2111 20TP 0050	Pessoal Ativo da União - Na Região Centro-Oeste							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
		Operações Especiais							
04 331	2111 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							6.775
04 331	2111 00M1 0050	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Na Região Centro-Oeste							6.775
			F	3	1	90	0	100	6.775
TOTAL - FISCAL									1.070.775
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.070.775

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2128	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo							1.500.000
		Atividades							
23 122	2128 20TP	Pessoal Ativo da União							1.500.000
23 122	2128 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							1.500.000
			F	1	1	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							1.000.000
			S	1	1	90	0	100	1.000.000
	2128	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo							1.500.000
		Atividades							
23 122	2128 20TP	Pessoal Ativo da União							1.500.000
23 122	2128 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							1.500.000
			F	1	1	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							8.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							8.000.000
			S	1	1	90	0	151	8.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300286

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								15.183.382
		Operações Especiais								
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)								15.183.382
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional								15.183.382
			S	1	1	90	0	100		4.977.813
			S	3	1	90	0	100		10.046.002
			S	5	1	90	0	100		159.567
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								4.950.641
		Operações Especiais								
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais								4.950.641
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional								4.950.641
			S	3	1	90	0	100		4.950.641
	2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário								105.000.000
		Atividades								
09 122	2122 20TP	Pessoal Ativo da União								105.000.000
09 122	2122 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional								105.000.000
			S	1	1	90	0	151		105.000.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										133.134.023
TOTAL - GERAL										133.134.023

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							45.719.591
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.166.418
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							4.166.418
			S	3	1	90	0	100	4.166.418
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							41.553.173
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							41.553.173
			S	3	1	90	0	100	41.553.173
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									45.719.591
TOTAL - GERAL									45.719.591

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							105.562.866
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							105.562.866
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							105.562.866
			S	3	1	90	0	100	105.562.866
	2061	Previdência Social							639.445.586
		Operações Especiais							
09 271	2061 0E82	Benefícios Previdenciários Rurais							639.445.586
09 271	2061 0E82 0001	Benefícios Previdenciários Rurais - Nacional							639.445.586
			S	3	1	90	0	100	639.445.586
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									745.008.452
TOTAL - GERAL									745.008.452

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades							11.000.000
		Atividades							
15 122	2116 20TP	Pessoal Ativo da União							11.000.000
15 122	2116 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							11.000.000
			F	1	1	90	0	100	11.000.000
TOTAL - FISCAL									11.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.000.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades							10.000.000
		Atividades							
15 122	2116 20TP	Pessoal Ativo da União							10.000.000
15 122	2116 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							10.000.000
			F	1	1	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300287

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	Aprimoramento do Ministério Público							554.279
		Atividades							
03 032	2100 8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público							554.279
03 032	2100 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional							554.279
			F	4	2	90	0	100	554.279
TOTAL - FISCAL									554.279
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									554.279

ÓRGÃO: 60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República
UNIDADE: 60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							3.000.000
		Atividades							
04 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							3.000.000
04 122	2101 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							3.000.000
			F	1	1	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2130	Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União							35.000.000
		Atividades							
04 122	2130 20TP	Pessoal Ativo da União							35.000.000
04 122	2130 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							35.000.000
			F	1	1	90	0	100	35.000.000
TOTAL - FISCAL									35.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.000.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							2.254.428.004
		Operações Especiais							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							100.849.296
99 999	0999 0Z00 6499	Reserva de Contingência - Financeira - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal							100.849.296
			F	1	0	91	0	100	100.849.296
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							2.153.578.708
99 999	0999 0Z01 6499	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal							2.153.578.708
			F	1	1	90	0	100	2.153.578.708
TOTAL - FISCAL									2.254.428.004
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.254.428.004

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							768.118.748
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							705.604.859
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							705.604.859
			F	1	1	90	0	100	10.326.878
			F	3	1	90	0	100	687.435.760
			F	5	1	90	0	100	7.842.221
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							62.513.889
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							62.513.889
			F	1	1	90	0	100	61.290.210
			F	5	1	90	0	100	1.223.679
TOTAL - FISCAL									768.118.748
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									768.118.748

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300288

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0053	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios							3.500.000
09 272	0089 0053 0012	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado do Acre							3.500.000
			S	1	1	90	0	100	3.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.500.000
TOTAL - GERAL									3.500.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							261.257.682
		Operações Especiais							
28 845	0903 009T	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal							83.000.000
28 845	0903 009T 0053	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal - No Distrito Federal							83.000.000
			S	3	1	90	0	100	83.000.000
28 845	0903 00FM	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							7.000.000
28 845	0903 00FM 0053	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							7.000.000
			S	4	1	90	0	100	7.000.000
28 845	0903 00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							61.000.000
28 845	0903 00NR 0053	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							61.000.000
			F	1	1	90	0	100	61.000.000
28 845	0903 00NS	Pessoal Inativo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							67.000.000
28 845	0903 00NS 0053	Pessoal Inativo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							67.000.000
			F	1	1	90	0	100	67.000.000
28 845	0903 00NT	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							1.500.000
28 845	0903 00NT 0053	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							1.500.000
			F	3	1	90	0	100	1.500.000
28 845	0903 00Q2	Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil							2.153.818
28 845	0903 00Q2 0053	Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil - No Distrito Federal							2.153.818
			S	1	1	90	0	156	2.153.818
28 846	0903 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							39.603.864
28 846	0903 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							39.603.864
			F	1	0	91	0	100	39.603.864
TOTAL - FISCAL									169.103.864
TOTAL - SEGURIDADE									92.153.818
TOTAL - GERAL									261.257.682

(*) Republicado por ter saído no DOU de 20-10-2017, Seção 1, página 187 a 308, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 326, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 144.245.140,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos II, alínea "a", item "1", III, alínea "d", item "1", e V, e § 4º, da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.970, de 23 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 144.245.140,00 (cento e quarenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, cento e quarenta reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							144.245.140
		Atividades							
10 122	2015 4525	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde							30.000.000
10 122	2015 4525 7280	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Atenção Básica - Nacional							30.000.000
			S	3	2	41	6	151	30.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300289

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10 302	2015 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde								20.000.000
10 302	2015 8535 0001	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional								20.000.000
			S	3	2	41	6	151		20.000.000
10 301	2015 8577	Piso de Atenção Básica Fixo								76.990.140
10 301	2015 8577 0001	Piso de Atenção Básica Fixo - Nacional								75.300.000
			S	3	1	41	6	153		75.300.000
10 301	2015 8577 0016	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado do Amapá								1.679.015
			S	3	1	41	6	153		1.679.015
10 301	2015 8577 0043	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado do Rio Grande do Sul								11.125
			S	3	1	41	6	153		11.125
10 301	2015 8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde								17.255.000
10 301	2015 8581 0001	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Nacional								17.255.000
			S	4	2	31	6	151		7.000.000
			S	4	2	41	6	151		10.255.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										144.245.140
TOTAL - GERAL										144.245.140

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							144.245.140
		Atividades							
10 302	2015 20B0	Estruturação da Atenção Especializada em Saúde Mental							10.255.000
10 302	2015 20B0 0001	Estruturação da Atenção Especializada em Saúde Mental - Nacional							10.255.000
			S	4	2	41	6	151	10.255.000
10 126	2015 20YN	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)							24.100.000
10 126	2015 20YN 0001	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude) - Nacional							24.100.000
			S	3	2	90	6	151	24.100.000
10 121	2015 2B52	Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde							5.900.000
10 121	2015 2B52 0001	Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde - Nacional							5.900.000
			S	3	2	90	6	151	5.900.000
10 302	2015 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde							20.000.000
10 302	2015 8535 0001	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional							20.000.000
			S	4	2	41	6	151	20.000.000
10 301	2015 8577	Piso de Atenção Básica Fixo							76.990.140
10 301	2015 8577 0035	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado de São Paulo							76.990.140
			S	3	1	41	6	153	76.990.140
10 302	2015 8761	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192							7.000.000
10 302	2015 8761 0029	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado da Bahia							3.400.000
			S	3	2	41	6	151	3.400.000
10 302	2015 8761 0053	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Distrito Federal							3.600.000
			S	3	2	31	6	151	3.600.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									144.245.140
TOTAL - GERAL									144.245.140

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 16, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria n° 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU, de 30 de junho de 2010, Seção 2, página 75, e tendo em vista o disposto no parágrafo 3º, do artigo 11 do Decreto 3.725, de 10 de janeiro de 2001, e o disposto no art. 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterado pela a Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016, e os elementos que integram o Processo nº 10580.004327/00-77, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão provisória, sob a forma de utilização gratuita, ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, CNPJ 14.674.303/0001-02, do imóvel de propriedade da União, localizado na Avenida Tancredo Neves, nº 2242, Salvador/BA, medindo 1.662,90 m² e com área construída de 1.247,28 m².

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior se destina-se a acomodar unidades de Corregedoria, Auditoria Interna, Gerência de Arquivo, Núcleo de Atuação da Procuradoria Geral do Estado Junto ao Tribunal, Parte da Gerência de Protocolo, Parte da Ouvidoria e parte da Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa.

Art. 3º A presente cessão provisória terá validade até que se conclua a incorporação do imóvel ao patrimônio da União, onde passará a ser definitiva, mediante elaboração de novo contrato a critério e conveniência deste Ministério.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RICARDO SABACK ERUDILHO GUIMARÃES

PORTARIA Nº 20, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, seção 2, página 75, e tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 18, da Lei 9.636/98, bem como os elementos que integram o Processo nº 21012.000764/2012-88, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão provisória, sob a forma de utilização gratuita, à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, do imóvel denominado Estação de Zootecnia de Itajú do Colônia, situado na Rodovia Itapé/Itajú do Colônia - Km 35, zona rural, Município de Itajú do Colônia, Bahia, com área de 100 hectares ou 1.000.000m², de propriedade da União, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itabuna, sob nº 4126, livro 3-C, folha 271, de 09 de julho de 1948.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se a implantação da Fazenda Experimental de Zootecnia, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Zootecnia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

Art. 3º A presente cessão provisória terá validade até que se conclua a incorporação ao patrimônio da União, onde passará a ser definitiva, mediante elaboração de novo contrato a critério e conveniência deste Ministério.

Art. 4º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2o desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RICARDO SABACK ERUDILHO GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

PORTARIA Nº 3, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

Aceitação de doação, sem encargos, à União.

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM GOIÁS, nomeado pela portaria nº 615, de 04 de julho de 2017, publicada no DOU nº 60, de 05 de julho de 2017, página 61, seção 2, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 3º, da Portaria SPU/MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União, edição nº 123, Seção 2, em 30 de junho de 2010; tendo em vista o disposto no art. 1º, e no inciso II, do art. 56, do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, aprovado pela Portaria nº 152, de 05 de maio de 2016; o art. 538 do Código Civil Brasileiro, e dos demais elementos que integram o Processo nº 10180.000476/1991-52, resolve:

Art. 1º - Aceitar a doação, sem encargo, que fez o Sr. José Fernandes Abelar e sua esposa Sra. Isabel Mosquera de Fernandez à União, com base na Escritura Pública de Doação, lavrada nas notas do 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Anápolis, Estado de Goiás, Livro nº 300, fls. 022 e verso, em data de 19/05/1976, do imóvel constituído por uma área de terreno no total de 2.586,60 m², conforme descrição contida no art. 2º desta Portaria, situado no município de Anápolis/GO, na Avenida 01, bairro Antônio Fernandez, com as características e confrontações constantes da Matrícula nº 2.528 de 09 de março de 1977, às fls. 01 do Livro de Registro Geral nº 02-L , do mesmo Cartório.

Art. 2º - O imóvel doado possui a seguinte característica: uma área de terreno medindo 2.586,60 metros quadrados, sendo 143,70 metros de frente, confrontando com a Avenida 1, do Bairro Antônio Fernandes; no fundo confrontando com a Vila dos Oficiais; 18,00 metros do lado direito, limitando com o Jardim das Américas, 1ª etapa e 18 metros do lado esquerdo, divisando com a quadra 02, do bairro Antônio Fernandes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODOLFO CARLOS DE MELO NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300290

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL

Em 20 de outubro de 2017

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0286/2017 de 16/10/2017, 0287/2017 de 18/10/2017 e 0288/2017 de 19/10/2017, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039006985201760 Empresa: UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN MASIAS SANEZ PACHECO Data Nascimento: 14/04/1967 Passaporte: C283160 País: PERU Mãe: CARMEN PACHECO BLAS Pai: JUAN MANUEL SANEZ VALDIVIA; Processo: 47039008497201797 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JOSE MANUEL MOLINA LOPEZ Data Nascimento: 29/01/1970 Passaporte: AAF616524 País: ESPANHA Mãe: Cristina Amparo Lopez Liz Pai: Francisco Molina.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039008179201726 Empresa: UNIVERSO VERDE AGRONEGOCIOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIAOJING CHEN Data Nascimento: 02/10/1993 Passaporte: PE1181996 País: CHINA Mãe: Chuanqiong Yang Pai: Xianti Chen; Processo: 47039008494201753 Empresa: SINOBRASIL INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIANG ZHICHAO Data Nascimento: 14/09/1992 Passaporte: E31383446 País: CHINA Mãe: ZHANG YUHUA Pai: JIANG ZHONG DONG; Processo: 47039008503201714 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KARLA MANUELA LUNA ALEJO Data Nascimento: 14/10/1981 Passaporte: G12133469 País: MÉXICO Mãe: SILVIA ALEJO DE LUNA Pai: ANDRES LUNA CRUZ; Processo: 47039006318201787 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIN NIE Data Nascimento: 20/01/1988 Passaporte: E 58026619 País: CHINA Mãe: LIHUA GENG Pai: HENGZHEN NIE; Processo: 47039006867201751 Empresa: RESERVA REAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Helder Filipe de Oliveira Ferreira Data Nascimento: 05/01/1971 Passaporte: M928375 País: PORTUGAL Mãe: ADÉRITO FERREIRA Pai: MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA FERREIRA; Processo: 47039007102201739 Empresa: SECAMIC BRASIL INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRE BENOIT GEORGES AIMOND Data Nascimento: 10/07/1990 Passaporte: 17DA10958 País: FRANÇA Mãe: FLORENCE COLETTE LOUISE JOCELYNE WATTRELOT Pai: EMMANUEL CHARLES JEAN AIMOND; Processo: 47039007578201770 Empresa: RIBOT ADMINISTRACAO, EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E ASSESSORIA EM PROJETOS SOCIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gianfelice Sgammotta Data Nascimento: 05/04/1979 Passaporte: YA8920521 País: ITÁLIA Mãe: Rosaria Sestito Pai: Giovanni Sgammotta; Processo: 47039008085201757 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JONATHAN ALAIN PHILIPPE MICHEL RIPOCHE Data Nascimento: 20/05/1992 Passaporte: 13AD00789 País: FRANÇA Mãe: PASCALE RIPOCHE Pai: JEAN MICHEL RIPOCHE; Processo: 47039008103201709 Empresa: DIARIO DO RIO CLARO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Oswaldo José Garcia Muñoz Data Nascimento: 31/01/1985 Passaporte: 128265134 País: VENEZUELA Mãe: Josefa del Rosario Muñoz de Garcia Pai: Jose Oswaldo Garcia Aponte; Processo: 47039008107201789 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAPHAEL DUTLY Data Nascimento: 07/08/1986 Passaporte: X0303773 País: SUIÇA Mãe: SILVIA BARBARA DUTLY HUGENTOBLER Pai: DANIEL WALTER DUTLY; Processo: 47039008286201754 Empresa: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO CESAR RODRIGUEZ VALENCIA Data Nascimento: 29/06/1989 Passaporte: A6522087 País: EQUADOR Mãe: Jacinta Suncion Valencia Ganchazo Pai: Pedro Francisco Rodriguez Vasquez; Processo: 47039008287201707 Empresa: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDISON WILMER PINCAY VALERIANO Data Nascimento: 31/10/1986 Passaporte: A6617742 País: EQUADOR Mãe: Maria Mercedes Valeriano Loor Pai: Jorge Alberto Pincay Scinchez; Processo: 47039008288201743 Empresa: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER OSWALDO RODRIGUEZ VALERIANO Data Nascimento: 08/02/1984 Passaporte: A6615875 País: EQUADOR Mãe: Justina Petrona Valeriano Pillasagua Pai: Teobaldo Guido Rodriguez; Processo: 47039008347201783 Empresa: MILBANK - CONSULTORES EM DIREITO ESTRANGEIRO / DIREITO NORTE-AMERICANO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MORRIS JOHN MC GINN Data Nascimento: 02/08/1993 Passaporte: 474161358 País: EUA Mãe: JEANNETTE DARLING MCGINN Pai: PETER MATTHEW MCGINN; Processo: 47039008371201712 Empresa: AZVI S.A DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PABLO LUEJE IGLESIAS Data Nascimento: 23/08/1975 Passaporte: AAC460412 País: ESPANHA Mãe: MARIA VICENTA IGLESIAS GONZÁLEZ Pai: ANTONIO LUEJE CRIADO; Processo: 47039008394201727 Empresa: VISTEON AMAZONAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE MIGUEL VIEGAS SIMÃO Data Nascimento: 25/02/1973 Passaporte: N240234 País: PORTUGAL Mãe: MARIA ANTÓNIA MACHADO VIEGAS SIMÃO Pai: JOAQUIM INÁCIO SIMÃO; Processo: 47039008403201780 Empresa: YINAITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETRICOS, ELETRONICOS E DE ARMARINHOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUAN, YIHAO Data Nascimento: 01/05/1994 Passaporte: E57971167 País: CHINA Mãe: Huang Cheng Hua Pai: Ruan Xin Li; Processo: 47039008407201768 Empresa: YINAITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETRICOS, ELETRONICOS E DE ARMARINHOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SU, WEIWEI Data Nascimento: 23/02/1989 Passaporte: E73033228 País: CHINA Mãe: Chaofei Ruan Pai: Ding Gen Su; Processo: 47039008419201792 Empresa: AVENUES SAO PAULO EDUCACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL JOHN LOCK Data Nascimento: 05/05/1976 Passaporte: 501479093 País: GRÃ BRETANHA Mãe: SHEILA ELIZABETH LOCK Pai: GARETH EDWARD JAMES LOCK; Processo: 47039008446201765 Empresa: ECOLAB QUIMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARMANDO JOSE PADRON BRAVO Data Nascimento: 28/09/1972 Passaporte: 1462921636 País: VENEZUELA Mãe: MARIA DEL VALLE BRAVO Pai: ARMANDO JOSE PADRON BRAVO; Processo: 47039008422201714 Empresa: ENERRAY USINAS FOTOVOLTAICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO SPINA Data Nascimento: 15/12/1990 Passaporte: YA6911815 País: ITÁLIA Mãe: LAURA PUZZOLO Pai: GIOVANNI SPINA; Processo: 47039008439201763 Empresa: INTEGRATION CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VINCENZO DE LEO Data Nascimento: 13/02/1992 Passaporte: YA8906839 País: ITÁLIA Mãe: ALEDDANDRA DONATO Pai: FRANCESCO DE LEO; Processo: 47039008450201723 Empresa: MITSUBISHI ELECTRIC DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: YOHEI AIKAWA Data Nascimento: 10/10/1980 Passaporte: TH7588900 País: JAPÃO Mãe: MICHIKO AIKAWA Pai: HIROSHI AIKAWA; Processo: 47039008476201771 Empresa: BAYER S.A. Prazo: 99 Ano(s) Estrangeiro: MARCELA ILIANA LOPEZ MAYEN Data Nascimento: 22/08/1980 Passaporte: G04313484 País: MÉXICO Mãe: MARTHA AUREA MAYEN PALACIOS Pai: JOAQUIN JOSE JORGE LOPEZ SIERRA; Processo: 47039008477201716 Empresa: MITSUBISHI ELECTRIC DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUSUKE MORITA Data Nascimento: 26/06/1976 Passaporte: TK1129857 País: JAPÃO Mãe: SHUKO MORITA Pai: MINORU MORITA; Processo: 47039008479201713 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KOHEI AZUMA Data Nascimento: 31/07/1990 Passaporte: TK7111668 País: JAPÃO Mãe: CHIZUKO AZUMA Pai: YOSHIHIRO AZUMA; Processo: 47039008481201784 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIAN WANG Data Nascimento: 05/10/1995 Passaporte: E76801519 País: CHINA Mãe: QIUJU LIU Pai: JISHAN WANG; Processo: 47039008483201773 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHINGO YANAI Data Nascimento: 23/12/1990 Passaporte: TK6566980 País: JAPÃO Mãe: MIEKO YANAI Pai: HIROMICHI YANAI; Processo: 47039008482201729 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANGONG YANG Data Nascimento: 06/02/1974 Passaporte: E11968946 País: CHINA Mãe: NÃO INFORMADO Pai: Não informado; Processo: 47039008484201718 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENICHI HIRAMATSU Data Nascimento: 06/06/1972 Passaporte: TK5514858 País: JAPÃO Mãe: SETSUKO HIRAMATSU Pai: MICHIO HIRAMATSU; Processo: 47039008485201762 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AKIRA SHINAGAWA Data Nascimento: 31/08/1966 Passaporte: TR1505311 País: JAPÃO Mãe: MIEKO SHINAGAWA Pai: MINORU SHINAGAWA; Processo: 47039008488201704 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHIGERU ISHIKAWA Data Nascimento: 14/04/1968 Passaporte: TR8888209 País: JAPÃO Mãe: KIMIKO ISHIKAWA Pai: TSUTOMU ISHIKAWA; Processo: 47039008501201717 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HYUNYE KIM Data Nascimento: 15/02/1965 Passaporte: M30064293 País: CORÉIA DO SUL Mãe: JUNG HOU KIM Pai: SOO OG KIM; Processo: 47039008542201711 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: INSOOK BAEK Data Nascimento: 10/09/1960 Passaporte: M77035926 País: CORÉIA DO SUL Mãe: JONGRAN KIM Pai: SEUNGDUK BAEK; Processo: 47039008544201701 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HA NA KIM Data Nascimento: 09/05/1984 Passaporte: M45027551 País: CORÉIA DO SUL Mãe: JEONG JA LEE Pai: NAM SOO KIM; Processo: 47039008546201791 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIJA YEOM Data Nascimento: 28/03/1965 Passaporte: M08847824 País: CORÉIA DO SUL Mãe: DALSEON GU Pai: MUNSEON YEOM; Processo: 47039008551201702 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KOUNG RAN CHIE Data Nascimento: 05/08/1966 Passaporte: M64085240 País: CORÉIA DO SUL Mãe: EUL SOON PARK Pai: SAM KYU CHOI; Processo: 47039008552201749 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SO YOUNG PARK Data Nascimento: 26/02/1963 Passaporte: M78878303 País: CORÉIA DO SUL Mãe: CHUJA LEE Pai: SANGSUK PARK; Processo: 47039008553201793 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JINOK JEON Data Nascimento: 20/12/1968 Passaporte: M88285513 País: CORÉIA DO SUL Mãe: SOONOK PARK Pai: KWANGOO JEON; Processo: 47039008554201738 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MYONGHEE SEO Data Nascimento: 30/05/1957 Passaporte: M75990873 País: CORÉIA DO SUL Mãe: DEOKMAN RA Pai: HONGGYU SEO; Processo: 47039008555201782 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MOUNRAN SO Data Nascimento: 29/08/1963 Passaporte: M38781603 País: CORÉIA DO SUL Mãe: OKBAE JO Pai: HYUNSOCK SO; Processo: 47039008556201727 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MI LAN SUNG Data Nascimento: 01/03/1966 Passaporte: M45553029 País: CORÉIA DO SUL Mãe: JINOK LEE Pai: BAKROK SUNG; Processo: 47039008557201771 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: INHEE KIM Data Nascimento: 09/08/1959 Passaporte: M82974060 País: CORÉIA DO SUL Mãe: JOONG SUN NOH Pai: YOUNG CHEOL KIM.

Temporário - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039008344201740 Empresa: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA Prazo: até 01/01/2018 Estrangeiro: Alireza Khatib Data Nascimento: 03/09/1977 Passaporte: I95761387 País: IRÃ Mãe: Fatemeh Mehramiz Pai: Moustafa Khatibabdolabadi.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039008228201721 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CONGGUANG ZHONG Passaporte: E89978349; Processo: 47039008234201788 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIANFENG LIU Passaporte: G32045716; Processo: 47039005150201792 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RANDY JOE CARGILL Passaporte: 501081183; Processo: 47039005151201737 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT DOUGLAS WILLIAMS Passaporte: 454370433; Processo: 47039005175201796 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAE IONESCU Passaporte: 053791285; Processo: 47039005180201707 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IONUT POTERASU Passaporte: 15329129; Processo: 47039005320201739 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS JOHN MISSIG Passaporte: 554228766; Processo: 47039005323201772 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONALD KENT LANTZ Passaporte: 538927216; Processo: 47039007863201791 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE GREGORIO GONZALEZ GALINDO Passaporte: 132264693; Processo: 47039007869201768 Empresa: POWER SOLUTIONS BRASIL SISTEMAS DE AUTOMACAO E POTENCIA LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Pedro Ricardo da Costa Pereira Passaporte: P012647; Processo: 47039007949201713 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHANBIN LI Passaporte: G 41875476; Processo: 47039007993201723 Empresa: JFA BRASIL - SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCELO MONTEIRO DOS SANTOS Passaporte: M988784; Processo: 47039007995201712 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PER KAARE FJOERTOFT Passaporte: 30860545; Processo: 47039007998201756 Empresa: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIACOMO RUGGERI Passaporte: YA2725029; Processo: 47039008061201706 Empresa: OCEANA ESTALEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Tom Arne Sigurdsson Passaporte: 32086328; Processo: 47039008099201771 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAG-OVE MOLDE Passaporte: 30118826; Processo: 47039008105201790 Empresa: BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIANNICOLA BIANCOFIORE Passaporte: YB1326307; Processo: 47039008113201736 Empresa: ACBZ IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHIPING DENG Passaporte: G30986932; Processo: 47039008114201781 Empresa: ACBZ IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUNFEI ZHOU Passaporte: E33204198; Processo: 47039008115201725 Empresa: ACBZ IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sheng Zhu Passaporte: E82689531; Processo: 47039008116201770 Empresa: ACBZ IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Kan Wang Passaporte: E36289768; Processo: 47039008125201761 Empresa: BBRG - MACAE CABOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN POLLARD Passaporte: 761335774; Processo: 47039008134201751 Empresa: SERAC DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RONAN GERARD LE BOULAIRE Passaporte: 12DC69903; Processo: 47039008158201719 Empresa: CAPITAL CONSULTING SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jacobus Johannes Sadie Passaporte: A02896656; Processo: 47039008223201706 Empresa: WOOD GROUP KENNY DO BRASIL SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA Prazo: até 22/02/2018 Estrangeiro: GERNOT WALLY Passaporte: U2010994; Processo: 47039008222201753 Empresa: WOOD GROUP KENNY DO BRASIL SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA Prazo: até 22/02/2018 Estrangeiro: COLIN CLARK MCILWRAITH Passaporte: 504646782; Processo: 47039008197201716 Empresa: ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: FRANCESCO MANCINO Passaporte: AA4114764; Processo: 47039008206201761 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANGEL NICOLAS RAMOS GON-

ZALEZ Passaporte: 100679355; Processo: 47039008221201717 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SYLVAIN ALEXANDRE IMBERT Passaporte: 15CC51927; Processo: 47039008211201773 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAAKON MATHIAS STEINNES Passaporte: 29698388; Processo: 47039008214201715 Empresa: BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VASILEIOS FASOULAS Passaporte: AM0641367; Processo: 47039008217201741 Empresa: BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GEORGIOS PLATOKOUKIS Passaporte: AN3573899; Processo: 47039008224201742 Empresa: ARDAGH INDUSTRIA DE EMBALAGENS METALICAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUERGEN THEOPHIL Passaporte: C207H2F2Z; Processo: 47039008233201733 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOM ARILD LIMA Passaporte: 26530741; Processo: 47039008245201768 Empresa: FLOWSERVE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RIKLEF SCHMIDT Passaporte: C1C1NKTF1; Processo: 47039008255201701 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNGHO KIM Passaporte: M90294219; Processo: 47039008256201748 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANG IN KWON Passaporte: M69013837; Processo: 47039008257201792 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAEJIN KIM Passaporte: M05595463; Processo: 47039008258201737 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HO WON Passaporte: M49885723; Processo: 47039008264201794 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Nicolas Pierre Alexandre Buhaj Passaporte: 12AZ75340; Processo: 47039008266201783 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Samuel Karl Cornee Passaporte: 10CI64622; Processo: 47039008268201772 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sarmad Farid Nabti Passaporte: 506045079; Processo: 47039008269201717 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Christian Marzin Passaporte: 11AR13010; Processo: 47039008270201741 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jean Louis Sauvanet Passaporte: 14AZ00619; Processo: 47039008271201796 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sebastien Pierre Cros Passaporte: 16FV10211; Processo: 47039008278201716 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHIYU WANG Passaporte: E 60828667; Processo: 47039008279201752 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LI ZHOU Passaporte: EA 2084901.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 47039008657201706 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DENISSE JOVITH FLORES CHAUPIN DE GIRALDO Passaporte: 7133075 Estrangeiro: RAMU PAKALAPATI Passaporte: L7228364 Estrangeiro: RICHARD DENZIL FERNANDES Passaporte: P6547771 Estrangeiro: ROXANA MARGARITA SALINAS LOPEZ Passaporte: 6373541 Estrangeiro: SADANAND BALA PARWAR Passaporte: M1951644 Estrangeiro: SANJUL UMMARA KUZHIYIL Passaporte: K6467876 Estrangeiro: SANTANO SILVA Passaporte: N4660237 Estrangeiro: SANU DAS Passaporte: M5191217 Estrangeiro: SARAVANAKUMAR ARUMUGAM Passaporte: H1878951 Estrangeiro: SATISH CHOTHE Passaporte: H0438226 Estrangeiro: SATISH GANAPATI CHARI Passaporte: N1331562 Estrangeiro: SHANU BASHASAB HAWALDAR Passaporte: P3012167 Estrangeiro: SHIBI VENNAGATT THARAYIL Passaporte: L3653414 Estrangeiro: SIVAJI NATARAJAN Passaporte: R1925345 Estrangeiro: SREEMURUGAN KARIVELIL SOMAN Passaporte: M2502890 Estrangeiro: STANLEY D COSTA Passaporte: M7462652 Estrangeiro: SUSANNE MAG. KREJCI Passaporte: P7509006 Estrangeiro: SWAPNEEL PRADEEP BADKAR Passaporte: M4404059 Estrangeiro: TA VAN TAI Passaporte: B4331683 Estrangeiro: TITO GALLETTA Passaporte: YA6781026 Estrangeiro: UMARFAROOK NANDAGAD Passaporte: L3202523 Estrangeiro: VAIBHAV PRABHAKAR PARKER Passaporte: J6284509 Estrangeiro: VAILETON ROBERT BARBOSA Passaporte: H9410446 Estrangeiro: YOGESHWAR GATLA Passaporte: L4727036 Estrangeiro: ZYLA MARISKA TIJDINK Passaporte: NNDHL4LB9; Processo: 47039008692201717 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BRUNO LIZARDO CARRANZA Passaporte: 116734778 Estrangeiro: MASSIMILIANO BARONA Passaporte: YB1184250 Estrangeiro: MICHELLE SOFIA ESCALANTE MUNIVE Passaporte: 1715330450; Processo: 47039008712201750 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTONINO MARTELLO Passaporte: YA4806558; Processo: 47039008716201738 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALESSANDRO VACCARO Passaporte: AA4679629 Estrangeiro: ANDREJ MATIC Passaporte: 219211884 Estrangeiro: GIANFRANCO AGOSTINO Passaporte: YA9395056 Estrangeiro: GIUSEPPE FAVUZZI Passaporte: AA3401736 Estrangeiro: MARCO GIOE Passaporte: YA7363938; Processo: 47039008756201780 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABOO ZUBAIR MADARBOKUS Passaporte: 1490881 Estrangeiro: ADOLFO ARIAS RIVAS Passaporte: C663951 Estrangeiro: AGNELLO DI NOTA Passaporte: AA4147411 Estrangeiro: ALBERTO BERTOLINO Passaporte: YA1044195 Estrangeiro: ALBERTO CIPOLLINA Passaporte: YA3388379 Estrangeiro: ALDO JAVIER NUNEZ MEJIA Passaporte: E970515 Estrangeiro: ALEJANDRA SILVIA GALLARDO HUAMANI Passaporte: 7155911 Estrangeiro: ALEJANDRO CASTILLA DE LA CRUZ Passaporte: 6757397 Estrangeiro: ALEKSEI MOROZOV Passaporte: 730482381 Estrangeiro: ALENA GACHINA Passaporte: 733086279 Estrangeiro: ALESSANDRO DILIBERTO Passaporte: AA5069583 Estrangeiro: ALLAN IVAN HERNANDEZ LARA Passaporte: E722598 Estrangeiro: AMERUCK ERNESTO JAENZ VELEZ Passaporte: C01739765 Estrangeiro: ANDRE MONTEIRO DE ALMEIDA Passaporte: P850263 Estrangeiro: ANDREA FELEPPA Passaporte: YA7635432 Estrangeiro: ANGEL ATANASOV ALTAPARMAKOV Passaporte: 382543669 Estrangeiro: ANGEL STEVE GUEVARA VILLAFRANCA Passaporte: 116669581 Estrangeiro: ANGELINA CHERNUKHINA Passaporte: 723020599 Estrangeiro: ANITA HAFUZA Passaporte: LV4024876 Estrangeiro: ANTONINO GITTO Passaporte: AA3322188 Estrangeiro: ANTONIO ALTAMURA Passaporte: YA5486000 Estrangeiro: ANTONIO CALAMIA Passaporte: YA2050435 Estrangeiro: ARIEL ISIDRO MEJIA SEVERINO Passaporte: RD4628495 Estrangeiro: ARMANDO MANZANARES Passaporte: E259659 Estrangeiro: BENJAMIN D SOUZA Passaporte: J2137455; Processo: 47039008761201792 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BRUNO SICLARI Passaporte: YA4967168 Estrangeiro: CARLOS AUGUSTO GOMEZ DOMINGUEZ Passaporte: 212685414 Estrangeiro: CELESTE CRISTINA PEREIRA MONTEIRO Passaporte: P699835 Estrangeiro: CESAR AUGUSTO SACHUN LEYTON Passaporte: 7130304 Estrangeiro: CHIARA BAGNATO Passaporte: YA2538585 Estrangeiro: CLAUDIA LILIANA SABOYA RAMIREZ Passaporte: AU149052 Estrangeiro: CLAUDIU-ALEXANDRU TIRBOIU Passaporte: 053256830 Estrangeiro: COLINE ROSE-ANNE AUBERT Passaporte: 17EA66447 Estrangeiro: CRISTIAN BABACEA Passaporte: 052853497 Estrangeiro: CRISTIAN NEGRI Passaporte: AA2887637 Estrangeiro: DANIEL MERINO PLUNKETT Passaporte: AAJ676500 Estrangeiro: DANIELE GIURDANELLA Passaporte: YA1293450 Estrangeiro: DANIL SALNIKOV Passaporte: 750415203 Estrangeiro: DANILO GIANNI Passaporte: YA8513454 Estrangeiro: DIEGO DEL CARPIO MONTEAGUDO Passaporte: 116343322 Estrangeiro: DIEGO FERNANDO ESCOBAR MONCADA Passaporte: YA0265544 Estrangeiro: DIMAS ANTONIO LOPEZ GONZALES Passaporte: E756331 Estrangeiro: DIMITAR VASILEV DIMOV Passaporte: 382650243 Estrangeiro: DONATO RICCIARDI Passaporte: YA3170345 Estrangeiro: EKATERINA USACHEVA Passaporte: 713201085 Estrangeiro: ELENA BELTRAMI Passaporte: YB0017977 Estrangeiro: EMETERIO FERRUFINO TORRES Passaporte: E921614 Estrangeiro: EUGEN HRISTODOR GEORGE TAVALICA Passaporte: 15292793 Estrangeiro: EVGENIIA VASILEVA Passaporte: 732015853 Estrangeiro: FABIO PANUCCI Passaporte: AA4408623; Processo: 47039008762201737 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DAMIANO PALAMITO Passaporte: YA7685239 Estrangeiro: IVAN LORITO Passaporte: YA9889866; Processo: 47039008763201781 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ERIN COURTNEY GEAREY Passaporte: 537039179 Estrangeiro: GENNADIY SKOROKHOD Passaporte: FH750768 Estrangeiro: Jean-Michel Francois Cousteau Passaporte: 13FV09793 Estrangeiro: NEIL RICHARD ROBERTS Passaporte: 537039179 Estrangeiro: RICHARD JERZY DUTKOWSKI Passaporte: 535872924.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041003182201712 Empresa: POLARCUS SERVICOS GEOFISICOS DO BRASIL LTDA Prazo: até 17/05/2018 Estrangeiro: LAUREN ANNE WING Passaporte: 511325579; Processo: 47041003204201736 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: HELGE OVE HARJO Passaporte: 29964379; Processo: 47041003232201753 Empresa: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: NIKKO JOHN FINNEGAN Passaporte: 495850752; Processo: 47041003233201706 Empresa: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: VAUGHN BLAIR WOOLDRIDGE Passaporte: 563288619; Processo: 47041003235201797 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/03/2019 Estrangeiro: Eswara Rao Vadamodula Passaporte: H8854519 Estrangeiro: Satya Prakash Singh Passaporte: K2949310 Estrangeiro: Sukhpal Singh Passaporte: J3656739 Estrangeiro: Vijayakrishnan Viswanathan Nair Passaporte: R2903975; Processo: 47041003236201731 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/05/2019 Estrangeiro: Joenie Ray Ortiz Pascual Passaporte: P0350775A Estrangeiro: Ruel Banga Budiongan Passaporte: P0119499A; Processo: 47041003237201786 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/10/2018 Estrangeiro: Sergei Karabin Passaporte: 712080140 Estrangeiro: Viacheslav Gontar Passaporte: 751875508; Processo: 47041003238201721 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2018 Estrangeiro: Deniss Jonovs Passaporte: LV5786126 Estrangeiro: Necati Aslan Passaporte: U01603683 Estrangeiro: Raman Karpitski Passaporte: BM2460366; Processo: 47041003240201708 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/03/2019 Estrangeiro: Florante Pocong Hernandez Passaporte: P3310836A Estrangeiro: Wilmar Gayor Bejec Passaporte: EC2839516; Processo: 47041003241201744 Empresa: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 13/04/2018 Estrangeiro: GERARDO ABAYAN ATREGENIO Passaporte: P3475505A; Processo: 47041003242201799 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: CHRISTOPHER WILLIAM BERRY Passaporte: 557493204; Processo: 47041003243201733 Empresa: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRAIG ANDREW BUTTERS Passaporte: 761240793; Processo: 47041003244201788 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: até 01/01/2018 Estrangeiro: ROI JAKUPSSON LINDBERG Passaporte: 205508240; Processo: 47041003245201722 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/07/2019 Estrangeiro: Calix Sylvain Georges Pavilla Passaporte: 13FV03109; Processo: 47041003246201777 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/07/2019 Estrangeiro: Christopher Todd Lynn Passaporte: 506217812; Processo: 47041003247201711 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/07/2019 Estrangeiro: Craig Cameron Passaporte: 504837250; Processo: 47041003248201766 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/07/2019 Estrangeiro: Domenico Paduano Passaporte: YA2915303; Processo: 47041003249201719 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/07/2019 Estrangeiro: James Taylor Collins Passaporte: 531261885; Processo: 47041003251201780 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/07/2019 Estrangeiro: James Eric Young Passaporte: 099186909; Processo: 47041003252201724 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/07/2019 Estrangeiro: Jonathan Eduardo Ricafort Cacal Passaporte: P2302330A; Processo: 47041003253201779 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/07/2019 Estrangeiro: Keith Dowson Passaporte: 099278829.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039008493201717 Empresa: SE RASGUM PRODUCOES LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BAMBAATAA AASIM Passaporte: 545789867 Valor Total do Evento (R$): 6300.00 Estrangeiro: GARETH JOHN RHYS JONES Passaporte: 516185641 Estrangeiro: JAMES AUSTIN WHIPPER JR. Passaporte: 556793321 Estrangeiro: KENNETH THEODORE SYDER Passaporte: 434975536; Processo: 47039008663201755 Empresa: ZUFFA EVENTOS ESPORTIVOS BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL JOSEPH MIRAGLIOTTA JR. Passaporte: 488897359 Valor Total do Evento (R$): 2185500.00 Estrangeiro: HURBERT MADISON DEAN Passaporte: 483736263 Estrangeiro: IKE LAWRENCE EPSTEIN Passaporte: 520593533 Estrangeiro: JACK RICHARD SHORE Passaporte: 502608642 Estrangeiro: JERIN VALEL Passaporte: GB377321 Estrangeiro: KEVIN WILLIAM MAC DONALD Passaporte: 509355375 Estrangeiro: MARC JOHN GODDARD Passaporte: 464843529 Estrangeiro: WILLIAM HUNTER CAMPBELL Passaporte: 557581176; Processo: 47039008719201771 Empresa: FREE PASS PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN ROY CASTLE Passaporte: 533727667 Valor Total do Evento (R$): 16000.00 Estrangeiro: BRIAN ROSS MURRAY Passaporte: 515907870 Estrangeiro: CHRISTIAN ALEXANDER KRAMER Passaporte: C4FGFJHVP Estrangeiro: CHRISTOPHER PEMBERTON Passaporte: 515816840 Estrangeiro: GERALD WILLIAM WILKES Passaporte: 510867830 Estrangeiro: GLENN DAVID JOHNSON Passaporte: 510679678 Estrangeiro: HAMISH FRASER LAISHLEY Passaporte: 510541924 Estrangeiro: JAMES HILLIER BLOUNT Passaporte: 511104193 Estrangeiro: JOHN VICTOR SAMUEL GARRISON Passaporte: 510629404 Estrangeiro: KRISTOFFER SONNE Passaporte: 209487581 Estrangeiro: MICHAEL JAMES HORNBY Passaporte: 516206869 Estrangeiro: ROBERT GEORGE HAYDEN Passaporte: 527909135 Estrangeiro: SCOTT ESSEN Passaporte: 503380547; Processo: 47039008708201791 Empresa: LIVE NATION BRASIL ENTRETENIMENTO LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BJORN GERHARD GUNTER BOHME Passaporte: C3RCFCP70 Valor Total do Evento (R$): 6615000.00 Estrangeiro: BRETT KEVIN TURNBULL Passaporte: 800961588 Estrangeiro: CARY IAN GLOTZER Passaporte: 451355361 Estrangeiro: CEZARY SEBASTIAN GORKA Passaporte: EA0700692 Estrangeiro: CHRISTIAN ALBERTO SANCHEZ Passaporte: 544853690 Estrangeiro: CHRISTOPHER ANDREW PIAZZA Passaporte: 522358487 Estrangeiro: CHRISTOPHER ROBERTSON Passaporte: 309551871 Estrangeiro: CRAIG ROBERT LAPSLEY Passaporte: QK837715 Estrangeiro: DAVID BARTON DURBIN Passaporte: 561204063 Estrangeiro: DEREK JOHN BURT Passaporte: 500705409 Estrangeiro: DOMENIC JAMES COTTER Passaporte: 517609342 Estrangeiro: DWAIN OLIVER MC ARTHUR Passaporte: 530982442 Estrangeiro: JAMES ALLEN EADY Passaporte: HN386992 Estrangeiro: JAMES FRANCIS TONKIN Passaporte: 528671219 Estrangeiro: JAMES HENRY SHIVA LOTUS BAINES Passaporte: M8825605 Estrangeiro: JASON MICHAEL DEUTSCH Passaporte: 501554567 Estrangeiro: JOAO ALBERTO MENDES ANTUNES Passaporte: N013707 Estrangeiro: JOEL ROGER BRAMS Passaporte: EN504945 Estrangeiro: JOHN PAUL PENNEBAKER Passaporte: 483657909 Estrangeiro: JOSE LUIS LOPEZ Passaporte: 448669252 Estrangeiro: JOSE MARIO MURILLO Passaporte: 543722523 Estrangeiro: JULIEN SCHNEIDER Passaporte: 15DK38283 Estrangeiro: LEE DOMINIC JACKSON Passaporte: 516877530 Estrangeiro: MARGUERITE QUANG NGUYEN Passaporte: 452038320 Estrangeiro: MATTHEW OWEN HELMICK Passaporte: 549868268 Estrangeiro: NUNO RODRIGO FIGUEIREDO LOPES Passaporte: N016405 Estrangeiro: PATRICK MICHAEL DALY Passaporte: 471365217 Estrangeiro: ROBERT BRUNELLE Passaporte: GK943801 Estrangeiro: ROBERT JAMES MANSFILED Passaporte: 525720517 Estrangeiro: SANDRA LOUISE DOERR Passaporte: 528387815 Estrangeiro: SEAN DAVID HAWKINS Passaporte: 503812574 Estrangeiro: STEPHEN LORIN WALLEN Passaporte: 470860953 Estrangeiro: STEVEN MICHAEL SCRIVENS Passaporte: 544149579 Estrangeiro: WARREN JAMES BRANDT III Passaporte: 456029400; Processo: 47039008715201793 Empresa: FREE PASS PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI Prazo:

30 Dia(s) Estrangeiro: AMBROSE FRANKLIN RAPIS-ZERBE Passaporte: 497048047 Valor Total do Evento (R$): 9600.00 Estrangeiro: CARL KAWAIPIO PACLEB NOA Passaporte: 443226633 Estrangeiro: CHRISTOPHER KEONI ABELLA RODRIGUERA Passaporte: 468172034 Estrangeiro: GEORGE KAKALA TAULANI Passaporte: 488164113 Estrangeiro: JERRY F AFEMATA Passaporte: 505461392 Estrangeiro: NATHAN KIAKAHI FERNANDEZ Passaporte: 484519822 Estrangeiro: REECE KAUANU TAGARA Passaporte: 505842652 Estrangeiro: ROCKWELL SHINGO ICHISHITA Passaporte: 494647007 Estrangeiro: ROLAND WALTER MCDERMOT Passaporte: A6148494 Estrangeiro: SAULO TAULAGA SAVEA Passaporte: 446010815 Estrangeiro: TATIANA NICOLE BARRIOS Passaporte: 549781858; Processo: 47039008695201751 Empresa: ATUAL CONSULTORIA LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PABLO JOSE CEBRIAN NAVARRO Passaporte: AAG462754 Valor Total do Evento (R$): 2500.00; Processo: 47039008696201703 Empresa: CARRAPETA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARIA ELENA DONZEL SASTRE Passaporte: AAK039779 Valor Total do Evento (R$): 500.00; Processo: 47039008702201714 Empresa: V. R. PRATA PRODUCOES LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Andreas Pashias Passaporte: K00189540 Valor Total do Evento (R$): 60500.00 Estrangeiro: Anna Shpilko Passaporte: 72 8139845 Estrangeiro: Evamaria Mag. (FH) Schaller Passaporte: P 3124381 Estrangeiro: Fedor Pavlov Passaporte: 752883628 Estrangeiro: Ilya Pusenkoff Passaporte: C7719NZ26 Estrangeiro: Jamie Lewis-Hadley Passaporte: 209799746 Estrangeiro: Margarita Osepian Passaporte: 71 6122267 Estrangeiro: Nathalie Elisabeth Simone MBA BIKORO Passaporte: 16DV07680; Processo: 47039008738201706 Empresa: R & C EVENTOS, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DARIC ISRAEL BASSAN Passaporte: 561251976 Valor Total do Evento (R$): 551250.00 Estrangeiro: LEIF SANDE DIXON Passaporte: 452108001; Processo: 47039008787201731 Empresa: SONY MUSIC ENTERTAINMENT BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEJANDRO ESCUDERO LEMA Passaporte: PE137158 Valor Total do Evento (R$): 220500.00 Estrangeiro: ALEXANDRA WELLS MURPHY Passaporte: 549867328 Estrangeiro: ALEXANDRIA CAMILLE JACKSON Passaporte: 546130953 Estrangeiro: CAMILO MEJIA MARTINEZ Passaporte: PE136894 Estrangeiro: CESAR AUGUSTO PIMIENTA GALLEGO Passaporte: PE140315 Estrangeiro: DAISY ISABEL VILORIA MEJIAS Passaporte: 108308703 Estrangeiro: DAVID FELIPE ECHEVERRI MEJIA Passaporte: PE142463 Estrangeiro: ESTEBAN GIL ARCILA Passaporte: PE136925 Estrangeiro: HOMERO MIGUEL GALLARDO GUTIERREZ Passaporte: 0916588122 Estrangeiro: JUAN GUILLERMO RAMIREZ ALVAREZ Passaporte: AP405974 Estrangeiro: JUAN LUIS LONDONO ARIAS Passaporte: PE138560 Estrangeiro: LAURA DURAN RESTREPO Passaporte: PE137140 Estrangeiro: LUCAS DAVID TOMAS MATEO PABL PINZON GUTIERREZ Passaporte: PE136895 Estrangeiro: MARIA ALEJANDRA BAENA GALLEGO Passaporte: AQ364048 Estrangeiro: MARTA MARIA LOPEZ FRED Passaporte: 450233560 Estrangeiro: MEGAN REBECCA MULLIN Passaporte: 522273603 Estrangeiro: MIGUEL ANGEL ORTIZ ARRIETA Passaporte: PE136946 Estrangeiro: MIGUEL LEONARDO DIAZ GOIRGI Passaporte: AO817890 Estrangeiro: MIGUEL MATEO DELLA PORTA CERDA Passaporte: XDC698091 Estrangeiro: PAULA MARQUES DOS SANTOS Passaporte: 562638229 Estrangeiro: RAFAEL MONSALVE BETANCUR Passaporte: PE136927 Estrangeiro: SANTIAGO VELEZ PAREJA Passaporte: PE142992 Estrangeiro: SEBASTIAN VIDALES ANGULO Passaporte: AS433897 Estrangeiro: TEO ECHEVERRIA CIFUENTES Passaporte: PE138352; Processo: 47039008772201772 Empresa: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA SALA CECILIA MEIRELES Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: PETER HOWARD DONOHOE Passaporte: 507812115 Valor Total do Evento (R$): 16900.00; Processo: 47039008774201761 Empresa: LU ARAUJO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Blas Sarmiento Marimon Passaporte: AO873659 Valor Total do Evento (R$): 8000.00 Estrangeiro: Jorge Emilio Pardo Vasquez Passaporte: CC1143325660 Estrangeiro: MARIO ALEJANDRO GALEANO TORO Passaporte: PE110985 Estrangeiro: Marco Antonio Micolta Passaporte: AN613517 Estrangeiro: Oscar Freddy Colorado Cervantes Passaporte: AO423969 Estrangeiro: PEDRO ELIAS OJEDA ACOSTA Passaporte: AT617634 Estrangeiro: William George Holland Passaporte: 510648202; Processo: 47039008781201763 Empresa: LU ARAUJO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: António Sérgio Martins Lima Passaporte: M534494 Valor Total do Evento (R$): 8000.00 Estrangeiro: Eduardo Fernando da Silva Passaporte: P795736 Estrangeiro: Manuel Gomes Coelho Pinho da Cruz Passaporte: P814439 Estrangeiro: Nicolas Tricot Passaporte: 13AA64278; Processo: 47039008788201785 Empresa: LUCIANO HENRIQUE DE SOUZA ALVES Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALPHA NAGNELÉ SARAH KONE Passaporte: 13BC21917 Valor Total do Evento (R$): 56700.00 Estrangeiro: CHARLES SYLVIAIN LAUBÉ Passaporte: 17AT61722 Estrangeiro: EDDY GERARD JEAN-CLAUDE DELOMENIE Passaporte: 16AY33321 Estrangeiro: FABRICE, JEAN-MICHEL, FRANÇOIS BURET Passaporte: 12CL86427 Estrangeiro: GABRIEL HENRY LECONTE Passaporte: 485048961 Estrangeiro: HUGUES VALOT Passaporte: 15FV21705 Estrangeiro: JEROME APPOLINAIRE PIERRE FAVROT MAES Passaporte: 10AA08835 Estrangeiro: JULIEN LACHARME Passaporte: 15FV27153 Estrangeiro: LAURENT PIERRE DUPUY Passaporte: 13FV20801 Estrangeiro: LAURENT, GUY ROMAIN Passaporte: 13FV08700 Estrangeiro: MARIE PAULE CLAIRE TRIBORD Passaporte: 16AF39603 Estrangeiro: PATRICIA DOMINIQUE SAINT CERAN Passaporte: 12AT95611 Estrangeiro: PHILIPPE RAYMOND GEORGES Passaporte: 15DK00326 Estrangeiro: SEYDOU KONE Passaporte: 09DD08691 Estrangeiro: VERON NEWTON DINNALL Passaporte: A6065265; Processo: 47039008789201720 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AMINE ABBAS Passaporte: 17ED04479 Valor Total do Evento (R$): 118400.00 Estrangeiro: LAURENT JOSEPH ATTAL Passaporte: 15FV12835; Processo: 47039008793201798 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAVID CHRISTIAN BONGARTZ Passaporte: C73JJMC6C Valor Total do Evento (R$): 237000.00 Estrangeiro: DICK SCHEEPBOUWER Passaporte: NXDP4JP04 Estrangeiro: FRANCISCUS CORNELIUS ISIDORUS VAN DER HEIJDEN Passaporte: NPF0DL5F1 Estrangeiro: GERARD MAIJENBURG Passaporte: BWFDFD528 Estrangeiro: HORST WILHELM VON ESTORFF Passaporte: C7XFNNLL7 Estrangeiro: JEFFREY RYAN LIPSTEIN Passaporte: 561486290 Estrangeiro: JEFREY DANA ALLEN Passaporte: 467769327 Estrangeiro: JOHN ROY HAYWOOD Passaporte: 520721590 Estrangeiro: MARCUS STEPHAN WOLF Passaporte: 476037769 Estrangeiro: PAUL JORG KOLLENBROICH Passaporte: C773FZ3RY Estrangeiro: RIMMERT VAN LUMMEL Passaporte: NU6FL75F4 Estrangeiro: ROLAND TEMME Passaporte: C7923V1XX Estrangeiro: ROSA MARIA AERTS Passaporte: NTJ3KJF73 Estrangeiro: Roland Johannes Christoffel van Veggel Passaporte: NT03KBFB8 Estrangeiro: TOBIAS WEIGOLD WIMMER Passaporte: CF6CJ0882.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039008171201760 Empresa: AECI LATAM PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CARLOS GEORGE DE FREITAS GONCALVES Passaporte: A04824037; Processo: 47039008583201708 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZHANWEI FENG Passaporte: E 05050968.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 2° - B):

Processo: 47039008007201752 Empresa: TURKISH AIRLINES INC. (TURK HAVA YOLLARI ANONIM ORTAKLIGI) Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ORHAN GUVEN Passaporte: U11611145.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Com Contrato - Prorrogação - PEDIDO GERAL - APLICÁVEL SOMENTE às RN nº 01, 69, 71, 79, 81 e 121. - Prorrogação:

Processo: 47038002741201718 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA Estrangeiro: RAUL CRUZ IZQUIERDO RNE: V621261-Z Prazo: até 08/11/2019 Dependente Legal: Marina Teresa Torres Rodriguez Passaporte: J038804.

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47038002358201760 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Przemyslaw Michal Zajac RNE: V411322-O Prazo: até 03/02/2018; Processo: 47038002359201712 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Bogdan Jedrzejewski RNE: V918072-P Prazo: até 03/02/2018; Processo: 47038002631201756 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: John Madelo Laganson RNE: V895665-9 Prazo: até 30/10/2019; Processo: 47038002638201778 Requerente: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Estrangeiro: RAJ KUMAR SINGH RNE: G176847-V Prazo: até 02/09/2019; Processo: 47038002689201708 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Marek Krzysztof Laczkowiak RNE: V897434-I Prazo: até 30/12/2019; Processo: 47038002720201701 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Estrangeiro: OLIVER O GRADY RNE: G184972W Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002724201781 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Estrangeiro: KNUT SCHEVIK RNE: V384159-X Prazo: até 14/07/2018; Processo: 47038002728201769 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Edgar Jr Modesto Mocorro RNE: G225306-J Prazo: até 22/09/2018; Processo: 47038002733201771 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Laurentiu Mihai Sabangeanu RNE: G189601-5 Prazo: até 07/07/2018; Processo: 47038002734201716 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Elvis Fernandes RNE: G265966-R Prazo: até 23/07/2018; Processo: 47038002740201773 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Durbadal Chatterjee RNE: V965350-8 Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002744201751 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Ireneusz Tomasz Cwiklinski RNE: G223636-8 Prazo: até 13/08/2018; Processo: 47038002746201741 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Bogdan Perkowski RNE: V282612J Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002760201744 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Andrew Joseph Valero Cabling RNE: V893415-5 Prazo: até 17/12/2019; Processo: 47038002778201746 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Estrangeiro: JOHN SCURTI NELSON RNE: V814613-7 Prazo: até 11/12/2017; Processo: 47038002785201748 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Rohitbhai Mangubhai Tandel RNE: G383193-A Prazo: até 23/07/2018; Processo: 47038002790201751 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Efrain Moises Lugo Jimenez RNE: V951646-D Prazo: até 09/11/2018; Processo: 47038002791201703 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Francisco Sebastian Manalastas RNE: G110573-Y Prazo: até 09/11/2018; Processo: 47038002792201740 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Jarelle Loyola Galang RNE: G264435-Q Prazo: até 09/11/2018; Processo: 47038002809201769 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Estrangeiro: Thankachan Joseph RNE: V590928-C Prazo: até 23/10/2019; Processo: 47038002810201793 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: Petre Pasmangiu RNE: V764332T Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002811201738 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Estrangeiro: Edward Smith Jones RNE: V838994B Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002812201782 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Estrangeiro: Rajendra Singh Yadav Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002813201727 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Estrangeiro: Amit Anil Chitnis RNE: G189987V Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002821201773 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: XIOMARA LOURENCO PESTANA RNE: V755538-A Prazo: até 24/05/2018; Processo: 47038002822201718 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Mark Joseph Amparo Delgado RNE: V918001-B Prazo: até 09/11/2018; Processo: 47038002825201751 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Ernest Jaroslaw Sojka RNE: V411772-U Prazo: até 15/10/2019; Processo: 47038002826201704 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Estrangeiro: Karol Ryszard Kwasniewski RNE: G219552-R Prazo: até 22/09/2019; Processo: 47038002827201741 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Estrangeiro: Arnel Abad Vergara RNE: G228209-2 Prazo: até 11/09/2019; Processo: 47038002828201795 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Estrangeiro: Euan Voigt Mackay RNE: G068050-3 Prazo: até 02/10/2019; Processo: 47038002833201706 Requerente: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: Daniel Sebastian Debski RNE: V573601-4 Prazo: até 21/03/2018; Processo: 47038002834201742 Requerente: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: Adrian-Tudor Ciobanu RNE: G189801-Y Prazo: até 21/03/2018; Processo: 47038002835201797 Requerente: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: Glib Mykh RNE: V484866-1 Prazo: até 21/03/2018; Processo: 47038002837201786 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Jaroslaw Jerzy Michalski RNE: V446954-I Prazo: até 19/11/2019; Processo: 47038002838201721 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Redeemer De Guzman Sumilang RNE: V902664-0 Prazo: até 13/01/2020; Processo: 47038002839201775 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Benedicto Jr. Moreno Guhit RNE: G201338-1 Prazo: até 25/11/2019; Processo: 47038002840201708 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Roger Tolentino Ortega RNE: V902688-M Prazo: até 13/11/2019; Processo: 47038002849201719 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Marinus Jacobus Danen RNE: V386180W Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002860201771 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: CARLOS ALBERTO CABRALES VEGA RNE: G028918-O Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002861201715 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ELZO GEERHARD CORNELIS VAN DER MEULEN RNE: G109080-I Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002862201760 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: RABINDRANATH AMEGLIO GUTIERREZ RNE: V520177-0 Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002863201712 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Wojciech Mariusz Schreier RNE: V855254-H Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002864201759 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Waldemar Wroblewski RNE: V863775-U Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002865201701 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Sandy Salva Mara RNE: V880211-5 Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002866201748 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Mohd Syahir Bin Mohd Sariff RNE: V874007-R Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002868201737 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Bogdan Siennicki-Pioch RNE: G230684-6 Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002871201751 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ALF LEROY LISTIGOVERS RNE: G016448-E Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002873201740 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ALEKSANDR ZHIKHOR RNE: G054127-K Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002874201794 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ALVIN SALAZ AR ESPIRITU RNE: V628696-2 Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002876201783 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ANDREJS KUZNECOVS RNE: G026813-B Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002877201728 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: CARLOS ARAHEL PINA HERNANDEZ Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002878201772 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: CRISTIAN JESUS BARRAZA BUESO RNE: G087406-K Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002879201717 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ERNESTO RODRIGUEZ GARCIA RNE: G100940-2 Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002880201741 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: FRANCIS KWABENA BUAH MENSAH RNE: G170966-G Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002881201796 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: FROYLAN MORA GARCIA RNE: G041860-F Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002882201731 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: GUSTAVO ADOLFO ALVARADO

PAZ RNE: G010423-N Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002883201785 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ILIE DEACONESCU RNE: G165122-C Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002884201720 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: JADRAN MAJIC RNE: V976882-1 Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002885201774 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: JOSE ISRAEL GONZALEZ PEREZ RNE: G013927-H Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002886201719 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: JOSE MIGUEL SANCHEZ HERNANDEZ RNE: G042969-P Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002887201763 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: KRZYSZTOF WROBLEWSKI RNE: G208038-F Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002888201716 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: LUIS ALEJANDRO GALICIA PAREDES RNE: G038907-N Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002889201752 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: MAKSIMS HROMCOVS RNE: V706279-X Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002890201787 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: MILAN DELEVIC RNE: G107659-W Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002891201721 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: OLEKSIY SHCHIPAKOV RNE: G047397-J Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002892201776 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: OMAR QUINTANA ZATARAIN RNE: G027182-F Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002893201711 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: OSCAR JAHACIEL MEZA LOPEZ RNE: G073270-8 Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002894201765 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: RONEL PENAFIEL PARRENO RNE: V423564-L Prazo: até 28/04/2019; Processo: 47038002895201718 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Pierre Henri Paul Charier RNE: V674932-6 Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002896201754 Requerente: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: Emil Procop RNE: G204627G Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002897201707 Requerente: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: António Manuel Gonçalves Matoso de Olim RNE: G196897-4 Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002898201743 Requerente: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: SEBY ROMALDO REBELO RNE: V914841-O Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002899201798 Requerente: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: IAN WILLIAM HENDRY RNE: V701562-Q Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002900201784 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: RADIY NOVIKOV RNE: G038988-Y Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002901201729 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: RAFAEL GARCIA OSUNA RNE: G067219-V Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002902201773 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: RAMON GREGORIO LARA Y MUNOZ RNE: G028904-Z Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002903201718 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: RUSLAN BOGACH RNE: G023682-F Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002904201762 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: SERGII PRIMUT RNE: G023686-7 Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002905201715 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: SERGIY SHUPAK RNE: G101478-T Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002907201704 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: THOMAS NKRUMAH RNE: G158954-W Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002908201741 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: VALENTYN KRISTIOGLO RNE: G038928-F Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002909201795 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: YEVGEN GADETSKYY RNE: G028902-2 Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002910201710 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: YURIY MAKSYMENKO RNE: G024262-W Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002913201753 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Joey Casaljay Rojas RNE: G390698-Q Prazo: até 25/05/2018; Processo: 47038002914201706 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Alan Del Rio RNE: G210324-B Prazo: até 25/05/2018; Processo: 47038002915201742 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Artur Przemyslaw Stasiak RNE: V781251-W Prazo: até 02/01/2020; Processo: 47038002916201797 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Zeus Edurise Peña RNE: V891160-M Prazo: até 15/02/2020; Processo: 47038002917201731 Requerente: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: Taede Siemen Weidenaar RNE: V785853-L Prazo: até 21/03/2018; Processo: 47038002919201721 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ANATOLIY PREDA RNE: G024304-5 Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002920201755 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ANDRIY DRAMARETSKYY RNE: G040890-B Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002921201708 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ART MARTINEZ CABINTOY RNE: G173652-O Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002922201744 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: DMYTRO GRODS KYI RNE: G023126-8 Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002923201799 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: IGOR TIMINIUK RNE: G023167-V Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002924201733 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: KENNETH FELIX SEY RNE: G202015-K Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002925201788 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: PABLO RUBEN CUADRAS BORBOA RNE: G031167-Z Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002926201722 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: VASYL BEZBORODOV RNE: G038950-M Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002927201777 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: VITALII BOCHAROV RNE: G038919-G Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002928201711 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: VITALIY KULIKOV RNE: G062060-U Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002929201766 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: WOJCIECH ADAM BRUNOWICZ RNE: G167092-M Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002930201791 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: YURY KOBYLIN RNE: G051206-2 Prazo: até 13/04/2018; Processo: 47038002931201735 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Estrangeiro: WENHUA HE RNE: G308107-F Prazo: até 12/12/2019; Processo: 47038002946201701 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Estrangeiro: FORREST JOHANN PERKINS RNE: V827308-S Prazo: até 23/09/2018.

Temporário - Sem Contrato - RN 61. - Prorrogação:

Processo: 47038002640201747 Requerente: SOLIKER ENERGIA S.A. Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER FERNANDEZ PENA RNE: G286787-A Prazo: 1 Ano(s) Dependentes Legais: SARA OCHOA ESCOLAR Passaporte: PAB562546 e CLAUDIA FERNANDEZ OCHOA Passaporte: PAB562545; Processo: 47038002712201756 Requerente: ITALSOFA NORDESTE S.A Estrangeiro: DOMENICO GIUSEPPE OSTUNI RNE: G300900-0 Prazo: até 20/09/2018; Processo: 47038002750201717 Requerente: VSL ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA Estrangeiro: PEDRO TIAGO DA SILVA PINTO RNE: V862831-E Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038002772201779 Requerente: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Estrangeiro: TYLER JOHN ETHERIDGE RNE: G299598-T Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038002775201711 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Estrangeiro: Mihai Apostu RNE: V988088-5 Prazo: até 03/10/2018; Processo: 47038002776201757 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Estrangeiro: Iulian Dragusin RNE: G195322-N Prazo: até 19/10/2018; Processo: 47038002777201700 Requerente: MAERSK H2S SAFETY SERVICES BRASIL SERVICOS DE SEGURANCA CONTRA GAS SULFIDRICO LTDA. Estrangeiro: Victor Antonio Romero Dominguez RNE: G304017-0 Prazo: até 23/10/2018; Processo: 47038002781201760 Requerente: GEO DO BRASIL IMPORTACAO, COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO DE POLIMEROS LTDA. Estrangeiro: JORGE MIGUEL PACHECO RODRIGUES FRADE RNE: G042ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA249-M Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038002800201758 Requerente: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Estrangeiro: Gregory Thomas Adams Jr RNE: G322775-T Prazo: até 06/01/2019; Processo: 47038002806201725 Requerente: TECNOPLANO CONSULTORIA DE PROJETOS E OBRAS LTDA Estrangeiro: Tiago Dias Geraldes RNE: G319900-N Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038002807201770 Requerente: TECNOPLANO CONSULTORIA DE PROJETOS E OBRAS LTDA Estrangeiro: Carlos José Castelo Madeira RNE: G317560-V Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038002808201714 Requerente: SERVICOS TECNICOS G.A.S. LTDA Estrangeiro: ARNOLD UY HUERTAS RNE: V801480-L Prazo: até 13/10/2018; Processo: 47038002814201771 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: RAUL MACIAS VICENTE RNE: G082825-P Prazo: até 06/02/2019; Processo: 47038002829201730 Requerente: PIACENTINI TECENGE DO BRASIL CONSTRUCOES LTDA. Estrangeiro: DAVIDE CASADEI RNE: G307595-I Prazo: 12 Mês(es); Processo: 47038002830201764 Requerente: PIACENTINI TECENGE DO BRASIL CONSTRUCOES LTDA. Estrangeiro: GIULIA CASTORI RNE: G314353-E Prazo: 12 Mês(es); Processo: 47038002831201717 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MICHAEL BRIAN WALSH RNE: V961911-E Prazo: até 16/01/2019; Processo: 47038002832201753 Requerente: PMC AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Estrangeiro: BRUNO FRATE RNE: G301066-1 Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038002850201735 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Estrangeiro: DOMENICO TADDEO RNE: G331799-E Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038002856201711 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Jenny Paola Reina Sanchez RNE: V844200-E Prazo: até 19/10/2018; Processo: 47038002857201757 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Julio Enrique Sanchez Sanin RNE: G305132-V Prazo: até 19/10/2018; Processo: 47038002858201700 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Raul Rodriguez Salazar RNE: G305142-S Prazo: até 19/10/2018; Processo: 47038002872201703 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Estrangeiro: Esko Juhani Vehmaan Kreula RNE: V865647-T Prazo: até 13/10/2018; Processo: 47038002875201739 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Estrangeiro: NINA PAULIINA VENAELAEINEN RNE: V947123-L Prazo: até 13/10/2018; Processo: 47038002911201764 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: YUKI TAKAHASHI RNE: G228567-D Prazo: até 17/03/2019; Processo: 47038002906201751 Requerente: STANLEY ELECTRIC DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: TAKESHI MIZOGUCHI RNE: G301470-V Prazo: até 17/10/2018; Processo: 47038002627201798 Requerente: DORNBUSCH-MOLDTECH EQUIPAMENTOS E TEXTURIZAC;OES LTDA. Estrangeiro: PAULO JORGE ALMENDRA VILACA RNE: G322063-R Prazo: ate 17/09/2018 Dependentes Legais: ANNIKA MAURICE STUCKEY Passaporte: N4860687 e EVELINA MAURICE VILACA Passaporte: PA3742382.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o(a) Estrangeiro(a): HIROFUMI AOKI a exercer concomitantemente o cargo de membro do Conselho de Administração na empresa IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS. Processo: 47039.007938/2017-33, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.003257/2017-04.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, mantém o indeferimento do Processo nº 47039/006568/2016-36, indeferimento publicado no DOU n° 183 de 22/09/2017, Seção 1, p. 61, Pedido de Reconsideração - Processo nº. 46215.087765/2016-05.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039008346201739 Empresa: SINDICATO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS DOS ESTAB. PRIV. DE ED. BAS., SUP., PROF., CURSOS LIVRES E AFINS DE GRS. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIEGEOIS CHANTAL MARIE-JEANNE G. Passaporte: EM607326; Processo: 47039007831201795 Empresa: SERPA DONALD HOTEL E TURISMO LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMANDA MARIE GOMES Passaporte: GF193608, Processo: 47039007890201763 Empresa: PANIBRASIL MASSAS CONGELADAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FILIPE MANUEL FERREIRA ALBINO Passaporte: M445246; Processo: 47039007206201743 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KRAIG MICHAEL CALLAIS Passaporte: 554221658; Processo: 47039008238201766 Empresa: MANGANES CONGONHAL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RUIQUIANG XIAN Passaporte: E98073948; Processo: 47039006941201730 Empresa: SOL INCORPORADORA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARTA DITURI Passaporte: YA6960577; Processo: 47039005056201733 Empresa: LINVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOANA DA PONTE LOPES Passaporte: N038523; Processo: 47041001989201711 Requerente: TATIANA IASHUNOVA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TATIANA IASHUNOVA Passaporte: 718880932; Processo: 47041003239201775 Requerente: COMUNIDADE EVANGELICA DE CRUZEIRO DO OESTE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VLADIMIR ALBINO TE Passaporte: C00084192; Processo: 47041002804201787 Requerente: VIRGINIA KAGURE WACHIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIRGINIA KAGURE WACHIRA Passaporte: A114668; Processo: 47041002850201786 Requerente: VIRGINIA KAGURE WACHIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIRGINIA KAGURE WACHIRA Passaporte: A114668.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Processo: 47038002770201780 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Estrangeiro: NADINE SCHUBERT Prazo: 24 Mês(es); Processo: 47038002855201768 Requerente: TRIMINING - MINERACAO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: NISHANT JAY PRAKASH RNE: G200757-N Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038002381201754 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Celal Eyvaz RNE: G169545-1 Prazo: até 06/02/2018 , Processo: 47038002395201778 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Perry Mondelo Torio Prazo: até 08/08/2019, Processo: 47038002816201761 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Elvin Sillo Agir RNE: G380353-T Prazo: até 30/12/2017.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 193 de 06/10/2017, Seção 1, p. 125, Processo: 47039.007816/2017-47, onde se lê: Passaporte: 15FV02040, leia-se: Passaporte: 14FV02040.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 121 de 27/06/2017, Seção 1, p. 50, Processo: 47039.005023/2017-93, onde se lê: Estrangeiro: FABRICE POYART, leia-se: Estrangeiro: FABRICE POYARD.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300294

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

RETIFICAÇÃO

No despacho da Coordenador-Geral de Recursos, publicado às fls.310 da Seção I do DOU de 20/10/2017, onde se lê:

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
	46265.000663/2013-47	200346334	Aquecedor Solar Transsen Ltda	SP

Leia-se:

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
	46265.000662/2013-01	200346288	Aquecedor Solar Transsen Ltda	SP

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de outubro de 2017

O Superintendente Regional do Trabalho no Ceará, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o (a) Senhor (a) Representante Legal do SINDSERVIC - SINDICATO DOS SERVIDORES E SERVIDORAS PUBLICOS MUNICIPAIS DE VICOSA DO CEARA, CNPJ: 28.326.298/0001-43, Processo n° 46284.000737/2017-41 (SC19438), do inteiro teor do Ofício n° 1175/2017/SRT/SERET, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento AR JR51039102 1 BR, que terá o prazo improrrogável de 20 (vinte) dias para apresentar a documentação solicitada, sob pena de ARQUIVAMENTO do citado pedido de registro sindical, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

CNPJ:	28.326.298/0001-43
Entidade:	SINDSERVIC - SINDICATO DOS SERVIDORES E SERVIDORAS PUBLICOS MUNICIPAIS DE VICOSA DO CEARA
Referência:	Ofício n.° 1176/2017/SRT/SERET - Assunto: Notificação de Regularização
Assunto:	Notificação no Diário Oficial da União (DOU).

FÁBIO ZECH SYLVESTRE

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 870, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e na Portaria nº 09, de 27 de janeiro de 2012,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento em infraestrutura na área de transporte e logística no setor rodoviário, proposto pela Concessionária Rota das Bandeiras S.A., que tem por objeto ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 - Anel Sul de Campinas e Via Perimetral de Itatiba e outros segmentos de rodovias transversais, incluindo, dentre outras melhorias, obras civis em pavimentações, no Estado de São Paulo, para fins de emissão de debêntures incentivadas, conforme descrito no Anexo desta Portaria.
Art. 2º Os autos do Processo nº 50000.032602/2017-51 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
MAURÍCIO QUINTELLA

ANEXO	
Projeto	Projeto da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. de emissão de debêntures tem por objeto ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332,. prolongamento da SP-083 - Anel Sul de Campinas e Via Perimetral de Itatiba e outros segmentos de rodovias transversais, incluindo, dentre outras melhorias, obras civis em pavimentações, no Estado de São Paulo
Denominação Comercial	Concessionária Rota das Bandeiras S.A.
Razão Social	Concessionária Rota das Bandeiras S.A.
CNPJ	10.647.979/0001-48
Relação das Pessoas Jurídicas	- Odebrecht TransPort S.A. - 100% (CNPJ: 21.626.030/0001-88) - Controladora
Relação dos Documentos Apresentados	
- Formulário de Cadastro do Projeto da SPE. (Anexo I). - Formulário de Demonstração dos Fluxos de Caixa. (Anexo II). - Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento. (Anexo III).	
- Ata da Assembleia Geral de Constituição, realizada em 09.02.2009. - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.	
Local de Implantação do Projeto:	
Estado de São Paulo.	

PORTARIA Nº 871, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Divulga o resultado da avaliação de desempenho institucional para concessão da gratificação de desempenho dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, referente ao período de 1º de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017, de que tratam os arts. 15, 15-A e 15-B, da Lei n° 11.171, de 02 de setembro de 2005.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16-D, parágrafo único, da Lei nº 11.171, de 02 de setembro de 2005, e tendo em vista o disposto na Portaria GM/MTPA n° 629, de 11 de outubro de 2016, retificada pela Portaria GM/MTPA n° 710, de 09 de agosto de 2017, resolve:
Art. 1º Divulgar, na forma do anexo, o resultado final da Avaliação do Desempenho Institucional para concessão da gratificação de desempenho dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, referente ao período de 1° de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017.
Art. 2º Declarar que o DNIT atingiu o pencentual de 100% (cem por cento) das metas globais fixadas na Portaria n° 710, de 09 de agosto de 2017, e que obteve o resultado de 80 (oitenta) pontos na avaliação de desempenho institucional.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

ANEXO I

QUADRO DE INDICADORES E METAS (PERÍODO: DE 1º DE SETEMBRO DE 2016 A 31 DE AGOSTO 2017)						
Nº REF.	DIRETORIA RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PESO	META	RESULTADO ALCANÇADO
1	DIR	Elaboração de Atos Preparatórios e/ou Termo de Referência para Licitação	Unidade	10	5	25
2	DIR	Elaboração de Relatórios de Acompanhamento de Obra	Unidade	5	40	62
3	DIR	Elaboração de Minutas de Instruções de Serviços	Unidade	5	3	4
4	DIR	Elaboração de Seminários Técnicos e/ou Estudos de Casos de Obras Rodoviárias	Unidade	5	2	5
5	DIR	Elaboração de Notas Técnicas e/ou Pareceres Técnicos de Obras Rodoviárias	Unidade	5	20	22
6	DIR	Elaboração de Minutas de Contratos e Assinatura de Contratos	Unidade	5	5	49
7	DIR	Elaboração de Seminários Técnicos e de Capacitação de Servidores	Unidade	5	3	4
8	DIR	Elaboração e Análise de Projetos Básicos em Programa de Revitalização/Restauração	km	10	3.000	3.198,01
9	DIR	Elaboração de Relatórios de Acompanhamento do Plano Nacional de Manutenção Rodoviária	Unidade	5	12	12
10	DIR	Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - Novo PNCV	Quantidade de Faixas Monitoradas	5	500	5.496
11	DIR	Reativação de Postos de Pesagem de Veículos - PPV - existentes, os quais serão operados por Agentes da Autoridade de Trânsito	Quantidade de PPV	5	10	5
12	DIR	Malha coberta por serviços de manutenção/conservação da sinalização e dispositivos de segurança no Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária -BR-Legal	Km	5	50.584	58.048,30
13	DIR	Julgamento de Recursos de Infração de Trânsito	Quantidade de recursos julgados	5	5.000	22.314
14	DIF	Notas, Pareceres Técnicos, Termos de Referência e Inspeções em Projetos e obras Ferroviárias	Unidade	10	120	123
15	DIF	Inspeções, Avaliações e Destinações de Bens Ferroviários	Unidade	10	40	60

16	DPP	Estudos e Relatórios Ambientais	Unidade	10	450	580
17	DPP	Avaliação Funcional de rodovias	Quilômetro	10	30.000	37.548,50
18	DPP	Emissão de análises, pareceres, notas técnicas e termos de referência	Unidade	5	400	717
19	DPP	Publicação de declarações de utilidade pública	Unidade	5	20	24
20	DPP	Aprovação de relatórios genéricos de valores (RGV)	Unidade	5	18	25
21	DPP	Aprovação de cadastros técnicos de desapropriação ou reassentamento	Unidade	5	1.200	2.037
22	DPP	Criação/revisão de normativos (manuais e normas)	Unidade	5	22	22
23	DAQ	Realizar a manutenção da sinalização nas hidrovias	Quilômetro	10	1.100	1.251
24	DAQ	Publicação de editais de licitação para contratação de projetos, obras (construção ou reforma) ou de gerenciamento/supervisão de construção de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4.	Unidade	5	03	03

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 3.492, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, incisos X, XI e XIII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 181, de 25 de janeiro de 2011, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.534575/2017-12, resolve:

Art. 1º Designar como internacional o Aeroporto Santa Maria/Aracaju - SE (SBAR).

§ 1º A designação tem prazo indeterminado.

§ 2º O período de abertura ao tráfego aéreo internacional será ininterrupto, durante todo o período de abertura do aeroporto ao tráfego público.

§ 3º As operações internacionais estão restritas apenas aos serviços aéreos públicos regulares e não regulares de passageiros, sendo vedados os serviços aéreos públicos de carga/mala postal e os serviços aéreos privados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSE BOTELHO FARIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 3.332, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1.767, de 23 de maio de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.502977/2016-78, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, o curso teóricos e práticos de Comissário de Voo (CMV), na modalidade de ensino à distância, da EACON - ESCOLA DE AVIAÇÃO CONGONHAS, situada à Avenida Washington Luiz, n° 6055, Campo Belo, em São Paulo - SP, CEP: 04626-004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 3.447, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1.767/SPO, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.547834/2017-86, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. Fernando Celli, CRM/SC 1943, MC 166, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Paraíba, nº 13 / Sala 01, Eugênio Schneider, Rio do Sul (SC), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

PORTARIA Nº 3.448, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1.767/SPO, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.549348/2017-01, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, a clínica VOE CONSULT CONSULTORIA E PERICIAS MEDICAS EIRELI - EPP, CNPJ 27.180.791/0001-35, CLC 33, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Senador José Henrique, nº 103, Salas 101 e 102, Ilha do Leite - Recife (PE) , para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 1ª, 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º A CLÍNICA VOE CONSULT CONSULTORIA E PERICIAS MEDICAS EIRELI - EPP, deverá manter, na pessoa de seu Diretor Técnico Médico, todos os requisitos da certificação previstos no RBAC nº 67.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

GERÊNCIA-GERAL DE OPERAÇÕES DE TRANSPORTE AÉREO

GERÊNCIA TÉCNICA DE ARTIGOS PERIGOSOS

PORTARIA Nº 3.462, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O GERENTE TÉCNICO DE ARTIGOS PERIGOSOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.2.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1.767/SPO, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto na Seção 175.29 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175 (RBAC nº 175) e na Instrução Suplementar nº 175-002 (IS nº 175-002), e considerando o que consta do processo nº 00066.511072/2017-70, resolve:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, o funcionamento como entidade de ensino de artigos perigosos da ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL COMPANHIA DAS ASAS EIRELI -ME, CNPJ nº 17.468.038/0001-96, com sede em Guarulhos - SP.

Parágrafo único. As categorias homologadas e os instrutores credenciados para ministrar os cursos de artigos perigosos em nome da entidade de ensino estão especificados no respectivo Certificado de Credenciamentos e Homologações de Entidade de Ensino - CHE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO MACEDO RODRIGUES CASCARDO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.756, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 00045.000959/2015-13 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 431ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Rerratificar a Resolução nº 5.712-ANTAQ, de 20 de outubro de 2017, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, data base do EVTEA: dezembro de 2016, com as premissas e parâmetros adotados pela ANTAQ, constante dos Documentos SEI nºs 0334075, 0349313 e 0349317 com o Valor Presente Líquido - VPL total positivo de R$ 13.698.264,64 (treze milhões, seiscentos e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), referente aos investimentos do segundo período contratual, extraído do Fluxo de Caixa Total (Fluxo de Caixa Total Hipótese 1 - SEI nº 0349317), referenciado a 2023/2024, e Payback descontado em 6 de setembro de 2043, nos termos dos Pareceres Técnicos nºs 18 e 19 (SEI nº 0334075 e 0349313), aprovados pelos Despachos GPO e SOG (SEI nºs 0334298, 0349402 e 0350319).

Art. 2º Reconhecer a possibilidade de prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento C-DEPJUR nº 100/97, celebrado em 6 de novembro de 1997, entre a COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre, 21, Rio de Janeiro/RJ, e a empresa PÍER MAUÁ S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.434.768/0001-07, com sede na Avenida Rodrigues Alves, 10, Rio de Janeiro/RJ, nos termos do que dispõe o inciso V do art. 2º do Decreto nº 8.033/2013, conjuntamente com o caput do art. 57 da Lei nº 12.815/2013, com investimentos da ordem de R$ 68.933.524,38 (sessenta e oito milhões, novecentos e trinta e três mil, quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), não previstos originalmente no referido contrato, que não se amortizam no primeiro período contratual, uma vez que o Fluxo de Caixa Marginal apresentou um VPL negativo de -R$ 51.929.135,25 (cinquenta e um milhões, novecentos e vinte e nove mil, cento e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos), referenciado com data focal de 2023/2024, e com a utilização de WACC de 10,00% a.a.

Art. 3º Recomendar que o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA se manifeste expressamente quanto à aceitação da expansão de área proposta pela empresa Píer Mauá S.A., alertando-se que se faz necessário promover adequações na Poligonal e no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ do Porto Organizado do Rio de Janeiro.

Art. 4º Por recomendar que o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA opte sobre o prazo da prorrogação contratual, podendo escolher a opção da data do payback descontado (06/09/2043) ou os 25 (vinte e cinco) anos (31/05/2049) promovendo nova recomposição do equilíbrio contratual.

Art. 5º Alertar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA sobre a possibilidade de solicitar da interessada a certidão de inexigibilidade junto ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

Art. 6º Determinar o envio dos autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, com a comunicação acerca do contido na presente Deliberação, para fins de adoção das providências cabíveis no âmbito de sua competência frente à legislação de regência.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 349, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições fundamentada no Voto DMR - 146, de 18 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.531111/2017-57, delibera:

Art. 1º Alterar o Art. 7º da Deliberação nº 130 de 26 de junho de 2013, que passa a vigora com a seguinte redação:

"Art. 7º A Política de Qualidade de Vida no Trabalho na ANTT será efetivada pela execução do programa de projetos e ações definidos no ANEXO I."

Art. 2º O Anexo I da Deliberação nº 130 de 26 de junho de 2013, que dispõe sobre as ações de Qualidade de Vida no Trabalho que serão desenvolvidas implementadas, conforme prazos definidos, passa a vigorar conforme anexo.

Art. 3º Revogar o Anexo II da Deliberação nº 130, de 26 de junho de 2013.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGES BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO I - PLANO DE AÇÃO DE QVT

As ações de QVT propostas abaixo visam operacionalizar o programa de Qualidade de Vida no Trabalho, considerando a Política de Qualidade de Vida no Trabalho da ANTT

Referência de Prazos

02/2017: Ação a ser iniciada no segundo semestre de 2017.

01/2018: Ação a ser iniciada no primeiro semestre de 2018.

02/2018: Ação a ser iniciada no segundo semestre de 2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300296

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVO	PRAZO
Programa Mais Horas	Estabelecer incentivo à prática de atividades físicas, por meio da concessão aos servidores de horas voltadas a essa finalidade.	2/2017
Tele Trabalho	Dispor de critérios e requisitos que possibilitem ao servidor da ANTT o desempenho de suas atividades e atribuições funcionais fora das dependências da Agência.	1/2018
Ginástica Laboral	Implementar no ambiente de trabalho, durante o expediente, a prática de pequena série de exercícios físicos, ministrada por profissional competente da área de educação física, com o objetivo de evitar lesões por esforço repetitivo e algumas doenças ocupacionais.	2/2018
Intercâmbio Funcional	Estabelecer atividades periódicas de intercâmbio entre servidores das unidades regionais e da SEDE da ANTT, proporcionando uma troca de experiências funcionais.	2/2017
Programa de Eventos de Qualidade de Vida no Trabalho	Programas e realizar conjunto de eventos anuais voltados às temáticas de Qualidade de Vida no Trabalho.	1/2018
Pesquisa de Opinião	Realizar em periodicidade predeterminada levantamento de opinião em relação à Qualidade de Vida no Trabalho junto aos servidores e colaboradores da Agência.	2/2018
GEPES com Você	Instituir ações de comunicação e interação com servidores e demais parceiros, voltadas ao esclarecimento de ações institucionais, direitos e deveres, conduta e gestão de conflitos.	1/2018
Voluntariado Institucional	Promover a realização de serviços voluntários pelos servidores da ANTT, junto a entidades não governamentais previamente selecionadas.	2/2018
Desenvolvimento de Lideranças	Dispor anualmente de conjunto específico de ações de capacitação voltados ao aprimoramento de competências aos servidores em função gerencial.	1/2018
Incentivo à Pós-Graduação	Incentivar a participação de servidores em cursos de pós-graduação, por meio de seleção de propostas de estudos aderentes às linhas de atuação estabelecidas pela Agência.	1/2018

SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS

PORTARIA Nº 1, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere a competência delegada por meio da Portaria n.º 833, de 3 de outubro de 2017, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União do dia 4 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica alterada para 27/10/2017 a data de início da consulta pública indicada no art. 3º, I, da Portaria n.º 833, de 3 de outubro de 2017.

Art. 2º No art. 2º da Portaria n.º 833, de 3 de outubro de 2017, onde se lê: "... poligonais.riodejaneiro@transportes.gov.br, ...", leia-se: "... poligonais.rj@transportes.gov.br, ...".

Art. 3º Ficam ratificados os demais artigos da referida Portaria.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS

Ministério Público da União

ATOS DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 118, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 26 inciso XIII, da Lei Complementar n° 75, de 20/5/1993, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo PGR/MPF nº 1.00.000.02352/2017-09, resolve:

Art. 1° Alterar a Portaria PGR/MPU nº 591, de 27/10/2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

§ 5º. Deverá o Procurador-Chefe da Unidade, designar, unilateralmente, o gozo de férias dos membros do Ministério Público da União antes de o acúmulo do benefício alcançar dois anos, salvo por motivo de necessidade do serviço devidamente justificado.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
3ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2017

Hora: 13:00h
Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.
1ª Parte - Expediente.
a) - Comunicados e Assuntos Gerais:
1 - Coordenador(a) da CCR.
2 - Membros da CCR.
2ª Parte - Ordem do Dia.
I - Recursos administrativos
Processo IC-006286.2016.02.000/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), INQUIRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (AGÊNCIA BRÁS EST UNIF SP) - Relator: Dr. André Luís Spies.
Processo IC-002770.2016.04.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: EPCOS DO BRASIL LTDA., NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. André Luís Spies.
Processo NF-000345.2017.01.005/6 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: AMBIDADOS CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE LTDA - EPP - Relator: Dr. André Luís Spies.
Processo MED-000565.2017.01.005/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REQUERENTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SENALBA/RJ), REQUERIDO: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE / MACAE - Relator: Dr. André Luís Spies.
Processo NF-000226.2017.03.010/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: CERÂMICA CEDRO MINAS LTDA - EPP, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Luís Spies.
Processo NF-002380.2017.04.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, NOTICIANTE: GILMAR DRAGO - Relator: Dr. André Luís Spies.
Processo NF-000629.2017.15.002/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: EMBRAER S.A., NOTICIANTE: ALEXANDRE DE CARVALHO PACHECO - Relator: Dr. André Luís Spies.
Processo PP-000489.2016.09.003/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM COOPERATIVAS DE CREDITO DO ESTADO DO PARANÁ - SINDICREDPR, INVESTIGADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO NORTE DO PARANÁ - SICOOB NORTE DO PARANÁ, INVESTIGADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO NORTE DO PARANÁ - SICOOB ALIANÇA, INVESTIGADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ARAPONGAS - SICOOB ARAPONGAS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo NF-000212.2016.12.004/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: GUSTAVO BRAGA SENRA, NOTICIADO: VALMIR SEBASTIÃO PILATTI - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo NF-000497.2017.01.006/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE NITERÓI, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SIMONE FAUSTINO TORRES, NOTICIADO: ITAU UNIBANCO S.A. - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo NF-006475.2017.02.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: ABB LTDA (ADMNISTRAÇÃO CENTRAL) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo NF-000185.2017.02.003/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: CONDOMÍNIO RIO BRANCO, NOTICIADO: U. P. LIBUTTI -EPP - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo NF-002232.2017.15.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: EDITORA FONTANA LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo NF-002318.2017.15.000/5 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE FARMÁCIAS, DROGARIAS, DISTRIBUIDORAS, PERFUMARIAS, SIMILARES E MANIPULAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOTICIADO: ADRIANO GONCALVES DA SILVA, NOTICIADO: RENATA DE OLIVEIRA BARBOSA SILVA, NOTICIADO: EDUARDO MORAIS DA SILVEIRA, NOTICIADO: RAFAEL MORAIS DA SILVEIRA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo NF-001752.2017.18.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SERVIÇO DE SAÚDE DA REDE PRIVADA DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, NOTICIADO: ASSOCIAÇÃO GOIANA DE INTEGRALIZAÇÃO E REABILITAÇÃO - AGIR - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo IC-000056.2017.23.003/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: VITAL E WENCESLAU LTDA -ME - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo IC-002556.2016.05.000/5 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDMAR - SINDICATO DOS MESTRES DE CABOTAGEM, ARRAIS E REGIONAIS DOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE, NOTICIANTE: SINDICATO NACIONAL DOS CONDUTORES DA MARINHA MERCANTE E AFINS, INQUIRIDO: SINDICATO MOT COND MARINHA MERCANTE DO E - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo IC-000333.2016.17.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. , NOTICIANTE: COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE INSTITUIÇÕES FINCANCEIRAS- COPROINF, NOTICIANTE: COOPERATIVA DOS BANCÁRIOS, ECONOMIÁRIOS E DE DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO LTDA - COPBANEF - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo NF-006389.2017.02.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS, NOTICIADO: RANGEL ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA EPP - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo PP-001736.2017.15.000/8 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIENCIAS E TECNOLOGIA DE CAMPINAS E REGIAO - SINTPQ, INVESTIGADO: CTC - CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A. - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo NF-000309.2017.15.005/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SECPV - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PRESIDENTE VENCESLAU, NOTICIANTE: MÁRCIO PEREIRA DA SILVA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
II - Declínios de atribuições
Processo IC-000712.2009.07.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 7ª REGIÃO, INQUIRIDO: SINE/IDT - Pecém - Relator: Dr. André Luís Spies.
Processo IC-000087.2012.01.003/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA), NOTICIANTE: PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE EXECUÇÃO PENAL - Relator: Dr. André Luís Spies.
Processo NF-004230.2017.02.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE, NOTICIANTE: MPT/PRT - 2ª REGIÃO - Relator: Dr. André Luís Spies.
Processo NF-001186.2017.05.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: CONSELHO REG DE ODONTOLOGIA DA BAHIA - Relator: Dr. André Luís Spies.
Processo NF-003206.2017.15.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: GUARDA MUNICIPAL DE AMERICANA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Luís Spies.
Processo IC-000025.2017.04.004/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, NOTICIANTE: INSTAURAÇÃO DE OFÍCIO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo IC-001348.2016.21.000/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: Município de Serra de São Bento, NOTICIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SERRA DE SÃO BENTO E MONTE DAS GAMELEIRAS NO ESTADO DO RN - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo NF-000651.2017.01.005/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CARAPEBUS, NOTICIANTE: ANÔNIMO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo NF-006384.2017.02.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: 1º SUBDISTRITO POLICIAL DE TABOÃO DA SERRA, NOTICIANTE: 2ª VARA DO TRABALHO DE TABOÃO DA SERRA - ME - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo NF-000430.2017.02.001/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES, NOTICIANTE: DALETE SALES CANGANI - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo NF-002172.2017.03.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A, NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo PP-000264.2017.03.003/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE BAEPENDI - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo NF-000255.2017.03.005/9 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM, NOTICIANTE: NOTICIANTE ANÔNIMO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300297

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo PP-000240.2017.03.006/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE RESPLENDOR (SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-003028.2017.04.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - CAMARA DE VEREADORES , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-003298.2017.04.000/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CANOAS, NOTICIADO: MUNICIPIO DE CANOAS - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO (SME), NOTICIANTE: PATRICIA GRILLO DA SILVA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-004012.2017.04.000/8 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO), NOTICIANTE: ROBERTO FRISCHEMBRUDE - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000361.2017.04.004/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000221.2017.05.005/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-002810.2017.06.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE QUIPAPÁ, NOTICIANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - TCE - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-003171.2017.06.000/2 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DO RECIFE - SECRETARIA DE SAÚDE - HOSPITAL DA MULHER DO RECIFE, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000670.2017.06.002/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE GARANHUNS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000270.2017.08.002/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE MARABÁ, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-001843.2017.10.000/4 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: EM IDENTIFICAÇÃO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000219.2017.12.004/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: CONSTRUTORA SOLO LTDA., NOTICIADO: GILMAR ENGEL - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-001146.2017.16.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICIPIO DE TUNTUM/MA, NOTICIANTE: COMARCA DE TUNTUM 1ª VARA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-001335.2017.17.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO, NOTICIADO: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MARECHAL FLORIANO , NOTICIADO: GELSILENE LOIOLA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000252.2017.17.003/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE COLATINA, NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000097.2017.18.002/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ACOUGUE E SACOLAO MORADA LTDA - ME , NOTICIADO: VALCARNES COMERCIO EIRELI - ME - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000260.2017.23.003/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE SINOP -MT, NOTICIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SINOP - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

III - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-004936.2009.01.000/7, IC-003002.2010.01.000/9, IC-003503.2012.01.000/4, IC-000508.2012.01.006/0, IC-000267.2012.01.007/3, IC-002807.2013.01.000/1, IC-000884.2013.01.004/8, IC-001069.2013.01.004/7, IC-001105.2014.01.000/3, IC-004624.2014.01.000/1, IC-000571.2014.01.004/0, IC-000220.2014.01.007/5, IC-000356.2015.01.001/0, IC-000433.2015.01.006/0, IC-000590.2015.01.006/2, IC-002868.2016.01.000/0, IC-002948.2016.01.000/5, IC-003050.2016.01.000/0, IC-004767.2016.01.000/4, IC-000211.2016.01.002/5, IC-000614.2016.01.004/9, IC-000096.2016.01.005/9, IC-000038.2016.01.007/8, IC-000124.2016.01.007/8, IC-000329.2016.01.007/6, IC-000807.2017.01.000/6, IC-000828.2017.01.000/7, NF-002029.2017.01.000/4, PP-002247.2017.01.000/0, IC-002435.2017.01.000/8, PP-002605.2017.01.000/3, NF-003554.2017.01.000/0, NF-003659.2017.01.000/5, PP-004130.2017.01.000/5, NF-004412.2017.01.000/5, IC-000229.2017.01.001/5, NF-000524.2017.01.005/1, NF-000120.2017.01.007/5, IC-001589.2007.01.000/8, IC-003870.2008.01.000/2, IC-000770.2010.01.000/5, IC-000269.2012.01.007/6, IC-000354.2013.01.000/1, IC-002533.2013.01.000/7, IC-003397.2013.01.000/0, IC-003934.2013.01.000/0, IC-000651.2013.01.004/0, IC-000759.2014.01.000/9, IC-001751.2014.01.000/7, IC-002320.2014.01.000/1, IC-002743.2014.01.000/0, IC-003195.2014.01.000/7, IC-000232.2014.01.003/1, IC-000523.2014.01.003/5, IC-000372.2014.01.004/0, IC-000425.2014.01.004/0, IC-000512.2014.01.004/2, IC-000670.2014.01.004/7, IC-000799.2014.01.004/1, IC-000576.2014.01.006/3, IC-000425.2015.01.000/0, IC-000491.2015.01.000/5, IC-002376.2015.01.000/8, IC-002465.2015.01.000/3, IC-000006.2015.01.004/7, IC-000536.2015.01.004/5, IC-001101.2015.01.004/6, IC-001328.2015.01.004/1, IC-001290.2016.01.000/4, IC-002880.2016.01.000/0, PP-004087.2016.01.000/6, IC-004321.2016.01.000/7, IC-005371.2016.01.000/7, IC-000033.2016.01.002/2, IC-000060.2016.01.002/5, PP-000952.2016.01.004/0, IC-001035.2016.01.004/1, IC-000490.2016.01.005/6, PP-000692.2016.01.006/6, IC-000063.2016.01.007/0, PP-000343.2016.01.007/2, IC-000121.2017.01.000/5, IC-000812.2017.01.000/1, NF-001552.2017.01.000/3, IC-002002.2017.01.000/3, NF-002009.2017.01.000/1, IC-002736.2017.01.000/5, NF-003409.2017.01.000/9, NF-003418.2017.01.000/0, NF-004725.2017.01.000/0, IC-000052.2017.01.001/3, IC-000230.2017.01.003/7, IC-000036.2017.01.006/5, NF-000208.2017.01.007/0, IC-001827.2010.01.000/0, IC-004149.2011.01.000/0, IC-001158.2012.01.000/8, IC-004252.2012.01.000/7, IC-000215.2012.01.007/4, IC-002696.2013.01.000/9, IC-003233.2013.01.000/3, IC-003253.2013.01.000/6, IC-000486.2013.01.001/5, IC-000153.2013.01.003/1, IC-000754.2014.01.000/7, IC-002294.2014.01.000/0, IC-003134.2014.01.000/3, IC-004613.2014.01.000/0, IC-000558.2014.01.005/0, PP-000182.2015.01.000/0, IC-000753.2015.01.000/3, IC-000878.2015.01.000/8, IC-001117.2015.01.000/2, IC-001660.2015.01.000/2, IC-002201.2015.01.000/9, IC-004377.2015.01.000/0, IC-005156.2015.01.000/5, IC-005159.2015.01.000/1, IC-005166.2015.01.000/1, IC-000101.2015.01.003/8, IC-000253.2015.01.003/5, IC-000134.2015.01.004/0, IC-000751.2015.01.004/4, IC-001212.2015.01.004/5, IC-000061.2015.01.005/4, IC-001675.2016.01.000/8, IC-002672.2016.01.000/0, IC-003516.2016.01.000/4, IC-003675.2016.01.000/4, IC-003911.2016.01.000/6, IC-004618.2016.01.000/0, IC-005372.2016.01.000/2, IC-005819.2016.01.000/9, IC-005864.2016.01.000/3, IC-006529.2016.01.000/1, IC-000366.2016.01.001/0, IC-000075.2016.01.002/0, IC-000063.2016.01.003/9, IC-000085.2016.01.003/0, IC-000245.2016.01.003/3, IC-000427.2016.01.003/8, IC-000336.2016.01.005/2, PP-000621.2016.01.006/9, IC-000654.2016.01.006/0, IC-000852.2016.01.006/3, IC-000186.2016.01.007/9, IC-000143.2017.01.000/2, PP-001010.2017.01.000/0, NF-001225.2017.01.000/9, NF-002282.2017.01.000/9, PP-003661.2017.01.000/8, NF-003662.2017.01.000/3, NF-004116.2017.01.000/5, NF-004301.2017.01.000/6, IC-000099.2017.01.003/0, IC-000530.2017.01.006/4, IC-000122.2017.01.007/8 - PRT 2ª Região-SP - PP-001239.2011.02.000/7, IC-000284.2013.02.001/8, IC-000321.2015.02.000/8, IC-008256.2015.02.000/8, IC-004327.2016.02.000/0, IC-006313.2016.02.000/9, IC-006392.2016.02.000/4, IC-009133.2016.02.000/1, PP-001711.2017.02.000/8, PP-002896.2017.02.000/1, IC-002903.2017.02.000/5, NF-003290.2017.02.000/3, PP-004517.2017.02.000/0, PP-005860.2017.02.000/4, NF-006154.2017.02.000/7, PP-006308.2017.02.000/1, NF-006446.2017.02.000/3, IC-000312.2017.02.001/3, NF-000629.2017.02.002/0, NF-000709.2017.02.002/4, NF-000754.2017.02.002/9, NF-000757.2017.02.002/8, NF-000847.2017.02.002/9, NF-000504.2017.02.003/7, IC-000307.2011.02.001/1, IC-000444.2011.02.002/0, IC-000251.2011.02.003/3, IC-003318.2012.02.000/4, IC-000667.2013.02.000/4, IC-001690.2013.02.000/9, IC-000132.2013.02.001/0, IC-001681.2014.02.000/0, IC-003310.2014.02.000/4, IC-004455.2015.02.000/4, IC-000351.2015.02.001/0, IC-003528.2016.02.000/2, IC-003704.2016.02.000/2, IC-005975.2016.02.000/3, IC-000016.2016.02.001/9, IC-000417.2016.02.001/0, IC-000002.2016.02.002/7, PP-001590.2017.02.000/9, PP-002825.2017.02.000/1, IC-005543.2017.02.000/6, PP-005807.2017.02.000/4, NF-006545.2017.02.000/5, PP-000147.2017.02.001/0, IC-000238.2017.02.001/8, PP-000698.2017.02.001/4, IC-000080.2017.02.002/8, IC-000280.2017.02.002/4, NF-000697.2017.02.002/9, NF-000749.2017.02.002/3, NF-000809.2017.02.002/2, NF-000835.2017.02.002/9, IC-000387.2007.02.001/1, IC-001692.2011.02.000/6, IC-000183.2013.02.001/3, IC-001183.2014.02.000/4, IC-005448.2014.02.000/0, IC-005852.2014.02.000/3, IC-006311.2014.02.000/4, IC-001777.2015.02.000/5, IC-000359.2015.02.005/7, IC-001615.2016.02.000/0, IC-003537.2016.02.000/3, IC-005473.2016.02.000/6, IC-006753.2016.02.000/3, IC-007004.2016.02.000/4, IC-008477.2016.02.000/2, IC-000373.2016.02.005/4, PP-000682.2017.02.000/8, IC-002359.2017.02.000/6, PP-003389.2017.02.000/3, PP-005164.2017.02.000/5, PP-005828.2017.02.000/2, NF-006375.2017.02.000/0, IC-000587.2017.02.001/2, IC-000594.2017.02.001/0, PP-000628.2017.02.001/3, NF-000498.2017.02.002/9, NF-000724.2017.02.002/7, NF-000756.2017.02.002/1, NF-000762.2017.02.002/3, IC-000026.2017.02.005/0 - PRT 3ª Região-MG - IC-002912.2013.03.000/0, IC-001502.2014.03.000/8, IC-002886.2014.03.000/0, IC-000185.2014.03.010/0, IC-003732.2015.03.000/0, IC-000570.2015.03.007/7, IC-002277.2016.03.000/0, IC-002760.2016.03.000/1, IC-003420.2016.03.000/2, IC-004031.2016.03.000/3, IC-004349.2016.03.000/5, IC-000730.2016.03.001/7, IC-000010.2016.03.006/7, PP-001158.2017.03.000/9, IC-001188.2017.03.000/8, IC-001446.2017.03.000/3, NF-003158.2017.03.000/5, NF-000785.2017.03.001/8, NF-000658.2017.03.002/8, NF-000235.2017.03.003/2, IC-000253.2017.03.003/4, PP-000111.2017.03.005/6, NF-000172.2017.03.005/6, NF-000256.2017.03.007/7, NF-000263.2017.03.007/5, NF-000276.2017.03.007/1, NF-000461.2017.03.007/9, NF-000510.2017.03.007/4, NF-000511.2017.03.007/0, NF-000311.2017.03.010/9, IC-000208.2010.03.000/8, IC-000228.2012.03.001/9, IC-000325.2012.03.001/8, IC-000082.2012.03.002/7, IC-000503.2013.03.001/0, IC-000166.2013.03.002/0, IC-000420.2013.03.002/8, IC-000220.2014.03.008/0, IC-001658.2015.03.000/1, IC-003525.2015.03.000/5, IC-000090.2015.03.001/0, IC-000144.2015.03.007/3, IC-000617.2015.03.007/1, IC-000061.2015.03.010/2, IC-002967.2016.03.000/4, IC-000303.2016.03.003/3, IC-000315.2016.03.009/9, IC-001073.2017.03.000/7, NF-001453.2017.03.000/3, IC-001587.2017.03.000/1, PP-002286.2017.03.000/2, IC-002377.2017.03.000/9, NF-003060.2017.03.000/0, IC-000124.2017.03.001/9, IC-000209.2017.03.002/5, IC-000049.2017.03.003/5, IC-000050.2017.03.004/0, IC-000003.2017.03.005/1, IC-000176.2017.03.006/2, NF-000496.2017.03.007/2, NF-000499.2017.03.007/1, NF-000502.2017.03.007/0, IC-002468.2013.03.000/8, IC-000059.2014.03.004/4, IC-000169.2014.03.004/0, IC-003036.2015.03.000/0, IC-003515.2015.03.000/9, IC-003539.2015.03.000/3, IC-000933.2015.03.002/3, IC-000144.2015.03.005/1, IC-000742.2016.03.000/6, IC-003707.2016.03.000/0, IC-003810.2016.03.000/5, IC-000333.2016.03.002/4, IC-000493.2016.03.002/6, IC-000352.2016.03.003/3, IC-000230.2016.03.005/0, IC-000295.2016.03.007/7, IC-000526.2016.03.007/7, IC-001414.2017.03.000/3, IC-002069.2017.03.000/1, PP-002795.2017.03.000/0, IC-002861.2017.03.000/6, IC-000274.2017.03.001/3, IC-000177.2017.03.003/6, IC-000092.2017.03.004/7, IC-000068.2017.03.006/0, IC-000173.2017.03.006/3, NF-000451.2017.03.007/1, NF-000466.2017.03.007/0, NF-000487.2017.03.007/1, NF-000515.2017.03.007/6 - PRT 4ª Região-RS - IC-000041.2011.04.001/4, IC-001493.2013.04.000/2, IC-000071.2013.04.004/1, IC-000181.2013.04.006/9, IC-000310.2015.04.000/4, IC-002975.2015.04.000/8, IC-003037.2015.04.000/6, IC-000829.2016.04.000/2, IC-000968.2016.04.000/3, IC-001886.2016.04.000/6, IC-003595.2016.04.000/1, IC-003940.2016.04.000/1, IC-000435.2016.04.007/1, IC-000264.2017.04.000/3, PP-000354.2017.04.000/4, IC-000355.2017.04.000/0, PP-000734.2017.04.000/6, NF-001253.2017.04.000/0, PP-001277.2017.04.000/4, PP-001998.2017.04.000/2, NF-002781.2017.04.000/1, NF-002882.2017.04.000/4, NF-002958.2017.04.000/5, NF-003098.2017.04.000/3, IC-003264.2017.04.000/8, IC-000030.2017.04.002/7, PP-000223.2017.04.002/3, NF-000233.2017.04.002/0, NF-000314.2017.04.002/0, PP-000202.2017.04.004/0, IC-000122.2017.04.006/2, IC-000336.2017.04.006/1, IC-000375.2017.04.006/4, NF-000231.2017.04.007/2, IC-000082.2017.04.008/8, IC-000007.2013.04.001/9, IC-002003.2014.04.000/5, IC-003468.2014.04.000/8, IC-000147.2014.04.004/9, IC-000086.2014.04.006/3, IC-000502.2014.04.008/9, IC-000841.2015.04.000/3, IC-001200.2015.04.000/7, IC-002952.2015.04.000/0, IC-003342.2015.04.000/8, IC-003840.2015.04.000/2, IC-003897.2015.04.000/2, IC-000135.2015.04.001/2, IC-000480.2015.04.001/0, IC-000406.2015.04.006/2, IC-000783.2016.04.000/0, IC-002292.2016.04.000/5, IC-002383.2016.04.000/1, PP-003399.2016.04.000/0, IC-004558.2016.04.000/0, IC-000115.2016.04.005/3, IC-000431.2016.04.006/4, IC-000386.2016.04.007/3, PP-000150.2017.04.000/2, PP-000375.2017.04.000/5, IC-000401.2017.04.000/7, IC-000609.2017.04.000/4, NF-000806.2017.04.000/1, PP-000887.2017.04.000/0, IC-001207.2017.04.000/9, PP-001551.2017.04.000/0, NF-001583.2017.04.000/0, PP-001706.2017.04.000/0, PP-001937.2017.04.000/0, IC-002086.2017.04.000/8, PP-002239.2017.04.000/8, IC-002356.2017.04.000/0, NF-002413.2017.04.000/6, PP-002792.2017.04.000/3, NF-003509.2017.04.000/8, IC-000022.2017.04.001/2, NF-000240.2017.04.001/8, IC-000008.2017.04.002/2, PP-000024.2017.04.002/3, PP-000222.2017.04.006/0, IC-000122.2017.04.008/9, IC-000308.2017.04.008/9, IC-002103.2004.04.000/0, IC-001352.2010.04.000/9, IC-000581.2012.04.006/9, IC-001379.2013.04.000/5, IC-000039.2013.04.001/1, IC-000078.2013.04.006/6, IC-000655.2014.04.000/7, IC-002053.2014.04.000/7, IC-000045.2014.04.004/0, IC-000549.2015.04.000/0, IC-001142.2015.04.000/6, IC-002660.2015.04.000/2, IC-000367.2015.04.004/8, IC-000535.2015.04.006/6, IC-000349.2015.04.007/0, IC-001334.2016.04.000/7, IC-003994.2016.04.000/6, IC-004262.2016.04.000/2, IC-004273.2016.04.000/4, IC-004911.2016.04.000/6, IC-000274.2016.04.003/2, IC-000151.2016.04.005/4, IC-000211.2016.04.005/6, IC-000349.2016.04.007/3, IC-000092.2017.04.000/9, IC-000722.2017.04.000/6, PP-001091.2017.04.000/9, IC-001319.2017.04.000/3, PP-001682.2017.04.000/1, PP-001977.2017.04.000/5, NF-

002072.2017.04.000/0, NF-002236.2017.04.000/0, PP-002642.2017.04.000/5, NF-002654.2017.04.000/1, IC-002687.2017.04.000/7, NF-002737.2017.04.000/2, NF-002769.2017.04.000/2, PP-003189.2017.04.000/0, NF-003437.2017.04.000/9, NF-003552.2017.04.000/2, IC-000031.2017.04.001/3, NF-000284.2017.04.002/4, NF-000289.2017.04.002/6, PP-000076.2017.04.003/3, IC-000121.2017.04.007/7, IC-000219.2017.04.007/9, IC-000062.2017.04.008/2 - PRT 5ª Região-BA - NF-000074.2011.05.004/9, IC-000388.2013.05.006/1, IC-001549.2014.05.000/3, IC-002306.2014.05.000/5, IC-002295.2015.05.000/1, IC-000237.2015.05.003/3, IC-002011.2016.05.000/6, IC-002414.2016.05.000/1, IC-003001.2016.05.000/8, IC-000163.2016.05.004/5, IC-000403.2016.05.006/8, IC-000099.2016.05.007/5, IC-000802.2017.05.000/1, PP-001270.2017.05.000/7, NF-001585.2017.05.000/2, NF-002286.2017.05.000/4, IC-000087.2017.05.003/9, NF-000141.2017.05.006/2, NF-000170.2017.05.007/9, IC-001766.2011.05.000/9, IC-002007.2013.05.000/7, IC-001289.2014.05.000/7, IC-001830.2014.05.000/0, IC-000275.2014.05.004/8, IC-000342.2014.05.006/7, IC-002811.2015.05.000/2, IC-002975.2015.05.000/0, IC-000021.2015.05.001/5, IC-000122.2015.05.001/4, IC-002638.2016.05.000/0, IC-003125.2016.05.000/0, IC-000099.2016.05.003/8, IC-000313.2016.05.004/5, NF-001134.2017.05.000/6, IC-001238.2017.05.000/5, PP-001436.2017.05.000/9, PP-001533.2017.05.000/0, NF-001846.2017.05.000/4, NF-002207.2017.05.000/9, IC-002248.2017.05.000/0, NF-002449.2017.05.000/0, NF-002945.2017.05.000/4, IC-000047.2017.05.003/6, NF-000230.2017.05.003/4, NF-000078.2017.05.005/1, PP-000138.2017.05.007/0, IC-000104.2012.05.007/0, IC-000103.2013.05.003/2, IC-000356.2014.05.000/4, IC-000257.2014.05.004/6, IC-000128.2015.05.003/4, IC-000255.2015.05.004/6, IC-000028.2015.05.005/3, IC-000987.2016.05.000/7, IC-002146.2016.05.000/0, IC-002165.2016.05.000/7, IC-000246.2016.05.005/9, IC-000222.2016.05.006/0, IC-000008.2017.05.000/6, IC-000620.2017.05.000/7, PP-001264.2017.05.000/2, IC-001328.2017.05.000/6, IC-001643.2017.05.000/3, NF-001926.2017.05.000/9, IC-000078.2017.05.002/6, IC-000264.2017.05.006/4, IC-000467.2017.05.006/0, NF-000158.2017.05.007/5 - PRT 6ª Região-PE - IC-000325.2015.06.001/1, IC-001422.2016.06.000/0, IC-000055.2016.06.002/7, IC-000291.2016.06.002/2, IC-000389.2016.06.002/4, IC-000823.2017.06.000/4, IC-000399.2017.06.000/5, PP-000066.2017.06.002/6, NF-000518.2017.06.002/6, IC-001207.2016.06.000/0, IC-002134.2016.06.000/3, IC-002393.2016.06.000/0, IC-000527.2016.06.002/4, PP-000015.2017.06.000/4, IC-000467.2017.06.000/6, IC-002097.2017.06.000/2, IC-002215.2017.06.000/5, NF-003314.2017.06.000/5, IC-000170.2017.06.002/6, IC-000264.2017.06.002/2, IC-000296.2017.06.002/7, NF-000526.2017.06.002/0, NF-000543.2017.06.002/6, IC-000854.2013.06.000/1, IC-002382.2014.06.000/5, IC-000378.2015.06.002/8, IC-000960.2016.06.000/0, IC-001910.2016.06.000/9, IC-002750.2016.06.000/8, IC-000205.2016.06.001/1, IC-000414.2016.06.002/0, IC-000555.2016.06.002/3, IC-000032.2017.06.000/9, IC-000679.2017.06.000/2, NF-001992.2017.06.000/2, NF-002995.2017.06.000/7, IC-000245.2017.06.002/4, IC-000417.2017.06.002/1 - PRT 7ª Região-CE - IC-000034.2014.07.002/9, IC-000193.2014.07.002/3, IC-000162.2015.07.000/0, IC-000547.2015.07.000/0, IC-000344.2015.07.001/2, IC-000244.2016.07.000/9, PP-002385.2016.07.000/6, PP-002391.2016.07.000/0, IC-000193.2016.07.002/7, PP-000108.2017.07.000/0, IC-000184.2017.07.000/2, PP-000618.2017.07.000/8, PP-000657.2017.07.000/0, PP-002010.2017.07.000/5, NF-000173.2017.07.001/7, IC-000596.2012.07.000/8, IC-001020.2014.07.000/8, IC-000172.2014.07.001/2, IC-000002.2015.07.000/9, IC-001584.2015.07.000/6, IC-001825.2015.07.000/5, PP-000357.2015.07.001/9, IC-000166.2015.07.002/3, PP-002247.2016.07.000/5, PP-002483.2016.07.000/3, IC-000406.2016.07.001/7, IC-000051.2016.07.002/0, PP-000215.2017.07.000/6, PP-001610.2017.07.000/0, PP-000099.2017.07.002/7, IC-000169.2014.07.002/8, IC-000277.2015.07.000/7, IC-000278.2015.07.000/3, IC-000525.2015.07.000/2, IC-001545.2015.07.000/5, IC-002182.2015.07.000/4, IC-000260.2015.07.002/1, IC-000006.2016.07.000/6, IC-000018.2016.07.000/9, IC-000395.2016.07.000/0, PP-000075.2017.07.000/0, PP-001012.2017.07.000/8, PP-001565.2017.07.000/2, PP-001579.2017.07.000/0, PP-001741.2017.07.000/2, PP-000212.2017.07.001/4 - PRT 8ª Região-PA - IC-000317.2012.08.001/2, IC-000748.2013.08.000/8, IC-000320.2014.08.001/7, IC-000083.2014.08.003/7, IC-000287.2014.08.003/1, IC-001429.2015.08.000/8, IC-000069.2015.08.003/7, IC-001089.2016.08.000/9, IC-001516.2016.08.000/4, IC-000242.2017.08.000/7, IC-000624.2017.08.000/8, IC-000283.2011.08.002/5, IC-000256.2012.08.003/3, IC-001517.2013.08.000/2, IC-001028.2014.08.000/1, IC-001057.2014.08.000/5, IC-001715.2015.08.000/1, IC-001155.2016.08.000/5, IC-001767.2016.08.000/6, IC-000213.2016.08.001/0, IC-000040.2016.08.003/0, NF-000664.2017.08.000/7, IC-000721.2017.08.000/7, IC-000723.2017.08.000/0, IC-000810.2017.08.000/4, NF-000820.2017.08.000/1, IC-000848.2017.08.000/4, IC-000141.2013.08.002/0, IC-000017.2013.08.003/5, IC-000764.2014.08.000/7, IC-000930.2015.08.000/9, IC-000051.2015.08.002/0, IC-000888.2016.08.000/0, IC-001091.2016.08.000/1, IC-001356.2016.08.000/3, IC-001686.2016.08.000/6, IC-001850.2016.08.000/9, IC-001918.2016.08.000/4, IC-000217.2016.08.003/7, PP-000132.2017.08.000/1, IC-000133.2017.08.000/8, IC-000411.2017.08.000/5, IC-000627.2017.08.000/7, IC-000929.2017.08.000/4, PP-000999.2017.08.000/5, NF-000212.2017.08.002/7 - PRT 9ª Região-PR - IC-003345.2015.09.000/9, IC-000471.2015.09.001/6, IC-000084.2016.09.000/9, IC-001069.2016.09.000/7, IC-002249.2016.09.000/7, IC-003005.2016.09.000/3, IC-000210.2016.09.004/5, IC-000246.2016.09.004/0, IC-000051.2017.09.000/6, IC-000150.2017.09.000/5, PP-000419.2017.09.000/8, PP-001041.2017.09.000/2, PP-002186.2017.09.000/0, PP-002400.2017.09.000/9, NF-002494.2017.09.000/8, NF-002594.2017.09.000/5, NF-002723.2017.09.000/0, NF-002828.2017.09.000/4, NF-000228.2017.09.004/6, IC-000012.2014.09.009/6, IC-000266.2015.09.000/3, IC-001667.2015.09.000/8, IC-002378.2015.09.000/6, IC-002610.2015.09.000/6, IC-000606.2015.09.003/5, IC-000288.2015.09.006/6, IC-000002.2016.09.000/7, IC-000765.2016.09.000/0, IC-001256.2016.09.000/9, IC-002003.2016.09.000/4, IC-003181.2016.09.000/0, IC-003626.2016.09.000/5, IC-000048.2016.09.004/8, IC-000313.2016.09.007/5, IC-000139.2016.09.010/6, IC-000182.2017.09.000/0, IC-000370.2017.09.000/6, PP-000655.2017.09.000/8, PP-000883.2017.09.000/3, PP-000897.2017.09.000/6, PP-001076.2017.09.000/9, IC-001234.2017.09.000/7, PP-001394.2017.09.000/2, PP-002418.2017.09.000/9, NF-002614.2017.09.000/1, PP-002641.2017.09.000/4, NF-003019.2017.09.000/3, IC-000022.2017.09.003/4, IC-000087.2017.09.007/7, IC-000107.2017.09.008/0, IC-000328.2011.09.001/5, IC-000403.2012.09.001/0, IC-000535.2015.09.000/0, IC-001569.2015.09.000/1, IC-000439.2015.09.001/8, IC-000511.2015.09.001/0, IC-000403.2016.09.000/0, IC-000776.2016.09.000/4, IC-003224.2016.09.000/5, IC-003317.2016.09.000/2, IC-003425.2016.09.000/5, IC-003487.2016.09.000/4, IC-003611.2016.09.000/1, IC-000420.2016.09.001/6, IC-000247.2016.09.004/7, IC-000359.2016.09.007/2, IC-000230.2016.09.009/4, IC-000232.2016.09.009/7, IC-001174.2017.09.000/5, IC-001506.2017.09.000/0, PP-001830.2017.09.000/9, PP-002085.2017.09.000/8, PP-002286.2017.09.000/8, NF-002496.2017.09.000/9, NF-002502.2017.09.000/7, NF-002574.2017.09.000/2, NF-002795.2017.09.000/5, IC-000063.2017.09.007/1, IC-000073.2017.09.007/0, IC-000117.2017.09.007/7, IC-000129.2017.09.007/7, PP-000032.2017.09.010/9 - PRT 10ª Região-DF - IC-001947.2014.10.000/8, IC-001460.2015.10.000/8, IC-000012.2015.10.003/4, IC-000144.2016.10.000/6, IC-001775.2016.10.000/5, IC-001813.2016.10.000/3, IC-002138.2016.10.000/0, IC-002330.2016.10.000/1, IC-000066.2016.10.001/6, IC-000390.2017.10.000/6, IC-000793.2017.10.000/8, IC-001130.2017.10.000/0, IC-001443.2017.10.000/5, PP-001475.2017.10.000/5, NF-000152.2017.10.001/1, IC-000446.2014.10.000/8, IC-001422.2016.10.000/5, IC-002228.2016.10.000/1, IC-000137.2016.10.001/6, IC-000039.2016.10.003/5, IC-000430.2017.10.000/0, IC-001071.2017.10.000/4, IC-001083.2017.10.000/1, PP-001144.2017.10.000/9, IC-001179.2017.10.000/5, IC-002369.2016.10.000/0, PP-000267.2017.10.000/0, IC-000429.2017.10.000/0, IC-000846.2017.10.000/9, IC-001069.2017.10.000/1, PP-001185.2017.10.000/0, NF-001544.2017.10.000/8, NF-001840.2017.10.000/8, PP-000150.2017.10.002/7 - PRT 11ª Região-AM - IC-000725.2014.11.000/2, IC-001188.2014.11.000/9, PP-000525.2015.11.000/9, IC-000650.2012.11.000/9, IC-000873.2014.11.000/4, IC-000184.2016.11.001/4, IC-000834.2017.11.000/0, IC-000393.2013.11.000/5, IC-000921.2014.11.000/3, IC-000148.2016.11.000/2, IC-000332.2016.11.000/3, IC-000480.2016.11.000/5, IC-000641.2016.11.000/9, NF-000142.2017.11.000/7, IC-001048.2017.11.000/1 - PRT 12ª Região-SC - IC-000136.2010.12.004/0, IC-000283.2011.12.005/6, IC-000082.2012.12.000/1, NF-000020.2014.12.002/7, IC-000006.2014.12.003/2, IC-000182.2014.12.003/3, IC-000352.2016.12.005/0, PP-000258.2017.12.000/1, IC-000884.2008.12.000/6, IC-000080.2008.12.004/8, IC-000179.2014.12.003/5, IC-000014.2015.12.003/2, IC-000024.2015.12.006/3, IC-001211.2016.12.000/5, PP-001495.2016.12.000/2, IC-001574.2016.12.000/1, IC-000110.2016.12.002/7, IC-000046.2016.12.004/6, PP-000558.2017.12.000/6, IC-000803.2017.12.000/2, NF-000181.2017.12.004/3, IC-000086.2017.12.005/3, PP-000076.2017.12.006/6, IC-000273.2005.12.000/5, IC-000229.2012.12.005/3, IC-000288.2014.12.005/7, IC-000407.2014.12.005/9, IC-000504.2015.12.000/9, IC-000241.2015.12.003/9, IC-000625.2016.12.001/9, IC-000742.2016.12.001/2, IC-000740.2017.12.000/4, PP-000816.2017.12.000/9, IC-000832.2017.12.000/8, PP-000854.2017.12.000/5, PP-000212.2017.12.001/2, IC-000292.2017.12.002/9, PP-000058.2017.12.005/3 - PRT 13ª Região-PB - IC-000943.2011.13.000/4, IC-000123.2015.13.000/5, IC-001555.2015.13.000/0, PP-000221.2016.13.000/3, IC-000744.2012.13.000/7, IC-000560.2012.13.001/8, IC-001812.2013.13.000/7, IC-000534.2015.13.001/0, IC-000396.2016.13.001/2, IC-000459.2016.13.001/0, IC-000004.2017.13.000/7, NF-000429.2017.13.000/3, PP-001050.2017.13.000/0, IC-010119.2006.13.000/0, IC-001730.2013.13.000/1, IC-000490.2014.13.000/9, IC-000434.2014.13.001/7, IC-000592.2014.13.001/6, IC-001537.2015.13.000/9, IC-001545.2016.13.000/6, IC-001668.2016.13.000/2, IC-000030.2016.13.001/3, IC-000293.2017.13.000/0, PP-000046.2017.13.001/9, PP-000022.2017.13.002/4 - PRT 14ª Região-RO - IC-000274.2013.14.001/0, IC-000059.2014.14.000/9, IC-000168.2014.14.000/4, IC-000108.2014.14.002/7, IC-000097.2015.14.000/0, IC-000997.2015.14.000/8, IC-000849.2016.14.000/9, IC-000340.2008.14.000/2, IC-000125.2011.14.001/6, IC-000102.2012.14.002/3, IC-000063.2015.14.000/7, IC-000173.2015.14.000/2, NF-000383.2015.14.002/2, IC-000662.2016.14.000/2, IC-000088.2017.14.000/7, NF-000107.2017.14.002/9, NF-000224.2017.14.002/2, IC-000691.2012.14.000/7, IC-000446.2014.14.000/1, IC-000805.2014.14.000/9, IC-000213.2015.14.001/5, IC-000118.2016.14.000/3, IC-000503.2016.14.000/7, IC-000618.2016.14.000/4, IC-000232.2016.14.002/4, NF-000185.2017.14.002/4, NF-000219.2017.14.002/7 , PRT 15ª Região-Campinas - IC-000450.2010.15.007/8, IC-000539.2015.15.000/5, IC-000109.2015.15.001/9, IC-001031.2015.15.001/3, IC-000412.2015.15.005/9, IC-000967.2016.15.000/0, IC-001376.2016.15.000/2, IC-001554.2016.15.000/3, IC-003138.2016.15.000/0, PP-004219.2016.15.000/8, IC-000348.2016.15.002/9, PP-000482.2017.15.000/4, PP-001077.2017.15.000/8, IC-001728.2017.15.000/2, IC-001816.2017.15.000/2, PP-001861.2017.15.000/7, PP-002110.2017.15.000/7, NF-002635.2017.15.000/3, NF-002831.2017.15.000/6, NF-003028.2017.15.000/8, PP-000016.2017.15.001/8, PP-000391.2017.15.001/5, PP-000402.2017.15.001/4, NF-000267.2017.15.005/6, IC-000604.2017.15.008/0, IC-000041.2013.15.000/0, IC-000092.2013.15.006/4, IC-001784.2014.15.000/3, IC-000326.2014.15.001/8, IC-001060.2015.15.000/0, IC-000173.2015.15.001/1, IC-000121.2016.15.000/7, IC-000922.2016.15.000/9, IC-002268.2016.15.000/8, IC-002318.2016.15.000/3, IC-003578.2016.15.000/4, IC-003960.2016.15.000/3, IC-004027.2016.15.000/9, PP-004036.2016.15.000/0, IC-000353.2016.15.001/6, PP-000249.2016.15.004/3, IC-000686.2016.15.006/2, IC-000846.2016.15.006/0, IC-000198.2016.15.007/0, IC-000392.2016.15.007/8, IC-000419.2016.15.007/2, PP-000182.2017.15.000/0, NF-000208.2017.15.000/8, IC-000444.2017.15.000/8, PP-001829.2017.15.000/5, PP-001914.2017.15.000/9, PP-002253.2017.15.000/6, PP-002262.2017.15.000/7, PP-002488.2017.15.000/7, IC-002555.2017.15.000/9, IC-002886.2017.15.000/5, NF-003294.2017.15.000/5, PP-000643.2017.15.001/6, IC-000377.2017.15.002/7, PP-000673.2017.15.002/6, NF-000826.2017.15.002/5, PP-000341.2017.15.003/5, NF-000468.2017.15.007/5, NF-000474.2017.15.007/7, IC-000106.2017.15.008/2, IC-000371.2017.15.008/8, IC-000593.2017.15.008/1, IC-000165.2013.15.000/3, IC-000536.2013.15.001/9, IC-000283.2013.15.002/0, IC-003200.2014.15.000/0, IC-000832.2015.15.000/5, IC-000929.2015.15.000/0, PP-003502.2015.15.000/5, IC-001022.2015.15.001/2, IC-000283.2015.15.002/5, IC-000090.2016.15.000/5, IC-000359.2016.15.000/6, IC-000879.2016.15.000/1, IC-000970.2016.15.000/2, IC-001412.2016.15.000/0, IC-004005.2016.15.000/5, IC-004055.2016.15.000/7, IC-004071.2016.15.000/8, IC-000159.2016.15.002/6, IC-000035.2016.15.003/5, IC-000325.2016.15.007/6, IC-000423.2016.15.008/0, IC-000067.2017.15.000/5, IC-000421.2017.15.000/4, IC-000860.2017.15.000/0, PP-001699.2017.15.000/5, IC-001843.2017.15.000/5, PP-001998.2017.15.000/1, PP-002432.2017.15.000/2, PP-002841.2017.15.000/2, PP-000441.2017.15.001/7, PP-000265.2017.15.003/7, IC-000071.2017.15.008/7, IC-000333.2017.15.008/1, IC-000455.2017.15.008/7 - PRT 16ª Região-MA - IC-000016.2012.16.002/2, IC-000138.2012.16.003/3, IC-000048.2013.16.003/6, IC-000321.2014.16.000/9, IC-000574.2014.16.000/0, IC-000686.2014.16.000/9, IC-000731.2014.16.000/9, IC-000867.2014.16.000/7, IC-001044.2016.16.000/9, IC-000041.2016.16.003/6, IC-000064.2017.16.000/5, NF-000253.2017.16.000/3, NF-000262.2017.16.000/4, NF-000692.2017.16.000/9, NF-000740.2017.16.000/8, NF-000805.2017.16.000/9, NF-000879.2017.16.000/5, NF-000881.2017.16.000/1, NF-000981.2017.16.000/0, IC-000313.2011.16.000/6, IC-000518.2014.16.000/2, IC-000063.2015.16.000/0, IC-000143.2015.16.000/2, IC-001156.2015.16.000/1, IC-000057.2015.16.003/4, IC-000799.2016.16.000/9, NF-000135.2017.16.000/3, NF-000148.2017.16.000/0, NF-000540.2017.16.000/1, NF-000734.2017.16.000/6, NF-000748.2017.16.000/9, NF-000806.2017.16.000/5, NF-000843.2017.16.000/5, NF-000850.2017.16.000/3, NF-000898.2017.16.000/3, NF-001053.2017.16.000/1, NF-001087.2017.16.000/2, NF-001091.2017.16.000/6, NF-000152.2017.16.001/7, NF-000220.2017.16.001/0, IC-000360.2012.16.001/4, IC-000082.2012.16.003/1, IC-000131.2013.16.000/7, IC-000017.2013.16.003/4, IC-000419.2014.16.000/0, IC-000047.2014.16.003/2, IC-000056.2016.16.000/8, IC-000358.2016.16.000/0, IC-000746.2016.16.000/3, IC-000760.2016.16.000/0, NF-000183.2017.16.000/7, NF-000304.2017.16.000/1, NF-

000313.2017.16.000/2, NF-000469.2017.16.000/5, NF-000628.2017.16.000/6, IC-000647.2017.16.000/4, NF-000865.2017.16.000/2, NF-000943.2017.16.000/3, NF-000955.2017.16.000/3, NF-000961.2017.16.000/5, NF-001000.2017.16.000/3, NF-001023.2017.16.000/2, NF-001039.2017.16.000/1, NF-001096.2017.16.000/3, NF-000237.2017.16.001/2 - PRT 17ª Região-ES - IC-001273.2013.17.000/0, IC-000560.2015.17.000/1, IC-000255.2015.17.003/6, IC-000117.2016.17.000/0, IC-001452.2016.17.000/1, PP-000172.2017.17.000/4, PP-000533.2017.17.000/4, PP-000661.2017.17.000/1, IC-000084.2017.17.001/4, IC-000020.2015.17.000/8, IC-000762.2015.17.000/0, IC-000677.2016.17.000/4, IC-000084.2016.17.003/2, IC-000136.2016.17.003/2, PP-000406.2017.17.000/3, PP-000435.2017.17.000/9, PP-000908.2017.17.000/7, PP-001012.2017.17.000/9, NF-001089.2017.17.000/1, NF-001147.2017.17.000/2, IC-000152.2017.17.001/8, IC-000172.2017.17.001/2, IC-000066.2017.17.002/3, IC-000091.2017.17.002/1, NF-000277.2017.17.003/9, IC-000294.2014.17.000/1, IC-001084.2014.17.000/9, IC-000746.2015.17.000/1, IC-000144.2015.17.002/6, IC-000342.2015.17.003/8, IC-000432.2016.17.000/7, PP-001565.2016.17.000/1, PP-000048.2017.17.000/0, PP-000164.2017.17.000/0, PP-000407.2017.17.000/0, PP-000490.2017.17.000/0, PP-000961.2017.17.000/6, IC-000100.2017.17.001/9, IC-000042.2017.17.002/8, IC-000127.2017.17.003/4 - PRT 18ª Região-GO - IC-000007.2011.18.002/1, IC-000076.2014.18.003/3, IC-000235.2015.18.000/8, IC-000239.2015.18.001/1, IC-000218.2016.18.000/5, IC-001702.2016.18.000/0, IC-000139.2017.18.000/0, IC-000484.2017.18.000/0, PP-000027.2017.18.003/0, IC-000103.2017.18.003/5, IC-000181.2017.18.003/0, IC-000051.2013.18.001/5, IC-000162.2015.18.000/2, IC-000267.2015.18.003/7, IC-000442.2016.18.000/5, IC-000505.2016.18.000/3, IC-001101.2016.18.000/0, IC-000212.2016.18.001/5, IC-000406.2017.18.000/4, IC-000595.2017.18.000/1, IC-000931.2017.18.000/5, IC-001219.2017.18.000/0, NF-001326.2017.18.000/7, NF-001643.2017.18.000/5, NF-001685.2017.18.000/1, NF-001897.2017.18.000/3, IC-000149.2017.18.001/6, IC-000115.2017.18.003/5, IC-000169.2009.18.003/9, IC-001333.2012.18.000/8, IC-000208.2013.18.000/0, IC-000309.2014.18.001/5, IC-000199.2015.18.001/7, IC-001632.2016.18.000/1, IC-000017.2016.18.001/7, IC-000445.2017.18.000/7, IC-000907.2017.18.000/1, IC-001107.2017.18.000/5, NF-001690.2017.18.000/0, NF-001705.2017.18.000/8, NF-001867.2017.18.000/4, IC-000091.2017.18.003/4, PP-000101.2017.18.003/2, NF-000287.2017.18.003/7 - PRT 19ª Região-AL - IC-001427.2016.19.000/6, IC-000721.2017.19.000/2, IC-000100.2017.19.001/0, IC-000214.2017.19.001/1, IC-001202.2014.19.000/8, IC-000731.2015.19.000/4, IC-001100.2015.19.000/1, PP-000578.2017.19.000/7, IC-000839.2017.19.000/9, NF-001002.2017.19.000/9, IC-000151.2017.19.001/3, IC-000087.2016.19.000/5, IC-001622.2016.19.000/3, IC-000126.2017.19.000/5, IC-000616.2017.19.000/9, IC-000932.2017.19.000/2 - PRT 20ª Região-SE - IC-000943.2015.20.000/4, IC-000614.2016.20.000/7, IC-001105.2016.20.000/8, IC-001402.2016.20.000/3, IC-002080.2016.20.000/2, IC-000060.2017.20.000/8, IC-000219.2017.20.000/9, PP-000760.2017.20.000/9, NF-001228.2017.20.000/6, NF-001415.2017.20.000/8, IC-000294.2002.20.000/8, IC-001654.2014.20.000/7, IC-000252.2015.20.000/8, IC-001173.2015.20.000/0, IC-002326.2016.20.000/9, IC-002724.2016.20.000/7, PP-000558.2017.20.000/6, NF-001348.2017.20.000/6 - PRT 21ª Região-RN - IC-001154.2015.21.000/0, IC-001238.2015.21.000/7, IC-000062.2015.21.001/8, IC-001079.2016.21.000/5, IC-000020.2016.21.001/4, IC-000226.2013.21.000/7, IC-000111.2014.21.000/2, IC-000940.2015.21.000/6, IC-001369.2015.21.000/9, IC-001477.2015.21.000/1, IC-001810.2015.21.000/4, IC-000260.2015.21.001/1, IC-000006.2016.21.000/7, IC-000486.2016.21.000/5, IC-000835.2016.21.000/5, IC-000991.2016.21.000/1, IC-001146.2016.21.000/7, PP-001555.2016.21.000/7, IC-000148.2017.21.000/7, PP-000351.2017.21.000/6, IC-000484.2017.21.000/5, PP-000498.2017.21.000/8, IC-000023.2017.21.001/0, PP-000090.2017.21.001/5, PP-000121.2017.21.001/6, PP-000130.2017.21.001/7, IC-000203.2017.21.001/2, IC-000821.2013.21.000/4, IC-001613.2014.21.000/4, IC-000715.2015.21.000/0, IC-001696.2015.21.000/3, IC-000362.2016.21.000/7, IC-001051.2016.21.000/9, PP-001836.2016.21.000/1, IC-001839.2016.21.000/8, PP-000628.2017.21.000/3, NF-000860.2017.21.000/8, NF-001071.2017.21.000/3, PP-000106.2017.21.001/3, PP-000138.2017.21.001/8, PP-000173.2017.21.001/5 - PRT 22ª Região-PI - IC-000705.2016.22.000/6, IC-000343.2017.22.000/2, IC-000580.2014.22.000/0, IC-001046.2014.22.000/4, IC-000453.2015.22.000/2, IC-001326.2015.22.000/5, IC-001654.2016.22.000/7, IC-001716.2016.22.000/0, IC-001807.2016.22.000/6, IC-000327.2016.22.001/9, IC-000670.2017.22.000/0, IC-000882.2017.22.000/6, IC-001122.2014.22.000/7, IC-000308.2014.22.001/5, IC-000833.2015.22.000/0, IC-001126.2015.22.000/0, IC-001978.2016.22.000/3, IC-000006.2017.22.000/4, IC-000239.2017.22.000/5, IC-000536.2017.22.000/0, IC-000830.2017.22.000/7, PP-000916.2017.22.000/9 - PRT 23ª Região-MT - IC-000301.2013.23.000/0, IC-000538.2015.23.000/9, IC-001215.2016.23.000/6, IC-000220.2016.23.001/7, IC-000446.2016.23.001/6, IC-000151.2017.23.000/1, IC-000328.2017.23.000/0, IC-000136.2017.23.001/7, IC-000085.2017.23.004/0, IC-000137.2013.23.000/4, IC-000254.2014.23.004/3, IC-000128.2014.23.005/7, IC-000423.2015.23.000/1, IC-000173.2015.23.001/1, IC-000051.2016.23.000/9, IC-000521.2016.23.000/0, IC-000030.2016.23.003/8, IC-000096.2017.23.000/1, IC-000244.2017.23.001/0, IC-000343.2017.23.001/1, IC-000012.2017.23.004/0, IC-000032.2017.23.004/7, IC-000089.2013.23.000/0, IC-000072.2013.23.004/5, IC-000083.2015.23.001/1, IC-000070.2015.23.002/6, IC-000085.2016.23.000/2, IC-000162.2016.23.000/2, IC-001142.2016.23.000/1, IC-000259.2017.23.000/0, IC-000038.2017.23.001/4, IC-000124.2017.23.001/7, IC-000028.2017.23.003/1 - PRT 24ª Região-MS - IC-000733.2015.24.000/4, IC-000859.2016.24.000/8, IC-000219.2016.24.002/6, IC-000281.2016.24.000/0, IC-000208.2016.24.002/2, IC-000221.2017.24.000/9, PP-000718.2017.24.000/7, IC-000466.2013.24.000/5, IC-000044.2016.24.000/4, IC-000886.2016.24.000/0, PP-000154.2017.24.001/0, PP-000154.2017.24.002/8, NF-000473.2017.24.000/4.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ANDRÉ LUÍS SPIES
Coordenador da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do MPT

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 41, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidência: Ministros Raimundo Carreiro, Walton Alencar Rodrigues e José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões, em substituição: AUFC Marcia Paula Sartori
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Daniela Duarte do Nascimento

Às 10 horas, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente, em razão de participação em evento educacional no exterior, o Ministro Bruno Dantas.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 40, referente à sessão ordinária realizada em 4 de outubro (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência 9/2011, entre os dias 5 e 11 de outubro, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 028.709/2017-9
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER

Processo: 028.699/2017-3
Interessado: Prefeitura Municipal de Alcantil - PB
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 028.689/2017-8
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro-substituto ANDRÉ DE CARVALHO

Processo: 028.887/2017-4
Interessado: Harold Hoppe, Procuradoria da República/RS - MPF/MPU
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 028.870/2017-4
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo: 006.717/2016-0
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Fundo Nacional de Assistência Social
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO

Processo: 024.826/2017-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Fiscalização de obras públicas - artigo 18-A da Resolução-TCU 175/2005 e dos artigos 8 e 9 da Resolução-TCU 280/2016
Tipo do sorteio: Fiscalização de obras públicas - Ministros e Ministros-Substitutos
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 029.588/2010-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 028.979/2017-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER

Recurso: 004.145/2005-7/R006
Recorrente: Arnaldo Bernardino Alves
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 004.145/2005-7/R007
Recorrente: Mario Antonio Alvarenga Horta Barbosa
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 014.444/2006-8/R001
Recorrente: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 010.309/2009-0/R005
Recorrente: Joselito José da Nóbrega/ Sérgio Yoshio Nakamura
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 016.027/2010-8/R001
Recorrente: RAIMUNDO RODRIGUES DINIZ
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 020.165/2010-2/R004
Recorrente: Construtora do Nordeste Ltda./ Heca Comercio e Construções Ltda.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 020.165/2010-2/R005
Recorrente: Gilmar de Melo Mendes
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 020.165/2010-2/R006
Recorrente: Arivaldo Ferreira de Andrade Filho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 003.421/2012-0/R007
Recorrente: CCL CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 003.421/2012-0/R009
Recorrente: Hildon Régis Navarro
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 045.577/2012-9/R001
Recorrente: Francisco Adail de Carvalho Fontenele Filho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 045.577/2012-9/R002
Recorrente: Construtora CHC Ltda.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300300

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recurso: 045.577/2012-9/R003
Recorrente: Eldivan Tavares de Matos
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 045.577/2012-9/R004
Recorrente: Maria Aurenir de Souza
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 045.577/2012-9/R005
Recorrente: Francisco Freitas Cunha
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 045.577/2012-9/R006
Recorrente: José Alves da Cunha
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 045.577/2012-9/R007
Recorrente: Tania Cavalcante da Silva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 045.577/2012-9/R008
Recorrente: Sebastião Carneiro de Albuquerque
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 045.577/2012-9/R009
Recorrente: Acilon Gonçalves Pinto Júnior
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 045.577/2012-9/R010
Recorrente: Tarcisio Vieira Mota Filho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 045.577/2012-9/R011
Recorrente: Copa Engenharia Ltda.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 045.577/2012-9/R012
Recorrente: Brick Engenharia e Empreendimentos Ltda.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 045.577/2012-9/R013
Recorrente: Projecon Projetos e Construções Ltda.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 025.147/2013-7/R001
Recorrente: Antonio Monteiro Vaz
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 002.048/2014-0/R001
Recorrente: Cléo Reis Quaresma
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 002.048/2014-0/R002
Recorrente: Sotepa - Sociedade Técnica de Estudos, Projetos e Assessoria Ltda.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 002.048/2014-0/R003
Recorrente: Construtora Espaço Aberto Ltda.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 000.368/2015-6/R001
Recorrente: Marcos Aurelio Santos de Araújo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 000.368/2015-6/R002
Recorrente: Gilberto de Santana Filho
Sociedade Goiana de Pecuária E Agricultura
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 000.804/2015-0/R001
Recorrente: Orismar Vanderlei Diniz
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 002.753/2015-4/R001
Recorrente: Aldenir Santana Neves
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 002.881/2015-2/R002
Recorrente: José Antonio Cavalcante
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 003.212/2015-7/R001
Recorrente: José Gutemberg Meireles de Sousa
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 008.620/2015-6/R001
Recorrente: Gilvan Rodrigues Moreira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 008.956/2015-4/R001
Recorrente: Jose Valter de Azevedo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 010.097/2015-5/R001
Recorrente: Antônio da Silva Pedro Junior
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 013.857/2015-0/R002
Recorrente: José Antonio Cavalcante
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 017.277/2015-9/R001
Recorrente: Carlos Antonio Azevedo de Queiroz
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 017.546/2015-0/R001
Recorrente: Conjunto Universo Criações e Eventos Ltda - EPP/ Alessandra Gontijo de Alvarenga Losso / Petrônio Gontijo de Alvarenga
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 019.593/2015-5/R001
Recorrente: Nivaldo Antônio de Melo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 008.427/2016-0/R001
Recorrente: Marcone de Lima Borba
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 012.470/2016-3/R001
Recorrente: Jasson Silva Gonçalves
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 001.756/2017-6/R001
Recorrente: Prefeitura Municipal de Santa Quitéria - CE
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 017.839/2017-3/R001
Recorrente: Sebastião Rosa do Nascimento
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 017.839/2017-3/R002
Recorrente: Marcelo Walsh Goncalves dos Santos
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 020.594/2017-8/R001
Recorrente: Intelecto Contact Center Ltda.
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Lançamento, no dia 3 de outubro, da pesquisa de Clima Organizacional 2017, sob a coordenação da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Realizado, nos dias 5 e 6 de outubro, no Auditório Ministro Pereira Lira, o Diálogo Público sobre Licenciamento Socioambiental nos Empreendimentos de Infraestrutura nos Setores Elétrico, Petróleo e Gás e Transportes, promovido pelo Tribunal de Contas da União.

Lançamento, no dia 5 de outubro, pelo Instituto Serzedello Corrêa, do Programa de Desenvolvimento Profissional em Tomada de Contas Especial, com aula magna da Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

Submetido à aprovação do Plenário, nos termos do art. 73, caput e inciso I, da Lei Complementar 35/1979, requerimento do Ministro Bruno Dantas, para que este Tribunal autorize seu afastamento para participar, na condição de convidado e sem ônus para esta Corte de Contas, de atividade de pesquisa acadêmica no âmbito do Instituto Max Planck de Luxemburgo, nos meses de outubro e novembro de 2017. Aprovada.

Presença no Plenário dos Juízes Conselheiros do Tribunal Administrativo de Moçambique, Srs. João Varimelo, José Manteiga e Rufino Mombora. A visita tem por objetivo conhecer a estrutura e o funcionamento do TCU e compartilhar experiências referentes aos procedimentos adotados por esta Corte relativos à auditoria de desempenho.

Do Ministro Benjamin Zymler:

Apresentação de projeto de decisão normativa que dispõe sobre a organização e a apresentação, em 2018, das prestações de contas anuais relativas ao exercício de 2017. Foi aberto prazo de 10 dias para a apresentação de emendas e sugestões.

MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA (v. inteiro teor no Anexo II desta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão da medida cautelar exarada no processo TC-025.287/2017-6, pelo Ministro Vital do Rêgo, para que a Universidade Federal de Pernambuco suspenda os procedimentos relacionados à Concorrência 19/2016, destinada à ampliação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus Recife da UFPE.

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão da medida cautelar exarada no processo TC-027.687/2017-1, pelo Ministro José Múcio Monteiro, para que a Gerência de Filial Logística da Caixa Econômica Federal em Salvador suspenda os procedimentos relacionados ao pregão eletrônico 053/7075 - 2017, destinado à contratação de serviços de transporte de pessoas a serviço e pequenos volumes não postais, para atendimento às unidades no Estado de Alagoas.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 2252 a 2283.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-017.778/2016-6, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-017.901/2017-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-015.308/2015-4, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-027.914/2013-5, TC-033.482/2010-1 e TC-034.010/2011-4 cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-036.031/2012-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo; e

TC-011.024/2015-1, TC-011.975/2010-5 e TC-031.411/2015-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-014.479/1996-6, que trata de recursos de reconsideração interpostos por Geraldo Nobre Cavalcanti, Iramir Barreto Paes, Rui Barbosa e pela Construtora OAS Ltda. contra decisão que julgou suas contas irregulares e os condenou em débito e ao pagamento de multa em razão de irregularidades nas obras do Canal do Prado, em Campina Grande/PB, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, o Dr. Antônio Henrique Medeiros Coutinho produziu sustentação oral em nome da Construtora OAS Ltda. Acórdão 2285.

Na apreciação do processo TC-003.093/2001-1, que trata de recursos de revisão interpostos por Wigberto Ferreira Tartuce e pelo Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília contra decisão que julgou suas contas irregulares e os condenou ao pagamento de débito em razão de irregularidades na aplicação de recursos federais repassados ao Distrito Federal, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. João César dos Santos Batista produziu sustentação oral em nome do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília. Acórdão 2289.

Na apreciação do processo TC-020.816/2013-8, que trata de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na contratação, pelo Conselho Federal de Enfermagem, de serviços técnicos de informática, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, o Dr. Reilos Monteiro produziu sustentação oral em nome de Dulce Dirclair Huf Bais e da F.L.S. Tecnologia Ltda. e o Dr. Guilherme Guedes de Medeiros produziu sustentação oral em nome de João Paulo Balsini. Acórdão 2291.

Na apreciação do processo TC-007.973/2003-2, que trata de tomada de contas da Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça, exercício de 2002, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, o Dr. Jonas Sidnei Santiago de Medeiros Lima produziu sustentação oral em nome da Cardoso Borges Engenharia Ltda. Acórdão 2292.

Na apreciação do processo TC-026.133/2011-3, que trata de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na execução de contrato celebrado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul para implantação de sistema informatizado de tratamento de digitais, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, o Dr. André Soares produziu sustentação oral em nome de Ivan Gibim Lacerda, e o Dr. Cairo Roberto Bittar Hamú Silva Júnior produziu sustentação oral em nome de Interprint Ltda. Acórdão 2293.

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do TC-023.312/2011-4 (Ata nº 36/2016), que trata de agravo interposto pela Petrobras contra despacho que negou efeito suspensivo a pedido de reexame interposto contra decisão que determinou a interrupção de repasse de recursos financeiros a órgãos ambientais de qualquer esfera, a título de execução de compensação ambiental de forma indireta, em razão de irregularidades na aplicação de recursos de compensação ambiental pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes e revisor, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. Acórdão 2299.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-031.586/2015-5 (Ata nº 28/2017), que trata de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades em termos de parcerias firmados pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Aeronáutica com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscips, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa e revisor, o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. Acórdão 2294.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300301

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-025.551/2014-0 - Acórdão 2284

Os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e José Múcio Monteiro, os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho usaram da palavra para discutir a matéria.

ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA

O Ministro Walton Alencar Rodrigues assumiu a cadeira da Presidência, em substituição ao Presidente Raimundo Carreiro.

MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-014.479/1996-6 - Acórdão 2285

O Ministro Benjamin Zymler registrou seu impedimento e usou da palavra para discutir a matéria.

Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa foi convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo, em função do quórum mínimo exigido.

CONVOCAÇÃO DE MINISTRO-SUBSTITUTO

O Ministro Walton Alencar Rodrigues, no exercício da Presidência, convocou o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa para substituir o Ministro Vital do Rêgo na apreciação dos demais processos.

MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-011.694/2017-3 - Acórdão 2286

TC-020.766/2014-9 - Acórdão 2287

TC-036.258/2016-4 - Acórdão 2288

ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA

O Vice-Presidente José Múcio Monteiro assumiu a cadeira da Presidência, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

MINISTRA ANA ARRAES

TC-003.093/2001-1 - Acórdão 2289

O Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti usou da palavra para discutir a matéria.

TC-031.157/2011-4 - Acórdão 2290

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-020.816/2013-8 - Acórdão 2291

O Ministro Benjamin Zymler usou da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO-SUBSTITUTO marcos bemquerer costa

TC-007.973/2003-2 - Acórdão 2292

MINISTRO-SUBSTITUTO ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-026.133/2011-3 - Acórdão 2293

Os Ministros Walton Alencar Rodrigues e Benjamin Zymler e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti usaram da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO-SUBSTITUTO marcos bemquerer costa

TC-031.586/2015-5 - Acórdão 2294

MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-017.014/2014-0 - Acórdão 2295

Na apreciação do processo, o Vice-Presidente José Múcio Monteiro convocou o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho para substituir o Ministro Aroldo Cedraz, em função do quórum mínimo exigido.

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

CONVOCAÇÃO DE MINISTRO-SUBSTITUTO

O Vice-Presidente José Múcio Monteiro, no exercício da Presidência, convocou o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho para substituir o Ministro Aroldo Cedraz na apreciação dos seguintes processos: TC-017.231/2009-7, TC-019.436/2014-9, TC-026.891/2013-1, TC-023.312/2011-4, TC-006.521/2017-7, TC-009.330/2013-5, TC-016.905/2002-3, TC-033.123/2010-1, TC-006.739/2011-3, TC-014.362/2015-5, TC-014.364/2015-8, TC-013.169/2017-3, TC-015.913/2016-3, TC-025.326/2017-1, TC-034.463/2013-5, TC-000.240/2016-8, TC-008.594/2016-3 e TC-011.750/2017-0.

MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-017.231/2009-7 - Acórdão 2296

TC-019.436/2014-9 - Acórdão 2297

TC-026.891/2013-1 - Acórdão 2298

MINISTRA ANA ARRAES

TC-023.312/2011-4 - Acórdão 2299

TC-006.521/2017-7 - Acórdão 2300

TC-009.330/2013-5 - Acórdão 2301

TC-016.905/2002-3 - Acórdão 2302

TC-033.123/2010-1 - Acórdão 2303

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

TC-006.739/2011-3 - Acórdão 2304

TC-014.362/2015-5 - Acórdão 2305

Na apreciação do processo, o Vice-Presidente José Múcio Monteiro convocou o Ministro-Substituto Weder de Oliveira para substituir a Ministra Ana Arraes, em função do quórum mínimo exigido.

TC-014.364/2015-8 - Acórdão 2310

MINISTRO AUGUSTO NARDES

TC-013.169/2017-3 - Acórdão 2306

TC-015.913/2016-3 - Acórdão 2307

TC-025.326/2017-1 - Acórdão 2308

TC-034.463/2013-5 - Acórdão 2309

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-000.240/2016-8 - Acórdão 2311

TC-008.594/2016-3 - Acórdão 2312

TC-011.750/2017-0 - Acórdão 2313

CONVOCAÇÃO DE MINISTRO-SUBSTITUTO

O Vice-Presidente José Múcio Monteiro, no exercício da Presidência, convocou o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho para substituir a Ministra Ana Arraes na apreciação dos seguintes processos: TC-005.141/2017-6, TC-018.998/2009-9, TC-020.324/2017-0, TC-033.169/2014-4, TC-000.257/2017-6, TC-011.856/2017-3, TC-012.921/2017-3 e TC-010.336/2017-6.

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-005.141/2017-6 - Acórdão 2314

TC-018.998/2009-9 - Acórdão 2315

TC-020.324/2017-0 - Acórdão 2316

TC-033.169/2014-4 - Acórdão 2317

MINISTRO-SUBSTITUTO marcos bemquerer costa

TC-000.257/2017-6 - Acórdão 2318

MINISTRO-SUBSTITUTO ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-011.856/2017-3 - Acórdão 2319

Os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira usaram da palavra para discutir a matéria. O Ministro Walton Alencar Rodrigues apresentou Declaração de Voto, no sentido de encaminhar a matéria à Corregedoria. Aprovada.

TC-012.921/2017-3 - Acórdão 2320

MINISTRO-SUBSTITUTO WEDER DE OLIVEIRA

TC-010.336/2017-6 - Acórdão 2321

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 2252 a 2283, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 2284 a 2321, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 40/2017 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2252/2017 - TCU - Plenário

Considerando que o Acórdão 3356/2015-TCU-2ª Câmara (peça 23) julgou irregulares as contas dos responsáveis, Antonio Aparecido Barreto Alencar, Celia Moema Lima Verde Moreno Teixeira e José Wilame Barreto Alencar, condenando-os, solidariamente, ao ressarcimento do débito apurado conforme a responsabilidade de cada ex-gestor, além do pagamento de multa individual;

Considerando a interposição de recurso de revisão pela Sra. Celia Lima Verde Moreno Teixeira (peça 63) contra o Acórdão 3356/2015-TCU-2ª Câmara;

Considerando que o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei nº 8.443/1992: I - erro de cálculo nas contas; II - falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; III - superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que a responsável limita-se, essencialmente, a mostrar o seu inconformismo com as decisões deste Tribunal, sem, contudo, apresentar qualquer documento novo superveniente capaz de afastar as irregularidades que motivaram a reprovação de suas contas;

Considerando que os elementos apresentados no expediente recursal não atendem aos requisitos específicos de admissibilidade do recurso de revisão;

Considerando os pareceres da Secretaria de Recursos e do Ministério Público pelo não conhecimento do recurso, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade, nos termos do art. 35 da Lei nº 8.443/1992 e art. 288 do Regimento Interno;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, e diante das razões expostas pelo Relator, em não conhecer do presente recurso de revisão, interposto por Celia Moema Lima Verde Moreno Teixeira, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade, nos termos do artigo 35 da Lei 8.443/92, c/c artigo 288 do RI/TCU, dar ciência desta deliberação à recorrente, acompanhada de cópia do exame de admissibilidade de peça 66.

1. Processo TC-014.430/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 003.484/2016-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 003.485/2016-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 003.483/2016-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 003.479/2016-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 003.482/2016-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 003.477/2016-9 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Antonio Aparecido Barreto Alencar (223.652.573-72); Celia Moema Lima Verde Moreno Teixeira (223.650.283-49); Jose Wilame Barreto Alencar (249.061.073-20)

1.3. Recorrente: Celia Moema Lima Verde Moreno Teixeira (223.650.283-49)

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mombaça - CE

1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.9. Representação legal: Gardenia Taynara Pereira de Queiroz Moreno (OAB/CE 21.750).

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2253/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a" e 250, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações dos itens 1.6.1, 1.6.2 e 1.6.3 do Acórdão 2597/2014-TCU-Plenário, e do item 9.3.3 do Acórdão 2303/2013-TCU-Plenário; considerar parcialmente cumprida a determinação do item 9.2 do Acórdão 1609/2015-TCU-Plenário, e do item 1.7.1 do Acórdão 2597/2014-TCU-Plenário; considerar não cumprida a determinação constante no item 9.2.1 do Acórdão 2.303/2013-TCU-Plenário, e no item 9.2 do Acórdão 1083/2015-TCU-Plenário; e em fazer as seguintes determinações e adotar as seguintes medidas, de acordo com o parecer emitido pela SecexSaude:

1. Processo TC-010.084/2017-7 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar, com base no inciso II, art. 250, do Regimento Interno do TCU:

1.7.1. à Anvisa para que proceda à conclusão do Sistema de Informações sobre Agrotóxicos (SIA), conforme prevê o art. 94, § 1º, do Decreto nº 4.074/2002, estabelecendo cronograma para sua implementação, sob a liderança do MAPA, no prazo de 90 dias, e, partir daí, apresentar o Tribunal, trimestralmente, relatório de progresso do SIA sobre as ações adotadas e implementadas, sob pena de aplicação da multa prevista no inciso VII, artigo 268 do Regimento Interno do TCU;

1.7.2. ao Comitê Técnico para Assessoramento de Agrotóxicos (CTA), composto por representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que, no prazo de 90 dias, faça consignar no Acordo de Cooperação Técnica interministerial a transferência, por parte da Anvisa, da parcela de sua competência, atribuída pelo §1º do art. 94 do Decreto 4.074/2002, ao MAPA para liderar o desenvolvimento do SIA, com alocação de recursos próprios para sua implementação;

1.8. Medidas:

1.8.1. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ao Ministério da Saúde; à Agência Nacional de Vigilância Sanitária; ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados; à Casa Civil da Presidência da República, bem como aos representantes do TC 028.540/2014-0;

1.8.2. encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União;

1.8.3. apensar os autos ao TC 011.726/2013-0 e promover a juntada de cópia desta deliberação ao TC 028.540/2014-0, nos termos do art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009.

1.8.4. autorizar a SecexSaúde a efetuar novo monitoramento do cumprimento do item 9.2 do Acórdão 1609/2015-TCU-Plenário, bem como das determinações/recomendações desta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 2254/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2.096/2017-TCU-Plenário, onde se lê: *"...em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar do prazo inicialmente fixado, para que a Fundação Nacional do Índio cumpra a determinação contida no item 9.5 do Acórdão 1.824/2017-TCU-Plenário"*, leia-se: *"...em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar do prazo inicialmente fixado, para que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação cum-*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300302

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

pra a determinação contida no item 9.5 do Acórdão 1.824/2017-TCU-Plenário", mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.506/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ministério da Educação

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2255/2017 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de Pedido de Reexame (R002, peça 60) interposto contra o Acórdão 572/2017-TCU-Plenário (peça 38), o qual conheceu e considerou parcialmente procedente a representação da empresa RCS Tecnologia Ltda., acerca de possíveis irregularidades ocorridas no pregão eletrônico (PE) 2016/4270 do Banco do Brasil S.A.;

Considerando que não se verifica na deliberação recorrida qualquer prejuízo causado diretamente pelo Tribunal à empresa recorrente, a ensejar seu interesse recursal;

Considerando que a Secretaria de Recursos propõe o não conhecimento do pedido de reexame, por ausência de legitimidade e de interesse recursal;

Os Ministros do Tribunal de Contas, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, "b", do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do pedido de reexame, em virtude da ausência de legitimidade e de interesse recursal, nos termos do art. 282 do RI/TCU, dar ciência desta deliberação à recorrente, acompanhada de cópia do exame de admissibilidade de peça 69.

1. Processo TC-034.376/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 030.263/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Recorrente: RCS Tecnologia Ltda (08.220.952/0001-22)

1.3. Interessado: Ricardo Diniz Almeida (02.270.280/0001-83)

1.4. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.9. Representação legal: Anna Tereza Castro Silva Ribeiro (48149/OAB-DF) e outros, representando Rcs Tecnologia Ltda; Hélio Malta Pinto (88141/OAB-MG) e outros, representando Banco do Brasil S.a.; Fernanda Alves Gomes Guerra (43.578/OAB-DF), representando Ricardo Diniz Almeida.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 37/2017 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2256/2017 - TCU - Plenário

Vistos, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela empresa Transamérica Construções e Serviços Ltda., em face do Acórdão nº 594/2017 - Plenário, exarado em processo de representação;

Considerando que, por meio do citado decisum, esta Corte de Contas não acolheu os argumentos apresentados pela mencionada empresa em sede de oitiva e declarou sua inidoneidade para participar de licitação com a Administração Pública Federal, nos termos do arr. 46 da Lei nº 8.443/1992, pelo prazo de três anos;

Considerando que, na presente peça recursal, a recorrente limita-se a manifestar sua insatisfação com o conteúdo do acórdão recorrido e a rediscutir o mérito do processo fundamentado em alegações jurídicas, sem apresentar qualquer fato ou documento novo;

Considerando que o expediente recursal foi interposto fora do prazo previsto nos arts. 33 e 48, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992;

Considerando que não foi apresentado fato novo capaz de suplantar a intempestividade, para que possa ser admitido nos termos dos arts. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

Considerando os pareceres uniformes emitidos no âmbito da Secretaria de Recursos, no sentido da intempestividade, da ausência de fatos novos e, por via de consequência, do não conhecimento do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, e 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em;

1. não conhecer do presente pedido de reexame, por ser intempestivo e não apresentar fatos novos; e

2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul do Departamento de Polícia Federal - DPF.

1. Processo TC nº 010.373/2013-6 (REPRESENTAÇÃO).

1.1. Responsáveis: Claodinardo Fragoso da Silva (CPF nº 237.051.831-68); Julio Cesar Goncalves (CPF nº 062.087.188-13); Marcelo Gomes Soares (CPF nº 777.024.251-72) e Transamérica Construções e Serviços Ltda. (CNPJ nº 07.417.370/0001-78).

1.2. Recorrente: Transamérica Construções e Serviços Ltda. (CNPJ nº 07.417.370/0001-78).

1.3. Interessado: Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul do Departamento de Polícia Federal - DPF (CNPJ nº 00.394.494/0084-63).

1.4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.9. Representação legal: Ovídio Martins de Araújo (5.570/OAB-GO) e outros, representando Transamerica Construções e Serviços Ltda; Clovis Ferreira Lopes (5.417/OAB-MS), representando Claodinardo Fragoso da Silva; Maikel Elias Mouchaileh (21297/OAB-GO), representando Transamerica Construções e Serviços Ltda, Cleide Lúcia Franco e Luzia Rezende de Morais.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.10.1. encaminhar estes autos para a Serur, para que seja examinado o mérito do pedido de reexame interposto pelo Sr. Claodinardo Fragoso da Silva.

ACÓRDÃO Nº 2257/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.428/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Base Dupla Serv. e Constr. Civil Ltda. (04.568.575/0001-66); Konstroy Locação de Equipamentos Eireli (15.265.133/0001-67)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

1.6. Representação legal: Paulo Cezar Rebuli (7565/OAB-MT), representando Base Dupla Serv. e Constr. Civil Ltda. e Konstroy Locação de Equipamentos Eireli.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2258/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em não conhecer da representação a seguir relacionada, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno, e arquivar o processo, dando-se ciência desta deliberação ao interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.635/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Brink-mobil Equipamentos Educacionais Ltda (79.788.766/0001-32)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: Eliza Tiyoko Cavalcante Trauczynski, representando Brink-Mobil Equipamentos Educacionais Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2259/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la prejudicada e determinar o seu arquivamento, dando ciência à representante e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, encaminhando-lhes cópias das peças 7-9 deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.279/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Prata do Piauí - PI

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.5. Representação legal: Mirela Mendes Moura Guerra (OAB/PI 3401)

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 35/2017 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 2260/2017 - TCU - Plenário

Considerando que os embargos de declaração opostos contra o Acórdão 735/2017-TCU-Plenário são intempestivos, vez que interpostos e recebidos nesta Corte em 24/8/2017, tendo sido o recorrente notificado da decisão embargada em 25/4/2017, fora, portanto, do prazo decenal para oposição dos aclaratórios previsto no art. 287, § 1º, do RI/TCU, e portanto não preenchendo os requisitos regimentais de admissibilidade pertinentes;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 15, inciso II, 143, inciso V, alínea "f", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, ante as razões expostas pelo Relator, em não conhecer dos embargos de declaração ora interpostos, por não atendimento dos requisitos específicos de admissibilidade.

1. Processo TC-020.644/2009-9 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO em TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 026.004/2014-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 026.001/2014-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 026.002/2014-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 026.003/2014-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 026.005/2014-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis/Recorrentes:

1.2.1 Responsáveis: Antonio Pereira Alves de Carvalho (099.149.607-82); Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Cícero Augusto Sousa Costa (158.693.777-49); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda (37.517.158/0001-43); Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro (92 Municípios)

1.2.2. Embargante: Antonio Pereira Alves de Carvalho

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João de Meriti - RJ

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.7. Representação legal: Filippina Chinelli Cavalcanti (22373/OAB-RJ) e outros, representando Antonio Pereira Alves de Carvalho; Ivo Marcelo Spinola da Rosa (13731/OAB-MT), representando Antonio Pereira Alves de Carvalho, Cléia Maria Trevisan Vedoin e Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda; Clovis Salomão Pereira (21559/OAB-RJ), representando Cícero Augusto Sousa Costa.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2261/2017 - TCU - Plenário

Considerando que há recurso de reconsideração pendente de apreciação no presente processo, o que requer a aplicação do novo entendimento desta Corte acerca da prescrição da pretensão punitiva, ainda que o recurso venha a não ser conhecido;

Considerando que não se operou a prescrição da pretensão punitiva no presente caso concreto, tendo em vista que, seguindo o entendimento firmado pelo Tribunal, a mesma se daria em 14/7/2015, uma vez que:

a) conforme indicado pela própria recorrente, "a proposta desonerada da requerida que foi considerada ilegal por afrontar o edital, foi apresentada no procedimento licitatório no dia 14/7/2005" (peça 110, p. 4);

b) o ato que determinou a citação, qual seja, o despacho do Secretário, ocorreu em 30.5.2011 (peça 27, p. 39);

Considerando a imprescritibilidade do débito, uma vez que:

a) não se aplica, na seara do controle externo, a regra geral prevista no artigo 1º do Decreto 20.910/1932;

b) no que tange ao RE 852.475, cuida estritamente de ilícitos de improbidade administrativa, que não se confundem com a matéria afeta à competência e jurisdição do TCU, portanto não se aplica aos processos em trâmite nesta Corte;

Considerando o exame de admissibilidade da Secretaria de Recursos (peças 112/114), e o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal (peça 117), no sentido do não-conhecimento do presente recurso, por intempestivo e não apresentar fatos novos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I; e 285; do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expendidas pelo relator, em:

a) indeferir o pedido de declaração da prescrição da pretensão punitiva do TCU, bem como o pedido de suspensão do processo;

b) não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Hospfar Ind. e Com de Produtos Hospitalares Ltda., por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, nos termos do artigo 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 285, caput e §2º, do RI/TCU;

c) dar ciência desta deliberação e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-027.016/2010-2 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO em TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros (195.630.601-30); Hospfar Ind e Com de Produtos Hospitalares Ltda (26.921.908/0001-21)

1.2. Recorrente: Hospfar Ind e Com de Produtos Hospitalares Ltda (26.921.908/0001-21)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.7. Representação legal: Lincoln Magalhaes da Rocha (24.089/OAB-DF) e outros, representando Hospfar Ind e Com de Produtos Hospitalares Ltda; Sueli Pereira de Souza (25.750/OAB-GO) e outros, representando Fernando Passos Cupertino de Barros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2262/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em considerar definitivamente cumpridas as recomendações referentes ao subitem 1.6.1 do Acórdão 2.405/2016-TCU-Plenário, arquivando-se o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo do encaminhamento a seguir proposto:

1. Processo TC-002.899/2017-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e à Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU).

ACÓRDÃO Nº 2263/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em considerar cumprida a determinação 9.2 e implementadas as recomendações 9.3.3 e 9.4 do Acórdão 594/2015-TCU-Plenário; considerar não cumpridas as determinações 9.1.1 e 9.1.3 e não implementadas as recomendações 9.3.2 e 9.3.9 do Acórdão 594/2015-TCU-Plenário; considerar em cumprimento a determinação 9.1.4 e em implementação as recomendações 9.3.1, 9.3.4, 9.3.5, 9.3.6, 9.3.7 e 9.3.8 do Acórdão 594/2015-TCU-Plenário, sem prejuízo das determinações abaixo descritas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.573/2015-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. determinar à Secex Previdência a realização de novo monitoramento após o término do exercício de 2017;

1.6.2. encaminhar cópia deste Acórdão ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Procuradoria Federal Especializada junto a esse Instituto.

ACÓRDÃO Nº 2264/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a"; 235; 237, inciso VII; e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Litucera Limpeza e Engenharia Ltda., adotar as medidas a seguir mencionadas, encaminhar cópia desta deliberação à representante e à Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Tocantins (Sesau/TO), promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos às peças 32 e 33:

1. Processo TC-023.533/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins - Sesau/TO

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (SECEX-TO).

1.5. Representação legal: Vaneska Gomes, OAB/SP 148.483 e OAB/TO 3932-A; Thiago Brunelli Ferrarezi, OAB/SP 296.572; Roberto Del Roy Júnior, OAB/SP 286.336; Vinícius Bozzetti Maiorine, OAB/SP 330.077; André Luiz Barbosa Melo, OAB/TO 1118, representando a empresa Litucera Limpeza e Engenharia Ltda, conforme procuração à peça 4

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. determinar à Secretaria do Estado da Saúde do Tocantins (Sesau-TO), com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que:

1.6.1.1. requeira à empresa Lavebras Gestão de Têxteis S/A estudos de viabilidade de instalação e implementação das caldeiras previstas em sua proposta de preços;

1.6.1.2. encaminhe a Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins (Secex/TO), no prazo de 60 (sessenta) dias, o resultado desses estudos;

1.6.2. determinar à Secex/TO que monitore o cumprimento das determinações constantes dos subitens acima.

ACÓRDÃO Nº 2265/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, e em determinar seu arquivamento, após ciência do teor desta deliberação ao representante.

1. Processo TC-027.390/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2266/2017 - TCU - Plenário

Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa União Boscatti Participação e Administração S/A., acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 9/2017, realizado pelo Ministério da Integração Nacional, com o objetivo de aquisição de materiais destinados à assistência humanitária.

Considerando que a representante preenche os requisitos de admissibilidade e legitimidade previstos no art. 235, c/c o art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, e no art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993;

Considerando a existência do interesse público na apuração das supostas irregularidades, as quais, caso confirmadas, afrontariam os princípios que regem a Administração Pública, conforme dispõe o art. 103, § 1º, *in fine*, da Resolução - TCU 259/2014;

Considerando que o exame realizado pela unidade técnica não confirmou a irregularidade relacionada à capacidade técnica de licitantes vencedoras de lotes do certame, vez que, nos termos da jurisprudência desta Corte (Acórdãos 1.203/2011-TCU-Plenário e 642/2014-TCU-Plenário), as empresas R. C. Comércio de Estivas Ltda. e G. S. A. Comércio e Serviços Eireli - EPP atuam em ramos de comércio que permitem concluir pela possibilidade de fornecimento dos materiais licitados, bem como que tais empresas apresentaram atestados que indicam condição de fornecimento do material objeto do certame;

Considerando que a empresa Indústria de Água Mineral Ibiá Ltda. - EPP teve habilitação considerada válida pelo pregoeiro conforme expressamente previsto no subitem 15.21 do edital do Pregão 9/2017, a seguir descritos, e que sua inabilitação configuraria afronta a jurisprudência desta Corte (Acórdão 357/2015-TCU-Plenário):

15.21. Para fins de habilitação, a verificação pelo Ministério da Integração Nacional nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, ficando estabelecido que, havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda.

Considerando que o pedido de medida liminar formulado pela representante não preenche os pressupostos necessários para a adoção da referida cautelar, vez que inexiste, no caso concreto, o fumus boni iuris, visto não terem restado comprovadas as irregularidades por ela apontadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 276, todos do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir o requerimento de medida cautelar solicitado pela empresa União Boscatti Participação e Administração S/A (CNPJ 08.683.964/0002-74), tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão; e arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU após encaminhar cópia desta decisão à representante, por meio de seus advogados, e ao Ministério da Integração Nacional, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.665/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional (vinculador).

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Gabriel Senra da Cunha Pereira (112.512/OAB-MG) e outros, representando União Boscatti Participação e Administração S/A.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 52/2017 - Plenário

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2267/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-008.213/2002-2 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

2. Responsáveis: Adir dos Santos Soares (Chefe de Seção de Obras e Instalações, CPF 631.716.867-91), Deusdeth Gomes do Nascimento (Diretor-Geral, CPF 059.877.255-34), Dulcinea dos Santos (Chefe do Serviço de Almoxarifado, CPF 403.831.137-68), Hilda Maria Monteiro (Coordenadora de Contabilidade Substituta, CPF 033.055.381-04), Jorge Luis da Rocha (Chefe da Divisão de Administração Financeira, CPF 332.385.457-87), Lino Monteiro da Silva (Chefe da Seção de Compras, CPF 336.263.917-87), Lucia de Fátima Neves da Silva (Chefe do Serviço de Farmácia, CPF 601.736.107-49), Luiz Carlos da Rocha (Subcoordenador, CPF 396.763.907-04), Maria da Glória Guimarães (Chefe do Serviço de Comunicação e Protocolo, CPF 823.120.107-63), Maria Lindalva Bonfim Vasconcellos (Chefe da Seção de Patrimônio, CPF 441.373.707-53), Paulo César Rondinelli (Diretor-Geral, CPF 367.095.307-87), Sandra Daoualibi (Chefe do Serviço de Comunicação Substituta, CPF 793.944.187-68), Sérgio Albino de Souza Castilho (Coordenador de Administração Geral, CPF 007.935.747-49), Sérgio Luiz Côrtes da Silveira (Coordenador Hospitalar, CPF 817.161.767-00), Telmo Silva Hoelz (Chefe da Divisão de Administração, CPF 354.119.457-04), Valdemar da Silva Fagundes (Coordenador de Contabilidade, CPF 222.083.561-87) e Volume Construções e Participações Ltda. (CNPJ 34.265.298/0001-83)

3. Embargante: Deusdeth Gomes do Nascimento (CPF 059.877.255-34)

4. Unidade: Instituto Nacional de Tráumato-Ortopedia (atual Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - Into)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogado constituído nos autos: Luis Felipe Freire Lisbôa (OAB/DF 19.445)

9. Acórdão:

Considerando que o Acórdão 1.346/2017 - Plenário julgou irregulares as contas de Deusdeth Gomes do Nascimento e imputou-lhe lhe imputou o pagamento de débito e o recolhimento de multa;

Considerando que o responsável opôs embargos de declaração em face daquele aresto, que não foram conhecidos por meio do Acórdão 1.939/2017 - Plenário, em face de sua intempestividade;

Considerando que o apelante manejou novos embargos, desta feita contra o Acórdão 1.939/2017 - Plenário, em que sustenta ser incabível a arguição de intempestividade utilizada para não se conhecer de seus embargos anteriores, ante a existência de prescrição, questão de ordem pública por ele invocada e que pode ser arguida a qualquer momento;

Considerando que, em seu juízo, o Acórdão 1.939/2017 - Plenário foi omisso por não abordar a prescrição então suscitada;

Considerando que o Acórdão 1.939/2017 - Plenário foi prolatado em 06/09/2017 e a ciência do embargante ocorreu em 13/09/2017;

Considerando que os presentes embargos foram opostos em 02/10/2017;

Considerando que o prazo para a apresentação de embargos de declaração é de dez dias, contados nos termos do art. 183 do Regimento Interno;

Considerando que o prazo para o exercício dos embargos declaratórios em face do Acórdão 1.939/2017 - Plenário expirou no dia 25/09/2017;

Considerando a intempestividade dos embargos de declaração opostos;

Considerando, outrossim, que a questão da prescrição, invocada pelo embargante, foi tratada neste mesmo processo, na sessão de 16/08/2017, quando do julgamento de embargos declaratórios opostos por Paulo César Rondinelli, também em face do Acórdão 1.346/2017 - Plenário, quando, por meio do Acórdão 1.781/2017 - Plenário, foi reconhecida a prescrição da pretensão punitiva, declarada também em relação a Deusdeth Gomes do Nascimento, exatamente por se tratar de questão de ordem pública, antes mesmo, portanto, que aquele responsável apresentasse seus embargos em face do Acórdão 1.346/2017 - Plenário;

Considerando que Deusdeth Gomes do Nascimento foi notificado dos efeitos do Acórdão 1.781/2017 - Plenário e da insubsistência da multa que lhe havia sido aplicada;

Considerando, portanto, que além da intempestividade, a questão relacionada à prescrição, suscitada pelo embargante, já foi discutida, e, no mérito, resolvida;

Considerando, por fim, que a jurisprudência desta Corte de Contas, firmada a partir do Incidente de Uniformização de Jurisprudência decidido no Acórdão 1.441/2016 - Plenário, não reconhece, para os processos em curso neste Tribunal, a existência de prescrição intercorrente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, nos termos do art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "f", e 287, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1, não conhecer destes embargos de declaração; e

9.2. dar ciência ao embargante do teor desta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 2268/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar atendidas as determinações constantes dos subitens 1.7.2 a 1.7.8, 1.8 e 1.9 do Acórdão 510/2017-Plenário, sem prejuízo de promover a diligência proposta à peça 103, conforme pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.440/2017-5 (MONITORAMENTO EM DENÚNCIA)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Denunciante: Identidade preservada

1.3. Unidade: Banco do Brasil S.A.

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

1.7. Representação legal: não há

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300304

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2269/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos I, II e III, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.2, Acórdão nº 1.203/2011 - Plenário, em Sessão de 11/5/2011, Ata nº 16/2011.

Valor original da multa: R$ 4.000,00		Data de origem: 11/5/2011	
Valor recolhido: R$	Data do recolhimento:	Valor recolhido: R$	Data do recolhimento:
118,96	12/11/2012	118,96	09/06/2014
118,96	10/12/2012	118,96	07/07/2014
118,96	04/01/2013	118,96	08/08/2014
118,96	08/02/2013	118,96	04/09/2014
118,96	08/03/2013	148,31	08/10/2014
118,96	11/04/2013	150,00	07/11/2014
118,96	08/05/2013	150,00	10/12/2014
118,96	11/06/2013	150,00	02/01/2015
118,96	10/07/2013	150,00	12/02/2015
118,96	15/08/2013	150,00	05/03/2015
118,96	04/09/2013	150,00	10/04/2015
118,96	02/10/2013	150,00	12/05/2015
118,96	12/11/2013	150,00	02/06/2015
118,96	11/12/2013	150,00	13/07/2015
118,96	09/01/2014	155,00	05/08/2015
118,96	11/02/2014	191,00	02/09/2015
118,96	17/03/2014	191,42	07/10/2015
118,96	08/04/2014	1,14	11/04/2017
118,96	09/05/2014	---	---

1. Processo TC-010.459/2008-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Francisco Joanes Paula de Paiva (077.805.322-91)

1.2. Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2270/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, indeferindo o pedido de medida cautelar, sem prejuízo de adotar a seguinte providência, sugerida nos pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o processo após cientificar a representante e o Banco do Brasil, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-019.355/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ágil Serviços Especiais Ltda. (CNPJ 72.620.735/0001-29)

1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: André Puppin Macedo - OAB/DF 12.004

1.7. Dar ciência ao Banco do Brasil S/A, com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, de que a ausência de diligência à empresa vencedora de licitação visando suprir omissão na planilha de preços de itens necessários à execução do objeto, tal como ocorrido em relação à empresa Progresso - Construções e Serviços Ltda., no âmbito do pregão eletrônico 2017/01413 (7421), vai de encontro à jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 4.621/2009-2ª Câmara 1.179/2008, 2.371/2009 e 187/2014, todos do Plenário.

ACÓRDÃO Nº 2271/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 43, inciso I, e 53 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237 e 250, § 1º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM as razões de justificativas apresentadas por Valéria da Silva Nicola, em face da prescrição da pretensão punitiva, dando-lhe ciência desta deliberação, com posterior arquivamento dos autos:

1. Processo TC-026.251/2006-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Valéria da Silva Nicola (317.976.440-68) e outros

1.2. Representante: Secex-MT

1.3. Unidades: Prefeitura Municipal de Paranatinga/MT e Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Mato Grosso

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

1.7. Representação legal: Hélio Udson Oliveira Ramos (OAB/MT 6.699); Kleber Tocantins Matos (OAB/MT 4.982) e José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior (OAB/MT 5.959).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2272/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, incisos II e IV; 10, § 1º; 12, 47 e 101 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V, "g", e 297 do RI/TCU e art. 41 da Resolução TCU 259/2014, ACORDAM em:

a) conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente;

b) requisitar à Caixa Econômica Federal a prestação de serviço técnico especializado para que promova a avaliação (referente aos valores praticados em dezembro de 2011) de quatro lotes de terrenos, totalizando uma área de 7.141,20 m^2, localizados na Av. Belmino Correia, números 22, 38, 50 e 52, no município de Camaragibe/PE, e encaminhe ao TCU parecer conclusivo sobre o valor dos terrenos, no prazo de sessenta dias;

c) converter estes autos em tomada de contas especial;

d) determinar à Secex/PE que, com o apoio da SGI - Secretaria de Gestão de Informações para o Controle Externo/Adgecex, levante informações acerca dos antigos proprietários dos imóveis e possível relação com autoridades e/ou servidores do TRE/PE;

e) dar ciência deste acórdão ao representante e ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

1. Processo TC-026.330/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Alberto Nogueira Virgínio, Desembargador Eleitoral (CPF: 110.396.394-53)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2273/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar e arquivando-se o processo após cientificar a representante e a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-027.880/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Microsens Ltda. (78.126.950/0003-16)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: Luciano Tercílio Biz

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 29/2017 - Plenário

Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 2274/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno, em considerar atendida a determinação do item 9.9, subitens 9.9.1, 9.9.2 e 9.9.3, do acórdão 2.902/2014 - Plenário; em apensar este processo ao TC 015.799/2009-1; e em dar ciência desta deliberação e da instrução à peça 62 ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.

1. Processo TC-001.883/2012-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Apenso: TC 022.183/2016-7 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Classe de Assunto: V.

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2275/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer emitido nos autos e com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno, em a) levantar o sobrestamento do processo determinado pelo acórdão 10.657/2016 - 2ª Câmara; b) considerar cumpridas as deliberações constantes dos subitens 1.7 do acórdão 1.301/2012 - Plenário e 1.5.2 do acórdão 7.265/2010 - 2ª Câmara; c) apensar os presentes autos ao TC-016.361/2010-5, no qual foi proferido o acórdão 1.301/2012 - Plenário; d) juntar cópia da instrução à peça 26 e desta deliberação ao TC-015.117/2009-3, no qual foi proferido o acórdão 7.265/2010 - 2ª Câmara, e ao TC 014.971/2015-1, no qual estão em apuração as irregularidades identificadas pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - Ciset/PR no atendimento do referido acórdão; e e) enviar cópia desta deliberação à Ciset/PR e à Imprensa Nacional.

1. Processo TC-016.505/2013-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Unidade: Imprensa Nacional.

1.3. Relatora: Ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdministração.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2276/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso V e §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação do item 1.8 do acórdão 973/2016 - Plenário; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 10, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre; e em encerrar o processo e apensá-lo ao TC-024.413/2015-1.

1. Processo TC-025.709/2016-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex-AC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2277/2017 - TCU - Plenário

VISTA esta solicitação do Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Wagner de Campos Rosário, de dilação de prazo, até 30/12/2017, para lançamento, no sistema e-Contas, das peças de responsabilidade daquela Pasta relativas à prestação de contas anual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Rondônia referente ao exercício de 2016.

Considerando que o pedido de prorrogação de prazo derivou de atraso na execução dos trabalhos de competência do órgão requerente, em função da necessidade de aprofundamento dos procedimentos de auditoria realizados pela CGU junto às unidades prestadoras de contas, tendo em vista escopo negociado com este Tribunal;

considerando que, segundo a Decisão Normativa TCU 156/2016, o órgão de controle interno deverá apresentar as peças de prestação de contas de sua responsabilidade até a data limite fixada no Anexo I, cabendo às autoridades supervisoras o prazo sucessivo de quinze dias;

considerando que a data limite referenciada no normativo supra expirou no dia 30/9/2017, sendo que, em consequência, o prazo para emissão de pronunciamento do supervisor sobre as contas do Sebrae/RO encerrar-se-á em 15/10/2017;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, ante as razões expostas pela relatora, em: (i) conhecer da solicitação, nos termos do art. 7º, inciso II e parágrafo único, da Instrução Normativa TCU 63/2010; (ii) autorizar, em caráter excepcional, que o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União encaminhe a prestação de contas anual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Rondônia relativa ao exercício de 2016 até o dia 30/12/2017; (iii) enviar cópia deste acórdão ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, e (iv) arquivar estes autos.

1. Processo TC-027.957/2017-9 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Unidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-geral da União - CGU.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia -Secex/RO.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 36/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2278/2017 - TCU - Plenário

Considerando que os autos cuidam do monitoramento dos itens 9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.522/2014 - TCU - Plenário, o qual apreciou auditoria realizada na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná (SRTE/PR), com o objetivo de verificar a regularidade da execução das ações relacionadas à habilitação ao Seguro-Desemprego, nas modalidades Bolsa Qualificação e Pescador Artesanal, de trabalhadores e pescadores do Estado do Paraná;

Considerando que a unidade técnica havia concluído (peça 20) pelo cumprimento da determinação imposta pelo item 9.3 do Acórdão 2.522/2014-TCU-Plenário e, ante a ausência de informações prestadas pelos responsáveis da SRTE/PR, pelo não cumprimento dos itens 9.1 e 9.2, com a consequente proposta de aplicação de multa;

Considerando Despacho proferido pelo Relator (peça 22) determinando a realização de diligência junto à SRTE/PR, de modo a verificar o cumprimento dos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão 2.522/2014-TCU-Plenário;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300305

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o teor da manifestação da SRTE/PR nestes autos (peça 29) buscando demonstrar o cumprimento dos itens 9.1 (adotar as providências cabíveis para reaver as parcelas do Seguro-Desemprego pagas indevidamente) e 9.2 (elaborar e encaminhar ao TCU plano de ação, contendo cronograma detalhado das medidas destinadas a identificar e coibir a habilitação indevida de beneficiários ao Seguro-Desemprego Bolsa Qualificação e Pescador Artesanal);

Considerando a análise empreendida pela Secex-PR e a conclusão pelo atendimento às deliberações (peça 6),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso V, e 243, todos do Regimento Interno, em considerar cumpridas as determinações expedidas pelos itens 9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.522/2014-TCU-Plenário e, por conseguinte, encerrar o presente processo, pela via do apensamento ao processo originário (TC 015.931/2013-7), dando-se ciência aos interessados.

1. Processo TC-004.259/2015-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Paraná (00.414.607/0013-51)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura - Paraná; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego No Estado do Paraná

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2279/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento das determinações constantes dos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 1.284/2015 - Plenário,

Considerando que por meio daquela deliberação, havida em processo de representação formulada pelo Ministério Público do Estado do Acre, em face de possíveis irregularidades ocorridas no Edital de Chamamento Público 01/2012, relativo à seleção de empresas para a construção de habitações de interesse social no empreendimento Cidade do Povo, objeto do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), no Estado do Acre, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), este Tribunal determinou ao Ministério das Cidades que, caso pretendesse efetuar novas contratações no âmbito do programa, elaborasse, em parceria com a Caixa Econômica Federal, um regulamento próprio de contratações de empreendimentos de produção habitacional no âmbito do PMCMV, abrangendo especificamente a vertente operacionalizada com recursos do FAR, de modo a contemplar suas peculiaridades e os elementos indicados nos subitens 9.2.1 a 9.2.4 do referido acórdão,

Considerando que para o atendimento integral às determinações criou-se grupo de trabalho formado por representantes da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, da Superintendência Nacional do Minha Casa Minha Vida e da Superintendência Nacional de Fundos (unidade gestora do FAR), ambas da Caixa Econômica Federal, bem como da Diretoria de Crédito Imobiliário do Banco do Brasil S/A, com o objetivo de propor a regulamentação para contratação de empreendimentos habitacionais em terrenos doados pelos entes federativos e mecanismos transparentes e objetivos de credenciamento de projetos, de análise e critérios de seleção de construtoras,

Considerando que em decorrência dos trabalhos foi editada a Portaria 158/2016 do Ministério das Cidades, como forma de regulamentar as contratações de empreendimentos de produção habitacional, seguindo as diretrizes indicadas no Acórdão 1.284/2015 - Plenário,

Considerando que em instrução de peça 78 destes autos, corroborada pelos pronunciamentos dos dirigentes da SeinfraUrbana às peças 79/80, referida unidade técnica, em vista da portaria e das informações prestadas, entende restarem cumpridas as determinações indicadas nos subitens 9.2 e 9.3 do referido Acórdão 1.284/2015 - Plenário, razão pela qual formulam propostas nesse sentido, bem como de encerramento deste monitoramento, com seu arquivamento, nos termos do art. 169, inciso V, do RI/TCU, dando-se ciência às unidades envolvidas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, e de acordo com o parecer da unidade técnica, em:

a) considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 1.284/2015 - Plenário;

b) dar ciência deste acórdão ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil S/A, e

c) arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-011.784/2015-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: 001.007/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Interessados: Banco do Brasil S.A. (00.000.000/0001-91); Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04)

1.3. Órgão/Entidade: Ministério das Cidades (vinculador)

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.7. Representação legal: Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi (157.199/OAB-SP) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas (31920/OAB-PE), representando Ministério das Cidades (vinculador); Carlos Alberes Oliveira Gomes e outros, representando Banco do Brasil S.A.

ACÓRDÃO Nº 2280/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, ante as razões elencadas no parecer da Secex/SE emitido nos autos (peça 65), e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela unidade técnica, por trinta dias a contar da presente deliberação, para o cumprimento ao disposto no item 9.2.2 do Acórdão 1.317/2017-TCU-Plenário.

1. Processo TC-017.470/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/SE

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Sergipe

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 26/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2281/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar do término do prazo anteriormente estabelecido, para que o Ministério do Esporte cumpra as determinações constantes do Acórdão 1.103/2017 - Plenário, de acordo com o parecer da SecexEducação:

1. Processo TC-004.014/2015-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério do Esporte - SE/ME.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 35/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2282/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar cumprida a determinação expedida ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, por meio do item 9.2 do Acórdão 2.444/2015-TCU-Plenário, e arquivar os presentes autos, sem prejuízo de fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.953/2016-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambucano.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

RELAÇÃO Nº 26/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2283/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 218 do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação ao responsável Sr. Fernando Durão Schleder, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do acórdão 1443/2013-TCU-Plenário.

Valor original da multa: R$ 15.000,00 Data de origem da multa: 12/6/2013

Valor recolhido: R$ 16.022,16 Data do recolhimento: conforme demonstrativo peça 153

1. Processo TC-001.084/2013-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 016.515/2016-1 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsável: Fernando Durão Schleder (440.709.507-53); Francisco Carlos Caballero Colombo (673.233.758-00); Frederico Pires da Silva (663.602.507-72).

1.3. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

1.7. Representação legal: Tiago Gomes de Souza e outros, representando Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Ana Carolina Reis Magalhães (OAB/DF 17.700) e outros, representando Francisco Carlos Caballero Colombo; Rodrigo Reis Bella Martinez e outros, representando Blindaço Comércio e Indústria de Produtos Blindados Ltda.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2284/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.551/2014-0.

1.1. Apenso: 016.015/2016-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV- Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Luis Carlos Moreira da Silva; José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Renato de Souza Duque; Almir Guilherme Barbassa; Ildo Luis Sauer; Paulo Roberto Costa; Guilherme de Oliveira Estrella; Almir Guilherme Barbassa; Nestor Cuñat Cerveró; Ronaldo da Silva Araújo; Rafael Mauro Comino; Aurélio Oliveira Telles; Cezar de Souza Tavares; Thales Rezende Rodrigues de Miranda; Carlos Cesar Borromeu de Andrade; Antônio Palocci Filho; Claudio Luiz da Silva Haddad; Dilma Vana Roussef; Fabio Colletti Barbosa; e Gleuber Vieira.

4. Entidades: Petrobras América Inc. (PAI) e Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais).

8. Representação legal: Iuri Estácio Machado de Souza (209.099-E/OAB-RJ) e outros, representando Luis Carlos Moreira da Silva; Mateus Henrique Chaves Pereira e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Luiza Salles Velloso Rocha Costa e outros, representando Renato de Souza Duque; Adriano Marques Manso (114.483/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Pedro Henrique Cardim Barros e outros, representando Almir Guilherme Barbassa; Patrícia Sá Moreira de Figueiredo Ferraz (244540/OAB-SP) e outros, representando Ildo Luis Sauer; Cassio Quirino Norberto (57.219/OAB-PR) e outros, representando Paulo Roberto Costa; Aristides Junqueira Alvarenga (12.500/OAB-DF) e outros, representando Guilherme de Oliveira Estrella e Almir Guilherme Barbassa; Edson Ribeiro (46.837/OAB-RJ), representando Nestor Cuñat Cerveró.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada para apurar danos relativos à aquisição da refinaria Pasadena Refining System Inc. (PRSI) pela Petrobras America Inc. (PAI), subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A., perante o grupo belga Astra Transcor, em cumprimento aos itens 9.3 e 9.7 do Acórdão 1.927/2014-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar a citação solidária, com fundamento no art. 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, inciso II, do Regimento Interno do TCU, dos responsáveis a seguir indicados, para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou recolham aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras a quantia original de US$ 580.428.571,30 (quinhentos e oitenta milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e um dólares e trinta centavos), convertida para moeda nacional (Reais), com suporte no que prescrevem o art. 39, § 3º, da Lei 4.320/1964 (com a redação dada pelo Decreto-Lei 1.735/79, de 20/12/1979) e o art. 9º da IN-TCU 71/2012, na data de ciência da citação, e atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir dessa data, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em razão do prejuízo causado ao patrimônio da Petrobras em decorrência da celebração de contratos junto à Astra, desconsiderando o laudo elaborado pela empresa de consultoria especializada Muse & Stancil, no valor de US$ 186.000.000,00 (cento e oitenta seis milhões de dólares), levando à compra de 50% da Pasadena Refining System Inc. (PRSI) e da PRSI Trading Company (PRST) e ao compromisso de comprar os outros 50%, no caso do exercício do put option, pelo valor total de US$ 766.428.571,00 (setecentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e um dólares e trinta centavos), resultando daí injustificado dano aos cofres da empresa, em desacordo com o princípio da economicidade e da prudência:

9.1.1. Nestor Cuñat Cerveró (371.381.207-10), então Diretor da Área Internacional da Petrobras por:

9.1.1.1 conduzir e participar das negociações com o Grupo Astra em parâmetros que desconsideraram as informações abaixo listadas, essenciais à avaliação da economicidade da compra da Refinaria de Pasadena e assinatura dos respectivos contratos:

a) existência de avaliação realizada pela Muse Stancil em julho de 2005, bem como os resultados para diversos cenários, especialmente, os valores obtidos para a condição AS IS da Refinaria de Pasadena;

b) valores apontados no relatório de *fairness opinion* elaborado pelo Citigroup, em janeiro de 2006, para os diversos cenários considerados, por meio dos quais seria possível observar que o preço proposto para a aquisição da Refinaria de Pasadena só seria economicamente atrativo para Petrobras, se houvesse o *revamp* para processar o óleo de Marlin e a expansão de sua capacidade para 150 mbd;

c) pagamento de comissão aos *traders* do Grupo Astra no valor de US$ 20.000.000,00, inseridos no preço de aquisição de 50% das ações da *Trading Company,* estabelecido por meio da Cláusula 4.01 do *Stock Purchase and Sale Agreement*;

d) previsão da cláusula *put* para o Grupo Astra, em contrapartida ao direito da Petrobras de impor a sua decisão em caso de conflito (*right to override*), com pagamento de um prêmio de 20% sobre o preço de aquisição, bem como sobre a parcela de *unamortized*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300306

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

capital contribution, constante das Cláusulas 3.6 e 5.1 do *Shareholder Agreement* e do item 7 do seu *Addendum* A;

9.1.1.2 submeter o DIP INTER-DN 20/2006 à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Petrobras, propondo a aprovação da assinatura dos contratos de aquisição da Refinaria de Pasadena sem ter avaliado a implementação das seguintes recomendações, as quais impactariam a economicidade dos valores finais da compra, fornecidas pelas áreas técnicas da Petrobras, bem como pelas consultorias externas contratadas, na negociação do preço de aquisição da Pasadena Refining System Inc. (PRSI) e da PRSI Trading Company (PRST):

a) adoção de fator redutor do preço para todas as ações que necessitavam ser implementadas, no curto prazo, para que a cultura de gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) da Petrobras estivesse presente na Refinaria, conforme nota técnica emitida por Alan Kardec, então Gerente Executivo do AB-RE (Abastecimento e Refino), em 30/08/2005, durante visita à refinaria em agosto de 2005;

b) redução do Valor Presente Líquido (VPL) da refinaria, já incluídos os projetos de melhoria e adaptação ao processamento do óleo marlim (Revamp), para US$ 591 milhões, em razão das variações na cotação do barril de petróleo WTI na NYMEX petróleo, conforme mensagens enviadas por Bruno Fragelli, entre 31/10/2005 e 09/11/2005;

c) realização de *Environmental Due Diligence*, em razão da recomendação contida no relatório da *Due Diligence* emitido pela *Deloitte & Touche*, em 13/06/2005, no sentido de que eram esperados nos 5 (cinco) anos seguintes à aquisição gastos que poderiam exceder o valor de US$ 200 milhões, conforme mensagem enviada em 06/01/2006, via e-mail, por Marco Antônio Batista da Silva.

9.1.2. Luís Carlos Moreira da Silva (369.767.177-49), então Gerente Executivo da Área Internacional Desenvolvimento de Negócios, por:

9.1.2.1 conduzir e participar das negociações com o Grupo Astra em parâmetros que desconsideraram as informações abaixo listadas, essenciais à avaliação da economicidade da compra da Refinaria de Pasadena e assinatura dos respectivos contratos:

a) existência de avaliação realizada pela Muse Stancil em julho de 2005, bem como os resultados para diversos cenários, especialmente, os valores obtidos para a condição AS IS da Refinaria de Pasadena;

b) valores apontados no relatório de *fairness opinion* elaborado pelo Citigroup, em janeiro de 2006, para os diversos cenários considerados, por meio dos quais seria possível observar que o preço proposto para a aquisição da Refinaria de Pasadena só seria economicamente atrativo para Petrobras, se houvesse o *revamp* para processar o óleo de Marlin e a expansão de sua capacidade para 150 mbd;

c) pagamento de comissão aos *traders* do Grupo Astra no valor de US$ 20.000.000,00, inseridos no preço de aquisição de 50% das ações da *Trading Company,* estabelecido por meio da Cláusula 4.01 do *Stock Purchase and Sale Agreement*;

d) previsão da cláusula *put* para o Grupo Astra, em contrapartida ao direito da Petrobras de impor a sua decisão em caso de conflito (*right to override*), com pagamento de um prêmio de 20% sobre o preço de aquisição, bem como sobre a parcela de *unamortized capital contribution*, constante das Cláusulas 3.6 e 5.1 do *Shareholder Agreement* e do item 7 do seu *Addendum* A;

9.1.2.2 submeter o DIP INTER-DN 20/2006 à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Petrobras, propondo a aprovação da assinatura dos contratos de aquisição da Refinaria de Pasadena sem ter avaliado a implementação das seguintes recomendações, as quais impactariam a economicidade dos valores finais da compra, fornecidas pelas áreas técnicas da Petrobras, bem como pelas consultorias externas contratadas, na negociação do preço de aquisição da Pasadena Refining System Inc. (PRSI) e da PRSI Trading Company (PRST):

a) adoção de fator redutor do preço para todas as ações que necessitavam ser implementadas, no curto prazo, para que a cultura de gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) da Petrobras estivesse presente na Refinaria, conforme nota técnica emitida por Alan Kardec, então Gerente Executivo do AB-RE (Abastecimento e Refino), em 30/08/2005, durante visita à refinaria em agosto de 2005;

b) redução do Valor Presente Líquido (VPL) da refinaria, já incluídos os projetos de melhoria e adaptação ao processamento do óleo marlim (Revamp), para US$ 591 milhões, em razão das variações na cotação do barril de petróleo WTI na NYMEX petróleo, conforme mensagens enviadas por Bruno Fragelli, entre 31/10/2005 e 09/11/2005;

c) realização de *Environmental Due Diligence*, em razão da recomendação contida no relatório da *Due Diligence* emitido pela *Deloitte & Touche*, em 13/06/2005, no sentido de que eram esperados nos 5 (cinco) anos seguintes à aquisição gastos que poderiam exceder o valor de US$ 200 milhões, conforme mensagem enviada em 06/01/2006, via e-mail, por Marco Antônio Batista da Silva.

9.1.3 Cezar de Souza Tavares (242.610.177-68), Thales Rezende Rodrigues de Miranda (000.910.687-11) e Aurélio Oliveira Telles (183.042.305-34), na condição de integrantes da equipe de negociadores da Petrobras e todos nominados na Cláusula 1.39 do *Stock Purchase and Sale Agreement* como os representantes da Petrobras com o conhecimento sobre o negócio, por:

9.1.3.1 conduzir e participar das negociações com o Grupo Astra em parâmetros que desconsideraram as informações abaixo listadas, essenciais à avaliação da economicidade da compra da Refinaria de Pasadena e assinatura dos respectivos contratos:

a) existência de avaliação realizada pela Muse Stancil em julho de 2005, bem como os resultados para diversos cenários, especialmente, os valores obtidos para a condição AS IS da Refinaria de Pasadena;

b) valores apontados no relatório de *fairness opinion* elaborado pelo Citigroup, em janeiro de 2006, para os diversos cenários considerados, por meio dos quais seria possível observar que o preço proposto para a aquisição da Refinaria de Pasadena só seria economicamente atrativo para Petrobras, se houvesse o *revamp* para processar o óleo de Marlin e a expansão de sua capacidade para 150 mbd;

c) pagamento de comissão aos *traders* do Grupo Astra no valor de US$ 20.000.000,00, inseridos no preço de aquisição de 50% das ações da *Trading Company,* estabelecido por meio da Cláusula 4.01 do *Stock Purchase and Sale Agreement*;

d) previsão da cláusula *put* para o Grupo Astra, em contrapartida ao direito da Petrobras de impor a sua decisão em caso de conflito (*right to override*), com pagamento de um prêmio de 20% sobre o preço de aquisição, bem como sobre a parcela de *unamortized capital contribution*, constante das Cláusulas 3.6 e 5.1 do *Shareholder Agreement* e do item 7 do seu *Addendum* A;

9.1.3.2 submeter o DIP INTER-DN 20/2006 à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Petrobras, propondo a aprovação da assinatura dos contratos de aquisição da Refinaria de Pasadena sem ter avaliado a implementação das seguintes recomendações, as quais impactariam a economicidade dos valores finais da compra, fornecidas pelas áreas técnicas da Petrobras, bem como pelas consultorias externas contratadas, na negociação do preço de aquisição da Pasadena Refining System Inc. (PRSI) e da PRSI Trading Company (PRST):

a) adoção de fator redutor do preço para todas as ações que necessitavam ser implementadas, no curto prazo, para que a cultura de gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) da Petrobras estivesse presente na Refinaria, conforme nota técnica emitida por Alan Kardec, então Gerente Executivo do AB-RE (Abastecimento e Refino), em 30/08/2005, durante visita à refinaria em agosto de 2005;

b) redução do Valor Presente Líquido (VPL) da refinaria, já incluídos os projetos de melhoria e adaptação ao processamento do óleo marlim (Revamp), para US$ 591 milhões, em razão das variações na cotação do barril de petróleo WTI na NYMEX petróleo, conforme mensagens enviadas por Bruno Fragelli, entre 31/10/2005 e 09/11/2005;

c) realização de *Environmental Due Diligence*, em razão da recomendação contida no relatório da *Due Diligence* emitido pela *Deloitte & Touche*, em 13/06/2005, no sentido de que eram esperados nos 5 (cinco) anos seguintes à aquisição gastos que poderiam exceder o valor de US$ 200 milhões, conforme mensagem enviada em 06/01/2006, via e-mail, por Marco Antônio Batista da Silva.

9.1.4. franquear aos senhores José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72), Paulo Roberto Costa (302.612.879-15), Almir Guilherme Barbassa (012.113.586-15), Renato de Souza Duque (510.515.167-49), Guilherme de Oliveira Estrella (012.771.627-00), Ildo Luis Sauer (265.024.960-91), membros da Diretoria Executiva da Petrobras que aprovaram a Ata DE 4.567, de 2/2/2006, a oportunidade de complementar suas alegações de defesa, se assim o desejarem, em razão de, conforme caracterizado nos pareceres que fundamentam esta deliberação, não terem analisado de forma diligente os documentos fornecidos pela equipe de negociadores designada na cláusula 1.39 do *Stock Purchase and Sale Agreement*, o que causou o referido prejuízo detalhado no item 9.1 acima, ante a não verificação de dados e informações no DIP INTER-DN 20/2006, que seriam essenciais à tomada de decisão, bem como a ausência de pedidos de esclarecimentos, quanto às seguintes ocorrências:

a) não apresentação dos valores na condição AS IS da Refinaria de Pasadena para a tomada de decisão em desacordo com o estabelecido na Sistemática de Aquisição da estatal;

b) ausência de detalhamento do relatório de *fairness opinion* elaborado pelo Citigroup, em janeiro de 2006, para os diversos cenários considerados, por meio dos quais seria possível observar que o preço proposto para a aquisição da Refinaria de Pasadena só seria economicamente atrativo para Petrobras, se houvesse o revamp para processar o óleo de Marlin e a expansão de sua capacidade para 155 mil bpd;

c) previsão de pagamento de comissão aos traders do Grupo Astra no valor de US$ 20.000.000,00, inseridos no preço de aquisição de 50% das ações da Trading Company, estabelecido por meio da Cláusula 4.01 do *Stock Purchase and Sale Agreement*;

d) previsão da cláusula *put* para o Grupo Astra, em contrapartida ao direito da Petrobras de impor a sua decisão em caso de conflito (*right to override*), sem informar explicitamente qual seria o prêmio a ser pago sobre o preço de aquisição, bem como sobre a parcela de unamortized capital contribution, muito embora constasse das Cláusulas 3.6 e 5.1 do Shareholder Agreement e do item 7 do seu Addedum A;

9.2. determinar a citação solidária, com fundamento nos art. 5º, inciso IX, e art. 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, inciso II, do Regimento Interno do TCU, dos responsáveis abaixo relacionados, para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou recolham aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras a quantia original de US$ 580.428.571,30 (quinhentos e oitenta milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e um dólares e trinta centavos), convertida para moeda nacional (reais), com suporte no que prescrevem o art. 39, § 3º, da Lei 4.320/1964 (com a redação dada pelo Decreto-Lei 1.735/79, de 20/12/1979) e o art. 9º da IN-TCU 71/2012, na data de ciência da citação, e atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir dessa data, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em razão de terem autorizado a aquisição da refinaria sem terem cumprido sua obrigação de acompanhar a gestão da Diretoria Executiva, por meio da análise devida das bases do negócio que seria realizado, nem terem solicitado esclarecimentos mais detalhados sobre a operação, em afronta ao disposto nos arts. 158, inciso II e § 1º e 142 da Lei 6.404/1976, violando assim o "dever de diligência" para com a Companhia, insculpido no art. 153, da mesma lei, o que causou prejuízo ao patrimônio da Petrobras em virtude da celebração de contratos junto à Astra, desconsiderando o laudo elaborado pela empresa de consultoria especializada Muse & Stancil, no valor de US$ 186.000.000,00 (cento e oitenta e seis milhões de dólares), levando à compra de 50% da Pasadena Refining System Inc. (PRSI) e da PRSI Trading Company (PRST) e ao compromisso de comprar os outros 50%, no caso do exercício do put option, pelo valor total de US$ 766.428.571,00 (setecentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e um dólares e trinta centavos), resultando daí injustificado dano aos cofres da empresa;

NOME	CPF
Antônio Palocci Filho	062.605.448-63
Claudio Luis da Silva Haddad	109.286.697-34
Dilma Vana Roussef	133.267.246-91
Fabio Colletti Barbosa	771.733.258-20
Gleuber Vieira	041.278.627-34
José Sergio Gabrielli de Azevedo	042.750.395-72

9.3. decretar cautelarmente, com fundamento no art. 44, § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 273 e 274 do Regimento Interno deste Tribunal, pelo prazo de um ano, a indisponibilidade de bens dos responsáveis relacionados nos itens anteriores ainda não alcançados pelos mesmos procedimentos definidos no Acórdão 441/2017-TCU-Plenário, devendo esta medida alcançar os bens considerados necessários para garantir o integral ressarcimento do débito em apuração, ressalvados os bens financeiros necessários às suas subsistências, inclusive tratamentos de saúde, e dos familiares deles dependentes;

9.4. considerar como termo inicial para contagem do prazo fixado no subitem anterior desta deliberação a data de averbação da medida cautelar nos respectivos órgãos de registro dos bens;

9.5. nos termos do art. 276, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal, conceder prazo de até quinze dias, sem efeito suspensivo, aos responsáveis arrolados no subitem 9.3 para que se pronunciem, caso queiram, a respeito da adoção da medida cautelar referida no mesmo subitem;

9.6. determinar à SecexEstataisRJ que:

9.6.1. informe aos responsáveis relacionados no subitem 9.3 que, no âmbito da respectiva resposta à aludida oitiva, fica desde já franqueada a possibilidade de designar os bens não suscetíveis ao correspondente constrangimento cautelar, com a devida justificativa para esse não constrangimento;

9.6.2. constitua um processo apartado de "indisponibilidade de bens" específico para cada responsável;

9.6.3. instaure processo apartado com a finalidade de apurar a responsabilidade do Sr. Agosthilde Mônaco de Carvalho, ex-assistente do então diretor da área internacional, Sr. Nestor Cuñat Cerveró, em relação aos débitos identificados nestes autos, examinando, inclusive, se houve restituição aos cofres da Petrobras dos valores por ele recebidos indevidamente;

9.6.4. confirme a classificação dos documentos sigilosos existentes nos autos, bem como a indicação dos respectivos grupos de acesso, por meio da elaboração de uma peça denominada "Cadastro de Informações com Restrição de Acesso", devendo a concessão de vistas e cópias obedecer às indicações contidas nesse documento;

9.6.5. obtenha, junto à Petrobras, as informações referentes aos resultados financeiros e operacionais da Refinaria de Pasadena (PRSI e PRST), a partir da data da aquisição inicial da unidade (ano exercício 2006);

9.7. realizar a audiência dos membros do Conselho de Administração, nos termos do inciso IX, do art. 5º da Lei 8443/1992, arrolados no subitem 9.2 destes autos para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa pelas irregularidades resultantes da celebração de contrato e acordo de acionistas (Stock Purchase and Sale Agreement and Limited Partnership Formation Agreement e Shareholders Agreement) e outros instrumentos contratuais correlatos, para aquisição de 50% da refinaria Pasadena Refining System Inc. (PRSI) e constituição da PRSI Trading Company (PRST), contendo cláusulas prejudiciais aos interesses da Petrobras America Incorporated (PAI) e da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), em desacordo com os princípios da economicidade e da prudência, conforme detalhado abaixo:

9.7.1. cláusulas do Addendum A e Exhibit B - anexos ao Shareholders Agreement - cláusulas de opção de venda (Put Option) em favor da Astra, permitindo a esta retirar-se do empreendimento sem efetuar os investimentos previstos para adaptação da refinaria para processar o óleo oriundo do Campo de Marlim (Revamp para Marlim), a despeito de tais investimentos terem sido levados em consideração na avaliação do negócio e no preço de aquisição, e estabelecendo parâmetros de fixação dos preços de saída (50% restantes da PRSI e PRST), tendo por base os valores iniciais da transação;

9.7.2. cláusulas contidas no Article 3 do Acordo de Acionistas (Shareholders Agreement PRSI between Petrobras America, Inc., and Astra Oil Trading NV - SHA) - cláusulas que limitaram o poder de a Petrobras decidir sobre os investimentos necessários, considerados na decisão de aprovação do negócio e previstos na avaliação da refinaria, ao estabelecer que todas as decisões do comitê de diretores seriam tomadas por maioria de votos, tendo a Astra o direito de nomear três dos seis diretores que governariam a refinaria, os quais nomeariam o Chief Executive Officer - CEO da PRSI, ainda que detivesse entre 25% e 50% de participação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300307

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.7.3. cláusula 4.01(ii) do Stock Purchase and Sale Agreement - cláusula que estabeleceu que o aporte na Trading Company seria feito com base no preço do inventário estimado pela Astra, sem prever ajustes decorrentes do inventário efetivamente existente.

9.8. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, à Força-Tarefa do Ministério Público Federal no Paraná, à Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União no Paraná, ao Juiz Federal Titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras (GRC), para as medidas consideradas cabíveis.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2284-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2285/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.479/1996-6

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: Geraldo Nobre Cavalcante (CPF 162.177.484-87), Iramir Barreto Paes (CPF 225.453.794-68) e Rui Barbosa (CPF 113.808.964-87), ex-Diretores-Presidentes da Urbema, e Construtora OAS Ltda. (CNPJ 14.310.577/0001-04)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Marcos Bemquerer Costa

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/PB

8. Advogados constituídos nos autos: Juliana Brasil Ponte Guimaraes Coury (18.243/OAB-DF), Gabriela Dellacasa Stuckert (39.693/OAB-DF), Antônio Henrique Medeiros Coutinho (34.308/OAB-DF) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se examina, nesta fase, recursos de reconsideração contra o Acórdão 1.995/2011 - Plenário, que julgou irregulares as contas de Geraldo Nobre Cavalcante, Iramir Barreto Paes, Rui Barbosa e da Construtora OAS Ltda., condenando-os em débito e aplicando-lhes multa proporcional.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer do recurso de reconsideração interposto pela Construtora OAS Ltda., para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Geraldo Nobre Cavalcante, Iramir Barreto Paes e Rui Barbosa, para, no mérito, dar-lhes provimento e, em consequência, excluir suas responsabilidades nesta tomada de contas especial, bem como conferir a seguinte redação aos subitens 9.3 e 9.4 do Acórdão 1.995/2011 - Plenário:

"*9.3. com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 19, e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas da Construtora OAS Ltda. e condená-la ao recolhimento ao Tesouro Nacional das quantias adiante indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas a seguir especificadas até a do efetivo recolhimento, remetendo a respectiva comprovação a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), a contar da notificação, na forma do Acórdão nº 1603/2011 - TCU - Plenário:*

Valores originais	*Datas de ocorrências*
Cr$ 1.013.487.166,50	*20/04/1992*
Cr$ 118.025.000,00	*24/06/1992*
Cr$ 50.000.000,00	*27/05/1992*
Cr$ 30.000.000,00	*30/08/1993*
Cr$ 20.000.000,00	*02/09/1993*
Cr$ 4.552.695,00	*23/12/1993*
Cr$ 40.000.000,00	*08/09/1993*
Cr$ 43.645.642,00	*14/09/1993*
Cr$ 168.239.167,00	*24/08/1993*

9.4. aplicar à Construtora OAS Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

9.3. notificar os recorrentes, dando-lhes ciência desta decisão.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2285-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2286/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.694/2017-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta

3. Consulente: Jackson Barreto de Lima (CPF: 038.622.325-49), Governador do Estado de Sergipe

4. Unidade: Ministério da Fazenda (MF)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pelo Governo do Estado de Sergipe acerca da necessidade de comprovar, por ocasião da realização de aditivos a contratos de operação de crédito externo garantidos pela união, os mesmos requisitos exigidos quando da assinatura da avença.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 264 e 265 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. não conhecer da presente consulta, por ausência de legitimidade da autoridade que a formulou;

9.2. dar ciência desta decisão ao consulente e à Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda;

9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2286-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2287/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.766/2014-9

1.1. Apensos: TC 033.374/2014-7; TC 031.585/2015-9; TC 021.663/2016-5; e TC 011.841/2016-8

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria

3. Responsáveis: Euler José dos Santos (CPF 327.345.306-00), Superintendente Regional do Dnit no Estado de Mato Grosso do Sul, e Milton Rocha Marinho (CPF 204.717.181-49), engenheiro do Dnit

4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SeinfraRodoviaAviação

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria na licitação das obras do Crema 2ª Etapa, na da BR-262/MS, entre os quilômetros 0,00 e 325,60, realizada em cumprimento ao Acórdão 1.630/2012 - Plenário, no âmbito do Fiscobras 2015.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso II; 43, inciso II e parágrafo único; e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, §§ 1º e 2º; e 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa de Euler José dos Santos;

9.2. rejeitar parcialmente as razões de justificativa de Milton Rocha Marinho, e aplicar-lhe multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.3. fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2287-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2288/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.258/2016-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Agravo (em Representação)

3. Agravante: Alpina Briggs Defesa Ambiental S.A. (CNPJ: 04.050.400/0001-62)

4. Unidade: Petrobras Transporte S.A. (Transpetro)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Igor Coelho Ferreira de Miranda (OAB/SP 370.116), Marcel Britz (OAB/RJ 106.946), Vânia Guerreiro (OAB/RJ 52.687), Cristiane Simões (OAB/RJ 177.790) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação que tratam, nesta fase processual, de agravo interposto pela representante Alpina Briggs Defesa Ambiental S.A contra o despacho que indeferiu o pedido da empresa no sentido de suspender cautelarmente os procedimentos relativos ao Convite 8.271 (PL 8271), promovido pela Transpetro para a contratação de serviços de prevenção, preparação e resposta a emergências de vazamentos nos terminais da estatal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 277, inciso V, e 289 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do agravo e rejeitá-lo, por não trazer fatos novos com relação aos requisitos para o deferimento de cautelar;

9.2. restituir os autos à unidade técnica para que dê prosseguimento à instrução do feito;

9.3. dar ciência desta deliberação à agravante e à Transpetro.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2288-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300308

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2289/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.093/2001-1
1.1. Apenso: TC 019.746/2011-3
2. Grupo II - Classe I - Recurso de Revisão.
3. Recorrentes: Wigberto Ferreira Tartuce (CPF 033.296.071-49) e Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília - Sindhobar (CNPJ 00.386.748/0001-74).
4. Unidades: Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal - Seter/DF.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros representando Wigberto Ferreira Tartuce; João Paulo Gonçalves da Silva (OAB/DF 19.442) e outros representando o Sindhobar.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os recursos de revisão interpostos por Wigberto Ferreira Tartuce e pelo Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília - Sindhobar contra o acórdão 2.343/2006 - Plenário.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 35 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos recursos de revisão e negar-lhes provimento; e
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, mencionando que o acórdão original foi enviado ao então procurador-geral da República em dezembro de 2006 (aviso 2.205-SGS-TCU-Plenário).

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2289-41/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2290/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 031.157/2011-4
1.1. Apensos: TC 021.599/2011-4, TC 009.727/2012-4, TC 011.650/2014-1 e TC 003.935/2011-6.
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Responsáveis/Interessado:
3.1. Responsáveis: Sérgio Luiz Côrtes da Silveira (CPF 817.161.767-00) e Hans Cláudio Rocha Dohmann (CPF 546.317.347-87).
3.2. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Unidades: Ministério da Saúde, Fundo Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - RJ.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ e Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
8. Representação legal: Gabriel Ribeiro Prudente (OAB/DF 54.004), Francisco Gracindo (OAB/RJ 153.027), Leonardo Vieira Marins (OAB/RJ 168.281), Murilo Cezar Reis Baptista (OAB/RJ 57.446), Felipe Fernandes Basto (OAB/RJ 169.615) e outros representando a Metalúrgica Valença, Indústria e Comércio Ltda.; Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins (OAB/RJ 65.997) representando a HW Engenharia Ltda.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria acerca da aplicação de recursos federais repassados aos governos do estado do Rio de Janeiro e de municípios fluminenses para construção de Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, no âmbito da Política Nacional de Atenção às Urgências, do Ministério da Saúde.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 250, incisos I, II e IV, e 252 do Regimento Interno, em:
9.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana que:
9.1.1. em relação aos serviços contratados pela Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil - Sesdec e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro com fundamento na ata de registro de preços 103/2009 - Sesdec/RJ, autue processo de tomada de contas especial para, se necessário com o apoio da Secretaria de Controle Externo do Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ:
a) quantificar o débito a partir dos contratos firmados e dos serviços executados, considerando o sobrepreço percentual apurado nestes autos a ser aplicado sobre o valor global dos recursos federais utilizados, bem como identificar os responsáveis e citá-los solidariamente com a empresa contratada;
b) identificar os responsáveis da Sesdec e, em especial da Superintendência de Urgência e Emergência, pelo indício de ato antieconômico caraterizado pela escolha do método construtivo das UPAs (revestimento com painéis metálicos), em detrimento de metodologias menos onerosas, sem comprovação da análise de custo-benefício necessária para fundamentar a escolha, e chamá-los em audiência por essa irregularidade.
9.1.2. em relação aos serviços eventualmente contratados pelo Governo do Distrito Federal com base na ata de registro de preços 103/2009 - Sesdec/RJ:
a) apure se houve efetiva adesão à referida ata bem como celebração de contratos dela decorrentes com utilização de recursos federais;
b) em caso afirmativo, autue processo de tomada de contas especial para quantificar o débito a partir dos contratos firmados e dos serviços executados com fundamento na referida ata, considerando o sobrepreço percentual em relação aos preços praticados no Distrito Federal a ser aplicado sobre o valor global dos recursos federais utilizados, bem como para identificar os responsáveis e citá-los solidariamente com a empresa contratada.
9.1.3. nas tomadas de contas atuadas em atendimento aos subitens anteriores (9.1.1 e 9.1.2), junte aos autos cópia do relatório de análise de orçamento que fundamentou o cálculo do sobrepreço apurado e, na instrução daqueles processos, considere as alegações e informações apresentadas pela empresa contratada às peças 339-345.
9.2. dar ciência à Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro sobre as seguintes irregularidades, constatadas na ata de registro de preços 103/2009 - Sesdec/RJ (decorrente do pregão presencial internacional 025/2009 - Sesdec/RJ):
9.2.1. a utilização do sistema de registro de preços e de pregão para contratar a construção das Unidades de Pronto Atendimento tratadas neste processo, contrariando o art. 15 da Lei 8.666/1993 e o Decreto 3.555/2000;
9.2.2. quando cabível a utilização da modalidade pregão, o uso do pregão presencial sem justificativa da comprovada inviabilidade de utilização da modalidade eletrônica por parte da autoridade competente, por contrariar o art. 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005;
9.2.3. quando cabível a utilização de ata de registro de preços, a prorrogação de seu prazo de vigência por período superior a um ano, ante o disposto no art. 15, § 3º, inciso III, da Lei 8.666/1993;
9.2.4. a realização de procedimento licitatório sem orçamento detalhado em planilha de serviços, quantitativos e custos unitários, contrariando o art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993.
9.3. dar ciência à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro de que é irregular a adesão a ata de registro de preços de outra unidade em detrimento da promoção de licitação própria sem justificativa devidamente fundamentada em pesquisa de preços que comprove a vantagem da adesão, como observado em relação à ata de registro de preços 103/2009 - Sesdec/RJ, por contrariar o disposto no art. 8º do Decreto 3.931/2001 (atual art. 22 do Decreto 7.892/2013);
9.4. recomendar ao Ministério da Saúde que apure o eventual saldo de recursos (não aplicados) que haviam sido repassados ao município do Rio de Janeiro para implantação da UPA 24h e do conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde, e, em caso afirmativo, adote as providências necessárias para estorno dos valores ao Fundo Nacional de Saúde, acrescidos da correção legal;
9.5. determinar ao Ministério da Saúde que dê ciência às unidades da Federação beneficiárias de incentivos financeiros para construção de UPAs e aos respectivos tribunais de contas sobre as irregularidades constatadas, neste processo, na ata de registro de preços 103/2009 - Sesdec/RJ, no sentido de que se evitem ocorrências futuras e se adotem as providências cabíveis caso tenha havido contratações por meio de adesão a essa ata;
9.6. encaminhar cópia deste acórdão aos seguintes órgãos:
9.6.1. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
9.6.2. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro;
9.6.3. Tribunal de Contas do Distrito Federal;
9.6.4. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
9.6.5. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
9.7. encaminhar cópia deste acórdão ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, e ao procurador-geral da República, em referência ao Inquérito 3.799 (Ofício STF 13.889/2014, de 5/5/2014);
9.8. cientificar o ministro da Saúde a respeito deste acórdão, em atendimento ao art. 198, parágrafo único, do Regimento Interno;
9.9. juntar cópia deste acórdão ao processo de prestação de contas da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde relativo ao exercício de 2015 (TC 000.862/2017-7).

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2290-41/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2291/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-020.816/2013-8.
1.1. Apenso: TC-025.716/2009-2.
2. Grupo: II - Classe: IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Dulce Dirclair Huf Bais, CPF 255.224.859-49; Henôr Vatson Heler Júnior, CPF 002.511.496-41; João Paulo Balsini, CPF 970.035.579-91; Manoel Carlos Neri da Silva, CPF 350.306.582-20; Maria Olímpia da Silva Pereira, CPF 015.058.187-45; F.L.S. Tecnologia Ltda., CNPJ 03.898.466/0001-44; Hanenna Oliveira da Silva Marques, CPF 622.633.742-72.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Enfermagem - Cofen.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades técnicas: 2ª Secex (extinta), Sefti e Selog.
8. Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas, OAB/DF 18.596; Jonas Cecílio, OAB/DF 14.344; Luiz Antônio Beltrão, OAB/DF 19.773; Luiz Gustavo Barreira Muglia, OAB/DF; Reilos Monteiro, OAB/DF 22.612; Ulisses Riedel de Resende, OAB/DF 968; Agnes Viana Rezende, OAB/DF 42.512; e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, oriunda da conversão, por força do Acórdão 4918/2013 - TCU - 1ª Câmara, da Representação constante do TC-025.716/2009-2, apresentada pela então 2ª Secex, em razão de indicativos de irregularidades nos procedimentos com vistas à contratação, pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de informática, compreendendo suporte técnico, desenvolvimento do novo sistema de gestão em Java, na plataforma J2EE, e treinamento técnico,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas dos Srs. Henôr Vatson Heler Júnior, então Gerente de Projetos do Cofen, Dulce Dirclair Huf Bais, Presidente do Cofen no período de 23/4/2006 a 22/10/2007, Maria Olímpia da Silva Pereira, então Presidente da comissão Permanente de Licitação do Cofen, João Paulo Balsini, então Presidente da Comissão Especial de Licitação do Cofen, e Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Cofen no período de 23/10/2007 a 22/4/2009, e da empresa F.L.S. Tecnologia Ltda., condenando-os em débito, consoante a seguir discriminado, e fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até as datas dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.1.1. solidariamente, o Sr. Henôr Vatson Heler Júnior e a empresa F.L.S. Tecnologia Ltda., pelas seguintes quantias de débitos, abatidos os créditos também indicados:

Valor apurado (R$)	Débito/Crédito	Data da ocorrência	Valor apurado (R$)	Débito/Crédito	Data da ocorrência
1.252,62	Crédito	10/3/2008	1.692,35	Débito	30/4/2008
15.947,23	Débito	30/4/2008	14.617,15	Débito	11/6/2008
6.582,43	Débito	4/7/2008	145,69	Crédito	12/8/2008
2.105,32	Crédito	12/9/2008	1.955,62	Crédito	10/10/2008
1.545,77	Débito	6/11/2008	1.095,08	Crédito	11/12/2008
134,48	Débito	15/1/2009	1.630,62	Débito	11/2/2009
2.905,82	Débito	6/3/2009	284,18	Débito	8/4/2009
1.959,62	Débito	8/5/2009	499,51	Débito	5/6/2009
1.035,04	Débito	10/7/2009	330,61	Crédito	12/8/2009
33,62	Crédito	8/9/2009	424,27	Crédito	8/10/2009
62,44	Crédito	18/11/2009	37,62	Crédito	24/2/2010
30,42	Crédito	24/2/2010	10,41	Débito	29/4/2010
20,81	Crédito	29/4/2012			

9.1.2. solidariamente, as Sras. Dulce Dirclair Hub Bais e Maria Olímpia da Silva Pereira e a empresa F.L.S. Tecnologia Ltda., pelas seguintes quantias:

Mês de referência	Valor débito (R$)	Data da ocorrência	Mês de referência	Valor débito (R$)	Data da ocorrência
Jul/2007	4.949,00	7/8/2007	Ago/2007	5.110,60	6/9/2007
Set/2007	3.797,60	10/10/2007	Out/2007	5.676,20	9/11/2007
Nov/2007	5.688,32	6/12/2007	Dez/2007	5.752,96	16/1/2008

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300309

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Jan/2008	5.999,40	29/1/2008	Fev/2008	5.765,08	10/3/2008
Mar/2008	5.882,24	30/4/2008	Abr/2008	15.998,40	30/4/2008
Mai/2008	14.632,88	11/6/2008	Jun/2008	12.976,48	4/7/2008

9.1.3. solidariamente, a Sra. Maria Olímpia da Silva Pereira e a empresa F.L.S. Tecnologia Ltda., pelas seguintes quantias:

Mês de referência	Valor débito (R$)	Data da ocorrência	Mês de referência	Valor débito (R$)	Data da ocorrência
Jul/2008	8.957,19	6/11/2008	Nov/2008	10.720,97	11/12/2008
Set/2008	10.271,38	6/11/2008	Dez/2008	9.303,03	15/1/2009
Ago/2008	9.804,50	6/11/2008	Jan/2009	9.752,62	11/2/2009
Out/2008	9.229,54	6/11/2008			

9.1.4. a empresa F.L.S. Tecnologia Ltda., pelas seguintes quantias:

Mês de referência	Valor débito (R$)	Data da ocorrência	Mês de referência	Valor débito (R$)	Data da ocorrência
Fev/2009	8.386,56	6/3/2009	Mar/2009	9.890,96	8/4/2009
Abr/2009	9.942,83	8/5/2009	Mai/2009	9.337,62	5/6/2009
Jun/2009	9.441,37	10/7/2009	Jul/2009	10.115,75	12/8/2009
Ago/2009	8.715,11	8/9/2009	Set/2009	8.317,39	8/10/2009
Out/2009	5.637,15	18/11/2009	Nov/2009	8.628,65	24/2/2010
Dez/2009	9.749,69	24/2/2010	Jan/2010	8.284,97	29/4/2010
Fev/2010	7.729,47	29/4/2010	Mar/2010	8.749,69	11/8/2010

9.2. aplicar aos responsáveis Henôr Vatson Heler Júnior, Dulce Dirclair Huf Bais e Maria Olímpia da Silva Pereira e a empresa F.L.S. Tecnologia Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores constantes do quadro a seguir, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), os recolhimentos das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até as dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor da multa (R$)
Henôr Vatson Heler Júnior	15.000,00
Dulce Dirclair Huf Bais	30.000,00
Maria Olímpia da Silva Pereira	30.000,00
F.L.S. Tecnologia Ltda.	60.000,00

9.3. aplicar a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, individualmente aos responsáveis abaixo indicados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor da multa (R$)
Manoel Carlos Néri da Silva	5.000,00
João Paulo Balsini	5.000,00
Hanenna Oliveira da Silva Marques	5.000,00

9.4. determinar ao Conselho Federal de Enfermagem que, expirados os prazos previstos nos itens 9.1 a 9.3 sem manifestação dos responsáveis ali referidos, implemente o desconto parcelado das dívidas nas folhas de pagamento daqueles que ainda forem seus funcionários, observando o limite máximo de desconto previsto na legislação pertinente e estipulando percentual mínimo, com o intuito de evitar descontos mensais irrisórios, nos termos da jurisprudência deste Tribunal (Decisão 518/2002 e Acórdãos 269/2002, 280/2002 e 870/2004, todos do Plenário), ressalvando-se a possibilidade de, caso se identifique que os descontos em folha de pagamento serão insuficientes para quitação da dívida, vir-se a requerer a suspensão dos descontos, a fim de que a competente cobrança judicial seja promovida (conforme precedente do Acórdão 1960/2014 - TCU - 1ª Câmara);

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações e se inviável ou infrutífera a providência constante no item precedente;

9.6. determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão:

9.6.1. aos responsáveis;

9.6.2. ao Conselho Federal de Enfermagem - Cofen;

9.7. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno, remeter cópia da documentação pertinente à Procuradoria da República no Distrito Federal, para o ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2291-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO 2292/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.973/2003-2.

1.1 Apenso: 010.940/2005-0.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas.

3. Unidade: Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça - CGL/MJ.

4. Responsáveis: Cardoso Borges Engenharia Ltda. (38.037.602/0001-96); Celia Maria da Silva (215.119.771-91); Cesar Cardoso Borges (245.787.971-04); Geisa Adriana Vieira Costa (770.263.301-87); Iramar Duarte (215.102.371-00); João da Cruz Naves (112.730.971-49); Johaness Eck (006.583.638-32); Leônidas Pereira Santos (145.039.131-15); Lilian de Azevedo Gonçalves (153.307.881-53); Luciana Gozzi (151.231.668-74); Luzia Rocha da Silva (424.420.446-68); Roseni Moreira Teixeira (373.306.911-00); Welma José Alvarenga (212.881.941-53).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa.

8. Representação Legal: Jonas Sidnei Santiago de Medeiros Lima (OAB/DF 12.907), Delza Curvello Rocha (OAB-SP 18.108), Ulisses Borges de Resende (OAB-DF 4.595), Bruno Paiva Gouveia (OAB-DF 30.522) e Márcia Helena de carvalho (OAB-DF 36.277).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas da Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça - CGL/MJ, concernente ao exercício de 2002.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. João da Cruz Naves, Leônidas Pereira Santos e da Sra. Lilian de Azevedo Gonçalves e da empresa Cardoso Borges Engenharia Ltda., nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, referentes à inadequação dos serviços de impermeabilização da laje do edifício sede do Ministério da Justiça, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até o efetivo pagamento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
04/09/2002	527.584,60
12/03/2003	447.073,29

9.2. aplicar, individualmente, a multa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, à empresa Cardoso Borges Engenharia Ltda. e aos Srs. João da Cruz Naves, Leônidas Pereira Santos e Lilian de Azevedo Gonçalves, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23 da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas dos Srs. Johaness Eck, Celia Maria da Silva, Welma José Alvarenga, Luciana Gozzi, Roseni Moreira Teixeira, Geisa Adriana Gonçalves Vieira, Luzia Rocha da Silva, Iramar Duarte, Cesar Cardoso Borges, dando-lhes quitação plena;

9.6. dar ciência à Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça - CGL/MJ sobre as seguintes impropriedades/falhas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência semelhantes :

9.6.1. inobservância da modalidade de licitação obrigatória para a contratação e execução de serviço de engenharia sem respaldo contratual, identificadas nos Contratos 12/2002 e 37/2002, o que afronta o disposto nos arts. 2°, 7°, 23 e 24 da Lei 8.666/1993 e 37, inciso XXI, da Constituição Federal/1988;

9.6.2. manutenção de contrato com fornecedor por prazo superior ao legalmente admitido, constatada nos Contratos 12/2002 e 37/2002, em desatendimento ao contido no art. 57 da Lei 8.666/1993;>d -H/10<

9.6.3. pagamentos sem cobertura contratual e sem enquadramento nos acréscimos permitidos, observados no contrato 12/2002, em confronto aos arts. 54, §2°, e 62 da Lei 8.666/1993;

9.6.4. alteração sem respaldo legal do valor global do contrato, identificada no Contrato 12/2002, o que afronta o disposto no art. 65, §§ 1° e 2°, da Lei 8.666/93;

9.6.5. ausência de documentação hábil para comprovar a regular utilização de diárias, em descumprimento ao contido no art. 59, parágrafo único, da Lei 8.112/1990;

9.7. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, e à Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça, para ciência.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2292-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2293/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.133/2011-3.

1.1. Apenso: TC 031.017/2008-9

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Almir Silva Paixão (CPF 926.591.958-20); Claudio Tucci (CPF 118.940.328-53); Emi Kiuchi (CPF 119.619.451-34); Fundação Cândido Rondon (CNPJ 04.202.329/0001-96); Fundação Atech (CNPJ 01.710.917/0001-42); Interprint Ltda. (CNPJ 42.123.091/0001-00); Ivan Gibim Lacerda (CPF 734.592.837-34); João Batista Mendes (CPF 209.816.431-91); José Dirceu Galão (CPF 085.319.009-72); Mirgon Eberhardt (CPF 446.136.951-04); Novadata Sistemas e Computadores S.A. (CNPJ 51.754.240/0016-07); Pedro Alberto da Silva Alvarenga (CPF 715.462.948-72).

4. Entidade: Estado do Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex/MS).

8. Representação legal:

8.1. Luiz Piauhylino de Mello Monteiro (1296/A/OAB-DF) e outros, representando a Interprint Ltda.

8.2. Bruna Silveira Sahadi (40.606/OAB-DF) e outros, representando a Fundação Atech.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial autuada a partir da conversão do processo de representação (TC-031.017/2008-9), por força do Acórdão 1.280/2011-TCU-2ª Câmara (Relação nº 6/2011), diante de diversas irregularidades na implantação de sistema informatizado de tratamento de digitais (AFIS) por intermédio da celebração de diversos convênios entre a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o Estado do Mato Grosso do Sul;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. lvan Gibim Lacerda, pela Fundação Atech e pela Fundação Cândido Rondon, além de rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Almir Silva Paixão (com exceção das alegações de defesa inerentes ao Convênio nº 53/2001 que devem ser avaliadas no julgamento do TC 016.017/2017-0);

9.2. julgar irregulares as contas de Almir Silva Paixão e de Ivan Gibim Lacerda, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-los, solidariamente com a Fundação Atech e a Fundação Cândido Rondon, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas indicadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Segurança Pública;

9.2.1. Almir Silva Paixão, Ivan Gibim Lacerda e Fundação Atech, pelo débito proveniente das irregularidades na gestão dos recursos federais transferidos à conta dos Convênios nºs 92/2000, 93/2000 e 95/2000:

Data	Valor (R$)
16/02/2001	592.308,00

9.2.2. Almir Silva Paixão e Fundação Cândido Rondon, pelo débito proveniente das irregularidades na gestão dos recursos federais transferidos à conta do Convenio n° 054/2001:

Data	Valor (R$)
11/6/2002	62.168,10
17/6/2002	19.988,65
9/7/2002	79.954,60

9.3. aplicar aos Srs. Almir Silva Paixão e Ivan Gibim Lacerda e à Fundação Atech e à Fundação Cândido Rondon, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, nos valores a seguir especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional:

Responsável	Valor da multa (R$)
Almir Silva Paixão	350.000,00
Ivan Gibim Lacerda	250.000,00
Fundação Atech	250.000,00
Fundação Cândido Rondon	100.000,00

9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Almir Silva Paixão e Ivan Gibim Lacerda, deixando de lhes aplicar a multa prevista no art. 58 da Lei nº 8.443, de 1992, diante da sua consunção pela multa prevista no art. 57 da mesma lei;

9.5. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por João Batista Mendes, Emi Kiuchi, José Dirceu Galão, Mirgon Eberhardt e Pedro Alberto da Silva Alvarenga, aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 58, incisos II e III, da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional;

9.6. acolher as razões de justificava apresentadas pelo Sr. Cláudio Tucci;

9.7. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela Fundação Cândido Rondon em relação ao questionamento promovido pelo item 1.5.3 do Acórdão nº 1280/2011-TCU-2ª Câmara para, diante da comprovada fraude à licitação, declarar a inidoneidade da aludida entidade para participar, por 5 (cinco) anos, de licitação na administração federal ou de licitações conduzidas pela administração pública dos Estados, do DF e dos Municípios com o aporte de recursos federais, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443, de 1992;

9.8. determinar que a Segecex adote as medidas necessárias para incluir, no plano de fiscalização do TCU, a devida ação de fiscalização e controle destinada a apurar a irregularidade, ou não, da participação de entidades sem fins lucrativos em licitações públicas conduzidas pela administração federal, diante da possível inobservância, ou não, do princípio da isonomia, entre outros princípios e regras aplicáveis às licitações públicas, pela participação dessas entidades nos certames licitatórios com a correspondente redução da respectiva carga tributária, atentando para o disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, e até mesmo para a eventual aplicação, por analogia, do art. 42, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, entre outras disposições legais e regulamentares;

9.9. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.10. autorizar, desde já, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217, §§ 1º e 2º, do RITCU, o pagamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o vencimento da primeira parcela para 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais parcelas a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos devidos, na forma da legislação em vigor, além de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.11. determinar que, em relação ao Convênio nº 53/2001, a Secex/MS adote as seguinte medidas:

9.11.1. promova a juntada, por cópia, de todas as peças do presente feito aos autos do TC 016.017/2017-0 com vistas a permitir que o TCU realize o oportuno julgamento das contas inerentes à gestão dos recursos federais aportados pelo Convênio nº 53/2001, devendo a unidade técnica atentar para a exata delimitação das responsabilidades do Sr. Almir Silva Paixão e do Sr. Dagoberto Nogueira Filho, conforme os correspondentes atos de gestão, com o preciso detalhamento de cada ato de gestão e os correspondentes dos danos ao erário, considerando, especialmente, que a celebração do referido Convênio nº 53/2001 se deu sob a gestão do Sr. Almir Silva Paixão, ao tempo em que o encerramento da vigência desse ajuste ocorreu na gestão do Sr. Dagoberto Nogueira Filho;

9.11.2. promova, no âmbito do aludido TC 016.017/2017-0, a análise das responsabilidades de Almir Silva Paixão e de Dagoberto Nogueira Filho, em conjunto com a Novadata Sistemas e Computadores S.A. e a Interprint Ltda., no que concerne às irregularidades apontadas sobre a condução do Convênio nº 53/2001 celebrado entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJ) e a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul (Sejusp/MS), ficando autorizada, desde já, a citação do Sr. Dagoberto Nogueira Filho em relação às irregularidades apontadas no âmbito do referido TC 016.017/2017-0, sem prejuízo da adicional notificação dos demais responsáveis para, querendo, se manifestarem suplementar e novamente sobre as falhas apontadas em relação ao referido Convênio nº 53/2001, diante dos indícios de dano ao erário pelos seguintes valores:

Data	Valor (R$)
5/2/2003	2.570.309,48
5/2/2003	257.010,18
5/2/2003	304.127,46
5/2/2003	28.842,54
25/4/2003	122.746,38
25/4/2003	11.640,90

9.12. determinar à Secex/MS que promova diligência junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, apresente todas as informações sobre a análise das prestações de contas do Convênio nº 91/2000 e do Convênio nº 94/2000, devendo a unidade técnica autuar processo específico de representação para apurar a eventual irregularidade na execução desses ajustes;

9.13. determinar que o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União adotem as providências cabíveis para o efetivo cumprimento do item 9.7 deste Acórdão;

9.14. enviar a cópia deste Acórdão aos seguintes destinatários:

9.14.1. Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis;

9.14.2. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, além do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, para o cumprimento da determinação contida no item 9.13 deste Acórdão;

9.14.3. Ministério da Justiça e Segurança Pública, para o cumprimento da determinação contida no item 9.13 deste Acórdão; e

9.15. informar que o presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, esclarecendo que, caso requerido, o Tribunal irá fornecer cópias em papel, sem qualquer custo adicional, aos seguintes destinatários:

9.15.1. Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - Senasp/MJ;

9.15.2. Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul - Sejusp/MS;

9.15.3. Fundação Atech;

9.15.4. Fundação Cândido Rondon;

9.15.5. Novadata Sistemas e Computadores S.A.;

9.15.6. Interprint Ltda.; e

9.15.7. demais responsáveis arrolados no item 3 deste Acórdão.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2293-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO N. 2294/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 031.586/2015-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carlos Vuyk de Aquino (967.646.868-15), Fernando Cesar Pereira Santos (662.127.587-00), José Roberto Machado e Silva (440.443.567-34), Juniti Saito (007.990.250-20), Luiz Anesio de Miranda (345.019.597-20), Luiz Paulo Moraes da Silveira (469.474.428-34), Marco Aurélio Gonçalves Mendes (449.425.758-34), Ronaldo Yuan (729.310.277-15) e Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo - CTCEA (05.979.994/0001-53).

4. Entidades: Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Aeronáutica - Decea, Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro - Pame/RJ e Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo - Ciscea.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e Segurança Pública.

8. Representação Legal dos Srs. José Roberto Machado e Silva, Marco Aurélio Gonçalves Mendes, Ronaldo Yuan, Fernando Cesar Pereira Santos, Juniti Saito e Carlos Vuyk de Aquino: Annalina Cavicchiolo Trigo e Ana Flávia Lopes Braga, Procuradoras da Fazenda Nacional; Camilla Araújo Soares da Silva, Rafael Ribeiro Rosa e Valdemar Carvalho Junior, Advogados da União.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial resultante da conversão da Auditoria versada no TC 018.459/2014-5, alusiva à celebração de termos de parceria entre o Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Aeronáutica - Decea e suas unidades subordinadas e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. considerar elidido o indício de débito referente a realização de despesas estranhas a execução dos termos de parceria e reconverter o presente processo para relatório de auditoria;

9.2. determinar ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo que oriente suas unidades subordinadas a ajustar os termos de parceria para incluir cláusula que exija que a Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo apresente memória de cálculo do rateio das despesas realizadas nas contas administração central e institucional, de modo a possibilitar, no âmbito de cada instrumento pactuado, a comprovação da conformidade da aplicação dos recursos;

9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo que encaminhem conjuntamente a este Tribunal, no prazo de noventa dias, consolidando também as posições relativas às suas unidades subordinadas, plano de ação informando as providências que serão adotadas com vistas a adequar seus termos de parceria vigentes, bem como os que serão celebrados, à legislação em vigor, com ênfase especialmente na estrita execução de atividades previstas nos incisos do art. 3º da Lei 9.790/1999, o qual, de forma a não prejudicar as atividades afetas ao controle do tráfego aéreo, deverá contemplar a substituição paulatina dos empregados de Oscips que desempenhem atividades inerentes à atuação finalística das unidades jurisdicionadas e conter, no mínimo, as ações a serem tomadas, os responsáveis por elas e os prazos de implementação;

9.4. determinar à Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública que monitore o cumprimento desta decisão;

9.5. dar ciência deste Acórdão aos responsáveis, ao Comando da Aeronáutica, ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Aeronáutica - Decea, à Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo - Ciscea, ao Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro - Pame/RJ e ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica - Cenciar;

9.6. encerrar o presente processo.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2294-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues e Benjamin Zymler.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho (Revisor).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2295/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.014/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ministério do Turismo e Prefeitura Municipal de Guaraíta - GO (26.873.059/0001-88)

3.2. Responsáveis: Airton Nogueira Pereira Junior (614.247.147-53); Cenarium Consultoria, Projetos e Eventos Ltda (05.596.993/0001-20); Claudia Gomes de Melo (478.061.091-53); Conhecer Consultoria e Marketing Ltda (07.046.650/0001-17); Luiz Henrique Peixoto de Almeida (058.352.751-53); Mario Augusto Lopes Moyses (953.055.648-91); Marta Feitosa Lima Rodrigues (232.407.093-68); Premium Avança Brasil (07.435.422/0001-39); Vinícius Rodrigues Produções e Eventos Ltda (07.373.501/0001-62).

4. Órgão: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Representação legal :

8.1. Anderson Medeiros Bonfim (315.185/OAB-SP) e outros, representando Mario Augusto Lopes Moyses.

8.2. Lindomar Fernandes de Azevedo, representando Prefeitura Municipal de Guaraíta - GO.

8.3. Jairo Pacheco da Silva (280.022/OAB-GO), representando Vinícius Rodrigues Produções e Eventos Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, contra a associação Premium Avança Brasil e sua presidente, Cláudia Gomes de Melo, em razão da não aprovação da prestação de contas relativa ao Convênio 703524/2009, celebrado com o objetivo de apoiar ao evento "Arraiá na Chapada dos Veadeiros";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis para todos os efeitos a entidade Premium Avança Brasil (CNPJ 07.435.422/0001-39) e as empresas Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. - ME (CNPJ 07.046.650/0001-17) e Cenarium (CNPJ 05.596.993/0001-20), bem como o senhor Luís Henrique Peixoto de Almeida (CPF 058.352.751-53) e a Sra. Claudia Gomes de Melo (CPF 478.061.091-53), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos dos arts. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 e 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. excluir do rol de responsáveis arrolados neste processo as empresas Cenarium (CNPJ 05.596.993/0001-20) e Vinícius Rodrigues Produções e Eventos Ltda. ME (07.373.501/0001-62);

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, as contas de Premium Avança Brasil (CNPJ 07.435.422/0001-39), Cláudia Gomes de Melo (CPF 478.061.091-53), Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. - ME (CNPJ 07.046.650/0001-17) e Luís Henrique Peixoto de Almeida (CPF 058.352.751-53), condenando-os, em regime de solidariedade, ao pagamento da importância de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), atualizada monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir de 28/8/2009, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Tesouro Nacional;

9.4. aplicar aos responsáveis a seguir identificados, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores especificados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da respectiva quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente entre a data do presente acórdão e a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Premium Avança Brasil, R$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil reais);

9.4.2. Cláudia Gomes de Melo, R$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil reais);

9.4.3. Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. - ME, R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais);

9.4.4. Luís Henrique Peixoto de Almeida, R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais);

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. considerar graves as infrações cometidas por Cláudia Gomes de Melo;

9.7. aplicar à Cláudia Gomes de Melo a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 6 (seis) anos, com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.8. solicitar à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito, nos termos do art. 61 da Lei 8.443/1992;

9.9. determinar à Secex-GO que analise as audiências realizadas nos presentes autos no TC 013.668/2016-6;

9.10. encaminhar cópia do acórdão aos responsáveis, ao interessado, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, para ajuizamento das ações penais e civis que entender cabíveis, e ao Município de Guaraíta/GO.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2295-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2296/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.231/2009-7.

1.1. Apenso: 018.648/2013-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (em Prestação de Contas)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (15.461.510/0001-33)

3.2. Responsáveis: Ademar Macedo dos Santos (108.020.021-53); Alfredo Vicente Pereira (108.906.881-68); Amancio Rodrigues da Silva Júnior (827.614.268-00); Amaury de Souza (932.360.938-20); Andreia Costa Maldonado (781.051.611-68); Antonio Firmino de Oliveira Neto (298.134.761-68); Artemisia Mesquita de Almeida (102.437.633-87); Aurelio Ferreira (051.461.781-00); Carla Muller (312.939.051-00); Carlos Martins Júnior (003.618.278-81); Cauan Gama Cabral (019.155.051-51); Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento (178.487.251-20); Celio Vieira Nogueira (239.033.252-87); Cesar Ayala Magalhães (067.512.768-85); Cezar Augusto Carneiro Benevides (498.962.617-68); Cicero Lacerda Faria (039.452.601-59); Claudio Cesar da Silva (367.818.351-49); Cristiane de Paula Gravena Barros (273.915.598-06); Célia Maria Silva Corrêa Oliveira (018.751.938-20); Dulce Maria Tristao (164.380.271-20); Edna Batista (079.993.968-42); Eduardo Velasco de Barros (030.825.711-15); Elcio Roberto Queiroz Campos (140.301.101-00); Erivan da Silva (337.838.531-68); Everton da Silva Neiro (884.973.999-00); Fabrício Simplicio Maia (038.837.886-78); Fernando Massamori Asato (106.592.771-15); Flavio Dantas dos Santos (073.582.291-34); Gilberto Begena (174.789.369-20); Gualberto Nogueira de Leles (085.946.608-63); Gustavo José Remião Maciel (007.358.920-91); Gustavo de Faria Theodoro (253.939.188-52); Harildo Escolastico da Silva (108.222.241-00); Italo Milhomem Santos Zikemura (018.919.311-56); Ivan Ferreira Domingues (143.610.271-53); Ivonete Bitencourt Antunes Bittelbrunn (572.359.021-91); Jair Marcos Moreira (322.555.941-53); Jair Vicente de Oliveira (070.466.771-15); Jair de Oliveira Souza (139.181.681-15); Joao Jair Sartorelo (332.982.548-00); Jodenir Calixto Teixeira (528.863.101-82); Jose Antonio Menoni (005.231.588-66); José Augusto Santana (254.761.737-49); João Ricardo Filgueiras Tognini (365.302.201-00); Leandro Sauer (397.793.940-87); Lenice Carrilho de Oliveira Moreira (200.396.111-91); Luci Galharte Pinto (102.681.111-20); Lucia Regina Vianna Oliveira (164.377.801-34); Luiz Carlos de Mesquita (776.688.398-87); Luiz Mário Franca (677.167.258-15); Manoel Catarino Paes Pero (051.554.601-15); Marcelo Gomes Soares (777.024.251-72); Marco Aurelio Machado de Oliveira (390.946.341-04); Marco José Santos Silva (910.290.901-49); Maria Zenilda Inacio Cintra (068.203.791-53); Marize Terezinha Lopes Pereira Peres (293.414.859-91); Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos (271.897.321-87); Roberto Assad Pinheiro Machado (642.834.707-59); Ronaldo Alves Ferreira (558.742.741-20); Ronaldo Rodrigues (202.161.731-91); Rosa Maria Fernandes de Barros (430.736.207-10); Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra (466.461.591-49); Rosana Mara Giordano de Barros (073.790.211-68); Sabina Avelar Koga (164.393.841-04); Sandra Regina Camargo (321.650.641-04); Sebastião Luiz de Mello (142.501.011-34); Silmar de Fatima Lima Ramos (322.022.611-68); Silvia Regina Nascimento Ribeiro (489.233.381-68); Sinai Rodrigues da Silva (271.701.791-72); Sival Ribeiro de Resende (543.701.671-91); Sylvio de Oliveira Filho (034.122.798-62); Valdir Souza Ferreira (); Vilma Eliza Trindade (162.479.491-20); Vlademir Sergio Bondarczuk (447.918.601-87); Yara Maria Passos Viana (173.419.571-15)

3.3. Recorrente: Sebastião Luiz de Mello (142.501.011-34).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

8. Representação legal :

8.1. Maria Henriqueta de Almeida (4364-B/OAB-MS), representando Sebastião Luiz de Mello.

8.2. Gustavo Cortes de Lima (10969/OAB-DF) e outros, representando Rosa Maria Fernandes de Barros, Fernando Massamori Asato e Manoel Catarino Paes Pero.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recurso de reconsideração interposto por Sebastião Luiz de Mello, contra o Acórdão 1521/2013-TCU-Plenário, alterado pelo Acórdão 1001/2015-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inc. I, e 33, da Lei 8.443, de 1992 em:

9.1. conhecer do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os exatos termos do acórdão recorrido.

9.2. dar ciência à FUFMS que os subitens 9.7 e 9.8 do acórdão recorrido já autorizam o parcelamento da dívida decorrente da multa aplicada ao Senhor Fernando Massamori Asato, se solicitado, bem como o desconto integral ou parcelado das dívidas nas remunerações do responsável, observado o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei 8.112/1990; e

9.3. dar ciência da presente deliberação ao recorrente e à FUFMS.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2296-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2297/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.436/2014-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (em Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Alfredo Ferreira dos Santos Filho (007.620.227-52); Carlos Daniel Mesquita Mota (19.801.098/0001-04); Eva Costa Farias Mota (19.829.970/0001-22); Mateus de Mesquita Mota (19.840.296/0001-87)

3.2. Recorrente: Alfredo Ferreira dos Santos Filho (007.620.227-52).

4. Órgão/Entidade: 23º Batalhão de Caçadores.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Alfredo Ferreira dos Santos Filho em face do Acórdão 678/2017 - TCU - Plenário, em que este Tribunal apreciou pedido de reexame, tendo decidido pelo não conhecimento do recurso, então considerado intempestivo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do

Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos, para, excepcionalmente, dar-lhes provimento e tornar insubsistente o Acórdão 678/2017 - TCU - Plenário;

9.2. conhecer do pedido de reexame apresentado por Alfredo Ferreira dos Santos Filho e encaminhar os autos à Serur para instrução do feito;

9.3. encaminhar cópia do acórdão ao embargante.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2297-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2298/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.891/2013-1.

1.1. Apenso: 005.257/2010-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Arapuan Comercio Representações e Serviços Ltda. (03.086.588/0001-36); Carlos Alberto Batinga Chaves (048.720.104-34); Deczon Farias da Cunha (133.369.674-49); Heleno Batista de Morais (323.183.164-49); Maria da Luz Felipe da Cunha (181.893.504-04); Maria das Neves Fernandes (025.362.034-17); Maria de Lourdes Aragão Cordeiro (020.693.184-00); Severina Gomes do Nascimento (010.024.534-02); Uilza Farias da Cunha (395.452.454-68)

3.3. Recorrentes: Maria de Lourdes Aragão Cordeiro (020.693.184-00); Carlos Alberto Batinga Chaves (048.720.104-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Monteiro - PB.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Representação legal :

8.1. Rodrigo Lima Maia (14.610/OAB-PB) e outros, representando Maria de Lourdes Aragão Cordeiro.

8.2. Newton Nobel Sobreira Vita (10204/OAB-PB), Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233/OAB-PB) e outros, representando Carlos Alberto Batinga Chaves.

8.3. Djânio Antônio Oliveira Dias (8737/OAB-PB), representando Heleno Batista de Morais.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por Carlos Alberto Batinga Chaves e Maria de Lourdes Aragão Cordeiro contra o Acórdão 188/2016 - Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares, condenando-os ao pagamento do débito apurado e multa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2298-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2299/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 023.312/2011-4

2. Grupo II - Classe I - Agravo.

3. Agravante: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras.

4. Unidades: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, Transportadora Associada de Gás S/A - TAG e Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Revisor: ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Carolina Bastos Lima Brum (OAB/RJ 135.073), Daniel Marinho de Oliveira (OAB/RJ 113.745) e outros representando Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este agravo, interposto pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras contra despacho que conheceu de pedido de reexame interposto pela empresa, sem efeito suspensivo, e restituiu os autos à Secretaria de Recursos - Serur para análise de mérito daquele apelo.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 289 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do agravo e negar-lhe provimento;

9.2. determinar à Secretaria de Recursos que dê continuidade ao exame do pedido de reexame interposto pela Petrobras;

9.3. dar ciência deste acórdão à agravante.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2299-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro que não participou da votação: Walton Alencar Rodrigues.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Revisor) e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2300/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.521/2017-7

2. Grupo II - Classe V - Monitoramento.

3. Responsável: João Bosco de Moraes (CPF 161.458.601-20).

4. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso - Secex/MT.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento para verificação do cumprimento dos subitens 1.8.4.1 a 1.8.4.5 do acórdão 237/2016 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fulcro no art. 169, incisos I e V, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar cumpridos os subitens 1.8.4.1 a 1.8.4.4 do acórdão 237/2016 - Plenário, com a ressalva de que a análise da economicidade prevista na parte final do subitem 1.8.4.4 deve ser apurada no âmbito do TC 004.061/2017-9;

9.2. considerar sem efeito a determinação do subitem 1.8.4.5 do referido acórdão ante a perda de objeto;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão ao superintendente regional do Incra no estado de Mato Grosso;

9.4. apensar os presentes autos ao processo originário, TC 031.641/2012-1.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2300-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2301/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.330/2013-5

1.1. Apensos: TC 031.528/2015-5 e TC 031.530/2015-0

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Marco Antônio Lacerda Brito (CPF 115.709.545-34).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Itororó/BA.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Ana Maria Ferraz Cardoso (OAB/BA 36.443).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o recurso de revisão interposto por Marco Antônio Lacerda Brito, ex-prefeito de Itororó/BA, contra o acórdão 3.427/2014 - 1ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, 35 e 58, I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 288, § 4º, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão e dar-lhe provimento parcial;

9.2. julgar irregulares as contas do recorrente, aplicar-lhe a multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.3. tornar insubsistentes os subitens 9.2 e 9.3 do acórdão 3.427/2014- 1ª Câmara;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão ao recorrente, à Fundação Nacional de Saúde e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2301-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2302/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 016.905/2002-3

1.1. Apensos: TC 034.816/2015-1 e TC 019.678/2015-0

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Emerson Fernandes Daniel Júnior (CPF 074.212.814-87).

4. Unidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Henry Rossdeutscher (OAB/SC 15.289) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, interpostos por Emerson Fernandes Daniel Júnior contra o acórdão 1.225/2017 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte; e

9.3. encaminhar os autos à Secretaria de Recursos, para que examine o documento nominado "pedido de reexame" à peça 86.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2302-41/17-P.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300313

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2303/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 033.123/2010-1

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Recorrente: Eudoro Walter de Santana (CPF 001.522.423-68).

4. Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: André Luiz de Souza Costa (OAB/CE 10.550) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, interpostos por Eudoro Walter de Santana contra o acórdão 1.564/2017 - Plenário, que negou provimento a agravo contra despacho que não conhecera de recurso de reconsideração.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2303-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2304/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC nº 006.739/2011-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Cultura.

3.2. Responsáveis: Prefeitura Municipal de Itapuranga - GO (CNPJ nº 01.146.604/0001-03) e Wagner Camargo Júnior (CPF nº 332.149.641-00).

3.3. Recorrente: Prefeitura Municipal de Itapuranga - GO (CNPJ nº 01.146.604/0001-03).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Itapuranga - GO.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Representação legal:

8.1. Gary Elder da Costa Chaves (13.983/OAB-GO) e outros, representando a Prefeitura Municipal de Itapuranga - GO;

8.2. Regis Antônio Caetano (1.862/OAB-TO), representando Wagner Camargo Júnior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pela Prefeitura Municipal de Itapuranga (GO) contra o Acórdão nº 7.298/2013 - 2ª Câmara, por meio do qual foi julgada tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura, em decorrência do não alcance dos objetivos pactuados no Convênio nº 107/2004 MINC/SE, cujo objeto foi a aquisição de móveis para o Centro Cultural daquela municipalidade (520 cadeiras para auditório, uma mesa para auditório e quatro sofás),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer deste recurso de revisão, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. reduzir o débito atribuído ao Município de Itapuranga (GO), por meio do subitem 9.2. do acórdão ora recorrido, de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) para R$ 67.768,36 (sessenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos);

9.3. manter inalterados os demais dispositivos do mencionado acórdão;

9.4. dar ciência deste acórdão à recorrente, ao Ministério da Cultura e à Procuradoria da República no Estado de Goiás.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2304-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2305/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.362/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. (25.707.134/0001-78); José Francisco das Neves (062.833.301-34), Ulisses Assad (008.266.408-00), José Américo Cajado de Azevedo (548.198.066-53); Francisco Elísio Lacerda (036.082.658-05), Luiz Carlos Oliveira Machado (222.706.987-20), Maria Estella Filardi (348.592.927-15), Bruno Von Bentzeen Rodrigues (627.535.926-91), André Von Bentzeen Rodrigues (549.140.786-00), José dos Passos Nogueira (212.729.646-04), Francisco Zacarias Cordeiro de Miranda (373.207.187-15), STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (88.849.773/0001-98).

4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

8. Representação legal:

8.1. Silvia Regina Schmitt (58372/OAB-RS) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força do Acórdão 1.498/2015-Plenário, em razão do superfaturamento identificado no Contrato 60/2009, cujo objeto foi a execução dos serviços remanescentes da construção do lote 4 da Ferrovia Norte-Sul (FNS), em trecho de 108 km situado entre o Pátio de Santa Izabel (GO) e o Pátio de Uruaçu (GO), pactuado com a empresa SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. decretar cautelarmente, com fundamento no art. 44, § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 273 e 274 do Regimento Interno deste Tribunal, pelo prazo de um ano, a indisponibilidade de bens dos responsáveis a seguir relacionados, devendo esta medida alcançar os bens considerados necessários, para garantir o integral ressarcimento do débito em apuração imputado a cada responsável, nos valores atualizados indicados na tabela a seguir, ressalvados os bens financeiros necessários ao sustento das pessoas físicas e à manutenção das atividades operacionais da pessoa jurídica:

Responsável	CNPJ/CPF	Valor do débito atualizado
José Francisco das Neves	062.833.301-34	R$ 156.379.635,36
Ulisses Assad	008.266.408-00	R$ 156.379.635,36
Luiz Carlos Oliveira Machado	222.706.987-20	R$ 156.379.635,36
Bruno Von Bentzeen Rodrigues	627.535.926-91	R$ 168.490.245,57
André Von Bentzeen Rodrigues	549.140.786-00	R$ 168.490.245,57
SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.	25.707.134/0001-78	R$ 168.490.245,57

9.2. considerar como termo inicial para contagem do prazo fixado no subitem anterior desta deliberação a data de averbação da medida cautelar nos respectivos órgãos de registro dos bens;

9.3. nos termos do art. 276, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal, conceder prazo de até quinze dias, sem efeito suspensivo, aos responsáveis arrolados acima para que se pronunciem, caso queiram, a respeito da adoção da medida cautelar referida no item 9.1, retro;

9.4. em razão de indícios de superfaturamento por preços excessivos apurado no bojo do Contrato 60/2009 e com fundamento nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, §2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno/TCU, determinar a citação solidária dos responsáveis elencados a seguir para que, no prazo de até 60 (sessenta) dias, apresentem alegações de defesa ou recolham aos cofres da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. as quantias abaixo indicadas, com a incidência dos devidos encargos legais, a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente já ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

9.4.1 Ulisses Assad (008.266.408-00), na condição de Diretor de Engenharia da Valec, por aprovar a planilha orçamentária com sobrepreço, estabelecer cláusulas restritivas de habilitação na Concorrência 8/2004 e participar de atos de corrupção e de conluio na licitação que deu origem ao Contrato 60/2009 pactuado com a SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., que resultou em superfaturamento no valor de R$ 65.428.768,93 (data-base novembro de 2004), infringindo os arts. 3º, 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, além de infringir o art. 37 da Constituição Federal e o princípio da economicidade;

9.4.2. José Américo Cajado de Azevedo (548.198.066-53), na condição de Superintendente de Construção da Valec, por elaborar a planilha orçamentária da licitação que deu origem ao Contrato 60/2009 contendo preços superiores aos de mercado, que resultou em superfaturamento no valor de R$ 65.428.768,93 (data-base novembro de 2004), infringindo os arts. 3º, 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, além de infringir o art. 37 da Constituição Federal e o princípio da economicidade;

9.4.3. José Francisco das Neves (062.833.301-34), na condição de Diretor-Presidente da Valec, por ratificar o ato de dispensa de licitação, por assinar o Contrato 60/2009 com preços superiores aos de mercado e por participar de atos de corrupção e de conluio na licitação e na assinatura do Contrato 60/2009, que resultou em superfaturamento no valor de R$ 65.428.768,93 (data-base novembro de 2004), infringindo os arts. 3º e 25, §2º, da Lei 8.666/1993, o art. 37 da Constituição Federal e o princípio da economicidade;

9.4.4. Francisco Elísio Lacerda (036.082.658-05), na condição de Diretor-Administrativo e Financeiro da Valec, por autorizar despesa para assinatura do Contrato 60/2009 pactuado com a SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., contendo preços acima dos de mercado, referente ao remanescente da construção do lote 4 da Ferrovia Norte-Sul, em trecho de 108 km situado entre o Pátio de Santa Izabel (GO) e o Pátio de Uruaçu (GO), que resultou em superfaturamento no valor de R$ 65.428.768,93 (data-base novembro de 2004), infringindo os arts. 25, §2º, e 26 da Lei 8.666/1993;

9.4.5. Maria Estella Filardi (348.592.927-15), na condição de Chefe da Assessoria Jurídica da Valec, por emitir parecer jurídico 040/09-10/RJ-ASJUR e exposição de motivos 006/09 em favor da assinatura do Contrato 60/2009, referente ao remanescente da construção do lote 4 da Ferrovia Norte-Sul, em trecho de 108 km situado entre o Pátio de Santa Izabel (GO) e o Pátio de Uruaçu (GO), que resultou em superfaturamento no valor de R$ 65.428.768,93 (data-base novembro de 2004), infringindo os arts. 25, §2º, e 26 da Lei 8.666/1993;

9.4.6. Luiz Carlos Oliveira Machado (222.706.987-20), na condição de Superintendente de Construção da Valec, por participar de atos de corrupção na execução do Contrato 60/2009, por emitir a Nota Técnica 005/2009-SUCON em favor da assinatura do Contrato 60/2009, bem como por encaminhar planilha orçamentária dos serviços remanescentes contendo itens com sobrepreço, que resultou em superfaturamento no valor de R$ 65.428.768,93 (data-base novembro de 2004), infringindo os arts. 25, §2º, e 26 da Lei 8.666/1993;

9.4.7. Bruno Von Bentzeen Rodrigues (627.535.926-91), na condição de sócio administrador da SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., por participar dos atos de corrupção e de conluio na licitação e na assinatura do Contrato 60/2009, referente ao remanescente da construção do lote 4 da Ferrovia Norte-Sul, em trecho de 108 km situado entre o Pátio de Santa Izabel (GO) e o Pátio de Uruaçu (GO), que resultou em superfaturamento no valor de R$ 65.428.768,93 (data-base novembro de 2004), infringindo os arts. 3º e 25, §2º, da Lei 8.666/1993, o art. 37 da Constituição Federal e o princípio da economicidade;

9.4.8. André Von Bentzeen Rodrigues (549.140.786-00), na condição de sócio-administrador da SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., por anuir com atos de corrupção e de conluio na licitação e na assinatura do Contrato 60/2009, referente ao remanescente da construção do lote 4 da Ferrovia Norte-Sul, em trecho de 108 km situado entre o Pátio de Santa Izabel (GO) e o Pátio de Uruaçu (GO), que resultou em superfaturamento no valor de R$ 65.428.768,93 (data-base novembro de 2004), infringindo os arts. 3º e 25, §2º, da Lei 8.666/1993, o art. 37 da Constituição Federal e o princípio da economicidade;

9.4.9. SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., (25.707.134/0001-78), na condição de contratada da Valec (Contrato 60/2009), por beneficiar-se de atos de corrupção e de conluio na licitação e na assinatura do Contrato 60/2009, referente ao remanescente da construção do lote 4 da Ferrovia Norte-Sul, em trecho de 108 km situado entre o Pátio de Santa Izabel (GO) e o Pátio de Uruaçu (GO), que resultou em superfaturamento no valor de R$ 65.428.768,93 (data-base novembro de 2004), infringindo os arts. 3º e 25, §2º, da Lei 8.666/1993, o art. 37 da Constituição Federal e o princípio da economicidade;

Data da Ocorrência	Débito (R$)
29/01/10	1.783.003,63
01/03/10	540.066,61
30/03/10	1.295.565,62
26/04/10	1.712.717,20
26/05/10	4.526.868,84
28/06/10	8.386.603,12
26/07/10	9.393.745,96
26/08/10	10.193.849,31
27/09/10	9.950.380,17
25/10/10	9.831.600,52
26/11/10	1.390.153,96
23/12/10	4.542.462,10
26/01/11	1.882.301,30
28/02/11	1.930.534,08
28/03/11	1.643.768,70
06/05/11	1.322.904,13
26/05/11	4.101.409,51
27/06/11	3.057.705,26
26/07/11	2.563.173,39
26/08/11	595.091,40
26/09/11	1.877.730,09
26/10/11	582.033,73
28/11/11	144.803,94
06/12/11	4.833,08
26/01/12	10.789,64

9.5. com fundamento nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, §2º, da Lei 8.443/1992 c/c o arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno/TCU, determinar a citação solidária dos responsáveis elencados a seguir para que, no prazo de até 60 (sessenta) dias, apresentem alegações de defesa ou recolham aos cofres da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. a quantia de R$ 7.870.435,56 milhões, atualizada monetariamente a partir das data indicada na tabela a seguir até a data do efetivo recolhimento, representando R$ 12.110.610,21, atualizado até a data 1/9/2017 (peça 46), abatendo-se, na oportunidade, a quantia eventualmente já ressarcida na forma da legislação em vigor:

9.5.1. Francisco Zacarias Cordeiro de Miranda (373.207.187-15), na condição de fiscal do Lote 4, por atestar medições no contrato 60/2009 contendo serviços não conformes (R$ 464.041,06) e serviços não realizados (R$ 7.406.394,50), resultando em superfaturamento no valor de R$ 7.870.435,56 (data-base novembro de 2004), infringindo o disposto nos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, 67, §1º, 70 e 76 da Lei 8.666/1993;

9.5.2. José dos Passos Nogueira (212.729.646-04), na condição de coordenador/supervisor da STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A, por atestar medições no contrato 60/2009, contendo serviços não conformes (R$ 464.041,06) e serviços não realizados (R$ 7.406.394,50), resultando em superfaturamento por qualidade no valor de R$ 7.870.435,56 (data-base novembro de 2004), infringindo o disposto nos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, 67, §1º, 70 e 76, da Lei 8.666/1993;

9.5.3. STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (88.849.773/0001-98), contratada pela Valec por meio do Contrato 6/2006 como supervisora do lote 4 da Ferrovia Norte Sul, por se responsabilizar por preposto; por infringir disposição contratual (item 1.3 do anexo I do edital de concorrência 9/2004 que integra o Contrato 6/2006 da Valec e proposta técnica); por não prestar um serviço adequado, e por atestar medições contendo serviços não conformes (R$ 464.041,06) e serviços não realizados (R$ 7.406.394,50), fatos que causaram superfaturamento no valor de R$ 7.870.435,56 (data-base novembro de 2004) no Contrato 60/2009, infringindo o disposto nos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964 e nos arts. 67 e 76 da Lei 8.666/1993.

9.5.4. SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. (25.707.134/0001-78), na condição de contratada da Valec, por se beneficiar do superfaturamento de quantidade e de qualidade no Contrato 60/2009, oriundo do recebimento de pagamentos relativos a serviços não conformes (R$ 464.041,06) e de serviços não realizados (R$ 7.406.394,50), o que resultou em prejuízo no valor de R$ 7.870.435,56 (data-base novembro de 2004), infringindo o disposto na cláusula 12 do Contrato e nos arts. 70 e 76 da Lei 8.666/1993;

9.5.5. André Von Bentzeen Rodrigues (549.140.786-00), na condição de sócio-administrador da SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., por se responsabilizar, com fundamento em Contrato Social da sociedade empresária, combinado com art. 70, parágrafo único e inciso II do art. 71 da Constituição Federal, pelo superfaturamento oriundo de pagamentos de serviços não conformes (R$ 464.041,06) e de serviços não realizados (R$ 7.406.394,50) no Contrato 60/2009, o que resultou em prejuízo no valor de R$ 7.870.435,56 (data-base novembro de 2004), infringindo o disposto na cláusula 12 do Contrato e nos arts. 70 e 76 da Lei 8.666/1993;

9.5.6. Bruno Von Bentzeen Rodrigues (627.535.926-91) na condição de sócio administrador da SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., por se responsabilizar, com fundamento em Contrato Social da sociedade empresária, combinado com art. 70, parágrafo único e inciso II do art. 71 da Constituição Federal, pelo superfaturamento oriundo de pagamentos de serviços não conformes (R$ 464.041,06) e de serviços não realizados (R$ 7.406.394,50) no Contrato 60/2009, o que resultou em prejuízo no valor de R$ 7.870.435,56 (data-base novembro de 2004), infringindo o disposto na cláusula 12 do Contrato e nos arts. 70 e 76 da Lei 8.666/1993;

Data da Ocorrência	Débito (R$)
10/9/2012	7.870.435,56

9.6. encaminhar aos responsáveis arrolados nos autos cópia desta deliberação, juntamente com as cópias das demais peças que, individualmente, interessem a cada um deles;

9.7. determinar à Secretaria Extraordinária de Operações Especiais que:

9.7.1. constitua um processo apartado de "indisponibilidade de bens" específico para cada responsável, caso já não exista;

9.7.2. informe aos responsáveis relacionados no subitem 9.1. que, no âmbito da respectiva resposta à aludida oitiva, fica desde já franqueada a possibilidade de serem indicados os bens por eles considerados essenciais ao sustento das pessoas físicas e à manutenção das atividades operacionais da sociedade empresarial e, portanto, não suscetíveis ao alcance da medida cautelar, acompanhados das devidas justificativas;

9.8. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República em Goiás; ao Juiz Federal Titular da 11ª Vara Federal de Goiás e ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2305-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2306/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.169/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V- Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

4. Órgãos/Entidades: Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais; Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (extinta) e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), no Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (integrante do CNPEM) e no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no período de 22/5/2017 e 30/6/2017, para avaliar a aplicação dos recursos públicos federais destinados à construção da Fonte de Luz Síncrotron de 4ª Geração - Sirius,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que:

9.1.1. apresente a este Tribunal, no prazo de 120 dias, contado da ciência desta deliberação, plano de ação com detalhamento do descomissionamento do UVX, do comissionamento do Sirius, da operação do Sirius e da previsão do fluxo de caixa da operação do CNPEM, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para a sua implementação;

9.1.2. adote providências, no prazo de até 45 dias após a elaboração do plano de ação supramencionado, junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), para que eventuais ações determinadas no plano de ação sejam incorporadas ao contrato de gestão;

9.1.3. encaminhe ao TCU, no prazo de dez dias após as eventuais alterações, a nova versão do contrato de gestão firmado entre o CNPEM e o MCTIC;

9.2. realizar a oitiva do MCTIC, com fulcro no art. 250, inciso V, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, contado da ciência desta deliberação, manifeste-se acerca do descumprimento do cronograma de desembolso firmado no contrato de gestão junto ao CNPEM, tratando especificamente sobre os atrasos verificados, suas prioridades orçamentárias, expectativa de repasses nos exercícios de 2017 e 2018, e eventuais planos de contingência visando a manutenção do ritmo da obra, sem atrasos ou paralisações;

9.3. realizar a oitiva do CNPEM, com fulcro no art. 250, inciso V, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, contado da ciência desta deliberação, manifeste-se acerca do descumprimento pelo MCTIC do cronograma de desembolso firmado no contrato de gestão junto a esta entidade, tratando especificamente sobre os atrasos verificados e eventuais planos de contingência visando a manutenção do ritmo da obra, sem atrasos ou paralisações;

9.4. recomendar ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com o apoio da Casa Civil da Presidência da República, com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, que disciplinem as diretrizes gerais e procedimentos operacionais visando mitigar riscos de contratação de grande vulto por parte de organizações sociais utilizando recursos públicos federais, de modo a institucionalizar e uniformizar os procedimentos para a gestão do modelo de contratualização de resultados de que trata a Lei 9.637/1998, estabelecendo condições que indiquem: i) a relação das contratações com a missão institucional da entidade, considerando seu contrato de gestão; ii) os requisitos de estudos de viabilidade do empreendimento para diferentes tipologias de contratações; iii) a gradação do nível de exigência de controles, considerando indicadores de materialidade, risco e relevância, de forma a garantir a regularidade e o resultado na aplicação de recursos públicos federais; e iv) meios de promover a transparência da utilização dos recursos públicos federais por parte das organizações sociais;

9.5. recomendar ao MCTIC, com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, que discipline, em normativo próprio, as diretrizes gerais e procedimentos operacionais visando mitigar riscos de contratação de grande vulto por parte de organizações sociais com as quais mantenha contrato de gestão, estabelecendo condições que indiquem:

9.5.1. a relação das contratações com a missão institucional da entidade, considerando seu contrato de gestão;

9.5.2. os requisitos de estudos de viabilidade do empreendimento para diferentes tipologias de contratações; e

9.5.3. a gradação do nível de exigência de controles, considerando indicadores de materialidade, risco e relevância, de forma a garantir a regularidade e o resultado na aplicação de recursos públicos federais.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2306-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2307/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.913/2016-3.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

3.1. Responsáveis: Benjamin Kennedy Machado da Costa (CPF 280.250.751-68), Gilberto Magalhães Occhi (CPF 518.478.847-68), Luciano Oliva Patrício (CPF 637.742.676-34).

4. Unidades jurisdicionadas: Ministério das Cidades, Município de Goiânia/GO e Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana.

8. Representação legal: Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas (OAB 31.920/PE).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da auditoria realizada com o objetivo de fiscalizar as obras de implantação do "Corredor Goiás BRT Norte Sul (Trecho Terminal Cruzeiro do Sul até Terminal Integração Isidória)", em Goiânia/GO,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante os motivos expostos pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Benjamin Kennedy Machado da Costa;

9.2 aplicar ao Sr. Benjamin Kennedy Machado da Costa a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300315

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, caso requerido, incidindo sobre cada uma delas os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 217 do mencionado Regimento, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. dar ciência à Secretaria Extraordinária da Unidade Executora do BRT do Município de Goiânia/GO e à Caixa Econômica Federal a respeito das seguintes impropriedades identificadas no Contrato nº 1/2015, com fulcro no art. 7º da Resolução TCU nº 265/2014 e no item 9.4.4 do Acórdão nº 664/2016-TCU-Plenário:

9.5.1. existência de preços unitários superiores aos preços de mercado na planilha contratual do empreendimento, especialmente em itens relativos aos serviços de pavimentação que enseja risco de ocorrência futura de "jogo de planilha" e "jogo de cronograma", com possível perda do desconto original da proposta em desfavor da Administração, em conjunto com indícios de modificação do cronograma e de quantitativos, em desacordo com os Acórdãos nºs 349/2014, 2.714/2015 e 1.302/2015, todos do Plenário;

9.5.2. ocorrência de interferências externas da companhia de saneamento e da concessionária de telefonia, que contribuíram para os atrasos nas obras, as quais não foram objeto de estudo e compatibilização mais aprofundados na fase de elaboração do projeto básico, em contrariedade ao art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/1993;

9.5.3. existência de materialidade financeira elevada e discrepante dos itens de administração central (4,67%) e local (12,17%) do contrato, em desrespeito aos percentuais constantes do Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário (4,01% e 6,99%, respectivamente);

9.6. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, à Prefeitura Municipal de Goiânia/GO, ao Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2307-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2308/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.326/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados: Senado Federal e Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, encaminhada ao Tribunal mediante o Ofício 123/2017-Presidência/CAS, de 30/8/2017, por meio do qual a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, do Senado Federal, comunica a aprovação do Requerimento 121/2017 - CAS, de iniciativa do Senador Romário, e solicita que o TCU realize auditoria nos contratos celebrados entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a empresa Octapharma AG, a fim de que seja verificada a legalidade e legitimidade dos contratos, bem como dos repasses realizados para a empresa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. informar à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal que:

9.2.1. o objeto do Requerimento 121/2017-CAS será atendido no âmbito de auditoria de conformidade em curso neste Tribunal, objeto do processo TC 017.572/2017-7, de relatoria do Ministro Augusto Nardes;

9.2.2 a auditoria tem previsão de conclusão em dezembro de 2017, o que possibilitará o atendimento do Requerimento 121/2017-CAS dentro do prazo de cento e oitenta dias estabelecido no art. 15, inciso II, § 1º, da Resolução TCU 215/2008;

9.2.3. tão logo a fiscalização mencionada seja concluída e apreciada pelo TCU, será encaminhada cópia da deliberação à comissão solicitante

9.3. estender, por força do art. 14, inciso III, da Resolução TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º daquela resolução ao TC 017.572/2017-7, uma vez reconhecida conexão parcial dos respectivos objetos com o da presente solicitação;

9.4. considerar parcialmente atendida esta Solicitação do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 17, § 2º, inc. II, e 18, da Resolução-TCU 215/2008;

9.5. sobrestar a apreciação do presente processo até decisão de mérito do TC 017.572/2017-7, cujos resultados são necessários ao integral cumprimento desta solicitação, com fundamento no art. 47 da Resolução-TCU 259/2014, c/c o art. 6º, inciso I, da Resolução-TCU 215/2008;

9.6. restituir os autos à SecexSaúde para as providências a seu cargo;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2308-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2309/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.463/2013-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Daniele Oliveira da Silveira (055.761.117-29); Edvaldo Gonzaga de Araújo (723.462.217-91); Jacinéa de Oliveira (617.698.787-34); Maria de Lourdes Alves Dória (549.947.647-00); Roberto Lopes Gama (432.231.417-15); Thais Oliveira da Silveira (105.444.427-76); Victor Hugo Oliveira da Silveira (128.290.537-61)

3.2. Recorrente: Roberto Lopes Gama (432.231.417-15).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS no Estado do Rio de Janeiro/RJ - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal: Arnaud Ferreira de Araujo (OAB/RJ 92.295), representando Daniele Oliveira da Silveira, Thais Oliveira da Silveira e Victor Hugo Oliveira da Silveira; e Jordão Bruno Júnior (OAB/RJ 52.778), representando Roberto Lopes Gama

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Roberto Lopes Gama, ex-servidor do Instituto Nacional de Seguridade Social, contra o Acórdão 2.919/2016-TCU-Plenário, retificado por erro material pelo Acórdão 6/2017-TCU-Plenário (Relação 1/2017, Ministro Augusto Nardes), que julgou irregulares as contas do recorrente e o condenou em débito pela concessão de diversos benefícios previdenciários considerados irregulares;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Roberto Lopes Gama, em face do Acórdão 2.919/2016-TCU-Plenário, retificado por erro material pelo Acórdão 6/2017-TCU-Plenário (Relação 1/2017, Ministro Augusto Nardes), nos termos do art. 34 da Lei 8.443, de 1992, e dos arts. 277, III, e 287, § 1º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. autorizar o pagamento parcelado das dívidas imputadas ao embargante e aos demais devedores solidários indicados no subitem 9.3 do Acórdão 2.919/2016-TCU-Plenário, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para a comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para a comprovação do recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, os acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU);

9.3. determinar o envio dos autos à Secretaria de Recursos, para exame dos recursos de reconsideração apresentados nos autos; e

9.4. dar ciência desta deliberação aos interessados/responsáveis, ao Instituto Nacional do Seguro Social e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2309-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2310/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.364/2015-8.

1.1. Apenso: 004.063/2015-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Constran S.A. - Construções e Comércio (61.156.568/0001-90); José Francisco das Neves (062.833.301-34), Ulisses Assad (008.266.408-00), José Américo Cajado de Azevedo (548.198.066-53), Francisco Zacarias Cordeiro de Miranda (373.207.187-15), Luiz Sérgio Nogueira (566.485.378-68), José dos Passos Nogueira (212.729.646-04) e STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (88.849.773/0001-98).

4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

8. Representação legal:

8.1. Maria Carolina Viana Machado Pinheiro (235057 OAB/SP), Edgard Hermelino Leite Junior (92114/OAB-SP), Mario Henrique de Barros Dorna (315746/OAB-SP) e outros, representando Constran S.A. - Construções e Comércio.

8.2. Silvia Regina Schmitt (58372/OAB-RS) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força dos subitens 9.2.5, do Acórdão 2.447/2014-Plenário, e 9.1.3, do Acórdão 1.498/2015-Plenário, em razão do superfaturamento identificado no Contrato 13/2006, cujo objeto foi a construção do lote 4 da Ferrovia Norte-Sul (FNS), em trecho de 108 km situado entre o Pátio de Santa Izabel (GO) e o Pátio de Uruaçu (GO), pactuado com a empresa Constran S.A. - Construções e Comércio,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. decretar cautelarmente, com fundamento no art. 44, § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 273 e 274 do Regimento Interno deste Tribunal, pelo prazo de um ano, a indisponibilidade de bens dos responsáveis a seguir relacionados, devendo esta medida alcançar os bens considerados necessários, para garantir o integral ressarcimento do débito em apuração imputado a cada responsável, nos valores atualizados indicados na tabela a seguir, ressalvados os bens financeiros necessários ao sustento das pessoas físicas:

Responsável	CNPJ/CPF	Valor do débito atualizado
José Francisco das Neves	062.833.301-34	R$ 62.727.029,30
Ulisses Assad	008.266.408-00	R$ 62.727.029,30
Luiz Sérgio Norgueira	566.485.378-68	R$ 68.919.169,49

9.2. considerar como termo inicial para contagem do prazo fixado no subitem anterior desta deliberação a data de averbação da medida cautelar nos respectivos órgãos de registro dos bens;

9.3. nos termos do art. 276, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal, conceder prazo de até quinze dias, sem efeito suspensivo, aos responsáveis arrolados acima para que se pronunciem, caso queiram, a respeito da adoção da medida cautelar referida no item 9.1, retro;

9.4. em razão de indícios de superfaturamento por preços excessivos apurado no bojo do Contrato 13/2006 e com fundamento nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, §2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno/TCU, determinar a citação solidária dos responsáveis elencados a seguir para que, no prazo de até 60 (sessenta) dias, apresentem alegações de defesa ou recolham aos cofres da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. as quantias abaixo indicadas, com a incidência dos devidos encargos legais, a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente já ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

9.4.1 Ulisses Assad (008.266.408-00), na condição de Diretor de Engenharia da Valec, por aprovar a planilha orçamentária com sobrepreço, estabelecer cláusulas restritivas de habilitação na Concorrência 8/2004 e participar de atos de corrupção e de conluio na licitação que deu origem ao Contrato 13/2006, que resultou em superfaturamento no valor de R$ 23.370.500,24 (data-base novembro de 2004), infringindo os arts. 3º, 6º, inciso IX, alínea "f" e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, além de infringir o art. 37 da Constituição Federal e o princípio da economicidade;

9.4.2. José Américo Cajado de Azevedo (548.198.066-53), na condição de Superintendente de Construção da Valec, por elaborar a planilha orçamentária da licitação que deu origem ao Contrato 13/2006 contendo preços superiores aos de mercado, que resultou em superfaturamento no valor de R$ R$ 23.370.500,24 (data-base novembro de 2004), infringindo os arts. 3º, 6º, inciso IX, alínea "f" e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, além de infringir o art. 37 da Constituição Federal e o princípio da economicidade;

9.4.3. José Francisco das Neves (062.833.301-34), na condição de Diretor-Presidente da Valec, por assinar o Contrato 13/2006 com preços superiores aos de mercado e por participar de atos de corrupção e de conluio na licitação e na Concorrência 8/2004, que

resultou em superfaturamento no valor de R$ R$ 23.370.500,24 (data-base novembro de 2004), infringindo os arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, o art. 37 da Constituição Federal e o princípio da economicidade;

9.4.4. Luiz Sérgio Nogueira (566.485.378-68), na condição de representante da Constran S.A. - Construções e Comércio, por participar de atos de corrupção e de conluio no âmbito da Concorrência 8/2004, que resultou em superfaturamento no valor de R$ 23.370.500,24 (data-base novembro de 2004) no Contrato 13/2006, infringindo o arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, o art. 37 da Constituição Federal e o princípio da economicidade;

9.4.5. Constran S.A. - Construções e Comércio (61.156.568/0001-90), na condição de contratada da Valec, por beneficiar-se de atos de corrupção e de conluio no âmbito da Concorrência 8/2004, que resultou em superfaturamento no valor de R$ 23.370.500,24 (data-base novembro de 2004) no Contrato 13/2006, infringindo os arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, o art. 37 da Constituição Federal e o princípio da economicidade;

Data da Ocorrência	Débito (R$)
26/12/07	311.433,56
28/01/08	311.433,56
26/02/08	311.433,56
27/03/08	467.376,41
26/04/08	523.550,58
26/05/08	554.861,57
26/06/08	391.908,70
26/07/08	1.381.231,63
27/08/08	1.816.561,67
29/07/08	691.856,82
29/10/08	996.686,14
26/11/08	767.760,12
20/12/08	805.301,16
26/01/09	315.691,10
27/02/09	431.792,92
30/03/09	397.640,49
28/04/09	340.850,68
26/05/09	495.425,85
26/06/09	793.908,09
27/07/09	296.996,73
26/08/09	2.803.950,51
30/09/09	1.541.770,30
28/10/09	1.547.076,94
27/11/09	1.752.326,48
18/12/09	2.566.319,07
24/02/10	4.764.186,29

9.5. com fundamento nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, §2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno/TCU, determinar a citação solidária dos responsáveis elencados a seguir para que, no prazo de até 60 (sessenta) dias, apresentem alegações de defesa ou recolham aos cofres da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. a quantia de R$ 3.000.610,51, atualizada monetariamente a partir da data indicada na tabela a seguir até a data do efetivo recolhimento, representando R$ 6.192.140,19, atualizado até a data 8/8/2017 (peça 42), abatendo-se, na oportunidade, a quantia eventualmente já ressarcida na forma da legislação em vigor:

9.5.1. Francisco Zacarias Cordeiro de Miranda (373.207.187-15), na condição de fiscal do Lote 4, por atestar medições de transporte de brita para lastro (item 8.1.2.3) no Contrato 13/2006 com distâncias superiores às distâncias efetivamente realizadas, resultando em superfaturamento no valor de R$ 2.390.349,50 (data-base novembro de 2004), infringindo o disposto nos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, 67, §1º, e 70, da Lei 8.666/1993;

9.5.2. José dos Passos Nogueira (212.729.646-04), na condição de coordenador/supervisor da STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A, por atestar medição de transporte de brita para lastro (item 8.1.2.3) no Contrato 13/2006 com distâncias superiores às distâncias efetivamente realizadas, resultando em superfaturamento no valor de R$ 2.390.349,50 (data-base novembro de 2004), infringindo o disposto nos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, 67, §1º, e 70 da Lei 8.666/1993;

9.5.3. STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (88.849.773/0001-98), contratada pela Valec por meio do Contrato 6/2006 como supervisora do lote 4 da Ferrovia Norte Sul, por se responsabilizar por preposto; por infringir disposição contratual (item 1.3 do anexo I do edital de concorrência 9/2004 que integra o Contrato 6/2006 da Valec e proposta técnica); por não prestar um serviço adequado, e por atestar medições de transporte de brita para lastro (item 8.1.2.3) em distâncias superiores às distâncias efetivamente realizadas no lote 4 de Construção da FNS (Contrato 13/2006), o que resultou em prejuízo no valor de R$ 2.390.349,50 (data-base novembro de 2004), infringindo o disposto nos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, 67, §1º, e 70, da Lei 8.666/1993;

9.5.4. Constran S.A. - Construções e Comércio (61.156.568/0001-90), na condição de contratada da Valec, por se beneficiar do superfaturamento de quantidade no Contrato 13/2006, oriundo de medições de transporte de brita para lastro (item 8.1.2.3) em distâncias superiores às distâncias efetivamente realizadas, o que resultou em prejuízo no valor de R$ 2.390.349,50 (data-base novembro de 2004), infringindo o disposto nos arts. 62 e 63, da Lei 4.320/1964, e 70, da Lei 8.666/1993;

9.5.5. Luiz Sérgio Nogueira (566.485.378-68), na condição de representante da Constran S.A. - Construções e Comércio, pelo superfaturamento oriundo de pagamentos de serviços não realizados (R$ 7.406.394,50) no Contrato 13/2006, o que resultou em prejuízo no valor de R$ 7.870.435,56 (data-base novembro de 2004), infringindo o disposto nos arts. 62 e 63, da Lei 4.320/1964, e 70, da Lei 8.666/1993;

Data da Ocorrência	Débito (R$)
24/02/2010	3.000.610,51

9.6. encaminhar aos responsáveis arrolados nos autos cópia desta deliberação, juntamente com as cópias das demais peças que, individualmente, interessem a cada um deles;

9.7. determinar à Secretaria Extraordinária de Operações Especiais que:

9.7.1. constitua um processo apartado de "indisponibilidade de bens" específico para cada responsável, caso já não exista;

9.7.2. informe aos responsáveis relacionados no subitem 9.1. que, no âmbito da respectiva resposta à aludida oitiva, fica desde já franqueada a possibilidade de serem indicados os bens por eles considerados essenciais ao seu sustento e, portanto, não suscetíveis ao alcance da medida cautelar, acompanhados das devidas justificativas;

9.8. dar ciência deste acórdão ao Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo; à Procuradoria da República em Goiás; ao Juiz Federal Titular da 11ª Vara Federal de Goiás e ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União;

9.9. determinar à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno que apresente ao TCU, em 15 (quinze) dias, informações atualizadas sobre: (i) o montante retido no Contrato 13/2006 em valores históricos e atualizados; (ii) o andamento das ações judiciais contra decisão do Tribunal proferida pelo Acórdão 593/2009-TCU-Plenário; (iii) a forma com a qual a Valec apropriou na sua contabilidade a retenção de pagamentos determinadas pelo TCU;

9.10. requisitar à Advocacia-Geral da União que formule pedido perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo com vistas a salvaguardar as medidas de constrição patrimonial contra a empresa Constran S.A. - Construções e Comércio no valor de até R$ 68.919.169,49.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2310-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2311/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.240/2016-8.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Genilson Barbosa da Silva (160.353.055-04); Luiz Vicente Berti Torres Sanjuan (005.550.575-93).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sobradinho/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor dos Srs. Genilson Barbosa da Silva e Luiz Vicente Berti Torres Sanjuan, Prefeitos municipais de Sobradinho/BA nas gestões 2009-2012 e 2013-2016, respectivamente, em razão da omissão no dever de prestar contas do Termo de Compromisso TC/PAC 1.459/2008 (Siafi 649.743), no valor de R$ 636.962,08, celebrado com o Município de Sobradinho/BA, com o objeto "Melhoria Habitacional para Controle da Doença de Chagas".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir o Sr. Luiz Vicente Berti Torres Sanjuan da presente relação processual;

9.2.considerar revel o Sr. Genilson Barbosa da Silva;

9.3.julgar irregulares as contas do Sr. Genilson Barbosa da Silva, Prefeito municipal de Sobradinho/BA na gestão 2009-2012, condenando-o, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)	D/C
6/6/2011	254.784,84	Débito
26/11/2014	4.719,81	Crédito

9.4. aplicar ao Sr. Genilson Barbosa da Silva, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, multa prevista no art. 57 da mesma Lei, c/c art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. dar ciência deste Acórdão aos responsáveis e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa);

9.7. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado da Bahia, com fundamento no art. 16, §3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, §7º, do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2311-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2312/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-008.594/2016-3.

2. Grupo: I - Classe: I - Assunto: Agravo (Relatório de Auditoria).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300317

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. Interessados/Recorrentes: Consórcio Transoceânico Salvador, CNPJ 20.276.258/0001-22; Construtora OAS S.A., CNPJ 14.310.577/0001-04.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder, Ministério das Cidades - MCidades e Caixa Econômica Federal - Caixa.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades técnicas: Secex/BA e Seinfraurbana.

8. Representação legal: Adam Luiz Alves Barra, OAB/DF 19.786; Arthur Lima Guedes, OAB/DF 18.073; Bernardo Nunes Ramos da Cunha, OAB/BA 18.486; Cláudia Regina Amaral Gonzales, OAB/SP 177.970; Fábio Costa da Rocha Azevedo, OAB/RJ 130.205; Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, OAB/DF 23.409; Murilo Fracari Roberto, OAB/DF 22.934; Thays Chrystina Munhoz de Freitas, OAB/SP 251.382; e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os Agravos interpostos pela Construtora OAS S.A. e pelo Consórcio Transoceânico Salvador em oposição à medida cautelar adotada por intermédio de Despacho, datado de 10/4/2017, e referendada pelo Plenário desta Casa na Sessão Extraordinária Pública de 12/4/2017 (conforme Ata 12/2017 - Plenário), que determinou à Caixa Econômica Federal que, na qualidade de instituição financeira mandatária da União no âmbito do Termo de Compromisso 0421.239-74/2013, efetuasse retenção, por ocasião das próximas liberações (desbloqueio) de recursos para pagamentos das obras vinculadas aos Contratos Conder 018/2014 e 019/2014, até que o Tribunal decidisse sobre o mérito do achado de auditoria III.1 do relatório de peça 85, envolvendo sobrepreço nos aludidos instrumentos (sobrepreço esse, em termos globais, considerando valores já pagos e a pagar, de R$ 43.907.375,34 (quarenta e três milhões novecentos e sete mil trezentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) para o Corredor I e de R$ 39.716.173,96 (trinta e nove milhões setecentos e dezesseis mil cento e setenta e três reais e noventa e seis centavos) para o Corredor II),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 289 do Regimento Interno, conhecer dos presentes Agravos, tendo em vista o preenchimento dos requisitos para tanto, sem, contudo, conceder-lhes efeito suspensivo, tendo em vista a ausência de elementos que justifiquem tal medida;

9.2. no mérito, rejeitar referidos Agravos, mantendo a medida cautelar adotada sobre o feito em epígrafe por intermédio de Despacho de 10/4/2017 (peça 167) e referendada pelo Plenário desta Casa na Sessão Extraordinária Pública de 12/4/2017 (conforme Ata 12/2017-Plenário);

9.3. alertar os recorrentes e a Caixa Econômica Federal de que os efeitos da medida cautelar referida no item 9.2. se encontram suspensos, por força das decisões preliminares prolatadas pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca da São Paulo, sobre o Processo Digital 1030812-77.2015.8.26.0100, e pela 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, sobre o processo 19862-78.2017.4.01.3400

9.4. determinar o encaminhamento de cópia deste acórdão, para conhecimento:

9.4.1. aos recorrentes;

9.4.2. à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder;

9.4.3. à Caixa Econômica Federal - Caixa;

9.4.4. ao Ministério das Cidades - MCidades;

9.5. indeferir os requerimentos de vista e cópia dos autos apresentados pelas empresas Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.;

9.6. determinar à Secex/BA que, com vistas a viabilizar o atendimento das diligências determinadas por meio do subitem 30.3.b do Despacho de 10/4/2017 (fls. 25, peça 167) pelas empresas Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A., preste os esclarecimentos pertinentes e necessários, inclusive, se for o caso, mediante o fornecimento de cópias de peças específicas que demonstrem a existência dos elementos ou informações requeridos, devendo o expediente que cuidar de tal tarefa também informar que os elementos requeridos em diligência, caso necessitem ser mantidos em sigilo, poderão ser tratados sob tal condição por esta Corte, caso assim seja solicitado pela informante; e

9.7. restituir os autos à Secex/BA para a continuidade de sua instrução, em especial no que se refere às oitivas determinadas por meio do item 30.2 do Despacho proferido em 10/4/2017 (peça 167), oportunidade em que deverão ser aproveitados as informações e elementos apresentados pelo Consórcio Transoceânico Salvador em 29/5/2017 (peça 240).

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2312-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2313/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.750/2017-0.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Solicitação do Congresso Nacional).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrentes: Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimento de Alimentos em São Paulo (56.822.489/0001-31); Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Rápidas Fast Food de SP (01.480.456/0001-69).

4. Órgãos/Entidades: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial; Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos; Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Unidade Nacional; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Central; Serviço Social da Indústria - Conselho Nacional; Serviço Social do Comércio - Administração Nacional; Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Janio Heder Secco (8.175/OAB-MS) e outros, representando Departamento Regional do Sesi No Estado do Mato Grosso do Sul.

8.2. Renata Arnaut Araújo Lepsch (18.641/OAB-DF) e outros, representando Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional.

8.3. Mauro Porto (12878/OAB-DF), representando Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelas entidades Sindicato dos Empregados nas Centrais de Abastecimento de Alimentos no Estado de São Paulo (Sindbast) e Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de "Fast Food" (Refeições rápidas) de São Paulo cumulados com pedido de ingresso nos autos como interessados, em face do Acórdão 1.904/2017 - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. indeferir o ingresso nos autos dos requerentes Sindicato dos Empregados nas Centrais de Abastecimento de Alimentos no Estado de São Paulo (Sindbast) e Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de "Fast Food" (Refeições rápidas) de São Paulo, em razão do não reconhecimento de razão legítima para intervir na Solicitação do Congresso Nacional, com fundamento nos arts. 146 e 232, § 2º, do RI/TCU;

9.2. não conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sindicato dos Empregados nas Centrais de Abastecimento de Alimentos no Estado de São Paulo (Sindbast) e Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de "Fast Food" (Refeições rápidas) de São Paulo contra o Acórdão 1.904/2017 - Plenário, por não preencherem os pressupostos recursais de admissibilidade, com fundamento nos arts. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992 e 287, § 1º, do RI/TCU, c/c o art. 232, § 2º, também do RI/TCU;

9.3. determinar à SecexPrevidência que avalie o conteúdo das peças 31 a 41 destes autos, podendo essa atribuição ser transferida à Secex/SP, em caso de a medida se encontrar mais apropriada às atribuições daquela unidade técnica, em face do que dispôs o subitem 9.4.5 do Acórdão 1.904/2017 - Plenário;

9.4. dar ciência deste acórdão aos recorrentes; e

9.5. restituir os autos à SecexPrevidência com vistas a que dê continuidade às atividades necessárias ao atendimento, no prazo estipulado, à solicitação do Congresso Nacional.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2313-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2314/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.141/2017-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: 88 Engenharia Ltda - ME (23.131.132/0001-58); Alexandre Queiroz da Silveira (042.906.152-87); Alfredo Lúcio Pereira de Oliveira (052.519.662-53); Cláudio Guenka (564.259.102-91); Eletro Incorporações e Construção Ltda - EPP (07.096.422/0001-51); Mário Sergio Gomes da Cunha (531.504.222-72); Nahum de Aguiar Falcão (078.177.202-82); Paulo Ricardo Isolino Sampaio (528.565.692-34); Rui Barbosa Maciel (046.741.542-00).

4. Órgão/Entidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

8. Representação legal:

8.1. Nei de Paula Martins Falcão (11.167/OAB-AM) e outros, representando 88 Engenharia Ltda. - ME.

8.2. Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (12170/OAB-AL) e outros, representando Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos Representação, com pedido de cautelar, da empresa Norteletro Comércio e Serviços Ltda. a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 089/2016 da Amazonas Distribuidora de Energia (AmE), o qual visa à contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços de campo em redes de distribuição elétrica na área urbana e rural de municípios do Estado do Amazonas, no valor de R$ 13.817.610,49.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, VII, do RI-TCU para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. revogar, nos termos do art. 276, § 5º, do RI-TCU, a medida cautelar concedida em 6/7/2017 para a suspensão do Pregão Eletrônico 089/2016 (peça 40);

9.3. assinar prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c artigo 45 da Lei 8.443, de 1992, para que a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. proceda à anulação do ato que habilitou a empresa 88 Engenharia Ltda. no Pregão Eletrônico 089/2016 e dos atos dele decorrentes, promovendo o retorno do procedimento licitatório à etapa de habilitação;

9.4. efetuar, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/1992, a audiência das empresas 88 Engenharia Ltda. (CNPJ 23.131.132/0001-58) e Eletro Incorporações e Construções Ltda. (CNPJ 07.096.422/0001-51), pela irregularidade a seguir especificada, de modo a proporcionar-lhes as condições necessárias ao pleno exercício do contraditório e da ampla defesa:

9.4.1 fraudar o Pregão Eletrônico 089/2016, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica inidôneo, simulando a prestação de serviços em quantidades superiores à supostamente realizada por meio da ART AM 20150031165, que resultou na emissão da CAT 924397/2016, contrariando a jurisprudência desta Corte e os princípios da moralidade, isonomia e competitividade, insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/1993.

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como das peças 1, 37 e 58:

9.5.1. às empresas 88 Engenharia Ltda. (CNPJ 23.131.132/0001-58) e Eletro Incorporações e Construções Ltda. (CNPJ 07.096.422/0001-51), de modo a subsidiar suas manifestações;

9.5.2. ao Ministério Público Federal, de modo a subsidiar as apurações de irregularidades no Pregão Eletrônico 089/2016, no âmbito do Inquérito Civil n.° 1.13.000.000860/2017- 96;

9.5.3. ao Crea/AM, de modo a subsidiar as apurações da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica e de Segurança do Trabalho (CEEEST) para anular a ART 20150031165 e a CAT n.º 924397/2016.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2314-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2315/2017 - TCU - Plenário.

1. Processo TC 018.998/2009-9.

1.1. Apensos: 015.728/2014-5; 015.266/2008-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Genival Rosa da Silva (969.880.965-15); José Edivaldo dos Santos (653.868.925-68); Manoel Messias Sukita Santos (534.531.585-04).

3.2. Recorrente: Manoel Messias Sukita Santos (534.531.585-04).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Capela - SE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal:

8.1. Lourival Freire Sobrinho (5646/OAB-SE), representando José Edivaldo dos Santos, Genival Rosa da Silva e Manoel Messias Sukita Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos por Manoel Messias Sukita Santos contra o Acórdão 1.617/2015-TCU-Plenário, o qual julgou Recurso de Revisão em face do Acórdão 6.057/2010-TCU-1ª Câmara, que julgou Tomada Contas Especial instaurada em decorrência de informação oriunda do Conselho da Alimentação Escolar (CAE) do Município de Capela/SE, acerca de possíveis irregularidades praticadas no âmbito do respectivo ente federativo, relativas à aplicação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno-TCU, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. por Manoel Messias Sukita Santos para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, de modo a excluir a parte final do voto condutor do acórdão recorrido, qual seja:

"7. (...) Registro que o recorrente já foi alvo de outras apenações no âmbito deste Tribunal, inclusive em função de irregularidades semelhantes às tratadas neste processo (Acórdãos nº 846/2015, 1316/2015, 1348/2015, do Plenário, e nº 2794/2015 e 3440/2015, da 1ª Câmara.".

9.2. dar ciência do presente Acórdão ao embargante, ao Ministério da Educação, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e aos órgãos/entidades interessados.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2315-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2316/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 020.324/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Representação.

3. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE).

4. Órgãos/Entidades: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco (SJDH/PE) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo deste Tribunal no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação autuada por provocação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), na qual são reportadas possíveis irregularidades no âmbito da Concorrência Pública 2/2017, promovida pela Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco (CEL/SJDH), com o objetivo de contratar serviços de engenharia na atual Unidade de Regime Semiaberto 2 (Ursa-2) do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga com a finalidade de adequá-la a uma unidade de regime fechado, à conta de recursos repassados do Fundo Penitenciário Nacional para o Fundo Penitenciário do Estado de Pernambuco,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, em:

9.1. conhecer da presente Representação, por preencher os requisitos previstos nos arts. 235, caput, e 237, inciso IV, do Regimento Interno-TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259, de 7/5/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. cientificar o Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública de que a Concorrência Pública 2/2017 promovida pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco contempla projeto básico que não se amolda perfeitamente às Diretrizes Básicas de Arquitetura Penal do Ministério da Justiça (art. 64, inciso VI, da Lei 7.210, de 11/7/1984, e Resolução-CNPCP nº 9, de 9/11/2011), à Portaria-Depen 1/2004 e à Norma de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 9050:2015, mostrando-se necessária a adoção de medidas corretivas que, dentro do possível e sopesando-se o avançado estágio de construção do empreendimento prisional objeto da Concorrência Pública 2/2017, ainda se mostrem viáveis;

9.3. alertar a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco no sentido de que, caso haja qualquer modificação nos critérios inicialmente fixados no Edital da Concorrência Pública 2/2017 que possa afetar as propostas das licitantes, deve ser providenciada nova divulgação do certame, nos mesmos moldes em que foi divulgado o edital original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, conforme estabelecido no art. 21, § 4º, da Lei 8.666/1993 e defendido em precedentes deste Tribunal, entre eles os Acórdãos 1.391/2009 e 808/2003 de Plenário e o Acórdão 5.298/2013 de 2ª Câmara;

9.4. dar ciência deste Acórdão ao Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco;

9.5. de modo a subsidiar o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública na adoção de medidas a que se refere o subitem 9.2 desta deliberação, encaminhar ao referido órgão cópia da documentação autuada à peça 16 destes autos, referente à auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com foco na Concorrência Pública 2/2017; e

9.6. arquivar o presente processo, com base no art. 169, inciso V, do Regimento Interno-TCU.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2316-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2317/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 033.169/2014-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Instituto de Cidadania Raízes (CNPJ 04.079.198/0001-00) e Marcelo Aguiar dos Santos Sá (CPF 301.571.291-87), Luciano Paixão Costa (CPF 603.391.101-63), Francisca Regina Magalhães Cavalcante (CPF 142.838.833-87), Marcelo Aguiar dos Santos Sá (CPF 301.571.291-87);

João Bispo dos Santos (CPF 029.266.598-90), Cesar da Conceição Ribeiro (CPF 086.798.838-08), Eliete Motta de Alcantara (CPF 072.310.668-10); Alexandre Rafael Barbetta (CPF 251.234.178-00), Jorge Luis Kay (CPF 003.316.858-09), Martvs Antonio Alves das Chagas (CPF 857.583.536-04), Rubens de Souza (CPF 767.384.856-20) Aroldo de Souza Junior (CPF 189.406.778-97), empresas Deise de Souza Gomes - empresário individual (CNPJ 11.756.929/0001-61), Barros e Pucharelli Ltda ME (CNPJ 03.116.775/0001-15), LR Ferreira Barros Locações ME (CNPJ 05.442.324/0001-01), Khoury & Rodrigues Ltda. (CNPJ 10.629.801/0001-74), Bravos Transportes e Locação Ltda. (CNPJ 11.303.562/0001-20), Virtude Locadora de Veículos Ltda. (CNPJ 03.651.754/0001-08), Coopertransp (CNPJ 07.600.655/0001-40), Karisma Impressos e Papelaria Ltda. (CNPJ 11.416.677/0001-21), Marcelo Rodrigues Polastri ME (CNPJ 10.893.908/0001-25), Comercial de Produtos de Higiene Vip Paper Ltda. (CNPJ 13.219.884/0001-11) e Flash Clean Prestação de Serviços de Limpeza Ltda. (CNPJ 07.337.960/0001-90).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal:

8.1. Paulo Ricardo Brinckmann Oliveira (19.415/OAB-DF) e outros, representando Instituto de Cidadania Raízes e Instituto de Cidadania Raízes;

8.2. Victor Henriques Martins Ferreira (286799/OAB-SP), representando Roberto Cardoso Damasceno, Bravos Transportes e Locação Ltda e Virtude Locadora de Veículos Ltda.;

8.3. Lucas Pimenta Bertagnolli (313334/OAB-SP), representando Barros e Pucharelli Ltda.-me e L. R. Ferreira Barros Locacoes (ME);

8.4. Francisco Ferreira Morbeck (46994/OAB-DF), representando Marcelo Aguiar dos Santos Sá.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Representação autuada especificamente para realização de audiências e oitivas relacionadas à fiscalização no Instituto de Cidadania Raízes, a partir de determinação contida no Acórdão 7193/2014-TCU-2ª Câmara, proferido no âmbito do Relatório de Auditoria realizada em organizações privadas do Estado de São Paulo, no período de março a julho/2012, tendo por objetivo verificar a regularidade na execução de catorze convênios e um termo de parceria destinados à qualificação de profissionais para atendimento ao público da Copa do Mundo de 2014, entre outros objetos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 243 do Regimento Interno em:

9.1. conhecer da presente Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. acatar as razões de justificativa de Luciano Paixão Costa (CPF 603.391.101-63), Francisca Regina Magalhães Cavalcante (CPF 142.838.833-87) e Marcelo Aguiar dos Santos Sá (CPF 301.571.291-87);

9.3. rejeitar as razões de justificativa de João Bispo dos Santos (CPF 029.266.598-90), Cesar da Conceição Ribeiro (CPF 086.798.838-08) e Eliete Motta de Alcantara (CPF 072.310.668-10);

9.4. considerar revéis os Srs. Alexandre Rafael Barbetta (CPF 251.234.178-00), Jorge Luis Kay (CPF 003.316.858-09), Martvs Antonio Alves das Chagas (CPF 857.583.536-04), Rubens de Souza (CPF 767.384.856-20) e Aroldo de Souza Junior (CPF 189.406.778-97), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/92;

9.5. aplicar, individualmente, aos Srs. Alexandre Rafael Barbetta, Jorge Luis Kay, João Bispo dos Santos e Cesar da Conceição Ribeiro, bem como à Sra. Eliete Motta de Alcantara, a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, e aos Srs. Martvs Antonio Alves das Chagas, Rubens de Souza e Aroldo de Souza Junior a multa prevista no art. 58, incisos II e III, da Lei 8.443/1992, nos valores abaixo discriminados:

Responsável	Valor da multa
Alexandre Rafael Barbetta	R$ 3.000,00
Jorge Luis Kay	R$ 15.000,00
João Bispo dos Santos	R$ 10.000,00
Eliete Motta de Alcantara	R$ 10.000,00
César da Conceição Ribeiro	R$ 5.000,00
Martvs Antonio Alves das Chagas.	R$ 3.000,00
Rubens de Souza	R$ 40.000,00
Aroldo de Souza Junior	R$ 35.000,00

9.6. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento das dívidas decorrentes em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. considerar revéis as empresas Marcelo Rodrigues Polastri ME, Comercial de Produtos de Higiene Vip Paper Ltda. e Flash Clean Prestação de Serviços de Limpeza Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 250, § 7º, do Regimento Interno do TCU;

9.9. nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, declarar inidôneas para licitar na Administração Pública Federal, as empresas Deise de Souza Gomes - empresário individual (CNPJ 11.756.929/0001-61), Barros e Pucharelli Ltda. ME (CNPJ 03.116.775/0001-15), LR Ferreira Barros Locações ME (CNPJ 05.442.324/0001-01), Khoury & Rodrigues Ltda. (CNPJ 10.629.801/0001-74), Bravos Transportes e Locação Ltda. (CNPJ 11.303.562/0001-20), Virtude Locadora de Veículos Ltda. (CNPJ 03.651.754/0001-08), Coopertransp (CNPJ 07.600.655/0001-40), Karisma Impressos e Papelaria Ltda. (CNPJ 11.416.677/0001-21), Mar-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300319

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

celo Rodrigues Polastri ME (CNPJ 10.893.908/0001-25), Comercial de Produtos de Higiene Vip Paper Ltda. (CNPJ 13.219.884/0001-11) e Flash Clean Prestação de Serviços de Limpeza Ltda. (CNPJ 07.337.960/0001-90), pelos prazos abaixo discriminados:

Empresa	Prazo da inidoneidade
Empresa Deise de Souza Gomes - empresário individual ME	3 anos
Empresas Barros e Pucharelli Ltda ME, LR Ferreira Barros Locações ME e Khoury & Rodrigues Ltda.	2 anos
Empresas Bravos Transportes e Locação Ltda., Virtude Locadora de Veículos Ltda. e Coopertransp	1 ano
Empresa Marcelo Rodrigues Polastri ME	1 ano
Empresas Comercial de Produtos de Higiene Vip Paper Ltda. e Flash Clean Prestação de Serviços de Limpeza Ltda.	1 ano
Empresa Karisma Impressos e Papelaria Ltda.	1 ano

9.10. determinar, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno-TCU, ao Ministério do Turismo: em relação aos Convênios 723821/2009, 739378/2010, firmados com o Instituto Cidadania Raízes, com fundamento no art. 10, § 8º, do Decreto 6.170/2007, com redação dada pelo Decreto 8.244/2014, que conclua a análise das prestações de contas, manifestando-se expressamente sobre os apontamentos feitos neste processo, e encaminhe o resultado final ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, tendo em vista que a ausência de análise conclusiva da prestação de contas após o prazo máximo de 2 (dois) anos ofende ao citado normativo;

9.11. determinar ao Ministério do Trabalho, nos termos do art. 250, inciso II, do RI-TCU, em relação ao Convênio 743306/2010, firmado com o Instituto Cidadania Raízes, com fundamento no art. 10, § 8º, do Decreto 6.170/2007, com redação dada pelo Decreto 8.244/2014, que conclua a análise da prestação de contas, manifestando-se expressamente sobre os apontamentos feitos neste processo, e encaminhe o resultado final ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, tendo em vista que a ausência de análise conclusiva da prestação de contas após o prazo máximo de 2 (dois) anos ofende ao citado normativo;

9.12. determinar, nos termos do art. 250, inciso II, do RI-TCU, à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir): em relação aos Convênios 707114/2009 e 748103/2010, firmados com o Instituto Cidadania Raízes, com fundamento no art. 10, § 8º, do Decreto 6.170/2007, com redação dada pelo Decreto 8.244/2014, que conclua a análise das prestações de contas, manifestando-se expressamente sobre os apontamentos feitos neste processo, e encaminhe o resultado final ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, tendo em vista que a ausência de análise conclusiva da prestação de contas após o prazo máximo de 2 (dois) anos ofende ao citado normativo;

9.13. determinar à Secex-SP que monitore o cumprimento das determinações constantes dos itens acima expostos; e

9.14. encaminhar cópia integral destes autos aos Ministérios do Turismo, do Trabalho e à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, visando a subsidiar o cumprimento das determinações acima constantes deste Acórdão.

9.15. remeter cópia do presente acórdão à Procuradoria Regional da República no Estado de São Paulo, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, in fine, do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2317-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2318/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-000.257/2017-6.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Unidade Avançada de Atibaia - ICMBio/Atibaia.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.

8. Representação legal: Hélio Costa Veiga de Carvalho, OAB/SP 128.271; Rodrigo de Lima Guerreiro Borghi, OAB/SP 297.870.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Unidade Avançada de Atibaia/SP do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio/Atibaia, referentes à condução do Pregão Eletrônico 11/2016, cujo objeto consistiu na "aquisição de veículo tipo sedan, para atendimento de demandas do Parque Nacional de Caparaó, unidade descentralizada do ICMBio localizada na cidade de Alto do Caparaó, apoiada pela UAAF2 Atibaia/SP".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência deste Acórdão, para que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Unidade Avançada de Atibaia - ICMBio/Atibaia, com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal c/c o art. 45, **caput**, da Lei 8.443/1992, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, consistente na anulação do Pregão Eletrônico 11/2016 e do contrato decorrente desse certame, pactuado com a empresa LDW Mercantil Eireli ME, bem como dos atos realizados posteriormente a esse contrato;

9.3. com base no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, dar ciência ao ICMBio/Atibaia ao ICMBio-Brasília/Diretoria de Planejamento e Logística e ao Ministério do Meio Ambiente:

9.3.1. de que a aceitação de proposta de licitante em valor superior aos preços de mercado e a consequente homologação do certame contraria os preceitos dispostos no art. 4º, inciso XI, da Lei 10.520/2002 c/c o art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993;

9.3.2. da necessidade de observar os parâmetros dispostos na IN-SLTI-MPOG 5/2004 (art. 2º) quando empreender as pesquisas de preço no bojo de processos licitatórios e de procedimentos administrativos que orientem contratações diretas, mediante dispensa ou inexigibilidade de disputa;

9.4. arquivar este processo.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2318-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2319/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.856/2017-3.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Pedro Jose Barusco Filho (CPF 510.515.167-49); Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNPJ 15.102.288/0001-82); Construtora OAS S.A. (CNPJ 14.310.577/0001-04); Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (CNPJ 61.522.512/0001-02); Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ 17.262.213/0001-94); Construtora Queiroz Galvão S.A. (CNPJ 33.412.792/0001-60); Engevix Engenharia S.A. (CNPJ 00.103.582/0001-31); Iesa Óleo & Gás S.A. (CNPJ 07.248.576/0001-11); Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. (CNPJ 19.394.808/0001-29); MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. (CNPJ 31.876.709/0001-89); Toyo Setal Empreendimentos Ltda. - SOG (CNPJ 15.563.826/0001-36); Skanska Brasil Ltda. (CNPJ 02.154.943/0001-02); Techint Engenharia e Construção S.A. (CNPJ 61.575.775/0001-80); UTC Engenharia S.A. (CNPJ 44.023.661/0001-08); GDK S.A. (CNPJ 34.152.199/0001-95); Galvão Engenharia S.A. (CNPJ 01.340.937/0001-79).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal: Viviane do Nascimento Pereira Sá (130.645/OAB-RJ) e outros, representando a Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela unidade técnica, com fundamento nos arts. 46 e 60 da Lei 8.443, de 1992, e no art. 237, VI, do Regimento Interno do TCU, diante de fraudes em licitações conduzidas pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) para a modernização e a adequação do sistema de produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas em Araucária - PR (Repar);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 86, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 235 e 237, inciso VI, do RITCU;

9.2. promover a oitiva das empresas a seguir relacionadas, com fulcro no art. 250, inciso V, do RITCU, para que, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, se manifestem sobre as irregularidades subsequentemente indicadas, alertando-as de que, diante da comprovação da suscitada fraude à licitação, o TCU poderá declarar a inidoneidade da licitante fraudadora para participar, por até cinco anos, de licitações na administração federal e de licitações na administração pública estadual, distrital ou municipal com o aporte de recursos federais, nos termos do art. 46 da Lei 8.443, de 1992:

9.2.1. empresas: Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.; Promon Engenharia Ltda.; Toyo Setal (SOG) Empreendimentos Ltda.; Techint Engenharia e Construção S.A.; UTC Engenharia S.A.; Construtora OAS S.A.; Engevix Engenharia S.A.; Galvão Engenharia S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A.; GDK S.A.; Iesa Óleo & Gás S.A.; e Skanska Brasil Ltda.;

9.2.2. irregularidades: conluio entre as empresas e fraude às licitações da Repar que precederam o Contrato 0800.0035013.07.2 (CT 101), o Contrato 0800.0043363.08.2 (CT 111) e o Contrato 0800.0043403.08.2 (CT 112), no bojo de esquema criminoso conduzido, pelo menos, de 2003 a 2014, a partir das seguintes condutas ilícitas: a) combinação de preços; b) quebra de sigilo das propostas; c) divisão de mercado; d) oferta de propostas de cobertura para justificar o menor preço ofertado; e) combinação prévia dos resultados com o consequente direcionamento das licitações; e f) ausência de formulação de proposta para beneficiar a empresa escolhida pelo cartel;

9.3. promover a audiência dos responsáveis a seguir relacionados, com fulcro no art. 250, inciso IV, do RITCU, para que, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, se manifestem sobre as irregularidades subsequentemente indicadas, de acordo com as condutas atribuídas a cada agente público, alertando-os de que, caso confirmadas as irregularidades, o TCU poderá aplicar as sanções legais, a exemplo da multa pecuniária e da inabilitação, pelo período de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos dos arts. 58 e 60 da Lei 8.443, de 1992:

9.3.1. responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo, como presidente da Petrobras; Paulo Roberto Costa, como diretor de Abastecimento da Petrobras; Renato de Souza Duque, como diretor de Engenharia e Serviços da Petrobras; e Pedro José Barusco Filho, como gerente executivo de Engenharia da Petrobras;

9.3.2. irregularidades: viabilizar a atuação do cartel e contribuir para a fraude às licitações da Repar que precederam o Contrato 0800.0035013.07.2 (CT 101), o Contrato 0800.0043363.08.2 (CT 111) e o Contrato 0800.0043403.08.2 (CT 112), no bojo de esquema criminoso conduzido, pelo menos, de 2003 a 2014, a partir das seguintes condutas ilícitas:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300320

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3.2.1. utilização da prevalência hierárquica e funcional para, deliberadamente, facilitarem o funcionamento do cartel e o direcionamento das contratações em favor das empresas cartelizadas, incorrendo em fraude às licitações;

9.3.2.2. dispensa das etapas necessárias à correta avaliação da obra, ensejando indefinições quanto ao preço, à viabilidade econômico-financeira e à higidez do processo, além de dificultar a tempestiva detecção de sobrepreços, ainda na fase licitatória, gerando a necessidade de seguidos termos aditivos tendentes a viabilizador os ilícitos pagamentos em favor de terceiros, para além dos encargos contratuais, em consonâncias com os fatos consubstanciados nestes autos;

9.3.2.3. aprovação consciente, por meio de culpa **in eligendo,** de comissões de licitações notadamente complexas pela alocação de componentes sabidamente inexperientes, com prejuízo para a aplicação do princípio fundamental da seleção da melhor proposta e, em consequência, com a facilitação do esquema fraudulento para o direcionamento das licitações;

9.3.2.4. compartilhamento de informações sigilosas ou restritas com as empresas integrantes do cartel, de forma determinante para o direcionamento dos certames licitatórios e para a redução dos descontos nos preços dos certames, configurando, assim, a direta relação com o esquema de pagamentos ilícitos a terceiros no decorrer dos contratos;

9.3.2.5. inclusão ou exclusão ilegal de empresas cartelizadas, nos certames, para direcioná-los em favor das empreiteiras ou consórcios de empreiteiras selecionados pelo cartel, caracterizando a conduta pessoal definitiva para o direcionamento das licitações e, consequentemente, o posterior pagamento ilegal de numerários a funcionários da companhia e a terceiros;

9.3.2.6. inobservância de normas internas de controle e avaliação das obras executadas pelas empreiteiras cartelizadas, resultando em facilitação ao direcionamento das licitações para empresas integrantes do "Clube" de empreiteiras;

9.3.2.7. sonegação de fatos e documentos fundamentais para a correta avaliação fático-jurídica pelos órgão competentes, a exemplo do Departamento Jurídico, nas fases decisivas da avaliação econômico-financeira dos empreendimentos e/ou das suas respectivas licitações, com prejuízo aos princípios fundamentais da legalidade, da obtenção da melhor oferta, da economicidade e da moralidade, consubstanciando as falhas decisivas para o direcionamento das licitações e para a incompletude das obras;

9.3.2.8. contratações diretas, de forma ilegal e injustificada, com infração aos princípios da isonomia, da moralidade, da legalidade, da impessoalidade, da regular licitação e da obtenção da melhor oferta, contribuindo para a materialização de pagamentos ilegais a terceiros no decorrer dos contratoss;

9.3.2.9. não cumprimento dos deveres inerentes aos cargos de administradores da empresa estatal, inclusive aqueles dispostos no art. 158 da Lei 6404, de 1976, não adotando as providências para apurar as irregularidades quando de seu conhecimento, tendo sido conivente e deixando de atuar para prevenir, apurar e impedir a prática de atos ilícitos, falhar no seu dever de diligência previsto no art. 153 da Lei 6.404, de 1976, e por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência em relação à deficiente supervisão e controle das irregularidades praticadas pelos seus subordinados;

9.3.3. condutas atribuídas a cada responsável:

Responsáveis	Irregularidades
Paulo Roberto Costa	9.3.2.1 a 9.3.2.8
Renato de Souza Duque	9.3.2.1 a 9.3.2.8
Pedro José Barusco Filho	9.3.2.1 a 9.3.2.8
José Sérgio Gabrielli de Azevedo	9.3.2.9

9.4. promover a inclusão do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, como então presidente da Petrobras durante o período de 2005 a 2012, no âmbito das providências determinadas pelos itens 9.4 a 9.8 do Acórdão 1.083/2017-TCU-Plenário para a implementação da medida cautelar de indisponibilidade dos bens desse responsável, com a sua subsequente oitiva regimental, diante do dano apontado nos autos do TC 023.266/2015-5 relativos ao Contrato 0800.0035013.07.2 (CT 101) da Repar, promovendo, para tanto, a adoção das seguintes providências:

9.4.1. decretar cautelarmente, com fundamento no art. 44, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 273 e 274 do RITCU, pelo prazo de um ano, a indisponibilidade dos bens do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, em sintonia com os procedimentos definidos pelo Acórdão 1.083/2017-TCU-Plenário, inclusive quanto à eventual autuação de processo específico, devendo a aludida medida cautelar alcançar os bens considerados necessários para garantir o integral ressarcimento do débito em apuração, ressalvados os bens financeiros necessários à sua subsistência, aí incluídos os tratamentos de saúde própria e dos familiares dele dependentes;

9.4.2. considerar, como termo inicial para a contagem do prazo fixado no item 9.4.1 deste Acórdão, a data de averbação da medida cautelar nas respectivas instituições de registro dos bens;

9.4.3. conceder o prazo de até 15 (quinze) dias, sem efeito suspensivo, ao referido responsável, nos termos do art. 276, § 3º, do RITCU, para, querendo, se pronunciar a respeito da adoção da presente medida cautelar;

9.5. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da correspondente notificação, a Petrobras encaminhe ao TCU, em mídia digital, as cópias dos processos administrativos referentes à apuração e à responsabilização pelas irregularidades, em cumprimento à Lei 12.846, de 2013, esclarecendo as razões das medidas adotadas para retirar a Construtora Andrade Gutierrez S.A., entre outras eventuais beneficiadas, da lista de empresas suspensas de contratar com a Petrobras, além de demonstrar o andamento do cálculo dos prejuízos causados ao erário;

9.6. determinar à SeinfraOperações que:

9.6.1. promova as oitivas e audiências indicadas nos itens 9.2 e 9.3 deste Acórdão em processos apartados, em consonância com a sistemática inaugurada pelo Acórdão 2.109/2016-TCU-Plenário;

9.6.2. promova, se ainda não o fez, a inclusão do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo no polo passivo das tomadas de contas especiais relacionadas com as obras da Repar, convalidando e promovendo as correspondentes citações já autorizadas nos respectivos autos;

9.6.3. envie a cópia do presente Acórdão à Força-Tarefa do Ministério Público Federal responsável pela Operação Lava Jato, em Curitiba - PR, ao Grupo de Trabalho da Advocacia-Geral da União junto à Operação Lava Jato, ao ilustre Juiz Federal da 13ª Vara Federal em Curitiba - PR, à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras, ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); e

9.6.4. determinar que a unidade técnica dê prosseguimento ao presente feito, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação contida no item 9.5 deste Acórdão, realizando a avaliação sobre as medidas adotadas pela Petrobras para prevenir, identificar e combater a fraude e a corrupção nas licitações e nos contratos da Repar.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2319-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2320/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.921/2017-3.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.

3. Embargante: Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ 17.262.213/0001-94).

4. Entidade: Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).

8. Representação legal:

8.1. José Maurício Balbi Sollero (30.851/OAB-MG) e outros, representando a Construtora Andrade Gutierrez S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que, no presente momento, tratam de embargos de declaração opostos pela Construtora Andrade Gutierrez S.A. em face do Acórdão 1.979/2017 proferido pelo Plenário do TCU, ao apreciar a auditoria de conformidade realizada, no período de 29/5 a 2/6/2017, sobre as obras de implantação da usina termelétrica Mauá 3 no âmbito do Contrato OC nº 83.599/2012 firmado, em 28/9/2012, entre a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AmE) e a Construtora Andrade Gutierrez S.A. (AG) sob o valor de R$ 928.160.810,00, a partir da Concorrência Internacional CC nº 054/2012;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela Construtora Andrade Gutierrez S.A. em face do Acórdão 1.979/2017-TCU-Plenário, para, no mérito, dar-lhes parcial provimento;

9.2. modificar apenas o item 9.4 do Acórdão 1.979/2017-TCU-Plenário para que passe a contar com a seguinte redação:

"*9.4. determinar que, nos termos do art. 250, II, do RITCU, a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmGT) informe o TCU, no prazo de 90 (noventa) dias contados da ciência desta deliberação, sobre os resultados das medidas adotadas pela referida empresa em relação ao descumprimento do cronograma contratual ajustado entre as partes, a partir do 3º TA ao Contrato OC nº 83.599/2012, em sintonia com o item III.2 do relatório de auditoria acostado à Peça 92 dos autos;*"; e

9.3. dar ciência do presente Acórdão à Construtora Andrade Gutierrez S.A. e à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2320-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2321/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.336/2017-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. (PFC 90/2016, de 22/12/2016, Ofício 560/2017 - CAPADR, de 26/4/2017)

4. Órgão: Ministério do Meio Ambiente (vinculador).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, em que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados requer fiscalização dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e, por extensão, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no que diz respeito à identificação, delimitação e demarcação das terras destinadas à ampliação dos limites do Parque Nacional de São Joaquim, no estado de Santa Catarina.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação do Congresso Nacional, por estarem preenchidos os requisitos do art. 4º da Resolução TCU 215/2008;

9.2. informar à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados que:

9.2.1. não foram constatados excessos ou omissões por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no processo de alteração dos limites do Parque Nacional de São Joaquim, mas tão somente descasamento entre a atividade legislativa e a atuação do órgão ambiental, por ocasião dos processos legislativos que deram origem à Lei 13.273/2016 e à emenda à Medida Provisória 756/2016;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300321

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2.2. no processo de criação de unidades de conservação federais ou de alteração de seus limites, quando de iniciativa do Poder Legislativo, é importante que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) seja instado formalmente a se manifestar sobre o pleito por meio de estudos e pareceres técnicos, em conformidade com os procedimentos previstos no art. 22 da Lei 9.985/2000, nos arts. 4º e 5º do Decreto 4.340/2002 e na Instrução Normativa ICMBio 5/2008;

9.3. encaminhar à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados cópia do relatório de auditoria 201603137 do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) (peça 18) e do relatório de vistoria do ICMBio (peça 17);

9.4. dar ciência desta deliberação aos interessados e responsáveis;

9.5. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que oriente suas unidades para que observem rigorosamente as disposições contidas na Resolução TCU 215/2008;

9.6. considerar integralmente atendida a presente solicitação do Congresso Nacional, nos termos do art. 14, IV, da Resolução TCU 215/2008; e

9.7. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 41/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2321-41/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 14 horas e 50 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário das Sessões

DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário, em substituição

Aprovada em 18 de outubro de 2017.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Plenário, de 25/10/2017, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

001.213/2016-4
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
Representação legal: não há

004.960/2008-1
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Transporte S.A.
Representação legal: Cesar Papassoni Moraes (OAB/SP 196.154) e outros, representando Jair Marques de Oliveira; Hulle Barreto Ferraz Nunes Ferreira e outros, representando Petrobras Transporte S.A.; Pedro Renan de Oliveira Lopes, representando Petrobras Transporte S.A. e Vicente José Campitelli Real; José Albertini Filho (OAB/SP 140.408) e outros, representando José Alvaro de Carvalho Albertini

023.501/2017-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.304/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Interessados: Eduardo Lobo; Gilberto de Oliveira Moritz; Luciano Patricio Souza de Castro; Luiz Carlos Cancellier de Olivo; Marcio Santos; Marcos Baptista Lopez Dalmau; Rogerio da Silva Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: Carlos Danilo Moreira Pires (OAB/SC), representando Rogerio da Silva Nunes; Adriano Tavares da Silva (OAB/SC 025660) e outros, representando Marcos Baptista Lopez Dalmau

Ministro AUGUSTO NARDES

020.829/2017-5
Natureza: Auditoria
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Administração Regional do Senac no Estado do Mato Grosso do Sul; Administração Regional do Senar no Estado do Mato Grosso do Sul; Administração Regional do Sesc no Estado do Mato Grosso do Sul; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Administração do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Corretores de Imóveis 14ª Região (MS); Conselho Regional de Economia 20ª Região (MS); Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região (MS); Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região (MS); Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Odontologia do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Psicologia 14ª Região (MS); Conselho Regional de Química XX Região (MS); Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Serviço Social 21ª Região (MS); Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 12ª Região (MT e MS); Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso do Sul; Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul; Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Regional do Incra no Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Mato Grosso do Sul; Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul
Representação legal: Danilo da Cunha Davet (OAB/MS 16.455) e outros, representando Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul e Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso do Sul

024.899/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Companhia de Obras de Engenharia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rondonópolis/MT
Responsável: Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis/MT
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

017.548/2017-9
Natureza: Representação
Representante : Cast Informática S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: Ricardo Barretto de Andrade (OAB/DF 32.136) e outros; Henrique Donato Rabelo (OAB/MG 130.511) e outros; Dilmar Ramos Pereira e outros

020.685/2012-2
Recorrente: Manoel Carvalho Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Iorque/MA
Representação legal: Bernardino Rego Neto (OAB/MA 13.551)

027.815/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Rhana Carga Internacional Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A.
Representação legal: não há

032.120/2015-0
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsáveis: Aldenir Alves da Costa; Amaury Garcia dos Santos Filho; Douglas Augusto de Paula; Edson Lima do Nascimento; Gustavo Luis Duarte Ribeiro Sampaio; João Paulo de Almeida Lopes Vieira; Lucilene dos Santos; Nathalia Mello Dresch Oliveira Gomes; Ronaldo Picciafuoco
Representação legal: Rafael Zimmermann Santana (OAB/RJ 154.238) e outros.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

006.227/2017-1
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Nacional de Segurança Pública
Representação legal: não há

006.456/2017-0
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Central do Exército
Representação legal: não há

010.416/2017-0
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos
Representação legal: não há

019.232/2009-3
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros; Idelmar de Paiva Neto
Representação legal: Ana Carolina Garcia Magalhães (OAB/GO 25.000) e outros, representando Fernando Passos Cupertino de Barros

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

010.099/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Responsáveis: Geraldo Morais de Carvalho e Raimundo Cabral Guarita
Representação legal: Vina Lúcia Carvalho Ribeiro (OAB/PB 6.242), representando Geraldo Morais de Carvalho; e Carmen Rachel Dantas Mayer (OAB/PB 8.432) e outros, representando Raimundo Cabral Guarita

PROCESSOS UNITÁRIOS
SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AUGUSTO NARDES

009.211/2011-0
Recursos de Reconsideração interpostos contra decisão que julgou as contas dos recorrentes irregulares, os condenou ao pagamento de multa e os inabilitou para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, em razão de irregularidades em licitações de material médico-hospitalar com utilização de recursos do SUS.
Recorrentes: Humberto Ivar Araújo Coutinho e Maria Francilene Rodrigues de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Caxias/MA
Representação Legal: James Lobo de Oliveira Lima (OAB/MA 6.679), representando Dismahc - Comércio e Representações de Material Hospitalar e Cirúrgico Ltda.; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546); Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885); Karina Amorim Sampaio Costa (OAB/DF 23.803); Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298); Julianna Maria Carvalho Vasconcelos (OAB/PI 4.416) e James Lobo de Oliveira Lima (OAB/MA 6.679), representando E.M.M.Mota - Distribuidora Multmed
Interessado em sustentação oral:
- Victor Matheus Scholze de Oliveira (OAB/DF 39.503) , em nome de HUMBERTO IVAR DE ARAÚJO COUTINHO

Ministro BRUNO DANTAS

046.295/2012-7
Representação do Ministério Público Estadual do Ceará versando sobre irregularidades na concessão de créditos pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A em operações no mercado de capitais no período de 2008 a 2012. Exame de audiência dos responsáveis.
Representante: Ministério Público do Estado do Ceará
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S/A
Responsáveis: Antonio Carlos Rodrigues de Souza; Arnaldo de Morais Moreira Fernandes Vieira; Carlos Antonio Sousa Maia; Carlos Frederico Cavalcanti Lopes da Silveira; Claudio Pereira Bentemuller; Dimas Tadeu Madeira Fernandes; Emiliano Estevão da Paz Portela; Ernesto Lima Cruz; Everton Chaves Correia; Fernando Passos; Flávio Sérgio Lima Pinto; Francisco Carlos Vidal Cavalcante; Francisco Robério Fernandes da Silva; Hugo Alexandre Cançado Thomé; Humberto de Souza Leite; Jose Leorne Juca de Morais; Jose Nilton Matos; Lina Angela Oliveira Salles Moreira; Luiz Carlos Everton de Farias; Luiz Henrique Mascarenhas Correa Silva; Oswaldo Serrano de Oliveira; Otacilio Feliciano da Silva; Paulo Sergio Rebouças Ferraro; Pedro Rafael Lapa; Roberto Smith; Ruy Augusto Hayne Mendes
Representação legal: Karina Perroni Kalil (OAB/SP 115.192) e outros, representando Luiz Henrique Mascarenhas Correa Silva; Gustavo Rebelo de Campos (OAB/CE 35.289) e outros, representando Emiliano Estevão da Paz Portela; Nivaldo Pellizzer Junior (OAB/RS 17.904), representando Roberto Smith e Oswaldo Serrano de Oliveira; Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31762) e outros, representando Fernando Passos; Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB/CE 3.183) e outros, representando Jose Leorne Juca de Morais e Carlos Antonio Sousa Maia; Gilvando Furtado de Figueiredo Junior (OAB/CE 18.259) e outros, representando Hugo Alexandre Cançado Thomé, Pedro Rafael Lapa, Dimas Tadeu Madeira Fernandes, Lina Angela Oliveira Salles Moreira, Luiz Carlos Everton de Farias, Paulo Sergio Rebouças Ferraro, Flávio Sérgio Lima Pinto, Emiliano Estevão da Paz Portela; Humberto de Souza Leite e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Interessado na sustentação oral:
- Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762) , em nome de FERNANDO PASSOS;
- Francisco Érico Carvalho Silveira (OAB/CE 16.881) , em nome de FLÁVIO SÉRGIO LIMA PINTO, HUGO ALEXANDRE CANÇADO THOMÉ, EMILIANO ESTEVÃO da PAZ PORTELA e DIMAS TADEU MADEIRA FERNANDES;
- Carlos Frederico Barbosa Bentivegna (OAB/SP 121.963) , em nome de LUIZ HENRIQUE MASCARENHAS CORREA SILVA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300322

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro AUGUSTO NARDES

034.279/2013-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, visando à apuração de irregularidades supostamente cometidas por ex-servidora na concessão de benefícios previdenciários.
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS Norte/RJ
Responsáveis: Eliana Silva de Souza; Alda Maria de Azevedo Gomes; Aldicea Batista Pinto; Almir Liso Marques; Antônio Costa dos Reis; Inácio de Souza; Jair Santos; José Severino da Silva; e Juraci Vicente de Lima
Representação legal: Giselton de Alvarenga Silva, Defensor Público Federal da Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro; e Rodrigo Espínola de Vasconcelos (OAB/RJ 171.664)
Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (39/2015)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AUGUSTO NARDES

001.345/2015-0
Recurso de revisão interposto contra decisão que julgou as contas do recorrente irregulares e aplicou-lhe multa em razão da impugnação integral dos recursos transferidos ao Município de Ibicuí/BA, mediante convênio cujo objeto era a realização do projeto "São João de Ibicuí".
Recorrente: Claudio Antonio Kalil Dourado
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ibicuí/BA
Interessado: Ministério do Turismo
Representação Legal: Jorge Alves de Almeida (OAB/BA 14.569) e outros

Ministro AROLDO CEDRAZ

003.137/2014-7
Auditoria realizada no Instituto Estadual do Ambiente (INEA), na Caixa Econômica Federal e no Ministério das Cidades, com o objetivo de fiscalizar edital de concorrência do INEA destinado à complementação das obras de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense.
Interessado: Congresso Nacional
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal; Instituto Estadual do Ambiente; Ministério das Cidades
Responsáveis: Consorcio CFG-FW; Frederico Augusto Valverde Nascimento; Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos
Representação legal: Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas (OAB/PE 31920) e outros, representando Ministério das Cidades

004.206/2017-7
Representação formulada por empresa, com pedido de medida cautelar, a respeito de supostas irregularidades em Pregão Eletrônico para registro de preços, promovido pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração do benefício auxílio alimentação.
Representante: VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Representação legal: Renata Funari de Brito (OAB/SP 289.575), Diego Alves de Miranda (OAB/SP 357.938) e André Kloper de Almeida (OAB/SP 270.648-B), representando VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda

006.168/2012-4
Auditoria nas obras de construção do Rodoanel de São Paulo/SP, trecho norte.
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Desenvolvimento Rodoviário S.A.
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos (OAB/SP 69.842), João Paulo Pessoa (OAB/SP 273.340), David Sampaio Barretto (OAB/SP 273.314), Fátima Luiza Alexandre (OAB/SP 105.301), Thatiana Barrela (OAB/SP 285.016), Mônica Garcia Perna Silva (OAB/SP 328.786) e outros

006.617/2017-4
Auditoria nas obras de adequação de travessia urbana em Juazeiro, BRs 235/407/BA.
Órgãos/Entidade s /Unidade s : Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e Superintendência Regional do DNIT no Estado da Bahia
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: Amauri Sousa Lima, José Nivaldo de Mendonça, Tiago Cardoso Botelho, Consórcio Construtor SVC/Paviservice Ltda., e Empresa Maia Mello
Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando o DNIT; Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa (OAB/BA 11.024), representando o Consórcio Construtor SVC/Paviservice Ltda.

016.814/2005-1
Recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU contra acórdão jugou regulares com ressalva as contas dos responsáveis pela gestão do Serviço Social do Transporte/Conselho Nacional - Sest/CN no exercício de 2004.
Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal
Interessados: Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional; Maria Tereza da Costa Pantoja, Raphael Luiz Gurjão Lott, Jovenilson Alves de Souza, Roselane Siqueira Alves, GCE S/A; Construtora Ápia Ltda.; Construtora Rocha Cavalcante Ltda.; LMF Engenharia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional Exercício: 2005
Representação legal: Felipe Sarmento Cordeiro (OAB/DF 40.917), Igor Felipe Araujo de Souza (OAB/DF 41607) e outros, representando Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional; e Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947) e outros, representando Construtora Apia Ltda

025.186/2012-4
Administrativo. Proposta de alteração da Resolução - TCU 170, de 30 de junho de 2004, com vistas a aperfeiçoar o procedimento de elaboração e de expedição das comunicações processuais emitidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
Interessada: Secretaria-Geral de Controle Externo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

026.340/2015-1
Embargos de Declaração opostos contra deliberação, em processo de monitoramento, em que o TCU considerou não cumprida determinação à Universidade Federal do Ceará para reavaliar todos os bens imóveis sob seu domínio.
Embargante : Ernesto da Silva Pitombeira
Interessado: HUWC - Universidade Federal do Ceará
Órgãos /Entidade s /Unidade s : Banco Central do Brasil; Centro de Controle Interno da Aeronáutica; Fundação Universidade de Brasília; Secretaria do Patrimônio da União; Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal; Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Pernambuco; Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Ceará; Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal do Ceará
Representação legal: Rodrigo do Nascimento Santos (OAB/CE 23416) e outros, representando Universidade Federal do Ceará e HUWC - Universidade Federal do Ceará

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

024.569/2014-3
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) em razão de irregularidades na execução de convênio que tinha por objetivo reconstruir 50 casas populares no município de Assunção/PB.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Assunção/PB
Responsáveis: Antônio Martiniano dos Santos; João Freitas de Souza e Robério Saraiva Grangeiro
Representação legal: não há

027.869/2017-2
Solicitações do Congresso Nacional requerendo cópias de processos de fiscalizações atinentes a concessões de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no período de 2007 a 2016, a empresas do Grupo J&F Participações Ltda..
Interessada : Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS
Órgão/Entidade/Unidade : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Representação legal : não há

028.167/2017-1
Solicitação de prorrogação de prazo para disponibilização das peças de responsabilidade do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União relativas ao processo de prestação de contas das Centrais Elétricas do Brasil S. A. - Eletrobras relativas ao exercício de 2016.
Solicitante : Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
Órgão/Entidade/Unidade : Centrais Elétricas Brasileiras S. A.
Representação legal : não há

Ministro BRUNO DANTAS

024.976/2014-8
Recurso de revisão interposto contra deliberação que julgou as contas do recorrente irregulares em razão da omissão no dever de prestar contas de recursos repassados à conta do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para o Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja), imputando-lhe débito e multa.
Recorrente: Edmundo Rodrigues Júnior
Representação legal: Felipe Bastos Sales (OAB-CE 33.777), com substabelecimento, representando Edmundo Rodrigues Júnior

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

009.210/2017-2
Auditoria nas obras de adequação da rodovia BR-280/SC (km 0,70 ao km 74,58), com o objetivo de verificar a regularidade das ações do DNIT.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação Legal: não há

031.699/2016-2
Levantamento de Auditoria com a finalidade de produzir diagnóstico sistêmico sobre o tema desenvolvimento com recorte na Região Norte - Fisc Norte.
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Governos dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins
Representante legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

007.880/2017-0
Auditoria na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), com o objetivo de examinar a conformidade da aplicação de recursos públicos em sociedades de propósito específico (SPEs), integradas pela Chesf e parceiro privado, bem como a situação atual das obras de implantação dos onze parques eólicos que integram os Complexos Pindaí I, II e III, de geração de energia no Estado da Bahia.
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Responsáveis: Álvaro Rodrigues Fernandes; Ângelo Coelho de Andrade; Antônio Varejão de Godoy; Evandro Gastão Wanderley; Francisco Roberto Nunes de Souza; Jose Ailton de Lima; José Carlos de Miranda Farias; João Bosco de Almeida; Marcos Aurélio Madureira da Silva; Sergio Sarquis Attie e Sinval Zaidan Gama
Representação legal: Fernando Rosendo de Araujo Filho e outros, representando Sinval Zaidan Gama

036.031/2012-7
Embargos de Declaração opostos contra deliberação em processo de representação que aplicou multa ao recorrente e o inabilitou para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública federal, tendo em vista irregularidades ocorridas no âmbito de concorrência lançada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Distrito Federal - SAA/DF para a construção de barragens na Bacia do Rio Preto com recursos federais aportados ao DF.
Embargante: Heberth Gualberto de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Distrito Federal
Representação legal: Yuri Freitas Carvalho Machado Cunha (OAB/DF 38.457); Shirlene da Silva Tavares (OAB/MG 125.126); Marcelo Luiz de Souza (OAB/GO 29.786); e André Marques Cabral (OAB/DF 26.477), representando Heberth Gualberto de Souza

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

019.090/2015-3
Auditoria operacional com o objetivo de avaliar a supervisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) sobre a atuação dos conselhos de assistência social, com enfoque especial na função de controle a ser exercida por estes no âmbito da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Secretaria Nacional de Assistência Social, Conselho Nacional de Assistência Social
Representação legal: Wesley Alexandre Tavares, representando Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

025.175/2015-7
Solicitação do Congresso Nacional a respeito das disponibilidades financeiras das federações estaduais vinculadas às confederações nacionais que recebem recursos das entidades integrantes do denominado "Sistema S".
Interessado: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Serviço Social da Indústria; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Serviço Social do Comércio; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Serviço Social do Transporte; Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); Confederação Nacional da Indústria; Confederação Nacional do Comércio; Confederação Nacional do Transporte; Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária; Sistema Cooperativista Nacional
Representação legal: Felipe Sarmento Cordeiro (OAB/DF 40.917) e outros, representando Confederação Nacional do Transporte; Dayane Rabelo Queiroz (OAB/DF 16383/E) e outros, representando Confederação Nacional da Indústria; Daniel Penna Orsini (OAB/MG 74.486) e outros, representando Administração Regional do Sesc no Estado de Minas Gerais; Simone Aparecida Caixeta (OAB/DF 20.933) e outros, representando Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional; Ana Paula Andrade Ramos Rodrigues (OAB/SP 186.635) e outros, representando Organização das Cooperativas Brasileiras; Carlos Bastide Horbach (OAB/RS 19.058), representando Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

Em 20 de outubro de 2017.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300323

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Extraordinária Reservada de Plenário, de 25/10/2017, às 14h30

Convocada com fundamento nos arts. 55, *caput* , e 108, § 1º, da Lei 8.443, de 1992, com o objetivo de apreciar processos em que é necessária a preservação de direitos individuais ou do interesse público.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.757/2017-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

001.878/2017-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

007.789/2017-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

003.546/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Representação legal: Mário Gonçalves de Menezes (OAB/DF 2876) e outros

022.557/2017-2
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

028.862/2016-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: Christopher Rezende Guerra Aguiar (OAB/SP 203028) e outros

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

020.813/2017-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

025.666/2017-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

005.066/2016-6
Natureza: Acompanhamento
Representação legal: Erivelton Araújo Graciliano e Robinson de Oliveira Mello

017.398/2017-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

026.078/2017-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

027.330/2016-8
Natureza: Monitoramento
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

026.363/2016-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: Joao Augusto de Lima (OAB/DF 20.264) e outros

035.811/2015-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: Paulo Afonso de Almeida (OAB/SE 883) e outros

PROCESSOS UNITÁRIOS
SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AUGUSTO NARDES

005.093/2015-5
Natureza : Acompanhamento
Representação legal : Advocacia-Geral da União através de seus representantes Eduardo Alonso Olmos, Daniel Pereira de Franco, Raïssa Torres Moraes Delázari, Laura Femandes de Lima Lira, Tatiana Mesquita Nunes e José Augusto Cordeiro da Cruz Neto.
Interessada em sustentação oral :
- Laura Fernandes de Lima Lira (OAB/DF 32.720)

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

005.815/2015-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: Juscimar Pinto Ribeiro (OAB/GO 14.232) e outros
Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (8/2017)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

020.407/2017-3
Natureza: Representação
Representação legal: Raphael Augusto Pinheiro Anunciação (OAB/DF 25.291) e outros; e Gustavo Marinho de Carvalho (OAB/SP 246.900) e outros

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

010.265/2015-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Em 20 de outubro de 2017.
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário das Sessões

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 507, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto nos incisos IV, V e VI do art. 1° da Portaria n° 2, de 2 de janeiro de 2017, do Secretário de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a contar de 02 de outubro de 2017, VANESSA ROPKE ALVES, Matrícula 10617-8, TEFC, da função de confiança de Assistente - CC, código FC-1, exercida no Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz.

LUIZ EDUARDO RODRIGUES PEREIRA DA COSTA

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO Nº 259, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 13ª, 15ª, 16ª, 17ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª e 23ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 14.748.110,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 43 da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017) c/c o art. 4º da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2017), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 7, de 14 de fevereiro de 2017, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 6, de 1° de março de 2017,resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 13ª, 15ª, 16ª, 17ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª e 23ª Região, crédito suplementar, tipo 407, no valor global de R$ 14.748.110,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

ANEXO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							123.490
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							123.490
02 122	0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro							123.490
			F	3	2	90	0	100	123.490
TOTAL - FISCAL									123.490
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									123.490

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.088.629
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							1.088.629
02 122	0571 216H 0035	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de São Paulo							1.088.629
			F	3	2	90	0	100	1.088.629

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300324

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - FISCAL										1.088.629
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.088.629

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.005.207
		Projetos							
02 122	0571 133I	Adaptação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte - MG							6.005.207
02 122	0571 133I 2408	Adaptação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte - MG - No Município de Belo Horizonte - MG							6.005.207
			F	4	2	90	0	100	2.881.762
			F	4	2	90	0	181	3.123.445
TOTAL - FISCAL									6.005.207
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.005.207

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.290.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.080.000
02 122	0571 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul							1.080.000
			F	4	2	90	0	181	1.080.000
		Projetos							
02 122	0571 133U	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Viamão - RS							210.000
02 122	0571 133U 5186	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Viamão - RS - No Município de Viamão - RS							210.000
			F	4	2	90	0	181	210.000
TOTAL - FISCAL									1.290.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.290.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							262.000
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							262.000
02 122	0571 216H 0026	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Pernambuco							262.000
			F	3	2	90	0	100	262.000
TOTAL - FISCAL									262.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									262.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							135.715
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							135.715
02 122	0571 216H 0023	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Ceará							135.715
			F	3	2	90	0	100	135.715
TOTAL - FISCAL									135.715
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									135.715

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							120.664
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							120.664
02 122	0571 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							120.664
			F	3	2	90	0	100	120.664
TOTAL - FISCAL									120.664
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									120.664

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300325

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.800.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.800.000
02 122	0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							1.800.000
			F	3	2	90	0	181	500.000
			F	4	2	90	0	181	1.300.000
TOTAL - FISCAL									1.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.800.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							70.500
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							70.500
02 122	0571 216H 0025	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Paraíba							70.500
			F	3	2	90	0	100	70.500
TOTAL - FISCAL									70.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.500

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							840.000
		Projetos							
02 122	0571 14ZJ	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga - SP							840.000
02 122	0571 14ZJ 3621	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga - SP - No Município de Itapetininga - SP							840.000
			F	4	2	90	0	100	840.000
TOTAL - FISCAL									840.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									840.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							450.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							450.000
02 122	0571 4256 0021	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão							450.000
			F	4	2	90	0	100	450.000
TOTAL - FISCAL									450.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							35.000
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							35.000
02 122	0571 216H 0032	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Espírito Santo							35.000
			F	3	2	90	0	100	35.000
TOTAL - FISCAL									35.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							56.564
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							56.564
02 122	0571 216H 0027	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Alagoas							56.564
			F	3	2	90	0	100	56.564
TOTAL - FISCAL									56.564
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									56.564

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300326

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							280.134
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							134
02 122	0571 216H 0028	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Sergipe							134
			F	3	2	90	0	100	134
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							220.000
02 122	0571 4256 0028	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe							220.000
			F	4	2	90	0	100	220.000
		Projetos							
02 122	0571 150K	Ampliação do Estacionamento do Complexo do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região - SE							60.000
02 122	0571 150K 1853	Ampliação do Estacionamento do Complexo do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região - SE - No Município de Aracaju - SE							60.000
			F	4	2	90	0	181	60.000
TOTAL - FISCAL									280.134
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									280.134

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							328.541
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							328.541
02 122	0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte							328.541
			F	3	2	90	0	100	328.541
TOTAL - FISCAL									328.541
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									328.541

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.681.666
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							91.666
02 122	0571 216H 0022	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Piauí							91.666
			F	3	2	90	0	100	91.666
		Projetos							
02 122	0571 11BC	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina - PI							1.590.000
02 122	0571 11BC 0981	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina - PI - No Município de Teresina - PI							1.590.000
			F	4	2	90	0	181	1.590.000
TOTAL - FISCAL									1.681.666
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.681.666

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							180.000
		Atividades							
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							180.000
02 131	0571 2549 0051	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de Mato Grosso							180.000
			F	4	2	90	0	181	180.000
TOTAL - FISCAL									180.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									180.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							123.490
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							123.490
02 122	0571 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro							123.490

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300327

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	3	2	90	0	100		123.490
TOTAL - FISCAL										123.490
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										123.490

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							165.000
		Atividades							
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							165.000
02 131	0571 2549 0035	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de São Paulo							165.000
			F	3	2	90	0	100	165.000
TOTAL - FISCAL									165.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									165.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.005.207
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							2.525.762
02 122	0571 216H 0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais							2.525.762
			F	3	2	90	0	100	2.525.762
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							356.000
02 131	0571 2549 0031	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de Minas Gerais							356.000
			F	3	2	90	0	100	356.000
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.701.453
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							1.701.453
			F	3	2	90	0	181	1.701.453
		Projetos							
02 122	0571 11LO	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Poços de Caldas - MG							355.151
02 122	0571 11LO 2947	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Poços de Caldas - MG - No Município de Poços de Caldas - MG							355.151
			F	4	2	90	0	181	355.151
02 122	0571 133O	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Sete Lagoas - MG							676.841
02 122	0571 133O 3132	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Sete Lagoas - MG - No Município de Sete Lagoas - MG							676.841
			F	4	2	90	0	181	676.841
02 122	0571 159R	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Iturama - MG							30.000
02 122	0571 159R 2731	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Iturama - MG - No Município de Iturama - MG							30.000
			F	4	2	90	0	181	30.000
02 122	0571 15HY	Reforma e Adaptação de Edifício para Abrigar o Centro Cultural da Justiça do Trabalho em Belo Horizonte - MG							30.000
02 122	0571 15HY 2408	Reforma e Adaptação de Edifício para Abrigar o Centro Cultural da Justiça do Trabalho em Belo Horizonte - MG - No Município de Belo Horizonte - MG							30.000
			F	4	2	90	0	181	30.000
02 122	0571 15NB	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguari - MG							150.000
02 122	0571 15NB 2380	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguari - MG - No Município de Araguari - MG							150.000
			F	4	2	90	0	181	150.000
02 122	0571 15NC	Reforma do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de João Monlevade - MG							180.000
02 122	0571 15NC 2753	Reforma do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de João Monlevade - MG - No Município de João Monlevade - MG							180.000
			F	4	2	90	0	181	180.000
TOTAL - FISCAL									6.005.207
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.005.207

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.290.000
		Projetos							
02 122	0571 134A	Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS							300.000
02 122	0571 134A 5100	Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS - No Município de São Leopoldo - RS							300.000
			F	4	2	90	0	181	300.000
02 122	0571 134F	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS							390.000
02 122	0571 134F 5071	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS - No Município de Santa Rosa - RS							390.000
			F	4	2	90	0	181	390.000
02 122	0571 134G	Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Lajeado - RS							600.000
02 122	0571 134G 4934	Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Lajeado - RS - No Município de Lajeado - RS							600.000
			F	4	2	90	0	181	600.000
TOTAL - FISCAL									1.290.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.290.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300328

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.590.000
		Projetos							
02 122	0571 134H	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA							1.590.000
02 122	0571 134H 2261	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA - No Município de Salvador - BA							1.590.000
			F	4	2	90	0	181	1.590.000
TOTAL - FISCAL									1.590.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.590.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							262.000
		Atividades							
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							262.000
02 131	0571 2549 0026	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de Pernambuco							262.000
			F	3	2	90	0	100	262.000
TOTAL - FISCAL									262.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									262.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							120.664
		Atividades							
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							120.664
02 131	0571 2549 6017	Comunicação e Divulgação Institucional - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							120.664
			F	3	2	90	0	100	120.664
TOTAL - FISCAL									120.664
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									120.664

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.115.908
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.115.908
02 122	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							1.115.908
			F	4	2	90	0	100	1.115.908
TOTAL - FISCAL									1.115.908
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.115.908

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.800.000
		Projetos							
02 122	0571 135C	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Taguatinga - DF							1.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300329

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 122	0571 135C 0053	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Taguatinga - DF - No Distrito Federal	F	4	2	90	0	181	1.500.000
									1.500.000
02 122	0571 15IA	Reforma do Prédio de Apoio para Instalação do Centro de Treinamento da Escola Judicial em Brasília							270.000
02 122	0571 15IA 5664	Reforma do Prédio de Apoio para Instalação do Centro de Treinamento da Escola Judicial em Brasília - Em Brasília - DF							270.000
			F	4	2	90	0	181	270.000
02 122	0571 15IB	Construção de Depósito Judicial e de Material em Sobradinho - DF							30.000
02 122	0571 15IB 0053	Construção de Depósito Judicial e de Material em Sobradinho - DF - No Distrito Federal							30.000
			F	4	2	90	0	181	30.000
TOTAL - FISCAL									1.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.800.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							70.500
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							70.500
02 122	0571 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba							70.500
			F	3	2	90	0	100	70.500
TOTAL - FISCAL									70.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.500

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							840.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							840.000
02 122	0571 4256 3474	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Município de Campinas - SP							840.000
			F	3	2	90	0	100	840.000
TOTAL - FISCAL									840.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									840.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							450.000
		Projetos							
02 122	0571 14R8	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Imperatriz - MA							450.000
02 122	0571 14R8 0638	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Imperatriz - MA - No Município de Imperatriz - MA							450.000
			F	4	2	90	0	100	450.000
TOTAL - FISCAL									450.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							35.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							35.000
02 122	0571 4256 0032	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Espírito Santo							35.000
			F	3	2	90	0	100	35.000
TOTAL - FISCAL									35.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							280.134
		Atividades							
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							220.000
02 131	0571 2549 0028	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de Sergipe							220.000
			F	3	2	90	0	100	220.000
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							60.134

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300330

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 122	0571 4256 0028	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe								60.134
			F	3	2	90	0	100		134
			F	3	2	90	0	181		60.000
TOTAL - FISCAL										280.134
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										280.134

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							328.541
		Atividades							
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							328.541
02 131	0571 2549 0024	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado do Rio Grande do Norte							328.541
			F	3	2	90	0	100	328.541
TOTAL - FISCAL									328.541
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									328.541

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							91.666
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							91.666
02 122	0571 4256 0022	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Piauí							91.666
			F	3	2	90	0	100	23.908
			F	4	2	90	0	100	67.758
TOTAL - FISCAL									91.666
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									91.666

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							180.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							180.000
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso							180.000
			F	3	2	90	0	181	180.000
TOTAL - FISCAL									180.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									180.000

(*) Republicação do Ato CSJT.GP.SG Nº 259, publicado no DOU de 14-9-2017, Seção 1, páginas 180-187, por incorreção no original.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5653/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Sindicância nº 41/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 18 de julho de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; MARCIA ROSA DE ARAÚJO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6842/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 84.780/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 18 de julho de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; MARCIA ROSA DE ARAUJO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6846/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 94820/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 18 de julho de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; MARCIA ROSA DE ARAUJO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3070/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 168183/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de julho de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIZ ANTONIO DE AZEVEDO ACCIOLY, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4135/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 430/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 19 de julho de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIZ ANTONIO DE AZEVEDO ACCIOLY, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 1607/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicância nº 188/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de julho de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIZ ANTONIO DE AZEVEDO ACCIOLY, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2282/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 133.232/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de julho de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LUIZ ANTONIO DE AZEVEDO ACCIOLY, Relator.

Brasília-DF, 19 de outubro de 2017.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

ACÓRDÃOS

Processo CFN nº 6/2015. Acórdão Plenário. Data de julgamento: 19/10/2017. Relatora: Conselheira Juracema Ana Daltoé. Recorrente: L.R.G.C. Origem: CRN-8. Decisão: Conhecimento e Provimento Parcial do Recurso. Atenuação da pena de multa para Repreensão. Decisão por unanimidade de votos. Brasília, 19/10/2017.

Processo CFN nº 97/2016. Acórdão Plenário. Data de julgamento: 19/10/2017. Relatora: Conselheira Nina da Costa Correa. Recorrido: G.B.G. Origem: CRN-8. Decisão: Aplicação de multa equivalente a 10 (dez) vezes o valor da anuidade vigente nesta data. Decisão por unanimidade de votos. Brasília, 19/10/2017.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 141, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Normatiza os procedimentos para pagamento de diária e auxílio representação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO - CREF8/AM-AC-RO-RR, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, artigo 40, e: CONSIDERANDO que os Conselhos de Educação Física são entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalizar e normatizar o exercício da Educação Física, mantidas com recursos próprios e não recebedoras de subvenções ou transferências advindas do Orçamento da União; CONSIDERANDO o Decreto nº 5.992/2006 e Lei nº 11.000/2004; CONSIDERANDO que o exercício de mandatos de Conselheiros do CREF8/AM-AC-RO-RR possui nítido caráter de relevância pública e social; CONSIDERANDO que os Conselheiros Regionais desempenham inúmeras atividades político representativas, que não se limitam, tão só, às competências do CREF8/AM-AC-RO-RR instituídas pela Lei nº 9.696/1998 (artigos 4º e 5º), vez que desempenham incontáveis outras atividades acessórias que requerem mais tempo para a elaboração, preparo e execução, que para a apreciação Plenária; CONSIDERANDO que aos Conselheiros Efetivos e Suplentes do CREF8/AM-AC-RO-RR podem ser atribuídas tarefas de representação não previstas no rol de competências estabelecidas na Lei nº 9.696/1998 e no Estatuto do CREF8 (Resolução CREF8 nº 133/2016); CONSIDERANDO que os Conselheiros e os Profissionais de Educação Física convocados não exercem atividades meramente administrativas, mas sim funções públicas e políticas de representatividade; CONSIDERANDO que, para o exercício dessas funções honoríficas os Conselheiros Regionais se afastam das suas atividades laborativas remuneradas, deixando de cumpri-las, num todo ou em parte, daí tendendo a suportar prejuízos irreparáveis para si e sua família; CONSIDERANDO que, para o exercício dessas atribuições para os quais são designados, nomeados ou convocados, os Conselheiros e Profissionais de Educação Física integrantes do Sistema CONFEF/CREFs necessitam despender recursos com despesas não indenizáveis por meio de diárias; CONSIDERANDO que as diárias e auxílio representação possuem caráter indenizatório, geradas a partir de circunstancias distintas determinantes e não se constituindo em jeton, sendo este a gratificação de presença a reuniões deliberativas do Plenário, Diretoria e Órgãos de Assessoramento, cujo pagamento é feito por dia de reunião e condicionado a comprovação de comparecimento; CONSIDERANDO a necessidade de conceder aos Conselheiros Regionais meios materiais para desempenharem suas funções, em especial, também pela impossibilidade de praticarem atividades remuneradas; CONSIDERANDO o princípio da razoabilidade do interesse público e da economicidade dos atos de gestão; CONSIDERANDO o deliberado na 62ª Plenária do CREF8 realizada em 14 de outubro de 2017; delibera:

CAPÍTULO I DAS DIÁRIAS

Art. 1º - Entende-se por diária a indenização por despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana, quando as mesmas ocorrerem fora da localidade do exercício e/ou resida.

Art. 2º - Os Membros da Diretoria, os Conselheiros e os integrantes do quadro de pessoal do CREF8, quando no efetivo exercício de suas funções, bem como representantes e/ou demais designados pela Diretoria do CREF8, quando para representação se deslocarem da localidade onde têm exercício para outro ponto do território nacional ou para o exterior, farão jus à percepção de diárias segundo as disposições desta Resolução. § 1º - Considera-se efetivo exercício das funções quando os Membros da Diretoria, os Conselheiros, os integrantes do quadro de pessoal e representantes designados pelo CREF8, atenderem convocação para reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário e quando em atendimento a função ou representação delegada pela Presidência ou Plenário do CREF8. § 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente ou quando o deslocamento ocorrer dentro da mesma região metropolitana onde a pessoa tem exercício e/ou resida.

Art. 3º - As diárias serão concedidas por dia de afastamento, destinando-se a indenizar as despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

Art. 4º - As diárias serão pagas de uma só vez. Parágrafo único - As diárias, inclusive as que se referem ao seu próprio afastamento, serão concedidas pelo Presidente do CREF8, ou a quem for por este delegado tal competência por Resolução.

Art. 5º - O valor da diária, em observância ao limite estabelecido na legislação em vigor, resta fixado em R$ 500,00 (quinhentos reais), em conformidade com os limites estabelecidos pelo Decreto nº 5.992/2006 e suas alterações, não podendo ultrapassar 01 (uma) diária por dia. § 1º - Os valores das diárias serão concedidos à metade, nos seguintes casos: I - Sempre que o afastamento não exigir pernoite fora da sede de origem; II - No dia de retorno à sede de origem; III - Quando já fornecido pelo CREF8 alojamento ou outra forma de pousada; IV - Integrantes do quadro de pessoal do CREF8, assessores e coordenadores de seccionais, quando no efetivo exercício de suas funções, quando para representação se deslocarem da localidade onde têm exercício para outro ponto de sua Unidade Federativa - UF, farão jus à percepção de metade do valor das diárias. § 2º - Nos casos de afastamento da sede para acompanhar o Presidente do CREF8, os integrantes do quadro de pessoal do CREF8, assessores e coordenadores de seccionais farão jus a diárias no mesmo valor atribuído ao mesmo.

Art. 6º - Será concedido adicional no valor de R$ 95,00 (noventa e cinco reais), nos termos do Anexo II do Decreto nº 5.992/2006 e suas alterações, por localidade de destino, nos deslocamentos dentro do território nacional, destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque até o local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa.

Art. 7º - Os valores da diária no exterior são os constantes do Anexo III do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, que serão pagos em dólares norte-americanos, ou, por solicitação, por seu valor equivalente em moeda nacional ou em euros, nos termos do Decreto nº 5.992/2006 e suas alterações.

CAPÍTULO II DO AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO

Art. 8º - Entende-se por auxílio representação a indenização por despesas com alimentação e locomoção urbana, quando as mesmas ocorrerem na mesma região metropolitana onde têm exercício e/ou residam.

Art. 9º - Os Membros da Diretoria, os Conselheiros e os integrantes do quadro de pessoal do CREF8, quando no efetivo exercício de suas funções, bem como representantes designados pela Diretoria do CREF8, participarem de reunião ou evento de interesse do Conselho, na mesma região metropolitana onde têm exercício e/ou residam, farão jus à percepção de auxílio representação, não acumulável com a diária, no valor fixo de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), não podendo ultrapassar 20 (vinte) auxílios por mês. Parágrafo único - Concernente aos integrantes do quadro de pessoal do CREF8, estes não farão jus ao auxílio representação ora disciplinado, quando as despesas com locomoção urbana e alimentação forem pagas pelo CREF8.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta do orçamento e das receitas do CREF8. Art. 11 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria ad referendum do Plenário do CREF8. Art. 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JEAN CARLO AZEVEDO DA SILVA

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO Nº 295, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Decide pela absolvição da enfermeira Regina Célia Padilha - COREN/RJ nº 294.648.

A Presidente do COREN/RJ, Órgão Fiscalizador do exercício profissional ex vi da Lei nº 5.905/73, em conjunto com os membros desta autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais: Considerando a Resolução COFEN Nº 370/2010, publicada no DOU de 04/11/2010 - seção 1 - páginas de 185 à 189; Considerando o Julgamento do Processo Ético COREN/RJ nº 022/16 em face da enfermeira Regina Célia Padilha na 519ª Reunião Ordinária de Plenária; Considerando o Parecer nº 134/17, exarado pela conselheira relatora enfermeira Olguimar Cruz dos Santos, decidem:

Art. 1º - Pela absolvição da enfermeira Regina Célia Padilha, por total ausência de provas, constantes no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;

Art. 2º - Desta Decisão caberá recurso para o Conselho Federal de Enfermagem, COFEN, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da publicação.

MARIA ANTONIETA RUBIO TYRRELL
Presidente do Conselho

ANA TERESA FERREIRA DE SOUZA
1ª Secretária

DECISÃO Nº 296, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Decide pela absolvição da enfermeira Thais Tanccini - COREN/RJ nº 337046.

A Presidente do COREN/RJ, Órgão Fiscalizador do exercício profissional ex vi da Lei nº 5.905/73, em conjunto com os membros desta autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais: Considerando a Resolução COFEN Nº 370/2010, publicada no DOU de 04/11/2010 - seção 1 - páginas de 185 à 189; Considerando o Julgamento do Processo Ético COREN/RJ nº 027/16 em face da enfermeira Thais Tanccini na 519ª Reunião Ordinária de Plenária; Considerando o Parecer nº 135/17, exarado pelo conselheiro relator enfermeiro Roberto José Leal. decidem:

Art. 1º - Pela absolvição da enfermeira Thais Tanccini, por total ausência de provas, constantes no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;

Art. 2º - Desta Decisão caberá recurso para o Conselho Federal de Enfermagem, COFEN, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da publicação.

MARIA ANTONIETA RUBIO TYRRELL
Presidente do Conselho

ANA TERESA FERREIRA DE SOUZA
1ª Secretária

DECISÃO Nº 298, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

Homologar o resultado da Eleição da Comissão de Ética do Hospital Maternidade Santa Lucia.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, COREN-RJ, Órgão Fiscalizador do exercício profissional ex vi da Lei nº 5.905/1973, juntamente com a Primeira Secretária desta Autarquia; CONSIDERANDO: 1. As Decisões COREN/RJ Nº 1821/12 e 085/15 publicadas no DOU em 20/07/2016 Seção I - página "53, decide:

Art. 1º. Homologar o resultado da Eleição da Comissão de Ética Enfermagem do Hospital Maternidade Santa Lucia. 1. Enfermeiros - membros efetivos: Rosana Araújo Santos Sales Coren 497.598 10 votos (11 anos de empresa) Cintia Luana Batista de Oliveira Coren 467.378 10 votos (4 anos de empresa). Enfermeiros - membros suplentes: Ana Lucia C R Antunes Coren 38.9512 08 votos Camila Ferreira de Andrade Coren 41.6526 07 votos Beatriz Espindola G. Monteiro Coren 398.202 05 votos Caroline M. Rossi 301007 05 votos 3)Técnicos de Enfermagem - membro efetivo: Erica do Amaral Silva Almeida Coren 52.540 51 votos Juliete Vitório Torres Zenha Coren 116432 34 votos 4) Técnicas de Enfermagem - membro suplente: Sandra Peçanha Torres Coren 66812 26 votos Camila Jesus Melo Coren 649.574 21 votos.

Art. 2º. O mandato dos Membros desta Comissão tem o prazo de 36 meses conforme o artigo 7º, da Decisão COREN-RJ nº 1821/12, vigorando a partir da data desta publicação.

MARIA ANTONIETA RUBIO TYRRELL
Presidente do Conselho

ANA TERESA FERREIRA DE SOUZA
1ª Secretária

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

3ª CÂMARA

DESPACHO DO RELATOR
Em 20 de outubro de 2017

RECURSO Nº 49.0000.2017.007384-7/TCA.
Recte: Lucineia Moreira Machado OAB/PR 19960. (Adv: Lucineia Moreira Machado OAB/PR 19960).
Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Solano Donato Carnot Damacena (TO).

Trata-se de Recurso apresentado pela advogada Lucineia Moreira Machado em face do acórdão da Câmara Especial da Seccional do Paraná. Analisando os autos, pode ser observado que a Recorrente foi notificada da decisão via AR/Correios, com recebimento no dia 28 de junho de 2017, quarta-feira. Por sua vez, o Recurso foi protocolado no dia 19 de julho de 2017 (evento 66), quarta-feira, ou seja, 16 (dezesseis) dias após o recebimento da notificação. Neste contexto, tendo em vista o disposto no art. 139 do Regulamento Geral, em tese, pode estar o Recurso intempestivo. Desta feita, tendo em vista eventual feriado ou dia não útil na Seccional do Paraná, determino sejam os autos baixados em diligência para que haja informação quanto a existência de feriado local no Paraná no período entre o recebimento da notificação e apresentação do Recurso. A recorrente deve se manifestar a respeito da eventual intempestividade. Cumpra-se com urgência. Notifique-se, mediante publicação.

SOLANO DONATO CARNOT DAMACENA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102300332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.